

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Escola de Comunicação (ECO)

JOÃO PAULO MALERBA

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO LIMITE: CRISE NA POLÍTICA
E DISPUTA PELO COMUM NA ERA DA CONVERGÊNCIA MUDIÁTICA**

Rio de Janeiro
Agosto de 2016

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Escola de Comunicação (ECO)

**RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO LIMITE: CRISE NA POLÍTICA
E DISPUTA PELO COMUM NA ERA DA CONVERGÊNCIA MIDIÁTICA**

JOÃO PAULO MALERBA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Paiva de Araújo Soares

Rio de Janeiro
Agosto de 2016

Malerba, João Paulo. Rádios comunitárias no limite: crise na política e disputa pelo comum na era da convergência / João Paulo Malerba. Rio de Janeiro, 2016.

723f.

Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação – ECO-UFRJ, 2016.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares.

1. Rádio comunitária. 2. Comunicação local – Aspectos sociais. 3. Redes sociais. 4. Internet. I. Soares, Raquel Paiva de Araújo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação.

JOÃO PAULO MALERBA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Raquel Paiva de Araújo Soares – Orientadora

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mohammed ElHajji

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Márcia Vidal Nunes

Universidade Federal do Ceará

Prof^a. Dr^a. Cicilia Maria Krohling Peruzzo

Universidade Metodista de São Paulo

Rio de Janeiro

2016

Para todos(as) comunicadores(as) populares, especialmente os(as) da Heliópolis, Webrádio Alma, Nativa FM, Independência FM, Quixelô FM, Esperança FM, Xibé, Utopia FM, Terra Livre e Rádio Muda: vocês não são objeto, são sujeitos dessa pesquisa.

Para os(as) amigos(as) e compas da AMARC.

AGRADECIMENTOS

São as descobertas da vida que deflagram as melhores descobertas cognitivas: essas, apartadas da vida, viram verbalismo inoperante (Freire) ou, inumanas, podem se voltar contra o humano (Bakhtin). Porém, seria tola demagogia dizer que o contrário não pode acontecer e alimentar o humano em nós: um desses achados teóricos foi o *vínculo da dívida* (Esposito). No fim dessa pesquisa, será uma das chaves para o entendimento do que une um grupo de pessoas em torno do projeto de uma rádio comunitária. Aqui, antes mesmo do seu início, fala do que me une às muitas pessoas que, direta ou indiretamente, presencial, virtualmente ou desde o outro lado Atlântico, tornaram essa tese possível: dívida de dádiva nunca se salda: sempre fica um saldo pro outro: sempre fica uma dívida em mim. Aos impagáveis (em ordem alfabética interna):

A todos/as comunicadores/as das rádios Esperança FM, Heliópolis, Independência FM, Muda, Nativa FM, Quixelô FM, Terra Livre, Utopia FM, Xibé e Webrádio Alma, por terem aberto, com alegria e generosidade, seus espaços de sonhos, disputas e conquistas: aqueles dias compartilhados foram inspiradores e transformadores para mim;

A todos/as professores/as e ativistas que participaram com indicações para a pesquisa e com entrevistas, presenciais ou virtuais, principalmente Cláudia Abreu, Francesco Diasio, Marcus Aurélio, Nils Brock e Taís Ladeira, pelo precioso (para mim, longo e prazeroso) tempo compartilhado;

Aos/às meus/minhas amigos/as do CRIAR Brasil, onde primeiro aprendi que trabalho, realização, amizade e riso são complementares essenciais; aos/às meus/minhas amigos/as da AMARC Brasil, onde aprendi que política efetiva é política afetiva;

A Raquel Paiva pela parceria e amizade desde a graduação; aos professores Cicília Peruzzo, Mohammed ElHajji e Muniz Sodré que, há anos, acompanham minha jornada acadêmica; a professora Márcia Vidal Nunes por contribuir com essa pesquisa; a Eduardo Coutinho e Patrícia Saldanha pelo apoio e amizade, na tese e desde sempre;

Aos professores da pós-graduação e graduação que, além do aprendizado compartilhado, inspiraram o amor ao ensino; aos/às funcionários da pós, especialmente os sempre prestativos e sorridentes, Jorgina e Thiago;

Ao CNPq que, desde a graduação, tornou possível que eu me dedicasse à pesquisa: sou mais um dos que só puderam ingressar e persistir na academia por conta da universidade pública, gratuita e com apoio estudantil (Fora Temer!); ao Pão Para o Mundo, que contribuiu para a realização das pesquisas quantitativa e qualitativa;

Aos/às meus/minhas amigos/as queridos/as da pós: Danoca, D'Abreu, Evandro, Fernanda, Igor, Mayka, Tati e, para a tese, especialmente Talis, pela ajuda na formatação, e Sófi, pela valiosa leitura e motivação na “reta final”;

Aos/às funcionários/as das muitas bibliotecas (minha segunda casa em qualquer lugar do mundo) em que compartilhei muitíssimas horas, descobertas, alegrias e angústias, especialmente as do CCBB e *Epping Library*;

Aos/às meus/minhas amigos/as do LECC, nosso espaço de pensamento coletivo, engajado e aplicado em Comunicação Comunitária, especialmente Andrea Medrado, Dérika, Gabbay, Janaína, Leo da Finlândia, Lilian, Pablo, Ricardo, Renata, Rosane, Verônica e Zildinha;

Aos/às amigos/as professores/as e amigos/as alunos/as da UFRRJ: não podia ter começado o ensino universitário num lugar mais especial que a Rural;

Aos/às meus/minhas amigos/as do Radix;

Aos/às meus/minhas amigos-irmãos/amigas-irmãs da época da graduação e, agora, de vida: aos Feios do meu coração, Anna Carla, Beta, Lelê, Martita, Pepê e, para a tese, especialmente, Belinha e Vivi, cuja dedicação, cuidado e carinho foram essenciais para o sucesso da pesquisa quantitativa; aos/às meus/minhas irmãos/ãs da (eterna e saudosa) casa Tchucks: Fernanda Pereira, Lerry, Mayaluna, Perry e Serry; a amiga-irmã Lilica que, junto com o Cris, trouxe mais gente boa pra esse mundo (viva Marina!); aos/as amados/as vindos da Oceano: meus/minhas irmãos/ãs Davi, Irene e Mari Pardal;

Aos/às meus/minhas amigos/as de (ou que agora estão no) além-mar: Leiloca e Natita, pelo sempre incentivo em áudios do zapzap e em energia; pedaços do meu coração dispersos pelo mundo: Alessia, Erick, Flávio, Helen, Ian, Jacek, Marelli, Mônica Valdes, Vayctor e Xande Bado;

Aos/às meus/minhas amigos/as conterrâneos: Grá, Laurinha, Luli e N;

Às minhas maridas, Deisoca e Fê;

Aos/às amigos da vida do por aí: Alan, Camila Romana, Gilkinha, Jaquerida, Laura Zandonadi, Livita, Luiza, Maiana, Talita Matos, Thom e Tonzin;

Ao para sempre amado Magno, meu companheiro nessa jornada da tese, do início ao fim, em nosso amor que se transforma;

Às amadas, já em outro plano de vida: Maria Helena e *mum in law*, Kay;

Aos pilares da minha vida e do meu coração: Neném e Adêma, pelo amor, pela dedicação, pela entrega e, principalmente, por serem fontes dos valores mais nobres; à minha irmã-alma-gêmea Juds, que, desde sempre, é meu horizonte e minha estrutura, ética e afetiva,

sinônimo para mim de *compreensão e abertura*; aos dois frutos de nosso amor familiar, meu irmão Monge e ao meu amor-maior, Abu, cuja aura, arte, energia e sabedoria mudarão o mundo;

To my new family: Layla, Michael, Nat, Pat, Peter and Sam;

To Adam, meu par nesse mundo and the love of my life: source of joy, pleasure, beauty, wisdom, peace, security and love: não seria possível terminar essa tese sem seu amor e sua dedicação permanente, cuidadosa e luminosa nesses últimos meses.

Ao Buda e à energia de onde viemos, da qual somos feito e para onde vamos.

A democracia não pode ser mais avaliada à maneira liberal, como um limite de igualdade, ou à maneira socialista, como um limite de liberdade, devendo ser a radicalização sem reservas tanto da liberdade quanto da igualdade.

Hardt e Negri

Não me falta comunicação; ao contrário, temos comunicação de sobra. O que nos falta é criação. O que nos falta é resistência ao presente.

Deleuze e Guatarri

RESUMO

A pesquisa explora a hipótese de uma crise estrutural nas rádios comunitárias brasileiras. Entre seus indícios destacam-se: a diminuição do ritmo de surgimento dessas rádios; a perda de protagonismo político junto às comunidades, movimentos sociais e poder público, e; os recentes desafios tecnológicos. Metodologicamente, a tese se baseia em dois planos de investigação: *técnico-empírico* (momento compreensivo) e *teórico-morfológico* (momento explicativo). No plano *técnico-empírico*, desenvolvemos duas pesquisas empíricas, relacionadas e interdependentes, junto às rádios comunitárias brasileiras (pesquisas qualitativa, de inspiração etnográfica e abrangendo dez estudos de caso, e quantitativa, com cem rádios, via questionário estruturado), além de observação-participante junto ao seu movimento político latino-americano e entrevistas semi-estruturadas com pesquisadores brasileiros e europeus do campo da Comunicação Comunitária. Já o plano *teórico-morfológico* envolveu extensas pesquisas bibliográfica, documental e conceitual. A hipótese de tal crise é verificada em quatro eixos de análise: *ontológico-político*; *político-social*; *político-estatal*, e; *tecnopolítico*. Entendendo rádios comunitárias como atores políticos de esquerda, a pesquisa parte da análise das mudanças *ontológico-políticas* no sujeito político-comunicacional e no campo da luta por direitos, ambos tensionados pela nova hegemonia de ação política (descentralizada, horizontal, afetiva, não representativa e em rede), que contrasta com o modo pelo qual as rádios comunitárias se organizam e agem politicamente. Já no eixo *político-social*, debruçamo-nos nas controvérsias em torno das rádios comunitárias no âmbito da sociedade civil: a deslegitimação social (“rádio pirata derruba avião”); a fragmentação do movimento político organizado (livres versus comunitárias), e; a instrumentalização religiosa e político-partidária. Para tal analisamos dois conceitos centrais para a Economia Política da Comunicação, pluralidade e diversidade, e recontamos sua constituição histórica como ator político. O eixo *político-estatal* constata haver um embate permanente com o Estado que, em todo mundo, tende a lhes negar direitos e reconhecimento jurídico. Isso foi concluído a partir de um panorama político-estatal mundial das rádios comunitárias, do detalhamento de sua situação legal em todos os países sul-americanos e do aprofundamento do caso brasileiro em cada um dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e do Aparato regulatório e repressor. Por fim, a análise das mudanças *tecnopolíticas* aponta que os novos desafios políticos das rádios comunitárias estão inseparáveis de disputas tecnológicas. Se, por um lado, as novas possibilidades tecnológicas do veículo rádio (rádio digital, webrádio, podcast, celular) ampliam a capacidade de ação política das rádios comunitárias, por outro, deslocam as disputas do nacional (empresas de radiodifusão) para a transnacional (corporações de telecomunicações) e do conteúdo (midiático) para à infraestrutura comunicacional (controle do espectro eletromagnético). Os resultados finais refutam nossa hipótese: as profundas transformações por que passam as rádios comunitárias são, na verdade, sobredeterminações de uma crise localizada na sua base e razão de ser: na própria Política (representativa, hierárquica, centralizada). Como resposta dialética, os novos modos de ser das rádios comunitárias já apontam para a convergência midiática, para a ação em rede e para a rejeição à instrumentalização em favor da autonomia política e do Bem Comum. Isso se verifica na figura conceitual do *guardião de princípios*, elemento essencial para o *vínculo* ético-político que sustenta a rádio comunitária: quanto mais sólido o projeto político, maior é a tensão para que o guardião de princípios deixe de ser uma pessoa ou entidade para ser o próprio coletivo que compõe a rádio comunitária.

Palavras-chave: Rádio comunitária; Crise; Política; Comunicação Comunitária; TIC.

ABSTRACT

The research explores the hypothesis of a structural crisis in the Brazilian community radios. Among its evidences we highlight: the reduction of these radio's creation rhythm; loss of political protagonism within communities, social movements and public power, and; recent technological challenges. Methodologically, the thesis is based on two research plans: *technical-empirical* (comprehension) and *theoretical-morphological* (explanatory). On the *technical-empirical* level, we developed two empirical studies, connected and interdependent, with Brazilian community radios (qualitative research, ethnographically inspired covering ten case studies, and quantitative, with one hundred radios, via structured questionnaire) and also a participant observation of its Latin American political movement and semi-structured interviews with Brazilian and European researchers of the field of Community Communication. The *theoretical-morphological* plan involved extensive bibliographical, documentary and conceptual research. The hypothesis of such a crisis is verified by four axes of analysis: *ontological-political*; *social-political*; *political-state*; *technopolitical*. Understanding community radios as leftist political actors, the research starts from the analysis of the *ontological-political* changes in the political-communicational subject and in the field of the struggle for human rights, both of them attracted by the new hegemony of political action (decentralized, horizontal, affective, non representative, network based), contrasting to the way in which community radios organize and act politically. On the *political-social* axis, we focus on the controversies surrounding community radio stations within the civil society: social delegitimation ("pirate radio shoot down airplanes"); fragmentation of its political movement (free radios versus community radios), and; the religious and political-party instrumentalisation. For this we analyse two central concepts for the Political Economy of Communication, pluralism and diversity, and retell its historical constitution as a political actor. The *political-state* axis concludes that there is a permanent conflict with the State, which everywhere tends to deny the community radio's rights and legal recognition. This was deduced by a worldwide political-state overview of community radios, by detailing their legal situation in all South American countries and by deepening the Brazilian case in each of the Powers (Legislative, Executive and Judiciary) and the Regulatory and Repressive Apparatus. Finally, the analysis of the *technopolitical* changes proves that the new political challenges of community radios are inseparable from technological disputes. If, on the one hand, the new radio's technological possibilities (digital radio, webradio, podcast, mobile) amplify the capacity of community radio's political action, on the other hand, transfer the challenges from national (broadcasters) to transnational telecommunications corporations) level and from content (media) to communication infrastructure (the control of the electromagnetic spectrum). The research's final conclusions refute our hypothesis: the community radios profound transformations are, in fact, overdeterminations of a crisis located in their base and reason for being: in Politics (representative, hierarchical, centralized). As a dialectical response, the new modes of community radios are already pointing to the media convergence, the network based action and the rejection of the instrumentalisation towards the political autonomy and the Commons. We see this on the conceptual figure of the *guardian of principles*, an essential element for the ethical-political bond that sustains community radio: the more solid the political project, the greater the tension for the guardian of principle ceases to be a person or entity to become the very collective that composes community radio.

Keywords: Community radio; Crisis; Politics; Community Communication; ICTs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 DESCOBRINDO RÁDIOS COMUNITÁRIAS	37
1.1 PESQUISA QUALITATIVA	38
1.1.1 O caso da Rádio Comunitária Heliópolis – São Paulo (SP)	42
1.1.2 O caso da Webrádio Alma Londrina – Londrina (PR)	56
1.1.3 O caso da Rádio Cidade – Altamira (PA)	69
1.1.4 O caso da Rádio Comunitária Independência FM – Independência (CE)	84
1.1.5 O caso da Rádio Comunitária Quixelô FM – Quixelô (CE)	100
1.1.6 O caso da Rádio Comunitária Esperança FM – Queimada Nova (PI)	112
1.1.7 O caso da Rádio Xibé – Tefé (AM)	127
1.1.8 O caso da Rádio Comunitária Utopia FM – Planaltina (DF)	142
1.1.9 O caso da Rádio Terra Livre – Abelardo Luz (SC)	155
1.1.10 O caso da Rádio Muda – Campinas (SP)	167
1.2 PESQUISA QUANTITATIVA	183
1.2.1 Aspectos legais	186
1.2.2 Origem, motivação e participação	193
1.2.3 Programação	203
1.2.4 Equipe e vinculação	207
1.2.5 Sustentabilidade econômica	215
1.2.6 Apropriação e questões tecnológicas	221
2 LIMITES ONTOLÓGICO-POLÍTICOS: DESLOCAMENTOS NO CENÁRIO DA LUTA POR DIREITOS E A NOVA HEGEMONIA DE AÇÃO POLÍTICA	235
2.1 TRÊS TIPOS POSSÍVEIS	237
2.1.1 Ser socialista	238
2.1.2 Ser anarquista	242
2.1.3 Ser da multidão	246
2.2 DESLOCAMENTOS NO CENÁRIO DA LUTA POR DIREITOS	251
2.2.1 De um limite ao outro na luta por direitos	252
2.2.2 A crise de representação política e a democratização da mídia	256
2.3 A NOVA HEGEMONIA DE AÇÃO POLÍTICA	267

2.3.1 A política de campanha como método	268
2.3.2 O afeto como estratégia	274
2.4 ASPECTOS ONTOLÓGICO-POLÍTICOS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	280
3 LIMITES POLÍTICO-SOCIAIS: AS CONTROVÉRSIAS EXTERNAS E INTERNAS À SOCIEDADE CIVIL	295
3.1 PLURALIDADE VERSUS/E/OU DIVERSIDADE?	296
3.1.1 Apresentando os conceitos: sinônimos?	297
3.1.2 Diferenciando os conceitos: diversidade versus pluralidade	298
3.1.3 Contrapondo os conceitos: diversidade ou pluralidade?	301
3.2 BREVE HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DE UM ATOR POLÍTICO	304
3.2.1 Vertente igrejeira: popular e de base	306
3.2.2 Vertente autonomista: juvenil e universitária	311
3.2.3 Vertente comunitária: cidadã e plural	318
3.2.4 O processo de legalização	325
3.3 CONTROVÉRSIAS NO MUNDO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	334
3.3.1 A permanente campanha deslegitimadora	335
3.3.2 O movimento partido	341
3.3.3 Instrumentalização político-partidária versus socialização da politização	352
3.3.4 Proselitismo religioso versus expressão da diversidade religiosa	359
3.4 ASPECTOS POLÍTICO-SOCIAIS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	365
4 LIMITES POLÍTICO-ESTATAIS: O PERMANENTE EMBATE COM O ESTADO	382
4.1 PANORAMA POLÍTICO-ESTATAL MUNDIAL	383
4.1.1 Europa	389
4.1.2 Ásia e Oceania	395
4.1.3 África	400
4.1.4 América do Norte e Central	405
4.2 PARORAMA POLÍTICO-ESTATAL REGIONAL: AMÉRICA DO SUL	410
4.2.1 Venezuela	411
4.2.2 Colômbia	413

4.2.3 Equador	415
4.2.4 Peru	417
4.2.5 Bolívia	419
4.2.6 Paraguai	421
4.2.7 Chile	423
4.2.8 Argentina	425
4.2.9 Uruguai	429
4.3 PARORAMA POLÍTICO-ESTATAL NACIONAL: BRASIL	431
4.3.1 Legislativo	433
4.3.2 Executivo	440
4.3.3 Judiciário	448
4.3.4 Aparato regulatório e repressor	454
4.4 LIMITES POLÍTICO-ESTATAIS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	462
5 LIMITES TECNOLÓGICOS: INOVAÇÕES TÉCNICAS QUE IMPACTAM A POLÍTICA (E VICE-VERSA)	470
5.1 NOVOS CAMINHOS TECNOLÓGICOS	471
5.1.1 Rádios em digital	473
5.1.2 Rádios em rede	484
5.1.3 Rádios em outras plataformas	493
5.2 NOVAS DEMANDAS TECNOLÓGICAS	499
5.2.1 O novo interesse público nas políticas de comunicação	501
5.2.2 Commons e a nova disputa pelo ar	505
5.2.3 A ação política em rede	510
5.3 LIMITES TECNOLÓGICOS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	515
(PRÉ-CONCLUSÃO) A IMPRESCINDIBILIDADE DO VÍNCULO E DA ABERTURA COMUNITÁRIA	527
CONCLUSÃO	533
REFERÊNCIAS	550

ANEXOS

ANEXO A – PREPARAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA

ANEXO B – PREPARAÇÃO DA PESQUISA QUANTITATIVA

ANEXO C – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA
(TABULAÇÃO DE RESPOSTAS DISSERTATIVAS)

ANEXO D – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (ASPECTOS LEGAIS)

ANEXO E – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (ORIGEM, MOTIVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO)

ANEXO F – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (PROGRAMAÇÃO)

ANEXO G – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (EQUIPE E VINCULAÇÃO)

ANEXO H – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA)

ANEXO I – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA QUANTITATIVA
(APROPRIAÇÕES E QUESTÕES TECNOLÓGICAS)

ANEXO J – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

ANEXO K – PESQUISA JUNTO A PESQUISADORES E MILITANTES DA ÁREA DA
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Definição prévia das emissoras a serem visitadas
Quadro 2	Divergências conceituais entre pluralismo e diversidade
Quadro 3	Classificação das propostas legais em relação ao pluralismo e à diversidade
Tabela 1	Divisão de rádios pesquisadas por regiões
Tabela 2	Comparação das divisões de rádios por regiões (Ministério das Comunicações e pesquisa)
Tabela 3	Fechamentos de emissoras sem outorga (2002-2015)
Tabela 4	Guardiões de princípios identificados nas rádios visitadas
Gráfico 1	Tempo de espera para obtenção da outorga
Gráfico 2	A rádio já foi fechada pela Polícia Federal e Anatel?
Gráfico 3	Data de criação
Gráfico 4	Articulação original
Gráfico 5	Sistema decisório
Gráfico 6	Principal forma de remuneração da equipe
Gráfico 7	Relação pessoal com os demais participantes
Gráfico 8	Orçamento mensal
Gráfico 9	Conexão à internet
Gráfico 10	Transmissão online (webrádio)
Gráfico 11	Oferta de podcasts
Gráfico 12	Principais usos das redes sociais
Gráfico 13	Uso de softwares livres
Gráfico 14	Tipo de sujeito relacionado às fontes inspiradoras
Gráfico 15	Fechamentos de emissoras sem outorga por ano (2002-2015)
Gráfico 16	Relação entre fechamentos e recursos
Gráfico 17	Relação entre fechamentos, denúncias e ações de fiscalização
Figura 1	Processos judiciais contra rádios comunitárias no Brasil
Figura 2	Elementos de uma política nacional de comunicações
Figura 3	3a Fase (1980/90–atual): um paradigma emergente de política para novas comunicações
Figura 4	Estrutura internacional da AMARC

LISTA DE SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRAÇO – Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária
ACMA – *Australian Communications and Media Authority*
ACPO – *Acción Cultural Popular*
ACORDI – Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência
AIR – Associação Interamericana de Radiodifusão
ALER – *Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica*
AlmA – Associação Intercultural de Projetos Sociais
AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias
AMCH – *Asociación de Medios Comunitarios de Honduras*
ANARAP – *Agrupación Nacional de Radio Popular*
ANCARC – Associação Nacional de Rádios Comunitárias Católicas
Ar Livre – Associação das Rádios Livres e Comunitárias do Rio de Janeiro
ARCA – Associação Rádio Comunitária de Altamira
ARCHI – *Asociación de Radiodifusores de Chile*
ARCO – Associação de Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro
ARCOBA – Associação de Rádios Comunitárias da Bahia
ARPAS – *Asociación de Radios y Programas Participativos de El Salvador*
AU – União Africana
BCI – Comissão da Radiodifusão Irlandesa
CAMECO – *Catholic Media Council*
CATV – *Community Access Television*
CCA – Centro da Criança e Adolescente
CCBM – Consórcio Construtor de Belo Monte
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEMI – Centro de Educação e Comunicação Popular de São Miguel
CEU – Centro Educacional Unificado
CHARC – *Consejo Honorario Asesor de Radiodifusión Comunitaria*
CIDH – Corte Interamericana de Derechos Humanos
CIEC – Centro de Integração, Esporte e Cultura
CMFE – Fórum de Mídia Comunitária Europeu
CMI – Centro de Mídia Independente

Cofetel – *Comisión Federal de Telecomunicaciones*
CONATEL – *Comisión Nacional de Telecomunicaciones*
CRAOL – Fórum de Rádios Comunitárias de Irlanda
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação
DCE – Diretório Central dos Estudantes
Dentel – Departamento Nacional de Telecomunicações
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
ERPE – *Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador*
ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing
FAOR – Fórum da Amazônia Oriental
FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
FOMECA – *Fomento Concursable para Medios de Comunicación Audiovisual*
FDC – Fórum Democracia na Comunicação
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FrenteCom – Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular
FSM – Fórum Social Mundial
FUNDAÇÃO CASA – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FVPP – Fundação Viver Produzir e Preservar
Gesac – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
Icequi – Instituto Cultural e Econômico de Quixelô
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
Interpi – Instituto de Terras do Piauí
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPDC – *International Programme for the Development of Communication*
Labic – Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura
LGT – Lei Geral de Telecomunicações
LMT – *Ley Marco del Sector de Telecomunicaciones*
LOTEL – *Ley Orgánica de Telecomunicaciones*

LPFM – *Lower Power FM*

LSCA – *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual*

MBL – Movimento Brasil Livre

MEB – Movimento de Educação de Base

MEI – Microempreendedor Individual

MinC – Ministério da Cultura

MiniCom – Ministério das Comunicações

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MNRC – Movimento Nacional de Rádios Comunitárias

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAB – *National Association of Broadcasters*

NOMIC – Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organização Social

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PFL – Partido da Frente Liberal

PIMEV – Projeto Integrado Meninos do Vale

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNO – Plano Nacional de Outorga

PP – Partido Progressista

Promic – Programa Municipal de Incentivo à Cultura

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

Ralacoco – Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária

ReMC – *Red de Medios Comunitarios*

RNA – Rádio Nacional de Angola

Sabesp – Companhia de Água e Saneamento do Estado de São Paulo

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação
UEA – Universidade Estadual do Amazonas
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo
Unas – União de Núcleos, Associações e Sociedade dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-americana
UNIRR – União e Inclusão em Redes de Rádios
UNOPAR – Universidade Norte do Paraná
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Metodologia

No prefácio ao livro *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais* (BRUYNE et al, 1977), Jean Ladrière nos interpela com a questão se – e como – seria possível objetivar uma ordem da realidade na qual o homem intervém enquanto agente, confrontando as dificuldades inerentes à pesquisa em Ciências Humanas às Ciências Naturais. Ao que ele aventa duas possibilidades: uma é colocar os “agentes” entre parênteses e fazer aparecer “sistemas”, adotando o *esquema da explicação*; outra, renunciando qualquer recurso advindo das Ciências da Natureza, consiste em captar a realidade social “em sua própria produção, isto é, na ação, e considerar esta última nela mesma, em sua efetuação, não em seus efeitos (...) reconstituir, a partir de sua própria experiência, o *sentido* que habita as ações das quais vem a ser testemunho, direta ou indiretamente” (p.10, grifo nosso), aderindo ao *esquema da compreensão*. O autor apressa-se em denunciar que há riscos em ambas: a primeira de perder o próprio núcleo dos fenômenos sociais, a ação e, a segunda, o do subjetivismo.

A motivação primeira para a presente pesquisa parte de uma vivência no movimento brasileiro e mundial de rádios comunitárias e convivência com as emissoras e seus comunicadores populares¹. Desde a graduação, passando pelo mestrado na linha de Mídia e Mediações Socioculturais do Programa de Pós-graduação da ECO-UFRJ e atualmente no doutorado, me dediquei a pesquisar as rádios comunitárias e os temas concernentes à Comunicação Comunitária, no âmbito do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ)². Além disso, a atuação profissional diretamente ligada às emissoras comunitárias brasileiras e latino-americanas e o diálogo com suas congêneres em

¹ De 2005 a 2012, atuei como colaborador em uma organização não governamental carioca que trabalha com comunicação popular e direito humano à comunicação, o Criar Brasil (www.criarbrasil.org.br). A partir dali, tive contato com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias – AMARC Brasil (www.amarcbrasil.org). A Associação Mundial de Rádios Comunitárias (<http://amarc.org>) é referência organizacional, política e comunicacional do movimento de rádios comunitárias, cidadãs e populares, tendo como missão promover a democratização da comunicação para fortalecer a liberdade de expressão e contribuir para o desenvolvimento equitativo e sustentável dos povos. Na gestão 2013/2015 fui um dos cinco conselheiros políticos da AMARC Brasil (<http://amarcbrasil.org>), na gestão 2011/2013 fui coordenador executivo da Associação e na gestão 2009/2011 ocupei o cargo de representante nacional, responsável por representar a Associação junto ao governo brasileiro e em instâncias internacionais.

² Criado e coordenado pela professora Raquel Paiva, o Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (<http://leccufrj.wordpress.com/>) congrega alunos da graduação e pós-graduação interessados no tema da comunicação comunitária, além de pesquisadores já formados e lideranças de movimentos sociais. O Laboratório atua através da pesquisa e do estudo em Comunicação Comunitária, da realização de seminários na área e na formação de comunicadores populares, além de possuir acervo de livros, revistas e demais publicações ligadas a Comunicação Comunitária disponível para empréstimos e consulta local.

outras partes do mundo propiciaram uma familiaridade com os temas de seu movimento político e de seu cotidiano que tem alimentado nossas reflexões acadêmicas. Particularmente, têm chamado à atenção mudanças motivacionais, tecnológicas e políticas pelas quais as rádios comunitárias têm passado no Brasil e no mundo. Foram as contradições e conflitos observados no cotidiano da militância política e no interior das rádios que suscitaram as questões que alimentam essa pesquisa. Ao modo marxiano, que vê no conflito o motor da história, nos parece que o grau (crescente) e a natureza (complexa) de tais contradições indicam um momento importante de mudanças e que alavancam ocorrências interessantes de serem analisadas na busca por entendimento de processos sociais mais amplos. Por um lado, nossa proximidade com o objeto oferece inúmeros desafios. Por outro, propicia-nos possibilidades, uma rica fonte de elementos e matizes de análise, desde a lava da ação, ainda que sob a pena de selecioná-los e organizá-los de modo a produzir alguma inteligibilidade científica. Acreditando que “a implicação do observador em seu objeto de investigação é condição, mais do que obstáculo, para a validade da investigação” (BRUYNE et al, 1977, p. 73) buscamos uma equação metodológica que equilibrasse esses dois lugares simultâneos, de observador-participante e de pesquisador.

Na escolha de Sofia dos métodos, sabendo dos riscos de cada um e não podendo abandonar nenhum (nem nosso caminho), optamos por trazer ao primeiro plano (nosso norte) o referido esquema da compreensão, a fim de não empobrecer o objeto que desejamos conhecer melhor. Esse é um dos motivos pelos quais optamos – mesmo sabendo do incomum de tal escolha – iniciar nosso texto com a apresentação: dos estudos de caso das dez rádios comunitárias analisadas; da síntese dos resultados da pesquisa quantitativa, abrangendo cem rádios comunitárias de todo o país e de diversos tipos. Nosso intuito é ir do individual ao estrutural na busca por entender *parte* do que se passa com as rádios comunitárias. Queremos também destacar com tal escolha a origem (no seu duplo sentido, de gênese e de lugar social) da nossa pesquisa. Sob esse esquema esperamos ressaltar a busca por *compreensão* do sentido social das mudanças nos modos de agir e ser desses atores sociais a partir da nossa experiência com eles e no interior deles.

Por outro lado, dado nosso envolvimento com o objeto e no afã de tentar elucidá-lo, tínhamos de nos exigir alguma cientificidade para poder olhá-lo com a necessária amplitude (mesmo com inegável dificuldade de distanciamento). Para tal, num segundo momento, foi então necessário colocar os agentes-rádios entre parênteses e ir à busca do entendimento dos sistemas que lhes perpassam e estão subjacentes. Apesar de estarmos cientes da reciprocidade

(influência mútua) agente-sistema, o esquema da *explicação* é um exercício que exige o foco nas instituições e processos sociais resultantes das ações recíprocas dos indivíduos organizados em sociedade, ao longo do processo histórico. A outra *parte* do entendimento das transformações nas rádios comunitárias pretende vir daí, do foco mesmo na estrutura, e que escapa (visto que ultrapassa), em primeira instância, a intervenção do pesquisador-agente, como é o nosso caso. Foi uma estratégia de autotração, com vistas a alguma objetividade.

Porém, como se sabe, nada disso seria garantia de aprofundamento da problemática sem uma constante ruptura epistemológica do objeto científico, ou seja, o exercício de afastamento de sentidos comuns, preconceitos, evidências de “bom senso” ou mitificações decorrentes da (pretensa) familiaridade com o objeto. Entendendo objetivação não como mero desvelamento, mas produção e reconstrução incessante do objeto científico ao longo da própria pesquisa, acreditamos que

não existe um momento no qual se poderia dizer que a construção do objeto está acabada e que a fase de análise começa; na realidade, a construção prossegue de um extremo ao outro do procedimento no qual se desenvolve a pesquisa. (...) Pois a partir do momento em que se conseguiu desprender o objeto da situação problemática na qual se encontrava, ele não tarda a suscitar, por seu próprio funcionamento, novos problemas. (LADRIÈRE in BRUYNE et al, 1977, p. 19)

Nossa preocupação epistemológica não será solitária. Nem poderia: se a Comunicação Comunitária pretende se consolidar enquanto campo relativamente autônomo na Comunicação, há que se primeiro destacar um palco interobjetivo em que a crítica intersubjetiva dos pesquisadores desempenha papel regulador. Dialogaremos com os métodos e conceitos já propostos pelos estudiosos do campo. A intenção aqui é contribuir (mesmo que limitadamente) para delimitação de fronteiras que deem conta da especificidade da Comunicação Comunitária.

Assim sendo, estruturamos nossa pesquisa a partir de dois planos de investigação, que se retroalimentam e são interdependentes: o técnico-empírico e o teórico-morfológico. Enquanto o plano técnico-empírico (de coleta de dados) ressalta e lança as bases para o momento *compreensivo*, o teórico-morfológico (arcabouço teórico e configuração da problemática) sai em busca do momento *explicativo*. Vemos que a “compreensão e explicação são dissociáveis, mas complementares (...), pois compreender já é ver uma necessidade” (BRUYNE et al, 1977, p. 166).

a) *Plano técnico-empírico*

Nosso plano técnico-empírico, como não poderia deixar de ser, persegue duas intenções em sua coleta de dados: enquanto motivadores de questões e testadores de nossas hipóteses (teorização). Porém, tendo em vista que boa parte da coleta acontecerá no âmbito da empiria (ambiente que tende a entropia), teremos de nos exigir cuidado especial ao catar entre as *informações* os *dados*, rigorosamente seguindo nossa problemática de pesquisa e hipóteses de trabalho.

Uma das tarefas dessa etapa de nossa pesquisa compreende o desenvolvimento de duas pesquisas empíricas, de forma articulada e interdependente, junto às rádios comunitárias brasileiras: uma *pesquisa qualitativa*, de inspiração etnográfica, abrangendo dez estudos de caso de rádios comunitárias e suas respectivas comunidades; uma *pesquisa quantitativa*, a fim de aferir os resultados da pesquisa anterior, com cem rádios comunitárias brasileiras, a partir de questionário estruturado.

De acordo com Yin (2001), a escolha pelo estudo de caso está adequada a pesquisas voltadas para acontecimentos contemporâneos, quando o comportamento dos sujeitos não está sob o controle do pesquisador (p. 28). O estudo de caso busca reunir informações tão numerosas e tão detalhadas quanto possível, no objetivo de apreender a totalidade de uma situação e, para tal, recorre a variadas técnicas de coleta de dados (documentos, entrevistas, observação direta). Yin sugere rigor quanto à delimitação dos casos, ao desenvolvimento de protocolos de pesquisa e no uso de múltiplas fontes de evidências (p. 30). Para além disso,

os estudos de caso rigorosos não devem se limitar a uma descrição, por mais documentada que seja, mas apoiar-se em conceitos e hipóteses; devem ser guiados por um esquema teórico que serve de princípio diretor para a coleta de dados; assim eles evitam “o erro do concreto mal colocado” (Hempel) para melhor assegurar a pertinência e a interpretação dos dados que eles reúnem. (BRUYNE et al, 1977, p. 227)

Por isso, nosso olhar no campo estará orientado, não só pelas inquietações de nossa problemática, mas por algumas *hipóteses estratégicas* (H. Lefebvre), ou seja, aquelas que emergiram ao nível da experiência, na prática e na realidade dinâmica pré-campo (vivência no movimento e com as rádios comunitárias) e que serão testadas no campo. As hipóteses que nos orientam serão listadas mais abaixo.

De qualquer forma, apesar de sua riqueza enquanto fonte e verificação de problemáticas para análise, os estudos de casos têm poder de generalização limitado devido ao seu caráter particularizante. Por isso, vimos a necessidade de aferir os resultados da pesquisa qualitativa com uma pesquisa mais abrangente, quantitativa, que nos permita corrigir deduções e asseverar conclusões da primeira. Do *compreensivo* para o *explicativo*

necessitamos de uma amplitude quantitativa maior que a profundidade do campo não seria capaz de oferecer. As cem rádios³ – e experiências radiofônicas – igualmente serão selecionadas a partir de consultas a pesquisadores, lideranças do movimento de rádios comunitárias e indicações das próprias, dentro dos mesmos critérios balizadores da pesquisa qualitativa. Esse método de seleção, apesar de ferir alguns pressupostos estatísticos de aleatoriedade e objetividade, nos parece apropriado por partir da própria intersubjetividade interna (movimento, rádios) e exterioridade constitutiva (pesquisadores de Comunicação Comunitária) ao campo. Não podíamos partir de definições burocráticas, tradicionais, estanques ou legalistas (como uma eventual consulta ao banco de dados do Ministério das Comunicações) para determinar o nosso universo de pesquisa.

Outra tarefa deste plano envolve uma pesquisa empírico-analítica, de observação participante, no que tange ao acompanhamento das discussões do movimento de rádios comunitárias no Brasil e na América Latina, com atenção para seus ecos em debates mundiais. Pretendemos, com isso, identificar contradições, conflitos, mas também perspectivas na superfície das propostas do movimento e a partir de seus debates e embates.

b) *Plano teórico-morfológico*

Como nos instruem Bruyne, Herman e Schoutheete, o plano teórico é a confluência dos demais:

Face ao polo epistemológico, a teoria é um conjunto significativo pertinente a uma problemática da qual ele apresenta uma solução válida; face ao polo morfológico, a teoria é um conjunto coerente de proposições que fornecem um quadro explicativo e compreensivo; face ao polo técnico, a teoria é um conjunto de hipóteses falsificável, testável. (1977, p. 114)

Assim, uma teoria adequada a uma dada problemática será, portanto, idealmente, ao mesmo tempo, “falsificável, coerente e pertinente”. É no plano teórico que são elaboradas as hipóteses, construídos os conceitos e formulado o objeto. A teoria será utilizada para rompermos a aparente naturalidade do objeto, objetivando-o, ou seja, deslocando o objeto *real*

³ Explicamos aqui brevemente como chegamos a tal número de amostragem. Uma das dificuldades inerentes ao estudo das rádios comunitárias é justamente determinar seu universo, por abranger rádios com e sem outorga, antigas e efêmeras. Tendo em vista a problemática de nossa pesquisa, esse universo é ainda mais difícil de ser determinado (por incluir *webrádios*, rádios livres, rádios de poste etc. não catalogadas). Num caso como o nosso, a tabela para estatísticas de Arkin e Colton aponta a amostra de 100 indivíduos para obter um resultado com margem de erro máximo, para mais ou para menos, de 10 pontos percentuais (pp), num coeficiente de confiança de 95,5 %, independente do tamanho da população. Fonte: Arkin, H. & Colton, R. apud TAGLIACARNE, G. Pesquisa de São Paulo, Atlas, 1976, p. 176.

e *percebido* em direção ao objeto *construído* cientificamente. Munidos de uma teoria poderemos verificar sua pertinência junto às hipóteses advindas da construção que fizemos desse objeto.

Porém, não podemos perder de vista o que é uma teoria: somente uma teoria. Em seu diálogo com Foucault, Deleuze afirma que “uma teoria é como uma caixa de ferramentas (...) é preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma” (DELEUZE apud FOUCAULT, 1979, p. 71): ou seja, os conceitos são nada mais que instrumentos para melhor compreendermos a realidade, mas é tal realidade – ainda que enquanto constructo – o que se persegue. Um antigo ensinamento budista traz aprendizado semelhante:

Quando subimos uma escada, a não ser que abandonemos o degrau inferior, não conseguiremos subir ao próximo, mais elevado. O mesmo se aplica ao conhecimento. Se você não estiver disposto a se livrar do seu conhecimento presente, não conseguirá obter um nível mais profundo sobre a mesma coisa. A história da ciência o comprova. Você descobre algo novo que o ajuda a obter um melhor entendimento. Está consciente de que algum dia terá que abandonar aquilo para descobrir uma coisa mais profunda e de nível mais elevado. O ensinamento budista de libertação do conhecimento é muito importante. (HANH, 2002, p. 27)

Ao comentar sobre seus próprios ensinamentos, Sidarta Gautama, o Buda histórico, alertava seus discípulos a não amarem a sabedoria assim como não deve se apegar a escada somente por ela ser o instrumento que nos alça a um nível superior. Nosso plano teórico – enquanto confluência dos demais, enquanto caminho mesmo da pesquisa e enquanto matéria-prima para construção do objeto – terá de ir sendo abandonado assim que, com ele, formos ampliando o contexto de nossa problemática. “As teorias não são o alfa e o ômega da ciência, devem apenas ser consideradas como os suportes, sempre provisórios, de um impulso que nelas se apoia apenas para ir mais longe” (LADRIÈRE in BRUYNE et al, 1977, p. 19), enfim, a teoria é prática metodológica, imprescindível, mas nunca totalitária. Ou como diz o provérbio árabe, citado certa vez por Muniz Sodré, “tem coisas que só se resolvem no abandono”.

Chamamos de plano teórico-*morfológico* por ser esse também o lugar onde iremos propor uma determinada *organização* do fenômeno, articulando seus elementos e questões sob a teoria formulada para nossa problemática. Se o polo teórico é o momento da interpretação dos dados e da explicação dos fatos, o morfológico forja uma determinada arquitetura que os organiza e propicia a articulação do sentido do dado fenômeno.

Em nosso caso, o fenômeno a que estamos nos referindo é uma hipotética crise estrutural nas rádios comunitárias e os elementos que analisaremos para aferi-la estão organizados em quatro eixos considerados basilares para entendermos as atuais

transformações verificadas nesses atores: ontológico-político, político-estatal, político-social e tecnopolítico. Ao defendermos tal sistematicidade, temos consciência de ingressarmos num quadro algo *estruturalista* para sua explicação. Sim, essa será uma de nossas escadas. É que os *fatos investigados* são mais facilmente compreendidos enquanto *dados* ao ganhar *sentido* na e pela *estrutura*: “para o estruturalismo, o sentido se encontra incluído e como que comprimido no interior do sistema (...); a análise estrutural se desenvolve ao nível da linguagem, ela nunca apreende diretamente o mundo sensível”. (BRUYNE et al, 1977, p. p. 147). Nosso entendimento aqui é que “a materialidade da vida social, ao mesmo tempo escapa e é captada na linguagem” (SOVIK in HALL, 2003, p. 15). Enquanto esquema explicativo, tal método nos auxiliará na investigação dos fatores que, inter-relacionados e interdependentes, sustentam (estruturam) a mudança de paradigma que afeta as rádios comunitárias. Por seu efeito, a hipótese central da “crise” nos parece adequada por realçar um momento de inflexão que, hipotetizamos, atinge todos os meios comunitários, sem exceção. Dentro do nosso plano teórico, a análise estrutural é a que irá pesquisar: em que medida o Estado (em seu sentido gramsciano, sociedade civil + sociedade política), é um dos protagonistas da crise pela qual passam as rádios comunitárias; as mudanças tecnológicas (convergência midiática, digitalização, migração para a infraestrutura da rede) que interferem na atuação de tais meios; os fatores históricos e macroeconômicos que sustentam a concentração midiática em que se insere a luta pela democracia nos meios; como a reorganização da cena política latino-americana interfere no protagonismo social das emissoras; a mudança de paradigma interno à comunicação protagonizada pela midiatização da sociedade.

O método estruturalista é frequentemente acusado de vilipendiar a análise histórica, além de deixar pouco espaço para a ação do sujeito no processo social: ao colocar os agentes “em suspenso” para destacar aquilo que os ultrapassa e os determina acaba por favorecer uma teleologia *desistoricizada*. Ao corroborar com tais críticas, mas sem abrir mão de aproveitar da compreensão do todo da problemática que o quadro estruturalista nos propicia, buscamos uma saída por dentro: a análise do sujeito político. *Saída* porque nos indica de que modo o sujeito político (individual ou coletivo) reflete, mas também refrata (cf. BAKTHIN, 2012) a estrutura social; *por dentro* porque não nega uma certa determinação (talvez melhor fosse falar em *influência determinante*) de um elemento estrutural, a saber, o modo de produção atual (hegemonia do trabalho imaterial) sobre a atuação política (cf. HARDT e NEGRI, 2004). Essa análise nos auxiliará na compreensão da hipotética crise (e suas subcrises de legitimidade, protagonismo social, carência de quadro político, autenticidade etc.) que afeta as

rádios comunitárias. Essa discussão deve ser entendida como a base teórica e argumentativa sobre a qual organizamos toda a nossa pesquisa: se entendemos meios comunitários como um espaço de ação política, para entender suas mudanças paradigmáticas não deve ser outro o caminho investigativo que analisar as transformações e modos de ação do sujeito político.

Referente ao método, o estruturalista insiste que a “‘experiência’, por definição, não poderia ser o fundamento de coisa alguma, pois só se podia ‘viver’ e experimentar as próprias condições dentro e através das categorias, classificações e quadros de referência da cultura. (...) A experiência era um ‘efeito’ das categorias” (HALL, 2003, p. 147), não podendo ser fonte autenticadora, mas mero efeito, somente por aí passível de ser estudado. Rechaçamos tal assertiva. Como se vê inclusive na organização de nosso trabalho, a experiência não só se encontra em primeiro plano, como fundamenta nossa teorização e aferição de hipóteses. Além disso, a experiência (menos no sentido de observação que de ação) deve ser compreendida (não somente a nossa, mas também a dos atores ao lado dos quais atuamos) como elemento ativo, interferente e transformador da realidade experienciada.

De algum modo, desconstruindo o que já dito até aqui, nosso ponto de vista é que método não deve ser camisa de força. No curso *A ciência do comum*, ministrado no Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ (1º semestre de 2013), acerca do campo da Comunicação, ao tratar de um método apropriado para a área, Muniz Sodré e o/a Gumbrecht, professor de Literatura de Stanford (EUA): “Não acredite em nenhum método ou (pior) metodologia – não porque os métodos ou as metodologias sejam intrinsecamente maus, mas porque eles o impedem de pensar de modo independente e de desfrutar sua liberdade intelectual em uma dimensão de pensamento que não admita regularidades rígidas”⁴. Em se tratando do campo da Comunicação, Sodré acredita que seus estudos se referem a um *socius* que não está ajustado as Ciências Humanas clássicas:

As tradicionais ciências sociais e humanas sempre procuraram inscrever positivamente o fato (...) numa ordem de causalidade capaz de levar a uma compreensão objetiva da realidade por meio da interpretação adequada. O desafio epistemológico e metodológico da Comunicação enquanto práxis social, entretanto, é suscitar a *compreensão*, isto é, um *conhecimento* e ao mesmo tempo uma *aplicação* do que se conhece, na medida em que os sujeitos implicados no discurso orientam-se, nas situações concretas da vida, pelo sentido comunicativamente obtido. (2006, p. 15, grifos nossos)

É por isso que ele defende “uma outra atitude epistemológica ou interpretativa – mais *compreensiva*, menos intelectual-racionalista, capaz de apreender os fenômenos fora da medida universal – para a análise que se pretende chamar de ‘comunicacional’” (p. 14, grifo

⁴ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1310200210.htm>. Acesso em 22.7.2014.

nosso). E deixa claro que compreensão não significa necessariamente aderir à posição do outro: compreensão é a crítica da dualidade, mas pelo afeto: não há que se aderir, mas aceitar, (deixar) afetar-se. Quando há a separação (intelectual-racionalista) entre sujeito e objeto não pode haver essa afetação.

É nesse sentido que elegemos o *esquema da compreensão* e da *experiência* como norte para nosso trabalho. A partir do nosso envolvimento e vivência com o objeto, buscaremos uma *aplicação* do que já sabemos sobre ele, mas exercendo uma crítica – afetiva, de afetação – que nos permita alçar patamares mais amplos da visão e gerar *conhecimento*, em que o plano teórico nos servirá de lente, mas também será produto: por fim, o esquema da compreensão abrindo espaço para que o esquema da explicação lance perspectivas para o nosso fenômeno.

Sodré afirma que “a compreensão – conhecimento que se processa por apreensão imediata ou analógica de um fenômeno – como que *desafia a explicação*, pretensamente objetiva e inimiga das metáforas, a responder a suas representações concretas” (2002, p. 244, grifo nosso). Pois nos colocaremos um sobredesafio, justamente o duplo exercício de *objetificar a compreensão* e *subjetificar a explicação*: buscamos uma síntese compreensão-explicação que nos permita um entendimento do que estrutura o fenômeno que analisamos (hipotética crise das rádios comunitárias), mas que não vilipendie o elemento humano que anima sua gênese e transformação (o cotidiano da ação política nossa e dos comunicadores populares).

Hipóteses

Hipótese central: Há uma crise estrutural das rádios comunitárias, causada por fatores histórico-jurídicos, político-sociais e tecnológicos, e sintomática de mudanças ontológicas do sujeito político, que têm afetado todas as mídias comunitárias.

Hipóteses estratégicas:

- a) As rádios comunitárias brasileiras têm de ser compreendidas enquanto atores políticos de esquerda.
- b) Há um descompasso jurídico ativo, respaldado na sociedade civil e levado a cabo pela sociedade política, que faz do Estado um dos protagonistas da referida crise;

- c) Há um enfraquecimento do protagonismo político das rádios comunitárias hertzianas, decorrente da discrepância entre seu *modus operandi* clássico e a nova hegemonia de sujeito e ação política (ligada a uma crise de representação política);
- d) Enquanto os objetivos político-sociais que animavam as primeiras rádios comunitárias estavam mais alinhados à reivindicação de direitos coletivos, há uma reorientação nas atuais que passam a se pautar prioritariamente por direitos individuais (qualidade de vida, realização pessoal, bem-estar social e financeiro etc.);
- e) Há novíssimas experiências radiofônicas, fruto de readequações técnicas e sociais, que devem ser consideradas *rádios comunitárias*, a partir de uma ampliação desse conceito de modo a dar conta dos modos de agir concernentes às atuais possibilidades tecnológicas, práticas políticas e demandas sociais;
- f) As rádios comunitárias hertzianas ainda são social e politicamente relevantes em diversos contextos sociais e políticos latino-americanos;
- g) O que se entende por meio comunitário autêntico inexistente na realidade prática, mas funciona como uma importante reserva de valor que orienta o agir ético-político das mídias comunitárias;
- h) Há semelhanças internas entre o modo como se realiza a Comunicação Comunitária na América Latina e diferenças externas quanto a outras partes do mundo, por conta da tradição do campo e das particularidades sociais, culturais, econômicas e históricas.
- i) A amizade é uma relação que está na base vinculativa que une os ativistas em torno do projeto político da rádio comunitária.

Apresentação da problemática

Quando as primeiras rádios comunitárias surgiram no continente latino-americano, em meados do século XX, o veículo rádio era o principal meio de comunicação eletrônico. Naquela época, a Igreja Católica, que então impulsionava a maioria dessas rádios, era uma das instituições internacionais mais influentes na região. Com o passar do tempo, as rádios comunitárias foram sendo politicamente apropriadas por suas comunidades: isso coincidiu com o período em que as ditaduras militares ceifaram a democracia na maioria de nossos países. Bastiões de resistência popular, as rádios comunitárias foram então importantes espaços de mobilização política e conscientização das muitas opressões porque passavam as comunidades: desde a base, auxiliaram na luta pelo restabelecimento democrático em torno de

um mesmo macroprojeto político de esquerda. No Brasil, foi quando tivemos o momento de maior expansão numérica desses atores: as décadas de 1980/90 viram a multiplicação das radiocornetas e FMs de baixa potência no mesmo ritmo da repressão estatal. No final desse período, a organização política desses atores resultou numa lei cujas limitações iriam restringir sobremaneira sua ação nas comunidades. Paralelamente, a queda do Muro de Berlim e a decepção com as experiências do “socialismo real” abalaram ideologicamente aquele macroprojeto político comum. Além disso, importantes mudanças sociais, econômicas e tecnológicas deslocariam a hegemonia da ação política de esquerda, afetando estruturalmente as rádios comunitárias.

Hoje, em meados da segunda década do século XXI, as rádios comunitárias passam por muitas transformações e incertezas. Isso se evidencia em âmbito mundial, latino-americano e brasileiro; individualmente nas emissoras e coletivamente no seu movimento político; endogenamente sobre o próprio futuro desses atores sociais e exogenamente por desconfianças quanto à sua ainda pertinência social. Para nós, tratam-se de transformações estruturais e para entendê-las e desvendá-las plenamente iremos analisar as faces ontológico-política, político-social, político-estatal e tecnopolítica que sustentam tal conjuntura. Todos esses elementos estão interligados e são interdependentes e qualquer divisão esquemática analítica encerra o desafio de relacioná-los organicamente. Por uma questão de fôlego e método, iremos nos aprofundar no caso brasileiro, em diálogo com o latino-americano e constantes relances em outras regiões: ainda que não possamos comprovar tais transformações em âmbito mundial, apostamos que, por serem estruturais e estruturantes, elas afetam, em maior ou menor medida, todos os seus pares no mundo.

Apesar de um expressivo crescimento numérico recente das rádios comunitárias hertzianas⁵ nas partes mais pobres do planeta, esses atores têm experimentado desafios para manter seu protagonismo político. Demonstraremos, a partir de nosso recorte que, no caso brasileiro, a partir do início do século, há inclusive um estável decréscimo numérico. Mesmo nos países que experimentam incremento quantitativo, isso não tem sido acompanhado por aperfeiçoamentos legais que deem conta das transformações tecnológicas e desafios sociais em curso: demonstraremos que tal descompasso é ativo, não meramente fruto de uma obsolescência jurídica natural. Em muitos casos (e o brasileiro é emblemático),

⁵ O termo se refere às emissoras comunitárias como tradicionalmente a referenciamos, ou seja, aqueles atores políticos institucionalmente organizados que veiculam sua programação prioritariamente através da transmissão analógica por ondas eletromagnéticas, nas bandas de frequência do espectro eletromagnético reservadas para a radiodifusão sonora, funcionando com ou sem outorga do Estado.

conceder uma outorga de rádio comunitária nos limitados marcos legais atuais em meio aos crescentes e novos desafios por justiça social é como oferecer uma carroça para quem necessita transportar uma montanha: oferece-se um problema mascarado de solução para blindar-se de críticas. Ainda assim, em muitos países, o caminho para a concessão da outorga⁶ é tortuoso, rechaçando muitos postulantes. Aliás, como pudemos atestar em nossa pesquisa histórico-jurídica, a relação do Estado com as rádios comunitárias sempre foi marcada pelo conflito: num primeiro momento, pela ausência de qualquer reconhecimento legal e/ou pela repressão às emissoras sem outorga, até o enquadramento jurídico usualmente limitador influenciado pelo lobby dos radiodifusores comerciais. Porém, a insuficiência da explicação jurídico-estatal para explicar os atuais tensionamentos nas rádios comunitárias se exemplifica em casos como o da Argentina: o ambiente legal favorável criado com sua *Ley de Medios*, de 2009, não significou em reversão da situação de fragilidade política, organizacional e de sustentabilidade de suas emissoras comunitárias. Ao contrário, sua parca aplicação não criou estruturas sólidas que impedissem que a lei fosse demolida pelo primeiro governo de direita que viu pela frente.

A outra face do ordenamento jurídico é a própria ratificação da ilegalidade: se no vácuo legal, a repressão estatal era ilegítima porque levada a cabo sob uma carcaça vazia, no pós-lei ela se traveste de virtude, a coisa certa a ser feita contra os que não se adéquam às normas. Sob essa pretensa legitimidade, a criminalização à radiodifusão comunitária sem outorga permanece e, em muitos casos, recrudescer em muitas partes do mundo, respaldada ideologicamente por órgãos conservadores da sociedade civil. O que fica obscurecida é a usurpação primitiva, pré-lei, necessária para tal enquadramento jurídico, a saber, a monopolização por parte do Estado – e seu posterior uso privatista – de um bem agora reivindicado como comum a toda humanidade, o espectro eletromagnético. Cresce em importância um debate mundial que põe em xeque a licitude de tal monopólio e reivindica transparência, democracia, além de autonomia no uso de parte do espectro, no bojo das reivindicações do movimento global dos *commons*. Como nas contribuições teóricas de Ostrom (1990), tal movimento defende que é possível gerir recursos comuns, em comunidade e de modo sustentável. Apesar de inicialmente o foco ter sido a gestão de recursos naturais, hoje tal linha reivindicativa vem ativando sua proposta em outras áreas, inclusive na perspectiva das tecnologias de comunicação – novas e antigas – como um recurso a ser gerido de forma comunitária, em contraposição ao seu represamento mercadológico presenciado na

⁶ No Brasil, o termo preciso, no caso de um serviço de radiodifusão comunitária, é *autorização*. Optamos por deixar *outorga* por tratarmos de uma figura jurídica que abrange também outros países.

atualidade. Trata-se de uma retomada libertária das origens da gestão comunitária, cuja abordagem reforça a cooperação, evita particularismos e procura o bem comum da comunidade. Acontece que as críticas desse movimento promissor acabam por resvalar no próprio movimento de rádios comunitárias, que, por princípio, entende o Estado democrático e transparente como legítimo – e único – regulador do espectro eletromagnético. Uma das tarefas ao longo de nosso percurso investigativo será oferecer um panorama *político- estatal* latino-americano e brasileiro das rádios comunitárias, com destaque para sua gênese, principais conflitos e perspectivas. Faremos o contraponto com uma série de exemplos mundiais, verificando a hipótese de transformações estruturais e que aponta o Estado como um dos protagonistas.

Mas tais transformações no protagonismo político das rádios comunitárias hertzianas não podem ser explicadas, como já foi dito, somente pelo orquestramento dos aparelhos do Estado (notadamente seu aparato repressor policial e jurídico, mas também seu braço ideológico-legitimador, a sociedade civil). Também as transformações *tecnológicas* em curso interpelam essas emissoras em muitas frentes e suscitam dúvidas sobre seu futuro, ao mesmo tempo em que impulsionam mudanças e inauguram possibilidades em seu presente. É o caso, por exemplo, da digitalização do rádio, já realidade em alguns países do norte e que bate as portas do sul global com suas possibilidades de, entre outras vantagens, ampliar o número de canais – e, dependendo do marco regulatório, também o de atores – no espectro eletromagnético. Porém, encerra também riscos, como o de simplesmente varrer as rádios comunitárias hertzianas do dial por conta de limitações técnicas de alguns dos padrões de rádio digital disponíveis⁷. Além disso, há uma série de inovações da comunicação em rede que tensiona o que até hoje entendemos por *rádios comunitárias*, solicitando a elasticidade em tal conceito para dar conta de outros modos de agir plugados com as possibilidades tecnológicas, com outras práticas políticas e novas demandas sociais.

De qualquer forma, um erro comum das pesquisas recentes em Comunicação tem sido superestimar a prótese técnica em detrimento do vínculo, fetichizar as tecnologias sob prejuízo do humano: mesmo que as características técnicas do veículo rádio tenham sido historicamente importantes para que se tornasse o dispositivo mais popular de mídia comunitária em todo o mundo, anterior a isso – e bem mais crucial, a nosso ver, para analisá-los – estão os objetivos ético-políticos que animam os meios comunitários. Além disso, não preconizamos – nem ao menos vislumbramos num futuro próximo – o fim das rádios

⁷ Cf MALERBA, J. P. C. Rádios comunitárias brasileiras e as novas tecnologias de informação e comunicação: tecnologia, regulamentação e poder. *Projetos Experimentais.com*, v. 2, p. 4, 2008c.

comunitárias hertzianas: provavelmente ainda sejam o mais popular dentre os meios alternativos no continente. Em muitos casos, representa a única oferta de informação local e programação em línguas originárias. São rádios que historicamente protagonizaram mudanças sociais e políticas na região: pautam temas ambientais, sanitários e de gênero; lidam com os muitos poderes paralelos que compõem o cenário de ausência do Estado nas comunidades empobrecidas; atuam com ou a partir de associações camponesas e mineiras; contribuem no empoderamento dos grupos indígenas; lutam pelos direitos humanos a partir de uma perspectiva ampla e inclusiva; e, antes de tudo, efetivam o amplo e irrestrito direito à comunicação.

Hertziana, radioposte, *webrádio*, *podcast* ou “rádio convergenciada” são distinções que importam na medida em que pensamos uma relação dialética e de sobredeterminação entre tecnologia e mudança social: novas técnicas surgem como respostas a necessidades sociais, mas também as criam, aprofundam, deslocam. Por isso, antes de tudo, as transformações porque passam as rádios comunitárias têm de ser analisadas em seus aspectos políticos e que as tensionam em direção a um novo paradigma. Por exemplo, podemos falar de uma subcrise de *legitimidade* nesses meios: especula-se um processo de descaracterização de seu perfil em que muitas emissoras comunitárias se confundem com emissoras comerciais, religiosas ou estatais, tanto na programação, quanto na gestão e nos princípios. Além disso, o risco do aparelhamento político-partidário vive a rondar essas emissoras. Em muitos casos internacionais, tal aparelhamento é governamental, principalmente em que governos de esquerda (Equador, Venezuela) ou de democracias frágeis (Angola, República Dominicana) que se valem das ausências ou limitações legais que afetam a sustentabilidade dessas rádios para amordaçarem seu potencial crítico ou instrumentalizarem sua programação. Essa crise de legitimidade tem como uma de suas consequências uma busca por *autenticidade*, que se verifica tanto entre as rádios comunitárias e seu movimento político quanto na própria academia. E, a nosso ver, temos de compreender tal busca como um mecanismo responsivo de salvaguarda daqueles princípios que justamente permitem delimitar o meio comunitário dos demais. Uma das tarefas de nossa pesquisa será investigar como os aspectos político-sociais estruturam esse novo momento das rádios comunitárias.

Em outro momento⁸ e numa acepção provisória, definimos mídia comunitária como “um uso interessado da comunicação pautado por um projeto político, a partir de uma orientação ética [enquanto dever-ser]” (MALERBA, 2009, p. 88). Falar de mídia comunitária,

⁸ Cf. MALERBA, 2009, op. cit.

para nós, é falar de ação política. As rádios comunitárias passam hoje por uma crise de quadros políticos: no domínio individual, ao visitarmos uma rádio comunitária, ou no coletivo, ao analisarmos o estado das artes de seu movimento político, há um consenso sobre a escassez de pessoas dispostas ao seu engajamento. Ora, mas contaram-se milhares nas jornadas brasileiras iniciadas em junho de 2013 (mais ou menos na mesma época, também Chile, Tailândia e Estados Unidos), aparentemente motivadas pelos mesmos anseios por justiça social e reivindicação de direitos que historicamente animaram a gênese e a existência – persistência? – dos meios comunitários... No Brasil, uma das imagens marcantes daqueles dias de ruas tomadas e de olhares perplexos foi a de manifestantes exigindo que bandeiras de partidos políticos e movimentos sociais fossem recolhidas, como se não houvesse ali espaço para suas reivindicações. Há uma crise de representatividade política em curso e ela não afeta somente o Estado e seus espaços de deliberação: resvala na sociedade civil organizada e atinge em cheio suas células institucionalizadas. Não é que o sujeito político esteja oculto ou ausente, mas seus predicados mudaram a tal ponto que não podemos buscá-lo (somente) nos espaços tradicionais de atuação política. Mesmo com aquele que ainda persiste ali, sua atuação tende a pulverizar-se em um sem número de iniciativas colaborativas, comunicativas e em rede, mas que nem sempre são institucionalizadas e/ou coesas em um movimento político único e/ou unificado. Isso nos parece o indicativo de que um novo ser político pode nascer e precisamos perscrutá-lo para dar conta de nossa problemática. Não queremos com isso dizer que haja uma mera substituição de um modo de se realizar a luta política por outro: a coexistência é possível e provável, principalmente em momentos de transição como o nosso. De qualquer forma, nossa aposta é que um modo – e um sujeito – se hegemoniza e acaba por influenciar os demais.

Entendemos momentos de transformação como oportunidade: tanto para o próprio objeto da transformação – seus elementos estão instáveis, prontos a serem reordenados – quanto para a melhor compreensão de seu sujeito – os atores, as estruturas e relações sociais e o processo histórico que forneceram as bases para tais transformações.

O primeiro capítulo investiga as transformações das rádios comunitárias desde sua prática social: sendo ponto de partida e de chegada, só competia a elas fornecer as bases para essa pesquisa. Esse é o motivo da incomum escolha de iniciar nosso texto com a apresentação dos resultados das pesquisas quantitativa e qualitativa realizadas junto às rádios comunitárias: não faria sentido discutir marcos teóricos, conceitos e revisões bibliográficas sem antes ouvi-las e deixá-las falar com suas vozes. Além disso, em se tratando de um objeto multifacetado e

sendo o foco analisá-lo em seus elementos transitórios, nos pareceu metodologicamente necessário observá-lo primeiro e buscar entendimentos depois. É claro que a observação já vinha se dando desde o nosso envolvimento com o objeto. Mas também por isso ir a campo era tarefa imprescindível para tentar imunizar-nos das expectativas dos resultados da investigação.

No segundo capítulo, analisaremos o que entendemos estar na base das transformações pelas quais têm passado as rádios comunitárias. Enquanto *atores políticos*, a compreensão de tais mudanças deve partir de uma investigação da ontologia do sujeito político-comunicacional. Para tal, delineamos *três tipos* que mais inspiram o ativista pelo direito à comunicação: cada qual segue uma matriz organizativa, um modo de ação e um ideário específico, a partir de um modelo específico de poder, soberania e ser político. Veremos aí que uma *nova hegemonia da ação política* já está incidindo dialeticamente em nosso objeto: desde mulheres e homens que pautam suas causas na rádio comunitária até o movimento político que faz dela sua causa. Isso acontece num contexto macro de *crise da representação política* e de *mudanças subjetivas* na luta pelos direitos. No afã do *self-construction* à altura de nossos desejos e do jogo de espelhos da expectativa alheia, sobra cada vez menos tempo para a lenta, conflituosa e gradativa ação política coletiva.

Os dois capítulos seguintes dão conta de uma investigação da relação entre as rádios comunitárias e o Estado, tomando como base a concepção gramsciana. Na empreitada carcerária de revisão do pensamento marxista de sua época, Gramsci propõe o que denomina *teoria ampliada do Estado*, literalmente representada pela fórmula sociedade política + sociedade civil. A sociedade política (ou Estado em sentido restrito) é composta pelos aparelhos e instituições estatais de coerção, ou seja, polícia, Poderes (inclusive o aparelho jurídico e todo o conjunto das leis), forças armadas etc.. Ao longo do processo histórico, com a gradativa socialização da política, as forças de coerção não foram mais capazes de sozinhas garantirem a hegemonia sobre o conjunto da sociedade. Nos países de capitalismo avançado foi-se forjando um complexo sistema de produção ideológica, composto pelos aparelhos privados de hegemonia (privados porque materialmente independentes do Estado), precisamente a sociedade civil, ocupada em gerar um consenso ativo nas massas (GRAMSCI, 2001).

Compreendidas como tal, o terceiro capítulo tem como recorte a análise das rádios comunitárias enquanto *sociedade civil*. É que, assim como outros países da região, um movimento social brasileiro de rádios comunitárias será conformado como consequência do

crescimento de seus pares, mas, principalmente, para resolver a repressão estatal. No processo de discussão de uma solução legal, as *diferentes concepções de rádio comunitária* e de *postura frente ao Estado* vão tomando forma e organizando a diversidade, a complexidade e as controvérsias desse ator político. Iremos destrinchar dois conceitos centrais da Economia Política da Comunicação: *pluralidade* e *diversidade* que, se corretamente aplicados, poderiam resolver boa parte daquelas controvérsias. Mas desde sempre se tratou de um processo em disputa sobre os *princípios* da rádio comunitária, sua função (ou desobrigatoriedade de função) e sua relação com o Estado. Aí encontraremos a diferença fundamental entre *livres e comunitárias*: concepções e posturas distintas frente ao Estado, essencialmente ligadas aos diferentes tipos de ser político e das quais decorrem as demais diferenciações (modo de agir, compreensão da função da rádio comunitária, formato da gestão etc.). Ao longo de sua história, tal movimento foi delineando aliados (Igreja Católica, partidos de esquerda, cooperação internacional, campo acadêmico etc.) e opositores (associações de radiodifusão comercial, oligarquias etc.). Procuraremos entender como esses atores político-sociais estão interligados e incidem nas transformações das rádios comunitárias desde o macro (organização do movimento) até o micro (identidade da rádio e ação militante) a partir da discussão da *autenticidade*. É quando iremos sugerir a figura conceitual que nomeamos *guardião de princípios*, importante vinculador e organizador das rádios comunitárias.

No quarto capítulo iremos dar conta de um dos objetivos iniciais de nossa pesquisa: entender como tem se dado a fundamental relação das rádios comunitárias com o Estado (sociedade política). Poderíamos localizar os *fatores políticos-estatais* imediata e permanentemente acima do que consideramos ser a base das transformações nas rádios comunitárias. Veremos que tal relação tende a ser, no mínimo, tensa, quando não abertamente conflituosa. Em parte, isso se deve ao controle monopólico sobre a plataforma tecnológica das quais elas primeiro dependem, o espectro eletromagnético. Sob o argumento da escassez de um recurso limitado, caberia ao Estado nacional usufruir, vigiar e conceder seu uso através de critérios isonômicos e transparentes a fim de promover a pluralidade e diversidade de ideias e aprofundar a democracia. Na prática, o uso *monopólico, privatista e/ou político* das concessões direcionaram o processo na direção contrária, dificultando o acesso a grupos minoritários e ampliando o poder de oligarquias. Analisaremos em profundidade a relação das rádios comunitárias brasileiras com os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e o aparato regulatório e repressor. Veremos que a legalização foi uma faca de dois gumes: se, por um lado, garantiu independência e estabilidade, por outro, limita suas possibilidades de ação ao

subscrever seu funcionamento a (somente) um *modus operandi*, sob regras discriminatórias em relação aos demais tipos de meios (comercial e público).

Ao longo de nossa narrativa veremos que há uma tensão histórica e dialética entre duas forças opostas: uma, que não cessa de criar o comum e outra que tenta, a todo tempo, privatizá-lo. A primeira é a própria razão de ser do comum, criando e recriando e retroalimentando o comum: sua força é expansiva e natural, tão mais dinâmica quanto mais participativa e colaborativa. Já a segunda procura represar e se apropriar do que foi coletivamente produzido, deslegitimando-o: sua força é negativa porque não propositiva, nada cria, além das contenções que produz. Porém, há que se destacar que a tensão de criação e apropriação é contínua e mutuamente propulsora de suas forças componentes. Tanto que não se pode falar de uma sem mencionar a outra e o triunfo momentâneo de uma preconiza reação na outra. Não são cronologicamente alternadas, mas simultâneas. Nesse sentido, o momento atual, marcado por um *ethos* mercadológico que permeia todas as instâncias da vida (e que quer tornar a própria vida mercadoria), também se singulariza por um movimento global de denúncia da privatização e organização do comum denominado *Commons*. Na área da comunicação, apesar de global, trata-se de um movimento recente. De todo modo, devido à força ética de seu argumento e coerência com o modo de ação política hegemônico atual, esse parece ser o caminho da reivindicação política pelo direito à comunicação.

Ao lado dessas novas demandas tecnopolíticas, no último capítulo iremos tratar das mudanças tecnológicas em curso, ao mesmo tempo promissoras, desafiadoras e tensionadoras para as rádios comunitárias. E aí também encontramos as rádios comunitárias em seus limites e paradoxos: o momento de irromper todas as plataformas midiáticas e barreiras geográficas é o mesmo em que as novas tecnologias são usadas para fortalecer os laços com os territórios; quando podem (e, por vezes, necessitam) mesclar multiplataformas para seguir em sua luta, algumas rádios comunitárias optam pela simplicidade e “pobreza” de recursos.

A insuficiência das fórmulas existentes exige vasculharmos na corporeidade da luta política atual o caminho a ser seguido. O nosso objeto são as rádios comunitárias, mas esse caminho poderia ser desvelado a partir de tantos outros atores políticos que, em sua categoria de sujeitos ativos da história, são os únicos capazes de indicá-lo: agindo por entre as condições objetivas e buscando superá-las, eles invertem a relação estrutura/superestrutura e, com isso, nos revelam as ferramentas (simbólicas, superestruturais) mais adequadas para a luta atual.

1 DESCOBRINDO RÁDIOS COMUNITÁRIAS

São metodológicos os motivos que explicam a incomum escolha de iniciarmos nossa pesquisa com os resultados do *plano técnico-empírico*. Primeiramente, consideramos as rádios comunitárias um fenômeno político-social multifacetado e praxiológico. Além disso, sendo seu atual estado de mutação o núcleo da nossa hipótese central, tínhamos de analisá-las em seus elementos transitórios. Por fim, dado nosso envolvimento com as rádios comunitárias, ir a campo era tarefa imprescindível para alguma imunização dos muitos pre(con)ceitos e expectativas dos resultados da investigação. Por tudo isso, só nos coube observar nosso objeto *antes* e organizar entendimentos *depois*. Porém, a principal razão para tal inversão decorre de uma motivação primeira: a expectativa de iluminar caminhos para e sobre as rádios comunitárias: sendo ponto de partida e de chegada, só competia a elas fornecer as bases para a pesquisa. Com isso, não cabia verificar teorias, conceitos ou bibliografias sem antes ouvi-las e deixá-las falar com suas vozes para, então, intuir causações e correlações.

Uma primeira tarefa de nossa pesquisa foi organizar e realizar a pesquisa qualitativa envolvendo o estudo de caso de dez rádios comunitárias brasileiras, de diferentes naturezas e regiões do país, indicadas por pesquisadores e lideranças do movimento de rádios comunitárias. Na apresentação de seus resultados, mais abaixo, privamo-nos de qualquer tentativa de explicação em favor de uma descrição humanizada e detalhada do que foi observado no cotidiano dessas emissoras, dentro do recorte da pesquisa.

Em seguida, partimos para a pesquisa quantitativa, fruto de questionário estruturado (cf. Anexo B) realizado via email, telefone e online com cem rádios comunitárias das cinco regiões do país, igualmente abrangendo muitos tipos: rádios comunitárias hertzianas com e sem outorga, ativas ou temporariamente fora do ar; livres, universitárias, webrádios; de grandes centros urbanos, assentamentos rurais, vilas; entendidas como particularistas, autênticas ou inovadoras etc.. Realizamos uma breve análise dos resultados, inclusive com alguns gráficos (a listagem completa deles e a tabulação dos dados estão nos Anexos D a I), interpretados em face à pesquisa qualitativa. Estivemos mais atentos às discrepâncias que às concordâncias, devido ao nosso interesse no que a distância entre *relato* e *fato* implica para a compreensão do que os comunicadores esperam do seu trabalho na rádio comunitária e o que esperavam que o pesquisador quisesse ouvir quanto a essa expectativa.

1.1 PESQUISA QUALITATIVA

A metodologia adotada para a escolha das emissoras participantes da pesquisa qualitativa partiu de uma consulta a pesquisadores e lideranças do movimento de rádios comunitárias que indicaram aquelas consideradas *autênticas, particularistas* (motivadas por questões político-partidárias, religiosas, comerciais etc.) e de formato *inovador* (webrádio, transmissão mista do tipo analógica e virtual etc.), sem restrição ao número de indicações. As três categorias se referem, a partir de nossa observação participante e acadêmica (ainda que não sistemática), ao modo como, mormente, se classificam as emissoras. Tal categorização também se refere à problematização que faremos ao recorrente tema da autenticidade (cf. 3.4). Elaboramos dois emails de conteúdos semelhantes convidando acadêmicos e militantes à participação (Anexo A). Tal metodologia na seleção das rádios buscou evitar qualquer definição burocrática, tradicional ou legalista na determinação do universo de pesquisa. Mesmo no risco de limitarmos-nos a indicações *top of mind*, parecia, de todo modo, interessante averiguar a consistência e o porquê da visibilidade de determinadas emissoras.

Na primeira quinzena de março de 2015 enviamos o email a 16 pesquisadores⁹ relacionados à Comunicação Comunitária. Como as primeiras respostas demoraram a chegar, reenviamos o convite, em alguns casos, diversas vezes, estabelecendo o prazo de espera de 60 dias. Por fim, seis responderam efetivamente com indicações (ver Anexo A).

Na primeira quinzena de junho enviamos o email às lideranças de rádios comunitárias¹⁰, escolhidas a partir de nossa observação participante no movimento. Ainda que oito dentre 17 tivessem respondido com indicações, algumas indicaram várias emissoras. Estabelecemos um prazo de 30 dias e diversos contatos posteriores foram feitos solicitando detalhes (contatos, motivos da indicação, dúvidas etc.).

⁹ Em ordem alfabética: Alexandre Barbalho (UFC), Adílson Cabral (Universidade Federal Fluminense – UFF), Bruno Fuser (Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF), Cicília Peruzzo (Universidade Metodista de São Paulo – UEMESP), Denise Cogo (Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/SP), Dioclécio Luz (UnB), Eduardo Yuji Yamamoto (UFRJ), Inês Amarante (Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA), Juciano de Sousa Lacerda (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN), Marcelo Hernandez Macedo (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ), Márcia Vidal Nunes (Universidade Federal do Ceará – UFC), Mohammed ElHajji (UFRJ), Muniz Sodré (UFRJ), Patrícia Saldanha (UFF), Raquel Paiva (UFRJ), Rozinaldo Antonio Milani (Universidade Estadual de Londrina – UEL).

¹⁰ Em ordem alfabética: Alan Camargo (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – Abraço/RS), Ângelo Ignacio (Movimento Nacional de Rádios Comunitárias – MNRC), Antonio Marques (AMARC Brasil), Arthur William (Intervozes), Bael Peixoto (Abraço/CE), Clementino Lopes (Abraço Nacional), Ismar Capistrano (Abraço Nacional), Jerry de Oliveira (Abraço/SP), Jessé Barbosa (ComRadio), Joaquim Carvalho (Abraço Nacional), Marquinho Mota (Fórum da Amazônia Oriental – FAOR), Nils Brock (AMARC Brasil), Pedro Martins (AMARC Brasil), Rafael Diniz (Rádio Muda – Mov. de Rádios Livres), Sérgio Gomes/ Ana Luisa Gomes (Oboré), Taís Ladeira (AMARC Brasil) e Sofia Hammoe (AMARC Brasil).

No total recebemos 78 indicações (22 da academia e 56 da sociedade civil) referentes a 65 rádios comunitárias, assim distribuídas: 32 na Região Sudeste; 21 na Região Nordeste; duas na Região Centro-Oeste; três na Região Sul, e; seis na Região Norte. Quanto às categorias foram: 49 autênticas, 17 particularistas e 12 inovadoras. Além da distribuição regional e número de indicações, os critérios de escolha das rádios pesquisadas em profundidade foram diversidade de origem, funcionamento e realidade sociocultural.

O próximo passo foi buscar contemplar as mais indicadas e cruzar as descrições fornecidas com o que já sabíamos sobre algumas delas em nosso histórico de militância. Por fim, chegamos a um grupo de nove emissoras, assim distribuídas:

Quadro 1 – Definição prévia das emissoras a serem visitadas

Região do país	Nome da emissora	Principais características consideradas
Norte (2)	Rádio Xibé (Tefé/AM)	Livre, indígena , itinerante, no coração da Amazônia, sem amparo institucional
	Rádio Cidade FM (Altamira/PA)	Particularista , funciona como comercial, pertencente a um político local, em um local de conflitos socioambientais (p. ex. Usina Belo Monte)
Nordeste (3)	Rádio Independência FM (Independência/CE)	Uma das mais indicadas como autênticas , cidade sertaneja, vínculo religioso com Igreja Católica
	Rádio Esperança FM (Queimada Nova/PI)	Quilombola , cidade sertaneja de difícil acesso
	Rádio Quixelô FM (Quixelô/CE)	Inovadora (equipamentos culturais), conflito político-partidário (disputa judicial pela diretoria), cidade sertaneja de difícil acesso
Sudeste (2)	Rádio Muda (Campinas/SP)	Livre, emblemática para o campo, antiga, ligada a uma universidade, próxima a um grande centro urbano
	Rádio Heliópolis (São Paulo/SP)	Uma das mais indicadas como autênticas , numa megalópole, emblemática para o campo
Sul (1)	Webrádio Alma (Londrina/PR)	Inovadora (webrádio) , jovem, movimento cultural
Centro-Oeste (1)	Rádio Utopia FM (Planaltina/DF)	Autêntica , emblemática para o campo, uma das únicas duas indicadas para a Região Centro-Oeste

Ainda que violasse um perfeito equilíbrio regional (três do Nordeste e, até então, somente uma do Sul e uma do Centro-Oeste; dois casos (SP e CE) de duas emissoras do mesmo estado), priorizamos a variedade de modos de funcionamento e realidades socioculturais. Além disso, a escolha refletia a disparidade de indicações (alto número de indicações nas Regiões Sudeste e Nordeste e baixo nas Regiões Sul e Centro-Oeste). Principalmente garantia a diversidade esperada: 3 autênticas (refletindo o maior número de indicações nessa categoria); 2 livres (uma sem e outra com amparo institucional, como universidades); 1 particularista (funcionando como comercial e pertencente a um político local de um partido de direita); 2 inovadoras (sendo uma webrádio) e 1 quilombola (comunidade tradicional). Também contemplava diversidade geográfica e sociocultural:

rádios de grandes centros urbanos (São Paulo e Campinas), cidades médias (Londrina e Planaltina) e de população rural (Quixelô e Queimada Nova), comunidades tradicionais (Rádio Esperança FM e Rádio Xibé), de caráter laico (Rádio Muda e Webrádio Alma) e de vínculo religioso (Rádio Independência FM e, só depois saberíamos, Esperança FM).

Tínhamos expectativa com a indicação de uma rádio de assentamento rural por normalmente pertencerem a um articulado movimento social (MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) historicamente ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e por organizarem sua ação política de forma tradicional, elementos importantes para nossa pesquisa. Ouvíamos falar delas no movimento de rádios comunitárias e líamos sobre elas em trabalhos acadêmicos: sabíamos serem muitas e organizadas, mas, por sua tendência eminentemente livre e devido à própria perseguição política (às livres e ao MST), tendendo à discrição, quase invisibilidade. Como não recebêramos qualquer indicação, abrimos uma exceção metodológica e passamos a contatar pessoas ligadas ao MST. Para garantir a diversidade regional, nossa busca se restringiu às Regiões Sul e Centro-Oeste. A sugestão viria de uma pedagoga pesquisadora do método educacional freireano do MST.

Os contatos com as emissoras foram realizados ao longo do mês de julho de 2015¹¹. Ainda que com diferentes tempos na resposta, todas aceitaram participar da pesquisa. As visitas foram realizadas entre os dias 10 de agosto e 25 de novembro de 2015, em média três dias em cada emissora (no mínimo, 2 e, no máximo, 4 dias), considerando limites de recurso e tempo disponível (do pesquisador e da emissora). Teria sido metodologicamente mais adequado realizar o trabalho de campo numa etapa mais precoce da pesquisa, mas isso não foi possível pela realização do doutorado-sanduíche¹² e pelo atraso no repasse de parte dos recursos para a realização das pesquisas empíricas¹³.

¹¹Pelo motivo exposto, o primeiro contato com a Rádio Terra Livre FM fora realizado em agosto de 2015.

¹² De outubro de 2014 a abril de 2015 realizei parte das pesquisas na *University of Westminster*, em Londres, na modalidade doutorado-sanduíche, sob a supervisão do professor Daya Thusu, especialista em internacionalização da comunicação. Os resultados desse momento de nossa pesquisa foram incorporados em diversos momentos da presente tese, fruto da entrevista de militantes e pesquisadores ligados à Comunicação Comunitária, visita a rádios comunitárias e revisão bibliográfica.

¹³ As pesquisas empíricas foram viabilizadas com os recursos da taxa de bancada da bolsa de doutorado cedida pelo CNPq para a presente pesquisa e complementado com recursos oriundos do Pão Para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento, uma “organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha que atua a nível mundial, empenhando-se, juntamente com o Serviço de Diaconia, em prol da justiça a nível global” (disponível em <http://www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo.html>). Acesso em 24 de fevereiro de 2016. Em contrapartida ao apoio, os dados da presente pesquisa ficaram disponíveis para a 11ª Assembleia da AMARC Brasil, realizada entre os dias 1 e 3 de abril de 2016, em Campinas.

Apresentaremos agora a descrição das visitas às rádios comunitárias: trata-se de relatos em primeira pessoa¹⁴, de inspiração etnográfica, em formato ensaístico, em que procuramos colocar em primeiro plano as vozes dos 77 comunicadores entrevistados, abrindo espaço para contarem suas histórias entrelaçadas com a da própria rádio. Como sugeriu um dos idealizadores da Rádio Xibé, tentamos realizar uma “tecedura de palavras” em nosso texto enquanto *performance*, misturando discurso direto e indireto, contando o que vimos ao olhar na direção apontada pelo entrevistado: esperamos que o resultado seja uma foto multidimensional, a de um dado momento da história da rádio conosco compartilhado. Para tornar a descrição mais palatável, organizamos as falas em temas, contrastando opiniões. Não nos furtamos em destacar os momentos em que o papel de pesquisador foi prejudicado pela figura do militante.

Em cada uma das emissoras visitadas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a partir de um questionário específico para diretores e outro para comunicadores e colaboradores diversos, além de questões específicas elaboradas para webrádios e rádios que não buscam outorga (Anexo A). Eventualmente foram entrevistados ouvintes dessas emissoras¹⁵. Limitamos nossa descrição aos dados advindos obtidos na visita, raramente recorrendo a material bibliográfico complementar¹⁶ e a entrevistas com os não fisicamente presentes¹⁷. Tais recursos só seriam necessários se estivéssemos tecendo julgamentos (nosso dever-ser) sobre a rádio. Ainda que conscientes de termos fracassado em alguns momentos, a busca sempre foi pelo dever-ser (propulsor de qualquer ação política) dos que realizam a rádio comunitária. Por isso, não nos preocupamos, por exemplo, em empreender um acompanhamento sistemático da programação da rádio, apenas realizando escuta em todas as visitas: pelo pouco tempo disponível e pela natureza política da investigação, preferimos focar nas pessoas e suas intenções, pois entendemos que a programação delas decorre.

Também somos conscientes das perdas ao reduzirmos mais de 64 horas de entrevistas e 33 dias de visitas em dez relatos de cerca de 15 páginas cada. Por outro lado, ainda assim, o somatório pode soar demasiado extenso. Mesmo correndo o risco de sermos maçantes, o que

¹⁴ Por entendermos a tese como um trabalho coassinado com nossa orientadora, praticamente em sua totalidade fizemos uso da terceira pessoa do plural. Porém, a singularidade do olhar inerente a uma pesquisa de campo de inspiração etnográfica obriga a primeira pessoa do singular como escolha adequada.

¹⁵ Numa perspectiva autocrítica, consideramos falho esse aspecto de nossa pesquisa de campo: por limitações de tempo acabamos por priorizar as entrevistas com os participantes da rádio em detrimento das/os ouvintes.

¹⁶ No caso da Rádio Cidade FM (cf. 1.1.3), devido à quase recusa de abertura à pesquisa, nos valemos de bibliografia para complementar e contrastar com as poucas informações obtidas. No caso da Rádio Xibé (cf. 1.1.7), lançamos mão da pesquisa de doutorado empreendida por um de seus idealizadores, tendo em vista a similaridade de preocupações epistemológicas e metodológicas.

¹⁷ Como uma das principais idealizadoras da Webrádio Alma (cf. 1.1.2) havia acabado de se mudar de Londrina e tendo sido ela nosso primeiro contato, decidimos manter sua entrevista, por Skype.

vivemos, dialogamos e experienciamos naqueles dias é a base sobre a qual todas as análises desta tese se estruturam. Além disso, uma descrição minimamente fiel e humanizada procura retribuir algo da generosidade dos que abriram as portas para aquilo que, como diria Cleyton Ferreira, da Utopia FM, “é uma das coisas mais importantes que eu faço na vida”. Estamos tratando da “paixão” que faz o Renatinho da Heliópolis até “esquecer da família” e que levava Francisca Pereira a vencer, a pé, ainda de madrugada, os 26 quilômetros que separam a Esperança FM da sua comunidade quilombola para abrir a programação diária da emissora. Essa paixão é o combustível para a realização de um “sonho do que seja uma rádio comunitária”, como diria Mácio Alves, da Quixelô FM: “uma utopia que tem que ser perseguida”, nos termos de Juliana Franco, da Webrádio Alma. Mas não nos referimos aqui a romantismos: seja numa rádio perseguidora de princípios, como a Independência FM, ou numa particularista, como a Cidade FM, o que encontramos foi o motor do desejo político de reequilíbrio (ou manutenção) de forças e de transformação da sociedade.

1.1.1 O caso da Rádio Comunitária Heliópolis – São Paulo (SP)

Segunda-feira, 10 de agosto de 2015: pelo direito a morar e a se comunicar

Havia passado o domingo de aniversário com a família na minha cidade natal. Naquela segunda-feira, juntamente ao meu novo ano solar, iniciava-se a experiência acadêmica mais relevante que jamais vivera: a imersão em dez rádios comunitárias de diferentes perfis e realidades sociais, econômicas e culturais, de distintos lugares do Brasil. O *objeto* que por mais de dez anos vinha estudando, incidindo e acompanhando muito de perto passaria efetivamente a ser *sujeito (afetivo)* do meu olhar epistemológico.

Naquele meio de manhã, mesmo antes de o ônibus desembarcar na rodoviária do Tietê, já experimentava o estranhamento de Narciso, de que fala Caetano Veloso, sobre a cidade que engole quem não a decifra. Com indicações prévias do ex-diretor e atual coordenador financeiro da Rádio Heliópolis, Reginaldo José Gonçalves, ou Regis, como é mais conhecido, peguei o metrô em direção à considerada segunda maior favela da América Latina. Do Terminal Sacomã, um ônibus seguiu pela Avenida Estrada das Lágrimas, que margeia toda Heliópolis, com bancos, lojas e supermercados, de grandes redes nacionais. Foi só quando desci e entrei pela Rua da Mina que a paisagem foi mudando: era como se ingressasse numa cidade do interior, de ruas pavimentadas e estreitas, com muitos carros e

comércios locais. Muito por conta de um processo de mobilização da própria comunidade, hoje, Heliópolis conta com 100% de abastecimento de água, 77% de coleta de esgoto e a maior parte das ruas pavimentada. E um importante protagonista desse processo é a Unas (União de Núcleos, Associações e Sociedade dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco), da qual a Rádio Heliópolis é um dos projetos.

Fundada em meados dos anos 1980, a Unas nasce pelo direito à moradia. A comunidade havia surgido, no início da década de 1970, a partir da transferência de 153 famílias moradoras das favelas Vila Prudente e Vergueiro. De acordo com Antonia Cleide Alves, presidenta da Unas, naquela época, o maior risco era o “de despejo pelo poder público e o surgimento de grileiros que se faziam passar por donos de terras e cobravam por seu uso”¹⁸. A primeira grande vitória da comissão de moradores que iria fundar a Unas foi a efetivação da compra da terra pela Companhia Metropolitana de Habitação, em 1987. Posteriormente, a luta seria “cobrar do poder público mais investimentos em moradia, saúde, educação, cultura, transporte e saneamento básico”, além da garantia do direito sobre as casas, tendo em vista que, ainda hoje, os moradores não têm suas escrituras definitivas. A Unas atua em uma ampla e complexa rede de atividades que envolvem 13 Centros de Educação Infantil, Centro Dia para o Idoso, telecentros, biblioteca, escola de marcenaria e costura, entre projetos na área de esporte, cultura e lazer, boa parte em convênio com a prefeitura, mas também empresas e institutos. Impressiona sua capacidade de realizar e atrair novas parcerias, num processo retroalimentador de visibilidade. Lá fiquei sabendo, por exemplo, de um projeto-piloto que o Facebook decidiu começar por Heliópolis (ainda que a ideia tenha surgido na Rocinha, no Rio de Janeiro) e que consiste em ensinar empreendedores comunitários a divulgar seus negócios na rede social de Mark Zuckerberg. Jovens multiplicadores chegam a ensinar as estratégias nos próprios estabelecimentos.

Tal estrutura se reflete na sua ampla sede, meu ponto de encontro com Regis, que já conhecia de encontros da AMARC Brasil, da qual a Rádio Heliópolis é uma das associadas. No caminho para a rádio, paramos para conhecer a biblioteca comunitária da Unas, que conta com um respeitável acervo de livre acesso para os moradores. Chegando na emissora, no muro verde que a circunda pude ler em um colorido grafite “Rádio Heliópolis 87,5”, indicando a frequência que, de acordo com



¹⁸ Disponível em <http://unas.org.br/?q=presidenta-cleide-fala-do-surgimento-da-unas-desde-o-periodo-da-comiss%C3%A3o-de-moradores-h%C3%A1-36-anos>. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

Regis, por estar fora do dial, muitos receptores de rádio não conseguem sintonizar. Assim como na maior parte do tempo que estive por lá, a rádio estava apenas com o locutor e um convidado. No segundo andar, no estúdio de gravação, comecei a entrevistar Regis sobre a história da Rádio que, de acordo com um texto seu recentemente publicado, confunde-se com sua própria (GONÇALVES, 2015, p. 648).

Ele pareceu, então, entrar num, digamos, “modo entrevista”: fiquei imaginando quantas vezes já contara aquela mesma história... Desde minhas pesquisas na graduação, já ouço falar sobre a Rádio Heliópolis. Na militância, não é diferente. Isso também se demonstra na presente pesquisa: foi a emissora mais indicada entre militantes e pesquisadores (cf. Anexo A). Pergunto a quem ele atribui tanta visibilidade e ele cita o trabalho do Gerô (Gerônino Barbosa, ex-diretor, quem entrevistaria no dia seguinte) para tornar a rádio “de fato comunitária”, além do consequente poder de mobilização da emissora, principalmente em torno da questão da moradia. Regis fala de uma reunião que juntou mais de duas mil pessoas em defesa de uma área que seria desapropriada: o então prefeito Kassab chegou a vir pessoalmente para dizer que “nada ia ser feito de cima para baixo, ia ser feito em conjunto com a população” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015). Em sua opinião, foi esse trabalho que chamou atenção do poder público, da imprensa e dos próprios moradores. Inclusive, tal reconhecimento teria sido o motivo para que eles “relaxassem” quanto à possibilidade de fechamento, que, por fim, aconteceu, depois de algumas ameaças. Vale dizer que, mesmo antes da legalização, a rádio já havia sido premiada e feito parceria do poder público em diversas campanhas, além de funcionar como Ponto de Cultura.

Nascida como rádio poste, em 8 de maio de 1992, foi batizada de “Rádio Popular de Heliópolis” pela própria comunidade, de acordo com Gerô (cf. GOMES, 2007, p. 146), com programação de duas horas, aos domingos. Os equipamentos básicos foram adquiridos a partir de recursos da cooperação internacional alemã, ligada a Igreja Católica. Em seu texto, Regis aponta que a rádio surge de uma “dificuldade que a Unas encontrou de se comunicar com a população de Heliópolis”, principalmente num contexto de crescimento da comunidade e de necessidade de convocar para reuniões (GONÇALVES, 2015, p. 649). Em sua entrevista, Gerô me contaria que o incentivo para veicular em FM viria de um encontro da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) que ele participara no Rio Grande do Sul, em 1997: lá ele teria ouvido “quando se fala em rádio comunitária, o Brasil inteiro fala: ‘é Rádio Heliópolis’... como vocês ainda são radiocorneta?!” (BARBOSA, 2015). Em 27 de agosto de 1997, com recursos oriundos de uma parceria com a Sabesp

(Companhia de Água e Saneamento do Estado de São Paulo), começam a transmissão pelas ondas do ar.

O perfil da emissora era acompanhado de perto pela direção. Regis conta que entrou na rádio, em 1999, somente para promover seu trabalho de DJ e “pegar mais festa”, através do programa Black Mania, que rapidamente se tornou um sucesso na comunidade. Quando recebeu uma convocação da direção, duas semanas depois, ele achou que seria para colher elogios. Sua surpresa foi o pedido de Gerô para que revissem a programação, pois “a ideia da rádio não era conseguir audiência, mas sim ter um programa que servisse à comunidade” (GONÇALVES, 2015, p. 649) e sentenciou: “Esquece sua função de DJ e tudo mais. Hoje você é um comunicador social. É uma liderança agora”. Pude atestar isso em seguida. Ao fim da entrevista, logo ao ganharmos a rua, Regis seria abordado por duas mulheres visivelmente angustiadas à procura do conselheiro tutelar de Ipiranga, distrito em que se insere Heliópolis. Aparentemente uma mãe que repetidamente maltratava seus filhos teria, dessa vez, jogado um aquário na cabeça de um deles e deixado outra filha com marcas no rosto e no braço. Naqueles dias em Heliópolis, enquanto caminhei ao seu lado, Regis era cumprimentado e cumprimentava a todos com intimidade, frequentemente sendo requisitado por queixas e reivindicações de moradores. Em seu texto, afirma que se não fosse pela rádio e pela Unas “hoje não estaria contando essa história, não estaria morando lá, estaria preso ou até morto, pois na minha época de infância e adolescência não (...) tínhamos oportunidade de vida” (p. 655-656).

Ainda que penoso, um marco importante para a rádio foi o fechamento, que, por fim, acabou por demonstrar a sua força na comunidade e fora dela. De acordo com Regis, os policiais, à paisana, perguntando aos próprios moradores, não tiveram dificuldade em encontrar a rádio naquele 20 de julho de 2006. O fechamento se deu sem truculência e como previsto pela lei, com mandato de busca e apreensão e com a presença da Anatel e da Polícia Federal. Estavam presentes João Miranda, presidente da Unas, e Cláudia Neves, locutora. João teria debatido com a polícia e ameaçado abrir o microfone para chamar a população. O agente da Polícia Federal replicou que conhecia o trabalho da Rádio, mas que estava ali cumprindo ordens e os dissuadiu de tal ideia, que o obrigaria a chamar reforço policial e acabaria instaurando “uma guerra”. De acordo com Regis, João Miranda, ao ser detido argumentara que “se comunicar, informar, fazer a prestação de serviço pra comunidade é crime, eu sou o maior criminoso que tem aqui” (p. 652). Sobre o fechamento, Gomes (2007) detalha que, duas semanas após o fechamento da Rádio Heliópolis, a Polícia Federal

desencadearia “a *Operação Sintonia* com o objetivo de cumprir mais de quarenta mandatos judiciais de busca e apreensão na Grande São Paulo” (p. 53).

Gerô me contou que, ao saber do fechamento, veio imediatamente para a rádio e começou a ligar pro “[Aloízio] Mercadante, [Eduardo] Suplicy, Sérgio Gomes [da Oboré]...daqui a pouco vira uma corrente no Brasil inteiro” (BARBOSA, 2015) de apoio à emissora. Seguiu-se então uma articulação com várias entidades parceiras, com destaque para o Escritório Modelo de Advocacia D. Paulo Evaristo Arns, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), e a Oboré, escritório paulista da AMARC Brasil, que já estava “acompanhando, nos ajudando nessa questão de melhorar a qualidade da programação da rádio, de regularizá-la, não só a Rádio Heliópolis, mas também outras emissoras” (GONÇALVES, 2015, p. 652). Gerô reconhece a importância da Oboré para formação política, desde a entrada para FM, e chega a dividir a história da Rádio “antes e depois dessa parceria” (BARBOSA, 2015).

Como todas as demais comunitárias paulistanas, a Rádio Heliópolis vivia então uma situação de “alegalidade”. Mesmo que, na época do fechamento, a lei 9.612 já vigorasse há oito anos, São Paulo ainda não havia recebido o chamado *aviso de habilitação*, um mapeamento das áreas autorizadas a executarem o serviço de radiodifusão comunitária, sob a alegação da topografia e saturação do espectro na capital paulista. Tendo feito o pedido de outorga, de acordo com Regis, “logo depois que saiu a lei [em 1998]” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015), a emissora fazia parte da campanha “Cadê canal para a capital?” e participava de diversas mesas de trabalho sobre o tema com outras comunitárias e instituições, sob a iniciativa da Oboré. A entidade ajudara a organizar, dois dias depois do fechamento, o “Ato em defesa da Rádio Heliópolis e da democracia na comunicação”, para articular a comunidade e parceiros para a reabertura da rádio. E, imediatamente depois do fechamento, também apoiara a produção de um documentário que registra essa história e foi (e continua sendo) amplamente divulgado na Internet¹⁹.

Por fim, toda a mobilização (prévia e posterior) conseguiu colocar rapidamente a Rádio Heliópolis de novo no ar, a partir de uma solução precária: a rádio seria reaberta “em caráter experimental, com fins científicos” em uma parceria com a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Gerô conta que foi o próprio Superintendente da Anatel que ligou para a rádio, diretamente de Brasília, oferecendo tal solução. Com recursos doados pela ONG ActionAid, compraram a sede (atual) da rádio e os equipamentos (BARBOSA, 2015).

¹⁹ Disponível em <https://youtu.be/IvoyjjPH0Lw>. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

Somente em março de 2008, a outorga definitiva garantiria a frequência 87,5, a mesma para todas as comunitárias paulistanas, dentro da determinação legal de frequência única. Regis afirma que isso faz com que “a gente acabe brigando entre nós mesmos e impossibilitando até de outras comunidades terem a sua própria rádio”. E cita a Vila Alpina, que estava mobilizada por uma rádio, mas, por estar no raio de quatro quilômetros da Heliópolis, não pode pedir concessão. De todo modo, algumas comunitárias paulistanas mantêm diálogos e parcerias. Regis contou que na Virada Cultural de 2012 havia um stand de rádio comunitária tutorado pela Rádio Heliópolis, no centro da cidade. Eles convidaram as comunitárias Cantareira, Paraisópolis e Rádio Z e dividiram o horário por igual, com transmissão única e compartilhando sua programação do dia a dia: “levamos a periferia para o centro” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015). Ainda que lamente as limitações da lei (principalmente a baixa potência que impede que a emissora seja ouvida em toda a comunidade), avalia como positiva a legalização, principalmente por poder “trabalhar mais tranquilamente, sem o medo de a Polícia fechar a rádio” (id.). O mesmo afirma Gerô que, se por um lado, reconhece “que não é a melhor lei, mas tem uma lei”, por outro, opina que ela “vem pra fazer você menor, para acabar com as comunitárias” (BARBOSA, 2015).

Quando pergunto se houve mudança no foco na luta por direitos, Regis diz que se, no início, era a questão da moradia, com o passar do tempo deslocou-se para a educação. E destaca que a chegada de Lula ao poder ampliou o acesso aos serviços e aos direitos, com a implantação de creches (a Unas tem 13 delas), Centro da Criança e Adolescente (que funciona no contraturno escolar, 7 em Heliópolis) e uma Escola Técnica. Depois da entrevista, fomos almoçar na creche do Centro Educacional Unificado – CEU Heliópolis, recentemente inaugurado (abril de 2015) com o apoio da Unas e do poder público. Com equipamentos novos e arquitetura assinada por Ruy Ohtake, o local amplo, colorido e moderno estava repleto de crianças e jovens. Dentre as atividades previstas estão cursos de rádio e TV, que alimenta a esperança de Regis em trazer mais jovens para a emissora.

Aproveito para perguntar sobre o tema e ele afirma ter mais dificuldade agora para atrair colaboradores que no início do projeto. Ele cita um estudo realizado com os locutores que indicou que a maioria está lá há mais de 5 anos: “a rádio está ficando velha, a gente não consegue renovar”. Entre os motivos cita o voluntariado e a perda de espaço para as “redes sociais”: só fazer rádio não seduz mais os jovens (GONÇALVES, Reginaldo, 2015).

De volta à rádio, estava no ar o Jornal da Rádio CUT (Central Única dos Trabalhadores), que é distribuído e veiculado diariamente em várias outras emissoras de todo

o país, através da Agência Rádio Web. Enquanto aguardava para entrevistar o locutor Erisvaldo Rodrigues, o ouvi conversar por telefone com uma moradora que reclamava de lixo depositado fora do dia da coleta (uma vinheta regularmente veicula na programação seus dias e horários). No intervalo, a propaganda chamava para a missa na paróquia próxima à comunidade. Depois de uma sequência musical, Erisvaldo veiculou uma matéria por ele mesmo produzida sobre a votação no Conselho Municipal da Juventude da região.

Erisvaldo tem ficado responsável pelas inovações tecnológicas na emissora. A cargo de monitorar o Facebook juntamente com Mano Zóio (com quem iria conversar no dia seguinte), chegou a disponibilizar um player da rádio na rede social, mas, por falta de divulgação dos demais locutores, decidiu tirar. De todo modo, Erisvaldo pontua que é na rede que tem se dado a principal forma de interação: “o telefone não toca mais, porque tudo é pelo Facebook”: pedido de músicas, avisos, recados (RODRIGUES, 2015). Com isso, ainda que conte com ferramentas de interatividade como chat, enquete e pedidos de música, Erisvaldo afirma que o acesso ao site é muito baixo, mesmo sem uma estimativa precisa. Na página, ainda que poucas, estão disponíveis entrevistas e participações especiais em áudio e vídeo, mas via *streaming* (audição em tempo real, sem possibilidade de pausa ou *download*). Na versão para celular do site, está em destaque o incentivo para baixar o recém-criado (julho de 2015) aplicativo da rádio para celular, tanto para sistemas Android quanto Apple. Quanto ao uso do celular, a rádio disponibiliza um número de WhatsApp, mas Erisvaldo afirma que muitos locutores não sabem usar o aplicativo. Porém, Régis me falou de um dos colaboradores que já veicula áudio gravado por ouvintes via WhatsApp. Uma solução inovadora para auxiliar na sustentabilidade encontrei ali e em outras emissoras visitadas: aluguel da antena para provedores de internet (cf. 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5). No caso da Heliópolis o contrato garante pouco mais que um salário mínimo mensal. Régis me contou que a empresa Net não entra na comunidade por ser considerada “área de risco”.

Ao cair da tarde e finda a entrevista, corri para iniciar a jornada da Zona Sul à Zona Oeste, até a casa onde ficaria hospedado, na região da Lapa. Não podia demorar muito, pois, a despeito do que negava o governo estadual quanto ao racionamento de água na crise hídrica que afeta São Paulo, minha amiga me garantiu que se chegasse depois das 18 horas o chuveiro secava e eu ficaria sem banho.

Terça-feira, 11 de agosto de 2015: olhares comunitários

Pela manhã, na sede da Unas, enquanto esperava a chegada de Gerô, aproveitei para ver o vídeo institucional da entidade. Com uma linguagem estética algo sentimentalista, são contadas a história, as lutas e as conquistas da comunidade, mesclando imagens de crianças, cirandas, capoeiras, mas também das já hoje inexistentes casas de palafita contrastando com a construção de prédios de moradia popular. Há imagens da presidente Dilma e de Mercadante, este defendendo que “toda comunidade tem que ter uma rádio comunitária”.

Gerô foi citado em todas as entrevistas que fiz naqueles dias. Seu jeito apaixonado (e algo confuso) de falar sobre a rádio (que “nasceu como comunitária e se tiver que morrer, vai morrer como comunitária!”), a firmeza em suas convicções e o fato de ser uma liderança assumidamente gay da comunidade, me causaram simpatia instantânea. Ele conta que sempre teve preocupação com os princípios comunitários da rádio e, “sem eliminar ninguém”, procurava fazer um trabalho individual de formação com cada locutor sobre tais princípios. Gerô atribui à Unas a força cidadã da emissora: “a Rádio Heliópolis já vem com um pessoal politizado, entendedor de direitos”. Ao longo da narrativa histórica, fala com orgulho de como a Rádio Heliópolis se tornaria “referência no Brasil inteiro” e da responsabilidade de serem disseminadores da ideia de que “queremos a democratização, queremos que todas as comunidades tenham uma rádio comunitária, uma rádio verdadeiramente comunitária que ajude no processo de transformação, de politização das pessoas” (BARBOSA, 2015). Depois de muito a tempo à frente da emissora, hoje trabalha na área de educação (de acordo com ele, sua outra paixão, além da comunicação) “com um salário digno”, tendo em vista que a rádio não podia mantê-lo como gestor. De todo modo, nunca se afastou totalmente da emissora e é chamado em momentos de crise. Regis me contou que num dos processos de formação política da rádio junto à Oboré, houve uma reorganização das responsabilidades, diagnosticadas como até então muito centralizadas no Gerô (GONÇALVES, Reginaldo, 2015).



Quando peço que compare o momento atual com a primeira década da rádio, Gerô lamenta uma perda do “espírito de participar da cidade”, lembrando que antes havia maior participação em espaços públicos, como a Câmara de Vereadores e afins. Além disso, no geral, “hoje esse espírito de entendimento de lutar para melhorar cada vez mais, não existe. (...) As pessoas eram mais unidas em torno de um objetivo comum”. Em sua opinião,

juntamente com a questão financeira, o principal desafio é “a continuidade na questão de entendimento de ser comunitário” (BARBOSA, 2015).

Essa é uma preocupação que apareceu em muitas falas, mas principalmente na superfície de um discurso que trata do *comunitário* por perspectivas distintas, normalmente mais vinculado à prestação de serviços (pedido de música, divulgação de documentos, pessoas e animais perdidos etc.) que à mobilização social e gestão coletiva. Em minha conversa no dia seguinte com o locutor Zenildo Ribeiro, ele mencionou mais de uma vez que “a rádio era para a comunidade”. Mas quando perguntei a ele o que poderia ser feito para ampliar seu caráter comunitário, ele não soube responder (RIBEIRO, 2015). Já na conversa com o atual diretor da Rádio, Renato dos Santos, sua resposta sobre o que seria a missão de uma rádio comunitária seguiria a linha da prestação de serviços e de que não foi “elaborada para disputar com as grandes rádios”. A contradição aparece minutos depois: quando questionado sobre o que precisa ser melhorado, elogia o fato de estarem “no mesmo nível das comerciais”: “se você ouvir a Transcontinental, a Nativa ou a Gazeta, e se você colocar na Rádio Heliópolis vai ser a mesma coisa”. Porém, em seguida, reclama que os locutores colocam “só música, música, música, não passa um informativo, não passa nada” (SANTOS, R., 2015), sentindo falta que se fale sobre as questões da comunidade.

Regis havia me falado que é um esforço constante a questão da formação política, o despertar no locutor a consciência do que significa estar à frente do microfone de uma rádio comunitária. Também na opinião de Mano Zóio (Danilo Barreto), com quem falaria logo mais, a rádio precisa de formação e aproveita para reclamar de uma via que tem sido de mão única com a academia: “Imagina se os mil TCCs [Trabalhos de Conclusão de Curso] escritos trouxessem o texto para o Rádio Heliópolis, imagine o arquivo... São poucas pessoas que trazem” (BARRETO, 2015) e acrescenta que faltam parceiros para vir ensinar e capacitar, aproveitando para reclamar que a AMARC esteja mais presente na Heliópolis. Na opinião de Erisvaldo, “tem vários programas que não têm nada de comunitário”, que imitam o formato das comerciais. E chega a comparar com a conterrânea Rádio Comunitária Cantareira, que seria “mais comunitária” que a Heliópolis. Erisvaldo ressalta que já tentara muitas vezes disponibilizar material informativo para serem utilizados pelos demais locutores, sem sucesso: “rádio comunitária eu acho que não é só música, tem que estar deixando a comunidade informada” (RODRIGUES, 2015).

Depois do almoço em uma das creches da Unas, fui entrevistar Danilo Barreto, mais conhecido Mano Zóio, 31 anos, 15 de rádio. A conversa foi em frente à sua loja de roupas e

acessórios de mesmo nome e marca do seu programa de rádio: “RR – Revolução Rap”, estampada em multiformas e multicores. Ele me conta que morava na Rua da Mina, antiga sede da rádio e atual da Unas. Já com sete anos de idade tinha curiosidade pela então radiocorneta. Depois de crescer um pouco, vencer o medo de altura e conseguir subir a escada sinuosa que levava até o estúdio, virou *habitué* da emissora. Frequentava principalmente o programa “A Voz do Rap”, liderado pelo hoje famoso do Rapper Yudi, que chegou a trazer Mano Brown, Ice Blue, SNJ: sua saída para uma rádio comercial foi a chance de Danilo assumir o horário, ainda com 15 anos de idade. Ele conta que houve resistência de parte da equipe por conta da idade e inexperiência. E foi Gerô quem bancara sua presença na rádio, sempre orientando quanto aos princípios comunitários. Desde 2000, apresenta o Programa Revolução Rap, todos os dias da semana, das 20 às 22 horas: para ele essa é a faculdade que cursa diariamente. Durante a semana, alternam-se “Revolução Rap” e “Revolução Reggae”: a ideia é incluir o “Revolução Rock”, aproveitando a conveniência do “RR”. Ainda que já consiga manter-se com os apoios culturais e com a loja, por muito tempo, concomitantemente, trabalhara numa fábrica de pavio de vela e, depois, numa de azeitona. Para ele, a rádio foi importante inclusive para sua construção identitária: se antes era muito tímido, hoje se vê muito comunicativo: “eu despertei um leão dentro de mim. Através da rádio eu conheci esse personagem, que é dentro de mim, que sou eu mesmo. Eu acho que eu descobri o Mano Zóio, é um outro personagem que tem dentro, além do Danilo. E essas duas pessoas representam uma só”. Ainda que considerasse um eventual convite, acha que “se fosse para outra emissora não teria a liberdade que tem na Rádio Heliópolis, onde eu posso falar o que eu sinto e dar minha opinião” (BARRETO, 2015).

Todas as entrevistas com músicos – eles já trouxeram os principais nomes nacionais do Rap e Reggae, inclusive vários internacionais – são filmadas, editadas e lançadas num canal do Youtube. No revolucaorap.com, site criado voluntariamente por um amigo, há um player da Rádio Heliópolis a fim de veicular o conteúdo simultaneamente no site da Rádio e no do programa: “não apenas o povo de Heliópolis ouve a rádio. Hoje a gente tem ouvinte no Brasil e no mundo todo” (BARRETO, 2015). Danilo pontua que a maioria das participações vem pelo Facebook e pelos grupos que mantém no WhatsApp.

De volta à rádio acompanhei o programa “Agenda da Periferia”, realizado em parceria com a ONG Ação Educativa, todas as terças-feiras, das 16 às 17 horas. Conversei com a editora da revista que dá nome ao programa e também locutora, Elizandra Souza, 32 anos, jornalista. Ela me contou que busca e toca diretamente do Youtube muitas das músicas

pedidas que não são encontradas no acervo. Mas ela pontua que “a música é pano de fundo, o foco é falar a agenda” (SOUZA, E., 2015). A locução é sem fundo musical e percebi que as passagens entre as músicas deixam buracos. As dicas culturais são divididas por temas: num dos blocos esqueceu-se de dar o nome das músicas e o fez depois rindo de si mesma. Elizandra fala que há muita interação pelo Facebook e a vi atender com simpatia as muitas pessoas que ligaram para a rádio, algo incomum nos dias atuais, como afirmara Erisvaldo mais acima. Mano Zóio, por exemplo, afirma que “ninguém liga mais na rádio”, ainda que avalie que a “audiência aumentou por causa das redes sociais. Hoje o Facebook juntou todo mundo” (BARRETO, 2015). Zenildo também confirma que “as pessoas não participam muito mais por telefone, é mais pelo Facebook, pelo site da rádio...” (RIBEIRO, 2015) e em ambos é prioritariamente para pedidos de música.

Depois decidi sair a esmo pelas ruas da comunidade para perguntar se as pessoas ouviam a Rádio. Quando perguntei a Regis sobre a audiência o ouvi dizer: “Se você perguntar ‘você escuta a rádio?’, uns vão falar que sim, outros vão falar que não, mas todo mundo sabe que, quando precisa da rádio, a rádio tá aqui. Todos sabem da importância que a rádio tem” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015). Ele chega a comentar dos ouvintes-informantes, que ligam dando informações diversas sobre a comunidade. Notei que os estabelecimentos comerciais por onde passei não veiculam a programação da Rádio Heliópolis. Interessado também na audiência individual, fui perguntando para pessoas de diferentes perfis. Para minha surpresa, logo a primeira pessoa abordada trabalhava na Rádio Heliópolis: era a Cida Lourenço, que há 15 anos toca um programa aos fins de semana chamado “Nas quebradas do Nordeste”, voltado para a cultura nordestina, ela que é de Quixeramobim, do Ceará. Na sua avaliação, ainda que acredite haver mais audiência agora no seu programa, no geral “eles [os ouvintes] são ocultos” (LOURENÇO, 2015). Não é o caso do Brendon, 18 anos, morador de Nova Heliópolis, que nunca ouviu falar da Rádio Heliópolis. Já Berenice, 73 anos, moradora da comunidade há 30 anos, diz que não conhece muito bem e que ouve de vez em quando. Essa também é a frequência de escuta de Sérgio, 52 anos, cuja programação avalia como boa. Quando perguntei a Gustavo Cordeiro, 20 anos, se ele conhecia a Rádio, ele prontamente disse que sim, ainda que nunca ouça: “na verdade eu não escuto muito rádio, escuto mais no *streaming* de música que tem hoje em dia e música no celular mesmo, muito difícil escutar rádio” (CORDEIRO, 2015). Quando busca informação, são os sites de notícias suas principais fontes. Essa é a mesma situação de Evelyn, 15 anos,

que conhece, mas não ouve a Rádio Heliópolis, por não ouvir rádio. Assim como Gustavo, a internet é sua fonte de informação noticiosa.

Enquanto rodava pela comunidade vi carros, muitos carros: aparentemente o incentivo a indústria automotiva fez frutos aqui. Também notei, em plena tarde de terça-feira, muitos homens nas ruas, bares e lojas: em Heliópolis, somente pouco mais de 28% dos trabalhadores têm carteira assinada e cerca de 20% são autônomos, outros 10% estão desempregados e 8% trabalham de forma temporária (“bicos”). Também havia pequenos estabelecimentos comerciais por todos os lados: 32% das pessoas trabalham em Heliópolis (23%) ou num bairro próximo (9%) (SÃO PAULO, 2010, p. 11).

Aquela minha ronda pela comunidade, com bloco numa mão e gravador na outra, não passou despercebida. Numa dada ruela movimentada, depois de passar por um grupo de homens de olhares desconfiados, ouço um “Ei, alemão!”. Ao me virar, um deles vem em minha direção perguntando o propósito da minha presença na comunidade. Ao mostrar a camiseta com um grande microfone desenhado (símbolo da AMARC) e a explicação breve “sou de rádio”, o clima de intimidação acaba. Por acaso reencontro Mano Zóio e ele me conta que já haviam lhe perguntado sobre mim.

Quarta-feira, 12 de agosto de 2015: paixão desinteressada

Para meu último dia em Heliópolis, cheguei atrasado depois de ter ficado perdido no metrô da – constatável – maior cidade do país. Mesmo assim, antes de seguir para a rádio, não resisti em parar, uma vez mais, para o café com leite e pão de queijo na padaria que já me soava tão familiar quanto eu para seus funcionários.

Estava ali para entrevistar o atual diretor da Rádio, Renato Rodrigues dos Santos, mais conhecido como Renatinho, que vive há 36 anos na comunidade, 15 deles na emissora. Na entrevista, ele parece “vestir a camisa” de diretor, ressaltando sempre os aspectos positivos da rádio. Além da direção, ele também está à frente do programa “Frequência do Sucesso”, de segunda a sexta-feira, das 10 horas ao meio-dia, que ele define como “ecclético, de bolero até o rock, rap, funk... mas é o funk legal, sem apologia”. Tem orgulho em dizer que toda a grade de programação, das 6 às 22 horas, está lotada e com fila de espera. De acordo com ele, para a admissão de novos colaboradores “tem que ter o perfil



da rádio”, algo que é discutido na reunião mensal coletiva e na da coordenação (SANTOS, R., 2015). Sempre muito interessado em futebol de várzea, começou na rádio com um quadro sobre esportes. Desde 2012, está na direção da Rádio e também como um dos coordenadores da Unas, cujo convite acredita ter sido por sua militância, conhecimentos e por ser petista.

Como iria verificar na maioria das rádios visitadas, os prós e contras do trabalho voluntário dividem as opiniões. Renato tende a apoiá-lo: “a nossa comunidade já acostumou com nosso voluntariado e quem está aqui na rádio até hoje é porque gosta de fazer rádio e gosta da Rádio sem interesse nenhum”. Ele acredita que uma entrada de recurso “fixamente, eu acho que desmotiva um pouquinho” (SANTOS, R., 2015). Já para Regis, aquela supracitada dificuldade em manter os colaboradores estaria numa equação que envolve o manejo do tempo e o voluntarismo: “a maior riqueza que a gente tem hoje não é o dinheiro, é o tempo. É o bem maior que a gente tem hoje. (...) O difícil é conciliar o seu tempo de família, trabalho e serviço comunitário”, com isso acabariam ficando somente locutores que tem emprego com horário flexível (GONÇALVES, Reginaldo, 2015). Apesar desse diagnóstico, num texto assume um discurso de valorização do voluntarismo: “todos são voluntários, ninguém ganha nada para fazer a programação. (...) E quando as pessoas passam a saber que o trabalho é voluntário, dizem: ‘você é louco, trabalhar de graça. Você é doido’. Só que tem muitas pessoas que ainda não perceberam a importância, a satisfação e a responsabilidade que você tem de poder ajudar a comunidade” (GONÇALVES, 2015, p. 653). Por sua vez, Gerô contrasta o voluntarismo com a realidade econômico-social de Heliópolis: “É fácil ser idealista quando papai e mamãe banca, mas quando é um jovem que mora na comunidade, tem que trabalhar para ajudar na alimentação, para pagar o aluguel, vai pedir pra esse jovem ser idealista?” (BARBOSA, 2015).

A questão do dinheiro parece ser uma questão delicada. Assim como a maioria dos entrevistados, na conversa com Renato, o ouvi reforçar que nem ele ninguém ganha dinheiro com a rádio: “o que a gente puder fazer, a gente faz em prol da Rádio Heliópolis, nunca com aquele objetivo de ganhar dinheiro, de forma nenhuma. A não ser que surja um projeto que possa ajudar a rádio ou a gente”. Ele conta que há muita desistência: “o pessoal vem interessado numa coisa que é impossível: quer ganhar dinheiro numa rádio comunitária” (SANTOS, R., 2015). Atualmente, caso o locutor feche um apoio cultural, o acordo é ele ficar com metade e outra com a rádio (os valores dificilmente ultrapassam meio salário mínimo mensal). Parcerias grandes e contatos diretos com a rádio (coordenação) têm todo o recurso destinado para a própria emissora.

Assim como a maioria dos entrevistados de Heliópolis e das demais emissoras visitadas, para Régis “o maior problema é o financeiro” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015). Na conversa com Erisvaldo, que atualmente coordena os apoios culturais, ele me conta do imprescindível “jogo de cintura” com os apoiadores por conta das limitações que a lei impõe à publicidade: “ligue para saber nossos preços” (RODRIGUES, 2015). Gerô também critica tais restrições: “o comerciante que tem o açouguezinho dele, quer que fale o preço das carnes, o endereço...” (BARBOSA, 2015). Um exemplo foi o das Casas Bahia: recentemente inaugurada na região, procurou a rádio, mas não fechou acordo depois de saber das restrições impostas. Em minhas audições dos apoios culturais, notei serem todos locais: pizzaria, mobiliária, ótica, consultório de psicologia.

Gerô relaciona a limitação legal de sustentabilidade à situação de muitas comunitárias que sobrevivem a partir de recursos de políticos e igrejas: “quem fez essas rádios ficarem assim foi a lei”. Ele ressalta que nunca venderam horário da programação e pontua que “a gente sobrevive porque tem uma associação” ou, dizendo de outro modo, “a Rádio Heliópolis é a Unas” (BARBOSA, 2015). Essa também é a opinião de Régis: “hoje a rádio depende da Unas pra sobreviver e ela podia seguir com suas próprias pernas se a lei desse condições” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015). Ele comenta saber de muitas rádios que não têm o suporte de uma instituição e que, apesar da concessão, estão fechadas por não conseguirem se manter.

Depois do almoço, quando cheguei para ouvir o programa “Forrozão de Heliópolis”, de Zenildo Ribeiro, e esperar para entrevistá-lo, estava no ar uma programação religiosa. Depois ele me explicaria que o programa, ao ar de segunda a sexta, das 14h às 16 horas, abre espaço em um dos dias, em sua primeira meia hora, para a Igreja Católica local, o “Momento de Fé”: Zenildo, então, compartilha microfone com dois representantes clericais, só se toca música religiosa, lê-se o Evangelho e divulgam-se eventos paroquiais.

Passado esse momento, acompanho sua locução rápida, com forte sotaque nordestino, dando “um alô para o Piauí e todo o Nordeste”. De acordo com Régis, seu programa é um sucesso: ele afirma ter ouvido da Cooperativa de Costureiras de Heliópolis que se sentem por ele representadas, principalmente por conta do sotaque (GONÇALVES, Reginaldo, 2015). Zenildo, 36 anos – 15 deles na Rádio Heliópolis – é original de Avelino Lopes, no Piauí. Assim como ele, 80% da população de Heliópolis são provenientes da Região Nordeste do país (SÃO PAULO, 2015, p. 9). Assim que chegou a Heliópolis, procurou a rádio da comunidade e rapidamente foi acolhido. Depois da morte da esposa e a consequente

depressão que se desenvolveu para um quadro de esquizofrenia, “se não fosse essa rádio, eu não sei se estaria nem vivo mais”. Naquela época ele era chamado de “morador” pelo naco de tempo que ficava na sede da emissora. Ele tem o sonho de voltar para o Piauí, mas garante que “não vai esquecer jamais da Unas e da Rádio” (RIBEIRO, 2015). Ele já participava de uma rádio comunitária sem outorga na sua cidade natal. Morando num sítio distante 24 quilômetros da cidade, todos os sábados ele fazia o trajeto de bicicleta, a fim de veicular seu programa de rádio. Sem dinheiro e sentindo a necessidade de melhorar sua locução, ele vendeu a bicicleta para comprar um aparelho de rádio com gravador para ouvir sua própria voz. Por conta da permuta, todo o trajeto passou a ser feito a pé: “sempre tive esse curtimento por rádio” (RIBEIRO, 2015).

Parece ser mesmo a paixão que primeiro anima a equipe da Rádio Heliópolis. Quando perguntado se sentia-se sacrificando seu projeto pessoal para a rádio, Gerô responde afirmativamente, mas que o “fazia com muito apreço e fazia tudo de novo”. Já chegou a dormir na rádio e tantas vezes “sair no meio da balada” (BARBOSA, 2015) para resolver questões urgentes na emissora. Para Regis, “quem não está envolvido com a rádio não entende. É um vício mesmo. Eu sou viciado pela rádio.” (GONÇALVES, 2015, p. 656). Ele conta que o locutor Badega “quando chega na rádio, perde a noção do tempo” e coleciona discussões em casa. Porém já jogou aberto com a esposa que “o amor que ele tem pela família, é o amor que ele tem pela rádio” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015b). E, para Regis, muitos ali têm o mesmo comprometimento. É também o caso de Renatinho que diz que, “inclusive quando eu estou aqui [na rádio] até esqueço da minha família. É paixão que você pega pela rádio” (SANTOS, R., 2015).

1.1.2 O caso da Webrádio Alma Londrina – Londrina (PR)

Terça-feira, 18 de agosto de 2015: amizades em rede

Era um aeroporto típico de cidade pequena. Ainda que seus quase 500 mil habitantes lhe garantam *status* de cidade média, Londrina tem alma de cidade pequena. Há controvérsias quanto à origem do nome: ainda que a maioria acredite vir de *pequena Londres*, o bisneto do fundador da cidade me garantiu ser em homenagem às mulheres da capital inglesa. Foi com o ilustre descendente e atual diretor da Webrádio Alma que estive em contato via WhatsApp preparando minha visita: Daniel Thomas, 29, mais conhecido como “Salsicha”.

Ainda dentro do táxi, não me dei conta que perguntava à vizinha de porta da rádio sobre sua localização: ela não sabia de nenhuma por ali. Desci e acabei achando o número numa casa-galpão com fachada e grade verdes, porta contornada por flores desenhadas, janela enfeitada com pano de chita e um convidativo jardim. Num banner se lia “Vila Cultural Alma Brasil” e num menor, ao lado, “Alma Londrina Radioweb”, cuja logo curiosamente simula uma antena transmitindo em ondas eletromagnéticas. No banco de uma praça típica de cidade pequena, esperei a chegada da maioria do coletivo da rádio. É que eles iriam tentar ganhar (mais uma vez) o Prêmio de Mídia Livre²⁰, do Ministério da Cultura, em sua terceira edição, e, precisavam coletar assinaturas para participação. Sabendo da minha necessidade de falar com os integrantes da rádio, gentil e convenientemente, Daniel acertou a vinda deles para aquela manhã.

Tal fato era simbólico, pois os primeiros equipamentos para a webrádio foram adquiridos a partir de recursos públicos oriundos da vitória na segunda edição do Prêmio, em 2010. Organizacionalmente, a webrádio é uma das ações do Núcleo de Comunicação Popular e Comunitária da Associação Intercultural de Projetos Sociais (AlmA). Ainda que legalmente estabelecida em 2004, foi somente em 2006 que a Alma pode decolar, com os recursos decorrentes da sua aprovação enquanto Vila Cultural (atualmente são nove na cidade, que trocam muito entre si) através do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (Promic). De fato, a sustentabilidade econômica da Alma, de seus Núcleos e da própria webrádio, desde sempre, provêm de recursos públicos, federais e municipais. Com um largo histórico de prefeituras de esquerda desde o início da década de 1990, Londrina teve o Promic institucionalizado em lei na década de 2000, em uma das duas gestões de Nelson Luiz Micheleti (PT – 2001/2008). Marcele Rodrigues Silva, uma das fundadoras da Alma e atual principal administradora chega a afirmar que “só existe isso daqui por causa do PT” (SILVA, Marcele, 2015) e suas diretrizes de fomento à cultura popular.

Quando venceu o Prêmio, muitas das ações do Núcleo se referiam às atividades radiofônicas (inclusive educativas) em torno de uma radioposte ou radiocorneta: sim, a emissora que depois iria se *virtualizar* por essência, começa assim, em 2007, como muitas comunitárias hertzianas: fixa. É bem verdade que muitas de suas ações eram no estilo radioitinerante. Juliana Franco, 31, uma das fundadoras, conta que eram atividades pontuais,

²⁰ Em tempo, vale registrar que eles foram contemplados na 3ª Edição do Prêmio de Mídia Livre na categoria local. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1300669/Portaria+n%C2%BA%2034+-+Fase+de+Classificados+-+M%C3%ADdia+Livre+-+Portal+MinC.pdf/26b08b77-9ee3-4f82-b52b-de7f143f9fb7>. Acesso em 13 fevereiro de 2016.

bem militantes: eram convidados a fazer programas com outras Vilas Culturais, ONGs e movimentos sociais, cobrir eventos municipais ligados à cultura, além de intervenções em espaços públicos. Uma marcante foi por ocasião da cassação do prefeito Antonio Belinati (PP), em 2009, quando decidiram “de véspera, sem roteiro, sem muita preparação” levar os equipamentos para o Calçadão da cidade e, na opinião de Juliana, “foi um momento legal de colocar o microfone na mão do povo, até que a gente teve que sair meio corrido porque já ia ficar muito ‘quente’ (risos)” (FRANCO, J., 2015).

Logo depois de ler no celular sua mensagem “tô colando”, vi Daniel, com suas tatuagens e pinta de roqueiro, chegar de carro. Nos abraçamos e, enquanto entrava pelo pequeno jardim, notei as cornetas do lado de fora da edificação, agora silenciadas. (Marcele me



confidenciara que não entendia por que a programação da webrádio até hoje não era transmitida no espaço da Alma...). Já no primeiro andar, dedicado aos banheiros e à sala de administração, se notam adereços, pequenos altares, cartazes, panos, enfeites, todos com motivos da cultura popular, em móveis rústicos e estilosos. Mas é subindo pela escada que se chega ao amplo salão, que se confunde com uma cozinha americana coletivista, sobre a qual se erige um mezanino que comporta, lá em cima, os dois estúdios da rádio. O teto do galpão é jateado para auxiliar no isolamento acústico, principalmente depois do sucesso e barulho das edições do “Palco Alma”, um festival anual para promover a cena musical independente londrinense. Das paredes, pouco sobra para seu branco, pois os afoxés, atabaques, estandartes, bumba meu boi, fitas e várias tralhas enchem de cor todo o lugar. Outros coletivos culturais utilizam o mesmo espaço, que, nos três dias em que o convivi, estava sempre vivo.

Lembrando agora aquele momento, entre abraços e sorrisos, da chegada de muitos dos colaboradores e remembering seus relatos de como vieram a participar do projeto, um de seus principais ligames parece ser mesmo a *amizade*: todas as falas, sem exceção, remetem ao envolvimento afetivo com alguém que atuava previamente no projeto. Há outro motivador – nem acima nem abaixo, mas ao lado: quando questionados sobre o motor da sua participação ou qual seria o projeto político e corpo reivindicatório da webrádio, todas as respostas, sem titubeação, giraram em torno da *cultura*: “direito à cultura, poder exercer sua cultura, expressar sua cultura: é um direito fundamental e é o que move” (CALLIARI, 2015).

Porém, a expressão de saudosismo naquela manhã de muitos daqueles reencontros também indicava algo sobre a *virtualidade* do trabalho.

Tais elementos se evidenciam logo na primeira entrevista daquela manhã. Alexandre Jorge, 33, designer da webrádio (função inédita para o veículo rádio), entrou no projeto por sua amizade com Daniel. Responsável pela identidade visual da página da internet e de seus produtos, sua atuação é mais remota, até pela natureza da atividade. A dinâmica de seu trabalho passar duas vezes por Daniel, que, no início do processo, concentra e repassa para Alexandre as demandas de trabalho visual de todos os colaboradores e, ao final, as posta na página.

A webrádio Alma, além da veiculação em *streaming* também disponibiliza programas em formato *podcast*, garantindo audiência assíncrona. Uma questão recorrente nos estudos sobre esses novos modos de se fazer rádio se refere aos mecanismos de busca/divulgação/recuperação do material no oceano de informação da *web*. Também uma preocupação para a Alma, buscou-se um analista de mídias sociais para dar conta da demanda. Ainda que esteja desde o início no projeto, Tiago Moreira, 35, mais conhecido como “Terror”, hoje é editor do site e fica praticamente com ele toda a responsabilidade da divulgação do material: “a maior ferramenta que a gente usa é o Facebook” (MOREIRA, 2015), através da *fanpage* da rádio, ainda que também tenham e utilizem menos o *Instagram* e *Twitter*. Apesar de estarem no *TuneIn*, ainda não contam com um aplicativo para celulares, como é o caso da Rádio Heliópolis (cf. 1.1.1), Cidade (cf. 1.1.3) e Muda (cf. 1.1.10). Além de estimular o compartilhamento através dos perfis do Facebook dos próprios colaboradores, Tiago divulga os programas em páginas de grupos relacionados ao tema. Ajuda o fato de ele trabalhar também em outra Vila Cultural e em outros projetos, o que acaba o conferindo um papel de nó entre diferentes redes. Em conversas com os demais integrantes do coletivo, percebe-se uma grande expectativa (e menos corresponsabilidade) quanto ao seu trabalho e resultados. Em semelhança com os demais, Tiago entrou no projeto através do Daniel, por seu interesse pelo jornalismo cultural e pela possibilidade de, com a webrádio, “quebrar as panelas” dos gêneros e espaços culturais. Conta que, “por conhecer os dois lados”, muitas vezes, acaba ajudando as bandas novas que aparecem por lá com a produção de um *release*, de uma foto ou com outros canais de divulgação.

Uma pergunta que fiz a todos os entrevistados foi se houve, há ou é horizonte futuro o interesse em ser rádio hertziana. Tiago foi o único que demonstrou algum desejo, “principalmente para ter uma programação ao vivo” (MOREIRA, 2015), pela possibilidade

de interação com o público e para atingir mais pessoas. Ainda assim, admite vantagens de uma webrádio, com relação à abrangência territorial e estratégias estéticas. Já William Sakamoto Santini, 28, um dos fundadores e responsável por toda a parte de programação do site, “vê o lugar dela [webrádio Alma] online” pelas suas possibilidades “de apresentar e de trabalhar conteúdo, trabalhar com os ouvintes ou criar uma comunidade em volta, que, hoje em dia, é melhor online que essa hertziana”: em sua opinião, a “mobilização” é maior na rádio online até por conta das redes sociais (SANTINI, 2015). Rakelly Calliari, 32, do programa “Batuque na Cozinha”, afirma nunca ter ouvido alguém dizer que quer fazer hertziana e que “se for pra fazer em algum outro formato vamos botar a radioposte de volta à ativa! (risos)”. Nesse sentido, para ela incomoda o fato de não “poder falar com mais gente que não tenha acesso à internet” (CALLIARI, 2015). Já Daniel acredita que uma concessão traria mais problemas, como a limitação do alcance e preços de equipamentos. Ele fala que não há bons exemplos de rádios comunitárias em Londrina, citando uma que, ao entrar em seu site, só se vê “políticos e pastores e normalmente esses pastores se candidatam”. Vindo da “escola punk”, ele desacredita de todos os partidos políticos e destaca que estão “mais interessados em atingir mais ouvintes pela internet”: ainda que tenham um vínculo e tentem envolver a comunidade local, afirma que “o nosso público é a comunidade cultural de Londrina e no Brasil também” (THOMAS, 2015). Já Juliana Franco, pensa que seria um esforço desnecessário: “eu sei do tamanho da barreira que é pra conseguir [a concessão] (...). Não tem como competir [a rádio hertziana] com esse potencial da internet”, citando também o risco do abandono de princípios e do apadrinhamento político. Como vantagem destaca a possibilidade da *memória*, algo que seria ausente no rádio hertziano: o objetivo é deixar todo o material já produzido pela webrádio disponível no site. Ela, que agora vive em Campinas (SP), chega a comentar que soube que a Rádio Muda (cf. 1.1.10) estaria “fazendo uma vaquinha” para comprar um novo transmissor e se pergunta: “Por quê? Por que não distribuir *wi-fi* na comunidade?” (FRANCO, J., 2015).

Ainda que contabilizem uma média de 25 ouvintes diários, Daniel comenta da decepção de alguns colaboradores que, depois de um grande esforço na produção do programa, podem vir a contabilizar zero ouvinte: “Tem hora que é desanimador, você vai ler os relatórios, soma quatro programas e não dá dez ouvintes. E de repente vem um áudio com 115 ouvintes” (THOMAS, 2015). Na opinião de Juliana há a barreira do hábito, pois “as pessoas entram no computador para fazer alguma coisa. A relação com o computador não é a mesma relação com o objeto rádio”. Ela mesma confessa que não costuma ouvir a Alma

“porque não tem tempo e não cabe na rotina”, priorizando mais os *podcasts*. Sua opinião é de que falta na webrádio a “interação em tempo real, o que dá o sangue nas veias do rádio” (FRANCO, J., 2015). Rakelly fala de “uma interatividade com ‘delay’” ou de uma interatividade que se “dá por aí”, na cidade, nas festas e no Facebook (CALLIARI, 2015). Daniel defende que a interatividade acontece no sentido de incluir na própria programação a comunidade de bandas e artistas.

O fim do meu dia foi acompanhado pela reflexão/constatação de nossas vidas inextricavelmente ligadas às novas tecnologias. Para fugir dos preços dos hotéis, já tinha contratado um Airbnb. Depois de pesquisar, através do aplicativo Moovit, como chegar de ônibus onde ficaria hospedado, fui me orientando com o GoogleMaps para não perder o ponto. Não tive que perguntar a ninguém sobre qualquer uma dessas informações: perdi em interação, mas não precisei interromper a programação da AlmA em meus ouvidos.

Quarta-feira, 19 de agosto de 2015: conexões universitárias e neocomunitárias

Tive a sorte de pegar três dias quentes e ensolarados em meio ao inverno de uma cidade do Sul. No meio da manhã, fui de carona com Daniel em direção ao escritório de William Santini, 28, como já dito, responsável pela parte técnica do site. Enquanto o esperava, comecei com Daniel a dar conta de parte da longa entrevista destinada aos diretores das rádios: multitarefa por excelência, ele conversava comigo “adiantando coisas no computador”, sem comprometer em nada qualquer uma das atividades. Quando William se liberou, o outro se foi. Amigo do Daniel há muito tempo, quando perguntado sobre sua motivação para o projeto, sintetiza ser “para realizar seu desejo *nerd*, gosta de ver o sistema funcionando, se tiver problema eu gosto de resolver e... é pela amizade”. William conta que começaram somente com *streaming*: sempre 24 horas por dia, hoje permite até 200 ouvintes simultâneos, com taxa da compressão em 64 kbps (qualidade de áudio considerada média, mas com menor utilização de banda para facilitar o acesso). Posteriormente, notaram que, com a internet, “a urgência do ao vivo pode ser superada” e entraram com *podcast*. Para tal, usam a versão gratuita do *podomatic.com*, uma espécie de rede social que abriga *podcasts* do mundo todo. Ainda que ele considere como ideal ter sistema próprio, tal ferramenta diminui muito custo e tráfego de dados. William acredita que “o pessoal ainda se concentra muito na produção do conteúdo e não na distribuição” (SANTINI, 2015), desperdiçando um grande potencial. A fim de serem recuperados pelo usuário, todos os *podcasts* estão vinculados a um

texto que descreve seu conteúdo. Mas, como cada produtor tem liberdade na sua redação, a qualidade da descrição e *tagueamento* é bem heterogênea.

Dali, peguei um ônibus que cruzou Londrina em suas ruas arborizadas e bem cuidadas até a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Se a *amizade* e *cultura* são dois liames estruturantes da webrádio Alma, um evidente terceiro seria a *universidade*, com a qual praticamente todos seus integrantes têm conexões anteriores ou presentes. Inclusive seu germen: foi em 2010, no programa da Rádio UEL “Trem das Onze” (uma revista radiofônica diária, ao vivo, voltada para a cultura e que parece inspirar até hoje a webrádio) que Daniel conheceu Juliana e o ex-participante, Rogério Cavalcante, ambos da Alma, e que passaram a convidá-lo a participar das atividades da radioposte e radioitinerante. Até ser colocada no ar (ou melhor, na rede) em abril de 2012, a história da webrádio é composta de muitas pessoas que vêm, vão e deixam outras, como é o caso de Rogério, Cynthia Figueiredo (idealizadora da Alma e ex coordenadora do Núcleo de Comunicação Popular e Comunitária), Marina Casagrande e a própria Juliana Franco, que se mudara recentemente por motivos de trabalho e fala da tristeza em deixar a Alma: “se hoje eu tenho alguma satisfação sobre alguma coisa que eu fiz na vida, são esses projetos” (FRANCO, J., 2015).

Dos 35 programas da grade, ao menos quatro são retransmitidos com a Rádio UEL: “Planeta Hiphop”, “Rude Boy Train”, “Tecnologia e inovação” (da Agência de Inovação Tecnológica da UEL) e “Batuque na Cozinha”. E foi para acompanhar a gravação desse último, sob o comando de Rakelly Calliari, que fui para a universidade: desde 2013 o programa é gravado nos estúdios da Rádio UEL. Antes, iria conversar com seu marido, Emerson dos Santos Dias (ou Emerson “Scada”), 42, professor de jornalismo da UEL e colaborador da rádio. Através do Programa de Formação Complementar em radiojornalismo, a UEL tem fornecido bolsistas para rádios universitárias e comunitárias, inclusive à própria Alma Londrina, com a facilitação do Emerson. No meio da entrevista, aparece Eron Heloy, 23 anos, o primeiro estagiário da webrádio Alma, em 2012, e que participou de todo o processo de estruturação da rádio e diz só ter boas memórias de lá (HELOY, 2015). Mas a webrádio Alma não conta somente com alunos da UEL. No dia anterior tinha falado com Payanne Pacheco, 20 anos, uma das dez estudantes da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), que produz matérias de jornalismo cultural a partir de reuniões de pauta alternando na universidade e na Alma (PACHECO, 2015).

Chega, então, Rakelly para deixar seu bebê Gil, de 3 meses, com o pai, para que eu pudesse entrevistá-la. Com a saída de Juliana, Rakelly assumiu recentemente a coordenação

do Núcleo de Comunicação Popular e Comunitária. Hoje muito concentrado nas atividades da webrádio, ela quer propor que o Núcleo retome as de formação e exibição audiovisual, principalmente ligadas à memória oral, importantes em seu início. Ela, que atua em grupos musicais, me conta que a motivação para estar na rádio é o “seu compromisso com a cultura popular e de matriz africana” e o convite veio através de Juliana e Daniel.

Uma pergunta importante para essa pesquisa e feita a todos os entrevistados era se entendiam a webrádio Alma como comunitária. Um primeiro aspecto era quanto ao projeto político da rádio, por nós entendido como essencial para a autocompreensão de um meio como comunitário. Para Juliana, “comunicação é um instrumento de política” e a webrádio tem uma linha editorial bastante política. Nessa linha, um dos desafios por ela apontado é recuperar o vínculo com os movimentos sociais que “a radioposte tinha, mas que a webrádio nunca teve” (FRANCO, J., 2015). Já Karen Debertolis, chefe de redação, quando questionada se há e qual seria o projeto político da webrádio Alma, para ela “a rádio tem a função de discutir a cultura, tem ênfase no jornalismo cultural e isso é um posicionamento político” (DEBERTOLIS, 2015). Outro elemento dessa questão é quanto à comunidade atendida pela webrádio. Rakelly afirma que, ao produzir o seu programa Batuque na Cozinha, ela se sente “certamente produzindo um conteúdo voltado e que me dá retorno de uma comunidade. Que comunidade é essa? Uma comunidade formada por pessoas que também exercitam, praticam, acreditam na cultura popular brasileira e de matriz africana”. Além disso, para ela, o que traz esse espírito comunitário para a emissora está relacionado à questão do voluntariado, pois “a pessoa só se compromete, consegue manter esse engajamento com o projeto, se ela tiver essa questão do amor, que é traduzido em identidade” (CALLIARI, 2015). Também Debertolis vai na linha da comunidade cultural, mas entendendo cultura “desde de samba, cultura popular, rock, punk, MPB, cultura nerd” (DEBERTOLIS, 2015), destacando que a webrádio já virou referência no jornalismo cultural na cidade. Na perspectiva de Juliana Franco, a webrádio veio como resposta a uma demanda de Londrina, onde já existia um cenário cultural bem maduro e articulado, com apoios mútuos entre os grupos culturais. Estrategicamente, no momento de gestação da rádio, foram convidadas pessoas-chave representativas de diferentes vertentes musicais londrinenses para entrar na programação a fim de atrair um público variado. Ela diagnostica que não há adesão do entorno da comunidade geográfica, mas que, sim, a webrádio “se configura como uma comunidade de solidariedade, de colaboração” e que “se faz por um projeto ideológico”. Para ela, “o sentido comunitário vem daí” e que “dentro das inúmeras possibilidades que esse conceito

[comunidade] abre, a maior parte delas, a gente contempla” (FRANCO, J., 2015), afirmando que se trata de uma disputa de sentidos, se referenciando inclusive a Bakhtin (cf. 2012).

É quando Juliana trata de um tema importante para a presente pesquisa. Para ela, também os conceitos de popular e alternativo estão em disputa com um novo: “o conceito de mídia livre, o que é? Ele vem para substituir esses outros [comunitário, popular, alternativo] das décadas de 60 e 70? Eu não sei... Mas eu acho que, de alguma forma, a gente também está dentro, a gente também é mídia livre” (FRANCO, J., 2015). E sua fala segue reforçando a descrição da webrádio Alma como “popular, comunitário, alternativa e independente”. Por outro lado, ela afirma não asseverar conceitos como *contra-hegemonia* e *contrainformação* por preferir “afirmar positivamente” o que se quer com a webrádio.

Crítica similar eu percebi na conversa com Karen Debertolis, que foi professora na UNOPAR e entrou no projeto por convite do seu então aluno Daniel, ainda na época de concepção da webrádio, em 2011. À frente do agora intermitente programa “Contracapa”, ela está na chefia de redação e na ponte com o projeto de extensão com os alunos da UNOPAR. Já tendo lecionado a disciplina de Comunicação Comunitária, quando questionada se considera a webrádio Alma uma rádio comunitária, aproveita para apresentar suas reservas à área por considerá-la “conservadora e reducionista”, vinculando *comunitário* somente à *cultura popular*, não dando conta, por exemplo, da cultura urbana (*rappers*, *grafites* etc.). Para ela os conceitos de *rádio comunitária* e *mídia comunitária* carecem de uma ampliação para abarcar novos modos de ser. Sobre a própria estrutura da webrádio Alma, diferentemente de uma hierarquização aparente na rádio comunitária, ela “pensa a [web]rádio [Alma] de uma forma muito colaborativa, dentro de um espírito de colaborativo que é hoje a grande diferença quando a gente fala de sociedade”, onde “a colaboração é o meio” e qualquer revolução será “de como se produzir de forma colaborativa” (DEBERTOLIS, 2015).

Na tarde daquele dia, depois da entrevista com Rakelly, acompanhei a gravação do seu “Batuque na Cozinha”, nos estúdios da Rádio UEL, ao lado do operador Lopes, um senhor de cabelo branco de voz doce e hesitante, que está lá



desde que a rádio foi criada, há 25 anos. Primoroso com a qualidade sonora, sua interação brincalhona com os demais emprestava leveza àquele momento. A banda do dia era a

iniciante Carburé Canela, de Londrina mesmo, que Rakelly recebia com o maior orgulho. O programa abriu muito espaço para sua história, suas histórias e sua música, por sinal, de qualidade. Tão boa que, pensava eu, poderia estar em qualquer casa de show do Rio de Janeiro ou São Paulo, mas estava ali, em Londrina, ali frutificava e era valorizada (“se sentir importante me deixa deselegante”, cantava uma de suas músicas).

Quinta-feira, 20 de agosto de 2015: consensos, dissensos, tensões e enriquecimentos

Uma pergunta que tenho feito a todas as lideranças das rádios que tenho visitado é se elas se sentem sacrificando seu projeto pessoal em favor do projeto coletivo (da rádio). Ainda que com diferentes matizes, a grande maioria das respostas fala da coincidência entre ambos os projetos, na linha de Juliana, que afirma que “sempre se realizou pessoalmente por meio desse trabalho” (FRANCO, J., 2015). Veremos que tal simbiose é comum na maioria dos militantes das rádios analisadas, demonstrando a paixão que desperta a comunicação comunitária e, também, certa desmesura entre vida profissional e pessoal.

Em muitos casos isso tem reflexos no próprio processo deliberativo da rádio: amparados por uma autojustificativa interna que relaciona maior dedicação à maior legitimidade decisória, vilipendiam-se espaços mais amplos de deliberação (até por questões práticas, de tempo e de baixa participação do restante do coletivo), acarretando alguma concentração. Juliana conta que na webrádio Alma o processo decisório “sempre foi com as pessoas mais próximas, atuantes” e acaba sendo “muito do jeito de cada um”, no caso, dos coordenadores. Ela justifica certa centralização pelas diferentes responsabilidades com o projeto: “acaba que você decide, como fazer e como lidar em algumas situações” (FRANCO, J., 2015). Isso foi confirmado por Daniel: nem horizontal nem vertical, ele denomina “orgânico” o sistema decisório da rádio: “é um projeto complexo que precisa ser coordenado, a gente distribui atividades e responsabilidades”. E sintetiza: “a gente toma decisões na hora que precisa tomar e discute no coletivo na hora que precisa discutir” (THOMAS, 2015), como, dá o exemplo, o destino dos recursos em uma (então) eventual vitória do Prêmio Mídia Livre 2015. Já Rakelly lamenta que “o processo [decisório] já foi mais colaborativo no início” até por conta da estruturação da rádio e sua programação: quando a produção foi se tornando mais autônoma, a “rede foi ficando mais virtual. Particularmente acho que tem que voltar a ser mais real” (CALLIARI, 2015). Não há periodicidade nas reuniões e coordenação mantém um grupo no Facebook. Juliana aponta que autogestão está no plano das ideias e é

“uma utopia que tem que ser perseguida” e se diz frustrada por não conseguirem sair de uma estrutura hierárquica que “tem um coordenador que vira madrugada escrevendo projeto, que presta conta, lava o banheiro, faz vaquinha... A rádio é colaborativa, mas ela ainda precisa dessas pessoas com funções específicas e que tenham grau de hierarquia diferente” (FRANCO, J., 2015): por mais que se valorize o trabalho de todos, a responsabilidade e o comprometimento são diferentes.

Questionada sobre a dificuldade/facilidade em atrair novos colaboradores para a emissora, Juliana afirma que “atrair é fácil, difícil é engajar”. Para ela, “chega bastante gente, mas poucas ficam por conta da questão do voluntariado” (FRANCO, J., 2015). Daniel também faz essa distinção: ele me conta que, nas últimas 24 horas, recebera contato de dois novos colaboradores voluntários interessados, um de Londrina e outro de Londres. Ele atribui tal facilidade de conseguir interessados ao fato de ser web, o que permitiria que pessoas de diferentes lugares colaborassem. Em sua opinião, a dificuldade está em manter a equipe central, pela baixa remuneração e muito trabalho (THOMAS, 2015).

Juliana conta que todos na Alma são Microempreendedores Individuais, o que, para ela, na realidade foi uma estratégia governamental para que “todo mundo que trabalhava nas ONGs virasse empresa para prestar serviço e não ter direito trabalhista”. Ela reclama da cultura de má remuneração na área cultural: “comunicação popular e comunitária não é o tosco, não é menos profissional”. Somente os coordenadores são pagos, o restante é voluntário, algo que ela lamenta, pois, para ela, se há pagamento, pode-se “exigir daquela pessoa uma qualidade profissional, prazos, o cumprimento das tarefas que são verbalmente acordadas” (FRANCO, J., 2015). Daniel se diz incomodado em não remunerar atividades por soar desvalorização do trabalho alheio. De todo modo, a constituição e posterior manutenção da webrádio só foram possíveis por conta de uma permanente rede de colaboração voluntária e baseada na amizade. Inclusive o novo site, lançado em julho de 2015, foi programado pelo amigo e companheiro de banda de Daniel, sem custos e, por isso, gradativamente, o que explicaria seu o atraso no lançamento.

A delicada e basilar questão da sustentabilidade divide e faz coincidir opiniões entre as lideranças da rádio. Num projeto que sempre foi financiado com recursos públicos, a publicidade comercial é defendida por Rakelly, “até porque a gente tem uma economia da cultura acontecendo, a gente não precisa ser patrocinado por fabricante de agrotóxico (risos)”, ainda que reconheça possíveis dificuldades: “se você quer manter uma comunicação realmente popular, comunitária, alternativa é muito difícil de casar isso com um projeto

comercial, mas ao mesmo tempo você ter um projeto que é bancado por 20 anos por um fundo de cultura... há uma discussão”. Nesse sentido, ela afirma que “ficaria bem feliz de não depender exclusivamente de recurso público” (CALLIARI, 2015). Tanto Juliana quanto Rakelly reclamam da perspectiva de curto prazo dos editais. Juliana acha que não deva ter publicidade na webrádio AlmA, por “não ter a ver com a filosofia da rádio”, mas vê como positivo o apoio cultural (ou marketing cultural) de “uma empresa que apoie o programa por ter a ver com a missão da empresa” (FRANCO, J., 2015). Daniel coincide com Juliana, por achar “que é possível suprir essa questão [da sustentabilidade] com a publicidade institucional” (THOMAS, 2015). Também Karen se coloca a favor do marketing e apoio cultural, até porque, para ela, recurso público é e deve ser um *incentivo* para que depois sejam criadas formas de sustentabilidade (DEBERTOLIS, 2015). Juliana afirma que a webrádio jamais sofreu qualquer interferência do governo e “nunca sentiu pressão além da responsabilidade de lidar com dinheiro público” (FRANCO, J., 2015).

Um tema que já não é mais dissenso na academia (cf. FERRARETO, 2007) ainda parece ser na AlmA, de forma rica e profícua. Quando perguntado se webrádio é rádio, Tiago persegue a questão conteudística – tem “programa, jornalismo, música...” – para afirmar que sim (MOREIRA, 2015). Também Juliana, que parte para uma defesa refinada: “não somente é rádio, como também é a incubadora de uma nova linguagem para o rádio”. Para ela, “não é o formato ou tecnologia de transmissão, e sim a linguagem utilizada” que define o veículo rádio e, nesse sentido, “a gente sempre fez rádio, independente dos nossos conteúdos serem veiculados no formato de radioposte, rádio web ou rádio hertziana”. Juliana defende ser “um questionamento mais que necessário dentro dessa nova conjuntura de convergência e digitalização” que está “balançando” fronteiras: “onde começa e termina o cinema, a televisão, a web TV, o audiovisual?” (FRANCO, J., 2015). Pois Rakelly parece ter essa resposta, pois se vale da análise formal para negar que webrádio seja rádio: “é audiovisual”. Muito influenciada pelo *feature radiofônico*, ela prima pela questão estética, em todos os formatos. Ainda que já seja parte da rotina da produção que a divulgação do programa seja acompanhada de uma foto ou imagem ilustrativa, eles ainda não trabalham com vídeo: “tem o peso de *streaming* e a questão de quem vai produzir, porque se for só para filmar um negócio pra dizer que tem vídeo, não” (CALLIARI, 2015). Juliana também conclama essa responsabilidade estética audiovisual da AlmA e critica a linguagem corrente da comunicação comunitária que, de acordo com ela, para priorizar o conteúdo, abre mão de uma concepção estética mais madura: “Para mim o grande nó da comunicação popular e

comunitária, nas inúmeras linguagens em que ela pode se materializar, é como superar a barreira um pouco dura do discurso da militância política”, indicando que o conteúdo cultural “entra como um componente essencial para suavizar o discurso, aproximar as pessoas e tornar os conteúdos mais palatáveis” (FRANCO, J., 2015).

Naquele meu último dia de imersão na webrádio Alma, fiquei atento com algo que vinha notando desde o início: a suave tensão entre a webrádio e a ONG da qual faz parte. Para além de uma curiosidade alcoviteira, me atentava à relação que se estabelece entre um projeto e sua entidade jurídica, principalmente quando o primeiro tem mais visibilidade que o segundo. No entreouvistos do primeiro dia, ouvi o pessoal da administração solicitar que a proposta do Prêmio de Mídia Livre previsse gastos para contador e material de limpeza. Em minha conversa com Marcele Rodrigues Silva, administradora da Alma, ela comenta que a Alma está “pedindo pra rádio chegar mais no coletivo como um todo” e fala da dificuldade “em entender que esse é um projeto da Alma”, inclusive reclamando de uma certa dependência financeira da rádio (SILVA, Marcele, 2015). Por sua vez, Daniel me falou da necessidade em “fortalecer o coletivo da rádio para participar do coletivo da Alma fortalecido”, a fim de incidir nas decisões da Vila Cultural em que atua (THOMAS, 2015). Ele comenta inclusive que a coleta de assinaturas dos membros da rádio para a burocracia da inscrição ao Prêmio de Mídia Livre ajudou na consolidação de um *sentimento* de coletivo. Numa visão quase ainda externa, tendo em vista sua recente entrada na coordenação de um dos núcleos, Rakelly interpreta que nessa suposta tensão “existe um processo de interesses convergindo e divergindo” e que seria natural numa entidade com diferentes projetos. E, de todo modo, “o Núcleo existe em função da Associação e Associação não existe se não houver esses dois núcleos trabalhando, então... *get over it* (risos)”. Rakelly avalia ser “uma simbiose muito interessante” e defende que “a tensão é, até certo ponto, saudável e produtiva porque você aprende com o outro e você aprende a retrair e avançar dentro dessas possibilidades” (CALLIARI, 2015).

Naquele final de tarde que antecedia meu voo, fiquei pensando que ser pesquisador certas vezes é um exercício de escuta, em outras um exercício de silêncio. Como um microfone sensível às diferentes ressonâncias à minha volta, fiquei ali observando as alunas da UNOPAR discutirem entre si as notas jornalísticas; Daniel e Emerson conversarem sobre a difícil gestão de projetos; dois integrantes de uma banda combinarem com Tiago sua apresentação ao vivo num dos programas... Era a rádio que pulsava para além de sua veiculação. Ainda deu tempo de avançar com Daniel mais um pouco naquela infinda

entrevista destinada aos diretores da rádio. Mais uma vez multitarefa, ele dialogava comigo enquanto subia um programa que iria ao ar em poucos minutos. A conversa tomava outros rumos e divagávamos e ríamos e comentávamos sobre nossas próprias vidas. Não deu tempo de terminar até dar a hora de ele me dar uma carona para o aeroporto: talvez por, mais uma vez, não saber (querer?) respeitar os limites de pesquisador.

C.3 O caso da Rádio Cidade – Altamira (PA)

Sábado, 22 de agosto de 2015: passado, presente e futuro em Altamira

A primeira vez que vim à Altamira foi em outubro de 2009 para a segunda oficina de formação de formadores do Programa de Formação e Gestão Integral das Rádios Comunitárias, da AMARC Brasil. A ideia era formar uma equipe de dez capacitadores com o objetivo de estimular o projeto político-cultural nas rádios comunitárias brasileiras, com o método freireano, a partir da autoconscientização e autocrítica de sua missão. Altamira fora escolhida por ter uma rede articulada de rádios comunitárias (as da Transamazônica) e por ser palco de conflitos ambientais e sociais: a Usina de Belo Monte era um enorme e onipresente fantasma que rondava, mas que ainda parecia poder ser vencido.

Tendo meu primeiro contato efetivo com a AMARC Brasil na primeira oficina de formadores, em abril de 2009, já viria a ser eleito representante nacional da Associação em setembro daquele ano, ainda “cru” no movimento. À bem verdade, isso se deu muito por conta do meu entusiasmo utópico aliado a uma endêmica falta de quadro político nos movimentos sociais. Chegava a Altamira cheio de expectativas, também por ser a primeira vez na Região Norte e na Amazônia. A sensação era a de estar numa cidade pequena do interior do país, quente, muito quente e verde, de verde muito grande. Ouvíamos todos falar sobre prováveis consequências da Usina: “treze ruas irão desaparecer”; “a praia do Pepino vai ficar submersa”. Impulsionado por essas vozes e impressionado com a imensidão do rio, meti-me assim que pude no Xingu, por batismo e despedida, assustado com a escuridão e a forte correnteza de suas águas. Só me advertiriam depois que não era boa ideia mergulhar em seu perímetro urbano: naquela época, zero por cento da cidade contava com sistema de esgoto, despejado diretamente no rio, sem tratamento. Corri para tomar banho (quente, mesmo com a resistência desligada) no hotel, então um dos únicos na cidade.

Minha segunda vez em Altamira iria ser em agosto de 2012. Com pouco mais de um ano do início das obras da Usina (junho de 2011), a cidade já apresentava sinais de mudança: caos no trânsito, maquinários gigantescos sendo transportados, hotéis sendo construídos ou improvisados, preços altos em todos os serviços. Estava lá para a realização do terceiro encontro de um ciclo de seminários da AMARC Brasil sobre legislação e direito à comunicação que percorreu as cinco regiões do país naquele ano. Intitulado “Uma nova lei para as rádios comunitárias: marco regulatório e direito à comunicação”²¹, o objetivo ambicioso do projeto era de, a partir de insumos de cada região em suas necessidades locais, iniciar o esboço de um projeto de lei que efetivamente contemplasse o direito à comunicação e que substituísse a 9.612, a lei de radiodifusão comunitária mais restritiva da América do Sul²². A organização local ficou por conta da associada da AMARC Brasil, Rádio Comunitária Nativa FM, de Altamira, sob a pessoa de Domingos de Moraes, um dos então conselheiros da Associação, responsável por articular as rádios e atores locais, além de conseguir parcerias para o evento. Um dos apoios foi da Casa de Governo de Altamira, órgão vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República. Criada em 2011, coincidindo com o início das obras da Usina, trata-se de uma representação local do governo federal para acompanhar as demandas da região.

Já mais maduro no movimento, sabia que desembocava num terreno de conflito instalado: ainda que sob brigas judiciais, a construção da usina estava a todo vapor e o movimento social na região se encontrava partido...pelo Partido. Antônia Melo, presidente da Rádio Comunitária Nativa FM e líder do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, me contou nessa última visita a Altamira, que o marco da cisão seria a vinda de Lula para a região, em 2010: “os próprios companheiros [do PT] que, antes, eram contra Belo Monte estavam com crachá da empresa [Norte Energia] impedindo a entrada dos contrários à Usina no evento do Lula”. A partir daí, os que não ficaram totalmente a favor, se omitiram. “As rádios comunitárias se enfraqueceram bastante porque a decisão [das rádios] é a decisão política dos políticos do PT. O PT dava as coordenadas para as rádios. Antonia Melo não era mais chamada para falar nas rádios” (MELO, A., 2015). A ativista tem sido uma voz cada vez mais solitária na resistência a Belo Monte e demais barragens na região.

Naquela época, eu era coordenador executivo da AMARC Brasil e estava diretamente envolvido nos seminários. O seminário propriamente dito aconteceria no dia 25 de agosto, na

²¹ Cf. <http://amarcbrasil.org/amarc-realiza-primeiro-seminario-para-debater-lei-para-radios-comunitarias/>. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

²² Cf. 4.3.1 da presente tese.

Casa Familiar Rural, lugar afastado mas bastante simbólico, tendo em vista que o sindicalismo rural pode ser considerado o berço dos movimentos sociais na região (STEINBRENNER, 2011, p. 158 e ss.). No dia anterior, decidimos fazer um evento mais aberto e no centro da cidade, a fim de envolver mais atores. O encontro “Comunicação na Amazônia: avanços e desafios” lotou o Centro de Formação La Salle. Ao notarmos a presença da figura emblemática de Antonia Melo, decidimos, logo no início do evento, convidá-la para fazer uma saudação. Sua fala forte, referindo-se a Usina como “Bela Morte”, desagradou os representantes do governo federal, apesar de arrancar aplausos de boa parte da plateia. (Ao final do dia seríamos chamados para uma “conversa em particular” com tais representantes...). Ao fim do evento, mais um momento de tensão: o ônibus conseguido de apoio para conduzir-nos à Casa Familiar Rural estampava “CCBM – Consórcio Construtor de Belo Monte”. Frente a isso, dois dos convidados, um importante ambientalista da região e uma ativista, se recusaram a entrar na condução. Outro momento daqueles dias iria me marcar e, inclusive, influenciar o olhar da presente pesquisa. Algo sintomático do descaso estatal, do desinteresse com a área e do próprio enfraquecimento do poder de influência do movimento junto ao governo era a então rotatividade de coordenadores de radiodifusão comunitária no Ministério das Comunicações (MiniCom): entre cinco seminários regionais, foram três diferentes representantes. O coordenador da vez era um técnico com a função de selecionar as entidades que teriam a outorga. Ele falou no seminário, ouviu tudo o que a AMARC defende sobre radiodifusão comunitária, conversou com as associadas e, à noite, quando estávamos todos descontraídos numa mesa de bar, ao lado do Xingu, ele nos disse, com um forte sotaque paulista: “Véééio, as rádios comunitárias que aparecem no ministério são *muuuuito* diferentes do que vocês defendem e das que fazem parte da AMARC! As que aparecem lá são um bando de picaretas”.

Minha terceira vez em Altamira seria em maio de 2013, como facilitador de um processo de formação com as rádios comunitárias da região, no marco de um projeto financiado pelo *International Programme for the Development of Communication* (IPDC), da UNESCO. À frente estava Sofia Hammoe, antiga associada da AMARC Brasil e com larga experiência em processos de formação com rádios comunitárias. Eram dez emissoras, desde antigas e legalizadas (como Nativa FM, Rádio União Comunitária, Popular FM, Sociedade FM) até rádios em formação (com as de Anapu e Porto de Moz). A partir da metodologia adotada pela AMARC em processos de formação, inicia-se sempre com um autodiagnóstico das fortalezas e fraquezas das rádios. Os problemas mais comuns que apareceram giravam

em torno da falta de união e articulação entre as rádios da região; alta dependência político-partidária; necessidade de formação, e; problemas de sustentabilidade. Um comunicador da Rádio Funda Livre, de Uruará, por exemplo, citou que, para um mesmo horário da grade de programação, em poucos meses, passaram cinco locutores. E diagnosticava para tal tanto a falta de formação quanto a ausência de recursos: dependendo quase que exclusivamente de voluntariado, a rotatividade era grande numa região onde o desemprego (ao menos até Belo Monte) sempre fora um problema. Mas algo que nos chamara muito a atenção foi um silêncio gritante: na informalidade das conversas, um dos temas mais presentes era a hidrelétrica e seus prejuízos para a região, porém apareceria somente uma vez em dois dias intensos de atividades coletivas. Quase ao fim da atividade, ao comentarmos isso, disparou-se uma enxurrada de falas sobre Belo Monte. Um comunicador da Nativa FM, de Altamira, escancarou as contradições acerca da dificuldade de se pautar nas rádios – quase todas ligadas à esquerda – críticas a um projeto que era do governo de esquerda. Em seguida, outro comunicador da mesma emissora localiza o problema na falta de lideranças no movimento social: com a chegada da esquerda ao poder, em âmbitos regional e nacional, elas foram sendo absorvidas pelo governo. Uma comunicadora de Rurópolis comentou da confusão das pessoas quanto aos impactos da Usina e reclamava a missão da rádio comunitária: “o povo está perdendo as esperanças”.

Essas e muitas outras memórias vieram à tona enquanto pousava pela quarta vez em Altamira, para a presente pesquisa. O preço salgado do táxi do aeroporto me indicava que o capitalismo já fizera cama na cidade. Reclamo com a simpática taxista, Fátima Silva, que replica que tudo está mesmo muito



mais caro. Conta que, por exemplo, um aluguel que antes era R\$ 450 não sai por menos de R\$ 2 mil, afetando diretamente o custo de vida dos moradores. Ela fala que o “pico de gente” já foi, mas que ainda há muitos chegando para a “segunda fase” da Usina, que demanda mão de obra qualificada. Reportagem da Folha de São Paulo indicava que, em seu clímax (outubro de 2013), 25 mil trabalhadores se revezaram 24 horas, 7 dias da semana na obra, um terço deles da própria Altamira. Com isso, de acordo com Odair Pinho, vice-presidente da associação comercial de Altamira, “as vendas no comércio aumentaram 35% em média”²³ e vários de seus setores (hotelaria, alimentação, transporte) floresceram. Há emprego para

²³ Disponível em <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

todos e os salários aumentaram. Pergunto pra Fátima sobre depois do fim das obras, ao que ela replica: “quando acabar, quem fez dinheiro fez, quem não fez...” (SILVA, Fátima, 2015).

No trajeto, a *destruição criativa* do capitalismo de que fala Harvey (2004) se materializa à minha frente: igarapés ancestrais sendo aterrados por máquinas imensas, carros novos e importados sobre ruas poeirentas, vastos terrenos com os escombros das palafitas carcomidas outrora reinantes... Chegamos ao meu destino, à região de Colinas, onde se encontra um dos maiores alojamentos de trabalhadores de Belo Monte. Por um, talvez, erro metodológico que traria prejuízos e vantagens à minha pesquisa local, fiquei hospedado e fui ciceroneado por Domingos de Moraes, como foi dito, diretor da Rádio Nativa FM e companheiro na AMARC Brasil, um paranaense que me recebeu com a costumeira boa receptiva nortista.

Domingo, 23 de agosto de 2015: entendendo o campo

Além de as atividades de militância descritas acima terem me dado certa familiaridade com as rádios da região, havia lido e dialogado sobre o trabalho de uma das associadas da AMARC Brasil e professora da Universidade Federal do Pará, Rosane Steinbrenner. Em sua pesquisa de doutoramento (STEINBRENNER, 2011) ela estudou em profundidade três rádios da Transamazônica. Em sua análise do campo midiático (a fim de identificar a arena de forças em que cada emissora se inseria) da Nativa FM (Altamira), me chamara à atenção a outra comunitária do município, a Cidade FM, também indicada por Sofia Hammoe (cf. Anexo A). Steinbrenner a descreve como “uma pseudocomunitária ou rádio ‘de dono’, sem qualquer vínculo com movimentos sociais na sua origem e no seu funcionamento (...) O ‘dono’ da ‘rádio comunitária’ é o ex-vereador Francisco Marcos Alves do Nascimento, na época em pleno exercício como vereador pelo Partido Liberal (PL) (2000-2003)” (p.242), no bojo da profícua discussão sobre *autenticidade* nas rádios comunitárias (cf. 3.4). Dentro da busca por diversidade de tipos de emissoras para a pesquisa qualitativa, apesar da riqueza das demais experiências da região, me pareceu interessante analisar o que implica para uma região de patentes conflitos sociais e ambientais a presença de uma rádio comunitária considerada particularista. Mas estava resoluto em ser fiel àquela atitude compreensiva frente ao objeto, no exercício de um olhar que se atentasse para *aspectos vinculativos* da rádio, sem

perder de vista ao que sua atuação – ou ausência – implicaria para o cenário midiático e político da região.

O contato prévio com a emissora foi feito através de um ofício encaminhado pela Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), referência dos movimentos sociais da região. Minha visita estava acertada para a manhã do dia seguinte, tendo em vista a baixa atividade da emissora nos fins de semana. Aproveitei o domingo para estudar mais sobre Belo Monte, rever minhas anotações sobre a pesquisa de Steinbrenner e entrevistar Domingos: três elementos centrais para entender o jogo de forças em que a Rádio Cidade se inseria.

Num longo passeio de carro pela cidade, Domingos me mostrou algumas das mudanças decorrentes das condicionantes de Belo Monte. Hospitais, monitoramento da população de peixes, escolas, saneamento, hospitais e relocação de moradores fazem parte de “dezenas de programas, alguns com duração de mais de três décadas, que consumirão mais de R\$ 4 bilhões dos R\$ 30 bilhões que custará Belo Monte”²⁴. Fomos ao Bairro São Joaquim, um dos chamados “bairros da Norte Energia”. Cerca de cinco mil famílias que moravam em condições precárias em palafitas foram remanejadas para casas de dois ou três quartos, com toda infraestrutura necessária. Para uma cidade que já foi chamada “cidade dos urubus”, não é pouca coisa para seus moradores passar a contar com moradia decente e um “sistema de água e esgoto padrão Suécia e Inglaterra”, de acordo com Antônio Kelson Elias Filho, diretor de obras da Norte Energia, em entrevista para o jornal Folha de São Paulo. Domingos comenta que muitos pesquisadores “chegam com o discurso da Antônia [Melo]. Mas as rádios e os movimentos têm outra percepção. Agora é hora de trabalhar com as condicionantes. Nenhum outro empreendimento fez tanto para a cidade” (MORAES, 2015). Por todo o caminho vi grandes placas e *outdoors* da Norte Energia com propaganda de seus feitos.

Pelo rádio também ouvi orientações da empresa acerca das mudanças nas rotas de navegação, através de spots que eram finalizados com “Xingu navegável, hoje e sempre” ou “Energia limpa e sustentável para o Brasil”. A sintonia era 104.9 FM. Essa é a frequência compartilhada pela Rádio Cidade e pela Nativa FM, de acordo com já citada limitação legal de um mesmo canal para a radiodifusão comunitária. Como vimos em Heliópolis (cf. 1.1.1), essa escassez de reserva de espectro torna comum que comunidades, entidades e associações vizinhas postulantes da licença de rádio comunitária entrem em embate direto, mesmo se antes mantivessem boas relações. O que não era o caso. Domingos me conta que o “dono” da

²⁴ Disponível em <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

Cidade, o vereador Marquinhos, como é conhecido, sempre foi adversário político do PT. Me diz também que irá denunciar a Cidade à Anatel por supostamente estar utilizando um transmissor de 100 watts, além de ter gravado três dias de programação que comprovam o uso de publicidade comercial. Em minha escuta também atestei tal prática, que, na verdade, é também levada a cabo mesmo por comunitárias ditas autênticas, tendo em vista as limitações legais que acabam impedindo sua sustentabilidade. No percurso, a programação mudava de uma emissora a outra ou só emitia chiados, dependendo do local. Ambas as programações eram basicamente música: no caso da Nativa majoritariamente sertanejo; na Cidade, também sertanejo, mas mesclado de muitos hits internacionais. Ao contrário da Nativa, que repetidamente veicula estar a “serviço da comunidade”, em minha escuta da Cidade naqueles dias não ouvi sequer uma menção ao fato de ser rádio comunitária: na verdade, sua programação em nada diferia das comerciais que bem conheço do interior de São Paulo. Depois de um estupendo pôr do sol, que manchou de vermelho o céu sobre o Xingu, voltamos a casa.

Dentro do meu entendimento para a presente pesquisa de que o protagonista da ação política na mídia comunitária é, antes de tudo, o ativista pelo direito humano à comunicação (e não o veículo em si), me parecia essencial saber melhor da história do Domingos, que, sem dúvida, é a figura aglutinadora das rádios da região. Ainda que companheiro de militância desde que ingressei na AMARC, pouco sabia além do seu jeito calmo e doce em tudo o que faz. Na entrevista, percebo que tudo em sua história é simbólico do que se passou e se passa na região.

Em 1971, com apenas dez anos de idade, chegou à Transamazônica com outras três famílias do Paraná, num “pau de arara”, dentro da política colonizadora dos militares para a região. As semelhanças daquela época com a atual são gritantes e sintomáticas: ontem e hoje, o Estado parece ser o principal ator-motor da região, uma quase onipresença, cujas diretrizes pouco ou nada levam em conta a autonomia e realidade locais, com grande capacidade centrípeta de poder; o “milagre econômico” da década de 1970 tem seu *revival* (temporário, hoje sabemos) a partir de meados da década de 2000, mundialmente simbolizado pela capa da *The Economist*, de novembro de 2009, com o Cristo Redentor decolando; o desenvolvimentismo “centrado numa ação política ativa do Estado como regulador e orientador do desenvolvimento nacional” (MOTA apud STEINBRENNER, 2011, p. 66) dos ’70 ganha novo fôlego já nas gestões de Lula (2003-2010), mas se intensifica principalmente com a chegada de Dilma Rousseff (2011) ao poder; aquele ambiente permitiu o mais

ambicioso projeto brasileiro de infraestrutura da época: uma estrada que rasgasse o “gigantesco mundo verde” e “que seria vista da Lua”, trazendo progresso e riqueza para a região, ambição tão homérica quanto a construção da terceira maior hidrelétrica do mundo (Lucas, de 15 anos, sobrinho de Domingos, fala com orgulho que se trata da maior obra de infraestrutura atualmente em execução no planeta), cujos nichos para abrigar suas 18 turbinas de cinco metros de altura e mais de oito metros de diâmetro são escavados em rocha viva, com altura de 45 andares; escolhida como polo de desenvolvimento e sede da Transamazônica, a Altamira da década de 1970 viu sua população crescer, a inflação galopar, suas ruas serem asfaltadas e iluminadas à vapor de mercúrio e florescerem centenas de casas comerciais, hotéis e restaurantes, bem parecido com o *boom* generalizado da Altamira da Usina; mas a decepção com os resultados da Transamazônica (inaugurada inacabada e com pavimentação irrisória, assim permanecendo até os dias de hoje), podem se repetir com Belo Monte, considerada de alto impacto ambiental e social e de baixo rendimento, tendo em vista que sua potência máxima de produção de energia só acontecerá em quatro meses do ano. Uma diferença digna de nota se refere aos estudos de impacto socioambiental, negociação e execução de condicionantes e planos de mitigação, ausentes na construção da Transamazônica.

Na esteira da política do governo militar de desenvolver a agricultura e pecuária da região, a família de Domingos foi morar na roça. Desse ponto sua autonarrativa dá um pulo para seu envolvimento com a pastoral católica. O ensino do fundamental ao médio foi em uma escola católica de internato, aonde chegou a ser seminarista. Fala da chegada à região da Teologia da Libertação, a partir de 1982. Mais ou menos nessa época, torna-se professor do Estado e simpatizante das ideias de “Paulo Freire, Fernando Gabeira, Frei Betto...” (MORAES, 2015), chegando a ser expulso por suas ideias. Em sua pesquisa, Steinbrenner (2011) identifica no cenário político da região, ao lado do Estado, um segundo ator importante e um terceiro a ele ligado: a Igreja Católica e os movimentos sociais. Com a mudança de orientação na década de 1960, a Igreja revoga alianças políticas conservadoras, começa a falar e agir por justiça social e se distancia dos governos autoritários que varriam a América Latina. Com isso, passa a assumir “o papel de incubador institucional para o novo sindicalismo rural” (p. 159), principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesse caldeirão, conta Domingos, “apareceu aqui o pessoal do PT”. Já em 1984, ele ajudará a fundar o diretório local do partido. A partir daí, terá protagonismo em todas as frentes históricas de luta: no ano seguinte, será responsável por fundar a primeira associação

de professores de Altamira; em 1987 vence a disputa “contra os pelegos” que controlavam o sindicato rural; participa por seis anos da Comissão Pastoral da Terra (CPT); trabalha nas propostas para a Constituinte, e; mobiliza contra o projeto de três barragens do chamado Complexo Hidrelétrico do Xingu, no final dos anos 1980.

Depois de um “*break* na militância”, os meados dos 1990 serão marcados pela articulação em torno das rádios comunitárias da região. Sobre esse período, Steinbrenner (2011, p. 167) explica que, então, já havia se dado uma mudança de orientação nos movimentos sociais da região: de um amálgama da luta em torno da “sobrevivência da Transamazônica” (a chamada “agenda emergencial” acerca de direitos sociais básicos) haverá um redirecionamento em torno da noção de “desenvolvimento”, com uma sensível dissensão entre o movimento rural e o ambientalista (esse, com o apoio da Igreja). E é nesse contexto de divergências nas prioridades do movimento que surgem, em 1997, em Rurópolis e em Uruará, municípios que contavam com importantes lideranças agrárias, as primeiras rádios comunitárias da região. E, tendo à frente, Antonia Melo, em 28 de abril de 1998, é fundada a ARCA – Associação Rádio Comunitária de Altamira (ou Nativa FM), com a participação de 19 organizações populares, entre vários sindicatos, movimentos de bairro, Igreja Católica e Metodista. Um ano depois, Domingos viria a se tornar diretor da rádio, que, a partir daí, iria tomar grande tempo da sua energia e militância e lhe renderia dois processos judiciais por uso ilegal de telecomunicações.

A entrada do pedido de outorga da Nativa seria em 1999, mas a licença só sairia em 2006. Nesse ínterim, o vereador do PL, Marquinhos, em 2002, entra com o pedido de outorga para a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira (ou Cidade FM). Contando com a ajuda de um padrinho político, Nadir Neves, deputado estadual pelo mesmo partido, a outorga é emitida em 2005, um ano antes da Nativa: “em termos de concessão não se faz nada sem apoio político. Todo mundo sabe disso”, confidenciou o vereador para a professora Rosane Steinbrenner (2011, p. 242).

Domingos conta que já buscaram um acordo entre as emissoras, mas a única oferta da Cidade foi o fechamento da Nativa com a consequente concessão de um espaço, sem qualquer “poder de voz e voto dentro da Associação”. Pergunto se o fundo da disputa é político: “não é uma disputa política, é uma midiática. Tem gente especializada para buscar apoio [cultural]. É como tráfico de drogas, eles querem território. Se fosse político, seria bom, mas jogam baixo, e ainda botam gente pra vigiar a gente” (MORAES, 2015).

A antecedência na outorga garantiu à Cidade a possibilidade de funcionar e irradiar desde o centro da cidade, o que obrigou a Nativa a se transferir a quatro quilômetros dali, o que, no entendimento de Steinbrenner, teve um impacto “desastroso” para a emissora, que: “perde audiência, conseqüentemente perde anunciantes (apoiadores culturais), a rotatividade de locutores aumenta e não consegue mais produzir informação local, nem sequer telefone para fazer ligações consegue manter” (2011, p. 267). A professora chega a citar que, na opinião de militantes dos movimentos sociais, tal atitude da direita de “‘pegar carona’ na onda das rádios comunitárias” seria uma ação deliberada de reagir “aos avanços das organizações populares que já vinham há alguns anos colocando no ar e tentando a legalização das emissoras comunitárias em vários municípios da Transamazônica” (p. 242).

Ao lado desses importantes e sobredeterminantes elementos externos, as dificuldades por que ainda passam hoje a Nativa FM devem ser buscadas também em suas próprias contradições. A chegada do PT ao poder em âmbito federal (2003 em diante) e estadual (2006-2010) só foi possível por alianças nacionais e regionais que, como é o caso da Transamazônica, significou colocar na mesma mesa opositores históricos. Em 2006, o PT contava com “12 vereadores, dois prefeitos, um deputado estadual e um deputado federal” na região (SANTOS SOUZA apud STEINBRENNER, 2011, p.164). Se, por um lado, isso significou a efetivação (ao menos de parte) de um projeto político comum que há muito se orquestrava organicamente na região, por outro, significou a absorção das lideranças para se tornarem quadros do governo e, conseqüentemente, uma diminuição de sua capacidade/possibilidade de crítica gerando, em muitos casos, um distanciamento da base. Em sua pesquisa, Steinbrenner conclui que, nas emissoras, a resistência “se esmaece com o tempo, devido aos novos arranjos institucionais e políticos que findam por desconstruir a lógica de ação dos movimentos sociais ao aproximá-los de posições e atores até então antagônicos.” (2011, p. 301) Em entrevista para a autora, Antonia Melo chega a afirmar que “as entidades que compõem o conselho [dessas emissoras] são, na verdade, meros figurantes, para legitimar a entidade. Não ocupam o espaço que existe e que poderiam ocupar, há uma desconcentração do movimento em relação às rádios” (p. 272).

A nosso ver, as controvérsias em torno de Belo Monte são um elemento essencial nesse processo. Política e economicamente a construção da Usina passou a ser um projeto de governo e de Estado. O Consórcio Norte Energia é basicamente um empreendimento estatal: sua composição é resultado de uma associação entre empresas estatais e fundos de pensão. Financeiramente, ao financiar R\$ 22,5 bilhões do empreendimento, também o BNDES se

tornou um sócio²⁵. Antonia Melo me fala que “as rádios viraram todas governistas e não comunitárias” e destaca que o “mais cruel desse processo todo foi essa covardia dos movimentos que se ‘governalizaram’, se tornaram governistas, fechando os olhos para toda a situação caótica, de desmando, de violência, de destruição e morte de Belo Monte com as pessoas do Xingu” (MELO, A., 2015).

Na entrevista, Domingos me fala que passou a enxergar Belo Monte de outro modo após uma visita de três dias realizada à Usina de Tucuruí, a convite da Norte Energia, em 2008. Explicaram em detalhes as diferenças e demonstraram maior preocupação com os impactos ambientais e sociais e “como o projeto seria muito bom para a região”. Com isso, Domingos passou a se “ausentar daqueles projetos contra a barragem. As rádios seguiram a mesma linha”. De todo modo, ele reconhece que “as partes piores foram passadas por cima como um trator”, citando trocas no IBAMA, no Ministério Público Federal, entre outras manobras do governo federal que tiraram todos contrários ao projeto. Mas, mais à frente, volta a citar as muitas melhorias reais para a cidade, inclusive as áreas de lazer ao redor do Igarapé, para caminhadas e ciclistas, algo que Altamira e seus moradores nunca tiveram.

Fim da entrevista, fui me recolher para descansar e me preparar para a espinhosa visita à Cidade FM no dia seguinte. Na minha mente apenas a autocrítica quanto aos meus próprios julgamentos... e a importância deles para minha análise.

Segunda-feira, 24 de agosto de 2015: um olheiro na Cidade FM?

Peguei carona com Domingos, que seguia para seu trabalho na Secretaria Estadual de Educação. Antes, tomamos café da manhã numa padaria, já na região central da cidade, aonde muitos vieram falar com ele. Quando chegamos ao endereço da rádio, numa das ruas centrais de Altamira, Domingos decide parar mais à frente, para que ninguém da rádio me visse descendo do seu carro. A emissora fica em cima de uma loja de roupas, sem nenhuma placa ou letreiro. Me identifico pelo interfone e uma recepcionista me encaminha por um corredor de chão de porcelanato até chegar à recepção de móveis novos e formais. Ali percebo uma grande TV de plasma na parede, transmitindo imagem da entrada da emissora (me pergunto se é para escapar da Anatel...). Procuro vestir minha melhor cara, mas o clima me soa tenso. Me levam para falar com o “diretor central da TV” (TV?). Explico que sou

²⁵ Disponível em <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acesso em 22 nov. 2015.

pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que havia encaminhado um ofício via FVPP para uma visita à rádio. Pedem para que eu volte a esperar na recepção.

Enquanto espero, um senhor de meia idade, lábios finos e olhos tensos senta-se à mesa da recepção e puxa conversa comigo. (Ao menos naquele momento) seu ar parece despreocupado. Explico porque estou ali, ao que ele replica que deveria também visitar a Nativa FM, “do governo do PT”. Digo que irei visitá-la também, ao que ele dispara a denúncia de que “usam um transmissor de 100 watts”. Ele tece mais alguns comentários negativos sobre a Nativa, enquanto faço anotações em meu diário de campo. Pergunto seu nome e sua função na rádio, seu olhar falseia e responde

“Francisco... sou colaborador da rádio”. É quando aparece na porta Maurício do Nascimento, identificando-se como diretor da rádio: um rapaz de 30 anos, loiro, de olhos azuis, muito bem vestido. Enquanto subimos para o segundo andar, vejo e comento pela janela a antena da rádio. Assim como na Rádio Heliópolis (cf. 1.1.1), Independência FM (cf. 1.1.4) e Quixelô FM (cf. 1.1.5), eles alugam a antena para a telefonia celular. No próximo hall me



surpreendo com um banner em que se vê uma grande logomarca da Rede Bandeirantes, onde abaixo lê-se “TV Cidade”, seguido da logo da “Cidade FM 104,9”, sem qualquer menção a ser comunitária.

Explico minha pesquisa e meu plano de trabalho que consiste em acompanhar o cotidiano da emissora, conversar com colaboradores e locutores, além de um questionário detalhado a ser realizado com diretores. Maurício demonstra impaciência e responde as perguntas de forma rápida, evasiva e claramente imprecisa. Tendo informações prévias e posteriores, constato que mentiu em diversas respostas. Por exemplos: nega ter havido qualquer ajuda parlamentar para obtenção da outorga; afirma que nenhum dirigente se candidatou nas últimas eleições; garante que só veiculam apoio cultural; até mesmo nega que a emissora tenha site próprio (ainda que o endereço esteja estampado no banner da Band, ao nosso lado...). Quando perguntado sobre o orçamento, diz que “varia muito”. Pergunto: “uma média?”. Ele responde: “difícil dizer...”. Por isso, por rigor metodológico, decidi (diferentemente das demais nove emissoras da pesquisa qualitativa) não incluir o questionário da Cidade FM entre as cem emissoras analisadas quantitativamente. Além disso – e um elemento importante para nossa análise – constato que muitas das respostas estão relacionadas ao que Maurício entende que o pesquisador *quereria* ouvir. Por exemplo, que

um motivo para um locutor ser afastado da emissora seria “não contribuir com a comunidade” ou de que “a maioria dos locutores é seu amigo” (NASCIMENTO, 2015).

Desço novamente para a recepção, que fica em frente ao estúdio da emissora, para esperar para falar com o locutor que naquele momento está ao vivo, Jorge Júnior. Revendo minhas anotações de campo, leio: “me sinto vigiado, chego a sentir medo de estar aqui”: os olhares que passam e me olham não são nada convidativos. Depois de um tempo, Maurício aparece e sugere que deveria ir o quanto antes para a Nativa, pois “só funcionam de manhã”, aparentemente me dissuadindo a esperar os locutores. Digo que terei a oportunidade de ir na manhã do dia seguinte. Para minha surpresa, ainda que com cortesia, pede uma cópia do ofício do pedido de visita à rádio. Como não tenho, pergunto se quer ver minha carteira de estudante: “é bom...” (NASCIMENTO, 2015). Meu plano de ficar ali o dia todo muda naquele momento: não havia o menor clima.

Com a chegada da locutora Nete Silva, que iria substituir Jorge, Maurício sugere que eu aproveite e faça a entrevista com “os dois de uma vez, para matar logo”. Entro no estúdio com os dois locutores e Maurício nos segue e fecha a porta atrás de si: está tenso, de pé, uma das mãos na cintura. As respostas dos locutores são, vez e outra, interrompidas por suas interferências: “..ou seja, informação para a comunidade, né, Nete?”; “Jorge quis dizer, serviço de utilidade pública” (NASCIMENTO, 2015). Quando pergunto à locutora Nete sobre sua opinião quanto a Belo Monte, ela responde que já “bateu muitas vezes na Empresa [Norte Energia]” no ar e que a direção a chamava e dizia “bate menos, bate menos...” (SILVA, N., 2015). Relanceio para Maurício e seu nervosismo parece cortar o ar com uma faca. Ao perguntar para Jorge a periodicidade das reuniões da rádio, quem – mais uma vez – responde é Maurício: “quinzenalmente”. Em comum entre os locutores, o amor por fazer rádio. Pergunto a ambos por que a Cidade FM: Nete responde que “sempre quis estar numa FM”; já Jorge diz (curiosamente) que as outras rádios “são todas de políticos. Rádio comunitária te dá mais abrangência, faz parte do povo” (JÚNIOR, 2015).

Já desesperançoso de realizar de forma satisfatória minha pesquisa na emissora, peço apenas mais alguns minutos com Maurício, para perguntas mais gerais, antes de ir embora: sua vacilante afirmativa vem com o adendo de que tem “outras coisas a fazer”. De novo no hall do banner da Band, não terminaria minhas perguntas finais: o tal Francisco reaparece, visivelmente alterado, sugerindo que eu vá para a Nativa: “é do Domingos, aquele careca com quem você estava tomando café da manhã”. A informação deve ter sido obtida no ínterim, pois sua atitude mudara totalmente. Ele vocifera que “o Ministério deu autorização

pra todo mundo, tudo certinho” e que o “povo do PT é uma máfia”. Por fim, acrescenta, como que querendo que eu passasse um recado: “e pode saber que eu pessoalmente vou me empenhar pra acabar com aquela rádio!”. Fazendo as vezes de pacificador, Maurício intervém dizendo que precisa trabalhar e que me “acompanha até a porta”. Foi um grande alívio sair dali.

Logo depois descobriria que o “colaborador” de nome “Francisco” vinha a ser o próprio vereador Marquinhos (Francisco Marcos do Nascimento) e Maurício, seu filho.

Mais tarde, relatando para Domingos o ocorrido, pedi sua ajuda para falar com alguém que já tivesse trabalhado na Cidade FM, inclusive para checar informações. Fomos então para a Nativa FM, pois o único locutor em exercício, Dienilson Alves de Souza, trabalhara por seis meses na Cidade FM. A Nativa se encontra agora numa casa sem reboco, de poucos metros quadrados, num terreno recém-comprado por Domingos, em rua de chão batido. Somente com os equipamentos básicos, a emissora fica no “piloto automático” a partir da hora do almoço. Dienilson me conta que trabalhara como locutor e cinegrafista na Cidade, que nunca participara nem soubera de qualquer reunião (quinzenal ou não), que saíra “porque não tem gente boa ali dentro, não” e por falta de pagamento: nos seis meses não recebera nada dos 20% acertados do apoio cultural que obtivera para o horário de sua programação.



Voltara para a Nativa FM, de onde só saíra depois de quatro anos de atividade porque a emissora tinha ficado um tempo fora do ar. Apesar de só estar ao vivo pela manhã, Dienilson fala com entusiasmo da audiência da emissora, mostrando diversas mensagens recebidas via WhatsApp (SOUZA, D., 2015).

Terça-feira, 25 de agosto de 2015: despedida da “casa dos deuses”

O único dia que consegui para falar com Antônia Melo foi minha última manhã em Altamira. Sua agenda era cheia, intercalando compromissos de militância e entrevistas. Como chegara cedo, resolvi ficar um pouco à margem do Xingu. De um lado a outro do rio-mar se notam sinais de obras. Um cheiro forte me chama a atenção: olho abaixo e uma pequena mas caudalosa cachoeira de esgoto desemboca diretamente nas águas do rio, perto de um grande buraco retangular recém cimentado em sua margem: parece que o tal “sistema de água e esgoto padrão Suécia e Inglaterra” ainda não está pronto... Olho para a grande ilha à minha

frente, que, já no próximo ano, não estará mais ali. Rememoro os sentimentos confusos daquele momento e releio meu diário de campo: “Quero ir embora daqui. Tudo cheira e soa a tragédia. A sensação é mesmo de que a qualquer momento o rio vai virar tsunami e engolir nossa arrogância. Mas não será em epifania: será gradativo”.

Caminho para a sede do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. O local acolhe diversas outras organizações de movimentos sociais e parece um ponto de encontro da militância. Subo as escadas, abro a porta e uma profusão de cartazes, banners, faixas, adesivos



explode à minha frente: “Nada fortalece tanto o autoritarismo quanto o silêncio”; “Pare Belo Monte”; “A pesca acabou, a fome chegou, o Xingu sujou”. No meio da sala, Antonia é entrevistada pelo pessoal do Canal Brasil. Enquanto espero a ouço dizer: “...Belo Monte não matou de bala, mas matou de outra forma, mais cruel”. Quando a entrevista acaba, Antonia me recebe com um forte abraço e diz se lembrar de mim, no evento no La Salle, em 2012. Nos posicionamos para a entrevista, mas ela só começa um bom tempo depois. Num primeiro momento, irrompe o ribeirinho Seu Pedro, cujas rugas ao redor do olhar doce parecem ser mais por conta do castigo do sol que do tempo. Ele reclama que os peixes “estão moles” ou simplesmente desapareceram: “não tem mais alimento, todos vivemos da pesca”. E a situação pode piorar quando a Usina entrar em funcionamento: com a alagação permanente da Volta Grande do Xingu, será como se o período de seca fosse permanente, o que afeta diretamente as espécies de peixes que dependem das cheias para se alimentar e reproduzir, que invadem os igapós para comer frutas e desovar. Seu Pedro diz ter tudo comprovado em fotos num *pen drive*. Antonia orienta que ele as traga para ajudar na denúncia junto ao Ministério Público Federal. Logo depois vêm duas militantes do movimento negro e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, recém-chegadas de uma tumultuada sessão da Câmara dos Vereadores. Aproveito para conversar com Mônica Brito, professora e sindicalista. Ao saber da minha pesquisa, ela comenta da situação das rádios comunitárias da região. Sabe que a Cidade FM tem concessão de comunitária, mas a reconhece como comercial, ainda que abra espaços para denúncias do movimento. “Também a Nativa desvirtuou em 80% a programação”. As únicas que teriam mantido certo caráter comunitário seriam a de Gurupá e a Popular FM (Brasil Novo); a de Uruará estaria “nas mãos de políticos” (BRITO, 2015).

A entrevista com Antônia começa com a história do movimento de rádios comunitárias da região, da qual ela, então membro do PT, foi uma das protagonistas. Mas rapidamente desemboca para a decepção com o Partido, com os próprios parceiros da região e com as rádios: “o governo popular chamado no poder não melhorou as condições das rádios, continuamos perseguidos pela Anatel, aliás, perseguiram muito mais que o governo dito de direita...”. E ela continua: “Não houve um crescimento democrático da comunicação comunitária, foi um retrocesso. Até porque os dirigentes se acomodaram porque o governo era do PT”. Sua denúncia desemboca na prática das próprias emissoras: “se criticasse o governo do PT, estava fora. Deixaram de criticar, enfim deixaram de exercer o papel de uma rádio comunitária e democrática” (MELO, A., 2015). Em suas considerações finais quanto às três emissoras analisadas (Nativa FM, Popular FM e União FM), Steinbrenner conclui que “do ponto de vista das rádios comunitárias, o que foi possível perceber é que a questão ambiental ainda não está presente de forma objetiva na programação das emissoras” (2011, p. 305). Ouvindo a gravação da entrevista, as últimas palavras de Antonia soam um doloroso desabafo: “eu me sinto traída” (MELO, A.,2015).

Por orientação do Domingos, reservei meu assento do lado direito do avião. De lá de cima, primeiro vi enormes nuvens cinzas sobre Altamira, que ia ficando para trás; de soslaio, vi a grande ilha que vai desaparecer defronte à cidade; também o igarapé aterrado e as enormes pontes para o novo curso do rio na cidade... Até que, bem mais a frente, já muito alto, pude ver, ao longe, um clarão no meio da mata: quase distingo a linha reta de pedra que forma as imensas escavações a abrigar as futuras turbinas da Usina. Lembro que Antônia me contara que Xingu significa “casa dos deuses” e que ela aposta na sua revolta. Bem, talvez eu esteja errado: uma epifania pode, sim, reclamar de volta o que lhe pertence.

1.1.4 O caso da Rádio Comunitária Independência FM – Independência (CE)

Segunda-feira, 14 de setembro de 2015: na estrada

Cravada no sertão cearense, Independência contabiliza a mesma distância partindo de Fortaleza ou Teresina. Minha jornada começara no dia anterior, com a viagem de avião, conexão mais escala, totalizando quase oito horas em trânsito. Chegando tarde a quente capital piauiense, o jeito foi pernoitar num hotel rodoviário para pegar o primeiro ônibus na manhã do dia seguinte para Crateús (CE), cidade-referência para a pequena Independência.

Partindo com sol a pino, o ônibus rasgou o semiárido por mais de seis horas, parando de cidadezinha em cidadezinha. Ainda que cansativa, tal jornada ajudaria numa importante ruptura com o cotidiano, rumo a um espírito que favorecesse um olhar mais contemplativo, analítico e reflexivo.

Num dado momento, o Google Maps (no *offline*) me indicava – e uma placa verde confirmava – que cruzara a divisa Piauí-Ceará. Deixava uma rodovia bem pavimentada para pegar alguns quilômetros de estrada de chão. Da janela, a paisagem era daquelas que só vira em filmes sobre o nosso Oriente brasileiro: cavalos, bodes e bois pastando tranquilamente as poucas gramas de uma terra seca e vermelha; cercas de galhos secos e retorcidos cravando o chão como uma coroa de espinhos; o céu azul e quente salpicado de nuvens brancas que insistem em nunca desaguar; semblantes nas janelas que parecem falar de um outro modo de lidar com o tempo e com o outro. Olho pra dentro de mim e reflito o quanto daquele romantismo pode ser preconceito sutil. Se um dos objetivos da presente pesquisa é metodologizar um olhar mais realista e compreensivo que se afaste de idealismos e julgamentos prévios para com as rádios comunitárias, uma primeira tarefa seria lutar contra meus próprios julgamentos quanto aos lugares onde elas surgem.

Chego a Crateús a tempo de pegar a última van para Independência. Enquanto o motorista desviava dos muitos buracos (e de algumas verdadeiras crateras), fui conversando com uma das passageiras, Paula Laís, com seu filho no colo. Conto o propósito da minha viagem e ela diz conhecer a Rosa Gonçalves, ex-diretora e atual membro do conselho comunitário de programação da FM Independência, pois fora sua professora de Ciências no ensino fundamental: “todo mundo se conhece por aqui”. Com sua ajuda, desço certo em frente à casa onde Rosa me esperava com um grande sorriso de boas vindas.

Terça-feira, 15 de setembro de 2015: “a rádio do Padre”

Algo comum a todas as cidades sertanejas que visitaria naqueles dez dias ininterruptos de viagem fora a hospitalidade quase constrangedora de sua gente. Companheira no Conselho Político da AMARC Brasil, Rosa me recebeu como parte de sua família. É ansiosa, dedicada, preocupada, carinhosa, justa, solidária, evita o conflito, se fere com a injustiça... características talvez debitárias de um cristianismo que vem de berço. Ela me contou que seu pai, também militante e religioso, fora responsável por criar várias das CEBs da região, o que lhe rendera o apelido de “pai das CEB’s” e uma homenagem nos 25 anos da Diocese. Rosa é

hoje presidenta (e uma das fundadoras) do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, cargo que parecem querer que ela ocupe 24 horas por dia: ligações desde cedo, abordagens na rua, consultas à porta de casa... presenciei muitas. Mais uma liderança em que os limites entre militância e vida pessoal se nublaram totalmente.

Enquanto Rosa saía apressada para Crateús para uma atividade sindical, terminei o cuscuz com ovo e café que ela preparara. Como sempre, o rádio estava sintonizado em 104,9. Como pude verificar nos demais dias, o programa “Bom dia, Independência” começa pontualmente às 7 horas com uma mensagem cristã, naquele dia falando sobre o “verdadeiro cristão”. Logo mais, o locutor Wilamy de Melo Gonçalves, 22 anos, primo de Rosa, abriu o noticiário – em tom de plantão – para a possibilidade da existência de um aquífero em Crateús. Tal destaque é compreensível numa região que nos últimos anos tem voltado a sofrer com a estiagem (na noite anterior, eu lavara a louça do jantar com balde, por conta do racionamento). O “sobe BG” entre notícias é a música “Fábrica”, da Legião Urbana, de alto teor político. Embora no ar há mais de dois anos, Wilamy não demonstra muita experiência na locução, ainda que conquiste pela naturalidade. Como nas demais manhãs em que o escutei, veiculou algumas notícias da Radioagência Nacional. Naquele dia, também uma matéria local sobre uma feira cultural escolar.

Decidi ir caminhando para a rádio, não muito longe dali, no coração da cidade, não coincidentemente atrás da Igreja. Ainda que funcione no mesmo prédio do Salão Paroquial, a cor da tinta da parede e uma grade interna distinguem o espaço próprio da rádio, sobre cuja porta se lê numa placa de madeira “104,9 FM Comunitária”. Sou recebido por Rômulo Golvan, 72 anos, tesoureiro e um dos diretores da emissora. Ele me conta que, ao se aposentar, 12 anos atrás, decidiu trabalhar voluntariamente na Independência FM “para não ficar ocioso”. Sendo responsável por todas as finanças, explicou que é responsabilidade da rádio, não dos locutores, buscar apoio cultural. Nunca houve reclamações por parte dos apoiadores quanto às limitações da lei, em sua opinião, porque a rádio circunscreve a área de seus interesses e também apoiam porque “são filhos da terra e querem que a emissora continue, fazem para colaborar”. Ele conta que depois que assumiu a tesouraria, conseguiram passar a fechar o mês no azul, inclusive agora têm “uma reservazinha para se quebrar alguma coisa”. O orçamento total da emissora gira em torno de três salários mínimos mensais, um terço



desse valor vai para manutenção e o restante para ajuda de custo aos locutores: o valor máximo que um locutor recebe é cerca de dois terços de um salário mínimo e o valor mínimo um quarto de salário mínimo, dependendo do tempo diário de locução. Devido à baixa remuneração, a maioria dos locutores tem dupla jornada de trabalho. “No começo tinha muita gente”, diz Rômulo reclamando a rotatividade na equipe e apontando um mural que fica no hall da emissora homenageando com fotos individuais todos que já passaram por ali (GOLVAN, 2015).

Numa das fotos está o Padre Manoel Machado Beserra, 65 anos, idealizador da rádio. Demonstrando meu interesse em entrevistá-lo, Rômulo prontamente liga para a Casa Paroquial, que, na verdade, fica a poucos passos dali. O padre estava de saída para uma viagem de dias por algumas das CEBs da região, mas aceitou me receber antes disso. Trata-se de um homem de semblante sereno, barbas e cabelos brancos. Começa a conversa me contando que, em 1992, tinha conhecido pessoalmente o trabalho da Rádio Comunitária Novos Rumos, do município de Queimados, no Rio de Janeiro: foram eles que informaram sobre os primeiros passos para criação da emissora. As discussões iniciais sobre sua criação aconteceram em 1995, a partir de uma pesquisa com as próprias CEBs, em torno da falta de opções comunicacionais frente ao “desserviço ao povo” por parte das rádios comerciais da região. No fim do ano seguinte, fundaram a Associação, tendo ele como presidente (BESERRA, 2015). Na análise que fiz dos documentos – organizadamente mantidos e colocados à minha total disposição – verifiquei que, além da Paróquia, assinaram sua fundação o Sindicato dos/as Trabalhadores/as rurais (destaque para a grafia), além de três associações de bairro, a Associação Assistencial e a Associação das Agentes de Saúde. O Estatuto foi baseado no de outras rádios comunitárias da época e faz referência ao então projeto de lei da 9.612 na questão do financiamento, por exemplo: “conquistar ‘apoio cultural’, definir a sua forma de apresentação, que esteja em consonância com o projeto de Tramitação no Congresso Nacional ou o que for regulamentado” (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE INDEPENDÊNCIA, 1996b). Por fim, no dia 5 de fevereiro de 1997, às 15 horas, com a música Pavão Misterioso, do artista Ednardo, iniciam-se as transmissões da rádio: com 300 watts de potência, ela começa no fundo da igreja, tendo sua antena instalada na própria torre do templo. A programação, das 6 às 18 horas, tinha cunho “religioso, cultural e educativo/comunitário”, nos termos de Rosa. Todos os equipamentos foram comprados com a colaboração dos próprios idealizadores e da comunidade, a partir de doações, sorteios e bingos. Rosa Gonçalves conta que a sensibilizara

a atitude de seu próprio pai: ele chegou a rifar uma de suas ovelhas e, “com um caderninho na mão”, foi andando pela comunidade arrecadando recursos para a criação da FM Independência (GONÇALVES, Rosa, 2015).

O Padre conta que uma primeira tarefa foi desconstruir em locutores e ouvintes o culto ao profissionalismo, além de vencer o medo da repressão e da pecha de “pirata”. Antes do fechamento, chegaram a receber visitas de oficiais com ameaças, mas sem qualquer mandato judicial. Por fim, no dia 17 de setembro de 2002, o fechamento finalmente ocorreria, rendendo ao Padre um processo judicial, que, sob a influência de um procurador local, acabou sendo arquivado (BESERRA, 2015). Para Rosa, a denúncia provavelmente partira de uma das rádios concomitantemente criadas, a “que se dizia comunitária”, Astral, de um vereador da cidade, ou a comercial, Poti, de Crateús, do deputado Antônio dos Santos, do então PFL (Partido da Frente Liberal) (GONÇALVES, Rosa, 2015). De acordo com Padre Machado, para se diferenciarem das demais, apostaram numa “programação musical de qualidade”, com “um trabalho de conscientização através da música”, ainda que enfrentassem resistência inicial por parte dos próprios colaboradores (BESERRA, 2015). Talvez um deles tenha sido Antonio Elson Souza da Silva, um dos locutores mais antigos da emissora, ainda que com somente 31 anos de idade. Quando perguntado sobre a audiência, avalia que “não é tão boa devido ao gosto musical”. Para ele, “as pessoas criaram uma imagem de uma rádio que é presa”, já que não tocam qualquer tipo de música. Quando peço para ele exemplificar as músicas, digamos, proibidas, ele menciona as de duplo sentido, que falem de sexo de forma explícita, que diminuam a mulher ou rebaixem homossexuais. Outro motivo, ligado a esse, é “acharem que a rádio tá ligada à Igreja Católica”. Ele diz concordar com o impedimento de certas músicas, mas acha um exagero que isso aconteça, por exemplo, somente pelo nome da banda (como “Calcinha Preta”) (SILVA, Antonio, 2015).

Quanto ao delicado tema da religião, Padre Machado conta que sempre teve a preocupação de que a rádio não fosse caracterizada como de um partido político ou de uma igreja. E, ainda que cite a transmissão da missa aos domingos, nega que a rádio tenha feito ou faça qualquer proselitismo religioso: “nós não estamos combatendo nenhuma igreja e nossa pregação é muito aberta”, citando inclusive a presença de evangélicos naquela época e hoje. Pude verificar que, realmente, hoje, há programas evangélico, espírita e católico. Uma das primeiras versões do Estatuto da emissora, em seu artigo 2º, sobre os objetivos da emissora, indica na alínea “d) possibilitar a evangelização do povo, respeitando-se as diferenças religiosas” (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE

INDEPENDÊNCIA, 1996b). O atual presidente da rádio, João Roginaldo Feitosa de Melo, enfatiza que “em nenhum momento ela surgiu como rádio católica, surgiu como rádio comunitária onde as várias instituições tiveram espaço na construção, desde a associação como também no conselho de programação. Toda vida [a rádio] teve esse preocupação” (MELO, J., 2015). Elson tem opinião diferente. Para ele, no início, o Padre Machado, por ser o idealizador, “tinha um poder dentro da rádio de dizer ‘não se faz isso’ e pronto, ninguém mais tinha coragem de desfazer o que ele dizia”. E traz o exemplo do impedimento de tocar músicas de outras denominações religiosas. Elson conta que se contrapôs a isso baseado na lei: “a rádio veio para todos, independente de quem idealizou”. De acordo com ele, pedidos por espaço de outras religiões “eram arquivados sem nem passar pela assembleia da rádio porque diziam que ia contra nossa filosofia”. Fruto desse debate, a rádio “foi abrindo mais” e “hoje está bem melhor” (SILVA, Antonio, 2015).

Quando pergunto se houve mudanças na rádio e no corpo reivindicatório de direitos ao longo de sua história, Padre Machado aponta que um gancho inicial foi a questão de trabalhar a convivência com o semiárido. Isso está inclusive na missão estatutária da emissora: “despertar a convivência com o semiárido, trabalhando as potencialidades e possibilidades do nosso município” (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE INDEPENDÊNCIA, 1996a). Rosa me explicaria o termo posteriormente: “o sul do país acha que a gente é desgraçado, mas a gente não quer piedade, a gente sabe que é possível viver aqui e não migrar. Mas tem que ter política pública para isso. E justiça.” (GONÇALVES, Rosa, 2015). Nesse sentido, a rádio teria ajudado a “conscientizar o pessoal para olhar o seu entorno, a questão da defesa da caatinga e do combate às queimadas, a campanha das cisternas para captar água de chuva para beber o ano inteiro”. Em minhas andanças por ali pude comprovar a universalidade das cisternas, que, na fala de muitos, é tida como uma revolução no cotidiano do semiárido. Ele também avalia que, ainda que menor (“até pelas questões dos movimentos populares”), sua equipe é hoje “mais ciente de sua responsabilidade enquanto rádio comunitária”. Em sua opinião, por conta do trabalho da rádio, “cresce na população a consciência de que a comunicação é um direito”, além da “questão da formação política” (BESERRA, 2015). Comentando sua decepção quanto a melhoras na legislação, ele critica principalmente a questão da potência, que impede o sinal de chegar a todo o município, o que o levaram, inclusive, a tentar, sem sucesso, uma outorga de rádio educativa.

Depois do fechamento, a luta foi pela reabertura da rádio. Rosa conta que “apesar de que a gente acha que não deveria ter interferência política, mas acabou tendo”. Para a obtenção da outorga foi essencial a ajuda do deputado federal João Freire, então do PT, que “levou toda a documentação” e acompanhou diretamente o processo (GONÇALVES, Rosa, 2015). Inclusive, curiosamente, entre os documentos da rádio, encontrei uma carta assinada pelo então Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, endereçada ao deputado (e não à rádio) informando da concessão.

A relação com o poder público local alterna momentos de tensão e diálogo. Padre Machado fala que, no início, houve uma “tentativa de cooptação”, seja pela oferta de dinheiro, seja através de pessoas atuando dentro da rádio e que “estavam sendo pagas por fora, por vereador, por não sei quem, para fazer a coisa de acordo com os interesses deles”, posteriormente afastadas da emissora. Ele conta que, “desde sempre”, uma família tradicional da região, os Coutinho, tem estado no poder (BESERRA, 2015). Poucos dias antes da minha chegada, uma agência bancária, bem próxima à rádio, havia sido assaltada por homens armados. Em junho, a outra agência da cidade fora alvo da mesma ação. Há quem diga que os assaltos, de recorrência incomum para um município de tal porte, destinavam-se a captar recursos para a próxima eleição municipal.

Sobre esse tema da relação com os governos municipais, Rosa lembra que uma funcionária da prefeitura foi contratualmente concedida para atuar na rádio e que até hoje permanece. Mas a fluidez da relação depende da gestão: ainda que não concomitantemente, já chegaram a ter programas de rádio em parceria com o Judiciário (“Judiciário e a comunidade”), Executivo (“O executivo em foco”) e Legislativo (“O legislativo e o povo”), esse com transmissões ao vivo das sessões da Câmara (GONÇALVES, Rosa, 2015). A descontinuidade do programa do Executivo foi por iniciativa da prefeitura. De acordo com Elson, eles queriam que a emissora tirasse do ar um de seus informativos, cujo locutor “ia atrás das informações que iam contra o que eles [prefeitura] diziam no programa” (SILVA, Antonio, 2015). Com a recusa da emissora, o convênio foi encerrado. Já os documentos que analisei acerca do convênio com o Legislativo apontam “que o programa faltou respeito ao estatuto e regime interno da ACORDI [Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência], pois o espaço estava sendo usado de forma que não se adequava às normas das radcoms” (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE INDEPENDÊNCIA, 2003). De todo modo, o atual presidente da rádio ressalta que “ao longo desses 18 anos de existência, a FM foi independente do poder público, não sobrevive à custa

do poder público. A manutenção da FM Independência vem a partir dos sócios, dos amigos, dos apoios culturais” (MELO, J., 2015). Ainda que identifique a política local como “oligárquica”, o locutor Gerardo Viana Martins Júnior percebe na última gestão uma ligação com os movimentos sociais. Há uma nova parceria sendo azeitada com a prefeitura, ainda não efetivada. Para Júnior, há sempre “o risco de tudo que paga a conta e quer escolher a comida”, ainda que, para ele, esteja claro não haver “a intenção nossa de fazer aliança política, apenas uma aliança de apoio cultural” (MARTINS JÚNIOR, 2015).

Ao voltar para a rádio, acompanho o programa “Tocando o que toca a nossa gente”, sob a locução doce de Mariana Gonçalves, 25 anos, prima da Rosa. Sempre agradecendo a audiência, Mariana prioriza tanto o ouvinte que atende ao pedido de “Palavras”, da Cássia Eller, quase depois de ter tocado “Malandragem”, da mesma cantora. Enquanto espero para entrevistá-la, uma senhora chega para pagar sua contribuição mensal, que varia de 5 a 10 reais, “de acordo com a possibilidade de cada um”: Rômulo me contara que são cerca de 60 sócios ativos, ou seja, com pagamento em dia (GOLVAN, 2015).

O motivo que fez Mariana decidir atuar na rádio há exatos 5 anos e 6 meses, completados no dia da entrevista, foi o fato de ser “completamente apaixonada por música”. Prestes a concluir a graduação em Pedagogia, ela não se vê fora da rádio no futuro. Em sua opinião, hoje há menos programas educativos. Ela me explica que o horário reservado para tais programas é de segunda a sexta, das 11 horas ao meio-dia. Atualmente somente os da quinta-feira (com o Sindicato de Trabalhadores Rurais) e sexta-feira (com o Sindicato dos Servidores Municipais) estão no ar. Ao comentar as ausências, achei curioso ela incluir como “educativo” um programa de evangelização, “Povo de Deus a caminho”. Para ela, outro problema é a falta de informação local, mesmo nos dois programas informativos diários: “a gente não tem um repórter comunitário só para ir pegar as informações. Às vezes acontece um evento no sindicato, numa comunidade e a gente não vai para trazer as informações. É mais as informações regionais mesmo” (GONÇALVES, M., 2015). Quem compartilha tal opinião é o presidente da rádio, Roginaldo, para quem é preciso “trazer mais a realidade para a nossa programação. E isso, às vezes, é ausente. Por que ausente? Pelo fator tempo” e lamenta que “muitas vezes os meninos chegam quinze minutos antes de colocar o informativo no ar” (MELO, J., 2015). Um deles, Júnior, bem como Mariana, reclama “desse nosso problema aqui de não ter um repórter comunitário” num município que é o quarto em extensão territorial no estado. E pontua que “a comunidade não ajuda em termos de informação” e dos fatos da cidade, algo que se estende para “o conselho de programação, os

próprios associados e a própria diretoria também tem dificuldade de passar informação para a própria rádio” (MARTINS JÚNIOR, 2015).

Depois de ser entrevistado por Júnior, no “Independência Informa”, o período da tarde foi dedicado a analisar os documentos da rádio e a preparação de uma apresentação do meu projeto de pesquisa, dos princípios da AMARC e de um panorama da situação brasileira, latino-americana e mundial das rádios comunitárias. É que, aproveitando minha visita, a coordenação organizara um encontro dos comunicadores para o fim daquela tarde. Ainda que com implicações metodológicas – em que medida as falas das entrevistas posteriores seriam influenciadas pela minha apresentação? – entendi como oportuno o convite: por dar transparência às intenções da minha visita e pesquisa; por retribuir com formação à gentileza de terem aberto a rádio à pesquisa, e, por fim; por entender que seria uma oportunidade de verificar tensionamentos e analisar interações.

Doze colaboradores se fizeram presentes, entre novos e antigos, coordenadores e locutores, ativos e inativos na rádio. Já sabia de antemão acerca de um descontentamento e dúvidas por parte de alguns locutores quanto à pertinência de a emissora integrar a AMARC Brasil, mais especificamente seu Conselho. Mais de uma vez, o já citado Elson, com quem falaria no dia seguinte, questionara na lista de emails das associadas a falta de apoio da Associação em questões jurídicas cotidianas das rádios (como proceder a multas, informações sobre renovação de outorga etc.). Tal provocação suscitara interessantes discussões internas sobre o papel da Associação, hoje concentrada no lobby jurídico junto ao poder público e na formação política das rádios, e também sobre uma expectativa algo assistencialista em sua atuação. Para as preocupações que orientam a presente pesquisa, tal tensionamento – retomado no encontro daquela noite – alimentou minhas suspeitas de que tanto individual (rádios) quanto político-organizativamente (movimento de rádios) verifica-se (e se cristaliza) uma estrutura hierárquica, representativa e afeita a lideranças.

Foi naquele encontro, através da fala de uma ex-colaboradora, que descobri que a emissora é conhecida na cidade como “a rádio do Padre”. No dia seguinte, Elson me diria que “se você chegar na cidade perguntando pela FM Independência, eles não vão saber... vão dizer que é a ‘rádio do Padre’” (SILVA, Antonio, 2015).

Quarta-feira, 16 de setembro de 2015: diferenças geracionais

Enquanto tomava café da manhã, ouvia mais uma vez o “Bom dia, Independência” focar a crise hídrica na região. Dessa vez, Wilamy subira o tom, se direcionando à falta de planejamento do Estado, tendo em vista que a estiagem já era publicamente prevista. Com o programa ainda pela metade, Rosa e eu saímos em direção ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Independência, onde iria entrevistá-la e ao próprio Wilamy.

No caminho, um ex-funcionário terceirizado da prefeitura pede auxílio à Rosa: motorista de caminhões pau-de-arara, usados para transportar estudantes da zona rural, ele fora demitido sem justificativa, aparentemente por perseguição política. Rosa o orienta a ir ao sindicato num dos dias de plantão do advogado. Mas depois me confidenciara que suas chances de justiça são poucas, tendo em vista os comumente frágeis contratos de empresas terceirizadas. Foi o mote para comentarmos a lei de terceirização e mais tantas agendas conservadoras do atual Congresso Nacional.

O clima de tensão no sindicato era evidente. Praticamente sem recursos, os sindicalistas atendiam ao público em turno corrido, a fim de economizar energia elétrica. A crise financeira se iniciara em maio de 2015, por conta da aprovação de um projeto de lei do Executivo que revogava o artigo 9º da lei municipal 127/2005, que assegurava aos servidores descontar em folha a contribuição sindical. Rosa me conta que o voto de Minerva ficara nas mãos do vereador Gonçalo Muduri, do PT: interessado em cargos na prefeitura, o ex-sindicalista votara a favor do projeto de lei do prefeito, contrariando as expectativas do próprio diretório local do partido.

Enquanto Rosa se alternava entre os muitos atendimentos por telefone e presenciais, Wilamy chega direto da rádio para a entrevista. Indagado sobre seu início na emissora, ele me conta que tinha preconceito contra rádio comunitária: “eu dizia, não vou perder meu tempo escutando essa rádio, é bobagem, coisa antiga, coisa brega”. Foi através de uma palestra de Rosa, na comunidade Brilhante, em que vive, que Wilamy se sentiu atraído pela trajetória da FM Independência. Hoje é ele quem faz esse trabalho de conscientização, tendo em vista que “muitas pessoas, muitos jovens, principalmente, têm esse preconceito contra rádio comunitária, meus amigos mesmo, muitos...” (GONÇALVES, W., 2015).

Com a diminuição do expediente, Rosa consegue se liberar para conversar comigo. Originária de uma comunidade rural e católica, seu início da sua militância foi com “um pé na fé e outro na política”: participou de projetos de formação nas CEBs, da Pastoral da Juventude do Meio Popular e, já na fase adulta, no contexto da Teologia da Libertação, filiou-se ao PT. Uma das grandes necessidades da época era frear a emigração do jovem

trabalhador rural. Assim, juntamente com uma companheira e com o apoio da Igreja, em meados dos 1990, fundou a Escola da Família Agrícola, que, até hoje, participa institucionalmente da emissora. Rosa fala que foi “desafiante” notar que, “em nome da governabilidade, o PT foi perdendo os seus princípios”: ela lembra que fez parte de “um trabalho de formiguinha nas comunidades”, na época da constituição do plano de governo de Lula, no pleito de 2001: as propostas partiam desde as comunidades, passando pelas plenárias regionais até a nacional. Por ter ido “por água abaixo” o que ela chama de um “grande plano de governo construído a partir da base”, ela ajudou a fundar e até hoje milita no PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Quando perguntada sobre os gargalos da Independência FM, Rosa acredita que o principal desafio é “não perder o foco que é a luta por direitos, por dignidade humana”. Mas, para tal, ela coloca como condição a questão da sustentabilidade e aponta como horizonte de luta o financiamento público e a possibilidade de publicidade comercial, sem “ferir o direito, a liberdade e a dignidade humana das pessoas”. Depois de uma hora de entrevista, quando perguntada se se sente sacrificando sua vida pessoal em favor da militância, Rosa se emociona ao dizer que se sente realizada com seu trabalho com a base: “tá no sangue, por mais que eu tenha algumas pressões pessoais, tá no sangue, tá na alma. Eu acho que se eu parar... eu não sei, eu não consigo” (GONÇALVES, Rosa, 2015) e seus olhos se enchem de lágrimas.

Depois do almoço, fui novamente para a Casa Paroquial, dessa vez para entrevistar o atual presidente da rádio, João Roginaldo Feitosa de Melo, 44 anos. Ali, ele exerce a função de secretário paroquial, com foco na assessoria às comunidades em atividades ligadas à “animação da fé, formação, organização e ações comunitárias”, a partir de visitas presenciais. É quando me conta que o sinal da Independência FM não chega a todas as comunidades. Na rádio desde 1997, essa é a terceira vez que assume a presidência, que muda a cada dois anos. Além dessas assembleias bienais eletivas, sempre há uma confraternização com todos os sócios e ouvintes no começo e no fim de cada ano, em que aproveitam para avaliarem o momento da rádio. Internamente, são realizadas reuniões mensais na última segunda-feira do mês, com participação de toda a diretoria e locutores. Roginaldo também está à frente dos programas “O amanhecer no sertão”, das 6 horas da manhã, e “Saudando o Deus da vida”, das 18 horas. Em uma perspectiva comparativa, ele acredita que “no início, o pessoal tinha mais ânimo, se dedicava mais na questão da programação, eram pessoas totalmente voluntárias”. Com o passar do tempo, houve uma demanda maior por algum retorno financeiro, até “por uma questão de sobrevivência”: da equipe inicial de locutores, só

restaram ele, Rosa e Elson. Ele também atribui o fator novidade à facilidade inicial em conseguir colaboradores em detrimento da presente dificuldade. Ao final da entrevista, quando pergunto sobre os desafios da rádio, ele aponta justamente a necessidade de renovação de quadro, “trabalhar a sensibilização para novas pessoas, outros atores, outros atuarem dentro desse espaço” (MELO, J., 2015). Mais cedo, essa também fora uma das preocupações apontadas por Rosa, ao que ela diagnostica estar faltando criatividade e foco para “envolver a juventude, descobrir pessoas novas para assumir, porque as pessoas mais velhas vão envelhecendo, elas vão perdendo sua capacidade de contribuição física” (GONÇALVES, Rosa, 2015).

Prova de tal contraste eu pude verificar, logo mais, ao acompanhar o programa “Sempre Sucesso”, liderado por Antonio Elson Souza da Silva, 31 anos, enquanto esperava para entrevistá-lo: de longe, foi o mais dinâmico e participativo entre os programas que escutei. Na rádio desde 14 anos de idade, por intermédio do seu irmão e ex-colaborador, seus 17 anos no ar lhe emprestaram uma locução atraente e impecável, com ritmo e estilo algo comercial, mas com personalidade. Ele saúda com intimidade aos ouvintes, muitas vezes finalizando com um “bendito é o nome do Senhor”. Deseja melhoras para uma pessoa que se recupera de uma cirurgia. Em outra participação, arrisca lembrar o nome da rua em que mora o ouvinte. Em dois comentários sobre notícias nacionais, se referiu a “nós, nordestinos” para pontuar críticas. A maioria dos que participam é jovem.

Elson maneja com habilidade os equipamentos, ativando diversos recursos tecnológicos simultaneamente. A partir de um software que permite que o WhatsApp funcione pelo computador, ele coloca no ar o áudio gravado diretamente do celular de uma ouvinte. Ele mantém um grupo de ouvintes no WhatsApp e há a possibilidade de chamadas de voz diretamente do aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas. Numa outra janela, responde as participações pelo Facebook, onde também divulga os destaques do seu programa, inclusive com fotos direto do estúdio. Com o Facebook Messenger há a possibilidades de chamadas telefônicas via rede social. Seja via WhatsApp ou Facebook ele comumente veicula áudio de vídeos disponibilizados nas redes, principalmente “piadas que envolvem a política, religião, polícia... como há pouco tempo passou uma: polícia abordou o cara e disse, ‘se o cara reagiu, o que a gente faz? Vela na mão dele’ (risos dele)” (SILVA, Antonio, 2015). Logo mais, um representante do Ministério dos Esportes entra no ar, ao vivo, com informações olímpicas: a Independência FM foi a comunitária da região escolhida para veicular notícias diárias direto de Brasília. Às 15 horas, juntamente com as mais de mil

“rádios-irmãos”²⁶ de todo o Brasil, veicula em rede a “Hora da Misericórdia com o Padre Reginaldo Manzotti”, da católica Rede Evangelizar. Disponibilizado para *download* desde a manhã, Elson já havia deixado o áudio engatilhado bem antes, ainda que houvesse também a possibilidade de veicular via satélite, diretamente ligado a um canal da mesa de som. Essa é a tecnologia que utiliza na transmissão ao vivo do áudio da “Nacional Informa”, o informativo de quatro minutos produzido pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC Rádios e veiculado a cada hora cheia. Também chegam participações por telefone fixo e celular. Elson conta que oferece a alternativa aos ouvintes sem crédito para “darem um toque” no celular da rádio, que eles retornam. Ele afirma que, em seu programa, há mais participações pelo celular, tanto com mensagens SMS como chamadas (tendo em vista as promoções recorrentes de ligação gratuitas entre mesmas operadoras de telefonia). Também Mariana me contara que contabiliza mais participações dos ouvintes por telefone, principalmente no celular pela chamada telefônica do WhatsApp (GONÇALVES, M., 2015). Assim como ela, Wilamy afirma quase não haver participações pelo fixo, sendo a grande maioria pelo celular (tradicional). Porém, no caso dele, quase não há interação pelo WhatsApp. Tal cenário indica que a apropriação de novas ferramentas tecnológicas parece depender do locutor e de sua capacidade (e desejo) em estimulá-la.

Quanto às fontes de informação jornalística, Elson aponta como principais os sites regionais Ceará Agora e Diário do Nordeste; e os locais Sertões de Crateús, além da página do Facebook da Rádio Asa Branca e o Porronca.com.br. Esse último também disponibiliza um player para a programação da Independência FM (webrádio) (SILVA, Antonio, 2015), igualmente o site Independenciando.com. As fontes foram basicamente as mesmas antes mencionadas por Mariana (GONÇALVES, M., 2015) e Willamy, que citou também a Agência Pulsar Brasil e o site da Radioagência Nacional (GONÇALVES, W., 2015). Já Júnior afirma pegar “muita informação do Face” e dos sites das rádios Poti e Educadora de Crateús. Em sua autocrítica, ele afirma ter “muita ansiedade de furo de reportagem” e avalia ter “que ir nas fontes mais pessoalmente e entender as fontes de mais credibilidade”. (MARTINS JÚNIOR, 2015). Para atender aos pedidos de música dos ouvintes, Elson utiliza o Vagalume.com, o Palcomp3.com e o Youtube.

Elson (com a ajuda de Júnior) alimenta os diversos canais da Independência nas redes sociais Facebook, Radiotube, Twitter, Instagram e Flickr. De acordo com ele, todas as contas são sincronizadas, de publicação múltipla e simultânea. A rádio possui duas páginas próprias

²⁶ Cf. http://www.padrereginaldomanzotti.org.br/radio_evangelizar. Acesso em 13 de novembro de 2015.

na internet, um site principal e um blog, ambas com player transmitindo a programação veiculada hertzianamente. Elson explica que primeiro veio o blog, que continua no ar para a eventualidade de o oficial sair do ar: a última atualização do blog é de junho de 2012, ainda com o prefixo antigo da emissora, 87,5 MHz. A conexão à internet é num esquema de permuta: disponibilizam a antena da rádio para um provedor de internet e em contrapartida é disponibilizada internet em alta velocidade para a rádio, parecido com o que acontece com a Heliópolis (cf. 1.1.1), Cidade (cf. 1.1.3) e Quixelô FM (cf. 1.1.5).

Elson passou recentemente no concurso público da prefeitura de Pedra Branca (36 km dali): trabalhando das 6 às 13 horas, faz tempo corrido, sem almoço, para não atrasar a entrada no ar. Antes, já fora contratado temporariamente pela Prefeitura de Independência, o que, para alguns, gerou conflito de interesses quanto ao espaço que abria para as ações municipais. Ele se diz a favor dos convênios com a prefeitura, com a condição de se sair “do que foi acordado, corta”. Ele não acha que tais convênios interfiram na independência, pois “a comunitária daqui não tem um dono que vá se beneficiar com o poder público” (SILVA, Antonio, 2015).

Quinta-feira, 17 de setembro de 2015 (manhã e tarde): por um desejo de comunitária

Ao chegar à rádio, sou recebido com um “bom dia, comandante” por um Rômulo sorridente que parecia ter já como familiar minha presença ali. Só depois fui saber que era seu aniversário: logo mais, uma das locutoras chegaria com bolo, coca-cola e um presente, seguida de mais alguns colaboradores da rádio.



A celebração carinhosa, ainda que curta, incluiu o convidado externo.

Logo depois, converso com Nonato Lima, 46 anos, que está à frente, juntamente com outro colaborador, de “A caminho da Luz”, um programa espírita-kardecista que está há quase três anos no ar, todos os sábados, das 14 às 15 horas. Pergunto como foi o processo de abertura de espaço na programação e ele afirma que logo “no primeiro pedido já foi atendido”. De acordo com ele, “todas as religiões, todas as doutrinas têm programa aqui”. E acrescenta que seria interessante um programa sobre liberdade religiosa, com temas “para que cada um colocasse sua visão de entendimento sem que agredisse ao outro”, até porque

“cada um tem sua parcela de crescimento”. Comento com ele do desconforto do movimento de rádios comunitárias quanto à presença de programas religiosos por possíveis conflitos quanto à luta por direitos. Pergunto qual é, por exemplo, a posição do programa na discussão sobre legalização do aborto dentro da rádio, no marco da luta por direitos reprodutivos da mulher: “nós lutamos contra, nós dialogamos, conversamos, tudo, mas nós somos contra a legalização do aborto” (LIMA, N., 2015). Quanto às apropriações tecnológicas, eles sempre interagem ao vivo com correligionários de outras cidades, mas pelo celular, não utilizam o Skype.

Minha última entrevista seria com o Gerardo Viana Martins Júnior, 42 anos. Natural de Belém do Pará, se mudou para Independência em 2011. Começou a atuar na emissora já no início do ano seguinte, chegando à rádio pela sugestão de uma amiga que identificou afinidades com sua



“linha político-ideológico”, por seu histórico de luta nos movimentos sociais. Hoje é o locutor mais frequente na grade, à frente de cinco programas: “Sertão em canto”, “Coisas do Sertão”, “Canta Ceará”, “Saudade não tem idade” e o “Independência Informa”. Seu sonho é “fazer faculdade de História e se tornar professor”. Já chegou a pensar em fazer Comunicação, mas avalia que para ser repórter “tem que ter muita, muita, muita coragem”, pois “muitas vezes você se sente obrigado a fazer certas denúncias que, muitas vezes, você não sabe onde vai parar”. Ele, então, cita alguns assassinatos de jornalistas no Ceará e afirma que o último, em Camocim, região metropolitana de Fortaleza, “foi uma situação que mexeu com os radialistas do estado” (MARTINS JÚNIOR, 2015). Ele se refere à Gledyson Carvalho, morto a tiros enquanto apresentava seu programa de rádio, aparentemente por suas denúncias de corrupção²⁷. De acordo com o “Relatório 2014 – Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”, da Federação Nacional dos Jornalistas, naquele ano, “três jornalistas brasileiros foram assassinados e mais de uma centena sofreu algum tipo de agressão”. E a preocupação de Júnior faz sentido: “assim como no ano de 2013, o Ceará foi o Estado com maior número de ocorrências: nove”, ainda que, por modalidade midiática, o veículo rádio seja o menos violento (FENAJ, 2015).

Como ainda tinha algum tempo, me dediquei um pouco mais aos documentos da rádio. Fruto de um processo de formação liderado por Sofia Hammoe, então coordenadora do

²⁷ Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/07/internacional/1438956274_465518.html. Acesso em 18 de novembro de 2015.

Programa de Formação e Gestão Integral da AMARC Brasil, em 2009 e 2010, a FM Independência realizou uma série de atividades de autoanálise. Nas palavras de Roginaldo, foi um “momento de olhar um pouco a missão da FM Independência, a nossa história e, a partir disso, fazer com que a gente tivesse um rumo que a gente queria seguir” (MELO, J., 2015). Uma das ações foi uma pesquisa com a população envolvendo 97 pessoas, 80 da área urbana e 17 da área rural. Um dos elementos analisados foi a audiência: 58 entrevistados afirmam sintonizar a FM diariamente, 36 às vezes e três afirmaram não escutá-la. Quanto à programação, 35 pessoas qualificaram como ótima, 47 como boa, uma, ruim e 14 pessoas não opinaram (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO INDEPENDÊNCIA, 2011). As respostas sobre o que deve ser melhorado na rádio coincidem – ou alimentaram? – as preocupações dos próprios locutores: as mais recorrentes foram: necessidade de mais notícias locais (17); melhorar financeiramente (7); mais notícias no geral (5); programas para a juventude (4), e; aumento da potência da rádio (4). Um dado interessante para a presente pesquisa foram as respostas sobre o que o ouvinte poderia contribuir para a emissora: a esmagadora maioria não respondeu (83), seguido dos que se dispuseram a divulgar a programação e a rádio (5) e dos que preferem seguir sendo apenas ouvinte (5); apenas três se dispuseram a “participar da luta da rádio” e um a colaborar em eventos. Além da pesquisa, o processo de formação gerou documentos recuperando e registrando a história da emissora e planos de ação estratégica.

Um outro documento, mais recente, de julho de 2015, era o relatório dos últimos encontros do Conselho Comunitário, com um planejamento de atividades a partir de cinco linhas de ação: “visita aos sócios; publicidade; política de formação; formação para jovens, e; jornalismo”, com definição de prazos e responsáveis (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO INDEPENDÊNCIA, 2015). Perto desse documento encontro um impresso de tamanho A5, dobrado, intitulado “15 anos da FM Independência 104,9”, com diversas estrofes em formato repente, contando a história e os feitos da emissora. Rosa depois me explicaria que fora criado nos 14 anos, com 14 estrofes e agora, a cada ano, se acrescenta uma nova estrofe: e me deu um exemplar dos 18 anos (GONÇALVES, Rosa, 2015). A letra reflete o que ouvi e percebi nas falas de praticamente todos da rádio com quem conversei naqueles dias: um orientador ideal de rádio comunitária, que se evidencia até mesmo na busca pela resposta “certa”, presumidamente esperada pelo entrevistador.

Antes de ir embora, ainda ouvi um pouco do programa “Sindicato em destaque”, reservado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Independência. Com a participação de

um delegado e uma delegada sindical (cuja preocupação pelo equilíbrio de gênero fora verbalizada), veicularam informações sobre cada uma das delegacias, mas sem maior preocupação estética: a fala da locutora é pouco ritmada, não há qualquer trabalho com o BG ou com a fluidez do roteiro.

Apressado, me despeço de todos e todas e sou acompanhado até o ponto de ônibus pela Rosa. No caminho, somos parados por uma mulher e depois por outra, ambas desejosas de notícias sobre o salário que a prefeitura, mais uma vez, atrasara. Rosa parece não se incomodar com as interrupções: calmamente conversa com elas, enquanto compra uma rapadura e paçoca de gergelim, para depois me entregar com um sorriso e um abraço forte: presentes a me acompanhar na jornada até a próxima emissora do semiárido cearense.

1.1.5 O caso da Rádio Comunitária Quixelô FM – Quixelô (CE)

Quinta-feira, 17 de setembro de 2015 (noite): “incomunicável”

A indicação da Rádio Comunitária Quixelô FM partiu do professor e militante Ismar Capistrano devido ao seu aspecto inovador: amalgamada a um ponto de cultura, sua sede abrange “um pequeno museu, uma minibiblioteca, uma ilha digital e um pequeno cineteatro”. Mas o que mais me chamara à atenção foi a menção a “problemas políticos” relacionados à “eleição de uma prefeita petista ligada ao grupo fundador do Icequi” (COSTA FILHO, 2015) levando a um racha na rádio: duas diretorias reclamavam judicialmente a legitimidade das eleições. Sem ainda saber dos detalhes, a partir do contato fornecido por Ismar, primeiramente falei com Eptácio Júnior, um dos pivôs da disputa, que me orientara, por telefone, a solicitar a visita via email oficial da rádio. A partir daí, minha referência seria José Mácio Alves, que lidera o grupo rival.

De Independência, o ônibus me levou até Iguatu, cidade da qual Quixelô se emancipara há somente 30 anos. O nome faz referência aos índios quixelôs que, de acordo com o IBGE, “foram exemplos de bravura por resistirem à colonização branca do século XVII e se mantiveram na região mesmo em períodos de grandes secas”²⁸, tendo sido exterminados no século seguinte. O arco e flecha formando o “x” do slogan da Quixelô FM são uma homenagem a tal etnia.

²⁸ Disponível em

<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang= EN&codmun=231135&search=ceara|quixelo|inphograp hics:-history>. Acesso em 18 de novembro de 2015.

Peguei a última condução do dia. Sob a lua crescente e o céu estrelado, meu celular indicava 34° C em pleno início de noite. Foi com ele que sintonizei, ainda perto de Iguatu, 104,9 MHz para ouvir repentes nordestinos, aparentemente no automático, sem locução. Quando o micro-ônibus parou, poucos passos foram suficientes para entender que a cidade, grosso modo, se resumia a duas ruas principais e seus transversos. No final de uma delas encontrei as únicas opções de hospedagem: quartos simples em postos de gasolina. Me deram a senha do wi-fi, que não conectava. Como minha operadora de celular não funcionava ali e tampouco a aconselhada internet pública da praça central da cidade, experimentei a (hoje rara) sensação de estar “incomunicável”. As aspas são porque minha presença, estrangeira, parecia comunicar o tempo todo: provei, então, curiosa fragilidade: ser facilmente reconhecível e localizável em meio aos pouco mais de 15 mil quixeloenses. Como notara em Independência, havia motos por todos os lados. Muitas pessoas sentadas em cadeiras ou nos meios-fios de suas casas, conversando, fazendo e vendo a vida passar. Em seus rostos não identifiquei quaisquer traços indígenas. Aproveito para mapear o campo midiático radiofônico: não parece haver outra rádio própria local além da Comunitária Quixelô FM, que, naquela hora, já estava fora do ar.

Sexta-feira, 18 de setembro de 2015: uma rádio, duas diretorias

De acordo com a programação enviada via WhatsApp pelo Mácio, o programa diário “Bom dia, Quixelô”, liderado por Epitácio Júnior, é das 6 às 8 horas. Tendo iniciado minha escuta às 7 horas, não identifiquei locução ou comercial. De todo modo, muita música boa (para o meu gosto): Cazuzza, Elis, Legião, Sá e Guarabira, Renato Teixeira.

Pouco antes das 8 horas, bate à porta da hospedagem o Francisco Chagas de Barro Neto, 19 anos, mais conhecido como Punk, por conta de seu cabelo moicano, comportado àquela hora do dia. Incumbido por Mácio de me receber no dia anterior, disse que batera sem sucesso à minha porta, coincidentemente ao meu momento de exploração da cidade. Combino com ele para logo mais, na rádio. Continuo a escuta. O programa “Show da Manhã” começa com 20 minutos de atraso. O estilo musical muda radicalmente e agora um *funk* de conotação sexual antecede à locução de Maria Silva, com quem falaria logo mais.

A rádio faz parte do Instituto Cultural e Econômico de Quixelô – Icequi, que ocupa, na região central da cidade, o “casarão da memória viva do povo de Quixelô”, seu slogan. O prédio é um dos poucos que sobreviveram a uma política de demolição de prédios históricos,

no mote de “refazer a história” da cidade pós-emancipação. Logo na entrada se vê um banner com a palavra “bem-vindo” em diversos idiomas. A decoração fica por conta de objetos antigos e informações históricas sobre Quixelô: um museu que harmonicamente se mescla com os cômodos da casa: tudo organizado e bem cuidado. A programação da rádio é transmitida por alto-falantes em toda a sede. Logo após o hall, uma sala abriga uma minibiblioteca onde sou recebido entusiasmadamente pelo Punk. A entrevista acontece na Sala de Inclusão Digital, onde ele leciona informática, sua segunda atividade além da locução. É difícil conter sua explosão mental, com assuntos que vão de ufos a rádios comunitárias: sua energia é contagiante.

Ele me conta estar há pouco mais de seis meses na emissora. O convite para apresentar o programa “Parada Alternativa” partiu do Mácio, após um show do Punk no cineteatro do local: uma ampla sala ao fundo do casarão, com bancos vermelhos de madeira para 150 pessoas, um palco com telão ao fundo, seis caixas de som e projetor de vídeo de alta qualidade. As exhibições de filmes são gratuitas, mas já sem regularidade, devido à crise institucional e financeira do Instituto: a gestão anterior teria deixado dívidas que impedem a busca de recursos públicos. Punk ressalta a importância do local numa cidade em que “as pessoas são limitadas a festas que só falam de ostentação, forró e pinga” (BARRO NETO, 2015). Ainda na adolescência, ele migrara para São Paulo, onde ficou até 2013, tendo participado das diversas manifestações daquele ano. Sendo também goleiro, no final do mesmo ano voltara para Quixelô, para potencializar sua carreira. Por vezes, enfrenta resistências internas de outros participantes por tratar de temas polêmicos em seu programa, como legalização das drogas e casamento gay.

Entrando na alçada da disputa política em torno da rádio, ele conta o episódio em que ele e mais 11 jovens, acompanhados por Mácio, se organizaram para revitalizar uma das praças públicas abandonadas da cidade, a chamada Praça do Chafariz, que já servira como ponto de coleta quando não havia água encanada em Quixelô. Tendo avisado a vice-prefeita da cidade (que, apesar de serem do mesmo partido, é hoje desafeto da prefeita), o grupo chegou cedo, com tinta e cimento, sob o “som de um reggae, pra criar um clima”. Pouco depois, enquanto ainda capinavam o local, a própria prefeita Fátima Gomes (PT) chegaria para impedir a ação, ordenando que policiais os detivessem “por mais de 50 minutos no sol quente” e acusando “Mácio de aliciar jovens a trabalhar” (BARRO NETO, 2015). Depois assistiria a gravação amadora do fato: visivelmente alterada, Fátima alega que a prefeitura teria planos para a praça e reclama respeito da parte de Mácio. Como Punk e alguns outros

eram menores de idade, foram encaminhados para o Conselho Tutelar. Punk me conta que, em 2013, tanto José Mácio quanto Fátima Gomes faziam parte da candidatura à prefeitura pelo PT. De acordo com ele, Mácio, por discordar de determinadas alianças e ações, se retiraria da chapa. Mais tarde, Epitácio Júnior me daria outra versão.

Minha próxima entrevista seria no segundo andar do casarão, onde fica o estúdio da emissora, com a atual presidenta do Icequi, Maria Silva, 30 anos. Desde 2008 na rádio, ela diz que sua motivação maior é o carinho dos ouvintes, já que o retorno financeiro é mínimo. Ela participou da formação inicial dada por Sérgio Lira, ex-diretor da ABRAÇO Ceará e conhecido militante cearense da radiodifusão comunitária, falecido em 2012 e homenageado com seu nome no estúdio da Quixelô FM. Antes, ela havia atuado “por curiosidade” na Lençol FM, uma rádio sem outorga de iniciativa de um parente, que até hoje responde processo judicial. Em minhas conversas, saberia de mais duas emissoras sem outorga fechadas pela Anatel e Polícia Federal, a Mais Quixelô e a Jovem FM. Essa última tinha à frente o atual diretor de comunicação da Quixelô FM, Luiz Francisco Silva de Melo, ou Lela (com quem eu falaria posteriormente), e José Mácio como um de seus comunicadores. Por não ter o hábito de ler, no início, ela sentira muita dificuldade para passar informação, sendo muito criticada: “eu dei a cara a tapa e consegui, graças a Deus, hoje eu tenho meu público que me respeita muito”. Sobre a questão da disputa interna ela conta que “de fato houve duas eleições. Mas os associados do Icequi, eram 46 pagantes (...). Desses 46, 26 estavam do nosso lado quando a gente fez a nossa eleição: foram 25 votos a favor e uma abstenção” (no dia seguinte falaria com a sócia abstinente). A primeira eleição foi feita no dia 6 de setembro de 2014 e a segunda, no dia 14. Por quase dois meses, a gestão que inclui Maria Silva e Mácio se afastou da emissora, pois só “queriam voltar quando realmente tivesse uma decisão da Justiça”. Porém, com a demora do processo (Quixelô não tem juiz próprio), ela convenceu os demais a irem reocupando o espaço, enquanto a diretoria adversária gradativamente saía de cena. O processo ainda está em litígio na 1ª Vara da Comarca de Iguatu. Pergunto qual seria a reação frente a uma eventual decisão judicial contrária: “a gente simplesmente tira o nosso time de campo”. Mas ela acrescenta que provavelmente o Icequi mudaria de local: é que o prédio pertence ao Mácio. Ela afirma que “ele nunca cobrou nada, no caso ele só tem prejuízo”, por arcar com muitas das despesas atuais. Maria conta que, com a chegada do PT na prefeitura, acreditava-se que haveria ajuda material à rádio. Aparentemente, Júnior, então presidente, teria “acertado isso com ela [a prefeita]” (SILVA, Maria, 2015). Após um período

de promessas, a justificativa da negativa foi justamente o fato de o então presidente da rádio fazer parte da prefeitura.

Desejoso de ouvir “o outro lado”, contatei por telefone Francisco Epitácio de Sales Júnior, 40 anos, atualmente Secretário da Defesa Civil. Conversei com ele em sua sala, numa das sedes da prefeitura, bem próxima à rádio. Ele me conta que, primeiramente envolvido nas atividades culturais do Icequi, começaria na locução um ano depois da criação da emissora. Depois de passar por dois programas, foi convidado a apresentar o “Bom dia, Quixelô”, à frente até hoje. Presidente do Icequi por duas gestões seguidas (2010-2014), ele fala que a rádio “trouxe para a população de Quixelô essa questão da informação no sentido político (...) o porquê Quixelô, com seus 30 anos de existência, ainda era tão dependente de Iguatu”. O foco era mostrar “outras alternativas” para um município que fora governado pelo mesmo grupo por 28 anos e afirma que, nesse sentido, a emissora desempenhou um papel importante na eleição municipal de 2012. Nas articulações daquele ano, José Mácio – a quem reconhece “contribuir muito com a instituição, até com recursos próprios” – era candidato a vice-prefeito: ao perder nas eleições internas para outra pessoa do partido, ele teria se desgostado e passado a ser oposição. Com a vitória, “até porque a atual prefeita é sócia da instituição”, muitos do Icequi saíram para assumir cargos de confiança, algo que José Mácio se opunha. A partir daí, os desentendimentos se multiplicariam entre os dois grupos: enquanto Mácio defendia uma postura de oposição na rádio, Júnior rejeitava a “politicagem”, esquivando-se de ser “oposição ou situação”. Como se sabe, cada qual hoje reclama legitimidade na Justiça. Depois disso, ele se afastara muito por não concordar com o modo atual da administração de uma entidade “que tem uma função bem maior que uma picuinha política”. Ele não pretende deixar seu programa, mas compara a uma traição conjugal: perde-se “o encanto que você tinha, o amor que você tinha, como uma aliança que se quebra”. Quanto à questão das dívidas, ele argumenta que, antes de terminar a gestão, fora ao contador que “disse que estava tudo ok”. Numa eventual decisão judicial favorável ao seu grupo, Júnior acredita que Mácio irá pedir a casa, o que já teria inclusive mencionado. Caso percam a causa, ele acredita que não será mais aceito por ter “a questão política: você está apresentando um programa de rádio, pela manhã, que tem a questão da informação e você é funcionário do município, acaba que você leva algumas informações no sentido do que a atual gestão inaugurou um posto de saúde, por exemplo”, algo que *eles* não aceitariam. Também comenta dos pretendidos contratos da rádio com a prefeitura, que chegaram a ser elaborados. Ele teria consultado o setor jurídico do município e descobrira que não era legal e que poderia “dar cadeia

futuramente” (SALES JÚNIOR, 2015). Através de Júnior, ainda tentei entrevistar Mazé, que também fazia parte da direção anterior do Icequi e atualmente está na Secretaria de Educação, ao que ela nega alegando estar de saída para a área rural.

De volta à rádio, pude acompanhar o agitado “Parada Alternativa”. Logo nos primeiros segundos do programa, o computador trava e Punk, com muita habilidade, procura uma solução para o problema enquanto fala ininterruptamente aos ouvintes, com humor e locução fluida. Resolvido o problema, não demoram a pipocar participações, ao vivo e por telefone. Ele atende uma a uma com simpatia e intimidade. Duas meninas chegam ao estúdio para dedicar uma música “para alguém muito especial”. No ar, Punk



incentiva a ligarem também para o celular que “ontem não estava funcionando, mas hoje já está”. Logo mais, devido a ausência de uma híbrida (aparelho que mixa a saída do áudio do telefone para a mesa de som), ele coloca um ouvinte no ar grudando o microfone à viva-voz do telefone fixo. Começa tocando Planet Hemp, música internacional, Charlie Brown Júnior, mas, logo mais, a contragosto, tem de atender aos pedidos de forró... e que não param de chegar. Em minha conversa com Mácio no dia seguinte, quando perguntado sobre o horizonte de melhoras na rádio, não titubeia em defender ser “urgente” mudanças na programação. Sua crítica se dirige a uma “massificação cultural através do forró” com “músicas descartáveis”: “muitos dos nossos comunicadores reproduzem o que escutam em rádios comerciais ou na televisão. (...) Há uma reprodução sem uma criticidade maior” (ALVES, J., 2015). Punk também mencionara sua rejeição a música com letras ofensivas à mulher, por exemplo.

Desconhecendo muitos dos pedidos, Punk busca e toca as músicas direto do Youtube. Ele me conta que já chegara a utilizar em seu programa o WhatsApp do seu celular, que no momento está desconfigurado. Depois de muitos furtos, eles desistiram de ter WhatsApp próprio da rádio, deixando um celular “fixo” na mesa, sem muitos recursos. Normalmente há transmissão da programação pela internet, mas Punk conta que, há poucos dias, houve problema no computador que abrigava o Simplecast (software de servidor para transmissão de áudio pela internet). Além disso, estão com “franquia [de dados] bem limitada” (pouco mais de 1Mb), ainda que a internet seja amplamente utilizada no estúdio para a busca de notícias. Nesse sentido, suas principais fontes são os sites G1, Quixelô Notícias, Iguatu.net e

Folha de São Paulo. Eles não têm um repórter comunitário, por falta de recursos. Mácio considera que o principal problema da rádio é justamente não conseguir produzir notícia local (ALVES, J., 2015). Em seu programa, Maria Silva não usa WhatsApp e Skype, sendo mais frequente o uso do celular em detrimento do fixo. Suas fontes de informação provêm essencialmente da internet, principalmente os sites Iguatu.net, Diário do Nordeste, Ceará Agora, Iguatu.org, r7.com, g1.com e portal da Mais FM (uma rádio educativa de Iguatu) (SILVA, Maria, 2015). Já Epitácio Júnior, acessa Ceará Agora, Diário do Nordeste e blogs da região (SALES JÚNIOR, 2015). Por sua vez, o locutor Ailton Fernandes pesquisa Diário do Nordeste, Ceará News, Globo Esporte, além do seu próprio blog Quixelô Agora. Ailton divulga tanto sua página pessoal do Facebook quanto número pessoal do WhatsApp para contato com ouvintes (SILVA, Ailton, 2015). Ao final do programa, Punk conversa comigo ao vivo sobre minha pesquisa e presença em Quixelô.

Já no fim da tarde, acompanho o programa “Campeões do forró” do Luiz Francisco Silva de Melo, Lela, 47 anos, enquanto espero para entrevistá-lo. Depois da música “Eita, porra!”, de Claudio Ney e Juliana, ele dá uma notícia sobre a quase falência do hospital público de Iguatu: sua locução é algo imprecisa. Findo o programa, ele vem ao meu encontro, enquanto uma senhora assume o microfone, informando que o repentista Zé Fofão não poderá apresentar “Sertão e os cantadores”: ela somente tocará músicas e pede para não ligarem para a emissora. Lela me conta que está na emissora desde a capacitação com Sérgio Lira. Sempre esteve à frente de programas de músicas regionais, cujo atual tem uma “aceitação muito boa tanto do ouvinte da sede quanto do interior” (MELO, L. 2015). Por estar geograficamente numa posição boa (central e num terreno alto em meio a uma planície), os 25 watts da Quixelô FM chegam longe. Decidiu se afastar por cerca de um ano na época da “desavença política”, que, para ele, levou a queda de audiência: a gestão anterior teria descuidado da rádio, que chegou a ficar três meses fora do ar por falta de transmissor. A compra do novo fora possível porque “mais de 300 pessoas contribuíram”, me contaria Mácio (ALVES, J., 2015). Para Lela “é muito errada” a presença político-partidária na rádio, principalmente numa cidade pequena como Quixelô, onde “a maioria do povo não entende isso”. Quanto ao que precisa melhorar, ele fala em mais “programas educativos” e “jornalismo que mostre a realidade do nosso município, que ouça a comunidade”: o que impediria é a estrutura de trabalho e equipamentos (MELO, L., 2015).

De saída da rádio, chegam três crianças cobrando a exibição de filme, que em mais uma sexta-feira foi cancelada. Depois, em um passeio de moto, Punk gentilmente me

apresentaria a cidade: é quando percebo que aparentemente a prefeitura ainda não concretizara seus planos para a ainda carcomida, escura e abandonada Praça do Chafariz.

Sábado, 19 de setembro de 2015: comunitário e/ou político-partidário?

Acordei ouvindo o “Musical gospel”: música, declamação de poesia religiosa, pregação de missionário, apresentação musical ao vivo. Ao chegar, percebo muita gente no Icequi: estavam prestes a iniciar uma reunião do Sindicato dos Servidores Municipais de Quixelô, no cineteatro. José Lopes de Araújo Neto, 30 anos, mais conhecido como Zé Roberto, é diretor do sindicato, além de liderar o “Musical gospel” e ser diretor administrativo da Quixelô FM. Ocupado com a reunião, combina de falar comigo depois.

Na sequência é o programa de forró ao vivo, “Sanfona e sanfoneiros”. Vejo subir as escadas em direção ao estúdio um senhor de vestimentas simples, com um triângulo na mão. Ele me pergunta: “não vai ter forró, não?”, ao que replico: “parece que o sanfoneiro não veio”. Quase sem dentes, ele ri e balbucia: “agora, só sábado que vem”. Dá as costas e desce sorrindo as escadas, a tocar forte o triângulo, talvez em protesto.



Laércio Oliveira de Lima, 48 anos, líder do “Sanfona e sanfoneiros” me conta que a ideia do programa veio enquanto “tomava umas no bar” com o Zé Ribeiro de Iguatu, famoso sanfoneiro da região. Esse também estava ali e me mostrou com muito orgulho uma foto sua com Luiz Gonzaga, em exibição no Icequi. “O repertório é da cabeça do sanfoneiro”, conta Laércio, e é comum convidados dos sítios e “curiosos que gostam de forró pé de serra”. Enquanto conversávamos, mais dois vieram perguntar sobre o programa. Já apresentaram muitas vezes diretamente da rua em frente à rádio, em comunidades ou restaurantes, a partir de um link que já chegou a ser instalado “num pé de manga”. Por estar sempre “pelejando com o gado”, somente às vezes participa das reuniões (LIMA, L., 2015). Em nossa conversa, Punk elogiara o sistema decisório da rádio: “uma vez por mês temos a capacidade de dizer tudo o que está acontecendo”, com liberdade (BARRO NETO, 2015). Já Ailton Fernandes acha que os “locutores são muito soltos”, muitos não comparecem às reuniões (SILVA, Ailton, 2015). De acordo com Mácio, há também um conselho comunitário, que não atua, a seu ver, pela presente disputa interna (ALVES, J., 2015).

Finda a reunião do sindicato, converso com Zé Roberto. Ele conta que o referido programa gospel está no ar há somente três semanas e “não é específico para uma igreja A ou B, [é] aberto para qualquer pessoa que queira participar (...) que seja de qualquer religião, Igreja Católica, evangélica, aqui não tem diferença de denominação”, tendo como objetivo maior “levar a palavra de Deus para as pessoas” (ARAÚJO NETO, 2015). Mácio me contaria que nos primeiros cinco anos da rádio tinham por princípio não veicular qualquer programa religioso, por conta da “questão do proselitismo religioso ou político” da lei. Porém, com a crise institucional e os consequentes “buracos” na programação, decidiram dar espaço igualitário para todas as religiões interessadas, com uma contribuição mensal de cem reais (ALVES, J., 2015). Além do “Musical gospel”, há os programas da Igreja Batista e “Avivamento da fé”, além de um programa católico. Na cidade, noite uma grande quantidade e diversidade de igrejas evangélicas.

Enquanto isso, com sua locução rápida, Ailton Fernandes da Silva, 40 anos, com quem falaria logo mais, aparentemente lê no ar uma notícia do Diário do Nordeste e critica o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, por suas intenções de alterar as pensões por invalidez, o que atinge diretamente a população rural de Quixelô: “a crise tá aí e quem paga o pato é a classe mais pobre desse país”. Depois comenta do não pagamento, desde o início do ano, da bolsa-esporte, afetando 36 atletas quixeloenses. A música de fundo é o samba de Bezerra da Silva, Candidato Caô Caô (“hoje ele pede seu voto, amanhã manda os homem lhe prender”). A última notícia foi sobre a instalação de duas lombadas eletrônicas na estrada que corta a cidade e, de acordo com ele, em locais com baixo índice de acidentes. Justamente não teriam sido atendidas comunidades com casa dos dois lados da estrada e próximas do asfalto e que, inclusive, já haviam solicitado as lombadas e feito manifestações com queima de pneus, quebra de asfalto e bloqueio da pista.

Enquanto realizava a escuta, vem ao meu encontro Francisca Ivonete da Silva, 50 anos. Ela soubera da minha presença na rádio e gostaria de conversar: partira dela o voto abstinente na eleição liderada por Mácio. Integrante da secretaria de formação política do PT, ela se associou ao Icequi ainda na época da presidência de Júnior. Sua motivação foi atuar como voluntária na exibição gratuita dos filmes, ainda que tenha assistido “muito poucos filmes na vida”. Na época da mudança de gestão, ela chegou a ser procurada pela chapa ligada ao Mácio para ser esclarecida da situação do Instituto. Porém, no dia da votação, por “não ter a posição da diretoria”, ela decidiu se abster. Em sua avaliação, “o grupo anterior, em outros momentos, em outras histórias, em outros trabalhos, trabalhamos juntos e era um

grupo confiável, que eu acreditava muito”. Sobre o que deve ser melhorado na emissora para que cumpra seu papel, dá resposta aberta, mas sugestiva: “em todo o momento a ideia que se tem é essa, é comunitária, né? Mas aí a gente fica preocupada porque existem as entrelinhas da coisa.” Como petista, ela faz a autocritica de que o Partido deixou a formação política (SILVA, Francisca, 2015).

De forte teor político, também seria a conversa com Ailton Fernandes da Silva, servidor público municipal e membro do conselho fiscal do grupo que está gerindo o Icequi. Rechaçando politicamente o termo “rádio pirata”, ele diz que já havia atuado antes na “rádio livre” Jovem FM, com Lela e Mácio. Presidente da Liga de Futebol Amador Quixeloense e opositor à atual prefeita, conta que, ainda que tivesse sido aprovada em assembleia, a gestão anterior do Icequi sempre “achava um meio para não ceder espaço” para a Liga na programação. Em sua avaliação, ao contrário das expectativas de um governo de esquerda, a prefeitura atual não é participativa. Quando lhe pergunto sobre o que motivou a criação da rádio, ele não esconde que o “Icequi foi criado politicamente, né? Foi criado por pessoas filiadas ao PT que queriam chegar ao poder no município de Quixelô. A criação do Instituto foi político-partidária, queriam fazer frente ao governo municipal da época.” Nesse bojo, “a ideia da rádio não foi só comunitário, imagino que foi fazer frente ao governo e chegar ao poder”. De todo modo, defende que tanto oposição quanto situação têm espaço na emissora e que tem conseguido “manter certa abertura”. Porém, discorda de filiações partidárias na rádio, “porque deixa de ser comunitária, passa a defender interesses” e lembra que toda concessão de rádio é pública (SILVA, Ailton, 2015).

Minha última entrevista seria com José Mácio Alves, 45 anos. Original de Quixelô, atualmente morando e trabalhando em Iguatu, ele está à frente, todos os sábados, do programa “Danado de bom”. Muito gripado, naquele dia ele decide deixar o programa no automático: saúda os ouvintes, explica seu estado de saúde, dedica duas músicas para mim e desce para a entrevista. Tem semblante calmo, gestos generosos e jeito doce, mas seu olhar embrutece quando fala das disputas políticas... entrelaçadas à sua própria história: por exemplo, a outra idealizadora do Icequi fora Socorro Gomes, irmã da atual prefeita, seu desafeto; já Epitácio Júnior fora seu padrinho de casamento. Em seu histórico de militância, conta do início na Pastoral da Juventude do Meio Popular de Quixelô, ligada a Teologia da Libertação. Com “22 anos, andando de bicicleta” para falar com os eleitores, foi candidato a vereador, e ficara próximo da vitória. Em 2004 e 2008, foi candidato a vice-prefeito em uma coligação de esquerda: “a política, na verdade, nunca saiu de mim”. Hoje ele é filiado ao

PSOL, pelo qual foi candidato a deputado estadual na última eleição. Quanto à sua trajetória, sentença: “todas as escolhas que eu fiz hoje, até o momento, eu não sacrifiquei nada na minha vida pessoal” (ALVES, J., 2015).

Quando foi criado o Icequi, em 2003, Quixelô tinha o 3º pior IDH dentre os 184 municípios cearenses (em 2010, se encontrava em 151º, ainda considerado baixo). Outra análise motivadora do Instituto foi a relação de ainda dependência midiática e política de Quixelô: as duas principais rádios emitiam de Iguatu, ligadas a oligarquias locais. Por isso a ideia da comunitária: o pedido de outorga, com mais de três mil assinaturas, foi feito em 2004. Só a colocariam no ar com a chegada da autorização, em 2008, que contou com a ajuda de um parlamentar do PT em Brasília. Houve um financiamento do Instituto Kellogg para implantação da rádio. Ele conta que, já naquela época, havia gente “que queria usar a rádio com esse viés do político-partidário mesmo”. Com sua resistência a fazer “igual às rádios comerciais de Iguatu, [onde] cada grupo político tem sua rádio para falar o que bem entendem”, muitos decidiram sair (ALVES, J., 2015).

Sobre a compra do casarão, ele conta que teve que fazer empréstimos com agiotas e posteriormente usar seu FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para quitá-los. Ainda que esteja em seu nome, Mácio não considera como sua a casa, nem tem expectativa de receber o dinheiro de volta. Pergunto como ficaria a questão da sede do Icequi numa decisão judicial desfavorável ao seu grupo: “teríamos que analisar” (ALVES, J., 2015).

Na fala de muitos entrevistados, Mácio aparece como o mais dedicado à manutenção do Instituto. Quanto à relação Icequi-Quixelô FM, localizo uma problemática parecida – ainda que inversa – com a encontrada entre Rádio Heliópolis e Unas (cf. 1.1.1), Alma Londrina e a Alma (cf. 1.1.2) e, de certo modo, entre a Rádio Esperança FM e o Sindicato (cf. 1.1.6), “a rádio não existe sem o Icequi, a rádio é um projeto do Icequi”. A afirmação é da presidenta Maria Silva, que acrescenta que “o Icequi é um prédio muito grande para ser mantido só por uma rádio comunitária. Enfim, é a rádio que sustenta o Icequi” (SILVA, Maria, 2015). Como vi em Heliópolis (cf. 1.1.1), Cidade FM (cf. 1.1.3) e Independência (cf. 1.1.4) eles alugam a antena para um provedor de internet, principalmente depois de a internet do Gesac ter sido cortada²⁹. Mas a sustentabilidade da rádio está baseada mesmo em apoio cultural, “que nem é tão apoio cultural, porque o cara manda um texto com centavos do que

²⁹ Direcionado para “comunidades em estado de vulnerabilidade social (...) que não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação”, o Gesac – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão é um programa que visa a oferecer gratuitamente conexão à internet em banda larga (terrestre ou satélite) a “telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos”. Disponível em www.mc.gov.br/gesac. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

vende”. Com uma rádio comercial prestes a ser inaugurada em Quixelô, pertencente ao ex-prefeito de Iguatu e atualmente deputado, Mácio não vê “como sobreviveremos depois que isso acontecer”, prevendo a maciça migração dos atuais apoiadores (ALVES, J., 2015).

Mácio avalia que “tinham uma programação mais rica no começo”. Para ele, o principal direito pelo qual nasceu a rádio foi à informação, mas “hoje nós estamos meio sem norte”: por conta da presente crise, as últimas reuniões têm sido acerca de pautas imediatas “tentando estar vivo hoje”. E ele pondera o risco de perda de identidade. Ainda numa perspectiva comparativa, ele via “como muito positivo”, no início, ter gente de todos os partidos: “não era só o PT que estava com pessoas na programação”. Para ele, isso se deu até “a intervenção branca da prefeitura” (ALVES, J., 2015).

Entrando na alçada da disputa, ele conta que o estopim foram suas denúncias no Facebook de que recursos para comunicação estavam indo para Iguatu em detrimento do Icequi, “que divulgava diariamente as ações da prefeitura e até as ações da prefeita e pra isso não recebia um centavo”. A partir daí, antagonismos se deram. Júnior e Mácio me detalharam todo o processo que antecedeu as duas eleições – com leituras próprias das regras do Estatuto, denúncia de perda de documentos e de mudança de chaves, inscrições de novos sócios pouco antes da eleição, entre outros – cada qual defendendo sua legitimidade³⁰. Mácio acredita que o cerne da disputa “não é o Instituto em si, mas a rádio comunitária, que é a grande menina dos olhos de muita gente, muito cobiçada para fazer esse proselitismo de toda natureza. E aí, enquanto a gente puder, a gente vai resistir para que isso não aconteça” (ALVES, J., 2015).

À pergunta sobre qual seria a missão de uma rádio comunitária, sua fala se aproxima das preocupações apresentadas por Aílton. Para esse, há a necessidade de tornar a rádio mais itinerante, levando-a para as comunidades e acrescenta uma interessante autocrítica: “tem que ter livre acesso para ser informado e se informar, eu vejo que nós ouvimos pouco a comunidade ainda, porque nós não despertamos na comunidade o interesse em participar da rádio”. A seu ver, “o tempo atrapalha muito, falta esse tempo para sair e ir na comunidade” (SILVA, Ailton, 2015). Mácio aprofunda: “a Quixelô FM ela é dita comunitária, mas eu a não considero ainda o que eu sonho que seja uma rádio comunitária. Apesar de o ouvinte pedir música, ele ainda não veio para cá, ele tem que estar aqui dentro”. Para ele, antes de tudo, “tem a grande missão de ser realmente comunitária, não ser comunitária porque tem uma lei que diz que é comunitária (...) Fazer rádio comunitária, o diferencial vem muito daí,

³⁰ Por uma questão de espaço e para evitar riscos de desequilíbrio, decidimos não descrevê-los aqui.

da ligação muito próxima com as pessoas. Para ser realmente comunitária ela precisaria dessa ligação” (ALVES, J., 2015).

Mácio e sua esposa gentilmente me deram uma carona até a rodoviária de Iguatu. Como faltavam algumas horas para iniciar a longa e aventureira jornada até a próxima rádio, tive tempo de decantar impressões e relativizar julgamentos: da disputa pelo poder só podemos falar de posicionamentos. O trabalho de campo tem me ensinado que é da diferença intragrupos *a priori* e diferença intergrupos *a posteriori* que brotam comunidades: e é da saudável diversidade entre elas que se alimenta a política: não é outro o mecanismo que pode sustentar e amadurecer a democracia.

1.1.6 O caso da Rádio Comunitária Esperança FM – Queimada Nova (PI)

Domingo, 20 de setembro de 2015: aonde ônibus nenhum chega

Quando organizara a viagem às comunitárias sertanejas, “*sudestecentricamente*” calculara deslocamentos a partir das quilometragens entre as cidades. Não contava com a raridade dos ônibus nem com a possibilidade de uma cidade não ser servida por nenhum transporte público: só no plural se pode falar de Brasil.

Com isso, a única opção foi quicar de cidade em cidade. Minha jornada começou a uma da madrugada, de Iguatu a Campos Sales (CE). Ali cheguei de manhãzinha e esperei numa das rodoviárias mais abandonadas que jamais visitara para pegar o próximo ônibus para Picos, já no Piauí. Lá chegando, quase perco a próxima condução para Paulistana, cidade mais próxima ao meu destino final, Queimada Nova.

Era início da tarde quando cheguei à rodoviária de Paulistana. Fui orientado a conversar com um queimadanovense que vivia por ali e poderia me dar dicas. Ao bater a sua porta, sou recebido por um casal de idosos, tão gentis quanto os cearenses que deixara para trás: me fizeram entrar, sentar e tomar café. Falo do motivo da viagem e eles dizem conhecer, sim, a rádio “da Maria Rosalina, do Sindicato”. Como a feira de rua de Queimada Nova acontece todas segundas, me recomendam tentar carona no posto de gasolina com feirantes em trânsito. Lá fui eu: tentei um bocado. Nada. Resolvi, então, ir para a BR-407 colocar o polegar direito à mostra. Uma hora depois um carro me deixaria no KM 177, a ainda 50 km do meu almejado destino.

Quase não passava automóvel naquela estrada lateral. Só depois de quase duas desanimadoras horas, uma van para ao meu sinal: havia lugar, me dariam carona e a próxima parada era justamente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova. Eles estavam indo para o 5º Grito do Semiárido Piauiense, em São Raimundo Nonato, e passariam por Queimada Nova para pegar mais sindicalistas. Devido a uma incrível coincidência, o acaso me levaria diretamente para a Esperança FM.

Segunda-feira (literalmente), 21 de setembro de 2015: comunitária, sindical, católica e/ou quilombola?

Exausto pelas mais de 18 horas em trânsito, na noite anterior só tivera forças para cumprimentar o simpático Nilson José dos Santos, 28 anos, diretor administrativo da emissora (em cuidadoso contato comigo desde os primeiros planejamentos da viagem) e conhecer de soslaio o Sindicato e a rádio. A noite fora em mais um hotel de posto de gasolina, pertencente à família de comerciantes Coelho, atualmente ocupando a vice-prefeitura de Queimada Nova. O cargo de prefeito está com um membro da outra importante família de comerciantes da cidade, os Amorim: basta uma rápida ronda na cidade para notar em seus letreiros que a partilha política é também econômica.

Tinha sido convidado para ser entrevistado no programa “Jornal da Esperança”, que começa pontualmente às 6 e meia. A programação já rolava desde as 5 horas. Ao chegar à rádio noto que a ligação orgânica com o Sindicato é também física: um mesmo terreno de esquina comporta três



edificações: numa das faces se encontram as entradas do Sindicato e do Diretório Municipal do PT; na outra, uma placa indica “Associação de Rádio Comunitária Queimada Nova”. Ao seu lado, avança ao céu a antena da rádio: sua queda, em 2013, por conta de um vendaval, atingiu a casa do vizinho e deixou um prejuízo de mais de 10 mil reais. Rosalina me contaria que a rádio só voltaria ao ar porque “as pessoas doaram objetos pra fazer rifa, bingo e, além de doar os objetos, compraram as cartelas” para cobrir os prejuízos (SANTOS, M., 2015). Quanto à questão da sustentabilidade, além dos apoios culturais, um dos diretores, Edson Torres, apontaria “o pessoal também que é colaborador da rádio, chega e dá 20, dá 5, dá 10,

dá 50 [reais], justamente pra ajudar na manutenção”. E, ao divulgar os nomes dos apoiadores, as pessoas “se sentem parte justamente da rádio” (TORRES, 2015). A equipe é totalmente voluntária, não havendo qualquer ajuda de custo para os locutores. Nilson conta que, ainda que agora esteja inativo, a rádio é um Ponto de Cultura, o que contribuiu, por um tempo, na estruturação da emissora. A prefeitura “nunca colaborou com um centavo para a manutenção da emissora”, ainda que “no 0800” tem suas campanhas e comunicados divulgados (SANTOS, N., 2015).

Ao lado de Nilson, no comando do programa, está, pela primeira vez, Maria dos Humildes Pereira Ferreira, 19 anos. Moradora da comunidade indígena Cariri de Serra Grande, seu sonho de fazer faculdade não é simples devido à questão financeira e à distância. Ela está fazendo o Curso Profissionalizante do Projeto “Jovens Radialistas do Semiárido” do Instituto ComRadio, uma empresa social com sede em Teresina que atua com formação, consultoria e agência de notícias, com a qual a rádio tem relação estreita. Foi esse o curso que preparou os mais “veteranos” do jornal, Nilson e Erlândia dos Santos, 20 anos, que assume a apresentação em alguns dias da semana. Humildes elogia a perspectiva crítica e a complementação teoria e prática do curso, que habilita para o registro profissional de comunicador, dura seis meses, tem o custo de 35 reais por mês e acontece uma ou duas vezes por mês, nos fins de semana, na cidade de Picos. “A gasolina da moto para Paulistana a rádio contribui com a gente”, já alimentação e passagem para Picos ficam por conta do aluno e a hospedagem é com a ComRadio. Humildes opina que o jornalismo da rádio tem sido “mais matéria da internet” e poderia ter mais sobre o semiárido, que “tem muitas notícias riquíssimas”, para além de “acidente e tragédia” (FERREIRA, M., 2015). Outros também fariam crítica similar. Um dos programas das manhãs de domingo veiculava apresentação de bandas ao vivo, a partir de bares da cidade. Por falta de link homologado e dificuldade de transporte, não tem acontecido. Uma das colaboradoras da rádio, Osvaldina Rosalina dos Santos, se preocupa com a desconexão com as comunidades: “sinto falta do trabalho de inclusão social das pessoas do interior, da juventude” (SANTOS, O., 2015). O problema estaria na ausência de um transporte próprio (para realizar entrevistar, cobrir eventos, transportar equipamentos etc.). Nilson aponta que isso está relacionado às múltiplas funções que cada qual tem que desempenhar (SANTOS, N., 2015).

Quem também está fazendo o supracitado curso é Jerônima Maria de Souza, 22 anos. Como Humildes, ela está no esquema de revezamento da apresentação com Nilson. Algo incomum nas comunitárias de hoje, a equipe da Rádio Esperança é majoritariamente jovem.

Jerônima conta que “no início, [a rádio] foi como uma luz que abriu na cidade e no interior”. Presente desde o início da rádio, destaca que a emissora “cresceu não no tamanho, mas na qualidade”: “no começo não tinham pessoas capacitadas, apresentavam o programa simplesmente porque gostavam, porque se interessavam e porque era realmente necessário para poder ver a rádio crescer”. Outro elemento raro nas comunitárias, ela afirma ter aumentado o número de participantes e “a juventude está se interessando muito por isso também”. Porém, tanto Humildes quanto Jerônima criticam a falta de compromisso de alguns comunicadores: “o ouvinte gosta quando tem o locutor” e reclamam que “essa rádio tem muito horário vago, sem ninguém” (SOUZA, J., 2015). Essa seria a mesma opinião emitida pela ex-presidente da Associação, Ozenália Teresa da Silva.

Nilson só tem tempo de me cumprimentar antes de ressoar forte: “está entrando no ar a equipe de jornalismo da Rádio Esperança: Jornal da Esperança”. Depois, me contaria que, para preparar a primeira edição do radiojornal, em fevereiro de 2010, ele sentou em frente ao computador às 19 horas e só levantou com ele pronto, às 4 horas da manhã. A edição das notícias no radiojornal segue o princípio radiojornalístico de importância por proximidade geográfica, do nacional para o local: proibição de doação de campanha pelo Supremo Tribunal Federal; seca que castiga o sertão do Piauí; notícia sobre a extinção de regionais de saúde, inclusive em Paulistana. De acordo com Nilson, as principais fontes de notícias locais são sites, principalmente: o blog FN Notícia, Cidades na net (de Paulistana e região), além de Cidade Verde. Eles seguem um roteiro impecável e alternam as vozes. Com duração de 30 minutos, nos intervalos são veiculados spots sobre doação de sangue, direitos dos idosos e campanha contra o racismo. Voltam com notícias sobre contas interdidas de prefeituras inadimplentes (as contabilidades de 2010, 2011 e 2012 do atual prefeito da cidade, Celso Amorim, foram reprovadas). O radiojornal é finalizado com minha entrevista e o foco na situação das rádios comunitárias no Brasil.

Findo o seu programa, demonstrando algum constrangimento, Nilson me conta que o próximo será da Assembleia de Deus, que acontece de domingo a domingo, das 7 às 8 horas. Converso com Gildemar de Souza Silva, 25 anos, da comunidade Volta do Riacho. Desde 2010 ele é um dos missionários que se revezam na liderança do programa, que está na grade desde o início da rádio e consiste na veiculação de hinos, informativos da igreja e pregação



ao final. As participações dos ouvintes que, de acordo com ele, “têm sido uma benção” acontecem principalmente no celular, “raro ligar no fixo”. Gildemar ouve pouco a rádio e, quando o faz, é pelo celular (SILVA, G., 2015). Em nossa conversa, Erlândia, católica, comenta de uma perseguição (externa, já que internamente a maioria é católica) por parte dos evangélicos, inclusive fazendo coincidir eventos e reivindicando exclusividade na “salvação” (SANTOS, E., 2015). Há ainda um programa espírita, sempre gravado e enviado para a rádio.

Ainda que impossibilitado de mudar a data devido ao cronograma das demais rádios, Nilson me advertira que não era o melhor dia para a visita: muitos locutores estariam no evento do Grito do Semiárido. Além disso, segunda-feira é o dia em que os trabalhadores rurais visitam o Sindicato, que estava lotado. Resolvi dobrar a esquina e ir prá lá, já que a locutora da hora estava no Grito e a rádio, no automático. Todos cumprimentam o desconhecido com mãos calejadas e sorrisos abertos.

Nilson me convida para conhecer a feira e a cidade. Através da fala de todos e dada a quantidade de gente circulante, a feira parece ser o grande evento semanal na cidade. Todos conhecem Nilson e, ao me verem, comentam que ouviram a entrevista: “a audiência é total”, não há outra rádio na cidade (SANTOS, N., 2015). Ele me conta que a emancipação política de Paulistana é recente, de 1992, e que a base da economia é a agricultura e a pecuária. É o que comprova o Censo de 2000: 91% moram na área rural e 40% sem ou com menos de um ano de instrução³¹. Dos 8.526 habitantes, bem mais da metade (5.205) estão cadastrados em famílias com renda per capita de até R\$ 70. E das 251 famílias quilombolas cadastradas, 80% (200) são beneficiadas pelo Bolsa Família.

Em nosso passeio, presto atenção nas pessoas: muitos negros, muitos brancos, poucos miscigenados. O aspecto que mais me interessara na indicação da Esperança fora ter sido descrita como uma rádio quilombola. Confesso ter estranhado me deparar com uma rádio fora da área rural: a comunidade quilombola mais próxima fica a 10 quilômetros dali. Só agora reflito que aquela surpresa deveu-se a uma por mim criticada e inconscientemente introjetada concepção que limita comunidade ao território³².

De volta ao sindicato, converso com uma de suas funcionárias e também locutora na rádio, Maria Francisca Pereira, 49 anos, mãe de Humildes. Ela é da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais, pelo menos desde 1992, e foi através da Pastoral da Igreja Católica, que começou a participar de encontros, seminários até ingressar na luta sindical. Ela participa

³¹ Dados referentes ao Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=220865>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

³² Sobre esse tema ver “Rádios comunitárias brasileiras e a questão espacial” (MALERBA, 2008a).

de dois programas: eventualmente do programa diário (exceto nas segundas, por conta da feira) do Sindicato, das 12 às 13 horas; e se reveza com outros n“O despertar do sertão”, abrindo a programação diária da rádio, às 5 horas da madrugada: entre risos, ela conta que muitos a tomam como radiorrelógio. Para ser pontual, Francisca “acorda, no mínimo, umas 3 horas para, umas 4, pegar a estrada” e vencer 26 quilômetros entre a comunidade e a rádio. Numa perspectiva comparativa, pré e pós-rádio, Francisca destaca a participação da comunidade: “as pessoas mais simples são as pessoas que acreditam [no projeto da rádio], as que mais sofrem, as que mais foram discriminadas e excluídas” (PEREIRA, 2015). Outro ponto levantado por ela e por outros entrevistados é a rapidez que as informações chegam hoje aos trabalhadores por conta da instantaneidade do veículo.

Às 13 horas, entra no ar o informativo “Via livre”, pela rede ComRadio, que conecta 17 rádios piauienses, todos os dias da semana. Nilson me conta que, até a semana anterior, a transmissão era pela internet, mas agora é via satélite, doado recentemente pela ComRadio. A partir de um estúdio em Teresina, dois locutores guiam um programa bastante interativo, que conta com a participação ao vivo de comunicadores populares. Naquele dia, no quadro “Fala gestor”, a gravação do áudio de uma pergunta do Nilson (enviada por WhatsApp) entrou no ar direcionada à representante do Instituto de Terras do Piauí sobre regularização fundiária dos quilombolas do Estado. Pouco depois é veiculada uma reportagem dele que fora enviada dias antes por email: depois de um treinamento realizado com 28 correspondentes, as rádios participantes se revezam ao longo da semana. Logo mais, uma comunicadora entra ao vivo desde o 5º Grito do Semiárido, com denúncias de ataque à diversidade natural, falta de políticas públicas contra a seca, ausência de diálogo acerca dos projetos de mineração e energia eólica. Os correspondentes soam amadores e há problemas com o som. Além disso, os intervalos entre os blocos veiculam repetidamente os mesmos spots. Contudo, a diversidade de vozes e temas conquista.

Depois disso, a rádio volta a ficar no automático por um bom tempo. Em meu diário de campo leio estar entediado devido ao esvaziamento da rádio. No fim da tarde, escutei o programa católico “Igreja e povo que caminham com as comunidades” falar sobre pecado, culpa e anunciar que a missa do dia seguinte, início da novena da padroeira da cidade, teria a presença do bispo e seria veiculada pela rádio. Normalmente a missa é transmitida às quintas-feiras e aos domingos através de um cabo que liga a Igreja à rádio. Cada dia da semana é dedicado a uma área pastoral: Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Criança, CEBs etc. Depois, fui para a hospedagem me aprontar: fora convidado para uma “reza”, que seria

realizada numa das casas da comunidade quilombola. Àquele desapontamento quanto ao que esperava de uma rádio indicada como quilombola se somaria a surpreendente experiência que viveria logo mais: confiava que a reza seria uma celebração de uma religião de matriz africana: eu estava errado... mas também estava certo.

Peguei carona com Edson Torres e Maria Rosalina dos Santos, ambos diretores da rádio e filiados ao PT. O carro seguiu por 12 km por uma estrada de chão que rasgava a mata baixa até parar num sítio da comunidade Tapuio, onde muita gente já estava reunida, todos com roupa de festa. Era uma casa



tipicamente rural, com muitos cômodos, simples, ampla e limpa. Na sala, uma mesa foi transformada em altar: está adornada com papeis de seda rosa, azul e verde e comporta velas, lamparinas e muitas imagens de santos, com destaque para Menino Jesus de Prado, benfeitor da reza; acima, na parede, há um cacho de balões rosas em semicírculo e um tecido branco franzido até o chão. A sala está empinhocada de mulheres (a maioria é negra), as cadeiras não dão conta, os tapetes se tornam opção. Sou calorosamente recebido pelo dono da casa, Antonio Miguel dos Santos. Enquanto isso, as pessoas não param de chegar. Chama a atenção o carinho com que se cumprimentam. O quintal também está cheio e as pessoas sentam nas muitas cadeiras, na mureta ou proseiam de pé mesmo. Estamos ainda no pré-reza, de arrumação e conversa.

Duas divisões me chamam a atenção: racial (sutil) e de gênero (patente). Rosalina me explica que tradicionalmente as mulheres ficam dentro da casa, rezando, e os homens, fora, “fofocando”. Depois da reza oferece-se um jantar para todos (não havia menos que 250 pessoas ali) e que primeiro comem os homens e só depois as mulheres. Ela me diz que estão “pelejando” contra tal tradição (realmente, ao menos naquele dia, a desigualdade de tratamento entre os gêneros não aconteceria) (SANTOS, M., 2015). Não chega a ser totalmente nítida, mas percebo a tendência (mais visível nos grupos femininos que masculinos) a brancos ficarem com brancos e negros com negros: no dia seguinte, me explicariam as razões locais para além das brasileiras históricas.

Quase todas as rezas são novenas, com festejo no dia do encerramento. Em alguns casos, como aquele, tudo acontece num só dia. As rezas acontecem em quase todos os meses do ano, exceto fevereiro, março, abril e junho. Trata-se de uma tradição centenária do

pagamento hereditário familiar por uma graça alcançada: uma dívida impagável que une diferentes gerações de uma mesma família e marca a circularidade do tempo da comunidade. Rosalina me conta que a reza daquele dia é pela cura de uma filha que nasceu com “defeito no pé”: agora, saudável, ela e seus descendentes terão para sempre a incumbência de promover a reza. A na casa de Rosalina reúne mais de 800 pessoas, é para Nossa Senhora de Aparecida, mas o festejo acontece em 1º de setembro: é que a data da reza se refere à graça alcançada, não ao santo (SANTOS, M., 2015).

Me posiciono estrategicamente na porta da sala, entre as mulheres e os homens: rapidamente me aprumo no papel de estrangeiro e observador, em destaque por ser o único a fazer algo que ninguém mais está fazendo: estranhar. Anoto tudo o que vejo em meu diário de campo e ninguém parece tomar isso como ofensivo. Dentro da casa, a reza começa com uma cantoria e é seguida por ave-marias que se entrelaçam entre si: não se termina uma para se iniciar outra e o volume aumenta e diminui caoticamente: um coro sempre provisório, nunca uníssono, que parece levar a um transe coletivo (algo que, nitidamente, me afeta). A coisa toda segue até que uma voz irrompe um novo canto, seguido de ave-marias e tudo se inicia novamente. Lá fora, falatório, falatório... Em meio à conversa sussurrada, o riso brota aqui e acolá. Noto que uma das canções é em latim. Num dado momento, aparece um homem à sala: ele se posiciona ao meu lado e puxa uma oração que é prontamente respondida: seu semblante é grave, sua voz soa forte e com autoridade.

A reza dura horas, mas mesmo os que esperam fora não parecem impacientes. Os ciclos de cantoria e oração seguem à exaustão. Quando começa a tocar a música que clama por misericórdia, o volume aumenta e todos, mesmo os de fora da casa, se levantam, levam a mão direita ao peito e, como se pagassem uma pena, suave e ritmicamente deslizam os dedos desde o mínimo até o polegar. Quando acaba a música, todos se sentam. É quando Antônio Miguel grita: “é pra todo mundo beijar!”. Logo depois, forma-se uma fila de homens que vão entrando na casa e puxam a cantoria: cada qual se ajoelha frente ao altar, o beija e deixa moedas ou cédulas de baixo valor. Só depois vão as mulheres. Jerônima me explica que se leva o dinheiro com a mão esquerda e com a direita se faz o sinal da cruz. A doação é para ajudar nas despesas da reza, mas nunca há lucro: a dívida comunitária permanece. Enquanto duas mulheres da família da reza recolhem o dinheiro, um menino faceiro entra, pega uma moeda e sai correndo. Uns riem, mas uma senhora tenta segurá-lo: “é do santo, não pode, é do santo!”. Ele escapa. Ela faz que vai, não vai e o deixa ir. Olha à volta, ainda séria. Um segundo depois, ri como os demais.

Vejo, então, Rosalina ajudar a organizar as imagens dos santos num andor. Inicia-se uma procissão numa volta longa nos arredores do sítio. Vários estão com velas e lanternas para iluminar o caminho pedregoso. A cantoria é forte, mas é salpicada de gozação e riso. Os da frente erraram o caminho e adentraram num terreno ainda mais lapidoso: dá-lhe avacalhão; um velho tropeça, o riso é geral.

Finda a procissão, sem ordem mas respeitosamente toda a gente avança nos muitos pontos em que a comida está sendo servida: jerimum, sopa de legumes, arroz, feijão, farofa de bode, farofa de porco. Por fim, apesar da multidão, sobra comida. Rosalina diz que sempre muitos se voluntariam nos dias anteriores para a preparação da comida. O problema está mesmo no dia seguinte, quando só um par de pessoas aparece.

A brincadeira final é um leilão de guloseimas preparadas pela família, além de bebidas: pernil, frango assado, bolo, whisky, sequilho, vinho. Quem anima, canta forte os lances e atiza para aumentá-los. Uma grande roda se forma. Uns sacaneiam oferecendo lance menor; outros se arvoram pela vitória. É um dos pontos altos de confraternização. Fico ali conversando com um e com outro, rindo junto.

Já é quase meia noite quando o povo começa a se dispersar. Enquanto deliciosos sequilhos – presente de Rosalina – desmancham na minha boca, minha cabeça fervilha.

Terça-feira, 22 de setembro de 2015: a rádio dos quilombolas

Perdi a hora e acordei com o “Jornal da Esperança” já começado. Ainda consigo ouvir uma notícia sobre a instalação de parques eólicos no Piauí, enfatizando a geração de empregos, sem ecoar qualquer uma das críticas realizadas no dia anterior no “Via livre”. Porém, uma matéria seguinte, sobre a seca, apresenta críticas diretas ao governo.

No dia anterior, havia tentado, sem sucesso, entrevistar os diretores da rádio. Edson esteve ocupado o dia todo com os atendimentos da segunda-feira no Sindicato; Rosalina estava no Grito e só chegaria à noite, a tempo da reza. Como ambos pegariam a estrada no meio daquela manhã para um evento sindical em Teresina, combinamos uma entrevista coletiva bem cedo no Sindicato. Além deles, participaram Nilson, Osvaldina Rosalina dos Santos e Erlandia dos Santos, falaria com elas logo mais.

Começo perguntando sobre o contexto de criação da Esperança FM. Rosalina começa contando que a primeira prefeitura pós-emancipação comandava uma rádio sem outorga, a Líder FM, na qual eles, do PT, não tinham qualquer espaço. Depois do fechamento pela

Anatel e pela Polícia Federal, o ex-prefeito os chama para uma conversa sobre a criação de uma associação a fim de solicitar uma outorga de radiodifusão comunitária. Fundada em 1999, o pedido seria feito no ano seguinte, tendo a frente o irmão de Edson, Manel Torres. Com “a conjuntura política avançando no município” e criação “de outras forças políticas”, em 2005, há um rompimento de Manel com o pessoal do sindicato: sendo do PMDB ele se junta ao grupo do então PFL. Ele não aceita a derrota na tentativa de eleição à presidência da associação, entra na Justiça buscando anular a eleição e, após três anos de processo, perde a causa. Nas eleições municipais de 2008, Rosalina é eleita vereadora, Edson tenta como vice-prefeito, mas perde, sendo o seu irmão um aliado do grupo concorrente. Para surpresa geral, pouco depois das eleições, vem a notificação do MiniCom da autorização do funcionamento da rádio: “aí foi correria, porque nós estávamos sem nenhum centavo, saindo de uma eleição, todo mundo pra baixo, mas não podia perder a oportunidade, porque a gente entendia que ali era um instrumento para erguer a cabeça da gente”. A rádio só entra no ar em fevereiro de 2009, após articulação do Sindicato e do incentivo da Igreja Católica. Poucos tinham alguma experiência com o veículo e houve muita dificuldade no início: “será que as pessoas vão entender que é um trabalho voluntário, que tem que pagar para vir fazer o programa [por conta da distância]?” (SANTOS, M., 2015). No final daquele ano, aconteceram duas importantes capacitações financiadas pelo governo estadual do Piauí, solicitadas através do assessor de um deputado.

Rosalina afirma que eles, do grupo político opositor, “jamais imaginaram que nós, sem dinheiro, sem estudo íamos ter um instrumento desses em mãos” e lista uma série de estratégias usadas contra a rádio: “já denunciaram, a Anatel já veio e não achou irregularidade; já fizeram abaixo-assinado pra ver se o povo assinava, o povo não assinou” (SANTOS, M., 2015), inclusive criticaram a falta de domínio da língua culta, ao que contesta Edson: “os locutores comunicam com o povo com a linguagem que o povo entende” (TORRES, 2015). Aparentemente agora a ameaça é a instalação de uma rádio comercial para a qual já haveria inclusive espaço físico e onde “só vai falar profissional” (SANTOS, M., 2015). Em sua entrevista, Nilson afirma que atualmente o jornalismo da rádio é respeitado pelo prefeito, mas no início “era rejeição total”. Conta, inclusive, de um episódio em que uma das repórteres teve seu equipamento apreendido pelos policiais por ocasião da cobertura de um acidente (SANTOS, N., 2015).

Nas últimas eleições municipais, de 2012, Edson volta a concorrer e a perder como vice-prefeito, já o grupo opositor e Rosalina se reelegem. Eles pontuam que, quando alguém

da direção se candidata, o afastamento do cargo se dá antecipadamente. Posteriormente, Rosalina, em 2014, se lança como candidata à deputada estadual pelo PT e sofre forte oposição de seus parceiros de esquerda na Câmara de Vereadores, que afirmaram já ter “outros compromissos” (mesmo não tendo sido eleita, Rosalina conseguiu mais votos que os candidatos por eles apoiados). Como retaliação, no começo do ano, ela votou junto com o grupo da situação para a presidência da Câmara, mas não sem antes se reunir com a comunidade para expressar e explicar tal intenção. Osvaldina pontua que Rosalina não tem par na Câmara, que “a oposição dela ela forma com as bases” e relata diversos momentos de reunião da vereadora com as comunidades, além do comparecimento “em peso” no legislativo quando solicitadas (SANTOS, O., 2015).

Edson ressalta que “nós somos um grupo político, mas a gente faz diferença: tanto na entidade, como sindicato, como na rádio, a gente não mistura a questão político-partidária com outras ações”, ainda que Edson admita que “o pessoal chama a ‘rádio do sindicato’ (...) o grupo que tá na rádio é o grupo que tá na mesma direção do sindicato”. Pergunto onde entra a questão quilombola: “a maioria do pessoal que está aqui na rádio é das comunidades quilombolas” (TORRES, 2015). Mais tarde, em nossa conversa individual, Osvaldina iria responder focando na questão da igualdade racial:

em toda a história do Brasil, nós, o povo negro, não tivemos oportunidade, vez e voz (...) a importância da Rádio Esperança FM para nós, o povo negro quilombola, foi o empoderamento. Através da rádio Esperança FM nós encontramos formas, brechas de levantar nossa cabeça, participar, chegar nas repartições públicas como cidadãs e cidadãos que somos (SANTOS, O., 2015)

Osvaldina lidera o programa “Raízes culturais” que tem tido a função de divulgar as matrizes africanas. Já Ozenália, ex-presidente da Associação, acha que “precisa ter algo mais sistemático” nesse sentido, inclusive através do Ponto de Cultura, valorizando as práticas culturais das comunidades quilombolas (SILVA, O., 2015). Aproveito para pedir uma avaliação sobre as políticas públicas estaduais e federais para a área e percebo certo desconforto generalizado. Osvaldina avalia que os primeiros mandatos (2003-2009) do atual governador Wellington Barroso de Araújo Dias (PT) foram “bem satisfatórios”, mas depois não teria avançado na titulação das terras, cenário que teria se deteriorado no mandato (2010-2014) de Wilson Nunes Martins (PSB) e, de algum modo, retomado no atual, quando Dias volta ao poder (2015): “não é que a gente quer defender os governos do Lula, Dilma, Wellington Dias, porque são do Partido dos Trabalhadores, mas a gente tem uma consciência, na condição de coordenação do movimento quilombola, o porquê o processo parou ou está lento”: para ela não se trata de “má vontade política”, mas de um processo maior de “sangrar

o PT” por quem não aceita a diferença que o Partido fez durante suas gestões (SANTOS, O., 2015).

Seguindo com a questão racial, digo ter notado uma divisão mais ou menos nítida entre brancos e negros na reza do dia anterior: o comentário irrompe um sentimento coletivo quanto a um conflito permanente, ora sutil, ora patente. Osvaldina explica que a comunidade Tapuio está rodeada de famílias brancas. Há respeito e ajuda mútua, por exemplo, em momentos como o da reza. Mas a pretensa harmonia na superestrutura, não se reflete na infraestrutura: “é uma coisa assim, superficial, o abraço, o adeus, tal e tal... agora na questão dos bens, nós sofremos discriminação, as 24 horas” e dá os exemplos da terra, da água e, inclusive, da divisão entre os mortos no cemitério: “quando eles [os brancos] morrem, são os negros que vão rezar para eles”. Conta que “os nossos pais ensinaram a gente: ‘não faça conflito, se conforma, é assim mesmo, deixa...’” (SANTOS, O., 2015) e, por isso, foi difícil para comunidade entender que parte de suas terras fora invadida pelos brancos. Rosalina conta que quando o Incra, em 2008, foi para as comunidades realizar a demarcação de terras, isso gerou impacto forte nas eleições: “você vai votar na negra que tá tomando as terras?” (SANTOS, M., 2015).

O tema nos aproximara: é como seu eu tivesse pinçado um delicadíssimo nervo cujas ramificações atingiam o coração da comunidade e que, em última instância, era uma – quiçá a principal – das razões da existência da rádio. Aproveitei para levantar um último ponto que me intrigava: o cristianismo favorecera a dominação?

As comunidades quilombolas (...) esconderam muito a sua própria religião. (...) É muito forte praticar a religião do cristianismo, porque é essa que concilia todo mundo. ‘Nós não podemos brigar com fulano por causa disso’; ‘Deus não gosta dessas coisas’. Enfim, isso a gente avalia que tem contribuído justamente porque apagou a nossa religião. (SANTOS, O., 2015)

Osvaldina relembra que seu pai era um importante benzedor, algo que nenhuma das filhas seguiu. Rosalina coloca que a reza foi “uma forma que os negros encontraram de manifestar o seu lado de fé” (SANTOS, M., 2015). Para Osvaldina, é um dos momentos em “que vem” (e fecha os olhos, uma mão ao centro do peito, inspira rápido, num sinal de incorporação espiritual): “a gente não tem a coragem por conta da repressão”. É quando revelam que o homem que eu notara de semblante grave e voz de autoridade “é médium, só que a repressão é tão grande que ele nunca desenvolveu. Aí ele desenvolve justamente nas novenas” (SANTOS, O., 2015). Tudo parecia fazer sentido, outro sentido, para mim.

De volta à rádio, acompanho o programa “Manhã de alegria”, comandado por Erlândia dos Santos, 20 anos: fazendo valer o nome, ela ri muito, dá “um cheiro” para todos e com muita simpatia atende as dezenas de participações pelo fixo e pelos celulares da rádio e pessoal. Em



nossa conversa, ela me contou que milita na sua comunidade, Tapuio, através da Pastoral da Juventude, cujas pautas atuais principais são a questão do extermínio de jovens, a redução da maioridade penal e as drogas: “Igreja não é só estar em cima do altar, rezando, mas sim você lutar pelas coisas que a juventude pede” (SANTOS, E., 2015).

Quem também começou a militância via religião foi o Nilson José dos Santos. “Desde os 14 anos ligado às causas sociais”, sua primeira responsabilidade foi coordenar um grupo de jovens do Movimento Eclesial de Base na sua comunidade quilombola, Sumidouro. Porém, por conta de “teorias contradizendo com as práticas”, ele foi se distanciando da religião. Hoje, além de ser diretor administrativo da rádio, ele compõe a diretoria do Sindicato e a coordenação estadual do Movimento de Pequenos Agricultores. Ele participa desde o início da rádio e, até 2013, percorria 14 km a pé para tocar seu programa: a motivação vinha das cartas dos ouvintes: antes da chegada do celular, eram de 30 a 50 cartas por semana. Ele tinha (e tem) o cuidado de registrar cada participação. Nilson é hoje a principal referência na emissora. Para ele, o principal motivador da criação da rádio foi “necessitar de uma comunicação que falasse realmente a linguagem do povo, que a mensagem chegasse ao povo. Acreditar que era possível ter uma comunicação mais direta com a população, e acreditar que a comunicação transforma”. Ele dá os exemplos dos programas do Sindicato e da Igreja Católica que “tem aberto muito a mente” para os direitos e deveres das pessoas. Quanto à pergunta que tenho feito para os militantes sobre o dilema militância versus projeto pessoal, Nilson sente o peso “de querer ser coerente” com as múltiplas funções: “você, às vezes, quer ser muito comprometido com o que é determinado, você acha que vai ter mudança e aí termina o lado pessoal seu sendo sacrificado”. Sua rotina envolve chegar “7 da noite, 5 da manhã, às vezes, saio” e “não tem sábado, não tem domingo” (SANTOS, N., 2015).

Quanto às apropriações tecnológicas, há um site da rádio, com transmissão da programação online. As ferramentas interativas se limitam a enquete e a pedido de música. Não há podcasts, somente alguns programas ficam disponíveis para audição online. Ainda

que haja uma fanpage, os locutores utilizam suas páginas pessoais do Facebook para interação com o ouvinte. O grosso da participação vem mais pelo celular. Para Nilson, uma das grandes dificuldades “é acompanhar o avanço tecnológico” (SANTOS, N., 2015).

Depois de mais uma edição do “Via livre”, entra no ar o programa “A Tarde é Nossa”, liderado por Ozenália Teresa da Silva, 47 anos. Ela é sócia desde o início, tendo assumido a presidência de 2005 a 2009, na época do imbróglio judicial com Manel Torres. Ozenália afirma que a sua “luta foi exatamente para defendê-la [a rádio], porque como ele tinha uma ligação com outro grupo político, poderia hoje essa associação não ter o caráter que ela tem”. Ela compara que antes havia “reunião constantemente” e “os locutores eram mais frequentes” (SILVA, O., 2015). Erlândia confirmara que não há regularidade e são raras as reuniões: só “na hora que aperta o sapato” e a participação é baixa (SANTOS, E., 2015). Já quanto aos apresentadores e conteúdo, principalmente jornalístico, Ozenália avalia ter havido melhora. Além disso, se antes “a equipe era praticamente ignorada pelos representantes”, hoje “se percebe que tem o respeito frente à comunidade como um todo, não só da população civil, das comunidades, mas também das instituições governamentais e não governamentais” (SILVA, O., 2015).

Minha última entrevista seria importante para encaixar as peças restantes. Osvaldina Rosalina dos Santos, 59 anos, é irmã de (Maria) Rosalina e juntas, em suas próprias palavras, representam “duas colunas vivas na comunidade” Tapuio. Osvaldina, quando jovem, através das CEBs, iniciou um processo de “politização da comunidade para caminhar com mais autonomia” e que influenciou comunidades vizinhas. Com o aumento da demanda organizativa do entorno, Rosalina foi assumindo na sua comunidade as tarefas da irmã mais velha. Ela me conta que o Sindicato foi fundado no Tapuio, “na calada da noite”, no ano da emancipação de Queimada Nova: o receio era que o grupo que controlava a administração do município também criasse o sindicato. Rosalina fora escolhida como presidente e investiu-se tempo e energia na sua formação (SANTOS, O., 2015).

Osvaldina deixa claro que um dos objetivos da criação da rádio foi justamente “facilitar a articulação” dos diversos atores sociais, o que antes era através de carta, “na base do grito” e nas novenas. Nesse sentido, o próprio programa de rádio do Sindicato funciona “como uma reunião transmitida”. O segundo objetivo é a formação “religiosa, social, pastoral e familiar”. Ela diagnostica o sucesso do cumprimento desse objetivo a partir da capacidade que a rádio tem tido de atrair os jovens (SANTOS, O., 2015).

Osvaldina remonta a história de seus bisavôs, que viveram “a mentira da abolição”: recém-libertos, mas sem ter para onde ir, ainda adolescentes, acabaram trabalhando – como “escravos, mas sem chicote” – cada qual, para uma família branca. Ao se casarem ganharam uma terra onde toda sua descendência se instalou: tanto os brancos quanto os negros que eu vira na reza descendem dessas famílias. Ela me detalha todos os conflitos ligados à gestão da água, antes dos projetos federais e estaduais ligados à criação de cisternas e poços nas comunidades quilombolas. Ainda há conflitos iminentes quanto à delimitação das terras, elemento potencialmente explosivo para as próximas eleições municipais (SANTOS, O., 2015).

Aquela seria a noite de abertura do grande evento anual da novena do padroeiro da cidade. Convidado para assistir a missa, combinamos de nos encontrar antes no Sindicato para jantarmos juntos. Nilson fritou peixe, Osvaldina a macaxeira, Humildes cozinhou arroz e feijão, eu trouxe o refrigerante.

Foi uma missa longa, com dois padres, o da paróquia mais um convidado. O sermão era mais do mesmo que já ouvira tantas vezes na infância e adolescência: sobre culpa e inferno, mas também igualdade, compaixão e solidariedade. Observava a minha volta e tudo parecia diferir da celebração do dia anterior: não havia protagonismo coletivo na oração nem estávamos em círculo, mas passivos frente à voz de autoridade localizada num nível superior; não eram mulheres que cediam umas para as outras o protagonismo da oração; estando a Igreja lotada, os de fora não riam ou brincavam e mesmo os quilombolas ao meu lado pareciam outros, sisudos, sérios; no momento da saudação, o reino da ordem (o padre orientara as pessoas a não saírem dos seus lugares, se limitando a saudar os do entorno). Relativizo meu olhar à luz da minha própria trajetória de rejeição ao passado católico e consigo ver, sim, similaridades: havia a partilha do tempo como na reza, todos presos numa mesma sintonia rítmica, ainda que essa menos orgânica; também havia partilha da comida, ali simbolizada pelo corpo de Cristo; ambas as partilhas, as de hoje e de ontem, provêm de uma dívida (ou pena) compartilhada, imprescindíveis para o ligame comunitário. E, no fim das contas, há ontem, hoje e sempre o querer estar juntos.

Enquanto fazia essas anotações, ao final da missa, sou chamado para me apresentar e falar dos propósitos da minha visita. Pego de surpresa, em meio a uma multidão de fieis, a caminho do altar só tive tempo de calcular a oportunidade política da minha



fala. Respiro, me posiciono, declaro: os queimadonovenses devem ter muito orgulho da Rádio Esperança FM.

Na madrugada do dia seguinte, uma lotação me levaria até Petrolina, pegar o avião de volta para casa. O sertão não ficava para trás, ia comigo.

1.1.7 O caso da Rádio Xibé – Tefé (AM)

Sábado, 26 de setembro de 2015: filhas da Muda

O interesse pela indicação da Rádio Livre Xibé se insere numa das inquietações da pesquisa, a saber, as fronteiras práticas, conceituais e de princípios entre rádios livres e comunitárias. Tendo selecionado a emblemática livre Rádio Muda (cf. 1.1.10), que funciona dentro da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), fiquei curioso por saber quanto à viabilidade de uma rádio livre no coração da Amazônia, desvinculada de qualquer instituição que lhe prestasse salvaguarda e descrita como itinerante e indígena.

Chego a Tefé no fim da tarde e sou recebido no aeroporto por um dos idealizadores da Xibé, o professor da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Guilherme Figueiredo. No caminho para a cidade, ele me conta que é ex-Muda e um dos fundadores tanto do Centro de Mídia Independente (CMI) de Campinas quanto do de Tefé. Em nossos contatos, ele havia se referido, diversas vezes, à Xibé e à Voz da Ilha: me esclarece, então, que ambas as livres fazem parte do mesmo coletivo, CMI-Tefé. O ativista Gleison Martins me explicaria depois que as reuniões são conjuntas, inclusive. Por questão de foco e metodologia, escolhi a Xibé, por ser mais antiga e por seu caráter itinerante.

Guilherme corre para que eu chegue a tempo de acompanhar e ser entrevistado pelo programa “Club five”, que ocupa um espaço semanal na programação da histórica Rádio Educação Rural de Tefé, uma rádio comercial católica AM cuja origem, na década de 1960, está



ligada às escolas radiofônicas. O programa é fruto das conexões realizadas pelo CMI-Tefé. Cinco adolescentes, de 15 e 16 anos, todas elas estudantes de um mesmo colégio, dão conta de toda a rotina radiofônica, desde a pauta até operação de áudio, sob a orientação do seu professor de Português. Naquele dia o programa consistiu na entrevista de um adolescente do

movimento estudantil, muitas músicas e recados, a entrevista comigo e o bloco final, reservado para a apresentação musical ao vivo de um talento da escola. É contagiante vê-las devidamente uniformizadas com a camisa do programa em sua empolgação de fazer rádio. As participações vêm mais por SMS, mas chegam a pegar áudios do WhatsApp para serem veiculados no programa. Para elas, a limitação é ser em AM, modulação estranha ao público alvo jovem. Pergunto, então, da viabilidade de transmitir via web, ao que elas reclamam da baixa velocidade da internet na cidade e região. Aliás, conexão à rede mundial de computadores é coisa rara em Tefé: meu celular não passava do 2G e mesmo no razoável hotel em que estava hospedado o sinal oscilava constantemente. A comunicação ali depende do ar e do rio: “sem conexão por terra com a malha rodoviária, elétrica e de telecomunicações, o transporte é feito por via fluvial e aérea e os meios de comunicação utilizam transmissão via satélite” (FIGUEIREDO, 2015a, p. 33-34). Aparentemente só há dois telefones públicos na cidade.

Depois, no jantar com sua esposa Eliane, Guilherme me fala da vocação cosmopolita de Tefé: se hoje é o principal ponto de passagem e de serviços na região do Médio Solimões, haveria indícios que, antes da chegada dos europeus, fora uma espécie de metrópole multicultural, por ser entroncamento de rios da Colômbia, Peru e Equador. De acordo com ele, Tefé é hoje um importante polo de mídia livre e alternativa na região.

Domingo, 27 de setembro de 2015: de Alice a Zapata

O hotel ficava muito bem localizado, perto da Matriz e à beira do Solimões: dali do terceiro andar podia divisar toda a imensidão de suas águas. No dia anterior, fora iniciado um encontro de dois dias com jovens da Floresta Nacional de Tefé e que contaria com uma oficina da rádio Voz da Ilha. Ainda que convidado, não chegara a tempo de pegar a embarcação coletiva. Como coincidem os militantes das rádios irmãs, também não pude agendar entrevistas sobre a Xibé para aquele dia. Aproveitei para passar a manhã estudando o material que Guilherme enviara, além de escapar do fortíssimo calor úmido lá fora.

Sua tese de doutorado em Antropologia Social, pelo Museu Nacional (UFRJ), intitulada “Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes” inicia conectando a emissora com a Rádio Alice, de Bologna, na Itália dos 1970. No mesmo parágrafo, pontua que a Xibé teria ido “ao ar pela primeira vez em 27 de outubro de 2006, na mesma hora em que foi assassinado no México o jovem Brad Will,

voluntário do CMI-Nova Iorque que filmava o levante popular do estado de Oaxaca, no México” (FIGUEIREDO, 2015a, p. 19). Tais ícones não parecem fortuitos: ao mesmo tempo em que solicita ascendência à mãe de todas as rádios livres, em seu momento mais profícuo (1970s), ele reivindica conexão com um episódio emblemático do novo boom das mídias livres (2000s), agora em diálogo com as novas tecnologias de comunicação. Como ele iria apontar em uma de nossas conversas “o movimento de rádios livres pós-levante zapatista é um movimento totalmente digital”, com “relação íntima” com “software livre, streaming e internet” (FIGUEIREDO, 2015b). Seu estudo não somente trabalha com as perspectivas daqueles que atuam diretamente na rádio, mas dá conta das interpretações dos ativistas que interagem à distância através de redes conectadas por internet. Porém, na entrevista, ele afirma que sua pesquisa acaba por averiguar a importância da complementação da presença física: “a tendência dos militantes é enxergarem naqueles grupos que fazem parte da própria rede, mas que nunca tiveram contato presencial, a tendência é achar que são iguais a eles, você projeta suas utopias”, o que interpretaria como o risco do vazio do espelho do espelho (FIGUEIREDO, 2015b). Serginho, outro pioneiro da Xibé, destaca que a importância desses ativistas longínquos e virtualmente presentes está no conhecimento que compartilham e elogia a troca de saberes (inclusive experiências individuais) pela rede e em oficinas (FONSECA, 2015).

A tese de Guilherme assume os riscos e apresenta as estratégias utilizadas para “transcender a perspectiva do ativista-pesquisador para interpretar as experiências dos demais participantes da rádio e dos seus aliados à distância a partir de suas próprias premissas” (FIGUEIREDO, 2015a, p. 20). Começa com uma autobiografia etnográfica, onde remonta desde os idealismos do professor recém-chegado de Campinas que realizava atividades de comunicação livre com jovens (na maioria seus alunos e parceiros em projetos de pesquisa e extensão) até a maturidade da autocrítica do lugar de ativista, analisando o risco de se entender como “especialista da transformação” (p. 42). Guilherme realiza uma cuidadosa análise do duplo lugar de pesquisador e protagonista de seu objeto.

Obviamente, por espelhamento, eram muitas de minhas próprias inquietações que lia ali. E que respingavam em nossa própria relação. Como iremos tratar no item 3.3.2 deste trabalho, persiste a cisão entre o movimento de rádios livres e comunitárias calcada em diferenças de princípios, mas mais (como comprovaria nas entrevistas dos próximos dias e na visita à Rádio Muda) por desconhecimento mútuo. Para além do pesquisador, Guilherme me via como militante do movimento de rádios comunitárias; da minha parte, antecipadamente,

me protegia do rótulo de legalista e reformista com que normalmente o pessoal das livres nos tratam os ativistas das rádios comunitárias.

Depois do almoço, vou com ele e a esposa para a Praia do Amor. Uma voadeira sobe o Solimões para nos levar a uma praia que não deixa nada a desejar para as melhores do Nordeste: areia branca e fina, árvores baixas, água quente e limpa. Nossa conversa gira em torno do tema que



imediatamente nos aproxima. Fico surpreso ao saber que a questão da autenticidade (cf 3.4) também é cara às livres. Peço a ele sua definição espontânea de rádio livre. Ele explicita seguir uma linha historiográfica, não normativa e, ainda que receoso pela impossibilidade de elaboração, arrisca trazer elementos que considera centrais: ser “pobre”, no sentido tecnológico (uso mínimo de equipamentos, utilizando o que há na comunidade); pouca institucionalidade; autogestão. Na entrevista, Guilherme faria uma interessante retomada da história das rádios livres até chegar ao termo *comunitária*, mas ressalto aqui uma diferenciação sua que parece sintetizar seu pensamento: “[entendo] rádio como um ponto de conexões, de encontros e de formação de redes... a imagem do diálogo, da dialogicidade é, para mim, muito mais expressiva do que é uma rádio livre do que a palavra *comunitária*, como se fosse um grupo que já está formado e que está querendo se expressar”: em uma palavra, ele descreve rádio livre “como um catalisador de encontro entre os diferentes” (FIGUEIREDO, 2015b). Já Serginho apostaria numa definição filosófica: “a questão de ser livre é porque a gente projeta na nossa mente as coisas boas que podem acontecer. E transformar isso em realidade é juntar as pessoas e fazer acontecer. (...) [A rádio livre] vincula muitos elementos da natureza que nos diz que a liberdade é muito mais que conversar com as pessoas (FONSECA, 2015).

A ideia para a noite seria entrevistar Guilherme. Acabamos gastando mais tempo do que esperávamos na troca de muitos gigabytes em arquivos sobre rádios livres e comunitárias e na pizza. Além do mais, juntamente com outros bilhões, naquela noite fomos hipnotizados pela espetacular conjunção de dois fenômenos astronômicos que não coincidiam há 33 anos: a superlua e o eclipse total lunar. Tendo em vista a improbabilidade de estar no coração da Amazônia gozando de um céu sem nuvens na sua próxima ocorrência, em 2033, achei razoável deixar a entrevista para o dia seguinte.

Segunda-feira, 28 de setembro de 2015: o fim é o meio

O caráter nômade e sazonal da Xibé impediu que pudesse ver a rádio “em ação”: apenas pude conhecê-la através dos relatos de quem a faz e também a partir de vídeos que me foram disponibilizados. Um deles mostra a rádio chegando à comunidade de Barreira de Cima: muito à vontade, os oficinairos preparam os equipamentos sob muitos olhares curiosos, crianças em sua maioria; depois de algumas falas iniciais de apresentação, vão convidando à participação, inicialmente tímida, com um ou outro mais desinibido se divertindo com o microfone. A coisa segue sem qualquer roteiro e me lembro de certo incômodo pela aparente falta de propósito claro das oficinas: “pegar o microfone e falar por falar?”, escreveria em meu diário de campo. Agora, sob a decantação do tempo e da reflexão, pondero que o fazer comunicação para as livres parece ser menos meio que fim: tal “falta de propósito” parece, enfim, ser o propósito. Particularmente significativa seria a afirmação de Guilherme que, após sua experiência *in loco* com o zapatismo, em sua pesquisa de mestrado, ele deslocaria a importância da *participação* para a *comunicação* como foco para a transformação social: “é na comunicação que a gente pode realmente construir essa participação. E a comunicação é muito mais que a estrutura de uma organização.” (FIGUEIREDO, 2015b).

A primeira entrevista do dia seria com Gleison Martins, 30 anos, militante do movimento indígena da etnia Kokama. Iniciou no movimento a partir de uma oficina de minitransmissores, em 2010, promovida pela Xibé em parceria com a UEA, quando lá funcionava. Dali surgiram articulações que culminariam na criação da Voz da Ilha – com um transmissor vindo da Rádio Livre Amnésia, de Pernambuco (inclusive, para Serginho, “uma coisa que as rádios livres nunca vão perder é a solidariedade de material”). A Voz passou a ser o foco de atuação de Gleison e atualmente funciona no bairro Abial, na casa de um dos participantes. Esse bairro deixa de ser “parte da cidade por seis meses no ano [por conta da cheia]” e tem muitos problemas de infraestrutura, me contaria Serginho (FONSECA, 2015). A distância da Xibé, os gastos com transporte e a singularidade de reivindicações gradativamente levaram a criação de uma outra emissora. Hoje, a energia de Gleison está concentrada em articular o movimento de mídia independente em São Félix de Xingu (PA). Lá, além de trabalhar com rádio, facilitará processos de videodocumentário. A naturalidade

em transar múltiplas mídias caracteriza muitos dos coletivos de rádio livre. Eles editam, por exemplo, um impresso, o informativo *Voz da Ilha* (MARTINS, 2015).

Gleison diz que está sempre na estrada e, no momento, apenas espera uma verba do Ministério da Cultura para iniciar mais um processo de formação: “Pra mim não é sacrifício tudo o que eu faço, não. Não é hobby também, é algo que eu me sinto bem em fazer” (MARTINS, 2015). Guilherme também não sente sacrificando seus projetos pessoais em favor da militância: “é um projeto pessoal”, em que ele procura fazer um “quadriângulo amoroso” entre família/amores, professor/pesquisador e ativista (FIGUEIREDO, 2015).

Gleison explica que no coletivo da *Xibé e Voz da Ilha* há os que preferem fazer rádio e os que se interessam mais nas oficinas. Essas acontecem normalmente em fins de semana, durando três dias, a partir de demandas (normalmente de professores e caciques). Pelo menos, dez foram realizadas. Cada oficina dá conta da técnica e do conteúdo, principalmente radiofônico, mas também impressos e postagem em sites e blogs, na perspectiva do que nomeia “minijornalismo”, voltado para a “liberdade de imprensa, de denunciar, de postar, de trabalhar em prol da comunidade”. Falando sobre a *Voz da Ilha*, ele conta que seu processo decisório gira em torno das reuniões do coletivo: quando há um dissenso, tenta-se conciliar as diferentes opiniões. Quando questionado sobre o público alvo, sua resposta é ampla a ponto de abarcar uma heterogeneidade que “vai desde o estudante do ensino fundamental até o senhor de idade, vai do camarada que gosta de ouvir um rap até o brega, desde sertanejo de raiz até Waldick Soriano”, mas mantendo o princípio de não veicular música “de conteúdo pornográfico e de duplo sentido” (MARTINS, 2015).

Entrando na questão dos princípios da rádio livre, em sua opinião, o que diferencia livres e comunitárias é “a questão da gestão: enquanto somos de forma coletiva, a rádio comunitária necessita fazer uma reunião de gestores para tomar decisões, que nem sempre é voltada para aquilo que precisa ser feito”. De todo modo, ele acredita que elas se complementam e chega a dizer: “querendo ou não, a rádio livre é uma rádio comunitária, só que sem outorga e sem gestor”. Então, pergunto: por que não uma outorga? “Porque a gente acha que fazer rádio livre é mais legal (risos). A gente não vai precisar de um presidente, de um superintendente, de um isso de um aquilo outro, não” (MARTINS, 2015). Em nossa conversa, Serginho rechaçaria a solução legal por ser aprisionadora “de pessoas com salário, de equipamentos para manter e renovar licença, de filosofia por não pensar no contexto das pessoas e só no contexto político da coisa (...) não é uma rádio humanizada, mas voltada para fins político-financeiros.” Para ele, as comunitárias com licença “têm compromisso com

Brasília” se referindo ao apadrinhamento político. A liberdade total só seria possível com a rádio livre, porque ela “quebra a estrutura do governo (...) a gente não quer ser um sustentáculo do que é o poder hoje na questão das telecomunicações”. Sua crítica se dirige até à programação pré-definida da comunitária, enquanto, em contrapartida, a livre se comportaria “de acordo com a necessidade da comunidade (...) é um núcleo de conhecimento livre e consciente dos que as pessoas são e do que as pessoas podem ser”: a rádio comunitária “sempre vai ser assistencialista, vai trazer pessoas para entrevistar para falar a verdade do que tem que ser seguido” (FONSECA, 2015).

Ainda que livre, a Voz da Ilha está vinculada à Associação Cultura Cabocla, juridicamente estabelecida, ainda que sem sede própria. É o modo que encontraram para conseguir recursos ou quando lhes solicitam alguma institucionalidade. Gleison fala da necessidade de uma estabilidade na Voz da Ilha, principalmente deixar de ser itinerante. Não abrem mão de continuarem livres, mas pretendem se associar a alguma entidade de rádios comunitárias, pois “quando o negócio pegar, como vai ser? (...) Nós queremos ser ilegais, para sempre, mas temos que ter amparo de alguém, ter uma cobertura de algo”. Essa não seria a opinião de Guilherme quanto à Xibé: sua resposta à pergunta se eram associados a alguma entidade do movimento de rádios comunitárias (cf. Anexo B, pergunta 9) seria “não, não acho importante”. Tendo recentemente se associado individualmente à AMARC Brasil, ele afirma: “eu to entrando na AMARC para criar rádios comunitárias e não para transformar a Xibé numa comunitária. A Xibé tá muito bem desse jeito” (FIGUEIREDO, 2015b). Além disso, Guilherme afirma nunca ter defendido o “discurso de ‘quero ser ilegal’, eu acho meio ridículo isso. Eu sou zapatista”, convocando a tendência do zapatismo de sempre explorar a lei e a história mexicana para buscar legitimidade, ainda que não abra mão de denunciar um “sistema de concessão que é corrupto”: “Me incomoda com o discurso de que rádio livre é antiestado, antipoder, para mim é um discurso vazio. O meu discurso é autonomista e a Constituição Brasileira já garante isso”. Em nossa conversa, Guilherme comentou da intenção de um promissor “movimento de movimentos” presente na cidade em solicitar uma concessão para o que seria a comunitária Rádio Acorda Tefé, para dar conta de pautas mais amplas: “no caso da rádio comunitária com concessão, já que é só uma com concessão, é importante que seja mais representativa possível”. Ele reivindica que esse não seria, por exemplo, o papel da Xibé cujo objetivo “é estimular que cada grupo tenha a sua própria rádio” (FIGUEIREDO, 2015b).

Gleison afirma ter sido sondado recentemente pelo PT e PSOL para eventuais candidaturas, mas sua recusa foi imediata, por princípios: ele se define como “apolítico”, ainda que não se entenda como “anárquico” (MARTINS, 2015). Também Serginho afirma não acreditar “que os partidos políticos possam mudar a sociedade”. Sem citar o anarquismo, ele acredita que um país sem lei é aquele “onde as pessoas vivem e respeitam as outras pessoas sem precisar de uma máquina proibitiva dizendo que você será punido” (FONSECA, 2015). Em nossa conversa, Guilherme fez questão de afirmar que não se considera anarquista, acrescentando, inclusive, que “no campo libertário, é uma minoria que se considera anarquista, ‘de carteirinha’”: de acordo com ele, não é comum o termo aparecer nas reuniões da Xibé e Voz. Ele acredita que, até como resposta ao neoliberalismo, foram surgindo diversas ideologias afeitas às ideias ditas anarquistas e destaca a influência das CEBs, que já “trabalhavam a horizontalidade, o consenso (...) e a dialogicidade”. Se tivesse que escolher um “ismo”, seria zapatismo e autonomismo, termo muito acionado nas lutas anticapitalista de início de milênio: “a gente precisa ter outras referências de luta e história para aprender que não apenas a europeia”, para além do socialismo e anarquismo, por exemplo (FIGUEIREDO, 2015b).

Depois do almoço, me dirigi à sede local da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para conversar com Silvio Almeida Bastos, 49 anos, um dos colaboradores da Xibé. Como chefe substituto, ele tem a função de fiscalizar comunidades indígenas demarcadas e realizar assistência social de sete municípios do Médio Solimões. O primeiro contato com o movimento foi via Guilherme, enquanto seu professor no curso de Letras, em 2006. Na época, Sílvio estava presidente da Associação da comunidade indígena Barreira da Missão, da etnia Tikuna e convidou Guilherme, Serginho e mais alguns militantes para uma visita, antes mesmo da primeira transmissão da Xibé. Seis meses depois, eles levaram o transmissor para a comunidade. Dentro da metodologia do coletivo, os militantes falam um pouco sobre o movimento, dão as instruções básicas, mas rapidamente se afastavam fisicamente dos equipamentos e os deixam para livre uso e expressão das pessoas. Guilherme conta que a rádio ficou lá por 4 meses: nesse tempo “o coletivo da Xibé era formado por jovens daquela aldeia. Não era a gente, nós não éramos da Xibé nesses 4 meses, eles eram” (FIGUEIREDO, 2015b). Silvio conta que ficou um grande desejo de ter uma rádio na comunidade, ainda não concretizado. Pergunto se com ou sem concessão: “se tiver como pedir licença do Ministério das Comunicações, ainda eu acho melhor, porque não há perseguição”. Na semana dos povos indígenas, de 2008 a 2013, o transmissor foi levado às comunidades. Mas ele conta que o

movimento está um pouco parado. Para ele, a importância do rádio para a questão indígena está no idioma: “muitos já não falam mais na sua língua, está perdendo a sua língua nativa e a cultura tá se acabando” (BASTOS, 2015).

Depois peguei um mototáxi que cruzou toda a cidade até o Colégio Nazira. É ali que acontece mais uma das atividades da Xibé, a oficina de minitransmissores, encabeçada por Suelen de Souza Correia, 25 anos. Graduanda em Física pela UEA, ela assistiu, em 2014, um trabalho de conclusão de curso sobre



transmissores, ficou interessada sobre o tema e foi colocada em contato com Guilherme. Em seguida, Serginho a ensinou o ofício e rapidamente foi articulada uma primeira oficina numa igreja com adolescentes e jovens. Ela fala da expressão dos rostos dos participantes: “ficaram fascinados, eles se sentiram cientistas”. Desde junho de 2015, o projeto está no colégio, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e a intenção é expandir para mais uma escola. Os alunos são preparados para se tornarem multiplicadores do curso. Por conta de a “verba sempre chegar atrasada”, Guilherme, a coordenadora da escola e ela mesma adiantaram os recursos para a compra dos equipamentos e dos componentes para a construção dos minitransmissores (CORREIA, 2015).

Dali, outro mototáxi iria me levar para a casa do Guilherme, a última parada do dia. Como teríamos mais uma oportunidade, decidimos “quebrar” a entrevista em dois momentos, naquele reservado para o preenchimento do questionário quantitativo da presente pesquisa. Guilherme deslocou muitas respostas para outras perspectivas, ao mesmo tempo demonstrando certa limitação do questionário (mais pensado para rádios comunitárias tradicionais) e dando pistas do modo de pensar e agir das livres. Por exemplo, a pergunta sobre redes (cf. Anexo B, pergunta 2) o remete à própria natureza em rede das rádios livres, que ele pondera se tratar de “uma rede horizontal, sem cabeça de rede”. A Xibé desde o início participou de redes, como o CMI (Brasil e Mundial), Flor da Palavra e do Rizoma de Rádios Livres, esse último um portal da internet que “oferece para as rádios livres site e espaço em servidor para fazer transmissão de streaming”, transformando-se, por excelência, no portal das rádios livres brasileiras (FIGUEIREDO, 2015b). Para Serginho, o Rizoma é importante porque é o meio para se “dizer que é diferente e do jeito que a gente vive aqui” (FONSECA, 2015). Guilherme conta de eventos de transmissão em rede de caráter “meio

caótico”: já que os streamings estão concentrados num só portal, não foram raros casos de retransmissão incidental. O próprio nome da emissora veio de um episódio desse tipo: na época da ainda “Rádio livre de Tefé”, enquanto retransmitiam um programa de radioarte da Muda e sobrepunham a ele suas falas, Serginho perguntou: “Mas que é isso? Um monte de sons misturados e vozes?!”, ao que Guilherme teria nominado *esquizofonia* ou jazz radiofônico (“naquela época eu falava como *mudeiro* [nome dado aos participantes da Rádio Muda]”, conta ele). Compreendendo do seu modo, Serginho sentenciou “Ah! Isso é xibé”, se referindo ao prato típico amazônico que mistura farinha com qualquer comida que se tenha a mão (FIGUEIREDO, 2015b).

Também a pergunta sobre a articulação que gerou a Xibé (cf. Anexo B, pergunta 5) provoca uma resposta no sentido de “uma confluência de movimentos”, envolvendo ativistas de rádios livres e comunitárias, punks, ambientalistas, universidade, skatistas, rockeiros, ainda que me parece claro ser o próprio Guilherme o estopim desse processo. As três perguntas seguintes (cf. Anexo B, perguntas 6 a 8) se referem a “diretores” da rádio, algo estranho às livres. Ele inclusive estabelece que “no coletivo de rádios livres os indivíduos têm muita liberdade para fazer o que querem, mas que eles não digam que são representantes por aí: que cada um fale por si!” (FIGUEIREDO, 2015b). Igualmente a pergunta seguinte (cf. Anexo B, pergunta 9), sobre forma de participação da comunidade, não previmos a possibilidade de uma rádio itinerante: assim, a forma como a comunidade participa da Xibé é principalmente “aprendendo como faz a instalação, a operar os equipamentos e os operando quando ela está instalada”. Por fim, de acordo com Guilherme, o orçamento mensal da emissora é “zero (risos)”, sendo as doações voluntárias a principal forma de entrada de recursos, principalmente no início, quanto aos equipamentos básicos para a rádio itinerante. Já sua opinião quanto ao financiamento das comunitárias, ele defende “a variedade de estratégias”, ainda que apresente reservas à publicidade comercial:

se as ondas eletromagnéticas estão transmitindo propaganda, ou seja, estão gerando crescimento do capitalismo tanto do consumo quanto da produção, isso significa que está havendo menos espaço para as pessoas contarem histórias, se comunicarem no sentido de se conhecerem melhor, de construírem relações de solidariedade ou de conflito. Quando você substitui a comunicação humana por relações de compra e venda você atrofia a humanidade das pessoas (FIGUEIREDO, 2015b).

Mesmo que coubesse como réplica o chavão “mas não há almoço grátis”, sua tangente seria apostar em “estratégias de sobrevivência e autossuficiência” via novas tecnologias: ele conta de uma oficina em que “todas as músicas tocaram direto do celular das crianças que estavam participando do curso” (FIGUEIREDO, 2015b).

Enfim, tais tangentes apontaram importantes novos caminhos para a presente pesquisa e, antes de tudo, sobre suas próprias limitações.

Terça-feira, 29 de setembro de 2015: tecedura de palavras

No meio de uma manhã que já começara quente, vem ao meu encontro Sérgio Luiz de Souza Fonseca, 33 anos, ou Serginho, um dos pioneiros da Xibé, ainda que hoje esteja mais dedicado à Voz da Ilha. Ele conta que os cinco filhos vieram ao longo e são também motivo de sua militância. A equação ativismo & família só recentemente foi harmonizada: viagens, ausências, tempo, ciúmes e prioridades foram sendo ajustadas com diálogo e compreensão. A entrada na universidade parece ter sido um divisor de águas em sua vida e o interesse viera desde a participação em oficinas e seminários sobre democratização midiática. Também foi a partir delas que ele e outros participantes formaram o coletivo que iria gerar a Xibé, em 2004: de acordo com Guilherme, muitos tomam esse como o ano de nascimento da rádio. Inspirado pelo CMI-Brasil, o coletivo começou com um informativo, e, com a ajuda do Instituto Mamirauá³³ e com recursos próprios, acabaram conseguindo todo o equipamento necessário para iniciar as transmissões radiofônicas em 2006.

A Xibé se estabelece dentro do campus da UEA com transmissão diária, mais ou menos continuada, sem muita organização na grade de programação. Serginho conta que sempre houve o desejo de sair da universidade, principalmente quando se percebeu um interesse da instituição em “monopolizar o rádio (...) para ficar como um acessório de atividades da própria universidade”. Guilherme me contaria que o CMI é bastante antiacademia e fazem “crítica dura de que as rádios livres têm que sair das universidades, que é um espaço muito elitista” (FIGUEIREDO, 2015b). Além disso, com a audiência crescendo (“a Xibé era o lado B do que era a [rádio] comercial”, sentencia Serginho), apareceram investidas tanto de igreja evangélica quanto de rádio comercial interessadas em espaços exclusivos (FONSECA, 2015). A tentativa de fechamento aconteceria ainda em 2006, somente com a Anatel, sem agentes da Polícia Federal ou mandado de busca e apreensão, aparentemente a partir de denúncias da rádio comercial local. Guilherme, que naquele

³³ Criado em 1999, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é uma OS (Organização Social) fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) atuando através de programas de pesquisa, manejo e assessoria técnica. Em programas de Gestão Comunitária e outros, o Instituto já realizou diversas atividades de Comunicação Comunitária. Buscamos contato com um dos seus colaboradores que replicou ser necessária autorização para falar em nome do Instituto. Ainda que a tivéssemos solicitado, não obtivemos resposta.

momento estava em Campinas, recebeu a ligação da diretora da UEA informando que teria de dar o nome dele como responsável pela Xibé. A partir da orientação de um advogado que assegurara que “sem transmissor, não há flagrante” (FIGUEIREDO, 2015b), Guilherme ficou em diálogo com Serginho, que aproveitou a saída dos agentes para o almoço para fugir com os equipamentos. Para Serginho, o comportamento da direção foi “traíração”. A estratégia segura, coletivamente decidida, foi partir para a itinerância: “fazemos a experimentação como um exemplo real do que a gente fala. E essas atividades podem durar vários dias, podem durar meses, podem durar o tempo que for necessário ou que a comunidade pedir para que seja”. Acerca da itinerância, Serginho opina quanto à interna, “no geral, quem participa dos coletivos são as pessoas que tem uma luta para travar”: estudantes, ativistas dos direitos dos animais, punks, artesãos... o que acaba gerando “um entra e sai de pessoas” na rádio (FONSECA, 2015). Diferentemente do que ouvira nas rádios comunitárias, a justificativa para a rotatividade de pessoal não cairia na volatilidade do voluntarismo, mas no esgotamento da demanda que levava à participação.

Nossa conversa durou mais de duas horas e meia. Os sonhos libertários e o desejo de transformação transpareciam em cada resposta. Serginho é uma figura algo conhecida no mundo das livres, tendo participado de vários encontros em todo o Brasil. Num dado momento ele me conta dos preconceitos – ainda que aparentemente nada mal-intencionados – que sofrera relativos ao estereótipo nortista: “me viam ‘puro’... eu não sou puro, faço parte de toda uma transformação e movendo pessoas dentro de todo um movimento”. Mas foi interessante notar, no jogo da alteridade, o modo como também mistificara o seu outro: “pra gente, lá [Sudeste] tudo é morto: as pessoas tão morrendo, a natureza já morreu, o rio que tinha lá, Tietê, não é rio” (FONSECA, 2015).

Ele é uma espécie de suporte técnico tanto da Xibé quanto da Voz, tendo estado à frente de um programa de rádio somente uma vez: “gosta mais de manter [a coisa] funcionando”. Ainda que tenha feito informática básica e goste de eletrônica, foi o autodidatismo a principal fonte de seus conhecimentos. Com mais três, chegaram a formar o “Coletivo tec”, “pessoas da área da informática que estudavam formas de democratizar as tecnologias para os tefeenses”. Ainda que ele continue militando pelo software livre, a iniciativa não vingou porque alguns quiseram “capitalizar o conhecimento” e ganhar dinheiro com o coletivo. Em vários momentos da entrevista, Serginho critica a monetarização total: “O engraçado é que acreditam na doação, mas não acreditam na troca. É difícil mostrar que ainda existe isso” e dá vários exemplos de permutas comunitárias locais: jacaré por peixes,

empréstimo de mosqueteiros, oferta de serviços: “é uma coisa que a gente tem entre a gente que não é a dependência capitalista através do dinheiro, mas a dependência dos recursos pelos recursos.” A seu ver, “o mundo do conhecimento é todo capitalizado”. Nesse sentido, ele também discute a privatização do espectro “colocado como um produto de compra e quebrar isso, um ambiente que é acessível a todos” (FONSECA, 2015). Por sua vez, Guilherme traz o conceito de *espectro livre*, que “não é internet, não é rádio, é o que a gente quiser, um curinga, a possibilidade de criar novas tecnologias” (FIGUEIREDO, 2015b), a partir desse bem considerado comum por muitos.

Quando questionado sobre qual seria o horizonte para a Xibé e a Voz, Serginho deseja que “sejam escutadas em todo o Amazonas, um objetivo a curto prazo. Em longo prazo, que sejam rádios internacionais.” Nesse sentido, ainda que valorize o Rizoma estar na internet, ele “sente falta de qualquer um ter a oportunidade de ligar seu rádio e ligar numa sintonia não governamental, comunitária e sem concessão”, principalmente para tratar da “questão da demarcação de terras indígenas, do desmatamento da floresta por fazendeiros, comercialização de madeira, a biopirataria”, entre outras denúncias caras a Amazônia (FONSECA, 2015). Numa perspectiva mais minimalista, Guilherme almeja “ter uma rádio em cada comunidade (risos)” (FIGUEIREDO, 2015b).

O calor era uma presença invisível totalizante. Dona Fátima, do restaurante a quilo, confirmara que meu desconforto não era estrangeiridade: “até eu, nascida e criada aqui estou estranhando esse calor!”. Me arrastei de volta para o ar-condicionado do hotel para preparar a apresentação da minha pesquisa e um panorama das rádios comunitárias brasileiras, que daria a noite, para uma das turmas universitárias do Guilherme na UEA. Em seguida, realizaria com ele a segunda parte da entrevista.

Guilherme estabelece que o direito pelo qual nasce a Xibé é o à liberdade de expressão, como “necessário para se lutar por todos os outros direitos. Então, com o passar do tempo, os participantes do coletivo foram, cada vez mais, se envolvendo cada um com diferentes lutas”, como movimento estudantil, luta indígena e feminismo. No começo mantinham uma política editorial “praticamente imitando a do CMI”, proibindo homofobia, machismo, racismo ou qualquer forma de opressão. Mas depois não sentiram mais necessidade porque “esse filtro vai acontecendo naturalmente”. Sobre o sistema decisório da Xibé, no começo, seguiam a proposta tradicional das livres com “reuniões do coletivo e decisões por consenso”. Guilherme defende que isso significa não querer “vencer, mas tecer laços entre os diferentes” ou realizar “uma tecedura de palavras”: de acordo com o

zapatismo, “a palavra verdadeira é a que vem do coração. Então, o consenso é a tecedura das várias palavras verdadeiras, é o enlace dos corações entre si”. Hoje as reuniões são mais informais e procuram coincidir com eventos afins. Por exemplo, por um tempo foi depois do “Juventude em ação”, um programa livre em que o coletivo ocupava espaço na programação da Rádio Educação Rural de Tefé (FIGUEIREDO, 2015b). Serginho me contaria que houve muito abertura por parte dessa emissora e que chegaram a retransmitir na FM livre a programação da AM: “pelo fato de ela ter um vínculo religioso até favorece de ter esse aspecto mais acolhedor” (FONSECA, 2015). A principal forma de chamamento e organização das reuniões é por uma lista de WhatsApp (por esse funcionar bem mesmo com internet ruim) e lista de email, cujos endereços, em sua maioria, são não corporativos e de servidores seguros. Ecoando uma preocupação comum aos demais militantes das livres, certas informações não são veiculadas pelo WhatsApp, por serem acumuladas “em bancos de dados que podem ser usadas contra a gente no futuro”. Do mesmo modo, ainda que tenham fanpage no Facebook, ela é usada somente para circular informação da própria rede social: eventos e informações sobre a Xibé são veiculados em seu site. O caso da Muda demonstra que tais preocupações são cabíveis (cf. 1.1.10). Guilherme conta da intenção de implementarem um *Piratebox*, uma espécie de intranet que permite conectar vários computadores sem estarem ligados à web (FIGUEIREDO, 2015b).

Ainda que afirme que “nunca botou os pés numa rádio comunitária com ou sem concessão”, ele acredita que o termo *rádio comunitária* virou “saco de gato, da mesma forma que *rádio livre* nos anos 90” e desconfia que haja muitas experiências positivas que são pouco conhecidas e pesquisadas “porque não está ligado a certos movimentos de esquerda”. De todo modo, ele se opõe a qualquer tipo de essencialismo: “eu sou contra essa busca da pureza, das rádios livres puras, das rádios comunitárias puras, porque acaba sendo algo muito autoritário, muito paternalista: quem pode dizer o que é uma rádio pura? Quem vai impor essa rádio a quem?”. Ainda dentro da questão terminológica, pergunto se *mídia livre* seria um guarda-chuva adequado: “quando eu quero falar todas as mídias populares, comunitárias e livres eu falo *alternativas*”, para ele seria um termo “mais neutro”. De todo modo, ele acha “autoritário e ineficaz politicamente [impor um termo comum] (...) precisa ser uma identidade onde caibam muitas identidades, senão vira uma coisa narcisista e cega para o que está fora daquilo” (FIGUEIREDO, 2015b).

Comento de uma crítica comum nas rádios comunitárias às livres sobre uma pretensa tendência a falarem mais entre si mesmas: enquanto as comunitárias teriam como foco a

comunidade, as livres se voltariam para as outras livres. Sua contestação se vale do próprio exemplo da Xibé, que é levada “para aldeias, para escolas, para comunidades”, e também da Muda, que aproveitava “viagens de graça para congressos estudantis” ou para o Fórum Social Mundial para promover oficinas e instalar a rádio. E comenta ter tido conhecimento de experiência de rádio livre na Febem (atual Fundação CASA), em assentamento do MST, em bairros urbanos. Para ele, o caráter mais anárquico implicaria em menos sistematização das experiências. Para mim, ficava claro que a importância estava mais na tecedura de palavras do que nas palavras.

Quarta-feira, 29 de setembro de 2015: o que a comunicação desperta

Se o assunto era liberdade de expressão, um dos seus limites se divisava lá fora: um senhor de meia idade, de terno em pleno verão amazônico, amplificava em duas caixas de som sua pregação religiosa: só mesmo a chuva torrencial que cairia logo depois seria capaz de calá-lo. Foi esse o pano de fundo sonoro da minha última entrevista, com o índio Miranha, xamã da aldeia Ebenezé, Jonas Duarte da Cruz, 24 anos. Ele começou na Xibé, em 2012, a convite do Guilherme e elogia a abertura com que foi recebido, comparando com o preconceito sofrido na cidade, em geral, e, em particular, na FM comercial local “que não aceita o índio colocar a boca no trombone e falar o que quiser”, estando mais preocupados em “comercial e política”. Para ele a importância de rádios em comunidades indígenas está precisamente na comunicação: “a Xibé me fez mostrar o meu viver”. Se tivesse que escolher entre uma rádio com ou sem outorga para sua comunidade indígena, ele optaria pela livre por não ser “uma rádio de um só, que tem um dono. [A livre] é uma rádio que todo mundo pode dar sua opinião, pode falar o que quiser”. Aproveito para perguntar como diferencia livres das comunitárias: “na rádio comunitária só algumas pessoas podem falar e na rádio livre todas podem falar”. Suas ambições para a Xibé é que dialogue cada vez mais com o interior e não se concentre tanto na cidade (CRUZ, 2015).

Antes que Guilherme e Eliane passassem no hotel para gentilmente me levar para o aeroporto, tive tempo de passear pelo mercado beira-rio da cidade, em meio ao molhado quente pós-chuva, com as cores, cheiros e sabores amazônicos. Depois, enquanto o avião sobrevoava nossa Veneza brasileira, lembrei-me daquela desconfiança inicial: não, não é a UEA ou qualquer outra instituição que dá retaguarda à Xibé. Nem mesmo o empenho, carisma e inegável protagonismo articulador do Guilherme são seu principal esteio. A Xibé

mobiliza e fascina muita gente, contagia e ramifica muitas ações: e ainda que tenha um terreno comum reivindicatório, no fim das contas, o que a sustenta é o fascínio que, ainda hoje, o rádio desperta, ou melhor, o que a própria comunicação é capaz de despertar.

1.1.8 O caso da Rádio Comunitária Utopia FM – Planaltina (DF)

Domingo, 18 de outubro de 2015: “politizada, mas não partidária”

Um dos riscos previstos e assumidos desta pesquisa estava relacionado à escolha metodológica de definir as rádios a partir de indicações: por tautologia, as recomendações poderiam indicar mais a capacidade de exposição



de uma rádio do que dizer sobre seus atributos. Por seu imbróglgio com a ABRAÇO³⁴, pela força do nome e proximidade com Brasília, já tinha ouvido falar muito da Utopia FM, inclusive usado alguns de seus ótimos materiais radiofônicos como exemplos em aulas de radiojornalismo e oficinas de rádio comunitária. Certo de que verniz nenhum é capaz de por si só sustentar madeira oca, incluí a Utopia na pesquisa qualitativa.

Talvez tão conhecida quanto a rádio seja o seu principal idealizador, o Batista, famoso no meio por suas posturas ideológicas fortes. Leyberson Pedrosa, 31 anos, militante e professor, foi um dos que indicaram a emissora de Planaltina (cf. Anexo A). Ele havia me alertado que Batista está afastado da rádio há pelos menos dois anos e passou o novo principal contato, Leônio Matos Gomes, 40 anos. A confirmação demorou a chegar. Por fim, aproveitei uma agenda do conselho da AMARC Brasil com o MiniCom e combinei a visita à Utopia para o início no meio da tarde de um domingo.

Fiquei hospedado em Brasília. Fora advertido da baixa frequência do transporte público, principalmente nos fins de semana. Depois de um bom tempo de espera na

³⁴ A Utopia entrou com uma ação indenizatória por danos morais contra a Agência Abraço em 2011. Tal agência firmara um contrato com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC para gerenciar a produção de conteúdo de 10 rádios comunitárias de Brasília e entorno que alimentaria o programa “Cidade 980” da Rádio Nacional AM de Brasília. Sem que houvesse previsão no convênio com a EBC, a Agência Abraço cobrava 20% dos mil reais mensais que cada qual emissora recebia. Contrária a “taxa de gestão” solicitada ilegalmente pela Agência, a Utopia denunciou o caso à EBC (que rompeu o contrato com a Agência) e pediu indenização por danos morais e lucros cessantes, que foi deferido pela Vara Cível do Paranoá, sob Processo 2011.08.1.002395-7. Informações disponíveis em <http://tjdf19.tjdf.jus.br/cgi-bin/tjcgil?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml34&ORIGEM=INTER&CIRCUN=8&SEQAND=65&CDNUPROC=20110810023957>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

Rodoviária do Plano Piloto, decidi aceitar a oferta de uma van pirata (ilegalidade nessa pesquisa já demonstrou ser área de maior risco, sem necessariamente significar menor eficiência ou legitimidade). No caminho, carros, carros por todos os lados: uma cidade planejada dentro do paradigma de sua época: hoje seria impensável a planificação da capital do país com tal violação ao contemporâneo e em voga direito à cidade. Uma vez em Planaltina, foi somente por meio de mais um transporte pirata que conseguiria chegar à nova localização da Utopia FM: um portal em sua entrada, ostentando as imagens do sol e da lua crescente, nomeava num grande letreiro: “Vale do Amanhecer”.

Ao final da rua principal encontrei uma grande área religiosa com diversas edificações, imagens místicas, incluindo uma enorme figura de Jesus, de cerca de oito metros de altura. O Vale do Amanhecer existe desde 1969, mas tudo começou dez anos antes quando Tia Neiva teria tido visões de um mundo espiritual que a levaram a fundar uma comunidade na Serra do Ouro (GO). Em seguida, foram para Taguatinga, para depois se estabelecerem na região atual, que era antes uma grande fazenda. Até a década de 1990, a região era habitada somente por religiosos, mas, com o inchaço de Brasília, a especulação imobiliária empurrou também leigos para ali. Tal ordem religiosa é classificada como espiritualista cristã. Leônio informa que não há qualquer interesse deles em ter um programa na rádio, sendo, na verdade, adversos a divulgação midiática da doutrina. Enquanto buscava a rádio, me deparei com duas senhoras ricamente adornadas, cujas roupas lembravam fantasias de carnaval. Leônio me explicaria que representam figuras históricas emblemáticas de nossas vidas passadas (GOMES, 2015). Veria muitos delas naqueles dias, algumas vezes rezando em roda. Sabia que a sede da rádio se encontrava à direita do templo, mas mesmo antes que me orientasse pela sua antena, Leônio vem ao meu encontro, facilmente identificável pela camiseta da rádio e o largo sorriso no rosto.

Por falta de recursos financeiros a rádio se mudou recentemente da região central de Planaltina para ali, depois da oferta de Antônio Pimentel, coordenador da ONG Projeto Integrado Meninos do Vale (PIMEV), que, desde 2013, distribui cestas básicas e oferece aulas de línguas, reforço escolar, artes marciais, ginástica para a terceira idade e artesanato, tudo gratuitamente para comunidade. Assim como



Leônio, Pimentel é seguidor da doutrina de Tia Neiva. Foi numa pequena sala cedida sem custos que Leônio e os demais voluntários ajeitaram os equipamentos, mobiliário e acervo da Utopia. Ali encontro Cleyton Santos Ferreira e Eduardo Portela Alves, ambos com 19 anos de idade. As paredes estão decoradas com banners dos diversos projetos que a Utopia protagonizou ou participou, muitos deles em parceria com a Universidade de Brasília – UnB. Posteriormente, Leônio me diria que “no início a UnB quase encapa a gente”. Houve reclamações por projetos que eram de fato encabeçados pela Utopia em parceria com a UnB, mas apresentados pela universidade opostamente. Na ausência de ar-condicionado, os ventiladores não dão conta do calor do cerrado, sobrecarregando equipamentos e participantes. Eduardo me contaria que “o computador vive desligando por causa do calor, a mesa de som, de vez em quando, chia, o microfone desliga sozinho” (ALVES, E., 2015).

Resumindo a saga da Utopia, Leônio me conta que, antes da outorga, eles funcionavam no bairro Roriz. Depois mudaram para o bairro Buritis, num espaço alugado do sogro do Batista, que sempre “pagava muito da rádio, muito. Isso era ruim, eu sempre achei isso pesado demais”. Por exemplo, quando o transmissor da rádio queimou, Batista fez empréstimo pessoal no banco para cobrir os R\$ 3.500 necessários para compra do novo equipamento. De acordo com Leônio, “no Buritis é o período em que a gente mais produziu coisas”, com relação a projetos, participação da comunidade e diversidade de programas: para ele um dos motivos era a centralidade da localização. Lá ficaram de 2008 a 2013, mas, depois de quase um ano sem poder pagar o aluguel, o espaço foi pedido e eles, em seguida, conseguiram uma parceria para usar uma sala do Centro de Integração, Esporte e Cultura (CIEC), localizado num bairro mais afastado. Acontece que, depois de uma auditoria malsucedida, o CIEC entrou em crise, obrigando-os a se mudar mais uma vez em meados de 2015 para o local atual: “ou tudo isso [mostrando o mobiliário da rádio] ia estar na minha

garagem”. A ideia é solicitar a atual como a nova e definitiva coordenada geográfica da Utopia por ocasião do pedido de renovação da outorga, em 2016 (GOMES, 2015).

Leônio conta que “quando a gente veio lá do centro de Planaltina, muita gente não veio, por conta da distância”. Realmente, por praticamente todo o tempo dos meus dois dias e meio de visita, a rádio ficou no automático, com um número reduzido ainda que fiel de voluntários. Entre os poucos programas de produção própria que se mantêm ao vivo está o “Quadrinhos”, com Edson Wilson, todas as quartas-feiras, tratando de cartuns brasileiros, japoneses, alemães e franceses, com comentários sobre o processo artístico e, veiculação de músicas relacionadas, sendo o segundo programa mais antigo da rádio. Fica atrás somente do programa “Comunicação Comunitária”, no ar desde 2006: todos os sábados de 10h30 ao meio dia, um ônibus traz estudantes da disciplina de Comunicação Comunitária, ministrada pelo professor Fernando Paulino de Oliveira, da UnB. Também o “Utopia na batida” e o “Parque Sucupira”, com estudantes, além do kardecista “Luzes da manhã”, continuaram ao vivo. Há ainda a intenção de voltar com o “Brasil repórter”, um programa jornalístico idealizado por um colaborador que estava na rádio desde o ensino médio, hoje formado em Comunicação pela UnB (GOMES, 2015).

Leônio começou efetivamente na rádio em 2008. Desde 2014 é professor de história na rede pública do Distrito Federal: ter se tornado servidor público ajudou que a estabilidade financeira o permitisse se dedicar mais à rádio. Ele conta que a Utopia começa em 1996 como rádio livre, com muitos participantes integrantes do PT do Distrito Federal: um dos slogans era “livre e *livradeira*”. (Pelo que pude perceber, o termo “livre” para eles se refere ao fato de não estar com outorga e não, por princípio, não buscar outorga). De acordo com Cleyton, o nome vem dessa época, a partir da luta quase utópica do Batista para “regulamentar a rádio” (FERREIRA, C., 2015). Chegou a ser fechada duas vezes pela Polícia Federal e Anatel: na primeira, em 1999, levaram os equipamentos e, na segunda, em 2006, lacraram a rádio. A outorga definitiva viria naquele mesmo ano com a ajuda do deputado federal Geraldo Magela (PT). Foi também através de uma emenda parlamentar do mesmo deputado que conseguiram o projeto que primeiramente estruturou a rádio, o “Rádio diversidade”. A ideia surgiu numa escola pública, a partir da experiência de uma radiointervalo de alto-falante idealizada por uma professora, que ajudou a desenhar o projeto: levar estudantes da rede do ensino fundamental e médio para a Utopia para fazerem programas na rádio. A iniciativa se pautava na educomunicação com viés ambiental. Leônio conta que o projeto não deu o “retorno do que eles queriam enquanto devolução para o

deputado” e houve um rompimento, liderado pelo Batista, que teria sido acusado de autoritário. Leônio defende tal decisão e pontua que continua a manter os princípios conduzidos desde o ex-diretor: a rádio “é politizada, mas não partidária, não busca o enaltecimento de pessoas, não cultua personalidade e não é religiosa, as pessoas podem apresentar programas religiosos, mas ela não professa uma fé”. Na entrelinha de sua fala percebo que havia controvérsias internas quanto à figura do Batista: “muita gente falava que ele pegou a história, que ele tomou pra si, que não dá crédito”. Leônio não concorda: “o que ele lutou foi para que a rádio tivesse essa autonomia, essa identidade, que a gente não se perdesse no meio do caminho pra estar vendido mais uma vez para partido político, pra igreja ou para personalismos oportunistas”. Pergunto da viabilidade de entrevistá-lo: “Batista comprou uma roça e virou um ermitão agora (risos).” Além de não ter internet, de acordo com Leônio, o “celular só pega quando ele sobe um morro” (GOMES, 2015).

Com a chegada da noite e dada a distância do meu local de estadia e baixa frequência do transporte público, resolvi deixar o restante da conversa para o dia seguinte. Ao sair do Vale, no verso do letreiro do portal de entrada, pude ver a assinatura de Tia Neiva e ao lado “boa sorte”.

Segunda-feira, 19 de outubro de 2015: “a Utopia é uma parte de mim”

É a época mais seca do ano no Planalto Central: a sensação de boa seca é constante, não importa quanta água se beba. O ônibus que peguei logo cedo em direção a Planaltina deu uma longa volta na Esplanada dos Ministérios. Ali, na Alameda dos Estados, ao lado de uma faixa “Fora Dilma, fora PT” pude ler “Fora comunismo”, que me fez pensar o que haveria de comunista num governo que acabara de anunciar tal agressivo ajuste fiscal...

Cerca de uma hora depois, chegaria ao meu destino. Antes, resolvi visitar o espaço religioso do Vale do Amanhecer, sob o olhar observador ainda que não reprovador das pessoas vestidas como personagens correspondentes a vidas passadas: como experimentara em algumas das outras visitas às rádios, senti a força do olhar comunitário sobre o estranho.

Para Leônio, uma das medidas de efetividade do cumprimento da missão da rádio está na quantidade de estudantes que se sentem atraídos pela Utopia por “manter uma programação de diversidade”. Realmente a equipe da rádio é hoje composta, em sua maioria, por jovens, mas “a juventude está mais próxima apresentando que ouvindo”. De todo modo, no geral, ele sente dificuldades para atrair novos participantes, ao que ele credita dois fatores:

a campanha sistemática difamadora que relaciona rádio comunitária à ilegalidade sob o slogan de que “derruba avião”, e; à falta de retorno financeiro. As pessoas que mais participam são de movimentos sociais. Enfim, “a facilidade dentro dessa dificuldade [de atrair mais participantes] se refere aos estudantes, “porque têm mais tempo livre e estão procurando algo para se engajar” (GOMES, 2015).

Minha primeira entrevista seria com um deles, Cleyton Santos Ferreira, 19 anos. Morador do Vale, seu primeiro contato com a rádio foi como ouvinte de um programa liderado por um colega, quando ainda no bairro Burity. Em 2012, em seu 1º ano do ensino médio, ele acabou não sendo selecionado como bolsista para um projeto da UnB para atuar na Utopia. Ainda assim não desistiu e contactou Leônio por Facebook, reforçando seu interesse em colaborar e colocando suas habilidades como designer gráfico à disposição da rádio. Ficou responsável pelos banners virtuais dos programas e postagens na *fanpage* do Facebook. Seus olhos brilham ao falar de um encantamento em sua primeira visita, “uma certa mágica” quanto ao funcionamento da rádio. Sua primeira participação foi no “Utopapo”, um programa realizado com os outros cinco bolsistas selecionados e composto por cinco blocos: notícias da região; games; música; homenagem a bandas locais, e; debate sobre “temas quentes” (como aumento dos gastos com presídio e casamento gay, que, inclusive, contou com a participação de um homem casado com outro homem). Cleyton conta que chegaram a ter 15 ouvintes simultâneos pela internet e fala da sua alegria quando um ouvinte telefonou reclamando da sua voz nasalada: “caraca, velho, alguém me ouvi!”. Batista e Leônio sempre acompanhavam os programas. Ele também participou do projeto “Raízes Sonoras”, que consistiu na apresentação de 25 programas sobre temas musicais com o objetivo de iniciar alunos do ensino médio no ofício radiofônico. Foi quando conheceu e se encantou pelo chorinho. Depois do fim do projeto, alguns continuaram na rádio. Hoje, apresenta todas as terças-feiras, com Eduardo, o “Parque Sucupira”, sobre os parques ecológicos da região, projeto também financiado com recursos públicos (FERREIRA, C., 2015).



Cleyton não tem planos de sair, pois “a rádio é uma das coisas mais importantes que eu faço na vida (...) eu sou a Utopia também, a Utopia é uma parte de mim, a Utopia sou eu”. Inclusive se ressentido com os que, depois de “ter uma ascensão”, viram as costas para a rádio.

Ele conta que, quando começou, fora orientado por Leônio que aquela “não era uma rádio comercial”, para se colocar as mesmas músicas e se falar as mesmas coisas que as demais emissoras, nem era “um espaço para vender coisas, um espaço para impor ideias”. Ele afirma que, através da rádio, teve contato consigo mesmo: “eu me desenvolvi aqui” (...) a rádio não me moldou, ela só acentuou as características que já me constituíam”. Para ele rádio comunitária é “não um espaço só físico, mas filosófico aberto para que as pessoas possam falar, mas, acima de tudo, um espaço onde as pessoas têm que estar abertas a ouvir” (FERREIRA, C., 2015). Ao perguntar o mesmo a Eduardo, sua resposta também trata da formação pessoal e transformação: “muitas pessoas que passam por aqui ficam totalmente diferentes do que chegou, começa a mudar a forma de pensar” (ALVES, E., 2015).

Em seguida, conversaria com o vocalista da banda do Cleyton, o Brandon Gabriel Gomes Cosmo, de 21 anos. Por ter conhecimento em edição de áudio, devido a sua atuação como músico, acabou sendo escolhido naquela seleção que primeiramente eliminara Cleyton. Na rádio ele aprendeu a locutar, operar mesa de som, criar roteiros de programas de rádio, tendo estado à frente do programa “Revolução”, sobre estilos de rock. Ainda que mais afastado do cotidiano da rádio, se diz sempre à disposição para ajudas esporádicas: “o Cleyton é o que mais se envolve com a rádio, os outros se afastaram”. Entre as peculiaridades das comunitárias, “as outras rádios fazem exatamente o que o público quer, tocar músicas do momento, mais o sertanejo, eletrônica, hiphop, já comunitária tem uma diversificação grande”. Não é um assíduo ouvinte de rádio e quando escuta é mais por tabela, quando o aparelho da sua avó está ligado (COSMO, 2015).

Cleyton me orientara a encostar a porta da rádio quando saísse para almoçar. Ao voltar, fiquei ali sozinho por um tempo (o randômico parecia não estar funcionando porque só tocava Cartola há um tempo), antes da próxima entrevista. Na escuta, alguns slogans me chamam a atenção: “Rádio Utopia, a rádio de todos e todas”; “Utopia: antena que alcança sonhos”. Vejo pastas etiquetadas que indicam a organização dos documentos e história da rádio. Aproveito para pesquisar o site da emissora: a última postagem é de agosto de 2015, a anterior de junho de 2014, há outras três em 2013, quatro de 2012 e uma de 2011. A *fanpage* do Facebook é usada para “divulgação dos programas e interação com o público” (GOMES, 2015). O WhatsApp também tem sido usado para divulgação através dos grupos que cada locutor integra (a rádio está sem *smartphone*): o link da rádio é enviado para ser ouvido online. O retorno tem sido com pedidos de música e participações gravadas. Na visita, vi

Eduardo usar um emulador para que o WhatsApp funcione e apareça na tela do computador, o que permite, entre outras coisas, tocar um áudio diretamente do aplicativo.

Mais um tempo depois chega Eduardo Portela Alves, 19 anos, considerado por Leônio “as duas mãos atualmente da rádio”. Seu primeiro contato com a Utopia foi quando o pai ganhou uma promoção e foram juntos buscar o brinde. O desejo de atuar ficou, mas a oportunidade só apareceria com o projeto “Raízes Sonoras”. Em seguida, com dois amigos, começou a apresentar o “Lunáticos”, “mais para brincar, para se divertir... às vezes tinha ligação [telefônica], às vezes não tinha”. Partiu depois para um programa dominical, o “De volta ao passado”, focado na Jovem Guarda, ainda que seu foco de interesse seja a música eletrônica. Morador do Vale, começa a atuar mais quando a rádio se muda para ali e conta que “naturalmente” passou de locutor a técnico. A rádio hoje fica 24 horas por dia, sete dias da semana no ar. O que contribuiu para tal foi uma iniciativa do Eduardo de começar a usar o *Teamviewer*, que permite o controle remoto da rádio de qualquer lugar, via internet. O software fica instalado no computador da emissora e é necessário que cada usuário remoto o tenha também em seu sistema, além de um código e uma senha de acesso. É possível verificar todo o histórico de entradas e movimentação de arquivos, o que facilita a correção de erros. O usuário remoto pode transferir arquivos, o que permite que alguns do centro de Planaltina permaneçam participando da rádio, à distância. É o caso do programa kardecista “Luzes da manhã”, aos sábados, das 7h30 às 9 horas (ALVES, E., 2015). Na opinião de Leônio, “a ideia da rádio é essa virtualização hoje”: ele conta que têm surgido muitas propostas de programas, mas com pessoas que não podem estar presentes fisicamente. Por outro lado, na mesma linha de pensamento, Leônio defende que é preciso que “as pessoas estejam aqui para ouvir a comunidade”. Tanto que, em sua opinião, depois da renovação da outorga, o segundo maior desafio para a Utopia “é fazer com que a comunidade participe mais” (GOMES, 2015).

Eduardo também descobriu um recurso no Zara Rádio que permite a veiculação e organização randômica de músicas, que tem ajudado muito num momento em que boa parte da programação está no piloto automático. Com menos locutores ao vivo, os programas começaram a ficar mais musicalmente temáticos. Quando Eduardo monta a programação musical ele pensa no horário e público: “em certos horários, eu imagino que certas pessoas vão escutar a rádio ou vão estar fazendo certas coisas”, sempre com foco em “trazer música que você não conhece” (ALVES, E., 2015). Já Leônio fala de um maior “compromisso com o ouvinte” por conta de uma grade de programação mais bem organizada, em que o ouvinte

sabe o que vai ouvir em cada horário. Quanto às restrições, eles pedem “para evitar música sertaneja, funk e inclusive músicas de outros estilos que façam apologia à droga, banalização do sexo, violência, preconceitos”. Leônio conta que a questão do estilo musical foi uma das grandes polêmicas internas da rádio, mais que a questão político-partidária. E comenta de uma pesquisa realizada pelo pessoal do programa “Comunicação Comunitária” já com ouvintes do Vale do Amanhecer que apontou que, dentre 30 entrevistados, metade conhecia a rádio e 28 queriam ouvir sertanejo: “não necessariamente porque eles querem ouvir isso, a gente tem que colocar”. Mesmo que, por ser uma rádio comunitária, tudo possa ser conversado, “existe uma liderança dentro da rádio comunitária para gente poder direcionar e seguir essa linha”. Ainda que Leônio tenha garantido que não há interferência da ordem religiosa ou da PIMEV na programação, ele me conta que “a ideia do Pimentel é ter uma ideia de evangelização, então transformar a rádio também numa ideia de trazer harmonia e paz”, o que reforçaria a restrição a determinadas músicas (GOMES, 2015).

Quando perguntei como ficou a audiência depois da mudança de local, Leônio diz que mudou, mas tem “certeza de que muita gente ouve”. De todo modo, a audiência “não é a principal preocupação”. Por outro lado, pondera que, mesmo que não ache “que [a gente] deva ficar tão preso a isso [padrão estético estabelecido], inovar demais afasta as pessoas que a gente quer alcançar”. (GOMES, 2015). Sobre o tema Cleyton, afirma: “eu não sei hoje com a mudança de lugar, mas o número de pessoas que escutava a Utopia em Planaltina era bem alto” (FERREIRA, C., 2015). Muitos da região central reclamam que não conseguem mais ouvir porque o sinal se subpõe à comunitária do Paranoá, na mesma frequência, mas, aparentemente, com potência superior aos 25 watts permitidos.

Eduardo acha que externamente a Utopia tem muita visibilidade: “ainda mais uma rádio aqui, no meio de Brasília, aí virou uma rádio de referência nacional para o que é uma rádio comunitária”, ainda que, para ele, o motivo principal para tal é “a ideia da rádio”, comparando com as demais comunitárias da região (em nossa conversa, Leônio chegaria a dizer que muitas comunitárias da região eram “entre aspas”, por conta da programação e/ou ligação com igrejas). De todo modo, Eduardo acha que “tem que ter mais divulgação dentro da região do Vale” e se diz disposto para fazê-lo, mas alega não ter material para tal. Em sua opinião, o grande desafio é a audiência do rádio, em geral, que tem perdido para a televisão, além do fato de “o pessoal quer uma coisa mais de entretenimento do que de pensar” (ALVES, E., 2015). Também Cleyton acha que “hoje em dia, poucas pessoas realmente param para escutar rádio. Por conta dessa velocidade da internet, a rádio é uma coisa mais

lenta (...) um ritmo mais calmo”. Quanto aos seus amigos, se estiverem “sem mp3 no carro, aí colocam [o rádio] pra tocar, mas já parar pra escutar rádio... Até porque se você quer escutar uma música, aí se vai no Youtube, não fica esperando a rádio pra ver se vai tocar”. Para ele, ouvir “rádio virou uma coisa meio *hipster*” (FERREIRA, C., 2015).

Como bom *hipster*, foi na companhia do meu celular tornado rádio que realizei a longa jornada de volta do Vale até a Asa Norte de Brasília.

Terça-feira, 20 de outubro de 2015: fechando o círculo



Dias antes da minha visita, recebera uma ligação da equipe da TV Brasil por conta da produção de uma reportagem especial sobre mídias alternativas³⁵. Ainda que a matéria desse conta de diferentes formatos de mídia e de outras regiões do Brasil, a parte sobre rádio comunitária tinha ficado a cargo da equipe da EBC de Brasília, que (também devido a indicações internas) escolhera a Utopia como protagonista. Aproveitando minha visita, eu seria entrevistado pela equipe acerca da presente pesquisa, das minhas impressões sobre a Utopia e da situação das rádios comunitárias no Brasil. Com a gravação marcada para aquela manhã na própria rádio, aproveitei para pegar uma carona no furgão da TV.

Leyberson Pedrosa, além de militante e professor, é jornalista na EBC. Devido a sua proximidade com a emissora comunitária de Planaltina, ele nos acompanharia na gravação. Já o conhecia de oficinas de comunicação comunitária e por conta de um dos seus projetos, o Dissonante (<http://dissonante.org>), que, através de um servidor dentro da UnB, disponibiliza gratuitamente o serviço de webrádiodifusão para emissoras comunitárias e livres, organizações sociais, grupos de ativistas etc. Meses antes, em minha visita à Webrádio Alma (cf. 1.1.2), seu nome fora mencionado, já que uma oficina por ele ministrada fora o estopim para constituição da emissora virtual.

Ao chegarmos à Utopia, Leônio, Cleyton e Eduardo já nos esperavam. Enquanto eles concediam a entrevista, sentei com Leyberson num banco do lado de fora da rádio para conversarmos sobre o Dissonante. Como se trata de um projeto coletivo, ele informa via grupo do WhatsApp que nossa conversa será veiculada a partir daquele momento através de

³⁵ Disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/novas-midias-das-ruas-a-rede>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

seu canal próprio de webrádio no Dissonante. Para tal, ele acionou o *BroadcastMySelf*, um aplicativo de celular, cliente do servidor Icecast/Shoutcast, que permite a transmissão, via streaming, de áudio diretamente do microfone do telefone, inclusive com a possibilidade mixagem de mais um canal (como música de fundo, por exemplo): é como se seu celular se transformasse num miniestúdio de rádio portátil.

Ele conta que a história do Dissonante é antecedida pela da Ralacoco (Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária), cujo início nem ele fez parte. Durante a longa greve das universidades federais, em 2001, uma rádio foi instalada na UnB para cobertura e mobilização. Após o fim da greve, o equipamento passou a ser utilizado por estudantes de diversas áreas, bem nos moldes de rádio livre, com programação intermitente, gestão horizontal e participativa. Leyberson começa a participar da rádio em 2003, logo após sua entrada na UnB. Fernando Paulino, até o semestre passado responsável pela disciplina de Comunicação Comunitária na UnB e pela parceria com a Utopia, era um dos maiores entusiastas da rádio. Como Paulino assumiu a direção da Faculdade de Comunicação, quem passará a comandar a disciplina e a parceria com a Utopia será o próprio Leyberson. Hoje, a Ralacoco é “um estúdio de experimentação” (PEDROSA, 2015).

Quanto ao Dissonante, surge em julho de 2007, fruto do trabalho de conclusão de curso de Pedro Arcanjo Matos e do próprio Leyberson, já naquela época ligado ao universo do software livre. A inspiração veio da sua participação num encontro de rádios livres em Pernambuco, em que teve contato com o pessoal da Muda e do projeto radiolivre.org (cf. 1.1.10), que então hospedava as transmissões da Ralacoco. De volta à Brasília Leyberson uniu a ideia de “tecnologia social (...) tecnologia apropriada pelas pessoas para fazer comunicação de direitos humanos”, com a proposta de comunicação libertária de Pedro Arcanjo e juntos criaram o Dissonante, a fim de somar forças ao radiolivre.org e se tornar, na UnB, “a principal geradora do servidor de Rádio web com princípios de democratização da comunicação” (MATOS e PEDROSA, 2007, p. 9). Juntos produziram “um kit de comunicação: uma cartilha, no estilo fanzine, já trazendo o conceito da anarquia, dos punks”, mais adesivo e um site. Hoje, o Dissonante é um projeto de extensão cadastrado na UnB, desde sempre com o apoio da disciplina de Comunicação Comunitária e é tocado por um coletivo. Há também bolsistas e estagiários que avaliam os formulários de inscrição enviados, para evitar “fins religiosos ou quem queira ganhar dinheiro com isso”. Há cerca de 700 rádios cadastradas, ainda que nem todas estejam no ar permanentemente. Ele me explica que o Projeto criou outra ferramenta para também atender indivíduos. Isso se dá através da sua

Rádio Coletiva (<http://radiocoletiva.org>), que se define como “uma comunidade cujo objetivo é compartilhar informações, expressões e interesses a partir da comunicação livre em uma emissora online construída coletivamente” (PEDROSA, 2015).

Finalizadas as gravações com o pessoal da Utopia, vou com a equipe da TV para um descampado da área religiosa para conceder a entrevista. Lá, um dos seguidores vem até nós questionando o propósito da nossa presença. É que, há poucas semanas, uma emissora evangélica teria ido ao local para uma reportagem em que “exorcizaram” o lugar. Mesmo depois de nossa explicação, desconfiado, ele resolveu acompanhar toda a entrevista.

De volta para a emissora, gastaria o restante do tempo com o Leônio, dando conta do questionário quantitativo e das perguntas específicas sobre o funcionamento da emissora. Começando pelo esquema decisório, Leônio informa que não há uma regularidade nas reuniões. Ele acha “que quem tem que decidir é quem está trabalhando”, o que implica que não necessariamente só a diretoria seja consultada, podendo incluir um eventual participante mais ativo. No caso de decisões de maior peso (como a última mudança) são consultadas pessoas que fazem parte da história da rádio (GOMES, 2015). Em nossa conversa, Cleyton afirmara que nunca aconteceu uma reunião com todos da rádio, normalmente somente com os participantes do seu programa (FERREIRA, C., 2015).

Quanto à sustentabilidade financeira, Leônio afirma que “de um ano meio pra cá, a gente tá sem entrada, só tem débito”. No momento, estão sem apoio cultural: “na verdade, o apoio cultural é ele”, apontando para o Pimentel. Leônio se diz sem “muito traquejo para ir atrás de patrocinador, me sinto extremamente constrangido”. Além das limitações legais: “eu tenho dificuldade, porque os comerciantes daqui, a gente vai propor: ‘Ué, eu não posso colocar preço e promoção?’, e eu falo, ‘cara, não...’” e o apoio não se concretiza. De todo modo, mesmo na outra sede eles encontravam problemas: “quando a gente ia atrás de apoio cultural, eles diziam ‘mas a Utopia não toca as músicas que dá audiência’”, comparando com outra comunitária da cidade, que, de acordo com ele, tem “mais apelo popular”. Mas eles não abrem mão de seus princípios. Leônio conta que, quando estavam em Planaltina, chegaram a receber a proposta de um grupo de igrejas interessado em comprar a madrugada toda. Quando Agnelo Queiroz (PT) era governador do Distrito Federal, além dos spots informativos sobre utilidade pública, era enviado o “Dia do governador”, programa sobre os feitos do executivo e que a Utopia se recusara a veicular: gradativamente, “começou a tirar todas as propagandas do governo”, mantendo somente uma vinheta com recursos mínimos, na opinião de Leônio, para mascarar o boicote. Eles nem chegam a aceitar programas com

nomes de pessoas, a fim de evitar personalismos (GOMES, 2015). Eduardo conta que “a rádio sempre viveu de projetos, de recursos públicos, desde o início”, algo que Leônio confirma. Hoje ela só consegue se manter “porque não tem custo, mas não sei como vai ser daqui pra frente” (ALVES, E., 2015).

Para Leônio, a Utopia nasceu pelo direito à informação e por essa reivindicação permanece na luta. Em sua avaliação, “numa escala de 1 a 10, se a gente está plenamente desenvolvendo nossos objetivos (...) enquanto rádio comunitária, a gente estaria beirando o 5 talvez, mas eu acho que a ideia não pode deixar de existir”, por conta da história da Utopia: a importância é “manter acesa ainda a ideia de que os meios de comunicação podem ser democratizados. No dia que a gente fechar, não sei quando, acho que se apaga um pedaço da história da liberdade de comunicação nesse país” (GOMES, 2015).

Ele conta que os idealizadores da rádio estavam muito próximos a grupos de esquerda tanto nos níveis local, estadual e federal, inclusive pela peculiaridade da proximidade geográfica de tais poderes em Brasília. Se no início havia harmonia porque “boa parte da esquerda luta por essa democracia das mídias”, investidas personalistas levaram a um gradativo distanciamento nas esferas estadual e federal: “a gente teve muito mais apoio no governo do Arruda [então PFL], do que no governo do PT”. De acordo com Leônio, um dos principais motivos de o Batista ter ido “pro mato” foi pela decepção com o Partido dos Trabalhadores, que ajudara a fundar (GOMES, 2015).

Com relação ao movimento político de rádio comunitária, Leônio conta que a Utopia teve “problemas sérios”, inclusive jurídicos³⁶, com a ABRAÇO e que a AMARC, ainda que os tenha procurado, nunca insistiu numa aproximação. Leônio se sente “largado, se acontecer alguma coisa aqui eu nem sei o que procurar [para assistência jurídica]”. Ele faz uma autocrítica de seu próprio isolamento e do próprio movimento brasileiro de rádios comunitárias: “eu acho que o grande mal que a gente tem, nos movimentos sociais da esquerda brasileira, hoje é isso: a gente vai criando subgrupos dentro de subgrupos, se isola dos outros porque não concorda nunca com que o outro está fazendo”. (GOMES, 2015).

No horizonte dos desafios para a rádio, ele destaca a necessidade de tornar a rádio mais atrativa no engajamento da comunidade para a transformação e ação social: suas palavras parecem apontar para a nova utopia que se descortina no horizonte político geral:

Fazer com que elas [as pessoas da comunidade] percebam que se elas democratizarem o acesso a informação, o conhecimento delas for compartilhado, elas ajudam a elas e a comunidade (...). Não adianta ficar reclamando do cara lá que não faz nada, do governante, se eu acho que a minha única

³⁶ Cf. Nota 26.

participação na mudança é votar em alguém. (...) A mudança acontece quando eu escolho alguém para me representar e quando efetivamente eu também to trabalhando para que essa mudança ocorra (GOMES, 2015).

1.1.9 O caso da Rádio Terra Livre – Abelardo Luz (SC)

Quarta-feira, 21 de outubro de 2015: ontem no Cerrado, hoje na Mata das Araucárias

Quando o avião pousou naquela tarde na cidade de Chapecó, mais uma vez experimentei a sensação de viver no país da diversidade: mudaram vegetação, clima, sotaque, rostos. Em mim se mantinha o entusiasmo: depois de conhecer a agora algo frágil, mas sempre combativa e histórica Utopia FM, a pesquisa se deslocaria do centro para o sul do país a fim de desvelar uma rádio comunitária do MST. Em minhas anotações antigas, leio que, durante o painel “A Luta pela Democratização da Comunicação”, realizado coincidentemente há exatamente quatro anos, no dia 21 de outubro de 2011, durante a VII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, em Belém (PA), Solange Engelmann, representante do MST, afirmara que o movimento defende a ideia de rádio livre (leia-se, sem e que não busca outorga), já que como “comunitárias” teriam de dar espaço a todos e todas: igrejas, ONGs, associações, inclusive as patronais. Ou seja, por princípio democrático, acabariam tendo de dar voz também a quem para eles representa a hegemonia e que já teriam seus canais estabelecidos. De todo modo, ela pondera não haver qualquer impedimento que os assentamentos busquem a concessão.

Estava em contato, por email, com Ronaldo Cezar Antunes, 39 anos, coordenador da Rádio Terra Livre. Demonstrando interesse na pesquisa, ele advertira, porém, que a rádio não estava “no ar no momento, a previsão de ir ao ar é para a segunda quinzena de outubro, dependendo da chegada dos equipamentos de transmissão”, além de que “a rádio passa por uma reestruturação no espaço físico e equipe de comunicadores” (ANTUNES, 2015a). Como, para nossa pesquisa, entender o motivo que *tira* uma rádio comunitária do ar é tão importante quanto o que a *gera*, estava aberto à assincronia, ainda que esperançoso de ver a rádio na ativa. Por isso, organizei minha ida para fins de outubro e, mais uma vez, contando com a sorte, acabaria chegando num dia importante para a rádio.

O MST de Santa Catarina mantém um alojamento na cidade de Chapecó, onde gentilmente me receberam para passar a noite. É que minha carona para os assentamentos de Abelardo Luz, distante cerca de 100 km de Chapecó, só sairia no dia seguinte. Dormi numa

dos beliches de um amplo quarto coletivo com capacidade para mais de 30 pessoas, em meio a belos cartazes de figuras como Olga Benário, Paulo Freire, Gregório Bezerra, Dom Hélder Câmara, Carlos Marighella e Milton Santos.

Quinta-feira, 22 de outubro de 2015: rádio como instrumento de luta de classe

Não se tratava de uma carona qualquer: ambos, motorista e encomenda, eram diretamente relacionados ao novo momento da rádio. Bem cedo, sob uma chuva torrencial (e que faria morrer de inveja os brasilienses com quem conversara dois dias antes), Ernesto Puhl Neto, 36 anos, diretor estadual de formação do MST de Santa Catarina, passou no alojamento para me buscar. Antes de pegarmos a estrada, iríamos à sede da entidade em Chapecó para carregar o porta-malas com o novo transmissor da Rádio Terra Livre.

No caminho, Ernesto me conta que a emissora começara em 1996 e “estava forte” quando, em 20 de setembro de 2013, um raio atingiu a antena e o consequente incêndio destruiu todos os equipamentos, acervo e parte do prédio da Associação Cultural Terra Livre, que abrigava a rádio. Nas fotos da antiga sede, lê-se “Rádio Terra Livre 104,9 – Reforma agrária, socialismo e terra” e, um grande grafite com a figura de Ernesto Che Guevara, é rodeado pelas palavras: “Comunicar, Conscientizar, Revolucionar” (Ernesto conta que o slogan seria alterado para “A voz do povo no ar”, tendo o primeiro sido considerado muito “radical”). Ele fala com orgulho que conseguiram recuperar uma vinheta gravada pela filha de seu mais famoso xará, Aleida Guevara (PUHL NETO, 2015).

Comentamos sobre a nova portaria (nº 4334/2015) do MiniCom que prevê a abertura de seleção de rádios comunitárias a qualquer tempo no caso de comunidades tradicionais, o que inclui também assentamentos rurais³⁷. Por sua parte, Ernesto é a favor de terem outorga: “sem ela, a rádio fica na periferia, parece clandestina, não tem o apoio da comunidade e os apoios culturais não aceitam”, mesmo que, depois, por conta dos limites da lei, tenham que agir na desobediência civil. Havia uma cobrança por parte da comunidade para a legalização. De acordo com ele, quatro emissoras de assentamentos do MST de Santa Catarina já entraram com o pedido junto ao MiniCom (PUHL NETO, 2015). Cezar me contaria que já tentaram duas vezes a outorga para Terra Livre, ambas negadas por questões burocráticas (ANTUNES, 2015b).

³⁷ Disponível em <http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/institucionais/37033-mc-reduz-burocracia-para-ampliar-rádios-comunitarias-e-educativas>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.

Enquanto o carro avança na estrada de araucárias e pés de erva-mate, conversamos sobre política. Ainda que aparentemente desgostoso de criticar o governo, reclama que não há, hoje, no país uma política de reforma agrária e que Kátia Abreu no Ministério da Agricultura “é uma tragédia”. Para ele, a reforma agrária saiu de pauta porque “a partir dos anos 2000, o agronegócio se tornou a principal menina dos olhos do governo”. De todo modo, é esperançoso: “alguns setores estavam desacreditados da luta de classe, inclusive o PT. Agora o jogo de cartas caiu, o pacto de governabilidade caiu. Está tudo em debate em todos os setores da esquerda, os setores estão animados para a luta” (PUHL NETO, 2015).

Depois de ultrapassar a parte urbana de Abelardo Luz, enfrentamos mais 25 km de estrada de terra e pedregulho até chegar a “Brigada 25 de maio”, nome dado ao conjunto de 22 assentamentos que abriga 1.418 famílias. Na entrada, numa pequena placa se lê “Ocupar, resistir, produzir”, ao lado de um enorme painel artístico, no estilo do muralismo, comemorativo do primeiro assentamento de Santa Catarina: retrata, à frente, o contorno de mulheres lutando contra um incêndio com ramos na mão, seguidas de uma frota de carros e pessoas carregando ferramentas rurais, a bandeira do MST e uma faixa com a data “25 de maio de 1985”. No dia seguinte, na volta, Cezar me explicaria a bela história por trás da imagem.

Mais uns poucos quilômetros e chegamos ao assentamento “25 de maio”. É como se ingressássemos numa grande fazenda, a maioria das casas de alvenaria, algumas de madeira, entre vastos campos cultiváveis, onde se encontra o Telecentro Terra Livre. Trata-se de um imóvel novo, cuja metade fora reservada para abrigar as novas instalações da rádio. Por conta da chuva e das conseqüentes dificuldades na estrada, chegamos com a oficina já começada. Eles aproveitaram a minha vinda e as atividades de formação previstas no marco do projeto “De olho na terra”, financiado pela Secretaria de Inclusão Digital, do MiniCom, para realizar o encontro com os futuros colaboradores da rádio, um marco do seu reinício (o estúdio começara a ser montado no dia anterior). Depois Cezar me explicaria que tal projeto “é uma conquista do MST com o objetivo de manter o jovem no campo”, abrange todas as regiões do estado, é gerido pela Universidade Federal de Santa Catarina e ali envolve 40 jovens. Foi a partir desse recurso que computadores, filmadoras, câmeras fotográficas, gravadores digitais, ilha digital e o próprio novo transmissor da rádio foram comprados (ANTUNES, 2015b). Sou apresentado ao Cezar e demais participantes, 11



jovens (seis mulheres), todos com menos de 25 anos, a maioria do Coletivo da Juventude do MST. Odivan Franco, 20 anos, depois me explicaria que tal coletivo abrange “jovens de todas as partes dos assentamentos (...) que sentam para discutir atividades que vão acontecer no município e na região, vinculadas ao MST, à luta pela terra e a esse mundo novo que a gente sonha enquanto jovem” (FRANCO, O., 2015). Alguns participavam da rádio antes e muitos estão na universidade.

A fala introdutória de Cezar contou um pouco da história da rádio, que iniciou “com mutirões, começou com uma juventude que tinha de ir ao mato com os equipamentos quando a polícia vinha para prender” e ressalta o caráter de espaço de formação da emissora. Cezar coloca como pauta para o dia pensarem “para que serve, quais são os objetivos e o que queremos com a nossa rádio” (ANTUNES, 2015b).



A primeira fala, de conjuntura política, ficaria por conta de Ernesto. Mas, como em toda atividade do MST, foi antecedida por uma *mística*, um ritual artístico dos mais variados gêneros, de conteúdo formador, cujo objetivo é preparar o espaço simbólico para a atividade que o procede, realizando o vínculo entre movimento e indivíduo. No caso, um dos rapazes pegou o violão e começou “Só, só sai / Só sai reforma agrária com a aliança camponesa e operária (...) Somos dessa terra, somos companheiros, somos brasileiros e também somos latinos / Pátria de Martí e de Che guevara...”, seguindo uma letra que versa contra o imperialismo e a burguesia, enquanto um chimarrão circulava entre nós.

Ernesto inicia falando de “um reascenso da direita, muito organizado e forte, principalmente nos últimos anos. As nossas gerações (...) não viu uma reação tão forte [como agora]”. E segue contextualizando a situação política, principalmente do conservadorismo do atual Congresso brasileiro, em sua opinião, dominado pela “bancada do BBB, da bala [citando Jair Bolsonaro (PP)], do boi [citando João Rodrigues (PSD)], da bíblia [citando Eduardo Cunha (PMDB)]”. Ele fala de uma “indignação seletiva” contra “nós que somos da esquerda: é contra o PT, contra o MST, é contra a CUT”, alimentada pela “pelo principal partido da direita, a mídia [hegemônica]”. Tal indignação também seria “alimentada pelo Poder Judiciário (...) que também foca numa classe”: “onde é que estamos mais apanhando? É na mídia brasileira e na Justiça”. Ele segue comentando que, porém, as chamadas Jornadas de 2013 mudaram “o jogo de xadrez em que tudo parecia [já] dado”, quando parecia que “o acordo do neodesenvolvimentismo” fizera cessar a luta de classe (“vocês pobres vão ganhar

também, os ricos também estão ganhando”). Ecoando a análise do cientista político André Singer, Ernesto acredita que se esgotou esse modelo de crescimento baseado no “consumo, crédito e exportação da matéria-prima” gerando uma crise econômica que alimenta a crise política e vice-versa. Para ele, no fim das contas, o objetivo de tal mecanismo “é criar uma instabilidade política para fazer o golpe”. Enfim, sua fala parece organizar toda a presente argumentação da esquerda brasileira, com riqueza de dados e conexões. De todo modo, ele afirma não estar “fazendo discurso de defesa do governo, mas de algumas poucas coisas que fizeram”, questionando, inclusive, por que “quando [o governo] tinha 80% de aprovação não fez as reformas que precisavam?”, com destaque para a reforma da comunicação. Em nossa conversa ele perguntaria: “se você quer ser um poder hegemônico na sociedade, como tu não te preocupas com a comunicação?” e sentencia como “um erro estratégico do governo” não ter fomentado “meios de comunicação popular”. Para ele parece que, em vez da disputa de classe, o governo optara por “um consenso de classe” (PUHL NETO, 2015).

No almoço coletivo, o prato único era risoto de frango, que, mesmo sendo vegetariano, não me senti à vontade para recusar: menos pela fome que pelo desejo de manter o companheirismo (*cum panis*, com quem se divide o pão) daquele momento.

Depois de mais uma mística, eu apresentei o vídeo “Levante sua voz”³⁸, do coletivo Intervozes, que faz um panorama crítico – e bem humorado – da situação do direito humano à comunicação no Brasil. O vídeo serviu como ponto de partida para Ernesto retomar a palavra e apresentar uma lista de desafios em que se insere a Terra Livre. Um deles é “a política de criar rádios comunitárias nos grandes assentamentos” e realizar “cursos e oficinas para preparar os militantes” para serem bom debatedores, tendo em vista que “por uma questão cultural, nós, camponeses, temos dificuldade de expressão”. Ele utiliza muito a expressão “disputa de ideias” e destaca o Facebook como “uma ferramenta fundamental” para tal, colocando a internet como “o principal meio de comunicação hoje” (PUHL NETO, 2015), ao que Cezar complementa com a possibilidade da rádio via web.

Entrando na perspectiva estética, Ernesto adverte que “vamos trabalhar com pessoas que não tem o nível cultural e político que almejamos”. E conta da “experiência, num primeiro momento [da rádio], de só [tocar] Chico Buarque, Zé Ramalho, Elba Ramalho... Gente, quase ninguém ouvia a nossa rádio”. Em nossa conversa no carro, ele já tinha criticado rádios comunitárias que não prezam também pela audiência: “tem que tocar ‘sertanojo’”. Porém, lembra que, por exemplo, músicas machistas estão proibidas (PUHL

³⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KgCX2ONf6BU>. Acesso em 18 fev. 2016.

NETO, 2015). Cezar complementa que a Terra Livre chegou a não tocar música estrangeira, por desconhecerem o seu conteúdo. A mudança de hábito cultural é, para ele, um desafio, pois “a rádio comunitária é um grãozinho de areia num oceano” e conta que os próprios comunicadores que queriam atuar na emissora vinham com a intenção de “reproduzir a FM que ele ouviu lá na cidade e já traz um *pendrive* cheio de música”. Sua estratégia é, quando for tocada uma música de conteúdo considerado inapropriado, em seguida, “fazer um comentário para que o ouvinte também possa fazer uma análise da letra da música” (ANTUNES, 2015b). O tema foi longamente debatido, dividindo opiniões. Gisele Dominski Soares, 21 anos defendeu que é preciso “estudar o público, porque você não consegue dizer ‘não, não vou rodar isso’ e vai ser isso... você tem que entender o que o povo quer ouvir” e sugere que todos os gostos musicais sejam contemplados a partir da divisão de horários da programação (SOARES, 2015). Por sua vez, Odivan acha que “a música que o povo quer ouvir deve ser tocada, sim, mas a nossa proposta de nova sociedade deve ser colocada também, senão não tem sentido você fazer uma rádio comunitária e imitar uma comercial” (FRANCO, O., 2015).

Em seguida, Ernesto sugere uma comparação entre os princípios da rádio comercial e os da rádio comunitária. O que se percebe no debate é uma clara relação de oposição. Ernesto lê que a ética da rádio comunitária “fundamenta-se num conjunto de valores que se manifesta como o respeito à vida, ao ser humano, ao meio ambiente, aos hábitos e costumes locais”, já na comercial “os valores são os valores do mercado”. Para o estudante Vagner, a rádio “comercial vem para nós, a comunitária sai de nós”; enquanto “a rádio comercial faz a lavagem cerebral, a rádio comunitária talvez faça a limpeza cerebral”; na opinião de outro, “quem faz a rádio comunitária é o povo daquela região que vai fortalecer a cultura, vai contribuir para a formação das próprias pessoas e uma rádio comercial já tem uma finalidade de impor um modo capitalista”; uma das meninas presentes opina que “a rádio comunitária busca beneficiar o povo que escuta, já comercial o que beneficia a ela, o lucro”. E Ernesto segue com uma lista de aspectos antagônicos, como o jornalismo, que, enquanto na comunitária “informa a comunidade e é voltada aos seus interesses”, na comercial seria “voltada para o interesse na elite, não quer mudar a sociedade, reduzir a desigualdade social, a fome e a miséria” (PUHL NETO, 2015).

Por fim, Ernesto lê uma espécie de carta de princípios da rádio, produzida coletivamente anos atrás, dos quais destaco excertos dos cinco primeiros e principais:

1º – Rádio Terra Livre faz parte da organicidade do MST (...); 2º – tem programação voltada aos princípios político-organizativos da entidade; 3º – [deve ser] um instrumento para elevar o nível

político e cultural das nossas famílias assentadas; 4º – produzir valores socialistas e humanistas: participação, solidariedade, valorização da vida, da biodiversidade, dignidade humana, cooperação, estudo, fortalecendo a identidade sem terra; 5º – [deve ser] um instrumento para divulgar nossas conquistas e divulgar o nosso projeto de sociedade.

Os princípios seguintes falam da rádio como “um instrumento de luta classe” (8º), de fortalecimento “do projeto da classe trabalhadora” (9º) e “instrumento para desvendar a realidade” (10º).

O encontro foi finalizado com uma agenda de atividades de formação e organização do pronto retorno da rádio. Depois do lanche, todos contribuíram na organização e limpeza do local, mas varrer e passar o pano no chão ficou com as mulheres presentes.



Conseguí entrevistar Ernesto brevemente, antes que ele saísse apressado para uma atividade em Chapecó. Estava particularmente interessado em conhecer um pouco do passado da Terra Livre, que conta com sua participação desde 2005. Sobre a programação, ela foi pensada a partir dos interesses e gostos revelados em uma pesquisa em todos os assentamentos: bem cedo, o programa “Cantar do galo” tocava músicas gaúchas, moda-viola, sertaneja e também notícias (principalmente da internet), seguido do informativo agrícola; o musical “Manhã no campo” antecedia um programa jornalístico ao meio-dia; à tarde, o “Salada mista”, com suas músicas de estilos diversos, antecedia o “Tarde camponesa”, focado em música gaúcha (PUHL NETO, 2015). Cezar me contaria que veiculavam programas religiosos: um evangélico, aos sábados, intitulado “Fé e reflexão” e durante a programação emitiam informativo paroquial católico.

Quanto à relação com o poder público local, Ernesto conta que, num primeiro momento, houve conflito por se tratar de um governo que perseguia o “nosso assentamento, reforma agrária e o MST” e, conseqüentemente, à rádio. Com a chegada de Dilmar Fantinelli (PT) ao governo municipal, houve “uma relação mais política”, mas sem qualquer parceria, alegando não aceitar liberar recursos para uma rádio sem licença (PUHL NETO, 2015). O poder decisório dos assentamentos na cidade é significativo: dos 17 mil habitantes, cerca de um terço vive nos assentamentos do MST. “O difícil é a concentração de forças”, comenta Cezar. Ele conta que a divisão de classe se dá no momento da ocupação originária: os capatazes e capangas, antigos moradores da fazenda, também se tornam assentados, com mais poder. Além disso, muitos da geração que primeiro ocupou o local estão morrendo ou

deixando a terra e “vendem” a benfeitoria para outrem: “nem todos que moram dentro do assentamento são do MST”. Comentando sobre as quatro escolas da Brigada, ele fala de uma “contaminação externa” e defende que haja cotas para assentados em concursos de professores e profissionais que irão atuar no local (ANTUNES, 2015b).

Em seguida conversaria conjuntamente com Cezar Antunes e Odivan Franco. Começo perguntando a história da rádio. A participação de Cezar se iniciou dez anos depois do surgimento da Terra Livre, em 1996. Mas ele sabe que a motivação partiu “de um grupo de jovens para ter uma comunicação local”, principalmente para se contrapor à rádio comercial da cidade, bastante contrária ao assentamento e que “tinha gente da família na prefeitura também. A relação entre comunicação e poder público tava entrelaçada”. Com muitas dificuldades financeiras, os primeiros equipamentos foram conseguidos a partir de mutirões e instalados numa “casa de madeira cedida pela cooperativa”, para posteriormente construírem a sede, que acabou destruída pelo fogo. As denúncias renderam muitas tentativas de fechamento. A partir de um projeto de uma fundação não governamental intitulado “Jovens em movimento”, em 2005, foram realizadas oficinas e a compra de novos equipamentos para a rádio, “deixando uma estrutura bem legal, com condições de trabalho”. Naquela época a rádio já contava com programação diária. É no final daquele projeto que Cezar começa sua atuação, tornando-se, em 2009, diretor da Associação Cultural Terra Livre, que, além da rádio, oportuniza oficinas de dança, artes visuais e música. Depois do incêndio, em 2013, as atividades continuaram, mas sem a rádio.

Me volto para Odivan. Seu início na rádio foi em 2011, mas, externamente, ajudando na recuperação daquele painel muralístico da entrada dos assentamentos. Desde então já contribuiu em vários programas de rádio, a partir de sua participação no Coletivo da Juventude. Mais tarde, enquanto jantávamos todos na casa de Cezar, Odivan, que tem ascendência indígena, me contaria da *pasantía* que realizara na Noruega, fruto dos muitos contatos que o MST tem com movimentos de outros países, principalmente Cuba e Venezuela. Foi na Escandinávia que ele descobriu que existem índios brancos e que o levou a pensar na Teoria Evolucionista de Darwin. Ele se vê como “uma nova pessoa (...) com outras capacidades e talvez com outra visão de mundo”, a partir do trabalho da rádio e da consequente entrada na universidade, onde é hoje colega de Cezar no curso de Ciências Sociais. Seu objetivo é devolver o aprendizado lá adquirido de “leitura de realidade pro espaço que eu iniciei, que é a rádio comunitária” (FRANCO, O., 2015).

Para Ernesto, a rádio nasce com o objetivo de “ser um instrumento de comunicação e de informação e de construção de projeto, de debate de projeto político com as famílias assentadas, diante dos objetivos do MST, a conquista da terra, a reforma agrária e a transformação social da sociedade” (PUHL NETO, 2015). Também Cezar utiliza a expressão “transformação social” para definir o objetivo: “a gente luta por direitos, é claro, mas também pensar num projeto maior [de sociedade]” (ANTUNES, 2015b).

(Nesse momento do áudio da entrevista um barulho de tiros começa a pipocar: uma copiosa chuva de granizos nos obriga a parar a conversa para fechar todas as portas e proteger o carro do Cezar com as caixas de papelão dos equipamentos novos da rádio.)

Sobre o processo decisório, havia reuniões de coordenação, abrangendo a equipe da programação e da Associação, além de “encontros semanais da equipe de comunicação, com os locutores para tratar de assuntos ligados à programação”. De acordo com Cezar, a participação era massiva (ANTUNES, 2015b).

Numa perspectiva de autocrítica e de horizonte de desafios, Cezar fala de “uma grande dificuldade de se trabalhar com rádio comunitária” por ser “muito limitada, desde a questão da abrangência, e concorrer com uma mídia desleal que é a imprensa, a televisão, as rádios comerciais, essa desvalorização das pessoas (...) que não respeita princípios e valores”. Seria então preciso “criar estratégias para atuar melhor através da comunicação para que possa contribuir mais para a comunidade” (ANTUNES, 2015b). Já Odivan, acha que é preciso “entender mais a comunidade que você vive, a realidade e o contexto, e entender de fato qual a importância que aquilo tem, não para você que tá lá dentro, mas quem tá lá fora escutando você”: não “brincar de rádio comercial dentro de uma rádio comunitária” e “fazer comunicação popular de verdade” (FRANCO, O., 2015).

Por fim, sobre a importância de uma rádio comunitária, Odivan opina que está em poder “se identificar com a nossa cultura do campo”: “não é uma estrutura física somente, é uma estrutura que tem a cara da classe trabalhadora, do povo assentado”, com importância “principalmente pra gente que vive aqui, vive essa realidade” (FRANCO, O., 2015). Já Cezar a vê como “uma ferramenta” na luta de classes, cuja importância “está no poder de comunicar mesmo que não seja para um grande número de pessoas, mas com as pessoas que a gente comunica, poder fazer o trabalho de base” (ANTUNES, 2015b).

Ao fim da entrevista, entusiasmados, me mostram as futuras instalações da rádio. Um dos estúdios já está pintado, revestido de espuma isolante acústica e com instalação elétrica, pronto para ser finalizado. Um outro está sendo pintado, vejo as espumas no chão.

Somente alguns passos nos separariam do nosso próximo destino, a casa do Cezar. Depois de ele pacientemente me mostrar vídeos, documentos e fotos da rádio, jantamos com toda a família, incluindo Odivan. Mais uma vez não soube recusar o que me fora oferecido: carne de porco do próprio assentamento. Depois de muita conversa boa, fui dormir no simples e confortável quarto gentilmente reservado para mim, com algum medo da rejeição de um alimento que meu corpo desconhece há dez anos.

Sexta-feira, 23 de outubro de 2015: sobre pontes e horizontes

O espírito leve e o ânimo renovado devem ter ajudado porque dormi muito bem, sem nem sobra de indigestão. Foi um longo café da manhã, ao som da rádio comercial Rainha das Quedas, de Abelardo Luz, que, naquela hora, estava em rede em toda a Santa Catarina. Por pelo menos dez anos, a “Brigada 25 de maio” manteve naquela rádio um programa pago, semanalmente, de meia hora, na hora do almoço dos sábados, com o custo de R\$ 350 mensais. Recentemente, por falta de recursos, foi temporariamente suspenso. O motivo do aluguel do espaço, mesmo quando a comunitária estava no ar, é a “abrangência regional” da comercial e “também para fazer o debate com a sociedade para além do assentamento” (ANTUNES, 2015b).

Enquanto sua mulher adentra a casa com mais madeira para o fogo à lenha, Cézar comenta que a ideia de Reforma Agrária Popular, tirada no último congresso nacional do MST dá conta de que não seja “só do campo, mas abranja toda a sociedade” e tem como um de seus horizontes a universidade “para criar um novo tipo de luta”. Ele comenta que só agora com 39 anos está fazendo faculdade: “é culpa minha? Claro que não, é muito maior. Só estudei até a 4ª série, morava num barraco a 45 km da cidade, lutava pela sobrevivência. Agora que estou tendo oportunidade”. Ele sentencia: “nossos pais lutaram contra capangas, muitos morreram. Agora temos outro horizonte” (ANTUNES, 2015b).

Volto à rádio para conversar com João Borma, 52 anos, 35 deles na “Brigada 25 de maio”, tendo em vista que já era arrendatário de uma de suas terras antes da “invasão” (termo que estranhei ouvir em vez de “ocupação”). Ele fora convidado por Ernesto e só aceitou após insistência: “eu não sei nem mexer no computador”, contestara. Depois de um ano de treinamento, já tocava sozinho o programa “Manhã no campo”, das 7 às 10 horas, de segunda a sábado: acordava 4h40 “para dar espaço de tomar meu chimarrão” e pegar o ônibus às 6h20. “Foi pegando o jeito” e, depois de um tempo, já se oferecera para assumir toda a

programação da manhã na época do fim de ano, férias escolares, quando os estudantes, maioria dos locutores, se afastam da rádio. Com orgulho, ele conta que “o telefone não parava de tocar” em seu programa e que “um pessoal de Florianópolis” queria gravá-lo “para mostrar para as rádios de lá como é que se faz um programa raiz sertaneja”. Já chegou até a receber proposta para trabalhar numa rádio comercial de Xanxerê. Um desejo é voltar com os encontros de violeiros que ajudara a promover. O primeiro aconteceu na própria rádio, com transmissão ao vivo: “nos divertimos a tarde inteira, cantando, tocando, cantando, tocando...” (BORMA, 2015).

Minha próxima entrevistada seria Gisele Dominski Soares, 21 anos. Ela me conta que veio de Foz do Iguaçu para o assentamento com 14 anos. Sua participação começou através do Coletivo da Juventude, estudando pela manhã e atuando à tarde na rádio, à frente do “Tarde camponesa”. No fim de semana liderava o “Sábado animado”. Quanto às notícias suas principais fontes eram o site da “Agência NP” e a *fanpage* do Facebook da Rádio Rainha das Quedas para notícias locais. Também chegavam a produzir notícias próprias do próprio assentamento. A Terra Livre tem *fanpage* no Facebook e blog, mas está desatualizado porque eles esqueceram a senha (SOARES, 2015). Cezar atribui a inatividade das ferramentas virtuais ao incêndio e consequente interrupção das atividades da emissora. Nesse sentido, o celular era uma ferramenta importante, até porque “aqui não chega telefone de linha” (ANTUNES, 2015).

O caso de Gisele é regra, não exceção na Terra Livre: Cezar conta que “80% [da equipe] são jovens”, tendo por isso uma grande rotatividade de comunicadores. Dado o caráter de formação de quadros da rádio, “quase que a totalidade é encaminhada para a universidade (...) quando os alunos saem do ensino médio, automaticamente eles saem da rádio”. Os adultos estão mais concentrados nos fins de semana. De todo modo, Cezar afirma que não tem tido dificuldade para atrair novos participantes, não só, inicialmente, por curiosidade, mas por olharem “como um espaço de muita importância”. Houve um caso de afastamento devido a uma falta grave, por conta de roubo do computador da rádio. Depois da ida para a universidade, o principal motivo de saída é a questão financeira: “como a rádio não tem uma entrada de recursos (...) fica difícil a comunicação ser um trabalho. (...) A gente deixa bem claro que é um espaço de formação, tem muitos jovens que acham melhor ir trabalhar, numa empresa, inclusive, às vezes, abandona o ensino médio e daí se afasta da rádio”. Ele lamenta quando os jovens emigram do assentamento para trabalhar, não quando o fazem para estudar, até porque normalmente voltam “e se não, ao menos contribuem através

de outras fontes para o movimento”. Ele defende “que se a gente pudesse ter uma equipe de pessoas remuneradas para trabalhar aqui seria muito melhor, porque você consegue ter uma equipe mais coesa” (ANTUNES, 2015b).

A sustentabilidade da rádio sempre se deu através de apoio cultural do comércio do assentamento e também da cidade, pois mesmo que o sinal lá não chegasse, “os clientes estão aqui”. De todo modo, “era muito pouco”, até pela rejeição que Ernesto já apontara, “facilmente chamando nossa rádio de pirata”. Também contavam com o apoio das famílias, com raras contribuições financeiras, mas no sentido “de alimentação pra equipe que ficava aqui e da cooperativa que fornecia energia elétrica e internet”. Outra fonte eram bailes, para arrecadar fundos, ainda que “quase sempre dessem prejuízo (risos)” (ANTUNES, 2015).

Mais uma vez a baixa frequência de transporte público nas localidades das rádios comunitárias visitadas limitaria meu tempo de permanência. Como o último ônibus de Abelardo Luz para Chapecó era no meio da tarde e o meu voo de retorno era no dia seguinte bem cedo, saímos do assentamento assim que cumprimos o questionário quantitativo, pouco depois do almoço. Em mais uma gentileza, Cezar me dera uma carona e mais uma oportunidade para trocarmos. Ele me falou um pouco mais sobre a filosofia, o modo de vida e de luta do MST. Passando pelos assentamentos, impressiona tudo o que conseguiram organizada e coletivamente em 30 anos. Ele conta que já participou de várias ocupações (inclusive já ficara dois dias sem comer no início de uma delas para priorizar a alimentação de mulheres e crianças) e explica o esquema de organização, em que todos se dividem e se revezam nas tarefas entre os chamados núcleos de base, método que, na verdade, permeia todas as atividades do movimento. Passamos então pela ponte do rio que praticamente divisa toda a Brigada. É quando ele explica a imagem no painel na entrada: depois da exitosa tomada das terras, naquele 25 de maio de 1985, os capangas, ao saírem fugidos dali, atearam fogo na ponte, então único acesso. Estando os homens ocupados com as primeiras atividades de posse, a vitória só foi possível porque as mulheres, com ramos nas mãos, conseguiram aplacar as chamas e viabilizar a ocupação das terras improdutivas (ANTUNES, 2015b).

Na despedida, deixo minha admiração e a promessa de voltar para, de algum modo, saldar algo da dívida por tamanha abertura, hospitalidade e gentileza, me colocando à disposição para uma capacitação em técnicas radiofônicas.

Sábado, 24 de outubro de 2015: matizes da luta de classes

Acordo e vejo, no beliche à frente, dois adesivos com o “13” do PT, vermelhos como a bandeira do MST, já bem rotos e desgastados. O pensamento vai às inúmeras acusações de corrupções dos membros do partido, em todos os níveis, inclusive municipal, como é o caso do prefeito local, Dilmar Fantinelli (PT)³⁹. A cadeia de pensamentos, por outro lado, me leva ao que Cezar dissera, no caminho para Abelardo, sobre o ódio circundante ao PT e ao MST, quando comentamos do recentemente divulgado vídeo de Pedro Stédile sendo insultado no aeroporto, quando de sua volta de uma visita a Cuba⁴⁰. Cezar acrescentara que muitos de seus companheiros têm agora receio de usar as emblemáticas bandeira e camisa do MST, por medo de agressões verbais e, talvez, físicas. Nenhum pensamento posterior parece conclusivo, para além da constatação (óbvia ao marxismo) de que a luta de classes nunca cessara e nunca cessará.

1.1.10 O caso da Rádio Muda – Campinas (SP)

Segunda-feira, 23 de novembro de 2015: processo coletivo

O que torna uma rádio livre ou comunitária famosa em seu campo? Arrisque respostas e a Muda provavelmente se encaixará na maioria delas: trata-se de uma emissora antiga, com (talvez) mais de 30 anos de existência; surge num espaço social de formação de formadores de opinião, com implicação direta na sua visibilidade, funcionamento e metadiscurso; tem como um de seus motores a multiplicação, sendo a principal referência de muitos dos seus pares; está localizada num grande centro urbano, próximo à maior cidade do país; tem como princípio primeiro manter seus princípios, o que a torna emblemática e exemplar no campo. Dentro das hipóteses dessa pesquisa e como pretendemos desenvolvê-las, esse último é o fator que melhor explica sua relevância. Por tudo isso, já esperava que a Muda fosse uma das mais indicadas (cf. Anexo A). Como se viu nos estudos de caso, foi espontaneamente citada em dois deles (cf. 1.1.2 e 1.1.7).

O primeiro contato foi com uma de suas colaboradoras, X.⁴¹, que prontamente respondeu sugerindo que a solicitação de visita fosse via email de contato da emissora. Isso

³⁹ Disponível em www.rbj.com.br/geral/policia-civil-conclui-investigacao-e-indicia-prefeito-de-abelardo-luz-5234.html. Acesso em 4 de abril de 2016.

⁴⁰ Disponível em <https://youtu.be/eybGyi00EIM>. Acesso em 4 de abril de 2016.

⁴¹ Tendo em vista o processo judicial envolvendo 10 ou 11 participantes, atuais e antigos, da Muda, em comum acordo com os/as entrevistados/as decidiu-se proteger suas identidades. Ainda que, até onde tivemos conhecimento, nenhum trabalho acadêmico foi utilizado como prova contra os investigados no referido

feito, mesmo que previamente assentindo a visita, a resposta sugeria: “o ideal é que você participe da reunião que acontece toda segunda as 20h para se apresentar, e depois você pode acompanhar os programas nos dias que estiver por aqui” (RÁDIO MUDA, 2015a).

A visita seria na companhia do jornalista, pesquisador e doutor pela Universidade de Berlim, Nils Brock, um dos que indicara a Muda. Atuando desde 2012 como cooperante internacional do Pão Para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento⁴² na AMARC Brasil, Nils tem seu histórico de militância e pesquisa nas rádios livres europeias. Sua presença tem influenciado a Associação com os princípios, métodos e perspectivas das rádios livres, não sem enriquecedores conflitos. Outro motivo da nossa viagem foi costurar com um laboratório da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (e com a Muda) o seminário internacional “Rádios comunitárias em tempos digitais”, a ser realizado em março de 2016, com foco na disputa pelo espectro eletromagnético (cf. 5.2.2). Pousamos no início da tarde em Viracopos e, depois de um rápido almoço, fizemos a reunião com os parceiros locais. De lá, fomos para os pilotis da Biblioteca Central, em frente à Muda.

Chegamos bem antes do horário da reunião, mas muitos já estavam ali. Dez ou onze⁴³ integrantes da Rádio Muda, alguns deles há anos sem programa na emissora, estão sendo citados e/ou investigados em dois processos, um civil e outro criminal, esse ainda em fase de investigação. Muitos deles estavam presentes, conversando com um jovem advogado sobre suas estratégias de defesa: uma mais ampla, envolvendo a tentativa de mudanças legais estruturais e outra mais pontual, com o objetivo de diretamente proteger os investigados. Para cada um que chegava, ele pacientemente reexplicava as táticas de defesa, muito entusiasmado com as intervenções, objeções e dúvidas, em sua maioria, bastante qualificadas, com força argumentativa e prenhe de apontamentos legais e jurídicos. Apresentado como membro da AMARC Brasil e visto como aliado, também participei do debate e das cervejas que compartilhamos.

A maioria parecia relativamente tranquila, com exceção de X.⁴⁴, bem ansiosa com a possibilidade de aplicação de uma multa diária de R\$ 1.000 em caso de reincidência, solicitada pela Anatel, que alega que a própria persistência de funcionamento da emissora

processo, a precaução busca evitar eventuais futuros usos nesse sentido. Em tempo, as letras não tem qualquer relação com as iniciais dos nomes dos entrevistados.

⁴² Trata-se de uma “organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha que atua a nível mundial, empenhando-se, juntamente com o Serviço de Diaconia, em prol da justiça a nível global”. Disponível em www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo.html. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

⁴³ Não conseguimos precisar o número exato de envolvidos. Já que não tivemos acesso aos autos do processo, obtivemos a informação a partir das entrevistas, que oscilaram entre os dois números.

⁴⁴ Por incompatibilidade de agenda não consegui entrevistar X..

causa “danos morais” à entidade. Ao longo dos seus anos de existência, os integrantes da Muda produziram “provas” contra si através da divulgação de oficinas e dos vídeos disponibilizados na internet, em que seus nomes apareciam nos créditos: agora a tarefa tem sido tirar do ar e/ou editá-los. Um deles, intitulado “3 a 1”, ironiza as três tentativas fracassadas e uma de sucesso de fechamento da Muda. Num *gif* animado aparentemente veiculado no site da emissora, um dedo médio é erguido para a Anatel. Reparo no perfil dos presentes: a maioria jovem, homem, branco, de nível superior completo, de classe média (essa autoconsciência do lugar social apareceria na própria fala de alguns entrevistados).

Num dado momento, me desvencilho do debate e vou visitar a rádio, há poucos passos dali. Quando ouvia dizer que a Muda funcionava numa caixa d’água da universidade, fantasiava subir uma longa escada para alcançar seus estúdios lá no alto, no reservatório de água desativado. Bem, fui descobrir que se trata de uma caixa d’água em funcionamento: lá em cima, se encontra a antena e, na base, o estúdio. Em plena atividade naquele momento, seus muitos canos emitiam um estrondo ritmado, fazendo o chão tremer ao bombear a



água para cima: a grande válvula redonda – onde picharam o A riscado, símbolo do anarquismo – parece estar prestes a explodir. Trata-se de uma estrutura cilíndrica cuja base é oca, provavelmente originalmente destinada a depósito. Ali, encontro W. e Z. tentando consertar a caixa de som de retorno, visivelmente velha, como a maioria dos demais equipamentos e móveis. Internamente, todo o ambiente é pichado e grafitado com multicores e multi-imagens; cartazes e impressos sobrepõem-se, a maioria bem-humorada. Num mais bem conservado estão os “Princípios mudos”:

A Rádio Muda é uma rádio livre, não comercial, portanto não veicula propaganda de produtos ou serviços. Também não se deve fazer propaganda religiosa, nem de partidos políticos; Funciona de forma autogestiva, na boa tradição de um coletivo horizontal, sendo todas as decisões tomadas nas reuniões do coletivo, toda segunda-feira, às 20h, em frente à rádio; Tudo o que é feito em nome da Muda (...) deve ser comunicado ao coletivo, se possível com antecedência; É importante que a rádio atue como o meio de comunicação que é, divulgando informações, notícias, eventos, etc.. estando isso, porém, a cargo do interesse e bom senso de cada programador; Cada um é responsável pelo que diz (...) Quando expressar opinião sobre qualquer assunto, assumo; O repertório musical é livre, mas recomenda-se o distanciamento da programação da mídia comercial (RÁDIO MUDA, 2015b).

Abaixo dos Princípios, estão algumas recomendações sobre espaço físico, chaves e equipamentos. Num impresso, estão algumas instruções “para pessoas interessadas em participar do coletivo rádio Muda”, em que se lê que a programação “é aberta a qualquer tipo

de programa, desde que o conteúdo não seja de cunho fascista, racista, machista/sexista ou homofóbico/transfóbico”. Destaca-se também ser um “coletivo horizontal (sem hierarquia), todas as decisões são tomadas (...) por consenso (sem votação)” e que, para participar, é preciso: participar das reuniões semanais; fazer parte da lista virtual de discussão com um endereço seguro, pois “servidores comerciais como gmail, outlook, hotmail, yahoo etc. tem como prática comum abrir seus logs para investigações”; “pagar R\$ 15 para cópia das chaves”⁴⁵ e participar de programas existentes para aprender a operar os equipamentos (RÁDIO MUDA, 2015b). Z. afirma que “a lista [de emails] não serve para decidir nada, mas serve para levantar questões” a serem decididas nas segundas (Z., 2015).

Estão à venda alguns adesivos: num deles a imagem do personagem Mussum e a frase “Anatélis! Sério, a Mudis voltou?”; em outro, Al Capone e a pergunta: “Illegal?!?! Defina legal, porfa...”, ambos assinando: “Muda devida! 88,5 FM”. Na porta, contornada pelo desenho da boca de um macaco, há várias colagens, inclusive do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. À frente da rádio, um teatro de arena tem arquibancadas em formato de pétalas de flor e grafitadas: palco de várias festas da Muda, inclusive a trágica de setembro de 2013.



Quando volto para o debate, o povo já está disperso. Tendo perdido a chance de me apresentar coletivamente, o jeito foi fazer a apresentação e o agendamento das entrevistas tête-à-tête. Voltamos à rádio e conversamos até dar quase 23 horas. É hora de levarem o advogado, que mora no Rio de Janeiro, para a rodoviária. Ele não está cobrando os honorários e aceitou viajar de ônibus até ali. Tais gastos foram cobertos pela X.

Terça-feira, 24 de novembro de 2015: plantando mudas

Acordei sob chuva fina e insistente. Fiquei hospedado no próprio bairro São Geraldo, que abriga a Unicamp. As primeiras duas entrevistas do dia seriam com Q. e Y., ex-participantes da Muda e agora sócios numa produtora de vídeo. Por incompatibilidade de agendas, uma entrevista ficara para a manhã, outra para a tarde.

O primeiro acerto com Q., 37 anos, é sobre o anonimato, que, para ele, “é bem delicado, durante muito tempo que a gente militou (...) a nossa ideia era de enfrentamento,

⁴⁵ De acordo com W. esse valor fora reajustado para R\$ 25 semestrais (W., 2015).

porque a gente tinha muita certeza do que a gente estava fazendo não era ilegal”. Ele afirma que “dava oficinas, publicava textos, fazia vídeos”, afirmando “uma luta legítima, da qual acredita que tem um respaldo constitucional, [do] Pacto San José”. Mas depois de dois processos e anos de menor envolvimento, ele se vê num conflito: “será que eu to disposto agora a comprar essa briga?” (Q., 2015). Para Y., 38 anos, sua decisão de manter ou não o anonimato é menos importante, pois “tem de ser tomada coletivamente” (Y., 2015).

Ter muitas versões para sua história parece ser estratégia que alimenta a mítica em torno da Muda. De todo modo, “a origem consensual”, de acordo com Q., é uma ocupação “em 1984, se não me engano”, chamada “Taba” em que os estudantes acamparam no campus reivindicando moradia estudantil. Foi quando “alguns alunos da engenharia elétrica levaram um transmissor” que, “reza a lenda”, passou depois a circular entre as casas provisoriamente alugadas pela reitoria para alocar os estudantes. O Diretório Central dos Estudantes (DCE), ainda que não liderasse o coletivo que viria surgir em torno da Muda, “percebeu que o transmissor tava funcionando como aglutinador” e o levou para a sua sede, onde funcionou por um tempo, “até a famosa história do roubo do transmissor”. Q. pontua que “na época, transmissor era uma relíquia” e o roubo teria a ver com “uma disputa de poder” interna do DCE. De algum modo, essa disputa acabou levando à consolidação “de um coletivo independente do DCE” (haveria, inclusive, um manifesto da independência da Muda), que acabou conseguindo uma autorização para ocupar a caixa d’água como depósito, no começo da década de 1990. A Muda nasce “já com esse conceito de rádio livre, que na época tinha muita força”, de acordo com Q., debitário “do livro do Masagão [“Rádios Livres: a reforma agrária no ar”], do verão de não sei da onde em Sorocaba, tinha a força de um movimento que tava bombando nos anos 90”. Ainda que esse primeiro era um “momento ‘rádio grunge’, em que a galera ia para lá, com os seus vinis para botar um som que ninguém conhecia, uma espécie de gueto alternativo” (Q., 2015).

Q. entra na Muda em 1995, ainda adolescente, com o mesmo propósito dos demais, estritamente estético. Depois de morar fora, em 2000 ele volta para a Muda “num momento completamente diferente” quando “entrou uma geração de programadores das Ciências Sociais (...) que olhou para aquela rádio, viu que já tinha um precedente de democratização dos meios de comunicação, mas era um discurso, não era uma prática da rádio”. A partir daí surgiram grupos de estudo, oficinas a fim de “consolidar um pensamento específico de rádio livre (...) e isso colocou a Muda num outro patamar” (Q., 2015).

Mas a mudança mesmo aconteceria no começo da década de 2000, quando a Muda “saiu da toca pela primeira vez”. No Fórum Social Mundial (FSM) de 2001, o coletivo montou a rádio no Acampamento da Juventude e foi quando “a galera das Ciências Sociais” teve que defender um discurso “[de rádio livre] diante de uma galera que tava discutindo outras coisas, rádios comunitárias e tal”. A partir daí foram chamados para dar oficina no país todo, num grande “movimento de plantar várias mudas por aí”. Mas ele considera o I Encontro Nacional de Rádios Livres, promovido pela Muda, no FSM de 2003, um marco: fruto das oficinas e articulações, “tinha um monte de rádios isoladas, a própria Muda era uma rádio isolada, e a gente se deu conta de que a gente precisava se conectar e quem ia conectar a gente era a galera do software livre”. O encontro com essa galera mudaria o rumo de ambos os movimentos: por exemplo, daí surge o Rizoma de Rádios Livres.

Não foi só a chegada de um filho, em 2003, que fez com que Q. se afastasse da rádio: “a Muda começou a seguir um caminho que eu comecei a perceber que não era o que eu me identificava”. Coincidindo com a chegada de Lula ao poder, “essa galera da Sociologia da Unicamp tava com muitos contatos pelo Brasil inteiro”, quando “veio a proposta do [Gilberto] Gil [então, Ministro da Cultura], do Cultura Digital, todos os projetos de software livre”, eles foram chamados para trabalhar no Ministério, “direta ou indiretamente”. Q. avalia que foi positivo para a carreira deles e para o Brasil, mas “foi um momento em que a gente perdeu as nossas melhores cabeças”, rolando “um esvaziamento repentino da Muda”. Os que ficaram praticamente tiveram que recomeçar: “a locomotiva Rádio Muda que tava espalhando mudas pelo Brasil, de repente, virou Cultura Digital, virou MinC, virou outros projetos”. Ele chegou a achar que a Muda ia acabar, mas “ela não só não acabou como tá aí, forte e sobrevivendo a vários ataques” (Q., 2015).

Nessa alçada, ele comenta que em uma das tentativas de fechamentos, em 2001, “em cinco minutos tinham 300 pessoas na porta do estúdio (...) e a gente conseguiu tirar todos os equipamentos com a polícia na nossa frente” e, a partir daí, se sentiram “invencíveis”. Até então, a reitoria tratava a Muda como “uma espécie de Centro Acadêmico da molecada”. Quando o coletivo passou “a elaborar um discurso para fora da universidade”, a Unicamp, em sua opinião, teria ficado “numa situação mais delicada”. Até porque a grade de programação contava com a participação de professores, funcionários e comunidade externa. Isso garantiu a eles “um respeito da reitoria que se traduziu em proteção” (Q., 2015). Em nossa conversa, K. me contaria que a Muda chegou a ser procurada pelo Hospital de Clínicas da Unicamp

para colaborar com uma campanha de prevenção à AIDS, da qual acabou se tornando porta-voz (K., 2015).

Q. levanta uma discussão que está no cerne das divergências entre livres e comunitárias. Estar na Unicamp significa “não tem que pagar aluguel, água, luz, tem segurança”, o que considera “um privilégio” pouco debatido internamente: “quando a gente defende a ideia de rádio livre, usando a rádio [livre] universitária como referência, é uma discussão que precisa ser feita” quando replicada, por exemplo, numa favela. Na Muda é possível, porque ela é “90% financiada pela Universidade”. No dia anterior, na reunião, ele defendera que o “apoio da Unicamp (...) não é pouca coisa” (Q., 2015). Já Y. não vê uma relação de dependência, ainda que admita que a Muda tenha se beneficiado da estrutura da Unicamp. Para ele, não é *condição* e se essa “mesma energia criadora surgir em qualquer outro lugar, esse outro lugar vai ter que buscar criar uma estrutura com o que eles tiveram à mão” (Y., 2015). Nesse sentido, para Y. “se beneficiar da estrutura que te cerca é você agir politicamente de uma forma inteligente” e pergunta “então, eu não posso fazer uma crítica ao sistema porque eu sou da classe média ou branco?” (Y., 2015).

Num dos momentos de crise, a Unicamp já teria proposto a tentativa de concessão de uma rádio educativa. Ainda que a Reitoria tivesse garantido total autonomia, a outorga exigiria recurso para equipamento homologado e corpo diretor, “que é muito diferente da estrutura da Muda desde sempre (...) [cujo coletivo é] não hierarquizado, autogestionado, que é difícil acreditar mas é assim”. Sobre tal forma de gestão, Q. afirma que “quando começam a surgir lideranças naturais” dentre os que mais atuam, “a Muda se encarrega de destruir essa liderança em nome da horizontalidade”, algo que teria acontecido com ele próprio (Q., 2015). Um exemplo interessante foi dado por Y.: um grupo de comunicadores começaram a veicular programas de conteúdo nazista. “Ninguém se sentia no direito” de mandá-los embora, porque numa estrutura horizontal inexistem as figuras “do presidente, do coordenador e do diretor”. A solução encontrada foi “colar no programa dos caras, pedir a voz” e fazer o debate no próprio programa: acabaram saindo da rádio em poucas semanas (Y., 2015).

O processo decisório está concentrado e restrito às reuniões semanais do coletivo. Em nossa conversa, Y. diria que, por muito tempo, “as decisões que poderiam ser tomadas enquanto coletivo não impactavam muito fortemente o destino da Muda” e exemplifica quando ele e outros do coletivo começaram a fazer TV livre (Y., 2015). De acordo com os princípios, a tendência é que as decisões sejam por consenso, sem votação, que fica difícil em se tratando de 30, 40, 50 mentes diferentes. Q. conta que, em fases de muita participação,

havia um grupo mais afinado entre si (normalmente dos mais ativos) e outro grupo “revoltado, inclusive acusando esse grupo mais afinado de ser a diretoria da Muda”, bloqueando qualquer tipo de ação do grupo contrário. Em muitos casos, quando o consenso insistia em não vir, cada qual realizava o que defendia. W. afirmaria em nossa conversa que, em seus 20 anos de Muda, nunca viu uma votação acontecer (W., 2015). K., que, além de participante, realizou uma pesquisa sobre a rádio com foco no organizacional, afirma que há exceção no que se refere a decisões que têm de ser tomadas rapidamente: daí se faz uso “dos contatos pessoais dentro do coletivo” para consultas mútuas. Em sua opinião, a reunião presencial como espaço deliberativo máximo e sem voto é um modo eficiente de não constranger ninguém: “a melhor forma de se criar desentendimento, separar e segregar é voto, sabendo disso a gente se organiza dessa forma meio anárquica” (K., 2015).

Sobre a cisão rádios comunitárias versus rádios livres, Q. aponta que o coletivo da Muda critica que, “na prática, a lei de rádio comunitária se mostrou ineficiente (...). Ela serviu pra enfraquecer o movimento que estava eclodindo, privilegiou um grupo específico”. A lei teria sido “um tiro pela culatra [e] a Muda adotou uma postura de defender o conceito anterior”. No seu entendimento, o “movimento de rádios comunitárias surgiu do movimento de rádios livres. Todos os conceitos que embasam as rádios comunitárias vieram dos textos que foram escritos pela galera que criou essa ideia de rádios de baixa potência, rádios locais”. Quando peço um conceito de rádio livre, apesar de insistir na diversidade interna, ele desemboca no princípio comum de “rádios que não estão em busca de uma outorga do Estado, que acreditam na ideia de que uma comunidade organizada tem o direito de se comunicar pelo rádio”, todo o resto dependeria “do contexto, da comunidade, do modelo de organização, da forma de manutenção da rádio” (Q., 2015).

Sobre esse tema, Y. conta de uma experiência que teve, enquanto gestor de um projeto na prefeitura sobre orçamento participativo. As rádios comunitárias participantes excluía as livres alegando não serem *legítimas*, “na medida em que aquela comunidade não tinha se reunido e escolhido representantes formais”, enfim, “questionavam a legitimidade comunitária das rádios livres”. Para ele, as comunitárias “não questionam a estrutura de mídia, a estrutura de poder que a mídia sustenta. Simplesmente encontra um espaço para atuar”. Em uma palavra, “a desobediência civil é, para mim, a atuação política maior da rádio Muda”, principalmente por não pedir concessão. Ele conta de uma antiga experiência italiana de um carro circulando com um transmissor de baixa potência: menos que fazer as pessoas ouvirem o *conteúdo* da rádio, o que havia ali seria “quase uma performance (...) [em que] a

própria ação comunica enquanto atuação política e, sem dúvida nenhuma, tá no campo do anarquismo” (Y., 2015).

Q. destaca a constante busca na Muda pela autonomia. Com os contatos e com a visibilidade, naturalmente houve uma tentação de “querer conquistar o mundo”. Mas a rechamada para seu lugar se deu através de referências internas lembrando que “a Rádio Muda não é tudo isso, é uma salinha fedorenta, no coração da Unicamp e assim tem que continuar sendo por mais que vocês estejam em Brasília, no mundo...” (Q., 2015).

Comento que nunca tinha tido conhecimento no Brasil da acusação por radiodifusão sem licença com tantos investigados: até mesmo pelo caráter “representativo” das rádios comunitárias (mesmo as não institucionalizadas) sempre um “responsável” é acusado, quase sempre facilmente identificável. Q. destaca a postura provocativa da Muda frente à ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), Polícia Federal e Anatel, mas tende “a não achar que existe uma vontade política por parte do Executivo”. Para ele, a chave para entender o presente processo coletivo contra integrantes da Muda seria o conservadorismo do Poder Judiciário, ainda que fosse para pegar “o polo irradiador dessa atividade [considerada] ilegal”: pois, para Q., “se fizeram uma investigação minimamente decente”, perceberam que há diversas rádios livres direta ou indiretamente ligadas à Muda. De todo modo, Q. tende a minimizar o efeito e o processo em si: para ele, “é só mais um episódio da história da rádio”. A novidade seria que, se durante muito tempo utilizaram a “estratégia rato no bueiro”, negando e se escondendo, “agora, pela primeira vez, a gente tá com uma estratégia de reação efetiva: já acumulou tanta bagagem teórica, prática (...) é a hora de ir pra luta” (Q., 2015).

Na conversa que teria com K., ele também apontaria como fator provável o conservadorismo, mas em uma onda recente que envolveria toda a sociedade, favorecendo, inclusive, a ação de funcionários públicos em suas “perseguições políticas (...) usando leis para perseguir indivíduos” (K., 2015). Já W. acha que a implantação da rádio digital tem grande influência: com a recente migração de todas as rádios AM para FM haveria maior escassez de espectro, com isso “as rádios comerciais querem mais espaço e por isso estão reprimindo”. Outro fator seria “a moral deles”: “eles vêm, levam o transmissor e a gente põe de volta, então acho que isso pode deixar eles mais bravos com a gente (risos)” (W., 2015). Z., por sua vez, atribui a orquestração judicial à morte na última festa da Muda e à realização da Copa do Mundo de 2014, quando “os Estados ficam virtualmente sequestrados e a FIFA

controla o espaço aéreo”. Ele duvida que seja uma motivação política: “não seríamos perseguidos nem pela influência nem pelo discurso” (Z., 2015).

Y. inicia nossa conversa afirmando que não se entende “como militante de rádio e talvez nem militante pela democratização dos meios”. Sua implicância com o termo *militante* é que ele “delimita um contorno claro” que tenderia a separar pessoas, classificar formas de atuação e “trabalha no campo da vaidade”: para ele, “a militância não está descolada da vida, da sua atuação cotidiana”. Ainda que nele tivesse atuado, achava pobre e “detestava a organização institucional do movimento estudantil (...) a exemplo de quase todos os partidos políticos e movimentos que eu conhecia na época, a disputa pelo poder ganhava proporções muito maiores”. Por isso fundara com amigos, ainda na sua faculdade de origem, um movimento “bem anárquico, que passava por decisões consensuais, coletivas e atuações na forma de ação direta”, que iam desde a pichação “do departamento inteiro” até a revitalização de áreas da universidade. Depois de formado, vai para Campinas e, assim como Q., se aproxima da Muda via música, simplesmente pela “possibilidade de colocar som”. Com o tempo, foi percebendo similaridades com o movimento que protagonizara, que “partia do pressuposto do consenso, não da democracia. Nunca achei a democracia uma ferramenta justa, pelo contrário”. O que o teria atraído foi tanto a “estrutura rizomática, onde há muito mais fluidez de informação, ação, atuação” quanto o que tal estrutura enquanto *forma* conseguia produzir de *conteúdo*. O marco de sua atuação com caráter político foi a participação no I FSM com a oficina da Muda “Novas formas de resistência, novas formas de dominação”, mas foi numa “ação após a outra que fui me apropriando desse discurso”. Y. coincide com Q. na avaliação de que um grupo vindo da Ciências Sociais fez “a apropriação da Rádio Muda do ponto de vista político-teórico” e pensaram como “politizar esse debate e efetivamente ser um instrumento para a democratização dos meios no Brasil”. Ele avalia que sua contribuição na Muda foi “mais no campo estético-político que no campo teórico-político”, citando dois conhecidos vídeos no meio sobre democratização do rádio (Y., 2015).

No fim da tarde, caminho até à Muda para conversar com W., 34 anos. Com camisa do Corinthians e roupa de ciclista, ele já me esperava. Diferentemente da maioria dos participantes da rádio, W. nunca estudou na Unicamp, mas mora perto e só ia para lá para andar de skate e jogar bola. Com 15 ou 16 anos, se aproximou da Muda por gostar de “uns estilos musicais que não tocam em nenhuma rádio comercial”. Naquela época, “ainda nem tinha um pensamento militante, nada disso”. Entrou oficialmente no coletivo em 2000, quando ainda eram poucos e com um transmissor de 5 watts. Logo em seguida passaram para

50 watts e agora estão com um de 150 watts, de acordo com ele, doado pela Pulga, rádio livre da UFRJ, fechada em 2011. Também em seu relato histórico, ele comenta como marco a ida para o FSM: sem muitas pretensões iniciais, “a rádio acabou sendo o meio de comunicação oficial do acampamento (...) muito maior do que a gente imaginou e isso deu uma puta visibilidade para a rádio”... inclusive para a Anatel. W. não se lembra das datas, mas acha que “deve estar 3 a 3 (risos)”, quanto ao número de fracassos e sucessos estatais em fechar a rádio. De todo modo, sempre voltaram a transmitir dias ou pouco tempo depois. De acordo com ele, numa das primeiras vindas da Anatel, a reitoria chegou a avisar um membro do coletivo. Já hoje isso não aconteceria: “eles fingem que não estão vendo a gente” (W., 2015). De acordo com Z., depois do último fechamento, houve um processo (aparentemente arquivado) também contra a Unicamp “por não fazer cumprir seus próprios regulamentos”, se referindo ao suposto consumo de álcool e drogas: “com esse último ataque [da Anatel] as relações se cortaram de vez [entre Muda e reitoria]” (Z., 2015).

W. ressalta que o último fechamento foi o mais complicado, antecedido pela festa em que um jovem foi assassinado, Denis Papa Casagrande, de 21 anos, em 21 de setembro de 2013. Realizada no Teatro de Arena, em frente da Muda, ele conta que a festa não tinha tido uma divulgação “pesada” e, mesmo assim, apareceram entre 4 e 5 mil pessoas, muito por conta da boa fama das festas promovidas pela Muda. Ainda que o jovem e o assassinato não tivessem qualquer relação com a emissora, W. conta que as matérias jornalísticas focaram na Muda, deixando “o filme bem queimado”. Para W. “isso acabou fazendo uma pressão em cima da Anatel” que, no final de fevereiro de 2014, na madrugada de domingo, “levaram tudo, tudo, não sobrou cadeira, nem a porta” (W., 2015). Na entrevista com Z., no dia seguinte, me contaria que foi levada “a história recente da Muda, estava tudo nas paredes”, nos cartazes de cada um dos programas. Para ele, “foi uma dor”, não só por ver tudo saqueado, mas principalmente por se deparar com a “placa, na porta da Muda, que dizia ‘vigilância do campus’” e, dentro, um guardinha da universidade. O domingo foi de estupefação. Emocionado, Z. conta que, na reunião de segunda à noite, enquanto falavam com um advogado, ouviram, ao longe, a Bateria Alcalina se aproximar com seus instrumentos carnavalescos



em formação militar (...) e, sem dar bola pra nós, que estávamos no Teatro, os caras chegaram junto a Muda e estacionaram em frente, virados para os guardinhas em desafio. (...) Sem combinar nada, sem decidir nada, sem falar nada, nós olhamos

todos uns para os outros, nos levantamos, passamos pela bateria, passamos pelos guardinhas, entramos no estúdio e retomamos a Muda (Z., 2015)

Para ele, a música “obrigou-nos a tomar o espaço da rádio, que é o templo da música”. Seguiu-se um acampamento nas semanas seguintes. Para ele, “a Muda é a Muda e tá aqui há quase 30 anos porque está dentro da Unicamp. Se estivesse em qualquer periferia já estaríamos todos presos ou mortos e fechados” (Z., 2015).

A Muda demorou a se recuperar do último fechamento. W. conta que “2014 foi um ano que a rádio ficou capenga”, não somente quanto aos equipamentos, mas também pessoal: “depois da festa deu uma esvaziada [no coletivo], depois disso aí [fechamento], esvaziou completamente. Sobrou meia dúzia de pessoas para tocar a rádio” (W., 2015). Z. me contaria que sobrara muita cerveja comprada à consignação para a festa, o que gerou uma dívida imensa. Uma oficina de minitransmissores em que pediram uma pequena ajuda de custo teve o dobro do número esperado de inscritos e permitiu reestruturar minimamente a rádio. Também uma grana apareceu fruto de uma festa realizada por rádios livres na Alemanha em solidariedade a Muda: “a gente nunca soube a quem agradecer” (Z., 2015). Ainda que a grade de programação não esteja ocupada como antes, “depois de 3, 4 da tarde tem programa todo dia” (W., 2015). Em minhas escutas, notei que no restante do tempo a rádio toca música, normalmente de rock pesado.

Quanto à sustentabilidade, W. afirma que “a gente tenta se manter por nós mesmos”: já venderam cerveja, pipoca, churrasco, fizeram brechó, além de adesivos e camisetas da Muda (W., 2015). Para manutenção da emissora, Y. destaca o papel das doações “de equipamentos e até de dinheiro mesmo”. Ele conta que, na época em que muitos integrantes da Muda foram convidados para palestras e ações governamentais, apareceram doações não sistemáticas de parte ou totalidade do cachê recebido (Y., 2015). Q. conta que a Muda chegou a ter “uma fase que teve apoio cultural” local, pontualmente em alguns programas e informal. Posteriormente, a “galerinha da Sociologia começou a consolidar um discurso em que esse tipo de prática” não cabia mais. Houve época também de apoios dos Centros Acadêmicos, mas “sem contrapartida”, ou seja, não poderiam falar enquanto espaço institucional coletivo (existiram tais experiências, como do sindicato dos funcionários e do DCE, depois barradas) (Q., 2015). De acordo com Z., a responsabilidade da gestão do dinheiro é aleatória, mas estão pensando “em reunir a grana toda numa pessoa, sem ser tesoureiro, sem controle, não há registro, é na confiança” (Z., 2015).

W. admite ser mais difícil fazer rádio livre fora da universidade, mas destaca as atuais ações de multiplicação da Muda na periferia de Campinas (W., 2015). Z. opina que o *ideal* é que as livres estivessem fora de espaços institucionais como a universidade e conta que há hoje um segundo transmissor para, além de servir de reserva, ser itinerante por diversas comunidades. Há, por exemplo, a tentativa de estruturar um coletivo de rádio num curso pré-vestibular comunitário de uma ocupação. Pergunto se seria uma rádio livre: “a gente tá querendo deixar a decisão na mão deles, mas a nossa ideia é que seja livre”. Emendo: por que não pedir concessão? Pelo “direito do uso de um bem comum, que é o ar (...) ninguém é dono do ar, por que você precisa pedir uma concessão para usar o ar para se comunicar?”, ao que ele acrescenta as possibilidades com a digitalização do rádio. Para ele a principal diferença entre livres e comunitárias está em não buscar a legalização. Além disso, “a gente tem uma estrutura horizontal e eles têm uma estrutura vertical” (W., 2015). Já na opinião de Z., o problema das comunitárias está nas limitações de alcance, na obrigatoriedade de institucionalidade, no modelo de gestão e também nos conteúdos: “a rádio livre tem um modelo que aceita tudo ou quase tudo”. Ele afirma ser um dos que defendem não haver qualquer tipo de restrição (por exemplo, proselitismos político e religioso, xenofobia, racismo, discurso de ódio etc.): “se é pra ser livre é pra ser livre (...). Pode ser interessante lidar com uma situação dessas”, ao levantar o debate. Uma última diferença que destaca é que a “rádio livre é uma coisa muito fluida, muito líquida, nunca é igual e muda de coletivo para coletivo (...). É um organismo vivo” (Z., 2015).

Quarta-feira, 25 de novembro de 2015: diálogos entre livres e comunitárias

Foi num café que combinei de conversar com Z., 44 anos. Europeu, chegou em Barão Geraldo no começo de 2013, acompanhando a esposa, então recém empossada professora da Unicamp. Nos primeiros meses escutava muito rádio para “ajudar a se enturmar na realidade daqui”, para ele um “exercício penoso, porque o rádio é muito ruim: mexe no dial, entram as múltiplas rádios evangélicas”. Numa dessas tentativas, deparou com o programa “Na fossa”, da Muda: “esse programa é muito doido, que rádio é essa?”. Buscou no Google, entrou no site da rádio e em seguida participou de uma das reuniões. Na reunião de grade do começo do semestre seguinte já chegou com o seu primeiro “programa todo na cabeça”: “American hardcore”, em 30 programas contou a história do punk hardcore americano. Sua única condição ao ingressar na Muda foi saber se a sua frequência desfalcava a de alguma outra

emissora, violando o direito alheio: “A ilegalidade é só ter o tx [transmissor] aberto e falar o que a gente quer? Então, isso pra mim não é ilegal” (Z., 2015). Ele é o criador dos adesivos da Muda, inclusive o de Al Capone, acima citado.

Sendo, uma vez mais, porta-voz das críticas comuns das comunitárias às livres, pergunto como seria possível gerir um dial somente com livres: “tem tão poucas rádios livres que elas ainda não chocam umas com as outras (...). Idealmente seria bom que chocassem. Como é que vai organizar, não sei”. Ele conta que o atual “coletivo tem uma postura de aproximação a plataformas mais institucionais que nos proporcionem alguma proteção, alguma blindagem”, principalmente após as dificuldades de 2014. Estão participando, por exemplo, de uma plataforma de movimentos sociais organizados em torno da ideia de mídia livre em Campinas. De todo modo, Z. ressalta que não pretendem abrir mão de qualquer um de seus princípios (Z., 2015).

Ele conta que, mesmo pós-fechamento, “nunca pararam de chegar ‘mudeiros’ novos”. Muitos “fazem uma, duas, três [edições] e depois vão embora”, por motivos diversos; mas muitos ficam. Comento ter notado somente duas mulheres na reunião, além de só ouvir falar de “*mudeiros*”: Z. confirma o desequilíbrio de gênero, afirmando isso estar sempre em debate internamente, ainda que já tenham chegado a ter programa feminista. Especula-se que os motivos sejam desde assédio sexual ao desconforto por conta da usual sujeira e mau cheiro do estúdio (Z., 2015).

Quanto ao público alvo, Z. confessa não ter “essa preocupação, fazer o programa e saber para quem faço e quem está escutando e ter interação com o ouvinte...”. Ainda que chegue a se dirigir a um potencial ouvinte, “não há grande interação” (Z., 2015). Na entrevista para a pesquisa quantitativa, ao ser perguntado pela audiência estimada, V. “acha que isso nem importa pros fins da rádio” (V., 2015). Já W., quando faz o seu programa “Misanthropo”, pensa “em fazer um bagulho que eu curto e tocar músicas que são bem pesadas, que eu gosto e não toca em lugar nenhum (...) sinceramente eu não me importo muito com meu público”. De todo modo, por ser muito específico, “acaba tendo bastante ouvinte”. Na época em que puxaram um ramal de telefone da Unicamp pra rádio, muitos ligavam (W., 2015).

Em mais um “reza a lenda”, W. me contara no dia anterior que a Muda foi a primeira rádio a ter um site na internet, no começo dos anos 1990. Já o *streaming* (webrádio), acredita ter iniciado em 2003 ou 2004, quando ainda era um computador captando o áudio de um rádio analógico para retransmitir a programação (W., 2015). Apesar de ser “um grande

adepto do FM analógico”, Z. acha que “o streaming é imprescindível para quem não está aqui” e também para medir a audiência: “há sempre gente em todo o mundo escutando a Muda” (Z., 2015).

Depois do almoço, num dos bancos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, conversei com K., 23 anos. Além de ser investigado (juntamente com outros 5) na ação civil, ele está passando por uma sindicância interna da Unicamp, já que é o único ainda aluno dentre os citados. De acordo com ele, o próprio reitor estaria sendo acusado de “improbidade” por não ter tomado medidas contra a Muda. Como resposta, abriu esse processo disciplinar contra K. “referente à prática de atividades de radiodifusão ilegal dentro da universidade” sujeito à pena do artigo 228 do regimento interno da Unicamp, que prevê desde advertência à expulsão. Seu maior receio é quanto ao seu trabalho: qualquer sanção acima da advertência significaria perdê-lo, já que depende do vínculo com a universidade (K., 2015).

Ele conheceu a Muda em 2012 através de um amigo. Depois “colou várias outras vezes” como “ouvinte presencial”, já participando e opinando nas reuniões semanais. Mas foi somente no ano seguinte que começaria com um programa sobre rap nacional em parceria com um amigo, para então depois tocar um programa próprio sobre hip-hop instrumental, em que recebia vários *rappers* para rimar *free style* enquanto ele soltava o *beat*. O programa ficou no ar até o último fechamento, coincidindo com o início de sua pesquisa sobre a Muda: por uma questão metodológica decidiu se afastar.

Ele me contou que uma das ações judiciais foi a apreensão, em abril de 2014, do Saravá, um servidor localizado na Unicamp e pertencente ao coletivo de mesmo nome, que se define como “um grupo de estudos que há dez anos oferece infraestrutura tecnológica, reflexão política e sistema de comunicação autônomos e seguros de forma gratuita a grupos de pesquisa e movimentos sociais”⁴⁶. Um dos hospedados é o próprio Radiolivres.org, que, por sua vez, hospeda o site da Muda. O objetivo seria buscar dados disponíveis no site da rádio a fim de identificar seus participantes. De acordo com W., como o “HD estava criptografado ele não conseguiu acessar porra nenhuma”. Depois disso, o servidor acabou indo para fora do Brasil (W., 2015).



⁴⁶ Disponível em <http://www.sarava.org/pt-br/principios>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

Repito para K. a pergunta do motivo da recusa à concessão: “outorga é o caminho inverso, você criar uma forma institucional de uma rádio se manifestar”. Para ele, a própria estrutura organizacional da rádio livre inibiria o que tem se tornado comum nas rádios comunitárias: proselitismo religioso, político, atuação governista etc. Ele exemplifica que manifestações partidárias individuais seriam toleradas: “não em nome do seu partido, mas tem que fazer isso em sua própria concepção individual, na sua voluntariedade” (K., 2015).

A última tarefa do dia seria cumprir o questionário quantitativo. Pensava que teria problemas para encontrar alguém que se dispusesse a tal: lembrava da minha conversa com Y. de um jargão comum na rádio: “a rádio Muda também é você, mas você não é a Rádio Muda” (Y., 2015). Porém, V., 25 anos, topou prontamente. Como acontecera com a Xibé (cf. 1.1.7), enfrentei as mesmas dificuldades por conta de um questionário mais direcionado à realidade institucionalizada das rádios comunitárias tradicionais. De todo modo, V. revelou que, mesmo não havendo diretoria, “há um núcleo duro das pessoas que mais [participam]” (V., 2015). De acordo com Q., o processo jurídico cita “toda uma teoria para dizer que a gestão da Muda é feita... tem um coletivo, só que o coletivo é dividido em ‘coletivozão’ e ‘coletivozinho’, que são termos que a gente absolutamente nunca usou” (Q., 2015), mas que deve se referir ao que V. mencionara.

A principal fonte de informação são sites da internet. V. menciona o “Diário Liberdade” (“um site colaborativo anticapitalista lusófono, da Galícia”), “Jornal Nova Democracia”, Mídia Ninja e o CMI. Em outra resposta, ele conta que a rádio está sem acesso à internet. Chegam a usar o sinal de wi-fi liberados para alunos, mas normalmente com pouca conexão. O celular não é usado como forma de interação com os ouvintes, apenas para comunicação entre os integrantes. Não estão nas redes sociais “porque são ferramentas nem um pouco seguras na questão de privacidade”. Mesmo na hipótese de conseguirem alguma segurança, ele se pergunta: “vai ser uma ferramenta que vai ficar monopolizada na mão de quantas pessoas?” (V., 2015).

Havia a vontade de continuar a conversa, mas já estávamos atrasados para uma combinada cerveja final antes de pegar meu voo de volta para o Rio. W., K., V., Nils Brock e eu acertamos algumas possibilidades de colaboração mútua entre AMARC Brasil e Muda na realização do seminário sobre disputa do espectro eletromagnético. Mas o principal assunto acabou ficando em torno do desejo de criar mais pontes para recíprocas contaminações entre comunitárias e livres, derrubando (os muitos) preconceitos mútuos e localizando (os muitos) princípios comuns.

1.2 PESQUISA QUANTITATIVA

A pesquisa qualitativa nos forneceu a profundidade necessária para uma análise do alcance individual da hipotética crise nas rádios comunitárias, dos múltiplos fatores que a determinam e como suas consequências aterrissam no cotidiano das emissoras (e desde ali a retroalimentam). Porém, se fazia indispensável uma amplitude quantitativa para comprovar, relativizar ou refutar o que fora verificado localmente. E vice-versa.

Somos conscientes das muitas limitações das pesquisas quantitativas: o universo restrito de respondentes; o grau de informação global da/o respondente; seu estado de espírito ao completar o questionário; as expectativas quanto ao que é *correto* a ser respondido; são alguns dos muitos fatores que interferem no resultado final. Além disso, a frieza dos números requer interpretação responsável e contrapontos de casos concretos para evitar (ou, ao menos, minimizar) sua manipulação interessada: podemos “ler” os números de muitas formas e quase sempre o fazemos à espera de um resultado, já desde o momento da formulação da pergunta. Nossa estratégia de autotraição foi tornar o mais transparente possível: o porquê e as limitações de cada pergunta; os erros metodológicos verificados *a posteriori*; coincidências e discrepâncias quanto ao previamente esperado, e; a comparação com os resultados obtidos na pesquisa qualitativa. Acreditamos, assim, poder melhor gozar das vantagens que as pesquisas quantitativas têm ao apresentarem um panorama geral e das tendências do fenômeno social observado.

Nessa alçada, chamou-nos à atenção inconsistências, talvez menos por improbidade que por precaução legal e desejo de satisfazer uma presumida expectativa do pesquisador. Por exemplo, o diretor de uma rádio comunitária me confidenciou ter recebido ajuda parlamentar para obtenção da outorga. Na leitura que fizemos de uma pesquisa acadêmica anterior sobre a mesma emissora, esse mesmo diretor dissera o contrário. Em outro momento, em uma de nossas visitas atestamos que o transmissor de uma rádio estava regulado para cerca de 100 watts, ainda que um dos colaboradores garantisse que a potência não ultrapassava os 25 watts legalmente permitidos. Situações parecidas provavelmente ocorreram na pesquisa quantitativa, ainda que tenhamos garantido sigilo às emissoras quanto à autoria das respostas (ver Anexo B). Procuramos destacar tais possibilidades balizando com o que verificamos na visita presencial às rádios. Entretanto, imprecisões devem ser encaradas como dados: as discrepâncias podem, por exemplo, indicar a limitação anacrônica legal que leva à desobediência civil ou indiciar um *ideal* de rádio comunitária.

Quanto à elaboração do questionário, nos meses de maio e junho de 2013, a partir das hipóteses e sob a supervisão de nossa orientadora, uma primeira versão⁴⁷ foi preparada e enviada em caráter de teste para cinco emissoras comunitárias da rede de rádios da ONG CRIAR Brasil⁴⁸, parceira da pesquisa juntamente com a AMARC Brasil⁴⁹: Associação Radiodifusão Comunitária Capivari FM (Capivari de Baixo/SC); Associação Rádio Comunitária Coité Livre FM (Conceição do Coité/BA); Rádio Comunitária Jacundá FM (Jacundá/PA); Associação Radiodifusão Comunitária Vicente Dutra (Vicente Dutra/RS); Rádio Comunitária Alternativa FM (Nazaré da Mata/PE) (todas respondentes da versão final do questionário). Em seguida, incorporamos ajustes a partir da análise das respostas ao questionário-teste e de posteriores alterações no recorte e no objeto de nossa pesquisa. Com isso, chegamos ao questionário disponível no Anexo B.

Para seguir a metodologia proposta, inicialmente priorizamos as emissoras indicadas pelos pesquisadores e lideranças do movimento de rádios comunitárias. Mas mesmo que obtivéssemos respostas de todas as 78 indicadas, ainda haveria a necessidade de complemento para chegar ao universo esperado de respondentes (100). Além disso, havia desequilíbrio regional nas indicações (cf. 1.1) e, a fim de garantir representatividade regional, tínhamo-nos estabelecido as metas de, no mínimo, 10 emissoras por região e, no máximo, 30. Outra distorção a ser corrigida, nessa segunda fase da pesquisa, seria garantir maior aleatoriedade na escolha das emissoras: se para a pesquisa qualitativa a intenção era nos atermos às indicações do campo, esperávamos na pesquisa quantitativa dar conta do pressuposto estatístico de objetividade. A solução encontrada foi, ao invés de insistir em uma nova rodada de indicações, fazer uso do cadastro de rádios do CRIAR Brasil. Tendo em vista que ali só há classificação de rádios “comunitárias” (sem ou com outorga, indistintamente), “educativas” ou “webrádios”, garantimos uma seleção mais randômica.

Prevíamos que não seria fácil contar com a participação de cem rádios comunitárias para preencher um questionário de 33 perguntas, muitas com desdobramentos: por telefone, isso levava de 30 a 40 minutos. Contando majoritariamente com pessoal voluntário (cf. 1.2.4), como é o caso de Nilson Santos, da Esperança FM, seus participantes assumem, como

⁴⁷ Para essa primeira versão também contamos com as gentis e inestimáveis contribuições da professora Cicília Peruzzo (UMESP) e Nils Brock (AMARC Brasil/Universidade de Berlim).

⁴⁸ O CRIAR Brasil (www.criarbrasil.org.br) é uma organização não governamental carioca que há 22 anos atua com comunicação popular perseguindo a missão de “apoiar as organizações dos movimentos sociais através de estratégias de comunicação como produção, assessoria, pesquisa e capacitação em rádio e outras plataformas – impresso, internet e audiovisual – visando à efetivação dos direitos humanos, com foco no direito à comunicação”. Disponível em <http://www.criarbrasil.org.br/institucional>. Acesso em 24 de fevereiro de 2016. A entidade cedeu gentilmente o acesso ao seu cadastro de rádios parceiras em todo o Brasil para a pesquisa.

⁴⁹ Ver Nota 5.

ele, “múltiplas funções” e o tempo acaba sendo “o bem maior que a gente tem hoje”, nas palavras de Regis, da Heliópolis. Foi necessária muita insistência ao longo de meses de tentativas. A rotina consistia em ligar para a rádio solicitando participação com responsável para, então, enviar o questionário via email. Normalmente eram necessários diversos contatos para insistir na participação ou solicitar correções de imprecisões, de perguntas deixadas em branco, de questionários incompletos. As adesões mais imediatas partiram da Região Nordeste, enquanto as da Região Sudeste foram as que exigiram maior esforço.

Os primeiros contatos foram feitos via email na primeira quinzena de julho de 2015 e a meta só seria atingida na primeira quinzena de janeiro de 2016⁵⁰. De julho a setembro de 2015 os preenchimentos aconteceram somente por telefone e email. A partir de outubro passamos a contar com a possibilidade de preenchimento online. Para tal foi contratado o serviço SurveyMonkey, que permite a criação de questionários online e sistematizações automáticas dos resultados. Mantivemos a mesma rotina anteriormente descrita, mas agora incluindo um link⁵¹ para preenchimento. Adicionalmente, subimos todos os questionários respondidos via email e telefone para a plataforma online, para que fossem computados.

Para assegurar o equilíbrio regional, de acordo com que as respostas chegavam, deslocávamos nossa insistência para uma ou outra região. Ao final, ainda que sem alcançar a meta de número máximo por região em um caso (ver Nordeste, na Tabela 1), atingimos a meta de número mínimo por região. Além disso, foram representados praticamente todos os estados federativos, com exceção de Roraima e Mato Grosso do Sul. Uma lista completa de todas as rádios (nome fantasia, região, estado e cidade) está no Anexo B.

Tabela 1- Divisão de rádios pesquisadas por regiões

Região	Número de respondentes
Norte	11
Nordeste	34
Centro-Oeste	11
Sudeste	26
Sul	18
Total	100

Apenas como referência – já que nosso universo ultrapassa emissoras com outorga e por sabemos das distorções políticas nas suas concessões – ao levarmos em conta a tabela

⁵⁰ A realização da pesquisa quantitativa contou com a imprescindível colaboração das pesquisadoras Isabela Medeiros Soares e Viviane Nascimento de Oliveira.

⁵¹ O link era <https://pt.surveymonkey.com/r/RadiosComunitarias> (após atingirmos a meta, em 9 de janeiro de 2016, o link foi desativado).

disponível do Ministério das Comunicações⁵², nota-se coerência com a divisão regional obtida na pesquisa (conforme Tabela 2).

Tabela 2 – Comparação das divisões de rádios por regiões (Ministério das Comunicações e pesquisa)

Região	Ministério das Comunicações		Pesquisa	
	Número de rádios	Porcentagem	Número de rádios	Porcentagem
Norte	327	7%	11	11%
Nordeste	1408	30%	34	34%
Centro-Oeste	437	10%	11	11%
Sudeste	1538	33%	26	26%
Sul	931	20%	18	18%
Total	4641	100%	100	100%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados do MiniCom

Como a ordem das perguntas obedecia a uma divisão temática, iremos apresentar os resultados da pesquisa quantitativa seguindo a cronologia do questionário. A sistematização detalhada dos dados (íntegra das respostas, gráficos, tabulações etc.) está disponível nos Anexos, assim organizados: Anexo D (Aspectos legais), Anexo E (Origem, motivação e participação), Anexo F (Programação), Anexo G (Equipe e vinculação), Anexo H (Sustentabilidade econômica) e Anexo I (Apropriações e questões tecnológicas). Movemos para cá os gráficos mais significativos.

1.2.1 Aspectos legais

Panorama geral

As perguntas 1 a 3 enfatizaram questões ligadas mais diretamente ao Estado em sentido restrito ou “sociedade política” (GRAMSCI, 2001): processo de outorga, fiscalização, repressão e a proibição da formação de redes. Elas buscaram dar conta de um dos objetivos da pesquisa: entender como tem se dado a relação das rádios comunitárias com o Estado brasileiro. Os resultados da pesquisa quantitativa, em conjunto com o que foi observado nas visitas, explicitam uma relação, no mínimo, de tensão, visto mais como oponente que efetivo promotor da radiodifusão comunitária, dada a ação de seu aparelho estatal (Legislativo, Executivo, Judiciário, Aparato regulatório e repressor).

⁵² Disponível em www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria referente ao número de rádios outorgadas em 30 de setembro de 2014. Acesso em 4 de abril de 2016.

Quanto ao aspecto legal, como explicitaremos mais abaixo, as críticas à lei 9.612 – que regulamenta a radiodifusão comunitária desde 1998 – e seus dispositivos normativos aparecem diretamente em muitas respostas. Um elemento legal não foi objeto de análise na pesquisa quantitativa, mas foi alvo de muitas críticas na fala de entrevistados da pesquisa qualitativa: a frequência única. Como veremos, a lei 9612 estabelece em seu artigo 5º que fica reservado “um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada” (BRASIL, 1998). Essa limitação tem causado uma série de problemas às rádios comunitárias: há casos, como o da Heliópolis, em que comunidades, antes parceiras, entraram em dissenso após uma ter recebido a concessão e, assim, inviabilizado o da outra, dada a proximidade física (os mapas de habilitação de outorga garantem exclusividade num raio de quatro quilômetros). Ouvimos de ambas as Rádio Cidade e Nativa, em Altamira, reclamações quanto a áreas em que o sinal “trepa” no da outra, tornando ambas inaudíveis. O mesmo acontece com a Utopia FM, que, por vezes, tem seu sinal sobreposto pela Rádio Comunitária de Paranoá, ambas no Distrito Federal.

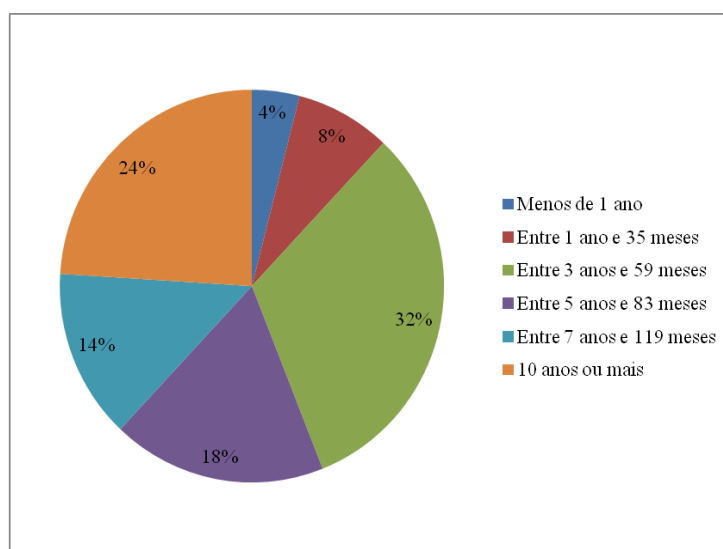
Porém, durante a pesquisa qualitativa, também emergiram entendimentos positivos quanto à obtenção de uma outorga, pois, ainda que implique restrições, conferiria legitimidade (como afirmaria Ronaldo César, da Terra Livre) e faria cessar a repressão (como afirmaram Régis e Gerô, da Heliópolis). Essa lógica circular de legitimação estatal, em que a repressão sistemática empurra as rádios à outorga, atinge até as células mais libertárias das rádios comunitárias: como vimos, Sílvio Bastos, da rádio livre Xibé, almeja a legalização pelo medo da repressão. Porém, tal lógica é também alimentada pela outra esfera do Estado ampliado (GRAMSCI, 2001), a sociedade civil: tendo iniciado ainda na fase alegal das rádios comunitárias, até hoje persiste uma campanha veiculada pelas emissoras comerciais de rádio e TV que associa a radiodifusão comunitária ao crime, clandestinidade e risco (cf. 3.3.1). Como vimos na fala do Padre Manoel Beserra, um dos idealizadores da Independência, a primeira tarefa na estruturação da rádio foi lutar contra o estigma de “pirata”. Leônio Gomes, da Utopia, imputa a dificuldade para atrair novos colaboradores, em parte, ao mesmo estigma. O principal motivo de a Terra Livre tentar pela terceira vez a outorga é a pressão do poder público local, dos anunciantes e dos ouvintes que associam licença à legitimidade. Rádios livres, como Muda e Xibé, sem outorga por princípio, são atingidas frontalmente pela campanha que liga *ilegalidade* à *ilegitimidade*.

Detalhamento

Um primeiro dado que se apresenta é quanto ao próprio universo de referência da pesquisa (cf. Anexo D, perg. 1): 68% das respondentes têm outorga, 13% estão em processo e 4% ainda não fizeram o pedido (mas pretendem), ou seja, 85% são rádios comunitárias que têm ou buscam a outorga; somente 15% afirmaram não buscar a licença (rádios livres, webrádios etc.). Tal configuração vai ao encontro dos objetivos da pesquisa, pois, ao abranger majoritariamente rádios comunitárias tradicionais, poderá nos dizer das tendências das que são maioria no universo de rádios comunitárias (em sentido amplo), mas também contemplando (em menor grau) perspectivas dos novos tipos de rádios comunitárias. Na análise do universo das rádios pesquisadas em profundidade (pesquisa qualitativa), há certa concordância com o universo da pesquisa quantitativa, a saber: 60% estão com outorga (Heliópolis, Cidade, Independência, Quixelô e Esperança) 10% estão em processo (Terra Livre), nenhuma pretende, mas ainda não fez o pedido e 30% não buscam outorga (Alma, Xibé e Muda). O maior número desse último tipo se justificava pela necessidade de investigar nossa hipótese quanto à hegemonia de um novo sujeito e tipo de ação política que, em se tratando do nosso objeto, se manifestaria mais nas rádios livres que nas comunitárias (com ou que buscam a outorga), tendo em vista seu modo de gestão, objetivos, perfil dos militantes etc..

A pergunta seguinte (cf. Anexo D, perg. 1.1) está relacionada a umas das principais reclamações das rádios comunitárias, a demora no tempo de outorga. Como vemos no Gráfico 1, de fato, 88% das respondentes válidas esperaram mais que três anos para conseguir a autorização para funcionamento. Em 24% dos casos essa demora ultrapassou dez anos (como uma rádio na Bahia que está há 18 anos à espera da regularização), enquanto só em 4% dos casos esse tempo foi inferior a um ano. De acordo com a Lei 9.612/98, a “outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período” (BRASIL, 1998). Ou seja, desde 2008, já temos rádios em processo de renovação: ela foi mencionada em 10 das 52 respostas, algumas também reclamando da demora (“já estamos na espera há 2 anos e meio”; “agora estamos há 4 anos tentando renovação”).

Gráfico 1 - Tempo de espera para obtenção da outorga



Por conta da costumeira demora, muitas emissoras lançam mão de uma estratégia já apontada por pesquisadores e que iremos analisar mais à frente (LIMA e LOPES, 2007, cf. 4.3.2): ajuda de parlamentares e/ou advogados (cf. Anexo D, perg. 1.2). Aqui houve grande diferença entre os resultados das pesquisas qualitativa e quantitativa: enquanto 83% das rádios visitadas (entre as 6 com outorga, há somente uma exceção) afirmaram ter contado com ajuda parlamentar, esse número cai para 31% (15% com ajuda parlamentar e 16% com ajuda jurídica⁵³) no caso das rádios da pesquisa quantitativa. Uma explicação possível é que as respondentes tenham faltado com a verdade, entendendo como antiética tal prática. Porém, quando notamos que 56% das respondentes demoraram mais de 5 anos para conseguir a outorga (cf. Anexo D, perg. 1.2), parece factível que 69% não tenham contado com qualquer contato em Brasília para obtenção da licença. De todo modo, temos que ter cuidado ao fazer uma relação direta entre 1.1 (tempo de outorga) e 1.2 (ajuda ou não para sua obtenção), pois há casos em que a rádio buscar esse recurso só depois da constatação da demora na tramitação. Por exemplo, na pesquisa qualitativa, não parece ser por acaso que justamente a Rádio Esperança, a única que não contara com a ajuda parlamentar, seja a que mais tenha esperado (10 anos) para a licença. Por outro lado, a outorga da Heliópolis, mesmo com a ajuda de um advogado, só viria 8 anos depois do pedido: tal demora foi pela ausência de aviso de habilitação para São Paulo.

À pergunta 1.3 (cf. Anexo D) interessava saber como atua o aparelho fiscalizador estatal: 7 em cada 10 respondentes válidas asseguraram ter sido visitada, multada ou notificada pela Anatel depois da outorga. Ainda que soe natural a vigilância por um órgão

⁵³ Posteriormente verificamos uma imprecisão na pergunta 1.2 que previu a possibilidade de ajuda parlamentar e jurídica simultaneamente, algo constatado na pesquisa qualitativa.

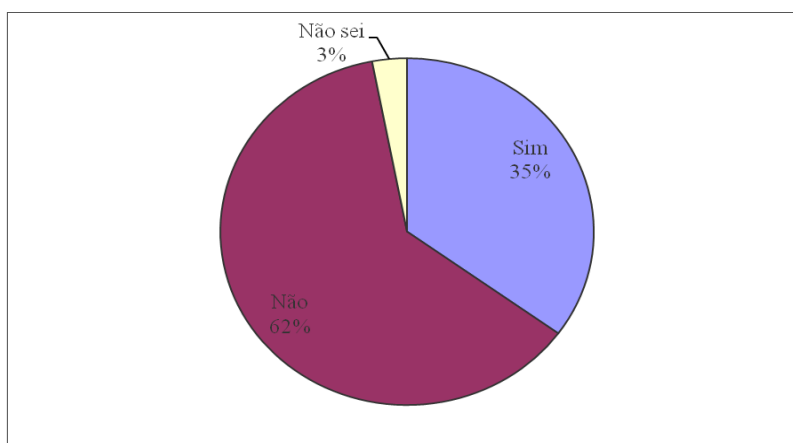
regulatório, veremos em 4.2.4 que há maior rigor com as comunitárias. O aprofundamento nos motivos da visita, multa ou notificação (cf. perg. 1.3.1, Anexo D) demonstra que o mais recorrente é inadequação técnica (antena, frequência etc.), seguido do uso indevido de publicidade e questões burocráticas. Em nossa observação participante no movimento de rádios comunitárias é comum a percepção de que a ação da Anatel é mais responsiva que positiva, ou seja, age mais dando conta de denúncias que fiscalizando ativamente e positivamente (mínimo obrigatório de notícias, diversidade regional da programação etc.). Isso se exemplifica quanto aos dados referentes a 2014: das quase duas mil ações para verificações de uso do espectro, 55,5% foram acionadas através de denúncia⁵⁴. Também na pesquisa qualitativa, ouvimos rádios apontarem que as denúncias de fechamento e fiscalização partem de rádios comerciais locais, preocupadas com a concorrência das comunitárias (Independência e Xibé) ou mesmo dentre comunitárias em disputa (Nativa e Cidade FM). O cruzamento dessas percepções com o resultado de que os dois principais motivos da ação da Anatel junto às comunitárias são inadequação técnica (51,2%) e uso indevido de publicidade (28,5%), sendo mínima a ocorrência de fiscalização da programação (4%), demonstra a ausência de uma agenda positiva por parte da Agência, correndo o risco de estar sendo pautada pelos interesses de uma parcela dos radiodifusores.

De acordo com o artigo 16 da lei 9.612 (BRASIL, 1998), as rádios comunitárias estão proibidas de transmitir em rede, um recurso permitido e amplamente utilizado pelas rádios comerciais. Apesar de tal proibição, cerca de 73% das rádios perguntadas teriam interesse em fazer link com outras comunitárias (cf. perg. 2, Anexo D). Os principais motivos pelo *interesse* foram: o enriquecimento da programação (18%), interação com outras emissoras (17%), o fortalecimento do movimento de rádios comunitárias (11%) e para se integrar com a região (8%), sendo que uma em cada quatro rádios (26%) não justificou. A necessidade de enriquecimento da programação e integração regional coincide com o que foi majoritariamente observado na pesquisa qualitativa: devido às dificuldades recentes, a Utopia tem contado com programação basicamente musical, mantida no piloto automático; ainda que de qualidade, o jornalismo da Esperança, de acordo com a locutora Humildes Ferreira, ainda carece de notícias locais; essa é a mesma reclamação de vários locutores entrevistados e dos ouvintes da Independência; também muitos locutores da Quixelô lamentam a falta de um repórter comunitário. Já o interesse pelas possibilidades de interação e pelo fortalecimento do movimento de rádios comunitárias parece ecoar o que o movimento entende como o principal

⁵⁴ Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/clippingmenu/item/24091-anatel-lacra-663-estacoes-irregulares-em-2014>. Acesso em 2 de maio de 2016.

motivo – político – da proibição legal de formação de rede. Quando nos atentamos para os principais motivos pelo *desinteresse* em tal recurso, também se destacam as que não justificaram (30%); seguidas pelas que citam a proibição legal como justificativa (17%); as que entendem que a principal característica da comunitária é o regionalismo (13%), e; as que apontam a infraestrutura precária (9%) como motivo do desinteresse. Aqui chama a atenção que a proibição legal seja o principal motivo alegado, denotando a lógica disciplinar estatal, que tende a naturalizar e legitimar o que é estabelecido na lei. A segunda maior incidência de respostas se localiza no mesmo mecanismo, pois vincula *comunidade a território*, na letra do que foi estabelecido pela 9.612. Por fim, fizemos um recorte das respostas, separando as que não buscam a outorga das demais: houve menor interesse (67%) entre o universo das livres que das ditas legalistas (72%), refutando nossa expectativa de que o primeiro grupo teria maior interesse na ação em rede, dado o perfil comumente encontrado nesse universo. Apesar da proibição, as rádios têm feito uso do artifício em rede, seja por desobediência civil ou via novas tecnologias de informação e comunicação (como é o caso das rádios da rede ComRadio, da qual a Esperança faz parte, e o da Xibé, que, mais de uma vez, transmitiu com sua colibertária Muda, do outro canto do Brasil, através da internet).

Gráfico 2 – A rádio já foi fechada pela Polícia Federal e Anatel?



A última pergunta (e seus desdobramentos) sobre aspectos legais tratava da repressão estatal. Atentemos que a pergunta 3 (cf. Anexo D) fala em *fechamento*, não em tentativas ou ameaças, o que, de acordo com o verificado na pesquisa qualitativa (Heliópolis, Independência, Xibé, Utopia, Terra Livre e Muda sofreram tais investidas), provavelmente traria números superiores. Ainda assim, uma em cada três rádios (35%) já foi fechada pela

Polícia Federal e Anatel. Por outro lado, se chocarmos o outro lado dessa informação – 62% das respondentes nunca foi fechada – com o alto número de fechamentos de rádios sem outorga (desde antes, mas também depois da lei, com arrefecimento apenas recente, cf. 4.3.4), podemos inferir que a repressão tem tido a capacidade de inibir a continuidade do funcionamento da emissora depois do primeiro fechamento.

Dentre as que persistem mesmo depois do fechamento (cf. perg. 3.1, Anexo D), a maioria das respondentes válidas (66%) foi fechada uma (48%) ou duas vezes (18%). Chama a atenção que 5 emissoras (15%) foram fechadas mais que 6 vezes, sendo que uma dela passou 13 vezes pelo fechamento. Dentre as analisadas na pesquisa qualitativa, 3 (Heliópolis, Independência e Muda) foram fechadas uma vez e a Utopia, duas vezes.

A recorrente reclamação da ilegalidade no modo de fechamento confirmou-se na pergunta 3.2 (cf. Anexo D). Diferentemente do que é determinado nos procedimentos normativos, a maioria (60%) das emissoras passou por fechamentos sem mandado de busca e apreensão⁵⁵ e em somente 20% (ou um em cada cinco) dos casos isso ocorreu em todos os fechamentos. Na frustrada tentativa de fechamento da Xibé e numa das da Muda, por exemplo, os relatos apontam que não havia qualquer mandado.

Outro procedimento normativo é a obrigatoriedade da presença de um agente da Polícia Federal e outro da Anatel. Nesse caso, a maioria (51% ou 19) das respondentes afirmou que o fechamento aconteceu na legalidade contra 34% (12) sem a presença de ambos os agentes. Dentre essas 12, 7 especificaram quem eram os agentes: 3 afirmaram haver somente agente da Anatel (como foi o caso da Xibé), outros 3 somente da Polícia Federal, uma afirmou “às vezes” vir um ou outro agente. Não foram verificados casos da presença de outros agentes (Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia civil etc.), como já se ouviu em relatos no movimento de rádios comunitárias. Destacamos também aqui que uma respondente afirmou que todas as vezes um mesmo agente realizou a operação.

Na última pergunta referente à repressão (cf. perg. 3.4, Anexo D) identificamos uma imprecisão, pois a pergunta no singular não considera a possibilidade de a ação ter acontecido mais de uma vez (como vimos, pelo menos, 51% dentre as respondentes que passaram pelo fechamento). Com isso, presumimos que as respostas levam em conta a maioria das vezes. Mais uma vez aqui, contrariando nossas expectativas, somente 8% consideraram a ação truculenta (com violência física e verbal) e 6% desrespeitosa (com agressão verbal). Quase 49% consideraram a ação respeitosa (como relataram os diretores da

⁵⁵ Separamos a categoria afirmativa em “sempre” e “na maioria das vezes” para destacar o que deveria ser a regra, a saber, a presença de um mandado (cf. perg. 3.2, Anexo D).

Heliópolis e Independência), e outros 26%, ainda que entendendo a ação como desrespeitosa (provavelmente pelo ato em si), não apontaram agressão física ou verbal (como no relato da Muda). Ainda que não saibamos de sondagem anterior, tal resultado parece representar uma mudança no modo como tem se dado os fechamentos por parte dos agentes do Estado, tendo em vista os recorrentes relatos no passado de ações truculentas.

1.2.2 Origem, motivação e participação

Panorama geral

Se o grupo de perguntas anterior contemplava alguns dos fatores político-estatais da nossa hipótese central, as perguntas de 4 a 11 (cf. Anexo E) focam nas características político-sociais que podem indiciar uma hipotética crise nas rádios comunitárias. Para tal, primeiramente constatamos que, majoritariamente nascidas no seio de atores políticos coletivos (movimentos sociais, comunitários e culturais, principalmente), as rádios comunitárias como a conhecemos estão envelhecendo: pelo menos desde uma década, há uma diminuição progressiva no ritmo de criação de novas rádios. Ainda atuantes na coisa pública, seus participantes estão interessados tanto nos espaços participativos quanto representativos do Estado. Seguindo a própria origem dessas rádios, o engajamento de seus membros se concentra em diversas frentes da sociedade civil, numa multiplicidade de movimentos sociais. Ao nos determos nas causas a que estão engajados, por um lado, identificamos a relação com pautas de atores que estão na origem dessas rádios no Brasil (movimentos eclesiais de base, agrário e sindical) e, por outro, a reivindicação por chamados direitos de segunda geração⁵⁶, relacionados à garantia por parte do Estado de direitos econômicos, sociais e culturais. E aí que surge um aparente contrassenso: a despeito desse

⁵⁶ Convencionou-se dividir os direitos fundamentais (garantidos em Constituições) em “gerações”, no intuito de destacar os diferentes momentos históricos em que nasceram e/ou foram consolidados, fruto do processo histórico-social. Tal divisão não subassume substituição, mas acúmulo. Dessa forma, os *direitos de 1ª geração* estão relacionados a restringir a ação do Estado sobre o indivíduo (liberdade negativa), tem como valor-fonte a Liberdade e estão relacionados aos direitos civis e políticos (ex.: direito a propriedade, locomoção, associação etc.); já os *direitos de 2ª geração* estão relacionados a prestações positivas do Estado aos indivíduos (direitos de bem-estar), tem como valor-fonte a Igualdade e estão relacionados aos direitos econômicos, sociais e culturais (ex. educação, saúde, trabalho, moradia, acesso a terra etc.), e; por fim, os *direitos de 3ª geração* são direitos que transcendem a esfera individual para alcançar a coletividade (transindividuais ou supraindividuais), tem como valor-fonte a Solidariedade/Fraternidade e estão relacionados aos chamados direitos coletivos e difusos (ex.: meio ambiente saudável, direitos do consumidor, comunicação, propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade etc.). Já se fala em *direitos de 4ª geração* relacionados à globalização e dependeriam da concretização de uma sociedade sem fronteiras e universal (ex.: direito à democracia, informática e pluralismo). Cf. BONAVIDES, 2008.

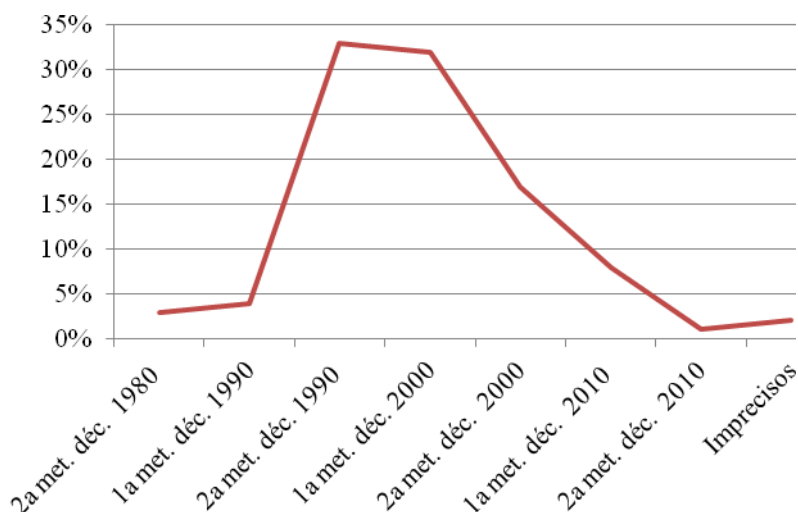
maciço engajamento em causas diversas, a própria luta das rádios comunitárias não tem sido uma prioridade. (Uma linha explicativa é o entendimento da rádio comunitária como meio, instrumento de uma causa, não como fim em si). Por fim, os resultados dessa parte da pesquisa quantitativa indicam baixa participação da comunidade no processo decisório das rádios, que, ao menos no discurso, continuam buscando sistemas mais participativos e inclusivos.

Detalhamento

Ao analisarmos os resultados da pergunta 4 (cf. Anexo E) notamos claramente que o *boom* de criação de rádios se dá com as discussões e aprovação da lei 9.612 (2ª metade da década de 1990 e 1ª metade da década de 2000), para daí decair progressivamente⁵⁷: destacamos que 27% foram criadas entre 1996 (discussão do projeto de lei) e 1999 (ano seguinte à sua aprovação), sendo que 17% foram criadas em 1998. De todo modo, pelo que sabemos do processo histórico (cf. 4.3.1), é melhor entender a lei como resultado da expansão das comunitárias e não o contrário. Quando realizamos um recorte com as 15 rádios que não buscam a outorga, com a ressalva de ser um universo reduzido, notamos que são elas bem mais jovens que as demais: a maioria surge de 2005 em diante (10 ou 67%).

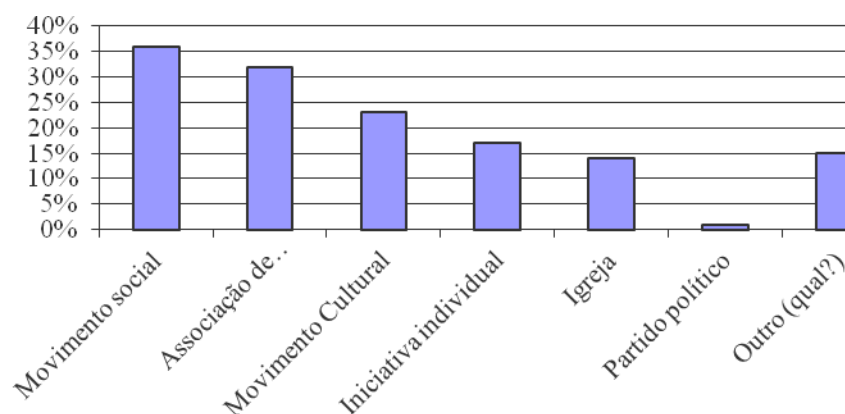
⁵⁷ Sobre a metodologia de leitura das respostas, quando as respondentes informaram a data da criação da associação e a da primeira transmissão (por exemplo, “processo em 1998, mas no ar em 2003”), consideramos a primeira informação, pois em nosso entendimento a transmissão seria somente resultado de um processo político que a justifica: é no surgimento da entidade que as discussões, mutirões, oficinas etc. se iniciam. De todo modo, respeitou-se quando a rádio sentenciara o que para ela era início (por exemplo, “juridicamente no final de 2011”; ou “2012, mas antes já tinham radioposte em 2005/2006”, ainda que para pesquisa a data da radioposte seria seu marco).

Gráfico 3 – Data de criação



Muitas rádios aproveitaram a resposta aberta para especificar o motivo e o contexto de sua criação: a primeira pessoa aparece em duas respostas (como em “...depois de certo tempo, devido à necessidade e a *minha* paixão por rádio *eu* a reergui...”). Soma-se aqui o fato de que, como veremos mais abaixo, a quarta maior incidência (à frente de igrejas e partidos políticos) quanto à articulação motivadora das comunitárias (cf. perg. 5, Anexo E) foi iniciativa individual (17%). Ainda que, num primeiro momento, isso gere desconfiças quanto a personalismos, muitas rádios comunitárias nascem como ideia/desejo da cabeça/coração de um indivíduo, sem que isso, necessariamente, signifique individualismo exclusivista ou inacessibilidade à comunidade *a posteriori*. O que pudemos perceber na visita às rádios é que, justamente aquelas que conseguem persistir ao tempo e a suas intempéries legais, políticas e tecnológicas, aquele idealizador/a tende a ser (mesmo que à distância) o que chamamos *guardião de princípios*, importante vinculador da rádio (trataremos em 3.4). Outras duas respondentes mencionam terem iniciado como radioposte. Esse foi o caso da hertziana Heliópolis e da também da virtual AlmaA: diferentemente de muitas rádios que, iniciam como radioposte, ganham as ondas do ar para, então, avançar pela internet, a webrádio de Londrina deu um salto tecnológico entendendo como mais vantajosas as possibilidades da rádio via web.

Gráfico 4 - Articulação original



Ainda sobre o contexto motivacional, a pergunta 5 (cf. Anexo E) indagava sobre a articulação original da qual partiu a emissora. O intuito de permitir respostas múltiplas era dar conta de rádios que surgiram de confluências de iniciativas. Como ilustrado no Gráfico 4, os resultados asseveram nossa hipótese de entendimento das rádios comunitárias como atores políticos: as altas incidências de “movimento social”, “associação de moradores” e “movimento cultural” denotam o objetivo político de sua criação. Ainda assim, chamam à atenção as razoáveis incidências de “iniciativa individual” e “igreja”. Contrariando nossas expectativas iniciais, surpreendeu a baixíssima escolha de “partido político”. Na pesquisa qualitativa, pudemos atestar a relevância da incidência político-partidária na origem de, ao menos, 6 delas: Cidade, Independência, Quixelô, Esperança, Utopia e Terra Livre (cabe ressaltar que, exceto a Cidade, todas as rádios falaram do protagonismo do Partido dos Trabalhadores). Porém, nenhuma delas escolheu a opção “partido político” no questionário quantitativo. Isso dialoga com o que verificamos na análise histórica do movimento de rádios comunitárias (décadas 1980/90): uma falta de entendimento, por parte dos partidos políticos de esquerda, da comunicação enquanto direito a ser reivindicado e não como mero *instrumento* para reivindicação de demais direitos (cf. 3.2). Isso não impedia, porém, que os militantes do nascente movimento de rádios comunitárias estivessem de algum modo engajados naqueles partidos e ali insistissem com a ideia de comunicação como direito humano. Enfim, parece mais correto avaliar aquela incidência político-partidária verificada na origem das rádios no sentido oposto do que esperávamos. Analisando as 15 respostas em “outras”, destacamos que 2 indicaram “sindicatos” e 4 ligação estudantil e/ou universitária. Ligado a esse tema, está uma pergunta que fizemos às rádios visitadas: qual o principal

direito pelo qual nasceu a rádio? Percebe-se aí certo equilíbrio entre as que destacaram direitos de 2ª geração (*Heliópolis*: moradia e educação; *AlmA*: cultura; *Independência*: convivência com o semiárido; *Quixelô*: direitos básicos; *Terra Livre*: acesso à terra; *Muda*: assistência estudantil) e as de 3ª geração, todas destacando o direito à comunicação (*Independência*: comunicação; *Esperança*: igualdade racial/comunicação; *Xibé*: comunicação/indígena; *Utopia*: comunicação).

A pergunta seguinte (cf. perg. 6, Anexo E) vai ao encontro do nosso corpo de hipóteses: 1 em cada 4 (26%) afirma que algum dirigente e/ou locutor concorreu a algum cargo nas últimas eleições. Trata-se de um número expressivo, já que o último sufrágio (2014) referiu-se aos cargos de Presidente, Governador, Deputado Federal e Estadual. Dada a área influência das comunitárias, a maior probabilidade é o cargo de Deputado Estadual. É o caso de Maria Rosalina, uma das diretoras e idealizadoras da *Esperança*: em sua segunda gestão como vereadora de Queimada Nova (a primeira, antes de a rádio existir) ela se candidatou a deputada estadual. Acreditamos que se a pergunta 7 se referisse às “últimas eleições *municipais*” o resultado seria ainda maior: em nossa observação participante no movimento de rádios comunitárias verificamos que, em época de eleições municipais, as emissoras se engajam no apoio de candidatos e sua atuação tende à zero no movimento. Ainda que não tenha disputado as últimas eleições municipais, Mácio Alves, idealizador da *Quixelô FM*, já disputara três outras, como vereador e como vice-prefeito. Para além da disputa eleitoral, tanto *Esperança* quanto *Quixelô* (e muitas outras comunitárias) surgiram para fazer a disputa política local com poderes estabelecidos por partidos de direita.

Da esfera *representativa*, partimos para avaliar a *participação* (cf. perg. 7, Anexo E) dos diretores da rádio em instâncias públicas municipais (conselhos, comitê gestor etc.). Percebemos um equilíbrio entre as rádios que atuam (50%) e as que não atuam (47%) nesses espaços. Ainda que considerando a limitação da pergunta anterior, ao cruzarmos as perguntas 6 e 7 notamos uma pequena tendência de terem candidatos internos as rádios que participam em alguma instância de participação pública municipal: dentre as rádios que participam de conselhos, 32% afirmaram ter candidatos nas últimas eleições; já as rádios que não participam, 19% afirmaram ter candidatura interna. Nessa alçada, Gerô, um dos principais idealizados de uma rádio com quase 30 anos de existência como a *Heliópolis*, avalia ter havido, antes, maior atuação política ou um “espírito de participar da cidade” ao lembrar quando a equipe ia, em peso, participar das reuniões da Câmara. Mas, ao mesmo tempo, vemos uma rádio jovem como a *webrádio AlmA* contabilizar participação permanente no

Conselho de Cultura de Londrina. De todo modo, dentre as nove rádios em que tivemos sucesso na visita (excetuando Cidade), com maior e menor participação, somente a Utopia afirmou não tomar parte de instâncias municipais de participação pública.

Da atuação política da rádio na *sociedade política* (perguntas 6 e 7) partimos para averiguar sua ação na *sociedade civil* (perguntas 8 e 9). Cerca de 3 em cada 4 (74%) afirmam ter algum membro da diretoria da rádio participando de algum movimento social (ambiental, indígena, mulheres, ONG, movimento comunitário, CEBs, pastorais..) (cf. perg. 8, Anexo E). Categorizamos as especificações dadas por 57 dos 74 que responderam afirmativamente à pergunta. Um primeiro dado que salta aos olhos é a multiplicidade de causas a que os ativistas de rádios comunitárias têm se empenhado: mesmo num esforço de concisão foram necessárias 24 categorias para agrupar as 127 menções, tendo em vista que muitas respostas apresentavam mais de um espaço de participação. Destaca-se a alta incidência de engajamento em movimentos pastorais e comunitários: ainda que ambos abranjam uma variedade de frentes, mormente estão relacionados a direitos sociais básicos e de pressão junto ao Estado por sua garantia (direito a terra, ao trabalho etc.), também chamados *direitos de 2ª geração*. Desse mesmo grupo também estão as terceira (cultural), quinta (sindical), sexta (agrário), sétima (educação) e oitava (saúde) maiores incidências. Os chamados *direitos de 3ª geração* aparecem nas quarta (ambiental) e sétima (feminista e racial) maiores menções, representando lutas mais ligadas aos chamados direitos coletivos ou difusos. No conjunto das categorias sobressai o engajamento e as pautas de atores que estão na origem dessas rádios no Brasil (movimentos eclesiais de base, agrário e sindical).

Na pergunta 9 (cf. Anexo E), realizamos um recorte quanto à averiguação da atuação na sociedade civil, especificamente à filiação a entidades do movimento de rádios comunitárias. Na pergunta anterior, tal engajamento só foi espontaneamente mencionado em 2% das respostas. Quando contrastamos com o resultado de que 60% afirmam estar associada a alguma entidade de rádio comunitária, inferimos que essa não tem sido uma prioridade de luta para as emissoras. A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) continua relevante enquanto entidade representativa das rádios comunitárias brasileiras. Destacam-se aqui a baixa penetração da AMARC Brasil⁵⁸ e a ausência de respondentes associados à *Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica* (ALER). Também chama à atenção que 40% não estejam associados a qualquer entidade, sendo que 2% não acham importante. Dentre as explicitações em “outras” destaques para a filiação a

⁵⁸ Nove menções é um número que superestima a penetração da AMARC no Brasil. Por ser uma pesquisa que também municieria um evento da Associação, houve incentivo interno para participação de suas associadas.

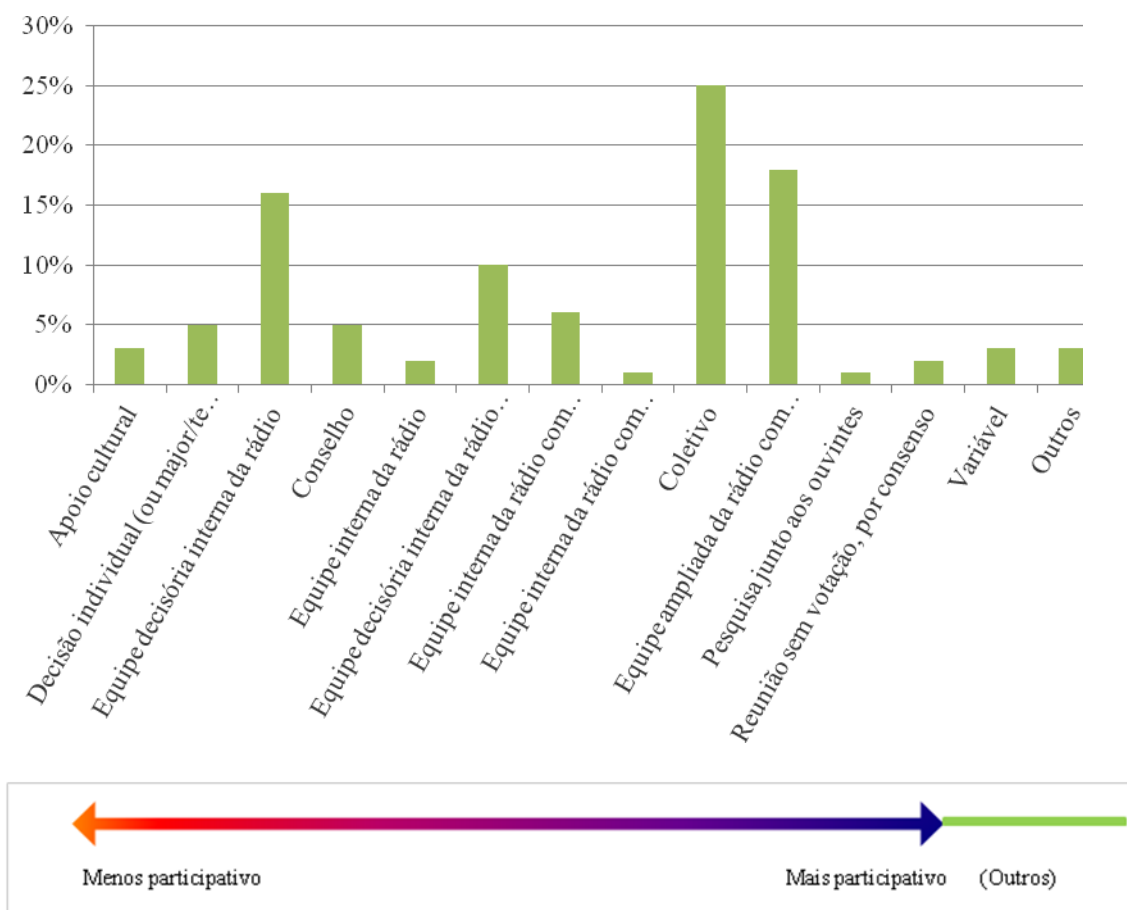
associações regionais (3 menções a Associação de Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro (ARCO-RJ) e 2 menções a Associação de Rádios Alternativas e Comunitárias da Bahia (ARCOBA)) e 2 menções para a entidade dissidente da ABRAÇO, o Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC). Quanto às associações múltiplas, somente 5 respondentes estão associados a mais de uma entidade (4 a duas entidades e 1 a três entidades). No universo das rádios visitadas somente 3 estão associadas a algum ente desse gênero: Heliópolis (AMARC), Independência (AMARC) e Quixelô (ABRAÇO). Nas entrevistas, as três destacam a importância, em diferentes momentos de suas histórias, das respectivas associações para a consolidação do projeto da rádio, ainda que sejam unânimes em reclamar maior presença na atualidade. Das que não buscam outorga, as livres Xibé e Muda não se associam por princípios e a webrádio Alma por distância de pautas (ainda que a maioria dos participantes a entenda como rádio comunitária). Como foi dito, a Utopia teve problemas judiciais com a ABRAÇO e é reticente a se filiar à qualquer entidade do gênero. Depois (e fruto) da visita da pesquisa, a Esperança viria a se associar a AMARC.

As duas últimas perguntas desse bloco (pergs. 10 e 11, cf. Anexo E) tinham como alvo o processo decisório e em que grau equipe e comunidade dele participam. Quanto à pergunta 10, durante a pesquisa qualitativa identificamos uma grave ausência às possibilidades de resposta: “atuando na rádio” (como locutores, produtores, gestores etc.). Tal informação teria nos trazido elementos importantes sobre a efetiva participação da comunidade na gestão da rádio. De todo modo, o dado que nos era mais caro revelou que somente 28% mencionam a participação da comunidade nas reuniões da emissora. Participações ao vivo em debates, entrevistas etc. (88%) e pedidos de músicas (71%) são as formas recorrentes de participação da comunidade na rádio. Em somente 2% delas, a comunidade praticamente não participa. De acordo com o que observamos na pesquisa qualitativa, a baixa participação no processo decisório parece estar menos relacionada a clausura que ao que revela a pergunta 16, em que a grande maioria (73%) das respondentes afirma ter dificuldade para atrair novos colaboradores. Exceto na Cidade, que mal pudemos avaliar dada a rejeição à pesquisa, não notamos nas rádios visitadas barreiras formais ou informais para participação da comunidade: é a comunidade que não parece muito interessada em estar no cotidiano interno da rádio. É o que leva Mácio Alves, afirmar que “a Quixelô FM ela é dita comunitária, mas eu a não considero ainda o que eu sonho que seja uma rádio comunitária. Apesar de o ouvinte pedir música, ele ainda não veio para cá, ele tem que estar aqui dentro”, faltando, para ele, essa “ligação muito próxima com as pessoas”

(ALVES, J., 2015). De todo modo, nas rádios Heliópolis, Alma, Independência, Quixelô e Esperança e, principalmente, em programas liderados por jovens percebemos grande interação dos ouvintes via telefone fixo, celular, internet e, até, presencialmente.

Na pergunta sobre processo decisório (cf. perg. 11, Anexo E) deixamos as respostas abertas para abarcar a variedade de modos decisórios e captar, espontaneamente, o que é valorizado pelo respondente (por exemplo, somente 6 indicaram, de algum modo, a periodicidade das reuniões). Com tal abertura, acreditamos que os respondentes tenderam a citar as instâncias decisórias mais diretamente envolvidas no processo decisório da emissora (ainda que a não citação não signifique exclusão absoluta do processo). Porém, tal abertura requereu um sobre-esforço de categorização: optamos por seguir a letra da citação das instâncias antes que interpretar seus significados. Chegamos, por fim, a 14 categorias classificadas desde a forma menos participativa (o apoio cultural direciona as decisões da rádio) até à mais participativa (reuniões amplas, sem votação, por consenso, onde tudo é decidido no coletivo), além de duas (últimas) difíceis de serem categorizadas.

Gráfico 5 – Sistema decisório



Como sistematizado no Gráfico 5, ainda que se perceba grande heterogeneidade nos modos decisórios, as 6 primeiras categorias (menos participativas) concentram 41% das respostas; já as 6 seguintes (mais participativas) concentram 53% das respostas, demonstrando uma tendência (ainda que, muitas vezes, mais no discurso que na prática) a buscar instâncias e modos mais participativos de decisão. De todo modo, chamam à atenção as menções em que as decisões, em 3 casos, são tomadas pelo (ou prioritariamente levando em conta) os apoios culturais e as 5 menções em que o processo decisório recai sobre uma pessoa. Ressalta-se também a alta ocorrência de casos em que o processo decisório está concentrado nas mãos da diretoria ou coordenação da rádio.

O que percebemos sobre o processo decisório, a partir das visitas da pesquisa qualitativa, fica bem resumido por Juliana Franco, da Alma: “autogestão *está* no plano das ideias e é uma utopia que *tem* ser perseguida” (FRANCO, J. 2015): no rígido corpo de princípios que norteiam o ideal de rádio comunitária (cf. 3.4), a democracia plena, ainda que impossível, é o horizonte obrigatório. No plano do real, porém, as nuances são muitas, mas em nada diferem daquelas de qualquer prática democrática. Por exemplo, quanto à regularidade das reuniões, há casos como o da Independência, em que são promovidas de forma periódica, abrangendo o público interno e, por vezes, externo, inclusive com comemorações e confraternizações. Na Terra Livre, surgida na esteira de um movimento superorganizado, as reuniões tinham participação massiva dos jovens, que são maioria na rádio. É similar o caso da Muda, cuja reunião – todas as segundas-feiras, às 20 horas, em frente à rádio – já se tornou uma espécie de patrimônio cultural local. A outra livre visitada, a Xibé, ainda que sem periodicidade, normalmente aproveita eventos (palestras, apresentações, aulas etc.) com temas ligados ao direito à comunicação para reunir o coletivo, que engloba ativistas da irmã Voz da Ilha. Já em emissoras como Esperança, a reunião só acontece mesmo “na hora em que o sapato aperta” (SANTOS, E., 2015), nas palavras de Erlândia. Tanto na Esperança quanto na Alma, as reuniões eram mais periódicas no início do projeto e, com o passar do tempo, foram se rareando. Na Alma, a coordenação toma as decisões com as pessoas mais próximas “na hora que tem que tomar e coloca no coletivo quando tem que colocar” (em temas que a coordenação considera mais polêmicos). Porém, ao contrário do que pode soar, não parece haver lá uma centralização excludente: por se tratar de um grupo coeso e, em sua maioria, de amigos, há determinados princípios compartilhados e, levando-os em conta, vai se tomando as decisões cotidianas: como diria Daniel Thomas, coordenador da webrádio, tal processo decisório não seria “nem horizontal, nem vertical: orgânico”

(THOMAS, 2015). Além disso, sobre o mesmo tema, Juliana, também da AlMA, defende que quem trabalha mais deve ter mais poder. Essa é a mesma opinião de Leônio Gomes, da Utopia: “tem que decidir quem está trabalhando” (GOMES, 2015), o que, no fim das contas, faz com que um colaborador recente mas ativo acabe tendo mais voz que um membro da diretoria, inativo. A raridade nas reuniões da Utopia parece estar relacionada à baixa participação num momento de dificuldades estruturais. Tal cultura defendida por Juliana e Leônio é veementemente combatida na Muda: como aponta Q., “quando começam a surgir lideranças naturais dentre os que mais atuam, a Muda se encarrega de destruir essa liderança em nome da horizontalidade” (Q., 2015). Como vimos, assim como na Xibé, na Muda as decisões são por consenso, sem votação (inclusive, para K., voto só faz criar desentendimento, separar e segregar). Mas mesmo na “Alice brasileira” (referência à emblemática livre italiana, cf. 3.2.2), a democracia direta tem nuances: ainda que, em mais de 20 anos de Muda, W. nunca tenha visto uma votação sequer acontecer, quando o consenso insiste em não vir, cada grupo em dissenso acaba por realizar a atividade que defende. Ou, no outro extremo, em casos de decisões urgentes, o procedimento tem consistido em realizar consultas mútuas, a fim de respaldar a deliberação depois devidamente discutida no coletivo.

Enfim, com maior ou menor abertura à participação, o que se percebe nas rádios comunitárias é o cultivo de uma *cultura da confiança* respaldada pela *baixa participação*, mas sob a forte pressão da *lógica da democracia plena*. Acontece que tais termos estão em contradição: a democracia plena requer participação ativa de todos a fim de evitar os personalismos, exclusões e favorecimentos, tão demasiadamente humanos. O resultado é uma prática de democracia representativa culpada de si mesma e legitimada pela pró-atividade, em que o grupo dos mais ativos acaba tendo um poder que quase nunca é questionado, em parte devido a pouca disponibilidade/ interesse dos demais participantes, em parte porque o exercício de tal poder é baseado em princípios comuns (normalmente acordados no início do projeto, quando as discussões são mais intensas e as reuniões mais periódicas). Esse poder somente é colocado em xeque quando interesses divergentes (envolvendo grupos menos ativos ou emergentes) estão em jogo ou há personalismo exacerbado. Ao por nós chamado *guardião de princípios* (cf. 3.4), cabe um importante papel de observância nesse processo e a ele, normalmente, recai suspeitas de personalismos, que acaba por reforçar a atenção sobre sua própria conduta. Trata-se de uma observância ativa que esporeia o funcionamento interno em favor de uma democracia plena, orgânica e participativa, nunca alcançada, mas fervorosamente almejada.

1.2.3 Programação

Panorama geral

Como já pontuamos mais acima, uma análise conteudística e aprofundada da programação das rádios comunitárias extrapolava os objetivos da pesquisa. Tivéssemos-la realizado, teríamos, talvez, colhido elementos acerca de posições e disputas de poder em que a rádio se envolve, valores e ideais dos seus comunicadores, ligações com grupos externos, entre outros aspectos que poderiam ser caros a nossa problemática. Em que pese a impossibilidade de uma pesquisa desse porte realizá-la com 100 rádios comunitárias e o grande esforço que seria fazê-lo mesmo somente com as dez emissoras visitadas, reduzimos a problemática da programação a dois aspectos aferíveis e que estão diretamente relacionados aos fatores que alimentam uma hipotética crise nas rádios comunitárias: fontes de informação jornalística (como veremos, dizendo sobre pressões político-estatais e tecnológicas) e a presença de programas religiosos (discussão recorrente na problemática da autenticidade). O que se percebe, em diálogo com o observado na pesquisa qualitativa, é que as limitações financeiras e na equipe, decorrentes das restrições legais, também impedem uma desejada produção própria e local de notícia. Nessa alçada, devido a menor intensidade de uma cultura de intercâmbio virtual entre as rádios, desempenha papel de relevância a proibição de formação de rede: o caso de sucesso de organização regional da produção de informação da rede ComRadio, da qual participa a Rádio Esperança, demonstra a potencialidade desperdiçada com tal proibição. Com tais restrições, vemos as rádios fazerem amplo uso de fontes facilmente disponíveis, como sites e agências de notícias, notadamente locais e regionais. Os resultados desse momento da pesquisa também nos permitem concluir que a presença de religiões na programação das rádios comunitárias é uma realidade inexorável, a despeito das recusas internas (dentre as próprias rádios e de seu movimento social) e externas (academia e Estado). A explicação deve perseguir tanto a origem histórica dessas rádios (muitas delas motivadas por entidades pastorais) quanto seu entorno social, onde tem sido cada vez mais presente e relevante uma multiplicidade de denominações religiosas, especialmente evangélicas, mas também (desde sempre) católica.

Detalhamento

A questão referente às fontes de informação jornalística (cf. perg. 12, Anexo F) revela que o jornalismo digital tem assumido papel de preponderância nas rádios comunitárias: 86% responderam fazer uso de “sites da internet” como fonte de notícias. Em seguida, aparecem “agências de notícias públicas ou gratuitas” (55%), “jornais impressos de circulação local” (44%) e jornais impressos nacionais (31%). Pelo que foi observado na pesquisa qualitativa, mesmo a reprodução de notícias de jornais impressos parte da plataforma web, notadamente via redes sociais. A preponderância da internet como fonte noticiosa foi verificada em todas as comunitárias tradicionais que abriram as portas à pesquisa (Heliópolis, Independência, Quixelô, Esperança, Utopia e Terra Livre). Já na Xibé, dentro da sua peculiaridade itinerante, se reforça uma concepção dos próprios comunicadores como fonte em suas histórias. Quanto a Muda, ainda que seus princípios estimulem a veiculação de notícias, notamos estarem quase ausentes da programação, também devido à crise desferida com o último fechamento.

A partir da análise das respostas em “outras” identificamos uma grave ausência nas possibilidades de respostas múltiplas: que categorizamos posteriormente como “produção própria/comunitária”, aparecendo em metade (17 de 34) das respostas (por conta disso e tendo em vista sua relevância, decidimos acrescentar mais uma categoria). Ainda que a presença no rol de possibilidades tendesse a aumentar esse número, acreditamos não ser demasiado subestimado: verificamos na pesquisa qualitativa uma recorrente reclamação de falta de recursos (financeiro, pessoal e logístico) que impede a produção própria de notícias, ainda que tal desejo seja expresso por muitos comunicadores e, normalmente, cobrado pela própria comunidade. É o caso da Independência, em que tal fraqueza foi comentada por quase todos os entrevistados e aparece como a maior preocupação em pesquisa realizada com os ouvintes. Também essa carência aparece com força na fala de entrevistados da Heliópolis, Quixelô e Esperança. Na alçada de produção própria local, chama a atenção que justamente a única virtual dentre as analisadas, a AlmA, é a que reiterara ter como principal fonte de informações a produção própria de notícias, em grande medida devido às suas parcerias com universidades. Nesse sentido, outra tendência verificada na pesquisa qualitativa é a de priorizar fontes locais e regionais de notícias, tendo em vista a própria subscrição da rádio comunitária (veja que “jornais impressos de circulação local” é a terceira categoria mais acionada). Ao analisarmos as respostas coletadas, percebemos a dependência de sites de notícias e rádios comerciais da própria cidade ou da vizinhança. Isso poderia ser minimizado se houvesse um diálogo mais intenso entre as rádios comunitárias e se houvesse uma cultura de publicizar suas próprias produções na web e dela se valer para buscar notícias de seus

pares locais e regionais. Porém, por exemplo, o Radiotube – plataforma de intercâmbio de informações (áudio, texto, vídeo) de conteúdo cidadão com grande presença de rádios comunitárias e ativistas do direito humano à comunicação (cf. www.radiotube.org.br) – só é mencionado como fonte por uma em cada 5 rádios (22%). Por fim, quanto à produção própria de notícias, um elemento de relevância em se tratando de atores que muitas vezes se opõem aos poderes hegemônicos estabelecidos é a questão da segurança: Gerardo Martins Júnior, da Independência, fala do medo de atuar como repórter num momento em que os casos de assassinato de jornalistas no Brasil se multiplicam.

A pergunta 13 (cf. Anexo F) revelou a presença maciça de religiões na programação das rádios comunitárias: quatro em cada cinco (78%) veiculam algum tipo de programa religioso. Trata-se de um resultado muito próximo do verificado na pesquisa qualitativa: 70% das visitadas. Na verdade, todas as rádios visitadas com ou que buscam a outorga veiculam programas de fé, com exceção das três que não buscam a outorga (AlmA, Xibé e Muda). Por conta disso, refinamos os resultados da pesquisa quantitativa e identificamos que, em se tratando de rádios que não buscam a outorga, a porcentagem das que veiculam programa religioso cai para 33,3%. Contrariamente, isolando as demais rádios, esse número sobe para 86%. Ainda que o §1 do artigo 4º da lei 9.612 vede “o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária” (BRASIL, 1998), não há referência direta à proibição de programas religiosos. O tema divide opiniões: enquanto as vozes contrárias normamente se fiam à definição constitucional do Estado brasileiro como laico (sendo as concessões públicas, outorgadas pelo Estado, o proselitismo religioso feriria a neutralidade estatal), os defensores alegam que a religião é uma manifestação cultural e, até, educativa (como sugere Mariana Gonçalves, da Independência, ao lamentar a falta de mais programas educativos citando, entre eles, os de evangelização). Trataremos dessa que é uma controvérsia interna no universo das comunitárias em 3.3.4.

Dentre as rádios visitadas, nota-se todo um espectro de como se dá a presença das religiões nas rádios. Num extremo, como se disse, há as que não buscam outorga (AlmA, Xibé e Muda) e que rechaçam qualquer programa religioso (inclusive na AlmA a utilização de espaço na programação para fins religiosos foi levantado como motivo para afastamento). E há casos como o da Heliópolis e Terra Livre, que somente abrem espaço para que religiões tenham seus programas, inclusive com inserções informativas paroquiais ao longo da programação. É parecido o caso da Quixelô, que só recentemente passou a abrir espaço para religiões devido a crise institucional-política e os consequentes “buracos” na programação. Já

em casos como da Independência e Esperança, o que se percebe é uma relação orgânica com a religião, no caso, ambas com a Igreja Católica. Como se sabe a Independência nasceu na sala paroquial, teve sua primeira antena instalada na torre da igreja e até hoje é conhecida como “rádio do Padre”. Os locutores são, em sua maioria, religiosos, há transmissão da missa dominical e verificaram-se mensagens e saudações cristãs (“bendito é o nome do Senhor”) mesmo ao longo da programação laica. Mas isso não acontece sem controvérsias internas, quanto ao impacto na audiência e a legitimidade, dada a preocupação da equipe quanto aos princípios da radiodifusão comunitária. A Esperança nasceu da luta política de uma família de quilombolas e sindicalistas bastante religiosa. Além disso, é o principal meio de comunicação numa cidade do interior do sertão piauiense onde, como em tantas outras, a Igreja ainda possui muito poder simbólico e é importante articulador da militância de esquerda. Esses são dados importantes para entendermos sua relação com a Igreja Católica (que, como vimos, pode também ser interpretada na lógica de um sincretismo opressor). Por fim, a Utopia é um caso interessante e, aparentemente, em mutação. Como foi dito, a crise financeira levou a rádio a uma sala cedida de uma ONG cujo diretor – da mesma forma que o atual coordenador da emissora – é seguidor da doutrina religiosa local. Ainda que não tenha e não busque espaço na programação, a doutrina passou a ter influência indireta no conteúdo e não sem controvérsias, já que o atual diretor da rádio reafirma que “as pessoas podem apresentar programas religiosos, mas ela [a rádio] não professa uma fé” (GOMES, 2015).

Na especificação de quais denominações religiosas estão presentes na rádio (cf. perg. 13.1, Anexo F) verifica-se a preponderância do cristianismo (3 maiores recorrências), seguindo a própria tendência do país: o último censo do IBGE (dados de 2010) contava 86,8% brasileiros cristãos. Mas a diferença com o resultado censitário aparece em seguida: enquanto na população temos 64,6% de católicos, 22,2% de evangélicos e 2% de espíritas, nas rádios comunitárias há maior presença de evangélicos (69% do total de rádios pesquisadas), seguidos de católicos (65%) e expressiva presença de espíritas (21%), quando comparada com sua fatia na população. As religiões de matrizes africanas (0,3% da população) estão em 9% do total de rádios pesquisadas. Além disso, 16% delas veiculam programas ecumênicos. Quando à diversidade interna, a maioria (68%) veicula programa de 2 ou mais religiões: 38% veiculam 2 denominações religiosas; 21%, 3 denominações; 3%, 4, e; 4%, 5 denominações. É raro (5%) que as rádios pesquisadas veiculem somente uma denominação religiosa. Tais informações nos parecem demonstrar que, apesar da presença maciça de programas religiosos na programação das rádios comunitárias (e da pregação da fé

no conteúdo de tais programas), elas tendem a estar razoavelmente abertas para a diversidade religiosa. Na pesquisa qualitativa, mesmo nas duas rádios mais organicamente ligadas a uma religião específica, Independência e Esperança, fica franqueada a presença das mais diversas denominações religiosas.

1.2.4 Equipe e vinculação

Panorama geral

Esse momento do questionário buscou desvelar o próprio motor do nosso objeto, a saber, o sujeito político que tem feito a sua luta na rádio comunitária (ainda que, como vimos mais acima, normalmente não tem feito *da* sua luta a causa das rádios comunitárias). Um primeiro objetivo foi identificar seu perfil, enquanto, paralelamente, descobríamos mais dificuldades decorrentes de causas estruturais das mudanças verificadas nas rádios comunitárias nos âmbitos político-estatais, político-sociais e ontológicos. A maioria dos participantes da rádio comunitária trabalha de forma voluntária ou, quando muito, com alguma ajuda de custo. E, numa controversa relação de valorização e recusa, o voluntarismo é apontado pelos entrevistados como a principal causa para a comum dificuldade em atrair novos participantes. Nessa linha, como já previa a ex-presidenta da AMARC mundial, Maria Pía Matta, por ocasião da 10ª Assembleia Mundial da AMARC, realizada na cidade argentina de La Plata, em novembro de 2010, o voluntarismo ajuda a afastar as mulheres das rádios comunitárias, já assoberbadas com duplas e triplas jornadas de trabalho: no Brasil, 3 em 4 rádios comunitárias têm mais homens que mulheres e a presença delas diminui de acordo com que se sobe na hierarquia de poder na rádio. Ainda que majoritariamente equilibrada quanto à presença de jovens e adultos, esses últimos tendem a ser maioria nas comunitárias. Isso parece denotar tanto o envelhecimento da equipe quanto a dificuldade em renová-la.

Uma segunda tarefa foi buscar indícios do que para nós é essencial para o entendimento dos meios comunitários: o *vínculo* que une os participantes no projeto político comum em torno da (e por entre a) rádio. De certo modo, a resposta já fora dada quando identificamos anteriormente a origem elementarmente política das rádios: seus participantes ali estão e ali persistem para realizar seus projetos políticos, macros ou micros, individuais e/ou coletivos. Se, por um lado, a pergunta sobre o motivo suficientemente grave para afastamento (expulsão) revela uma estrutura majoritariamente hierárquica e disciplinar e, por

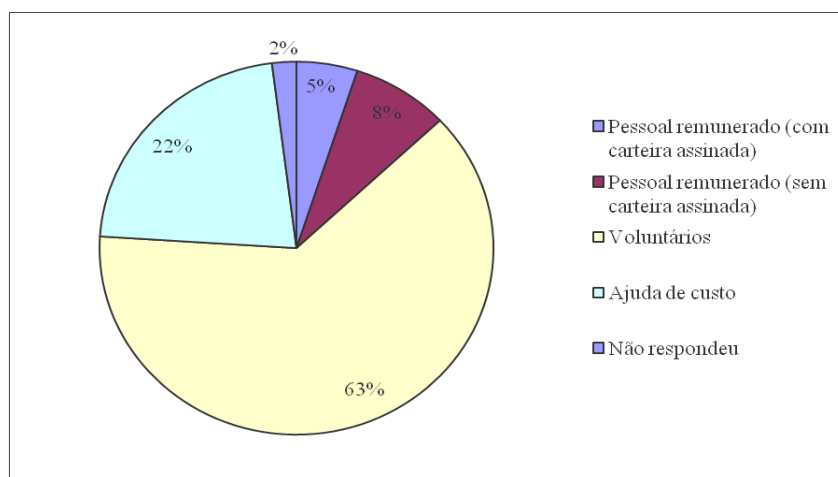
outro, denota um forte corpo de princípios que organiza os laços internos e é indício de tal vínculo. Algo que vínhamos intuindo desde nossa observação participante (e de nossa experiência pessoal na militância) é que a *amizade* é um subproduto desse trabalho-projeto comum e o retroalimenta. Isso ficou comprovado mais na percepção pessoal do respondente sobre sua relação com os demais participantes que na sua avaliação quanto ao nível de afetuosidade entre eles. Tal resultado reforça nossa suspeita da importância da amizade na sustentação do projeto da rádio quando levamos em conta que normalmente o respondente é o diretor (ou cargo similar) e é dali que emana a estrutura de relações pessoais da rádio num dado momento de sua história.

Detalhamento

Como ilustrado no Gráfico 6, a pergunta sobre a forma de remuneração da maioria da equipe da rádio comunitária (cf. perg. 14, Anexo G) revela que sua base de trabalho é mesmo voluntária: 63% responderam “voluntários” e 22% “ajuda de custo”. Se levamos em conta que a ajuda de custo normalmente apenas cobre gastos de transporte e alimentação, podemos concluir que mais de 4 em cada 5 (85%) rádios comunitárias dependem da militância para se manter. Isso não quer dizer que não haja pessoal remunerado nessa massa (nossa pergunta falava em “maioria”): muitos devem ser os casos como o da Webrádio Alma, em que cargos de maior responsabilidade e dedicação, no topo da hierarquia da rádio, têm remuneração, ainda que baixa. Na Heliópolis e na Nativa, em Altamira, o acordo é que, ao fechar um apoio cultural, o locutor fica com metade e outra com a rádio (na Cidade, que funciona como comercial, a partilha é 80% e 20%, respectivamente). Na Independência, a (pequena) ajuda de custo depende do quanto se trabalha. Há rádios que não remuneram pelo trabalho da rádio, mas por atividades exercidas na instituição-mãe, gerando dupla jornada de trabalho, como foi o caso da Heliópolis/Unas no passado e é o da Esperança/ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova. As rádios que responderam manter remunerada a maioria da equipe somam 13% (8% sem carteira assinada e 5% com carteira assinada). Provavelmente boa parte desses 8% faz uso de um mecanismo jurídico recente de contratação, o chamado Microempreendedor Individual (MEI), estratégia governamental para diminuir o enorme contingente de trabalhadores informais, que se tornam pessoas jurídicas com vantagens como isenção de tributos federais e direito à previdência social. Porém, como denuncia Juliana Franco, acaba sendo subterfúgio para que entidades do Terceiro Setor precarizem o trabalho

num cenário cada vez mais exíguo de financiamento. Um exercício de recorte entre as 15 respondentes que não buscam outorga, todas, exceto as duas webrádios, sobrevivem de pessoal voluntário.

Gráfico 6 – Principal forma de remuneração da equipe



O papel que o voluntarismo exerce na radiodifusão comunitária divide opiniões dentro das emissoras visitadas. Há aqueles, como Rakelly Calliari, da AlMA, que chegam a entender que é no voluntarismo que se amalgama o comunitário, ou como Renatinho, da Heliópolis, para quem recurso financeiro poderia até levar à desmotivação. Dada a atual situação financeira da Utopia, a militância tem sido a única alternativa. O mesmo para as livres Muda e Xibé, mais por princípios e seus participantes, não raro, têm de vir a contribuir financeiramente para a existência da rádio. Por outro lado, como veremos no resultado da pergunta 16, muitos atribuem a dificuldade a atrair novos colaboradores justamente ao voluntarismo. Inversa e relacionalmente, o processo de formação com as rádios da Transamazônica culpa o voluntarismo pela alta rotatividade da equipe, com consequência para a qualidade dos produtos da rádio. Juliana, da AlMA, também relaciona a questão com a baixa qualidade do trabalho por entender que se pode cobrar menos responsabilidade de voluntários. Por fim, do coração da maior favela de São Paulo, Gerô sentencia: “é fácil ser idealista quando papai e mamãe banca” (BARBOSA, 2015).

Dentro da estrutura da nossa hipótese central apostávamos num envelhecimento dos participantes das rádios comunitárias, entendendo que a nova geração estaria menos interessada em seu modo de ação política hierárquico e centralizado e por se tratar de uma plataforma eminentemente analógica. Isso foi parcialmente confirmado com os resultados da pergunta 15 (cf. Anexo G), tendo em vista que somente um quarto (26%) afirmou que a

maior parte da sua equipe é jovem: ora, essa (e, em menor medida, os idosos) tende a ser a faixa etária dominante em uma atividade majoritariamente voluntária e de militância política, já que a disponibilidade – e a utopia – tende a diminuir de acordo com que se insere no mercado de trabalho. Quase metade das respondentes (46%) afirma haver equilíbrio entre jovens e adultos e 28% têm mais adultos atuando na emissora. A discrepância com nossa hipótese, porém, se reforça com o recorte com as rádios que não buscam a outorga, onde os resultados são praticamente os mesmos (maioria jovem, 33,3%; equilibrado, 46,7%; maioria adulta, 20%), refutando nossa aposta de uma maior atração jovem das rádios livres. Na pesquisa qualitativa, realmente verificamos militantes de todas as faixas etárias, inclusive em metade delas há forte presença de jovens (AlmA, Esperança, Utopia, Terra Livre e Muda). Mas rádios como a Heliópolis e Independência já sentem falta de renovação: Reginaldo, da primeira, culpa a concorrência com as novas tecnologias: “só fazer rádio não seduz mais os jovens” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015), perdendo espaço para redes sociais; já Rosa Gonçalves, da segunda, afirma que já foram mais criativos para atrair a juventude. Tais resultados, ainda que não confirmem plenamente nossa hipótese, parecem indicar uma tendência de lento afastamento da juventude da rádio comunitária.

Os resultados da pergunta anterior ecoam aos da pergunta seguinte (cf. perg. 16, Anexo G): quase três em cada quatro (73%) respondentes afirmam sentir dificuldade para atrair novos colaboradores/comunicadores para a rádio. Ainda que o resultado assevere nossa hipótese central, devemos usá-lo com alguma cautela: precisamos olhar as justificativas para diagnóstico mais acurado. Num exercício de categorização, dentre a minoria que afirmou *não* sentir dificuldade na recruta de novos membros, os motivos mais recorrentes foram: a relação de proximidade com a comunidade, principalmente se referindo ao trabalho social (26%); aspectos afetivos, como autoestima e paixão pelo veículo (22%); possibilidade profissional de aprendizado (18,5%); modo de funcionamento e programação (18,5% e 11,1%, respectivamente): percebemos aí que os principais motivos de atração estão ligados justamente ao que gera vínculo e ao que dele sucede (projeto político e afetos). Já dentre o grupo maior de respostas, ou seja, aqueles que afirmaram sentir dificuldade para atrair participantes, de longe, o principal motivo apresentado é questão financeira/voluntarismo (praticamente metade das respostas). Mesmo a segunda maior ocorrência, falta de tempo (9,5%), está, de algum modo, relacionada com a primeira. Motivos como falta de interesse/engajamento político (8,2%), falta de aptidão das pessoas (5,5%), questões políticas (4,1%) e restrições legais (4,1%) também apareceram. Como já levantamos mais acima, é o

voluntarismo (calçado num fator político-estatal, a saber, o impeditivo legal quanto a múltiplas formas de sustentabilidade financeira) o que primeiro impede um reforço de pessoal nas rádios. Os elementos da nossa hipótese – foco no projeto pessoal/qualidade de vida e desengajamento político – aparecem em seguida (falta de tempo, de interesse e engajamento político), ainda tímidos, mas já presentes.

Em nossa observação militante a desigualdade de gênero nas rádios comunitárias sempre saltara aos olhos. Porém, o resultado da pergunta 17 (cf. Anexo G) surpreende por demonstrar não só grande disparidade entre o número de homens e mulheres em todos os espaços da rádio, mas uma desigualdade que se amplia quanto mais se sobe em sua hierarquia decisória. Numa tabela (cf. perg. 17, Anexo G) organizamos as informações fornecidas por cada rádio, indicando se havia equilíbrio de gênero, mais homens ou mais mulheres e qual a discrepância (dobro, triplo etc.)⁵⁹.

Quando considerada a equipe em sua totalidade, 3 em cada 4 rádios têm mais homens que mulheres. Em 23 casos (27% dos 85 considerados) o número de homens é mais que o dobro do de mulheres (em um caso, essa diferença chega a ser 11 vezes maior). Em 4 casos não há mulheres na equipe. Somente em dois casos o número de mulheres é o dobro do de homens. É no espaço da direção que verificamos a menor ocorrência de maioria de mulheres: 7%. Dos 44 respondentes que forneceram esse tipo de dados, em 64% (28) das rádios o número de homens é mais que o dobro do de mulheres. A situação é praticamente a mesma na esfera da produção, com somente um por cento a mais de casos em que as mulheres são maioria. Dos 37 informantes, em 54% (20) dos casos o número de homens é mais que o dobro do de mulheres. Em dois casos, não há mulheres na produção. A única esfera onde se percebe uma situação menos discrepante entre homens e mulheres é a do apoio administrativo, a maior ocorrência de equilíbrio de gênero entre as esferas analisadas: 31% dos casos. Ainda assim, a maior prevalência é de casos em que há maioria de homens (44%). Há extremos dos dois lados: enquanto em 4 casos não há mulheres, em 1 caso não há homens no apoio administrativo.

⁵⁹ Ainda que nenhuma respondente tenha pulado essa questão, obtivemos um alto número de respostas imprecisas: 19 (quase 1 em cada 5). Dessas, 5 chegaram a informar se havia ou não equilíbrio de gênero (por exemplo, “não tem mulheres diretamente” ou “em média, 50%”): incorporamo-las apenas aos dados gerais sobre equilíbrio ou desequilíbrio, tendo em vista que para nós não importava o número específico da equipe (ainda que, quando fornecido, nos dava dimensão do tamanho do desequilíbrio). Foram perguntados os números de homens e mulheres na direção, na produção (incluindo comunicadores/locutores) e no apoio administrativo. Vinte e nove emissoras apenas colocaram a quantidade geral de comunicadores ou por não saber precisar ou porque, como sabemos ser o caso de muitas rádios comunitárias, não há uma divisão clara e todos se revezam nas tarefas. Para efeitos comparativos, fizemos o somatório geral de cada especificação, embora seja necessário dizer que algumas emissoras forneceram apenas um dos setores pesquisados (direção, produção ou apoio administrativo).

Um dos respondentes fez questão de destacar que as mulheres “definiram critérios claros na veiculação de músicas”, além de serem “maioria no Conselho de programação”. Houve também quem afirmasse que “cada igreja manda seu pessoal”, levando a entender que a resposta se restringia à equipe fixa. Isso reforça a desconfiança de que, em muitos casos, as igrejas não participam do cotidiano e do processo decisório da rádio e sua participação pode ser interpretada mais como aluguel de espaço do que garantia de uma manifestação cultural (cf. 3.3.4, sobre aluguel de espaço na programação).

Na pesquisa qualitativa, verificamos grande diferença de capacidades entre os participantes de uma mesma rádio: enquanto um deles (normalmente jovem e do sexo masculino) ativava uma série de recursos multimídia e interativos simultaneamente, outro encontrava dificuldades nas tarefas radiofônicas mais básicas. Apesar disso, o resultado da pergunta 18 (cf. Anexo G), indica que 61% das rádios oferecem alguma capacitação prévia para os novos participantes da rádio. Cruzando com o que foi observado na pesquisa qualitativa, provavelmente os treinamentos se resumem ao básico e não são acompanhados de rotinas de nivelamentos internos de capacidades. Exceto na Utopia (talvez pela forte presença de jovens), encontramos nas demais emissoras com outorga grandes diferenças internas de capacidades. Isso não foi verificado em nenhuma das três emissoras visitadas que não buscam a outorga: na Xibé, por exemplo, as capacitações internas são frequentes.

Nessa linha, a situação em que 84% das respondentes (cf. perg. 19, Anexo G) confirmam a necessidade de capacitação pode ser lida como uma tendência a valorizar (ou depender) de capacitação externa, muitas vezes ignorando “prata da casa”. Também parece decorrer da total ausência de formação para as rádios comunitárias por parte do governo, ainda que prevista na lei 9.612, artigo 20 (BRASIL, 1998).

Quando questionadas sobre as maiores necessidades de capacitação (cf. perg. 19.1, Anexo G), a adequação às possibilidades tecnológicas é a mais recorrente (67%), só um pouco à frente da capacitação técnica (65%). Essa clara ânsia por se manter relevante, em dia com as possibilidades que as novas tecnologias descortinam para o rádio transparece inclusive na fala de um dos respondentes: “quem tem mais facilidade com as redes sociais tem mais audiência”. As demais opções não estão muito atrás: 58% mencionaram a necessidade de capacitações em jornalismo e cerca de 48% em formação política (função e missão da rádio comunitária). Encontramos duas explicações possíveis – e mutuamente excludentes – para que a formação política esteja na berlinda das menções: ou a rádio já se

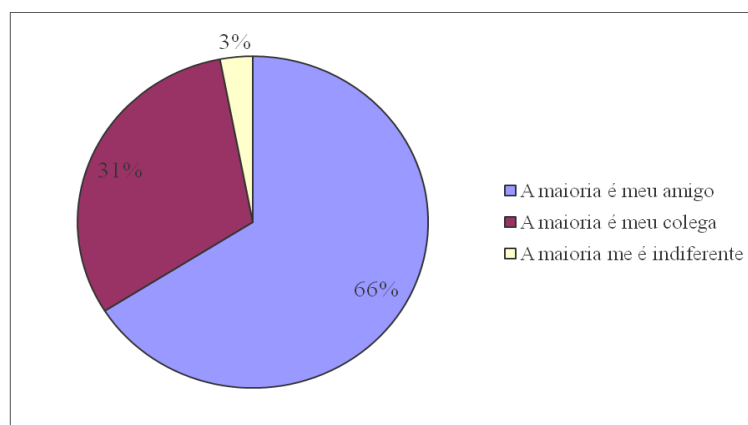
sente suficientemente formada, dada sua vocação política original, ou há um desinteresse político pelo tema e o veículo é encarado como mero instrumento para causas externas.

Durante a realização dos questionários com as rádios visitadas, verificamos que muitas interpretaram a pergunta 20 como se referindo ao motivo para o afastamento voluntário de um participante (ainda que a frase tivesse sido construída na voz passiva: “ser afastado”, cf. Anexo B): isso aconteceu com 15 respondentes da pesquisa quantitativa (cf. perg. 20, Anexo G). Ainda que não fosse esse o objetivo da pergunta, cabe aqui apontar que 13 responderam que o principal motivo para um comunicador se afastar é a questão financeira e/ou uma conseqüente oportunidade no mercado de trabalho, que inviabilizaria sua permanência na rádio. Tal incidência reforça a problematização dos resultados da pergunta 16: o que dificulta o recrutamento de novos membros é também o que o leva a afastar-se da rádio comunitária. O objetivo de tal pergunta era investigar elementos relacionados ao vínculo comunitário: entendemos que é no conflito, não na harmonia, que melhor detectamos como se estabelecem (ou se rompem) os laços. Ao categorizarmos as respostas, verificamos que as seis maiores ocorrências, com mais de 10% das menções (descumprimento de regras internas; falta de compromisso/profissionalismo; má conduta; não há motivo/nunca aconteceu; não compartilhamento de princípios/ideologia; ir contra os direitos humanos/incitamento de crime) estão respectivamente relacionadas à estrutura majoritariamente hierárquica e disciplinar (três primeiras) e a um forte corpo de princípios que organiza os valores e os laços internos da emissora (três seguintes). Há que se destacar que a abertura de muitas das respostas da primeira ocorrência (“infringir gravemente o regime interno” ou “cometer um ato muito grave”), em última instância, tem a ver com valores e princípios, subjacentes às normas internas da rádio. A 4ª maior ocorrência (“não há motivo/nunca aconteceu”) demonstra maturidade no gerenciamento de crises, corresponsabilizando todos na busca de soluções: não haveria motivos prévios para afastamentos, prevendo “conversar antes” (Utopia) ou deixar a cargo da própria “cultura” interna que “naturalmente” afasta práticas/indivíduos não afins aos valores da emissora (uma das respondentes da pesquisa quantitativa). Nesse sentido, é emblemático o exemplo dado pela Muda quando da presença de um programa nazista: por se tratar de uma estrutura horizontal, decidiu-se radicalizar a democracia e não expulsá-los, mas, sim, azucriná-los com questionamentos em todos os programas até a desistência. A 5ª maior ocorrência nos é particularmente interessante por versar diretamente sobre ideologia, princípios, ideais de rádio comunitária ou de comunicação comunitária que, se violada, levaria ao banimento do

grupo, dentro da própria lógica do pertencimento comunitário (o motivo dado pela Independência seria fugir da filosofia comunitária). Vale destacar também a baixa ocorrência de proselitismo político-partidário (4%), proselitismo religioso (2%) e o descumprimento da lei de rádio comunitária (3%): ao que parecem, tais práticas tendem a ser aceitas dentro das rádios comunitárias.

As perguntas 21 e 22 (cf. Anexo G) persistiam na investigação do vínculo ou, melhor dizendo, dos indícios de vinculação entre os participantes da equipe. Para tal, buscávamos tanto uma percepção pessoal da relação do respondente com os demais participantes da rádio quanto um exercício de perspectiva externa sobre como percebe a relação entre os demais (que obviamente o inclui). Dois em cada três respondentes traduzem sua relação com os outros participantes da rádio a partir de laços de amizade. Outro quase um terço a define como “colega” e somente 3% têm indiferença quanto aos demais, como ilustrado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Relação pessoal com os demais participantes



Complementando a anterior, na pergunta 22 (cf. Anexo G) decidimos deixar a resposta aberta para melhor medir a complexidade das relações internas que se estabelecem na rádio. Vale destacar que todos responderam à pergunta e de forma ativa, não havendo nem mesmo o costumeiro caso de quem colocasse “não respondeu”. Ainda que abertas, boa parte dos respondentes escolheu uma das palavras utilizadas na pergunta (cf. Anexo B) para exemplificar os tipos de relações pessoais possíveis entre os participantes da rádio: “amizade”, “parceria”, “estritamente profissional”. A escolha da exemplificação com três gradações bem distintas entre si (da mais afetuosa para a mais fria) foi intencional. Ainda que cada uma dessas palavras (e das demais que espontaneamente surgiram, como “colega” (7

ocorrências), “família” (6 ocorrências) ou “companheiros” (3 ocorrências)) tenha boa dose de interpretações subjetivas, assumimos em nossa categorização uma dada gradação de *afetuosidade* (não necessariamente afetividade, já que “afeto” inclui também o espectro mais à direita do nosso quadro, ou seja, afetos da desarmonia, disputa, dissenso etc.). Organizamos as respostas em categorias que vão desde a descrição das relações “como uma família” passando pela amizade, parceria, afinidades políticas e de proximidade geográfica até o profissionalismo chegando ao dissenso absoluto (“péssima”). Decidimos colocar o grupo de menções que focou na qualificação “bom/ótimo relacionamento” em uma posição mais ao meio da nossa gradação por entendermos que tal escolha claramente classifica os relacionamentos de forma positiva, mas evita assertivas mais fortes como amizade, parceria etc.. A grande maioria (78%) se localiza na escala à esquerda de nossa gradação (a partir de “bom/ótimo relacionamento”). Paralelamente a isso há que se destacar a grande ocorrência de menções que destacam haver harmonia entre os participantes.

O resultado das perguntas 21 e 22, com alguma exatidão, confirma nossa hipótese de que os laços de afetuosidade são importantes para manter os participantes numa empreitada que oferece muitos obstáculos. A correção que devemos fazer – decorrente de uma visão total dos resultados, quantitativos e qualitativos – é que, o que entendíamos como *causa* (amizade) se apresenta mais comumente como *consequência/resultado* de um vínculo que se estabelece em torno do projeto comum (político). Vale dizer que, nas rádios visitadas, cada elemento desse processo retroalimentador fica mais em destaque: o que se nota, por exemplo, na Heliópolis, Independência, Quixelô e Utopia é um clima de parceria, *resultado* do motivo que os une, a rádio. Também na Terra Livre, a parceria parece ser consequência, mas, nesse caso, do projeto maior que antecede a rádio e a justifica: o acesso a terra. Já na Alma e Esperança, tendo como amálgama a rádio, a amizade (*anterior*) facilitou (e facilita) a manutenção do projeto comum. Por fim, na Xibé e Muda, o clima de amizade reinante parece ser *consequência* da coincidência de valores e desejos políticos descobertos no decorrer da luta.

1.2.5 Sustentabilidade econômica

Panorama geral

Como já tem ficado claro com os resultados da pesquisa e explícito em qualquer visita a uma rádio comunitária brasileira, um dos seus principais gargalos é a questão da

sustentabilidade econômica (ainda que muitas vezes mascarando problemas de gestão): vimos que diversas debilidades são por ela perpassadas e/ou potencializadas. As perguntas de 23 a 26 buscaram levantar um restrito panorama do tema e, paralelamente, seguir em nossa investigação de princípios e valores que regem as rádios comunitárias. Dos resultados percebemos que, ainda que os orçamentos mensais sejam bem variáveis (ver Gráfico 8), quase um terço sobrevive com menos de dois salários mínimos mensais, um feito somente possível por uma base de trabalho que se mantém voluntária (cf. 1.2.4). De um lado restringidas pelas determinações legais e, de outro, salvaguardadas por sua relação com a comunidade, as fontes de recursos das rádios comunitárias se alicerçam em apoios culturais locais e contribuições voluntárias. A prática de aluguel de espaço na programação é incomum... ao menos formalmente: a nossa observação *in loco* leva a suspeitar se uma parcela das religiões presentes na programação das rádios não se configura um irrefletido tipo de aluguel de espaço, dada a ausência de muitas delas na gestão e no cotidiano das rádios. Por fim, interessou-nos investigar a influência disciplinar e moralizante da lei acerca de um tema que mexe profundamente com os valores dos participantes das rádios comunitárias: ainda que a maioria das respondentes discorde da proibição de veiculação de publicidade comercial, as justificativas dos diferentes matizes de respostas nos dão pistas dos princípios (risco de perda de “essência”) e entendimento de quais seriam os melhores modelos de sustentabilidade (publicidade governamental ou da publicidade comercial).

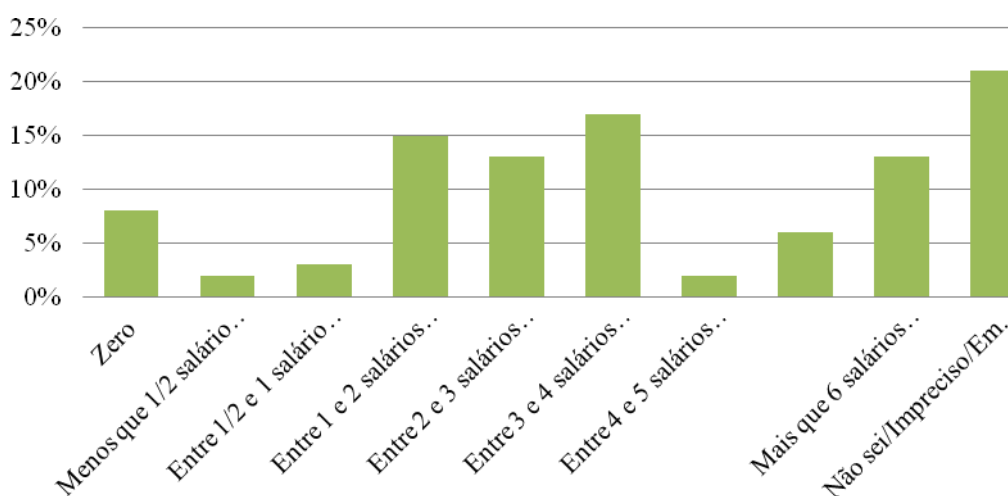
Detalhamento

Ainda que nenhuma respondente tenha pulado a pergunta 23 (cf. Anexo H), obtivemos um grande número (20%) de imprecisões e respostas vagas, como “muito baixo”, “varia muito”, “sem estimativas” e “o suficiente para pagar as despesas”⁶⁰. Ainda que os orçamentos das rádios sejam bastante diversos, a maioria (58%) afirma se encontrar na faixa entre 1 e 4 salários mínimos, ainda que ocorreram exceções de 12 e 10 mil reais mensais. Porém, 13% sobrevivem com menos de um salário mínimo e 8% das rádios persistem sem qualquer entrada de recursos, como é atualmente o caso da Utopia. No recorte das rádios que

⁶⁰ Outro problema residiu na formulação da pergunta: ao colocarmos “orçamento”, ainda que nos referíssemos à entrada/receita, identificamos dois casos em que explicitamente foram detalhadas as despesas. Como as rádios comunitárias – com, sem ou que não buscam a outorga – são, por princípio, sem fins de lucro, tomamos que as despesas coincidem com as entradas e incorporamos tais valores (assumindo o risco de certa imprecisão, já que é comum a prática de poupar algo para imprevistos, a partir de sobras mensais, como a “reservazinha” para emergências que Rômulo Golvan, da Independência, se orgulha de ter levantado).

não buscam outorga, um terço funciona com menos de um salário mínimo mensal, sugerindo que a licença, ainda que com suas limitações, assegura alguma entrada de recursos... ou, inversamente, a outorga torna obrigatória a busca por recursos. Essa é a linha argumentativa de muitos dos participantes da Xibé, que defendem a “pobreza” e estratégias de sobrevivência e autossuficiência via novas tecnologias da informação e comunicação: a itinerância da rádio foi não só uma solução para perseguição estatal, mas também evitou as despesas que uma rádio fixa impõe. Antes disso, assim como a Muda, ela contava com a infraestrutura (eletricidade, segurança, espaço físico etc.) da universidade. Irmã da Xibé, a Voz da Ilha tem se mantido principalmente com recursos de projetos sociais, tendo criado uma entidade jurídica para recebê-los.

Gráfico 8 – Orçamento mensal



O questionamento sobre as fontes de recursos (cf. perg. 24, Anexo H) revela que a principal entrada é o apoio cultural (82% das respostas). Esse é o nome dado pelo artigo 18 da Lei 9.612 ao patrocínio restrito aos “estabelecimentos situados na área da comunidade atendida” (BRASIL, 1998) estando proibida a divulgação de preços e condições de pagamento. Porém, em nossas visitas às rádios comunitárias, verificamos ser comum o descumprimento de tal regimento, sob a alegação de pressões por partes dos estabelecimentos comerciais, insatisfeitos com as limitações impostas pela lei: a Quixelô acredita que perderá todos os apoios quando enfim for inaugurada na cidade a rádio comercial de um deputado local. De todo modo, apenas 10% das respondentes admitem fazer publicidade comercial, ainda que amplamente a apoiem (ver perg. 26, mais abaixo).

A segunda maior ocorrência quanto a fontes de recursos é a de contribuições voluntárias, quase metade das respondentes. Sendo uma entrada registrada em quase todas as

rádios visitadas (exceto Cidade, por funcionar como rádio comercial), verificamos poder ser de muitos tipos: *regular/coletiva*, como na rádio Independência (principalmente através das mensalidades dos sócios) e Esperança (intensificada em momentos de crise, como no caso que cobriram o prejuízo da antena); *pontual/individual*, como na Quixelô (em que muitos relatam o aporte de Mácio Alves em muitos momentos para manutenção do projeto) e Utopia, no passado (quando um de seus idealizadores, Batista, chegou a fazer empréstimos no banco para manter a rádio), ou; *estrutural*, que tanto pode ser *estrutural/ individual*, como é o caso da Nativa, em Altamira (que se mantém pela obstinação de Domingos de Moraes), quanto *estrutural/institucional* como são os casos da Utopia, no presente (de acordo com Leônio, a rádio só continua no ar pela cessão do espaço e de infraestrutura por parte da ONG Pimev); Heliópolis em relação à Unas; Webrádio AlmA e a AlmA; Esperança e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Terra Livre e o MST.

Já projetos sociais (14%) e recursos públicos (11%) são incomuns nas comunitárias da pesquisa quantitativa. Nas rádios visitadas, porém, notamos maior preponderância. Heliópolis e Independência já lançaram mão de projetos e recursos públicos para algumas de suas ações, mas essas não são a principal fonte. Para Esperança foram essenciais os aportes iniciais enquanto Ponto de Cultura⁶¹ e para Terra Livre foi um projeto do Ministério das Comunicações que tornou possível a retomada da rádio, mas, como as anteriores, tratam-se de entradas pontuais. Não são os mesmos os casos da AlmA e Utopia, em que os recursos públicos foram importantes na origem e ainda o são até hoje. No caso da webrádio, a dependência exclusiva de recursos públicos é criticada por alguns de seus participantes que os entendem como *incentivo*. De todo modo, ambas as rádios não abrem mão da independência editorial, nem reclamam interferências nesse sentido.

Por fim, dentre as “outras” fontes de recursos destacamos a menção ao “clube de ouvinte”. Uma criativa fonte de recursos encontramos nas visitas às rádios Heliópolis, Cidade, Independência e Quixelô: o aluguel da antena para provedores de internet. Rifas, bingos, sorteios, festas, adesivos, camisetas e brechós já foram estratégias de recursos relatadas pelas rádios da pesquisa qualitativa.

O artigo 19 da Lei 9.612, proíbe “a cessão ou arrendamento da emissora (...) ou de horários de sua programação” (BRASIL, 1998). De acordo com os resultados da pergunta 25

⁶¹ Pontos de Cultura são projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura e implementados por entidades governamentais ou não governamentais, visando à realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades. Disponível em https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Pontos_de_Cultura. Acesso em 9 de abril de 2016.

(cf. Anexo H), a grande maioria (82%) das rádios segue a norma. De todo modo, teríamos que mergulhar no entendimento de cada rádio sobre o que se configura aluguel de espaço na programação. Em nossas visitas na pesquisa qualitativa, notamos que muitas igrejas participam da programação e ficam alheias ao que se passa na rádio, garantindo uma contribuição mensal, o que, em última instância, se configuraria como aluguel de espaço na programação. Muitas se apoiam no argumento de que abrir espaço para as igrejas é também uma atitude em favor da democracia e pluralismo, na perspectiva de abertura a todas as manifestações religiosas. De todo modo, em nossas visitas, não identificamos qualquer outro tipo de cessão paga de espaço na programação: ao contrário, as posições foram firmemente contrárias a esse tipo de prática. Somente 2 rádios da pesquisa quantitativa afirmaram trabalhar com aluguel de espaços em todos os programas.

Por se tratar de uma pergunta com uma negativa (“você concorda que rádio *não* possa..”) e cujas opções também traziam uma negativa (“não concorda”), ficamos alerta para a possibilidade de confusões nas respostas da pergunta 26 (cf. Anexo H). Com isso, inclusive para categorizar as justificativas, verificamos um a um e identificamos 4 casos em que claramente a escolha fora errada, todas escolhendo “concorda plenamente” e com justificativa oposta (em outras duas ocorrências que geraram dúvidas, mantivemos a escolha das respondentes). Feitas as correções, obtivemos que 69% discordam da proibição de que rádios comunitárias façam uso de publicidade comercial; 23% concordam em parte com tal restrição, e; 8% concordam plenamente.

Dos que concordam em parte (23%), a maior incidência de respostas defende, contudo, mudanças/melhoras na lei, muitas citando a necessidade de criação de fundos públicos e a possibilidade de propaganda governamental. Na visita às rádios identificamos casos em que se notam os limites da independência editorial em contratos com governos locais. A Independência já chegou a contar com programas dos Três Poderes, mas pelo menos em dois houve tentativa de interferência governamental, motivo do rompimento dos contratos. Já a Utopia, de acordo com seu atual coordenador, a recusa em veicular os feitos do Executivo teria sido o motivo para que o governo retirasse todas as propagandas do governo. A segunda maior ocorrência se refere a uma questão central para a nossa pesquisa, a possibilidade da perda da essência da rádio comunitária ao fazer uso de publicidade comercial (veremos que tal preocupação aparecerá mesmo entre os que discordam da proibição – 5ª maior ocorrência, “desde que não fira os princípios da rádio”). Rosa Gonçalves, da Independência, é uma das que defendem a publicidade desde que não afete “o

direito, a liberdade e a dignidade humana das pessoas” (GONÇALVES, Rosa, 2015). A questão monetária normalmente se confunde em problema moral para muitos coletivos de esquerda, algo que transparece no comentário de um respondente: “é preciso *infelizmente* do capital para manutenção” ou em “para garantir sustentabilidade *mínima*” (aparentemente rechaçando moralmente qualquer cenário de sustentabilidade que não seja um pouco acima do precário). É nesse sentido que, defendendo uma variedade de estratégias para a sustentabilidade, Guilherme Figueiredo, da Xibé, apresenta reservas à publicidade comercial: se o tempo (uma das matérias-primas do rádio) é ocupado para o “crescimento do capitalismo” acaba havendo “menos espaço para as pessoas contarem histórias, se comunicarem no sentido de se conhecerem melhor” (FIGUEIREDO, 2015b). Ligada a esse tema, mas voltado para o conteúdo, está a 3ª maior ocorrência (“desde que o conteúdo seja adequado”), limitando a possibilidade de fazer publicidade comercial ao produto/serviço (igualmente aparecendo naquela supracitada 5ª maior ocorrência entre os que discordam da proibição). É nesse sentido que Ronaldo Cezar Antunes, da Terra Livre, afirmara que “mesmo que uma empresa de veneno pagasse muito para vender o produto, não aceitaria” (ANTUNES, 2015a). Com a mesma porcentagem, também na 3ª maior ocorrência, está a justificativa do fortalecimento do comércio local, normalmente restrito a área de cobertura da rádio (seguindo a letra da lei). Houve também quem defendesse outras possibilidades de receita, como projetos sociais, voluntariado e doações. Por fim, cabe apontar o alto número de respostas em branco (22%).

Dentre aquelas que concordam plenamente que as rádios comunitárias estejam proibidas de fazer publicidade comercial (8%), mais que um terço não justificou. Duas respondentes afirmaram ser suficiente a publicidade governamental e outra defendeu que a rádio fosse mantida somente por associados e contribuições voluntárias.

Como foi dito, a maioria das rádios (69%) não concorda com a proibição de publicidade comercial. Foi nesse grupo que tivemos a menor ocorrência de respostas em branco (10%), demonstrando empenho das respondentes em justificar a defesa da possibilidade de publicidade comercial. A justificativa mais comum (54%) é que garantiria a sustentabilidade da rádio (muitas retoricamente perguntaram “como se sustentar sem publicidade?”). Houve reclamações de praticamente todas as rádios visitadas quanto às impossibilidades de múltiplas formas de receita para as rádios comunitárias. Leônio Gomes, da Utopia, afirma que os comerciantes não se sentem atraídos, dada as limitações legais. Da Heliópolis, ouvimos as estratégias criativas para convencer os comerciantes locais a

anunciarem na rádio, mesmo impossibilitados de divulgarem promoções, preços e produtos: tal persuasão não funcionou, por exemplo, com as Casas Bahia local, que ativamente procurara a emissora, por sua audiência. A 2ª maior ocorrência reivindica ser um direito das comunitárias buscar essa forma de sustentabilidade, também justificando (3ª maior ocorrência) a promoção do comércio local e consequente geração de renda. A justificativa de que essa seria a melhor forma de receita aparece como 4ª mais recorrente. Também houve quem citasse a necessidade de pagar os participantes, engrossando os que criticam o voluntarismo. Na entrevista, criticando a lei, Gerô diagnosticara que a penúria financeira deixa muitas rádios à mercê de políticos e igrejas. Tal argumento, que já ouvimos em nossa observação militante, aparece em somente uma menção da pesquisa quantitativa: a publicidade comercial, por permitir entradas regulares, acabaria por favorecer a imunização da rádio a interferências externas.

1.2.6 Apropriações e questões tecnológicas

Panorama geral

O último grupo de perguntas do questionário procurava diagnosticar a infraestrutura de comunicação da rádio (que, a partir da pesquisa qualitativa, notamos ser muito influenciada por sua localização e sustentabilidade econômica), o grau de apropriação e os usos que têm feito das novas possibilidades tecnológicas, principalmente no que concernem três importantes novos caminhos do veículo rádio: webrádio, podcast e as discussões sobre a implantação do rádio digital no Brasil. Aqui também perguntamos sobre o uso do celular, de softwares livres e quanto à intenção em se tornarem provedores de internet. O objetivo foi verificar se e como as rádios comunitárias têm: a) expandido sua ação para outras plataformas; b) acompanhado as mudanças nos modos de consumir e fazer mídia, e; c) se relacionado com o seu público via novas tecnologias. É essa parte da análise que mais diretamente dá continuidade às nossas inquietações germinais: em 2006, o que orientava nossa pesquisa de conclusão de curso era entender o motivo de as rádios comunitárias, meio eminentemente locais, ingressarem num ambiente de vocação (aparentemente) global, a internet (MALERBA, 2006). Dentre as conclusões que encontramos – com as ferramentas conceituais, estatísticas e analíticas que detínhamos – destacavam-se um promissor “potencial de articulação local-global” e “o incremento no intercâmbio entre as emissoras”, o

que permitiria que fossem “estabelecidas novas e mais frequentes trocas no nível local-local, exigindo o reconhecimento/estranhamento entre suas demandas e identidades” (p. 55). Como se vê, aquelas preocupações excluía as possibilidades de fortalecimento na interação local-local *intra* e não somente *entre* as rádios comunitárias via internet: depois de anos deslumbrados com as possibilidades globais das novas tecnologias, hoje já sabemos que elas, antes de tudo, acrescentam novos modos de sociabilidades e interações locais e, no nosso caso, podem reforçar os laços da rádio comunitária com sua própria comunidade.

A partir dos resultados obtidos percebe-se que boa parte das rádios comunitárias conta com infraestrutura mínima necessária para seguir as tendências tecnológicas atuais, das quais têm acompanhado e feito uso razoável: metade (48%) tem acesso à internet de banda larga com velocidade suficiente para trocar informações audiovisuais (inclusive manter uma webrádio) e 4 em cada 5 (82%) contam com site próprio. Dessas, 3 em cada 4 (75%) já transmitem sua programação online (webrádio) e 2 em cada 3 (66%) disponibilizam programas para serem baixados em seu site (podcast). De todo modo, os sites não têm sido sua prioridade: metade não tem estimativa de acessos, a grande maioria (86%) não tem qualquer obtenção de recursos com o site (banners, links para propagandas etc.) e se pode perceber na pesquisa qualitativa que as atualizações são esparsas e sem responsáveis claros. Quando o assunto é comunicação em rede, o foco das rádios comunitárias tem sido mesmo as redes sociais, seguindo uma tendência generalizada de acesso e circulação da informação na internet: aí, destaca-se a presença maciça no Facebook (80%), principalmente para divulgação de informações sobre a rádio e interação com o ouvinte (o debate político nas redes sociais só foi mencionado por 2,5% das pesquisadas). Na pesquisa qualitativa, verificamos que o celular tem sido um ator relevante na relação com os ouvintes, em alguns casos, o principal recurso interativo, com usos bastante criativos. Surpreende notar que o aplicativo WhatsApp (quase 50%) já ultrapassa as menções às ligações telefônicas (33%) e aos SMS's (30%), sendo usado para receber áudios, criar grupos de ouvintes e auxiliar na organização da gestão interna da emissora. Especificamente sobre o uso do software livre, verificamos uma razoável penetração desse tipo de recurso: 27% só usam software livre e em outros 28% eles são maioria. Por fim, a maioria das rádios (60%) afirma acompanhar as discussões sobre o rádio digital e outros 60% demonstraram interesse em ser provedor da internet, o que parece denotar a percepção da necessidade de expandir suas plataformas midiáticas para não sofrer ainda mais as consequências das mudanças tecnológicas. Um elemento que já foi destacado mais acima e que tem implicação direta nos usos das novas

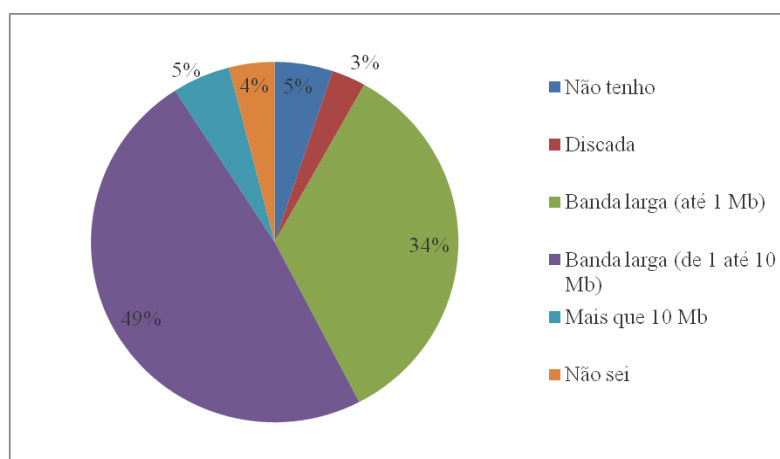
tecnologias de informação e comunicação é a diferença interna de saberes verificada na pesquisa qualitativa: ainda que contando com a infraestrutura necessária, em muitos casos, somente uns poucos, normalmente mais jovens, a aproveitam plenamente para ativar novas formas de alcançar seu público e seus objetivos.

Detalhamento

A pergunta 27 (cf. Anexo I) averiguava o acesso à internet das rádios comunitárias. Já há movimentos sociais pelo direito humano à comunicação que reivindicam que a banda larga seja considerada serviço público essencial, o que obrigaria o Estado a assegurá-la, ao lado do acesso à água, luz, saneamento básico etc., para o qual há, inclusive, argumentação jurídica e técnica⁶². Num contexto de convergência e mudanças nos hábitos de consumo midiático, ter acesso à banda larga com velocidade razoável será (se já não o é) critério mínimo para que a rádio comunitária possa seguir relevante, inclusive na esfera da produção. Ainda que saibamos das discrepâncias na qualidade do acesso (a velocidade contratada nem sempre é a oferecida), a grande maioria das rádios comunitárias (88%) conta com internet de banda larga, boa parte entre 1 e 10 MB (48%). Se compararmos com nossa pesquisa realizada há dez anos (MALERBA, 2006), verificamos razoável ampliação (quando 64% afirmavam ter acesso à banda larga). Igualmente, se naquela época 22% não tinham qualquer acesso à internet, nossa pesquisa atual constatou 5% (entre elas, a Muda). Além disso, antes eram 11% com acesso somente à internet discada e, hoje, esse montante foi a 3%. De todo modo, internet de alta velocidade (maior que 10 MB) só está acessível a 5% das rádios consultadas. Esses dados estão ilustrados no Gráfico 9. A abrangência territorial da pesquisa qualitativa nos permitiu pisar a realidade das grandes diferenças de acesso à internet no Brasil: a apropriação tecnológica da rádio e da comunidade em localidades como a Brigada 25 de Maio (a 25 km da urbe mais próxima), Tefé (em que a internet só chega via satélite) e Queimada Nova (aonde nem ônibus chegam) estão influenciadas por condições estruturais de conexão. De todo modo, o fator gestão/prioridade desempenha papel de relevância: como veremos a seguir, na análise dos sites das rádios visitadas, justamente Xibé e Esperança estão entre as 3 únicas com atualização recente, à revelia dos problemas de conexão.

⁶² Disponível em <https://jus.com.br/artigos/46039/o-reconhecimento-estatal-da-internet-como-um-servico-publico-essencial-e-a-necessidade-de-sua-autorregulamentacao>. Acesso em 24 de março de 2016.

Gráfico 9 – Conexão à internet



Quando elaboramos o questionário estruturado (cf. Anexo B), nos parecia que ter um site próprio (cf. perg. 28, Anexo I) era prerrogativa básica para avaliar uma série de outras apropriações das possibilidades da internet, como transmitir online (webrádio) e disponibilizar áudio para consumo posterior (podcast). Acontece que, depois da pesquisa qualitativa, verificamos que as rádios têm vilipendiado mais e mais seus sites (ainda que quase 82% possuam página própria na internet), quase sempre desatualizados e pesados: sua atenção e energia, como veremos, têm sido direcionadas mais e mais às redes sociais. Nelas, hoje é possível disponibilizar tanto um player da programação hertziana da rádio quanto podcasts utilizando um repositório terceiro, sem necessidade de um site próprio (uso que 4% dos respondentes mencionaram na perg. 29.1-S, cf. Anexo I). Sem dúvida, o website continua sendo um importante organizador das informações e vitrine das ferramentas de comunicação disponíveis e da própria rádio. Mas a agilidade e facilidade de manuseio das redes sociais, a falta de tempo dos comunicadores sociais e a falta de recursos humanos e financeiros para a construção e atualização de páginas da internet parecem levar a um declínio progressivo de sua importância no cotidiano virtual das rádios comunitárias. Analisando os sites das rádios visitadas, notamos que as únicas com atualizações recentes (menos de 3 meses) são a Alma, Esperança e Xibé. A regra são atualizações esparsas, havendo casos como Cidade (em cujo site não há qualquer menção a ser comunitária), em que as últimas atualizações aconteceram há mais de 2 anos; as páginas da Quixelô e Terra Livre estão majoritariamente em construção, somente disponibilizando informações básicas (contato, programação etc.), não sendo possível averiguar quando foi a última atualização. Quanto à usabilidade dos sites, como era de se esperar, a página da webrádio Alma é a que apresenta mais funcionalidades e facilidades de uso, com atualizações quase diárias e boa organização das informações. Em páginas como da Heliópolis, Independência e Esperança, ainda que sejam oferecidos menus

com informações variadas, as páginas são pesadas, pouco funcionais e, normalmente, desatualizadas. Muda (em cujo site, a primeira frase é “a rádio Muda é uma rádio LIVRE, não é uma rádio comunitária”) e Xibé estão hospedadas no portal radiolivre.org, são blogs, simples e funcionais, basicamente oferecendo notícias sobre as ações da rádio e do movimento de livres. Por fim, cabe comparar que há 10 anos nossa pesquisa verificara que 45% das rádios comunitárias pesquisadas tinham site próprio, um crescimento que acompanhou a massificação da internet.

Talvez em parte pelo acima referido crescente desinteresse pelos seus próprios sites, mas também por falta de recursos, metade não tem qualquer estimativa de acessos diários (cf. perg. 28.1, Anexo I). Das que contam com uma estimativa, boa parte (40% das que estimaram ou 20% do total) tem menos de 50 acessos por dia. É o caso dos acessos ao site da Heliópolis, que Erisvaldo Rodrigues, ainda que sem estimativa precisa, acredita ser baixo. Tal realidade parece refletir (e reforçar) o desinteresse com os sites das comunitárias.

Gráfico 10 – Transmissão online (webrádio)



Três em cada quatro (76%) afirmam transmitir online e outros 20% pretendem transmitir via internet a programação hertziana (cf. perg. 28.2, Anexo I), como ilustra o Gráfico 10. Há 10 anos, esses números eram, respectivamente, 23% e 67% (veja que os somatórios dos que já transmitem e dos que o pretendem praticamente coincidem em ambos os momentos). Iremos detalhar a questão das webrádios comunitárias no item 5.1.1, mas desde já podemos atribuir tal crescimento, principalmente, ao barateamento (até gratuidade) desse serviço e à necessidade de visibilidade e ampliação de canais junto ao público da rádio comunitária. Na análise dos sites das rádios visitadas, exceto Xibé (também por ser itinerante) e Terra Livre (em construção), todas oferecem player para escutar a rádio online e apenas não tivemos sucesso em escutar a Cidade. Além disso, as rádios Heliópolis, Cidade e

Muda oferecem em suas páginas link para o download do aplicativo da rádio para o celular. Nas entrevistas, a transmissão online aparece como uma das prioridades nas rádios Heliópolis, Alma, Utopia e Muda: nessa última, ela acontece desde 2003 e “é imprescindível para quem não está aqui”, já que “há sempre gente em todo o mundo escutando a Muda” (Z., 2015). Aos que responderam afirmativamente à pergunta anterior, indagamos quanto à estimativa de ouvintes diários (perg. 28.2.1, Anexo I). Entre as respostas imprecisas, houve quem provavelmente se referiu ao número de ouvintes hertzianos (“mil ouvintes”; “entre 10 e 15 mil”). Note-se que boa parte (43%) não tem estimativa e um respondente asseverou que “não tem estimativa e não nos importamos com isso”. Como se percebe, a média de ouvintes diários se distribui com alguma uniformidade entre as faixas, ainda que haja uma maior concentração entre 11 e 50 ouvintes diários.

Em 2010, colaboramos no Projeto de Extensão “Rádios Comunitárias: Sustentabilidade e Viabilidade”, liderado pelo professor da Universidade Federal Fluminense, Adílson Cabral. Entre alternativas para a complicada questão da sustentabilidade econômica na radiodifusão comunitária, o projeto previa a possibilidade de as rádios obterem algum recurso com anúncios publicitários em seus sites, já que a legislação em nada versa sobre a presença desses atores no mundo virtual. De acordo com os resultados da pergunta 28.3 (cf. Anexo I), essa não tem sido uma estratégia de sustentabilidade adotada pelas rádios comunitárias, já que 86% das respondentes afirma não obter qualquer recurso com anúncios no site. Porém, ao analisar os sites das rádios visitadas, verificamos (ainda que raros) banners, todos de anunciantes locais, nas páginas da Heliópolis, Alma, Cidade e Esperança. Uma explicação possível para a divergência nos resultados das pesquisas é que os anúncios sejam no esquema de parceria/permuta.

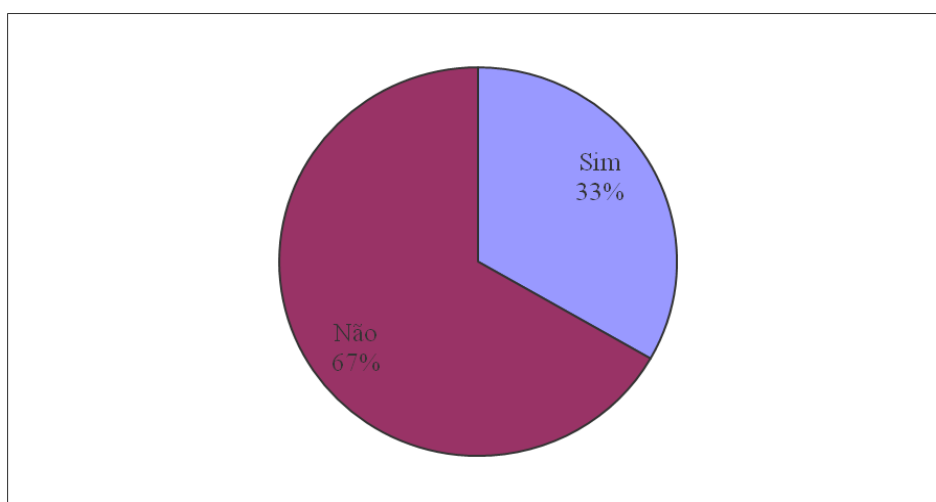
Uma pesquisa realizada em 2012 pela ABERT revelou que 84% das emissoras comerciais brasileiras já transmitiam sua programação pela internet e quase 25% já obtinham receita pela web⁶³. Ainda que uma diferença de três anos separe as duas pesquisas, a comparação com os resultados das perguntas 28.2 e 28.3 demonstra que, se as comunitárias não ficam muito atrás na transmissão online (76%), a brecha é maior no aproveitamento da web para receita (somente 14% das respondentes).

Se superestimamos a importância dos sites, acabamos sendo conservadores nas suas possibilidades de ferramentas de participação online (cf. perg. 28.4, Anexo I). Sendo possível apontar mais que uma ferramenta, a distribuição das menções foi: email (52%), chat (22%),

⁶³ Disponível em <http://www.telesintese.com.br/sem-padrao-digital-definido-radios-usam-internet-para-sobreviver/>. Acesso em 16 de abril de 2016.

enquetes (22%) e 15% afirmam não ter qualquer possibilidade online de participação. Desde aí já se percebe pouco investimento de interatividade nos sites, provavelmente priorizada em outros espaços. Foi a partir de ‘outras’, bastante acionada (40%), que as respondentes confirmaram nossa percepção ao fazerem uma interpretação mais ampla da pergunta, considerando ferramentas de participação online para além do site, reforçando o que já foi dito sobre seu foco atual no mundo virtual. Destacam-se o Facebook (16 ou 20% das rádios com site) e WhatsApp (7 ou 8%). Além disso, durante as visitas às rádios já havíamos notado a negligência à possibilidade de “pedidos de música” via site: nas páginas da Heliópolis, Independência, Esperança e Terra Livre estão casados com o “mural de recados” e são muito utilizados pelos ouvintes (ambos foram mencionados 4 vezes cada).

Gráfico 11 – Oferta de podcasts



Como iremos discorrer no capítulo 5, há uma importante e aparentemente irreversível mudança em curso na forma de consumir mídia, em favor de uma maior customização de tempo (momento do consumo) e plataforma midiática na recepção: a grade de programação vai gradativamente sendo substituída pelo download e o receptor escolhe quando, onde e como consumir a informação. No caso de áudios, tratam-se dos chamados podcasts: programas, dos mais diversos formatos, disponibilizados em formato digital para download. Ainda que seja um recurso bastante acionado por rádios comerciais, não tem recebido o mesmo tratamento pelas rádios comunitárias: somente um terço (33%) afirma disponibilizar podcast (cf. perg. 28.5, Anexo I). Dentre as páginas das rádios visitadas, a webrádio Alma é a única que oferece tratamento especial para os podcasts (inclusive por ser um elemento chave para o consumo de seus produtos): além do cuidado com imagens ilustrativas, descrição do conteúdo e tagueamento (cujas qualidades, de acordo com Wiliam Santini, variam entre os locutores), os episódios são organizados por programas e por ordem

cronológica (arquivo) para recuperação posterior. Como vimos, o editor do site fica responsável também pela divulgação dirigida dos programas, principalmente através do Facebook. As demais que disponibilizam podcasts, o fazem de forma muito incipiente: Heliópolis e Esperança oferecem alguns programas e reportagens especiais ao longo da página; Independência disponibiliza somente dois podcasts, bem como Utopia. Tal resultado confirma a pesquisa quantitativa: nas especificações (20), o grupo maior de menções (8) informa que somente alguns programas estão online para download, seguido pelos que citam disponibilizar podcasts de outrem (5). Apenas 3 respondentes afirmam que todos os programas são acessíveis via podcast. Uma das explicações possíveis para a baixa presença de podcasts nos sites das comunitárias poderia ser o custo de banda larga e armazenagem, ainda que, como o Radiotube, haja outros depositórios gratuitos que oferecem a possibilidade de “embedar”⁶⁴, sem a necessidade de armazenagem no site destino. Outro motivo é a (ainda) baixa popularidade do podcast junto ao público das comunitárias.

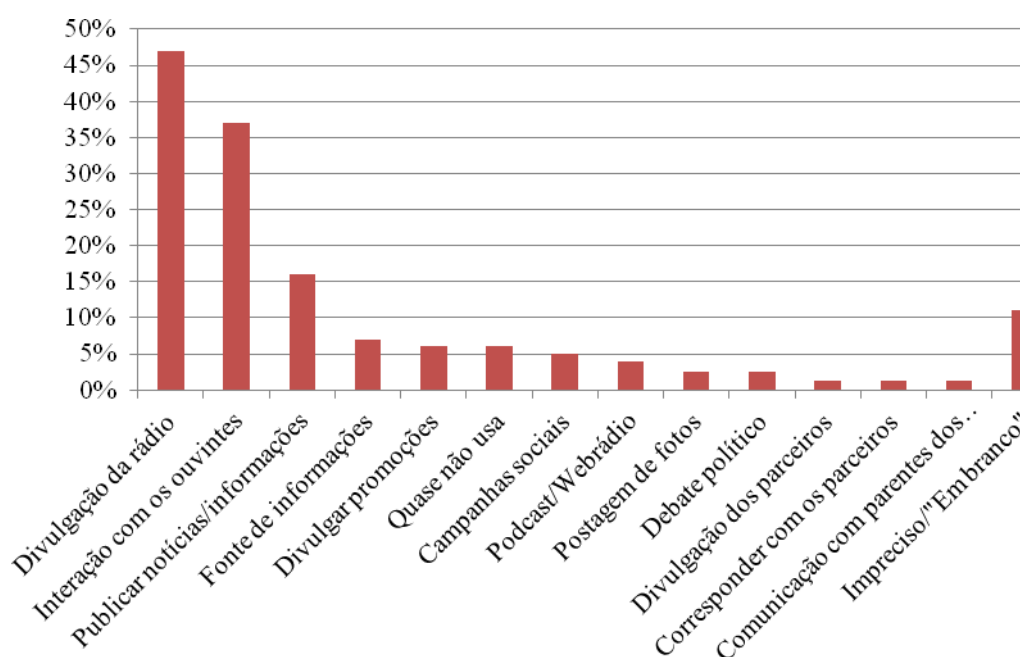
Algo que já havíamos verificado na pesquisa qualitativa e se confirmou na quantitativa é a forte presença do Facebook no cotidiano das rádios: 80% das respondentes o mencionam quando o assunto é rede social (cf. perg. 29, Anexo I). Isso também se confirma na pesquisa qualitativa: exceto no caso da Cidade (com a qual tivemos pouco contato), entrevistados de todas as rádios mencionaram Facebook, mesmo que para ressaltar sua falta de segurança (no caso, as duas livres, Xibé e Muda). Para Erisvaldo Rodrigues, da Heliópolis, o Facebook é, hoje, a principal forma de interação na rádio; na Alma, Tiago Moreira, assegura ser a ferramenta mais utilizada para divulgação, e; Ernesto Puhl Neto, da Terra Livre, a tem como instrumento fundamental da luta política. Bem menos lembrados foram o Twitter e o Radiotube (ambos com 18%). Quando olhamos de perto as menções em “outras”, as respectivamente mais acionadas são blogs/sites, o Youtube (apontando uma expansividade multimidiática de algumas comunitárias), WhatsApp (ainda que não seja caracterizado como uma rede social) e o Instagram.

Para aquelas que haviam afirmado estar fora das redes sociais, perguntamos o motivo para tal (cf. perg. 29.1-N, Anexo I). Ainda que seja um universo pequeno (14), as principais justificativas foram falta de conhecimento ou pessoal qualificado (5) e ausência de recursos/gestão (4) para o manejo das redes sociais. Tendo em vista que não se paga para

⁶⁴ Estrangeirismo decorrente do inglês “embed”, se refere ao ato de inserir um flash, vídeo ou outras formas de conteúdo numa página de site. Disponível em www.vejasp.abril.com.br/blogs/vejinha/os-5-verbos-mais-feios-da-era-da-internet/. Acesso em 21 de abril de 2016.

fazer parte das redes sociais, assume-se que as respondentes se referiam a falta de recurso para equipamento, conexão à internet e pessoal dedicado. Dois apresentaram intenção de atuar mais nas redes sociais, mas ainda não se sentem preparados e outra aponta como motivo a internet ruim. Apenas uma respondente (rádio livre) apresentou a questão da falta de segurança/privacidade das redes sociais como motivo para estarem delas ausente. Na pesquisa qualitativa, as duas livres apresentaram reservas. No caso da Xibé, ainda que tenham *fanpage* no Facebook, somente fazem circular informação de outrem; já a Muda justifica estar fora das redes sociais pela falta de privacidade e pelo princípio da horizontalidade: “vai ser uma ferramenta que vai ficar monopolizada na mão de quantas pessoas?” (V., 2015).

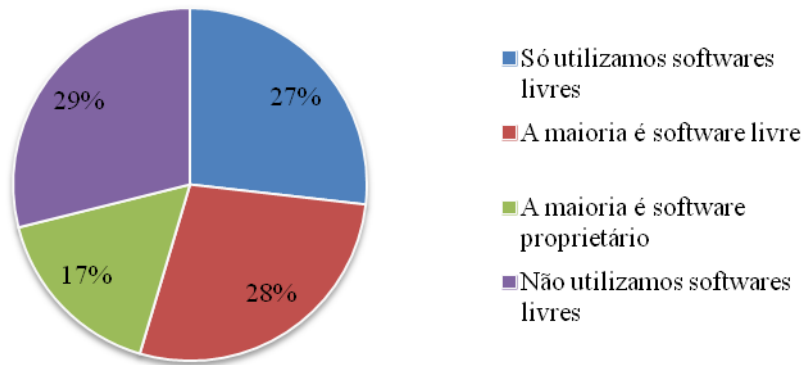
Gráfico 12 – Principais usos das redes sociais



Já para as 86 que, anteriormente, afirmaram estar nas redes sociais, perguntamos os principais usos (cf. perg. 29.1-S, Anexo I). Após a categorização das respostas abertas, verifica-se que, principalmente, a utilizam para divulgação de programas, eventos e atividades da rádio (47%), como ilustrado no Gráfico 12. Cabe aqui apontar que “rede social”, para muitos, é sinônimo de Facebook (mencionado 14 vezes nas respostas, o que reforça sua importância verificada nas respostas anteriores e na pesquisa qualitativa). Na observação das rádios visitadas, a divulgação foi uso recorrente, mas uma nuance verificada em várias chamou à atenção: Antonio Elson Silva, da Independência; Ailton Fernandes, da Quixelô; Nilson José dos Santos, da Esperança mencionaram que eles e diversos

comunicadores usam suas páginas pessoais para divulgar informação da rádio pelo Facebook, ainda que tais emissoras contem com *fanpage* própria: é mais um domínio em que a militância/trabalho se confunde com a vida pessoal. O segundo motivo mais mencionado é a interação com os ouvintes (duas respondentes que mencionam tal uso para reforçar a instantaneidade e o imediatismo, elementos marcantes do veículo rádio). Esse também foi um tema recorrente na pesquisa qualitativa: na Heliópolis, enquanto Elizandra Souza destaca que em seu programa há muita interação pelo Facebook, Zenildo Ribeiro chega a afirmar ser esse o principal canal de troca; enquanto tocava seu programa, vi Elson Souza da Silva, da Independência, simultaneamente responder aos apelos da rede social; também Leônio Gomes, ao lado da divulgação, coloca a interação como o principal uso. No caso da webrádio Alma, como vimos, o Facebook é a principal ferramenta de divulgação e também de interação. Como não há programa ao vivo, a “interação em tempo real, o que dá o sangue nas veias do rádio” (FRANCO, J., 2015) é substituída por “uma interatividade com ‘*delay*’” ou de uma interatividade que se dá “por aí”, na cidade, em festas e no Facebook (CALLIARI, 2015). A terceira maior ocorrência (16%) se refere à publicação de notícias, principalmente locais (não necessariamente próprias, a partir do que notamos nas visitas e nos resultados obtidos do questionário). É interessante destacar que os 3 principais usos mencionados se referem a utilizações das redes sociais de forma ativa. Somente a 4ª maior ocorrência está relacionada à utilização das redes sociais como fonte de informação, ainda que isso tenha sido verificado largamente na pesquisa qualitativa e na pergunta 12 (sobre fontes de informação jornalísticas). Uma quase ausência chama à atenção no caso de um ator político como a rádio comunitária: somente 2 emissoras afirmam fazer uso das redes sociais para o debate político. Ainda que isso pudesse estar embutido na divulgação das atividades/informações da rádio ou em “campanhas sociais” (5%), esse não parecia ser o foco daquelas respostas. Quanto aos outros usos, na pesquisa qualitativa, soubemos que o Facebook é utilizado pela Alma para agilizar decisões da coordenação, e; pela Independência, para veicular áudios de vídeos compartilhados e fazer ligações via Messenger. Uma atividade nova e potencial para o veículo rádio notamos na Alma, “designer de webrádio” e, de certo modo, na Utopia, em que Cleyton Santos Ferreira tem a tarefa de produzir banners para a divulgação da rádio nas redes sociais.

Gráfico 13 – Uso de softwares livres



Como veremos no item 5.2.2, a questão da utilização de softwares livres está no centro do debate sobre a apropriação comum e democrática das novas ferramentas de informação e comunicação. Para as rádios comunitárias significa tanto a garantia de privacidade/segurança em seus dados (para atores normalmente envolvidos em embates contra o poder estabelecido) quanto o acompanhamento de importantes inovações tecnológicas da convergência midiática, sem ou com baixo custo. Os resultados da pergunta 30 (cf. Anexo I), ilustrados no Gráfico 13, revelam que os softwares livres estão presentes na maioria das rádios comunitárias (2 em cada 3 ou 71%) e em mais da metade delas (54%) é maioria ou o único tipo de software utilizado (um quarto delas ou 26%). Ao realizarmos um recorte somente com as emissoras que não buscam a outorga, os softwares livres estão presentes em 85% delas, em 70% é maioria ou o único tipo de software utilizado (43%), demonstrando ser esse um tema mais presente nas rádios livres.

Durante a pesquisa qualitativa tínhamos verificado um crescente protagonismo do celular no cotidiano das rádios comunitárias, desde seu uso para incrementar a interação com o ouvinte (não foi raro ouvir dos comunicadores que o telefone fixo tem sido cada vez mais relegado ao silêncio) até facilitar a organização da gestão interna (marcar reuniões, decisões urgentes etc.). Com uma das tarifas de celular mais caras do mundo⁶⁵, muitas rádios disponibilizam diversos números, cada um de uma operadora, para aproveitar as cada vez mais comuns promoções de ligações e mensagens gratuitas entre números de uma mesma companhia (como uma respondente que afirmou que “a rádio dispõe de 5 aparelhos de celular”). Ainda assim, o WhatsApp está a frente (48%) das ligações telefônicas (33%) e dos SMSs (30%) nas menções referentes aos usos que as rádios têm feito dos celulares (cf. perg.

⁶⁵ Disponível em <http://www.intervezes.org.br/direitoacomunicacao/?p=23921>. Acesso em 29 de março de 2016.

31, Anexo I). Tal resultado acompanha uma tendência global desses dois últimos serviços: de acordo com uma pesquisa realizada no primeiro trimestre de 2015, houve diminuição na quantidade média de minutos de ligações mensais e envio de SMS's em comparação do trimestre anterior⁶⁶. Um dos motivos de sucesso do WhatsApp são suas funcionalidades. Para além da troca de mensagens multimídia, o aplicativo tem sido utilizado para receber ligações, pedidos de música, comentários e veicular participações ao vivo e através de áudios enviados por ouvintes: esse último uso foi observado na visita às rádios Heliópolis, Independência e Esperança. Em muitos casos a interação acontece para além do celular, através de programas que emulam o Android e permitem o uso do WhatsApp na tela do computador, ligado à mesa de som, algo que foi verificado na Independência e Utopia. Houve 3 menções para a formação de grupos de ouvintes no WhatsApp, com fins de divulgação e interação, como verificamos nas rádios Independência e Heliópolis. No caso da Xibé, tendo em vista a baixa qualidade da internet em Tefé e região, o coletivo tem feito amplo uso dos grupos de WhatsApp, que funciona mesmo sob conexão lenta; porém, por considerá-lo não privativo, evitam a circulação de certas informações. Algo que vimos na visita à Quixeló FM apareceu na resposta de 6 rádios da pesquisa quantitativa: por conta das carências financeiras, muitas rádios não conseguem manter um celular do tipo *smartphone* e os comunicadores usam suas contas pessoais do WhatsApp durante a programação da rádio.

Havíamos deixado as respostas abertas, esperando detalhamentos dos usos do celular, mas a maioria apenas mencionou quais recursos são acionados. De todo modo, ainda assim foram citados seus usos para participações ao vivo (citado em 5 respostas) e para matérias jornalísticas e debates (citado 8 vezes), como vimos ser utilizado na produção de notícias em rede no programa ComRadio, do qual a Esperança participa. Outros usos promissores também foram mencionados, como 3 rádios que citam o uso do celular para realizar transmissões externas (links) e outras três mencionaram ter “apps” próprios para facilitar a audição nos celulares do tipo *smartphone*. Por fim, vale destacar a heterogeneidade no acesso ao celular: 6 rádios indicaram usá-lo somente para ligações telefônicas e outras 8 o utilizam pouco ou de modo algum. No outro extremo, como verificamos na Rádio Esperança, em 3 casos o celular é a principal forma de interação, tendo em vista a baixa penetração do fixo em algumas localidades e seus custos.

Os primeiros testes de rádio digital no Brasil já têm quase dez anos. Desde então, entre avanços e interrupções no processo de escolha do padrão por parte do Estado brasileiro,

⁶⁶ Disponível em www.psaf.com/blog/uso-do-whatsapp-diminui-tempo-medio-de-ligacoes-no-brasil. Acesso em 29 de março de 2016.

a sociedade civil – empresarial ou não – tem procurado manter a discussão ativa, cada qual atenta aos seus interesses em jogo. Como iremos discutir em 5.1.1, para a radiodifusão comunitária, dependendo do padrão tecnológico e do modelo regulatório a ele subjacente, a digitalização do rádio tem implicações que podem ser radicais, capazes de redefinir todo o campo. As rádios comunitárias parecem estar atentas a isso, pois quase a totalidade (96%) das respondentes ao menos têm conhecimento sobre o tema, ainda que 35% afirmam não acompanhá-lo. Já 61% das respondentes (cf. perg. 32, Anexo I) estão atentas ao desenrolar do processo de escolha do padrão de rádio digital no Brasil.

A última pergunta (cf. perg. 33, Anexo I) do questionário abordava um elemento importante da convergência midiática, ainda que ela estivesse mais diretamente tratando de uma iniciativa – não levada adiante – do MiniCom. Em junho de 2013, seu Departamento da Banda Larga reuniu representantes de entidades ligadas às telecomunicações e à radiodifusão para propor que rádios comunitárias e públicas pudessem se tornar provedores de internet, sob a licença Serviço Limitado Privado. A justificativa seria a simplicidade e rapidez no licenciamento para atores com forte presença em áreas classificadas como preferenciais, casos do Norte e Nordeste do país. Um dos entraves discutidos na reunião foi o próprio capital inicial necessário, calculado em torno de 4 a 16 mil reais, valor considerado alto para entidades já com muitas dificuldades financeiras para manter o básico (ainda que uma das justificativas de fundo da proposta fosse justamente criar mais uma fonte de recursos para as comunitárias)⁶⁷. Esperávamos que muitas pulassem a pergunta por não terem conhecimento de tal projeto: realmente, somente uma respondente o referenciou, criticando duramente o que entendia ser uma iniciativa do governo para “não alterar o marco regulatório sobre apoio cultural e financiamento público” propondo um projeto “inviável do ponto de vista econômico” (cf. perg. 33, Anexo I). Porém, ainda que aprovando ou desaprovando, foi alto o número de justificativas em branco (36% no total).

A maior parte das respondentes (60%) aprova a possibilidade, mas a maior ocorrência de justificativas (depois das em branco) se refere a ressalvas a ideia, muitas afirmando serem necessárias mais informações. Em seguida, aparecem as respostas que se apoiam na justificativa de angariar mais recursos para a própria emissora. Os dois grupos seguintes de justificativas mencionam a possibilidade de oferecer mais um serviço para a comunidade e ajudar a população carente, mas sem mencionar explicitamente o desejo de oferecer gratuitamente esse serviço. Isso foi mencionado (“provedor livre”) por 5 respondentes,

⁶⁷ Disponível em www.radiodifusoresfm.com/2013/06/radio-comunitaria-pode-se-tornar.html. Acesso em 12 de abril de 2016.

engrossando uma ideia que ganha cada vez mais adeptos de utilização comunitária da internet. É essa a intenção de participantes da Xibé ao proporem o uso do Piratebox, uma internet que permite conectar vários computadores sem estarem ligados a *World Wide Web*. Nesse mesmo sentido vão as respostas de 4 rádios que topariam serem provedoras por ser a internet um instrumento de democratização da sociedade.

Dentre as 38 que responderam não, a maior ocorrência é de justificativas em branco (45%), seguida de justificativa de falta de recursos humanos (principalmente), financeiros e tecnológicos. Em seguida, 5 respondentes justificaram sua negativa pela falta de informação sobre o tema. Outras 5 apontam que tal serviço está fora do escopo/missão da emissora, interessadas em se concentrar aos seus propósitos iniciais.

Após cumprirem as 33 perguntas do questionário (cf. Anexo B), as rádios eram convidadas a responder questões mais diretamente relacionadas ao CRIAR Brasil, entidade parceira da pesquisa. Tendo em vista sua generalidade e de que a quase totalidade (97) das rádios respondeu à pergunta, decidimos incorporar (cf. Perg. extra, Anexo I) aqui o dado de que somente um terço (33%) das respondentes já realizou algum tipo de pesquisa de audiência. Ainda que contem elementos estruturais (falta de recursos, pessoal, conhecimento específico etc.), também devemos subsumir, no mínimo, baixa prioridade por partes das rádios comunitárias para sondagens de recepção.

2 LIMITES ONTOLÓGICO-POLÍTICOS: DESLOCAMENTOS NO CENÁRIO DA LUTA POR DIREITOS E A NOVA HEGEMONIA DE AÇÃO POLÍTICA

Esta pesquisa parte da compreensão de que mídias comunitárias são, antes de qualquer coisa, atores políticos. Para além de instituições formais ou sujeitos coletivos, nosso entendimento de *ator político* abrange todas essas novas formas e estratégias de ação política inauguradas e fomentadas pelas recentes mutações sociais e tecnológicas. De todo modo, analógicas ou digitais, locais ou em rede, afetivas ou formais, fruto de iniciativas individuais ou orquestrações coletivas, a elasticidade do conceito de *ação política* não está na multiplicidade de suas manifestações, mas no fato ontológico de que “todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, contêm a política como elemento real ou potencial ineliminável” (GRAMSCI, 2001, v.3, p. 91). A natureza do *ato político* permanece inalterada: “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (p. 314) e que leva a uma postura ativa frente ao processo histórico e se concretiza em atos motivados por um dever-ser, com o objetivo de deslocar as relações de poder na sociedade.

Afirmar que rádios comunitárias são atores políticos não significa, contudo, entificá-las. Ao contrário, entendemos que “rádio comunitária”, em si, não significa coisa alguma e é justamente a atualização e reatualização de seu signo em disputa que a mantém viva, ativa, relevante e mutante no tecido da História. As muitas tentativas de nominá-la só demonstram seu vazio (abrangência) e sua potência. É possível, porém, identificar os protagonistas desse embate na “arena social de sentidos” (BAKHTIN, 2012): são mulheres e homens, normalmente das periferias da sociedade, que solicitam uma determinada tradição histórica de luta pelos direitos humanos – em particular o direito humano à comunicação – e que tem o rádio como instrumento ou fim. De todo modo, “periferia da sociedade”, “rádio”, “direito à comunicação” e, mesmo, “mulheres e homens” são termos vivos, já significaram outras coisas (“parcelas empobrecidas”, “radinho de pilha”, “democratização da comunicação”, “constituintes do núcleo sagrado familiar”) e querem e irão significar outras. Nosso foco serão esses protagonistas, suas lutas e os processos que impulsionam e aos que estão sujeitos. Por vezes, iremos designar rádio comunitária enquanto sujeito coletivo sem ainda, contudo, entificá-la. Trata-se, sim, de reconhecer diferenças de *grau*, mas de *natureza* idêntica em distintas *escalas* de atuação/ser político. Por exemplo, os comunicadores das rádios comunitárias são atores políticos na medida em que suas ações comunicacionais são motivadas por um interesse de deslocamento de poder (notadamente local, mas não

necessariamente), em que a rádio é normalmente tomada como meio; em outra escala, uma determinada emissora (materializada em sua história, seu corpo reivindicatório, seu conjunto de princípios) também pode ser entendida enquanto ator político no contexto de um movimento social consolidado, o das rádios comunitárias; ou ainda, num campo midiático específico, a narrativa da rádio comunitária quanto a um dado fato social (“ocupação de terras improdutivas”) disputa com a de um jornal hegemônico (“invasão de propriedade privada”); e assim por diante. Isso é importante na medida em que contribui para a ampliação do conceito de rádio comunitária para além de sua plataforma, reconhecimento político-estatal e escala de ação.

A partir desse entendimento, a verificação de uma crise nas rádios comunitárias teve de partir de uma investigação da ontologia do sujeito político-comunicacional (enquanto núcleo de ação a ser inquirido): essa nos parece ser a base que sobredetermina (e sobre a qual se sobredeterminam) os demais fatores (político-sociais, político-estatais e tecnopolíticos). Por isso iniciamos com a discussão de *três tipos (tipologias) possíveis* que nos parecem dar conta de modelos que mais inspira(ra)m ativistas pelo direito humano à comunicação. Porém, como entre a inspiração e a ação política se interpõem a realidade individual e social, nosso passo seguinte foi analisar os deslocamentos no cenário da luta por direitos (motivação original das rádios comunitárias)⁶⁸: primeiramente, desde a ordem subjetiva, investigamos os elementos contemporâneos que afetam o sujeito político-comunicacional e suas consequências para a política: na busca *individual* incessante pelo ideal de si mesmo tem sobrado pouco espaço (e tempo) para a luta *coletiva*. Depois, num âmbito mais amplo e caminhando para o nosso recorte de estudo, vamos tratar de um fragmento da história recente do Brasil para investigar a relação entre a crise da democracia representativa e os meios de comunicação. Isso será o mote para entender como as mudanças no quadro político e econômico latino-americano afetam o ambiente social e de reivindicação de direitos, centrais para as rádios comunitárias: dizendo de outro modo, a crise é das rádios comunitárias ou externamente as afeta? Por fim, vamos tratar dos métodos e estratégias que parecem tornar hegemônico um *modo de ação política* na atualidade. Essa discussão nos parece relevante não somente para as rádios, mas para as mídias comunitárias, em geral.

⁶⁸ Preferimos falar em deslocamentos e não mudanças por entender que os elementos (atores, obstáculos, direitos negados, lugar social) permanecem praticamente inalterados, o que já não pode ser dito de sua constelação (disposição, correlação, método).

2.1 TRÊS TIPOS POSSÍVEIS

Nesse nosso primeiro passo de investigação da ontologia do sujeito político-comunicacional, encontramos três tipos que melhor sintetizam o que inspira e orienta ideologicamente o protagonista da ação política na mídia comunitária. Não é coincidência que todos os três provenham do que tradicionalmente convencionamos chamar de *esquerda* do espectro político: veremos que, pelo menos no caso brasileiro e sul-americano (mas também em diversas regiões do mundo), as rádios comunitárias foram importantes instrumentos na articulação política de base de tais grupos, contando, inclusive, com apoio internacional (cf. 3.2). Isso também foi confirmado nas descobertas do plano técnico-empírico quando tratamos da origem dessas rádios e as causas a que estão empenhadas (cf. 1.2.2). Mesmo que a clássica oposição esquerda x direita se gelatinize mais e mais com a prática contemporânea da *real politik*, podemos afirmar que a tradição histórica das rádios comunitárias provém e continua seguindo, perseguindo e renovando os valores e ideais de esquerda.

Cada um dos tipos abaixo estudados segue uma *matriz organizativa*, um *modo de ação* e um *ideário específico*. Há uma tendência em relacioná-los a um momento histórico, mas isso nos impediria de ver, entre outras nuances, que todos eles coexistem no momento atual (e em outros momentos históricos), dialogam e se retroalimentam. Por outro lado, cada qual se define também por oposição aos demais e se baseia num modo específico de *poder*, *soberania* e *ser político*. Nosso intuito é entender como cada um desses tipos de atores políticos anima e está relacionado aos diferentes modos de ser das rádios comunitárias na atualidade. Apesar de termos consciência de que tal divisão esquemática e estanque corre o risco de simplificar o que efetivamente se dá na prática, teremos cuidado em enxergar os tipos como são: representações que se prestam a iluminar os modos de ação desses sujeitos políticos que nos dispusemos a estudar. Nosso esquema se vale de certa caracterização de *tipos de sujeitos políticos*, dentro dos objetivos clássicos da *tipologia* em Ciências Sociais: “o ‘típico’ designa uma seleção de atributos essenciais, uma visada do específico que permite negligenciar os atributos acessórios. O problema fundamental é o de encontrar critérios pertinentes de discriminação que permitam uma visão unívoca e representativa do objeto analisado” (BRUYNE et al, 1977, p. 178). É nada mais que uma “estrutura conceitual analítica” com o único objetivo de auxiliar na caracterização do fenômeno, a partir da aplicação de um método comparativo. Além disso, tal divisão será útil para analisarmos as

transformações num contexto político-social mais amplo de crise de representatividade política, reordenamento da cena política e deslocamento do modo hegemônico de ação política, com impacto direto no movimento e nas próprias rádios comunitárias.

2.1.1 Ser socialista

O primeiro tipo de sujeito político-comunicacional que propomos se baseia numa estrutura de tendência vertical de ação política fundamentada num movimento político unificado, organizado e hierárquico. Tal sujeito político tende a agir a partir de um espaço institucionalizado em que, apesar de a participação de todos ser valorizada e estimulada, as decisões são tomadas democraticamente pela maioria, ainda que preferencialmente pelo consenso. Essa estrutura de ação se caracteriza pela busca de uma unidade de pensamento e ação, com representatividade e divisão de responsabilidades, dentro de uma plataforma política clara e, normalmente, teleológica: podemos falar da busca por uma identidade comum na luta política, na figura de um centralismo democrático. Não há aqui uma negação da soberania, mas a tentativa de conquistar posições de poder na sociedade e, com isso, garantir conquistas pontuais mas progressivas. O que norteia a ação desse sujeito político é a democracia representativa (por vezes com auspícios de democracia direta) e ele se identifica com os princípios e modo de ação do socialismo.

Para a análise desse sujeito político teremos como referência um autor marxista cujas ideias influenciaram fortemente os movimentos sociais latino-americanos desde a década de 1960-70: Antonio Gramsci. Essa escolha de recorte também se deve a uma estratégia metodológica: já que um de seus objetivos foi renovar o pensamento marxista, Gramsci realizou uma superação dialética (COUTINHO, 1999, p. 83) dos pensamentos de Lênin e Marx, assimilando e conservando seus núcleos centrais, mas superando-os para dar conta de questões caras à sua época; com isso, acaba por organizar internamente à sua teoria as principais formulações marxistas. Além disso, a centralidade que adquire o conceito de sociedade civil na teoria e na práxis gramsciana e um conseqüente novo modo de se realizar a hegemonia ajudam a entender a extensão que seu pensamento teve para os movimentos sociais de esquerda latino-americanos, principalmente aqueles vinculados à cultura.

Para entender a originalidade de seu conceito de *sociedade civil*, é preciso percorrer brevemente uma das questões a que se interpõe Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”: o porquê da dificuldade de o socialismo chegar ao poder nas sociedades capitalistas avançadas.

Ele encontra a resposta na centralidade que tem a sociedade civil na organização do poder nessas sociedades, onde há um robusto e intrincado conjunto de instituições materialmente independentes do Estado e responsáveis pela organização e difusão das ideologias de uma classe ou conjunto de classes. Nesse tipo de sociedade há um equilíbrio de forças com a sociedade política (forças coercitivas do Estado). A luta pela hegemonia se dá no âmbito da sociedade civil, “da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 147).

Gramsci explica que, no processo histórico, as sociedades se complexificaram e o Estado ficou cada vez mais dependente de uma legitimidade simbólica para manter-se. Com a crescente socialização da política, os aparelhos estatais de coerção não eram mais suficientes para garantir a hegemonia da classe dominante. Uma ampla rede social de legitimação – os aparelhos privados de hegemonia – foi assumindo a função de dar a sustentação ideológica ao Estado e ao estado das coisas. Instituições de associação não estatal – como associações, partidos políticos, empresas midiáticas etc. – passaram a assumir um papel preponderante na criação de um consenso ativo: ao lado das armas e das leis, um arsenal de ideias. Afinal, como afirma Gramsci, “o exercício normal da hegemonia caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos da opinião pública – jornais e associações” (p. 95). A sociedade civil funciona como trincheiras das guerras modernas, impedindo que abalos na infraestrutura econômica tenham reflexos diretos e imediatos na superestrutura.

Esse caráter duplo do poder é o que leva Gramsci a propor uma *teoria ampliada do Estado*. Superando dialeticamente a proposição marxista, Gramsci entende o Estado pela fórmula “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada na coerção”. Um trecho de uma carta escrita no período carcerário delineia tal ideia:

Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia e um dado momento); e não como *equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como Igreja, sindicatos, escolas etc.) (GRAMSCI apud COUTINHO, 1999, p. 126-127).

Com sua teoria ampliada do Estado e a atenção voltada para o papel ideológico e estratégico da sociedade civil, Gramsci apresenta uma visão de poder vinculada à cultura, que revela a

importância que as ideias assumem na manutenção de uma determinada configuração de poder e do *status quo*:

Gramsci enfatizou a necessidade de pensar os mecanismos culturais que dão sustentação ao poder e à dominação; isso por sua vez, implica considerar a subversão dessa dominação como um processo que diz respeito não apenas ao econômico e ao estatal, mas também ao cultural (ACANDA, 2006, p. 201-202).

Ainda que Gramsci tenha citado “revistas” e “jornais” em sua obra escrita nas décadas de 1920-1930, os meios de comunicação ainda não tinham naquela época a prevalência que gozam hoje no conjunto dos “aparelhos privados de hegemonia” (sociedade civil), conformando o que mais tarde Ianni (2003) iria propor como o novíssimo Príncipe, o Eletrônico. Trata-se de uma analogia da analogia: para Gramsci, já não mais um indivíduo – o Príncipe, de Maquiavel – podia encarnar a vontade coletiva, mas um organismo social – para ele e sua época, o moderno Príncipe, o partido político, o lugar por excelência do chamado *processo catártico*. Como bem pontua Coutinho, “seria ‘catártico’ o momento no qual a classe deixa de ser um puro fenômeno econômico, graças à elaboração da vontade coletiva, para se tornar sujeito consciente da história” (1999, p. 91). O *processo catártico* é aquele no qual o sujeito vai se dando conta de seu lugar sócio-histórico e passa a agir em uma prática consciente e orientada, fazendo da sua necessidade um meio para a liberdade. E, apesar de se aplicar no âmbito do indivíduo, trata-se de um processo forçosamente ativado na coletividade. Afinal, não é estranho que o teórico por excelência do partido político enxergue que a passagem do momento egoístico-passional para o ético-político se dê a partir da consciência de *classe*, cuja categoria tem no partido político sua expressão político-organizativa.

O partido tem um caráter *mediador*, de síntese dos “sentimentos espontâneos das massas”, que, para Gramsci, devem ser educados, purificados, orientados, mas nunca ignorados: “a luta por essa unidade entre movimento de massa e direção consciente, esse momento de síntese ‘disciplinadora’ e de mediação político-universal, é a tarefa central do partido” (2001, v.1, p. 172). Numa das pontas dessa mediação se encontra a filosofia dos “simples”, também chamada por Gramsci de *senso comum*. De acordo com que diferentes (e por vezes opostas) filosofias orgânicas amadurecem, deixam seus estratos no imaginário popular: o senso comum seria então uma concepção do mundo híbrida, que contém “preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado” (GRAMSCI, 2001, v.1, p. 94). Percebe-se que tal noção, em Gramsci, ultrapassa sua atual acepção

negativa: haveria no senso comum um “núcleo sadio (...) que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” (p. 98), a partir de uma crítica permanente. Enfim, seria tarefa do partido o que Gramsci nomeia *reforma intelectual e moral*, um revolucionário processo pedagógico-crítico capaz de prover as bases normativo-axiológicas para novas relações sociais.

Gramsci (2000, v. 3) aponta três elementos fundamentais para a existência do partido: o primeiro seria o seu “exército” de “homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade” e que “constituem uma força na medida em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina”, do contrário seriam “poeira impotente”; o segundo seria o dos “capitães”, o “elemento de coesão principal” e que é “dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora”, e; por fim, um elemento médio, “que articule o primeiro com o segundo elemento”, com a função de estabelecer entre eles o contato físico e moral/intelectual (p. 316-317).

Ainda que se perceba forte teor hierarquizante, disciplinar e centralizador na sua proposta, Gramsci vai defender a importância do caráter pedagógico e da mobilidade interna entre lideranças e liderados no interior da organização partidária. Aquela reforma intelectual e moral capitaneada pelo partido político não deve se dar de cima para baixo, a partir de uma *intelectocracia* que prescreva uma conduta e uma filosofia ao restante dos companheiros de luta. Opostamente, ele acredita que não há solução possível enquanto persistir o divórcio entre os “intelectuais” e os “simples” ou enquanto a teoria não se relacionar dialeticamente com a prática (e vice-versa). Para que a reforma moral e intelectual efetivamente conforme um “bloco cultural e social” é preciso que ocorra a superação dialética do senso comum: a partir de uma crítica imanente às concepções de mundo correntes, orientada e motivada por uma teleologia específica. Para Gramsci, “quando o partido é progressista funciona ‘democraticamente’ (no sentido de um centralismo democrático)” (GRAMSCI, 2000, v.3, p. 319). Gramsci direciona um arsenal de críticas aos desdobramentos da revolução bolchevique, por conta das medidas coercitivas e despóticas de Stálin em sua “revolução pelo alto”.

A crítica à *intelectocracia* ou a qualquer engessamento burocrático no seio do partido político dialoga com o que é o centro articulador de todo o pensamento gramsciano. Enquanto Marx partiu da mercadoria e suas determinações para formular sua crítica ao modo capitalista de reprodução social, Gramsci se vale do que ele entende como “primeiro elemento” da política, ou seja, a existência social (e transitória) de “governantes e

governados” na sociedade capitalista (cf. GRAMSCI, 2001, v.3, p. 78-82). *Transitória* porque é esse justamente o objetivo final do que Gramsci chama “sociedade regulada” (o equivalente a sociedade comunista em Marx): o momento em que a sociedade civil absorveria a sociedade política. Vale lembrar que o *privado* em *aparelhos privados de hegemonia* faz referência a voluntariedade da associação dos indivíduos a tais aparelhos. O horizonte aqui é o fim da existência de governantes e governados, ou o fim da alienação política. Isso seria possível pela ação democratizante e politizante daquela reforma intelectual e moral empreendida prioritariamente pelo partido político. Com a totalidade da sociedade capacitada a agir de forma politicamente ativa, a dominação e a coerção (sociedade política) cedem progressivamente à hegemonia e ao consenso (sociedade civil): “o autogoverno dos cidadãos” seria o “de uma democracia plenamente realizada” (COUTINHO, 1999, p. 266). Para aquele que foi o maior estudioso de Gramsci no Brasil, a ideia de sociedade regulada oferece uma concepção radical de democracia. A própria construção do comunismo depende da construção de uma nova hegemonia, a partir de um novo consenso, ou seja, seria algo progressivo e que depende da ampliação (inclusive numérica) da sociedade civil. Para Coutinho, “Gramsci nos ensina (...) que, sem democracia certamente não há socialismo, tampouco existe plena democracia sem socialismo” (p. 278). De todo modo, ele é bastante assertivo ao afirmar que “o fim do Estado não implica nele a ideia – generosa, mas utópica – de uma sociedade sem governo (id., p. 141).

2.1.2 Ser anarquista

O segundo tipo se baseia numa estrutura horizontal de ação política num movimento político que prescindir e se opõe a qualquer tipo de soberania, hierarquia ou governo. Etimologicamente, podemos identificá-lo com a palavra grega *anarchos* que define desordem na falta de um governo ou, simplesmente, não haver necessidade dele. Tal sujeito político rejeita representantes e delegações, prega a ação direta, que implica em aceitar a responsabilidade com todas as consequências, sem delegá-las a terceiros. Seus pares partem de uma crítica constante a todas as estruturas de poder, internas e externas à organização, que, tendendo a não institucionalização, se assemelha mais a uma cooperativa. As decisões são tomadas sempre e necessariamente por consenso e discutidas até que a ele se chegue. Como não há busca pelo poder, as conquistas tendem a ser temporárias e pontuais. A sua

figura de democracia é a direta e se identifica com os princípios e modo de ação do anarquismo.

Da família patriarcal ao imperialismo, a crítica anarquista se dirige a todas as formas de dominação, autoridade e hierarquia pelas quais historicamente vimos estruturando a vida humana, social e individual. Qualquer poder que não seja justificado pelo desejo dos governados deve ser derrotado. Por sua diversidade, muitos preferem falar em “anarquismos” ou agrupá-los no guarda-chuva de *movimento libertário*. Por exemplo, a proposta bakuniniana de *coletivismo* aponta uma elite de anarquistas (a “família internacional”, a aristocracia de militantes que, por fim, estaria sob controle do próprio Bakunin) para facilitar uma espécie de “autolibertação” de amplas organizações operárias (a “família nacional”, devendo prestar obediência aos líderes): tal proposta claramente destoa de outras vertentes libertárias. Haveria um esquema de retribuição proporcional pelo trabalho realizado (não pela necessidade) e o Estado é substituído por uma federação livre de associações autônomas, com a garantia de total liberdade pessoal. Bakunin foi uma figura icônica para o anarquismo, com uma vida aventureira e conturbada, marcada por contradições e pelo elogio à rebelião, insurgência e violência. Já outra vertente influente no movimento libertário é o chamado *anarco-comunismo*, de Kropotkin: o princípio de remuneração salarial é suprido em favor do princípio das necessidades. Desse modo, se aposta na consciência coletiva de cada um na hora consumir (cada qual tomaria de armazéns comuns o que lhe era estritamente necessário, considerando o outro) e produzir (desoprimidas da exploração, as pessoas trabalhariam feliz e voluntariamente). Porém, a vertente mais forte consolidou-se no chamado *anarcossindicalismo*: a sociedade é vista como dividida entre produtores e parasitas e a luta organiza-se contra o Estado, tendo como instrumento revolucionário central a greve geral (essa foi, inclusive, a inspiração para a famosa paralisação geral de 1917, no Brasil). O objetivo é destruir o sistema capitalista e instituir uma economia dirigida por uma confederação geral de sindicatos. Porém, o caminho é interno ao capitalismo, criando “associações livres de produtores livres”, que serviriam como escolas de anarquismo, organizando a produção de forma democrática.

Apesar dessa variedade de propostas, mais de dois séculos de ataques advindos de todo o espectro político cristalizaram no senso comum a ideia de que anarquia é sinônimo de bagunça e caos. É bem verdade, contudo, que as vítimas do ataque pouco se importaram com tais representações, profundamente adversos que são ao poder. O anarquismo nunca se apresentou como um sistema completo de teorizações e mecanismos de ação. Ao longo de

sua história, coleciona investidas, mas nenhuma vitória duradoura, o que talvez seja constituinte, essencial: programar para não triunfar, já que uma “vitória final” (como buscaria o socialismo) poderia significar uma nova posição de poder. Pois é justamente nessa negação de autoridade que se encontra o cerne da proposta anarquista de sociedade, que até hoje fascina e inspira.

Na raiz do pensamento anarquista há a aposta na capacidade *socialmente* natural do homem de viver em liberdade e consenso, ou o que Proudhon – considerado um protoanarquista – chamará de um “imaneente senso humano de justiça”. Todo homem, toda mulher traria em si plena capacidade moral e material para desenvolver toda a sua humanidade. Isso aceito, a imposição vertical de leis e normas nada mais seria que uma atividade de dominação. Conseqüentemente, apesar daquela mencionada diversidade no espectro anarquista, todos irão se voltar mais ou menos visceralmente contra o Estado, entendido como síntese da autoridade, da alienação política, da dominação do homem pelo homem, da privação da liberdade e castração da autonomia humana. Desse modo, os anarquistas se opõem também à solução comunista por essa concentrar no Estado as energias e o poder de decisão que se encontram no seio da liberdade humana. Em seu embate com Marx, em 1868, Bakunin vocifera:

Não sou comunista, porque o comunismo concentra e engole, em benefício do Estado, todas as forças da sociedade. (...) Eu proponho a abolição do Estado, a extinção definitiva do princípio mesmo de autoridade e tutela. (...) Quero que a sociedade e a propriedade coletiva ou social estejam organizadas de baixo para cima por meio da livre associação e não de cima para baixo mediante a autoridade, seja de que classe for. (...) Eis aí senhores porque eu sou coletivista e não comunista. (BAKUNIN apud COSTA, 1980, p. 21)

Nesse histórico embate durante os preparativos da I Internacional, ficam claras as diferenças: enquanto Marx entendia o Estado como instrumento de transição, Bakunin o rejeitava absolutamente; o primeiro tinha os partidos políticos como protagonistas da revolução, já o segundo preferia orquestrá-la via sociedades secretas (sob a liderança de vanguardas libertárias); enquanto o alemão concebia a Internacional sob uma direção central e unificada, organizada, o russo apostava na agitação das massas para a destruição revolucionária e espontânea.

A *espontaneidade* é outro atributo comum e valorizado em todas as vertentes libertárias. Além disso, em sua ojeriza à política burguesa, os anarquistas rejeitam as eleições e o sufrágio universal. Há também uma postura antigradualista: ao enxergar todos os aspectos da vida social e econômica como interligados, somente uma ruptura completa e estrutural asseguraria a revolução. Algo importante para nossa análise, é que a aversão ao Estado acaba

por implicar uma valorização da organização comunitária. Na verdade, anarquismo também pode significar comunidades federadas e autônomas e tem como principal ferramenta de organização a autogestão. A controversa atribuição do pensamento de Tolstói à anarquia – ele preferia definir-se como um cristão fiel ao evangelho – encontra respaldo em sua resoluta negação à obediência e ao Estado. Tolstói influenciou a fundação de inúmeras comunidades, as “colônias tolstoianas”, baseadas na comunhão de bens e num modo de vida ascético. No pensamento anarquista, há aqueles que, como Goldwin, apostam nas discussões para a promoção das mudanças a partir de uma rede de comunidades independentes e sem governo. Sabemos que os ideais anarquistas chegaram ao Brasil, principalmente, através dos imigrantes espanhóis e italianos. Porém, Edgar Rodrigues, um historiador libertário, exalta o caráter anárquico dos quilombos brasileiros: seu modo comunal de produção e consumo (e de proteção) remonta os valores anarquistas kropotkinianos: “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo os seus desejos”. Mas houve também a experiência, na década de 1890, da Colônia Cecília, fundada por Giovanni Rossi e imigrantes italianos, uma “curiosa e fracassada experiência de comunidade anarquista” (COSTA, 1980, p. 117).

A crítica ácrata se dirige até mesmo à gênese da organização por direitos, tomada como responsiva – e não propositiva – frente à empresa, ao Estado, aos burgueses. O que se propõe é uma positividade ativa de organização, a partir da própria vida, dos costumes, das práticas cotidianas. A proposta anarquista é afeita à destruição – da sociedade atual, dos seus símbolos, dos seus valores: um, digamos, caos criador. E, em muitos casos, violento. Atribui-se a Nechaev, o início da vertente terrorista no anarquismo, já na década de 1880. Seu mais famoso caso é o assassinato de Alexandre II, em 1881, pelo grupo Narodnaja Volja. Porém, há os partidários do anarquismo cristão de Tolstói, que não admitem violência e partilham o desejo por uma universal fraternidade humana; ou os que, na esteira de Kropotkin, aceitam-na a contragosto como inevitável numa revolução, mas solicitam “o mínimo de agitação e desordem”; e, em meio a isso tudo, há também um anarquista como Max Stiner, “o Egoísta”, que se aferrava a soberania do indivíduo à revelia de qualquer princípio humanitário, o indivíduo contra toda a humanidade: sua proposta de União dos Egoístas prescindiria de direitos, tendo a vontade individual como absoluta e a rebelião como instrumento.

A atual crise sistêmica de representatividade política contribui para uma recente retomada do pensamento anarquista, encarado como alternativa para a aparentemente inevitável traição do partido político e para a cada vez mais frágil dualidade esquerda x direita. Por nunca ter sido totalmente realizado, o anarquismo goza da inesgotabilidade do

reino das possibilidades, imune ao tribunal da realidade. Schneider (2013) agrupa como *anarco-curiosos* ativistas contemporâneos tão diversos como os *gender queers*⁶⁹, os jovens do movimento *Occupy*, os zapatistas e os *blackblocks*. Eles teriam aprendido seus valores da internet: “transparência, *crowdsourcing*, liberdade *para*, liberdade *de*. Nós podemos ser nós mesmos”. Em comum a aspiração a uma organização horizontal, que se recusa a direcionar suas demandas a qualquer autoridade (o que seria inscrevê-la) e, sobretudo, ser orgulhosos de prescindirem de líder: “anarquia é o quadro-negro político em branco do início do século XXI” (p. ix).

Um elemento importante para a presente pesquisa é a retomada genealógico-teórica do anarquismo feita por Noam Chomsky (2013). Perceba-se que as principais reivindicações anarquistas centram-se na “oposição à intervenção estatal na vida social, como consequência de uma crença profunda na necessidade humana por liberdade, diversidade e livre associação” (p.9). Sabemos que esses mesmos valores – em sua inversão ideológica e motivacional – também baseiam o discurso liberal-capitalista. Por outro lado, a gênese do pensamento anarquista bebe da mesma fonte que o socialismo e foram divergências internas quanto ao método e alguns princípios – não quanto aos fundamentos e objetivos – que levaram à sua mútua oposição (ainda que, por exemplo, a própria existência do anarco-comunismo venha demonstrar intersecções). Isso irá autorizar o historiador anarquista Rudolf Rocker a definir o anarquismo moderno como “a confluência de duas grandes correntes (...): socialismo e liberalismo” (apud CHOMSKY, 2013, p. 9). O que opõe o anarquismo ao capitalismo é sua rejeição à exploração do homem pelo homem; o que distingue o anarquismo do socialismo é sua rejeição à dominação do homem pelo homem. Por isso, “a partir desse ponto de vista, anarquismo pode ser considerado como a vertente libertária do socialismo”, sendo, talvez, a única vertente política de esquerda capaz de subverter internamente o capitalismo por radicalizar crítica e negativamente os seus mesmos valores.

2.1.3 Ser da multidão

Por fim, o terceiro tipo se baseia numa estrutura de ação política em rede, trata-se de um sujeito político historicamente novo, emergente, que tem na comunicação, cooperação e na colaboração a base organizativa de seu modo de ação política. A coletividade de seus indivíduos não forma uma identidade coletiva, nem há essa busca: para eles, suas inúmeras

⁶⁹ Termo guarda-chuva para identidades de gênero que não se enquadrem no binário homem e mulher (bigênera, pangênera, agênera, gênero fluido etc.).

diferenças e desejos não podem ser reduzidos a uma unidade ou identidade única. Por isso, há um desafio constante em fazer com que tal multiplicidade social (entendida como imprescindível para sua força) consiga se comunicar e agir em comum. Como o nosso segundo tipo de sujeito político, rejeitam qualquer tipo de soberania, hierarquia e representatividade. Seu modo de ação se adéqua mais a um espiral por se basear na pluralidade contínua de seus elementos e redes de comunicação e tem na mobilização de afetos a principal estratégia de ação política. A institucionalidade não é necessária e o seu projeto político é não teleológico. Como naquele nosso primeiro tipo de sujeito político, vislumbra-se um projeto comum de seus indivíduos, mas, nesse caso, imanente e que se mantém com base no que compartilham e produzem em comum. A sua figura de democracia é a plena e se identifica com os princípios e modo de ação da chamada multidão.

Lançado na virada do século XI, *Império* (HARDT e NEGRI, 2001), se propôs a ser o “Manifesto Comunista do século XXI” (TSU, 2000) por sua dita capacidade de fornecer as bases para o entendimento de um novo momento do capitalismo. Produzido a quatro mãos por dois assumidamente militantes comunistas – Antonio Negri, ex-professor de Ciência Política, na Universidade de Paris, e Michael Hardt, professor de Literatura na Universidade Duke, nos Estados Unidos – a partir de um diálogo com Foucault e Deleuze, a obra tem tido influência na área da Comunicação por apostar na capacidade organizativa da comunicação como principal elemento para a produção de valor no capitalismo atual. “Império” seria a materialização de uma nova forma de soberania (pós-moderna) – que teria solapado a anterior, baseada nos Estados-nação (moderna) – e a primeira forma verdadeiramente ilimitada de poder: sem mais fronteiras, barreiras fixas ou mesmo centro territorial de poder (efetivo e localizável); sem amarras temporais por se apoiar na instantaneidade da comunicação eletrônica e por se pretender uma forma eterna; um não lugar total que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. Essa nova forma de soberania é a forma política da globalização capitalista sob a égide da financeirização do mundo e das trocas cada vez maiores e mais velozes de informação. Mas que se diga que os Estados-nação têm, sim, seu papel no Império, ainda que deslocado, mais de gerenciamento da economia e do biopoder: com as grandes corporações mundiais (inclusive midiáticas), administram a vida como objeto de poder, regulam a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e articulando-a; a partir de procedimentos móveis, fluidos e localizados privatizam os bens comuns e mercadorizam a própria vida. Sob o comando do capital, os Estados-nação colocam a disposição seu sempre

crescente poderio militar e sua máquina jurídica para facilitar a ação das grandes corporações transnacionais: deslocam e realocam o dinheiro, organizam e reorganizam a geopolítica do mercado, desestruturam e reestruturam a produção global: como sintetiza Negri, “as bases do Império são o poder militar (ou, na verdade, a arma absoluta e o seu monopólio), o poder monetário (‘um dólar vale um dólar’) e a comunicação (ou a capacidade de formar sujeitos)”: as tecnologias de comunicação impulsionam esse novo paradigma de poder e soberania.

Tendo como matérias-primas e produtos a vida e o comum, o Império produz, principalmente, subjetividades e vínculos: “na esfera biopolítica, a vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida” (SILVEIRA, 2005, p. 130). Uma particularidade dessa fase imperial do capitalismo é que a produção não pode ser mais compreendida em termos meramente econômicos: para gerar suas formas primordiais de riqueza – comunicação, relações e formas de vida – o que é econômico se complementa e se confunde com o que é político, cultural e afetivo. Trata-se da chamada *produção biopolítica*: produção e reprodução social ao mesmo tempo (produção da própria vida social). Sob a hegemonia *do trabalho imaterial* o valor se deslocou para a produção de conhecimentos, relacionamentos, imagens, ideias, afetos. Esse trabalho se apresenta basicamente em duas formas: trabalho intelectual e linguístico (produção de ideias, símbolos, códigos, textos, mensagens etc.) e; trabalho afetivo, que envolve mais que meramente a mobilização de emoções, pois atua na mente e no corpo. Ao analisarem a cena contemporânea do trabalho, Hardt e Negri notam a hegemonia do trabalho imaterial menos em termos quantitativos (numericamente operários e agricultores ainda predominam) que qualitativos (pela capacidade que a forma do trabalho imaterial tem tido de inspirar e influenciar as demais esferas da vida). E fazem uma comparação com a revolução industrial: do mesmo modo que as outras formas de trabalho e a própria sociedade tiveram, a partir daquele momento, de se industrializar (mecanização da agricultura, serialização da cultura, fracionamento do tempo etc.), hoje o trabalho e a sociedade são impelidos a se informatizarem, tornarem-se inteligentes, comunicativos e afetivos. O que se percebe aqui é a imposição de uma tendência, a da *rede*. É que o trabalho imaterial só pode acontecer em rede, a atual metáfora para todas as formas sociais e produtivas: vemos, buscamos e construímos redes em todas as partes, é mesmo o modo como passamos a entender e agir no mundo.

A capacidade que o Império tem de englobar todo e qualquer aspecto da vida humana tem sua principal materialidade nas formas produtivas. No reino da produção imaterial, todos nós e a todo o tempo produzimos. As distinções entre trabalho produtivo, improdutivo e

reprodutivo, produtores e “reserva de mão de obra” nublam-se definitivamente. É que o terreno do qual o trabalho imaterial se vale para produzir riqueza é o *comum*, ponto de partida e de chegada da produção biopolítica: “nossa comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações (...) todo aquele que trabalha com a informação ou o conhecimento (...) depende do conhecimento comum recebido de outros e por sua vez criam novos conhecimentos comuns” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 14-15). Circulação e inovação conformam um padrão de acumulação de riqueza no também chamado *capitalismo cognitivo* (assim designado para ressaltar o que é o valor hoje para o capital), onde os processos produtivos se tornam reprodutivos e vão muito além da ordem fabril do trabalho assalariado. Para dar conta desse novo conceito de classe produtivo-cognitiva (p. 143), Hardt e Negri propõem a figura teórica da *multidão*.

Multidão (2012) é tido pelos autores como a continuação de *Império* (2001). Enquanto o primeiro livro se ocupou de descrever uma das fisionomias da globalização, com seus novos mecanismos de controle e conflito permanente, o segundo vinha expor sua outra face, humana, sob os novos circuitos criados de colaboração e cooperação. Ainda que a multidão não possa existir sem o Império, que é o “seu suporte dialético”, não há simetria: “enquanto o Império depende constantemente da multidão e de sua produtividade social, a multidão é potencialmente autônoma e tem a capacidade de criar sociedade por sua própria conta” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 289). Enquanto o Império se apropria do trabalho imaterial e procura conter seu potencial de coordenação e vinculação numa carcaça negativa de dominação, a multidão não cessa de irrompê-la em seu projeto imanente de democracia em escala global.

Assim como para o Império, a produção e o trabalho são centrais para a multidão: antes de tudo, ela é formada por todos os que trabalham (biopoliticamente) sob o domínio do capital: da perspectiva socioeconômica, a multidão é o sujeito comum do trabalho. Trata-se de um conceito abrangente que inclui os não assalariados. Dentro da hegemonia da produção imaterial, todas as formas de trabalho são produtivas, pois produzem *em* comum e produzem *o* comum. Os autores tomam o cuidado em distinguir *multidão* de conceitos anteriores e similares como *povo*, *massa* e *classe operária*, que carregam o anseio por uma identidade única. A multidão, em compensação, é múltipla, ao mesmo tempo um e muitos: “é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes

formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 12). Frente a essa diversidade essencial, o primeiro e maior desafio da multidão é descobrir e construir, por entre suas diferenças internas, o comum, que permite a ela comunicar-se e agir em conjunto. Do mesmo modo que o comum aparece no início e no fim do processo de produção imaterial, a multidão se vale do comum produzido e produtivo para organizar de forma imanente sua luta contra o Império.

Hardt e Negri defendem um uso democrático da força e da violência por parte da multidão, a partir de três princípios: apenas como instrumento para perseguir fins políticos; a ser usada como defesa, mas também como direito a resistência contra a tirania, e; seu emprego deve ser organizado democraticamente. Sobretudo comentam da necessidade de se criar outras armas, ainda que não pacíficas, mas criativas. Exemplos encontramos na ação direta do grupo de punk-rock feminista russo, Pussy Riot, na Catedral de de Moscou, em março de 2012, ou na encenação de uma crucificação pela modelo e atriz transexual, Viviany Belebony, na 19º Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em junho de 2015: inventivas, impactantes, gerando afetações.

Características fundamentais da multidão são a busca pela autonomia e uma recusa obstinada de hierarquia centralizada, de líderes e de porta-vozes. Seu novíssimo tipo de resistência prescinde da legalidade de suas células, ainda que a resistência possa vir a aparecer e agir desse modo. Suas manifestações tantas vezes rejeitam até mesmo interlocuções, o que seria, afinal, afiançar uma soberania que se quer destruída em favor da democracia: “a soberania inevitavelmente postula o poder como o governo do uno e solapa a possibilidade de uma democracia plena e absoluta” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 441). (A soberania sempre insistirá em querer encerrá-la num corpo político). O conceito que mais próximo temos desse tipo de democracia almejada pela multidão seria a *direta*, na qual cada um investiria um tempo de suas vidas e do seu trabalho para votar sobre cada decisão política. Mas a “democracia plena e absoluta” seria mais imanente: na coincidência da produção econômica e política, a sociedade é capaz de instituir um poder constituinte de forma colaborativa através da produção biopolítica, ainda que seu conteúdo comum seja um permanente desafio.

Porém, mesmo na indefinição (essencial) de sua composição (essencialmente múltipla) e ao que a motiva (múltiplos desejos), a multidão “não cria caos e desordem social” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 256). Hardt e Negri a diferenciam da “pura anarquia”, um simples composto de singularidades: surge, antes, da colaboração de sujeitos sociais

singulares e é criada em interações sociais colaborativas. Também diferentemente do *espontaneísmo* postulado pelo anarquismo, a multidão não surge naturalmente como forma política. Na verdade, a multidão “nunca existiu até hoje. (...) É política, e será necessário um projeto político para torná-la uma realidade com base nessas condições que surgem. (...) A multidão tem uma estranha temporalidade dupla: sempre-já e ainda-não”. (p. 286)

Um último aspecto que gostaríamos de levantar é o *internacionalismo* inerente à proposta da multidão. Em diversos momentos do livro, Hardt e Negri citam o Fórum Social Mundial como “o exemplo mais avançado até hoje do modelo de organização em rede” (p. 126) devido aos processos decisórios democráticos, às experiências sociais inovadoras (com moeda própria, baseada na economia solidária), a capacidade de agir em comum e a sinergia de forças sem cair na armadilha da conformação de um corpo político soberano: “cada luta mantém-se singular e vinculada às suas condições locais, mas ao mesmo tempo está mergulhada na rede comum” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 281). A sua força, porém, consiste na definitiva consolidação de um ciclo mundial de lutas, que não seria apenas reativo, mas necessariamente ativo, criativo e global. Enquanto há uma contaminação das *formas* democráticas entre as lutas, seu *conteúdo* tem como base aquilo que as singularidades têm em comum: “em termos conceituais, a multidão substitui a dupla contraditória *identidade-diferença* pela dupla complementar *partilha-singularidade*. (...) Resultado de que formamos hábitos, práticas, condutas e desejos comuns cada vez maiores – em suma, com a mobilização e a extensão globais do comum” (p. 282, grifo nosso). Notemos aqui outro entendimento acerca da globalização. Enquanto as primeiras teorias sobre o tema, da década de 1990, denunciavam o perigo da homogeneização cultural e política capitaneada pelas grandes potências mundiais (corporações e Estados-nação), agora suas mesmas ferramentas são tidas como essenciais para a constituição de um *comum global* capaz de organizar as lutas, ainda que com o constante desafio de partilhar e manter a singularidade (ao mesmo tempo, força e fraqueza da multidão).

2.2 DESLOCAMENTOS NO CENÁRIO DA LUTA POR DIREITOS

Nosso olhar sobre os deslocamentos na constelação da luta por direitos tem como foco seus limites em diferentes âmbitos. Um primeiro a ser percorrido é o do sujeito contemporâneo: por conta da múltipla pertença interna e da multiplicidade de forças externas, vê-se chacoalhado de um limite ao outro de seu desejo. Trata-se da dinâmica característica do

nosso tempo: no primado da liberdade, o sujeito é lançado no deserto das escolhas: busca a segurança dos valores de suas raízes, mas vê-se impelido por expectativas (por vezes, contraditórias) sempre a lhe exigir mais.

Um segundo âmbito em que os deslocamentos no cenário da luta por direitos têm pendulado de um limite ao outro é a da práxis política governamental. O passado político recente latino-americano viu uma “guinada a esquerda” em diversos governos dos países da região. O que, num primeiro momento, parecia ser o início de uma era de ouro para as rádios comunitárias (historicamente base política dos partidos de esquerda) acabou por demonstrar uma dupla face bem distinta: de um lado, afrouxamentos políticos-ideológicos em favor da chamada governabilidade selaram alianças com partidos e oligarquias conservadoras (que impediram, entre muitas outras coisas, a modernização legal em comunicação e/ou sua aplicação), de outro, a cooptação das pautas e absorção de quadros políticos embaraçaram a crítica aos (des)caminhos que tais governos seguiam. A enorme fratura entre o planejado e o realizado, entre os princípios que animaram a luta pelo poder e as práticas adotadas para sua conquista (e principalmente depois dela) aprofundou a *crise da representação política*. Ela já existia desde, pelo menos, o tsunami neoliberal que devastou mecanismos e instituições tradições de negociação política. A frustração das expectativas de que fossem reconstruídos com a alternância de poder ampliou as desconfianças de sua falência definitiva, sensação particularmente amarga para as esquerdas. Como a complexidade do tema ultrapassa o fôlego e os auspícios dessa pesquisa (ainda que, sem a Comunicação, nem o mais aprofundado trabalho de Ciência Política poderia esgotá-la), nos limitaremos a investigar como essa crise, no histórico brasileiro recente, aprofundou e foi aprofundada pela falta de democracia nos meios de comunicação.

2.2.1 De um limite ao outro na luta por direitos

O segundo dia do Seminário Internacional “*Comunicación Comunitaria para el nuevo siglo*”, realizado em maio de 2015 pela AMARC, no Chile, ficou reservado para uma oficina de gestão para rádios comunitárias. Pelas ruas da capital, caminhei ao lado de um indígena mapuche, Carlos Railaf, da rádio Alto Bio Bio, da patagônia chilena. Comparávamos as muitas violações e algumas reversões dos direitos indígenas em nossos países, mesmo nos governos de esquerda. Enquanto conversávamos, cruzamos com muitos apressados santiaguenses. Carlos, então, comentou do hábito simples, ancestral e tacitamente obrigatório

de sua comunidade de cumprimentarem-se a cada novo encontro, com as mãos, o olhar e a fala: “me sinto estranho na cidade, porque as pessoas parecem todas olhando para o eu. Na nossa comunidade estamos sempre olhando para o todo, para as pessoas à volta. Aqui, só olham para frente”. Sua fala coincidiu com a ultrapassagem obstinada do rapaz falando ao telefone pelo *handsfree*, rindo e movimentando as mãos, como se o interlocutor virtual realmente pudesse vê-lo. Sorri por dentro em minha contradição interna: ainda que meu desejo de mim mesmo se projetasse em Carlos, meu eu cotidiano era o daquele cidadão imerso na virtualidade.

Pouco depois, durante a rodada de apresentações dos mais de 30 participantes da oficina, percebia-se o desconforto com falas que duravam mais de cinco, dez minutos. O experiente facilitador, Ernesto Lamas – um dos fundadores do método de formação, de inspiração freireana, da AMARC América Latina – apressou-se em dizer que aquele era momento necessário, a fim de que todos já começassem a aprender com a experiência do outro. Comentou que em reuniões mapuche não há limite de tempo nas intervenções: se inscreve e se fala pelo tempo de uma ideia. Do meu lado, um peruano confirmou tal observação em tom brejeiro: participara de um encontro mapuche que durara nada menos que sete dias. Enquanto anotava essas linhas, para não perder o calor das reflexões, ouvia transversalmente histórias individuais e coletivas, lamentando tantas mais riquezas que perdia: mas o propósito da pesquisa é o que se impõe para um doutorando. Há sempre que se fazer uma opção de nós mesmos.

Desde a experiência individual até a coletiva, a luta por direitos é sempre uma questão de escolhas e de alinhamentos: uns mais e outros menos conscientes, alguns deliberadamente emotivos e outros racionalmente justificados, todos necessariamente afetivos e com implicações pessoais e políticas. Nesse rol, uma das mais importantes escolhas se refere ao *tempo*, posto que seu gasto indica alinhamento: a quem se dedicar, o quanto, por quanto tempo? As tensões para suas respostas provêm dos nossos múltiplos pertencimentos e de nossos múltiplos desejos, por vezes, mutuamente conflitantes.

Quem aprofundou essas questões foi o comunitarista⁷⁰ Charles Taylor. Em sua mais proeminente obra, *As fontes do self* (2011), o professor canadense realiza uma verdadeira

⁷⁰ Os chamados comunitaristas, a partir de uma crítica à modernidade, fazem um profundo diagnóstico sobre a identidade moderna, suas contradições e fortalezas, buscando resgatar os valores e o sentido de bem comum perdidos em meio ao atomismo social e ao individualismo exacerbados no mundo contemporâneo. Sodré (2014) os define “como todos aqueles, místicos ou não, que transcendentalizam a comunidade dentro da perspectiva do indivíduo, enxergando um fio de continuidade entre passado e futuro, para privilegiar os valores de conservação da proveniência” (p. 236). Esse fio fala de um “enraizamento em um horizonte social e cultural percebido como

antropologia da filosofia moral ao elaborar uma história da identidade moderna, que, para ele, seria essencialmente desarticulada e não consciente de si. Em busca das fontes morais que compõem essa história, vai fazendo uma genealogia dessas fontes e desvela o que verdadeiramente estruturaria as decisões éticas cotidianas dos modernos. Depois de ocorrido o desencantamento do mundo e da dissolução de qualquer significado moral único, os sujeitos da modernidade sentem-se emancipados da necessidade de acreditar numa ordem ou de encontrar um significado predeterminado no mundo. Por outro lado, como consequência, têm que conviver com uma angústia existencial e um niilismo radical que tem lhes acarretado uma crise *moral e política*.

Sobre a crise moral, para Taylor é falsa a ideia de que as escolhas e as preferências seriam individuais, a partir de uma racionalidade soberana e isolada: seriam as “configurações morais” (por exemplo, uma religião, uma ideologia política ou uma dada comunidade) as verdadeiras fontes éticas que orientam as ações dos indivíduos. Acontece que, fruto da própria crítica imanente que caracteriza a modernidade,

o que comumente conferia valor a vida – valer ser vivida e de forma plena – tornou-se problemática no mundo moderno. Nenhuma configuração é partilhada por todos. E internamente estamos cientes de nossas próprias incertezas, de quanto estamos longe de ser capazes de reconhecer uma formulação definitiva com confiança absoluta. (TAYLOR, 2011, p. 32)

Caímos todos num relativismo niilista que pode nos dissolver. Porém, por mais que as configurações morais possam estar desarticuladas ou inconscientes, são elas que, transmutadas em práticas, hábitos e valores sociais, verdadeiramente baseiam a ação do indivíduo. Para Taylor, ainda que a estrutura comunitária não seja a única fonte de valor, indivíduos integrados na comunidade estariam mais bem preparados para serem mais responsáveis que indivíduos isolados, atomizados.

A crítica de Taylor se direciona ao *liberalismo* e à *razão instrumental* responsáveis pelo auge do *self-construction* e do utilitarismo generalizado na atualidade. A vida do indivíduo moderno se caracteriza por um ambicioso projeto de si e uma busca constante pelo eu, autêntico, forte e individualista. Suas decisões tendem, em todos os âmbitos, a realizar cálculos de custo-benefício à revelia de critérios mais elevados, desde o experiencial até o público: “o indivíduo foi tirado de uma rica vida comunitária e agora entra, em vez disso, numa série de associações volúveis, mutáveis, revogáveis, destinadas a finalidades específicas, instrumentais” (TAYLOR, 2011, p. 641).

horizonte comum, plural e significativo. (...) Para o comunitarista, o laço não é a cadeia que nos aprisiona e nos limita na liberdade, mas o fio de Ariadne que nos liga aos outros e nos sustenta”. (VENEZIANI apud SODRÉ, 2014, p. 237).

Desse modo, a crise moral é também *política* porque a incessante construção de si (a infinda busca da realização pessoal e profissional) deixa pouco tempo e espaço para o engajamento na coisa pública, minando sua autonomia. Assim, entrariamos no que Taylor, apoiado em Tocqueville, chama de *nepotismo brando* em que o Estado, já sem o lastro da participação ativa dos cidadãos, tem “imenso poder tutelar” e cada vez menos controle das pessoas: “uma sociedade de autorrealizadores, cujas associações são vistas cada vez mais como revogáveis, não pode manter a forte identificação com a comunidade política que a liberdade pública requer” (TAYLOR, 2011, p. 648).

Sodré (2006) remonta esse processo e explica que a alienação política individual está na gênese do projeto político moderno e foi o liberalismo que, historicamente, o viabilizou. Tal projeto “se deu ao custo de uma redução da amplitude do agir político por parte do governo dos homens, por sua vez dependente da técnica, da administração, da delegação de poderes, do direito, do racionalismo argumentativo etc.” (p. 148). Trata-se da chamada *liberdade negativa* liberal, uma, por fim, negação da ação política através da liberdade de não ser obrigado a agir politicamente. Entramos aí numa contradição inerente, já que “a universalidade da política vive da ideia de uma ação potencialmente livre e coletiva – logo, uma liberdade afirmativa, ainda que parta da negatividade liberal – e não da padronização totalitária das ações a partir dos modelos estatais de exercício do poder” (id.), que pode acabar por absolutizar o poder do Estado frente à alienação política individual.

Também o *ethos* mercadológico no qual estamos mergulhados nos impulsiona ao *self-construction*. Bauman, em *Vida para o consumo* (2007), procura demonstrar como hedonismo e tecnologia andam de mãos dadas na presente realidade social – por ele denominada *sociedade de consumidores* – em que “a reconstrução das relações humanas a partir do padrão e à semelhança das relações entre consumidores e objetos de consumo” (p. 19) torna cada de um nós uma mercadoria a ser vendida: as pessoas hoje “são os promotores das mercadorias e as mercadorias que promovem” (p. 13). Isso, entre outras coisas, explicaria o sucesso das redes sociais e o desejo que as pessoas têm, de bom grado, de compartilhar suas informações pessoais numa permanente construção de sua imagem. Se o que marcou a modernidade – e a por ele denominada *sociedade de produtores* – foi o fetichismo da mercadoria de que fala Marx, a sociedade de consumidores é atravessada pelo *fetichismo da subjetividade*, em que se oculta a comodificação do próprio homem: “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém

pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável” (p.20)⁷¹.

Nessa corrida frenética pela construção de uma subjetividade à altura de nossos desejos e do jogo de espelhos da expectativa alheia, sobra cada vez menos tempo para a lenta, conflituosa e gradativa ação política coletiva.

2.2.2 Crise de representação política e a democratização da mídia

Uma primeira pergunta pertinente e de fundo a ser feita é se o sistema representativo, alguma vez, em algum lugar, funcionou plenamente aos seus propósitos de promoção da democracia. Incapazes de respondê-la, reduziremos nosso olhar a um recorte bem específico e relacionado aos componentes de nossa análise, mas talvez capaz de iluminar realidades mais amplas: no caso brasileiro recente, como tem se construído nos (e por entre) os meios de comunicação hegemônicos e a quem pode vir a servir o discurso de estarmos vivendo uma crise generalizada de representação política e de falência de suas instituições? Não se trata de negá-la, já que a questão foi e continua sendo posta na corporeidade das ruas e no descrédito crescente em todos os setores da população de diferentes partes do mundo: como no *Ocuppy Wall Street*, cuja denúncia de um sistema que só representa o 1% mais rico foi capaz de espalhá-lo pela América do Norte e pelo mundo; ou na persistente presença nas ruas dos jovens chilenos por universidade gratuita; ou o 15-M, germe do Podemos, quando a indignação com o austericídio econômico e a impunidade para corruptos explodiu nas ruas da Espanha; ou na revolta dos negros de Ferguson (Missouri, EUA) com o extermínio promovido pelo Estado; ou ainda nas mulheres de “grelho duro” contra os ataques aos seus direitos capitaneados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Se não há como negá-la, uma análise do que se passou desde as Jornadas de 2013 até a instauração do

⁷¹ Ironicamente, talvez o símbolo mais contumaz do fetichismo da subjetividade em nossa era *high tech* seja a tecnologia simples de um bastão que liberta as limitações do braço, dispensa a interação com estranhos e esconde “nossa natureza isolada e solitária sob o verniz da felicidade e do gozo”. Sobre o fenômeno do “pau de selfie”, o jovem escritor mexicano Emilio Lezama opina que essa invenção elementar agregou mais um artifício para “o indivíduo moldar a narrativa de sua vida e, assim, nos transformou em promotores de nossa própria marca”. Mas não se trata de enaltecer aspectos louváveis da própria vida, mas adequar “a realidade as suas próprias expectativas”. Ele lembra que Peter Sloterdijk entende por *tecnologia* a tentativa de substituir os sistemas imunológicos implícitos por sistemas imunológicos explícitos: paus de selfies, fones de ouvido, celulares... nossa imunidade está garantida agora que “a comunidade nos debilita e a individualidade se torna preponderante”. Disponível em www.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/08/1674877-o-que-selfies-revelam-sobre-o-mundo-atual.shtml. Acesso em 3 de maio de 2016.

impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, pode, porém, levantar os limites e (graves) riscos que os momentos de crise (e seus usos) representam.

Diversos autores situam o vértice das contradições entre garantia de direitos e instituições políticas na hegemonia neoliberal. Não por acaso, uma das matrizes explicativas para a presente crise de representação política localiza sua gênese nesse mesmo macroprojeto político-econômico. Escrito em 1995, no auge desse processo e num lugar do mundo particularmente por ele afetado, *Consumidores e cidadãos* (2008), de Nestor García Canclini, realiza uma crítica contumaz aos danos causados pelo neoliberalismo ao exercício da política na América Latina. Como os demais autores da pós-modernidade, Canclini relaciona a mudança de paradigma político com o desgaste da forma Estado-nação como fonte organizadora das identidades: “a internacionalização foi uma abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos das outras” (CANCLINI, 2008, p.32), o que desestabilizou fontes importantes de identificação dos cidadãos. Frente à globalização, o autor se posiciona como alguém que não crê “que o global se apresente como substituto do local” e que “o modo neoliberal de nos globalizarmos seja o único possível”, propondo “examinar o que a globalização, o mercado e o consumo têm de cultural” (p. 34). Para Canclini, o modo neoliberal desacreditou e esvaziou o político e os modos e espaços de representação política, a partir de sua cartilha de privatização do bem comum e valorização do Estado mínimo. Mas a saída que o autor oferece, porém, é *por dentro*:

junto com a degradação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem. Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. (CANCLINI, 2008, p. 29)

Parece estranho que um profundo conhecedor da realidade latino-americana ignorasse a então situação (praticamente ainda hoje intocada) de monopólio midiático em todos os países do subcontinente, ancorada por regulações frágeis e relações promíscuas entre Estado, mídia e oligarquias regionais, nacionais e corporações internacionais: que tipo de cidadania se poderia esperar via meios de comunicação tornados empresas? A argumentação de Canclini é escorregadia e pendular: se, por um lado, oferece extensa análise crítica da abertura do mercado latino-americano, da reorientação política regional e do conseqüente enfraquecimento do Estado e aumento da injustiça social, por outro, insistindo na cidadania cultural (leia-se racial, de gênero, ecológica etc.) sem qualquer embasamento de *classe*, o

autor parece exaltar uma cidadania que prescinde dos mecanismos clássicos de representação política, através de meios eletrônicos (que teriam feito “irromper as massas populares na esfera pública”): “desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais, o público recorre ao rádio e à televisão para conseguir o que as instituições não proporcionam: serviços, justiça, reparações ou simples atenção” (p. 39). Ainda que advirta que “reconhecer essas transformações não significa prognosticar a dissolução da cidadania no consumo” (p. 14), o autor privilegia o segundo como espaço preponderante na atual disputa de direitos, onde as identidades passam a depender “daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir” (CANCLINI, 2008, p. 30). Ou nunca vir a possuir.

É outra a posição de Sodré e Paiva (2013), que, em *Afeto e mobilidade nas megacidades: o comum e as alternativas de comunicação*, diferentemente de Canclini, desconfiam de que a cidadania possa se calcar no consumo e problematizam uma cidadania midiática:

se é verdade que os meios de comunicação massivos podem ser interpretados como um alargamento tecnológico do espaço público, portanto como suposta ampliação do funcionamento democrático, não se segue, necessariamente, que esses meios possam ser tidos como responsáveis pela construção ou pela consolidação de instituições democráticas no real-histórico (...). A cidadania midiaticizada resultaria (...) da falência da mediação política entre o cidadão e o Estado. Resultaria da ausência efetiva de partidos, de ideias e de paixões, pondo a empresa capitalista no lugar da última aventura humana possível (PAIVA e SODRÉ, 2013, p. 53-54).

O Brasil do início do novo milênio sentia os resultados de uma década de governo neoliberal, iniciada com o governo Collor (1990) e levada a cabo por FHC (1994-2001): subordinação crescente da economia aos fluxos internacionais de capital; transnacionalização dos grupos nacionais; privatização em setores estratégicos; desregulamentação e/ou afrouxamento na regulação estatal, entre outros. No setor da comunicação isso representou o fim da proibição da participação estrangeira nos setores da comunicação, a privatização da Telebrás e a criação de uma lei liberal de telecomunicações (1997), enquanto permanecia (e permanece) inalterada e obsoleta a lei de radiodifusão (1962), favorecendo o monopólio e a concentração da propriedade privada dos meios de comunicação. É verdade ser também fruto dessa época a lei brasileira de radiodifusão comunitária (1998), mas, como veremos (4.3.1), ela mais serviu para limitar que promover a voz popular e a democratização das comunicações no país. Nesse cenário, a promoção do exercício da cidadania via meios de comunicação continuava improvável. O contrário é que parece ser verdade: para sustentar a agenda neoliberal de Estado mínimo, argumentos acerca da incompetência estatal em gerir a coisa pública, do inchaço e de corrupção sistêmica de suas instituições eram repetidos como

mantras pela mídia hegemônica, preparando o terreno para privatizações e enxugamento dos aparelhos estatais e seus mecanismos de participação popular.

Duas décadas antes da chegada do novo milênio, nascia o Partido dos Trabalhadores como uma “anomalia”. Esse foi o termo usado por Margaret Keck, uma das primeiras estudiosas sobre o partido, para explicar o que considerara um “ato inesperado de criação política” na tradição partidária brasileira. Diferentemente dos comunistas (em suas fidelidades internacionais ou populistas), o PT (quando) socialista nasceu com “uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos” (2010, p. 14). Desde um olhar crítico à esquerda, Arcary pontua que o PT, em nenhum momento, fora um partido revolucionário, se desenvolvendo em meio a muitas disputas e reveses. Porém, reconhece ter surgido com um claro “projeto político de reformas para a regulação do capitalismo brasileiro” (2011, p. 21). E, acrescentamos, em boa medida, para contrapor-se ao neoliberalismo que batia à porta e depois reinaria na era FHC. Tanto que, em sua Declaração Política de 13/10/79, afirmava-se na “luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores” (apud GARCIA, 2011, p. 38).

De acordo com a trajetória delineada por Cyro Garcia em *PT: de oposição à sustentação da ordem* (2011), já a partir das vitórias das eleições municipais de meados dos 1980, o partido dá “passos largos para a sua burocratização e integração ao regime”: a gradativa mudança na composição social do partido e na relação com sua base originária; a alteração nas instâncias dirigentes; a abertura nas fontes de financiamento pavimentaram o caminho para a corrosão de suas “formulações teórico-estratégicas ou bases programáticas, compreendendo aí a sua política de alianças” (p. 39).

Foi essa política, através de uma ampla aliança nacional com oligarquias regionais de centro-direita, que tornou possível a chegada de um governo de esquerda à presidência da República no Brasil... não sem o abrandamento de discurso e de propósitos. Um dos resultados transversais de 2002 foi que “vários dirigentes oriundos dos movimentos sociais são alçados à condição de ministros, dirigentes das empresas estatais e outros sem número de cargos no aparelho estatal” (p. 39). Para além da interpretação de tal fenômeno como mero “aparelhamento político-partidário do Estado” é preciso compreender que a própria formação do partido e dos movimentos sociais a ele ligados contou com o apoio de amplos setores da classe média e de intelectuais de oposição à ditadura militar. Ao longo do tempo, muitos

deles se tornariam professores, administradores públicos, artistas, acadêmicos, profissionais da área do terceiro setor etc. Ora, desde as primeiras vitórias nas prefeituras e nos governos estaduais, já se iniciara o processo de absorção desse contingente para a burocracia estatal, entendida como espaço estratégico de realização de muitos dos projetos políticos e sociais programáticos do partido: a chegada ao governo federal potencializaria essa tendência. A partir daí, muitos se encontraram na posição de “governo” em meio a alianças e acordos dos quais discordavam e atuando ao lado de adversários a que historicamente se opunham. Do outro lado, a sociedade civil se viu desfalcada de alguns de seus melhores quadros e, tantas vezes, na difícil tarefa de manter a crítica sem que isso significasse aderir ao discurso da direita: um processo que ia desde a crítica interna ao extremo da ruptura, passando pela cumplicidade ou cooptação. Como apontara, em 2006, o professor Luiz Filgueiras, a “crise de instituições políticas e representação política (dos sindicatos e partidos)” fora “decorrente do processo objetivo de redefinição da classe trabalhadora, mas também de cooptação político-institucional de direções sindicais e partidárias (...) que vem servindo de anteparo para o governo na sua relação com os movimentos sociais” (FILGUEIRAS, 2006, p. 203).

Na economia, o governo Lula (2002-2010) não representou a reversão do modelo anterior, mas seu aprofundamento. Na divisão internacional do trabalho, o Brasil seguia no papel de exportador agrícola e de produtos industriais de baixa tecnologia. A conjuntura internacional favorável nessa área permitiu, no entanto, a adoção de políticas sociais de transferência de renda que, de fato, resultaram em queda da desigualdade social e melhora do consumo alimentar de milhões de brasileiros. Além disso, internamente, a expansão do crédito (em oito anos, o crédito disponibilizado no país saltou de R\$ 380 bilhões para R\$ 1,6 trilhão), a criação de 15 milhões de empregos, a política de valorização do salário mínimo e inflação controlada geraram um resultado óbvio: o consumo saltou de 0,8% negativo para 8% do PIB⁷². Com o fim da bonança internacional e com o seu partido às voltas com escândalos de corrupção, desde o seu início, o governo Dilma (2011-2016) não tinha o crescimento do PIB nem a habilidade política necessárias para uma *pax* interna e, com isso, prosseguir com as políticas “para o Brasil seguir mudando”, nome da coligação eleitoral que a elegera pela primeira vez.

Uma das compreensões para as Jornadas de 2013 advoga terem sido elas resultado da própria melhora da qualidade de vida e da queda da desigualdade social dos anos de ouro da era Lula: depois do básico, a então famigerada e desconhecida “nova Classe C” queria mais.

⁷²Disponível em www.noticias.r7.com/economia/noticias/aumento-do-credito-e-do-consumo-sao-herancas-de-lula-20101231.html. Acesso em 24 de abril de 2016.

Basta lembrar o que nos falou Ernesto Puhl Neto, diretor estadual de formação do MST de Santa Catarina, em nossa visita à Rádio Comunitária Terra Livre (cf. 1.1.9): após o esgotamento do modelo de crescimento baseado no “consumo, crédito e exportação da matéria-prima”, a decorrente crise econômica desvelara a farsa do “acordo do neodesenvolvimentismo”, que fazia parecer ter cessado a luta de classe (PUHL NETO, 2015). A fórmula denunciada por Ernesto (“vocês pobres vão ganhar, os ricos também estão ganhando”) tirara o status de posição relativa da classe média: os ricos cada vez mais distantes e os pobres próximos demais.

Ao contrário do que parece acreditar Canclini, cidadania e consumo formam um par contraditório. E conflitivo. Ao comentar a onda dos jovens das periferias em seus “rolezinhos” viralizados pelos *shopping centers* do país no segundo semestre de 2013, o cientista político, André Singer, afirmara que “movimentos de ascensão sempre impulsionam expectativas”. Ele lembra que, por exemplo, as grandes greves de 1978 a 1988 foram resultado de uma “energia extra” que os metalúrgicos teriam adquirido nos anos anteriores do chamado “milagre econômico”. Sua avaliação coincide com a de Braga, para quem “a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira”. Em seu texto, na coletânea “Cidades Rebeldes”, lançada apenas um mês após os eventos de junho de 2013, Braga destaca a ebulição social crescente que antecedeu os eventos: “segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de horas paradas em 2012 foi 75% superior ao de 2011, alcançando um pico histórico inferior apenas aos de 1989 e de 1990”. Isso somado às greves nas usinas de Jirau e Belo Monte, Suape, Comperj, os protestos antiCopa, além da violenta desocupação da comunidade de Pinheirinho (São José dos Campos - SP), leva a crer que “apenas os muito desavisados não haviam percebido que os sismos aproximavam-se rapidamente das grandes metrópoles” (BRAGA, 2013, p. 81). Há que acrescentar a esse caldeirão, a percepção de um novo poder social e um novo futuro (sem corrupção) com as investigações atingindo a cúpula do poder e do empresariado brasileiro. Mas, voltando a Singer, a analogia com os protestos de 2013 teria um novo e importante ingrediente: “a melhora nas condições de consumo deu aos jovens brasileiros acesso a aparelhos informatizados. Assim, passaram a fazer da variada onda mundial de manifestações facilitadas pela existência de redes instantâneas”⁷³.

⁷³ Disponível em www.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2014/01/1399358-a-hora-da-politica.shtml. Acesso em 24 de abril de 2016.

Outra linha explicativa para as enigmáticas Jornadas as situa na própria crise da representatividade política. Leonardo Sakamoto, em seu texto “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas”, da mesma coletânea supracitada, sentencia que “o paradigma do sistema político representativo está em grave crise por não ter conseguido dar respostas satisfatórias à sociedade, sobretudo aos mais jovens” (2013, p. 96). Um dos sintomas pode ser verificado no ritmo das filiações partidárias da juventude: dados obtidos pelo jornal O Globo junto ao Tribunal Superior Eleitoral aponta que, entre 2009 e 2015, o número de filiados, entre 16 e 24 anos, diminuiu 56% nos cinco maiores partidos políticos brasileiros, PMDB, PT, PP, PSDB e PDT. O ritmo de perda de filiações entre os mais novos é maior que o na geração imediatamente seguinte (25 a 34 anos), que caiu 9,8%, o que parece demonstrar a incapacidade das legendas de se renovarem e atraírem novos militantes. A mesma reportagem cita ainda uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em julho de 2013, um mês após as Jornadas, que revelava que 60% dos jovens de 16 a 24 anos consultados não tinham preferência por partido; quase dois anos depois, em junho de 2015, esse número subiu para quase 70%⁷⁴. Problematizando a famosa recusa dos jovens à presença de flâmulas de partidos políticos nas manifestações de 2013, Sakamoto acredita que “a revolta desses contra quem portava uma bandeira não foi necessariamente contra o sistema partidário, mas sim contra as instituições tradicionais que representam a autoridade como um todo” (p. 98). O que desemboca no desinteresse pelo voto: 2016 terá a menor proporção de jovens eleitores menores de idade desde 1992: apenas 1,61%, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁷⁵. A verdade sobre a crise e sobre a insatisfação com os mecanismos de representação política parecia levar para o mesmo buraco as instituições políticas *como um todo*. Ainda que o objetivo não fosse *Estado mínimo*, mas *democracia máxima*, o argumento não deixava de flertar com o do discurso neoliberal.

Aliás, um discurso que ganhava sangue novo. Uma das importantes mudanças no cenário político brasileiro é justamente o gosto dos conservadores pelas ruas e o gosto do conservadorismo pelos jovens. Uma matéria publicada na Carta Capital em junho de 2015 intitulada “A nova roupa da direita”, por Marina Amaral, esmiuçava as ideias e as origens de uma vanguarda jovem neoliberal na América Latina, financiada por algumas das maiores empresas internacionais. Eles se intitulam “libertaristas” (não confundir com libertários

⁷⁴ Disponível em www.oglobo.globo.com/brasil/partidos-sem-renovacao-numero-de-filiados-entre-16-24-anos-caiu-56-nas-cinco-maiores-siglas-16581309. Acesso em 23 de abril de 2016.

⁷⁵ Disponível em

<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/percentual-de-eleitores-de-16-e-17-anos-e-o-menor-desde-1992.html>. Acesso em 1 de agosto de 2016.

anarquistas) para destacar o foco na liberdade individual, impostos baixos e Estado mínimos. A guatemalteca Glória Álvarez, 30 anos, é uma dessas novas celebridades da direita do subcontinente que rechaça programas sociais de assistências aos mais pobres, cotas e a própria ideia de minoria: “não há minorias, a menor minoria é o indivíduo, e a ele o que melhor serve é a meritocracia”. A rede de *think tanks* no Brasil é composta pelo Instituto Millenium (que, além de empresas como a Gerdau, é mantida pela editora Abril), Instituto Ordem Livre (para palestras para a juventude) e o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (ligado ao Opus Dei), todas criadas recentemente. Acima delas está uma espécie de “metathink tank”, o Atlas Network, que fomenta criação de organizações libertaristas no mundo, com foco na América Latina e Europa Oriental. O Atlas financia o Movimento Brasil Livre, um dos protagonistas do impeachment de Dilma Rousseff. Kim Kataguiri, no Fórum da Liberdade, conclamava os institutos a saírem “da nossa bolha conservadora e tomar o país. (...) Chegou a hora de a gente tirar o monopólio da esquerda da juventude”.⁷⁶

Por sua vez, discordando de Sakamoto de que o “Facebook e Twitter” tivessem ido às ruas, o professor Venício de Lima, em “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”, apenas algumas páginas antes na mesma coletânea sobre as Jornadas, prefere destacar a ainda preponderância da “velha mídia” na definição do que é ou não pauta pública: “além de dar visibilidade, ela é indispensável para ‘realimentar’ o processo e permitir sua própria continuidade” (p. 90). Isso se evidencia quanto ao próprio evento em questão: dados do site *Topsy*, entre 6 e 22 de junho, revelam que os links da mídia tradicional responderam por 80% dos links das principais “hashtags” das manifestações no Twitter. Já no Facebook, de acordo com levantamento do site SocialBakers, triplicou o volume de pessoas que comentaram e compartilharam textos de jornais e revistas brasileiras, naquele mesmo período⁷⁷. Talvez Canclini estivesse certo ao falar de que a mídia fizera “irromper as massas populares na esfera pública”, faltara explicar sob quais termos...

O papel de *agenda setting* do jornalismo profissional nas redes sociais se verifica também em momentos-chave dos espaços tradicionais de disputa política. Uma matéria publicada no jornal Folha de São Paulo acerca das interações no Facebook e Twitter nos dez dias finais da disputadíssima eleição presidencial brasileira de 2014 aponta que “61% dos

⁷⁶ Disponível em www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-roupa-da-direita-4795.html. Acesso em 3 de maio de 2016.

⁷⁷ Disponível em www.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305911-jornalismo-domina-rede-social-durante-protestos-pelo-pais.shtml. Acesso em 3 de fevereiro de 2016.

compartilhamentos de links por usuários vieram de conteúdo publicado na mídia profissional – em jornais, portais, TVs, rádios, sites de notícias locais ou imprensa internacional”, alcançando 70% nos dois dias após o pleito. Já blogs sem produção jornalística profissional contabilizaram só 4,2% dos compartilhamentos. É o que permite Luli Radfahrer, pesquisador da USP, afirmar “tranquilamente que, se não tem mídia, não tem mídia social”⁷⁸, condicionando os debates nas redes à cobertura profissional⁷⁹.

Voltando ao texto de Lima sobre as Jornadas, sua arguição avança na denúncia de uma permanente desqualificação da política, de seus espaços e atores por parte da “velha mídia”. É verdade que, como vimos, isso já vinha de bem antes, mas a intempestividade e dispersão das reivindicações nas manifestações de junho de 2013 foram ingredientes pertinentes para torná-las o (novo) ponto de partida de uma (velha) narrativa de falência generalizada das instituições políticas. É sintomático o modo como os principais veículos se relacionaram com o que se passava: num primeiro momento, a *reprovação*⁸⁰; num segundo, tomados de assalto, abismados, recorreram à sua pretensa *imparcialidade*, cobrindo em tempo real os ocorridos (adotando inclusive a linguagem de um “concorrente” que despontava, o Mídia Ninja⁸¹); depois, num terceiro e longo momento, recompostos, iniciou-se um processo de *resignificação* das manifestações a partir de suas próprias pautas, inicialmente estranhas aos protestos (corrupção, antipetismo etc.). Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), durante as passeatas, apontou como problemas mais citados pelos manifestantes a saúde (78%), o transporte público (77%), a segurança pública (55%) e a educação (52%) (cf. BRAGA, 2013); dois anos e meio depois, pela primeira vez, em 20 anos, a corrupção ultrapassa saúde (16%) e desemprego (10%) e ocupa, de forma isolada (34%) o topo dos principais problemas do país,

⁷⁸ Disponível em www.folha.uol.com.br/fsp/poder/194755-jornalismo-profissional-domina-redes-sociais.shtml. Acesso em 23 de abril de 2016.

⁷⁹ O círculo quanto à fonte e destino se fecha com a análise dos resultados de uma pesquisa realizada anualmente, desde 2008, sobre os hábitos de informação e monitoramento político dos deputados federais. Desde o início da série histórica, o veículo jornal se mantém como a principal fonte de informação, mas em tendência decrescente, oscilando dos 70% (2008) aos 46% (2014) e tendo 50% da preferência em 2015. Já a internet se manteve estável na segunda colocação, mas com tendência crescente, oscilando dos 13% (2008) aos 41% (2014) e tendo 37% em 2015. Outro subcírculo se fecha ao verificarmos as preferências: tanto a Folha de São Paulo (74%, em 2015), quanto o Portal UOL (49%, em 2015) se mantiveram na primeira colocação em todos os oito anos da pesquisa. Ainda que o jornal tenha oscilado 10 pontos para baixo (85%, em 2008), seu portal ganhou 14 pontos percentuais (tinha 33% da preferência em 2008) (TOKARSKI, 2015).

⁸⁰ Basta lembrarmos o emblemático editorial do jornal Folha de São Paulo, de 13 de junho, intitulado “Retomar a Paulista”, rapidamente rechaçado internamente quando, mais tarde, no mesmo dia, sete de seus jornalistas vieram a ser feridos pela Polícia Militar. Disponível em www.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml. Acesso em 23 de abril de 2016.

⁸¹ Acrônimo para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação e autoidentificada como uma iniciativa independente de Mídia Livre, o coletivo chamou a atenção da sociedade brasileira ao cobrir os protestos de junho de 2013, a partir de narrativas dos fatos, direto do palco da ação, transmitidas em tempo real.

de acordo com o Datafolha⁸². A grandeza, o enigmatismo e a espontaneidade das Jornadas a tornam espaço irresistível e propício de uma permanente (e infinda) disputa de seu sentido.

Quem no futuro, sob os efeitos benéficos do tempo histórico, recontar os fatos que separam junho de 2013 (Jornadas) de agosto de 2016 (Impeachment), provavelmente verá certa inevitabilidade no desfecho de uma grave crise econômica alimentada por uma grave crise política e vice-versa. Mas caso esse analista se ocupe dos *relatos* – dos dois lados do espectro político e da “velha” e da “nova” mídia – que instantaneamente se colavam a tais fatos, aquela “inevitabilidade” será explicada por um indubitável protagonismo dos meios de comunicação de massa hegemônicos. Não se trata, aqui, de reevocar teorias manipulatórias do poder da mídia sobre uma sociedade cujas disputas discursivas, sem dúvida, já se encontram amplamente articuladas pela comunicação em rede. Nem mesmo negar os fatores estruturais e econômicos (internacionais e domésticos), administrativos, jurídicos e políticos, que incidiram sobre todo o processo. Será, porém, difícil negar a entrada do país num “estado de emergência comunicacional”⁸³ nas semanas que antecederam a decisiva votação do impeachment na Câmara dos Deputados. Cabe, acima de tudo, problematizar a quem serviu, no fim das contas, os ataques que esquerda e direita desferiram, cada qual em seus propósitos, às instituições políticas da nossa frágil democracia. O que dissera Lima no início desse processo, em julho de 2013, não deixa de soar profético, três anos depois, dado os termos em que se deu o impeachment da presidente Dilma: tal desmoralização do regime democrático prepara a cama para a sua própria obstrução. Referindo-se aos exemplos da Alemanha e Áustria na década de 1930, às vésperas de um dos piores momentos da democracia no século XX, Lima evoca o diagnóstico de Campello de Souza: “o processo de avaliação negativa do sistema democrático estava tão disseminado que, quando alguns setores vieram em defesa do regime democrático, eles já se encontravam reduzidos a uma minoria para serem capazes de impedir a ruptura” (apud LIMA, 2013, p. 91).

Após a aprovação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados, em abril de 2016, não faltaram os que, desde a esquerda, apontassem tal desfecho como resultado da própria inação do governo Dilma com relação à democratização da comunicação. Ainda que

⁸² De acordo com um levantamento realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2015 em 185 municípios brasileiros. Disponível em www.datafolha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/11/1712972-corrupcao-lidera-pela-primeira-vez-pauta-de-problemas-do-pais.shtml. Acesso em 27 de abril de 2016.

⁸³ Esse foi o termo utilizado por André Singer, no artigo intitulado “Roteiro de um golpe?”, publicado no final de março de 2016 em que resume, sob o enfoque da cobertura midiática, os fatos desde a aceitação do pedido de impeachment pelo presidente da Câmara, no início de dezembro do ano anterior, até a maior manifestação popular da história política do país, em 13 de março de 2016. Disponível em www.folha.uol.com.br/colunas/andresinger/2016/03/1754234-roterio-de-um-golpe.shtml. Acesso em 25 de abril de 2016.

correta, essa avaliação é incompleta se não direcionada a todo o período do primeiro governo de esquerda do Brasil. Aliás, pelo menos no caso da radiodifusão comunitária, veremos que a gestão Dilma, em cinco anos, ainda que pouco, avançou muito mais do que os oito anos da gestão Lula (cf. 4.3.2), cujas propostas não saíram do papel.

Como proposição eleitoral, a democratização da comunicação sempre esteve presente nos programas do PT, desde as eleições de 1989. Naquele ano, fora defendida a “introdução de novas tecnologias de comunicação para emissoras de pequenas potências (regionais e comunitárias)”. Já em 1994, o foco seria mais no *acesso* a informação, controle social dos meios e regras contra o monopólio, ainda que mencionasse “assegurar aos cidadãos o exercício do direito de informação e expressão”. Depois de uma alusão rápida, em 1998, ao direto “aos meios de comunicação”, na eleição seguinte, em que o partido sairia vitorioso, falara-se na “democratização dos meios de comunicação com a garantia da mais irrestrita liberdade de expressão”. Quatro anos depois, em 2006, a promessa do não cumprido se repetiria, mas acrescida de uma “Lei Geral de Comunicação Eletrônica” que, como se sabe, nunca saiu das gavetas da Casa Civil. No 3º Congresso do partido, em 2007, chama à atenção a proposta para a radiodifusão comunitária focando a “adoção de uma política clara, criando condições para que *um número cada vez maior de localidades* possa contar com essas emissoras” (grifo nosso). No ano seguinte, a série (consistente) de propostas do Partido para o setor comunitário destoaria das ações práticas (pífias) do governo. Por fim, em 2010, para a eleição de Dilma, a proposta eleitoral vaga de “favorecer a democratização da comunicação” seria explicada logo nos primeiros momentos de seu governo, quando a já presidenta garante que o único controle no setor que existiria sob sua gestão seria o “controle remoto”⁸⁴.

Se a grande batalha por uma nova lei de comunicação não fora empreendida enquanto nosso Cristo decolava (*The Economist*, setembro de 2009), não se esperava que acontecesse em seu descenso (*The Economist*, setembro de 2013). O fim da bonança brasileira com as elites liberais do mundo, as Jornadas de Junho de 2013, os escândalos de corrupção e o aprofundamento das crises-irmãs econômica e política tornaram cada vez mais improvável que um enfraquecido governo encampasse a luta pela aprovação de um novo marco regulatório para as comunicações no Congresso. A primeira das definitivas pás de cal viria nas eleições de 2014⁸⁵: reeleita na disputa mais apertada da história, Dilma Rousseff passaria

⁸⁴ Disponível em <http://www.andi.org.br/pagina/mocao-pela-democratizacao-das-comunicacoes-aprovada-pelo-4o-congresso-do-pt>. Acesso em 21 de julho de 2016.

⁸⁵ Antes das eleições presidenciais, a deputada Luiza Erundina, coordenadora da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom), emitira uma nota, no dia 6 de outubro de 2014, lamentando a recusa dos candidatos à Presidência da República em debater as

a governar um país dividido, ao lado de um congresso fragmentado e contando com uma base parlamentar faminta, fisiológica e pronta a apunhala-la... um Cristo traído? (*The Economist*, abril de 2016). Talvez como *mea culpa* frente a enxurrada de críticas à esquerda, talvez como meia verdade para os adversários à direita, a relação entre os desdobramentos políticos e a democratização da comunicação está bem resumida na entrevista de uma presidenta já afastada, ao jornal Folha de São Paulo, em 29 de maio de 2016:

Dilma: O Brasil tem um problema, sim. Não é possível essa concentração [da mídia]. Estamos falando de regulação econômica, de restrição [à concentração], porque isso levará a uma maior democratização. É inexorável. Não é possível ter o controle oligopolista da mídia. Só isso.

Folha: Mas a senhora não falava isso quando estava no governo.

Dilma: Eu falei duas vezes durante a campanha e uma vez depois. Diziam: manda uma lei. Eu vou mandar uma lei para perder, é? Porque uma das coisas que o senhor Eduardo Cunha dizia para quem quisesse ouvir é que ele tinha feito uma negociação e que essa proposta não passaria.

Folha: Negociação com quem?

Dilma: Com os interessados, querida.

Folha: Quem?

Dilma: Ah, não, aí você pergunte para ele. Eu dei murro em ponta de algumas facas. Mas eu não tenho como dar murro em todas as facas.⁸⁶

2.3 UMA NOVA HEGEMONIA DE AÇÃO POLÍTICA

Como advertimos mais acima, a apresentação de três tipos ontológicos possíveis de ator político poderia erroneamente sugerir uma evolução entre eles, ainda mais por nossa exposição mais ou menos na ordem cronológica de seu aparecimento. Equivocadamente também poderia nos levar a supor sobreposição ou substituição entre eles. Na verdade, os três tipos coexistem na atualidade (ainda que o último se arvore síntese e as condições estruturais de sua existência sejam realmente mais recentes). Poderíamos chegar a afirmar que, num jogo de espelhamento, suas diferenças de princípios e meios de ação acabam por serem revitalizadas com as críticas mútuas, mas também igualmente relativizadas pela autocrítica, tendo em vista que seus objetivos comuns são os mesmos: fim da exploração do homem pelo homem, justiça social, igualdade plena, extinção do Estado, aprofundamento/radicalização da democracia etc. Mesmo com os pontos de tensão quanto aos *meios* para alcançar tais *fins*, em

comunicações no Brasil. “Após várias tentativas de negociação, as três candidaturas com maior intenção de votos entre o eleitorado brasileiro se recusaram a participar do debate, inviabilizando assim sua realização. Para a FrenteCom, a recusa de Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva, e também de Levy Fidelix e Eduardo Jorge, representa o quanto a agenda da regulação e das políticas públicas de comunicação está fora das prioridades de parte significativa daqueles que dispõem a governar o Brasil.” Disponível em <http://intervozes.org.br/frentecom-lamenta-recusa-dos-candidatos-a-presidencia-da-republica-em-debater-as-comunicacoes-no-brasil/>. Acesso em 21 de julho de 2016.

⁸⁶ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1776031-dou-murro-mas-nao-em-todas-as-facas-diz-dilma.shtml>. Acesso em 18 de junho de 2016.

muitos momentos são possíveis alianças e acordos, pontuais ou de maior duração. Isso dito, há evidências de que o modo de ação política adotado pelo nosso terceiro tipo, o *ser da multidão*, tende a se hegemonizar frente aos demais. Também aqui talvez não se trate – ainda – de uma superioridade numérica (algo difícil de medir), mas de uma capacidade de incidência política e social, de sedução e atração de novos militantes, de influência sobre os outros modos de ação política. Vamos, ao longo desse item, levantar algumas evidências (e contraevidências) convocando posições favoráveis e discordantes quanto às questões *internas* dessa aparente nova hegemonia no modo de agir politicamente.

2.3.1 A política de campanha como método

Já na década de 1930, Gramsci percebia uma necessidade de mudança na luta pela transformação da sociedade. E tal mudança estava relacionada a uma avaliação precisa de cada situação específica em cada ação política. Nesse sentido, Gramsci diferencia o “político em ato” dos demais: enquanto alguns se prendem a um determinado realismo político voltado para a realidade efetiva (ou seja, “do ser”), o político em ato se caracteriza por se ocupar pelo *dever-ser*, ou seja, pela criação de novas relações de forças na esfera social. Para Gramsci, o político em ato age no ambiente de uma realidade efetiva: “ele não cria a partir do nada”, mas se move no terreno do que considera necessário para o que se quer conquistar. Gramsci relaciona o *dever-ser* a um diagnóstico dinâmico da realidade motivado pelo desejo de “dominá-la e superá-la” (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 35). O *dever-ser* gramsciano está vinculado a uma “interpretação realista e historicista da realidade”, ou seja, ele coloca a ação do sujeito político inserida numa perspectiva de longo prazo. Cada ato se situa a uma corrente de ações que visa construir um novo estado das coisas, mas sem vilipendiar o caráter de instabilidade e transitoriedade da realidade (ou seja, seu caráter processual) onde esses atos estão sendo objetivados.

Foi essa perspectiva que levou Gramsci a propor uma nova estratégia para a conquista do Estado no capitalismo de sua época. Com sua atenção voltada para o papel ideológico e estratégico da sociedade civil no mundo moderno, Gramsci desvenda os motivos do até então fracasso do intento comunista nas sociedades capitalistas avançadas: a estratégia adequada para a conquista do poder não seria aquela utilizada pela *guerra de movimento* (luta pelo domínio do Estado em sentido restrito, conquista de um só golpe), mas no âmbito de uma *guerra de posição* (batalhas pela direção político-ideológica, conquistas gradativas no âmbito

da sociedade civil). Tais estratégias estão relacionadas a uma diferença estrutural existente entre o que ele chama de sociedades do tipo “ocidental” e de tipo “oriental”. Aqui, Oriente e Ocidente ultrapassam a questão geográfica. Além de levar em conta o tipo de formação econômico-social, uma sociedade é definida como *mais ocidental* ou *mais oriental*, a partir da existência ou ausência, atividade ou fraqueza de sua *sociedade civil*, que, como sabemos, vem a ser formada pelo conjunto das organizações independentes do Estado responsáveis pela elaboração e difusão de ideologias. Logo, as sociedades de tipo oriental se caracterizam por uma maior debilidade da sociedade civil e preponderância das forças de coerção. Já nas sociedades de tipo ocidental, a sociedade civil tende a ser mais robusta, levando a um equilíbrio de forças com a sociedade política (forças coercitivas do Estado) (cf. GRAMSCI, 2001, v.3, p. 147 e ss.).

Notemos que, ao propor que a disputa social primordialmente deve se dar pela conquista gradativa de espaços na sociedade civil, Gramsci sugere um deslocamento tanto no *conteúdo* quanto na *forma* da ação política. Por um lado, ele vai trazer para o primeiro plano da tradição marxista a perspectiva da luta simbólica como meio viável para a conquista do poder: uma concentração de esforços cada vez maior no âmbito da cultura, do simbólico, das ideias: justamente na esfera onde se dá a disputa pelo consenso, que, em última instância, garante a hegemonia de uma classe sobre as demais. Por outro lado, ao ressaltar o gradativo dessa luta, Gramsci apresenta uma estratégia processual para a conquista da hegemonia e que envolve os elementos moleculares. Como sabemos, o fundador do partido comunista italiano entende que essa disputa é coletivamente organizada e emana de uma plataforma política clara. Porém, notemos que Gramsci já reconhece o papel e a autonomia do sujeito político que age dentro de condições sociais e históricas determinadas, a partir de ações pontuais e gradativas, ainda que sem nunca perder de vista seu objetivo final (o comunismo, ou, na proposta gramsciana, a “sociedade regulada”). Outro elemento a ser destacado é que, ainda que o objetivo final seja a abolição do Estado, a estratégia revolucionária gramsciana passa *pelo* e *dentro* do Estado (em sua perspectiva ampliada): como vimos mais acima, o horizonte último é a absorção da sociedade política pela sociedade civil. Mas não percamos de vista que o teórico por excelência do partido político entrevê, no meio do caminho, a disputa também pela sociedade política (ou Estado em sentido restrito).

Tal perspectiva dialoga – por aproximação, mas principalmente por contraste – com a de um dos mais críticos denunciadores da modernidade. No capítulo *A moralidade começa em casa: ou o íngreme caminho para a justiça* do livro *O mal-estar na pós-modernidade*,

Bauman (1998), em diálogo com Levinas, trata da questão da justiça no mundo atual. Primeiramente, advoga que justiça não seria nem uma conjuntura, nem um objetivo final ou mesmo um estado final descritível: sua concepção de justiça seria da ordem de um devir, um horizonte que se distancia assim que se caminha em sua direção. Além disso, Bauman pontua que a justiça não pode ser medida pela ação do Estado. Na verdade, o Estado ainda (e nunca) consumou a justiça e, ao contrário, é a própria ideia de justiça que deve alimentar a de Estado. Nesse mesmo sentido, a ética não seria um resultado do Estado e a ele precede. Para o autor, a existência mesma do Estado só se justificaria enquanto instrumento da ética, sua fonte exclusiva de legitimidade: ética como instrumento e fim do Estado. De todo modo – e aí talvez a ação e a existência do Estado (por enquanto) sejam essenciais – o problema da justiça não pode nem chegar a ser suscitado sem que seja assegurado um regime democrático que assegure a garantia e efetivação dos direitos humanos. Mas também aí não encontraríamos uma condição suficiente, já que “a democracia não assegura que a tolerância se transforme em solidariedade” (BAUMAN, 1998, p. 116). Para Bauman, mais além do Leviatã, da imprescindibilidade da democracia e da garantia dos direitos humanos, a busca pela justiça passa pela *ação política*: é onde a justiça se encarna e se materializa, cai no terreno das disputas sociais e da possibilidade de acordos.

Ao tratar da ação política, Bauman entende a *fragmentação* como a característica da política da chamada pós-modernidade. É quando Bauman contrapõe dois modos de se fazer ação política: a partir das *políticas de movimento* (político, sindical, internacional etc.), que se pautam por plataformas claras e unificadas, normalmente agindo sob um comando central (ou centralizado) e orientadas por uma teleologia específica, e; a partir do que ele chama de *políticas de campanha*, normalmente orientadas por agir sobre uma questão (injustiça) pontual, normalmente sem estar vinculada a uma agremiação política unificada e desligada de qualquer projeto macro de poder. Ao advogar a favor desse último modo de realizar a ação política, Bauman aponta que a justiça se traduz em atos de combater a injustiça e a justiça significa sempre querer mais de si mesma. O autor ressalta que, se pararmos para pensar, há uma dificuldade subjetiva sempre presente ao definirmos o que seria e como efetivamente “*fazer justiça*”. Por outro lado, parece haver total clareza quando nos deparamos com uma situação de *injustiça*. Bauman argumenta que as fraquezas das políticas de campanha – efemeridade, fragmentação, não organicidade – seriam também sua força desde que se soubesse que as melhorias parciais e específicas são, de fato, parciais e específicas: toda e qualquer melhora vai deixar a justiça tão deficiente quanto antes. Para ele, o maior dos

perigos – e ele se refere aqui ao próprio perigo das metanarrativas da modernidade, como a comunista – seria acharmos que chega(ría)mos ao estado geral de justiça, nos moldes do pensamento moderno (e nas *políticas de movimento*) e sempre se caía em uma nova injustiça. Porém, a abrangência do que Bauman nomeou “justiça” como motor das ações pontuais das políticas de campanha nos permite imaginar comunicabilidade (imane) entre tais ações, sem com isso ter que cair em uma nova teleologia.

Como se sabe, toda a obra de Bauman, de uma forma ou de outra, gira em torno da contraposição *modernidade x pós-modernidade*: a) enquanto a primeira é entendida como a era das utopias, a segunda é marcada pela decepção com as promessas não cumpridas dos grandes movimentos políticos da modernidade; b) o entendimento do tempo como uma corrente linear em direção ao progresso passa a ser substituído pelo que ele chama de “presente contínuo”, um presente excitado e fascinado consigo mesmo; c) enquanto o homem moderno se pautava pela estabilidade da busca de uma verdade (religiosa, política, nacional etc.), parece que estamos agora todos lançados ao primado das versões, verdades sempre parciais e prestes a serem contestadas e substituídas. Não é de se estranhar, então, sua exortação à chamada *política de campanha* como mais adequada ao momento atual. Na verdade, tal elogio deve ser, primeiramente, entendido como uma crítica à *política de movimento*, na qual se insere o pensamento moderno de Gramsci.

Dentro da tradição comunista, a proposta gramsciana tinha sido uma renovação por compreender como legítima a conquista passo a passo no âmbito ideológico e político. Porém – e sem essa ressalva, poder-se-ia acusar Gramsci de reformista ou aliancista – nunca se perde de vista a plataforma política comunista como meio, horizonte e objetivo final. Os autores da pós-modernidade vão desconfiar de qualquer teleologia que fixe a justiça num ponto (futuro, teleológico, modelar). Com relação ao Estado, apesar de Bauman ser um ferrenho crítico do deslocamento de sua função para mero “órgão mantenedor da sociedade de consumo” (1998, p. 32), sua defesa da ação política de campanha parece passar longe do acesso ao Estado como objetivo mesmo que intermediário, como no caso de Gramsci.

De fato, muitos dos movimentos de resistência contemporâneos têm objetivos que passam ao largo do Estado como espaço de disputa. Na maioria dos casos, o veem como inimigo e/ou vetor de repressão. Após o resultado de estatolatria das experiências socialistas e da constatação do papel que o atual estágio do capitalismo tem conferido ao Estado nas sociedades capitalistas, passou a imperar uma descrença que a justiça se encontre em algum lugar que passe pelos mecanismos estatais. Essa seria mais um dos motivos possíveis para o

deslocamento desde um movimento político organizado e de projeto de longo prazo que tem o Estado como espaço de disputa para uma ação política mais fragmentada, pontual e que, preferencialmente, se dirija a toda e qualquer soberania e representação.

É tal linha de pensamento que leva a professora Ivana Bentes a enxergar a “democracia direta e participativa como horizonte da política” atual através de “frentes suprapartidárias em torno das pautas e questões que nos interessam”. A tendência seria que partidos políticos e Estado se transformassem em “redes de colaboração e num Estado-rede, cogerido pela sociedade” (NUNOMURA, 2014, p. 10). Também Antoun (2010), ao comentar a relação entre modos contemporâneos de ação política e democracia, sentencia que está em ruínas a “maneira representativa de massa” de se fazer democracia e conduzir a sociedade, arrastando em seus escombros a credibilidade das eleições e instituições políticas. Para ele, o que estaria em jogo seria uma sociedade “fundada no capitalismo cognitivo, nas lutas da multidão contra os regulamentos do Império, na comunicação participativa e nos novos modelos de democracia”: e contrapondo *representação* à *participação*, destaca a capacidade organizativa da internet, como uma “grande máquina de organizar a ação coletiva”.

Ao realizarem uma breve genealogia das formas modernas de resistência, Hardt e Negri verificam um crescente desejo de democracia nas lutas, que influencia e inspira formas cada vez mais participativas de organização política: desde a autoridade para a colaboração, desde o vertical para a rede. Ao longo do século XX, as ações revolucionárias transmutaram de estruturas militares centralizadas para organizações guerrilheiras chegando à forma contemporânea de estrutura em rede disseminada. Já nas guerrilhas percebiam-se formas transitórias para as que encontramos na contemporaneidade: citando o exemplo cubano como modelar, as guerrilhas da década de 1960 já não se fiavam num líder e contavam com o caráter rizomático e policêntrico que marca as lutas em rede de hoje. Porém, são consideradas *transitórias* porque a hierarquia e controle insistiam em ressurgir. A maturidade da ação política típica da multidão começa a aparecer somente no final do século XX, com as lutas em torno da questão da globalização, em que as manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio em Seattle, em novembro de 1999, são exemplares por seu caráter viral e não apenas reativo, mas necessariamente ativo e criativo: “de uma hora para outra, os distúrbios em determinado país contra os programas de austeridade do Fundo Monetário Internacional, as manifestações contra o Banco Mundial em outro e os protestos contra o Nafta num terceiro revelaram-se todos elementos de um ciclo comum de lutas” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 279).

Não é difícil notar as muitas coincidências entre os modos de agir e ser da nova hegemonia de ação política do que tem sido sua principal plataforma de organização, a internet. Ao tratar de suas chamadas comunidades virtuais, Lévy (2003) destacara a sua construção “sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais” (p. 127). Suas formações são compósitas e baseadas em aspirações convergentes. A fragmentação e a efemeridade são marca: suas durações são muitas vezes a do tempo de realização de seus projetos mútuos, podendo persistir com a constituição de novos laços. Quando desfeitas, tendem a redistribuir seu agrupamento anterior para uma diversidade de outras redes. Um mesmo agente pode atuar de forma simultânea em diversas comunidades, gerando interessantes nós convergentes de redes mais difíceis de serem distintas. Suas áreas geográficas de atuação tendem a ser irrestritas e a descentralização é marca:

Não se trata mais de uma difusão a partir de centros, e sim de uma interação no centro de uma situação, de um universo de informações, onde cada um contribui explorando de forma própria, modificando ou estabilizando. (...) O ciberespaço abriga negociações sobre significados, processos de reconhecimento mútuo dos indivíduos e dos grupos por meio da atividade de comunicação (harmonização e debate entre os participantes) (LEVY, 2003, p. 225).

Porém, como o próprio Levy (1993) destacara num momento anterior há que se atentar para o caráter condicionante, não determinante das tecnologias: simultaneamente resultado de demandas sociais forjadas no processo histórico, a sua aplicação influencia a estrutura e funcionamento da sociedade. O exemplo de Seattle-99 mais acima mencionado é pertinente por exemplificar o modo pelo qual atua a multidão: são os próprios eixos de produção pós-fordista – redes de informação, comunicação e cooperação – as ferramentas utilizadas para atingirem o coração (leia-se, o não lugar total) do Império. Ao contrário do que esse dissemina, em caráter global, sua rede de hierarquias e divisões, “também a multidão pode ser encarada como uma rede: uma rede aberta e em expansão na qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualitariamente, uma rede que proporciona os meios da convergência para que possamos trabalhar e viver em comum” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 12). É tentador alçar a internet a protagonista nesse processo, mas seria mais correto entendê-la como modelo de luta, ainda que seja inegável sua importância enquanto plataforma para organização da luta. É por isso que, tecnologia e *modus operandi* coincidem em seus valores fundamentais: “a criatividade, a comunicação e a cooperação auto-organizada” (HARDT e NEGRI, 2012, p. 121). A *criatividade* enquanto valor fala de um

modo de operar o discurso e de convencer típico do nosso tempo, em que *paixão* e *razão* já são indissociáveis, pondo fim ao “velho contencioso da metafísica que se irradiou para o pensamento social” que as opunha e mutuamente as excluía (SODRÉ, 2006, p. 12).

2.3.2 O afeto como estratégia

Sodré (2002) tratou do processo de abalo das formas organizadas de mediação do conflito social (como sindicatos, partidos políticos e demais instituições da sociedade civil) relacionando-o a *mediatização* da sociedade e a um novo regime de identidade político-partidária centrada na imagem espetacularizada, ou seja, na pura aparência: “a chamada ‘despolitização’ midiática ou tecnológica resulta, por sua vez, do enfraquecimento eticopolítico das antigas mediações e do fortalecimento da mediatização. (...) A tecnointeração toma o lugar da mediação desviando os atores políticos (...) para performance imagística” (SODRÉ, 2002, p. 34). O conceito de *mediatização* sintetiza uma nova maneira de o sujeito estar no mundo, uma “tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios* [o midiático], uma espécie de quarto âmbito existencial, onde predomina (...) a esfera dos negócios, com uma qualificação cultural própria (a ‘*tecnocultura*’)” (p. 25). A mutação tecnológica estaria no centro de uma outra mutação, sociocultural: a mídia articulada orgânica e sistemicamente com as tradicionais instituições sociais implicaria a reordenação das antigas e a formação de novas formas de sociabilidade. A interconexão dessa processo fica claro quando pensamos nas campanhas eleitorais recentes em que a construção da imagem dos candidatos é mais importante que a de suas propostas: forja-se um arsenal de estratégias de identificação especular entre candidato e público (antes entendidos como eleitores), disputa-se segundo a segundo o “tempo de televisão”, gastam-se vultosas somas na produção de peças publicitárias audiovisuais cujas narrativas (ficcionais, mormente) mais se assemelham a telenovela: é a representação transformada em pura performance (cf. p. 163). Tudo isso, na maioria das vezes, em detrimento da disputa de ideias, do estabelecimento de posicionamentos políticos e do debate de projetos (de Estado, de políticas públicas, de sociedade etc.) de longo prazo, que tradicionalmente marcavam o jogo democrático nacional: “o que se sustenta é a tendência à substituição do discurso objetivista, argumentativo e racionalista, compatível com a imprensa clássica, pela narratividade (...) emocionalista da mediatização” (id., p. 41) em todos os momentos do jogo político. É, nesse sentido, emblemática a resposta de Renan Santos, coordenador do Movimento Brasil Livre (MBL) e um dos jovens líderes da nova direita,

pouco antes da votação do impeachment na Câmara dos Deputados, se um eventual afastamento de Dilma Rousseff tiraria a razão de ser de grupos como o MBL: “A política se tornou um espetáculo e nós fazemos parte dele. O impeachment é um palco. Vão haver outros”⁸⁷.

Essa “narratividade emocionalista” parece ser a tendência irreversível do atual *modus operandi* de se fazer política na atualidade: esquerda e direita, movimentos políticos tradicionais e articulações libertárias efêmeras, movimentos sociais e corporações transnacionais têm utilizado o “lugar singularíssimo do afeto” (SODRÉ, 2006, p. 11) como ferramenta mobilizadora para seus objetivos. E também as grandes manifestações que tem ocupado as ruas do mundo todo. Para Manuel Castells o que haveria de comum entre os protestos do *Occupy* (EUA), da Primavera Árabe, Chile, Brasil e México é não serem programáticos mas “emocionais”, estarem presentes nas ruas e ter a internet como ferramenta de coordenação⁸⁸.

O americano Clay Shirky, conhecido por seus estudos da “cultura da participação” e dos efeitos econômicos da internet, ao comentar sobre as mobilizações no Oriente Médio e na Espanha (2011), defende a imprescindibilidade das redes sociais para que tais eventos tomassem tais proporções e se transnacionalizassem. Em sua opinião, essas “revoluções” nasceram numa nova paisagem de mídia, criada por celulares e redes sociais, a partir de um novo padrão, baseado em três mudanças: a) primeiramente, há a possibilidade de as pessoas *sincronizarem* suas visões de mundo rapidamente e, quando a população está sincronizada, é possível partir para a ação; b) a segunda mudança se refere à *coordenação* e Egito e Espanha ilustrariam o que seria essa habilidade das pessoas se organizarem para fazer um ato contra o governo sem usar qualquer tipo de mídia tradicional; c) a terceira mudança é com relação a *documentação* ou *registro*, o que para ele seria a mais surpreendente. Ele cita o exemplo da foto icônica do sujeito parando sozinho os três tanques na Praça da Paz Celestial. Na China, quase ninguém conhece esse registro: o governo tem conseguido manter, de forma bem sucedida, aquela imagem fora da consciência pública⁸⁹. De acordo com Shirky, hoje seria

⁸⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762056-grupos-pro-impeachment-querem-leva-deputados-para-junto-de-manifestantes.shtml>. Acesso em 18 de abril de 2016.

⁸⁸ Disponível em www.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml. Acesso em 5 de maio de 2016.

⁸⁹ A ocasião do aniversário de 25 anos do massacre de estudantes na Praça Tiananmen, em junho de 2014, ilustra o que foi dito. Apesar de estarmos na era das redes sociais e da comunicação global e instantânea e de se tratar de um dos eventos mais significativos do século XX, o governo chinês, conseguiu manter praticamente esquecida a data no país. O controle na internet recrudescceu, mais de 60 ativistas foram presos nas semanas que antecederam a data e o acesso foi dificultado a essa praça que representa o símbolo do poder do Estado chinês (<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/06/1464932-china-ainda-consegue-esconder-massacre-que->

quase impossível que um massacre daquelas proporções em qualquer lugar do mundo não fosse documentado por câmeras de celular e enviado para o mundo imediatamente ou em poucos dias. Para ele, num curto prazo, o que vamos ver é que os governos ditatoriais tendem a se tornar ainda mais ditatoriais, justamente para barrar esse movimento emancipatório. Um último ponto destacado pelo autor seria um movimento de sincronização entre os países: surge a possibilidade de esse movimento espalhar-se globalmente, da mesma forma sincronizada que aconteceu em 1968.

Sobre esse debate, Muniz Sodré, em sua participação na mesa “A dimensão do sensível em tempos de redes sociais”, no XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, realizado em Manaus, apenas dois meses após os eventos de junho de 2013, afirma que “as manifestações de rua não tem nada a ver com internet. Internet é um instrumento mobilizador, mas nas manifestações que fazíamos nos anos 60 com megafone, não se tratavam de protestos de natureza megafônica, mas social”. Sem dúvida, o que moveu ontem e move hoje as pessoas para as ruas é ainda e sempre a política, a disputa social, o dissenso. Mas *política* é, hoje, motivada e realizada de um modo diferente do mundo moderno (o mundo que justamente os protestos da década de 1960 pareciam querer encerrar) e cada vez mais centrada na *mobilização de afetos*. E aí, sim, que entra em cena a mutação tecnológica a que estamos imersos. Sodré, mais à frente na sua fala, vai ressaltar que, hoje, “a afetação da experiência pela tecnologia nos faz viver para além do pensamento conceitual, dedutivo, sequencial”, numa nova inteligibilidade do social que tem o sensível como estratégia de compreensão. Seguindo sua proposta de situar a comunicação no centro da organização do comum (instaurador do vínculo), chama a internet de um “grande epistemólogo”, por sua capacidade de organizar o comum.

Para Sodré, elementos afetivos, julgamento estético, performatividade da imagem seriam centrais para esboçarmos um início de entendimento sobre o que motiva a ação política na contemporaneidade. Desde sempre, comunicação foi um processo que envolveu conhecimento e *reconhecimento* do que dois ou mais interlocutores têm ou querem construir em comum: ao lado (ou para além) da interação, há a vinculação resultante desse encontro sempre singular. Em *Estratégias sensíveis* (2006), o autor segue com sua proposta de um novo olhar epistemológico para a comunicação, menos como *instrumento* que como *modo de inteligibilidade* do real. Aqui o entendimento é que os sujeitos sociais se orientam pelo

completa-25-anos.shtml). Sintomático do *ethos* mercadológico em que vivemos, frente à data, enfatizou-se a prosperidade econômica chinesa, apesar do aumento da repressão, das recorrentes violações aos direitos humanos e das liberdades civis.

sentido comunicativamente obtido, mas sentido não é algo que deva ser encarado como exclusivamente da ordem da razão e da argumentação, da comunicação verbal e linear-causal: o sentido passa pelos “poderosos dispositivos do afeto” ou o que ele nomeia *estratégias sensíveis*, os “jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem” (p. 10). Na era da mídiatização, “os julgamentos tendem a ser mais estéticos do que morais” (p. 12), inclusive os julgamentos políticos. Sodré convoca Maffesoli para tratar de uma completa saturação da política: “assim como foi a política para a modernidade, a estética arrisca ser a marca da pós-modernidade. Estética (...) em seu sentido etimológico: o fato de experimentar, juntos, emoções. É uma estética que funda a comunidade” (MAFFESOLI apud SODRÉ, 2006, p. 125) Sobre tais bases, a comunidade argumentativa e consensual de que, por exemplo, falava Habermas, dá lugar à emergência de “uma comunidade afetiva, de base estética, onde a paixão dos sujeitos mobiliza a discursividade das interações”. (id., p. 66)

Na era da hipermídia, a *imagem* – “não apenas no sentido da visão, mas também a padrões mentais articulados com qualquer modalidade sensorial” (p. 81) – se torna onipresente. Isso já havia sido inaugurada na era da hegemonia televisiva, mas alcança contornos sinestésicos na comunicação em rede: agora, “as imagens evocam umas às outras por associação, combinam-se e reproduzem-se à maneira de um vírus, permeando e oferecendo novos repertórios culturais ou ‘vocabulários’ (lineares e analógicos) para hábitos, percepções, sensações e práticas sociais” (p. 85). Sem dúvida, o apelo à imagem na política não é algo novo, ainda que seja inerente e marca de nosso tempo. Antes de tudo, o próprio “conhecimento assume em grande parte a forma de imagens” (p. 31). O que é realmente novo é a velocidade de difusão dessas imagens-formas e seu compartilhamento instantâneo, ampliando a capacidade de abrangência e convencendo também por tautologia.

Imagem, afetividade e tautologia são os ingredientes para uma estratégia de afetação cada vez mais comum nas redes sociais: os chamados *memes*: pessoas, vídeos, charges, imagens ou frases que se espalham na internet como um vírus e cuja popularidade normalmente se deve ao seu caráter cômico. Seria parte de um fenômeno que André Lemos já chamara de “ciber-cultura-remix” (2005, p.2) ao se referir à utilização de um material ou ideia pré-existente na rede como base para novas criações, num ambiente que tem favorecido o declínio da noção de autoria individual em favor da desconhecida e/ou coletiva. Ainda que, na área da Comunicação, esteja sendo foco de estudiosos da cibercultura, de acordo com Recuero (2009), o termo teria sido primeiramente cunhado por Richard Dawkins, em seu

livro “O Gene Egoísta” (1976). Numa perspectiva darwiniana de que somente as melhores ideias persistem, Dawkins compara a evolução cultural com a genética: o meme (do grego *mimeme*) funcionaria como o “gene” da cultura, ideias perpetuadas pelas pessoas através da imitação, que seria seu fundamento. Mas, enquanto no gene, os padrões de comportamento sincrônicos dependem de características como longevidade, fidelidade da cópia e fecundidade, nos memes das redes sociais a garantia de imitação (leia-se recriação e compartilhamento) se dá por seu poder de afetação (ironia ou sarcasmo), independentemente da permanência no tempo (normalmente efêmera) ou semelhança com o original. É por essa capacidade afetiva e pela possibilidade de anonimato que os memes vêm sendo amplamente utilizados em campanhas online, no chamado ciberativismo. Nesse caso, seria uma imagem-acessória, que, mesmo sem poder performativo, é capaz de preparar o terreno simbólico para uma ideia ou intenção.

Mais uma vez retomando o paradigmático exemplo das Jornadas de 2013, o que começara com alguns milhares de manifestantes na cidade de São Paulo, com o foco específico no aumento da tarifa do transporte, rapidamente viralizou para o restante do país abarcando outros milhões e outras (difusas) pautas. Através do Facebook, do Twitter, do Youtube, as imagens – majoritariamente amadoras – das pessoas nas ruas e da resposta policial violenta e desproporcional multiplicavam-se, sobrepunham-se, atraíam-se mutuamente. Em meio ao que seria uma ação descoordenada, os memes e as imagens como que *ordenavam* (no duplo sentido) as pessoas às ruas tendo o verbal como suporte (“vem pra rua!”). Como afirma Sakamoto (2013), “quem andou pela Avenida Paulista percebeu que boa parte dos cartazes eram comentários tirados do Facebook e do Twitter” (p. 97). Na verdade, evoca-se aqui a importância que Shirky confere à possibilidade de registro e de compartilhamento em sua capacidade de sincronizar ações. Há que se notar, que o próprio teor amadorístico dos registros impõe um forte efeito de realidade. Multiplicadas, as “imagens reais” davam a impressão de que um importante fato histórico se passava e, performativamente, impeliavam mais e mais pessoas à ação. Para além do enclausuramento de sentido das imagens jornalísticas veiculadas à noite nos telejornais nacionais, as imagens e sons brutos difundidos pelas redes sociais durante o dia só faziam abrir mais e mais afetações, emoções e interpretações: também por isso toda e qualquer pauta parecia caber nas ruas.

Sodré nos explica que o signo estético tem a particularidade da polissemia, sendo assim mais poroso às negociações de sentido e às mudanças ao longo do tempo. Isso lhe

confere a possibilidade de funcionar como signo de comunicação abrangente, maleável, capaz de abarcar e mover o imaginário coletivo. Assim, “a imagem torna-se instrumento da consciência de artistas ou de cidadãos (...) para mostrar o que não foi visto na esfera do visível da comunidade” (2006, p. 98). Sodré (em diálogo com McLuhan) fala de um regime de tatilidade, o aguçamento mútuo dos sentidos turbinado pela convergência midiática e capaz de “modificar ativa, cognitiva e afetivamente o estado geral de consciência dos indivíduos”. E, ainda que a reboque do mercado, não é qualquer coisa que se preze a “manipulação”, mas se trata de um novo tipo de partilha social ou constituição do comum que passa por tecnologias avançadas de comunicação e afetações de sentido. Mais a frente, o autor destaca também valor ilocutório da imagem, ou seja, sua função performativa (que invoca uma ação): “os signos imagsticos presentes tanto no imaginário discursivo como no imaginário de outros sistemas (não linguísticos) articulam-se com desejos e interesses sociais, orientando as ações” (SODRÉ. 2006, p. 104). E, ainda que a imagem esteja quase sempre sendo “o operador de uma visibilidade programática (...) que comunica o tempo todo a mensagem unívoca do mercado” (p. 98), sua abertura semântica e seu caráter performativo tem sido utilizados para um leque de estratégias de disputas de sentido contra-hegemnicas⁹⁰.

Ainda que profundamente suspeito por entender que o motor dessa mutação é mesmo de base mercadológica, Sodré (2002) ventila aqui a possibilidade, “a partir de um horizonte de ação participativa”, a combinação de “participação social com interatividade midiática”. O autor faz, então, uma importante ressalva quanto a uma imprescindível *responsabilidade*, isso que envolve um compromisso (vínculo) com o outro e que tem assumido muitas faces, “desde a luta coletiva pela redistribuição das riquezas (...) até as redes de desobediência civil e de comunitarismo militantes, que costumam originar-se nas regiões periféricas do mundo” (p. 211). E cita os eventos de Seattle-99 e a conseqüente criação do Centro de Mdia Independente (CMI) como paradigmáticos. Foi quando, na prática, se impôs uma alteração na tradicional relação da média com seu público, a “informação deixou de ser mero produto, para transformar-se, junto com os militantes, em agente produtor do

⁹⁰ Ainda que esse poder de contágio não seja de uso exclusivo das lutas emancipatórias. Em “O terror islâmico online”, Pedro Doria (2014) explica como o Estado Islâmico entendeu esse poder de sedução da imagem e tem abraçado – diferentemente do Talib – a tecnologia digital. As imagens tornadas virais e rotineiras de degolamentos recentemente divulgadas de forma ampla na internet teriam a função de “propaganda em dois sentidos da palavra. Por um lado, servem  sedução de jovens que se aproximam do extremismo. Por outro, aterroriza quem está no seu caminho, alerta para o que está por vir”. Ainda que Twitter, YouTube e Facebook tenham políticas claras para lidar com a propaganda do terror, monitorando as mensagens, apagando contas, bloqueando retuítes, a velocidade de sua criação e propagação  imensa, o que nos indica algo de sua importância para os terroristas. Disponível em <http://m.oglobo.com/sociedade/tecnologia/o-terror-islamico-online-13727123>. Acesso em 27 de abril de 2016.

acontecimento ativista; marketing e mercado (...) foram trocados pelo interesse comunitarista”. No horizonte dessa orquestração midiático-contra-hegemônica, aventa-se uma possível “nova forma de consciência coletiva”: “o que estamos sugerindo como possibilidade, pelo menos teórica, é a reapropriação e reorientação da mídia enquanto intelectual coletivo” (p. 212), o que implica “em levá-la, para além dos interesses imediatos do mercado (...), na direção de uma cultura crítica” (p. 214).

2.4 ASPECTOS ONTOLÓGICO-POLÍTICOS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

As rádios comunitárias têm de ser entendidas enquanto atores políticos de esquerda. Isso foi confirmado de diversas formas no plano técnico-empírico: desde sua *origem* (majoritariamente nascidas de movimentos sociais, comunitários e culturais ligados às minorias) até os *fins* (o engajamento de seus membros concentrado em uma multiplicidade de movimentos sociais, com destaque para os eclesiais de base, agrário e sindical) passando pelas práticas e valores. Isso era intuído em nossa observação militante, mas nem sempre vimos ser assumido na academia⁹¹, que prefere colocar em primeiro plano um ideal de pluralismo político interno, difícil de ser mantido na prática, como ficou claro no episódio da cisão da própria esquerda local, na Quixelô FM (cf. Anexo C.5). Também a dificuldade, ou melhor, impossibilidade de classificarmos como *comunitária* a Rádio Cidade FM (cf. Anexo C.3), nascida da articulação individual de um político da direita, evidencia a importância desse elemento que se encontra na origem dessas rádios.

Sob a luz de tal compreensão, as contradições, mudanças e dilemas pelos quais têm passado as rádios comunitárias ficam mais bem iluminados sob o enfoque de uma crise de representação e da própria esquerda, mas *principalmente* ao atentarmos-nos para o estrutural deslocamento que se verifica no sujeito político-comunicacional. As rádios comunitárias ainda estão muito marcadas pelos modos de ser e de ação política da “esquerda tradicional”, que influenciaram a origem individual de muitas delas e do movimento social que as representa. Porém, a urgência e materialidade de suas causas a tornam vivas no tecido da luta política cotidiana e alvos da gravitação dos modos de ser desse novo sujeito *da multidão*. O

⁹¹ Na verdade, a única vez que ouvimos isso de forma explícita foi em conversa com o pesquisador colombiano de rádios comunitárias, José Miguel Gonzalez, da *Pontificia Universidad Javeriana*, antes de ambos palestrarmos no Colóquio de Rádios Comunitárias na Pan-Amazônia, realizado durante o Seminário da ALAIC, em outubro de 2010, em Belém do Pará. Quando pedi sua opinião acerca da difícil definição do que seria rádio comunitária, ele disse, numa palavra, serem “as rádios de baixa potência de esquerda”.

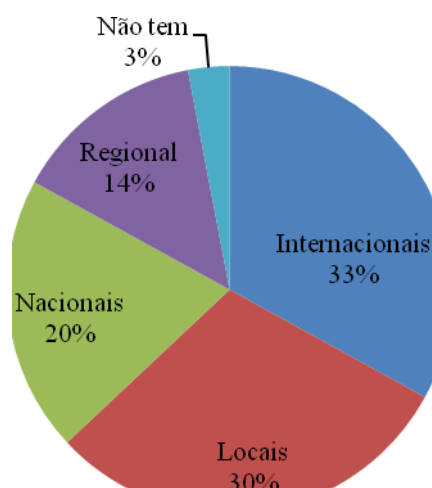
resultado é um desencaixe que bem representa nosso tempo e aponta caminhos. Um primeiro e emblemático efeito verificável é o envelhecimento das rádios comunitárias *como a conhecemos*: nascidas no seio de atores políticos coletivos experimentam, pelo menos desde uma década, diminuição progressiva no seu ritmo de surgimento (cf. perg. 4, Anexo F). Outro indicativo é a dificuldade que três em cada quatro rádios afirmam sentir para atrair novos colaboradores (cf. perg. 16, Anexo H) e trazer sangue novo que alimente e garanta continuidade à causa.

A juventude deveria ser a faixa etária dominante em uma atividade majoritariamente voluntária e militante, já que a disponibilidade e a utopia tendem a diminuir de acordo com que se insere no mercado de trabalho. Na pesquisa quantitativa verificamos que, no geral, somente uma em cada quatro rádios (26%) tem maioria jovem em sua equipe (cf. perg. 15, Anexo H) e o equilíbrio etário acontece em quase metade delas (46%). Na pesquisa qualitativa verificamos militantes de todas as faixas etárias, inclusive em metade delas há forte presença de jovens (AlmA, Esperança, Utopia, Terra Livre e Muda), ainda que muitas delas reclamem de falta de renovação. Tais resultados híbridos são mais bem iluminados por quem tem uma visão regional e temporal desses atores políticos. Quando questionado sobre o tema, o ex-vice-presidente da AMARC América Latina e Caribe, Carlos Aparício, observa que os jovens continuam, sim, nas rádios comunitárias, mas não em cargos representativos (APARICIO, 2015). Opinião parecida expressou Ernesto Lamas, ex-coordenador regional da AMARC América Latina e Caribe: ainda que haja jovens nas rádios, eles não se interessam em fortalecer uma rede, “não seduzimos mais para o movimento [de rádios comunitárias]” (LAMAS, 2015). Ao que parece – e ao contrário do que um causalismo tecnológico poderia indicar – não é por ser analógica que a rádio comunitária não seduz, como antes, a juventude. Até porque constatamos que quatro em cada cinco rádios contam com site próprio e, dessas, três em cada quatro já transmitem online (cf. perg. 28, Anexo J). O que tem afastado os jovens da vanguarda do movimento de rádios comunitárias não parece diferir do que os afasta dos partidos políticos, justamente seu modo de organização e ação política.

Nas visitas que fizemos às rádios comunitárias perguntamos aos diretores e/ou idealizadores quais eram as figuras que inspiravam sua atuação na emissora. Utilizamos o termo “figuras” para dar abertura suficiente a toda sorte de pessoas ou personagens – históricas, locais, nacionais, vivas ou não, desconhecidas ou famosas. O principal objetivo da pergunta era compreender os modelos de ação política que orientavam aqueles que, normalmente, cumpriam internamente a função de *guardião de princípios* (cf. 3.4) na base

ontológica da rádio⁹². Como vemos nos dados tabulados e disponíveis no Anexo D, entre os que puderam ser classificados, há uma preponderância de referências a figuras ligadas ao modo de ser/agir do tipo político por nós nomeado *ser socialista* (40%); seguido do *ser da multidão* (11%), os que afirmam não ter figura inspiradora (3%) e, por fim, o *ser anarquista* (2%) (além de 44% não classificados/ classificáveis), ilustrados no Gráfico 14. Ainda que *inspiração* quase nunca signifique adoção automática, irrefletida ou total, o resultado nos diz muito do que é orientador para aqueles com grande poder de influência no funcionamento da rádio⁹³.

Gráfico 14 – Tipo de sujeito relacionado às fontes inspiradoras



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor

Um primeiro elemento que sustenta a influência do *ser socialista* nas rádios comunitárias é a procedência político-partidária de boa parte de seus militantes: na pesquisa

⁹² Em cada emissora, fizemos a pergunta a, no mínimo, 2 e, no máximo, 3 membros, escolhidos por sua reconhecível função de organização e vigilância dos princípios que tendem a influenciar a ação político-comunicacional dos demais participantes da emissora. Quanto à interpretação/organização dos dados (cf. Anexo I), identificamos sua origem (local, regional, nacional e internacional), tipo de sujeito político (de acordo com a tipologia nossa proposta em 3.1, ou seja, *socialista*, *anarquista* ou *da multidão*) e principal causa relacionada (comunicação, educação, igualdade racial etc.). Procuramos ser o mais rigorosos possível quanto à segurança na categorização, preferindo não arriscar no caso de dúvidas, o que levou a uma grande incidência de elementos não classificados/classificáveis.

⁹³ Nesse sentido, a resposta do professor Guilherme Figueiredo, idealizador da Xibé, é significativa: “A história não é feita de personalidades, as personalidades são mitos que a gente constrói, não são os líderes, não são gênios que fazem a história. (...) Os nomes que te passei são para criar tópicos do discurso, são como santos, passa a ser um campo de reflexão sobre a vida, sobre a arte, a natureza que acaba gerando um diálogo ao longo dos tempos entre muitos poetas, pintores. Quem é o Paulo Freire? É um grande debate, as pessoas da lista não são indivíduos, são tópicos, das nossas tradições de luta e científicas” (FIGUEIREDO, 2015b).

qualitativa com 10 emissoras, isso pode ser verificado em, ao menos, seis delas. Além disso, todas citaram o protagonismo do Partido dos Trabalhadores, de um modo ou de outro, exceto a Cidade (bem, essa, na verdade, também o cita, mas como principal oposição). Ainda que a pesquisa histórica (cf. 3.2) indique miopia nos partidos de esquerda ao entendimento da comunicação enquanto direito e não (somente) *instrumento* na conquista de direitos, foram naquelas agremiações que as rádios comunitárias primeiro encontraram acolhida à sua causa. E, principalmente, era lá que militava boa parte de seus comunicadores (mesmo nas livres) e de lá extraíram seu modo de organização.

Isso se reflete num segundo elemento, que é a *matriz político-organizativa* majoritária das rádios comunitárias. Primeiramente, é importante pontuar o papel que a própria lei de radiodifusão comunitária exerce nesse sentido (no Brasil e também em diversas partes do mundo) quando exige uma estrutura hierárquica interna para sua legitimação estatal (Conselho Comunitário, personalidade jurídica e “dirigentes”, de acordo com os arts. 7º a 9º (BRASIL, 1998)). De todo modo, veremos que, ainda que tenham sofrido mutilações quando da negociação no Congresso, os próprios projetos de lei propostos pela sociedade civil já eram inspirados por um modelo organizativo típico da esquerda daquela época (cf. 3.2). Um sutil indício de uma estrutura organizativa de tendência mais vertical e disciplinar verificamos nas três maiores ocorrências de respostas quanto ao motivo suficientemente grave para levar ao afastamento de um colaborador (cf. perg. 20, Anexo H): descumprimento de regras internas; falta de compromisso/ profissionalismo; má conduta. Por contraste, é na quarta maior ocorrência (“não há motivo/nunca aconteceu”) que se percebe haver modos mais horizontais e coletivos de gerenciamento de crises, prevendo “conversar antes” (Utopia) ou deixar a cargo da própria “cultura” interna afastar indivíduos/práticas estranhas aos valores da emissora (como a Muda: um programa nazista foi extirpado da programação através da azucrinção questionadora constante dos contrários ao fascismo). Outro sinal de tal influência confirma tanto a natureza política das rádios comunitárias quanto sua simpatia ao sistema representativo: uma em cada 4 rádios confirma a candidatura de algum dirigente e/ou locutor nas últimas eleições (cf. perg. 6, Anexo F). Indo além, muitas rádios surgem para a disputa político-partidária principalmente contra poderes locais estabelecidos por partidos de direita, como vimos na Esperança, Terra Livre e Quixelô FM.

Outro elemento é sua *função*: externa e internamente ressalta-se na rádio comunitária seu caráter de mobilização social. Também aqui espelhando o que seria o papel das organizações políticas tradicionais, ela funciona como organizadora dos desejos de suas

comunidades e ativadoras da consciência de classe, tão cara para a ação política. Para muitos de seus participantes, foi o chão da luta da rádio comunitária que forneceu a compreensão de uma “coletividade organizada”, necessária para o que Gramsci chama de processo catártico (tradução do desejo egoístico-passional para a consciência ético-política). É o que transparece na fala bem articulada e politizada do jovem Odivan Franco, da Terra Livre; ou o que “está no sangue” e no coração de Rosa Gonçalves, da Independência, no trabalho que, durante toda a sua vida, tem realizado com a base; ou na sentença de Gerô, da Heliópolis, ao então recém-chegado Regis: “Esquece sua função de DJ e tudo mais. Hoje você é um comunicador social. É uma liderança agora” (GONÇALVES, 2015, p. 649). Nas décadas de 1980/90, a esquerda articulada, primeiro, em torno da redemocratização e depois no embate com o nascente neoliberalismo, viu nas rádios comunitárias um poderoso instrumento de organização popular. Ainda que muitos dos propulsores desse movimento já tivessem a bandeira da comunicação como causa, vigorava uma visão da rádio comunitária como *meio* para atingir um ou vários *fins*. Isso não impede que o aspecto comunicativo seja uma das forças gerativas. Na pergunta sobre as figuras inspiradoras (cf. Anexo D), exceto na Terra Livre, em todas há menções a personalidades ligadas à comunicação (inclusive, na soma total, é a mais acionada). Também quando perguntamos às rádios visitadas qual o principal direito pelo qual nascera, a necessidade de constituir um meio próprio de comunicação aparece em 3 das 9 respostas⁹⁴, mas na análise aprofundada percebe-se que somente na livre Xibé, o exercício da comunicação foi causa *per si*. A visão da rádio como instrumento tende a permanecer no decorrer do seu processo histórico: quando perguntadas sobre o engajamento em movimentos sociais (cf. perg. 9, Anexo F), ainda que verificada grande adesão (74%) a uma diversidade de causas (categorizamos 24 delas), a das próprias rádios comunitárias só é mencionada em 2% das respostas.

Um quarto elemento é o *sistema decisório*. Ainda que se perceba grande heterogeneidade nos modos decisórios, como vimos nos resultados da pergunta 11 (cf. Anexo F), há uma forte tendência em buscar instâncias e modos mais participativos de decisão, fruto de uma cultura interna de valorização da participação. Porém, na prática, o que percebemos nas pesquisas qualitativa e quantitativa é uma baixa participação da comunidade no sistema decisório: somente uma entre cada quatro rádios menciona a participação da comunidade nas reuniões da emissora (cf. perg. 10, Anexo F). O resultado é um nepotismo brando

⁹⁴ *Heliópolis*: moradia e educação; *AlmA*: cultura; *Independência*: comunicação/convivência com o semiárido; *Quixelô*: direitos básicos/ embate político; *Esperança*: igualdade racial/embate político; *Xibé*: comunicação; *Utopia*: comunicação; *Terra Livre*: acesso à terra; *Muda*: assistência estudantil.

involuntário: a prática de democracia representativa legitimada pela pró-atividade, em que o grupo dos mais ativos acaba tendo um poder que quase nunca é questionado, em parte devido a pouca disponibilidade/ interesse dos demais participantes. De todo modo, não notamos nas rádios visitadas barreiras formais ou informais para participação da comunidade: é a comunidade que não parece muito interessada no cotidiano interno da rádio.

Isso não é um problema só entre nós. Uma pesquisa realizada pelo CAMECO (*Catholic Media Council*) intitulada “*La participación de la comunidad en las radios locales y comunitarias: un estudio exploratorio en África, Asia, América Latina y el Pacífico*” (FRÖHLICH et al., 2012)⁹⁵ traz elementos interessantes para analisarmos o grau efetivo de participação verificado hoje nas rádios comunitárias. Apesar de concluir que a participação da comunidade é um “elemento importante em quase todas as rádios participantes”, em todos os continentes ela se dá principalmente na área da programação, algo também comum nas comerciais e públicas. De todo modo, em se tratando de um meio que se espera organicamente ligado à comunidade, a participação mais efetiva – gestão, propriedade e financiamento – se revelou incomum. Relacionado à discussão que estamos empreendendo aqui, quando questionadas sobre os principais empecilhos encontrados para alavancar a participação, em termos mundiais, 29% mencionaram a falta de tempo dos membros da comunidade, o quarto lugar das menções. Na América Latina encontramos a maior porcentagem entre as regiões (37%, contra 22%, na África, e 26%, na Ásia) e figura como o terceiro lugar nas menções, atrás apenas da falta de fundos e falta de interesse.

Nossa pesquisa quantitativa indica tendência similar ao que a CAMECO encontrou no restante do continente latino-americano. Quando perguntamos o motivo da dificuldade para atrair participantes, de longe, a principal razão foi a questão financeira/voluntarismo (praticamente metade das respostas), seguido da falta de tempo e falta de interesse ou de engajamento político. Esse resultado fica bem ilustrado na máxima de Gerô, um dos idealizadores da Rádio Heliópolis, da maior favela de São Paulo, de que “é fácil ser idealista quando papai e mamãe banca” (BARBOSA, 2015). Realmente, quanto ao engajamento, não há como desconsiderar como prioritário o problema econômico decorrente de uma limitação legal: sem possibilidade de remuneração, muitos têm de optar entre a luta da rádio ou da própria sobrevivência. Mas nos parece particularmente relevante que, num cenário em que o

⁹⁵ Com o apoio da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), da Associação Latino-americana de Educação Radiofônica (ALER), da Organização Católica Latino-americana e Caribenha de Comunicação (OCLACC) e da Associação Mundial de Comunicação Cristã (WACC), 219 emissoras participaram efetivamente da pesquisa, assim divididas: América Latina, 79 (36%); África, 76 (36%); Ásia, 59 (27%), e; Pacífico, 2 (1%).

fator econômico é declinante (mudança da lei, por exemplo), a falta de *tempo* e de *engajamento* figuram como os maiores vilões da participação política.

Isso parece estar ligado a um processo maior e estrutural, que tratamos mais acima. As múltiplas forças atrativas que agem sobre o desejo de nós mesmos, num ambiente macrossocial de valorização do eu forte, autêntico e bem-sucedido, vão deslocando as prioridades do sujeito para cada vez mais longe da atuação política. Principalmente quando se dá conta da baixa capacidade de mediação das instituições políticas tradicionais, difamadas pelo discurso das mídias hegemônicas e desacreditadas pela prática da *real politik*, cada vez mais dependente de alianças contraditórias e da corrupção, tornada estrutural. Essa, já não representa qualquer subversão ao poder, mas, ao contrário, pré-requisito para sua manutenção. Como afirmam Hardt e Negri

hoje, em contraste, a corrupção não pode ter um papel em qualquer mudança das formas de governo, porque a corrupção é, ela própria, a substância e a totalidade do Império. A corrupção é o puro exercício do comando, sem qualquer referência proporcional ou adequado ao mundo da vida. É comando dirigido para destruir a singularidade da multidão mediante sua unificação coerciva e/ou sua segmentação cruel (HARDT e NEGRI, 2001, p. 414).

O resultado é o cinismo com a política e o descrédito do sistema democrático representativo como um todo. Por fim, também parece refletir as limitações intrínsecas de um sistema que busca unificar e homogeneizar a identidade da luta política, acentuadas na hegemonia da ação política fragmentada, pontual e de caráter imanente.

Um último elemento que gostaríamos de levantar tem a ver com a *missão* atribuída ao *ser socialista*, nos termos do que Gramsci nomeou *reforma intelectual e moral*. O partido político desempenharia essa “tarefa central” de mediação entre o “núcleo sadio” do senso comum e a elaboração da luta de classes na superestrutura da consciência a partir de um processo pedagógico de crítica permanente. Acontece que sua realização prática acaba negligenciando o lento, exigente e penoso trabalho da crítica permanente em favor de um pedagogismo que beira, por vezes, ao moralismo, autocensura e arrogância, ainda que sob a genuína preocupação com a diversidade e o zelo pelos direitos humanos. Isso aparece, por exemplo, nas discussões em torno das músicas, tema nada irrelevante dada sua centralidade na programação das rádios. Leônio Matos, diretor da Utopia, chegou a afirmar que a questão musical foi uma polêmica interna maior que a questão político-partidária. Ele conta que, em uma pesquisa realizada pela UnB com a comunidade atendida pela rádio, dos 30 pesquisados, 28 afirmaram querer ouvir sertanejo. Ainda assim, ele resiste: “não necessariamente porque eles querem ouvir isso, a gente tem que colocar” (GOMES, 2015). Além da Utopia, esse tema apareceu com força na Heliópolis, Independência, Quixelô e Terra Livre,

principalmente em torno da legitimidade da presença do forró, sertanejo e funk. Um dos mais antigos locutores da Independência, Antonio Elson da Silva, avalia que a audiência – principalmente entre jovens – só não é maior porque a rádio está “presa” às restrições musicais. A atenção está voltada tanto para letras que atacam os direitos humanos quanto para o risco de “massificação cultural”, expressão usada por Mácio Alves, da Quixelô. No acalorado debate presenciado na visita à Terra Livre, Ernesto Puhl Neto conta que, no início, só tocavam MPB e ninguém escutava a rádio. Como a discussão aconteceu na sua reabertura, ele defendia que, prezando pela audiência, passassem também a tocar “sertanejo”. As réplicas que se seguiram pendulavam dos princípios/propósitos da rádio à compreensão do “que o povo quer ouvir”, nas palavras da jovem do MST, Gisele Dominski Soares. A relevância do tema e de seus desdobramentos se confirma com os resultados de uma pesquisa realizada pelo Ibope no primeiro trimestre de 2015: 91% afirmaram ouvir música quando sintonizam uma rádio e os gêneros mais ouvidos são sertanejo (47%), sucessos nacionais (37%), MPB (33%) e samba/pagode (32%)⁹⁶.

O ideal de rádio comunitária (cf. 3.4) traz o conteúdo (notadamente formador) em primeiro plano. Com isso, elementos como qualidade estética e audiência, ainda que desejáveis, não são prioridade para a maioria. Isso já é um problema antigo do setor. Cogo (1998), ao introduzir seu estudo sobre as radiocornetas no Brasil, retoma o diagnóstico de pesquisadores latino-americanos de carência estética das mídias comunitárias: frente ao elitismo cultural dos meios massivos, os populares apresentam “uma visão de cultura que comporta uma relação crua, racional e, não raramente, pesada com a realidade, deixando esquecidas as dimensões do sonho, da fantasia, do jogo e da utopia tão presente no universo cultural dos grupos populares” (p. 44).

Na entrevista, Juliana Franco, da webrádio AlmA, fizera uma crítica aos meios comunitários que, em geral, tendem a abrir mão da estética em favor do conteúdo (dentre as rádios analisados, a AlmA talvez seja a que mais tenha esmero estético nas produções, mas ainda assim a audiência é considerada baixa). Nossas andanças pela Heliópolis demonstraram que quanto mais jovem, menos se conhece e se ouve a rádio: de todo modo, como orientara o então diretor Gerô ao então recém-locutor Régis: “a ideia da rádio não era conseguir audiência, mas sim ter um programa que servisse à comunidade” (GONÇALVES, 2015, p. 649). Também Ronaldo Cezar Antunes, da Terra Livre, desloca a importância para o

⁹⁶ Fonte: <http://tudoradio.com/noticias/ver/13455-extra-instituto-ibope-media-aponta-que-o-meio-radio-e-ouvido-por-89-dos-brasileiros>. Acesso em 8 de maio de 2016.

“trabalho de base”, mesmo que não seja para um grande número de pessoas. V. chega a afirmar que a audiência não importa para os fins a que se propõe a Muda. O que coincide com a opinião de Leônio Gomes, da Utopia: ele lamenta que a juventude esteja mais “apresentando que ouvindo”, porém, de todo modo, o número de ouvintes, para ele, “não é a principal preocupação” (GOMES, 2015). Tal postura, em última instância, chega a culminar num despreço pelo público-alvo (como Z, da Muda, chega a declarar: “sinceramente eu não me importo muito com meu público”), que acaba sendo delineado de forma muito restrita ou ampla demais (como definido por Gleison “desde o estudante do ensino fundamental até o senhor de idade, vai do camarada que gosta de ouvir um rap até o brega, desde sertanejo de raiz até Waldick Soriano”). Outro indício é que, na pesquisa quantitativa, somente um terço afirmara já ter realizado algum tipo de sondagem de recepção: ainda que a falta de recursos, pessoal, conhecimento específico etc. influencie no resultado, evidencia-se, no mínimo, pouco interesse quanto ao gosto do público. Um dilema, então, se apresenta: como “servir à comunidade”, “fazer o trabalho de base” ou executar os fins a que se propõe à rádio comunitária sem audiência?

A evolução desse dilema já foi discutida por Pulleiro (2011), relacionando-o à sustentabilidade financeira. Em sua análise das principais mudanças ocorridas nas rádios alternativas na década de 1990, o autor destaca uma preocupação maior com a questão estética, expressa na fala das lideranças políticas do movimento e se refletindo numa busca por se conhecer melhor a audiência dessas emissoras. Tudo estaria ligado a um novo entendimento sobre o receptor – bastante influenciado pelos ecos da virada epistemológica no campo da Comunicação a partir dos 1970 – e um desejo de maior impacto social. Contudo, o autor destaca “o risco de que os receptores se convertam em mera audiência e que a rádio alternativa seja concebida somente como um meio de comunicação”. Isso viria de encontro com o que seria a vocação real dessas rádios, “formar o seu próprio público em um processo de interação orientado a ser expresso em níveis de organização e mobilização coletiva” (p. 125). Na sua linha argumentativa, essa busca por uma melhora estética esteve vinculada a necessidade de competir com as rádios comerciais, tendo em vista a diminuição das fontes de recurso advinda da cooperação internacional e a conseqüente necessidade de autofinanciamento. Para o autor, quando a *forma* se sobrepõe ao *conteúdo* há prejuízo aos “objetivos mais gerais relacionados a uma proposta transformadora” (p. 131). A resposta para um problema de sustentabilidade (não somente financeira) tenderia a fazer a emissora voltar

sua atenção mais ao “plano comunicacional e organizativo que para o político”: olharia para si mesma e tenderia a se isolar dos atores e organizações sociais e políticas.

Acontece que, como discutimos mais acima, hoje, a disputa política passa, necessariamente, pelo “plano comunicacional e organizativo” ou, melhor dizendo, é precisamente nesse plano que a disputa se dá. Ainda que, como acreditamos, a natureza de uma rádio comunitária é política e ultrapassa ser “somente” meio de comunicação, é necessário compreender a própria mudança que acontece no seio da política e o papel que os meios de comunicação têm nesse novo cenário. Política sempre foi movida por paixão, engajando por capacidade de sedução. Porém, na era da mediação, a sedução política desliza por sobre os argumentos racionais para contagiar a ação do outro, também e principalmente, através de estratégias afetivas e estéticas que visam encontrar o outro na amplitude do sentido. Ora, como sempre, só me engajo no que *faz sentido* para mim: mas “sentido” agora cola sensibilidade à realidade, motivos objetivos aos subjetivos, impossíveis de serem dissociados.

Superar o entendimento da rádio comunitária “*somente* como um meio de comunicação” e ir ao encontro de sua “proposta transformadora” como ator político requer, hoje, uma renovação de sua proposta estética, ainda muito marcada pelo didatismo da esquerda tradicional e pela “linguagem dura dos movimentos sociais e populares”, nos termos colocados por Juliana Franco, da webrádio Alma. A sedução para uma causa agora ultrapassa o discursivo-racional para ir ao encontro das práticas sociais novas que apostam na mobilização de afetos e das imagens (visuais, sonoras, artísticas etc.) para engatar a ação política. Como bem resumem Alita Rego e Arthur William Santos na comparação que fazem dos ativistas atuais com os da metade final do século XX, para estes últimos

a luta contra o controle das informações, conhecimentos e afetos passava pela desconstrução dos conteúdos ideológicos dominante, pelo nível da linguagem. Trocava-se uma linguagem pela outra, um regime de verdade por outro. Para os midiativistas do século XXI, não se trata de uma luta contra-hegemônica dos procedimentos jornalísticos, em busca de uma nova verdade para os meios de comunicação. Não é uma luta por conteúdos. É por uma nova forma de vida onde o que está em jogo é a posse da tecnologia (...) [e a] busca por novas formas de interação social e de colaboração (REGO e SANTOS, 2013, p. 14).

Como veremos mais a frente (cf. 3.2.2), uma das vertentes históricas que alimentam as rádios comunitárias latino-americanas advém de um movimento internacional, principalmente europeu, das décadas de 1970/80 que advogava “liberdade nas ondas”, ou seja, a utilização livre do espectro eletromagnético com mínima ou nenhuma regulação por parte do Estado. Dentro da tipologia proposta, nos parece que o modo de poder, soberania e

ação política do *ser anarquista* influencia por dentro e principalmente por contraponto os caminhos das rádios comunitárias e de seu movimento político organizado. Se, grosso modo, podemos alinhar a maioria das rádios comunitárias (com ou que buscam outorga) ao *ser socialista*, forçosamente teríamos *por contraste* as rádios livres (as que, por princípios, não buscam outorga) organizadas em torno do *ser anarquista*. A analogia exige cuidado tanto por termos encontrado resistência junto aos militantes das livres de serem taxados todos de “anarquistas” (cf. Anexo C.7) quanto pela quase ausência de figuras inspiradoras do *ser anarquista* no rol das elencadas (2%) (cf. Anexo D). Por outro lado, naquele rol encontramos um número ainda baixo, mas já mais significativo (11%) de figuras que identificamos com o *ser da multidão*, não por acaso todas indicadas por participantes das livres.

A confusão procede: ora, o que vimos Schneider (cf. 2.1.2) chamar de “anarco-curiosos” (*gender queerness*, jovens do *Occupy*, zapatistas, *blackblocks* ostentando valores como *crowdsourcing*, horizontalidade, recusa à autoridade e liderança, ação em rede) em nossa tipologia estaria mais bem enquadrado nesse ser emergente *da multidão*. Enquanto esse ser se caracteriza por sua novidade e por um estado de ser “sempre-já e ainda-não” nascido (HARDT e NEGRI, 2012, p. 286), o *ser anarquista*, com seu mais de um século e meio de existência, consegue ser o “quadro-negro político em branco do início do século XXI” (SCHNEIDER, 2013, p. ix). Porém, bem mais importante que *enquadramentos* é perceber que essa confusão, no caso de nosso objeto, tem aberto caminhos e tensionamentos internos em favor de um novo modo de ser das rádios comunitárias em que rádios influenciadas pelo *ser anarquista* atuam como *mediadoras*.

Uma primeira evidência dessa mediação é o tema do permanente conflito com o Estado (sociedade política), objeto de análise do capítulo 4. Sabemos que, no caso brasileiro, uma cisão entre o movimento de rádios comunitárias e livres (cf. 3.3.2) firmou-se justamente por ocasião da discussão sobre os riscos à autonomia decorrentes de uma lei num momento (década de 1990) de particular vigor desses atores. Princípios ligados ao *ser anarquista* como negação da representação, horizontalidade, oposição à soberania governamental e autonomia absoluta organizaram um discurso de questionamento da forma como ia se dando a solução legal, encarada pelas livres como uma amarra, limitando uma potência expansiva que só poderia ser mantida na “alegalidade” ou regulação mínima. Como se sabe, a radicalidade da crítica anarquista pode chegar a questionar a própria luta por direitos, encarada como responsiva (passiva) frente ao Estado (essencialmente burguês): essa luta imunizaria a autonomia (ativa) provinda da vida, costumes e práticas cotidianas (da vida comunitária). No

resultado histórico, o consenso quanto às limitações da lei, a falta de apoio estatal, a ação governamental a serviço da privatização da comunicação e a manutenção (inclusive recrudescimento) da repressão estatal irrigam uma percepção do Estado mais como oponente que promotor. Ainda que *não* signifique rejeição *ao* Estado em si, essa situação favorece a confluência de forças a favor de uma visão mais libertária da gestão do espectro eletromagnético, principalmente quando um novo inimigo comum se delinea gigantesco e em plena expansão: as corporações de telefonia (cf. 5.2.2).

Se há consenso na percepção do Estado como opositor, o mesmo não se verifica quanto ao papel que ele deve desempenhar, tampouco quanto à imprescindibilidade da outorga. Por exemplo, na questão da sustentabilidade, um dos maiores gargalos do setor, percebe-se uma tendência, na maioria das rádios, a defender a necessidade de criação de fundos públicos e a possibilidade de propaganda governamental, principalmente frente aos impedimentos legais de publicidade comercial (cf. 1.2.5). Já nas rádios livres há uma propensão à defesa de estratégias de sobrevivência e autossuficiência via comunidade e novas tecnologias da informação e comunicação, inclusive por independência frente aos governos e a outros grupos de interesse. Tal preocupação procede se levarmos em conta os casos de tentativa de cooptação governamental federal verificados em outras partes da América do Sul (cf. 4.2) e mesmo os limites da independência editorial que constatamos nos contratos com governos locais, casos da Independência e Utopia.

Mas nem sempre a situação política e social permite soluções simples, muito menos única: como as rádios comunitárias podem manter-se ilegais, sem amparo institucional e/ou jurídico, em áreas de conflito social (favelas dominadas por tráfico de drogas, áreas em litígios fundiários, bairro sob o domínio de milícias etc.) e/ou quando se confrontam com poderes locais e regionais? Por exemplo, para o sindicato rural de Queimada Nova e para os atores minoritários por ele representados (comunidades quilombolas, indígenas e camponeses), a outorga da Rádio Esperança significou uma capacidade de barganha inédita na disputa política com as oligarquias locais estabelecidas: seria difícil desenhar o mesmo cenário sem a chancela governamental. Além disso, emergiram, na pesquisa qualitativa, visões favoráveis à outorga principalmente de comunitárias, mas também de livres, por conferir legitimidade e fazer cessar a repressão. De todo modo, os motivos de tal desejo reforçam a crítica original das livres: a repressão sistemática empurra as rádios à outorga via lógica circular de legitimação estatal: veremos que *legalidade* e *legitimidade* são atributo e

requisito do *poder*, ambos movidos pela permanente disputa em torno do sempre instável *consenso* social (cf. 3.3.1).

Uma segunda área em que se percebe um empuxo simbólico das livres em direção a um novo modo de ser das rádios comunitárias é a dos *princípios*. Notamos aí um jogo de espelhos e de horizontes entre os diferentes formatos de rádio: comerciais, comunitárias e livres criam caricaturas umas das outras para, na *oposição* e *idealização*, se autodefinirem. Na constelação resultante, o modo de funcionamento das livres se posiciona num lugar mais próximo do horizonte ideal, ainda que elas mesmas nunca o alcancem: é que elas, por normalmente estarem amparadas por uma instituição e alimentadas por uma fonte estável de valores (por exemplo, universidades e sua comunidade) têm mais ferramentas para tangenciar o ideal de rádio comunitária (cf. 3.4). Da sua parte, as comunitárias se dizem encurraladas por uma lei restritiva e tensionadas por muitos interesses conflitantes (igrejas, poderes locais etc.). Porém, estando sujeitas ao mesmo ideal, vivem culpadas de si mesmas. A análise dos valores (principalmente no discurso) que orientam o funcionamento das rádios comunitárias aponta para um dever-ser que busca a autogestão, horizontalidade, a democracia plena e a resolução política orgânica: os mesmos valores que orientam o *ser da multidão*.

Por fim, como vimos há uma série de mudanças tecnopolíticas que desenha o que seria o modo mais eficiente da ação política na atualidade: tendo como plataforma e arquétipo a forma *rede* (cf. 5.2.1), tal modo aposta numa ação rizomática (ou, melhor dizendo, uma visão rizomática das próprias ações), afetiva (provocativa), policêntrica (atingir múltiplos fatores simultaneamente) e que faça amplo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive com uma crítica permanente da privatização e das tentativas de controle estatal do seu uso. Na forma e plataforma de ação política vemos as livres sinalizarem o caminho para que as rádios comunitárias recuperem a relevância e poder sedutório junto aos ativistas pelo direito à comunicação. É o que verificamos, por exemplo, no modo de ser da Rádio Muda, emblemática para as livres, com seus muitos casos de deboche das instituições governamentais, seu empenho sistemático na multiplicação mitótica⁹⁷ de rádios e o permanente investimento na sinergia entre elas. Como vimos, foi justamente a forma rede via internet que permitiu o diálogo entre as chamadas “filhas da Muda”, em diferentes partes do país através da plataforma radiolive.org, inspirada na experiência-irmã dos Centros de Mídia Independentes de todo o mundo (cf. Anexo C.10 e

⁹⁷ O processo de divisão celular nominado *mitose* se refere à distribuição dos cromossomos e dos constituintes citoplasmáticos da célula-mãe igualmente entre as duas células-filhas, gerando o aumento do número de células. Fonte: www.pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_celular. Acesso em 10 de maio de 2016.

5.1.2). Ainda que reivindique uma ascendência com os movimentos europeus dos anos 1960/70, o novo vigor das livres é recente e deve muito à apropriação e conjugação de muitas tecnologias. Como aponta Guilherme, “o movimento de rádios livres pós-levante zapatista é um movimento totalmente digital”, com “relação íntima” com “software livre, *streaming* e internet” (FIGUEIREDO, 2015b).

Porém, ainda que sinalizem o caminho, não nos parece que o formato das rádios livres seja a ponta final desse processo de transformação porque passam as rádios comunitárias. Alguns dos seus princípios e pressupostos atuais de funcionamento apresentam muitos riscos em ambientes de democracia frágil. Em meio a oligarquias locais, poderes paralelos e ligações espúrias público-privado, as livres estão vulneráveis demais: quando fora da comunidade política, o ator político se encontra tão vulnerável quanto o tal “indivíduo soberano” que o liberalismo apregoa (mas esquece de especificar que a soberania depende da cor da pele, sexo, classe e origem social). Como o passado político brasileiro recente demonstrou, a crise no sistema político representativo pode ser usada para usurpar a própria democracia. Do mesmo modo, o próprio caráter espontâneo das ações políticas pontuais a tornam alvo de orquestrações posteriores. Também a grita por democracia direta quase sempre esquece os riscos da desigualdade de poder entre os diferentes lugares de fala e do crônico conservadorismo que avança em todas as áreas⁹⁸.

A experiência do trabalho de campo demonstrou o potencial transformador que o *ator político rádio comunitária* continua tendo no indivíduo e na comunidade (os exemplos das dez rádios visitadas e de seus comunicadores falam por si), impedindo-nos de arriscar irrelevância presente ou futura das rádios comunitárias tradicionais. Nossa hipótese é de que a transformação esteja acontecendo já e por dentro delas: seu próprio estado de *transformação* (e não mera decadência) demonstra sua ainda e desde sempre relevância. Ao longo de sua história, as rádios comunitárias têm se posicionado na ponta e na base da organização dos afetos e dos desejos das comunidades. Muito antes da “era da internet”, elas já constituíam redes locais de comunicação, colaboração e cooperação (aliás, o caráter cooperativo está no gene de seus valores) e sua legitimidade junto às comunidades sempre

⁹⁸ Por exemplo, 87% da população brasileira apoiam a redução da maioria penal, percentual que cresce a cada nova pesquisa. Disponível em www.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1616762-87-querem-reducao-da-maioridade-penal-numero-e-o-maior-ja-registrado.htm. Mas não só aí, pesquisa da Datafolha de setembro de 2014 indicava que temas ligados à direita (porte de armas, intervenção estatal na economia, explicações para a pobreza e criminalidade, aceitação à homossexualidade, entre outros) obtiveram maior apoio naquela pesquisa que a realizada pouco menos de um ano antes. Disponível em www.datafolha.uol.com.br/eleicoes/2014/09/1512693-direita-supera-esquerda-no-brasil.html. Acessos em 11 de maio de 2016.

prescindiu da institucionalidade. Ademais, como veremos (3.2), o *internacionalismo* marca a história da constituição desses atores enquanto sociedade civil: houve e há uma rica influência mútua entre os países quanto a experiências individuais e coletivas, avanços (e retrocessos) legais, com o apoio de organizações internacionais internas e externas ao movimento. Elencam-se aí ingredientes que apontam as rádios comunitárias como atores promissores num ambiente político contemporâneo em que a comunicação é o centro organizador da ação política.

No próximo capítulo, a história das lutas políticas das rádios comunitárias – em suas transformações, disputas e controvérsias internas – aponta a insuficiência da solução meramente representativa (partidos, organizações hierárquicas etc.) para a descoberta e construção da luta política comum. Porém, na vitalidade do dissenso, reafirmam seus valores e princípios e demonstram estarem olhando para o mesmo horizonte. No capítulo quarto, veremos como as máquinas de apropriação do comum têm usado o Estado (sociedade política) como forma de conter a revolução cotidiana comunicacional das comunidades: reprimem ao legislar, reprimem o que não podem legislar. Mais à frente, no capítulo quinto, veremos que aquelas mesmas máquinas já avançam nas novas ferramentas e plataformas tecnológicas de comunicação. Porém, repetimos, trata-se de mera força negativa: as contenções que produzem são as ruínas sobre as quais conseguimos enxergar ainda mais longe.

3 LIMITES POLÍTICO-SOCIAIS: AS CONTROVÉRSIAS EXTERNAS E INTERNAS À SOCIEDADE CIVIL

As mudanças ontológicas no ator político contemporâneo impactam duplamente as rádios comunitárias: pelo que vocalizam e pelo que são. Veremos que sua origem está relacionada a movimentos sociais e comunitários que delas se valeram para dar voz e mobilizar suas comunidades em torno de uma diversidade de causas, muitas até hoje presentes no engajamento de seus participantes. Dessa forma, os deslocamentos analisados no capítulo anterior quanto ao cenário da luta por direitos e ao modo de ação política sobredeterminam interna e individualmente as rádios comunitárias. Além disso, já há mais de três décadas elas conformaram um ator político próprio, o movimento de rádios comunitárias, com histórico, divergências, pauta e questões específicas e agindo em âmbitos mundial, regionais, nacionais e locais, mais ou menos articulados. Aí também incidem as mudanças ontológicas verificadas na política, solicitando que o movimento renove o modo como se organiza, decide e age, caso queira abarcar novas pautas e novos atores sociais que agora batem à porta das rádios comunitárias.

Sendo verdade que fortalecimento vem do dissenso, um conjunto de *princípios* sobre a radiodifusão comunitária consolidou-se em meio às muitas *controvérsias* que marcam e acompanham sua história. Uma primeira delas se deve à sua relação conflituosa com o Estado: o estigma da *ilegalidade* passou a fazer parte da trajetória dessas emissoras, seja pela “alegalidade” involuntária ou pela desobediência civil deliberada. Esse foi o gancho para que seus inimigos empreendessem uma campanha permanente de deslegitimação, incidindo no restante da sociedade desconfianças quanto às rádios comunitárias. No jogo de sentidos, tecem discursos de *clandestinidade* e *risco* implicitamente se valendo do *lugar social* de onde partem as vozes dessas rádios.

Uma segunda controvérsia pode ser encarada como resposta dialética à primeira: a questão da *autenticidade*: aí foi (e é) importante a incidência de uma série de modelos criados na contraposição, idealização e/ou autorrefinamento, balizando o *dever-ser* da rádio comunitária. Um desses modelos parte da academia, essa exterioridade constitutiva da comunicação comunitária: seu anseio pela *mídia comunitária autêntica* vem da esperança de uma *tábua de salvação midiática* num mar de enfraquecimento da capacidade de mediação das demais modalidades de comunicação. Outro *empuxo* interno vem desde o seu movimento político: é que, em grande medida, a questão da autenticidade se coloca como resposta aos

desde sempre ataques à sua autonomia: seja por atores externos que ilegitimamente travestem-se de rádios comunitárias ou mesmo processos internos que podem descaracterizá-las. No próximo capítulo ficará marcado que a lei – por sua natureza, mas principalmente por suas limitações – criou armadilhas que conduzem a muitas ameaças de desgastes do projeto político das rádios comunitárias. Porém, nesse capítulo veremos que tais armadilhas se devem em parte ao próprio modelo projetado pela sociedade civil, mais voltado ao *pluralismo comunitário* que à *diversidade social*.

Em meio a todas essas influências, a autenticidade é mesmo impulsionada e garantida, lá no nível celular, por aquele a que nomeamos *guardião de princípios*, importante vinculador e articulador da missão da rádio comunitária: sem ele (ela, eles ou elas) o projeto ético-político da rádio se desconecta do comum da comunidade, fica vulnerável aos ataques proselitistas e tende a se descaracterizar e/ou morrer.

A fim de compreender a genealogia dessas controvérsias – ao mesmo tempo, núcleo interno das transformações e vetor de fortalecimento das rádios comunitárias – iremos realizar um histórico desses atores enquanto movimento social e/ou político. Veremos que a consolidação de uma ideia e de um ideal de rádio comunitária não impede que a diversidade original se mantenha ainda que a normatização legal e o Estado atuem no sentido de uniformizá-las.

Antes, nossa análise sobre dois conceitos centrais para as políticas públicas de comunicação vão demonstrar que *pluralidade* só é possível com *diversidade*, porém, algumas leis, como a brasileira, sem verdadeiramente tê-las como princípio, parcamente investem numa, vilipendiam a outra e, na prática, inviabilizam ambas. A correta aplicação desses dois princípios fundamentais para as políticas da comunicação poderia resolver boa parte das controvérsias que acometem as rádios comunitárias.

3.1 PLURALIDADE VERSUS/E/OU DIVERSIDADE?

Uma faca simbólica rapidamente desafia o pescoço de qualquer governante que, com boas intenções democráticas, procure alterar o cenário de concentração midiática no estágio atual do capitalismo. A lógica circular é explicada por Murilo César Ramos,

difícil é e será sempre o reconhecimento da comunicação como política pública no capitalismo, justamente por ser ela entendida, na ideologia liberal das sociedades de mercado, como a principal garantidora e, mesmo, alavancadora da liberdade de mercado, por meio da teoria do livre fluxo da informação. Segundo esta teoria toda ação do Estado sobre os meios de comunicação torna-se automaticamente ação

censória e, por isso, uma ameaça a todos os direitos e a toda liberdade (RAMOS, 2005, p. 250)

Nesse sentido, as mudanças, quando conquistadas, dependem de uma boa dose de vontade política do governo em questão e de uma grande dose de pressão da sociedade civil empenhada na garantia do direito humano à comunicação. Antes de (e para melhor) mergulharmos de volta ao nosso objeto de pesquisa, faremos uma incursão no campo da Economia Política da Comunicação em busca de auxílio no entendimento das intenções e consequências das propostas de regulação da radiodifusão comunitária.

3.1.1 Apresentando os conceitos: sinônimos?

*Pluralidade*⁹⁹ e *diversidade* são termos recorrentes nos documentos de políticas de comunicações¹⁰⁰. Somente para dar alguns importantes exemplos brasileiros, dentre os objetivos estratégicos da atual gestão do Ministério das Comunicações figura o estímulo à pluralidade e à diversidade¹⁰¹; também no citado Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica¹⁰², onde os termos aparecem diversas vezes, inclusive quanto aos seus princípios e objetivos; e na letra de pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção de Diversidade Cultural da UNESCO¹⁰³. Tal recorrência se deve a própria centralidade dos conceitos: chega-se a defender que qualquer lei, norma ou política pública em comunicação deveria ter como fim promover a pluralidade e a diversidade como prerrogativas para a vitalidade da democracia.

Porém, como coloca Moraes, “de uma forma geral, diversidade e pluralismo são considerados na literatura e em diversos tratados legais e regulamentares, no plano nacional e internacional, como sinônimos e conceitos equivalentes” (2012, p. 36). Apesar da pretensa sinonímia, os termos não são usados como substitutos plenos e comumente figuram juntos,

⁹⁹ Não diferenciamos os termos *pluralidade* e *pluralismo*, que, a partir de nossas pesquisas, são utilizados como sinônimos.

¹⁰⁰ Para seguirmos a letra de Van Cuilenburg (1999), neste item, ao utilizarmos *comunicação* (singular), nos referimos a qualquer processo de troca de mensagens simbólicas entre pessoas; já *comunicações* (plural) alude a “facilidades, instituições e serviços na sociedade usados por pessoas para ficar informadas e/ou para se comunicar, ou seja, para trocar mensagens simbólicas” (p. 184). Esta citação, assim como todas as outras ao longo deste item, foi traduzida diretamente pelo autor, a partir do original.

¹⁰¹ Disponível em <http://www.mc.gov.br/component/content/article/187-institucional/26250-objetivos-estrategicos>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

¹⁰² Disponível em http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/arquivos-nocms/plip_versao_final.pdf. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

¹⁰³ Disponível em http://www.cultura.gov.br/upload/ConvencaoDiversidade_Oficial_1174079123.pdf. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

como conceitos interdependentes, o que já traria suspeitas quanto a equivalência e a autossuficiência de qualquer um deles¹⁰⁴. Tal preocupação norteou parte do texto *Espectro Livre: o Direito do Povo à Comunicação*¹⁰⁵, do entusiasta das rádios livres, Thiago Novaes, que destaca o uso casado dos termos “em uma mesma frase, como se diversidade significasse uma pluralidade mais plural ainda” (NOVAES, 2013). Já Maria Elsa Morais, em sua tese de doutoramento, *Pluralismo e diversidade nos media em Portugal*, aprofunda os conceitos desde uma diferença primeira: enquanto *pluralidade* aciona o *quantitativo* (necessidade de muitas vozes na sociedade), *diversidade* estaria mais ligada ao *qualitativo* (vigor da diferença). Assim, ela relaciona pluralidade à representatividade dos diversos atores *institucionalizados*, enquanto diversidade atenderia a “expressão das diversas/diferentes realidades de uma dada sociedade (...) como nacionalidades ou minorias étnicas e sociais, classes profissionais e graus educacionais ou práticas culturais” (2012, p. 37). Daí a insuficiência de políticas pluralistas para verdadeiramente democratizar a sociedade (e não somente os meios de comunicação) e garantir plenamente o direito humano à comunicação: pluralidade, como mera representatividade de diferentes segmentos, não garante a (real) diversidade.

3.1.2 Diferenciando os conceitos: diversidade versus pluralidade

Diversidade

De acordo com Van Cuilenburg (1999, p. 188), “diversidade midiática se refere a conteúdo de mídia, (...) é a heterogeneidade do conteúdo midiático em termos de um ou mais características específicas”, por exemplo, crenças, valores, culturas, etnias, ideologias etc. Como destaca McQuail, a diversidade não é somente um fim em si mesmo, mas deve ser entendida como um meio de assegurar determinados valores importantes para a democracia, como liberdade, igualdade e fraternidade. A própria liberdade de expressão e a paz social pressupõem diversidade: “em geral, diversidade midiática contribui para a ordem social ao promover liberdade de expressão da insatisfação ou do desacordo e oferecendo caminhos

¹⁰⁴ Na busca por diferenças entre essas concepções, alguns dos principais dicionários de comunicação brasileiros (BARBOSA e RABAÇA, 2001; KATZ, DORIA e LIMA, 1975) não oferecem auxílio. É que esses dois termos, fundamentais para a Economia Política da Comunicação, são ilustres ausentes. Há espaço para o verbete *divcon* (BARBOSA e RABAÇA, 2001, p. 236), mas nem uma linha para a questão da diversidade ou pluralidade na comunicação.

¹⁰⁵ Disponível em <http://www.freelists.org/post/radiolivres/Espectro-Livre-o-Direito-do-Povo-Comunicacao>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

para o acordo”. (apud VAN CUILENBURG, 1999, p. 198). A qualidade de uma democracia pode ser aferida pelo grau de diversidade social e as possibilidades de expressá-la.

Dentre as diferenciações possíveis de diversidade, há a proposta por McQuail (1992) quanto à diversidade *interna* (diversidade dentro do mesmo canal) e *externa* (entre os canais). Esses dois modos de abarcar a diversidade têm o mérito de complexificar a questão para além da concentração da propriedade dos meios de comunicação e do posicionamento de mercado, dando conta da prerrogativa de que o conteúdo midiático reflita as diferenças em uma dada sociedade. Morais (2012, p. 27), nos conta que a Comissão Europeia já adota tal divisão em suas análises. Essa perspectiva é particularmente interessante no caso europeu em que dois cenários possíveis se dão. Por um lado, apesar de raros, há oligopólios e monopólios de mídia que produzem um conteúdo diverso, como foi o caso da mídia pública em alguns países em meados do século XX (cf. VAN CUILENBURG, 1999, p. 189), como Inglaterra e França. Por outro, há mercados menores (países geográfica e/ou economicamente pequenos) em que, na inviabilidade da existência de múltiplos atores, busca-se garantir “mecanismos de salvaguarda do pluralismo dentro das empresas, que podem passar por ‘obrigações para cumprir com requisitos de programação ou obrigações estruturais como a composição dos corpos gerentes ou responsáveis pela seleção de conteúdos/programação’” (MORAIS, 2012, p. 27).

Outra é a diferenciação proposta por Van Cuilenburg (1999, p. 189 e ss.) com dois *modos* de os meios lidarem com a diversidade social, as chamadas *diversidade reflexiva* e *diversidade aberta*. No primeiro tipo há uma tendência de os meios refletirem *proporcionalmente* a distribuição das preferências, opiniões, lealdades ou outras características tais quais elas aparecem na população. Já na diversidade aberta promove-se uma determinada distribuição do conteúdo dos meios de tal modo que é dada atenção *igualmente* para todas as preferências, correntes, grupos e posições identificáveis numa determinada sociedade. Um exemplo seria uma emissora brasileira que desejasse abrir espaço para a diversidade das religiões em sua programação. Tomando como base os resultados do último censo (2010)¹⁰⁶ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a solução *reflexiva* abriria espaço só para católicos e evangélicos, religiões mais representativas da população. A solução *aberta* daria espaço uniforme, “em termos absolutos aritméticos” (p.

¹⁰⁶ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>. Acesso em 13.2.2014.

190), para *todas* as manifestações religiosas existentes no país, inclusive subdenominações evangélicas, religiões afro-brasileiras e indígenas, budismo etc., inclusive ateus e agnósticos.

Van Cuilenburg destaca que dificilmente ambas podem ser completamente realizadas ao mesmo tempo, o que sempre acarreta uma escolha de política pública. E cada escolha acarreta vantagens e desvantagens. Um problema óbvio decorrente da escolha pela diversidade *reflexiva* é o seu conservadorismo, tendendo a garantir espaço justamente para atores, ideias, poderes e perspectivas hegemônicas na sociedade e, assim, perpetuando determinadas tendências vigentes. Algo que tende a ser corrigido pela diversidade *aberta*, ocasionalmente impulsionando mudanças sociais expressivas ao permitir o livre trânsito de ideias na sociedade, notadamente de movimentos e visões minoritárias. A vantagem da diversidade *aberta* coincide com o que pode ser visto como uma desvantagem da diversidade *reflexiva*, a saber, o risco de tensões sociais ocasionadas pela presença desafiante do novo. Outro aspecto importante é o que Van Cuilenburg nomeia como *qualidade expressiva* e *qualidade cognitiva* dos meios.

Quanto mais os meios mostram diversidade reflexiva, mais qualidade expressiva para democracia; ou seja, mais eles expressam politicamente as opiniões existentes, objetivos, normas e valores na sociedade. Por outro lado, meios sendo tão abertos quanto possível pode vir a aumentar a qualidade cognitiva das opiniões, discussões e debates na sociedade. Ao confrontar pessoas com informações e opiniões divergentes, meios podem aguçar o conhecimento e opiniões das pessoas, seja por mudar ou corroborar os conhecimentos e opiniões iniciais das pessoas. (1999, p. 192)

Pluralidade

Para Morais (2012), pluralidade pode ser identificada a partir da problemática *quantitativa*. Isso pressupõe um conhecimento prévio de *quais* vozes plurais deveriam ser levadas em conta, “um universo, portanto, conhecido e organizado”, enfim, “pluralismo diz respeito às organizações: políticas, sociais, religiosas e culturais”: em suma, *instituições* sociais, constituídas como tais a partir de processos históricos e cristalizadas em *organizações* sociais que “têm, assim, meios, recursos, massa crítica e uma maior facilidade de acesso ao espaço público e aos meios de comunicação tradicionais (...) [são] expressão das formas estruturais da sociedade, o que nos dá um quadro formal, mais duradouro no tempo e mais fácil de perspectivar” (p. 40).

Ainda numa perspectiva *interna* (leia-se comportamento e comprometimento de cada meio com as diversas vozes sociais), de acordo com Kaitatzi-Whitlock (apud MORAIS, 2012, p. 26) o pluralismo dá conta de uma “qualificação da liberdade de informação”, o que

inclui “diversidade de programação, representação equilibrada de pontos de vista, o objetivo constante que o número máximo de vozes seja ouvido num largo espectro político e cultural”. A partir daí, pluralidade é a “gestão equitativa do princípio da liberdade de informação”, o que influencia no modo como cada meio vai lidar com a produção da informação, desde procurar dar conta de diferentes fontes de informação ao produzir uma notícia até buscar representatividade étnica em seu *staff*, passando por tratar de questões sociais emergentes em uma telenovela.

Abordagem similar e mais crítica é a de Novaes (2003), para quem, a pluralidade

significa a necessidade de se tentar não excluir dos meios de comunicação a visão, opinião e posicionamento de determinados grupos sociais. (...) Em uma sociedade onde proliferam as lutas das minorias por reconhecimento de seus direitos, uma mídia plural poderia significar tanto a preocupação em levantar distintas versões sobre um mesmo evento jornalístico, quanto veicular conteúdos que contemplassem os grupos detentores de diferentes ritos religiosos, preferências sexuais, práticas alimentares, distintas ideologias, etc..

O autor se pergunta “até onde vai” a pluralidade. Frente a se ater às vozes representativas de uma dada sociedade, como contraponto, reconhece a *diversidade* como “a possibilidade de expressão da diferença em uma forma não conhecida, ou seja, ela é a própria possibilidade de diferença”, enquanto *pluralidade* se ocuparia “em reunir sobre uma identidade comum, para fins de representação, grupos antes não tão coesos”.

3.1.3 Contrapondo os conceitos: diversidade ou pluralidade?

Em resumo, é possível relacionarmos *pluralidade* com o que Van Cuilenburg nomeia *diversidade reflexiva*; em contrapartida, *diversidade* estaria ligada ao que ele chamou de *diversidade aberta*. Assim, enquanto a pluralidade fornece maior qualidade expressiva, a diversidade possibilita maior qualidade cognitiva (confronto de ideias, possibilidade de mudar de opinião) no debate público.

Tanto em Moraes quanto em Novaes ficam claros os limites da pluralidade. Moraes denuncia seu conservadorismo, sendo o discurso “predominantemente proferido por vozes que reforçam o poder estabelecido e, por esta via, mantêm a estrutura da sociedade – em termos de configuração e também de atores”. As representações midiáticas ficam assim reduzidas ao *status quo*, num esquema que tende a perpetuar ideias e práticas hegemônicas. A autora faz uma ponte com os limites da democracia representativa, onde os cidadãos informados “sobre os assuntos que dizem respeito à gestão da sociedade” são chamados a

decidir somente nos atos eleitorais dentro de esquemas viciados, em partidos que diferem ideologicamente pouco entre si e fornecem poucas “ferramentas de intervenção e participação” (MORAIS, 2012, p. 40). Novaes avança na analogia: “se a democracia direta se caracteriza pela possibilidade do contraponto, que assume a diferença como valor para seguir adiante, a pluralidade é o valor que respeita os grupos constituídos, o passado” (2013). O que temos então é uma diversidade pró-forma, de fachada, sem qualquer real intenção de enriquecer o debate de ideias na sociedade ou favorecer a qualidade cognitiva. Novaes é incisivo em seu ataque ao pluralismo: “a comunicação social, tal como organizada até hoje, não permite a diversidade, e tem como meta a pluralidade. Duas ou três opiniões são selecionadas por intermediários para fomentar o debate público, como se fossem suficientes as informações fornecidas pelos representantes eleitos para darem sua opinião”.

Ponderando, Morais destaca a importância do viés pluralista, pois “garante que os cidadãos possam se sentir identificados com as representações que os media veiculam. As organizações de uma sociedade, que a estruturam e gerem, criam naturalmente sentimentos de pertença e envolvem grande parte dos cidadãos”, sendo relevantes “para o projeto de uma democracia multicultural” (2012, p. 44). Como sabemos, as instituições sociais se consolidam através de um lento processo que envolve disputas, desacordos e novos acordos, podendo envolver grandes parcelas (numérica ou simbólicas) da sociedade, de diferentes gerações, para as quais essas instituições têm forte capacidade de mediação: ignorar a legitimidade e a importância desses atores na construção da democracia seria minar os próprios valores que a sustentam.

Sair em “defesa” da diversidade é tarefa mais fácil ainda que seja bem mais difícil vê-la efetivamente aplicada. Um de seus aspectos essenciais para a democracia é sua capacidade de trazer o *novo* para a arena pública, ou seja, sua

abertura, para além de garantir a convivência de diferentes pertencas e mesmo identidades difusas e partilhadas, promove a crítica social e política, a inovação, propondo novas soluções e alternativas – que podem não ser seguidas, mas que são a garantia de que, ao chegarem ao espaço público, há discussão para além das representações *mainstream* que reforçam o poder estabelecido, de forma a evitar o desinteresse, o descomprometimento e o cinismo para com a atividade política. (2012, p. 44)

É saindo da esfera reflexiva que se pode “aguçar o conhecimento e opiniões das pessoas, seja por mudar ou corroborar os conhecimentos e opiniões iniciais das pessoas” (VAN CUILENBURG, 1999, p. 192). Lidar com o novo, com a real diferença é sempre tarefa conflituosa e que normalmente impõe quebras de resistências e/ou preconceitos

entranhados no seio da esfera pública. Morais adere diversidade a “um universo cujos limites são desconhecidos, porque é desorganizado e informal, (...) indivíduos, redes não estruturadas e grupos sem linhas de comando fixas e conhecidas”. Tal “perspectiva alargada da sociedade” inclui “minorias sem representação, cidadãos sem organização partidária ou confissão religiosa oficial” que, exatamente por isso, têm “realidade mais volátil, sujeita à mudança e de maior dificuldade em conhecer e difundir” (2012, p. 40-41), torna-se mais difícil conhecer e tornar conhecido. A probabilidade de conflito é proporcional ao incógnito, mas é também prerrogativa de qualquer democracia que se pretenda madura e verdadeiramente inclusiva. Como afirmar McQuail e Van Cuilenburg (apud MORAIS, 2012, p. 42), “a mudança começa habitualmente como visões e movimentos minoritários e se a estes é negado regularmente o acesso simplesmente por causa do seu status de minoria, existirá um enviesamento autocumprido contra o que é novo ou que desafia a ordem estabelecida”.

Para facilitar a compreensão das diferenças entre os conceitos, fazemos uso da contraposição proposta por Morais, representada no Quadro 2.

Quadro 2 – Divergências conceituais entre pluralismo e diversidade

Domínio	Pluralismo	Diversidade
<i>Natureza</i>	Organizações (estruturas sociais como partidos políticos, empresas, religiões, sindicatos, associações étnicas, etc.)	Movimentos sociais (manifestações e ações de participação política, iniciativas de intervenção cívica, minorias sem representação)
<i>Dimensão temporal</i>	Duradoura	Efêmera e volátil
<i>Discurso</i>	Poder estabelecido	Vozes alternativas às estruturas (estratégias de contrapoder e resistência)
<i>Influência no espaço público</i>	Reforço estrutural (organizações, poder e sistema)	Inovação (contestação e mudança social)
<i>Interação com os cidadãos</i>	Informação	Capacitação (novas competências de participação, pedagogia midiática)
<i>Perspectiva de análise preponderante</i>	Quantitativa e proporcional (cotas: mercado/representação)	Qualitativa (relações e abertura)

Fonte: MORAIS, 2012, p. 39.

Concluimos, então, que não é por imprecisão que os termos aparecem sempre casados: *pluralidade* e *diversidade* não são conceitos convergentes ou divergentes, mas necessariamente complementares. Enquanto *pluralidade* contempla vozes sociais institucionalizadas, a *diversidade* quer abrir espaço para o novo, efêmero e não institucional. Ambas pluralidade e diversidade têm de ser aprofundadas em suas especificidades para dar conta de perspectivas internas e externas tanto do meio de comunicação em questão, quanto

da sociedade analisada. Se o perigo de garantir somente a pluralidade é cair no burocratismo da representação, a diversidade sem pluralidade desvaloriza o que a sociedade coletivamente construiu como mediação.

3.2 BREVE HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DE UM ATOR POLÍTICO

O que hoje entendemos por *rádios comunitárias* é resultado de um processo histórico, dinâmico e ainda em disputa sobre um modo de se agir politicamente tendo o rádio como instrumento ou plataforma. Nesse item, analisaremos as raízes desse processo histórico através da trajetória desses atores políticos focando o caso brasileiro.

No que se refere à América Latina, seja qual for o enfoque a ser levado em conta – pioneirismo histórico, proporção numérica, incidência política, representatividade social – suas rádios comunitárias, quando comparadas aos seus pares no mundo, destacam-se. Na sua pesquisa mundial, Mendel (2013) a considera “o local de nascimento da rádio comunitária”, numa “região que tem sido caracterizada pelo alto grau de concentração de propriedade dos meios, cujos donos têm relações próximas com o negócio e elites políticas” (p. 39). A presença maciça desses atores políticos em nosso continente pode ser explicada como parte da resposta na luta contra os antigos e persistentes desafios: “a comunicação alternativa nasceu pelas desigualdades: entre fluxos informativos, entre possibilidades de expressão, entre ideologias em desacordo, pelos direitos de sujeitos sociais censurados” (MANGONE, 2005, p. 195).

Na análise sincrônica que fez da radiodifusão comunitária latino-americana, Pulleiro (2011, p. 44) percebe que os estudos sobre o fenômeno sintetizam sua gênese em duas vertentes: uma de emissoras impulsionadas e geridas por organizações ligadas à Igreja Católica de propósitos educativos e evangelizadores e outra ligada às experiências incentivadas ou diretamente ligadas a organizações políticas e sindicais de macroprojetos de transformação social e política e que faziam dos meios instrumentos de comunicação¹⁰⁷. Veremos no panorama político-estatal latino-americano (cf. 4.1.4 e 4.1.5) que as primeiras experiências alternativas no rádio do subcontinente coincidem com uma ou outra vertente: ao longo do processo histórico, fruto da articulação e da mobilização popular, experiências de ambas vertentes vão sendo investidas de perfil político próprio. Pulleiro chama de *comunitária* uma “terceira grande vertente inicialmente influenciada pelas experiências

¹⁰⁷ É essa a organização histórica também proposta por Cogo (1998), em duas vertentes, “Católica” (p. 58-62) e “Sindical” (p.63-66).

vindas do Canadá e Europa” (p. 85). Nesse sentido, a principal responsável para que a ideia de comunidade via rádio fosse “*transferida* [trasladada] a América Latina” (id., grifo nosso) foi a AMARC, criada em 1983, mas com maior incidência na América Latina a partir dos 1990, quando cria sede.

Ainda que não negue totalmente a tendência regional, o caso brasileiro tem especificidades: nos termos propostos por Pulleiro, enquanto a primeira vertente (Católica) também vai desempenhar papel essencial na organização sindical rural, a segunda vertente (sindical e partidária) praticamente inexistente no rádio popular *hertziano* brasileiro, pelo menos, até meados dos anos 1980¹⁰⁸: até aí, nossos sindicatos urbanos e partidos políticos estavam, em grande parte, insensíveis à solução rádio para orquestrar a ação política¹⁰⁹. Na opinião de Leo Tomaz, da livre pioneira, *Rádio Reversão*, a maior dificuldade para a eclosão do movimento “não residia somente na repressão militar ou na falta de verbas para compra de equipamentos, que nesta época já eram consideravelmente baratos, mas sim na ideologia ‘aparelhista’, ‘ruralista’, dos partidos de esquerda no Brasil” (ANDRIOTTI, 2004, p. 20). Só depois, em fins dos 1980 e começo dos 1990, é que sindicatos urbanos e partidos políticos vão encampar a luta do já então organizado movimento de rádios livres e comunitárias.

Por fim, é preciso relativizar uma ideia de mera “transferência” [Pulleiro utiliza o verbo *trasladar*, em Castelhana] do conceito de *comunitário* (e seus desdobramentos) para a América Latina, ao menos no caso brasileiro: veremos que a ideia de “criar comunidades” encontra terreno fértil entre as experiências prévias realizadas pelas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e pelas comunitárias de alto-falante das periferias urbanas. Além disso, a abertura às vozes minoritárias (gays, mulheres, estudantes etc.) da vertente autonomista tem a mesma abertura à diversidade que singulariza a vertente comunitária. Preferimos falar em *sincronia*, inclusive por conta dos atores internacionais que, desde sempre, atuaram no rádio comunitário brasileiro e latino-americano, em geral. Veremos que a primeira vertente é

¹⁰⁸ A partir de nossa revisão bibliográfica e de entrevistas com pioneiros no movimento (ABREU, 2015; CARVALHO, 2015), a primeira rádio livre sindical teria sido a Rádio Tereza, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, criada em 1985 e exemplo isolado por anos. Machado (et al, 1986) traz o *Manifesto* da rádio: ali se lê que a ideia surgira da cobertura que a Xilik fez durante a greve dos bancários de setembro de 1985, mas teria como base o serviço de alto-falantes móvel do Departamento Cultural do sindicato, desenvolvido entre 1981/82 (p. 123-124). Ainda que no entendimento dessa pesquisa, radiocornetas, itinerantes ou fixas, devam ser entendidas como rádios comunitárias, as implicações político-estatais somente aparecem com a apropriação do espectro eletromagnético, um ato político em si.

¹⁰⁹ Isso se verifica ao varreremos um livro importante para a área, a compilação organizada por Festa e Lins (1987) que diagnostica o estado da arte da comunicação popular no “período compreendido entre 1968 e 1983” (p.5): fala-se em imprensa sindical (p. 80-99), vídeo (p. 164-170) e até oferece um guia para uma gráfica artesanal (p. 212-222); mas as raras menções à comunicação popular no rádio tratam – superficialmente – do caso das CEBs e nada mais.

internacionalista por excelência tanto por sua instituição motivadora (Igreja Católica) quanto por ter sido estimulada por um movimento mundial de educação radiofônica, impulsionado pela UNESCO (como foi o caso da ACPO colombiana, cf. 5.1.5) e respondendo às “políticas modernizadoras implementadas pelos Estados Unidos no decênio de 1950” (COGO, 1998, p 57). O internacionalismo também marca a segunda importante fonte para o rádio comunitário brasileiro, fortemente contagiado por um modo europeu libertário de se fazer rádio como fim e não como meio. Veremos que a multiplicação de experiências radiofônicas juvenis e urbanas, a partir dos 1980, foi impulsionada por uma onda italiana e francesa, iniciada na década anterior e que desaguou por aqui.

Desse modo, a partir de nossas pesquisas e em diálogo com as descobertas de Pulleiro, podemos sintetizar em três as artérias principais que alimentam a história da radiodifusão comunitária brasileira: *igrejeira*¹¹⁰, *autonomista* e *comunitária*.

3.2.1 Vertente igrejeira: popular e de base

O gérmen político da rádio comunitária brasileira deve ser investigado no uso que uma ala mais progressista da Igreja Católica fez do veículo com fins educativos e de mobilização social. Seus antecedentes estão nas “experiências de educação pelo rádio por bispos brasileiros na Região Nordeste, principalmente no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos de 1950” (FÁVERO, 2004, p. 1). A partir da mobilização daqueles bispos, em março de 1961, é fundado o *Movimento de Educação de Base* (MEB), uma experiência única de educação não formal à distância e conscientização política desenvolvido por dioceses do Nordeste (depois ampliado para Norte e Centro-Oeste), em torno da criação de escolas radiofônicas: no seu auge, em 1963, eram 7.353 delas permitindo que 320 mil alunos concluíssem o ciclo alfabetizador em 5 anos.

No início, o MEB contava com apoio, inclusive financeiro, do governo federal: no amplo acordo conservador do nacional-desenvolvimentismo, a Igreja se aliava ao Estado “na difusão da ideologia da ordem e da segurança” contra “ideologias estranhas” que pudessem afetar a hegemonia do poder dominante (id., p. 5). Mas o MEB surge numa Igreja também marcada pelas ideias ecumênicas e de esquerda de João XXIII e num Brasil de organização

¹¹⁰ Ainda que possa causar estranhamento, utilizamos o termo *igrejeiro* sem qualquer acepção pejorativa, sendo muito comum nos movimentos sociais brasileiros para se referir a participantes e entidades que lutam por mudanças sociais a partir de referências cristãs e marxistas, notadamente ligados a movimentos pastorais da Igreja Católica. O passado igrejeiro é comum a muitos dos militantes pela democratização da comunicação, ainda que, depois da juventude, deixe de professar o cristianismo, caso, inclusive, do autor.

crecente dos trabalhadores rurais em sindicatos. As forças que se opunham na Igreja se acirraram em meio à efervescência política da época e os resquícios conservadores e a prioridade da evangelização foram abandonados já no primeiro encontro nacional. O MEB passa por uma redefinição radical: seu objetivo, então, vai explicitamente ser a “transformação de mentalidades e estruturas” a partir da “educação de base como processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade” e que parta “das necessidades e dos meios populares de participação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora” (MEB, 1962). O casamento perfeito da visão marxista sobre a “consciência histórica e comunicação das consciências como característica fundamental da história e da dialética fundada nessa comunicação de consciências” (FÁVERO, 2004, p. 7) com a pedagogia libertadora e autonomista de Paulo Freire, adotada amplamente pelo MEB, desembocaria na politização de seus métodos e produtos pedagógicos. Por exemplo, no segundo e histórico livro de leitura *Viver é lutar*, na 18ª lição lemos:

A lei diz que todos devem ir à escola.
A lei diz: mas não existe escola para todos.
Xavier e sua mulher discutiram êste problema.
Decidiram abrir uma escola em sua casa.
Com a ajuda de outros abriram uma escola radiofônica.
Escola para esclarecer o povo e mudar esta situação.
O povo quis ficar esclarecido.
Esclarecido para poder mudar de vida.
POVO ESCLARECIDO PODE MUDAR DE VIDA. (MEB, 1963, p. 36)

Frases desse material ecoaram pelas ondas do rádio do Brasil profundo: “um povo só marcha para a libertação, quando caminha com sua cultura” (MEB, 1963, p. 48); “a união faz a força do sindicato” (p. 42); “o povo tem o dever de lutar por justiça” (p. 54); “é preciso mudança completa no Brasil” (p. 32). Não é de estranhar que dois meses antes do Golpe de 1964, o material tenha sido apreendido e sua utilização proibida. Esse seria o estopim para uma campanha contra os bispos progressistas e um controle ideológico que, dali em diante, enfraqueceria a radicalidade política do MEB. De todo modo, o resultado prático daquele primeiro quinquênio não está somente na continuidade do projeto, que até hoje gera frutos¹¹¹. Das ondas há uma reverberação simbólica difícil de quantificar, mas facilmente intuída nas experiências posteriores de radiodifusão comunitária e de outros movimentos sociais.

¹¹¹ Com o lema “saber, viver e lutar”, o MEB continua realizando ações de educação popular no Norte e Nordeste do Brasil (cf. www.meb.org.br). Um rico depósito de seus materiais históricos está disponível em <http://forumeja.org.br/book/export/html/1435>. Acesso em 4 de junho de 2016.

Primeiramente, há que se destacar o legado quanto à *estrutura e mobilização comunitária* resultante e necessária para o processo educacional do MEB. Festa (1986), no estudo que realizou sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), destaca o papel da Igreja no trabalho de conscientização das classes trabalhadoras pós-golpe de 1964, que “ampliava os ensinamentos da etapa anterior e assimilava, com outras características, a proposta de Paulo Freire aliada aos ensinamentos de Gramsci” (p. 18). Como se sabe, o enfoque libertador e autônomo da pedagogia freireana tem como base uma relação horizontal e participativa entre educador e educando, entendidos como corresponsáveis de um mesmo processo de construção do conhecimento. Para Freire, a aprendizagem deve ter como matéria a própria realidade dos sujeitos do aprendizado a ser desvelada pelo saber crítico, então aplicado com vias de ativar a autonomia do indivíduo (FREIRE, 1996). A aplicação dessa metodologia no contexto das CEBs gerava uma integração simbólica dos membros num todo coerente de uma partilha comum: “as CEBs por sua constituição que privilegiava a fala, a relação interpessoal, a formação de seus participantes a partir da convivência fraterna e cotidiana, constituíram-se no maior espaço de comunicação” (FESTA, 1996, p. 19) nos moldes da hominização freireana. Para além de sua própria máxima que “a educação é comunicação e diálogo” (FREIRE, 2002, p. 52), o método freireano tem em suas bases a mesma comunicação dialógica, crítica e horizontal das experiências comunitárias em comunicação. Ou vice-versa. Inspirados nas CEBs, diversos movimentos sociais e organizações comunitárias trouxeram, direta ou indiretamente, a influência de Freire e suas teorias (como o MST). No caso da Comunicação Comunitária, Cogo (2009) chega a afirmar que “a concepção freireana de educação é a principal inspiradora de experiências de comunicação alternativa e popular que se desenvolvem no meio urbano vinculadas a movimentos sociais, sindicais e CEBs nas décadas de 70 e 80”. E mesmo posteriormente: por exemplo, na pesquisa “Comunicação do oprimido: movimentos populares midiáticos nas favelas do Rio de Janeiro”, Fernanda Pereira Ribeiro (2010) inventaria dezenas de experiências locais do legado freireano na comunicação popular.

No nível organizacional, a partir de 1982, a *União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC)* passaria a priorizar “a necessidade das comunidades organizadas possuírem seus próprios meios de comunicação, inclusive rádios” com “um projeto social de comunicação e não um projeto católico” (ANDRIOTTI, 2004, p. 54) e incidir para tal na Constituinte. A UCBC, na verdade, refletia uma mudança orgânica da postura da Igreja com relação às radioescolas em que a autonomização freireana parece ter sobredeterminado, desde a base, a

estrutura eclesiástica: ora, a tomada da palavra e o despertar da consciência crítica só se completariam com a apropriação popular das radioescolas como ferramenta de ação política. A sua “entrega” fica expressa sob um jargão (ainda que paternalista e nada autonomista) atribuído aos bispos progressistas da década de 1970 e que ainda perdura: “dar voz aos que não têm voz”.

Já no nível molecular, por exemplo, Denise Cogo (1998), ao apresentar um histórico do uso dos alto-falantes como emissora comunitária no Brasil, descobre o pioneirismo no interior das CEBs da Zona Leste de São Paulo. Já em 1983, na região de São Miguel Paulista, as primeiras cornetas foram fixadas no centro comunitário da favela Nossa Senhora Aparecida e no alto da igreja. Dois anos depois a região já teria seu 1º encontro de Rádio Popular e contaria oito rádios de alto-falantes; em 1987 esse número chega a 42, praticamente todas instaladas em igrejas. A partir daí, os idealizadores da região organizariam cursos locais para comunicadores populares e passariam a assessorar grupos do Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Cogo também identifica experiências de radiocorneta em Fortaleza, lá chamadas *radiadoras*, uma já no início da década de 1970 e outra meia dúzia em 1987, a partir da implementação de um projeto de rádios da prefeitura, então governada pelo Partido dos Trabalhadores, em parceria com a Universidade Federal do Ceará. Três anos antes, Recife tem sua primeira radiocorneta e na década seguinte, por iniciativa da ONG Fase¹¹², outras duas dezenas são instaladas. Também o livreto *Como montar uma rádio comunitária* (TREVISAN e PRADO, 1998), conta “de um pequeno sistema de Rádio Comunitária com Alto-falante” instalado, em julho de 1994, no bairro do Novo Horizonte, em Macapá (PA) que, “com o apoio da Pastoral da Comunicação e Pastoral da Criança” viria a se tornar a Rádio Comunitária Novo Tempo (p. 22).

Podemos afirmar que, pelo menos até a década de 1990, a maioria das experiências radiofônicas cidadãs de caráter de base foi protagonizada por movimentos sociais ou comunitários que contaram com o apoio e/ou influência da Igreja Católica. Se primeiramente devemos atribuir tal coadjuvância ao ânimo político de suas parcelas progressistas, foram

¹¹² A Federação de Órgãos pela Assistência Social e Educacional, fundada em 1961, é considerada a ONG mais antiga do Brasil, com foco no “trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo”. A partir do golpe 1964, “a resistência a ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade”. A partir da década de 1970, “teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do Nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do Sudeste e aos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país”. Por isso não surpreende que vários livros e demais referências históricas cite sua contribuição, de um modo ou de outro, na constituição de rádios comunitárias. Disponível em www.fase.org.br/pt/quem-somos/historico. Acesso em 13 de julho de 2016.

também importantes a expertise acumulada com as radioescolas, as CEBs e o seu caráter-rede. A entidade que reúne, materializa e potencializa esses elementos em nível latino-americano é a ALER.

Com sede em Quito, a Associação Latino-americana de Educação Radiofônica foi criada em 1972 com a união de 18 escolas radiofônicas da Igreja Católica que antes já alfabetizavam a distância, especialmente no meio rural¹¹³. Seu trabalho inicial teve forte influência da experiência da colombiana Sutatenza, dos enfoques provenientes da Teologia da Libertação e da pedagogia freireana. Num primeiro momento, a ALER tinha como foco puramente a educação no rádio, centrando força na troca de conhecimentos, experiências e na capacitação. Em seus objetivos originais, lemos “melhorar a planificação e avaliação dos programas educativos, capacitar o pessoal das emissoras e procurar apoio internacional” (FASANO, 2011, p. 151). A partir da década de 1980, consequência da própria virada na Igreja, adota uma estratégia de rádio popular, ainda que massiva. De acordo com a entidade¹¹⁴, foi a própria situação política e social da América Latina, os partidos de esquerda e a radicalização de setores da Igreja que contribuíram para essa transformação. Nos 1990, a ALER deixa de se apresentar como uma “associação de emissoras católico-cristãs” e sim de “inspiração cristã e humanista”, passando a afiliar rádios comunitárias, indígenas etc., ainda que sua vocação e inspiração eclesial se mantenham até hoje. Diferentemente de uma organização como a AMARC, a estrutura organizativa da ALER é a de uma ONG. No final da década de 1980, a ALER já tinha no Brasil coordenações no Nordeste e Sul. Hoje, com menor penetração no país¹¹⁵, seu foco está mais voltado para a Amazônia e alguns estados da Região Nordeste. A entidade foi responsável pela disseminação de séries de manuais em comunicação popular pelo rádio, traduzidos para o Português e destinados à capacitação para a produção radiofônica e organização popular, além de ter organizado diversas capacitações

¹¹³ A Fundação da ALER contou com os seguintes atores regionais: *Acción Cultural Loyola-ACLO* (Bolívia); *Acción Cultural Popular-ACPO* (Colômbia); *Centro de Estudios, Promoción y Asistencia Social-CEPAS* (Panamá); *Educación Radiofónica de Bolivia-ERBOL*; *Escuelas Radiofónicas de Huayacocotla* (México); *Escuelas Radiofónicas de Pichincha* (Equador); *Escuelas Radiofónicas de El Salvador*; *Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador*; *Escuelas Radiofónicas Santa Clara* (Chile); *Escuelas Radiofónicas Santa María* (República Dominicana); *Radio Católica de Nicaragua*; *Radio San Rafael* (Bolívia); *Escuelas Radiofónicas Tarahumara* (México); *Federación de Centros Shuaras* (Equador); *Instituto de Cultura Popular-INCUPPO* (Argentina); *Instituto Venezolano de Teleeducación* (Venezuela); além das brasileiras Fundação Educacional Padre Landell de Moura e do Movimento de Educação de Base-MEB. Citado por PEPPINO apud PULLEIRO, 2011, p. 8.

¹¹⁴ Disponível em

http://www.aler.org/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=3873&Itemid=169&lang=es.

Acesso em 15 de maio de 2015.

¹¹⁵ Em nossa pesquisa quantitativa, nenhuma respondente afirma estar filiada a ALER (cf. perg. 9, Anexo F).

para capacitadores. Por muito tempo, seus materiais foram a única referência do gênero para rádios comunitárias latino-americanas.

O caráter igrejeiro (popular e de base) aparece nos dois casos considerados pioneiros, surgidos ambos antes da lei de radiodifusão comunitária. Em 1981, nasce a *Rádio Favela* (Belo Horizonte, Minas Gerais) desde o “Aglomerado da Serra para o mundo”, fruto da mobilização de jovens interessados em divulgar a cultura da favela, discutir desigualdades raciais e injustiças sociais e...fazer rádio. Imortalizada no filme “Uma onda no ar” (2002), de Helvécio Ratton, sua história conta com a “ajuda da Igreja Católica e da associação de moradores” (NUNES, 2007, p. 103). A voz da Favela foi calada por várias apreensões policiais, sempre mudando o transmissor de lugar a cada nova investida. A regularização aconteceu uma década depois, como rádio educativa.

No caso de uma rádio que também reclama pioneirismo e tem incontestável importância na constituição do movimento brasileiro, a mobilização inicial da *Rádio Novos Rumos* (Queimados, Rio de Janeiro) partiu de “um pequeno grupo de pessoas ligadas à Igreja, ao bairro e a partidos políticos”, entre elas, Tião Santos, que viria a ser o primeiro coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) e Ismael Lopes, futuro secretário da Associação. Esse grupo reuniu recursos e instalou uma emissora experimental de 20 watts ali, na Baixada Fluminense, uma região que até hoje registra altos índices de criminalidade e serviços públicos precários. Ao primeiro fechamento, em maio de 1991, se seguiu uma corajosa mobilização com direito a um abaixo-assinado por dez mil pessoas, protesto de rua e um manifesto em que defendem que “as leis e a Justiça devem existir para servir ao povo e não para oprimi-lo. Se há uma lei que impede a criação de uma rádio de âmbito local, popular e democrática, administrada pela comunidade, é essa lei que tem de deixar de existir e não a nossa rádio” (COELHO NETO, 2002, p. 27). Depois de ser fechada diversas vezes e reaberta sempre com a mobilização da comunidade, sua outorga só sairia em 2009, quando já era a terceira rádio mais ouvida de Queimados e depois de ter gerado muitos frutos: além de importantes lideranças do movimento, o Padre Beserra, idealizador da Independência FM (Ceará) visitou a Novos Rumos em 1992 para saber os primeiros passos para montar a comunitária no sertão, como vimos no Anexo C.4.

3.2.2 Vertente autonomista: juvenil e universitária

Ao contrário do que se costuma dizer, a outra vertente originária das rádios comunitárias brasileiras é também política. Ainda que partíssemos de uma visão restrita do conceito, não se pode negar o deslocamento de poder inerente à utilização não autorizada do espectro eletromagnético: mesmo a experimentação radiofônica mais inocente é resignificada política e verticalmente no momento em que o Estado reprime e nega um direito humano fundamental que, ao contrário, deveria promover. Nesse sentido, são emblemáticos os desdobramentos da primeira transmissão radiofônica livre juvenil que se tem registro no Brasil: em fevereiro de 1971, o capixaba Eduardo Luiz Ferreira Silva, na época um adolescente de 16 anos aficionado por eletrônica, instala no banheiro do bar do pai a *Rádio Paranoica*. Dos 15 watts iniciais, ele e o irmão turbinam para 300, atingindo toda Vitória (Espírito Santo). Mas o experimento durou 6 dias e acabou de forma violenta: os policiais quebraram o bar todo e prenderam clientes, Eduardo, seu pai e os equipamentos, além de “livros, cartazes e rasgarem os colchões procurando alguma coisa” (apud NUNES, 1995, p. 65). Era plena ditadura Médici: Eduardo ficou preso um dia e o pai, três, enquanto vasculhavam sua vida buscando ligações políticas. Em 1994, quando pediu vistas ao processo, descobriu que alegaram “que a rádio era uma armação dos comunistas para desestabilizar o regime”. De todo modo, aquela experiência selaria o seu destino: viria a se tornar engenheiro e professor de eletrônica, radioamante e militante: “a comunicação precisa ser democratizada e trabalho por isso. Ensino a fazer transmissores, monto rádios no interior, em Ondas Curtas, o formato ideal para objetivos de comunicação popular. Já ajudei a montar mais de 80 emissoras em todo o país, tudo no interior” (NUNES, 1995, p. 66).

Se a Paranoica surgira de uma ação isolada, a explosão das rádios livres brasileiras nasce orquestrada e com diagnóstico político. Um dos autores do livro que se tornaria a bíblia das livres brasileiras (*Rádios livres: a reforma agrária no ar*, MACHADO et al, 1986), em mesa redonda com Félix Guattari, na capital paulista, em 1982, diagnosticava: “os problemas para uma eclosão das rádios livres no Brasil não são apenas de natureza policial. Há uma resistência interna imensa dentro dos próprios grupos de esquerda. Seus programas simplesmente ignoram a questão da mídia” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 111). Filósofo, participante da *Radio Tomate* e pivô do movimento francês, Guattari voltaria outras vezes para incentivar nosso movimento e inclusive prefaciaria o livro de Machado, Magri e Masagão. Na ocasião, respondera que o mesmo se dera na França, onde “trotskistas, maoistas e esquerdistas de toda natureza foram os últimos a encarar as possibilidades abertas pelas rádios livres” (p. 111).

Na importante recuperação histórica que fez do movimento, Marisa Meliani Nunes em *Rádios livres: o outro lado da Voz do Brasil* (1995) defende que seu antecedente seria o verão de 1982, em Sorocaba, “que contou com mais de 100 emissoras no ar, com 43 comprovadas”. Os antecedentes lembram a Paranoica: isolada, adolescente e experimental: assim nasce a *Rádio Spectro* quando, em 1976, um garoto de 14 anos segue o passo a passo de uma revista de eletrônica e constrói um transmissor que primeiro chega à casa do vizinho até, gradualmente, alcançar 10 km de raio. Como viralidade é marca das livres, “até o final de 1981, já estão no ar as rádios *Estrôncio 90, Alfa 1, Colúmbia, Fênix, Star* e *Centauros*. A *Centauros* muda de nome para *Voyage* e se junta à *Spectro* para formar a mais popular rádio livre de Sorocaba: a *Spectro Voyage Clandestina-SVC*”. A fala de um de seus participantes à imprensa demonstra uma politicidade embrionária: “nossas rádios são uma revolta contra o monopólio das FMs. O governo brasileiro vai ter que abrir um espaço para as rádios piratas” (NUNES, 1995, p. 67-68), ou seja, liberar uma faixa do espectro para transmissão livre e não comercial. Sobre essa fase, Nunes avalia que a “desobediência civil declarada e o apartidarismo em que se manifestaram as aproximam de uma *forma pura de luta pela democracia* (...) a mais positiva expressão do prazer em fazer rádio” (id., p. 69, grifo nosso).

A segunda fase é iniciada quando um transmissor montado numa panela e escondido no Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC, em 20 de julho de 1985, emite estas primeiras ondas: “*Rádio Xilik*. Rádio livre urgente, em 106.4 mHz, aberta a todos, exceto a gerais ativos e passivos, senhoras de Santana, falsários, mães que dizem sempre mentirinhas, falocratas, crianças que falam sempre a verdade, demagogos, juízes evangélicos” (MACHADO et al, 1986, p. 50). Já não se trata mais de uma “iniciativa isolada” nem de “luta pura”, mas organizada e querendo impulsionar *um* movimento de rádios livres. Antes de entrar no ar, seus idealizadores (autodenominados “doze apóstolos”, entre eles o professor Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão) avisam alguns dos principais meios de comunicação do país (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Veja, Isto É), a ponto de André Picardi, o “Sombra da Xilik”, afirmar que “a rádio era mais lida do que ouvida”. O objetivo é provocar a Dentel (Departamento Nacional de Telecomunicações), pautar o tema da democratização da comunicação e da “ideia de rádio livre a uma parcela considerada ‘formadora de opinião’” com foco nos princípios de desobediência civil e negação de qualquer solução legal, considerada “reprodução do controle sobre a comunicação” e contrária à “sua verdadeira função dentro da democracia” (NUNES, 1995, p. 71). Um mês depois, os doze apóstolos, boa parte da PUC-SP e USP,

organizam a segunda visita de Guattari, cuja palestra lota o Pátio da Cruz, na universidade católica e eletriza os mais de 600 presentes para “que mil transmissores floresçam”, lema do movimento.

A presença de Guattari não poderia ser mais pertinente, dado que linguajar, ideário e estética das livres paulistas bebiam dos movimentos de rádios livres italianas e francesas. Fernando Santoro, num texto de 1981, localiza o surgimento do movimento de rádios livres nas manifestações estudantis de maio de 1968 quando pichações do tipo “*Attention, la radio ment*” chamam a atenção para o papel desmobilizador que os meios de comunicação hegemônicos tiveram no fracasso das greves daquele ano (p. 99). Mas, ainda que a expressão “rádio livre” tenha surgido ali, o movimento se estrutura é na Itália dos 1970, com as livres (tanto comerciais quanto as chamadas “democráticas ou de luta”) colocando em xeque o monopólio estatal, através da invasão caótica do dial.

Mesmo sem ser a pioneira, a mais famosa e mãe eterna de todas as livres é a *Rádio Alice*, do centro político-cultural *Gatto Selvaggio*, de Bolonha. Desde sua primeira transmissão, em janeiro de 1976, se impõe com uma linguagem irreverente, cacofônica, “um ponto de fuga fora da ordem do discurso” (MACHADO et al, 1986, p. 89), além de atuar como força de resistência do movimento estudantil à prefeitura comunista. Esse governo chega a acusá-la de fazer parte do grupo terrorista italiano Brigadas Vermelhas para embasar um mandado de busca e apreensão. Em itinerância, chegara a visitar mercados, greves, escolas ocupadas, outros centros culturais. Seu fechamento ocorreu depois que o Tribunal Constitucional havia negado legitimidade ao monopólio estatal, em julho de 1976, no período de desregulamentação do espectro eletromagnético italiano (1977-81). O que se acreditava ser alívio, revelou-se início do fim das livres italianas: a partir de então, “os comunistas passaram a defender as rádios comunitárias burocráticas, ligadas ao poder local ou às entidades representativas” enquanto o governo fazia vista grossa às livres comerciais e reprimia as livres “de intervenção cultural-ideológica” (id., p. 66). No dia 12 de março de 1977, após mais uma vez transmitir um conflito entre polícia e estudantes, ela será calada ao som de Beethoven e da descrição minuciosa da ação da polícia até o fechamento:

(*toca o telefone*) Aqui, Alice!
O telefone do gueto permanente, realmente é o gueto permanente,
aqui, Beethoven... (...)
(*Polícia, ainda fora*) ABRAM A PORTA! (...)
(*gritos*)
Eles entraram, eles entraram,
estamos com as mãos para o alto,
estão arrancando, estão arrancando o microfone!
(*Polícia*) MÃOS PARA O ALTO!

(*Silêncio*) (COLECTIVO, 1981, p. 109-110)

Enquanto o movimento italiano agonizava vendo suas livres tornarem-se “rádios de partido” (NUNES, 1995, p. 29), o francês florescia com a chegada da ecológica *Rádio Verte*, de Paris, em março de 1977. De “inspiração direta da experiência italiana” (MACHADO et al, 1986, p 72), no início, o movimento francês foi duramente reprimido, inclusive com interferências radioelétricas do Estado nas suas ondas. Vai ganhar fôlego com a vitória do socialista Mitterrand, em 1981: uma nova livre por dia: *Oblique, Tomate, Gilda, Gay, Radio 19, Radio 93 de Saint Denis*. Como no caso italiano, a legalização foi seu golpe mortal. Na avaliação de Guattari, “o movimento de rádios livres na França sofreu os efeitos das intervenções do poder do Estado, a partir do momento em que ele parou de reprimi-lo” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 115).

Enquanto as flores murchavam na Itália e França, o movimento brasileiro explodia pós-Xilik. De acordo com informações fornecidas pelos próprios idealizadores da pioneira paulistana, já em 1986, elas pipocavam em outros estados:

uma em Salvador, na Bahia, e Estação da Luz, ligada ao movimento gay; uma em Goiânia, ligada ao movimento dos Posseiros Urbanos; uma em Santos, a Baixada Alternativa; duas em Fortaleza, uma do movimento ecologista, a outra de estudantes da Universidade Federal; duas em Vitória, no Espírito Santo, a Radialética e a Jovem Clãn; uma em Petrópolis, estado do Rio, a Estúdio FM." (NARAH, 1988, p. 177)

Em São Paulo, o próximo passo foi conformar a *Cooperativa de Radioamantes (CORA-Livre)*: seu manifesto fala da construção de “uma ética das rádios livres, que discorra sobre os limites de potência do transmissor, interferência de sinais”, mas sem abrir mão da “invasão e ocupação definitiva da atmosfera (MACHADO et al, 1986, p. 23). A CORA-Livre cria uma rede de proteção e replicação: com transmissores emprestados da Xilik, nascem *Ítaca, Totó Ternura, Molotov*, inclusive a *Ermelino Matarazzo*, na favela de mesmo nome, ainda que a “maioria [surja] por iniciativa de estudantes universitários, que transmitem não só para o meio acadêmico, mas também para bairros e comunidades” (NUNES, 1995, p. 76). Diferentemente de muitos de seus pares, o fim da Xilik não foi via repressão estatal, mas por comum acordo do grupo, depois de já deflagrado o movimento e, assim, cumprido seu objetivo. Até houve duas tentativas de fechamento, mas seriam frustradas com a ajuda de Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo e grão-chanceler da PUC, morador da rádio.

Não demoraria para a febre contagiar a outra megalópole brasileira: “os radioamantes do Rio de Janeiro e São Paulo resolveram se encontrar para fortalecer, se conhecer e ‘trocar

figurinhas'. Foi em 1986, no Circo Voador, na cidade do Rio de Janeiro, e deste encontro surgiu a ABOLA (Associação Brasileira pelas Ondas Livres), que não conseguiu avançar” (CEMINA, 2000, p. 38). Mas já eram atuantes a Rádio Pop-Goiaba (UFF), Tan-Tan (Macaé), Interferência (UFRJ)... Enfim, modelar para as que floresceriam depois, assim nasce o movimento de rádios livres brasileiro: jovem, universitário, de inspiração europeia e libertária, politizado e multiplicador.

O *I Encontro Nacional de Rádios Livres*, realizado na USP, em maio de 1989, foi uma iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE). Dali nasce o *Movimento Nacional de Rádios Livres*. As plenárias definiram que rádios livres são “aquelas que vão ao ar sem pedir autorização a quem quer que seja” (ou seja, incluindo de conteúdo democrático ou não) e aprovam um “projeto de emenda constitucional, liberando a faixa radiofônica de FM para emissoras de âmbito local, sem fins lucrativos e de baixa potência, mediante registro em órgão municipal competente” (NUNES, 1995, p. 79)¹¹⁶. Cláudia Abreu era aluna da Universidade Federal Fluminense (UFF), diretora de comunicação da UNE e pivô do movimento no Rio. Em entrevista para o autor, ela conta que o projeto fora escrito por um dos palestrantes, José Carlos Rocha, professor da USP e ativista pela democratização da comunicação, e gerou muita reação contra, principalmente do pessoal de Sorocaba, que “não achava que devia buscar a legalização de forma nenhuma” (ABREU, 2016).

Depois do I Encontro, começaram a se multiplicar livres, inclusive por parte de movimentos sociais. Cláudia pontua que um fator importante foi ter contato com pessoas que fabricavam transmissores de rádio artesanalmente. No ano seguinte, o *II Encontro*, realizado em Goiânia, já conta com representantes do movimento argentino, referência na qualidade e inovação da linguagem radiofônica, e também de El Salvador, com sua história de rádio de resistência. Em 1991, as livres realizam seu *3º Encontro Nacional*, em março, na cidade de Macaé (RJ), com apoio das livres cariocas.

Ora, multiplicação em amplitude gera muitas espécies: “os militantes anarquistas brasileiros logo se apaixonam pela ideia e utilizam o rádio para divulgar suas ideias libertárias” (NUNES, 1995, p. 94). Tendo como palavras de ordem “autonomia diante do Estado e a ação direta”, no município de Poá (Grande São Paulo), em 1988, florescem as anarquistas *Apache* e *Tuareg*: “vamos o monopólio das comunicações, atropelamos os medievais caciques locais com suas ‘rádios populares’” (in NUNES, 1995, p. 94). Essas e

¹¹⁶ Abreu conta que esse projeto, depois de colher milhares de assinaturas, “iria morrer na praia”, muito por conta das discussões posteriores quanto ao perigo que a municipalização traria ao transferir o poder de outorga para câmaras municipais, muitas delas, dominadas pelas oligarquias locais (ABREU, 2016).

demais rádios anarquistas participaram do movimento nacional até “o momento em que sentem que as associações não pretendem tomar um rumo autogestionário, com uma participação efetiva de todos” (id., p. 95): por rejeitarem vínculos partidários, representativos e religiosos, elas vão se afastando do coletivo de acordo com que as livres passam a abarcar uma multiplicidade cada vez maior.

De acordo com Moreira (1998), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, desde 1980, quando era dirigido por Lula, “possuía equipamentos, instalações físicas e programação prontos para entrar no ar” (p. 107): o problema era a concessão, nunca liberada. A solução encontrada ficou estampada no título de uma matéria do Jornal do Brasil, de setembro de 1986: “PT lança rádio pirata para chegar a eleitor”. É nessa época que surge a *Rádio Dengue*, no bairro da Barra Funda, na capital paulista, operado por militantes do Partido dos Trabalhadores, já com jornalismo na programação. Nas eleições de 1985, partidários e estudantes da USP colocaram no ar a rádio “*Se Ligue, Suplicy* para dar uma esticadinha nos minutos gratuitos” (MACHADO et al, 1986, p. 43). Além delas, pipocaram aqui e acolá rádios engajadas nas disputas eleitorais, para potencializar as campanhas de candidatos do PT. Ainda em 1986, o PT lança uma livre com fins eleitorais em Belo Horizonte e outra em Florianópolis, a *Trimilic*, uma, digamos, filial da Xilik (cf. MOREIRA, 1998, p. 97-98). A primeira livre do Rio, a Frívola City se engaja na candidatura de Gabeira (pela coligação PT e Partido Verde) (NARAH, 1988, p. 178). Setores do PT chegaram a discutir a “possibilidade de se constituir uma rádio do partido” (MACHADO et al, 1986, p. 43), não concretizada. Na Constituinte, o partido não incorpora a radiofonia livre ao seu programa.

E é de carona nesse boom que igrejas evangélicas vão “tomando conta do dial, reproduzindo-se com uma velocidade espantosa (...) [algumas] já trabalham articuladas com a bancada evangélica do Congresso”, como avalia Meliani Nunes. Em sua pesquisa, relata dificuldades para pesquisar as “rádios livres evangélicas”, que “formam um grupo fechado, quase à parte de todo o movimento de rádios livres”, ainda que algumas “se juntem ao movimento pela democratização da comunicação” (1995, p. 90).

Se, num primeiro, eram rádios isoladas, a “liderança que chegou naquele grupo desorganizado, que estava começando a ter um crescimento expressivo” foi o professor José Carlos Rocha (ABREU, 2016). Através da criação do seu *Fórum Democracia na*

*Comunicação (FDC)*¹¹⁷, em 1991, ele passa a ser o articulador local das rádios da capital. Em abril daquele ano também é criada a *Associação das Rádios Livres do Estado de São Paulo (ARLESP)* por 10 rádios, sendo 4 evangélicas, além de anarquistas, petistas e culturais. Seu primeiro presidente seria Leo Tomaz, da Rádio Reversão, cuja absolvição abriria um importante precedente jurídico para o movimento (cf. 4.2.3). Ali já aparecem propostas como limitação de potência de 50 watts, ausência de finalidade de lucro e apoio cultural de comerciantes locais. Nesse cenário, as *libertárias* vão se apartando das outras livres...cada vez menos livres. Numa amostragem feita de março de 1994 a fevereiro de 1995 na zona norte de São Paulo, Nunes identificou 50 emissoras livres: “44% têm caráter religioso/evangélico, 24% comercial/musical, 24% cultural (...) Do total, 68% têm fins lucrativos, 24% são sem fins lucrativos e 8% não foram identificadas” (NUNES, p. 107).

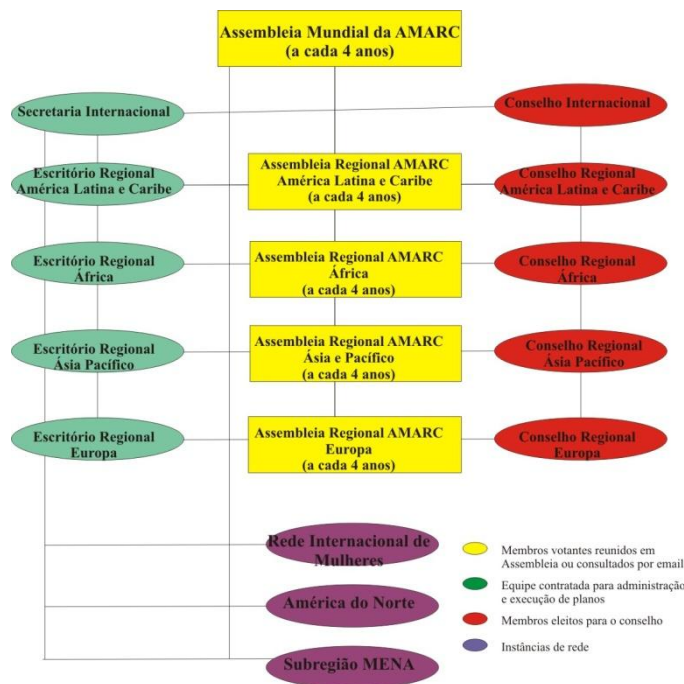
3.2.3 Vertente comunitária: cidadã e plural

No próximo item, ao descrevermos a proposição, negociação e aprovação da Lei 9612, veremos que foi norteadora a influência da vertente comunitária, mais diretamente ligada a vertente igrejeira. Mas ela surge na outra ponta do continente e quinze anos antes, com a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC).

Em 1983, cerca de 600 rádios e ativistas, de 36 países, reunidos por ocasião do Ano Internacional das Comunicações, promovido pela ONU, fundam simbolicamente a então nomeada *Associação Mundial de Artesãos da Comunicação*, em Montreal, no Canadá. Ela viria a se tornar uma associação três anos depois, na 2ª Conferência em Vancouver e seria reconhecida como organização não governamental internacional na 3ª Conferência em Manágua (1988). Na 4ª edição, em Dublin (1990), já aparece com força o tema do direito amplo à comunicação e é quando se conforma a Rede Mundial de Mulheres, que só seria lançada na 5ª Conferência (1992), em Oaxtepec (México).

¹¹⁷ A semelhança nominal com o FNDC não é ocasional. Veremos que, por conta dos desdobramentos do projeto de Lei da Informação Democrática, o professor Rocha rompe com o Fórum Nacional pela Democratização da comunicação.

Figura 4 – Estrutura internacional da AMARC



Fonte: Figura elaborada pelo autor a partir do site amarc.org.

Ainda que juridicamente seja uma ONG internacional, a AMARC se organiza como uma rede e se estrutura como uma associação, cujas decisões são tomadas em assembleias mundiais, regionais e nacionais. Mais ou menos a cada quatro anos é realizada uma Assembleia Mundial, aberta à participação de todos os associados e onde se discute e define as grandes metas do movimento para a gestão eleita. Ali são aprovadas as novas associações em nível mundial e é eleito um Conselho Internacional, composto pela presidência mundial e os chamados vice-presidentes, ali referendados, mas anteriormente eleitos em cada uma das macrorregiões em que se organiza a AMARC: América do Norte, América Latina e Caribe, Europa, África, Oriente Médio e Ásia-Pacífico (Figura 4). Em nosso continente a entidade se subdivide em seis sub-regiões: América Central, Caribe, México, Países Andinos, Cone Sul e Brasil. Cada sub-região indica um representante para compor o Conselho Regional da AMARC América Latina e Caribe (AMARC Alc), responsável pela condução política das ações da entidade. De acordo com o site da entidade, a AMARC congrega quase 4 mil associados em 150 países dos cinco continentes e se define como um movimento cidadão, político e comunicacional que trabalha como uma rede de “coordenação, cooperação, consulta, intercâmbio e promoção”, tendo o objetivo de “apoiar e contribuir para o

desenvolvimento da rádio participativa e comunitária sob os princípios da solidariedade e cooperação internacional”¹¹⁸.

Na 6ª Conferência, em Dakar (1995) as associadas referendaram um movimento localmente enraizado, a partir de escritórios regionais fortes e independentes. Na prática isso significou a soberania de cada macrorregião e país a organizar o seu movimento. Em qualquer uma das instâncias (mundial, regional, nacional) a Assembleia é sempre a entidade soberana, onde se definem as diretrizes e a política da Associação. Uma característica importante é que, desde o início, a AMARC congrega diferentes atores, entre entidades (rádios comunitárias e livres, centros de produção, organizações não governamentais, rádios universitárias e públicas, etc.) e pessoas (ativistas, pesquisadores, etc.), ainda que somente as entidades tenham direito a voz e voto, enquanto os associados individuais têm direito somente a voz. Isso reflete e conforma um espaço de articulação da grande variedade de experiências em comunicação comunitária existentes no mundo e que a AMARC abarca e quer abarcar. Até hoje: quando questionado se a AMARC, enquanto movimento, engloba (ou deve englobar) o de rádios livres, seu secretário mundial, Francesco Diasio (2015) entende que a Associação deve fazer e ser uma síntese da diversidade essencial das rádios comunitárias. E vai além, demandando que a AMARC seja “*trade union*” (sindicato) entre instâncias fortes de um lado e necessidade de buscar um acordo – em meio a diversidade – de outro. Na 7ª Conferência, em Milão (1998), a entidade amplia três fronteiras: a *legal*, discutindo regulação de meios comunitários em nível internacional; a *técnica*, impulsionando seus membros aos desafios tecnológicos em diálogo com outros meios de vocação similar (começa a abertura para meios comunitários digitais); a *geográfica*, quando a entidade articula o início de sua atuação na Ásia e nas nações árabes (cujo fruto organizacional é a criação da subregião MENA – *Middle East and North Africa* [Oriente Médio e África do Norte], ver Figura 4). Essas seriam as regiões das conferências seguintes. A 8ª Conferência acontece em Katmandu (2003), culminando com uma declaração de forte tom político ao apontar que “o militarismo desenfreado, a privatização acelerada dos recursos básicos do mundo, o fundamentalismo religioso e o capitalismo extremo” impunham ameaças para os direitos humanos¹¹⁹. Três anos depois, a 9ª Conferência é realizada em Amã, Jordânia (2006) tendo como principal parceiro a Ammanet (<http://ammanet.net>), pioneira da radiodifusão comunitária no Oriente Médio, além de contar com jornalistas da Palestina.

¹¹⁸ Disponível em <http://amarc.org/?q=node/5>. Acesso em 7 de julho de 2016.

¹¹⁹ Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/World_Association_of_Community_Radio_Broadcasters. Acesso em 11 de julho de 2016.

Apesar de o continente ser o berço do movimento mundial, somente no ano de 1990 é que se constituiu a AMARC Alc, através de um escritório regional em Lima que, em 1994, seria transferido para Quito. Nesses anos, o foco de atuação foi a oferta de serviços para as rádios comunitárias do continente, entre boletins, produções radiofônicas, pesquisas, além de dar início, em 1995, à agência regional de notícias Pulsar (www.agenciapulsar.org) (cf. 5.1.2). A perspectiva de um escritório regional central forte gerou a crítica de uma base (rádios) enfraquecida e assistencializada.

No Brasil, a AMARC tem início através da militância do radialista carioca Marcus Aurélio de Carvalho, então coordenador do setor de rádio da ONG Ibase (CRIA, que depois se transformaria no CRIAR Brasil), através do qual conheceu a ALER e AMARC. Em entrevista para o autor, ele conta que já havia tido contato com o movimento de rádios livres nos anos 1980, mas que nunca lhe seduzira por não parecer “um projeto político consistente”, preferindo “atuar num movimento de rádios que fosse construtor de experiências coletivas”, como nos espaços políticos que conhecia: associação de bairro, movimento estudantil e Partido dos Trabalhadores (e com o qual viria a romper já nos 1990) (CARVALHO, 2016). Ainda que militasse desde 1990 na AMARC e na ALER, foi num seminário promovido por ambas, em 1994, em Quito, que seria articulada a criação da AMARC no Brasil. Para isso é criada, em janeiro de 1995, uma ONG embrião, a AMARC-Unirr, já tendo como sócios o CRIAR Brasil, CEMINA, as rádios Tam-Tam e Regional Cícero Dantas. Meses depois, a Ar Livre e Novos Rumos também se associam. Em 2002, a AMARC Brasil se autonomiza de vez.

A partir do final da década de 1990, a AMARC Alc passa por uma reflexão interna e reestruturação de sua própria autoconcepção, passando a entender-se como um movimento social, político e cultural e buscando maior incidência política na região. Para muitos se tratou de uma “refundação” da entidade, que culmina com a mudança de sua sede regional para Buenos Aires. Nas palavras de um dos responsáveis por esse processo, Ernesto Lamas, coordenador regional da AMARC Alc de 2003 a 2011: “a descentralização do trabalho é uma característica estratégica do período de refundação iniciado em nível latino-americano, em 2003. A descentralização nega a ideia de uma coordenação executiva centralizada, ao mesmo tempo em que nega a ideia de que só um tipo de expertos podem levar adiante processos de gestão eficazes” (2011, p. 6). Um “trabalho desde baixo para cima” teve como um de seus pilares a criação de uma metodologia própria que fomentasse a crítica e (re)construção do projeto político-comunicacional de cada rádio comunitária e centro de produção da rede. Isso

foi sistematizado por Cláudia e no *Manual de Gestión de la Radio Comunitaria y Ciudadana* (VILLAMAYOR; LAMAS, 1998): “o desenho metodológico se propôs a facilitar um processo singular em cada organização para revisão de seu projeto em quatro dimensões: político-cultural, comunicacional, organizacional e econômico (p. 15). Tal processo acontecia de forma participativa com os membros da emissora e da comunidade, a partir do método freireano, levando em conta a realidade e os saberes do entorno. No final da década de 1990 e na seguinte, essa metodologia foi aplicada em dezenas de oficinas realizadas em todo o continente, a partir de facilitadores e facilitadoras que, funcionando como multiplicadores, garantiriam a sustentabilidade da iniciativa. Com duração variando de acordo com as possibilidades de tempo e recurso, os processos podiam durar dias, meses ou mais de um ano. Por dessecar contradições internas entre discurso e prática, projeto e realização, expectativas e concretizações, na maioria dos casos, tratava-se de um processo conflituoso e considerado penoso para a equipe. Quem passou por esse processo foi a Independência FM, em 2009 e 2010 (cf. Anexo C.4). Nas palavras de Roginaldo, foi um “momento de olhar um pouco a missão da FM Independência, a nossa história e, a partir disso, fazer com que a gente tivesse um rumo que a gente queria seguir” (MELO, J., 2015).

Tal metodologia foi responsável pelo fortalecimento da rede AMARC Alc, que culminaria na realização da 10ª Conferência Mundial da Associação, na cidade de La Plata, próxima a Buenos Aires (2010).

Para viabilizar recursos para as muitas capacitações, trocas de experiências e processos por todo o continente e ao longo de anos, inicia-se um processo de articulação com a cooperação internacional, em 2002. Um cofinanciamento holandês só se concretizaria com a aquiescência de um projeto conjunto AMARC e ALER, duas entidades com natureza, funcionamento e concepções semelhantes, mas nada idênticas. Desse modo, unidas pelo que as aproximava – o objetivo de fortalecer as rádios comunitárias em suas capacidades de incidência social e política –, as associações leiga e a eclesiástica realizam o Programa Ritmo Sul, em 12 países da América Latina¹²⁰. De 2005 a 2010, elas conseguiram fortalecer suas redes nacionais através da formação de equipe de formadores; capacitações locais, nacionais e regionais diretamente com rádios; ampliação de associados; e produção de diversas cartilhas, manuais e livros relacionados à formação, gestão e legislação de meios comunitários.

¹²⁰ Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai, Bolívia, Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, México e República Dominicana.

Como dissemos, para Pulleiro (2011), a AMARC foi responsável por emplacar entre nós a ideia de *comunitário*. Ao analisar os diferentes termos empregados na América Latina, ele identifica uma vigência que começa com *rádio popular e alternativa*, seguido de *rádio comunitária* para finalmente desembocar em *rádio cidadã* (ou rádio comunitária e cidadã, como se convencionou mencionar).

Não se trata de mera discussão terminológica: na *rádio popular e alternativa*, o objetivo é o de expressar o homogêneo, a partir de um setor organizado da classe operária ou da comunidade eclesial, mesmo que implique “homogeneizar o heterogêneo” em favor do projeto (político) comum, notadamente de inspiração socialista. Para ele, as experiências do primeiro momento do rádio popular (1940-1970) estariam todas, de uma forma ou de outra, vinculadas à busca de uma tomada de consciência das desigualdades do continente e sua denúncia a partir de um olhar específico dos processos sociais. Os aspectos educador e pedagógico serão marcas. A partir dos 1980, o termo *comunitária* procurará “unir o disperso”, mas mantendo suas singularidades: “se a maioria das experiências surgidas nos ‘60/’70 estiveram impulsionadas por quadros marxistas e cristãos, as rádios que expressam esta perspectiva [comunitária] terão como protagonistas grupos (...) que farão comunicação alternativa desde outro lugar e com outros objetivos” (p. 86). Além da ideia de uma rádio para construir e “servir a comunidade”, esse conceito procura abarcar um leque mais amplo de atores e carrega bandeiras como a da participação, da democratização da comunicação, pluralidade/diversidade e das minorias (sexuais, étnicas, religiosas etc.). Não que tais bandeiras já não estivessem anteriormente presentes, mas sob o leque do comunitário novos sujeitos passam a protagonizá-las. É quando “começa a aparecer no campo da rádio alternativa um enfoque que vai se distanciando do plano das desigualdades sociais, econômicas, políticas para trabalhar fundamentalmente no terreno da diversidade e sua possibilidade de expressão e reconhecimento” (p. 92).

Na década seguinte, com o fim da ditadura em muitos países latino-americanos, com a vitória do neoliberalismo e depois da queda do Muro de Berlim, o termo *cidadã* quer dar conta da pluralidade como princípio e a geração de consensos como fim: abertura, participação de todos e todas, construção de comunidades. Depois de a democracia ter sido conquistada a duras penas, o papel das rádios será consolidá-las e aprofundá-las, através da formação dos cidadãos no próprio cotidiano na emissora e através de seu conteúdo (“radioescola de cidadania”). Além do mais, haverá um estímulo para ela se constituir enquanto peça democrática, mediando as vozes da comunidade com os poderes constituídos

(principalmente públicos). As rádios tenderão a voltar-se mais ao seu projeto político-comunicacional que ao macroprojeto político¹²¹.

Denotando um de seus momentos de transição, Rafael Roncagliolo, na conferência de abertura da V Assembleia da AMARC, em 1992, recuperando uma noção já trabalhada por autores da década anterior, vai falar de comunicação “*alterativa*” em contraponto a já estabelecida comunicação *alternativa*. O “alter” faz referência à necessidade de mudança e de olhar para o outro, reconhecido em sua alteridade. Tal proposta se dá no contexto de inclusão dos novos movimentos sociais (p. ex. ecologistas e feministas) e que transversalizam as classes sociais, além do reforço à pauta da democratização das comunicações.

De acordo com Pulleiro (2011, p. 107 e ss.) um dos sintomas é a força com que o termo *sociedade civil* entrará na agenda do movimento político de rádios comunitárias da região. É o que aparece na fala de dois coordenadores da AMARC Alc: José Ignacio López Vigil, defende o uso do termo para dar conta de um “poder disperso” e que se canaliza através “dos chamados movimentos sociais com reivindicações ecológicas, de gênero, direitos humanos, nacionalidade indígena, qualidade de vida e de consumo” (VIGIL apud PULLEIRO, 2011, p. 109). E, igualmente Rafael Roncagliolo, presidente de AMARC entre 1995 e 1998: “frente à onda de liberalização que se expande sob o lema ‘mais mercado, menos Estado’, não nos cabe responder ‘mais Estado, menos mercado’. O que nos cabe é propor ‘mais sociedade civil’” (RONCAGLIOLO apud PULLEIRO, 2011, p. 100). Devemos entender esse deslocamento terminológico, como uma crítica que se dirige não só ao desmonte neoliberal do Estado, mas também às estruturas rígidas e hierarquizadas da própria esquerda tradicional.

Aquela necessidade de abrangência de atores e movimentos sociais acarretará uma ênfase mais na coincidência que na diferença, menos nas diferentes terminológicas que nos enfoques comuns: objetivos sociais e não lucrativos, luta pela democratização das comunicações e construção de comunidades. Além disso, a insistência com “*rádio comunitária*” e “*sociedade civil*” tem intenção metadiscursiva: “a ideia de um termo que seja capaz de incluir experiências diversas remete também à conformação de um movimento

¹²¹ Já no marco do Projeto Ritmo Sul, em 2004, AMARC e ALER publicam uma coletânea de experiências radiodifônicas latino-americanas “*La radio popular y comunitaria frente al nuevo siglo: La práctica inspira*”, de Andrés Geerts, Víctor van Oeyen e Claudia Villamayor. É interessante notar que os autores, experientes de longa data no tema, resgatam as diferentes tradições radiofônicas contra-hegemônicas (alternativa, educativas, populares e comunitárias) para propor o conceito de “movimento político comunicacional”, demonstrando um salto para fora: recupera tais tradições e prognostica para o novo momento das rádios comunitárias, sem abrir mão da sua espinhal dorsal política.

social emergente, constituído em um ator social em si mesmo” (id., p. 153). Essa é uma das linhas explicativas para o consenso com o termo *rádio comunitária*.

Essa mudança foi verificada por estudiosos do campo da Comunicação Comunitária. Peruzzo (2008), ao revisitar os conceitos de *comunicação popular, alternativa e comunitária*, verifica que “desde o final do século passado, passou-se a empregar mais sistematicamente no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação, ou seja, seu sentido menos politizado” (p. 368). A pesquisadora vai além do estudo de Pulleiro e verifica que a mudança terminológica, “além de incorporar as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) com todo seu potencial e exigências” (p. 371), pode vir a dar conta de outras classes sociais: “Comunicação comunitária, na forma como vem se desenvolvendo nos últimos tempos significa: o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes” (p. 375).

A partir dessa perspectiva, o processo de legalização da radiodifusão comunitária no Brasil (1992-1998) acontece num momento transitório: alguns atores da vertente *autonomista* (libertárias-anarquistas, livre-universitárias, evangélicos) propõem solução legal pautada mais na *diversidade*; já um grupo de atores da vertente *igrejeira* (CEBs, radiocornetas) e também da *comunitária* (FNDC, AMARC) propõem solução focada na *pluralidade*; enfim, nenhuma das soluções será contemplada por uma lei que só fez vitorioso o lobby político e empresarial.

3.2.4 O processo de legalização

Independentemente de terem princípios livres, comunitários, evangélicos ou punks, as rádios de baixa potência das décadas de 1980/90 eram sistematicamente fechadas devido à omissão da legislação então vigente... aliás, até hoje vigente. A nossa radiodifusão é regulada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962. Para privatizar a telefonia, em 1997, o governo FHC revogaria parte do CBT, mas manteria o referente à radiodifusão. Para minimamente dar conta das inovações tecnológicas, foi se “pendurando” ao CBT leis complementares (TV a cabo, comunitária etc.) que o tornaram uma colcha de retalhos legal. As tentativas de renová-lo em sua totalidade esbarraram nos interesses dos que são favorecidos com o seu anacronismo.

Após mais de 20 anos de negociações, o CBT acabou sendo o “produto da convergência de interesses dos setores empresarial e militar” (CASTRO, 2002, p. 88). O então presidente João Goulart, preocupado com seu caráter liberalizante, chegou a suspender parte do Código. Para salvá-lo da “tentativa de estatização da radiodifusão”, surge, naquele mesmo ano, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT): através de um poderoso e eficiente lobby político, consegue derrubar cada um dos 52 vetos presidenciais e manter uma legislação puramente técnico-normativa e órfã de qualquer política de comunicação que oriente o uso privado de um bem público (HERZ, 1991). A partir daí, a ABERT desempenharia vigilância permanente no parlamento brasileiro, barrando qualquer medida desfavorável aos interesses dos radiodifusores em todas as inovações legais, inclusive na nova Carta.

Ainda que a explosão das rádios de baixa potência aconteça em meio aos preparativos para a Assembleia Constituinte, elas não se associam ao coletivo que nascia para lutar pela democratização da comunicação. Vivíamos ainda o calor das discussões promovidas pela UNESCO sobre políticas públicas nacionais democráticas para a comunicação (cf. 4.1), que tiveram grande repercussão em toda América Latina. Pois esse será o enfoque da *Frente Nacional de Luta Por Políticas Democráticas de Comunicação*, primeira articulação nacional do setor. Criada em 1984, em meio à campanha pelas “Diretas Já”, um ano depois, a Frente já contabilizaria 27 parlamentares e 45 entidades. Depois do refluxo com a rejeição da emenda Dante de Oliveira, a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) lidera na Frente, em 1987, uma movimentação nacional para organizar o que será levado à Constituinte. Entre propostas ambiciosas como a participação de jornalistas na política editorial dos veículos e de a radiodifusão ser regulada por um democrático Conselho Nacional de Comunicação (nos moldes do *Federal Communication Commission* – FCC americano), passa também o acesso ao espectro garantido a todos os segmentos sociais interessados, *independendo* de representatividade comunitária (MOTTER, 1994, p. 143). Esse último ponto deve ter entrado por conta da ação de última hora de uma recém-criada articulação de rádios livres, acadêmicos e entidades paulistanas que, mesmo sem se associar à Frente, incide na construção das propostas reunidas na Emenda Popular nº 91 (“Democratização dos Meios de Comunicação”) e apresentada pelo presidente da FENAJ a uma plateia esvaziada de constituintes, em 4 de setembro de 1987 (BRASIL, 1987, p. 551).

Na esfera partidária de propostas constitucionais, as livres não estavam contempladas, mas já se registra a incidência das rádios populares. Um dos primeiros documentos sobre

democracia na comunicação partiria do PMDB. Gigante da Constituinte, o partido incorporara as principais bandeiras do movimento: Conselho Nacional de Comunicação e comunicação como direito amplo (para além do liberal restrito de receber informação), mas no que tangia às emissoras de baixa potência a proposta previa somente entidades comunitárias *representativas* e sem fins de lucro¹²².

Já a proposta do PT tinha como base o anteprojeto de Constituição encomendado ao jurista Fábio Konder Comparato, intitulado “Muda Brasil!” (COMPARATO, 1986). Ainda que sem definir mecanismos claros, o texto tratava “as empresas de comunicação social como entidades prestadoras de um serviço de interesse público, isto é, comunitário”, o que significou estabelecer a “exploração de empresas jornalísticas e de rádio ou televisão, *unicamente* por associações civis sem fins lucrativos, ou fundações, públicas ou privadas” (p. 66, grifo nosso): de uma tacada excluía livres e comerciais. Tendo em vista a ousadia da proposta num universo em que um quarto (26,1%) dos constituintes pertencia à bancada dos radiodifusores (MOTTER, 1994, p. 177), não estranha que a luta do PT acabara se concentrando no que Comparato definira como “órgão normativo autônomo” para a radiodifusão. É o que atesta um dos representantes petistas na Constituinte: “defendemos o Conselho Nacional de Comunicação, como um instrumento para reduzir o poder arbitrário do Ministério das Comunicações nas concessões”, apondo que os empresários da mídia “se opuseram a todos os avanços”¹²³.

Através de seu eficiente lobby, a ABERT obstruiu sistematicamente as propostas do PMDB e PT na área da comunicação, o que levou a “uma chuva de notas e moedas de cruzados novos, atiradas das galerias por representantes sindicais e de movimento populares” (RAMOS, 2009, p. 172), em forma de protesto. As negociações foram tão inconciliáveis que “a Comunicação tornou-se a *única* área temática da Constituinte a não enviar relatório aprovado para a Comissão de Sistematização” (id., grifo nosso). O resultado foram os artigos 220 a 224, em que o Conselho ficou reduzido a mero “órgão auxiliar” (art. 224) do Congresso Nacional, proíbe-se (mas sem explicar como) monopólios e oligopólios (art. 220) e fala-se em “complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (art. 223) sem reconhecer explicitamente um sistema autônomo de meios sem fins de lucro não estatais¹²⁴.

¹²² Revista do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ano VII, nº10, julho de 1987, pp.64-72.

¹²³ Olívio Dutra, representante do PT na Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Constituinte, in PT na Luta da Constituinte nº 4, Brasília, 10 out. 1987, p. 4.

¹²⁴ Com isso, exceto no caso de uma emenda constitucional, o reconhecimento do setor comunitário brasileiro necessariamente tem de ser integrado ao setor público ou ao setor privado, como um tipo específico de radiodifusão privada sem fins lucrativos (caso da Lei 9612/98).

Em parte explicado pelo lobby empresarial e fisiologismo político, o fracasso na Constituinte também reflete um problema estrutural ainda inalterado. Após analisar o movimento pela democratização da comunicação no Brasil de 1984 a 1994, Márcio de Souza (1995) diagnostica que os partidos de esquerda não priorizam “em sua prática e não têm discutido e construído um projeto de política de comunicação alternativa para a sociedade brasileira. (...) O discurso crítico contra o monopólio ainda é dominante, mas as propostas são quase sempre genéricas e muitas vezes irrealizáveis” (p. 175).

Para o autor, depois da derrota na Constituinte, o refluxo no movimento só é encerrado com o episódio da edição do Jornal Nacional, da TV Globo, no dia seguinte ao debate das eleições presidenciais de 1989 (Collor X Lula), que teria deflagrado “um sentimento de indignação por todo o país, fazendo com que vários setores da sociedade civil se articulassem para lutar pela democratização da comunicação” (id., p. 36). Em entrevista para o autor, o fundador da AMARC no Brasil, chega a dizer que é quando “cai a ficha” dos movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda que, até então, entendiam comunicação como difusão e “enlace” para suas lutas (CARVALHO, 2015).

A renovação do ânimo leva a criação de vários comitês estaduais, que culminaria na articulação do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)*, em 1991. Um dos coordenadores do comitê paulista do FNDC era o professor Rocha. Atribui-se a ele¹²⁵, a elaboração do anteprojeto que seria o novo horizonte comum para o movimento: o projeto de *Lei da Informação Democrática (“LID”)*, que se propunha a substituir a Lei da Imprensa (1967) e passaria a tramitar em 1992, subscrito pelo deputado de centro-esquerda, Zaire Rezende (PMDB) e assinado por PT, PSDB, PCdoB, PTB, PSB e PPS (GHEDINI, 2009, p. 57). Sua amplitude e ousadia, fez com que, num primeiro momento, várias forças se unissem em torno do LID. No encontro de 1993, a ARLESP entra pra coordenação do FNDC e passa a encampar o LID. No mesmo ano as Igrejas Católica e Luterana promovem uma semana de campanha de apoio ao projeto de lei. A UNE organiza uma publicação exclusivamente para debater o tema¹²⁶. Em meio a muitas ambições, o artigo 8º do LID previa “liberdade de emissão, transmissão e retransmissão por meio de onda eletromagnética e por fio, para emissoras de rádio e TV de âmbito municipal sem fins de lucro e de baixa potência, mediante registro em cartório local”, excluídas as religiosas ou político-partidárias. O mesmo artigo garantia o “direito de antena”, reservando aos “movimentos populares e

¹²⁵ Cf. COELHO NETO, 2002, p. 56.

¹²⁶ Disponível em [https://issuu.com/enecos/docs/1993 - lei da informacao democr tica](https://issuu.com/enecos/docs/1993_-_lei_da_informacao_democratica). Acesso em 12 de julho de 2016.

sociais representativos de correntes de opinião” o “direito a um horário nos veículos de radiodifusão de qualquer tipo e frequência, através de suas entidades culturais, associativas e sindicais, de âmbito estadual e nacional”¹²⁷.

Num segundo momento, mesmo o FNDC passa a ver o LID com “pretensões exageradas, capaz de unir contra o projeto todos os setores empresariais da área de comunicação”, além dos “sérios problemas de elaboração e debilidades inaceitáveis” (SOUZA, 1995, p. 198). O LID seria apensado a outro projeto de lei sobre liberdade de imprensa¹²⁸, que depois viria a ser arquivado. Cláudia Abreu conta que o abandono do FNDC ao LID gerou “um tensionamento muito grande” e um racha no FNDC. Dessa forma, o professor Rocha “foi se afastando [do FNDC] e acabou se tornando uma liderança em outro setor [em torno do FDC]” (ABREU, 2016).

É quando entra em crise de vez o breve casamento das livres com o movimento. Andriotti (2004) avalia ter faltado às livres a “experiência de negociação política” que “FNDC, FDC, UCBC, FENAJ, etc., possuem de sobra”. Para a autora, tais entidades viam “que o discurso defendido pelas rádios livres não conseguiria ir muito longe no jogo político, a despeito da legitimidade de suas reivindicações, a começar pelo próprio conceito de ‘rádio livre’, que dá margem ampla e sem limites, para as apropriações e os usos desse meio” (p. 116). A partir daí “o projeto de tornar as rádios legalmente constituídas toma a forma de um movimento de *rádios comunitárias*” (id. p. 124).

Nesse sentido, 1995 foi um divisor de águas. No ano anterior, havia sido criada a Ar Livre (Associação de Rádios Livres e Comunitárias do Rio de Janeiro). Em entrevista para o autor, Taís Ladeira, uma de suas fundadoras, conta que, antes da lei, a Ar Livre dava plantão para os interessados: munidos da Constituição e do Pacto San José de Costa Rica, explicavam que o direito a fazer rádio de baixa potência estava garantido e a condição não era de ilegalidade, mas de *alegalidade*: “esse era o nosso mantra”. Eram distribuídos kits, com modelo de estatuto, instruções técnicas e forma de organização, com discussões sobre missão, programação, participação da comunidade etc. (LADEIRA, 2015). Ao longo de 1994, um grupo começa a discutir uma proposta de lei tendo como base a lei colombiana, considerada a mais avançada da época na América Latina, contando com a colaboração de Marcus Aurélio de Carvalho, da AMARC, e Taís Ladeira e Tião Santos, fundadores da Ar

¹²⁷ O projeto de lei pode ser acessado em <http://www.danielherz.com.br/node/423>. Acesso em 12 de junho de 2016.

¹²⁸ Trata-se do projeto 3232/1992, de autoria do senador Josaphat Marinho (PMDB/BA) que foi arquivado depois da aprovação do projeto 6.446/2013, sobre direito à resposta.

Livre, entre outros¹²⁹. Ladeira conta o modelo organizativo em mente era o de “radioclube, inclusive se referenciando no próprio Roquette-Pinto”, mantido pela comunidade enquanto célula social¹³⁰. Ela faz a autocrítica que tal adaptação olhava “o umbigo do Rio de Janeiro”, sem levar em consideração, por exemplo, comunidades pobres ou amazônicas (LADEIRA, 2015). Esse projeto foi articulado com o FNDC que, na época, discutia que a regulamentação da radiodifusão comunitária fosse por decreto. Em abril de 1995, membros do FNDC e o deputado Fernando Gabeira (PV) entregam a proposta¹³¹ para o Ministro das Comunicações do governo FHC, Sérgio Motta. A partir daí, ele se declara publicamente favorável à “legalização das rádios piratas” e resolve autorizar o funcionamento provisório e experimental de 16 rádios comunitárias. De acordo com Cláudia Abreu, muitos militantes interpretaram aquele aceno governamental como uma pressão das comerciais, por conta das muitas liminares judiciais favoráveis às rádios livres, que estavam liberando seu funcionamento tendo como base o artigo 5º da Constituição (cf. 4.2.3): “esses processos que estavam apenas começando, podiam se espalhar pelo Brasil todo”. Ela também ressalta que o ministro estava aberto *somente* à legalização das comunitárias (ABREU, 2016).

À declaração do Ministro se segue “uma verdadeira ‘corrida para o oeste’ do espectro eletromagnético”, chegando a “ser instaladas cinco rádios livres por dia só no Estado de São Paulo” (COELHO NETO, 2002, p. 59). O FDC, na capital paulista, chega a atender mais de cem pretendentes de livres por semana. No seu congresso interno “as rádios adotam no lugar de livres o nome de comunitárias” e têm novo lema “somos legalistas, pacifistas e de cunho social”¹³². A aliança com os evangélicos vira apoio obstinado: “porta que Deus abre o homem não pode fechar” era o mote do FDC para reiteradamente reabrir “rádios evangélicas fechadas pela Anatel” (id., p. 60). O apoio cristão é reforçado com a criação, em 1996, da

¹²⁹ Em entrevista para o autor, Marcus conta que, numa das reuniões de discussão do projeto de lei, na rádio Tam-Tam, em Macaé, teriam visto um fax em que Leo Tomaz (ARLESP) justificava a não filiação da Reversão à AMARC por “não fazer sentido participar de uma associação mundial com sede no Rio de Janeiro”. Além disso, Marcus destaca ter defendido grandes potências, atribuindo ao fato de ser militante da AMARC Alc, “que nunca vira rádio comunitária como rádio ‘pequetinha’, de baixíssima potência”, inclusive pelas experiências emblemáticas latino-americanas (mineiras bolivianas, rádios chilenas da ANARAP etc.) que “não falavam só pro bairro” (CARVALHO, 2016) e eram em rede.

¹³⁰ O argumento seria recuperado por ocasião da visita ao Brasil da então presidenta da AMARC, Pía Matta, em 21 de junho de 2011. Em reunião com o MiniCom, ouvimos (particpei enquanto representante nacional da AMARC Brasil) o então secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, Genildo Lins, garantir que não haverá dinheiro público para as rádios comunitárias, cuja responsabilidade de sustentabilidade deveria ficar com a própria comunidade.

¹³¹ Trata-se do PL 1.719/96 (Fernando Gabeira/PV-RJ), apensado ao que originaria a Lei 9612/98.

¹³² Disponível em <https://forumdemocracianacomunicacao.wordpress.com/about/>. Acesso em 13 de junho de 2016.

ANCARC – Associação Nacional de Rádios Comunitárias Católicas, que incidiria com propostas para a futura lei.

Em novembro de 1995, acontece no Rio e convocado pelo FNDC, o *I Encontro Nacional de Radiodifusão Comunitária e Livre*, com cerca de 300 participantes e entidades (inclusive o FDC). É quando se consolida o entendimento de “rádios comunitárias como aquelas que têm gestão pública, sem fins lucrativos, operando com baixa potência, com programação plural, e finalidade de servir à comunidade contribuindo para o desenvolvimento local” (GHEDINI, 2009, p. 58).

No ano seguinte, em 26 de agosto de 1996, mais um ator importante é conformado quando 400 representantes de emissoras de radiodifusão comunitária e entidades (entre elas, a AMARC e suas associadas) reuniram-se para fundar a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), em Praia Grande (SP), elegendo Tião Santos (Novos Rumos/Ar Livre) como primeiro coordenador. Já nas discussões precedentes à criação da ABRAÇO aparece a proposta de associar *somente* rádios comunitárias, mas não ONGs, centros de produção e ativistas (como é o caso da AMARC, que, de acordo com Marcus, “não tem preconceito de antena”¹³³), restrição que vence no congresso fundador da ABRAÇO (CARVALHO, 2016).

Também em 1996, o FDC organiza um *II Encontro de Rádios Livres e Comunitárias*, na Câmara Municipal paulistana. “Mediante votação que durou dois dias, com 200 radiocomunitaristas”, ali teria sido aprovado “uma extensa minuta de anteprojeto de decreto presidencial, elaborada pelo professor Rocha”. As discussões resultariam no documento-base para o PL 1521/96, subscrito por um deputado de centro-direita, Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) (COELHO NETO, 2002, p. 62).

Como se vê, a lei de radiodifusão comunitária brasileira bebe de muitas fontes: como indica um documento da época: “de uma hora para outra, todos queriam ser ‘o pai a criança’, outras propostas foram apresentadas por parlamentares (como, por exemplo, o projeto da UDR – a União Democrática Ruralista – e o das igrejas pentecostais), com cada grupo elaborando uma lei que fosse mais conveniente aos seus interesses” (CEMINA, 2000, p. 42). De todo modo, “como o primeiro Projeto de Lei foi apresentado pelo deputado Arnaldo Faria

¹³³ Nesse sentido, rádios católicas que adotam mecanismos democráticos em seus processos, também são “associáveis” a AMARC América Latina. Marcus cita a Rádio Regional Cícero Dantas (Bahia), afiliada à AMARC Brasil nos 1990, uma “rádio católica onde umbandista falava, evangélico... era uma rádio com uma fonte de democracia interna, mesmo tendo o limite de ser de uma diocese” (CARVALHO, 2016).

de Sá, todos os demais [seis projetos] foram apensados a ele” (LUZ, 2011, p. 60)¹³⁴ na discussão do projeto de lei da 9612.

No seu dossiê¹³⁵ consta a íntegra de todos os apensados, inclusive o 1895/96, do deputado Pedrinho Abraão (PTB-GO), cujas proposições foram totalmente ignoradas. Nas justificativas, cita o caso italiano de regulamentação das rádios de baixa potência que abriu espaço para as sem fins de lucro e para as de pequeno porte comerciais, citando, inclusive “a realidade de que 80% (oitenta por cento) das emissoras livres e comunitárias [brasileiras] são de microempresas” (BRASIL, 1998, p. 217). A elaboração teria levado em conta as propostas do FNDC (no caso das comunitárias) e de uma Confederação Nacional dos Meios de Comunicação de Baixa Potência. Versando sobre a “radiodifusão de Baixa Potência nas modalidades Livre, Comunitária e Microempresa” permite, respectivamente, concessões para: *indivíduos*, mas sem possibilidade de remuneração ou propaganda; *comunidades*, a partir de uma associação sem fins de lucro, com possibilidade de propaganda; *microempresas* (com subdivisões, como *shopping centers*, bairros, distritos etc.), com possibilidade de propaganda. Seriam possíveis concessões de rádio (50 w) e TV (150 w), sem finalidades específicas de programação, somente sob “preceitos constitucionais e respeito aos valores éticos”.

Na análise que fizemos da primeira versão do projeto-base (1521/96, de Arnaldo Faria de Sá, ou seja, via FDC), ainda havia diferenciação de livres (“sem qualquer vínculo com uma comunidade”, art. 2º) de comunitárias (“sirva de veículo para a expressão de uma comunidade”, art. 3º). Mesmo exigindo de ambas estar “legalmente constituída sob forma de associação sem fins de lucro”, somente as comunitárias teriam “três diretores” e um “Conselho Comunitário integrado por pelo menos cinco entidades da comunidade” (art. 4º), demonstrando que as livres-libertárias foram parcialmente contempladas no pré-projeto. A definição de comunidade atrela afinidade à questão geográfica ao entendê-la como “uma população estabelecida em *local bem delimitado* e com interesses comuns” (art. 2º, grifo nosso), o que justifica a limitação de potência (50 w para rádio e 150 para TV) (art. 6º). Regendo rádio e TV aberta¹³⁶, falava-se em cota de 30% das frequências (art. 5º)¹³⁷; apenas

¹³⁴ Tratam-se dos seguintes: 1.663/96 (Franco Montoro/PSDB-SP); 1.719/96 (Fernando Gabeira/PV-RJ); 1.776/96 (Confúcio Moura/PMDB-RO); 1.788/96 (do Poder executivo); 1.797/96 (Aldo Arantes/PCdoB-GO), e; 1.895/96 Pedrinho Abrão/PTB-GO).

¹³⁵ Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193159>. Acesso em 13 de junho de 2016.

¹³⁶ Uma das primeiras vitórias do FNDC aconteceu em 1995, com a sanção da Lei da TV a cabo que, além de exigir a instalação do Conselho de Comunicação Social, contemplava a presença de canais diversos, entre públicos, comunitários, legislativos e universitários.

suspensão em caso de interferências (art. 7º); “certificado” (não outorga) do Poder Público com validade de 10 anos (art. 9º); permissão de publicidade e cessão de horários (art. 15º), mas já proibia a criação de rede (art. 16º). Na justificação do projeto de Arnaldo Faria de Sá lemos: “baseamo-nos em recomendações do Fórum Democracia na Comunicação, associação que congrega cerca de 30 entidades de âmbito nacional e 300 entidades regionais” (p. 12). Já no primeiro substitutivo o termo “rádio livre” desaparece, a reserva de 30% cai para dois canais e as rádios ficam desprotegidas em caso de interferência das comerciais (p. 42-50). Nas seguintes versões, aumenta-se a burocracia, diminui-se progressivamente a potência até permitir somente 25 watts e vai limitando publicidade desde o máximo de 10% da programação até a proibição total.

Quanto à sustentabilidade econômica, chama à atenção a emenda de um deputado do PSDB, Domingos Leonelli, que solicita “isonomia entre as rádios comunitárias e as emissoras comerciais” no que se refere à possibilidade de publicidade, “sob o ângulo da livre concorrência, das chamadas leis do mercado”. Sua argumentação é de que “quanto mais livre, ágil, plural e publicitariamente competitiva for uma rádio comunitária, mais e mais estará assegurada a sua autonomia” (Emenda 54, p. 309); as demais emendas do tucano seriam favoráveis às rádios comunitárias. O mesmo quanto ao deputado Jacques Wagner (PT), autor de várias delas, entre as quais a que afirma ser “injustificável admitir na lei que as emissoras comunitárias venham a ser prejudicadas (...) pelas eventuais interferências provocadas pelas emissoras convencionais” (Emenda 9, p. 356), desproteção depois conservada na lei. O que se contrasta com as diversas emendas restritivas do deputado Arolde de Oliveira (PFL) (p. 358 a 369), todas posteriormente mantidas na lei, como canal único (Emenda 11/96), proibição de publicidade (Emenda 13/96) e diminuição a 25 watts com a justificativa da “implantação de maior número de emissoras por região” (Emenda 14/9)¹³⁸. As emendas favoráveis sugeridas pelo deputado Paulo Cordeiro (PTB) referenciam explicitamente o FDC (10 a 22, p. 421-434) ou a ANCARC (23 a 29, p. 435-446), todas sem sucesso.

Dioclécio Luz, pesquisador e então assessor parlamentar, participou das negociações e afirma ter sido a ABERT “uma das principais definidoras da futura lei” (LUZ, 2008). Quem também participou foi José Sóter, mais de uma vez coordenador executivo da ABRAÇO,

¹³⁷ Nenhum dos projetos falava em frequência única. A proposta de Fernando Gabeira (advinda do FNDC) falava em “pelo menos duas” por localidade, o mesmo de Confúcio Moura (1.776/96). As demais deixam a definição para o plano de frequências.

¹³⁸ O deputado é conhecedor do tema: “Arolde de Oliveira (PFL) mantinha-se como um dos pastores-radialistas mais ativos na política regional. Antes do início da campanha de 1994, o pastor apresentava diariamente em uma das rádios de sua propriedade (a El Shadai FM) o programa O cristão e a política” (MOREIRA, 1998, p. 122).

contando que “trocamos os 300w¹³⁹ [do projeto original] por 25w (...) aceitamos a negociação tendo-a como lei mínima, apenas para criar o serviço de radiodifusão comunitária e as comunidades pudessem sair da ilegalidade imposta pelo governo”¹⁴⁰. Enfim, as 859 páginas do dossiê são o roteiro da desconstrução de um projeto que, nascendo já limitado em todas suas fontes, termina exíguo¹⁴¹: suas várias restrições legais (cf. 4.2.1) e distorções no processo de outorga (cf. 4.2.2) impõem duras condições para (quando não inviabiliza) o desenvolvimento da radiodifusão comunitária legalizada no Brasil, além de criar uma série de armadilhas que favorecem a fragmentação interna desses atores.

3.3 CONTROVÉRSIAS NO MUNDO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Tendo em vista que um movimento social de rádios comunitárias (ator político coletivo) foi conformado como resposta à ação do Estado (sociedade política), as suas controvérsias serão mais bem iluminadas se decifradas à luz da postura de seus atores frente a esse mesmo Estado. Vamos nos concentrar em *quatro* delas, que nos parecem ser as que mais diretamente afetam os caminhos discursivos e políticos do movimento.

A primeira se refere a uma *permanente campanha de deslegitimação* das rádios comunitárias. Levada a cabo pelos seus adversários, condiciona a legitimidade desses atores à chancela dada pelo Estado, fazendo uso de preconceitos, meias verdades e mentiras. Podemos considerá-la uma controvérsia externa, já que há consenso interno no movimento de que a legitimidade de uma rádio comunitária independe da legalidade.

A segunda é a própria *fragmentação* do movimento de rádios comunitárias. Assim como a externa, essa controvérsia interna é alimentada por preconceitos e disputas. Porém, aqui a disputa é em torno de ideias (sobre rádio comunitária) e do Estado (sua recusa ou sua tomada, e em que termos).

As duas últimas controvérsias se referem aos *proselitismos político-partidários e religiosos*, que podem ser eventuais, duradouros ou de instrumentalização total da emissora. Elas têm uma face externa e outra interna. As inúmeras restrições legais, o próprio formato

¹³⁹ Nenhum dos projetos apensados versa sobre 300 watts.

¹⁴⁰ Disponível em <http://www.agenciaabraco.org/site/perseguiacao-a-criminalizacao-das-radios-comunitarias-por-filiacao-partidaria/>. Acesso em 18 de junho de 2016.

¹⁴¹ Isso fica expresso no recurso parlamentar nº 165 (junho de 1997), do deputado Ricardo Barros (PMDB) e subscrito por dezenas de deputados, solicitando reapreciação do plenário por entender que o substitutivo fizera do projeto original “uma miniatura, tornando-o contrário a Constituição Federal e à Convenção Americana dos Direitos Humanos” ao “criminalizar uma atividade, que hoje, tem cobertura garantida do Poder Judiciário (mais de 80 liminares)” (p. 628).

da lei e o processo de outorga (cf. 4.2.1 e 4.2.2) facilitaram que antigos adversários, sempre à espreita, irrompessem para o interior das rádios comunitárias. Mas não só eles: as armadilhas estatais favorecem a descaracterização do seu projeto político também via antigos aliados orgânicos. A complexidade desse processo exige análise individual, mas não nos exime de discuti-lo, sob o risco de descaracterização da radiodifusão comunitária como um todo. Como na revolução orwelliana, os inimigos dos bichos sempre foram e continuarão sendo os homens... o difícil é saber quando agir e quais armas usar contra os porcos-transmutados-em-homens, principalmente sem que isso signifique tornar-se... também homens.

3.3.1 A permanente campanha deslegitimadora

Por se tratarem de atores políticos cuja realização das atividades (radiofônicas) depende de um bem (espectro radioelétrico) controlado pelo Estado, não surpreende que a questão da *legalidade* sempre fora pauta na história das rádios comunitárias. A esse, que é um fato mais político-estatal, está ligado um fator mais político-social: a *legitimidade*. Os dois conceitos estão sequentes no Dicionário de Política (BOBBIO et al, 1983) e, ainda que por coincidência, sua relação é orgânica e de mútua dependência.

No verbete que lhe coube, Bobbio aponta que *legalidade* é, ao mesmo tempo, um *atributo* e um *requisito* do poder, ao menos no Estado moderno, para o qual ela é um dos pilares. No lugar da insegurança de uma ordem arbitrária (anárquica ou tirana), a legalidade impõe a liberdade de escolha ao indivíduo (cumprir ou não cumprir) frente à previsibilidade de normas gerais e abstratas (leis) e suas consequências (BOBBIO et al, 1983, p. 675). Ainda que, sabemos, tal garantia depende da própria aplicação da lei.

A legalidade – que significa as leis acima do Príncipe e não o contrário – já aparece como fundamento do “bom governo” desde os gregos. Porém, de acordo com Weber, o princípio da legalidade se concretiza somente no Estado moderno constitucional ou Estado de direito (“legal e racional”) que “tem sua própria *legitimidade* no fato de ser definido por leis e exercido de conformidade com as leis que a definem” (id., p. 674, grifo nosso). A dependência é circular: “a fé na legitimidade se resolve em fé na legalidade, e a legitimação da administração que transmite o comando político é uma legitimação legal” (v. Estado contemporâneo, BOBBIO et al, 1987, p. 402). Assim como a *legalidade* é um atributo e um requisito do *poder*, a *legitimidade* é um atributo e um requisito da *legalidade*. Para que a pena

legal seja exercida (e sua imposição seja aceita) ela deve ser entendida como legítima pelo conjunto da sociedade.

É nesse viés que Lucio Levi começa seu verbete vinculando *legitimidade* à própria ideia de *consenso*, essa capacidade de tornar o exercício do poder independente do uso da força. Dessa forma, “todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão” (id., p. 675). Disso decorre que a *legitimidade* “é uma situação nunca plenamente concretizada na história”, precisamente porque depende do grau de *consenso* (quanto a uma lei, a um governo etc.) e *consenso* é coisa essencialmente instável porque fruto de permanente disputa entre as diferentes forças da sociedade. Daí que, a fim de alcançar legitimidade, a legalidade se apoia em argumentos socialmente aceitos para sua aceitação social.

A esfera da legalidade assinala a maturidade do *Estado moderno* e também coincide com o gerenciamento do poder pelas classes dominantes baseado no discurso *jurídico* e *técnico*. Trata-se daquele poder “legal-racional” weberiano, uma sofisticação do controle da ordem instituída porque então calcada no saber especializado, restrito a especialistas. Já no caso do *Estado contemporâneo*, ainda que não negue totalmente a estrutura anterior, há uma exigência de *sobressofisticação da legitimação*. Isso deve a própria complexificação da sociedade civil, cada vez mais prenhe de discursos e contradiscursos que põe em xeque uma legitimidade naturalizada da lei. Aparece, então, uma “nova racionalidade, não mais de tipo legal-racional” (id., p. 403), ainda que apoiada na racionalidade anterior (discurso jurídico e técnico) para explorar o novo modo como o indivíduo vê sua relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo: um exemplo da hegemonia dessa nova racionalidade subjetivista é a noção de *risco*.

Apoiando-se em Foucault (1983) e Deleuze (1992) quanto à passagem de uma sociedade disciplinar, fundamentada na norma e na vigilância (século XIX) para uma sociedade de controle (século XX), baseada na interiorização da norma e no controle do desejo, Paulo Vaz tem apostado no conceito de risco como substituto do de norma:

Se uma sociedade se define pelos valores que propõe como positivos e se estes emergem por negação da negação, a passagem da disciplina ao controle é também a passagem da norma ao risco como conceito primário a partir do qual se pensa a relação dos indivíduos consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Os valores maiores de nossa sociedade parecem ser (...) [no caso da] relação com os outros, a tolerância, a segurança e a solidariedade (VAZ, 1999, p. 11).

Quanto a nós mesmos, como vimos (cf. 2.2.1), os valores no topo da hierarquia social impelem à busca pelo bem-estar, autoeficiência e autocontrole, na corrida pelo auspicioso

projeto de nós mesmos. No caminho, estão interpostos (e “cientificamente comprovados”) riscos, a mim, ao outro e ao nosso ambiente. Como explicara Paulo Vaz em aula sobre o tema, quando associado à ideia de *não dano*, o risco fala da interdição da minha ação cujo limite é o outro, a quem devo respeitar em sua busca e desejos, tão soberanos como os meus (2012). Sem consenso moral na sociedade (Deus morto), cada qual pode fazer o que quiser, mas sem causar dano ao outro, ao ambiente e a sociedade.

O professor também destaca ser o risco um conceito temporal e de dupla contingência: por um lado, avisa quanto a um possível acontecimento futuro e possível de ser evitado no presente; por outro, a contingência do risco se refere a uma decisão. No fundo, o risco “pretende conectar fato e valor, ser ao mesmo tempo verdade e lei. Sua ambição seria substituir a atividade de valoração pelo cálculo do futuro” (VAZ, 1999, p. 12). Note-se que não são abandonados mecanismos antigos: o arrependimento (moderno) não está no passado, mas no futuro (arrependimento prévio). É num enlace de mecanismos disciplinares e de controle, vinculando legalidade, legitimidade e risco, que foi construída a principal controvérsia externa em torno das rádios comunitárias.

Na maioria dos países, essas emissoras surgem antes do reconhecimento legal que, em alguns casos, nunca vem ou demora muito a acontecer (cf. 4.1). Dessa forma, com ou sem intenção, elas iniciam sua história sob a pecha de *clandestinas* ou, num termo recorrente, *piratas* (“*pirate radio*”, na Inglaterra e EUA; “*rádios truchas*”, na Argentina; “*Seesender*” [rádio no mar], na Alemanha; etc.).

O termo se refere a uma prática europeia, das décadas de 1950/60, que contestava o monopólio radiofônico estatal, presente em muitos países do continente: a partir de águas de jurisdição internacional, emissoras montadas em barcos apontavam seus transmissores para o continente: foram os casos das rádios *Merkur* (Dinamarca), *Nord* (Suécia), *Verônica* (Holanda) e *Caroline* (Inglaterra). Como costumavam erguer a bandeira negra “encaveirada” dos corsários, chamaram-nas de *piratas*. Mas, contando essa história a partir das livres, Masagão afirma que

eram “piratas” também num outro sentido (...) buscavam o ouro, através da conversão do rádio num veículo comercialmente lucrativo. Eram financiadas basicamente por multinacionais como a *Ford*, *Lever* ou *American Tobacco*, que tinham interesses comerciais no mercado europeu e precisavam fazer seus informes publicitários perfurarem o edifício do monopólio (MASAGÃO et al, 1986, p. 60).

Todas as histórias sobre as livres registram o *embarque* das comerciais sem outorga no movimento, minando-o por dentro, cedo, tarde ou para sempre. Por isso, Masagão quer diferenciá-las, devido a “enorme confusão terminológica nessa área”.

Tal confusão é bem-vinda e bem estimulada pelas comerciais outorgadas: seja pela concorrência publicitária ou pela aliança com poderes locais, elas têm sido um inimigo comum das comunitárias em quase todos os países. Por isso, capitaneiam uma permanente campanha, publicitária e noticiosa, que relaciona rádios piratas a livres, clandestinidade a crime, desconsiderando a desobediência civil e os problemas legais.

No caso brasileiro, isso aconteceu já no alvorecer do movimento. Logo após a realização do 3º Encontro das livres, na cidade fluminense de Macaé (1991), a associação que representa os radiodifusores comerciais de São Paulo escreveu em seu boletim: “a realização de um encontro de ‘rádios livres’, eufemismo com que se autodenominam os operadores de estações que agem clandestinamente, causou profunda revolta entre os empresários da radiodifusão de São Paulo e Rio” (NUNES, 1995, p. 79). Ainda hoje, muitos militantes não se importam com a pecha de piratas ou ilegais e/ou problematizam tais conceitos. Em nossa visita à Muda (cf. Anexo C.10) nos deparamos com o adesivo de Al Capone e a pergunta: “Illegal?!?! Defina legal, porfa...”. Mas há registro que a Xilik, já em 1985, teria lançado o slogan “piratas são eles, nós não estamos atrás do ouro”, rechaçando o termo e ressaltando o caráter sem fins de lucro e a desobediência civil. A campanha “rádio pirata é crime: denuncie” nunca cessou: se antes pelos spots radiofônicos, agora também estampa páginas da internet¹⁴².

Com aquela virada terminológica dos anos 1990 e a consolidação do termo “comunitária”, inclusive na letra da lei, a lógica semântica teve que só acrescentar mais um significante à cadeia discursiva; já o reforço das conexões de significado fica garantido pelas notícias de fechamentos de rádios sem outorga, que se valem da “enorme confusão terminológica”. Para além da mídia comercial e do público leigo¹⁴³, os sintomas aparecem inclusive no Estado. De modo indireto e com resultado perverso, podemos citar a visão do Judiciário brasileiro transparecida na decisão majoritária (54%) dos juízes em seguir pela ação criminal (em vez da administrativa, possível) quando se trata de radiodifusão sem licença, em sentenças quase sempre (86%) unânimes (cf. 4.2.3). Já os sintomas diretos transparecem, por exemplo, no relatório da Anatel quando utiliza como sinônimos “clandestina” e “comunitária” (cf. 4.2.4). Porém, mesmo em instâncias nobres de

¹⁴² Inclusive a busca pela expressão no Google tem como primeiro resultado uma página da ABERT: <http://www.abert.org.br/web/index.php/menuradiodifusao/menuradioilegal>. Acesso em 11 de julho de 2016.

¹⁴³ São reveladores os resultados de um exercício que o autor tem feito antes de tratar do tema da radiodifusão comunitária em debates e palestras com públicos leigos. Quando solicitados, no início da conversa, a comentar as três primeiras ideias que vêm à mente com a menção do termo “rádio comunitária”, na grande maioria das vezes, a sequência é: “comunidade”, “pirata” e “derruba avião”.

representação estatal isso acontece: em março de 2013, a ONG Artigo 19 e a AMARC Brasil apresentaram denúncias à Corte Interamericana de Direitos Humanos (OEA), em Washington (EUA), referentes a violações ao direito humano à comunicação por parte do estado brasileiro¹⁴⁴. Para a audiência, o MiniCom não se preocupou em enviar um representante para responder às denúncias, destacando alguém da embaixada local e que utilizou repetidamente o termo “rádio clandestina”. No documento em que respondem aos questionamentos dos comissionados da OEA, as entidades denunciadoras criticam o fato, argumentando ser um termo que

carece de fundamentos jurídicos democráticos e inscreve-se numa problemática continuidade de regimes políticos repressivos. Foi usado (entre outros) pelo governo nacional-socialista alemão para se referir às estações de combatentes da resistência francesa e também pelas ditaduras latino-americanas, incluso as brasileiras. [É] preocupante o reflexo de estigmatizar e criminalizar de maneira genérica todas as estações que não cumprem com 100% das exigências regulamentárias.¹⁴⁵

Os efeitos dessa campanha nas rádios são sentidos desde quando nascem. Como vimos na fala do Padre Manoel Beserra, um dos idealizadores da Independência, a primeira tarefa na estruturação da rádio foi lutar contra o estigma de “pirata” (cf. Anexo C.4). Leônio Gomes, da Utopia, imputa a dificuldade para atrair novos colaboradores, em parte, a esse mesmo estigma (Anexo C.8). No caso de livres, o principal motivo de a Terra Livre tentar pela terceira vez a outorga é a pressão do poder público local, dos anunciantes e dos ouvintes que questionam sua legitimidade (Anexo C.9).

Porém, como foi dito, o simples recurso à ilegalidade seria estratégia frágil para, sozinho, desmontar a legitimidade das rádios comunitárias em sociedades em que elas também são atores políticos ativos. Na permanente disputa pelo consenso do seu próprio significado social, elas também apresentam suas armas: seus microfones, sua influência nas comunidades e o apoio de seus aliados, como a academia e instâncias internacionais. Nessa batalha, o argumento jurídico, desde cedo, teve de buscar amparo no argumento técnico para construir (mesmo sem comprovar) o argumento de *risco* da radiodifusão sem licença: dessa forma, além da vergonha do crime e do medo do castigo, aciona-se a responsabilidade pelo

¹⁴⁴ Disponível em <http://amarcbrasil.org/entidades-levam-estado-brasileiro-a-oea-por-nao-garantir-direito-a-comunicacao/>. O documento final que baseia as denúncias pode ser acessado em: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2013/03/CIDH-RadCom-Documento-final-3.pdf>.

Ambos acessados em 11 de julho de 2016.

¹⁴⁵ Disponível em <https://audienciapublicaradioscomunitarias.files.wordpress.com/2014/08/respostas-aos-comissionados-radios-comunitarias-brasil.pdf>. Acesso em 13 de julho de 2016.

risco de dano (no caso, catastrófico) ao outro. Na entrevista que concedera a alunos da PUC, em 1982, Guattari já advertira seus pares

Os técnicos nos diziam: “o que vocês fazem é perigoso. Vocês são uns irresponsáveis. Vocês podem entrar na frequência da rota dos aviões, de ambulâncias ou da polícia. Vocês podem desencadear uma catástrofe urbana”. Na realidade, nada disso aconteceu. O medo que eles tinham era que se pudesse instaurar uma bagunça no plano social, e que esse tipo de rádio (...) [fosse] caixa de ressonância a movimentos políticos muito fortes (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 109).

Mas antes do francês, o movimento italiano já experimentara o mesmo, quando, no auge da repressão, em março de 1977, a Alitalia argumentara sobre o risco de as rádios derrubarem aviões por interferirem na comunicação com os pilotos (cf. GHEDINI, 2009, p. 48). No caso das comunitárias estadunidenses (cf. 4.1.4), a primeira ação das associações de rádios públicas e comerciais, quando da discussão sobre uma lei para as *Low Power FM*, em 2000, foi uma campanha, junto ao congresso americano, acerca do risco de “caos no ar”. Em El Salvador, até hoje as comunitárias não conseguem emplacar uma lei por conta da ação cuidadosa das comerciais no parlamento (lobby político) e nas consciências (acusação de pirataria).

No Brasil o argumento de que rádio pirata derruba avião é o mais repisado em todas as peças publicitárias e noticiosas sobre o tema. O movimento de rádios comunitárias e seus aliados colocam muita energia para provar a improbabilidade mesmo da interferência quanto mais de um acidente aéreo. São, sim, frequentes os casos de interferências de rádios FM na comunicação dos pilotos com a torre de controle, mas elas normalmente provêm de emissoras com alta potência. Ademais, não há risco de acidentes por tal motivo devido à possibilidade de o piloto trocar o canal e/ou fazer ponte com outras aeronaves, garantindo a comunicação com o aeroporto¹⁴⁶.

Pesquisadores acadêmicos, engenheiros elétricos, ligados a um dos maiores centros de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações e TI da América Latina, o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), realizaram um amplo estudo a partir de dados obtidos junto à Anatel a respeito de incidentes aéreos. No que se refere a interferências, eles apontam que “a potência do transmissor é, em geral, superior a 300 watts” e “em *nenhum caso*, houve interferência provocada por emissora comunitária operando em 25 watts” (TOME et al, 2008, p. 1225, grifo nosso). Enfim, o estudo conclui “que não é

¹⁴⁶ Isso foi dito publicamente por ninguém menos que Constantino Oliveira Junior, presidente da viação Gol, por ocasião da CPI do Apagão Aéreo, em 2007. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2007/05/31/ult1913u69962.jhtm>. Acesso em 11 de julho de 2016.

possível estabelecer um vínculo de causalidade entre rádios comunitárias e acidentes aéreos, ou sequer com as interferências observadas nas faixas de radiocomunicação e radionavegação aeronáuticas” (p. 1214). O estudo não impediu que, um ano depois, a Anatel destruísse, sob o holofote midiático, 8 toneladas de equipamentos apreendidos de rádios sem outorga no aeroporto de Congonhas (cf. 4.2.4): afinal, como vimos, a nova lógica da legitimidade não depende mais do legal-racional: o “vínculo de causalidade” pode ser substituído pela imagem e pela tautologia.

Por fim, cabe destacar o resultado da polêmica na lei 9612: nenhum dos projetos apensados propunha frequência única para radiodifusão comunitária. Isso foi aparecer na comissão parlamentar analisadora, por parte de um deputado do então PFL, justificando sua inclusão como “indispensável para o efetivo controle das transmissões” (BRASIL, 1998b, p. 238) e “única garantia de que as inviolações (sic) não afetarão outras transmissões” (p. 239).

3.3.2 O movimento partido

Se, mais acima, corremos o risco de termos sido enfadonhos no detalhamento das vertentes e do processo de legalização das comunitárias brasileiras, com seus muitos personagens, siglas, projetos de lei etc., é porque precisávamos historicizar as diferentes concepções e intenções existentes naquele primeiro momento de conformação do movimento e que desembocariam no processo de legalização. Sem dúvida, a lei 9612 está longe de ser uma síntese democrática das diferentes forças daquele momento histórico. Fundamentalmente, ela é resultado do poder mutilador de um poderoso lobby empresarial (ABERT) amparado por um governo neoliberal e agindo sobre um congresso subserviente e com interesses particularistas no tema. Porém, nos antecedentes da lei é possível catar concepções e intenções que, em parte, explicam o seu resultado. No fim das contas, ainda que deformados, na letra da lei “venceram” o modelo organizativo de ação política hegemônico da época e o entendimento de rádio comunitária como instrumento de conquista do Estado.

As propostas, a pluralidade e a diversidade

A multiplicidade dos interesses envolvidos transparece nas sete propostas de lei que confluem na 9.612: duas são do partido do governo da época (PSDB), uma do [a] *Poder Executivo* e outra de [b] *Franco Montoro*, ambas, de caráter bastante restritivo, basicamente

consolidando os interesses do monopólio comercial já estabelecido; a de [c] *Confúcio Moura*, ainda que não fique clara a fonte, sua justificativa de “adequar a lei para a expressão das *pequenas* comunidades, *sem* comprometer as atividades da radiodifusão comercial” (BRASIL, 1998, p. 199, grifo nosso), dão pistas de seus auspícios; duas são do movimento pela democratização da comunicação, uma de [d] *Fernando Gabeira (proposta do FNDC)* e [e] de *Arnaldo Faria de Sá (proposta do FDC)*, cujas diferenças analisamos mais acima; a de [f] *Aldo Arantes*, que reflete as propostas do PCdoB, cujas justificativas denunciam a concentração “nas mãos de empresários do setor privado” e advoga espaço para “entidades representativas dos trabalhadores”; a [g] de *Pedrinho Abraão*, do PTB (partido de centro), que comentamos mais acima pela peculiaridade de abarcar livres (inclusive indivíduos), comunitárias e microempresários (comércios), justificando, inclusive “*realidade*” de que 80% das emissoras de baixa potência pertenciam, de fato, a microempresas.

Se analisarmos os projetos de lei, a partir da perspectiva da pluralidade e/ou diversidade, teremos a seguinte sistematização:

reserva de espectro: falavam em reserva percentual apenas as propostas de [e] Arnaldo Faria de Sá (FDC) (30%, seguindo o artigo 223 da Constituição) e de [f] Aldo Arantes (advinda da área sindical) (20% para rádio e 10% para TV). As propostas de lei apresentadas por [d] Gabeira (FNDC) e [c] Confúcio Moura propunham *pelo menos* dois canais por localidade e as demais não especificavam. Ou seja, com exceção de [e] e parcialmente a [f], as demais acabavam compelindo as emissoras comunitárias para a pluralidade interna (um canal expressando as diversas correntes da localidade) tendo em vista a pouca possibilidade de canais em um mesmo local, com prejuízos para a diversidade (de grupos minoritários, sem representatividade ou efêmeros, que teriam poucas chances de acesso);

alcance: todas as propostas falavam em acesso a outorgas de *baixa potência em rádio e TV* (apenas as propostas do [a] Poder Executivo e de [b] Franco Montoro restringiam à radiodifusão sonora). Como se vê, se, por um lado, as propostas reivindicavam acesso às duas tecnologias então disponíveis, por outro, *nenhuma* previa concessões de grande alcance para sociedade sem fins de lucro. Isso implicitamente excluía a possibilidade de acesso de entidades regionais e nacionais (como sindicatos e associações de grande porte) e suas contribuições para a pluralidade em esferas mais amplas que a comunitária. Em última instância, também compeliavam à pluralidade interna;

exigências da programação: enquanto as do [a] Poder Executivo, [b] Franco Montoro (PSDB), [c] Confúcio Moura e [d] Gabeira (FNDC) fazem exigências conteudísticas

específicas (ligadas a princípios plurais e valores comunitários), as de [e] Arnaldo Faria de Sá (FDC), [f] Aldo Arantes (PCdoB) e [g] Pedrinho Abraão (a que inclui microempresários) apenas mencionam que deveriam ser seguidos preceitos constitucionais e respeito aos valores éticos. Nesse sentido, enquanto as quatro primeiras focavam na pluralidade (conteúdos representativos da comunidade), as três últimas caminharam no sentido da diversidade (garantia de abertura não proporcional);

atores sociais: exceto duas, as demais propostas restringiam o acesso a pessoas jurídicas sem fins de lucro, com conselhos (ou seja, caminham na solução pluralista). As exceções são de [e] Arnaldo Faria de Sá (FDC) que exige personalidade jurídica para livres e comunitárias, mas no caso das livres desatrela-as de conselhos, e; a de [g] Pedrinho Abraão, que chega a permitir acesso a indivíduos (livres), entidades comunitárias (somente essa com conselho) e também microempresas (comércio). Essa última é a única proposta que buscava dar conta da pluralidade e da diversidade.

Como podemos ver no Quadro 3, a partir dessa breve análise, podemos notar que os projetos caminhavam mais para a pluralidade que para a diversidade, com exceção do [g] e parcialmente do [e], que procuram equilibrar ambas as perspectivas.

Quadro 3 – Classificação das propostas legais em relação ao pluralismo e à diversidade

	<i>Reserva de espectro</i>	<i>Alcance</i>	<i>Exigências da programação</i>	<i>Atores sociais</i>
Pluralidade	[a] [b] [c] [d] [g]	[a] [b] [c] [d] [e] [f] [g]	[a] [b] [c] [d]	[a] [b] [c] [d] [f]
Diversidade	[e] [f (<i>parc.</i>)]		[e] [f] [g]	[e (<i>parc.</i>)] [g]
<i>Legenda:</i> [a] Poder Executivo (governo); [b] Franco Montoro (PSDB); [c] Confúcio Moura; [d] Gabeira (FNDC); [e] Arnaldo Faria de Sá (FDC); [f] Aldo Arantes (PCdoB, área sindical); [g] Pedrinho Abraão (PTB, microempresários) parc.: parcialmente				

Sem dúvida, pluralidade e diversidade dificilmente são garantidas ao mesmo tempo, sendo necessário priorizar uma em detrimento da outra. Além disso, os fatores analisados são interdependentes: por exemplo, uma proposta como a [f] de Aldo Arantes, ainda que reserve espectro, quando restringe o alcance e impede o acesso de atores sociais não jurídicos, acaba caminhando para a pluralidade em detrimento da diversidade. Além do mais, mesmo que todas as propostas fossem tão ou mais amplas quanto à [g], provavelmente o lobby da ABERT teria encaminhado o resultado para [a] e [b], do governo, na verdade, muito próximo do que é a 9612.

Porém, o que nos interessa aqui é analisar as *intenções* (conscientes ou não) dos projetos, particularmente os mais influentes da sociedade civil (de [d] Gabeira/FNDC e [e] Arnaldo Faria de Sá/FDC). O que se percebe é uma busca por garantir espaços democráticos e *representativos* para a sociedade civil *não* empresarial: isso é mais incisivo no de [d] Gabeira que no de [e] Arnaldo/FDC, que incluiria as livres (ainda que as exigisse institucionalidade jurídica). Mas nenhum dos dois tinha a reflexividade (pluralidade) e abertura (diversidade) de [g] Pedrinho Abraão. Num lugar intermediário estaria o [f], como dissemos mais acima. Porém, assim como [d] Gabeira/FNDC e [e] Arnaldo/FDC, apresenta uma visão excludente, como se pluralidade e diversidade (de ideias, política, cultural etc.) fosse algo a ser garantido somente pela sociedade civil não empresarial, à revelia dos demais atores. Esses, fortes e muitos, não tardaram a irromper para o já pequeno espaço reservado às comunitárias. Dessa forma, ao buscar exclusividade para a parcela da sociedade civil considerada mais frágil, o que se conseguiu foi vulnerabilizar justamente quem se pretendia contemplar, ainda mais impotentes aos ataques externos, com a restrição à sustentabilidade econômica (cf. 4.3.1).

“Legalistas” versus “libertárias”

Uma controvérsia interna inicial para quem primeiro se inteira do movimento de rádios comunitárias é a sua fragmentação. Por um lado, isso reflete a própria diversidade de origens e modos de se fazer rádio comunitária, resultado também da variedade de causas e frentes de luta a que estão engajadas: aí está sua riqueza e relevância social. Por outro lado, tal fragmentação tem enfraquecido a luta *das* rádios comunitárias e suas transformações são simultaneamente resultado e fonte de tal fragmentação. Nos detalhes contam também disputas personalistas e vaidosas de poder. Em boa medida, isso se deve ao elementar fato de que o movimento não é um ente inanimado composto somente por entidades, institucionalidades e histórias, mas, antes e acima de tudo, por pessoas, em seus sonhos e projeções, ideais nobres ou nem tanto. De todo modo, mesmo essas disputas *menores* e interpessoais devem ser lidas como expressões individuais de disputas coletivas e *maiores*, relacionadas a diferentes concepções de *rádio comunitária*, de *Estado* e de *governo*.

A primeira ruptura aconteceu (não por acaso) antes mesmo da lei. Essa divisão original, que ainda se mantém no movimento, tem como ponto de partida (mas somente ponto de partida) a própria legitimidade da legalização: de um lado, ficaram as rádios

comunitárias (propriamente ditas, também chamadas de *radiocomunitaristas* ou legalistas) e, de outro, as rádios livres (ou libertárias ou autonomistas).

Como vimos, ainda que cronologicamente as primeiras rádios comunitárias surjam da vertente popular e de base (1960), o nascimento do movimento acontece somente na e *pela* vertente juvenil e universitária (1980). Menos que uma tola disputa por pioneirismo, o importante aqui é destacar que o processo de conformação política acontece num momento em que raízes (organizativas e conceituais) da primeira já estavam fincadas: ou seja, o movimento nasce numa fratura originária.

O primeiro sintoma aparece já na Constituinte: o movimento das livres está florescendo em São Paulo, sua pauta chega a aparecer na Emenda Constitucional do embrionário movimento nacional pela democratização da comunicação, mas a proposta dos partidos de esquerda para a Constituinte só fala em uso do espectro *com* representação comunitária e exclui as livres. Em seguida, nas propostas de lei do movimento, as livres ou nem estarão contempladas (caso do PL de Gabeira, Rio) ou serão somente um adendo em proposta feita para contemplar as comunitárias (caso da PL de Arnaldo Faria de Sá, São Paulo). A compreensão desse processo passa pelo fato de que as livres (por concepção) lutaram pouco para serem legalmente contempladas. Mas, mais importante, é entender porque a esquerda lutou tão pouco para que elas fossem contempladas. Ligado a problematização que acabamos de fazer, os dois elementos principais para que cada qual tomasse caminhos distintos foram: a *forma de organização interna* (representativa ou direta) e a *motivação* (os “por quês” e “para quês”) da rádio comunitária. A questão do “legalismo” é um desdobramento.

Do lado das livres, mesmo internamente, não era (e não é¹⁴⁷) consensual a rejeição a *qualquer tipo* de solução legal. Tal posição está mais diretamente ligada aos anarquistas (autointitulados como tal). A aceitação de *algum* limite aparece mesmo antes da eclosão organizada paulistana com a Xilik (1985), já na fala à imprensa de um dos líderes de Sorocaba (1982), acerca da liberação de uma faixa do espectro para radiodifusão livre e sem fins de lucro. A reivindicação das livres por regulação mínima aparece no LID (1992). A

¹⁴⁷ Basta lembrarmos que o ex-Muda e um dos idealizadores da Xibé, o professor Guilherme Figueiredo, afirma nunca ter defendido o “discurso de ‘quero ser ilegal’, eu acho meio ridículo isso”, ainda que não abra mão de denunciar um “sistema de concessão que é corrupto”: “Me incomoda com o discurso de que rádio livre é antiEstado, antipoder, para mim é um discurso vazio. O meu discurso é autonomista e a Constituição Brasileira já garante isso” (cf. Anexo C.7).

intransigência à a) existência de conselho¹⁴⁸ (representativo da comunidade) e b) institucionalidade de uma entidade jurídica está relacionada a uma defesa da *autonomia* da rádio frente a grupos de poder (a) e ao Estado (b). A ausência de um conselho que “acompanhe” a programação da rádio é a garantia de que ela não tenha que servir *para nada*, além de para sua própria existência. É nesse sentido que, já no prefácio da “bíblia” das livres brasileiras, Guattari as conclama para que sejam “novas, porque manifestamente, não se pode mais dar credibilidade aos métodos políticos obtusos e corporativos dos velhos partidos e sindicatos de esquerda (...) as rádios livres não são nada em si mesmas” (in MACHADO et al, 1986, p. 10 e 12).

Do outro lado, ainda que as livres normalmente acusem as comunitárias de “legalistas”, não é exatamente esse o caso. Primeiramente porque as rádios populares e de base já colocavam no ar rádios hertzianas antes da lei como forma de desobediência civil¹⁴⁹. Um exemplo é o da pioneira Novos Rumos cujo manifesto se lia “se há uma lei que impede a criação de uma rádio de âmbito local, popular e democrática, administrada pela comunidade, é essa lei que tem de deixar de existir e não a nossa rádio” (COELHO NETO, 2002, p. 27). E esse é o caso, ainda hoje, de diversas comunitárias que vão para o ar mesmo antes da outorga, *ainda que* já a tenham ou estejam em vias de solicitá-la, por seu entendimento da importância da outorga. Há que se levar em conta a fragilidade econômica e a vulnerabilidade social e política das rádios populares e de base, criadas através do esforço da comunidade e, muitas vezes, cercadas de ameaças dos poderes estatais e, até mais perigosos, locais (milícias, tráfico de drogas, capangas de fazendeiros etc.). Mas, como vimos, no processo de proposição da lei, mais ou tão importante quanto a outorga fora as *condições* para sua liberação.

As experiências das rádios do MEB, das CEBs e das radiocornetas de bairro estavam ligadas a movimentos sociais, eclesiais e comunitários que se organizavam de um modo

¹⁴⁸ Marcus Aurélio de Carvalho conta ter sido convidado, como AMARC-Unirr, a participar de uma reunião do FDC, no começo de 1995. O professor Rocha, que presidia a reunião, criticara o “projeto que fora entregue ao ministro” (pelo FNDC) por exigir um conselho, o que seria “um absurdo, pois se o Roberto Marinho não tem obrigação de ter conselho, por que nós devemos ter?”, sob aplausos de uma plateia lotada de rádios livres e pastores evangélicos. Marcus, ao defender a existência de conselho como forma de gestão democrática, fora interrompido por uma entusiasta das livres “com dedo em riste no meu nariz: ‘Eu não quero na minha rádio livre conselhos!’”. Para Marcus isso praticamente significava “defender que a rádio comunitária fosse uma rádio privada, com dono” (CARVALHO, 2016).

¹⁴⁹ Por exemplo, a cartilha “Como montar uma rádio comunitária”, do Amapá, editada em 1997, ainda que cite a tramitação de projetos de lei, afirma a legalidade da rádio comunitária a partir da Constituição Federal e do Pacto de São José. No item “Medidas que podemos tomar para garantir o funcionamento da RC” orienta para a defesa em caso de fechamento, com detalhes para desligar os equipamentos e fugir do flagrante, como fazer mandado de segurança, habeas corpus etc. De todo modo, detalha todos os princípios da radiodifusão comunitária, como pluralismo, não ter fins de lucro, criação de entidade jurídica etc. Cf. ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO NOVO HORIZONTE, 1997.

típico à esquerda da época: procurando abarcar o maior número de entidades locais, incentivando a participação de todos, preparando líderes e democraticamente elegendo representantes. A isso estava implícita uma estratégia de ação política que visava unificar os diferentes atores em torno de um macroprojeto comum de sociedade. A comunicação desempenhava aí importantes papéis: um primeiro, mais direto e imediato, era o de difusão das pautas e enfoques barrados pelas mídias comerciais. Um segundo, mais refinado, fora ensinado pela metodologia freireana: o despertar da consciência crítica é uma empreitada de *interconsciências*. Nesse sentido, ainda que a comunicação fosse encarada por tais grupos mais como *veículo* do que *plataforma própria* dessa transformação, o rádio representava um avanço tecnológico do convencimento tête-à-tête: permitiria a ressonância da interconsciência política para um número muito maior de oprimidos, a fim de engajá-los na luta contra as muitas formas de opressão, inclusive das quais se tornam também vetores. Desse modo, no marco da valorização da ação e gestão coletiva em prol do macroprojeto político comum, era, no mínimo, com desconfiança que propostas como a das livres eram recebidas¹⁵⁰.

Ao recontar a história das comunitárias, a cartilha do CEMINA traz sua interpretação sobre a transição das *livres* para as *comunitárias*. Naquele

momento de efervescência, onde rádios livres ‘floresciam’ em todo país, alguns militantes começavam a questionar o objetivo dessas rádios (...) elas deveriam ir além do protesto. Seu papel poderia ser mais ousado. As rádios de baixa potência poderiam se tornar *o setor público da radiodifusão brasileira*, que é garantido na Constituição, mas não implementado de fato (CEMINA, 2000, p. 41, grifo delas).

Basta recordar que a Carta de 1988, no seu artigo 223, ao não reconhecer um setor distinto comunitário (também reconhecido em outros marcos regulatórios como “social/sem fins de lucro”) deixava como possibilidade para as comunitárias brasileiras o “privado” (sem fins de lucro) ou “público”. Um meio de comunicação público singulariza-se por sua gestão coletiva baseada em conselhos, de programação plural e autônoma em relação ao Estado e

¹⁵⁰ Devemos contabilizar uma distância de classe e de lugar social entre atores que se punham lado a lado por um objetivo comum, a democratização da comunicação. Porém, os engajados em cada vertente experimentavam a desigualdade social e na comunicação desde chãos distintos. Enquanto a maior parte dos protagonistas da vertente igrejeira provinha de movimentos de base (sindicatos rurais, associações comunitárias das periferias urbanas, comissões pastorais), os entusiastas da vertente autonomista estavam mais ligados ou pertenciam a classe média (universitários, sindicatos urbanos, movimentos culturais das periferias urbanas). Isso não impedia, por exemplo, que universitários aderissem a primeira vertente (caso da Ar Livre, no Rio) ou que um transmissor das livres fosse para uma favela (como a Matarazzo, em São Paulo) e que os diálogos fossem intensos. Ademais, uma luta política só é capaz de compor um bloco histórico se contar com a adesão de frações de classes distintas da original. Porém, esse fator de ordem objetiva tem sutis consequências subjetivas principalmente nas desconfianças da vertente popular e comunitária acerca da pertinência do modo de organização e propósitos da vertente autonomista.

grupos de interesse. Num cenário midiático (ainda hoje inalterado) de concentração da propriedade dos meios de comunicação e domínio quase absoluto de meios comerciais, as rádios comunitárias significavam, para o movimento, uma esperança de reequilíbrio e a possibilidade de garantir pluralidade de ideias, valores e culturas na sociedade, desde o nível local. Ou seja, no nível molecular (comunitário), as rádios comunitárias *se* geridas de forma coletiva, representativas de entidades locais e com conteúdo plural seriam a expressão local da cultura popular. Há de se levar em conta que a ausência de modelos, para além do comercial, alimentou a desconfiança quanto a qualquer outra forma de gestão, tendendo a ser lida como *individualista* ou *despolitizada*.

Porém, na entrevista com Cláudia Abreu, ao falar das livres do período até meados de 1990, ela afirma que “sempre tinha algum movimento social envolvido no meio, não eram rádios individuais” (ABREU, 2016). Vimos também que a própria vertente autonomista não tem nada de *despolitizada* ou *espontânea*, pois interpretou politicamente as experiências pioneiras anteriores (verão de Sorocaba, 1982) e orquestrou politicamente a sua arrancada (com a Xilik, 1985).

Permanecem os mútuos preconceitos, ainda que coincidam em princípios, ideias e olhem para o mesmo horizonte (cf. 3.4). Andriotti conta que, num evento em Campinas (SP), “o presidente nacional da ABRAÇO fez questão de frisar que o movimento de rádios livres não era a mesma coisa que o movimento de rádios comunitárias” e apontou a Muda “como um exemplo de rádio livre da juventude, uma espécie de brincadeira de garotos” (2004, p. 189). Do lado das livres, ouvimos o participante da Xibé, Serginho, chegar a generalizar que a comunitária “não é uma rádio humanizada, mas voltada para fins políticos-financeiros”. No caso das legalizadas, o compromisso é com Brasília, “não pensam no contexto da pessoa, mas no político [partidário]” (FONSECA, 2015).

O movimento toma partido (ou vice-versa)

Se é mais perceptível que a primeira ruptura no movimento foi devido a uma diferença mais essencial nos modos de conceber o *modelo organizativo* e o *motivo de ser* da rádio comunitária, os motivos das fragmentações seguintes mistura elementos da ruptura originária (autonomia do movimento, função das rádios, modelo organizativo) com os da conjuntura política do país (modo de fazer a luta política em um governo de esquerda, postura frente a lei).

Ainda que as entrevistas e a pesquisa bibliográfica histórica revelem que os partidos políticos brasileiros de esquerda demoraram a incorporar (mesmo que de forma instrumentalista e não orgânica) a causa das comunitárias, foram nessas agremiações que elas primeiro encontraram abertura. E, principalmente, eram lá que militava boa parte de seus militantes e de lá extraíam seu modo de organização.

Nesse sentido, não surpreende que muitos dos participantes do nascente movimento de rádios comunitárias fossem ou tivessem feito parte de partidos políticos. Alguns, como o fundador da AMARC no Brasil, Marcus Aurélio de Carvalho, que seria militante do PT até 1990, depois saíam por discordâncias. Outros chegariam a ser candidatos de cargos políticos, como é o caso do primeiro presidente da ARLESP (Rádio Reversão), Leo Tomáz, pelo Partido Verde e, do primeiro coordenador executivo da ABRAÇO, Tião Santos (Novos Rumos, Ar Livre), pelo PT. Ainda que fossem (e sejam) elementos distintos¹⁵¹, movimento de rádios comunitárias e partidos políticos apresentam intersecções, por vezes, englobantes demais na opinião de alguns.

Em seu abrangente estudo sobre as rádios comunitárias brasileiras, Fred Ghedini (2009) destaca os muitos feitos da ABRAÇO, como: ter se firmado no país, “embora de forma desigual nas diversas regiões”; participar de todos os eventos importantes relacionados à luta pela democratização da comunicação e da radiodifusão comunitária; lutar para mudar a 9612 e contra a criminalização da radiodifusão sem licença; ter elaborado código de ética para as comunitárias; ter criado redes regionais e uma nacional (Rede Abraço) de rádios comunitárias (GHEDINI, 2009, p. 70).

Por outro lado, a ABRAÇO Nacional é criticada pela pouca rotatividade de cargos, por seus métodos e pelas omissões. Depois de pouco mais de um ano, seu primeiro coordenador Tião Santos seria substituído pelo também petista José Nascimento Sóter, secretário jurídico da primeira gestão¹⁵². A partir daí, depois de um breve interregno de uma diretoria colegiada, ele só viria a ser substituído em 2015, no VIII Congresso da entidade¹⁵³. A Associação é organizada como uma federação, com entidades regionais, estaduais e

¹⁵¹ Na apresentação de uma cartilha sobre como montar rádios comunitárias, o senador Geraldo Cândido (PT) identifica a publicação como “uma contribuição ao movimento cujo dono não é o PT nem outro partido, mas o povo, com seus gostos, suas cores ideológicas, seus jeitos e, principalmente, suas esperanças” (COLETIVO NACIONAL PETISTA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, 1999, p. 55)

¹⁵² De acordo com Cláudia Abreu, Sóter participara de uma rádio que também reclama pioneirismo, a histórica Livre Meia Ponte, de Pirenópolis (GO). A rádio teria sido conformada ainda em 1987, a partir de mobilização popular, até ser fechada a pedido de um político que conseguira a concessão de uma rádio comercial na cidade. Sóter teria sido um dos que lideraram a denúncia do ocorrido, com grande repercussão em Brasília e, consequentemente, no Brasil (ABREU, 2016).

¹⁵³ Disponível em <http://www.blogdomamede.com.br/?p=23761>. Acesso em 15 de julho de 2016.

municipais. De acordo com Luz, “existe uma Abraço Nacional, em tese orientadora política e aglutinadora das ações da entidade, e Abraços estaduais, com autonomia para agir na sua região” (2011, p. 113). Em sua dissertação de mestrado, elenca uma série de críticas à entidade, entre as quais pouca transparência, falta de definição de “fronteiras sobre o que é e o que não é rádio comunitária” e fraqueza nas críticas a Lei 9612, devido a uma priorização de “assento político (a presença em eventos, as conversas nos corredores, as alianças com o poder)” (p. 117).

No seu estudo sobre o movimento das rádios livres e comunitárias brasileiro, Andriotti (2004) também critica a ABRAÇO Nacional, principalmente a centralização das decisões políticas, por “reclamar para si o direito de decidir sobre todas as questões relativas às rádios comunitárias antes que ocorra a intervenção federal (...) [sendo] imprescindível ser reconhecida como entidade representativa” (p. 228). Além disso, depois da lei, teria havido um deslocamento do

centro do debate antes formado pelas próprias rádios, para dentro do partido [dos Trabalhadores]. Assim os principais debates e decisões passaram a ser tomadas sob “portas fechadas”. A base social do movimento passou a participar do destino de suas próprias rádios apenas como referendado de apoio à centralidade da ABRAÇO nacional. (...) [Nas reuniões] as principais questões a serem debatidas, eram colocadas como soluções já definidas a título de mera “orientação” para o movimento. Orientação essa, muito necessária, na visão do presidente nacional da ABRAÇO, para manter o movimento bem organizado (p. 191).

A insatisfação com a centralização culminou num racha interno, em que as atuantes ABRAÇOS estaduais de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, ainda que mantendo a institucionalidade original, conformaram uma articulação de diversos atores sociais em defesa das rádios comunitárias, o Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC), criado em 2012. Uma das críticas foi o engajamento na campanha de reeleição de Dilma Rousseff: a Agência Abraço, órgão da Abraço Nacional, enviara inclusive spots e releases publicitários eleitorais para as associadas: “como teremos moral para combater o proselitismo político nas rádios comunitárias quando vemos nossas entidades representativas engajadas em campanhas partidárias?”, indaga Claudionor Mendes, do MNRC¹⁵⁴.

Outro rompimento se daria quando os dirigentes da ABRAÇO Nacional aprovam uma resolução de não reconhecer a AMARC Brasil, desde o segundo semestre de 2011¹⁵⁵. Entre

¹⁵⁴ Disponível em <http://www.noticiasboituva.com.br/2014/09/radialistas-comunitarios-inserem-temas.html>. Acesso em 15 de julho de 2016.

¹⁵⁵ Enquanto representante nacional da AMARC Brasil, participei no dia 7 de fevereiro de 2011 de uma audiência com o então ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Inicialmente a audiência seria conjunta

os motivos alegados estavam o fato de a AMARC Alc receber recursos da cooperação internacional, ter feito críticas a não renovação da outorga do canal de TV venezuelano RCTV na era Chávez¹⁵⁶ e a antiga contenda de a AMARC associar ativistas, ONGs e centros de produção¹⁵⁷. Quando ingressei na AMARC Brasil, em 2009, a relação entre as entidades já era motivo de longas discussões internas e no movimento¹⁵⁸. Em entrevista para o autor, Taís Ladeira, representante da entidade de 2001 a 2005, conta que os tensionamentos se intensificaram quando a AMARC Brasil, a partir de 2005, passou a defender uma *nova lei* de radiodifusão comunitária enquanto a ABRAÇO Nacional teria lutado para *reformular* a 9612. Por exemplo, em 2009, em suas propostas para a Conferência Nacional de Comunicação, a ABRAÇO propôs melhoras significativas na lei, como aumento de canais (para, no mínimo, três) e potência (para 250 watts). Já a AMARC Brasil, em 2012, realizou um ciclo de seminários regionais intitulado “Uma nova lei para as rádios comunitárias”¹⁵⁹, tendo como base seus 14 Princípios, em que defende reserva de espectro não numérica, mas igualitária entre as modalidades (comercial, estatal e comunitária) e a ausência de quaisquer restrições técnicas prévias (como potência, acesso a FM, AM, OC etc.), a serem definidas pela necessidade político-comunicacional da rádio dentro das possibilidades dos planos nacionais de frequência.

Por sua parte, a AMARC Brasil recebe críticas pela intermitência de sua atuação, alternando períodos de completa ausência e outros de intensa atividade junto ao movimento, de pressão ao poder público e formulação de propostas. Em entrevista para o autor, Dioclécio Luz, afirma ter encontrado na AMARC Brasil e na ABRAÇO problemas parecidos. O

com a ABRAÇO. Porém, alegando uma pauta extensa e exclusiva, a ABRAÇO exigiu do governo e conseguiu reunião em separado. Cf. <http://amarcbrazil.org/amarc-brasil-reivindica-marco-regulatorio-inclusivo-para-as-radios-comunitarias/>. Acesso em 18 de julho de 2016.

¹⁵⁶ Em abril de 2007, por ocasião da não renovação da outorga da opositora *Radio Caracas Televisión* (RCTV), a AMARC Alc emitiu uma extensa nota elogiando as medidas do governo venezuelano acerca da democratização da comunicação, mas criticando a falta de mecanismos regulatórios previamente definidos e transparentes que amparem decisões de aprovação ou recusa da renovação de outorgas, a fim de que não sejam usadas como perseguição aos meios opositores. A partir dessa carta, a AMARC Alc foi acusada por algumas entidades de ser um “braço da CIA” na América Latina, algo que seria evidenciado pelos apoios que recebera da Fundação Ford para publicações na área de legislação em comunicação. A carta está disponível em www.alainet.org/es/active/16871. Acesso em 17 de julho de 2016.

¹⁵⁷ A partir daí, associadas da AMARC Brasil também filiadas a ABRAÇO passaram a receber emails da ABRAÇO Nacional obrigando-as a escolher entre uma e outra, algo que foi rejeitado pela AMARC Brasil, pelas associadas coincidentes e ABRAÇOS regionais e estaduais.

¹⁵⁸ Uma delas é o próprio caráter congênere das entidades, também motivo de conflito em outros países: de acordo com os próprios princípios da AMARC, dada sua natureza de rede e não federativa, seus capítulos nacionais não precisam e, preferencialmente, não devem coincidir com as associações representativas nacionais, mas, ao contrário, reconhecê-las e apoiá-las. Na prática, por divergências de ideias e/ou disputas de poder, há momentos/casos de pouco diálogo, como Brasil, Chile e Argentina.

¹⁵⁹ Disponível em <http://www.fndc.org.br/clipping/amarc-brasil-quer-nova-lei-para-radios-comunitarias-852277/>. Acesso em 17 de junho de 2016.

pesquisador participou, por um curto período de tempo, em cada uma das entidades, em momentos distintos, até romper por divergências. Ele critica a falta de atuação com a base, a centralização decisória, a priorização da atuação nos espaços de poder e o não rompimento de ambas com o governo do PT (LUZ, 2015).

3.3.3 Instrumentalização político-partidária versus socialização da politização

Quando Serginho declara que todas as rádios comunitárias com outorga são movidas pelo partidarismo político e por seus compromissos com Brasília, sua generalização, ainda que incorreta, não é totalmente sem fundamento. Na verdade, a raiz dessa questão está nas origens e na natureza de ator político da rádio comunitária, na fraqueza (ou ausência) das políticas públicas brasileiras em comunicação e nas próprias distorções decorrentes da lei 9612.

Olhando pelo prisma gramsciano é possível analisar o crescimento das mídias comunitárias como parte de um processo maior de *socialização da política* no Brasil. Nesse processo, “quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia” (id., p. 99). Obviamente, disso não decorre que tal “vontade coletiva” se torne algo mais espontânea, somente são melhores as condições objetivas para e há uma disputa maior pela sua organização.

Ora, a própria razão de ser dos aparelhos privados de hegemonia (os órgãos da sociedade civil) é organizar a vontade coletiva, ou seja, promover uma *socialização da politização*. Acontece que, como cada um desses órgãos nasce no seio de uma classe ou fração de classe, a politização que promove nunca é totalmente neutra: parte de um determinado olhar sobre a realidade, buscando sua manutenção ou transformação, de um modo ou de outro. Porém, a impossibilidade da *neutralidade da politização* não significa necessariamente *partidarização da politização*, ainda que os contornos sejam tênues e só possam ser iluminados por uma crítica permanente em favor da autonomização radical.

Como dissemos, muitos dos participantes das nascentes rádios livres e comunitárias eram simpatizantes ou militantes de partidos de esquerda. Algo que, pelo menos a partir dos resultados de nossa pesquisa qualitativa, tende a perdurar: verificamos a procedência político-partidária de boa parte de seus militantes em, ao menos, seis das 10 visitadas. E, no caso da

década de 1980, início dos 1990, podemos arriscar que a maior parte desses fazia parte do então nascente Partido dos Trabalhadores: é essa a percepção que temos em nossa observação militante no movimento, nas leituras das bibliografias, nas entrevistas que foram realizadas¹⁶⁰. Quando confrontamos, de um lado, as origens das rádios comunitárias brasileiras e, de outro, as de um partido cuja estrutura organizacional inicial se deu a partir de núcleos de base (de afinidade formal e temática com as CEBs), em diálogo orgânico com movimentos sociais, sindicatos rurais e urbanos, associações comunitárias e culturais, parcelas de intelectuais e do movimento estudantil (KECK, 2010), passamos a compreendê-los como pertencentes à mesma parcela daquele supracitado processo de reorganização da sociedade civil na transição democrática.

Eram naqueles mesmos ambientes das radiocornetas das áreas rurais e periferias urbanas, das rádios hertzianas caseiras das universidades, associações culturais e comunitárias, que todos esses atores circulavam e se formavam. É essa proximidade que explica as livres nas campanhas dos candidatos do PT e do PV, já em 1985-86, em diversas capitais do país. Se tivéssemos tido fôlego para ir mais fundo, provavelmente teríamos encontrado experiências pontuais similares anteriores e/ou concomitantes dessa e outras agremiações. Porém, se “engajamento das livres” ou mero “radiopalanque” (MOREIRA, 1998), o termo mais adequado dependeria de uma análise aprofundada de cada um desses casos.

Na década de 1990, quando da guinada *comunitária* e do seu exponencial crescimento organizativo e numérico, foi se delineando mais nitidamente um apoio dos partidos políticos de esquerda com essa forma mais representativa, coletiva e plural advinda da vertente popular e de base (cada vez mais amalgamada à vertente comunitária). Como dissemos, uma mudança geral de olhar teria ocorrido pouco antes, quando o “problema” da democratização da comunicação batera a porta, afetando diretamente a coligação partidária de esquerda, com a edição do Jornal Nacional do debate Lula x Collor (1989). Se algo mudara ali, foi de um entendimento puramente difusionista para uma compreensão maior das possibilidades organizativas e de mobilização social decorrentes da democratização da comunicação.

¹⁶⁰ Em entrevista para o autor, Cláudia Abreu, comentando do período pré-1990, afirma que “muita gente era militante do PT, simpatizante... Na verdade, a militância do partido o tempo todo conversava com a direção sobre isso. E boa parte da direção entendia, como o próprio José Dirceu, por exemplo, que era um grande incentivador de rádios livres de São Paulo” e que teria incorporado o tema inclusive nos seus primeiros materiais de militância (ABREU, 2016). Isso também foi aferido na nossa pesquisa qualitativa: todas as visitadas citaram o protagonismo do Partido dos Trabalhadores, de um modo ou de outro, exceto a Cidade (bem, essa, na verdade, também o cita, mas como principal oposição).

Basta lembrarmos que Gramsci aponta como tarefa central do partido político a *mediação* entre o senso comum (“sentimentos espontâneos das massas”) e as diretrizes a serem tomadas coletivamente enquanto bloco histórico para a transformação da sociedade. Ao delegar para o partido o papel de *síntese* (mediação político-universal), ele compreende as “classes subalternas” como as fontes (*teses*) mais precisas dos problemas sociais a serem decifrados e elaborados (*antíteses*) para indicar os novos caminhos de luta. Uma próxima (e concomitante) tarefa é também capacitá-las com as ferramentas (teóricas) que confirmam a elas próprias aquele papel de síntese, ou seja, autonomizá-las. Dentro de seu arcabouço teórico, esse macroprojeto pedagógico-crítico (*a reforma intelectual e moral*) é da maior importância por ser a base para a criação de novas relações sociais.

Dessa forma, um modo de ver as nascentes rádios comunitárias entendia esses atores como células organizativas e expressivas da luta popular nas diferentes localidades: poderiam funcionar como verdadeiras escolas de cidadania, informando sobre direitos, denunciando suas violações, destacando as questões locais emergentes, mobilizando as pessoas para a participação nos espaços públicos e formando futuros líderes para a luta política. Como afirma Taís Ladeira, quanto àquele momento transitório, se as livres representavam a *expressão*, as comunitárias seriam a *organização*: com o lema “o melhor amigo do povo é o povo organizado”, acreditava-se que “as rádios comunitárias iriam ajudar a organizar o povo” (LADEIRA, 2015).

Mesmo antes da lei, mas principalmente imediatamente depois dela, militantes, candidatos e mesmo políticos de partidos de esquerda passaram a incentivar a criação de rádios comunitárias, a partir de palestras, cartilhas e manuais, em todas as partes do Brasil. Ainda em 1996, deputados federais criam, em caráter informal, o Coletivo Nacional Petista de Rádios Comunitárias, que se tornaria um espaço de debate e formulações no Congresso Nacional¹⁶¹ e também editaria e distribuiria muitas daquelas publicações, a partir de seus diretórios estaduais. Esses manuais vinham com orientações legais (legislação, regulamentação, normas), práticas (modelo de estatuto, equipamentos básicos etc.) e quanto aos princípios pluralistas de funcionamento (garantia da participação da comunidade, não discriminação, gestão coletiva etc.). Normalmente não poupavam fortes críticas à lei, mas com o entendimento de que era um direito conquistado e que a luta por melhoras deveria ser permanente.

¹⁶¹ Inicialmente criado pelos deputados Fernando Ferro (PE), Milton Mendes (SC) e Jaques Wagner (BA), em 1999 já eram 25 deputados e dois senadores (Geraldo Cândido (RJ) e Heloísa Helena (AL)). (COLETIVO NACIONAL PETISTA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS, 1999, p. 25).

Em meio ao boom dos anos 1990, as deformações não demoraram a aparecer. Uma cartilha, lançada em 1997, por uma associação comunitária vinculada ao PT do Amapá já alertava:

chamamos a atenção para o fato de que aproveitadores de todo tipo estão organizando rádios a que chamam de “comunitárias”. São pessoas que organizam a “sua” rádio, ou são prefeituras ou políticos que organizam emissoras comunitárias para fazer proselitismo para os executivos, ou para determinadas candidaturas eleitorais. (...) [Isso] faz repetir para essa nova concessão, os mesmos defeitos e vícios dos monopólios tradicionais (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO NOVO HORIZONTE, 1997, p. 20).

Em janeiro daquele mesmo ano, uma reportagem da Folha de São Paulo identificara “um esquema que consistia em montar rádios FM piratas para uso eleitoreiro”, hertzianas e de poste. Como a proposta já tramitava no Congresso, era possível oficializar ao MiniCom um pedido de regularização com validade provisória até a aprovação definitiva da lei: para tal, bastava criar uma associação comunitária fictícia. Ao citar essa reportagem, Moreira comenta que “no bairro da Pavuna [Rio de Janeiro], por exemplo, há anos o deputado do PDT Albano Reis, mantém em funcionamento a rádio clandestina Shock FM (de propaganda pessoal)” (1998, p. 135).

A legalização da radiodifusão comunitária não mudaria o cenário de instrumentalização político-partidária da comunicação popular, apenas o oficializaria. Na verdade, com as comerciais não era diferente: a concentração do poder de concessão de outorgas no Executivo e seu uso como barganha política com o Legislativo favoreceu a consolidação do chamado coronelismo eletrônico: um sistema de organização do poder baseado no controle da opinião pública por parte de um oligarca local com assento ou representação em Brasília, configurando uma complexa rede de influências entre poder local e central. Com a lei 9612 mais possibilidades foram agregadas ao coronelismo eletrônico: os que não tinham os recursos políticos ou financeiros necessários para garantir sua outorga comercial, poderiam articular uma comunitária. Analisaremos em detalhe, no próximo capítulo (cf. 4.2.2), a pesquisa realizada por Lima e Lopes (2007) que identificou vínculos políticos na maioria (50,2%) das outorgas para rádios comunitárias expedidas entre 1998 e 2002. E tais vínculos não se restringem à direita, abrangendo todas as frações do espectro político brasileiro.

Os resultados da nossa pesquisa nos levam a relativizar uma associação automática entre *apadrinhamento* e *coronelismo eletrônico de novo tipo*. A busca por ajuda parlamentar e/ou de advogados (cf. Anexo C, perg. 1.2) foi identificada em 83% das rádios visitadas com

outorga (entre as 6, há somente a exceção da Esperança). Porém, exceto na Cidade (na verdade, como se viu, uma rádio comercial com outorga de comunitária), não identificamos aparelhamento partidário com os parlamentares padrinhos. Ao contrário: Independência, Quixelô e Utopia contaram com ajuda de deputados federais do PT e todas atualmente têm uma postura de ruptura com o partido; já na Esperança, a única que não contara com ajuda parlamentar (e, não por acaso, é a que mais esperara pela outorga, 10 anos), notamos uma relação orgânica com o PT, não sem críticas, dada a insuficiência das ações do Partido quanto à causa quilombola. Também não há aquiescência: exceto na Cidade, todas demonstraram claro constrangimento ao confessar o apadrinhamento. Em nossa pesquisa quantitativa identificamos um número muito menor que o encontrado na qualitativa: 31% (15% com ajuda parlamentar e 16% com ajuda jurídica) confirmaram o apadrinhamento. Uma explicação possível para tal discrepância entre as pesquisas é que algumas respondentes tenham faltado com a verdade, entendendo como antiética uma prática que viola o princípio de isonomia do Estado. Por outro lado, quando notamos que 56% das respondentes demoraram mais de 5 anos para conseguir a outorga (cf. Anexo C, perg. 1.2), talvez seja factível que 69% não tenham mesmo contado com qualquer contato interno em Brasília para obtenção da licença.

Na pesquisa realizada nas campanhas eleitorais de 1998 com rádios comunitárias cearenses, Márcia Vidal Nunes verifica como “chefes locais captam e reelaboram as diferentes estratégias de organização populares, neutralizando-lhes as novas possibilidades que poderiam advir de posturas diferenciadas no plano político por meio da efetiva participação de segmentos sociais excluídos” (2004, p.60). A pesquisadora identificou três emissoras que, na verdade, são de propriedade de políticos PP e PFL, ambos de direita, e que conseguiriam “eleger-se com votações expressivas nas eleições de 1998” (p. 70). A análise da programação comprovou a instrumentalização eleitoral radiofônica de maneiras direta (divulgação do nome do candidato e seus objetivos), indireta (divulgação de obras dos candidatos) e subliminar (fruto da despolitização dos locutores). Nessas emissoras, no período eleitoral, não houve qualquer incentivo ao voto consciente ou estímulo ao debate pluripartidário. Para Nunes, isso é a *inversão* do processo comunitário, em que a rádio “é instrumento de doutrinação e arregimentação, convertendo-se, na melhor das hipóteses, em um mecanismo de fortalecimento de uma organização política dentro da sociedade, quando o grupo político está em sintonia concreta com as reais expectativas coletivas” (2004, p. 67).

Tal estudo compõe uma pesquisa mais ampla, em que Nunes identificou um esquema parecido com o citado por Moreira, mas financeiramente mais rentável: “muitas rádios são montadas por políticos para serem utilizadas durante a campanha eleitoral e, depois, revendidas para comerciantes locais”, podendo gerar lucros de até 300%. A complexidade desse processo revela nuances de emissoras comunitárias “mistas”, não totalmente instrumentalizadas por políticos e que, depois dos períodos eleitorais, são “entregues à comunidade, que passa a gerenciá-las, contando com o apoio do chefe político”. Dessa forma, ainda que conte com espaços para a participação popular e tenha aparência de “legítima”, seu controle está nas mãos de um chefe político que pode, “a qualquer momento, exercer sua autoridade e ‘cobrar’ da comunidade serviços em troca do ‘benefício’ de coletivização da emissora” (id., p. 68). A descaracterização tem sido a regra: dentre 50 rádios comunitárias em Fortaleza, Nunes identifica cinco “com gestão de grupos culturais e de organizações populares” (p. 64).

Na segunda fase da pesquisa, realizada durante as eleições de 2000, Nunes analisou duas comunitárias da cidade de Fortaleza. Em uma rádio identificada como ligada a um político de direita, sem vínculos comunitários, não foi percebida nenhuma forma direta ou indireta de instrumentalização eleitoral. Na outra rádio comunitária, de “tradição histórica nas lutas populares e no processo de organização popular” de um bairro operário, apesar de contar com militantes ligados a partidos de esquerda, especialmente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), “em nenhum momento ouviu-se qualquer referência a questões partidárias ou ao candidato” do partido. Ao contrário, no período analisado, a emissora veiculara uma ampla “campanha de conscientização da importância do voto, da participação política, da relação entre eleições e exercício da cidadania” (NUNES, 2004, p. 73).

Por fatores que vão desde a maior organicidade com os movimentos sociais, passando pela tradição de valorização da autonomia popular até a aproximação histórica com o próprio movimento pela democratização da comunicação, são mais raros casos de (1) *completa instrumentalização político-partidária* de rádios comunitárias por agremiações de esquerda. Por outro lado, nessa alçada, já é bem mais comum o que podemos chamar de (2) *partidarização da politização*, intermitente (normalmente em períodos eleitorais) ou permanente (no caso de rádios materialmente ligadas a entidades de classe, como sindicatos etc.)¹⁶². Porém, mesmo aí, não há regra: além do exemplo citado por Nunes, presenciamos a

¹⁶² Um indício temos a partir de nossa observação participante no movimento de rádios comunitárias: em época de eleições municipais, as emissoras se engajam no apoio de candidatos e sua atuação tende à zero no interior do movimento.

coerência de uma rádio como a Esperança FM (cf. Anexo C.6): ainda que compartilhe espaço físico e simbólico com o PT de Queimada Nova (PI), a emissora pratica a (3) *socialização da politização em todos os seus processos*, cultivando a perspectiva crítica e o debate pluralista. Por outro lado, a ruptura interna verificada numa emissora como a Quixelô FM (cf. Anexo C.5), que vive a lutar para alcançar o ideal de rádio comunitária, exemplifica os desafios para manter o pluralismo político-partidário interno.

Os três termos numerados e em itálico no parágrafo acima oferecem gradações possíveis acerca da relação entre rádios comunitárias e partidos políticos, a ser analisada de forma sincrônica, dada suas vitalidades. Em se tratando de agremiações da direita, é mais raro o 3 e mais provável o 1; no menos danoso dos casos, há a *total despolitização* da rádio (como verificado por Nunes em 2000). Seria tentador propor o perfeito inverso no caso de partidos de esquerda, mas os casos 2 (pelo menos de forma intermitente) chegam a ser mais recorrentes que o 3. De todo modo, os riscos de descaracterização existem em cada tom daquela escala e é justamente o vigor do 3 que pode vir a impedir a ocorrência do 1, o que é a morte do projeto político da rádio comunitária.

Por fim, um último elemento dessa problemática foi apontado em nossa pesquisa quantitativa, em que uma em cada quatro (cf. perg. 6, Anexo F) rádios afirma que algum dirigente e/ou locutor tenha concorrido a algum cargo nas últimas eleições. Porém, antes de entendermos como indício de instrumentalização político-partidária, temos de verificar os *termos* em que se dá esse processo. Voltando ao caso da Esperança FM, Maria Rosalina, uma das diretoras e idealizadoras da rádio, está em sua segunda gestão como vereadora de Queimada Nova (a primeira, antes de a rádio existir) e foi candidata derrotada a deputada estadual; já Edson Torres, outro idealizador da mesma emissora, concorreu duas vezes à prefeitura. Porém, um dos procedimentos em época eleitoral é o afastamento do cargo na rádio antecipadamente e a abertura dos microfones ao debate pluripartidário. Também na Quixelô verificamos diretores se candidatando a cargos em eleições municipais. Sendo recorrente em tantas rádios comunitárias, a compreensão desse fenômeno não pode ignorar que muitas delas surgem para se contrapor a poderes oligárquicos estabelecidos por partidos de direita.

Acreditamos que aquela generalização feita por Serginho, além de incorreta, é perigosa: ou cai no purismo de que rádios comunitárias legítimas são as que não se envolvem em disputas político-partidárias ou descredenciam os partidos políticos como espaço legítimo da disputa política.

3.3.4 Instrumentalização religiosa versus expressão da diversidade religiosa

A presença de denominações religiosas na propriedade, gestão e programação das rádios comunitárias é um fato em todos os lugares aonde florescerem tais meios. Para trazer dois exemplos europeus, na Suécia, de acordo com um relatório do Ministério da Cultura, em 2004, um quarto das comunitárias licenciadas eram rádios religiosas; já na Polônia praticamente todas pertencem a organizações confessionais, em dois países que legalmente preveem que radiodifusores comunitários sirvam comunidades religiosas (cf. 4.1.1). Já no caso das *Low Power FMs*, como são denominadas as comunitárias estadunidenses, estima-se que metade pertença a igrejas. (cf. 4.1.4). A pesquisa realizada pelo CAMECO (*Catholic Media Council*) com rádios comunitárias de países da África, Ásia, América Latina e Pacífico (FRÖHLICH et al., 2012) verifica que as entidades religiosas são a segunda forma mais comum de propriedade legal (31%), somente atrás das organizações não governamentais (38%) e a frente mesmo de associações comunitárias (30%) (p. 3). Quando questionadas sobre a missão da rádio, a promoção de valores religiosos foi escolhida por 41% das participantes (p. 4). Por fim, na pergunta sobre a que público se dirige à rádio, 22% escolheram como alvo a “comunidade religiosa” (p. 6). Tais números podem ser lidos a partir da própria gênese dessas emissoras que, pelo menos nos continentes latino-americano e africano¹⁶³, contaram com o apoio eclesiástico e de movimentos sociais a ele ligados. Ainda que a promoção de valores religiosos esteja bem atrás de missões como informar (69%) e educar (64%) e que a comunidade religiosa seja menos prioritária que a geográfica (71%) e a população rural (34%), tais incidências significativas demonstram a relevância de uma questão que o movimento de rádios comunitárias normalmente reprova ou, no melhor dos casos, prefere ignorar.

As principais controvérsias ligadas a essa “questão” estão relacionadas às possibilidades de instrumentalização religiosa, restrições à diversidade religiosa e choque de valores na luta pelos direitos humanos em temas sensíveis (como direitos reprodutivos, de minorias sexuais, legalização das drogas etc.). Na outra ponta dessas controvérsias está o argumento da garantia da liberdade de expressão e de manifestação religiosa, enquanto traço cultural identitário dos povos: para ficar num exemplo próximo, a transmissão radiofônica de

¹⁶³ Essas diferenças ficam bem marcadas quanto ao continente asiático, cuja gênese das comunitárias é bem mais recente e menos vinculada a entidades eclesiásticas: enquanto a disseminação de valores religiosos foi a escolha de 52% das rádios pesquisadas da América Latina e África, somente 7% das asiáticas a escolheram; enquanto a comunidade religiosa foi o público alvo escolhido por 29% das latino-americanas e 22% das africanas, esse número cai para 11% das asiáticas (FRÖHLICH et al., 2012, p. 4).

celebrações guaranis em rádios comunitárias em um Paraguai 90% católico costuma ser defendida como resistência cultural. Como se vê, o nível de complexidade, a riqueza de nuances e também os riscos de descaracterização da comunicação comunitária remetem à problemática levantada no item anterior. O que, aliás, são questões cada vez mais conectadas: recente e cada vez mais pertinente é a presença de expressivas bancadas parlamentares religiosas, notadamente cristãs, mesmo em democracias ocidentais baseadas na laicidade do Estado. O atrelamento entre os poderes religioso, midiático e político se revela em todos os momentos políticos¹⁶⁴.

Como Estado laico, as concessões de radiodifusão, sendo públicas, não poderiam ser utilizadas para proselitismo religioso. No caso das emissoras comerciais, principalmente a Igreja Católica e diversas denominações evangélicas detêm outorgas próprias ou compram espaço na grade de programação. Em ambos os casos os poderes político e econômico se combinam para pressionar pela concessão da outorga ou induzir à prevaricação por parte dos órgãos reguladores. No caso das duas religiões predominantes no Brasil, a igreja católica possuía, em 2012, mais de 200 rádios e quase 50 emissoras de TV; já as denominações evangélicas contavam com 80 rádios e quase 280 emissoras de TV. Aos canais exclusivos somam-se os espaços alugados, um negócio milionário para as emissoras comerciais: pelo seu “Show da Fé”, o pastor R.R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, pagava R\$ 5 milhões mensais pelos 20 minutos diários à emissora de TV Bandeirantes¹⁶⁵.

Trata-se de um poder tão estabelecido que recentemente, em abril de 2015, o então Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, pronunciou-se publicamente defendendo “cautela” em ações judiciais contra a prática de aluguel da programação de rádio e TV, alegando ser uma “questão delicada”. Um mês antes, uma decisão amplamente divulgada da Justiça Federal suspendera as transmissões da Rádio Vida, do interior de São Paulo, por alugar espaço em sua programação para uma igreja evangélica. Na liminar, os bens da rádio e da instituição evangélica ficaram indisponíveis como garantia da devolução dos R\$ 20 milhões lucrados. A reação do Ministro teve caráter inibidor, tendo em vista que se tratava da primeira decisão judicial após ofensiva movida pelo Ministério Público Federal, juntamente

¹⁶⁴ Nesse sentido, é ilustrativo o que a jornalista Marina Dias, da Folha de São Paulo, aponta como o fim da esperança de Lula em seu esforço final para evitar a aprovação da abertura do impeachment de Dilma Rousseff, dois dias antes da votação: “eram 19h30 desta quinta (14) quando um ministro do Palácio do Planalto informou que a tentativa de marcar uma conversa entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o bispo Edir Macedo havia falhado”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1761902-em-luta-para-salvar-governo-lula-se-abateu-e-passou-a-receber-naos.shtml>. Acesso em 20 de julho de 2016.

¹⁶⁵ <http://www.sul21.com.br/jornal/vendilhoes-dos-templos-eletronicos-em-tempos-de-espertalhoes-da-fe/>. Acesso em 20 de julho de 2016.

com entidades ligadas ao direito humano à comunicação, contra tal prática comum e garantida pelas omissões legais¹⁶⁶. Mas a proteção não parte apenas do Executivo: frente à polêmica, um mês depois, em maio de 2015, a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados fizera uma demonstração de força, aprovando a realização de uma audiência pública (depois transformada em seminário) a fim de debater “a importância cultural e social da programação religiosa nos meios de comunicação, sobretudo na TV e rádio”. O evento, realizado em outubro de 2015, contou com a presença da Comunidade Católica Shalom e o ultraconservador Pastor Silas Malafaia¹⁶⁷.

As distorções acontecem também nas concessões não comerciais. As outorgas de radiodifusão educativa são exclusivas para pessoas de direito público ou fundações e sua programação deve ser exclusivamente para fins educativo-culturais. Porém, se valendo da abertura conceitual do “educativo-cultural”¹⁶⁸, fundações religiosas fazem uso da concessão para fins de proselitismo religioso. O levantamento realizado pelo Observatório do Direito à Comunicação com as outorgas de emissora educativa da cidade de São Paulo identificou a emissora Gospel FM, ligada à Igreja Evangélica Renascer, com programação “baseada em cultos, pregações e programas com a clara intenção de arrecadar dinheiro para a igreja” (INTERVOZES, 2007, p. 21). Esse também é o caso da Rádio Catedral, do Rio de Janeiro. Em sua pesquisa, Ribeiro (2015) descobriu que a outorga da emissora pertence à Fundação Cultural, Educacional e de Radiodifusão Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro Ltda.. Além disso, a fundação está vinculada à cidade vizinha de São Gonçalo, ainda que seja a rádio oficial da Arquidiocese do Rio de Janeiro, com alcance em todo o Grande Rio. Mesmo sendo “essencialmente católica e seu principal objetivo é levar a mensagem do Evangelho”, a emissora também transmite “conteúdos jornalísticos e músicas dita ‘profanas’”, o que burla a fiscalização, além de ajudar a lhe garantir o 14º lugar na audiência no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2015, p. 6-7).

No caso das comunitárias brasileiras (e da maioria dos países do continente latino-americano), a relação com a Igreja Católica é genealógica. Porém, como descrevemos mais acima (cf. 3.2.1), ao longo do processo houve um processo de autonomização e apropriação popular, inclusive com apoio institucional eclesiástico. Até hoje, a relação pode ser verificada

¹⁶⁶ Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/uma-conversa-com-rousseau/>. Acesso em 20 de julho de 2016.

¹⁶⁷ Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1279122>. Acesso em 20 de julho de 2016.

¹⁶⁸ Tal confusão não é necessariamente maliciosa. Em nossa pesquisa qualitativa, Mariana Gonçalves, da Independência FM (cf. Anexo C.4), ao criticar a falta de mais programas educativos, cita, entre eles, os de evangelização.

de diversas formas: desde rádios que, nascidas no seio eclesiástico, mantêm o vínculo orgânico com a Igreja (caso da Independência FM, cf. Anexo C.4) até a maciça militância dos participantes das comunitárias em movimentos pastorais de base (cf. perg. 8, Anexo F). Já a relação com as denominações evangélicas, de acordo com nossa pesquisa histórica, é mais recente, acompanhando o boom de rádios de baixa potência da década de 1990 (cf. 3.2.2). Em abril de 1994, em meio às discussões sobre legalização das rádios de baixa potência, uma reportagem da Folha de São Paulo informava que “na porta da esperança da legalização, as mais inquietas são as rádios evangélicas”. E cita que elas teriam começado a funcionar ainda em 1987, com as então isoladas *Rádio Impact* e *Central*, mas o “surto maior” teria se dado mesmo em 1991: a sustentabilidade era garantida por apoio cultural do comércio local e aluguel de espaços para outros pastores¹⁶⁹.

Depois do vínculo político (50,2%), a supracitada pesquisa de Lima e Lopes aponta num distante segundo lugar o vínculo religioso (5,4%) nas outorgas de rádio comunitária do período 1998-2002. Aí, há grande predomínio do catolicismo (70%), seguido das igrejas protestantes (27%) (LIMA e LOPES, 2007, p. 8). Os autores ressaltam que o resultado “certamente subestima a verdadeira prevalência de vínculos religiosos”, por conta de uma base de dados falha. Em nossa pesquisa quantitativa, 14% indicam que a igreja foi a articulação original para a criação da rádio comunitária (cf. pergunta 5, Anexo F). Como na ressalva que fizemos quanto ao vínculo político, não nos parece correto fazer uma relação automática entre vínculo original e instrumentalização permanente ou mesmo proselitismo religioso pontual.

Em nossa dissertação de mestrado (MALERBA, 2009), citamos a Rádio Queimados, na Baixada Fluminense. Quando o governo estadual promovera, em 2007, uma campanha de conscientização com o objetivo de reduzir os índices de gravidez entre adolescentes (campanha “Se cuida, gravidez tem hora”), foram distribuídos spots para as diversas comunitárias do Estado. Apesar de suas concepções religiosas, a locutora da rádio e pastora Carla Cristina concordou em veicular a campanha radiofônica em seu programa evangélico por compreender os problemas sociais decorrentes da gravidez na adolescência. Concluímos que “se a população local entende um determinado lugar de fala como um importante aglutinador de sentido (...) em vez de anularmos aquele que pode ser o canal mais direto de diálogo com o entorno social, podemos iniciar uma série de negociações de forma a propor sua politização” (p. 73).

¹⁶⁹ Disponível em www.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/09/ilustrada/5.html. Acesso em 6 de junho de 2016.

Também Peruzzo, ainda que afirme serem comuns “emissoras pertencentes a igrejas, principalmente evangélicas, que desfigurem o sentido comunitário por meio do proselitismo religioso que praticam” (2010, p. 6), pondera que, mesmo com programação majoritariamente religiosa, “há rádios que prestam serviços de interesse público benéfico em suas localidades” (id., p. 5) e são usadas para conscientização e promoção social. É o que conclui Volpato (2010) em sua análise comparativa entre a emissora comunitária Rádio Gospel FM, de Marília (SP) e a legalmente comunitária Rádio Jornal FM, de Pirajuí (SP). Apesar de ligada a Igreja Evangélica das Nações e

mesmo sem primar pela pluralidade de opiniões e ideias no que tange a diversidade religiosa, [a Rádio Gospel FM] aproxima-se mais do comunitário do que a outra emissora estudada, seja pela viabilização da participação popular, seja pelas ações sociais, seja pelos processos educativos e de cidadania promovidos (VOLPATO, 2010, p. 14)

Em nossas pesquisas empíricas, verificamos a presença maciça das religiões na programação das rádios comunitárias brasileiras. No caso da pesquisa qualitativa, todas as rádios visitadas com ou que buscam a outorga veiculam programas de fé, com exceção das três que não buscam a outorga (AlmA, Xibé e Muda). Já na quantitativa, afirmaram veicular esses programas quase quatro em cada cinco rádios (78%) (cf. perg. 13, Anexo E). A tendência verificada nas livres visitadas é seguida pelas da pesquisa quantitativa: ao refinamos os resultados, em se tratando de rádios que não buscam a outorga, a porcentagem das que veiculam programa religioso cai para 33,3%. Contrariamente, isolando as demais rádios, esse número sobe para 86%. Chama à atenção a discrepância entre a presença de evangélicos e espíritas na população e nos programas das comunitárias: enquanto somos 64,6% católicos, 22,2% evangélicos e 2% espíritas, nas rádios comunitárias há maior presença de evangélicos (69% do total de rádios pesquisadas), seguidos de católicos (65%) e expressiva presença de espíritas (21%), quando comparada com sua fatia na população. Se pudermos estabelecer instrumentalização religiosa com a presença de somente uma denominação religiosa na programação, nossa pesquisa indica que isso é raro: somente 5%. A maioria (68%) veicula programa de 2 ou mais religiões, sendo que 38% veiculam 2 denominações religiosas e 21%, 3 diferentes. Além disso, conta a favor da diversidade das rádios comunitárias pesquisadas, a abertura às religiões de matrizes africanas: 0,3% da população e presente em 9% do total de emissoras pesquisadas.

Aprofundando da *presença na programação* para a *participação na gestão*, em nossas visitas de campo, notamos que muitas igrejas veiculam, mas ficam alheias ao que se passa no rádio. Tendo em vista que todas contribuem financeiramente poderíamos caracterizar tal

prática, em última instância, como aluguel de espaço na programação. Porém, muitas se apoiam no argumento de que garantir espaço para as igrejas é também uma atitude em favor da democracia e pluralismo, na perspectiva de abertura a todas as manifestações religiosas.

Dentre as rádios visitadas, nota-se todo um espectro de como se dá a presença das religiões nas rádios. Num extremo, como se disse, há as que não buscam outorga (AlmA, Xibé e Muda) que rechaçam qualquer programa religioso, inclusive na AlmA a utilização de espaço na programação para fins religiosos foi levantado como motivo para afastamento. E há casos como o da Heliópolis e Terra Livre, que somente abrem espaço para que religiões tenham seus programas, inclusive com inserções informativas paroquiais ao longo da programação. É parecido o caso da Quixelô que só recentemente passou a abrir espaço igualitário para religiões devido a crise institucional-política e os consequentes “buracos” na programação. Já em casos como da Independência e Esperança, o que se percebe é uma relação orgânica com a religião, no caso, ambas com a Igreja Católica. Como se sabe a Independência nasceu na sala paroquial, teve sua primeira antena instalada na torre da igreja e até hoje é conhecida como “rádio do Padre”. Os locutores são, em sua maioria, religiosos, há transmissão da missa dominical e verificaram-se mensagens e saudações cristãs (“bendito é o nome do Senhor”) mesmo ao longo da programação laica. Mas isso não acontece sem controvérsias internas, quanto ao impacto que isso tem na audiência e a legitimidade, dada a preocupação da equipe quanto aos princípios da radiodifusão comunitária. A Esperança nasceu da luta política de uma família de quilombolas e sindicalistas bastante religiosa. Além disso, é o principal meio de comunicação numa cidade do interior do sertão piauiense onde, como em tantas outras, a Igreja ainda possui muito poder e é importante articulador da militância de esquerda. Esses são dados importantes para entendermos sua relação com a Igreja Católica (que, como vimos, pode também ser interpretada na lógica de um sincretismo repressor, cf. Anexo C.6). Por fim, a Utopia é um caso interessante em mutação. Como foi dito, a crise financeira levou a rádio a uma sala cedida de uma ONG cujo diretor – da mesma forma que o atual coordenador da emissora – é seguidor da doutrina religiosa local. Ainda que não tenha espaço na programação, a doutrina passou a ter influência indireta no conteúdo e não sem controvérsias, já que o atual diretor da rádio reafirma que “as pessoas podem apresentar programas religiosos, mas ela [a rádio] não professa uma fé” (GOMES, 2015).

Nosso reduzido universo de emissoras pesquisadas em profundidade se, por um lado, nos ajuda a problematizar automatismos que associam presença confessional à instrumentalização religiosa das rádios comunitárias, por outro, não nos autoriza a negar que

existam muitos casos de silenciamento da diversidade e prejuízos aos direitos humanos fruto do autoritarismo moral religioso. Os muitos casos de projetos de lei (alguns propostos imediatamente depois da aprovação da lei 9612) que querem acabar com a proibição de ambos os proselitismos religioso e político-partidário dão indícios dos muitos interessados em transformar as rádios comunitárias em meras igrejas e currais eleitorais eletrônicos comunitários (cf. 4.2.1).

3.4 ASPECTOS POLÍTICO-SOCIAIS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

No que concerne às transformações político-sociais nas rádios comunitárias, as controvérsias tratadas acima indicam seus limites mais evidentes: é onde esses atores políticos pendulam de um extremo ao outro do que são e beiram o abismo da descaracterização do seu projeto político. Por outro lado, tire essas controvérsias e você desmonta toda a *arquitetônica de valores*¹⁷⁰ das rádios comunitárias. Primeiramente, porque é na tensão de limites que os atores políticos se reinventam e permanecem, portanto, ativos e relevantes na disputa política contemporânea. Segundo, porque na raiz dessas controvérsias está uma preocupação (observância, admiração e zelo) por um *conjunto de princípios* que rege, impulsiona, fortalece a radiodifusão comunitária e mais ou menos organiza o que ela é e, principalmente, a diferencia do que ela *não é*. Essa preocupação tem se materializado na busca pela *rádio comunitária autêntica pelo Estado, pelo campo acadêmico da Comunicação Comunitária* e pelas próprias *rádios comunitárias e seu movimento*. Porém, o tamanho da importância da autenticidade para a organização dos princípios é proporcional aos riscos que ela representa: precisamente por poder vir a generalizar o não generalizável e a encarar como estático um processo que é dinâmico.

No que se refere ao *Estado*, essa preocupação toma a forma de observância de critérios objetivos: associação legal devidamente registrada, requerentes idôneos, cumprimento de pré-requisitos técnicos, não veiculação de propaganda comercial ou eleitoral etc.. Os técnicos que dão conta da preparação para liberação da outorga e, depois, da sua vigilância tem pouco ou nenhum conhecimento da realidade das rádios comunitárias. Sem poder prevaricar ou subjetivar cada um dos milhares de requisições de concessão ou de multas, tomam como base o que foi determinado na lei. No caso brasileiro, o problema é que,

¹⁷⁰ Expressão bakhtiniana para se referir à arquitetura axiológica do sujeito, ou seja, o universo de valores que sustenta a decisão de cada um dos seus atos e através do qual avalia o mundo, o outro e a si próprio.

como em muitos outros países, a legislação submeteu as rádios comunitárias a um formato bastante limitado (cf. 4.3.1) e, como vimos e detalharemos (cf. 4.3.2), facilita que atores externos se apropriem do já exíguo espaço reservado no espectro eletromagnético para as comunitárias.

Sem olhar o particular, a percepção do Estado sobre a radiodifusão comunitária brasileira é a de quem vê uma foto panorâmica de um setor distorcido. Um exemplo disso foi especialmente importante para apurar o olhar crítico sobre nosso objeto. Como mencionamos, ao longo de 2012, a AMARC Brasil realizou cinco seminários regionais, para os quais o MiniCom foi convidado e esteve representado pelo coordenador de radiodifusão comunitária. Tal setor foi criado na segunda gestão Lula como departamento e não subsecretaria independente, como solicitara a ABRAÇO¹⁷¹. Algo sintomático do descaso governamental foi a grande rotatividade de coordenadores naquele ano: em cinco eventos realizados num intervalo de nove meses, foram três representantes diferentes. No de Altamira (PA)¹⁷², em agosto de 2012, o coordenador da vez era um técnico que tinha a função de selecionar as entidades que teriam a outorga. Ele falou no seminário, ouviu tudo o que a AMARC defende sobre radiodifusão comunitária, conversou com as associadas e, à noite, quando estávamos todos descontraídos numa mesa de bar, ele nos disse, com um forte sotaque paulista: “Véééio, as rádios comunitárias que aparecem no Ministério são muuuito diferentes do que vocês defendem e das que fazem parte da AMARC... As que aparecem lá são um bando de picaretas!” (cf. Anexo C.3). Também em nossa análise de todos os relatórios disponíveis da Anatel num período de 13 anos, verificamos diversas vezes menções às distorções no setor. Por exemplo, no relatório da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização de 2006, a análise das rádios fechadas naquele ano indica que “49,5% funcionavam com a potência superior a 25W, as demais, em quase sua totalidade, praticavam proselitismo político e exploravam comercialmente o serviço, descaracterizando, a condição de uma rádio comunitária” (ANATEL, 2006, p. 22). Mais recentemente, em abril de 2016, à revista Carta Capital o MiniCom declarou que “a maioria das requerentes não se adéqua ao conceito de comunitária, principalmente no que diz respeito à configuração de vínculo político, religioso, comercial e familiar dos dirigentes das entidades com intenções de operar

¹⁷¹ Disponível em www.telesintese.com.br/abraco-quer-criacao-de-subsecretaria-de-radio-comunitaria-no-minicom/. Acesso em 25 de julho de 2016.

¹⁷² Disponível em www.amarcbrasil.org/amarc-brasil-realiza-seminario-uma-nova-lei-para-as-radios-comunitarias/altamira/. Acesso em 25 de julho de 2016.

uma rádio comunitária (grifo nosso)¹⁷³”. E não se trata de especificidade brasileira, em 2010, no momento da aplicação da nova lei de radiodifusão comunitária do Uruguai, foi realizado um censo para verificar quais cumpriam com os requisitos legais: do total de emissoras registradas como comunitárias, somente 25% cumpriam os requisitos, já que havia muitas emissoras comerciais “disfarçadas como comunitárias”¹⁷⁴.

Frente à realidade e às muitas reclamações do próprio movimento, a partir de 2015, o Ministério passou a adotar uma série de medidas para tanto desburocratizar quanto prevenir que entidades estranhas ao setor logrem chegar ao final do processo. A nova norma de radiodifusão comunitária, em seu artigo 25 identifica vínculo em casos em que o requerente “exerce cargo ou função em órgão de direção de partido político” (inclusive a nível municipal) ou “exerce cargo de dignidade eclesiástica” e “quando a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de entidade religiosa, de partido político ou outra emissora comercial ou comunitária”. Por fim, o regulamento estabelece que “a existência de vínculo (...) é vício de caráter insanável”, o que previne o MiniCom de solicitar eventuais correções (BRASIL, 2015, p. 6-7). Para dirimir intenções moralizantes, cerca de um ano depois, em abril de 2016, por ocasião de um seminário, Emiliano José, secretário de Comunicação Eletrônica do MiniCom, defenderia a participação de militantes políticos e religiosos em rádios comunitárias: “eles não podem dirigir a rádio, mas podem e devem participar de debates, apresentar programas. Essa é a nossa posição. Democratizar significa também respeitar a diversidade cultural, ideológica e política do povo brasileiro. As rádios comunitárias devem ser expressão dessa diversidade”¹⁷⁵.

Da impessoalidade da letra da lei à realidade da vida das rádios interpelam-se muitos matizes e riscos. No mesmo ano da norma, um artigo assinado pelo coordenador da ABRAÇO Nacional, José Sóter, reclama do que considera ser mais uma forma de perseguição e criminalização das rádios comunitárias: ele denuncia que, para os técnicos do MiniCom, uma “simples filiação ao partido de um dirigente da entidade já caracteriza

¹⁷³ Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/radios-comunitarias-eterna-luta-contr-a-burocracia-e-a-justica>. Acesso em 25 de julho de 2016.

¹⁷⁴ Disponível em <http://www.radionacional.com.uy/detail.asp?NewsId=8740>. Acesso em 25 de julho de 2016.

¹⁷⁵ Disponível em <http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/institucionais/35698-radios-comunitarias-devem-ser-expressao-da-diversidade-brasileira-afirma-secretario>. Acesso em 25 de julho de 2016.

‘vinculação e submissão à gerência do partido’¹⁷⁶, algo que estaria ocorrendo nos pedidos renovação e de novas outorgas¹⁷⁷.

Porém, mesmo em casos de aplicação correta daquelas medidas fica difícil separar o joio sem perder o trigo: por um lado, evitaria que a outorga de comunitária fosse para a rádio de um político, sem nenhuma vinculação com a comunidade, como é o caso da Cidade (cf. Anexo C.3); por outro lado, também teria excluído rádios comunitárias como: a Quixelô FM (cf. Anexo C.5), por ter tido dirigentes disputando eleições; a Esperança FM (cf. Anexo C.6), pelo mesmo motivo anterior, acrescido de ter o mesmo endereço de um partido político; a Independência (cf. Anexo C.4) por compartilhar o mesmo endereço da paróquia. Porém, a partir do observado em campo, dificilmente poderíamos recusar que são rádios comunitárias, apesar dos desafios. Aí conta a ponderação que os três casos estão localizados em cidades em que a luta popular se materializou em articulações político-partidárias (dois primeiros) e/ou religiosas (duas últimas). O que se percebe também é que a conquista de um canal de expressão foi essencial para a busca por algum equilíbrio frente aos poderes estabelecidos.

No *campo acadêmico da Comunicação Comunitária* a preocupação com a autenticidade aparece já em textos basilares dos mais antigos. Por exemplo, José Marques de Melo (1979) afirma que “uma imprensa só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzida pela e para a comunidade” (p.112). Especificamente no caso da radiodifusão comunitária, uma pesquisa já em 1988, no alvorecer das livres, tinha como norte a pergunta: “em que medida estas emissoras [livres] (...) contribuem para romper a relação verticalizada, unilateral, do modelo dominante de comunicação?” (NAHRA, 1988, p. 3) e quais seriam as mudanças implementadas “suficientes para fazer dela um autêntico meio de comunicação alternativa” (p. 236). E essa preocupação, de um modo ou de outro, acompanha o desenvolvimento do campo e permanece em estudos mais recentes. Por exemplo, Steinbrenner (2008), em sua tese de doutoramento sobre a radiodifusão comunitária na região da Transamazônica (Pará), trabalha com o recorte de “rádios comunitárias autênticas e em funcionamento, ou seja, emissoras surgidas a partir da organização de segmentos populares” (p. 23). Notamos a predisposição às autênticas inclusive na consulta prévia que fizemos com

¹⁷⁶ Disponível em <http://www.agenciaabraco.org/site/tecnicos-do-ministerio-das-comunicacoes-inventam-nova-ferramenta-para-perseguir-as-rádios-comunitarias/>. Acesso em 26 de julho de 2016.

¹⁷⁷ Outro indício da possibilidade do proselitismo político ser utilizado como bode expiatório aparece na pesquisa de Márcia Vidal Nunes sobre o uso eleitoral das rádios comunitárias cearenses: “a instrumentalização partidária das rádios comunitárias durante o período eleitoral foi usada como justificativa para desencadear uma ação repressiva sobre todas as rádios, incluindo aquelas comunitárias que não faziam propaganda política para nenhum candidato” (NUNES, 2004, p. 70).

pesquisadores da área para a realização de nossa pesquisa empírica: foram indicadas 12 autênticas, 7 particularistas e 4 inovadoras.

Uma face dessa preocupação se refere à própria comprovação do pesquisador quanto às muitas deturpações e apropriações verificadas no setor. Num recorte específico e para voltar ao exemplo citado, a aprofundada pesquisa de Steinbrenner encontrou entre as rádios comunitárias da Transamazônica uma verdadeira “onda das chamadas pseudocomunitárias, as ‘picaretárias’ ou rádios ‘de dono’” (2008, p. 216), entre elas a por nós pesquisada, Cidade FM (cf. Anexo C.3). Numa visão mais ampla, Raquel Paiva lamenta o atual perfil da maioria das rádios comunitárias brasileiras, em seu texto *Contra-mídia-hegemônica*. Contrapondo um “criativo e inovador” momento anterior, caracterizado pela “radicalidade de sua contraposição discursiva à força hegemônica das grandes redes”, a autora constata que as atuais já

não têm nada de contra-hegemônico, como pretendia o movimento de rádios comunitárias e livres até recentemente. (...) [O fechamento] não desperta qualquer reação popular ou comunitária, visto que não significa muito mais que o fechamento de emissoras – em especial evangélicas e comerciais – que se limitam a repetir a programação de outras legalmente inseridas no mercado. A disputa não é mais por ideias, e sim por fatias de publicidade (2008, p. 166-167).

A outra face dessa preocupação está ligada à motivação original de boa parte dos pesquisadores que se propõe a dedicar seus estudos para a área da Comunicação Comunitária (incluindo o autor): uma inquietação expressa quanto às desigualdades (de poder, de acesso, de lugar de fala etc.) na paisagem midiática; um desejo de compreender como as desigualdades sociais estão sustentadas e sustentam esse cenário, e; a busca por um modelo comunicacional que, sendo diferente do que é encontrado nesse mesmo cenário (unidirecional, vertical e mercantil), contribua para alterá-lo, fortalecendo a democracia e promovendo mais justiça social. O que, por um lado, é uma propulsora motivação política que alimenta a teoria e a práxis da comunicação comunitária, por outro, pode induzir a muitos erros.

Pesquisas ávidas por uma espécie de *tábua de salvação midiática* tendem a analisar as mídias comunitárias a partir de um modelo idealizado. Tal arquétipo costuma aferir como *condicionais* determinadas características que, ao longo do processo histórico, foram se revelando como *comuns* aos meios comunitários. A partir daí, uma série de critérios são avaliados: se o veículo comunitário divulga *somente* assuntos concernentes ao interesse da comunidade; se está garantida e se efetivamente acontece a participação de integrantes da comunidade em *todas* as fases do processo comunicacional, da gestão à veiculação; se não

tem finalidades lucrativas; se a gestão do veículo é *genuinamente* coletiva; se há autonomia em relação a grupos de interesse (políticos, religiosos, empresariais etc.); entre outras. O problema desse tipo de metodologia de análise é gerar resultados binários: genuínos exemplares de mídia comunitária ou apropriações abjetas. Caso o meio de comunicação não passe imune por todos os critérios de avaliação, inicia-se, no mínimo, um processo de desconfiança quanto à legitimidade do veículo podendo levar à pena da exclusão conceitual do seletivo (e hipotético) grupo de mídias comunitárias autênticas.

Yuji Yamamoto, em *A questão da comunidade na era da midiaticização* (2014), relaciona essa problemática ao essencialismo comunitário. O que ocorreria nessas pesquisas é

uma espécie de transcendentalização do comum da comunidade (...). Determina-se um modelo ideal e abstrato de comunidade (a participação), a partir do qual todos os entes já entram como degradações desse ideal. Inexiste aqui qualquer “imanência” (emergência singular), considerando-se apenas uma única “eminência” (deliberada de cima para baixo) e manifestações menores (degradadas), segundo a estruturação hierárquica subjacente (p. 125).

Se dissemos que as preocupações com a autenticidade surgiram quase que concomitantes à própria formação do campo da Comunicação Comunitária, não são menos antigas as *críticas à autenticidade*. Por exemplo, Armando Cassigoli, em *Sobre la contrainformación y los así llamados medios alternativos*, já em 1989, define os meios comunitários como “uma espécie de mito das esquerdas”, em que “o papel e o poder do meio alternativo foi em muito exagerado”, sendo “atribuídas forças de penetração que não têm e uma influência quase mágica” (CASSIGOLI, 1989, p. 69). Também as *Sete teses equivocadas sobre comunidade e comunicação comunitária*, de Marcos Palacios, procura desconstruir verdades construídas “à força de repetição, uma série de ideias extremamente questionáveis e outras claramente equivocadas” que “passaram a influenciar e, até mesmo, orientar a ação prática de grupos e indivíduos envolvidos com a problemática das comunidades e da comunicação comunitária” (PALACIOS, 1990, p. 105).

O problema é que, nesse outro extremo, as críticas normalmente ignoram ou neutralizam qualquer capacidade positiva em buscar a autenticidade. Porém, também aqui, na perspectiva do *jogo dos limites*, o que significa risco também pode potencializar virtudes: a insistência com determinadas qualidades acaba criando uma poderosa configuração moral que, em última instância, orienta as decisões ético-políticas daqueles que estão no front militante das rádios comunitárias.

Isso está ligado a mais uma das características dessa nossa área de estudos: os intercâmbios entre teoria e prática: “talvez o campo teórico da Comunicação Comunitária

tenha podido se consolidar como dos mais férteis exatamente porque a troca, o efetivo intercâmbio entre os gestores das atividades dos veículos e aqueles que manejam como ofício a reflexão, esteja sempre em estado florescente” (PAIVA, 2007, p. 146). O que não significa exatamente o rompimento total dos muros de marfim: cabe aqui retomar a crítica feita por um antigo locutor de uma famosa e academicamente visada rádio comunitária como a Heliópolis: “Imagina se os mil TCCs [Trabalho de Conclusão de Curso] escritos trouxessem o texto para o Rádio Heliópolis, imagine o arquivo... São poucas pessoas que trazem” (BARRETO, 2015).

Apesar do desequilíbrio no fluxo geral das trocas, não podemos negar a micropolítica da retroalimentação entre teoria e práxis na Comunicação Comunitária: isso tende a acontecer desde o *ensino* (com as disciplinas universitárias incentivando a visita de campo e a experimentação do formato participativo comunitário) passando pela forma mais direta da *extensão* (como em oficinas, palestras, cursos de extensão etc.) até chegar à *pesquisa*, cuja retroalimentação ocorre num longo e rico ciclo de trocas e influências. Um primeiro elemento é o da autorreflexão provocada pela presença estrangeira do pesquisador: responder as perguntas, explicar o cotidiano da rádio, imaginar-se sendo “avaliado” convidam o comunicador popular à objetificar o seu *fazer rádio comunitária* e problematizá-lo criticamente. Também não são raras as pesquisas (ou momentos de uma pesquisa) que promovem rodas de debate, entrevistas coletivas, dinâmicas de grupo etc. em que aquele processo de autorreflexão, objetificação e crítica é potencializado desde o coletivo da rádio. Há também os momentos (muitos, em nosso caso) em que o pesquisador assume o papel de informante, ao compartilhar informações acumuladas e experiências vividas em outras rádios e outros espaços políticos. Outro elemento importante é a pesquisa-militância: a Comunicação Comunitária coleciona casos de pesquisadores que passaram a se envolver organicamente com seu objeto de pesquisa ou que sentiram necessidade de refletir criticamente sobre sua própria experiência. Por fim, e mais significativo, é o próprio *efeito de verdade* que o saber acadêmico tem sobre o campo empírico da comunicação comunitária e da sociedade em geral.

Obviamente isso não é exclusivo da nossa área do saber: já desde Foucault (1997) sabemos que o discurso científico (metalinguagem científica) se apresenta como portador de uma verdade (acadêmica) capaz de silenciar as demais verdades (as outras formas de discurso). Esse mecanismo tende a nublar toda uma “política de verdade” interna ao campo científico responsável por silenciamentos seletivos e que, em última instância, acaba

justificando racionalmente determinadas relações de poder na sociedade. Mas não só isso, e o que é mais importante para o nosso caso: o investimento histórico (de teor de verdade) acerca de uma verdade científica cumpre uma função específica dentro do campo científico. Em se tratando do nosso objeto essa *função* está ligada àquele grupo de motivações tratadas mais acima e o que, no fim das contas, *sustenta* o campo da Comunicação Comunitária: a descoberta (oferta?) de um modelo que se contraponha ao comunicacional hegemônico.

Além do mais, tendo em vista que os ataques de deslegitimação aos meios comunitários partem particularmente de lugares sociais de fala privilegiada (mídias comerciais, agências reguladoras, empresas de viação), os pesquisadores do campo acabam tendo (ou se solicitando) um papel de front privilegiado de defesa dos meios comunitários. E, mais uma vez fazendo mover o pêndulo dos limites, o risco aqui está no uso inverso da mesma dialética discursiva dos adversários: não são raros os casos em que a defesa da criação, proteção e promoção dos meios comunitários passa por argumentos ligados a sua *função* social (“porque dão voz aos sem voz”, “já que promovem campanhas sociais”, “visto que prestam serviços de utilidade pública” etc.) e deixa para um segundo plano (ou simplesmente ignora) que a garantia da sua existência, antes de tudo, está amparada pelo amplo direito humano à comunicação, individual e/ou coletiva. O problema no uso de conjunções subordinativas causais (“porque”) está na facilidade de serem interpretadas como condicionais (“desde que”).

Por fim, *para as rádios comunitárias e seu movimento político* o problema da autenticidade as antecede. Individualmente, uma rádio comunitária surge do diagnóstico da impossibilidade de representatividade e expressão nos demais meios de comunicação. Como afirma Paiva,

a análise da produção veiculada pelos *mass media* é uma das etapas necessárias para a implantação de canais de comunicação alternativa. Essa etapa – de leitura crítica de mensagens – representa o momento em que a comunidade percebe por meio do que é divulgado diariamente nos veículos de comunicação existentes uma falta de relação com sua vida cotidiana (1998, p. 157).

Ou seja, da constatação de uma ausência (ou de uma negação) parte a proposição de um ator que, desse modo, deve ter características opostas aos problemas verificados na crítica original (mídia comercial) em um processo de identificação reversa.

Realmente, em nossas visitas, verificamos que a oposição ao modelo de rádio comercial tende a ser a primeira baliza orientadora. Isso transparece na fala de Serginho, ao definir a Xibé, como “o lado B do que era a [rádio] comercial” (FONSECA, 2015); ou na orientação inicial do diretor da Utopia FM ao jovem Cleyton que a comunitária “não era uma

rádio comercial”, para se colocarem as mesmas músicas e se falarem as mesmas coisas que as demais emissoras, nem era “um espaço para vender coisas ou para impor ideias” (FERREIRA, C., 2015); e no caso mais evidente, durante a capacitação dos novos comunicadores da rádio do MST, Terra Livre: depois que o veterano Ernesto leu que a ética da rádio comunitária “fundamenta-se num conjunto de valores que se manifesta como o respeito à vida, ao ser humano, ao meio ambiente, aos hábitos e costumes locais, já na comercial os valores são os valores do mercado”, as intervenções dos participantes seguiram no jogo de oposição: para o estudante Vagner a rádio “comercial vem para nós, a comunitária sai de nós”; enquanto “a rádio comercial faz a lavagem cerebral, a rádio comunitária talvez faça a limpeza cerebral”; uma das meninas presentes opina que “a rádio comunitária busca beneficiar o povo que escuta, já comercial o que beneficia a ela, o lucro” (cf. Anexo C.9). Mesmo no limite de caricaturar a mídia comercial, o intuito é nortear o que *não é* rádio comunitária.

Obviamente, a mera oposição à mídia comercial não teria força axiológica para organizar um conjunto de princípios que oriente o *dever-ser* e sustente o projeto político da rádio comunitária. (Para ficar no exemplo acima, no momento da oficina, Ernesto lia a definição de um livro da área escrito por um militante-acadêmico.) Além da academia, o movimento político é outra importante fonte com as quais se afirma uma ideia, um discurso e um ideal sobre a radiodifusão comunitária. O problema é que, como vimos, trata-se de um movimento fragmentado, com problemas de quadros políticos e com deficiências políticas. Um motivo e um reflexo é o baixo engajamento: ainda que nossa pesquisa quantitativa tenha revelado que 60% afirmam estar filiada a alguma associação do setor, somente 2% cita a radiodifusão comunitária como causa de sua militância (cf. 1.2.2). Isso é também origem e consequência de uma falta de trabalho com a base, posto que a energia das associações tem se concentrado na política dos gabinetes. E por motivos vários: primeiro, porque a proximidade (ao menos de origem) com governos de esquerda fez crer serem possíveis conquistas ou benesses, ainda que, na prática, foram poucas; segundo, porque uma lei muito restritiva tende a mistificar no movimento e nas rádios que “é tudo culpa dela”, mascarando problemas de gestão, de sedução para a causa e de formação política (e o caso argentino, cf. 4.2.8, demonstrará que uma boa lei ajuda, mas é, em si, insuficiente): o resultado tem sido a concentração da energia na *legislação* e menos na *formação*, e; um terceiro e estrutural problema é o econômico: não havendo uma cultura de autossustentabilidade na sociedade civil latino-americana e com o redirecionamento dos recursos da cooperação internacional

para África e Ásia, as associações ficaram muito frágeis: ou disputam pelos cada vez mais escassos recursos estrangeiros ou ajustam seus projetos de formação política para “cabem” em editais nacionais de prestação de serviços. Para retomar o caso da AMARC Alc, depois do Ritmo Sul (3.2.3) não houve nenhum grande projeto de alcance latino-americano e a rede foi se enfraquecendo progressivamente após a AMARC 10, enfrentando hoje talvez sua maior crise: em 2015, duas chamadas de candidatos para a vice-presidência para América Latina (cargo eletivo máximo na região) não receberam uma candidatura sequer. Ainda que também por conta de problemas de gestão e ontológicos (tratados no capítulo anterior), não podemos desconsiderar que encontros e formações políticas são tão custosos quanto essenciais para manter ativa uma rede: lá na base, são importantes para que as rádios comunitárias se conheçam, reconheçam e aprendam com experiências recíprocas. No caso brasileiro, o isolamento político se soma ao geográfico imposto pela política de frequência única. Por tudo isso, aquele arquétipo discursivo, idealizado e negativo (não comercial) encontra pouco ou nenhum amparo no real, seja pela troca inter-rádios ou via movimento político.

Com isso, uma primeira tensão interna individual quanto à autenticidade se deve à carência de modelos positivos: ainda que o ideal aponte para um lado, a prática, no geral, acaba espelhando características (programação, linguagem, formatos etc.) daquilo que a rádio nasceu para se opor. O resultado é uma contradição entre discurso e prática ou além de uma culpa por estar sendo o que se deseja não ser. Essa contradição ficou exposta na conversa com o diretor da Heliópolis: sua resposta sobre o que seria a missão de uma rádio comunitária seguiu a linha da prestação de serviços e de que não foi “elaborada para disputar com as grandes rádios”. Porém, minutos depois, quando questionado sobre o que precisa ser melhorado, elogia o fato de estarem “no mesmo nível das comerciais”: “se você ouvir a Transcontinental, a Nativa ou a Gazeta, e se você colocar na Rádio Heliópolis vai ser a mesma coisa”. Para, logo em seguida, reclamar que os locutores colocam “só música, música, música, não passa um informativo, não passa nada” (SANTOS, R., 2015), faltando temas da comunidade.

Uma segunda tensão interna (organicamente ligada à primeira) se refere à própria dificuldade (impossibilidade?) de cumprir tudo o que é estabelecido naquele rígido e abstrato corpo de princípios. Essa tende a ser uma tensão permanente: um horizonte distante a ser perseguido na angústia por nunca alcançá-lo. Em diversos momentos de nossa pesquisa quantitativa evidenciamos que os princípios orientam e tensionam as decisões internas das rádios comunitárias. Por exemplo, no essencial tema da sustentabilidade econômica, uma das

justificativas para a defesa da manutenção da proibição da publicidade se refere ao risco de perda da “essência” do projeto (cf. 1.2.5). Na pergunta interessada no vínculo comunitário, um motivo suficientemente grave para afastar um comunicador é não compartilhar dos princípios da emissora (cf. 1.2.4). Mas nada incomoda mais que a questão da *participação*. É o que leva o dedicado Mácio Alves, afirmar que “a Quixelô FM ela é dita comunitária, mas eu a não considero ainda o que eu *sonho* que seja uma rádio comunitária. Apesar de o ouvinte pedir música, ele ainda não veio para cá, ele tem que estar aqui dentro” (ALVES, J., 2015).

Não por acaso, frente a difícil delimitação das fronteiras definidoras da mídia comunitária, os principais pesquisadores da Comunicação Comunitária coincidem que a pedra fundamental conceitual está na participação da comunidade (ou seu incentivo ou abertura) nos diversos processos internos. O mesmo acontece nas rádios e no movimento. Antes de ir a campo, Steinbrenner realizou, em maio de 2008, como parte integrante da metodologia da sua pesquisa de doutorado, uma oficina com o tema “Rádios comunitárias: autenticidade em questão”, junto aos integrantes do Fórum em Defesa das Rádios Comunitárias. Dali saiu que, ainda que não haja fórmula única, “o que define a autenticidade de uma emissora comunitária, mas sim a noção de participação, tanto na gestão quanto na definição de sua programação” (STEINBRENNER, 2011, p. 259).

Em nossa pesquisa quantitativa, no que se refere ao processo decisório a maioria das respostas demonstra uma tendência a buscar instâncias e modos mais participativos de decisão (cf. 1.2.4). Isso fica ainda mais evidente na pesquisa qualitativa: lá pudemos verificar que a participação da comunidade não só é um ideal comum, como o horizonte perseguido é o da participação plena: a autogestão. Acontece que, por conta do que discutimos em 2.4, o sujeito político-comunicacional, em seu desejo de si mesmo e em sua luta pela sobrevivência, tem cada vez menos tempo para se dedicar a causas coletivas; além disso, quando se engaja (principalmente se jovem) vê-se atraído por uma pulverização de campanhas/causas que privilegiam métodos e adotam estratégias que nem sempre encontram acolhidas na rádio comunitária. Assim, o sonho da autogestão se contrasta com a prática real de um processo decisório baseado na *cultura da confiança* respaldada pela *baixa participação*: o resultado é a prática de uma democracia representativa culpada de si mesma, atingindo a todos os que participam. Porém, ninguém vive essa contradição de forma mais profunda que aquele cujo grau de participação é exemplo para todo o resto: o *guardião de princípios*.

Trata-se do principal mediador, observador e organizador daquele conjunto de princípios que sustenta o projeto da rádio comunitária. Entre os pares, ele é facilmente

reconhecível por ser quem “carrega o piano” do cotidiano da emissora. Quase sempre faz parte da articulação que originou a rádio e teve (ou tem) contato com o movimento político de rádios comunitárias, com o campo da Comunicação Comunitária ou com algum movimento social orgânico (normalmente o que motivou a criação da rádio): essas são as fontes das quais se alimenta para acompanhar as decisões da emissora e apoiar o cumprimento de sua missão. Se aos demais faltam exemplos e trocas com modelos positivos de rádios comunitárias, sua dedicação levou a conhecê-los, mesmo que através dos relatos das suas fontes de princípios. É também daí que vem a sua estrutura de ação politizada e ética, o que não significa dizer que seja infalível: porém, é a própria posição de liderança e observância que o impele a ser o mais duro de seus juízes. Isso também porque ao guardião recai suspeitas de personalismo e centralismo, o que acaba por reforçar nele a atenção sobre sua própria conduta. O guardião conserva uma narrativa histórica e ética da rádio comunitária, por isso tende a ser consultado ou ativamente opina sobre as principais questões éticas da rádio comunitária (por exemplo, momentos de crise), mesmo quando está afastado de forma temporária ou permanente. Aliás, seu desligamento total é raro, pois o projeto político da rádio tende a morrer sem sua ação vinculadora: se o projeto persiste mesmo na sua ausência é bom sinal de que seu trabalho de “passar o bastão” foi bem sucedido. Isso porque o guardião de princípios vive a buscar substituto (ou ao menos corresponsável): seja para voltar a se dedicar aos seus projetos pessoais; ou para dividir as tarefas políticas que só aumentam (na proporção das desigualdades e injustiças à sua volta); ou para garantir (ou fortalecer) a continuidade do projeto da rádio; ou, simplesmente, para saber que há mais gente olhando para o mesmo horizonte. O guardião de princípios pode ser no singular ou no plural, no feminino ou no masculino e, em casos raros, pode ser um coletivo ou mesmo um projeto: em todos os casos, há paixão por e pela rádio comunitária.

Tabela 4 – Guardiões de princípios identificados nas rádios visitadas

Rádio	Guardião de princípios	Entidade-guardiã
Heliópolis (SP)	<i>Gerô, Reginaldo</i>	UNAS
Webrádio Alma (PR)	<i>Juliana, Salsicha [Rakelly]</i>	AlmA
Cidade (PA)	Não tem	Político local
Independência (CE)	<i>Rosa, Padre Beserra, Roginaldo [Elson]</i>	Igreja/CEBs
Quixelô (CE)	<i>Mácio [Ailton]</i>	ICEQUI
Esperança (PI)	Nilson, Osvaldina, Ozenália, Guilherme, Serginho,	Sindicato
Xibé (AM)	Gleison [movimentos sociais da região]	Não tem

Utopia (DF)	<i>Batista, Leônio</i>	UnB [PIMEV ¹⁷⁸]
Terra Livre (SC)	Cézar [coletivo de jovens]	MST
Muda (SP)	Coletivo	Não tem

Na Tabela 4 organizamos os guardiões de princípios que identificamos nas rádios visitadas naquele momento histórico específico em que as vivemos: colocamos em **negrito os guardiões atuais**; em *itálico*, os que já estão *afastados da rádio*; entre colchetes, os que nos parecem serem os [próximos guardiões], tendo em vista a maturidade política, dedicação pela rádio e afinidade de princípios. Também organizamos uma coluna das entidades-guardiãs da qual a rádio é um projeto: não é por acaso que *todos* os guardiões são organicamente ligados à entidade-guardiã.

Algo que reflete o machismo estrutural da sociedade é que, dentre os 20 guardiões acima identificados, apenas 4 são mulheres. Como identificamos em nossa pesquisa quantitativa (cf. 1.2.4) 3 em 4 rádios comunitárias têm mais homens que mulheres e a presença delas diminui de acordo com que se sobe na hierarquia de poder na rádio: na direção a maioria de mulheres ocorre só em 7% dos casos. Isso explica a baixa incidência de mulheres como guardião de princípios, que tende a ser o diretor da rádio, pela dedicação exigida. Seja pelo voluntarismo que afasta as mulheres das rádios comunitárias, já assoberbadas com duplas e triplas jornadas de trabalho, seja pelo machismo direto da equipe/comunidade, o resultado é a desigualdade de gênero desde a base vinculativa desses atores sociais.

É importante ressaltar que essa identificação não tem qualquer intenção normativa, sendo fruto de um esforço de categorização e não de julgamento: aceitamos correr tal risco por nos parecer que essa *figura conceitual* pode auxiliar na compreensão do que está na base ontológica da rádio e atua como um importante vinculador dos demais participantes. Um indicativo disso é que, em quatro das rádios pesquisadas, os guardiões de princípios aparecem como uma das figuras inspiradoras: Heliópolis (Gerô); Quixelô (Mácio); Xibé (Guilherme); Utopia (Batista) (cf. Anexo D).

Ainda que um maior número de guardiões (ou “aspirantes”) indique maior solidez do projeto da rádio, um número reduzido não significa necessariamente o contrário: há uma série de fatores conjunturais e pessoais que influem e se somam aos muitos estruturais (de natureza legal e ontológica, como já tratamos no capítulo anterior): de todo modo, tal situação exige atenção. Nesse sentido, parece ser mais interessante ter um número grande de aspirantes que

¹⁷⁸ Colocamos em colchetes a PIMEV porque, ao menos por enquanto, trata-se de uma entidade-guardiã temporária, não estando claro quanto e como durará essa relação.

de guardiões ativos. É que, por conta de exigir muita dedicação, a energia tende a diminuir ao longo do tempo (e da idade). Os casos (raros) de maior solidez são os quais o guardião e/ou aspirante é o próprio coletivo da rádio. Isso é mais fácil de acontecer quando há uma organização politicamente sólida que fundamenta a rádio comunitária: é o caso da Terra Livre com o MST: a perspectiva de formação política permanente dos quadros e a própria solidez política do movimento estabilizam sobremaneira o projeto da rádio comunitária: como contamos, a rádio pode ressurgir das cinzas (literalmente), mesmo depois de destruída (cf. Anexo C.9). Também a estabilidade política da UNAS, da Alma-entidade, das CEBs de Independência e do Sindicato de Queimada Nova dão sustentabilidade às suas respectivas rádios, ainda que, nada garanta a continuidade. Nesse sentido, como contraponto, numa rádio “comunitária” como a Cidade, sem qualquer projeto político, sem a família do político, a rádio desaparece ou é vendida para virar o que é: comercial.

A relação da rádio com a entidade-guardiã foi algo que nos chamou atenção desde a primeira visita: por conta das muitas limitações legais (principalmente a financeira), em quase todos os casos a rádio só sobrevive porque a entidade colabora com recursos pessoais, logísticos ou financeiros: Heliópolis (UNAS), Alma (Alma-entidade), Independência (Igreja/CEBs), Esperança (Sindicato), Terra Livre (MST) e Utopia (UnB/PIMEV). A única exceção foi a Quixelô, em que a rádio, a duras penas e com a ajuda material do seu guardião de princípios, tem sustentado o ICEQUI. Porém, as relações não acontecem sem tensões: a webrádio Alma tem medo de ser “engolida” pela Alma-entidade que, por sua vez, reclama de pouca contribuição da emissora; Nilson Santos, da Esperança, vê-se pressionado pela dupla jornada de trabalho, na rádio (sua paixão) e no sindicato (seu trabalho); a Independência ainda luta para se livrar da pecha de “rádio do Padre”; a Utopia, no início, teve medo de ser “encapada” pela UnB e agora os princípios morais e religiosos do PIMEV tendem a influenciar na programação. Essa tensão vem de um desejo de autonomia (política, financeira, organizacional etc.) para o projeto da rádio.

No caso da Xibé, a politização de seus guardiões encontrou um mecanismo que substitui a entidade-guardiã e autonomiza a rádio: a itinerância. Numa tacada, dribla a repressão, escapa dos custos de manutenção e, o mais importante, vai abarcando uma série de atores sociais (escolas, aldeias, comunidades de bairro etc.) que se sentem pertencentes à rádio, garantem sua continuidade e sua multiplicação.

Por fim, o caso da Muda é absolutamente singular por sua importância histórica (e atual) para as livres brasileiras: isso materializou no coletivo um corpo de princípios tão

sólido que seria impossível reduzir o guardião de princípios a uma ou mais pessoas. Mais que isso, é como se ela mesma funcionasse como uma guardiã de princípios para as demais livres. Na verdade, daí vem sua “singular singularidade”, tendo em vista o próprio lugar que as livres ocupam no campo da práxis das rádios comunitárias.

As livres funcionam como as guardiãs de princípios da radiodifusão comunitária. Se dissemos que as comunitárias contraprojetam as comerciais para criar os contornos do *não ser*, as livres fazem o mesmo com as comunitárias... ou pelo menos com o que *pensam* ser as comunitárias. Em nossa pesquisa qualitativa, nas três que não buscam a outorga sobressaíram (de forma metonímica) as descaracterizações das comunitárias: na AlmA, Salsicha lamenta a falta de bons exemplos em Londrina, citando uma rádio cujo site só tem “políticos e pastores e normalmente esses pastores se candidatam”. Também a outra guardiã de princípios, Juliana Franco, ao falar das vantagens em ser webrádio, cita o risco do abandono de princípios e do apadrinhamento político das comunitárias tradicionais (cf. Anexo C.2). Na Xibé, ouvimos Gleison dizer que “enquanto somos de forma coletiva, a rádio comunitária necessita fazer uma reunião de gestores para tomar decisões, que nem sempre é voltada para aquilo que precisa ser feito”. Já Serginho, destaca que a comunitária “sempre vai ser assistencialista, vai trazer pessoas para entrevistar para falar a verdade do que tem que ser seguido” (cf. Anexo C.7). Em nossa visita à Muda, pelo forte caráter de interpolitização, o tema foi recorrente e as opiniões levantam nuances, ainda que sem escapar das generalizações e projeções. Y. lembra que também as comunitárias questionam a legitimidade das livres, por não surgirem da escolha dos representantes formais de uma comunidade: em contrapartida, para ele, as comunitárias “não questionam a estrutura de mídia, a estrutura de poder que a mídia sustenta. Simplesmente encontra um espaço para atuar”. Para W. “a gente tem uma estrutura horizontal e eles têm uma estrutura vertical”. Já Z., além de falar da limitação de alcance e obrigatoriedade de institucionalidade, foca os conteúdos: “a rádio livre tem um modelo que aceita tudo ou quase tudo (...) [é] muito fluida, muito líquida, nunca é igual e muda de coletivo para coletivo (...) é um organismo vivo” (cf. Anexo C.10).

O que pudemos constatar é que, ao menos nos princípios (*dever-ser*), as coincidências são muito maiores do que cada lado consegue ver: apontam o mesmo desejo de transformação social, autogestão, horizontalidade, consenso e autonomia. Porém, na busca pela autenticidade, o modo de funcionamento das livres se posiciona num lugar mais próximo do horizonte ideal, ainda que elas mesmas nunca o alcancem, sujeitas que estão aos mesmos desafios da democracia. Normalmente amparadas por uma instituição e alimentadas por uma

fonte de valores estável, as livres têm mais ferramentas para tangenciar aquele ideal. Já as comunitárias, encurraladas por uma lei restritiva e tensionadas por muitos interesses conflitantes (igrejas, poderes locais etc.), perseguem aquele ideal vivendo culpadas de si mesmas.

Antes da pesquisa, influenciados por nossa militância no movimento de rádios comunitárias, atribuíamos a ousadia das livres em agir na desobediência civil ao resguardo institucional, normalmente de uma universidade. Mas tanto a Xibé quanto a Muda passaram por tentativas de fechamentos em que não puderam contar com amparo institucional. O mesmo aconteceu no fechamento da Rádio Pulga, da UFRJ, em setembro de 2011, dois dias antes de uma tentativa de fechar a livre Interferência, da mesma universidade.

Mais que segurança, estar uma universidade (ou num movimento sólido como o MST) garante uma fonte regular de quadro politizado, legitimidade social e infraestrutura material: o antigo “mudeiro” Q. admite que estar na Unicamp significa que a Muda “não tem que pagar aluguel, água, luz, tem segurança (...) quando a gente defende a ideia de rádio livre, usando a rádio [livre] universitária como referência, é uma discussão que precisa ser feita” quando replicada, por exemplo, numa favela (Q., 2015). Num caso como esse, não poderíamos aplicar como fórmula única nem a itinerância da Xibé, por exemplo. Basta lembrar que sua rádio-irmã, a Voz da Ilha, precisa ser fixa para dar conta da articulação política do bairro do Abial: por isso, precisou criar a Associação Cultura Cabocla, juridicamente estabelecida, para conseguir recursos ou quando é solicitada alguma institucionalidade. Gleison não abre mão de continuarem livres, mas pretende se associar a entidade de rádios comunitárias, pois “quando o negócio pegar, como vai ser? (...) Nós queremos ser ilegais, para sempre, mas temos que ter amparo de alguém, ter uma cobertura de algo” (MARTINS, 2015): ou seja, para ele, proteção não vem do Estado, mas da coletivização.

No próximo capítulo veremos que a forma como se deu a institucionalidade das rádios comunitárias brasileiras compromete fortemente sua autonomia: isso se dá através de uma série de círculos viciosos que vão desde o burocrático processo de outorga até o cotidiano de penúria financeira. Se isso decorreu principalmente do lobby empresarial, vimos que também respondeu ao modo *hegemônico* de luta e organização política da época. O resultado do processo histórico mostrou, nas palavras de Q., que a lei teria sido “um tiro pela culatra (...) serviu pra enfraquecer o movimento que estava eclodindo, privilegiou um grupo específico” (Q., 2015). Tal percepção fica ainda mais fortalecida com a presente crise de representação

política e a decepção com a *real politik*. Na verdade, nosso panorama mundial e regional sul-americano pretende problematizar os limites de *qualquer* solução que passe pelo Estado... ou que prescindia dele. É raro ver nas rádios livres casos de instrumentalizações político-partidárias e religiosas. Na verdade, é incomum a presença de qualquer igreja, sindicato, partidos políticos e outras instituições representativas. A rejeição tende a ser mútua: enquanto as livres desconfiam dos ímpetus totalizantes das entidades mais organizadas, essas julgam serem vazios os propósitos das livres por sua efemeridade. Se essa “forma pura de luta pela democracia” (NUNES, 1995, p.69) evita proselitismos, por outro lado, demonstra sua baixa capilaridade junto a atores mais institucionalizados, protagonistas da organização dos desejos e importantes mediadores de uma parcela significativa da sociedade.

Frente à insuficiência da solução meramente pluralista comunitária, frente à incapacidade da abertura puramente diversitária expressiva, veremos no último capítulo que as rádios comunitárias têm criado importantes sínteses na práxis da apropriação tecnológica, a fim de dar conta dos novos desafios sociais e políticos. Mas lá também tudo se encontra indeterminado: a ambição totalizante do capital já avança, capitaneada pelo Estado, sobre as novas estruturas produtivas comunicacionais. A resposta das rádios comunitárias tem sido a colaboração em rede ancorada nos seus territórios e a solicitação de autonomia na gestão dos recursos tecnológicos. A disputa tecnopolítica ganha novos contornos, mas o horizonte continua sendo a autonomia e a justiça social.

4 LIMITES POLÍTICO-ESTATAIS: O PERMANENTE EMBATE COM O ESTADO

A história das rádios comunitárias é marcada pelo conflito com o Estado. Ainda que, como veremos a seguir, exista uma série de recomendações de órgãos e instâncias internacionais em favor do reconhecimento e promoção estatal de um *terceiro setor da comunicação* como importante instrumento de fortalecimento da democracia, na maioria dos países a radiodifusão comunitária sobrevive na “alegalidade” ou convive com marcos regulatórios restritivos e sem políticas públicas que a fomentem. Mas, independentemente da situação legal, coincide a conformação de um aparato persecutório, policial e simbólico, normalmente bem estruturado e atento a qualquer atividade não autorizada de radiodifusão. Isso primeiramente se deve a uma usurpação original de um bem reivindicado como comum à humanidade e fruto de intensa disputa: o espectro eletromagnético (cf. 5.2.2). Além disso, tal perseguição estatal é estimulada por quem teme concorrência, comercial e política. Tendo em vista o papel estratégico que os meios de comunicação eletrônicos passaram a ter desde seu surgimento, as concessões estatais para o acesso ao serviço de radiodifusão se tornaram ferramentas econômicas e políticas: sem mecanismos transparentes e justos (e, nesse caso, justiça pode significar tratar de forma desigual os desiguais), elas podem favorecer concentrações de poder em vez de cumprir com o que seria sua vocação original: “uma plataforma privilegiada para o exercício das liberdades de expressão, informação e comunicação, direitos humanos fundamentais” (LORETI e GOMEZ, 2012, p. 112).

Se, anteriormente, dissemos que as mudanças no sujeito político-comunicacional e na hegemonia da ação política são a base das transformações nas rádios comunitárias, deveríamos usar uma figura que localiza os fatores político-estatais imediatamente e permanentemente acima dessa base: de um modo de outro, no extremo do vácuo legal (Brasil, pré-1998) ou na luta para manter direitos conquistados (Argentina, pós-2015), a sociedade política sempre esteve a tensionar as rádios comunitárias. E vice-versa. Como vimos no capítulo anterior, boa parte desses atores políticos descende de quem viu nesses meios de comunicação um poderoso instrumento de mobilização e conscientização popular: um meio para seus fins, entre eles, a conquista de posições gradativas no Estado (em sentido amplo). É também com essa régua que devemos medir o medo e a conseqüente energia que determinados grupos de poder mobilizam a máquina estatal para barrar a força expansiva das rádios comunitárias e comunidades organizadas. É o que também parcialmente explica o

desejo de muitas por reconhecimento estatal, ainda que aquela capacidade de mobilização dele prescindia: pode-se ser legal sem ser combativa e vice-versa.

Há também uma parcela que veementemente rejeita ou que simplesmente não se importa com o reconhecimento legal. Principalmente elas, dada sua insujeição perigosa, tornam-se alvo de uma lógica circular de repressão e deslegitimação estatal. Tal processo cíclico tem como engrenagem o aparato jurídico, seu motor é a ação regulatória e policial do Estado/sociedade política e o combustível, como vimos, uma campanha difamatória permanente do Estado/sociedade civil (cf. 3.3.1): o medo da prisão, de ter todos os equipamentos confiscados ou mesmo da vergonha comunitária é alimentado por um discurso de desmoralização que desconsidera qualquer eticidade nos atos de desobediência civil: o resultado é um ambiente que empurra para a necessidade da outorga, por mais limitadora que seja... ou exige a busca por alternativas tecnológicas e sociais (cf. 5.1). De toda forma, de um modo ou de outro, veremos que a questão jurídica foi e continua sendo uma das protagonistas das tensões nas rádios comunitárias.

4.1 PANORAMA POLÍTICO-ESTATAL MUNDIAL

Na opinião do secretário geral da AMARC, o italiano Francesco Diasio, apesar de haver “claramente” um ambiente legal global mais favorável para as rádios comunitárias, com avanços em todos os continentes, ainda há “uma fratura muito forte entre as regulações, declarações e resoluções em nível internacional (...) e a situação ao nível nacional” (DIASIO, 2015).

De todo modo, os avanços, tímidos ou não, são sempre a duras penas conquistados através da pressão interna de movimentos sociais nacionais, coordenada com articulações internacionais. Tais vozes amparam seu reclamo às garantias constitucionais com tratados, convenções e posicionamentos de órgãos internacionais a respeito da diversidade e pluralidade na comunicação e o papel que os meios comunitários exercem nesse sentido. Um primeiro ponto de partida é o da liberdade de expressão, garantida pelo artigo 19 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) e que “inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios”¹⁷⁹. A amplitude de tal direito ultrapassa o caráter de prestadora de serviços à comunidade, que muitas vezes embasa a defesa das rádios comunitárias: aqui, a garantia da

¹⁷⁹ Disponível em <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2016.

sua existência se insere no exercício de uma liberdade individual e coletiva que independe da chancela estatal.

Em plena Guerra Fria, nas décadas de 1960/70, no âmbito da UNESCO empreendeu-se uma rica discussão que colocava a comunicação como direito indispensável para o fortalecimento da e das democracias. Foi em meio a esse processo que acontece a *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*, em São José de Costa Rica, em novembro de 1969 (inclusive, berço da Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH). Sem prejuízos à soberania nacional, os países signatários garantiam o cumprimento do Pacto dela resultante sem poderem posteriormente dele esquivar-se, por exemplo, citando disposições do direito interno¹⁸⁰: na prática, contudo, os casos de sua violação se acumulam. Não se pode negar, contudo, que ela se impôs como um importante parâmetro mínimo de proteção de direitos no continente. No caso da comunicação, garante, em seu Artigo 13, a “liberdade de pensamento e de expressão” e estabelece ainda que “não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares (...) de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação”¹⁸¹. Anos depois, patrocinada pela UNESCO, no mesmo local é realizada a *Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas Nacionais de Comunicação na América Latina e Caribe*, em julho de 1976. Ainda que não caibam aqui os detalhes, muitas polêmicas a antecederam, capitaneadas pela SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa) e AIR (Associação Interamericana de Radiodifusão) e disseminadas pelas agências internacionais dos Estados Unidos e Europa acusando a UNESCO de tentar “estatizar a informação em cumplicidade com o Movimento dos Países não Alinhados e com a União Soviética” (QUIRÓS e SEGOVIA, 1996). Basicamente o teor da Conferência partia da percepção de desequilíbrio interno e externo dos fluxos comunicacionais, prescrevia a necessidade (de teor liberal, inclusive) de pluralismo e democracia na comunicação e apontava o papel do Estado como central para a mudança.

Mas o ápice dessa discussão e das polêmicas com os gigantes da comunicação foi o lançamento, também pela UNESCO, em 1980, de *Um mundo e muitas vozes*, também

¹⁸⁰ O Brasil só viria a promulgar a Convenção em 1992, através do Decreto 678, garantindo-lhe status de norma constitucional, determinando que a mesma fosse “cumprida tão inteiramente como nela se contém”. E, em 2004, uma emenda constitucional (incorporada pelo parágrafo 3º, do artigo 5º, CF) estabeleceu que “os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

¹⁸¹ Disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em 15 de maio de 2016.

conhecido como *Relatório MacBride*, nome do jurista e jornalista irlandês que presidiu a comissão de alto nível que o produziu. Fruto de dois anos de intensos trabalhos e reconhecido como “o mais completo relato já produzido sobre a importância da comunicação na contemporaneidade” (RAMOS, 2005, p. 245), vemos ali aparecer o que tem embasado os atuais militantes pela democratização da mídia: uma concepção ampla do direito à comunicação, o colocando no centro e antecedente aos demais: “um processo bidirecional, cujos participantes – individuais ou coletivos – mantêm um diálogo democrático e equilibrado. Essa ideia (...) é a própria base de muitas das ideias atuais que levam ao reconhecimento de novos direitos humanos” (UNESCO, 1980). Acontece que, lido como uma proposta do Movimento dos Países não Alinhados, o Relatório apoiava a construção de uma “Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação (NOMIC)” e desagradou sobremaneira uma então recém iniciada hegemonia neoliberal. Aquela concepção da comunicação se contrapunha frontalmente ao “consagrado, mas restritivo, direito à informação, do qual se beneficiava fundamentalmente a imprensa, enquanto instituição, e seus proprietários privados, como agentes privilegiados de projeção de poder sobre as sociedades” (RAMOS, 2005, p. 247). As conclusões do Relatório escancaravam um claro desequilíbrio de fluxos de informação se dando prioritariamente nos sentidos Norte/Sul e Oeste/Leste e recomendavam que os Estados se incumbissem de criar políticas públicas de promoção e respeito às culturas locais, garantindo o acesso igualitário aos meios de comunicação. Aquelas mesmas agências de notícias e atores internacionais, citados mais acima, centraram fogo numa argumentação idêntica e inversa: a interpretação do Relatório como uma ameaça à liberdade de imprensa e ao princípio do livre fluxo da informação, discurso até hoje repisado frente a qualquer tentativa de reequilíbrio no cenário midiático via regulação estatal. O resultado foi o sepultamento do Relatório MacBride e enfraquecimento daquele órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) com a retirada da Inglaterra, de Thatcher, e os Estados Unidos da América, de Reagan. Desqualificada no tema da comunicação e sem recursos para levar adiante suas metas prioritárias, em 1987, a UNESCO retira totalmente a NOMIC de sua pauta.

Mas o estrago já estava feito e o legado simbólico consolidado. Era a primeira vez que o documento de um órgão internacional de tal envergadura tratava da comunicação em suas dimensões histórica, política e internacional. E o fazia sem perder de vista fenômenos já naquela época controversos como “televisão pornô” e “rádio pirata”. Uma das recomendações do Relatório era o estímulo à participação coletiva na gestão midiática e o

fomento ao que nomeava “comunicação alternativa”. De acordo com Goés, os grupos dela participantes foram classificados pelo Relatório em: “oposição radical, de origem política, religiosa ou filosófica; movimentos de comunicação locais e comunitários; e os sindicatos ou outros grupos sociais que têm as suas próprias redes de comunicação” (2010, p. 12). Em comum, “o repúdio radical da corrente vertical dominante, o fortalecimento da coesão de certos grupos e a capacidade que oferece para o desenvolvimento das redes horizontais” (UNESCO, 1983).

Cronologicamente, ao que interessa nosso estudo, veremos os acordos e declarações internacionais seguirem um caminho que parte do reconhecimento do direito à liberdade de expressão, passando pela ampliação do direito à comunicação e pelo incentivo ao pluralismo e diversidade na radiodifusão até o reconhecimento explícito e o incentivo à promoção dos meios comunitários. A *Carta Europeia dos Direitos Humanos* (novembro de 1950)¹⁸², *Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos* (junho de 1981)¹⁸³ e a *Convenção sobre os Direitos da Criança* (novembro de 1989)¹⁸⁴ vão reforçar a amplitude do direito à comunicação assegurada na Declaração Universal. A valorização da diversidade será o foco das propostas levantadas no *Livro Verde* sobre pluralidade e concentração dos meios de comunicação, da Comissão Europeia, em 1992, buscando “salvaguardar o pluralismo dos meios de comunicação e assegurar que estes continuem a ser livres e diversificados em todos os Estados-Membros”¹⁸⁵. Sem ainda citar os meios comunitários, na Declaração Conjunta de 2001, *Desafios à Liberdade de Expressão no Novo Século*, os Relatores já chegariam a apontar que a diversidade implica “igualdade de oportunidades para o acesso de todos os segmentos da sociedade às ondas de radiodifusão”¹⁸⁶.

Mas será a partir de 2002, em lugares do mundo onde a comunicação comunitária (particularmente a radiodifusão e ainda mais especificamente o rádio) assume papel de grande importância no desenvolvimento social, que iremos ter as menções explícitas à promoção desse setor. A *Declaração de Princípios de Liberdade de Expressão* adotada pela

¹⁸² Disponível em http://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016.

¹⁸³ Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em 15 de maio de 2016.

¹⁸⁴ Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em 15 de maio de 2016.

¹⁸⁵ Comissão Europeia; Livro verde, “Pluralidade e concentração dos meios de comunicação no mercado interior; avaliação sobre a necessidade de uma ação comunitária”; Bruxelas, 23 de dezembro de 1992, COM (92) 480. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B5-2002-0590+0+DOC+XML+V0//PT>. Acesso em 15 de maio de 2016.

¹⁸⁶ Relator Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão (ONU), Representante da Organização de Segurança e Cooperação na Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação (OSCE) e Relator Especial para a Liberdade de Expressão (OEA); “Mecanismos internacionais para a Promoção da Liberdade de Expressão – Declaração Conjunta Desafios à Liberdade de Expressão no Novo Século”, 19 e 20 de novembro de 2001. Disponível em www.cidh.org/Relatoria. Acesso em 15 de maio de 2016.

Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos em 2002 chama os Estados do continente a “assegurar uma equitativa atribuição de frequências entre emissores privados, tanto comunitários como comerciais” e proclama que “a radiodifusão comunitária deve ser promovida dado seu potencial de amplo acesso por comunidades pobres e rurais às ondas radioelétricas”¹⁸⁷. Também assumirão importância os subsequentes informes da *Relatoria de Liberdade de Expressão da OEA*, no sentido de reconhecer explicitamente o papel fundamental que cumprem os comunicadores comunitários e denunciar as regulamentações discriminatórias em diversos países da região. No Informe de 2002 lemos:

As rádios chamadas comunitárias, educativas, participativas, rurais, insurgentes, interativas, alternativas e cidadãs são, em muitos casos, e *quando atuam no marco da legalidade*¹⁸⁸, as que ocupam os espaços que deixam os meios massivos; se erigem como meios que canalizam a expressão onde os integrantes do setor pobre costumam ter maiores oportunidades de acesso e participação em relação às possibilidades que poderiam ter nos meios tradicionais¹⁸⁹ (grifo nosso).

Mas será com a importância da *Relatoria Conjunta para Liberdade de Expressão* englobando ONU, OEA (Organização dos Estados Americanos), AU (União Africana) e OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) que, em 2007, veremos recomendações acerca da radiodifusão comunitária aprofundarem suas necessidades reais junto aos Estados:

a radiodifusão comunitária deve estar expressamente reconhecida na lei com uma forma diferenciada de meios de comunicação, deve beneficiar-se de procedimentos equitativos e simples para a obtenção de licenças, não deve ter que cumprir com requisitos tecnológicos ou de outra índole severos para a obtenção de licenças, deve beneficiar-se de tarifas de concessionária de licença e deve ter acesso a publicidade. (...) Os diferentes tipos de meios de comunicação – comerciais, de serviço público e comunitários – devem ser capazes de operar em, e ter acesso equitativo a todas as plataformas de transmissão disponíveis (LIGABO et al, 2007).¹⁹⁰

Ressalta-se a ênfase dada na questão do chamado “dividendo digital” na *Declaração da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação* realizada em Genebra, em 2003, em que um plano de ação apresenta como desafio “o acesso universal, ubíquo, equitativo e alcançável à

¹⁸⁷ Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; “Declaração de Princípios de Liberdade de Expressão”; 2002. Disponível em www.achpr.org. Acesso em 15 de maio de 2016.

¹⁸⁸ O termo “no marco da legalidade” será repetido em todo o informe, tanto para distingui-las das rádios que não buscam outorga quanto para estimular o reconhecimento legal por parte dos Estados.

¹⁸⁹ Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); Informe Anual 2002, Capítulo IV “Liberdade de expressão e pobreza”. Disponível em www.cidh.org. Acesso em 16 de maio de 2016.

¹⁹⁰ Relator Especial de Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão (ONU), Representante da Organização de Segurança e Cooperação na Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação (OSCE), Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação (CADHP) e Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA); “Declaração Conjunta”; dezembro de 2007, Op. cit.

infraestrutura e aos serviços das TIC”¹⁹¹. Esse aspecto também será ressaltado na Declaração Conjunta sobre liberdade de expressão e internet, de 2011, que conclama os Estados a “promover o acesso universal a Internet a fim de garantir o total usufruto do direito à liberdade de expressão”¹⁹². No âmbito da sociedade civil, se destacam os 14 “*Princípios para um marco regulatório democrático sobre rádio e TV comunitária*” da AMARC: resultado de uma pesquisa realizada em 29 países dos cinco continentes, orienta a elaboração e implementação de normas legais em radiodifusão comunitária compatíveis com os padrões internacionais de direitos humanos¹⁹³.

Poderíamos seguir numa listagem exaustiva das últimas recomendações de organismos internacionais que já incentivam os Estados a reconhecerem e promoverem a radiodifusão comunitária como forma de aprofundar a democracia. De todo modo, podemos sintetizar que, de 2007 em diante, destaca-se a recorrência de elementos, como: o reconhecimento da existência de três setores na radiodifusão (privado, estatal e social sem fins de lucro); a necessidade de reserva equitativa do espectro para o setor comunitário; a garantia de condições de existência (inclusive quanto à possibilidade de publicidade e a necessidade de independência governamental); a possibilidade de acesso a todas as bandas de frequência (TV aberta e a cabo, AM, FM, OC etc.) e tecnologias, e; garantias da transição para o sistema digital terrestre. Isso representou o reconhecimento e a legitimação desses atores políticos em nível internacional. Mas, internamente, nos países, a adoção de tais recomendações continua encontrando a desde sempre resistência orquestrada e sistemática das oligarquias em suas conexões com o poder.

Iremos agora apresentar um conciso panorama mundial da situação político-estatal das rádios comunitárias. Entendendo-as como atores políticos que são, sabemos que nascem e atuam em conjunturas políticas específicas conformando um perfil a elas correspondente. Além disso, rejeitando ou buscando a legalização, estão sujeitas (pelo menos as rádios comunitárias hertzianas) a leis nacionais de gestão do espectro eletromagnético. Com isso,

¹⁹¹ Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI); “Plano de Ação - Primeira fase da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação”; Genebra, 10 a 12 de dezembro de 2003. Disponível em www.itu.int/ws/is. Acesso em 15 de maio de 2016.

¹⁹² Relator Especial das Nações Unidas (ONU) sobre a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão, Representante da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) para a Liberdade dos Meios de Comunicação, Relatora Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Liberdade de Expressão, e Relatora Especial da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) sobre Liberdade de Expressão e Acesso à Informação. 1º de junho de 2011. Declaração Conjunta sobre liberdade de expressão e internet. Disponível em <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=849&IID=2>. Acesso em 14 de maio 2016.

¹⁹³ Disponível em <http://www.amarcbrasil.org/amarc-principios-14-pontos-port.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2015.

aprofundamentos nacionais em diálogo com interlocuções regionais seriam os mais adequados. Porém, dada a natureza cada vez mais policêntrica, internacionalista e em rede de qualquer luta política e no intuito de verificar possíveis sistematicidades e exceções na relação das rádios comunitárias com o Estado, arriscamos aqui um olhar comparativo entre as macrorregiões. Levando em conta fôlego e recorte, aprofundaremos alguns casos em detrimento de outros, ressaltando elementos pertinentes para a nossa análise e nos deteremos nas regiões da Europa e América do Sul: a primeira, devido à sua influência histórica (cf. 3.2.2), e a segunda por ser o solo do nosso foco de estudo e espaço de mútua influência com seus pares no subcontinente.

4.1.1 Europa

A história das rádios comunitárias na Europa vem de longe. Muitos consideram que sua origem está nas notórias rádios piratas da Inglaterra (e, mais tarde, na França e Holanda) dos anos 1950. Já outros destacam as primeiras emissoras de clubes de trabalhadores que surgiram na Áustria e Alemanha, no final dos anos 1920. Ou ainda as transmissões clandestinas da *Résistance Française* durante a Segunda Guerra Mundial (cf. PERUZZO, 1998). Já Buckley (2011) aponta que provavelmente o primeiro meio comunitário eletrônico tenha sido a *Radio Student* que, desde 1967, está no ar na Eslovênia. Uma origem importante é o movimento de rádios livres da Itália e da França da década de 1970, depois copiado em muitos outros lugares (KOLLEKTIV A, 1977). É esse rizoma diverso de experiências e práticas que influenciam os distintos formatos que coexistem no Velho Mundo: livres, comunitárias, associativas, não comerciais, cidadãs, do terceiro setor, para mencionar nomenclaturas mais importantes. Não podemos perder de vista essa diversidade quando falamos das mais de 2.200 rádios comunitárias em toda a Europa, de audiência média entre 12 e 35% da população¹⁹⁴. Em comum, a recorrência de rádios instituídas por grupos minoritários e étnicos.

Refletindo a multiplicidade do próprio continente as diferenças legais também são profundas. Ao desenhar um breve panorama europeu, Jankowski (2002) contrapõe, de um lado, a realidade da Europa Ocidental em que as rádios comunitárias, em muitos países, conseguiram garantia de sustentabilidade e legitimidade em políticas públicas nacionais

¹⁹⁴ Esse número corresponde ao primeiro mapeamento de rádios comunitárias europeias, realizado em 2012 pelo CMFE. Disponível em: http://cmfe.eu/wp-content/uploads/Overview_Communitymedia.pdf. Acesso em 16 de maio de 2016.

(ainda que, na maioria, restritivas) e, de outro, o Centro e Leste Europeu, que tem experimentado um razoável crescimento numérico na última década, mas sob ausências legais e tensões entre interesses comerciais e comunitários. Segundo um estudo do Fórum de Mídia Comunitária Europeu (CMFE) realizado em 2012, dentre 39 países europeus somente em 17 as rádios comunitárias eram reconhecidas plenamente por lei e reguladas como um setor independente¹⁹⁵.

A disparidade legal pode ser encontrada inclusive internamente: na *Alemanha*, cada um dos 16 estados federativos define sua própria lei de mídia, algumas a favor, outras desfavoráveis às mídias comunitárias. Por exemplo, a Baviera somente reconhece rádios públicas ou privadas: como no setor público são liberados somente canais para instituições do governo regional, as rádios comunitárias têm que competir diretamente com o setor comercial, o que torna sua existência muito difícil. Quanto à sustentabilidade, segundo Syl Glawion, da Rádio Z (Nürnberg), o apoio público tem sido destinado somente para “canais de formação sob a direção da agência estatal de meios da Baviera, as rádios comunitárias não recebem nada”. Uma contestação por discriminação foi negada, “com o argumento que já são apoiadas também 50 rádios de igrejas e, dessa forma, se garantiria a participação da população. São igualadas comunidades de fé com o termo ‘comunidade’ em geral” (GLAWION, 2012). A situação para as comunitárias já é melhor no estado federativo alemão Saxônia-Anhalt, que reconhece um segmento próprio de rádios de proximidade dentre as emissoras públicas, definidas por seu caráter não comercial e participativo. Por lei, as rádios comunitárias estão proibidas de realizar qualquer tipo de publicidade e, em vez disso, é garantido um financiamento constante advindo de impostos radiofônicos¹⁹⁶. Segundo Mark Westhusen, da Radio Corax (Halle), a agência estatal de meios da Saxônia-Anhalt recebe um total de 2% destes ingressos, dos quais “mais ou menos metade é distribuído para a mídia cidadã”. Porém, cortes de recursos ocasionais deixam as estações em constante instabilidade. “Organizamos muitos eventos e festas, justamente para sair do nicho onde querem deixar as rádios comunitárias” (WESTHUSEN, 2012).

Há casos na Europa em que a definição legal é ampla demais, a ponto de emissoras comerciais operarem na faixa das comunitárias, inclusive criando redes de rádios. É o caso da *Suécia*, primeiro país escandinavo a reconhecer a radiodifusão comunitária, em 1980. A

¹⁹⁵ Para saber mais sobre as situações nos distintos países sob uma perspectiva quantitativa ver: https://docs.google.com/spreadsheet/pub?key=0AvZa5iTe_EmWdGNiRFhqRnJaa2c3NXRhNXpSZUhkQmc&single=true&gid=0&output=html. Acesso em 16 de maio de 2016.

¹⁹⁶ Na Alemanha cada lar paga uma taxa radiofônica com a qual é financiada a rádio pública e, em alguns estados federais, também a radiodifusão comunitária.

legislação reserva às emissoras comunitárias ao menos uma frequência em FM em cada região, definindo-as como “rádios locais que veiculam para associações e comunidades religiosas registradas” tendo “laços com a área de transmissão”. Isso permite, por exemplo, que na região de Skåne, a rede comercial “Retro FM”, na cidade de Malmö, utilize as frequências reservadas para comunitárias nos povoados vizinhos¹⁹⁷. Com isso, um estudo de 2012 identificou somente 117 rádios comunitárias tradicionais num universo de cerca de mil estações com licenças para tal (MENDEL, 2013, p. 39). Vale dizer que, desde 1993, às comunitárias está permitido fazer publicidade, ainda que, na prática, a sustentabilidade dependa de voluntários, financiamento de outras organizações e sistemas de subsídio, principalmente dos municípios. Outro elemento a ser destacado é o que apontou um estudo interno: um quarto das licenças comunitárias era para rádios religiosas. Algo parecido acontece na *Polônia*. Francesco Diasio, então coordenador da AMARC Europa, durante sua apresentação na 10ª Assembleia Mundial da AMARC, em La Plata (Argentina), em novembro de 2010, revelou que na Polônia praticamente não há rádio comunitária que não esteja ligada a Igreja Católica. Isso porque, no momento de criação da lei, essas foram as únicas que postularam: além de a religião estar intricada à cultura polonesa, não havia ali a cultura das rádios livres e as comunidades religiosas conseguiram rapidamente se organizar para os pedidos de outorga. Além da Suécia e Polônia, a Hungria também reconhece rádios comunitárias servindo comunidades religiosas.

Aliás, a *Hungria* representa exemplo oposto ao da Suécia: definições muito restritas ou voláteis podem servir para estrangular as rádios comunitárias. Em 2011, um ano depois da mudança de governo federal, foi aprovada uma nova lei que substituiu a categoria “pequenas rádios comunitárias” por uma que permitia que radiodifusores comerciais concorressem por recursos financeiros antes reservados às comunitárias. Além disso, uma série de exigências tem impossibilitado a existência de emissoras mantidas com voluntariado. Poucas são as que conseguem fundos nos editais anuais e mesmo a algumas das rádios mais populares foram negados recursos sem qualquer explicação, levando-as a diminuir ou mesmo cessar suas operações: o resultado é que o número de rádios comunitárias húngaras caiu de 68, em 2010, para 40, em 2012¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Disponível em <http://www.amarceurope.eu/sweden-commercialisation-of-community-radios-frequencies/>. Acesso em 14 de maio de 2015.

¹⁹⁸ Para saber mais sobre a situação na Hungria, cf. LOESER, 2010. A AMARC também publicou um estudo mais amplo sobre o futuro da mídia comunitária na Europa Central e Oriental que pode ser consultado aqui: <http://www2.amarc.org/?q=fr/node/577>. Acesso em 26 de maio de 2016.

Um elemento comum que encontramos no caso europeu é que as rádios comunitárias que não enfrentam problemas de sustentabilidade normalmente estão em países que identificaram a radiodifusão comunitária como uma extensão do serviço público de radiodifusão. Por exemplo, na *Dinamarca*, as rádios comunitárias contaram com forte apoio governamental desde seu início, em 1983 e em 2011 contavam 175 rádios e 277 TVs comunitárias (BUCKLEY, 2011, p. 15). Lá, um fundo é mantido por uma taxa paga por todas as casas para financiar o serviço público de radiodifusão e é usado para custos operacionais e criação de programas radiofônicos. Para se ter uma ideia, “no maior esquema de subsídio governamental per capita desse tipo, na Europa” (MENDEL, 2013, p. 37), em 2013, foram distribuídos 2,36 milhões de euros para 214 associações sem fins de lucro. Também os *Países Baixos* entendem as comunitárias como parte do serviço público de radiodifusão e elas recebem parte do orçamento reservado para tal, ainda que não haja restrições quanto a financiamento comercial. Podemos dizer que lá se encontra um dos mais maduros setores de radiodifusão comunitária em toda a Europa. Em 2012, eram 286 estações refletindo a diversidade social, cultural e religiosa da sociedade holandesa. Sua qualidade é mantida por um controle editorial rígido a partir de um conselho composto por representantes de organismos comunitários locais. Ainda quanto à sustentabilidade, o caso da *França* é notório por se tratar de financiamento estatal direto. As rádios associativas – como são chamadas – remontam as décadas de 1970-1980, quando cerca de duas mil estações floresceram. Como veremos em 4.2, a legalização, de 1982, varreu muitas delas e, em 2012, havia cerca de 600 estações com outorga. As rádios associativas podem transmitir publicidade até um total de 20% do seu orçamento¹⁹⁹ e há um sistema de ajuda pública, chamado *Fonds de soutien à l’expression radiophonique*²⁰⁰. Por razões políticas, quase todas as rádios associativas tem acesso a esse fundo, que consiste numa ajuda de instalação, de renovação do equipamento a cada cinco anos e de auxílio para o funcionamento, atualmente no valor de 40 mil euros anuais, além de uma “ajuda seletiva” que varia até 25 mil euros para cada emissora (GAMBIER, 2012). Cabe ressaltar que tal recurso vem da mídia privada, cuja parte dos impostos é dedicada a manter o FSER²⁰¹ e tem permitido a profissionalização de parte da

¹⁹⁹ Ver: http://fr.wikipedia.org/wiki/Radio_associative. Para saber mais sobre a assim chamada “Lei Léotard” ver: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006068930&dateTexte=20101228>.

²⁰⁰ Ver: http://www.ddm.gouv.fr/rubrique.php3?id_rubrique=40. Cf. BOUTTERIN, 2011 para um artigo que explique bem o sistema de apoio financeiro na França.

²⁰¹ O volume total atual de 29 milhões de euros não vem somente do fundo. “As federações regionais que são membros da CNRA têm negociado com as regiões principais da França alguns programas financeiros complementários” (GAMBIER, 2012). Dessa forma, as rádios associativas francesas têm um orçamento de cerca de 100 até 120 mil euros. Sébastien Nègre explica a distribuição dos recursos do fundo: “As rádios têm

equipe das comunitárias francesas: além dos 12 mil voluntários, há também 3 mil integrantes assalariados nas emissoras²⁰².

Porém, antes de finalizar nosso panorama europeu da radiodifusão comunitária, iremos contrapor dois casos emblemáticos: o espanhol e o irlandês. A *Espanha* passou por uma renovação da sua lei geral de comunicação que incluiu, pela primeira vez em sua história, o reconhecimento explícito das rádios comunitárias. No processo de sua criação, participaram comunicadores e organizações da sociedade civil, mas isso não garantiu melhoras efetivas (MEDA GONZALES, 2010). No outro extremo está a *Irlanda*, cuja renovação da lei de meios permitiu um bom desenvolvimento do setor comunitário, segundo o Fórum de Rádios Comunitárias de Irlanda, CRAOL.

Na Espanha, por muito tempo, a legislação de meios de comunicação parecia uma “*sopa castellana*”, nos termos de Miriam Meda, da *Red de Medios Comunitarios ReMC*. Com a aprovação da Lei Geral de Meios, em 2010, mídias comunitárias são reconhecidas em dois artigos. Porém, “a ReMc acha que é um reconhecimento muito limitado, sem garantias de existência e que não corresponde às recomendações dos organismos internacionais”, critica Meda. Por exemplo, os meios comunitários não são reconhecidos como uma categoria independente: “só são diferenciadas duas categorias de prestadores de serviços: privado ou público, incluindo os serviços da comunicação comunitária dentro da categoria privada, mas de uma forma muito marginal, não como um setor próprio” (MEDA GONZALES, 2012)²⁰³. Quase simultaneamente à Espanha, a Irlanda reformou a sua legislação de meios adotando rigorosamente as recomendações feitas pela AMARC Europa (BOUTTERIN, 2011). As comunitárias já existiam desde 1970, mas foi um projeto piloto no qual participaram 11 rádios que criou a base do entendimento atual de rádio comunitária irlandesa, tornado lei em 2009²⁰⁴. Aplicando a definição ampliada de comunidade defendida pela AMARC, a lei não prioriza a questão geográfica, senão “como uma sensação de fazer parte, de apoio mútuo, de interesses e experiências compartilhadas” (GAYNOR et al, 2010). Há a menção explícita de “comunidades locais” e “de interesses”, o que aumenta as possibilidades de grupos

que entregar todo ano um relatório, no qual elas explicam por que merecem ser financiadas. As solicitações que entram primeiro são tramitadas prioritariamente.” Estimando o dinheiro que vem do fundo, cada rádio recebe anualmente 40 mil euros, mas podem receber mais, graças a um sistema específico de bônus. “Dessa forma podem quase dobrar o seu orçamento,” explica Sébastian Nègre. “Podem receber pontos, por exemplo, cooperando com associações locais, projetos com mulheres ou para um alto grau de produções próprias”.

²⁰² Ver GAMBIER, 2012.

²⁰³ A última versão da Lei Geral de Meios na Espanha foi precedida por um extenso debate, onde organizações sociais e, sobretudo, a ReMc tentaram estabelecer garantias mais amplas. Este processo está documentado e analisado de forma extensa em MEDA GONZÁLEZ, 2010: 75ss.

²⁰⁴ Ver também: http://en.wikipedia.org/wiki/Radio_in_the_Republic_of_Ireland. Acesso em 15 de maio de 2016.

habilitados. Segundo Sally Galiana, isso tem permitido “um bom crescimento gradual, usualmente reconhecendo as solicitações genuínas” (GALIANA, 2012).

Na Espanha existe até hoje “uma falta e um atraso na planificação de frequências do terceiro setor” (GARCÍA et al., 2012). Além disso, não existe uma reserva de frequências nem há limites à concentração da mídia. A lei fala vagamente em “garantia” de espaço para as rádios comunitárias: “O que significa ‘garantir’? ‘Reservar’ é a palavra que se utiliza em todas as recomendações internacionais” (MEDA GONZALES, 2012). Ainda que na Irlanda também não exista uma reserva de frequências, a situação das comunitárias é bem mais favorável, pois a legislação define como seu alvo “a democratização da mídia, no sentido de maximizar a liberdade e a igualdade na comunicação”²⁰⁵. Essa atitude se reflete nos artigos da lei, além do direito que a agência de regulação se reserva de não alocar licenças se uma rádio não “cumpre com o padrão suficiente.” Mas interrogada sobre este ponto, Sally Galiana assegura não ter tido “nenhum problema até agora para aceder ao espectro. É por isso que um debate sobre uma reserva não apareceu aqui por enquanto” (GALIANA, 2012).

Apesar de ter uma Lei de Meios, na Espanha até hoje não existe nenhuma norma ou indicativo sobre a potência para rádios comunitárias. Em vez de uma norma universal, na Irlanda a potência das rádios é geralmente definida levando em conta uma série de fatores. Confirma Galiana que a potência do sinal “varia bastante, dependendo do tipo de licença, da área, da topografia, da geografia e da população.” Segundo ela, no caso das rádios comunitárias, “emissoras que não têm que cobrir grandes áreas rurais, muitas vezes são limitadas a uma potência entre 25 e 50 w. Mas tudo depende dos alvos definidos na aplicação e a topografia” (GALIANA, 2012). O único fator de conflitos são as tentativas de reguladores de restringir mais do que foi solicitado pelas rádios.

Com relação aos prazos de outorga, além das licenças de longo prazo, a lei irlandesa prevê também outorgas sob o conceito de “radiodifusão temporária”, permitindo que uma rádio transmita até 30 dias por ano e “no caso de uma solicitação para uma rádio comunitária, a autoridade poderia fechar um contrato de até 100 dias”²⁰⁶. Isso tem servido às rádios emergentes, que têm “a oportunidade de transmitir somente durante os fins de semanas na fase inicial de desenvolvimento” (GALIANA, 2012).

Em vez de definir uma sustentabilidade para as rádios comunitárias, na Espanha a lei é mais explícita sobre os limites: um orçamento máximo de 50 mil euros anuais. Ao mesmo tempo, proíbe transmissão de publicidade e patrocínios, solicita prestações de conta

²⁰⁵ Cf. GAYNOR et al, 2010: 8ss.

²⁰⁶ Ver <http://www.bai.ie/>.

frequentes e declara possível receber um apoio público. Na prática, conta Miriam Meda, não existe uma ajuda específica para coletivos radiofônicos que procuram a legalização. “Poderíamos competir com outras ONGs ou associações acerca de um programa específico, como, por exemplo, o combate ao racismo, mas não há ajudas direitas” (MEDA GONZALES, 2012). Na Irlanda, a sustentabilidade é diversa: “tanto a carta de AMARC quanto o relatório do Fórum ‘Um modelo de Rádio Comunitária para Irlanda’ diz que uma rádio comunitária deveria ser sustentada por diversas fontes.” Para garantir isso, a Comissão da Radiodifusão Irlandesa exige por lei que “não mais de 50% dos ingressos de uma estação comunitária venha de uma só fonte.” Além disso, existem restrições sobre a transmissão de publicidade e patrocínios, como, por exemplo, um tempo máximo de 6 minutos por hora²⁰⁷. Se, por um lado, o interesse de patrocinadores e anunciantes nas emissoras não é suficientemente grande para garantir ingressos constantes, por outro, a emissora não fica comprometida a nenhum financiamento único.

4.1.2 Ásia e Oceania

As rádios comunitárias na Ásia oriental são conhecidas pelo profundo envolvimento da comunidade. A pesquisa *La participación de la comunidad en las radios locales y comunitarias: un estudio exploratorio en África, Asia, América Latina y el Pacífico* (FRÖHLICH et al., 2012) identificou a Ásia como a região em que a comunidade mais tem espaço para efetivamente gerir as emissoras. Especificamente na Ásia oriental normalmente é a própria comunidade que constitui suas rádios, tantas vezes no improviso, a partir de doações locais e trabalho voluntário, garantindo fortes laços comunitários. São emissoras que têm organicamente contribuído no manejo de desastres naturais, empoderado comunidades marginalizadas por sua etnia e/ou crença, lutado contra a violência sectária. Em 2012, na *Radio Asia Conference*, a ausência ou carência legal foi identificada como o principal obstáculo para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária na região²⁰⁸, resultando num grande contingente de emissoras com problemas de sustentabilidade e ausência de apoio e reconhecimento formal. Uma das exceções é a *Tailândia*, onde há um efetivo apoio estatal ao setor de radiodifusão comunitária, que, inclusive, reserva 20% de todas as frequências para a

²⁰⁷ Outras restrições importantes estão ligadas ao caráter da publicidade que deve se referir a: “oportunidades de trabalho dentro de uma região específica, eventos que ocorrem em áreas específicas, negócios numa área específica ou serviços prestados numa área específica”.

²⁰⁸ Disponível em <http://www2.amarc.org/?q=node/461>. Acesso em 11 de junho de 2015.

radiodifusão de interesse público e sem fins de lucro. Sua primeira rádio comunitária surgiu em 2001, a *Wittayu Siang Chumchon* (Rádio Voz da Comunidade), a partir de um pomar na província de Kanchanaburi; um ano depois já eram mais de 100 estações (Cf. BUCKLEY, 2011, p. 27-28). Mas a regra da região é a alegabilidade ou dificuldades legais: é o caso, por exemplo, das *Filipinas*, onde as comunitárias enfrentam tanto a concorrência com as comerciais quanto interferência política pela falta de um marco legal. Já na *Indonésia*, há a possibilidade de rádios comunitárias obterem licença, mas isso toma muito tempo e, sem licença, elas podem ser fechadas pelas autoridades federais. Nesse país, após a queda de Soeharto, em 1998, o processo de democratização propiciou que, em 2006, já existissem cerca de 700 emissoras comunitárias em funcionamento. Sua importância foi comprovada na época do terremoto e tsunami de 2004, quando veicularam informações cruciais em muitas comunidades isoladas.

Isso também aconteceu no *Japão*, onde progressivas melhoras legais foram se dando de acordo com que se percebia o papel que as rádios comunitárias desempenham na prevenção e mitigação de danos em desastres naturais. Antes de 1995, as chamadas “FM comunitárias” podiam operar no máximo com 1 watt de potência e os custos de operação eram muito altos. A primeira emissora surgiu em 1992, em Hakodate, no intuito de prover informações para comunidades locais e a segunda, em 1993, em Osaka, já especificamente para informações sobre desastres. No terremoto de Kobe, em 1995, a facilidade de se manter uma rádio no ar mesmo em condições extremas foi essencial para a difusão de informações úteis, inclusive para estrangeiros que moravam no Japão, mas não falavam japonês. A partir daí as FM comunitárias passaram a gozar de algum financiamento de “governos locais que utilizam a rádio comunitária como informação e comunicação em suas políticas de prevenção a desastres” (KANAYAMA, 2007, p. 5). O limite de potência foi de 1 para 10 watts e, após o terremoto das Ilhas de Ryukyu, foi para 20 watts, em 1999. Após o terremoto Niigata-Chuetsu de 2004, o sistema passou a incluir CATV (*Community Access Television*, sistema comunitário de TV a cabo) e redes comunitárias. Essa evolução também aconteceu nas formas de licença: no início, o governo só liberava licenças para organizações com fins de lucro por ter dúvidas quanto à capacidade de gestão dos demais atores. Ao lado do sucesso no manejo de desastres, houve um movimento cívico de valorização das FM comunitárias. Com isso, a primeira sem fins de lucro surgiu em 2003, em Kyoto. Porém, ainda que todas sejam chamadas FM comunitárias, na prática, a maioria é composta por “rádios comerciais financiadas por governos locais”; “rádios comerciais não financiadas por governos locais” e a

menor parte é “rádios não comerciais operadas por organizações sem fins de lucro”: em 2006, num total de 200 emissoras, 89 contavam com investimentos governamentais; 102 tinham fins de lucro e somente 9 eram sem fins de lucro (id, p. 11). Em 2007, o corte de investimentos por parte do estado exigiu redução de gastos, aumento de entradas, a partir de parceria com negócios locais e expansão da área de serviços. Além disso, a partir de 2011, uma série de exigências impôs condições muito restritivas, como transmissão ininterrupta, que obriga grandes investimentos de infraestrutura e em equipamentos de backup, afetando principalmente as que não têm fins de lucro. Em março de 2016, uma delas e particularmente emblemática, a FMYY de Kobe, foi forçada a entregar sua licença. Isso levou a AMARC Ásia Pacífico a emitir um comunicado público em que critica a lei japonesa por sua tendência privatista: “enquanto rádios de propriedade da comunidade, tais como a FMYY são levadas a ficar fora do ar, há uma tendência crescente no Japão de governos locais administrarem estações de rádio através de empresas de natureza público-privada”²⁰⁹.

A situação no sul da Ásia não é muito diferente no que se refere a marcos legais restritivos para as comunitárias. Isso não impede que sua cena seja profusa e vibrante, como é o caso do *Nepal*, onde há rádios comunitárias com diferentes modelos de propriedade e gestão, incluindo ONGs, cooperativas e governos locais. Após a redemocratização, em 1990, o parlamento aprovou um regulamento de radiodifusão, mas as licenças para rádios independentes só apareceram sete anos depois, quando a Radio Sagarmatha é reconhecida pelo Estado. O Nepal é um dos poucos países em que a radiodifusão comunitária foi o primeiro tipo permitido após o fim do monopólio estatal. Em 2011, ainda que 242 rádios comunitárias tivessem sido legalizadas, não havia ainda uma política pública ou regras específicas para o setor. Assim como em tantos lugares, as comunitárias nepalesas contribuem para a participação democrática num país com alta taxa de analfabetismo, parca infraestrutura e relevo desfavorável. Um exemplo de resistência aconteceu em fevereiro de 2005, quando o rei Gyanendra derrubou o governo, declarou estado de emergência e as rádios eram proibidas de veicular qualquer coisa além de música. Em resposta, uma rede nacional de rádios comunitárias decidiu cantar as notícias e artigos da Constituição em Nepalês e em mais de 20 línguas locais. Mendel (2013, p. 36) aponta os riscos em que se encontram os princípios e práticas das rádios comunitárias nepalesas: a falta de padrões regulatórios claros tem favorecido a comercialização e a partidarização política das rádios.

²⁰⁹ Disponível em www.amarc.org/?q=node/2670. Acesso em 19 de maio de 2016.

Em *Bangladesh*, em julho de 2008, a primeira rádio comunitária foi autorizada. Em 2012, oito das doze com licença se encontravam nas áreas litorâneas de baixa altitude. Isso não surpreende num país afeito a ciclones, tsunamis, enchentes e terremotos, onde, como no Japão, as comunitárias têm desempenhado um importante papel no sistema de alerta e gerenciamento de crise. Muitas delas transmitem em dialetos locais e há uma crescente audiência pelo celular e a maioria funciona por ONGs locais e com voluntários. Entre os desafios também aqui encontramos interferência política, problemas de financiamento, além de falta de fontes confiáveis de energia para o funcionamento das emissoras (REZA, 2012). No país vizinho, *Índia*, a pedra angular das rádios comunitárias foi dada em 1995, com uma declaração do Judiciário definindo “as ondas eletromagnéticas como bem público e que não podem ser objeto de monopólio do governo” (GHEDINI, 2009, p. 45). A isso imediatamente seguiu-se a *Bangalore Declaration on Radio 1996* advogando a necessidade de um terceiro setor na radiodifusão. A resposta governamental só viria em 2003, quando da permissão de que estações comunitárias fossem fundadas em instituições educativas. Mas somente em novembro de 2006 que a Índia pode contar com uma política de radiodifusão comunitária. Em 2013, de acordo com o site *Community Radio India*, havia 165 rádios comunitárias, a maioria funcionando em instituições educativas. Entre os obstáculos destacam-se a burocracia excessiva e políticas precárias de sustentabilidade por conta de restrições severas de receita.

De acordo com um panorama apresentado por Traynor (2012), as rádios comunitárias no *Laos* e na *China* compartilham características: elas atuam no interior de meios existentes ou usam novas tecnologias sujeitas a um menor controle governamental. No Laos, por iniciativa governamental e das Nações Unidas, em 2007 foi criada a Khoum Radio com objetivo de fomentar o desenvolvimento local em áreas como educação e saúde. De acordo com o autor, como no Laos “a sociedade civil é pouco desenvolvida, há pouca cultura propositiva e é improvável que rádios comunitárias surjam sem intervenção governamental” (p. 254). Na China, ninguém tem concessão de rádio além do estado “e não há evidência de que o governo valorize o papel que a rádio comunitária desempenha no desenvolvimento da sociedade civil” (id.). Apesar disso, há iniciativas envolvendo conteúdo produzido independentemente de orientação comunitária para rádio estatal por algumas ONGs. Traynor cita o exemplo da ONG “Um mais um”, de Pequim, que trabalha com pessoas com deficiência e já produziu programas para deficientes visuais e de combate ao HIV e hepatites virais.

A Austrália tem se destacado no cenário internacional da radiodifusão comunitária. Essas emissoras obtiveram suas primeiras licenças já no começo dos anos 1970 e, de acordo com *Australian Communications and Media Authority (ACMA)*, 354 emissoras comunitárias tinham licença em maio de 2013. Um levantamento anterior, realizado em junho de 2005 pela CBOonline, indicava que a maioria (63%) das emissoras eram “estações gerais”, mas identificava também emissoras mantidas por audiências indígenas, grupos étnicos e especializados. De acordo com a *Community Broadcasting Foundation*, em 2012, mais de um quarto (26%) dos australianos maiores de 15 anos, ouviam semanalmente rádios comunitárias e 4% de forma exclusiva²¹⁰. As comunitárias podem contar com transmissores muito potentes. Em sua pesquisa, Janey Gordon (2006) identificou em Sydney uma rádio como a FBI que transmite em 1500 watts e Eastside em 250 watts. Exceto nas áreas urbanas mais concentradas, alocação de frequência no espectro não é uma questão. A lei não restringe a definição de comunidade ao território dando conta também as de interesse que abarcam comunidades étnicas, indígenas, musicais e religiosas. Quanto ao prazo de outorga, há tanto a possibilidade de licenças de longo prazo (5 anos) e de curto prazo (um ano), ou licenças temporárias. Assim como acontece na Irlanda, o objetivo de tais licenças é permitir que grupos autopercebam se podem realizar a comunicação comunitária de forma mais permanente. Com relação à sustentabilidade, Gordon identifica formas diversas de receita, incluindo subsídios por governos e agências, pagamentos por atividades como treinamento, atividades comerciais, patrocínios comerciais e assinatura de ouvintes. As comunitárias não podem obter recursos por publicidade comercial, estando limitadas a cinco minutos de anúncio de patrocínio comercial a cada hora. De acordo com a autora, estações urbanas e metropolitanas têm relativo sucesso com patrocínio comercial. Há também muitos casos de massiva assinatura de ouvintes. Por exemplo, a 3RRR em Melbourne, uma cidade de cerca de 3 milhões de habitantes, seu diretor, Kath Letch confirmou que, em 2005, a assinatura de ouvintes garantia 55% da receita, 40% de patrocínio comercial e apenas 5 % de outras fontes. De toda forma, em lugares com populações menores e de baixa renda esse tipo de apoio é menos garantido. Muitas estações contam totalmente ou em parte com fundos públicos. Outra prática comum é a venda de espaço na programação para grupos comunitários que, então, correm atrás de patrocínio. Outro elemento importante na sustentabilidade é o voluntariado: estimativas de 2012 indicam mais de 22 mil pessoas trabalhando desse modo nas comunitárias australianas (MENDEL, 2013, p. 72). Um modelo comum encontrado na

²¹⁰ Community Broadcasting Foundation Ltd. Annual Report 2011/12. Disponível em http://www.cbf.com.au/files/2113/5466/6033/CBF_Annual_Report_2012.pdf. Acesso em 13 de junho de 2015.

Austrália é o de estações comunitárias que fazem parte de universidades: de acordo com Gordon (2006), elas estão entre as mais antigas a terem outorga, ainda existem e continuam a ser licenciadas. São estações que se beneficiam por serem partes de uma organização maior que lhes dá suporte financeiro seja diretamente ou por oferecer local e facilidades.

4.1.3 África

A maioria das experiências africanas de rádio comunitária é bem recente, no marco da transição democrática de muitos países, no início dos anos 1990. Na primeira Conferência Pan-americana “Ondas para uma África pluralista”, realizada em Cotonou, Benin, em 1992, foi criada a Rede de Trabalho de Radiodifusores da Rádio Comunitária em África. Outra conferência pan-africana foi realizada em Johannesburgo, África do Sul, em maio de 1997, onde participaram cerca de 150 comunicadores vindos de todo o continente. No marco das recomendações internacionais, há um documento que orienta as políticas públicas em radiodifusão, *The African Charter on Broadcasting*²¹¹, apoiado pela UNESCO, que define a radiodifusão comunitária como um terceiro setor da radiodifusão e serve como modelo para leis e políticas públicas, ainda que muitos países ainda não tenham chegado a implementá-la. Levando em conta as altas taxas de analfabetismo (quase 40% na África Subsaariana²¹²), as rádios comunitárias, com ou sem licença, formam um movimento crescente exponencial sendo, em muitos lugares, o principal veículo de informação. Num continente com inúmeros desafios ambientais, sociais, políticos e econômicos, o potencial mobilizador e transformador das rádios comunitárias tem sido utilizado desde o ensino de práticas sanitárias a construção de paz em zonas conflituosas. De acordo com Mendel (2013), dentre os principais desafios enfrentados pelo setor de radiodifusão comunitária na África estão a inexperiência dos comunicadores e problemas de financiamento (p. 31). Isso porque apoios logísticos e financeiros de organizações internacionais e estatais tornam-se essenciais e, em muitos casos, imprescindíveis para a gênese das rádios comunitárias em alguns países, num esquema de cima para baixo que afeta diretamente sua sustentabilidade quando cortado. Além disso, o setor sofre com falta de recursos para a manutenção e renovação de equipamento, censura

²¹¹ Disponível em

http://portal.unesco.org/ci/en/files/5628/10343523830african_charter.pdf/african%2Bcharter.pdf. Acesso em 12 de junho de 2016.

²¹² Disponível em www.g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html. Acesso em 19 de maio de 2016.

governamental e fechamentos. Mas sua facilidade técnica e o baixo custo dos receptores ainda fazem do rádio o veículo mais acessível e popular.

Mali é um dos países com setor mais desenvolvido de radiodifusão comunitária. Ela nasce a partir de movimento popular, no final da década de 1980, e a transição democrática, em 1991, garante seu crescimento a uma taxa de duas novas estações por mês: em 2012, há mais de 300 estações que veiculam em mais de uma dezena de línguas locais. De acordo com Mendel (id., p. 79), a força da radiodifusão comunitária maliense reside, principalmente, em veicularem nas línguas locais, o que garante proximidade e vinculação comunitária; já Buckley (2011) destaca o apoio público e político às rádios. Outro caso de sucesso é a *África do Sul*, com uma das mais promissoras políticas públicas do continente. Na época do apartheid, as rádios comunitárias foram uma resposta ao uso monopólico da Corporação de Radiodifusão Sul Africano por parte da elite branca. Em 2012, estimavam-se 165 rádios comunitárias no país e sua audiência atingia mais de sete milhões de ouvintes, em que um em cada quatro deles ouvindo ao menos uma vez por semana²¹³. Como em muitos países do mundo, o financiamento ainda é um problema. O apoio governamental vem, principalmente, através do *Media Development and Diversity Agency*: entre seus objetivos principais estão o incentivo ao acesso, controle e propriedade dos meios por parte de comunidades historicamente vilipendiadas. Dos aproximadamente US\$ 7,4 milhões de apoio aprovado em 2011-2012, 60% foram destinados à mídia comunitária. Porém, nos últimos anos, seus recursos têm diminuído.

Por outro lado, há casos como o de *Uganda* em que, além de carências em recursos humanos e financeiros, as rádios comunitárias enfrentam censuras governamentais. Em 2009, houve o caso de quatro fechadas explicitamente por criticarem uma nova lei agrária proposta pelo governo, enquanto, em janeiro de 2012, seis estações em Luwero foram fechadas pela Comissão de Comunicação Ugandense por operarem sem licença. Apesar disso, seu papel social na construção de paz coleciona casos de sucesso. Por exemplo, após o massacre dos Acholi por parte do *Lord's Resistance Army's* – LRA (Exército de Resistência do Senhor), em meados dos 1990, os líderes comunitários e funcionários do governo recorreram às rádios comunitárias para ajudar a reorganizar comunidades, engajar os rebeldes nas negociações de paz e incentivar as crianças raptadas a fugirem do LRA e voltar para casa (MENDEL, 2013, p. 33). No país mais populoso da África, a *Nigéria*, as taxas para licença são altíssimas e, basicamente, instituições acadêmicas operam a maioria das rádios. Há o caso de um

²¹³ Disponível em <http://www.ncrf.org.za/aboutus>.

conhecido jornalista nigeriano que, depois de tentar, sem sucesso, obter uma licença de FM, acabou por usar uma licença de radiodifusão AM na Espanha para veicular para seu país. E as contradições são patentes em muitos países. Por exemplo, em *Benin*, em 2011, já havia 47 rádios comunitárias licenciadas. Porém, mais uma vez, a questão da sustentabilidade é um desafio: os recursos advêm de financiamento estatal, publicidade, doações e cobranças de pedidos de música e aluguel de tempo de antena para organizações comunitárias e grupos religiosos. De todo modo, a legislação beninense é considerada modelo para o oeste africano por reconhecer o setor comunitário, pela abertura e transparência no processo de concessão e por permitir diversas formas de financiamento, inclusive fundo público (BUCKLEY, 2011, p. 13).

Há casos, como o de *Moçambique*, em que um forte setor de radiodifusão comunitária sobrevive na ausência legal. Seguido ao acordo de paz de 1992, que pôs fim à guerra civil, o ambiente democrático propiciou que as primeiras emissoras surgissem já em 1994 “sob a tutela do Instituto de Comunicação Social [ICS], da Igreja Católica e de algumas associações com projetos financiados por doadores internacionais” (ALVES, 2005, p. 51). Inexistindo uma legislação específica, a legalização das rádios comunitárias varia de acordo com sua natureza: “as rádios do ICS têm um mandato concedido através do Gabinete do Primeiro Ministro, as estações comunitárias da Igreja Católica enquadram-se na legislação dos órgãos de comunicação privados e as rádios com gestão comunitária legitimam-se na legislação para as associações” (ALVES, 2005, p. 52). Os participantes da rádio normalmente são os mais escolarizados da comunidade e têm outra ocupação; ainda que haja assalariados, a maioria é voluntária. As rádios ligadas à UNESCO e a Igreja Católica têm uma situação financeira mais estável que as do ICS, que sobrevivem apenas com o dinheiro das receitas (dedicatórias e anúncios). De acordo com Alves, “muitas vezes a gestão tem o rótulo de comunitária, mas restringe-se à escolha de dois ou três nomes para a constituição de um comitê de gestão, sendo o coordenador quem gere a rádio” (p. 54). Em 2012, havia aproximadamente 80 estações, veiculando em 18 línguas além da oficial, o Português.

Não são poucos os casos como o de *Angola*, em que o Estado se vale da amplitude do conceito de rádio comunitária para assim nomear as rádios estatais locais. No final de 2011, pela proximidade da língua, a AMARC Brasil foi convidada pelo Ministério das Comunicações angolano para dar uma palestra no marco das discussões sobre o estímulo à radiodifusão comunitária no país. O evento acontecia às vésperas de mais uma eleição que garantiria a permanência de José Eduardo dos Santos na presidência, cargo que ocupa

ininterruptamente desde 1979, à frente da questionável democracia angolana. Organizações de direitos humanos têm denunciado diversas violações da liberdade do exercício do jornalismo num país em que meios de comunicação estatais são a principal fonte de informação, o governo mantém controle sobre a mídia privada e somente 3% da população tem acesso à internet²¹⁴. Na presença da ministra e para uma plateia composta basicamente de representantes das delegacias locais do Ministério, enquanto coordenador executivo da AMARC Brasil, apresentei os já citados 14 Princípios enfocando a importância da independência editorial e financeira frente aos governos e demais grupos de interesse. O desgosto generalizado com a fala se deve a uma confusão conceitual: o que o governo angolano chama de “novas rádios comunitárias” nada mais seriam que a ramificação da Rádio Nacional de Angola (RNA) para municípios do país. Na visita que fizemos a uma delas, a Rádio Kazenga, nas proximidades da capital do país, Luanda, verificamos que funcionários e manutenção são custeados pela RNA, da qual veicula seu conteúdo pelo menos três vezes ao dia, ainda que tenha produção própria. A justificativa para o financiamento público federal seria para evitar atrelamento aos poderes locais e se explicaria pela falta de tecido social (organizativo, técnico, pessoal, publicidade local etc.) para sustentar as rádios. Na análise da grade de programação de algumas dessas rádios, o representante da Fundação Open Society Angola, Felizardo Epalanga, afirma que “nada têm de comunitário, antes pelo contrário, há um esvaziamento do verdadeiro papel deste tipo de rádio”²¹⁵.

4.1.4 América do Norte e Central

A América do Norte abriga um dos berços da rádio comunitária “*as we know it*”: desde o início dos 1970, o *Canadá* já reconhece a radiodifusão comunitária, legalmente reconhecida num complexo sistema de diferentes tipos, todos geridos por entidades sem fins de lucro e com uma eficiente fiscalização do conteúdo pró-diversidade: a) *comunitárias*: de gestão, operação e programação realizadas por membros da comunidade, oferecendo uma programação diferente em estilo e conteúdo (inclusive musical) das comerciais do entorno. Subdividem-se em dois tipos, dependendo do cenário midiático local. Aparecem normas

²¹⁴ <http://www.dw.com/pt/ausência-de-uma-lei-de-imprensa-emperra-projetos-de-mídia-em-angola/a-17017046>. Acesso em 19 de maio de 2016.

²¹⁵ Disponível em <http://www.voaportugues.com/a/article-07-25-12-angola-rádios-domingo-163726816/1451020.html>. Acesso em 12 de junho de 2016.

como a preferência por talentos locais, mínimo de programação falada e informação local; b) *campus*: voltadas para a comunidade universitária, a perspectiva da diversidade musical e conteúdo também está em primeiro plano. Subdividem-se entre generalistas e as instrucionais, para educação à distância; c) *nativas*: existem desde os 1960, normalmente operando em lugares remotos e retransmitindo programação de rede de rádios de línguas nativas. Há uma maior flexibilidade legal para se adaptar as circunstâncias de cada região. Subdividem-se em dois tipos, cuja diferença está no limite de tempo de publicidade; d) *étnicas*: por conta de escassez de espectro, normalmente uma emissora dá conta de mais de uma comunidade étnica na programação. Quanto ao sistema de licenciamento, normalmente são em FM, mas também podem ser em outras bandas (inclusive Ondas Curtas), tem duração de sete anos (é possível licenças temporárias de baixa potência, inclusive para preparar a comunidade para licenças mais longas). As possibilidades de financiamento foram se ampliando ao longo dos anos, por exemplo, as comunitárias não têm restrições e *campus* e *nativas* têm um limite máximo de publicidade por hora e há fundos públicos. De todo modo, a principal fonte é a comunidade local “pronta para financiar suas estações locais sugerindo um senso de propriedade comunitária” (PRICE-DAVIES e TACCHI, 2001, p. 28); também o alto número de voluntários fortalece essa percepção.

Com um sistema de mídia desde sempre dominado por emissoras privadas, a luta das rádios não comerciais nos *Estados Unidos da América* é permanente. Suas origens estão nos usos amadores da rádio AM, ainda na década de 1920, quando, por exemplo, universidades o utilizaram para educação à distância e sindicatos para dialogar com os trabalhadores, antes de serem varridos com reorganização do espectro anos depois. A chegada do FM trouxe novo fôlego e a primeira rádio comunitária, KPFA (ainda no ar hoje), surge em 1949, em Berkeley. Até a década de 1970 muitas delas funcionavam em baixa potência com licença “Classe D”, até mais uma vez serem legalmente varridas do dial em 1978. A década seguinte será marcada por um forte movimento de desobediência civil das chamadas rádios livres, microrrádios ou simplesmente piratas: como no Brasil, no movimento havia (e há) as que buscam e as que rejeitam a solução legal. Na década de 1990, além da veiculação sem licença, a realização sistemática de oficinas de rádio pirata era outra forma de protesto contra o processo de desregulação consolidado no *Telecommunications Act de 1996* e que deixou um cenário midiático superconcentrado: ainda hoje, um terço de todas as rádios comerciais americanas pertence a seis corporações. Em 2000, é criado o serviço de LPFM (*low power FM* ou FM de baixa potência) com diversas restrições: somente para grupos locais, limitava

de publicidade, máximo de 100 watts, abertos a propostas religiosas, comunitárias e educacionais. Apesar dessas limitações, imediatamente a *National Association of Broadcasters* (NAB) e a *National Public Radio* iniciaram uma campanha no congresso americano advogando que as LPFM iriam causar “caos no ar”, por conta de interferências: o vazamento de um memorando interno da NAB, porém, revelou que tal campanha era fruto de motivação financeira, por medo da concorrência das LPFM. O resultado foi a proibição das LPFM em áreas urbanas. De acordo com Wikle e Comer, tal limitação resultou em menor diversidade, já que isso tem favorecido o acesso a comunidades brancas de classe média em detrimento de comunidades étnicas e pobres das cidades: isso não é tema menor num país em que negros são 36% da população, mas detêm 7% das licenças de rádio²¹⁶. Outro elemento apontado pelos autores é a formação de redes evangélicas de rádio, tendo igrejas locais como postulantes: em muitos casos nem há estúdio, apenas um transmissor num armário conectado à internet ou a um satélite (apud DOYLE, 2012). Estima-se que metade das LPFM pertença a igrejas²¹⁷. As comunitárias americanas são diversas, algumas nem pretendem ser “comunitárias”: além das muitas que servem igrejas locais, outras informam sobre meteorologia e trânsito; há as com pessoal pago e outras somente com voluntários; muitas são versões locais das comerciais; outras tantas existem para causas específicas, como é o caso da *Don't dis' my ability* (New Hampshire) para deficientes ou da KRBS (Califórnia) da comunidade étnica Hmong. Buscando uma síntese, Doyle (2012) encontra “a abordagem local e participativa na programação e frequentemente na missão e governança” (p. 42). Enfim, depois de 15 anos de ativismo (com o protagonismo de duas organizações, *Prometheus Radio Project* e *Common Frequency*) e quatro diferentes versões e sob o forte lobby da NAB, em janeiro de 2011 o presidente Obama tornou lei o *Local Community Radio Act*: por melhorar as condições da LPFM, como o fim da restrição a potência e possibilidade de existir nas grandes cidades, há a expectativa de um novo boom de rádios comunitárias americanas.

Numa das pontas da América Latina, a experiência pioneira da radiodifusão comunitária no *México* tem características típicas dos seus pares no subcontinente: a Radio Huayacocotla surge, em 1965, da iniciativa de jesuítas e seculares com propósitos de alfabetização. O fracasso em tal empreitada foi acompanhado da apropriação da emissora

²¹⁶ Disponível em <http://www.prometheusradio.org/roots-radio-and-social-change-why-low-power-fm-radio-about-you>. Acesso em 29 de maio de 2016.

²¹⁷ Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-community-radio-idUSTRE70T00F20110130>. Acesso em 29 de maio de 2016.

pela população, que fez dela um importante espaço de luta pelos direitos indígenas (PULLEIRO, 2011, p. 52) Características similares ao restante da América Latina encontram-se também na consolidação do sistema comunicacional mexicano: historicamente favorecendo a aliança entre o partido no poder e os radiodifusores, as concessões são mantidas à custa de apoio ao governo em questão. Esse mecanismo de concentração da propriedade dos meios de comunicação nos mesmos atores não mudou com a renovação da *Ley Federal de Telecomunicaciones* e a *Ley de Radio y Televisión*, em 2006, popularmente conhecida como “lei Televisa” (principalmente conglomerado de Comunicação do México). A lei foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte de Justiça mexicana em seus principais artigos por manter o duopólio mediático, inibir a competição e fomentar a concentração dos meios. Em 2009, a Televisa e TV Azteca tinham concessões até 2021 e dominavam 95% do espectro e 75% do mercado publicitário (AMARC, 2009). Até então, a lei estabelecia dois tipos de licença: concessões (com fins de lucro) e permissões (sem fins de lucro, onde as comunitárias eram precariamente contempladas). Foi somente em junho de 2013, na regulamentação (*leyes secundarias*) da nova lei, que se reconheceria pela primeira vez o direito dos cidadãos a operar seus próprios meios de comunicação através de concessões de “uso social”. Para esses ficam reservados somente 10% da banda FM (outros 10% para o Estado e 80% para uso comercial), sem quaisquer medidas diferenciadas de acesso a frequências que levem em conta a situação de desvantagem social e política das comunidades e povos indígenas. A publicidade é proibida e há limites discriminatórios de financiamento e alcance. Fica reservado 1% da publicidade oficial aos meios comunitários, algo que a AMARC México considera “preocupante” já que “a alocação (...) é usada como uma cinta de coerção para premiar as linhas editoriais favoráveis às instituições e castigar quem se nega a submeter-se ou perder sua independência” (AMARC México, 2014, p. 13). Uma das únicas vitórias do movimento que lutava por uma regulamentação favorável às comunitárias foi a não limitação de potência (previamente estabelecendo 20 watts). Ainda que os artigos 103 e 104 da *Ley* permitam penalizar por via administrativa (multas) o uso não autorizado do espectro eletromagnético, continua sendo impetrada ação penal: a criminalização pode ser escolhida sem qualquer critério fundamentado. Vale apontar também que o contexto de violência pelo qual atravessa o país tem tornado particularmente vulnerável a situação dos que atuam nas rádios comunitárias: a AMARC México, em 2014, alertava que desde 2008 notara o “aumento das agressões a instalações de rádios e contra comunicadoras e comunicadores comunitários” (id., p. 24). Em abril de 2015, Abel Manuel Bautista

Raymundo, radialista e presidente de uma associação de rádios comunitárias viria a ser assassinado em Oaxaca, no país mais perigoso para jornalistas nas Américas, de acordo com os Repórteres Sem Fronteiras²¹⁸.

Ao realizar um panorama legal das rádios comunitárias da América Central, Pérez (2014) as nomeia “invisíveis” pela ausência ou fragilidade das leis para o setor (p. 8). No capítulo em que descreve casos de rádios guerrilheiras na América Latina, Peruzzo (1998, p. 235-240) destaca *El Salvador*, com as rádios Venceremos e a Farabundo Martí, ambas surgidas no início dos 1980 como instrumento de informação nacional e internacional da frente de resistência ao governo apoiado militar e financeiramente pelos Estados Unidos. O acordo de paz que deu fim a 12 anos de guerra civil trouxe avanços para a liberdade de expressão. Em meados dos 1990, às novas experiências de rádios comunitárias salvadorenhas era negado o acesso ao espectro eletromagnético. O método não difere do restante do mundo: perseguidas, fechadas e tendo equipamentos apreendidos pelo Estado, também eram deslegitimadas pelas instituições públicas e associações radiofônicas comerciais. A *Ley de Telecomunicaciones*, de 1997, foi o principal instrumento para a privatização do setor e exploração comercial da radiodifusão: oligopólios midiáticos e igrejas evangélicas controlam 60% das frequências de rádio em AM (AMARC, 2009, p. 49). O único mecanismo para aceder ao espectro são os leilões. Depois de uma longa luta jurídica e com a ajuda da cooperação internacional, conseguiu-se uma frequência nacional (92.1 FM) compartilhada entre as 17 emissoras afiliadas à ARPAS (*Asociación de Radios y Programas Participativos de El Salvador*). Em 2009, com a chegada ao poder de Mauricio Funes houve “um certo apoio a algumas rádios comunitárias, através da publicidade oficial” (IGLESIAS, 2014, p. 38). Porém, foi mantido o caráter neoliberal do sistema salvadorenho de meios. Em 2017 finaliza o primeiro período de vinte anos das concessões para as outorgas concedidas em 1997, mas há pouca janela de esperança já que a lei prevê prorrogações automáticas ilimitadas, por iguais períodos, sem novos procedimentos administrativos. Em julho de 2013 representantes de 50 organizações sociais, acadêmicas, sindicatos e meios comunitários apresentaram à Assembleia Legislativa a proposta de *Ley de Radiodifusión Comunitaria*. Em setembro do mesmo ano, o próprio Executivo apresentou a proposta de *Ley de Medios Públicos* para um sistema de meios estatais plurais e independentes do governo. Ambos os projetos foram enviados ao parlamento, entretanto, depois de consultar algumas instâncias (notadamente de meios comerciais), a comissão parlamentar responsável suspendeu as

²¹⁸ Disponível em <https://rsf.org/es/noticias/asesinan-al-director-de-una-radio-comunitaria-en-oaxaca>. Acesso em 13 de maio de 2015.

apreciações. ARPAS, em fevereiro de 2015, apresentou formalmente uma carta a Assembleia solicitando a retomada dos estudos dos projetos de lei. Para a entidade, eles estão parados por pressão da *Asociación Salvadoreña de Radiodifusión*, que recomendou a não discussão das leis²¹⁹.

A situação não é melhor para as comunitárias da *Guatemala*. Ainda que, desde 1980, a *Ley de Radiocomunicaciones* já previsse a concessão de outorgas para “sistemas e estações radioelétricas que não tenham fins comerciais”, a mais recente *Ley General de Telecomunicaciones* (1996) coloca como única forma de se aceder a licenças o sistema de leilão. Do mesmo modo que o país vizinho, o espectro eletromagnético guatemalteco encontra-se privatizado e é quase impossível que comunidades acedam a radiodifusão. Isso não mudou nem com uma série de reformas na *Ley General de Telecomunicaciones* aprovadas em novembro de 2012: na verdade, os privilégios foram ampliados com a renovação dos “títulos de usufruto” para aqueles que já detinham as frequências de uso comercial (o prazo já era de 25 anos). Na Guatemala é a população indígena a principal reivindicante de uma lei de radiodifusão comunitária que acabe com a alegabilidade em que se encontram os meios comunitários existentes, duramente perseguidos pelo Estado. Por exemplo, em fevereiro de 2007, foi aprovado um acordo governamental (nº 43-2007) para viabilizar a aplicação de uma série de práticas de perseguição penal contidas na *Política Gubernativa para Resolver la Problemática de las Radios Ilegales*, institucionalizando a repressão como forma de solução para as comunitárias. Esta situação foi denunciada pela AMARC Guatemala, em abril de 2007, ante a Relatoria Especial de Liberdade de Expressão da CIDH, que iniciou um processo de solicitação de informação e explicações ao Estado da Guatemala. Uma iniciativa de *Ley de Medios de Comunicación Comunitaria* entrou nos trâmites do Congresso em agosto de 2009. Em seu processo de feitura, o projeto já tinha sofrido uma série de deformações, como a limitação de potência, restrição à somente FM e outorgas de caráter municipal. Ainda assim, sob o lobby empresarial, o projeto de lei não passou nem da sua primeira leitura (AMARC, 2010). Além disso, assim como no México, a Guatemala criminaliza a radiodifusão sem licença.

A história da radiodifusão da *Nicarágua* é marcada por uma inovação jurídica implementada em 1982, que concebia um serviço de cooperativa de rádios populares: um “conceito popular implementado nas comunicações como um modelo nunca antes visto na América Latina” (SEQUEIRA; ZELEDÓN; CHÁVEZ, 2014, p. 130), a partir de uma

²¹⁹ Disponível em <http://observacom.org/clipping/arpas-pide-al-congreso-retomar-la-iniciativa-de-ley-para-los-medios-comunitarios/>. Acesso em 14 de maio de 2015.

comunicação participativa envolvendo 18 emissoras do país reunidas na *Corporación de Radios del Pueblo*. Isso foi o que motivou o primeiro encontro mundial da Associação Mundial das Rádios Comunitárias, em Manágua, 1988. Hoje, há concentração da propriedade dos meios de comunicação nicaraguenses, principalmente em torno da dinastia Ortega-Murillo. A administração do espectro radioelétrico se encontra em crise devido à saturação do dial na capital e a renovação tardia de licenças no resto do país. Além disso, os critérios aplicados pelas autoridades não são considerados claros. Na legislação atual inexistem delimitações dos distintos setores da radiodifusão, todos são tomados de maneira geral e submetidos aos mesmos requisitos e marcos regulatórios. Igualmente uma mesma lei de telecomunicações regula a telefonia, radiodifusão e outros modos de utilizar o espectro radioelétrico como se fossem homogêneos e sem natureza própria. Esta confusão jurídica desconsidera as rádios comunitárias, ainda que, de certo modo, a política pública de comunicação do governo atual trate do setor. Algumas rádios comunitárias são reconhecidas e mantidas com os mesmos benefícios das emissoras com potências menores ou iguais a mil watts. Tal limitação garante alguns benefícios como um valor diferenciado para uso do espectro e um custo menor pelo consumo de energia elétrica. Já a situação econômica das rádios comunitárias se vê agravada pelo baixo ou nulo acesso à publicidade oficial e comercial: segundo o relatório de 2014 do *Centro Nicaraguense de Derechos Humanos*, “não existe uma regulação para a distribuição e manejo da publicidade oficial, que continua sendo concedida de forma arbitrária e sem transparência (...) para premiar ou sancionar segundo a linha editorial favorável ou não ao governo”²²⁰.

Como na maior parte da América Latina, a privatização das telecomunicações em Honduras aconteceu na década de 1990, a reboque de um modelo neoliberal de Estado. A *Ley Marco del Sector de Telecomunicaciones* (LMT), de 1995, somente reconhece os serviços de radiodifusão privada, excluindo comunitários e estatais. Isso se deu em meio a uma aliança público-privado, em que os políticos aliciaram os empresários com a outorga de frequências em troca do financiamento de suas campanhas eleitorais. Foi essa aliança que daria sustentação ideológica para o golpe de Estado de setembro de 2009, envolvendo “o governo usurpador, os grupos de poder fático e os meios de comunicação tradicionais” (BECERRA e BECERRA, 2014, p. 99). Após o golpe, verificou-se um aumento da violência contra meios comunitários. Na madrugada de 6 de janeiro de 2010, a rádio comunitária Faluma Bimetu (Coco Dulce), da comunidade de Triunfo de la Cruz foi incendiada: especula-

²²⁰ Disponível em <http://www.cenidh.org/media/documents/docfile/Informe-2014-22may.pdf>. Acesso em 12 de junho de 2016.

se que o motivo foi sua oposição a projetos de desenvolvimento imobiliário na região. No mesmo ano, a emissora La Voz de Zacate Grande, inaugurada pelo *Movimiento por la Titulación y Recuperación de Tierras* sofreu diversas agressões: provavelmente devido a sua luta pela recuperação e titulação das terras de dez comunidades. Até hoje não há em Honduras qualquer lei para a radiodifusão comunitária. Com exceção da Radio Progreso, até 2013, as emissoras comunitárias não possuíam licença. Como em El Salvador e Guatemala, o acesso às frequências é realizado através de leilão, o que praticamente inviabilizava que comunidades entrassem na competição. Porém, sob o governo golpista de Lobo Sosa, algumas rádios comunitárias foram legalizadas sem muitos empecilhos, sob as acusações de terem sido entregues a grupos e organizações afins ao governo. Atualmente, ainda que sem uma lei aprovada (pelo Legislativo), existe um regulamento de rádios comunitárias sancionado em 2013 (pelo Executivo) com limitações de potência, exclusão de acesso a AM (importante para grupos étnicos) e ausência de procedimentos claros para a outorga de frequência. Há críticas também quanto à permissão de organizações religiosas acederem à radiodifusão comunitária. Hoje, o movimento de rádios comunitárias hondurenho se encontra partido. Em 2013, surgiu a *Asociación de Medios Comunitarios de Honduras* (AMCH), integrada por organizações sociais e rádios comunitárias, que iniciou um diálogo com o governo de Sosa, a fim de buscar um caminho jurídico na LMT que permita uma normativa de radiodifusão comunitária. Foi quando se emitiu, por via administrativa, o *Reglamento de Servicios de Difusión con Fines Comunitarios*. A proposta da AMCH é, agora, elevar o Regulamento à categoria de decreto legislativo. Do outro lado, setores comunitários organizados em torno da *Organización Fraternal Negra de Honduras* se recusam a qualquer diálogo com o governo golpista, além de considerar que a aproximação legitima as constantes ações de repressão contra rádios comunitárias garífunas e indígenas. Seu dirigente, Alfredo López, cita um pedido oficial de fechamento da rádio Warumugu, em Trujillo e perseguições administrativas contra Los Hijos de Puca e Zacata Grande.

4.2 PARORAMA POLÍTICO-ESTATAL REGIONAL: AMÉRICA DO SUL

Por fim, faremos uma análise da situação das rádios comunitárias em cada um dos países sul-americanos²²¹. O aprofundamento regional se deve tanto à proximidade geográfica, cultural e política com o nosso foco, o Brasil, quanto pela influência legal. A recente onda de

²²¹ Excluimos Guianas e Suriname pela distância política, cultural e linguística com o restante do subcontinente.

mudanças no cenário regulatório da comunicação do subcontinente tem gerado pressões mútuas²²² que, mesmo sem gerar impactos práticos, tem tido efeitos simbólicos no país com a pior legislação para as comunitárias na região²²³. Para orientar nossa pesquisa, detivemo-nos em três aspectos: gênese (elementos histórico-geradores); principais conflitos e conquistas (especialmente na área legal), e; perspectivas atuais.

4.2.1 Venezuela

Não é verdade que “as experiências de Comunicação Comunitária eram quase que inexistentes (...) [e] nasceram paralelamente ao governo chavista, e nos anos 2000” (MOREIRA, 2013, p. 218). Mesmo sob a invisibilidade e criminalização da *Ley de Telecomunicaciones* de 1940, as iniciativas populares em comunicação “dos anos oitenta e noventa tinham focos muito claros na zona andina, no centro do país e algumas expressões isoladas no mundo do movimento operário”, afirma Andrés Cañizález, jornalista e pesquisador da Universidad Católica Andrés Bello, fazendo questão de caracterizá-las como “experiências independentes” e descentralizadas²²⁴: opositorista, ele chega a acusar o governo de “imposição de meios comunitários” quando trata da novíssima lei (2015) para o setor. De todo modo, não se pode negar a mudança efetiva de cenário desde o novo milênio: “promovidas, apoiadas e equipadas com recursos públicos, as rádios e TVs comunitárias constituem o setor que mais cresceu sob o amparo do governo central” (SERJANT, 2009, p. 261). E é justamente a natureza desse “amparo” que coloca em risco a independência dos meios comunitários venezuelanos.

A chegada de Chávez ao poder e a rápida aprovação de uma *Ley Orgánica de Telecomunicaciones* – LOTEL (2000) indicaria claramente os caminhos da radiodifusão sob a lógica bolivariana de Estado: uma política radical de democratização do espectro, mas com regras ambíguas e de tendência centralizadora. Para os meios privados a *Ley* significaria a progressiva estagnação de novas outorgas, culminando na simbólica não renovação da RCTV, em 2007. Já para o setor sem fins de lucro, viu-se a reestruturação e fortalecimento

²²² Haja visto que as mudanças legais de radiodifusão comunitária mais progressistas do subcontinente aconteceram quase que em série (Uruguai, 2007; Bolívia, 2007; Argentina, 2009).

²²³ Essa foi nossa conclusão a partir de um estudo realizado com as leis de radiodifusão comunitária de todos os países sul-americanos, a partir de cinco aspectos fundamentais: reconhecimento legal; acesso ao espectro; limitação de potência; prazo de outorga, e; possibilidades de sustentabilidade. Cf. *Panorama da situação legal das rádios comunitárias na América Sul* (MALERBA, 2012).

²²⁴ Disponível em http://www.el-nacional.com/opinion/Imposicion-medios-comunitarios_0_449955116.html. Acesso em 22 de maio de 2016.

do sistema estatal e, pela primeira vez, rádios e TVs comunitárias foram não só reconhecidas, como ocuparam o centro do estímulo oficial: se, em 2002, havia 60 meios comunitários com outorga, em 2015 seriam 244 rádios e 36 TVs²²⁵.

A normatização dos meios comunitários viria no ano seguinte, mas por meio de decreto (1.521/2001), o *Reglamento de Radiodifusión Sonora y Televisión Abierta Comunitaria de Servicio*. Analisando-o sob os padrões internacionais de liberdade de expressão, Serjant (2009) critica: a) por não definir a modalidade de participação dos cidadãos nas fundações comunitárias; b) pela falta de critérios claros e transparentes acerca da continuidade ou interrupção do uso da frequência: o “máximo” de 25 anos deixa “margem excessiva de arbítrio por parte dos organismos de controle” (p. 253); c) pelos elevados custos dos estudos de viabilidade técnica: ainda que, até o momento, o governo tenha arcado com eles e também doado equipamentos, tal prática compromete, de forma indireta, a independência destes meios²²⁶, e; d) pelas interferências governamentais na CONATEL (*Comisión Nacional de Telecomunicaciones*) desde sua criação, o que compromete sua autonomia. De acordo com o decreto, a emissora deve ter uma programação de, no mínimo, seis horas, sendo 70% produzida na comunidade. Porém, o então vice-presidente da AMARC América Latina e Caribe, destaca a retransmissão excessiva de conteúdo da Rádio Nacional estatal (APARICIO, 2015). Moreira (2012) critica ainda a falta de reserva de espectro e de “especificações de procedimentos decisórios em vários aspectos da normativa, sujeitando o processo ao risco de arbitrariedades do executivo e a adoção de critérios pouco confiáveis” (p. 223), inclusive no que se refere à distribuição de recursos públicos para as emissoras. Nesse sentido, Braz (2011) destaca que “ainda que reconheça os laços sociais como valor central da definição [legal] de comunidade, fica outorgada a CONATEL” (p. 56) de reconhecê-la ou não, inexistindo para concessão qualquer forma de controle público. Quanto à sustentabilidade, é permitida publicidade comercial de pequenas e médias empresas até cinco minutos por hora de programação, além de recursos estatais. Porém, há acusações de benefícios políticos para veículos pró-governo “argumento que é fortalecido pelos escassos mecanismos de transparência pública” (BRAZ, 2012, p. 16).

A legalização, enfim, viria com a *Ley de Comunicación del Poder Popular*, aprovada nos últimos dias de 2015, depois de quatro anos em discussão²²⁷. Mesmo que ainda não tenho

²²⁵ Disponível em <http://www.noticias24.com/venezuela/noticia/305526/asamblea-nacional-aprueba-transferencia-de-antv-y-an-radio-a-sus-trabajadores/>. Acesso em 23 de maio de 2016.

²²⁶ Em 2010, quase uma centena de emissoras estavam ilegais por serem incapazes de financiarem tais estudos.

²²⁷ Disponível em http://www.imprentanacional.gob.ve/gaceta_oficial/archivos/6.207.pdf. Acesso em 22 de maio de 2016.

sido regulamentada, vários de seus artigos apresentam possibilidades...e novos riscos. O 1º artigo aponta como objetivo “garantir o direito à informação e pleno desenvolvimento das capacidades comunicacionais e dos poderes criativos do povo, como direito humano fundamental”. Logo mais a frente institui o “Sistema Nacional de Comunicação Popular”, conformado pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Comunicação Popular, cada qual intrincadamente representado. Sua composição dá conta de representantes de: rádios; TVs; meios impressos; meios digitais e eletrônicos; muralistas e outros formatos comunicacionais; movimentos sociais, e; o representante do conselho comunal. Caso funcione, o sistema pode balizar o poder da CONATEL, já que a ele caberia a concessão de outorgas (art. 33), de potência (art. 34), entre outras atribuições. Porém, no que se refere à sustentabilidade, continua um perigoso protagonismo do Estado, a quem cabe fornecer “materiais, equipamentos e subsídios necessários para seu funcionamento”, de forma a construir “sustentabilidade com o tempo” (art. 29). Também reserva 1% do montante total de cada um dos projetos sócio-produtivos do governo para sua promoção e propaganda nos meios comunitários e coloca como limite que “nenhum grupo ou pessoa poderá ocupar mais que 20%” do tempo de transmissão. Nos artigos finais, estabelece como dever dos meios, “erradicar qualquer tipo de práticas antiéticas próprias do capitalismo”, como o jabá (art. 43), além de evitar conteúdos que atentem aos direitos humanos, inclusive “transculturalização e alienação” (art. 41). Ainda que seja positivo para os meios comunitários sua garantia em forma de lei, sabemos que virtudes ou vícios legais dependem mesmo da sua aplicação (regulamentação), coisa que só o tempo e as forças sociais irão dizer.

4.2.2 Colômbia

A Colômbia é o berço de uma das primeiras rádios comunitárias da América Latina: a Rádio Sutatenza. Ela parte da fundação *Acción Cultural Popular* (ACPO), responsável por abrir o caminho de um modo de fazer rádio com a comunidade e de um processo de aprendizagem que daria forma às famosas *Escuelas Radiofónicas*. A radioescola nasce com o apoio da Igreja Católica alemã, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, além da *General Electric*, que financiou o aumento da potência do transmissor e doou cem receptores de rádio aos camponeses. O fundador da ACPO e da Sutatenza, o padre José Guarín, a acompanhou desde suas primeiras transmissões, em 1947. No ar até 1989, a emissora foi o embrião de uma estratégia nacional de alfabetização através do rádio,

considerada também a primeira iniciativa de ensino à distância do continente, cujo método incluía acompanhamento tutorial, cartilhas, bibliotecas, cursos de extensão e correspondências. Cada comunidade recebia um receptor com o dial travado na sintonia da emissora (alvo de críticas posteriores). A estratégia envolvia instituições estatais, privadas e da sociedade civil, o que permitiu não só a sustentabilidade por mais de 40 anos, como a expansão para todo o país. A continuidade do método foi garantida pela *Escuela de Líderes Radiofónicos*: mesmo sendo um dos núcleos inspiradores do movimento latino-americano de rádios comunitárias, não faltam críticas à ausência de incentivo à organização e mobilização popular autônoma (Cf. LÓPEZ VIGIL, 1997, p. 78). Questionamentos vieram também da ala mais à esquerda da Igreja que acusava a Sutatenza de anticomunista na década de 1960. Outros apontaram sua subserviência a programas externos de desenvolvimento, como controle de natalidade e uso de fertilizantes químicos de empresas estrangeiras. Nos 1990, a rede foi vendida a uma rede de rádios comerciais colombianas.

Valdes (2013) aponta que as cinco décadas que precederam a legalização das comunitárias colombianas foram marcadas por “uma grande atividade de participação especialmente através de produções transmitidas por alto falante em espaços de encontro social liderados por centros de comunicação popular” (p. 81). A partir daí, o rádio se destacou como principal instrumento de Comunicação Comunitária no país, por sua penetração em comunidades campesinas, afrocolombianas, indígenas e suburbanas.

A base para a legalização das rádios comunitárias colombianas foi a Constituição de 1991, mas o primeiro passo concreto foi a promulgação de dois decretos: 1695/94, que previa até 500 watts de potência e incluía cidades e municípios, sendo reduzido, no ano seguinte, para 250 watts, sem incluir cidades; b) 1447/95, que efetivamente iniciou a legalização das emissoras que existiam antes da norma e oportunizou a fundação de novas emissoras. Tal decreto apresentou avanços como permitir publicidade (comercial e oficial), mas instituiu a proibição de redes de rádio.

As primeiras concessões concentraram-se em paróquias e organizações religiosas, tendo em vista que no momento da chegada da lei a Igreja já tinha 200 estações de rádio. Isso “incidiu no perfil das rádios que antes eram mais urbanas, juvenis e laicas” (VALDES, 2003, p. 48). Entre 1996 e 1997, foram concedidas 564 licenças em municípios com menos de 80 mil habitantes. Em seguida, organizações e coletivos se empenharam na formação das comunidades para participação nas rádios comunitárias, onde se destaca o papel ativo do Estado, principalmente do Ministério da Cultura, inclusive atualmente.

O decreto de 2003 contou com um dinâmico processo de consulta, inclusive com ferramentas online. Entre outros pontos, exige a criação de um Manual de Estilo e de um Conselho de Programação, que deve envolver diversos setores da sociedade, a fim de garantir pluralidade, diversidade de conteúdo e perspectiva comunitária. Já o decreto 2805, de 2008 (conhecido como “Estatuto do Rádio”), consolida um importante documento, fruto de um processo que envolveu rádios e governo (*Radio y pluralismo. Política de Radiodifusión Sonora Comunitaria*²²⁸) e cria o Conselho Consultivo, responsável por orientar as políticas para o setor, bem como implementá-las e avaliá-las. Há um fundo público para financiamento e capacitação dos radiocomunicadores.

A lei colombiana restringe o acesso a FM, estabelece limites de potência e de quantidade de emissoras por município (em grandes cidades estão restritas a 100 watts, com a grande maioria usando 20 e 50 watts) e as outorgas são de 10 anos, sendo expressamente proibida a renovação automática. Por 11 anos, não houve editais para emissoras comunitárias em grandes cidades, ainda que Bogotá já tivesse gozado de experiências históricas rádios de alto falante (Id., p. 69). Somente uma sentença da Corte Constitucional forçaria o governo a abrir convocatórias, entre 2007 e 2008, para 24 grandes cidades. O apoio governamental tem se dado através de taxas de licenciamento, esquema simplificado de outorga e um escritório específico no Ministério das Comunicações. Uma preocupação constante é o aumento da violência contra jornalistas e emissoras.

4.2.3 Equador

A influência da experiência colombiana também se fez sentir no país vizinho com as *Escuelas Radiofónicas Populares del Ecuador* (ERPE), fundada em 1962 por um monsenhor e também com a ajuda da cooperação internacional, nos mesmos auspícios de alfabetização indígena e campesina. Ainda ativas, suas estações de rádio, uma AM e outra FM, são comerciais, fruto da época pré *Ley Orgánica de Comunicación* (2013): essa era a solução legal encontrada por emissoras populares e comunitárias. Porém, ainda que já seja possível, as rádios da ERPE não estão interessadas em migrar suas concessões para comunitárias, tendo em vista as dificuldades, inclusive o custo estimado pela agência regulatória de US\$ 100 mil para o arranque de uma rádio comunitária nos trâmites legais²²⁹.

²²⁸ Disponível em http://www.mintic.gov.co/porta1/604/articles-3530_documento.pdf. Acesso em 23 de maio de 2016.

²²⁹ Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=202550>. Acesso em 23 de maio de 2016.

Até 2013, as rádios comunitárias equatorianas, a partir de regras estabelecidas em 1996, estavam submetidas a limitações como: definição restritiva de comunidade; outorga sob o aval de militares; ausência de reserva de espectro; impossibilidade de publicidade; problemas de alcance e frequência; acesso limitado a áreas não servidas pelas comerciais. De 1996 a 2010, foram realizadas apenas cinco solicitações de frequências de rádio comunitária. Mesmo antes da vigência da lei, o governo de Rafael Correa adotou política favorável aos meios comunitários: por exemplo, em 2009, 14 comunidades indígenas receberam equipamentos cada qual no valor de 600 mil dólares. Mas o passo essencial para um ambiente mais favorável à democracia nos meios equatorianos foi a aprovação da Constituição “Montecristi” de 2008, incorporando diversas reivindicações históricas dos movimentos sociais, como o reconhecimento intercultural e plurinacional do Estado e os inéditos “direitos da natureza”. Um capítulo constitucional sobre direito à comunicação reconhecia, pela primeira vez, três setores na comunicação, entre eles, o comunitário, que deveria ser promovido e ter garantida igualdade na atribuição de frequências (arts. 16 e 17). Um dos artigos (art. 57) garantia o direito dos povos indígenas a constituírem meios próprios de comunicação e outros visavam a impedir a concentração de meios. Nesse sentido, uma das tarefas imediatas foi a criação de uma comissão para auditar todas as concessões até então entregues: em cinco meses, a conclusão foi que a maioria (54%) fora concedida de forma irregular²³⁰.

Cinco anos depois e “fruto de uma longa luta de mais de 20 anos de movimentos sociais e redes de comunicação alternativa”, em junho de 2013 é aprovada a *Ley Orgánica de Comunicación*. Como Argentina e Bolívia, garante-se a reserva de espectro para os três setores: 33% para emissoras públicas, 33% para meios privados e 34% para comunitárias, incluindo comunidades indígenas ou de afrodescendentes (art. 106), com prazos de outorga de 15 anos. Quanto ao setor comunitário, mencionam-se políticas públicas afirmativas para seu desenvolvimento (art. 86), estando permitidas múltiplas formas de sustentabilidade (publicidade, doações, fundos de cooperação nacional e internacional etc.) (art. 87). Ao lado de mecanismos de limitações a monopólios e oligopólios, a lei tem também um forte componente de regulação de conteúdo (não somente radiodifusão, mas também dos meios impressos) tendo sido nomeada pelos meios privados do país de *ley mordaza*, contra a qual entraram, inclusive, com pedidos de inconstitucionalidade. Uma das críticas é ao artigo 26, que proíbe o “linchamento midiático”, mas que na prática pode inviabilizar qualquer tipo de

²³⁰ Disponível em <http://www.eluniverso.com/noticias/2014/06/23/nota/3140786/distribucion-frecuencias-prevista-ley-medios-aun-no-se-concreta>. Acesso em 23 de maio de 2016.

oposição política. Porém, esse teor da *Ley* também ampara minorias. Em 2015, uma entidade dos direitos dos gays apresentou uma denúncia de conteúdo preconceituoso de um programa televisivo: a ação da *Superintendencia de Comunicación e Información* multou o canal que, após pedir desculpas públicas, acabou tirando o programa do ar²³¹.

Mas as críticas também vêm da esquerda. De acordo com José Ignacio López Vigil²³², ex vice-presidente da AMARC América Latina e Caribe, atualmente na organização não governamental *Radialistas apasionadas y apasionados*, a *Ley* nada diz quanto à reversão das frequências ilegítimas apontadas na auditoria de 2008. Em 2016, as rádios comerciais ainda conservam 72% do espectro, enquanto as comunitárias 3,4%, como denuncia Roberto Mancianti, presidente de *Canales Comunitarios y Regionales del Ecuador Asociados*²³³. Para Vigil o que estaria “por trás da paralisação de licenças comunitárias é o regulamento que fixa os mesmos critérios” para meios privados e comunitários, não reconhecendo suas desigualdades. Entre eles, a apresentação de quatro informes e a concorrência em pé de igualdade a partir de critérios como plano de gestão, sustentabilidade financeira e estudo técnico.

4.2.4 Peru

Como no restante do continente, a história das rádios comunitárias no Peru também está ligada às iniciativas comunicacionais da Igreja Católica nos anos 1960. Fundada por uma diocese em plena selva, em 1962, a Radio la Voz de la Selva, de Iquitos, nasce com o objetivo de promover uma educação cristã liberadora, valorizando a cultura das comunidades indígenas e o despertar crítico sobre a realidade da região amazônica. Mas ainda mais representativo é o exemplo da Radio Quillabamba, de Cuzco: criada em 1966, a partir da compra de uma pequena emissora por missionários dominicanos, seus objetivos educativos e religiosos foram sendo substituídos de acordo com que se estreitava à realidade social e política da região. Com a ajuda da cooperação internacional católica, turbinaram-na com um transmissor de 5 kW e, no final dos 1970, uma parte da horas programação foi entregue para federações de trabalhadores, camponeses e entidades de direitos humanos. Converteu a rádio em “voz do povo”, noticiou enfrentamentos entre o Sendero Luminoso e exército e, devido a

²³¹ Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=202550>. Acesso em 23 de maio de 2015.

²³² Disponível em <http://www.observacom.org/clipping/un-grave-pecado-de-omision-el-reglamento-general-de-la-ley-organica-de-comunicacion-en-ecuador/>. Acesso em 23 de maio de 2016.

²³³ Disponível em <http://www.eluniverso.com/noticias/2016/04/13/nota/5520969/casi-tres-anos-vigencia-ley-se-lanza-concurso-frecuencias>. Acesso em 23 de maio de 2016.

esse compromisso popular, foi vítima de ameaças e ataques como a explosão que destruiu seu transmissor em junho de 1975²³⁴.

Desde então as rádios comunitárias persistiam na ilegalidade ou com concessões comerciais ou educativas: em 2001, estimava-se cerca de 2.200 (FLORES, 2006, p. 20). A verdade é que isso pouco mudou com a *Ley de Radio y Televisión*, em 2004, que reconhecera o setor: por conta de suas restrições e do modo como tem sido aplicada, ainda hoje a maioria das comunitárias, se licenciadas, prefere a outorga de educativa. Segundo o estudo *Estadísticas 2015 de la radio y la televisión en Perú*, há somente uma rádio com licença de comunitária no país e 20% das demais têm fim educativo²³⁵.

Após a queda do governo Fujimori, em 2000, a descoberta da corrupção sistemática envolvendo seu regime e os empresários de mídia gerou a demanda por reforma e supervisão eficiente do setor que culminou, em 2004, na *Ley de Radio y Televisión*. Em seu artigo 19 define radiodifusão comunitária como “aquela cujas estações se localizam em comunidades campesinas, nativas e indígenas, áreas rurais ou de preferência social”, cuja programação fomente “a identidade e costumes da comunidade”. Como se vê, tal definição exclui comunidades de âmbito urbano e mesmo a ambiguidade com o termo “de preferência social” não tem sido interpretado pelo estado de forma a abranger outros tipos de comunidade. A regulamentação que viria no ano seguinte, ampliaria a restrição limitando as outorgas a FM: a exclusão da banda AM foi considerada “arbitrária, especialmente se levarmos em conta que a grande maioria de comunidades campesinas nas serras e nativas da Amazônia peruana se localiza de forma de forma dispersa”, tal medida “significa não promover sua conexão e integração” (OLCESE e ANAYA, 2009, p. 205). Até 2008, os concursos só levaram em conta as modalidades comercial e educativa, excluindo as comunitárias. Outra crítica se refere à falta de transparência e eficiência na concessão de outorgas, além do seu caráter excludente: na prática, em todas as concessões até agora foi a proposta econômica o elemento decisivo. Foram verificadas diferenças de tratamento na aplicação da lei, com benefícios para “grupos de proprietários com maior influência política com o governo em questão” (id., p. 220). Do mesmo modo, as renovações têm sido automáticas após o cumprimento de poucas formalidades.

Em 2009, a *Asociación ProDerechos Humanos* denunciou à CIDH a situação de interferência à liberdade de expressão após o fechamento das rádios La Voz e Oriente de

²³⁴ Disponível em <http://www.comunit.com/la/node/150019>. Acesso em 24 de maio de 2016.

²³⁵ Disponível em <http://www.concortv.gob.pe/file/2015/2015-estadisticas-radio-tv.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2016.

Loreto, entendido como represália pelo apoio e participação em protestos. Em abril do ano seguinte seria a vez da rádio La Buenísima, de Piura, após questionar as atividades poluentes da transnacional brasileira Vale do Rio Doce.

Em julho de 2014, foi com expectativa que as rádios comunitárias receberam a notícia da promulgação da secundária *Ley de Formalización y Promoción de empresas de radiodifusión comunitarias de radio y TV en zonas rurales*. Com o mérito de buscar a regularização das muitas emissoras locais e regionais em situação irregular ou mesmo ilegal, na prática, a nova sublei trata mais de normativas, multas e sanções que de novos mecanismos que reverta a situação das comunitárias peruanas.

4.2.5 Bolívia

Em 1947, no mesmo ano da colombiana Sutatenza, mais ao sul do continente, a Bolívia viu nascer a tradição histórica das rádios mineiras com a criação da La Voz del Minero, de um sindicato de Llallagua, no altiplano boliviano. Mas, como nos demais países da região, o pioneirismo boliviano também contou com a participação de uma emissora católica, a Radio Pio XII. Criada em 1959, na verdade, surgiria para conter o avanço do “perigo comunista” após a nacionalização das minas, sete anos antes. O golpe militar da década de 1960 e seus posteriores desdobramentos foi o ponto de inflexão para o redirecionamento político da emissora: passa a ser um importante instrumento de resistência dos mineiros, denuncia assassinatos por parte do Estado e chega a ter parte de suas instalações dinamitadas. As rádios mineiras surgiram de “um processo de conscientização e prática política vivido pelos trabalhadores bolivianos”, crescendo “num ambiente conflitivo, marcado pelas lutas de demanda e de enfrentamento por que passaram durante os regimes militares instalados em seu país” (PERUZZO, 1998, p. 192). Fazendo parte do movimento sindical trotskista, desempenharam papel importante na Revolução Nacional de 1952. Com a nacionalização das minas e o a volta da liberdade sindical, o movimento das rádios mineiras bolivianas consolidou-se e expandiu-se. Em 1963, funcionavam 23 emissoras, todas de propriedade dos sindicatos e mantidas pelos trabalhadores (PULLEIRO, 2011, p. 56). Durante um dos períodos de repressão militar, em 1980, foi criada a *Cadena de la democracia* que possibilitou a troca de informação sobre a situação dos diversos distritos mineiros e o diálogo entre dirigentes e a base, representando um importante canal de resistência e comunicação, inclusive clamando por auxílio internacional.

Mesmo com tal importância, as rádios comunitárias bolivianas sobreviveram por muitos anos com uma legislação que privilegiava o setor comercial concentrado (concessão de licenças por leilões) enquanto impunha restrições técnicas e geográficas às comunitárias, limitadas ao âmbito rural. Seu reconhecimento legal era por decreto. Em 2008, entre 1.027 emissoras AM e FM, 81% do espectro estava com o setor privado comercial, outros 15% para aquelas abrangidas pelo “Artigo 41”, ou seja, meios oficiais (segurança e defesa nacional) e de caráter social relacionadas com educação e saúde e somente 4% para as comunitárias (ALVIS, VILLANUEVA e ULO, 2009).

Compartilhando similaridade com o processo equatoriano, o primeiro passo para um ambiente mais favorável às comunitárias foi a promulgação da *Nueva Constitución Política del Estado*, em 2009, que, em seu artigo 30, garante a criação e administração de sistemas, meios e redes de comunicação próprias dos povos indígenas. Também proíbe a formação de monopólios e oligopólios midiáticos.

Dois anos depois, seria sancionada a *Ley General de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación* (2011), depois regulamentada pelo Decreto n°1391 (2012). O artigo 10º reconhece quatro setores da comunicação, para os quais reserva espectro do seguinte modo: até 33% para o Estado; 33% para o setor comercial; dividindo o restante para o “social comunitário” (até 17%) e os povos indígenas originários campesinos, comunidades interculturais e afrobolivianas. O ineditismo de tal media responde à própria pluriethnicidade e pluriculturalidade da população boliviana. Outra inovação se refere à *Descolonización Tecnológica*: ao lado de descolonizações como da terra e dos recursos naturais, prevê um processo de soberania tecnológica: isso levou a nacionalização das telecomunicações (que resultou no barateamento e expansão nas conexões à internet que cresceu 36 vezes entre 2008 e 2016²³⁶) e a leis de uso obrigatório de software livre para a administração pública. Isso afeta diretamente muitas rádios originárias que ainda têm licenças pertencentes ao Ministério das Comunicações e têm o prazo de sete anos contado da promulgação da lei para finalizar a migração para software livre. Enquanto as outorgas das comerciais são por licitação pública, as das rádios e TVs comunitárias são por concursos em que são valorizados os projetos comunicacionais e não a capacidade econômica (art. 10). O prazo das licenças é de 15 anos, podendo ser prorrogadas por mais um período se forem cumpridos os compromissos, tendo depois que passar por nova licitação.

²³⁶ Disponível em <http://www.observacom.org/clipping/nacionalizacion-de-telecomunicaciones-abarato-y-expandio-el-internet-en-bolivia/>. Acesso em 24 de maio de 2016.

Mesmo com a nova lei, as rádios comunitárias continuam sendo regidas por um decreto de 2007 (n° 29.174) que as define como sem fins de lucro e restringe às comunidades “campesinas, indígenas e povos originários” que emitam exclusivamente desde “localidades rurais” e com população menor que 10 mil pessoas. Os pedidos podem ser frutos de iniciativas individuais ou coletivas. Não há restrições quanto à sustentabilidade, desde que os recursos sejam revertidos para a rádio e sua continuidade (art. 33) e um artigo proíbe a concessão para autoridades de qualquer um dos três poderes, dirigentes de partidos políticos e “sacerdotes” ou “qualquer representante de igrejas de qualquer credo, culto ou seita” (art. 35).

O Informe Anual *Diversidad y Pluralismo en la Radiodifusión* (AMARC, 2009) denuncia que há casos no país de emissoras que se autodefinem como comunitárias, mas que são criadas desde os governos com o objetivo de disseminar a voz oficial (p. 9). Evo Morales, em março de 2006, assinalou que “a administração do Presidente venezuelano Hugo Chávez financia o *Programa de Medios de Comunicación Comunitarios* com US\$ 2 milhões” e informava que seria “dado um bônus de 500 bolivianos para ‘jornalistas’ relacionados com o projeto.” Denominadas *Red Nacional de Radios de los Pueblos Indígenas y Originarios*, conformavam 30 rádios denominadas comunitárias diretamente ligadas à *Dirección Nacional de Comunicación* sem um projeto comunitário específico e um plano de participação das comunidades na gestão das emissoras (cf. AMARC, 2009, p. 37 ss). No começo de 2015, a ministra da Comunicação, Amanda Dávila, informava que sua pasta havia instalado 43 rádios comunitárias no ano anterior²³⁷.

4.2.6 Paraguai

Seria uma rádio franciscana fundada em 1936, a Radio Charitas, que primeiro se oporia diretamente ao longo regime do general Stroessner (1954-1989) na década de 1980, tendo seu diretor sido proibido de reingressar ao país (JONES, 2001, p. 2014). Nos anos finais da batalha contra a ditadura, na década de 1980, as rádios comunitárias paraguaias seriam “os principais meios dos setores populares organizados”²³⁸. Historicamente ligadas aos trabalhadores rurais e povos indígenas, essas rádios registram um histórico de permanente embate e perseguição com os governos.

²³⁷ Disponível em <http://www.observacom.org/clipping/%EF%BB%BFdávila-rinde-cuentas-y-destaca-creacion-de-43-radios-comunitarias-en-el-pais/>. Acesso em 25 de maio de 2016.

²³⁸ Disponível em <http://revistacap.com/atl/132-la-radio-en-el-paraguay>. Acesso em 25 de maio de 2016.

O setor das telecomunicações no Paraguai é regido pela Ley n°642, de 1995, alvo de críticas dos movimentos organizados pelos direitos humanos por seu conteúdo discriminatório e enfoque comercial. Não há ali definição prévia dos procedimentos para outorga, que ficam a cargo do poder regulador da *Comisión Nacional de Telecomunicaciones* (CONATEL). Esta, ainda que entidade autônoma, tem o seu diretório de cinco membros nomeados diretamente pelo Poder Executivo. O marco jurídico paraguaio reconhece de forma limitada os meios comunitários, entendidos como “serviços de radiodifusão sonora de pequena ou média cobertura” e geridos por organizações sociais, podendo atuar em AM e FM, mas não na TV, estando também proibida a publicidade (Ley n°642, arts. 57 a 59). Enquanto as comerciais têm prazo de outorga de 10 anos, o das comunitárias é de cinco anos, renovado por igual período.

A chegada de Lugo (2008-2012) ao poder, depois de quase seis décadas de domínio do Partido Colorado (de direita), prometia mudar ou, ao menos, melhorar a situação das rádios comunitárias: na prática, pouco foi concretizado. Em dezembro de 2009, a CONATEL emitiu uma resolução que melhorava a sustentabilidade econômica dos meios comunitários e simplificava o processo de outorga. No mesmo mês, a *Unión de Radiodifusores del Paraguay* (URP) entrou com uma medida cautelar anulando as melhorias. Em agosto de 2010, a Câmara de Deputados paraguaia aprovou um projeto que limitava a potência a 50 watts para pequena e 300 watts para média cobertura, restringia a publicidade e penalizava a radiodifusão sem autorização. Em outubro, o senado paraguaio sancionou tais modificações, um dia depois que o Estado paraguaio havia admitido, numa reunião de trabalho com a CIDH, que a nova norma era contrária ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Após pressão de entidades internacionais e locais, o então presidente Lugo vetou a lei. Ainda assim, em dezembro de 2010, a Câmara derrubou tal veto e em janeiro de 2011, o Senado fez o mesmo: tais limitações continuam em vigor.

Depois do impeachment relâmpago de Lugo (2012), reforçou-se um processo permanente de ameaças de fechamentos de rádios comunitárias. Em agosto de 2012, os Repórteres Sem Fronteiras emitiram um alerta de perigo para as comunitárias paraguayas frente ao compromisso da CONATEL de fechar as “mais de 1.200 rádios piratas existentes no país por incitar o delito e estarem implicadas em atos ilegais”, após acordo com a URP, entidade acusada de estar por trás da retirada de Lugo do poder²³⁹. Em abril de 2014, o então titular da CONATEL, Eduardo González admitia ter mais de 600 solicitações de outorgas

²³⁹ Disponível em <http://www.paraguay.com/nacionales/rsf-cree-que-radios-comunitarias-corren-peligro-en-paraguay-85519>. Acesso em 25 de maio de 2016.

para rádios comunitárias, a maioria para a capital Assunção: por não virem de “comunidades”, González desconfiava terem interesse comercial²⁴⁰. Argumentando uma necessidade de “reengenharia” do setor, foram suspensas temporariamente as solicitações para rádios comunitárias²⁴¹ ... mas não a perseguição. Em agosto de 2014, a rádio comunitária de propriedade coletiva Paz e Bem, de Villarrica, denunciava estar sob ameaça da CONATEL²⁴² a mando do empresariado local. Pouco meses depois, em março de 2015, 24 rádios comunitárias denunciavam conjuntamente o risco de serem tiradas do ar pela “arbitrariedade e prepotência de referentes políticos” locais²⁴³.

Já há um anteprojeto para uma nova lei de telecomunicações, cuja consulta pública se encerrou em maio de 2015, sendo alvo de críticas de diversas entidades de direitos humanos. Alicia Stumpfs, da associação de rádios comunitárias Voces Paraguay, condena a manutenção das mesmas restrições da lei anterior às comunitárias e a ampliação de benefícios para grandes operadoras ao estabelecer a licença única, que permite ao concessionário prestar vários serviços de telecomunicações²⁴⁴. A discussão se dá num cenário em que o atual presidente, Horacio Cartes, já antes dono de um conglomerado das empresas mais importantes do país (tabaco, bebidas, aviação, futebol e gado), adquiriu holdings de mídia de dois outros grupos empresariais, possuindo agora: “três jornais impressos, três online, uma emissora de rádio AM, uma FM e uma online”²⁴⁵. A Constituição do Paraguai não menciona explicitamente a proibição de monopólios, oligopólios ou concentração de meios de comunicação.

4.2.7 Chile

De acordo com Ossandón (2012), no Chile, “o fenômeno das rádios populares de tipo comunitário irrompeu em janeiro de 1990, com a fundação da *Agrupación Nacional de Radio Popular* (ANARAP) e, em seguida, em abril, com a entrada no ar da primeira emissora local,

²⁴⁰ Disponível em Fonte <http://www.abc.com.py/edicion-impresa/economia/la-conatel-hara-una-reingenieria-en-el-sector-de-las-telecomunicaciones-1236668.html>. Acesso em 25 de maio de 2016.

²⁴¹ Disponível em <http://signisalc.org/noticia/organizaciones-sociales-denuncian-violacion-del-derecho-comunicacion>. Acesso em 25 de maio de 2016.

²⁴² Disponível em <http://demoinfo.com.py/conatel-intimida-a-radio-comunitaria-legitimamente-constituida/>. Acesso em 25 de maio de 2016.

²⁴³ Disponível em <http://www.observacom.org/clipping/canindeyu-24-radios-comunitarias-podrian-ser-clausuradas/>. Acesso em 25 de maio de 2016.

²⁴⁴ Disponível em <http://ea.com.py/v2/ley-de-telecomunicaciones-menoscaba-el-derecho-a-la-comunicacion-afirman/>. Acesso em 25 de maio de 2016.

²⁴⁵ Disponível em <http://www.observacom.org/aquisicao-de-meios-de-comunicacao-por-empresa-do-presidente-cartes-gera-preocupacoes-no-paraguai/>. Acesso em 25 de maio de 2016.

Radio Villa Francia” (p. 84), em meio ao processo de transição democrática. Depois de um ano, quando a Villa teria sido calada pela lei que até hoje criminaliza a radiodifusão sem licença no Chile com multas e penas de até 3 anos de prisão, a ANARAP já organizava cerca de 50 emissoras (p. 61). Frente ao sucesso, “rapidamente a direita política e a ARCHI (*Asociación de Radiodifusores de Chile*)” se articularam e propagaram acusações na imprensa de que eram “emissoras clandestinas ligadas ao Partido Comunista” e “velozmente se legislou para reprimir essa forma de expressão” (p. 90). Ele se refere a legislação de 1993 que as subcategorizou como “de mínima cobertura”, permitidos somente 1 watt de potência, com prazo de outorga de 3 anos e proibido qualquer tipo de publicidade. Em 2009, eram 393 outorgadas, 27% com potência inferior a 1 watt e 53% na região metropolitana (LA MORADA, 2009, p. 160).

O Chile ainda tem como marco principal das telecomunicações uma lei da época da ditadura, *Ley General de Telecomunicaciones* (Nº18.168/1982), sob a qual pendem diversas emendas legais, como a nova *Ley de Radiodifusión Comunitaria y Ciudadana* (nº 20.433), de 2010. De acordo com o Informe Anual *Diversidad y Pluralismo en la Radiodifusión* (AMARC, 2010) a “estratégia do executivo se centrou em privilegiar o acordo com a associação empresarial de radiodifusores, a ARCHI, incorporando seu representante em todo o processo de formulação e tramitação do projeto” (p. 46). Por outro lado, ainda que tenha recebido diversas críticas da AMARC Chile, a outra rede nacional que agrupa rádios de mínima cobertura, a *Asociación Nacional de Radios Comunitarias y Ciudadanas de Chile* concordou nos principais aspectos da lei. O resultado foi uma lei com diversas limitações para os meios comunitários, com critérios parecidos com a lei brasileira: 25 watts de potência (chegando a 40 watts no caso de comunidades indígenas e de fronteira), pequena faixa do espectro e somente em FM, proibição de formação de rede e limitações de publicidade a somente “menções publicitárias” e restrito aos anunciantes localizados na zona de cobertura permitida. Podem ser titulares de rádios comunitárias as organizações sociais sem fins de lucro, universidades e fundações que tenham finalidade social, cultural ou educativa, assim como a Igreja Católica. Enquanto as concessões para as comerciais têm o prazo de 25 anos, o das rádios comunitárias é de 10 anos, com possibilidade de renovação.

A perseguição nunca parou. De acordo com Acevedo et al (2012), “na quase totalidade dos casos, as ações judiciais [contra rádios sem licença] foram interpostas por membros da ARCHI, bem como pessoas que mantêm diferenças com a rádio comunitária” (p. 114). Em 2015, a *Subsecretaría de Telecomunicaciones de Chile* inaugurou um Centro de

Radiomonitoramento de 1 milhão de pesos, cuja primeira das tarefas é buscar emissoras ilegais de forma autônoma²⁴⁶. Um dos casos emblemáticos foi o fechamento da rádio comunitária Kimche Mapu e indiciamento de sua presidenta Mireya Manquepillán, da comunidade indígena mapuche no sul do Chile. Em entrevista para o autor (2015), ela conta que a emissora entrou com o pedido de outorga em 2010, sob o marco da nova lei ainda não regulamentada. A comunidade decidiu colocá-la no ar por entender ser de responsabilidade do Estado as dificuldades na concessão da outorga e ausência de políticas públicas para garantir o direito à comunicação das comunidades indígenas. A acusação teria sido feita pelo empresário dono do consórcio radial Entreríos, proprietário de três emissoras locais da região. Sob juízo, à Mireya foi dada a alternativa de “autoculpa” com consequente silenciamento da rádio e pena de até 5 anos de prisão. Com o respaldo de organizações nacionais e internacionais, Mireya decidiu seguir com o julgamento e manter a rádio no ar, para fazer valer seus direitos. Por fim, a Justiça decidiu aplicar o princípio de *oportunidad* (ausência de perigo real). Até maio de 2015, a emissora ainda não possuía licença. De toda forma, na avaliação de Mireya, “a ação do Estado de querer reprimir e silenciar a rádio serviu para nos fortalecermos e unir”. A comunicadora mapuche foi uma das “100 heróis e heroínas da informação” indicados pelos Repórteres Sem Fronteiras (RSF), no Dia da liberdade de imprensa, em 2013. Uma promessa de 2013 do governo quanto ao fomento, licenças e recursos para as emissoras indígenas até hoje não se concretizou.

4.2.8 Argentina

Em matéria de legislação favorável ao direito à comunicação, a Argentina se tornou um país paradigmático por demonstrar que governos podem tanto alavancar, quanto legislar sem aplicar e mesmo fazer regredir leis progressistas ao sabor de seus ideários e das conjunturas políticas. Por outro lado, emblemática (e inspiradora) também é a permanente luta que suas organizações sociais empreendem em torno de tais leis.

A ideia moderna de rádio comunitária aparece com força em plena ditadura argentina através de exemplos como o da rádio de alto-falante da *Escuela de Ciencias de Información da Universidad Nacional de Córdoba*, em meados dos anos 1970, e o da Radio Liberación, associada à organização de guerrilha urbana, Montoneros. Na década de 1980, como no Brasil, acontece o boom de rádios livres ou *radios truchas* (ilegais). Já em 1986, 20 rádios

²⁴⁶ Disponível em <http://www.agenciadenoticias.org/represion-a-radios-comunitarias-en-chile-el-delito-de-libertad-de-expresion-de-los-pueblos/>. Acesso em 21 de maio de 2016.

criam a *Asociación de Radios Comunitarias* (ARCO) e, nos 1990, se constitui a ainda hoje ativa *Federación Argentina de Radios Comunitarias* (FARCO). Como a lei de radiodifusão em vigor não previa licenças para organizações da sociedade civil, as perseguições e fechamentos se multiplicavam, principalmente num cenário de turbulenta transição democrática em meio a sublevações militares.

Até 2009, era uma lei sancionada em 1980, durante a ditadura mais sangrenta da história do país, que ordenava um “sistema de meios centralista e privatista, com muitos setores excluídos de seus direitos” (MARINO, 2009, p. 59). A década neoliberal dos 1990 consolidou uma política de comunicação de “re-regulação, concentração e estrangeirização da propriedade” (id., p. 57). Como solução provisória para as *radios truchas*, em 1989, o organismo regulador abriu um registro de rádios as inscrevendo com PPP (*permiso precario y provisório*). A luta das rádios alcançaria, em 2003, uma vitória na Corte Suprema de Justiça quando declarou inconstitucional o artigo da lei que excluía pessoas jurídicas não comerciais das outorgas. Mas apesar do reconhecimento legal, isso não mudou as condições desiguais para o acesso ao espectro eletromagnético. Por ocasião da 10ª Assembleia mundial, a AMARC Argentina criticava o represamento de 15.000 pedidos de criação de emissoras comunitárias.

Seria um conflito do governo de Cristina Kirchner com a elite agropecuária quanto ao aumento dos impostos às exportações agrícolas que colocou o governo em embate frontal com um até então aliado, o maior conglomerado de mídia do país, o grupo Clarín. Esse ambiente permitiu que uma proposta já pronta da sociedade civil para uma nova lei de comunicação, em torno de 21 pontos prioritários²⁴⁷, fosse discutida e aprovada em outubro de 2009: a *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (LSCA) foi considerada uma das modernas do mundo, contando com opinião favorável dos relatores especiais sobre Liberdade de Expressão Catalina Botero, da CIDH/OEA, e Frank La Rue, da ONU²⁴⁸.

Formulada com critérios de direito comparado, a partir de diretrizes dos padrões internacionais de direito humano à comunicação, a feitura da lei contou com um processo transparente e participativo: antes de sua aprovação foram realizadas diversas reuniões em

²⁴⁷ O processo de construção da lei argentina envolveu a mobilização de cerca de 20 mil pessoas na *Coalición por una Radiodifusión Democrática*: formada em 2004 e protagonizada pela sociedade civil, abarcou mais de 300 organizações entre sindicatos, organizações de direitos humanos, universidades, mídias comunitárias, entre outros. Dessa coalizão surgiu um documento contendo 21 pontos prioritários, que deveriam compor a letra da nova lei de comunicação. Cerca de duas mil organizações assinaram a declaração pelos pontos, que, depois, foram analisados pelo governo e efetivamente incorporados. Para maiores detalhes sobre a Coalizão cf. <http://www.coalicion.org.ar/>. Acesse em 15 de fevereiro de 2012.

²⁴⁸ Disponível em <http://www.ambito.com/658710-para-un-representante-de-la-onu-la-ley-de-medios-es-un-modelo-para-todo-el-continente>. Acesso em 28 de maio de 2016.

todo o país, a fim de divulgá-la amplamente e colher contribuições (inclusive por um site, o argentina.ar/hablemostodos). Além disso, depois do Código Civil, essa foi a primeira lei onde eram localizadas as contribuições participativas e as influências das diretrizes internacionais em notas de rodapé. Entre os principais pontos da LSCA estão: a criação de mecanismos para combater a concentração midiática do país, como a proibição de que um mesmo titular acumule 10 licenças de serviços abertos ou opere simultaneamente em TV aberta e a cabo; medidas de estímulo à produção nacional (30% no rádio e 60% na TV em cidades com mais de 600 mil habitantes); proibição de propriedade cruzada (um mesmo grupo com diferentes tipos de mídia); reserva igualitária de espectro para os setores comercial, estatal e público (entidades sem fins lucrativos, incluídas igrejas, associações comunitárias, sindicatos, universidades etc.), este último o único contando com uma reserva garantida de 33%; garantia de participação da sociedade civil, através de conselhos compostos por diferentes setores da sociedade, responsáveis por fiscalizar conteúdos e o sistema em geral, estando o processo de concessão e renovação de outorgas dependente de aprovação social (através de audiências públicas nos locais de prestação de serviço para avaliação de desempenhos); Defensoria do Público de Serviços de Comunicação Audiovisual, e; por fim, a legislação argentina trata de serviços audiovisuais e regula o sistema independentemente da plataforma em que eles são operados (analógico ou digital, transmissão pelo ar, cabo ou via satélite). Quanto aos meios comunitários não há limitação territorial, de potência ou plataforma midiática (AM, FM, OC, TV aberta e a cabo etc.) e o requisito essencial para a entrega de frequências para os meios sem fins de lucro é o projeto comunicacional. A lei foi traduzida para os idiomas dos povos originários, que têm acesso a uma frequência em AM, FM e TV aberta em suas localidades e contam com licenças gratuitas, simples, praticamente sem burocracia (elas não fazem parte dos 33% do setor comunitário). Inclusive por estarem em áreas de nenhuma ou pouca disputa pelo espectro, até abril de 2015, os povos originários contavam com 56 estações de rádio e um canal de televisão²⁴⁹, o Wall Kintun (“olhar ao redor” em mapuche), em Bariloche: de acordo com Ernesto Lamas, diretor de capacitação e promoção da Defensoria do Público, foi colocado no ar de forma algo apressada, para provar que era possível, sofrendo no começo com muitas repetições de conteúdo, algo revertido com sua reestruturação um ano depois (LAMAS, 2015). Esses e outros projetos contaram com o apoio do *Fomento Concursable para Medios de Comunicación Audiovisual* (FOMECA), transparente e acessível via concursos para entidades sem fins de lucro utilizar em

²⁴⁹Disponível em <http://www.telam.com.ar/notas/201504/100389-ya-son-56-emisoras-de-pueblos-originarios-de-15-provincias--autorizadas-para-transmitir.html>. Acesso em 28 de maio de 2016.

equipamento, produção de conteúdos, gastos administrativos etc. Em 2013, o FOMECA repassou 5 milhões de pesos²⁵⁰.

Sendo o principal alvo da lei e podendo vir a devolver outorgas, o grupo Clarín foi protagonista de intensas campanhas contra a aprovação da lei e autor de diversos recursos depois de aprovada. Isso manteve em litígio alguns dos principais pontos da lei. Em 2013, uma importante vitória dos movimentos sociais foi o reconhecimento da constitucionalidade da LSCA pela Corte Suprema de Justiça, resgatando princípios do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. De todo modo, toda essa judicialização fez com que o processo de aplicação da LSCA fosse lento e descumprisse com as expectativas iniciais, em especial quanto à desconcentração do mercado de mídia.

Mas não só isso. A partir de um estudo realizado pela Universidade Nacional de Quilmes sobre as outorgas para organizações sem fins de lucro, cinco anos depois da sanção da LSCA, seus autores concluem que a regularização do setor ainda era tarefa pendente: “o tipo de serviço que mais recebeu concessões foi o de operadores de TV a cabo (a maior parte delas, do setor cooperativo), deixando para trás a TV aberta e as rádios; e (...) todas [as concessões] estão em cidades sem histórico de conflitos pelo espaço radioelétrico” (MARINO et al, 2015). Na opinião do professor Damian Loreti, em entrevista para o autor, as autoridades argentinas naturalizaram que as rádios comunitárias têm que ser pequenas e existem para dar conta dos lugares que não interessam para as comerciais (LORETI, 2010). Nesse cenário, a maioria dos meios sem fins de lucro vivem numa situação de legalidade precária: muitos sem habilitação para operar, outros com permissões precárias ou mesmo sem qualquer permissão. Um dos principais obstáculos foi a falta de um plano técnico de frequências reflexo de pouca disposição das autoridades em mexer no vespeiro das zonas de espectro saturado.

De todo modo, mesmo as conquistas parciais da LSCA se encontram em xeque: uma das primeiras ações do presidente Mauricio Macri, em dezembro de 2015, foi dissolver a *Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual*, nomear um advogado de multimeios para a Corte Suprema, paralisar a FOMECA e, através de DNUs (*Decretos de Necesidad y Urgencia*, algo como as medidas provisórias brasileiras), deixar sem efeito importantes implicações da LSCA ao aumentar o máximo permitido para licenças e eliminá-lo quanto a TV a cabo, permitir a propriedade cruzada de empresas audiovisuais e de telecomunicações e estender o prazo de outorga. Isso levou a CIDH, em audiência em abril

²⁵⁰ Disponível em <http://www.observacom.org/clipping/sabbatella-se-reunio-con-farco-y-evaluaron-los-avances-de-las-radios-comunitarias/>. Acesso em 28 de maio de 2016.

de 2016, a recordar o governo argentino do “princípio de não regressão em matéria de direitos humanos”²⁵¹. Os riscos são ainda maiores após o governo anunciar, no mesmo mês, a criação de uma comissão para elaboração de uma nova lei de comunicação que regulará não só a radiodifusão, mas também as telecomunicações²⁵², indicando a conformação de um mercado único de comunicações. Como resposta, organizações sociais reunidas em torno da *Coalición por una Comunicación Democrática* já organizaram *Nuevos 21 puntos* considerados essenciais para que a nova lei não retroceda, mas avance com as conquistas da LSCA²⁵³.

4.2.9 Uruguai

Assim como os vizinhos Brasil e Argentina, a rádio comunitária no Uruguai tem na juventude uma de suas vertentes. De acordo com Bouissa et al (1998), a primeira dessas rádios teria surgido em 1987, a radioitinerante Luna, iniciativa de uma cooperante de jovens artistas do bairro de Malvín, de Montevideú, ela transmitia suas músicas e ideias desde uma caminhonete em movimento. Mas o boom das rádios comunitárias aconteceria nos anos 1990, principalmente desde os bairros da capital uruguaia: Uy uy uy, Brillante FM, Emisora de la Villa, El Anzuelo, Lejano Oeste, Intrusa... Muitas delas fechadas várias vezes por não terem outorga. Os serviços de radiodifusão uruguaios eram regulados por uma lei de 1977, da época da ditadura militar e conferia poderes arbitrários ao Poder Executivo. Ainda que tal lei estabelecesse de forma genérica a possibilidade de qualquer pessoa física ou jurídica ser concessionária de licenças de radiodifusão, as comunitárias existentes viviam num ambiente legal cinzento. O divisor de águas seria a *Ley de Radiodifusión Comunitaria* (nº 18.232), de 2007, que, além de regularizar esse setor em específico, introduziu “na legislação nacional uma série de princípios (transparência, concursos, prazos, entre outros) para a concessão e administração do espectro radioelétrico” (LANZA e GOLDARACENA, 2009, p. 229).

Uma de suas condições de surgimento foi a chegada, em 2005, do primeiro governo de esquerda na história do país. Por suas qualidades, a *Ley de Radiodifusión Comunitaria* foi tida como um exemplo a ser seguido pelos demais países da região, na opinião da Relatoria

²⁵¹ Disponível em www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2016/049.asp. Acesso em 28 de maio de 2016.

²⁵² Disponível em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-299934-2016-05-22.html>. Acesso em 28 de maio de 2016.

²⁵³ Disponível em <http://www.coalicion.org.ar/21-puntos-por-el-derecho-a-la-comunicacion/>. Acesso em 28 de maio de 2016.

para a Liberdade de Expressão e organizações como AMARC, Artigo 19 e RSF²⁵⁴. Logo em seu primeiro artigo já aparece o direito de acesso democrático: “o espectro radioelétrico é um patrimônio comum da humanidade sujeito à administração dos Estados e, portanto, o acesso equitativo às frequências de toda a sociedade uruguaia constitui um princípio geral de sua administração” e, em seguida, aparece como objetivo primeiro da regulação a promoção da pluralidade e diversidade. A partir disso, fica destinado para rádios comunitárias ao menos um terço do espectro em cada banda (AM, FM, TV, ambiente analógico e digital) e em cada localidade do país. A concessão é prevista tanto para associações civis com pessoa jurídica ou grupos de pessoas organizadas, ambos sem fins de lucro, e pode acontecer para frequências regulares (prazo de 10 anos) ou para regime de uso compartilhado (prazo máximo de 1 ano). Além de resolução do Poder Executivo e do órgão regulador, as outorgas dependem da opinião do *Consejo Honorario Asesor de Radiodifusión Comunitaria* (CHARC), composto por representantes de diferentes esferas, incluindo ministros, entidades privadas, universidades e associações de rádios comunitárias. Também estão previstas audiências públicas para a concessão e renovação das outorgas. Os critérios de seleção levam em conta o acréscimo de diversidade e o projeto comunicacional em detrimento de variáveis econômicas e técnicas. Não há limites prévios de potência e cobertura geográfica, dependendo da sua finalidade social, proposta comunicacional e da disponibilidade de frequências. Na prática, a maioria das outorgas tem ficado em torno de 30 watts, por enquanto atendendo as necessidades das solicitantes. É permitido o acesso a uma diversidade de possibilidades de financiamento, incluindo publicidade, com a condição de que os recursos sejam investidos integralmente na emissora. Ainda que celebrada, a aplicação da lei continua com problemas, com um demorado procedimento de licença e orçamento precário para a CHARC. De todo modo, em 2014 foi concretizado um plano técnico de reservas para as rádios comunitárias em todo o país e anunciadas medidas de fundos de fomento e realização de capacitações²⁵⁵.

Uma conquista transversal da lei de radiodifusão comunitária foi sua influência no setor em geral. A aprovação, em 2014, da lei de *Servicios de Comunicación Audiovisual* (SCA), colocou o Uruguai no topo sul-americano da Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa 2016 dos RSF²⁵⁶. Ainda em 2011 foi criado um Comitê Técnico Consultivo,

²⁵⁴ Disponível em <http://www.apu.org.uy/noticias/relatoria-especial-de-la-oea-celebra-los-avances-legales-en-uruguay-para-garantizar-la-libertad-de-expresion/>. Acesso em 28 de maio de 2016.

²⁵⁵ Disponível em <http://ladiaria.com.uy/articulo/2014/7/corre-la-voz/>. Acesso em 30 de maio de 2016.

²⁵⁶ Disponível em http://www.uypress.net/uc_68233_1.html. Acesso em 28 de maio de 2016.

contando com 20 especialistas relacionados aos diferentes setores interessados (empresários, organizações sociais, academia, Estado), gerando um relatório base para a lei, registrando inclusive consensos e dissensos. De teor parecido com a LSCA do país-irmão, a lei uruguaia: estabelece princípios não discriminatórios de acesso ao espectro radioelétrico; dedica um capítulo para normas que previnem a concentração da propriedade dos meios; reconhece três setores na comunicação (comercial, público e social-comunitário); cria o Defensor das Audiências, e; define o Conselho de Comunicação Audiovisual como órgão independente regulador do cumprimento da SCA. Assim como ocorreu na lei argentina, houve diversos ataques dos meios empresariais à SCA, principalmente pela filial uruguaia da espanhola Telefónica, meios nacionais, partido opositor e DirecTV. Por conta disso, até agora a lei não foi regulamentada nem implementada, à espera do resultado das muitas judicializações. Em abril de 2016, a Suprema Corte de Justiça declarou constitucional diversos artigos da lei, como: a regulação de horários, máximo de 15 minutos de publicidade por hora de programação, limitação de publicidade infantil, emissão gratuita de “eventos de interesse geral” (como jogos da seleção uruguaia de futebol) e 60% de conteúdo mínimo para produção nacional. Além do mais referendou a proibição de propriedade cruzada e a criação do Conselho, por ser descentralizado do Poder Executivo, com 4 dos 5 membros eleitos pelo Legislativo²⁵⁷.

4.3 PARORAMA POLÍTICO-ESTATAL NACIONAL: BRASIL

O rádio no Brasil nasce com princípios comunitários: o que moveu Edgar Roquette-Pinto, naqueles 20 de abril de 1923, a fundar a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* era uma visão democratizante e transformadora do rádio, como “a escola dos que não têm escola, o jornal de quem não sabe ler, o mestre de quem não pode ir à escola” (ROQUETTE-PINTO apud FERRARETTO, 2008, p. 30). Como as demais experiências da época, a emissora era mantida pelos seus sócios, no caso, uma parcela ilustrada da elite carioca empolgada com o potencial progressista da nova tecnologia. O rádio brasileiro também nasce educativo: a emissora – que depois viria a se tornar a *Rádio MEC* – estava diretamente ligada à Academia Brasileira de Letras e tinha como base da programação palestras, cursos e aulas. Em toda sua história, sempre foi sem fins de lucro e nunca perdeu esse caráter educativo e cultural: essas foram as condições expressas por seu fundador na carta em que a doou ao Ministério da

²⁵⁷ Disponível em <http://www.observacom.org/clipping/suprema-corte-respalda-la-ley-de-medios/>. Acesso em 28 de maio de 2016.

Educação e Cultura, temeroso de que ela servisse de propaganda política para Vargas. Quando na década de 1950 uma lei determinara que a Rádio MEC passasse ao Poder Legislativo, sua filha Beatriz Roquette-Pinto Bojunga usou a carta de doação para entrar com um mandato de segurança e mantê-la vinculada ao Ministério (PIMENTEL, 2010). Essa nossa primeira década do rádio seria marcada pelas radiosociedades ou radioclubes, todas mantidas coletivamente por radioapaixonados e radioutópicos.

O rádio brasileiro adquiriria preponderância comercial, já na década de 1930, com a permissão de publicidade, e também seria amplamente utilizado para propaganda política de Vargas (cf. ORTRIWANO, 1985), nas décadas seguintes: em ambos os casos, dirigindo-se ao mesmo público sonhado por Roquette-Pinto, a “massa analfabeta e inculta” sobre a qual o primeiro meio de comunicação verdadeiramente massivo do país teria um papel transformador. Isso não mudaria nem com aquelas consideradas germens da radiodifusão comunitária atual, as primeiras experiências de escolas radiofônicas organizadas pela Igreja Católica, ainda na década de 1950.

É só a partir das décadas de 1960/70 que podemos afirmar que aquela “massa” deixa de ser alvo de uma “transformação *pelo* rádio” para vir a protagonizar *sua própria* transformação tendo o rádio como organizador de desejos, ideias e ideais. Data dessa época o início do barateamento progressivo de equipamentos eletrônicos, o que deu maior liberdade para indivíduos e comunidades constituírem meios próprios. Ora, mas veremos que, mesmo antes, na década de 1960, já havia um processo de apropriação popular de equipamentos, objetivos e expertise de escolas radiofônicas; também mais tarde, nos anos 1980, iniciativas experimentais ou estéticas de rádio jovem serão organizadas por grupos politizados (cf. 3.2.2). De fato, mais que acessibilidade tecnológica, o fator infraestrutural decisivo foi o “próprio desenvolvimento do capitalismo que, ao instalar-se com inovadas formas de acumulação, acirrou os conflitos e as contradições entre os interesses de classe” e impulsionou tanto a comunicação de massa, quanto a alternativa e a popular no Brasil (FESTA, 1987, p. 10). Em um dos textos seminais para nossos estudos em Comunicação Comunitária, Regina Festa distingue comunicação alternativa de popular: enquanto a primeira se desenvolveria no “nível médio da sociedade civil”, a segunda seria o “fenômeno da comunicação no nível das bases sociais” (id.). Mesmo antes do Golpe de 1964, a maior complexificação e estruturação desses movimentos, em âmbitos rural e urbano, já resultava em formas variadas de meios populares, ainda que os radiofônicos em menor escala (também por limitações de custo). O período ditatorial (1964-1985), ao mesmo tempo em que

procurou conter (ou tardar) a irrupção desses meios, foi o terreno de luta sobre o qual se enraizou e se fortaleceu a sociedade civil que depois ocuparia e/ou constituiria tais meios. Com a abertura democrática constelavam-se todos os elementos para a decorrente explosão de meios comunitários em meados dos 1980: cuja positividade e poder de multiplicação nem a repressão policial, nem campanhas difamatórias conseguiram barrar... exceto a força normativa de uma lei.

4.3.1 Legislativo

Como vimos (3.2.4), a Lei 9.612/98 é consequência da incidência (com distintas concepções) de diversos atores: rádios libertárias, de comunidades de base, punks, de associações comunitárias, das igrejas católica e evangélicas etc. e seus aliados, como partidos políticos, ONGs, cooperação e associações internacionais, acadêmicos. Porém, o que melhor explica o resultado da lei de radiodifusão comunitária mais restritiva da América do Sul é mesmo a incidência da ABERT junto a um governo neoliberal e a um Congresso diretamente interessado no tema: para se ter uma ideia, 70% dos parlamentares membros da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, responsável pela aprovação do projeto de lei, eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão (COSTA e HERMANN JUNIOR, 2002). Dessa forma, menos que *viabilizar*, a legislação serviu para *restringir* o crescimento e as potencialidades das rádios comunitárias no Brasil. Isso ficou demonstrado em nossa pesquisa quantitativa: ao analisarmos os resultados da pergunta 4 (cf. Anexo F) notamos claramente que o boom de criação de rádios se dá com as discussões e aprovação da lei 9.612 (2ª metade da década de 1990 e 1ª metade da década de 2000), para daí decair progressivamente: ou seja, antes de fomentar e incentivar, as muitas limitações impostas pela lei inibiram a criação de emissoras. Abaixo, elencamos as principais restrições, com eventuais relances comparativos à situação legal das comunitárias em países da América do Sul e exemplos/dados da nossa pesquisa quantitativa e qualitativa:

- *conceito restrito de comunidade*: exclui comunidades de interesse, étnicas, linguísticas etc. territorialmente dispersas ao restringir geograficamente o serviço “ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila” (art. 1º). Isso é reforçado com a exigência de que “os dirigentes das fundações e sociedades civis” devam “manter residência na área da comunidade atendida” (art. 7º). Ismael Lopes, então secretário-geral da ABRAÇO, aponta

que, além de violar o direito à livre associação, isso “interfere nos Estatutos das entidades já constituídas e impede que entidades de maior representatividade popular possam executar o serviço” (CEMINA, 2000, p. 62). Para ele, o intuito foi “impedir, nas cidades médias, grandes e megas que (...) sindicatos, federações de associações de moradores” utilizassem o serviço (p. 66). Essa é uma constante na América do Sul: à exceção da Argentina, Equador e Uruguai, as leis dos demais países vinculam comunidade ao território. Reforçando o vínculo com o território, na promulgação do decreto nº 2.615/98, que regulamenta a lei brasileira, o Poder Executivo introduziu a limitação quanto à área de cobertura das transmissões a “um raio igual ou inferior a mil metros” (art. 6º), algo que havia sido rechaçado na votação do Legislativo;

- *acesso ao espectro*: reserva “um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada” (art. 5º), indo de encontro à observância constitucional do “princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (art. 223) e excluindo as comunitárias do acesso a TV, AM, OC etc. Como vimos, os países vizinhos Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador mudaram recentemente seus marcos legais para garantir um terço do espectro eletromagnético para as comunitárias, em todas as bandas de transmissão. O acesso à tecnologia AM e OC é importante, por exemplo, para comunidades de grande extensão (rurais, amazônicas, favelas etc.). Na pesquisa qualitativa, uma das consequências decorrentes da frequência única é ilustrada no caso da Heliópolis, cuja concessão inviabilizou a de uma comunidade vizinha, dada a proximidade física; já as rádios Cidade e Utopia reclamaram do sinal sobreposto pela comunitária próxima, tornando ambas inaudíveis. Além disso, a Anatel reserva tal frequência única nas pontas do dial (87,5 MHz ou 104,9 MHz), justamente o canal menos buscado quando o ouvinte zapeia o dial;

- *prazo de outorga*: com validade de dez anos, prorrogáveis (art. 6º), não há outorgas temporárias para, por exemplo, rádios emergentes, como identificamos nas legislações do Canadá, Austrália e Irlanda. Um aspecto positivo é que todas as legislações da América do Sul pressupõem concursos públicos com critérios determinados para a atribuição de licenças para rádios comunitárias (e não, por exemplo, por leilão, como acontece na maioria dos países da América Central). Como no Brasil, desde 2008 já temos rádios em processo de renovação: na pesquisa quantitativa, ela foi mencionada algumas vezes, reclamando da demora de sua liberação (“já estamos na espera há 2 anos e meio”; “estamos há 4 anos tentando renovação”);

- *potência e/ou alcance de transmissão*: logo em seu artigo primeiro, a lei estabelece “a potência limitada a um máximo de 25 watts”, excluindo comunidades territoriais brasileiras de grande extensão, como favelas metropolitanas ou comunidades indígenas amazônicas. Ainda que as legislações da Bolívia, Colômbia, Paraguai, Venezuela e Chile também estabeleçam limites prévios, nenhum é tão baixo como no Brasil. O Chile, que também estabelece o mesmo limite, em se tratando de fronteiras ou localidades “remotas, com população dispersa ou com alto índice de ruralidade” chega a permitir uma potência de até 40 watts. Em contrapartida, a legislação argentina é categórica ao apontar que, no caso da radiodifusão comunitária, “em nenhum caso se entenderá como um serviço de cobertura geográfica restrita” (art. 4). E a uruguaia ainda acrescenta que a área de cobertura “estará definida pela sua finalidade pública e social e dependerá da disponibilidade e planos de uso do espectro e da proposta comunicacional da emissora” (art. 4). Algo interessante a ser destacado é que, como vimos, a maioria das outorgas das comunitárias uruguaias tem ficado em torno de 30 watts, por satisfazer as necessidades das solicitantes. Ainda que não tenha sido alvo da pesquisa quantitativa, nas visitas às rádios não só ouvimos muitas reclamações sobre esse limite de potência (como a Esperança, que não consegue atingir todas as comunidades quilombolas por ela representadas e a Heliópolis, cuja cobertura não abrange toda a favela), como atestamos ser ele comumente extrapolado;

- *equipamentos*: “pré-sintonizados na frequência” designada, devem ser “homologados ou certificados pelo Poder Concedente” (art. 14º), impossibilitando usos experimentais ou livres;

- *proibição de redes*: exceto em casos extremos (art. 16º), como calamidade pública, sempre com autorização expressa do governo federal. A realização de cadeias de rádio é um recurso amplamente utilizado pelas comerciais. Averiguamos que quase três em cada quatro rádios da pesquisa quantitativa teriam interesse em fazer rede. Na explicitação dos motivos destacam-se o enriquecimento da programação, interação com outras emissoras e o fortalecimento do movimento de rádios comunitárias. Apesar da proibição legal, na pesquisa qualitativa identificamos o uso de tal artifício, seja por desobediência civil (como a Heliópolis que, com outras duas comunitárias, transmitiram em rede num evento cultural) ou via novas TICs, como satélite (caso das rádios da rede ComRadio, da qual a Esperança faz parte) e internet (como a Xibé, que, mais de uma vez, fez link com a Muda, do outro canto do Brasil);

- *desproteção contra interferência*: as comunitárias “operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer serviços de telecomunicações e

radiodifusão regularmente instaladas” (art. 22º). Porém, a legislação prevê punição no caso contrário, de comunitárias interferindo na transmissão de comerciais, denotando claramente a quem serviu tal legislação. A lei de países como Argentina e Uruguai tem tratamento igualitário para todos os serviços de radiodifusão;

- *sustentabilidade*: proíbe publicidade comercial, permitindo apenas “patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida” (art. 18º). Também o Chile proíbe publicidade comercial, permitindo somente “menção comercial”, no molde brasileiro, impedindo promoção de bens, produtos, preços, condições de pagamento, ofertas, vantagens e serviços. Todos os demais países da América do Sul permitem múltiplas formas de financiamento, inclusive publicidade comercial, todos estabelecendo limites máximos de propaganda por hora de programação, como acontece com os meios comerciais. Na Colômbia, por exemplo, esse limite varia de acordo com a população do município onde a rádio está estabelecida.

Tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa revelaram ser a sustentabilidade o calcanhar de Aquiles das rádios comunitárias brasileiras (ainda que muitas vezes mascarando problemas de gestão). Por conta das limitações legais de entrada de recursos, quase um terço das rádios pesquisadas sobrevive com menos de dois salários mínimos mensais (cf. perg. 23, Anexo I), um feito somente possível por uma base de trabalho que se mantém voluntária (63%), quando muito, com alguma ajuda de custo (22%) (cf. perg. 14, Anexo H). Contar com a maioria dos participantes trabalhando de forma voluntária reforça o vínculo com o projeto da rádio comunitária, mas também acarreta debilidades: a impossibilidade de remunerar o pessoal é apontada como a principal causa para a dificuldade em atrair novos participantes (cf. perg. 16, Anexo H). Inversa e relacionalmente, o voluntarismo gera alta rotatividade da equipe, impactando a qualidade dos produtos da rádio (falta de expertise), dificultando a consolidação de uma cultura organizacional e, em última instância, favorecendo o personalismo dos poucos que resistem. Há rádios que não remuneram pelo trabalho da rádio, mas por atividades exercidas na instituição-mãe, gerando dupla jornada de trabalho, como foi o caso da Heliópolis/Unas no passado e é o da Esperança/ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova, sobrecarregando seus participantes. O voluntarismo também ajuda a afastar as mulheres da rádio comunitária, já assoberbadas com duplas e triplas jornadas de trabalho: 3 em 4 rádios comunitárias tem mais homens que mulheres e a presença delas diminui de acordo com que se sobe na hierarquia de poder na rádio (cf. perg. 17, Anexo

H), o que reflete e reforça a desigualdade de gênero no conjunto da sociedade. As consequências dos problemas financeiros perpassam outras áreas. Na programação, por exemplo, a falta de recursos (financeiros, pessoal e logística) impede a produção própria e local de notícia, ainda que tal desejo seja expresso por muitos comunicadores e também cobrado pela própria comunidade: é o caso da Independência, em que tal fraqueza foi comentada por quase todos os entrevistados e é a maior preocupação em pesquisa realizada com os ouvintes.

De um lado restringidas pelas determinações legais e, de outro, salvaguardadas por sua relação com a comunidade, as fontes de recursos das rádios comunitárias se alicerçam em apoios culturais locais (82%) e contribuições voluntárias (47%) (cf. perg. 24, Anexo I). Mas não por desejo próprio: quando questionadas, a maioria das respondentes (69%) discorda da proibição de veiculação de publicidade comercial (cf. perg. 26, Anexo G). As justificativas dos diferentes matizes de respostas nos indicaram que as rádios entendem que os melhores modelos de sustentabilidade seriam publicidade governamental e comercial. Em nossas visitas às rádios comunitárias, verificamos ser comum o descumprimento da proibição de publicidade, sob a alegação de pressões por partes dos estabelecimentos comerciais, insatisfeitos com as limitações impostas pela lei: a Quixelô acredita que perderá todos os apoios quando enfim for inaugurada na cidade a rádio comercial de um deputado local.

Desde aprovada a lei foi alterada somente em dois pontos: o prazo de outorga foi ampliado de 3 para 10 anos (Lei nº 10.610/02); determina-se um prazo de 90 dias para o Poder Legislativo deliberar sobre a concessão de uma rádio comunitária, que, caso contrário, recebe uma licença provisória (Medida Provisória nº 2.143-33/01) (LUZ, 2011a, p. 60). Veremos mais abaixo que, apesar de aparentemente democrática, tal medida devolveu poder discricionário ao Executivo.

Frente aos problemas da lei e do processo de outorgas, uma das alternativas legais tentadas foi municipalizar as rádios comunitárias. Com redação de Paulo Fernando Silveira, juiz que concedeu cerca de 100 liminares ou salvo-condutos favoráveis às comunitárias (PERUZZO, 2010, p. 9), uma minuta de projeto de lei foi adaptada e submetida a voto em diversas câmaras de vereadores (LUZ, 2011a, p. 67)²⁵⁸. Num dos casos de maior repercussão, a Lei Municipal 14.013 “estabeleceu a competência do município de São Paulo

²⁵⁸ De acordo com Luz (2011, p. 67), teriam sido aprovadas leis nas seguintes localidades: São Paulo, Sertãozinho, Campina do Monte Alegre, Campinas, Santo André (SP); São Gonçalo (RJ); Goiânia (GO); João Pessoa (PB); Montes Claros, Uberaba e Belo Horizonte (a Câmara aprovou, mas a lei foi vetada pelo prefeito) (MG).

para decidir sobre rádios comunitárias” (GHEDINI, 2009, p. 69). Ela chegou a ser sancionada, em junho de 2005, mas não entrou em vigor por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela ABERT no Supremo Tribunal Federal que entendeu que a outorga de radiodifusão é atribuição exclusiva do Poder Federal.

Por ocasião do seminário “As rádios comunitárias na nova lei de comunicação brasileira”, realizado pela AMARC Brasil no Rio de Janeiro, em agosto de 2011, o então associado Dioclécio Luz preparou um estudo sobre todos os projetos de lei que tramitavam no Legislativo. Das 36 mapeadas, “a grande maioria das propostas tenta reduzir as muitas restrições contidas na legislação em vigor” (LUZ, 2011b, p. 23). Algo que começa cedo: já em março de 1998, o próprio Arnaldo Faria de Sá, que assinara o projeto que geraria a 9612, sugere flexibilizações a partir do PL 4186 (que agora tramita com 15 projetos apensados). Outros projetos visam dar fim à repressão e anistiar os condenados pelo uso não autorizado do espectro (caso do PL de autoria de quatro deputados do PT, apensado ao PL 4549/98, juntamente com outros 6 de mesmo teor). Já o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) quer com a PL 4540/04 punição mais rigorosa, de até 6 anos de detenção quando interferir “nos sistemas auxiliares de comunicação”. Outro grupo de PLs que chama à atenção começa no ano de aprovação da lei 9612: o deputado Aldir Cabral (PFL/RJ) através da PL 4225/98 propõe acabar com a proibição de qualquer proselitismo. Luz (2011b) atribui a tentativa à bancada evangélica, interessada em permitir pregação religiosa: além de Cabral, outros 5 deputados, todos de partidos de direita e centro, têm propostas de mesmo teor²⁵⁹. Mas a iniciativa independe do espectro político: no Senado, coube a senadora petista Benedita da Silva defendê-la, sem êxito. Um grupo de PLs pretende isentar as rádios comunitárias da cobrança das taxas pelo Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (ECAD)²⁶⁰: por exemplo, a pioneira Novos Rumos, em 2009, tinha uma dívida de 15 mil reais com o Escritório (GHEDINI, 2009, p. 19). Em 2012, a AMARC Brasil e a ONG Artigo19 Brasil entraram com uma ação jurídica tipo *amicus curiae*, para que se garanta a não cobrança de direitos autorais das rádios comunitárias. O argumento principal se refere a natureza dos veículos comunitários: “não havendo lucro não devem ser cobradas taxas a título de retribuição pelos direitos autorais pela transmissão de composições musicais em sua

²⁵⁹ São os seguintes: Bispo Rodrigues (PL/RJ), PL 5669/01; Luiz Moreira (PFL/BA), PL 6851/02; Wladimir Costa (PMDB-PA), PL 1665/03; Fernando de Fabinho (DEM-BA), PL 1550/03; Lincoln Portela (PL/MG), PL 7046/06.

²⁶⁰ São os seguintes: Dep. Fernando Ferro (PT/PE), PL 2105/03; Dep. Gonzaga Patriota (PSB/PE), PL 5831/05 e PL 5830/05; Dep. Jefferson Campos (PSB/SP), PL 4811/05; Dep. Luiz Moreira (PFL/BA), PL 5298/01; Dep. Socorro Gomes (PCdoB-PA), PL 6136/02.

programação”²⁶¹. Porém, também questiona a proporcionalidade entre o valor cobrado pelo ECAD e a precariedade financeira das rádios comunitárias brasileiras decorrente das limitações legais.

Por fim, há a tentativa de se criar um fundo público para as comunitárias. O mais recente é o PL 7354/14, da deputada Luciana Santos (PCdoB-PE)²⁶². Suas chances de aprovação são maiores, pois o Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente (FDMI), contemplaria não só rádios e TVs comunitárias, mas também educativas, ONGs, universidades, produtoras regionais independentes e comerciais de pequeno porte. Em nossa pesquisa quantitativa, daquele um quarto que respondeu concordar em parte que rádio comunitária esteja proibida de veicular publicidade comercial, a maior incidência de justificativas defende, em contrapartida, mudanças/melhoras na lei, muitas citando justamente a necessidade de criação de fundo público.

Da sua parte, a sociedade civil nunca cessou a mobilização. Em 2011, foram organizados (nos moldes da Argentina) os 20 pontos da “Plataforma para um novo Marco Regulatório das Comunicações no Brasil”, fruto de um seminário realizado, em maio, pelo FNDC. No que se refere ao nosso tema, defende

reconhecer efetivamente e fortalecer os meios comunitários, entendidos como rádios e TVs de finalidade sociocultural geridos pela própria comunidade, sem fins lucrativos, abrangendo *comunidades territoriais, etnolinguísticas, tradicionais, culturais ou de interesse* (...) [e] fim a restrições arbitrárias de sua cobertura, potência e número de estações por localidade, garantido o respeito a planos de outorgas e distribuição de frequências que *levem em conta as necessidades e possibilidades das emissoras de cada localidade*²⁶³. (grifos meus)

Tal perspectiva advém dos “Princípios para um marco regulatório democrático sobre rádio e TV comunitária”²⁶⁴ e refletem a atuação da AMARC²⁶⁵ no seminário.

A Plataforma foi a base para a formulação do “Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica (Lei da Mídia Democrática)”²⁶⁶, lançado com a campanha

²⁶¹ O documento de petição se encontra disponível em <http://artigo19.org/centro/casos/download/8/50bfe836d981f>. Acesso em 29 de junho de 2016.

²⁶² Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/23058-camara-analisa-a-criacao-de-um-fundo-para-financiar-midia-independente>. Acesso em 15 de junho de 2016.

²⁶³ Disponível em <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/20-pontos-para-democratizar-a-comunicacao-no-brasil/>. Acesso em 17 de junho de 2016.

²⁶⁴ Cf. Nota 15.

²⁶⁵ Algo que se contrasta com as reivindicações da ABRAÇO, normalmente focadas em melhorar a lei atual de radiodifusão comunitária sem, contudo, solicitar tratamento igualitário frente aos demais setores (comercial e estatal). Por exemplo, por ocasião do seu 7º Congresso, em janeiro de 2011, apresentou ao governo uma pauta de reivindicação que, entre outros pontos, solicitava o aumento dos atuais 25 para 250 watts de potência. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-01-22/governo-pode-rever-limites-de-potencia-e-altura-de-antenas-de-radios-comunitarias>. Acesso em 17 de junho de 2016.

²⁶⁶ Disponível em <http://www.paraexpressarliberdade.org.br/projeto-de-lei/>. Acesso em 17 de junho de 2016.

“Para Expressar a Liberdade”, em 27 de agosto de 2012, quando o CBT completou 50 anos. Para que o projeto seja apreciado pelo Congresso é necessário ter o apoio de 1% do eleitorado brasileiro, o que equivale a 1,5 milhão de assinaturas, ainda em fase de coleta. Naquele mesmo ano, a AMARC Brasil realizou um ciclo de seminários em cada uma das regiões do país intitulado “Uma nova lei para as rádios comunitárias”: mais de 100 rádios e 300 ativistas, acadêmicos e representantes do Ministério das Comunicações discutiram um novo status legal para a radiodifusão comunitária no contexto de uma nova lei geral de comunicação. Os resultados foram apresentados ao governo no último seminário do ciclo, realizado em novembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília²⁶⁷.

4.3.2 Executivo

Os dados mais recentes disponíveis (setembro de 2015) indicam a concessão de 4.724 outorgas de rádio comunitária para 3.935 municípios, contemplando 70% do total de cidades do país²⁶⁸. Não sem discrepâncias: enquanto Minas Gerais²⁶⁹ e São Paulo encabeçam a lista com, respectivamente, 758 e 598 concessões, os lanternas, Acre e Roraima contabilizam somente 5 e 6. Mas as discrepâncias não param por aí.

Lima e Lopes (2007) analisaram todas as 2.205 outorgas de rádio comunitária desde a promulgação da lei até maio de 2004. O título da pesquisa, “Coronelismo eletrônico de novo tipo”, faz referência a uma prática política histórica no Brasil, em que oligarcas locais se valem da esfera de influência para consolidar e ampliar seu poder político. Na República Velha, desigualdade social, concentração agrária e centralismo do poder eram os elementos para o “voto de cabresto”, em que coronéis, em troca do compromisso do controle do sufrágio, conseguiam vantagens junto à máquina estatal.

Já o coronelismo eletrônico faz referência a um novo momento desse sistema de organização local do poder em que o instrumento não será mais a posse da terra, mas concessões de rádio e TV: *gramscianamente*, o poder coercitivo cede espaço para a criação

²⁶⁷ Disponível em <http://www.fndc.org.br/clipping/amarc-brasil-quer-nova-lei-para-radios-comunitarias-852277/>. Acesso em 17 de junho de 2016.

²⁶⁸ Já a Anatel apresenta outros dados. A planilha da série histórica (1972-2015) de seu relatório mais recente indica a existência, em 2015, de 4.435 rádios comunitárias e, que em 2014, elas eram 4.650: ou seja, uma redução de 215 emissoras comunitárias, dando conta das que provavelmente não fizeram ou tiveram negado o pedido de renovação. Disso depreendemos que o MiniCom apresenta o número de outorgas emitidas.

²⁶⁹ O estado teve a “sorte” de ter filhos seus ministros das Comunicações: “Logo após a aprovação da Lei de Radiodifusão Comunitária, foram distribuídas inúmeras autorizações desse serviço para vários municípios de Minas Gerais, base eleitoral do então ministro Pimenta da Veiga. À época, a piara era que o nome do MiniCom havia mudado para MinasCom.” (GHEDINI, 2009, p. 63). Também a gestão do mineiro Hélio Costa (governo Lula, julho de 2005 a março de 2010) agraciaria o estado com muitas outorgas.

de consensos políticos: “ao controlar as concessões, o novo ‘coronel’ promove a si mesmo e aos seus aliados, hostiliza e cerceia a expressão dos adversários políticos e é fator importante na construção da opinião pública cujo apoio é disputado tanto no plano estadual como no federal” (LIMA e LOPES, 2007, p. 4). A presença sua ou de aliados no poder central garante o vício ao círculo. Na definição de Suzy dos Santos, trata-se de “um sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação” (2008, p. 224).

A intensificação do coronelismo eletrônico se dá com a chegada da TV e com a ditadura militar (1964-1985), sem dúvida, momento auge da apropriação privada do espectro radioelétrico, com fins de organização centralizadora de poderes oligárquicos regionais. Como a concessão de outorgas de rádio e TV era atribuição exclusiva do presidente da República, elas foram utilizadas para garantir a fidelidade de grupos políticos e econômicos ao regime. Agraciados com meios de produção simbólica, tais grupos ampliaram seu poder e pavimentaram o caminho para o atual cenário oligárquico de concentração dos meios de comunicação e de espúrias relações público-privado. Não por acaso foi quando se consolidou o poder das Organizações Globo, detentora do maior monopólio de comunicações do país: aliada de primeira (à última) hora do regime, ela cria seu império se valendo da legislação privatista, da regulação frouxa e da política estatal de incentivo às redes de comunicação com fins de “integração nacional”.

Apesar da Constituição de 1988 (art. 54) reforçar uma proibição que já aparecia no CBT, é sabido e denunciado que parlamentares controlam direta ou indiretamente concessões de radiodifusão. Já em 1980, uma matéria publicada no *Jornal do Brasil* listava nome e partido de 103 políticos de 16 estados nessa situação²⁷⁰. O poder decisório do Executivo seria mantido na Carta de 1988, mas com a inovação de condicionado ao Legislativo. Astutamente, Sarney (1985-1990) e seu Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, se valeram da regra ainda vigente para utilizar as concessões como moeda política: “Sarney, em 3 anos e meio – de 15/03/85 a 5/10/88 distribuiu 1.028 outorgas, sendo 25% delas no mês de setembro de 1988, que antecedeu a promulgação da constituição” (CASTRO, 2002, p. 112).

²⁷⁰ Aécio Neves, já em 1987, tinha “uma rede particular de emissoras de rádio”: as duas em São João del Rey (MG), ganhou uma terceira, em Betim (região metropolitana de Belo Horizonte), concedida por Sarney, conseguindo ser o deputado mais votado em Minas Gerais. O quarto mais votado, Hélio Costa (futuro Ministro das Comunicações da era Lula), fez muito uso da FM Sucesso, sua rádio em Barbacena (MOREIRA, 1998, p. 90)

De todo modo, a descentralização do poder de concessão de outorgas não impediu que elas continuassem sendo utilizadas para barganhar poder: na era FHC, até setembro de 1996, foram autorizadas 1.848 licenças de RTV (repetidoras de televisão), 268 para entidades ou empresas controladas por 87 políticos, todos favoráveis à emenda da reeleição. A lei de rádio comunitária acrescentaria mais uma moeda corrente na bolsa de valores política.

Uma mudança importante acontece na tradição do coronelismo quando a Constituição de 1988 confere status de ente federativo aos municípios, dando-lhes autonomia decisória, mas também dependência aos repasses da União. Desse modo, a presidência fica tão ou mais interessada nos municípios que os governadores: “é no contexto do município não mais isolado, mas fortalecido, e da política local revigorada que surge o que chamamos coronelismo eletrônico de novo tipo, vinculado especificamente às permissões e autorizações dirigidas às comunidades locais” (LIMA e LOPES, 2007, p. 4): no período analisado, os autores identificam que quase 70% de todas as outorgas são de rádios comunitárias. Além disso, aquela medida que outorgara “licença provisória” às rádios comunitárias cujo processo ultrapassasse 90 dias no Legislativo acabara restabelecendo o poder decisório no Executivo no caso desse setor.

Os resultados do estudo²⁷¹ apontam que “as rádios comunitárias, na sua maioria, são controladas, direta ou indiretamente, por políticos locais – vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a esses cargos, líderes partidários – vindo num distante segundo lugar o vínculo religioso, predominantemente da Igreja Católica” (LIMA e LOPES, 2007, p. 8): detectaram-se vínculos políticos em 50,2% dos casos e em 5,4%, algum vínculo religioso, notadamente com a religião católica (quase 70% daqueles 5,4%). Os autores acreditam que o resultado “certamente subestima a verdadeira prevalência de vínculos religiosos”, por conta de uma base de dados falha. Por exemplo, citam um estudo com foco em Santa Catarina que identificou 26,31% de rádios outorgadas com vínculo religioso, bem maior que os 15,4% por eles identificado naquele estado.

Quanto à fase de análise no MiniCom, constataram que mais de 80% dos arquivamentos foram por não cumprir exigências burocráticas impostas pela lei e quase 20% por motivos técnicos (em comparação, o arquivamento de processos de rádios comerciais por questões burocráticas é inferior a 10%). A excessiva burocracia acaba por favorecer o

²⁷¹ Vale mencionar que os pesquisadores relatam muitas dificuldades para obter os dados referentes ao processo de concessão para rádios comunitárias: na ausência de dados disponibilizados voluntariamente, as solicitações não tiveram qualquer resposta do poder público. Com isso, foi necessário criar uma metodologia alternativa que incluiu a leitura de centenas de documentos, muitos deles manuscritos, a fim de identificar a composição completa da diretoria das mais de duas mil rádios comunitárias.

coronelismo eletrônico de novo tipo: os processos apadrinhados por políticos têm 4,41 vezes mais chances de receberem a outorga que os demais²⁷². E o favorecimento ocorre na mais perfeita legalidade.

Para cumprir essas exigências, um padrinho político é essencial (...) As entidades que tentam sanar todos os problemas das associações e fundações comunitárias que não têm apoio de políticos não sabem como se dá o processo tão bem quanto os deputados, que contam com a assessoria de seus gabinetes que trabalham, muitas vezes, como despachantes desses processos, sanando documentação pendente e até apresentando essa documentação ao ministério. É uma luta desigual. (GASPAR, 2005)²⁷³

Depois do Ministério, é tarefa da Presidência da República (Casa Civil) enviar os processos para o Legislativo. Os resultados demonstram que não há uma fila organizada, havendo claro privilégio para algumas entidades e evidente retenção para outras. Com o advento da outorga de licença provisória, o Poder Executivo usa o mecanismo de acelerar ou atrasar o tempo de tramitação na Casa Civil como moeda de barganha política na radiodifusão comunitária. Num dado período do governo Lula:

para os 86 processos apadrinhados por políticos do Partido dos Trabalhadores, a média de tempo de tramitação na Presidência da República – Casa Civil/SRI foi de 280 dias. Já para os 184 processos apadrinhados pela base aliada, esse tempo foi de 326 dias. E para os 44 processos de interesse da oposição, o tempo médio de tramitação subiu para 374 dias (LIMA e LOPES, 2007, p. 40).

Na verdade, com ou sem ajuda parlamentar ou jurídica, a demora é regra: a pesquisa quantitativa (cf. Anexo C, perg. 1.1) apontou que 88% das respondentes válidas esperaram mais que três anos para conseguir a licença definitiva para funcionamento, enquanto somente 4% dos casos esse tempo foi inferior a um ano. Em 24% dos casos essa demora ultrapassou dez anos, como é o emblemático caso da Rádio Comunitária Coité FM, de Conceição do Coité (BA): o pedido de outorga foi feito em 1998 para o setor e até hoje, após 18 anos, a

²⁷² Um caso bem conhecido no movimento é o do senador Gilvan Borges (PMDB) que tem a seu serviço uma rede de rádios comunitárias no Amapá, inclusive denunciado por parlamentares e publicado pela Agência Senado. Cf.

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/10/30/joao-capiberibe-critica-uso-politico-de-rádios-comunitarias-no-amapa>. Acesso em 16 de junho de 2016.

²⁷³ A necessidade de “peixada” para a obtenção da outorga de radiodifusão comunitária parece ser amplamente conhecida. No dia 24 de maio de 2015, conselheiros da AMARC Brasil recebemos um email de alguém que se apresentava como El Jonhny Silva, morador de Unai (MG) para pedir informações sobre a criação de uma associação, a fim de pleitear uma outorga de rádio comunitária para a juventude da cidade. Afirmado saber da “dificuldade e da burocracia ainda hoje existente para concessão de rádio comunitária”, ele termina por demonstrar seu principal motivo para o contato: “de repente podem nos ajudar indicando nome de alguém bastante influente que tenha ajudado vocês a conseguir maior agilidade no concedimento (sic) da concessão da rádio, alguém que possa ser bem influente em Brasília, ou de fato no Ministério das Comunicações” (EL JONHNNY SILVA, 2015, mensagem pessoal).

licença da emissora ainda não foi liberada. Com isso, a Coité FM já foi fechada três vezes e o seu diretor, Píter Júnior, responde judicialmente por crime federal.

A manutenção da repressão e a demora na outra fazem parte das muitas frustrações do movimento de rádios comunitárias com a chegada ao poder de um partido de esquerda do qual fazia parte da base política. Num aceno positivo, logo no início de seu governo, em 2003, Lula cria um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes do MiniCom e da sociedade civil para analisar os 4.400²⁷⁴ processos represados, criar mecanismos de transparência e subsidiar eventuais mudanças legais. Ainda que tenha dado conta de milhares de processos, sem a alteração da capacidade operacional do Ministério nem do número de exigências burocráticas, o reencalhamento não tardou a se dar. A segunda iniciativa conformaria, em 2005, um Grupo Trabalho Interministerial, sem participação direta da sociedade civil (ainda que consultada, depois de críticas), com o objetivo de “propor medidas para disseminação das rádios comunitárias (...) agilizar os procedimentos de outorga e aperfeiçoar a fiscalização do sistema”²⁷⁵. De acordo com Lima e Lopes, depois de seis meses de trabalho, “as conclusões não eram exatamente uma novidade” quanto a uma política de radiodifusão comunitária excludente por conta de exigências burocráticas descabidas. De todo modo, o relatório nunca foi publicamente divulgado.

Apesar de a Lei 9612 prever medidas de fomento e apoio às emissoras (art. 20), inexistiram políticas públicas efetivas de promoção às rádios comunitárias. Do que era previsto, o MiniCom elaborou e publicou, em 2005, a cartilha técnica “Como instalar uma rádio comunitária: manual de orientação”, mas já indisponível. Quanto aos “cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço”, apesar de raros treinamentos específicos realizados pelo MiniCom, formações continuadas ficam a cargo de iniciativas da sociedade civil organizada, através de ONGs e associações. Não que não haja demanda: 84% das respondentes da pesquisa quantitativa (cf. perg. 19, Anexo H) afirmam necessitar de capacitação.

Ainda quanto ao fomento, diferentemente do que acontece na França, Argentina ou Colômbia, inexistente no Brasil um fundo público para as rádios comunitárias, apesar de reiteradas reivindicações do movimento e de parlamentares. Nem há uma porcentagem

²⁷⁴ Cf. Portaria nº 83, de 24 de março de 2003. Disponível em <http://www.mc.gov.br/portarias/21831-portaria-no-83-de-24-de-marco-de-2003>. Acesso em 16 de junho de 2016.

²⁷⁵ Disponível em <http://www.mc.gov.br/portarias/24698-portaria-n-76-de-10-de-fevereiro-de-2005>. Acesso em 16 de junho de 2016.

regular de financiamento público para fomentar a radiodifusão comunitária, aonde a publicidade governamental não chega²⁷⁶: dados divulgados pela Presidência, em 2012, mostram que dez veículos de comunicação concentravam 70% da verba distribuída (as organizações Globo ficaram com quase um terço da verba entre janeiro de 2011 e julho de 2012)²⁷⁷ a partir do critério único de audiência.

Ao final de dois mandatos de diálogos e acenos ao movimento pelo direito humano à comunicação, mas sem ações efetivas, o governo Lula convoca, em janeiro de 2009, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), uma pauta antiga do movimento. Ao longo daquele ano foram realizadas diversas conferências preparatórias (livres, municipais, regionais e estaduais) em todo o país, contando com mais de 30 mil participantes (a FENAJ estima 60 mil), num esforço de mobilização sem precedentes para a área. Enfim, em dezembro, pela primeira vez, sociedade civil, poder público e (parte do) empresariado²⁷⁸ sentavam juntos para discutir políticas de comunicação para o Brasil, um momento considerado histórico. À primeira vista, o resultado foi positivo até pelos mais pessimistas: em 4 dias, mais de 1.600 delegados aprovaram 672 propostas. As das rádios comunitárias haviam sido organizadas pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRACO), entre as quais: criação de um fundo público, melhoras na lei (como aumento de canais para, no mínimo, três), descriminalização e anistia para comunicadores processados por uso de radiodifusão sem licença. A Associação conseguiu, inclusive, que o governo assinasse uma “Carta de Intenções”²⁷⁹ se comprometendo com tais demandas (cf. PERUZZO, 2010, p. 13). Na verdade, boa parte das propostas aprovadas para o rádio comunitário (e demais áreas) já constava em projetos de lei ou mesmo estavam contempladas (ainda que não reguladas) pela Constituição de 1988. Como a grande maioria não viria a ser, de fato, concretizada, as propostas da Confecom tornaram-se uma abrangente listagem de sugestão de

²⁷⁶ Nesse sentido, uma importante conquista em nível estadual foi a sanção, em setembro de 2014, da Lei Nº 6892, de autoria do deputado estadual Carlos Minc (PT), que destina 1 % da verba publicitária oficial para rádios e TV’s comunitárias.

²⁷⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/65992-tv-lidera-recebimento-de-publicidade-federal.shtml>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²⁷⁸ Em agosto de 2009, a maioria das entidades empresariais (incluída aqui a ABERT, liderada pela Globo) que integrava a Comissão Organizadora Nacional da I Confecom abandonou a instância, justificando em nota à imprensa que a defesa de princípios constitucionais como “a livre iniciativa, a liberdade de expressão e o direito à informação e à legalidade” teria encontrado resistência junto a outros interlocutores no interior da Comissão. Disponível em <http://www.telesintese.com.br/confecom-a-integra-da-nota-dos-empresarios/>. Acesso em 18 de junho de 2016. O empresariado foi representado pela Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), encabeçada pela TV Bandeirantes e Rede TV.

²⁷⁹ Na avaliação Dioclécio Luz, a carta seria “um falso acordo com o governo, um ‘blefe’”. Por não ter timbre nem data, seria “uma promessa sem garantias com o fim de enganar o movimento e exibir um falso poder político da Abraço sobre o Executivo” (2011, p. 116).

políticas públicas e mudanças necessárias, cujo principal saldo acabou sendo a articulação de antigos e novos atores em torno do direito humano a comunicação.

No começo de 2010, o movimento estava unido em torno da reivindicação de uma nova lei geral de comunicação. Tal calor também respondia às ondas vindas da Argentina, que recentemente aprovara sua democrática *Ley de Medios*. Em julho, Lula assina decreto criando uma comissão interministerial para “elaborar estudos e apresentar propostas de revisão do marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão”. Dias depois, Venício Lima lembrava que o presente era o terceiro decreto de igual teor, cada qual revogando o anterior, todos do atual governo, sem que nenhuma reunião interministerial tivesse ocorrido: mais uma das “promessas pré-eleitorais ou oficiais que envolvem a formulação de políticas públicas” em que “a distância entre o que se anuncia e o que realmente se faz é imensurável”²⁸⁰. Batata. Um esboço de projeto teria sido articulado pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social Franklin Martins e deixado como herança para o primeiro governo de Dilma Rousseff, nunca tendo vindo a público.

No ano seguinte, a nomeação de Paulo Bernardo trazia esperanças ao movimento: ineditamente, o MiniCom não era entregue para a base aliada, mas ocupado pelo PT. Logo em fevereiro de 2011, proativamente se reúne com entidades do setor de radiodifusão comunitária, garantindo que o tema seria prioridade do novo governo. Os resultados, ainda que expressivos, foram limitados. Em junho, o Ministério abre consulta pública (SCE 003/11) sobre a norma vigente de radiodifusão comunitária, para a qual contribuíram AMARC Brasil²⁸¹, ABRAÇO e outras entidades. Desconsiderando *todas* as contribuições, em outubro, o MiniCom emite a portaria nº462 (Norma 01/11), em que estabelece novos critérios e procedimentos para autorização do funcionamento de rádios comunitárias. Até então, não havia definição de “apoio cultural” (art. 18, Lei 9612/98): a nova norma o define restringindo “que não podem ser propagados bens, produtos, preços, condições de pagamento, ofertas, vantagens e serviços” (art. 3.1). Além disso, aumenta a burocracia e impede que processados por transmissão sem autorização participem dos processos de licitação. Frente às críticas, a tentativa de remendo viria em julho de 2013: através da portaria nº 197, relativa ao prazo para pedidos de renovação de outorga, foi incluído que “o apoio cultural poderá ser realizado por entidades de direito privado e de direito público”,

²⁸⁰ Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/dezesseis-anos-tres-decretos-e-nada-muda/>. Acesso em 17 de junho de 2016.

²⁸¹ Disponível em <http://amarcbrazil.org/norma-das-radios-comunitarias-proposta-da-amarc-para-consulta-publica/>. Acesso em 17 de junho de 2016.

basicamente permitindo a publicidade oficial. Em seguida, a ABERT entraria com uma ação judicial, da qual sairia vencedora²⁸². As mudanças só vingariam na segunda gestão Dilma: em setembro de 2015, o MiniCom revogaria a anterior e publicaria uma nova norma (nº 4334/2015)²⁸³, com claros avanços. Mantém-se a proibição de publicidade, mas ao apoio cultural passa a permitir o anúncio de produtos e serviços, desde que não explicita preços e formas de pagamento²⁸⁴. Ainda que não elimine o limite de raio de um quilômetro de alcance, imposto às comunitárias pelo antigo decreto, permite sua flexibilização “a depender do ambiente de propagação”. Na nova norma, o ministério também explicita situações que comprovam vínculo político, religioso, comercial e familiar dos interessados. Uma das mudanças mais celebradas foi a desburocratização: de 33, reduziu-se para 7 o número de documentos a serem apresentados, caindo, inclusive, a exigência de plano técnico. Isso foi resultado do Grupo de Trabalho de Desburocratização dos Processos de Outorga e Pós-Outorga de Serviços de Radiodifusão, instituído em abril de 2015, contando com representantes de entidades ligadas ao setor de radiodifusão, além de Anatel, da Casa Civil, da Câmara e do Senado²⁸⁵. Além disso, com a nova norma, o MiniCom pode, a qualquer momento, abrir editais de seleção, além dos já previstos no Plano Nacional de Outorgas (PNO), no caso de comunidades tradicionais, como assentamentos rurais, áreas quilombolas e indígenas, consideradas prioritárias.

O PNO havia sido uma importante iniciativa de transparência, através dos quais, o MiniCom se compromete a apresentar “para a sociedade, de forma objetiva, todas as cidades que serão contempladas (...) divulgando-se um calendário com todos os avisos de habilitação subsequentes”²⁸⁶, antes emitidos sem critérios claros. Seu objetivo seria a universalização do serviço de radiodifusão comunitária, com pelo menos uma emissora em cada um município

²⁸² Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/clippingmenu/item/22319-justica-determina-que-radio-comunitaria-nao-pode-ter-publicidade-oficial>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²⁸³ Disponível em <http://www.mc.gov.br/documentos/espaco-radiodifusor/norma-2015-1.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2016.

²⁸⁴ E mesmo essa tímida melhora seria detectada pelos sensíveis sensores da ABERT. Dias depois de publicada a portaria, a entidade criticava a redação do artigo 106 por pretender “estabelecer novas fontes de receitas às rádios comunitárias, equiparando-as às emissoras comerciais” e informava que adotaria “medidas judiciais para resguardar os direitos de nossos associados e do setor de radiodifusão”. Disponível em <http://convergecom.com.br/teletime/21/09/2015/abert-entrara-na-justica-contra-a-portaria-das-radios-comunitarias/>. Acesso em 18 de junho de 2016.

²⁸⁵ Ainda que não tenhamos estudo que avalie o impacto na desburocratização dos processos, na ocasião, o então Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, estimara que o tempo médio para a autorização de uma nova rádio comunitária cairia de dois anos para apenas seis meses. Disponível em www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/institucionais/37033-mc-reduz-burocracia-para-ampliar-radios-comunitarias-e-educativas. Acesso em 4 de abril de 2016.

²⁸⁶ Disponível em <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/planos-nacionais-de-outorga>. Acesso em 17 de junho de 2016.

brasileiro. Durante um dos seminários realizados pela AMARC Brasil, em 2012, em Brasília, o então representante do MiniCom no evento, Octávio Pieranti, reconheceu que a legislação não respondia à realidade das rádios. Em sua fala, porém, ponderou que, nas últimas duas chamadas, cerca de 70% das localidades não haviam feito solicitações, o que, para ele, poderia ser “um indicativo que não haja interesse por outorgas [de rádios comunitárias]”. Foi quando ouviu de um dos radialistas comunitários presentes, Claudécir Zilio, da Rádio Metropolitana FM, de Juína (MT), a interpretação de que a baixa procura se deve às dificuldades impostas com a legislação: “hoje é mais fácil uma emissora se manter na ilegalidade”²⁸⁷.

4.3.3 Judiciário

Apesar da repressão crescente, até a chegada da lei havia uma tendência jurídica de sentenças favoráveis aos acusados de colocar no ar rádios de baixa potência sem autorização do Estado: a legalização inverteria esse crescente sem fazer o mesmo com a repressão, que, como veremos no próximo item, seria potencializada.

O início dessa curva ascendente seria o precedente jurídico com o caso da livre *Reversão*. A rádio surge, em 1989, da casa de cultura de mesmo nome, *point* de “poetas, escritores, artistas plásticos, músicos e bandas do bairro Vila Ré”, zona leste da capital paulistana. Leo Tomaz, seu idealizador e que viria a ser o primeiro presidente da Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo (e, em seguida, candidato a vereador), define o grupo como uma tribo “underground ou subterrânea, paulistana essencialmente urbana” (NUNES, 1995, p. 8). Em abril de 1991, a rádio é fechada com direito a pistola 765 na cabeça de Tomaz, tornado réu. Além do protagonismo no movimento, a importância da *Reversão* estaria na sentença emitida, em março de 1994, pelo juiz Casem Mazloum, não só absolvendo Tomaz, como permitindo a continuidade da rádio. Ressaltando “finalidade cultural, bem como a baixa potência da transmissão”, a sentença cita os artigos 5º (liberdade de expressão) e 215º (apoio do Estado às manifestações culturais) da Constituição Federal e critica o ambiente autoritário em que surge o decreto-lei 236/1967 (que criminaliza a radiodifusão sem licença) e suas sequelas, como o “monopólio dos meios de comunicação, utilizados frequentemente para induzir a sociedade a aderir aos interesses de seus proprietários”. Por fim, sentencia que “a utilização de aparelhos de telecomunicação, de

²⁸⁷ Disponível em <http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=9341>. Acesso em 12 de abril de 2013.

reduzida potência, destinados a atividades culturais e no contexto de tais fins (...) não constitui atividade que afronta as normas vigentes, notadamente sob o aspecto criminal” (in COELHO NETO, 2002, p. 201). A grande repercussão da sentença na imprensa chega aos ouvidos da ABERT, cujo vice-presidente, Oscar Luiz Piconez, condena publicamente: “um juiz que dá ganho de causa para um bandido é um despreparado”. Mas também repercute no movimento e judicialmente: “o número de rádios comunitárias, estimado em 500 naquele ano, caminha para a explosão, tendo como mote aquela sentença absolutória, divulgada pelo Jornal Letras Forenses, dirigido às comarcas de todo o Brasil” (id., p. 57-58). No final do mesmo ano, outra sentença paulistana absolve o coordenador da *Stereo Juventude*, dessa vez inclusive citando o Pacto de São José de Costa Rica, que, em seu artigo 19.3, proíbe a restrição à liberdade de expressão por frequências radioelétricas²⁸⁸. A onda jurídica positiva se espalha:

Desde o caso Reversão, entre os procuradores da Justiça Federal de São Paulo há um entendimento quase generalizado de que a radiodifusão livre não é crime. Na grande maioria dos processos, é solicitado o seu arquivamento, especialmente quando são emissões sem fins lucrativos, sem vínculos partidários ou religiosos, e com objetivos culturais. (NUNES, 1995, p. 135)

Em Minas Gerais, o juiz-autor do projeto de lei sobre municipalização das outorgas de rádios comunitárias, Paulo Fernando Silveira, a partir de 1996, passa a conceder liminares favoráveis na área: “o nosso Tribunal, da 1ª Região, decidiu, reiterada e pacificamente – e isso já não é mais matéria de discussão –, que as rádios de pequena potência não cometem o crime do art. 70” (apud ANDRIOTTI, 2004, p. 148).

Silveira se refere ao artigo do CBT, de 1962, que atribui “crime punível com a pena de detenção de um a dois anos, aumentada da metade se houver dano à terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta lei”. Além desse, a partir de 1997, mais um dispositivo legal seria criado para criminalizar a radiodifusão comunitária, porém ainda mais rigoroso. Como foi dito, para privatizar a telefonia, foi aprovada a Lei Geral de Telecomunicações – LGT (9.427/97) que revogou tudo o que não era radiodifusão no CBT. Em seu artigo 187, a LGT determina pena de “detenção de dois a quatro anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, e multa de R\$ 10.000 (dez mil reais)”. Dessa forma, na esfera criminal, duas leis determinam penas diferentes para a mesma atividade, cabendo ao juiz decidir qual usar. Em 2006, a partir de um pedido de informações

²⁸⁸ Cf. Nota 3

Tribunais Regionais Federais das cinco regiões do país identifica que a maioria (54%) decide pela ação criminal, em detrimento de ações cíveis e administrativas (Figura 1). O estudo conclui que, “dispondo o Estado de outros meios menos gravosos para coibir abusos no uso do espectro eletromagnético”, sua preferência por tal “medida desproporcional e desnecessária” evidencia a criminalização da radiodifusão comunitária (id, p. 17-18). Outro resultado da pesquisa que chama à atenção é que “a maior parte (86%) das decisões são por unanimidade”, que comprovaria o entendimento rígido e quase uníssono dos tribunais quando o assunto é rádio comunitária.

Essa visão majoritariamente criminalizadora dos tribunais leva ao entendimento automático da radiodifusão comunitária como “crime de perigo”, ou seja, “que para a consumação de tais crimes basta a comprovação de funcionamento irregular da rádio, sem prévia autorização do Poder Público, prescindindo da análise (...) se a potência do aparelho transmissor representa de fato alguma prejudicialidade ou risco”²⁹². Isso começa desde o parecer técnico da Anatel que deveria *comprovar* o perigo da atividade, mas normalmente não mais faz que reiterar a ilegalidade da rádio, sem de fato provar qualquer risco de interferência em outros serviços que usam o espectro radioelétrico. Foi o que comprovou Coelho Neto (2002, p. 79-85), inclusive apresentando cópia desses pareceres (que se copiam entre si). Vê-se aqui um pré-entendimento pejorativo que relaciona rádio comunitária com ilegalidade/crime e parece alimentar (e retroalimentar) tais julgamentos.

Apesar do demonstrado conservadorismo do Poder Judiciário, a ausência de risco tem sido o argumento mais usado para sentenças favoráveis às rádios de baixa potência, a partir do chamado *princípio da insignificância*. Tal princípio parte da concepção de materialidade do crime, “um resultado concreto lesivo e relevante para a sociedade como um todo. Condutas em que não há lesão, ou nem ao menos risco concreto de lesão, não devem ensejar a aplicação do Direito Penal” (ARTIGO 19, 2016, p. 24). Outro requisito para sua aplicação é a baixa reprovabilidade do comportamento, normalmente comprovada pelos serviços prestados e organicidade da rádio comunitária com o entorno. Nesse sentido, um importante precedente jurídico se deu quando, em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) aplicou o princípio da insignificância no Habeas Corpus 115.729, em cujo voto do ministro relator Ricardo Lewandowski, se lê:

considerando que o bem jurídico tutelado pela norma – a segurança dos meios de telecomunicações – permaneceu incólume, não tendo sofrido qualquer espécie de

pautas relacionadas à liberdade de expressão e informação. Cf. <http://artigo19.org/a-organizacao/>. Acesso em 20 de junho de 2016.

²⁹² Disponível em <http://artigo19.org/jurisprudencia/analisegeral/>. Acesso em 20 de junho de 2016.

lesão, ou ameaça de lesão, que mereça a intervenção do Direito Penal, não há como reconhecer a tipicidade material da conduta ante a incidência, na hipótese, do princípio da insignificância²⁹³

A ideia de “baixa reprovabilidade do comportamento” é, por vezes, aplicado em uma perspectiva mais macro: “além de não causar dano, o exercício de radiodifusão comunitária é amplamente aceito pela sociedade, ou seja, está dentro do considerado adequado, ou, pelo menos, tolerável, pela sociedade. Assim, não há como puni-la, em razão da inexistência de reprovação social” (ARTIGO 19, 2016, p. 45). Esse tema já aparece num livro recorrentemente recuperado pelos militantes de rádio comunitária dado conteúdo e autor: coube a não menos que um ex-delegado da Polícia Federal reunir uma série de argumentos jurídicos que comprovem que “Rádio comunitária não é crime” (COELHO NETO, 2002) a partir da questão: “pode a ordem jurídica punir uma conduta que a sociedade não reprova nem condena?” (p. 26).

A aplicação do direito penal ao uso não autorizado do espectro eletromagnético vai de encontro às recomendações de organismos internacionais de direitos humanos que orientam pela descriminalização de delitos relacionados à liberdade de expressão, por levar em conta seu forte poder de coibir e silenciar atores. Um PL (nº 4.573/2009) que objetivava alterar os artigos 183 da LGT e 70 do CBT tirando da alçada penal o uso não autorizado do serviço de radiodifusão, chegou a ir para o Congresso. Apesar de descriminalização, o projeto previa o endurecimento das punições administrativas para as outorgadas que desrespeitassem a proibição de veiculação de propaganda ou tivesse equipamentos fora das especificações. Com isso, recebeu críticas do movimento de rádios comunitárias e da ABERT²⁹⁴. Outra tentativa aconteceria em 2012, com um Projeto de Lei de Conversão (PLC nº 25/12), que passava a considerar crime somente a emissão não autorizada superior a 100 watts e reduzia a pena. Uma nota da ABERT comemoraria a votação em que o Congresso “enterrou de vez” a proposta, ressaltando sua própria atuação para tal e de que “PT e PC do B foram os únicos partidos favoráveis à manutenção da proposta”²⁹⁵.

²⁹³ Disponível em <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23051087/habeas-corpus-hc-115729-ba-stf/inteiro-teor-111267592>. Acesso em 20 de junho de 2016. Vale dizer que contribuiu para seu voto o fato “de que a rádio em questão era operada com o objetivo de evangelização”, demonstrando a “ausência de periculosidade social da conduta”.

²⁹⁴ Na época, o jornal O Estado de São Paulo lançara um editorial intitulado “Estímulo para as rádios piratas” (14/02/2009), em que criticava a descriminalização e a entendia como uma orquestração do governo Lula para “atender aos reclamos de sua base eleitoral”. Disponível em <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/estimulo-para-as-radios-piratas.323705>. Acesso em 25 de junho de 2016.

²⁹⁵ Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/18585-proposta-que-descriminalizava-operacao-de-radios-e-tvs-piratas-e-derrubada-na-camara>. Acesso em 25 de junho de 2016.

Com objetivo de afastar a incidência da legislação criminal e trazer para o âmbito civil ou administrativo, a Artigo 19 compilou, recentemente, um manual prático com uma série de argumentos a serem usados na defesa jurídica de acusados pelo uso não autorizado do espectro eletromagnético: “Defesa da liberdade de expressão das rádios comunitárias no Brasil: teses jurídicas aplicáveis” (ARTIGO 19, 2016), lançado em fevereiro de 2016²⁹⁶. Participamos da reunião de consulta sobre o conteúdo da publicação enquanto conselheiro da AMARC Brasil, juntamente com outros representantes da sociedade civil e juristas, em novembro de 2015, na sede da ONG, na cidade de São Paulo. Na análise que fizeram dos processos contra rádios comunitárias, os autores nos contam que, no geral, a jurisprudência é bastante desfavorável, o que os requereu muito garimpo para encontrar o que havia de progressista. Também falaram da grande quantidade de “Ctrl C + Ctrl V”, ou seja, sentenças de conteúdo idêntico, sem quaisquer considerações com possíveis especificidades de cada caso. Isso se reflete na recorrente insensibilidade do Judiciário às questões que levam determinadas rádios comunitárias a atuarem na ilegalidade, como a burocracia extrema e a demora na análise do processo de pedido de outorga. Uma das teses (“atipicidade ante a ausência de clandestinidade por omissão administrativa”, p. 34-36) versa justamente quanto à ausência de dolo (intenção) de atuar na ilegalidade. É o caso de muitas rádios comunitárias que, depois de feito o pedido junto ao Ministério das Comunicações, por conta da morosidade do processo decisório, decidem colocar a emissora no ar: daí que não se poderia falar em “clandestinidade” nesses casos. A reunião consultiva acontecera dias depois de nossa visita de campo à Rádio Muda (cf. Anexo C.10). Fiz então o questionamento não havia no documento tese totalmente aplicável às livres, em que há a intenção de clandestinidade, como desobediência civil. Por exemplo, a tese que fala sobre “exercício regular do direito à liberdade de expressão” (p. 43-48), recorre ao argumento do “importante papel de interesse público nas comunidades nas quais estão inseridas”, elencando prestação de serviços, comunicados de utilidade pública etc.. Foi quando ouvi dos juristas (ali presentes por sua atuação favorável às comunitárias) comentários de desaprovação quanto às livres, por ultrapassarem o limite da legalidade.

²⁹⁶ Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0BzqsUnD26HRoVDd1RmZxYk4tMjg/view>. Acesso em 20 de junho de 2016.

4.3.4 Aparato regulatório e repressor

“Navegar nas ondas da metrópole regida por Prometeu, bebendo o vinho de Dionísio. Bye bye, *DENTEL*. Agora os deuses somos nós” (MACHADO et al, 1986, p. 83). Um recorrente destinatário das rebuscadas provocações das livres dos 1980 era o DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações): criado em 1976, era o órgão responsável por fiscalizar a radiodifusão e, logo, reprimir seu uso não autorizado. Em meio a explosão das livres, uma das primeiras ações de Antônio Carlos Magalhães, novo Ministro das Comunicações, foi baixar portaria (nº 223/1985) determinando à DENTEL “intensa vigilância e absoluto rigor no combate a serviços de telecomunicações clandestinos, especialmente os de radiodifusão” (id., p. 178-179). Depois de anos de sucesso no fechamento de rádios sem outorga, quando o DENTEL é extinto pelo governo Collor (1990-1992), suas funções passam a ser exercidas por uma secretaria do MiniCom. Com menos recursos, a equipe foi reduzida drasticamente: por exemplo, na delegacia paulistana, o número cai de 136 funcionários para 17, dos quais só quatro na fiscalização (NUNES, 1995, p. 62). Com a chegada de um ministro (Sérgio Motta, governo FHC) aberto à legalização das comunitárias, a ABERT, em 1995, solicita formalmente ao governo federal aumento da repressão: “a acelerada proliferação das rádios clandestinas, fenômeno inquietador embora já corriqueiro, é mais um desafio ao poder regulamentador e de polícia do Estado”. Mais à frente, o documento, assinado pelo próprio presidente da entidade, declara sua preocupação com a possibilidade de a regulação não passar pelo crivo do seu astuto lobby no Congresso: “a ABERT tomou conhecimento, com grande inquietação, que o Ministério das Comunicações estaria propondo a organização do setor ilegal por meio de decreto” (SOUZA, 2004).

Porém, antes que a legalização ocorresse, era necessário reestruturar aquele “poder regulamentador e de polícia do Estado”, depois de anos enfraquecido enquanto secretaria do Minicom. Isso acontece com a aprovação da LGT, em 1997, que cria a primeira agência reguladora a atuar no país, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, a partir daí responsável por fiscalizar e regulamentar os serviços de telecomunicações no Brasil. A Agência foi criada como órgão autônomo, administrativa e financeiramente independente, não subordinado ao MiniCom ou a qualquer órgão do governo. Sua instância decisória máxima é um Conselho Diretor, composto por cinco especialistas escolhidos pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. Conta também com um Conselho Consultivo, com representantes do Executivo, Legislativo, das entidades prestadoras de serviços e da

sociedade civil. Há um esforço de transparência e publicidade: suas normas são submetidas previamente a consulta pública, há Ouvidoria, as sessões do Conselho diretor são abertas e os documentos relativos à atuação da agência são de acesso público e disponíveis online²⁹⁷.

A reestruturação do poder fiscalizatório se expressa no número de vistorias: em 1997 (ainda sob a alçada do MiniCom) foram realizadas 7,7 mil; já com a Anatel, em 1998, serão 15 mil, saltando para 75 mil, em 1999, e 192 mil, em 2000; em 2001, quando passou a contar com o monitoramento de radiofrequência, chega a quase 450 mil ações de fiscalização (ANATEL, 2001, p. 86). Foi naquele ano que começou a ser instalado o Sistema de Gestão e Monitoramento do Espectro, que permitiria vigilância remota das emissões radioelétricas, permitindo identificar o uso de radiofrequências e a localização exata da fonte emissora do sinal. Em 2010, foi finalizado o processo de instalação do Sistema, que passou a contar com um centro nacional (em Brasília) e 27 centros regionais, 56 estações fixas de monitoração e 28 unidades móveis de monitoração (ANATEL, 2010). A esse arsenal de vigilância, em 2012 foram adquiridas 48 estações transportáveis de monitoração e, em 2014, o relatório anual da Agência celebrava o “legado” da Copa do Mundo quanto a uma nova estação no Rio de Janeiro e um centro de monitoramento “com vistas ao aperfeiçoamento das atividades da Agência, em especial no campo da fiscalização” (ANATEL, 2014, p. 60), depois de R\$ 140 milhões investidos em projetos relacionados aos grandes eventos internacionais.

O incremento desse poder fiscalizatório responde à demanda: de acordo com o relatório de 2015, a maioria (55%) das denúncias que chegam na Agência se referem ao uso não autorizado do espectro e de prestação de serviço clandestino (ANATEL, 2015, p. 53). Sobre a fonte dessas denúncias, ouvimos na pesquisa qualitativa rádios apontarem as rádios comerciais locais a principal fonte. Em 2005, num debate promovido no Congresso Nacional, Armando Coelho Neto, então presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, citou o caso de uma emissora comunitária de Campinas que fora fechada durante ação policial que utilizou um carro alugado pela ABERT. No mesmo debate, o representante da ABRAÇO, defendeu a abertura de uma comissão parlamento de inquérito

²⁹⁷ Foi através do acervo documental da entidade – online, simples e de fácil acesso – que encontramos uma série de documentos referentes às ações de fiscalização da Anatel. Nosso foco foram os relatórios anuais (disponíveis de 1999 a 2015, exceto 2002, ressalvando que os de 1999, 2000 e 2001 são sumários) e da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização – SRF (disponíveis de 2002 a 2010). Há diferenças (em alguns casos, significativas) entre os relatórios quanto ao que é disponibilizado e detalhado, o que dificultou nossa sistematização. Em resposta a uma solicitação nossa (nr. 2022588.2016) dos relatórios da SRF referentes a 1998 a 2001 e 2011 e 2015, recebemos uma resposta genérica informando que “todos os relatórios anuais da Anatel estão disponíveis na página” tal, os quais já havíamos verificado e nos fora insuficiente. Com isso, em alguns casos analisaremos uma ou outra série histórica. No geral, nos estranha o fato de que justamente os dados referentes aos anos do governo FHC estejam indisponíveis.

(CPI) para investigar a influência da ABERT na repressão às emissoras comunitárias²⁹⁸. A CPI não veio, mas a parceria com a Anatel continuou: desde 2014, a ABERT tem intensificado “o trabalho de denúncias contra rádios piratas junto à área de fiscalização da Anatel. Hoje, por força deste trabalho conjunto, começam a surgir os primeiros resultados”, nas palavras do diretor de Assuntos Legais da entidade, Cristiano Lobato Flores. Em seu site, a ABERT afirma estar “à disposição do radiodifusor para receber, formular e encaminhar à Anatel e ao Ministério das Comunicações as denúncias de ilegalidades no setor”, acrescentando que “que a radiodifusão ilegal não se restringe apenas à rádio pirata. Rádios comunitárias e educativas que veiculam anúncios comerciais também se encontram em situação irregular e podem ser denunciadas aos órgãos reguladores”; mais abaixo, oferece um link com “mais detalhes sobre como denunciar uma emissora ilegal”²⁹⁹. Tal apreço da ABERT pela legalidade talvez se explique pelo fato de que a maior fatia (81%) dos recursos das rádios comerciais brasileiras vem de anunciantes locais³⁰⁰, também possíveis apoiadores das comunitárias. Na pesquisa qualitativa, ouvimos rádios apontarem que as denúncias de fechamento e fiscalização partem de rádios comerciais locais (Independência e Xibé).

O cerco da Anatel às rádios comunitárias (com e sem outorga) fica expresso na desigualdade de rigor entre as modalidades de serviço. As infrações definidas na Lei 9612 que podem levar à aplicação de multas e outras sanções são mais numerosas e exigentes do que para as comerciais e sua fiscalização é muito mais rígida. De acordo com um balanço realizado em 2012, dentre 741 sanções a emissoras de rádio e TV, a maioria (377 ou 50,8%) teve como alvo as comunitárias (MARINONI, 2013). Comprovando não ser exceção, em 2014, dados divulgados pelo MiniCom e Anatel sobre aplicação de multas e advertências a emissoras de rádio e televisão demonstraram a seguinte divisão: 41 comunitárias, 22 rádios comerciais e 15 emissoras de TV³⁰¹. Esse rigor foi demonstrado no resultado da pesquisa quantitativa (cf. perg. 1.3, Anexo C): 7 em cada 10 respondentes válidas foram visitadas, multadas ou notificadas pela Anatel depois da outorga. Quando nos aprofundamos nos motivos da visita, multa ou notificação (cf. perg. 1.3.1, Anexo D), verificamos que o mais recorrente é inadequação técnica (antena, frequência etc.) (51%), seguido pelo uso indevido

²⁹⁸ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/71372.html>. Acesso em 24 de junho de 2016.

²⁹⁹ Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/23911-denuncia-da-abert-fecha-radio-clandestina-em-sp>. Acesso em 2 de maio de 2016.

³⁰⁰ Disponível em <http://www.telesintese.com.br/sem-padrao-digital-definido-radios-usam-internet-para-sobreviver/>. Acesso em 24 de junho de 2016.

³⁰¹ Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/23308-minicom-e-anatel-divulgam-aplicacao-de-106-multas-e-advertencias-a-emissoras>. Acesso em 25 de junho de 2016.

de publicidade (28%) e questões burocráticas (20%). Em nossa observação participante no movimento de rádios comunitárias é comum a percepção de que a ação da Anatel é mais responsiva que positiva, ou seja, age para dar conta de denúncias e menos fiscalizando ativamente (mínimo obrigatório de notícias, diversidade regional da programação etc.). O cruzamento de tais informações/percepções com o resultado de que é mínima a ocorrência de fiscalização da programação (4%), parece demonstrar a falta de uma agenda positiva por parte da Agência, correndo o risco de que esteja sendo pautada pelos interesses de somente uma parcela dos radiodifusores e da sociedade.

Mas é na perseguição às não outorgadas que toda essa orquestração tem seu efeito mais paradigmático: uma em cada três (35%) das rádios que participaram da pesquisa quantitativa (cf. perg. 3, Anexo E) já foram fechadas pela Anatel³⁰². A partir da análise dos relatórios da Agência de 2002 a 2015, contabilizamos 13.247 fechamentos de emissoras de radiodifusão³⁰³, uma média de quase três rádios fechadas por dia. Do total, ao menos³⁰⁴, 5.149 tinham potência igual ou menor que 25 watts. No mesmo período foram expedidas 3.765 outorgas de rádios comunitárias, uma média de bem menos que uma por dia.

Tabela 3 - Fechamentos de emissoras sem outorga (2002-2015)

Ano	Total	≤ 25
2002	1105	166
2003	1217	395
2004	971	301
2005	1543	820
2006	1602	668
2007	1342	502
2008	1252	495
2009	881	385
2010	940	449
2011	692	283
2012	654	260
2013	426	177
2014	353	150
2015	269	98

³⁰² Dentre as que já foram fechadas (cf. perg. 3.1, Anexo E), a maioria das respondentes válidas (66%) foi fechada uma (48%) ou duas vezes (18%). Chama a atenção que 5 emissoras (15%) foram fechadas mais que 6 vezes, sendo que uma dela passou 13 vezes pelo fechamento. Dentre as analisadas na pesquisa qualitativa, 3 (Heliópolis, Independência e Muda) foram fechadas uma vez e a Utopia, duas vezes.

³⁰³ Os dados que encontrávamos em trabalhos acadêmicos e na sociedade civil referentes aos fechamentos de rádios comunitárias eram bastante discrepantes entre si. Isso provavelmente se deve ao fato da contabilização de todos os fechamentos realizados no ano pela Anatel, incluindo radiodifusão e telecomunicação. Ativemos-nos aos números referentes ao fechamento de emissoras de radiodifusão, onde se incluem as rádios comunitárias.

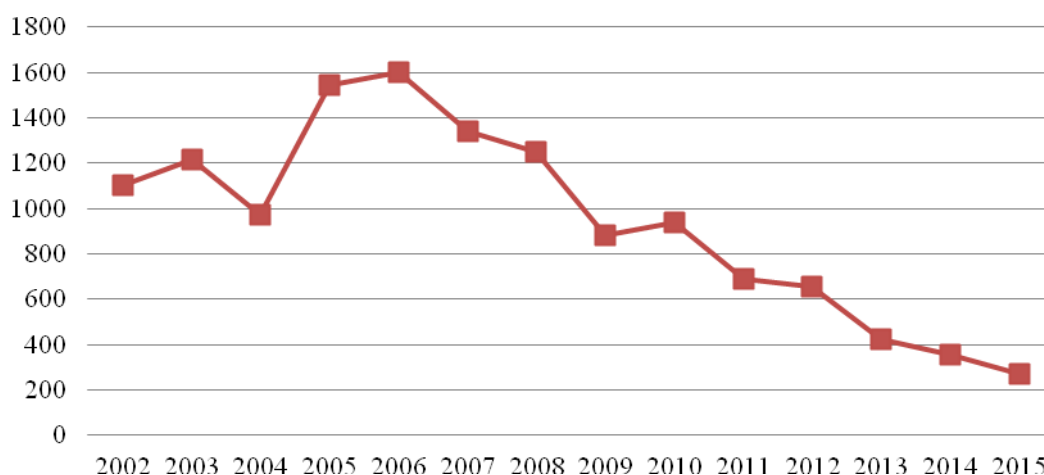
³⁰⁴ Os relatórios precisam nem sempre ser possível medir a potência das emissoras fechadas: essa quantidade se refere às confirmadamente de baixa potência.

Total 13247 5149

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos relatórios da Anatel (2002-2015)

Abaixo disponibilizamos o gráfico (1) que ilustra a evolução do número de fechamentos ao longo da série histórica avaliada, onde se nota uma progressiva diminuição a partir de 2006 (com leve incremento em 2010).

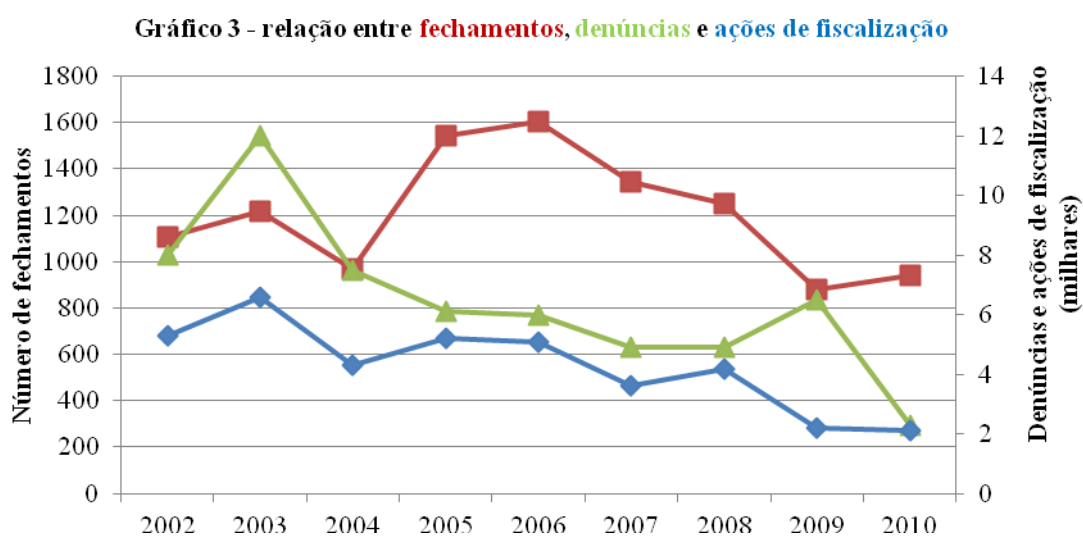
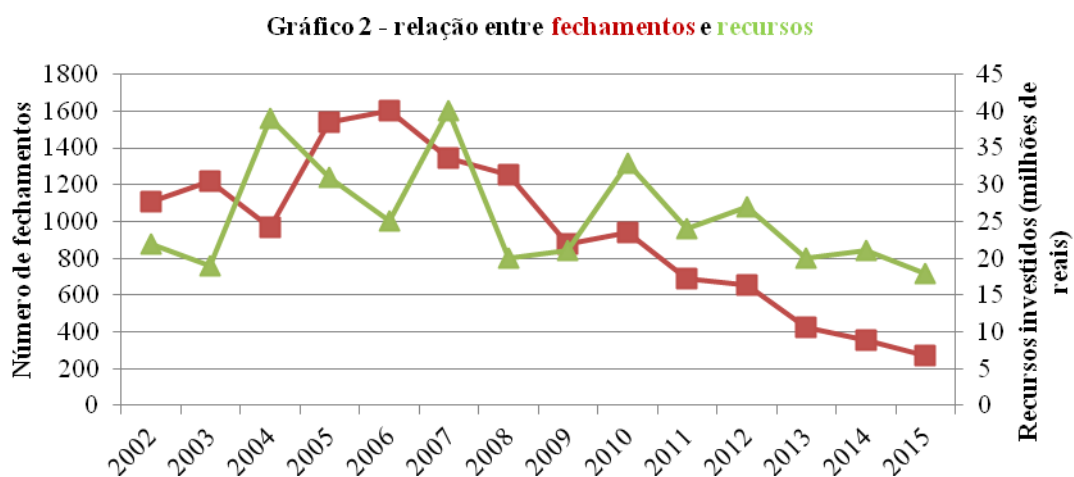
Gráfico 1 – fechamentos de emissoras sem outorga por ano (2002-2015)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos relatórios da Anatel (2002-2015)

Interessados nos motivos internos que poderiam explicar essa evolução, nos debruçamos sobre três elementos de possível influência: recursos empenhados para Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações (2002-2015); número de denúncias especificamente quanto a entidades não outorgadas (2002-2010), e; ações de fiscalização especificamente no combate às entidades não outorgadas (2002-2010)³⁰⁵ (cujos dados tabelados se encontram no Anexo K). Os comportamentos dessas variantes em relação ao número de fechamentos anuais geraram os gráficos 17 e 18, abaixo.

³⁰⁵ Quanto ao número de denúncias e ações de fiscalização especificamente quanto a entidades clandestinas, a série histórica avaliada contemplará os anos de 2002 a 2010, já que não há dados disponíveis antes e depois desse período. Os relatórios anuais de 2011 a 2015 apresentam apenas números gerais de denúncias e fiscalização.



Fonte: Gráficos elaborados pelo autor a partir dos relatórios da Anatel (2002-2015)

Como podemos notar, não parece haver uma relação direta e conforme entre o número de fechamentos e os recursos disponíveis num dado ano. Tampouco podemos falar de afinidade entre o ritmo de fechamentos e o de denúncias, contrariando nossas suspeitas. Por sua vez, as ações de fiscalização demonstram certa harmonia com o número de ações de fiscalização, algo esperável de um órgão técnico e autônomo. Com isso, somos levados a buscar *fora* possíveis motivos: ao compararmos os resultados obtidos na pesquisa quantitativa, notamos que é justamente a partir da segunda metade dos 2000 (cf. Anexo F, perg. 4) que se nota o decréscimo no ritmo de criação de rádios. Também devemos considerar a consequência *interna* da própria repressão: depois de dez anos de uma média

superior a duas emissoras fechadas por dia, o seu declínio pode representar o caráter inibidor que teve os fechamentos.

Ainda que “órgão técnico e autônomo”, a análise dos relatórios demonstra que os agentes da Anatel compartilham do senso comum orquestrado pela campanha permanente e sistemática (cf. 3.3.1) que conecta rádio comunitária à clandestinidade. Primeiramente, notamos a sobrevalorização do trabalho de fiscalização, algo que fica particularmente claro no detalhado Relatório Gerencial 2009 da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização (ANATEL, 2009) que, antes de apresentar os dados, explica que fiscalizar é tarefa “complexa” e “grandiosa, mas quase sempre exaustiva, que exige inspiração e muita transpiração” (p. 13), para então apresentar fotos de fiscais no interior do Amazonas e dos carros das Unidades Móveis de Radiomonitoragem “equipadas para aferições precisas”. Mais à frente, tratando rádio *clandestina* e *comunitária* como sinônimos³⁰⁶, aponta que tais operações são “normalmente cercadas de riscos e desafios, devido às áreas onde muitas delas estão localizadas, e à mobilidade que possuem” (ANATEL, 2009, p. 38). Em seguida, traz como exemplo para “demonstrar a complexidade de uma operação de fiscalização conjunta (Anatel e Polícia Militar) [aquela] realizada em 2009 numa comunidade localizada na zona oeste do Rio de Janeiro” (id., p. 39)³⁰⁷.

Dioclécio Luz (2011, p. 82-83) lembra o histórico de questionamento desse poder de polícia da Agência. Na criação da LGT, um de seus artigos permitiu que os agentes da ANATEL realizassem “busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência” (art. 19). Na época, isso foi contestado por alguns partidos políticos de esquerda, que entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF tendo como base o artigo 5º da Constituição Federal (“ninguém será privado da liberdade ou dos seus bens sem o devido processo legal”). Logo, em 1998, a ADIN foi deferida. Porém, em 2004, o Executivo encaminhou um PL que regulava as carreiras de funcionários de agências reguladoras e em um dos artigos lhes (re)assegurava “promover a interdição de estabelecimentos, instalações ou equipamentos (...) [e] a apreensão de bens ou produtos, e de requisitar, quando necessário,

³⁰⁶ Ao detalhar os perfis dos fechamentos, explica que “...881 (58,4%) eram utilizadas para operar serviço de radiodifusão comunitária e as demais (627) estavam associadas a outros serviços de telecomunicações” (ANATEL, 2009, p. 38).

³⁰⁷ Lembramos-nos particularmente desse episódio por ter estampado a capa do jornal O Globo e por termos publicado um texto questionando o tratamento jornalístico dado: utilização do termo “rádio pirata” indistintamente de comunitária, espaço de fala somente para o representante da ABERT e a inexplicável relação da operação de fechamento com o tráfico de drogas na região. Inicialmente publicado no Radiotube (www.radiotube.org.br), o texto “Jornalismo de mentira” está disponível no Observatório da Digitalização, Democracia e Diversidade, cf. <http://observatoriodd.blogspot.co.uk/2009/02/jornalismo-de-mentira.html>. Acesso em 24 de junho de 2016.

o auxílio de força policial federal, em caso de desacato ou embaraço ao exercício de suas funções” (Lei 10.871/2004). O mesmo partido que conjuntamente peticionara o questionamento do poder de polícia da Anatel, depois o proporia e o sancionaria em lei.

De todo modo, para a apreensão dos equipamentos é necessário um mandado judicial que o autorize. De acordo com muitos relatos da pesquisa qualitativa e com os resultados da nossa pesquisa quantitativa nem sempre isso acontece: a maioria (60%) das entrevistadas passou por fechamentos sem mandado de busca e apreensão e em somente um em cada cinco casos isso ocorreu em todos os fechamentos (cf. perg. 3.2, Anexo E). A maioria nunca revê seus equipamentos. Num ato cheio de simbolismos, em abril de 2009, o escritório regional paulista da Anatel destruiu 8 toneladas de equipamentos apreendidos de rádios sem outorga: 17 mil discos e CDs, 750 transmissores, 70 antenas e dezenas de computadores e aparelhos de som. O local escolhido foi o aeroporto de Congonhas, com direito a presença de policiais federais, militares, civis, agentes da Anatel e do prefeito de São Paulo, que “fez questão de subir no rolo-compressor e posar para os flashes da grande imprensa comercial, que prestigiou em massa o acontecimento”. Na ocasião, o gerente regional da Anatel, Everaldo Gomes Ferreira, destacara que “uma rádio clandestina é um caminhão na contramão” do espectro e que aparentam ter um “fascínio pela ilegalidade”³⁰⁸.

Outro ator do aparato estatal repressor à radiodifusão comunitária é a Polícia Federal. Quem melhor se debruçou sobre o tema foi o já citado ex-delegado Armando Coelho Neto (2002). Ele aponta que os inquéritos policiais instaurados sobre uso irregular do espectro eletromagnético têm tramitado ou na Delegacia de Ordem Política e Social dos estados ou nas delegacias de repressão a crimes fazendários: com isso, “está claro que o tratamento dado ao assunto pelo Poder Executivo é efetivamente de natureza política” (p. 96). Ainda que haja muitos relatos de abusos de poder cometidos pela Polícia Federal no fechamento de rádios comunitárias³⁰⁹, somente 8% das participantes da pesquisa quantitativa que passaram pelo fechamento (cf. perg. 3.4, Anexo E) consideraram a ação truculenta (com violência física e verbal) e 6% desrespeitosa (com agressão verbal): a metade (49%) considerou a ação respeitosa (como relataram os diretores da Heliópolis e Independência), e outros 26%, ainda que entendendo a ação como desrespeitosa (provavelmente pelo ato em si), não apontaram agressão física ou verbal (como foi o relato da Muda). Além disso, não é raro ouvir o

³⁰⁸ Disponível em <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=22660>. Acesso em 25 de junho de 2016.

³⁰⁹ Para uma sistematização deles, ver SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL. Querem calar a voz do povo! A violência contra as rádios comunitárias do Brasil. Brasília: Casa das musas, 2005.

contragosto de seus agentes no cumprimento de tal ato. Inclusive, em 2009, na época da discussão do PL que descriminalizaria a radiodifusão sem outorga, o então secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovay, reclama dos mais de mil inquéritos acumulados: “isso não faz nenhum sentido, a polícia tem que cuidar de crime organizado, ir atrás de corrupção, do tráfico de drogas, não pode ficar entrando em regiões de periferias da cidade atrás de uma rádio que está funcionando sem autorização”: haveria, então, um desvio de recursos da Polícia Federal para uma área que não estaria entre as principais preocupações da população³¹⁰. Ainda que, como se viu, não se possa dizer o mesmo de políticos, igrejas e empresários de rádio e televisão.

4.4 LIMITES POLÍTICO-ESTATAIS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

No balanço mundial realizado, em 2011 para a UNESCO, o ex-presidente da AMARC, Steve Buckley, sintetiza que os marcos “legal, regulatório e de políticas públicas continuam sendo o obstáculo mais persistente” (p. 11) para o desenvolvimento das rádios comunitárias. Nesse sentido, as mídias comunitárias, em geral, encontram maiores desafios para se estabelecerem em “condições onde a democracia e estado de direito é fraco ou onde os direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão, não são respeitados”. Do outro lado, lugares do mundo onde há “o aprofundamento da democracia e a adoção de uma abordagem de interesse público para o desenvolvimento de meios de comunicação livres, independentes e pluralistas” tendem a ser mais favoráveis às comunitárias (id.). Em diálogo com nosso panorama mundial, regional e nosso foco de estudo, o caso brasileiro, somos levados a concordar, mas levantar matizes para as relações sugeridas por Buckley.

Sem dúvida, em *ambientes não democráticos*, as rádios comunitárias tendem a inexistir ou serem poucas e fugazes, devido à repressão sistemática, calcada na ausência de reconhecimento legal. Esse é o caso de países como China, Laos ou mesmo Brasil, no período da ditadura militar (1964-1985). Nesses cenários, a difícil conformação das rádios comunitárias tende a ser amparada por organismos internacionais (UNESCO, cooperação internacional, Igreja etc.) enquanto sua existência, conteúdo e capacidade de mobilização política são controlados pelo Estado (normalmente restringindo à prestação de serviços, como campanha de saúde, higiene etc.). Porém, casos como das rádios mineiras bolivianas, das

³¹⁰ Disponível em <http://www.conjur.com.br/2009-fev-25/entidades-sao-projeto-lei-governo-radios-piratas>. Acesso em 25 de junho de 2016.

comunitárias paraguaias contra a ditadura de Stroessner ou mesmo do movimento de rádios populares pré-democratização no Mali indicam que, mesmo sem exuberância numérica, suas ações podem ter a força necessária inclusive para desempenhar um papel importante no restabelecimento democrático.

Já em *ambientes de democracia frágil (recente, em consolidação ou em risco)*, as rádios comunitárias encontram melhores condições para seu estabelecimento, mas, normalmente, carecem de um pleno reconhecimento legal e/ou veem ameaçada sua autonomia. A ausência ou insuficiência legal dão base para a deslegitimação social e para a perseguição estatal, dificultando mais esse espaço de fortalecimento da sociedade civil, como foi o caso das rádios comunitárias salvadorenhas pós-democratização (ausência legal e campanha difamatória) e a perseguição às emissoras indonésias pós-Soeharto (lei impeditiva empurrando para a ilegalidade). Já o ataque à autonomia normalmente acontece por um processo, via Estado, de descaracterização (externa) ou cooptação (interna). O caso angolano demonstra essa tentativa de verniz democrático ao chamar de “comunitárias” as novas rádios estatais locais, cujos conteúdo, pessoal e equipamento são, na verdade, fornecidos pela Rádio Nacional de Angola. O complexo caso venezuelano de apadrinhamento estatal das rádios comunitárias ilustra como um processo de cooptação pode ser horizontal e retroalimentador.

Quando em *ambientes de democracia consolidada*, é mais raro que as rádios comunitárias não sejam legalmente reconhecidas pelo Estado e a sua autonomia tende a ser amparada e garantida por uma sociedade civil robusta. Porém, a maturidade democrática não garante vitalidade do setor, fim da repressão ou ausência de retrocessos para as rádios comunitárias. É bem verdade que os melhores exemplos de cenários legais e de políticas públicas favoráveis às rádios comunitárias são encontrados em países de democracia robusta, como Austrália, Canadá, Irlanda, França, Holanda e Uruguai. Mas vimos um país como a Espanha impor um ambiente legal bastante restritivo para suas rádios comunitárias. Nesse sentido, é simbólico o caso dos Estados Unidos da América: bastião mundial da democracia e da liberdade de expressão, suas antigas rádios comunitárias amargaram décadas de políticas de comunicação privatistas e superconcentradoras: nascidas em 1949, foram varridas do dial em 1978, depois precariamente reconhecidas em 2000 e, somente em 2011, viram derrubadas as limitação de potência e o impedimento a operar em centros urbanos.

Além de não podermos fazer uma relação direta entre consolidação da democracia e ambiente favorável às rádios comunitárias, devemos relativizar o papel que o status legal desempenha na vitalidade desses atores. A partir de uma análise regional, Gustavo Gomez,

diretor do Observacom (Uruguai), em sua fala no *Seminário Internacional Comunicación Comunitaria para el Nuevo Siglo*, realizado em setembro de 2015, no Chile, aponta haver, nos últimos dez anos, um ambiente legal mais favorável para as rádios comunitárias latino-americanas. Porém, ele afirma que “a legislação é importante, mas não suficiente”, avaliando que o pleno desenvolvimento do setor depende de como se aplica a lei, quais os seus objetivos, as políticas públicas e como os meios comunitários delas se apropriam. E os exemplos regionais de leis consideradas positivas comprovam a ressalva de Gomez: a Colômbia, a referência latino-americana legal mais antiga (inclusive, modelo para o movimento brasileiro de meados de 1990, cf. 3.2.4) e exemplo atual de política pública efetiva para as comunitárias, demorou 11 anos para lançar editais de outorga para suas grandes cidades, e só o fez sob o peso de uma sentença da Corte Constitucional. Outro caso emblemático é a da internacionalmente elogiada lei argentina de meios: antes de ser erodida pelo primeiro governo de direita que viu pela frente, sua aplicação havia sido insuficiente, também no que concerne aos meios comunitários. E isso não aconteceu pela (já esperada) judicialização empreendida pelas comerciais: o “fogo amigo” veio das próprias autoridades argentinas que garantiram sua presença somente em cidades sem conflito de espectro por naturalizarem uma ideia de rádio comunitária “PPP – pequenas, poucas e pobres”, para usar um termo recorrente no movimento latino-americano.

Acrescentando outros elementos na observação de Gomez, anterior a questão da aplicação, é preciso admitir que muitas leis surgem para conter a força das rádios comunitárias: é o caso chileno, mexicano, indiano, peruano e, até pouco tempo, o estadunidense. Nesse sentido, a lei brasileira é paradigmática: conquistada a duras penas, dilapidada por forças opositoras e aceita como “lei mínima”³¹¹, o que se conseguiu foi o modelo de radiodifusão comunitária mais limitado da América do Sul e que permanece inalterado depois de quase duas décadas de luta da sociedade civil e vigilância atenta dos radiodifusores comerciais e seus aliados políticos. Apesar de dezenas propostas de alterações legais no parlamento brasileiro, inclusive majoritariamente favoráveis, nenhuma mudança significativa se deu e mesmo as melhorias mais tímidas por parte do Executivo foram barradas. O mesmo aconteceu em El Salvador quando os parlamentares consultaram primeiro

³¹¹ Esse foi o termo utilizado por José Sóter, que por anos foi coordenador executivo da ABRAÇO e que participou do processo de negociação no Congresso para a aprovação da Lei 9612: “aceitamos a negociação tendo-a como lei mínima, apenas para criar o serviço de radiodifusão comunitária e as comunidades pudessem sair da ilegalidade imposta pelo governo”. Disponível em <http://www.agenciaabraco.org/site/perseguiçao-a-criminalizacão-das-rádios-comunitarias-por-filiação-partidaria/>. Acesso em 18 de junho de 2016.

os radiodifusores comerciais acerca de uma proposta de lei de radiodifusão comunitária para, então, rechaçá-la. Ou na campanha mentirosa de 2000 da *National Association of Broadcasters* advogando no congresso americano que as *Low Power FMs* iriam levar ao “caos no ar”, por conta de interferências. O padrão se repete em muitos lugares do mundo: o modelo privatista e barganhista de gestão do espectro eletromagnético perpetuado por relações espúrias público-privado fazendo do Estado o escritório executivo das classes hegemônicas. Dessa forma, o que era “lei mínima” perdura mais que o esperado e, ainda que sistematicamente contestada, vai deixando seus estragos enquanto modelo socialmente aceito. Inclusive pelas próprias rádios comunitárias.

Isso se deve ao delicado processo normativo (formador, modelador, definidor) que decorre de qualquer lei: a tendência de o *legal* se amalgamar ao *legítimo* e, com o passar do tempo, *naturalizar-se* como modelo. É o que pudemos constatar em alguns momentos da nossa pesquisa quantitativa. Por exemplo, quando perguntadas se teriam o desejo de fazer *rede* com outras emissoras (cf. perg. 2, Anexo E), o principal motivo alegado pelas que responderam negativamente foi a própria proibição legal. Também a segunda maior incidência de respostas indicia o mesmo mecanismo circular normativo: a justificativa pelo desinteresse pela rede, um artifício tecnológico amplamente utilizado pelas comerciais, é o entendimento de que a principal característica da rádio comunitária é o regionalismo. Ora, a nosso ver, isso decorre de uma vinculação *comunidade & território* imposta pela lei 9.612.

Essa lógica circular do poder disciplinar estatal é também o que ajuda a empurrar as comunitárias para a solução legal, através de um abrangente e eficiente aparelho repressor. Isso ficou claro em nossa pesquisa: ainda que as críticas à lei apareçam diretamente em muitas respostas e seus impactos negativos sejam verificados nos resultados de muitas perguntas, quando há entendimentos positivos quanto à obtenção de uma outorga eles estão relacionados justamente ao fim da repressão (como afirmaram Régis e Gerô, da Heliópolis), algo identificado até mesmo nas células mais libertárias das comunitárias (Sílvio Bastos, da livre Xibé, almeja a legalização por temer que a rádio seja fechada).

A repressão é basilar na indumentária estatal de gestão do espectro eletromagnético: não parece coincidência que a lei 9612/98, que estava em discussão no Congresso desde 1996, só vingaria *depois* de aprovada a LGT (1997) e, conseqüentemente, de a Anatel ser criada. Como vimos, a chegada da Agência significou a reestruturação do até então débil “poder regulamentador e de polícia do Estado” (como reclamara a ABERT) e o crescimento exponencial de fiscalizações e fechamentos. O sucesso da repressão se traduz em números:

mais de 13 mil emissoras fechadas em 13 anos, uma média de mais de mil fechamentos por ano ou quase três por dia. Desse total, mais que um terço (5.149 ou 38%) se refere a rádios com potência igual ou menor que 25 watts, ou seja, “comprovadamente comunitárias” dentro do exíguo parâmetro legal-técnico brasileiro e cuja potência considerada muito baixa³¹², é inócua para os demais serviços de telecomunicações. O que, inclusive, é atestado pela jurisprudência da mais alta instância do Poder Judiciário brasileiro ao evocar o *princípio de insignificância* devido a não comprovação de lesão. Como vimos, um terço das rádios participantes da pesquisa quantitativa (cf. perg. 3, Anexo E) já foi fechada pela Anatel. O outro lado desse dado – quase dois terços nunca foram fechadas – pode indicar que a repressão tem conseguido inibir a continuidade do funcionamento da emissora depois do ato repressivo.

O fechamento e o sequestro dos equipamentos, por si só, pode representar um duro baque no ânimo de uma comunidade em fazer uso de seu direito à comunicação. Tomemos casos como o da Independência FM, em que todos os equipamentos foram comprados a partir do trabalho da comunidade, com doações, sorteios e bingos. Uma de nossas entrevistadas, Rosa Gonçalves, conta que seu pai rifou uma de suas ovelhas e, “com um caderninho na mão”, foi andando pela comunidade arrecadando recursos para a criação da emissora (GONÇALVES, Rosa, 2015). Como se não bastasse, países como o Brasil, México, Chile e Guatemala, ainda lançam mão também de leis penais para inibir qualquer uso não previsto do espectro eletromagnético. A penalização da radiodifusão sem licença é um recurso veementemente desencorajado pelos padrões internacionais de direitos humanos, dado o seu forte poder inibidor: trata-se de uma medida desproporcional e, na prática, desnecessária, já que todos os países citados já possuem mecanismos alternativos e civis para controlar o uso das frequências radioelétricas. Conclui-se ser recurso pleonástico cujo objetivo final é criminalizar a radiodifusão popular como um todo, mantendo inalterado o cenário concentrador e privatista das telecomunicações.

A criminalização cola discursivamente bem com a condição social da maioria dos que faz uso desse meio de comunicação popular: minorias (Europa) ou periferias (América Latina). Ao tratar da ideia de *minoría*, Sodré (2005) destaca sua referência topológica, como o “conceito de um lugar onde se produz um fluxo de discursos e a es com o objetivo de

³¹² A Federal Communications Commission (FCC), a autoridade americana e referência para as demais agências no mundo, estabelece como “low power” (baixa potência) até 100 watts em FM (<https://www.fcc.gov/media/radio/low-power-radio-general-information>). Já a Canadian Radio-television and Telecommunications Commission (CRTC), a autoridade canadense, estabelece como “Low” (baixa) 50 watts e “Very Low” (muito baixa) 10 watts (https://en.wikipedia.org/wiki/Low-power_broadcasting).

transformar um determinado ordenamento fixado no nível de instituições e organizações” (p. 11). A partir da abordagem realizada por Milton Santos (2007), a *periferia* é o lugar onde o cidadão é duplamente penalizado: ao estigma resultante da segmentação de classe social se soma o modo territorial de distinção e desigualdade. A reivindicação por um terceiro setor na comunicação parte, então, de um *lugar* social cujo caráter de luta e privação corrobora para fazer parecer ser *concessão* (do rentável espectro radioelétrico) o que, na verdade, é a *efetivação* de um direito (humano e amplo à comunicação): o que há de reclamar aquele que, não tendo nada, é-lhe concedido um pouco? O resultado é quase sempre uma *lei remendo* (ou “lei mínima”), em seu modelo mais inócuo possível, já que, por conta da repressão, “ruim com ela, pior sem ela”. Por isso, *tendem* a ser mais favoráveis às rádios comunitárias as inovações legais que as reconhecem reformando o sistema como um todo, através de uma lei geral de comunicações, como é o caso da Argentina, Bolívia, Equador e Irlanda, em que se reestrutura a divisão do espectro eletromagnético sob os princípios de igualdade e pluralidade, com (caso dos três primeiros) ou sem reserva de espectro (caso irlandês). O grifo anterior é porque tudo depende da constelação de forças sociais do momento: enquanto a lei uruguaia de rádio comunitária (2007) é exemplar e antecede a aprovação da lei geral (2014), a reforma geral da lei de comunicação espanhola (2010) piorou a situação das suas comunitárias.

A condição social dos radiodifusores comunitários, se depender do marco legal brasileiro e suas (ausentes) políticas públicas, tende a se perpetuar. Como dissemos, as limitações de sustentabilidade estão na base de uma série de outras dificuldades que enfrentam as comunitárias brasileiras. Mas, ainda que elas apontem como melhores modelos a publicidade comercial e o apoio governamental (cf. 2.2.5), as experiências internacionais demonstram a insuficiência da primeira e os riscos da segunda.

Sem dúvida, a proibição de publicidade torna a vida das comunitárias ainda mais difícil. Isso foi constatado pela pesquisa mundial *Tuning into development: International comparative survey of community broadcasting regulation* (em tradução livre, “Sintonizando o desenvolvimento: estudo comparativo internacional de regulação em radiodifusão comunitária”): Mendel (2013), depois de analisar mais de 30 países³¹³, incluindo o Brasil, só identificou essa proibição também na Indonésia e Espanha. E, como constatado em nossa

³¹³ Os países analisados foram Argentina, Austrália, Bangladesh, Benin, Butão, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Etiópia, França, Hungria, Índia, Indonésia, Maldivas, Mali, Mongólia, Moçambique, Mianmar, Nepal, Nigéria, Filipinas, Sérvia, Ilhas Salomão, África do Sul, Espanha, Suécia, Tailândia, Uganda e Uruguai.

pesquisa sul-americana, a maioria dos países analisados por Mendel (2013) impõe algum limite à publicidade comercial (máximo por hora, porcentagem total de entradas etc.). Apesar da ausência de limites formais “em muitos países, especialmente aqueles com setores de radiodifusão mais desenvolvidos, as rádios comunitárias têm dificuldade em atrair publicidade, para a qual competem com outros meios” (p. 73). Num dos extremos regionais verificados por Mendel está a África, onde o financiamento é um desafio e depende em grande medida de apoios internacionais ou de governos nacionais; noutra está a Europa, com os esquemas mais robustos de sustentabilidade, como “fundos específicos, bem como apoio através de sistemas de financiamento para comunicação pública” (p. 69).

De todo modo, a sustentabilidade é sempre um desafio, para o qual não há fórmula única e sem riscos de comprometimento da autonomia. Em entrevista para o autor, o secretário geral da AMARC, Francesco Diasio (2015), defende a busca de um mix de soluções para garantir a independência, como é o caso da lei irlandesa, que *exige* diversidade de fontes: tal recomendação se estende para os financiadores internacionais, cujos destinos dos recursos flutuam a partir do que se define como prioritário numa dada conjuntura internacional. Diasio vê riscos no financiamento público, mesmo em caso exitosos e neutros como o da França: “é um sistema fantástico, mas imagina que um dia seja cortado esse fundo público? Você acaba com 70% das rádios comunitárias por três gerações porque ninguém está acostumado a levantar um euro que seja”. Esse é o risco da recém-aprovada lei venezuelana, que determinou ao Estado fornecer “materiais, equipamentos e subsídios” às rádios comunitárias, de forma a construir “sustentabilidade com o tempo”, mas sem definir o que entende por *sustentabilidade* e sem apresentar *prazo* para tal. Quanto à publicidade governamental, vimos países como Nicarágua e México o utilizarem para premiar ou castigar fidelidade ao governo em questão. Mas, sem ser injusto como o caso brasileiro, que exclui as comunitárias ao utilizar como critério único a audiência, a Colômbia é um exemplo de sucesso de publicidade governamental isonomicamente incentivando a radiodifusão comunitária.

Como se pode desconfiar, *nada* garante um ambiente político-estatal favorável e sem retrocessos para as rádios comunitárias. Na verdade, em se tratando da sua relação com o Estado (sociedade política), as rádios comunitárias vivem em crise permanente. Isso tende não só a continuar, mas a se agravar no novo cenário de disputa pelos meios de produção comunicacionais: se antes os Estados representavam os interesses das oligarquias nacionais, agora suas políticas de comunicação preparam o ambiente de negócios para corporações

transnacionais. Na disputa pelas plataformas de produção de comum, um lado busca privatizá-las e colonizá-las em favor do capital e o outro lado irrompe com soluções solidárias e autonomistas em favor do bem comum.

5 LIMITES TECNOLÓGICOS: INOVAÇÕES TÉCNICAS QUE IMPACTAM A POLÍTICA (E VICE-VERSA)

Um dos fatores que explicam a grande popularidade das rádios comunitárias é de origem tecnológica. A partir de um investimento relativamente baixo, da ajuda mesmo que de um iniciante nos estudos de eletrônica e de um manual facilmente obtido na internet³¹⁴, qualquer comunidade pode montar seu próprio transmissor radiofônico e fazer valer o direito humano à comunicação. A instalação e o manejo são relativamente simples. Os gastos com manutenção valem o custo-benefício da audiência em potencial. É que, do outro lado, na recepção, é igualmente fácil e barato obter um radinho de pilha. Além disso, a facilidade técnica auxilia a guinada das rádios comunitárias não somente em sua gênese. Com os fechamentos incessantes, essas emissoras só mantêm sua força, porque rapidamente conseguem mobilizar recursos para sua rápida reabertura.

Desde que as primeiras rádios comunitárias surgiram há mais de meio século, em nosso continente, o veículo rádio levou duros golpes tecnológicos: sua extinção vem sendo profetizada desde a chegada da TV. Mas, nem ela, nem as parabólicas, nem as TVs a cabo ou por satélite, nem mesmo a poderosa internet conseguiram derrubá-lo. Cada qual, porém, foi deixando sua marca no rádio e também na audiência. O resultado foi um meio de comunicação híbrido, adaptado e adaptável, ainda indeterminado porque em plena mutação. Essa sua flexibilidade é também o que o torna, ainda e desde sempre, um dos meios de comunicação mais populares para a luta política.

Na primeira parte desse capítulo vamos tratar dos novos caminhos tecnológicos do rádio comunitário. Veremos que sofisticções técnicas como a webrádio e o rádio digital apresentam possibilidades de expansão na proporção da gravidade dos seus riscos: por exemplo, o primeiro rompe de vez as barreiras geográficas, mas torna ainda mais localizável um ator político que historicamente tem sido perseguido por sua ação contra-hegemônica; no segundo, às rádios comunitárias podem ter franqueado mais espaço ou simplesmente serem varridas do espectro eletromagnético.

Aliás, é aí que se encontra o (velho) novo horizonte de disputa: e, mais uma vez, aquilo que as emancipa também pode vir a engoli-las: a migração das mídias híbridas (inclusive das rádios comunitárias) para os dispositivos móveis fez ressurgir o argumento da escassez e crescer a demanda por mais espaço no espectro eletromagnético para a telefonia

³¹⁴ O Centro de Mídia Independente oferece um manual prático e didático para quem se interessar. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/07/388402.shtml>. Acesso em 04/08/2016.

celular: ora, no “palácio” da comunicação, quem ocupa só um pequeno quarto de um de seus andares pode facilmente ser despejado por quem tem dinheiro para comprar a edificação toda. Na segunda parte desse capítulo vamos tratar dessas novas demandas tecnopolíticas: num tempo do mundo em que o capitalismo financeiro molda as ações do Estado para libertar seus fluxos em favor da dominação total, fluida e sem centro localizável, os movimentos sociais se valem da mesma arquitetura em rede para inaugurar nos territórios novas práticas de solidariedade em favor de bens comuns.

E aí também encontramos as rádios comunitárias em seus limites e paradoxos: o momento de irromper todas as plataformas midiáticas e barreiras geográficas é o mesmo em que as novas tecnologias são usadas para fortalecer os laços com os territórios; quando podem (e, por vezes, necessitam) mesclar multiplataformas para seguir em sua luta, algumas rádios comunitárias optam pela simplicidade e “pobreza” de recursos. Ao longo do último capítulo de nossa pesquisa veremos que, se os caminhos tecnológicos divergem, o motor da ação política das rádios comunitárias continua convergindo para a justiça social, para a democracia e para a paixão contagiante de fazer comunicação.

5.1 NOVOS CAMINHOS TECNOLÓGICOS

As descobertas de Guglielmo Marconi, Nikola Tesla e do brasileiro Padre Landell de Moura quanto à utilização de ondas eletromagnéticas para a comunicação à distância, no final do século XIX, e, depois, o uso do rádio como veículo de comunicação de massa, no começo do século XX, foram imediatamente acompanhadas por utopias comunicacionais: a aposta era que o novo veículo seria uma poderosa ferramenta de transformação social e potencialização da democracia. Bertold Brecht, em *Teoria do Rádio* (1927), já falava da possibilidade de o rádio ser “o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública (...) se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele”. Tais utopias não tardaram a se materializar: em 1925, aparecem as primeiras iniciativas de gestão popular no rádio: na Áustria, surge uma emissora sindical; os Países Baixos organizam a União das Rádios Operárias; em Chicago, a Federação do Trabalho tem uma estação de rádio (MACHADO et al, 1987).

A criação da internet, no começo da década de 1960, e sua posterior popularização, a partir de meados da década de 1990, iniciaram uma gradativa, irreversível e englobante transformação em todos os meios de comunicação de massa existentes. A partir de então, a

linguagem (digital) da internet se imporia como plataforma, por excelência, *de e da* comunicação: os signos visuais (como os da TV), textuais (como os dos jornais impressos) e sonoros (como os radiofônicos) tenderiam a abandonar sinais analógicos particulares de gravação, armazenamento e transmissão em favor da praticidade, universalidade e flexibilidade dos bits. Entre um sem número de mudanças ainda em curso, conseqüentemente, as diversas mídias que, antes, andavam em separado, começam a mesclar seus formatos, lógicas e linguagens, dificultando qualquer diferenciação clássica entre os meios. Cada vez mais convergidas para o ambiente da rede como plataforma de comunicação, as denominações tradicionais de “TV”, “rádio”, “telefone”, “fotografia” etc. vão assumindo feições bem mais de referência cultural, já que cada qual tende a fagocitar a outra e nublar definições antes estáveis. Quanto a nosso tema, Kischinhevsky aposta que

o rádio convencional – mais cedo ou mais tarde – se transformará num objeto tecnológico destinado à exposição em museus ao lado do gramofone ou telex. “Rádio” será uma pálida referência a uma mídia que ainda permanece como importante parâmetro cultural para os indivíduos, quando querem se referir a uma programação de áudio, seja ela de natureza noticiosa ou musical. (...) Na melhor das hipóteses, seguindo a atual tendência de convergência de mídias, o rádio será apenas mais uma opção na tela de um telefone celular ou ao alcance de um clique no mouse do computador (2007, p. 124).

Com a digitalização e a irreversível tendência de hibridação e convergência midiática, aquele que é considerado o primeiro meio eletrônico de comunicação verdadeiramente massivo passa hoje por mais um processo de reinvenção.

É que, na verdade, o rádio, ao longo de seu mais de um século de existência, tem em seu DNA histórico a marca da adaptação, se reinventando de acordo com que novos meios e tecnologias surgem. Internamente, foi passando por uma série de inovações tecnológicas e sociais que trouxeram novas utilidades e possibilidades ao veículo, respondendo as demandas sociais de cada época: da válvula ao transistor, o que significou portabilidade na recepção e mobilidade na transmissão; da tecnologia das OC (ondas curtas) e AM (amplitude modulada) para a FM (frequência modulada), que trouxe melhora na qualidade sonora e possibilidades locais de negócio; o barateamento progressivo dos receptores, que significou universalidade e popularização de sua linguagem; entre outros. Externamente, a chegada da TV significou o que muitos chamam de “fim da era de ouro do rádio” (FERRARETTO, 2000; CALABRE, 2002), mas talvez fosse melhor abandonar tons nostálgicos e entender como o início de uma nova fase e de consolidação para a radiofonia. Com a transferência maciça de pessoal (técnico e artístico) e publicidade para a TV, o rádio foi adquirindo as feições que tem hoje, com programas mais econômicos na produção e de linguajar mais popular, voltado para o

jornalismo opinativo e de serviço, desde sempre marcado pela instantaneidade e imediatismo. Esses últimos, antes exclusivos do rádio, posteriormente foram adotados pela TV (com as tecnologias de transmissão ao vivo) e definitivamente pela internet, notadamente marcada pela supressão tempo-espacial na comunicação.

Para permanecer relevante e inovador, o rádio vai incorporando técnicas, adaptando sua linguagem e inaugurando possibilidades no diálogo com outras mídias. O resultado tem sido a ampliação de sua presença, tornando-se um veículo híbrido:

A radiodifusão sonora não é mais, apenas, singular, havendo que insistir em uma concepção plural (...) Escuta-se rádio em ondas médias, tropicais e curtas ou em frequência modulada, mas, desde a década passada, o veículo também se amalgama à TV por assinatura, seja por cabo ou DTH (direct to home); ao satélite, em uma modalidade paga exclusivamente dedicada ao áudio ou em outra, gratuita, pela captação, via antena parabólica, de sinais sem codificação de cadeias de emissoras em AM ou FM; e à internet, onde aparece com a rede mundial de computadores ora substituindo a função das antigas emissões em OC, ora oferecendo oportunidade para o surgimento das chamadas webrádios ou, até mesmo, servindo de suporte a alternativas sonoras assíncronas como o podcasting. (FERRARETTO, 2007, p. 547).

Além de ampliar o conceito do que entendemos por *rádio*, a citação acima tem o mérito de enumerar as mais importantes mudanças contemporâneas pelas quais têm passado o veículo rádio ao hibridizar-se com as demais mídias. Porém, uma ausência importante é a da própria hibridização do rádio com a *rede*: algo que era incipiente com transmissões em redes hertzianas e via satélite, vai se radicalizando com a chegada da internet. O que nos parece interessante é que, ao mesmo tempo em que esse processo *virtualiza* o rádio, também o *aterrissa* a uma determinada comunidade: é como se na sua infinita espiral evolutiva o rádio voltasse à sua vocação territorial, ao mesmo tempo em que a abandona. Isso é mais palpável quando analisamos soluções de radiofonia em multiplataformas, como o caso da gênese da rádio comunitária na Tunísia.

Nesse item iremos tratar de algumas das mudanças tecnológicas que afetam o veículo rádio, sem qualquer pretensão de sermos exaustivos: focaremos as que mais afetam nosso objeto de estudo, as rádios comunitárias, e traremos exemplos significativos para o setor. Veremos que aquelas “utopias comunicacionais” ganharam novo vigor com os novos caminhos tecnológicos... ainda que seu destino continue indeterminado.

5.1.1 Rádios em digital

Iniciaremos tratando de três adaptações (ampliações?) do veículo rádio decorrentes da digitalização de seus sinais sonoros e que já têm afetado, pelo menos há mais de uma década, diretamente nosso objeto de estudo: as *webrádios*, os *podcasts* e o *rádio digital*. Em cada um deles, pontuaremos usos, riscos, potencialidades e possíveis transformações que cada uma dessas tecnologias acarreta para as rádios comunitárias.

Webrádio

São muitos os nomes: webrádios, rádios virtuais, e-radio, rádio via internet, rádio online; porém, todos denominam o serviço de transmissão de áudio via internet com a tecnologia *streaming* gerando áudio em tempo real, havendo possibilidade de emitir programação ao vivo ou gravada. Assim como no rádio hertziano, aos ouvintes se apresenta uma programação continuada (sem a possibilidade de pausa ou replay), o que diferencia a webrádio do *podcasting* (que envolve *download* e não *streaming*). A transmissão é ao vivo, sincrônica, em caráter mundial, mas o sinal das emissoras é transmitido por quaisquer que sejam as formas de conexão à internet, o que a diferencia do rádio digital (cuja tecnologia de transmissão, como veremos, é a partir das ondas eletromagnéticas, como no rádio convencional, hertziano).

As primeiras webrádios datam do início da popularização da internet, em meados dos anos 90. De acordo com Prata (2008) “a rádio Klif, no Texas, Estados Unidos, foi a primeira emissora comercial a transmitir de forma contínua e ao vivo através da internet, a partir de setembro de 1995” (p. 62). Três anos depois, o Brasil teria sua primeira emissora brasileira com existência apenas na internet, a rádio Totem. Segundo a ABERT, os internautas dispunham, já em setembro de 1997, de 29 rádios virtuais nacionais (KISCHINHEVSKY, 2007, p. 78). Desde então o seu crescimento tem sido exponencial. O que atinge também as rádios hertzianas que buscam a abrangência da web: uma recente pesquisa realizada pela ABERT aponta que, em 2012, 84,1% das emissoras hertzianas brasileiras já transmitiam seus programas pela internet³¹⁵.

Num primeiro momento, apesar de tecnicamente simples, manter uma webrádio no ar era algo caro: é preciso pagar uma taxa mensal a um servidor de streaming dedicado, cujo valor depende da qualidade de transmissão e da quantidade de ouvintes simultâneos. Normalmente a emissora estabelece um teto máximo e, passado esse número, o ouvinte

³¹⁵ Disponível em <http://www.telesintese.com.br/sem-padroao-digital-definido-rádios-usam-internet-para-sobreviver/>. Acesso em 19 de março de 2014.

seguinte não consegue acessar a webrádio. Primeiramente, é preciso dizer que esse valor caiu expressivamente nos últimos anos, inclusive oferecendo gratuitamente o serviço (ao “custo” de propaganda patrocinadora). Em se tratando de nosso foco de análise, há projetos com o intuito de democratizar a comunicação que fornecem gratuitamente o serviço de servidor dedicado. É o caso do Projeto Dissonante (<http://www.dissonante.org>), uma iniciativa de estudantes e entusiastas do rádio.

Em nossa visita à Utopia FM (cf. Anexo C.8) conversamos com um de seus idealizadores, Leyberson Pedrosa. Ele conta que a história do projeto é antecedida pela da Ralacoco (Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária), criada na UnB para a cobertura e mobilização durante a greve das universidades federais, em 2001. Finda a paralisação, o equipamento passaria a ser utilizado por estudantes, nos moldes de rádio livre, com programação intermitente, gestão horizontal e participativa. Leyberson começa a participar da rádio em 2003, logo após sua entrada na universidade. A inspiração para o projeto viria da participação num encontro de rádios livres em Pernambuco, em que teve contato com o pessoal da Muda e do projeto radiolivre.org (cf. Anexo C.10 e 5.1.2), que então hospedava as transmissões da Ralacoco. De volta à Brasília, Leyberson uniu a ideia de “tecnologia apropriada pelas pessoas para fazer comunicação de direitos humanos”, com a proposta de comunicação libertária de outro militante e estudante, Pedro Arcanjo, para juntos criarem, em julho de 2007, o Dissonante, a fim de somar forças ao radiolivre.org e se tornar, na UnB, a “geradora do servidor de Rádio web com princípios de democratização da comunicação” (MATOS e PEDROSA, 2007, p. 9).

Desde o início, produziram “um kit de comunicação: uma cartilha, no estilo fanzine, já trazendo o conceito da anarquia, dos punks”, mais adesivo e um site. Hoje, o Dissonante é um projeto de extensão cadastrado na UnB, desde sempre com o apoio da disciplina de Comunicação Comunitária e tocado por um coletivo. Há também bolsistas e estagiários que avaliam os formulários de inscrição enviados, para evitar “fins religiosos ou quem queira ganhar dinheiro com isso”. O foco é facilitar que rádios comunitárias, organizações sociais, grupos de ativistas etc., ou seja, coletivos acedam ao serviço de webradiodifusão. Há, hoje, cerca de 700 rádios cadastradas, ainda que nem todas estejam no ar permanentemente. Leyberson explica que o Projeto criou outra ferramenta para também atender indivíduos. Isso se dá através da sua Rádio Coletiva (<http://radiocoletiva.org>), que se define como “uma comunidade cujo objetivo é compartilhar informações, expressões e interesses a partir da comunicação livre em uma emissora online construída coletivamente” (PEDROSA, 2015).

Quanto às suas características, a webrádio coloca em xeque alguns dos pressupostos clássicos do veículo rádio:

Trata-se de um meio essencialmente desterritorializado e não massivo: o rádio hertziano é fundamentalmente territorial, surge para atender uma localidade específica, seja local (p. ex. FM de baixa potência), regional (p. ex. AM de grande abrangência), nacional ou internacional (no caso das Ondas Curtas). Já o webrádio tem, potencialmente, audiência mundial e seu público tende a atender mais a uma comunidade de interesse que a uma comunidade geográfica;

Atende um público bastante segmentado: apesar de ser essa já ser uma tendência geral antiga do rádio hertziano, em se tratando das webrádios a segmentação se radicaliza e se pulveriza em uma infinidade de gêneros;

Ampliação da interatividade: mesmo que ainda hoje seja mais virtual (potencial) que real, as múltiplas ferramentas de interatividade (chat, email, enquete, comentários etc.) aproximam emissor-receptor e inauguram possibilidades de interação inéditas para o rádio hertziano³¹⁶;

Convergência midiática: o rádio hertziano sempre foi um veículo sinestésico por excelência. Mas as webrádios, na plataforma da rede, podem congregam diversos recursos multimídia. Muitas webrádios, por exemplo, instalam câmeras nos estúdios para oferecer imagens dos DJs em ação, oferecem serviços meteorológicos, disponibilizam vídeos de entrevistas exclusivas, etc.;

Permite a recepção a partir de qualquer parte do mundo: ligado a sua desterritorialidade, tal característica pode beneficiar diretamente populações migrantes ou demais comunidades de interesse fisicamente dispersas. Com o rádio hertziano isso era possível somente através do limitado serviço de Ondas Curtas, oferecido por radioamadores ou emissoras públicas/estatais;

Desregulamentação: diferentemente do uso legal do serviço de radiodifusão sonora, que requer uma concessão do Estado, qualquer pessoa pode ter uma rádio pela internet, sem

³¹⁶ Aqui cabe mencionar a experiência do programa Notícias da Manhã, da Rádio CBN/Diário AM de Florianópolis, que incorporou o chat ao processo de produção de conteúdo e abriu, assim, um novo canal de acesso do público à programação, transformando o ouvinte em real parceiro na condução do programa. Cf. *O chat da internet como ferramenta para o radiojornalismo participativo: uma experiência de interatividade com o uso da convergência na CBN-Diário AM de Florianópolis*, Ribeiro e Meditsch, 2003.

qualquer burocracia ou constrangimento legal. Há um eminente potencial democratizante na webrádio.

Esses dois últimos itens são elementos importantes para nosso foco de análise. A webrádio se apresenta como uma alternativa viável para uma série de atores sociais que se sentem excluídos do cenário midiático e que encontram dificuldades para acessar legalmente as outorgas de radiodifusão. Como vimos (cf. 4.3.1), diversas restrições na lei brasileira de radiodifusão comunitária impedem seu acesso por comunidades de interesse e geográficas de grande extensão.

Frente a esse ambiente hostil, a webrádio é uma saída. Com limites. Um exemplo é a Rádio Comunitária Santa Marta, na zona sul do Rio de Janeiro. Desde o seu início, em 2010, as transmissões eram pelo ar e pela internet. Acompanhamos todo o processo de criação da emissora, que envolveu indivíduos (principalmente lideranças culturais e políticas da favela Santa Marta) e organizações locais (majoritariamente ONGs). Com reuniões quinzenais e de estrutura participativa, a programação, os auspícios e o modo de funcionamento foram democraticamente definidos. Também coletivamente se decidiu colocar a rádio no ar, mesmo sem estar pronto o pedido de outorga junto ao MiniCom, que custou o fechamento e apreensão de seus equipamentos. Posteriormente, feito o pedido, os participantes da rádio decidiram continuar com a rádio somente na internet enquanto esperavam a outorga. Por um lado, de acordo com uma pesquisa, as transmissões online colaboraram para a aproximação de atores externos e para o desenvolvimento de novas redes de articulação, mobilização e ação com os atores locais da comunidade do Santa Marta (CUSTÓDIO, 2011). Por outro lado, após ficarem somente na webrádio, a participação da comunidade diminuiu significativamente: houve perda de interesse em manter os programas sob a justificativa de que o público-alvo (moradores do morro) não tem o hábito de ouvir webrádio.

Preocupações similares encontramos em análises internacionais. No texto *How 'New Technologies' impact Community Radio*, Lawrie Hallet (2011) relativiza os benefícios das novas tecnologias tanto para os comunicadores populares das rádios comunitárias quanto para suas comunidades alvo. No caso da webrádio, com a tendência generalizada de uso de internet por dispositivos móveis, o alto custo de acessar webrádio pelo celular, ainda inviabiliza sua universalização, principalmente nas áreas foco para as rádios comunitárias. Também a universalização é um ponto para o acesso a webrádio pelo computador, já que a conexão de internet banda larga requerida não é, de modo algum, universal: “principalmente em relação ao streaming de áudio, muitas das vantagens hipotéticas oferecidas ficam, de

algum modo, atualmente prejudicadas pelas limitações técnicas e de capacidade de infraestrutura de rede” (p. 45), por exemplo, em regiões periféricas.

Em entrevista ao autor, quando questionada sobre a entrada das comunitárias na web, a inglesa Janey Gordon, que há anos se dedica ao estudo dos meios comunitários, apresenta reservas: primeiramente, comparando com a radiodifusão tradicional, comenta do número máximo de ouvintes simultâneos (quanto maior o sucesso da webrádio, mais cara fica sua manutenção) e também dos gastos com copyright para veiculação de músicas, problemas relevantes para comunidades pobres; outra preocupação se refere a áreas de conflito social onde rádios comunitárias veiculam material que desagradem os poderes locais: “‘Internet/Online radio’ significa que não somente o número exato de ouvintes pode ser contabilizado em qualquer momento do dia, mas, caso solicitado, cada ouvinte pode, em teoria, ser localizado através do dispositivo em que acessa [a webrádio]”. Em se tratando de meios que histórica e mundialmente já se opuseram a poderes estabelecidos, esta parece ser uma preocupação politicamente relevante. Casos internacionais recentes demonstram que também as webrádios comunitárias estão sob o alvo da repressão estatal, principalmente em Estados de cenário político conturbado. É o caso da *Radio Horytna*, a primeira rádio online do Egito. No dia 4 de abril de 2015, a polícia egípcia prendeu Ahmed Samih, diretor da emissora e de um instituto de direitos humanos, além de levar documentos e os equipamentos da rádio. Sahmid só foi liberado após pagar fiança, mas respondendo por cinco acusações, inclusive pelo funcionamento de serviço de comunicações sem licença, ainda que no Egito não haja nenhum pré-requisito legal para operar uma rádio online. Vale dizer que o país ainda vive sob o monopólio estatal e não conta com qualquer lei de radiodifusão comunitária.

Podcasts

Num artigo recente, intitulado “O fim da TV como a conhecemos”, Ignacio Ramonet (2015) comenta mudanças que percebemos também no rádio: ao nos atentarmos principalmente para os hábitos dos mais jovens, notamos uma tendência para o consumo de programas gravados, em qualquer plataforma conectada à web (computador, tablet, smartphone), em detrimento da linearidade da audiência de programas de TV e rádio tradicionais. A fidelidade a um só canal abre espaço para a infinidade de canais: conhece-se o programa, mas não a grade de programação nem talvez o canal original.

No caso da rádio esse processo está se dando através do chamado podcast. Criado em 2004, também chamado de *audiocast* (Prado, 2008), o podcast é uma modalidade assíncronica (emissor e receptor não compartilham a simultaneidade da emissão e recepção) de radiodifusão sob demanda, cujo nome resulta da junção da expressão *public on demand + casting*. Tratam-se de programas radiofônicos, de diferentes gêneros (jornalísticos, artísticos, musicais, científicos etc.), normalmente gravados em formato *.mp3* para serem facilmente baixados da internet e escutados em tocadores de áudio digital, celulares ou mesmo no computador à escolha do receptor: a portabilidade é sua marca. Há muitos sites que congregam podcasts: o internauta se cadastra num endereço eletrônico, instala programas agregadores e de leitura de arquivos digitais de áudio, busca podcasters de sua preferência e, a partir daí, recebe automaticamente os programas em seu computador. Enquanto as webrádios devem ser acessadas em sites próprios, portais ou *apps* (aplicativos para dispositivos móveis), os podcasts precisam ser assinados uma única vez. A partir daí, o sistema *Really Simple Syndication* (RSS) garante atualizações automáticas. O uso é majoritariamente amador, mas mesmo rádios hertzianas aderiram e oferecem em seus sites programas específicos de suas grades em formato de podcast, como alternativa à programação normal online.

Quanto ao nosso tema, é interessante notar podcasts de temática ligada aos direitos humanos profusamente encontrados na rede: campanhas, denúncias, programas jornalísticos, esquetes sonoras. Eles podem ser encontrados a partir de buscadores que localizam os arquivos digitais hospedados diretamente nas páginas dos autores ou em sites que congregam podcasts, como Ivoox.com, soundcloud.com, podbr.com e o PodOmatic.com. Esse último tem hospedado os programas da webrádio Alma Londrina. Seu coordenador tecnológico, William Santini, considera que o ideal seria ter um sistema próprio, mas o podomatic diminui muito custo e tráfego de dados. Para o podcast ser encontrado no mar de informações da web devem ser vinculados a um texto que o descreva ou comente seu conteúdo, além de *tags* (palavras-chave). William acredita que “o pessoal ainda se concentra muito na produção do conteúdo e não na distribuição” (SANTINI, 2015), desperdiçando um grande potencial: como cada produtor tem liberdade no texto, a qualidade da descrição e tagueamento acaba sendo bem heterogênea. Há também depositórios gratuitos específicos para podcasts focados na temática dos direitos humanos, como é o caso do Radiotube (<http://radiotube.org.br>). Voltaremos a ele mais abaixo (cf. 5.1.2), pois se trata bem mais de uma rede virtual.

Na maioria das vezes, tratam-se de iniciativas individuais e pontuais de ativistas (ou seja, iniciativas não comunitárias, na acepção usual do termo), mas não são incomuns rádios comunitárias hertzianas e webrádios comunitárias que já disponibilizam parte da sua programação sob essa modalidade. Seguindo a proposta de Ferrareto quanto às novas formas do rádio, vemos aí interessantes tensionamentos sobre o entendimento clássico de *rádio comunitária*, ao mesmo tempo em que presenciamos seu dinamismo em acompanhar as inovações tecnológicas com inovações sociais.

Rádio digital

O também chamado rádio digital terrestre (para diferenciar da webrádio, que também tem o sinal sonoro digitalizado) faz uso do espectro eletromagnético (como o rádio hertziano) para, através de ondas eletromagnéticas, transmitir informação audiofônica (e outras) em sinais digitais (bits). Ou seja, o rádio digital transmite áudio codificado digitalmente através das ondas hertzianas: enquanto, no rádio analógico são emitidos sinais de áudio *análogos* aos das ondas do som, no rádio digital o som se converte em dígitos (zeros e uns), é comprimido e transmitido um esquema de modulação digital. Entre as possíveis vantagens dessa tecnologia em relação ao analógico, destacam-se: a) a possibilidade de melhoria da qualidade do som (rádio FM com qualidade de CD e rádio AM com qualidade de FM, o que pode significar a redenção para Amplitude Modulada, hoje em franca decadência no Brasil³¹⁷); a incorporação de serviços adicionais, como imagens e textos a partir de letreiros digitais nos receptores, com informações como notícias, previsão do tempo e publicidade, o que implica; possibilidades de novos modelos de negócios e maior participação no mercado publicitário; dependendo do modelo e do marco regulatório correspondente, há um uso mais eficiente do espectro, o que poderia favorecer a pluralidade de emissoras, ampliando a participação de rádios comunitárias, educativas, associativas, comerciais etc.; possibilidade de interatividade; menor consumo de energia elétrica; e; possibilidade de multiprogramação (ou multiplex, mais de uma estação transmitindo na mesma frequência do dial).

Mas o que parece um mar de vantagens esconde custos, disputas políticas, comerciais e industriais, além da difícil mudança no hábito do receptor. Para adequar-se a digitalização do rádio as emissoras têm de mudar seus equipamentos de transmissão. Da mesma forma,

³¹⁷ Prova disso é um decreto de novembro de 2013 que, desde então, autoriza todas as emissoras de rádio AM a migrarem para a faixa de FM. Além da gradativa perda de prestígio, justifica-se que a medida favorece as emissoras AM serem sintonizadas em dispositivos móveis, que só captam FM.

para escutar uma emissão de rádio digital é necessário ter um aparelho receptor de sinais digitais. Tanto na transmissão quanto na recepção, os custos dependerão muito do modelo que se adote em cada país e também o desenvolvimento da indústria local. Em 2005, o Brasil iniciou os primeiros testes com dois dos quatro modelos existentes: a escolha está entre o europeu DRM (*Digital Radio Mondiale*) e o americano HD Radio\IBOC (*Hybrid Digital Radio/In-Band-On-Channell*). Em 2010, a Portaria 209 criou o Sistema Brasileiro de Rádio Digital (SBRD), definindo 14 objetivos do serviço e, em 2012, instituiu-se o Conselho Consultivo de Rádio Digital, composto de empresários, setor público e movimentos sociais (diga-se de passagem, deixando de fora academia e radialistas). Muitas reuniões foram realizadas, mas, entre idas e vindas, com mais de dez anos desde os primeiros testes, até hoje não há definição.

Para as rádios comunitárias brasileiras, o rádio digital apresenta possibilidades e muitos riscos. Como já foi dito, com um melhor aproveitamento do dial, o hoje reduzido espaço para as comunitárias (um canal por região, ou seja, cerca de 2% do total) poderia ser ampliado sem a desculpa da escassez de espectro. Mas isso depende do padrão escolhido e do marco regulatório: na verdade, a migração do modelo analógico para o digital pode significar tanto a oportunidade para uma maior pluralidade quanto um risco para mais concentração. Além disso, como afirma Arthur William, membro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil) e integrante do Conselho Consultivo do Rádio Digital, “como não há permissão para publicidade do comércio local e fundo público para financiamento das rádios, as comunitárias não têm condições de se digitalizarem. Os equipamentos de transmissão são caros e, sem mecanismos de sustentabilidade, será impossível uma migração tecnológica para essas estações” (2013). James Görgen, coordenador de Projetos do Instituto de Pesquisas em Comunicação (Epcom), acrescenta que “a maioria das rádios brasileiras não poderia obter o empréstimo junto ao BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], alternativa colocada pelo governo federal para garantir a transição. Muito menos uma rádio comunitária” (JERONYMO, 2007b). Além disso, há incompatibilidade tanto dos testes realizados pelo MinCom quanto nos próprios padrões em disputa com a realidade legal atual das rádios comunitárias. Como foi dito, a Lei 9.612 estabelece 25 Watts de potência: “como no digital a potência é bem menor que a analógica, ruídos urbanos podem gerar um verdadeiro ‘apagão’ das rádios comunitárias que já operam em muita baixa potência nas transmissões analógicas”.

O Iboc tem a vantagem de transmitir nos mesmos canais e faixas das estações analógicas atuais. Porém, “de acordo com relatório preliminar, assinado por Yapur Marotta, superintendente de Serviços de Comunicação de Massa do órgão regulador, as transmissões apresentaram cobertura ‘bastante aquém da analógica’, locuções com timbre metálico e defasagem de oito segundos, o que inviabilizaria entrevistas e interações com o público ao vivo” (KISHNHEVSKI, 2007, p. 45). Há também críticas de que o sistema Iboc seja um “devorador de banda”, sem melhor aproveitamento do espectro eletromagnético, o que impediria mais canais disponíveis. Além disso, o Iboc é um sistema proprietário cuja detentora da patente é a empresa norte-americana Ibiquity, o que exigiria o pagamento anual de royalties.

Nesse sentido, o DRM parece mais vantajoso para as rádios comunitárias. O padrão europeu foi desenvolvido por um consórcio de organizações públicas de radiodifusão, empresas privadas de eletrônicos, universidades, centros de pesquisas, entre outros. Com ele, é possível a digitalização de todas as bandas do rádio (OM, OT, OC, e VHF) e seu código é aberto, sem necessidades de pagamentos de licenças para desenvolvimento de transmissores e receptores pela indústria nacional. Caso não seja alterada a potência máxima para rádios comunitárias, o DRM continua viável, pois funciona em baixa, média e alta potência. Outro fator relevante é a economia de energia elétrica, cobrindo a mesma área do transmissor hertziano com menos da metade de consumo de energia.

Em setembro de 2013, o relator da Subcomissão Especial de Rádio Digital, deputado Sandro Alex, sugeriu em seu parecer a adoção de mais de um padrão para o rádio digital³¹⁸: o IBOC para FM e o DRM para as demais faixas. Para as rádios comunitárias que desejam seguir em FM, isso significa a adoção de um padrão cuja migração é cara e exige pagamentos de patentes, provavelmente as varrendo desse dial. Porém, para a sociedade em geral, o “modelo de adoção de dois padrões tornaria mais caro os receptores brasileiros, dificultando o acesso das populações com menor poder aquisitivo e justificando uma escolha desnecessária, já que o DRM funciona bem em todas as faixas de frequência, como previsto na portaria ministerial 290, que institui o Sistema Brasileiro de Rádio Digital”, como pontuam Brock, Diniz e Novaes³¹⁹.

³¹⁸ Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/COMUNICACAO/453177-RELATOR-DEFENDE-DIFERENTES-MODELOS-DE-RADIO-DIGITAL-NO-BRASIL.html>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

³¹⁹ <http://amarcbrazil.org/wp-content/uploads/2015/08/Acordos-de-Livre-Comercio-do-Norte-Ameacam-a-Livre-Comunicacao-no-Sul-Global.pdf>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

O rádio digital já é realidade em muitos países da Europa, América do Norte e Ásia. Mas não se pode afirmar que tenha sido um sucesso absoluto em nenhum lugar. Por exemplo, o Reino Unido tem hoje a maior rede de rádio digital do mundo. O sistema adotado foi o DAB (preterido pelo Brasil, por conta de suas desvantagens, como operar numa faixa fora do FM e AM e consumir muita energia elétrica, tanto na transmissão quanto pelo aparelho receptor), o primeiro a ser desenvolvido, cujas primeiras pesquisas datam da década de 1980. No Reino Unido, 44.3% da população tem um aparelho receptor de rádio digital. Porém, de acordo dados de setembro 2013, enquanto o número de ouvintes cresceu (atingindo 61%) em FM, o de DAB regrediu (para 21%)³²⁰. Tendo em vista os altos custos e a lentidão na migração das emissoras (e dos ouvintes) para o digital, já não se fala mais numa data para o *switchoff* do rádio analógico no Reino Unido (o por nós chamado *apagão analógico*). Quanto à digitalização da radiodifusão comunitária britânica, são muitos os problemas. Primeiramente, tradicionalmente o DAB é para grandes áreas e, no Reino Unido, as rádios comunitárias se direcionam para regiões menores do país. Em entrevista para o autor, Terry Lee, tesoureiro do *Community Media Association* do Reino Unido, afirma estar em desenvolvimento o “*small scale DAB*”, que também tem a missão de ser mais barato, já que os atuais altos custos do DAB inviabilizariam a migração para o digital das comunitárias. Isso seria importante, inclusive, para se seguir com a proposta de apagão analógico. Um outro problema citado por Lee é que o DAB usa muita energia, o que inviabiliza sua incorporação para os celulares. O radialista comenta que, provavelmente, no futuro, ao se comprar um aparelho de rádio, haverá a possibilidade de se acessar webrádios no mesmo aparelho. Seria uma questão de tempo até a universalização da internet e isso colocaria em xeque o futuro do rádio digital.

Na opinião do secretário geral da AMARC, Francesco Diasio (2015), a transição para o rádio digital significa a “redefinição do perímetro da diversidade”. Nesse momento, Diasio vê um movimento justamente das comerciais contra a digitalização do rádio, porque isso pode significar uma ameaça às posições dominantes que elas conquistaram: ele leva em consideração a tecnologia *multiplex* (diferentes atores transmitindo programações distintas simultaneamente em uma mesma frequência), com a qual as comerciais terão a mesma potência e a mesma qualidade que as comunitárias. Ele também entende como falaciosa a argumentação de que os ouvintes não querem o rádio digital: “simplesmente eles ainda não o conhecem. Havia demanda quando passou de AM a FM, os ouvintes estavam pedindo pela

³²⁰ Disponível em http://www.theregister.co.uk/2013/12/16/minister_kicks_dab_can_miles_down_the_road/. Acesso em 9 de março de 2015.

FM?! É uma questão cultural, sobretudo uma questão econômica, porque os receptores ainda estão caros”. Para ele, a transição para o rádio digital não irá acontecer da mesma forma: países como a Irlanda, em que, majoritariamente, ainda há espaço no dial, podem demorar mais a decolar com o digital; já países como Bélgica, em que o espectro se encontra totalmente saturado, a transição está acontecendo mais rapidamente.

5.1.2 Rádios em rede

A criação de rede de rádios é uma estratégia tão antiga das rádios comunitárias quanto elas próprias. Basta lembrarmos que as primeiras rádios populares latino-americanas surgem de redes de rádios educativas que, individual ou coletivamente, vão adquirindo perfis políticos ao longo de seu processo histórico. Nessa linha, outro exemplo histórico é a combativa rede de rádios mineiras bolivianas (cf. 4.2.5). Mas há também casos como o da irreverente Rede Totó Ternura (homenagem irônica a Antonio Carlos Magalhães, então ministro das Comunicações) na explosão das livres paulistanas, em meados dos anos 1980.

Tanto para somar forças frente à repressão estatal ou para criar laços de solidariedade e troca, as rádios comunitárias foram conformando entre si redes locais, regionais, nacionais e internacionais, efêmeras ou de duração mais longa. Nem todas as redes tinham e têm caráter político ou representativo. Na verdade, nem todas elas se entendem ou funcionam como “rede”: podem ser federações, cooperativas, centros de produção, movimentos políticos, coletivos, associações etc..

Outro elemento a ser destacado é que as próprias rádios comunitárias, muito antes do advento das novas tecnologias de informação e comunicação, já se configuravam como *redes locais* de articulação, mobilização e organização de atores sociais comprometidos com a luta pelos direitos humanos, dentro e fora da comunidade. A rádio exercia esse papel de articulação, mobilização e organização em diferentes níveis: entre os membros da comunidade, entre movimentos sociais e a comunidade, entre movimentos sociais entre si etc.. E de um modo bastante particular, já que os “alvos” da ação eram simultaneamente atores.

O foco desse nosso item são as redes de articulação, mobilização e organização *inter-rádios* e *intrarrádio* comunitária, com foco nas inovações técnicas. Na perspectiva *inter-rádios*, nosso foco serão as redes *sem* intenções representativas (tratamos delas no item 3.2, sobre as associações e o movimento político de rádios comunitárias). Já na perspectiva

intrarrádio, teremos atenção para as novas possibilidades técnicas de interação e vinculação que se somam aos modos tradicionais (reuniões, ligações telefônicas, correios etc.), sem substituí-los. Tanto na perspectiva *inter* quanto na *intra*, as novas tecnologias de informação e comunicação (principalmente, mas não só a internet) vieram ampliar as possibilidades de sinergia entre esses atores.

Num esforço de categorização, destacamos três tipos de rádios em rede: *redes informativas* (subdivididas em *centros de produção*, *cadeias radiais* e *radioagências informativas*), *redes virtuais* e (uma aposta) *redes comunitárias*. Organizadas em sua ordem cronológica de surgimento, notemos que as rádios em rede surgem mais focadas na *difusão e coordenação* para irem abrindo cada vez mais espaço para a *troca e auto-organização*. A *forma* horizontal e multidirecional das novas tecnologias cada vez mais estruturalmente sobredetermina todos os níveis de trocas.

Redes informativas

Esse primeiro tipo de rádios em rede se caracteriza pela existência de um centro que produz, organiza e distribui produtos informativos com foco (nem sempre exclusivo) nas rádios comunitárias. São os casos dos *centros de produção*, *cadeias radiais* e *radioagências informativas*: a sinergia (sintonia) resulta da orquestração temática (conteudística) das rádios comunitárias em rede. Tendo em vista a própria natureza dos atores envolvidos, sempre houve um esforço para que os *nós* da rede retroalimentem o *centro* com suas produções locais, a fim de serem redistribuídas através da rede, algo estimulado inclusive com capacitações para produção de conteúdo próprio. Mas a retroalimentação nem sempre acontecia (ou era incipiente), ou por problemas de infraestrutura (pessoal capacitado, recursos tecnológicos etc.) ou pela consolidação de uma cultura unidirecional e de baixa pró-atividade (pouca autonomia). A chegada da internet e o barateamento nos custos operacionais de produção e distribuição têm favorecido um fluxo mais dinâmico em ambos os sentidos.

No universo da comunicação radiofônica popular latino-americana, já há muitos anos toda uma gama de atores que produzem para o rádio, mas não difundem por meio próprio, ou seja, são radioprodutores sem serem radiodifusores: são os chamados *centros de produção*. De acordo com Cogo, a maioria desses centros “constituem-se de equipes pequenas ou médias que contam com estúdios de gravação sonora nos quais são produzidos programas de rádio”, normalmente de temática cidadã, através de “informativos, radorrevistas,

radioteatros, séries, documentários, radionovelas” (p. 78). Porém, nem todos se dedicam exclusivamente à produção radiofônica, oferecendo também assessoria técnica ou jurídica e capacitações para comunicadores populares, além de diversas outras atividades. Cada qual conforma uma rede de âmbito local, regional ou nacional de rádios comunitárias para a qual presta seus serviços. No Brasil, eles começam a surgir na década de 1990, como é o caso dos cariocas CEMINA – Comunicação, Educação e Informação em Gênero (1990), do CRIAR Brasil – Centro de Imprensa, Assessoria e Rádio (1994) e UNIRR – União e Inclusão em Redes e Rádio (1995) que, como vimos, foram importantes para a consolidação da vertente que nomeamos *comunitária* (cf. 3.2.3). Além disso, através da produção radiofônica com foco nos direitos humanos, das capacitações sobre comunicação popular e, em alguns casos, da atuação política no movimento, os centros de produção auxiliam na organização das rádios comunitárias, individualmente e enquanto movimento.

Já as *cadeias radiais* se caracterizam pela existência de uma emissora matriz e várias rádios que retransmitem sua programação, prioritariamente em caráter simultâneo. Ainda que isso já seja possível via internet, normalmente se prioriza a tecnologia via satélite, a fim de garantir a fidedignidade da transmissão. Isso é particularmente importante em se tratando de redes com rádios comunitárias localizadas em zonas rurais. No continente latino-americano, há casos nacionais, como a boliviana ERBOL (*Educación Radiofónica de Bolivia*) e a peruana CNR (*Coordinadora Nacional de Radio*), ambas com sistema nacional de informação via satélite e, regionalmente teve destaque o sistema satelital da ALER. A ALRED (*América Latina en Red*) surge antes mesmo da popularização da internet, em 1990, e posteriormente seria rebatizada de *Sistema Intercontinental de Comunicación Radiofónica* (SICR). O sistema chegou a ter uma audiência de mais de 12 milhões de ouvintes, permitindo a realização de programas e projetos conjuntos via internet ou satélite, contando com correspondentes em todo o continente entre rádios educativas, populares, comunitárias e participativas. Em 2006, a SICR contava com oito estações terrestres cobrindo a Américas Central, do Sul e parte da do Norte, 187 receptores de satélites e 117 afiliadas. Atualmente, a ALER reorganizou seu serviço em redes temáticas: *Red Kiechwa Satelital*, *América Indígena en Red*, *Red Panamazonica*, *Red de Migración*, *Red de Educación y Comunicación* e *Red de Evangelización*³²¹. No Brasil, em nossa visita à Rádio Esperança, vimos a comunitária piauiense entrar em rede no informativo “Via livre”, com outras 16 rádios do estado, todos os dias da semana. Trata-se de uma iniciativa do Instituto ComRadio

³²¹ Disponível em <http://www.aler.org/index.php/redestematicasAler>. Acesso em 1 de agosto de 2016.

(<http://www.comradio.com.br>) uma empresa social com sede em Teresina que atua com formação, consultoria e agência de notícias. A transmissão, antes pela internet, agora é via satélite. A partir de um estúdio em Teresina, dois locutores guiam um programa bastante interativo e diverso por conta da intensa participação dos comunicadores das rádios populares: ao vivo (como correspondentes), via WhatsApp (para envio de áudios pontuais, perguntas, observações etc.), além de se revezarem nas audiorreportagens locais, enviadas para o estúdio central, via email (cf. Anexo C. 6).

A popularização da internet, em meados dos anos 1990, impulsionou o surgimento de diversas redes informativas alternativas via internet, entre elas as *radioagências informativas*. Atualmente, elas se tornaram exemplos da hibridação no rádio: para além da mera disponibilização de textos e áudios para utilização por emissoras ou para consumo final do chamado internauta-ouvinte, esses portais têm feito uso das múltiplas oportunidades informativas do ambiente digital: em muitos casos, suas notícias radiojornalísticas oferecem, simultaneamente, texto, áudios, fotos e até mesmo vídeo, além de incorporarem a ferramenta do hiperlink para associá-las às matérias anteriores relacionadas e aprofundar temas complexos. No caso das radioagências com foco nas rádios comunitárias e públicas, o material é disponibilizado gratuitamente. Um exemplo de agência pública radiofônica é a Radioagência Nacional (<http://radioagencianacional.etc.com.br/>), da Empresa Brasil de Comunicação (EBC); já um exemplo internacional é a *Radio de Derechos Indigenas*, que abrange 1461 emissoras, de 55 países em 32 línguas (<http://consent.culturalsurvival.org/>), informando sobre direitos dos povos originários. Regionalmente e com foco específico na radiodifusão comunitária se destaca a Agência Púlsar (<http://agenciapulsar.org/>). Funcionando desde 1995, é uma iniciativa da AMARC Alc com o objetivo de democratizar a informação, fomentando o contato direto entre jornalistas e fontes da sociedade civil, sem mediações de grandes grupos empresariais e agências de notícias de países centrais. Sua proposta é oferecer outros enfoques de informação, com matérias diárias e coberturas especiais. Os temas centrais são: movimentos sociais, livre comércio, direitos humanos, povos tradicionais, recursos naturais, política e gênero. As matérias são do tipo *copyleft*, ou seja, podem ser reproduzidas gratuitamente em qualquer veículo de comunicação desde que citada a fonte. As notícias ficam disponíveis no site da Agência, a maioria com áudio para serem baixados. No seu melhor momento, a Agência Púlsar chegou a contar com correspondentes em contato com as rádios associadas a AMARC na América e outros continentes, além de escritórios permanentes no México, Uruguai, Brasil e Argentina. Por

conta de dificuldades financeiras e organizativas da AMARC Alc, atualmente a agência conta com uma equipe reduzida de jornalistas e correspondentes na região. No Brasil, pela especificidade da língua, foi criada em 2004, a congênere Pulsar Brasil (<http://brasil.agenciapulsar.org/>), da AMARC Brasil, que, desde o início de 2006, produz notícias e áudios em ritmo diário, além de coberturas e séries especiais. Na mesma época, em 2005, foi criada a Agência Abraço (<http://www.agenciaabraco.org>), da ABRAÇO, para a produção e distribuição de conteúdos radiofônicos de interesse das comunidades das emissoras comunitárias, contando com gerências estaduais no Ceará, Rondônia, Goiás e Minas Gerais.

Redes virtuais

Se as redes informativas se caracterizam pela conformação de redes de rádios comunitárias a partir de um centro organizador e/ou informativo, o advento da chamada *web 2.0* permitiu a conformação de *redes virtuais* caracterizadas por serem horizontais, colaborativas, multidirecionais e mais ou menos autônomas. Se nas redes informativas o foco é na articulação, mobilização e organização *inter-rádios* (a comunidade é um alvo indireto ou final), nas redes virtuais há uma tendência maior de o processo acontecer simultaneamente nos dois níveis (inter e intrarrádio).

As redes virtuais de rádios comunitárias dependem de uma plataforma que a deem suporte. Normalmente essa plataforma é um portal da internet específico, que se somam às inúmeras comunidades virtuais criadas em redes sociais genéricas (Facebook, Instagram, Twitter etc.). Além disso, já estamos vendo surgir redes virtuais que têm como suporte aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas via celular (como WhatsApp e Telegram).

Em nosso estudo preliminar desse processo, em nossa pesquisa de mestrado (MALERBA, 2009), nomeamos tais redes virtuais de *rádios comunitárias 2.0.*, fazíamos referência à *web 2.0*, por sua vez um trocadilho com o que indica a versão de um software, primeiramente cunhado, em 2004, pelo entusiasta do software livre, Tim O'Reilly. O termo indica uma mudança na forma como a internet é encarada e utilizada por usuários e desenvolvedores: mais que somente um meio de comunicação, a rede mundial de computadores seria a plataforma sobre a qual o conhecimento seria coletivamente produzido: da ênfase na *publicação* para a *participação*. De acordo com Primo, na *web 2.0* há uma

combinação de técnicas informáticas para “potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo” (2007, p. 1). Bem verdade que o termo já caiu em desuso, dada a naturalização dessa forma de ser da web.

Aquela nossa pesquisa de mestrado teve como objeto de estudo o Radiotube (<http://radiotube.org.br>), uma rede social de compartilhamento de material informativo – principalmente em áudio, a partir de podcasts – exclusivamente ligado à cidadania, que congrega via internet milhares de ativistas, estudantes, integrantes de rádios comunitárias, professores, entre outros de diferentes partes do Brasil e do mundo falante de Português e Espanhol. O caso do Radiotube é particularmente emblemático, pois partiu da iniciativa de um centro de produção (CRIAR Brasil) que, há muito tempo, almejava efetivamente promover trocas diretas entre as emissoras de sua rede, compreendendo-as como importantes produtoras de conteúdo. Mas, entre outros fatores, o grande número de emissoras, a distância entre elas e os elevados custos de postagem impossibilitavam a realização de tal agência num momento anterior à internet. De todo modo, mesmo que não existissem tais impeditivos, a entidade forçosamente teria de atuar como mediadora das trocas, inclusive editando o material para que os conteúdos se ajustassem aos formatos e tamanhos dos programas radiofônicos a serem redistribuídos. A chegada da web 2.0 trouxe as ferramentas necessárias para o passo seguinte. Lançado em 2007, hoje o Radiotube congrega mais de 5 mil usuários, entre eles, 193 instituições da sociedade civil e 225 rádios: os dados referentes ao período de fevereiro-junho de 2015 indicam 4 mil *uploads*, 10 mil *downloads* e 700 mil acessos. A partir da análise do último relatório do Radiotube (CRIAR BRASIL, 2016) que compila uma pesquisa interna realizada com os usuários da rede social, é interessante notar que ele se tornou um importante nó temático em relação às demais redes: 83% dos usuários fazem parte de alguma instituição afim, 85% compartilha o material em outras redes, sendo que em 73% via Facebook. Os usos acompanham o próprio perfil da rede de rádios e TVs comunitárias do CRIAR Brasil: 25% usa o material para rádios e TVs e 16% para atividades pedagógicas. Quanto ao formato, o áudio continua sendo o mais postado (34%) e mais acessado (50%). No empuxo às muitas possibilidades tecnológicas, os usuários reclamam que entre os pontos fracos estão a inexistência de streaming para transmissão ao vivo da programação das rádios; a falta de player para ser reproduzido diretamente nas redes sociais (como o Sound Cloud), e; mais atualizações do Radiotube no Twitter.

Já no universo das rádios livres, o pioneirismo de uma rede virtual específica para elas é do projeto <http://radiolivres.org> que dá suporte técnico para que as livres transmitam online (webrádio), promovam trocas e realizem parcerias. Em nossa visita à Muda, Q. nos conta que o projeto surge no I Encontro Nacional de Rádios Livres, promovido pela rádio, no Fórum Social Mundial de 2003: “tinha um monte de rádios isoladas, a própria Muda era uma rádio isolada, e a gente se deu conta de que a gente precisava se conectar e quem ia conectar a gente era a galera do software livre”. De acordo com Gonçalves (2010), no encontro do ano seguinte, foi discutida a ideia de um *Rizoma de rádios livres*, que abarcaria, mas ultrapassaria os auspícios do radiolivres.org. O termo faz referência ao de Deleuze e Guattari, em *Mil platôs*³²², quanto a “um sistema acentrado que faz conexões sem obedecer a uma ordem hierárquica ou de filiação – conecta-se por contágio mútuo e/ou aliança, crescendo para todos os lados e todas as direções” (p. 103). No caso, “uma colaboração (financeira, de conteúdo, assessoria jurídica, de equipamentos e servidor) entre as rádios livres” ou “uma rede de agenciamentos” que almeja conectar todas elas a partir de um portal e outros tipos de articulações, como lista de discussões via email, ligações telefônicas, encontros nacionais periódicos, oficinas, etc.. Na eventualidade, por exemplo, de uma rádio ser fechada pela Anatel e Polícia Federal, ou de um problema técnico, ou no desejo de criação de uma nova emissora etc., “diversos são os arranjos dentro do Rizoma de Rádios Livres para que o problema seja resolvido, como comprar um novo transmissor em Campinas e enviar para o Pará, ou simplesmente receber instruções de como sintonizar um transmissor através do wiki” (GONÇALVES, 2010, p. 102).

No âmbito das redes sociais genéricas (com preponderância para o Facebook), as rádios comunitárias vão criando comunidades virtuais por afinidades e interesses ligados aos objetivos do projeto da rádio: com a própria comunidade de ouvintes e participantes; com associações e movimentos políticos de rádios comunitárias; com outras entidades e parceiros da sociedade civil; tendo como foco o pertencimento geográfico etc.. Mas, principalmente, a entrada das rádios comunitárias nas redes sociais tem se configurado como mais um espaço de interação e estratégia de vinculação interna e com a comunidade.

Internamente, vimos a webrádio Alma utilizar uma comunidade no Facebook para agilizar as decisões internas sobre a emissora, tendo em vista que não há regularidade nas reuniões presenciais. Já no caso da interação com os ouvintes, em muitos casos, as redes sociais têm se sobreposto às antigas formas de interação (telefone fixo, celular, correio),

³²² DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil platôs*. (v.1,2,3,4,5) Rio de Janeiro: E. 34, 1995.

ainda que não a substituam totalmente: no caso da Heliópolis, Erisvaldo conta que é pela rede social que tem se dado a principal forma de interação: “o telefone não toca mais, porque tudo é pelo Facebook”: pedido de músicas, avisos, recados (RODRIGUES, 2015). Isso acontece, inclusive quanto aos próprios sites e blogs: se antes concentravam as principais formas virtuais de interação (chats, mural virtual de recados, comentários etc.), vão perdendo cada vez mais relevância frente à interação direta e instantânea das redes sociais. Há casos, como o que verificamos na visita à Rádio Heliópolis, que o player (webrádio) da emissora funciona diretamente da rede social. No caso da webrádio Alma Londrina, o Facebook é a principal ferramenta de divulgação dos programas ao vivo e gravados. Além do compartilhamento através dos perfis do Facebook dos próprios colaboradores, há a divulgação dos programas em páginas de grupos específicos relacionados ao tema do programa. Por conta das possibilidades de convergência midiática, redes sociais de compartilhamento de vídeo (como o YouTube ou Vimeo) também têm sido alvo das rádios comunitárias, para a disponibilização de entrevistas, programas especiais, eventos comunitários etc.. Ao mesmo tempo, tais redes também têm sido fonte de acervo musical, tendo em vista que comunicadores executam músicas diretamente do YouTube, por exemplo. As múltiplas formas de interação têm obrigado os comunicadores a se desdobrarem em multitarefas: presenciamos, por exemplo, o experiente Antonio Elson Souza da Silva, locutor da Independência, manejar com habilidade os equipamentos, ativando diversos recursos interativos simultaneamente: a partir de um software que permite que o WhatsApp funcione pelo computador, ele coloca no ar o áudio gravado diretamente do celular de uma ouvinte; ele mantém um grupo de ouvintes no WhatsApp e há a possibilidade de chamadas de voz de ouvintes diretamente do aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas; numa outra janela, responde as participações pelo Facebook, onde também divulga os destaques do seu programa, inclusive com fotos direto do estúdio; com o Facebook Messenger há a possibilidades de chamadas telefônicas via rede social; seja via WhatsApp ou Facebook ele comumente veicula áudio de vídeos disponibilizados nas redes, principalmente humorísticos; também chegam participações por telefone fixo e celular: tudo isso, sem perder uma entrada de música (cf. Anexo C.4).

Por fim, um caso interessante a ser comentado é o da Muda, que *não* está nas redes sociais “porque são ferramentas nem um pouco seguras na questão de privacidade”. Mesmo na hipótese de alguma segurança, fica a pergunta “vai ser uma ferramenta que vai ficar monopolizada na mão de quantas pessoas?” (V., 2015).

Para localidades com problemas de conexão à internet, uma solução alternativa (e/ou adicional) às redes virtuais via internet são os grupos que usam como suporte os aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas via celular (como WhatsApp e Telegram). Por serem aplicativos leves e que já permitem agregar documentos, imagens, áudios e vídeos, tais grupos ampliam as possibilidades antes oferecidas pelas listas de discussão via email. Em nossa visita à Xibé, Guilherme Figueiredo conta que o grupo de WhatsApp é o modo preferido de conexão dos participantes, já que a conexão à internet na região é precária. Ecoando uma preocupação comum aos demais militantes das livres, certas informações não são veiculadas pelo WhatsApp, por serem acumuladas “em bancos de dados que podem ser usadas contra a gente no futuro”, como aconteceu no caso da Muda. Do mesmo modo, ainda que tenham fanpage no Facebook, ela é usada para circular informação da própria rede social: eventos e informações sobre a Xibé são veiculados no site (cf. Anexo C.7).

Redes livres e comunitárias

Se nas redes informativas e virtuais as rádios comunitárias *utilizam* a plataforma da rede, nas redes comunitárias elas podem, simultaneamente, *ser* a plataforma para a rede e *compor* a plataforma da rede. Ainda que seja um processo ainda pouco comum no Brasil, apostamos ser uma questão de tempo até que as comunidades se apropriem dessa infraestrutura de rede aberta, descentralizada e gerida pelos próprios usuários.

É a popularização da conexão a internet que está favorecendo seu surgimento em diversas partes do mundo. Também chamadas *redes comunitárias digitais*, Holander as define “como um nível intermediário entre as comunidades virtuais (entendidas como comunidades de interesse geograficamente dispersas com base na internet) e as comunidades da ‘vida real’” (2002, p. 34, as aspas são dele para indicar comunidade geográfica baseada em interações face a face entre seus membros): podem ser vistas como uma tentativa de promover o desenvolvimento de comunidades geográficas, usando a tecnologia digital. Uma pergunta que o autor lança é: elas estão em rivalidade ou complementaridade?

De acordo com Jankowski (2002), muitas das características comumente atribuídas aos meios comunitários clássicos são encontradas em iniciativas desse tipo, também chamadas “redes públicas educacionais”, redes de acesso público, redes cívicas, redes livres, cidades digitais ou simplesmente redes comunitárias. Hallman (apud JANKOWSKI, 2002, p. 7) as entende como “um sistema de comunicação e informação baseada na e conduzida pela

localidade projetada para reforçar uma comunidade e melhorar vidas”. São redes desenvolvidas em parceria com organizações e instituições comunitárias como escolas, rádios comunitárias, bibliotecas e governos locais. Tais redes estão se desenvolvendo rapidamente pela América do Norte e Europa, inclusive organizando-se em associações (como *Association for Community Networking*, *Morino Institute* e *Freenets*).

No Brasil, um exemplo efêmero e exitoso de rede comunitária aconteceu durante a primeira grande atuação da Mídia Ninja, durante as Jornadas de 2013. Para cobrir os protestos direto do palco da ação e transmitir em tempo real através da tecnologia streaming, eles contaram com a colaboração das casas do entorno das manifestações, que abriam suas redes wi-fi para que a transmissão acontecesse.

Essas redes normalmente utilizam a tecnologia da “transmissão de dados sem fio através da família de protocolos 802.11 (wifi | wireless) em equipamentos como roteadores, antenas e outros, aliados ao uso de programas de código aberto (softwares livres)”³²³, permitindo uma rede de dados veloz e de baixo custo. Quanto à interconexão, uma forma descentralizada e resistente é a em malha (mesh), em que a perda de um ponto não afeta a rede como um todo. Os roteadores ocupam hoje uma faixa do espectro que está dispensada de licenciamento. Com isso, essas redes começam a se espalhar pelo país garantindo acesso à banda larga sem fio em comunidades consideradas desimportantes para o mercado das operadoras de telecomunicações. Seus usos podem abranger desde uma rede interna entre nós conectados até a ampliação do acesso à internet através de um provedor comunitário.

Porém, como alerta Gustavo Gindre, a Anatel não parece interessada em incentivar tais iniciativas. Segundo uma consulta pública (809/2007, de alteração do Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita), roteadores sem fio ligados a redes que ultrapassem os limites de um imóvel são obrigados a obter licenças e pagar uma taxa de R\$ 1.340,00 anuais. Isso, por um lado, inviabiliza muitas das experiências comunitárias e, por outro, acaba por beneficiar as teles (cf. GINDRE, 2007).

5.1.3 Rádio em outras plataformas

O veículo rádio *explodiu* o “radinho de pilha” para ganhar todas as demais plataformas midiáticas: a) é transmitido via *satélite*, por *TV* a cabo ou captado via *antena parabólica*; b) pode ser acessado através de *dispositivos móveis* (celular, mp3players, tablets

³²³ Disponível em <http://www.redeslivres.org.br/sobre/>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

etc.) por ondas hertzianas (receptor radiofônico incorporado) ou digitais (webrádio, do podcast, aplicativos de rádios específicas); c) pelo *computador*, a um clique do mouse, em todas as suas novas variações digitais. Além disso, nos últimos dois casos, além de funcionar como *receptores*, celulares e computadores podem ser a própria plataforma de *produção* e *emissão* radiofônica. Incapazes de oferecer uma lista completa de todas essas hibridizações plataformáticas possíveis (e que, de todo modo, escaparia nosso objetivo), iremos focar em duas possibilidades do *rádio fora do rádio* particularmente relevantes para as rádios comunitárias: *dispositivos móveis* e *radiofonia multiplataforma*.

Dispositivos móveis

Antes mesmo dos *smartphones* (telefones com funcionalidades equivalentes a de um computador), o rádio já invadira os aparelhos de telefone celular com a incorporação do receptor radiofônico de frequência modulada: isso veio reforçar sua portabilidade, primeiramente conquistada com a chegada do receptor a transistor e cujo baixo consumo viabilizou o aparelho de rádio à pilha. Mesmo com a popularização do acesso a internet pelo celular, essa continua sendo uma possibilidade viável, justamente por não consumir dados dos (caros) pacotes de internet. Isso levou, inclusive, a ABERT lançar a campanha “Smart é ter rádio de graça no celular” para incentivar a continuidade e ampliação da produção de aparelhos celulares com rádio incorporado: “a nossa meta é chegar a 100% dos aparelhos comercializados legalmente no Brasil”, afirma Slaviero, presidente da Associação. A preocupação da entidade tem fundamento: segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), a presença de aparelhos de rádio nos domicílios brasileiros era de 88,1%, em 2004, permaneceu o mesmo em 2009, e caiu para 75,8% em 2013. Em contrapartida, de acordo com dados da ABERT, em 2004, a presença do rádio FM no celular era de 3,3%, saltou para 35,5%, em 2009, alcançando o patamar de 88%, em 2014. “Isso chama a atenção porque, no mesmo período, a taxa de audiência não caiu significativamente e as receitas do setor têm se mantido em níveis superiores à inflação, o que nos leva a perceber que a população está consumindo mais rádio pelos aparelhos móveis”, destaca Slaviero³²⁴.

Ainda na esfera da recepção, além das já citadas webrádios e podcasts, os celulares com acesso a internet também podem tocar rádio a partir de aplicativos (ou *apps*) específicos.

³²⁴ Disponível em <http://www.abert.org.br/web/index.php/notmenu/item/23588-abert-lanca-campanha-para-estimular-consumo-de-radio-pelo-celular>. Acesso em 30 de junho de 2016.

Na verdade, tratam-se de softwares que realizam o streaming de uma determinada webrádio a partir de uma interface específica na tela do aparelho móvel. Porém, mais que um mero player, os aplicativos vem com funcionalidades adicionais, tais como: opções multimídia (assistir vídeo, ler textos, ouvir podcasts etc.), ferramentas de interação (chats, recados etc.), acesso a redes sociais etc.. Dentre as rádios comunitárias visitadas, a Heliópolis, a Cidade e a Muda disponibilizam esse tipo de tecnologia (tanto para sistemas Android quanto Apple).

Em 2013, do coração da Baixada Fluminense, foi desenvolvido o aplicativo agregador de webrádios *RadCom* (<http://rebaixada.org/radcom>) que permite o acesso a mais de 200 emissoras comunitárias de todos os continentes. Disponível em Português, Inglês e Espanhol, o aplicativo faz parte da pesquisa de mestrado na UERJ de seu desenvolvedor, Arthur William (ex-representante nacional da AMARC Brasil) e do projeto Rebaixada. O projeto começou com um mapeamento inicial de 70 rádios e hoje já conta com comunitárias da América do Norte e América Latina, Europa, África e Oceania. Como é colaborativa, a ferramenta permite que o cadastramento de novas rádios que queiram fazer parte. Com o apoio do escritório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Bangcoc, o aplicativo chegou à Ásia, onde o idioma era uma barreira. É possível buscar por país, cidade ou pelo nome da emissora, sendo acessível também em computadores pessoais. Em entrevista para a Unesco, Arthur William acredita que não foi por acaso o local de nascimento do aplicativo: “eu acho que as inovações sempre vêm desses lugares, porque as pessoas pobres precisam ser criativas para sobreviver. Elas precisam de conhecimento tecnológico para conseguir fazer com que sua mensagem seja externalizada, e isto acontece também na rádio comunitária”. Quanto à barreira da língua, ele defende que outro objetivo do aplicativo é auxiliar numa “rede mundial de informação e cultura. Eu não preciso entender *tétum* (idioma predominante no Timor Leste), por exemplo, para apreciar a música, vozes e sotaques desta região que o aplicativo pode transmitir. Isso na verdade ajuda a aproximar as culturas”³²⁵. A próxima etapa do projeto é auxiliar que cada emissora tenha seu próprio aplicativo.

Mas os aparelhos celulares de tecnologia avançada significam para o rádio muito mais que novas possibilidades para a recepção: com os aplicativos adequados e uma boa conexão à internet, o celular pode funcionar como uma emissora de rádio portátil e compacta, congregando todos os equipamentos básicos necessários para a produção (player de áudio, microfone e mixer), emissão e transmissão: presenciamos isso em nossa visita à Utopia FM,

³²⁵ Disponível em <https://nacoesunidas.org/unesco-apoia-globalmente-aplicativo-de-brasileiro-para-rádios-comunitarias/>. Acesso em 5 de agosto de 2016.

enquanto entrevistávamos Leyberson Pedrosa, sobre o supracitado projeto Dissonante. Como se trata de um projeto coletivo, antes de começarmos, ele informou via grupo do WhatsApp que nossa conversa seria veiculada, a partir daquele momento, através de seu canal próprio de webrádio no Dissonante. Para tal, ele acionou o *BroadcastMySelf*, um aplicativo de celular, cliente do servidor Icecast/Shoutcast, que permite a transmissão, via streaming, de áudio diretamente do microfone do telefone, inclusive com a possibilidade mixagem de mais um canal (como música de fundo, por exemplo). Contando com uma boa conexão a internet, nossa entrevista se tornou pública para os ouvintes da sua webrádio.

Além dessa possibilidade de o celular como *plataforma radiofônica*, seu uso auxiliar tem contribuído na *produção, interação e transmissão* das emissoras. Pudemos verificar isso em diversos momentos de nossas visitas às rádios. Na *produção*, como já acontece há muito tempo, o celular é utilizado para o contato com fontes e na participação ao vivo ou gravada de repórteres locais, em muitos casos, substituindo os gravadores de áudio digital. A facilidade de aplicativos como o WhatsApp tem permitido um intercâmbio mais dinâmico de áudios, o que permite a participação dos ouvintes, sem necessidade de uma híbrida (aparelho que mixa o áudio do telefone na mesa de som) e de que a participação seja ao vivo. Em casos como o da Xibé e da Muda, os grupos de WhatsApp são utilizados para organização interna das atividades da rádio (marcar reuniões, decisões urgentes etc.). Porém, é na *interação* que o celular têm tido maior protagonismo: em muitas rádios a maioria das participações acontece pelo celular, como é o caso da Independência, Quixelô, Esperança e Terra Livre, não por acaso quatro emissoras distantes dos grandes centros urbanos, em que o celular se torna o meio de comunicação intrapessoal eletrônica cada vez mais predominante. A interação via celular ganhou um importante reforço com o WhatsApp: normalmente o comunicador tem um grupo de ouvintes e incentiva as participações durante o programa. Ainda que o WhatsApp tenha sido citado como ferramenta interativa em praticamente todas as rádios visitadas, sua apropriação não se dá de forma homogênea internamente: em uma mesma rádio encontramos locutores que, por exemplo, emulam o WhatsApp no computador e veiculam as participações recebidas em áudio até aqueles que nem chegam a usar o aplicativo. Por fim, o celular é utilizado na *transmissão* para estabelecer link (transmissões externas) com a rádio: em nossa visita à Quixelô FM, Laércio Oliveira de Lima contou já apresentaram muitas vezes o seu “Sanfona e sanfoneiros” diretamente de comunidades ou restaurantes, com o link certa vez instalado “num pé de manga” (LIMA, L., 2015).

Radiofonia multiplataforma

Quando tratamos da questão da convergência midiática no âmbito das rádios comunitárias inicialmente somos levados a pensar na entrada desses atores na internet ou na sua hibridização com outros meios. Mas tratar da convergência tecnológica de forma ampla significa analisá-la para além da hibridização midiática e considerar também a *ampliação* ou mesmo *subversão* dos seus usos para outros fins. Como sabemos, a finalidade usualmente atribuída a um determinado veículo de comunicação (TV=ver; rádio=ouvir; internet=conectar etc.) é nada mais que mera contingência histórica quando a digitalização generalizada dos meios permite que sejam múltiplas suas possibilidades de uso.

Um interessante exemplo nacional é o *Projeto Rádio Mundial, Redes Locais*. Tendo seu desenvolvimento iniciado em 2011, ele partiu da demanda da comunidade Reserva Extrativista do Alto do Juruá (AC), por uma rede de comunicação por radiofonia (formalizada durante a elaboração do Plano de Manejo da Reserva, realizado pelo ICMBio, em 2009). O projeto foi idealizado pelo Laboratório de Cultura e Tecnologia em Rede e coordenado pelo professor da Unicamp, Francisco Antunes Caminati. A proposta seria realizar uma das primeiras experiências de transmissão de rádio digital (no modelo DRM) em Ondas Curtas na Amazônia, para complementar e potencializar o sistema de radiofonia local, permitindo a conexão e a comunicação dessa rede local com a rede mundial, através do rádio digital e da internet. O projeto tem três camadas: 1) Radiofonia: SSB HF (rádio amador, faixa cidadão); 2) Ondas Curtas: sinal modulado via DRM e também modulado analogicamente; 3) Conexão Internet. A instalação de uma rede como essa teria vários desafios logísticos: pelo território não contar com nenhuma outra de rede de comunicação, informação e mesmo de energia, para ser utilizada em caráter auxiliar; pela distância em relação aos centros urbanos, e; pela dificuldade de locomoção. Porém, o maior desafio foi político: o convênio, firmado no final do governo Lula, sofreu atrasos de repasse de recursos com as mudanças impostas pela gestão de Ana de Hollanda à frente do Ministério da Cultura, que acabaram por inviabilizar a continuidade do Laboratório, que encerrou suas atividades em 2012 (cf. CAMINATI, 2013).

Um caso internacional que ilustra a utilização conjunta e de sucesso de diversas plataformas midiáticas é a gênese da radiodifusão comunitária na Tunísia, num momento ainda pré-Primavera Árabe. Quem nos contou essa história foi um dos entusiastas e

protagonistas desse processo, o atual secretário geral da AMARC, o italiano Francesco Diasio, em entrevista para o autor (2015).

As primeiras interlocuções ocorreram ainda no primeiro capítulo da Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação (CMSI), em 2003, em Genebra. Ali alguns coletivos de ativistas tunisianos já demonstravam a intenção de criar rádios livres, mas o país vivia sob a ditadura de Zine El Abidine Ben Ali e o estado monopolizava a radiodifusão. Com a realização do segundo capítulo da CMSI, já em Tunis, em 2005, a intenção e a mobilização cresceram, mas a dificuldade estava ainda no *como*. A primeira possibilidade óbvia seria a webrádio, mas já em outros momentos a internet havia sido repreendida no país. A alternativa foi a utilização não somente de uma, mas de um conjunto de tecnologias que permitisse romper a censura no país. E a solução parecia passar por Roma.

Os antecedentes estavam numa experiência desenvolvida por ocasião da reunião do G-8 em Gênova, em 2001, quando oito rádios italianas se puseram de acordo em fazer uma cobertura alternativa do evento utilizando comunicação via satélite: o Rádio GAP (*Global Audio Project*). A partir dessa experiência, mantiveram-se as trocas e o contato com uma rádio de Padova que havia alugado um canal via satélite e que se encontrava pouco utilizado. Algo importante a ser destacado é que alugar um canal desse tipo na Europa não chega a ser inviável para um conjunto de organizações ou uma que seja bem estruturada, girando em torno de mil euros mensais. O acordo foi, então, dar suporte para a comunicação, não somente na Tunísia, mas em todo o mediterrâneo através daquele canal via satélite que passou a se chamar MIR, a *Med Info Radio* (“mir” quer dizer paz em russo e também o nome de um dos primeiros satélites orbitais russos). A tecnologia via satélite era a mais adequada também pela segurança na continuidade da comunicação: para interromper um canal de satélite faz necessário cortar um buquê de canais, com implicações múltiplas. De sua parte, a Tunísia conformou um centro de produção radiofônica e de capacitações clandestinas, de onde passaram a enviar seu material via FTP seguro para Roma. Da capital italiana, um *streaming* seguro transmitia para Milão, onde uma empresa fazia o link, disponibilizando o conteúdo via satélite diretamente para as TVs das casas tunisianas, ainda que somente em áudio. Diasio denota aí uma batalha cultural em convencer o público a ouvir rádio pela TV. Mas num país de monopólio estatal na comunicação, novos canais são ansiados. O MIR foi uma experiência que durou por anos e cumpriu uma etapa no processo de constituição do movimento de rádios livres tunisiano.

Depois da queda de Ben Ali – a primeira de uma sequência na Primavera Árabe – já havia um movimento de rádios livres. Tais emissoras nasciam *alegais*, já que funcionavam sem regulamentação. Foi quando a AMARC, no novo momento democrático do país, passou a atuar em outras frentes para desenvolver tal movimento. Um primeiro problema era a questão dos transmissores no país. Para se ter um transmissor de rádio tem-se que passar por um escritório nacional de telecomunicações, que faz a gestão dos transmissores, da cobertura e do plano de frequência. Isso sem falar do preço alto, inacessível para as comunidades. Assim, membros da AMARC internacional começaram a trabalhar para, digamos, “facilitar” a entrada de transmissores no país e ir rompendo o ainda monopólio e a primeira foi a *Rádio Six*, em Túnis, com um pequeno transmissor de 500 watts. Outra frente de ação era a capacitação técnica e estética (num país de sólida cultura de propaganda política, não de comunicação livre), a partir, inclusive de projetos apoiados pela União Europeia. Outro âmbito de ação foi o político. Já antes da ditadura, havia uma ação, por parte da rede de IFEX (*International Freedom of Expression*), iniciada em 2005, o *Tunisian Monitoring Group*, uma plataforma de organizações ligadas ao direito à comunicação que faziam lobby internacional e monitoramento da situação da comunicação tunisiana. O líder desse grupo, após a revolução, veio a ser o primeiro diretor da instância de regulação dos meios. Isso facilitou a incidência das organizações internacionais tanto na legislação quanto na regulamentação. Em maio de 2015, contavam-se dez rádios comunitárias com licença sob uma legislação bastante favorável, inclusive sem limitações de potência.

Por fim, para Diasio (2015), a rapidez com que se deu o processo também o fragiliza de algum modo. Para ele as rádios comunitárias tunisianas ainda carecem de forjar uma identidade e objetivos mais definidos. De todo modo, o que se passa na Tunísia trata-se de uma experiência única no mundo árabe, inclusive por contar com uma autoridade independente (dos partidos políticos em questão). Nos demais países, a AMARC trabalha na perspectiva do possível: por exemplo, em Marrocos, conseguiu-se uma abertura de diálogo e iniciou-se um processo de conceder rádios comunitárias a partir de licenças temporárias (isso se deu, por exemplo, no caso da Inglaterra). O próximo passo, depois de um movimento constituído, é pressionar com uma lei.

5.2 NOVAS DEMANDAS TECNOLÓGICAS

As descobertas tecnológicas que permitiram a comunicação oral à distância partem do *ponto-ponto*, passam pela hegemonia do *ponto-muitos* para, na atualidade, desembocar no *muitos-muitos*: do telégrafo ao telefone, da radiofonia amadora ao veículo massivo rádio, do cassete aos *podcasts*, percebe-se um processo de expansão, diversificação e de posterior apropriação.

Veja a origem dessa história toda, quanto às descobertas tecnológicas de fins de século XIX que lançariam as bases para a radiofonia. O rádio tem vários pais-inventores e só pôde ser inventado por conta da *economia da dádiva* da Ciência: antes (e para) que o italiano Marconi, o croata-americano Tesla e o brasileiro Landell fizessem suas descobertas, outros cientistas, de outras partes e momentos do mundo, compartilharam (ou tiveram plagiado) seus achados científicos: essa corrente contínua e aparentemente desconexa de pequenas preciosidades fica só a espera de alguém que as organize e as orquestre para um determinado fim, fechando mais um ciclo de expansão, diversificação e apropriação. Se com a tecnologia do rádio foi assim, poucos sabem que o verdadeiro pai-inventor do veículo massivo rádio foi um executivo bielorrusso da empresa estadunidense *General Electric*, David Sarnoff: ele aplicou os achados de Marconi, Tesla e Landell para uma concepção ponto-massa: depois, quando a ideia de sua *radio music box* foi incorporada pela gigante *Radio Corporation of America* ficou selada a corrente majoritária da unilateralidade no fluxo da informação radiofônica americana. Por fim, ainda menos sabem que, antes de Sarnoff, no começo do século XX, se formara

um grupo grande de adolescentes e jovens conhecidos como “*hams*” [amadores], que usavam sucata para desenvolver aparelhos de rádio que eram ao mesmo tempo transmissores e receptores, e formavam clubes e associações para a educação, ajuda mútua e a autogestão local e regional do espectro (...) que desenvolveu um sistema complexo de comunicação e retransmissão horizontal, capaz de fazer as mensagens circularem de costa a costa nos EUA (FIGUEIREDO, 2015b, p. 388).

O destino dos *hams* seria selado pelas corporações radiofônicas e a centralização estatal a partir da lei de 1912 que monopolizaria o espectro. Porém, como vimos em 4.1.4, já na década seguinte os sindicatos fariam uso do veículo para sua comunicação com os trabalhadores, até que a reorganização do espectro varreria as comunitárias estadunidenses do dial, ainda que nunca da História. Aqui também, como vimos em 3.2, o rádio brasileiro nasce radioclube, com o espírito de um Roquette-Pinto para menos de uma década depois, fruto da regulamentação estatal, virar majoritariamente comercial, a fim de impulsionar um mercado consumidor dos produtos estrangeiros (Coca-cola, Colgate, Palmolive etc.) até desconhecidos do público. Poderíamos seguir contando micro e macro-histórias em que os desdobramentos

são parecidos. Porém, o que se vê é uma expansiva produção coletiva prestes a ser privatizada, sob a orquestração do Estado; o que é novo ponto de partida, para uma luta contínua e expansiva.

Nossa breve incursão sobre essa dialética inicia com a discussão sobre a lógica da regulação estatal nas comunicações em consonância com o espírito de cada época. De um lado, veremos as políticas públicas nacionais atuais liberalizarem seus mercados em favor da fluidez dos fluxos do capital, das corporações transnacionais e de suas forças destrutivas a privatizar todas as esferas da vida. De outro, expande-se um movimento em rede que resgata práticas solidárias e comunitárias de compartilhamento de saberes e tecnologias desde os territórios, restaurando o *comum* outrora privatizado.

5.2.1 O novo interesse público nas políticas de comunicação

Se no capítulo 3.1 dissemos que há consenso de que as políticas públicas de comunicação devem se guiar pela diversidade e pluralidade, o mesmo se dá com o entendimento de que elas devem ter como objetivo último o *interesse público*. O consenso logo termina porque a definição do que é interesse público é alvo de conflitos. Além disso, os valores que historicamente o sustentam e lhe dão forma mudam ao ritmo das transformações tecnológicas, culturais e sociais e das disputas políticas.

A formulação de políticas públicas em outros campos também se vale da ideia de interesse público, algo a ser perseguido pelo Estado em favor de seus cidadãos. Acontece que “as ações governamentais em nome do ‘interesse público’ em questões de comunicação tem há muito sido complicada pela relação ambígua do estado e seus cidadãos em relação à liberdade de comunicação” (VAN CUILENBURG e MCQUAIL, 2003, p. 183). Isso fica expresso em exemplos contemporâneos: o mesmo Estado que aprimora seu aparato legal e institucional para garantir liberdades individuais, é também aquele que as nega, dependendo dos interesses (notadamente econômicos, mas também políticos) em jogo. (O caso Snowden e o das rádios comunitárias americanas (cf. 4.1.4) é paradigmático para um país que se arvora guardião mundial da liberdade individual).

De acordo com Van Cuilenburg e Mcquail (2003), mais claros são, contudo, os *valores e critérios* que conformam uma determinada noção de interesse público num dado momento histórico e que, assim, orientam as políticas, inclusive de comunicações. No texto

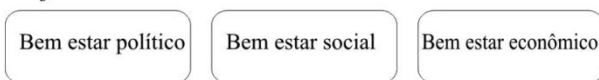
*Media Policy Paradigm Shifts: Towards a New Communications Policy*³²⁶, os autores propõem um novo paradigma para políticas que dê conta dos desafios das novas comunicações, da informatização e da convergência midiática.

No geral, um modelo clássico de política de comunicações formulado por um determinado governo³²⁷ estaria conforme a Figura 2. Partindo da busca do *interesse público* como premissa fundamental, determinados objetivos (políticos, sociais e econômicos) devem ser atingidos e baseados em valores sociais conjunturais. Aqueles associados ao *bem-estar político* são impulsionados pelas instituições políticas democráticas. Com isso, *democracia e liberdade de expressão e de publicação* seriam valores essenciais e estariam articulados com a noção de *igualdade*, que exige uma disponibilidade ampla e pública de *acesso* aos meios e conteúdos de comunicação, já que a “participação na vida cívica também presume acesso compartilhado e adequado à informação e ideias para transmitir e trocar tais bens”. Em relação ao *bem-estar social*, os objetivos já são mais divergentes, dependendo do contexto nacional, mas normalmente estão ligados à *ordem e coesão social*, relacionando uma ideia de nação que abarque categorias linguísticas, étnicas, regionais e subnacionais. Por fim, o objetivo do *bem-estar econômico* muda de acordo com as necessidades sociais de comunicação, assim “sob as condições da sociedade da informação, o sistema de comunicação é parte integrante da economia e forma um mercado importante e elaborado em si mesmo” (VAN CUILENBURG e MCQUAIL, 2003, p. 185). Entram aqui valores como *eficiência, empregabilidade, lucratividade, inovação e interconexão*.

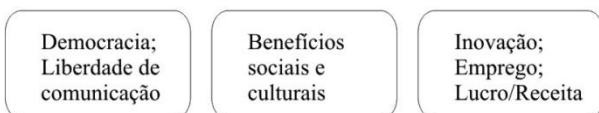
Figura 2 – Elementos de uma política nacional de comunicações

Interesse público geral

Objetivos



Valores/critérios



Fonte: VAN CUILENBURG e MCQUAIL, 2003, p. 184 (fragmento)

³²⁶ Em tradução livre, *Mudanças no Paradigma da Política de Meios: rumo a uma Política para Novas Comunicações*.

³²⁷ Apesar disso, os autores reconhecem uma tendência de os governos incorporarem sobremaneira as estratégias de negócios das corporações de comunicações (radiodifusores e teles, por exemplo).

Entrando nos detalhes evolutivos da noção de interesse público e seus valores basilares, Van Cuilenburg e McQuail distinguem três fases ou paradigmas das políticas de meios:

a) 1ª fase: paradigma da política industrial das comunicações emergentes (até a 2ª Guerra Mundial): *interesse público* se confunde com *interesse da nação* (econômico e militar) e há um objetivo geral de consolidar o desenvolvimento das tecnologias existentes (telégrafo, telefonia e sem fio). Políticas de comunicação, se perseguidas, o eram por razões de interesse de estado e benefícios corporativos financeiros;

b) 2ª fase: paradigma dos meios de serviço público (1945–1980/90): após a 2ª Guerra Mundial, há uma mudança não radical, mas de perspectiva e as políticas de meios passam a ser dominadas pela *sociopolítica* mais que por *estratégias econômicas ou nacionais*, refletindo “um espírito mais coletivista e a maturidade das políticas de democracia plena (...). O processo de amadurecimento envolveu uma avaliação mais adequada do significado dos meios massivos para a vida política e social em uma ‘democracia de massa’” (VAN CUILENBURG e MCQUAIL, 2003, p. 191-192). O foco ainda está no interesse nacional, que chega a legitimar a intervenção do governo nos mercados de comunicação para fins sociais e o monopólio estatal em diversos países. Mas o principal interesse é a *democracia* e a *diversidade seria um intermediário*;

c) 3ª fase, atual (de 1980/90 em diante), onde um novo paradigma ainda é perseguido: de 1980 em diante, tendências tecnológicas, econômicas e sociais vêm mudar fundamentalmente as políticas de meios. É quando veremos países optarem por políticas de quebra de monopólios nas comunicações e privatizarem o quanto possível, seguindo países de tendência liberal, como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha.

Uma característica da atualidade é que a regulação da radiodifusão está cada vez mais conectada à das telecomunicações, devido ao processo de *convergência midiática*, tornada agenda. Apesar de apontarem a *convergência* como principal fator de mudança de paradigma, Van Cuilenburg e McQuail destacam que a principal influência tem sido mesmo a *ambição econômica* das corporações de mídia e dos governos quanto às novas tecnologias. Presenciamos uma ação discricionária do Estado no que se refere à liberalização e a normatização: “os governos estão recuando na regulação onde ela interfere no desenvolvimento do mercado e dando relativamente mais prioridade à economia do que ao bem-estar social, cultural e político quando as prioridades têm de ser definidas” (2003, p. 198). Nas comunicações – e em outras áreas – ao contrário do que é, por vezes, apregoado,

não estamos vendo uma redução do Estado quanto à coisa pública, mas o público entendido como coisa a ser vendida pelo próprio Estado. Assim

o ‘interesse público’ está sendo redefinido significativamente para abranger valores *econômicos* e *consumistas*. (...) Os conceitos de ‘exclusão digital’ e ‘lacunas de informação’ ainda figuram no discurso de fundo das políticas, mas, na prática, a política a esse respeito procura principalmente maximizar a oportunidade de os consumidores terem *acesso* a novas mídias (grifos nossos, 2003, p. 200-201).

Teríamos um novo esquema de valores (Figura 3) que sustenta o interesse público como objetivo principal no contexto de políticas de comunicação desta 3ª fase.

Figura 3 – 3a Fase (1980/90–atual): um paradigma emergente de política para novas comunicações



Fonte: VAN CUILENBURG e MCQUAIL, 2003, p. 202.

A partir dessa nova estrutura de valores num ambiente de “convergência de tecnologia, liberalização dos mercados de comunicação e informação e comunicação em abundância”, os autores, em busca de um novo paradigma de política de comunicações, propõem três valores com probabilidade de preponderância: *liberdade de comunicação*; *acesso* (aplicado à estrutura, conteúdo e às audiências, no âmbito do emissor e receptor), e; *controle/prestação de contas* (controle + responsabilidade sobre utilização do acesso). Em uma palavra, os autores defendem que “em um contexto de convergência tecnológica e aumento da concorrência de mercado, políticas de comunicação tendem a ser essencialmente política de *acesso*” (VAN CUILENBURG e MCQUAIL, 2003, p. 205, grifo nosso).

Um dos méritos dos estudos da Economia Política da Comunicação está em sua capacidade de *desvelar* os valores, as estratégias discursivas e as lógicas de poder que subjazem as políticas nacionais em comunicação. Se o interesse público é um conceito contestável e em disputa, no mínimo, também diz muito do *ethos* que orienta e dá sustentação

ideológica às ações estatais num dado momento histórico. Porque, como vimos, as políticas de comunicação (e qualquer política pública, na verdade) precisam se ancorar em valores que, ainda que conjunturais, precisam estar suficientemente hegemonizados na sociedade, a fim de sejam aceitas aquelas políticas. Ou seja, o *ethos* de nosso tempo é tal que, o bem-estar econômico não só é priorizado em detrimento dos bem-estares social, cultural e político, como tal prioridade tende a ser a *vendida* e é *facilmente aceita* como essencial para a garantia dos demais.

5.2.2 Commons e a nova disputa pelo ar

Como bem pontuaram Van Cuilenburg e McQuail, no âmbito das políticas públicas em comunicação, o processo generalizado de convergência midiática implica que a regulação da radiodifusão e a das telecomunicações estão cada vez mais interdependentes. Saltando para o nosso objeto, isso significa que a histórica disputa das rádios comunitárias por espaço no espectro eletromagnético tem agora competidores novos, ambiciosos e gigantes. Em entrevista para o autor, o secretário geral da AMARC usa uma metáfora interessante para ilustrar os novos desafios do setor:

É como se houvesse um palácio e nós [comerciais, públicas e comunitárias] estivéssemos compartilhando um andar. (...) E estamos os comunitários com um quarto, o público com dois apartamentos muito lindos e as comerciais com todo o resto. O problema não é mais só no nosso andar, mas na gestão de todo o palácio. E agora esse palácio está em plena construção, com o 3G no terceiro andar, está construído o 4G no quarto andar e já estamos pensando em fazer o 5G no quinto andar. Então, precisamos encontrar um meio de nós, que estamos no mesmo andar (...) encontrar um acordo. Porque não somos nós os nossos inimigos. Os nossos inimigos são os que querem comprar todo o palácio. E nesse momento, os que querem comprar todo o palácio e que tem o dinheiro para isso são as teles [empresas de telefonia] (DIASIO, 2015).

Como vimos no capítulo anterior, em cada país, os inimigos históricos e comuns das rádios comunitárias têm sido os radiodifusores nacionais, normalmente comerciais e, em alguns poucos casos, públicos. As campanhas difamatórias, os lobbies políticos nos parlamentos, as denúncias de irregularidades todas vinham desse opositor em disputa pelo espaço radioelétrico, político e de mercado. A entrada das empresas de telefonia em cena desloca o âmbito e a magnitude da disputa: se, na maioria dos países, os radiodifusores são ou representam oligarquias nacionais, as teles são empresas transnacionais a serviço da elite financeira internacional.

Aliás, o modo de ação e a razão de ser dessas empresas são, talvez, a melhor demonstração dessa nova forma de soberania e poder mundial, que Hardt e Negri nomearam *Império*: a forma política da globalização capitalista, sob a égide da financeirização do mundo e da informação instantânea (cf. 2.1.3). Isso porque as teles são corporações transnacionais que, em todo lugar (ainda que de lugar nenhum), pressionam os Estados a gerenciar os ambientes nacionais de mercado aos interesses de seu lucrativo negócio que está em plena expansão justamente por oferecerem a infraestrutura do maquinário que produz o bem de maior valor agregado no estágio atual do capitalismo: comunicação. Ainda que a infraestrutura da telefonia dependa de um complexo coordenado de tecnologias (satélites, fibras óticas, cabos submarinos etc.), a atual imprescindibilidade da comunicação instantânea e ubíqua dos dispositivos móveis aumenta o apetite das teles pelo uso monopolístico do ar. Isso porque, assim como rádio e TV, a telefonia celular faz uso do espectro eletromagnético para o tráfego de dados. A faixa inicialmente reservada para o serviço foi insuficiente e novas alocações já estão no limite, dado o crescimento exponencial do setor (devido principalmente à demanda por internet sem fio) e da necessidade de tecnologias de transmissão mais eficientes.

Voltando à metáfora de Diasio, não se trata mais somente de um vizinho rico a construir mais andares: ele agora pressiona pelos andares já ocupados. Um exemplo foi a tentativa de incorporar frequências reservadas para a radiodifusão na última Conferência Mundial de Radiodifusão (*World Radiocommunication Conference, WRC*), realizada em Genebra, em novembro de 2015. Como se sabe, a gestão do espectro eletromagnético fica a cargo de cada Estado-nação, mas suas regras universais são definidas no âmbito da União Internacional das Telecomunicações (ITU), que reúne seus membros a cada quatro anos para definir sua governança. A última grande pauta era o futuro das faixas da banda UHF 470-695 MHz para utilização da tecnologia 4G. Nils Brock explica que “em muitos países do mundo pelo menos partes dessas frequências estão sendo usadas para a transmissão de TV digital terrestre, como também no Brasil e outros 12 países da América Latina que adotaram o padrão SBTVD [nipo-brasileiro de TV digital]”. O lobby das teles pressionava para que a radiodifusão fosse retirada por completo dessa faixa, propondo “reorganizar a televisão digital aberta longe da banda UHF, usando transmissões por satélite, cabo e TV por Internet (IPTV)”. A delegação ministerial brasileira era uma das que encabeçava o grupo contrário. Em nossa reunião do conselho da AMARC Brasil com o MiniCom, em outubro de 2015, seus representantes na WRC assumiam dificuldades de vitória, tendo em vista que a disputa pela

faixa representa negócios da ordem de *quadrilhões* de dólares. Eles informaram que os EUA estariam fazendo lobby tête-à-tête para a liberação da faixa, juntamente com a Ericsson³²⁸. Outra frente de luta assumida pelos brasileiros seria a defesa da faixa das Ondas Curtas (OC), agora ameaçada pela tecnologia de energia sem fio, cujo uso interfere no início da faixa OC. Por fim, a WRC 2015 acabou decidindo pela não alteração da regulamentação da faixa, o que garante, ao menos até 2023, o desenvolvimento da TV digital. Em seu texto, Brock lamenta que “a única gota de amargura foi à justificativa da decisão: os custos de mover a radiodifusão pra ‘fora’ teriam sido 4 vezes maior que os beneficiários de um uso móvel das bandas em disputa”, ou seja, um argumento puramente mercantil, sem qualquer embasamento social ou político³²⁹. Por outro lado, a decisão dá indícios da fragilidade dos acordos sobre o espectro, negociáveis e alteráveis assim que se mostrarem lucrativos.

Esse novo paradigma na disputa pelo ar sublinha as muitas deficiências das regulamentações nacionais quanto ao uso do espectro eletromagnético e reacende a luta contra sua privatização. Surgem, assim, novas demandas tecnopolíticas que reivindicam o espectro como *bem comum*, defendendo o chamado *espectro livre* e incentivando práticas comunitárias de acesso à telefonia e às redes digitais, como vimos em 5.1.2

A defesa do espectro eletromagnético como *bem comum* integra um movimento mais amplo de defesa da gestão compartilhada de recursos (materiais e imateriais) por comunidades, baseada na cooperação e dependência mútua: os *commons*. Tal movimento parte das contribuições da economista Elinor Ostrom (1990) e seus estudos sobre comunidades que desenvolvem arranjos institucionais para a gestão sustentável dos recursos naturais, a fim de evitar sua escassez ou esgotamento. É a partir daí que Ricoveri, em *Bens comuns versus mercadorias* (2012), sustenta que a defesa dos bens comuns (onde ainda existem) e sua reposição (onde já foram privatizados) ultrapassa a questão da justiça distributiva dos recursos, mas se configura como a resposta mais apropriada à força destruidora do sistema econômico dominante: ou seja, um caminho possível para a construção de uma sociedade e de um modelo de desenvolvimento alternativos a mercantilização de todas as esferas da vida (p. 6). A amplitude disso que Bollier chamou de *setor negligenciado de produção de riquezas*, pode se “referir aos recursos compartilhados

³²⁸ De olho no mercado brasileiro, o presidente da Ericsson, Hans Vestberg, anunciou que os testes de telefonia móvel de quinta geração (5G) devem acontecer no Brasil, ainda em 2016. O anúncio aconteceu durante a visita da presidente Dilma Rousseff e do então ministro das Comunicações, André Figueiredo, à sede da empresa, na Suécia. O encontro ocorreu em outubro de 2015, um mês antes da WRC 2015. Disponível em https://www.ericsson.com/br/news/2015-10-19-brazil5g-po_254740126_c. Acesso em 4 de agosto de 2016.

³²⁹ Disponível em <http://amarcbrazil.org/um-respiro-na-luta-pelo-uso-democratico-do-espectro/>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

que uma comunidade constrói e mantém (bibliotecas, parques e ruas); aos recursos nacionais pertencentes a todos (lagos, florestas, vida silvestre); e aos recursos mundiais que todos os seres vivos necessitam para sobreviver (a atmosfera, a água e a biodiversidade)” (2012, p.43).

Com foco nos recursos comuns imateriais, Lafuente e Corsín Jiménez apontam que “os bens comuns são atuais, vitais e extremamente sofisticados, preenchidos de sabedoria por todos os lados, tecnologia e política” (2011, p. 12). Os autores atualizam aqui a dinâmica de sua criação, recriação e, posteriormente, sua apropriação privada: por nascerem no seio das práticas e necessidades sociais, os bens comuns estão sendo atualizados todos os dias, “não param de crescer e encolher”. Isso porque tão logo surgem na cidade humana, estão sujeitos a serem aprisionados e privatizados pelos negócios, pelo saber científico e pela política. É o que vemos acontecer com terapias indígenas, saberes tradicionais, práticas comunais de pescas: sua inesgotabilidade é selada no instante em que se torna *próprio*. Mas a privatização de um bem comunitário não implica apenas no seu esgotamento, mas (mais grave e estrutural) no esgotamento do que o sustenta: “a degradação de um bem [comum] implica no enfraquecimento de uma comunidade” (LAFUENTE e CORSÍN JIMÉNEZ, 2011, p. 12). Isso porque são, antes de tudo, *relações sociais* que baseiam os bens comuns, “não valem o que indica seu preço, mas participam de outros valores, associados à justiça social e ao enraizamento local, que não são externalizados” (p. 15). A relação orgânica é tal que sua supressão desfere um duplo golpe na comunidade: pela sustentabilidade material que assegurava e pela sustentabilidade axiológica que seu compartilhamento significava. Os valores essenciais à conformação da comunidade são os mesmos que a levam a “patrimonializar sem privatizar” os bens comuns: isso porque, a economia que regula seus intercâmbios não está orientada pelo benefício individual, mas na sua capacidade em atender as necessidades coletivas.

Na comunicação, o movimento dos *commons* luta pela reversão do atual processo de *clausura* dos saberes, das técnicas e das plataformas produtivas dos bens culturais. Além da gestão do espectro eletromagnético, tem importância o movimento em defesa do software livre. Na verdade, o que se renova aqui é o próprio espírito colaborativo, aberto e libertário que marca o início da internet: apesar do financiamento militar inicial dos cientistas desenvolvedores, rapidamente a “estes se associou a cultura dos movimentos libertários, contestatórios que procuravam nela um instrumento de liberdade e de autonomia face ao Estado e às grandes empresas” (CASTELLS, 2000, p. 23). O embate do movimento de software livre contra a propriedade intelectual e corporativa dos recursos computacionais não

é negativo: ao contrário, a luta é pela garantia de privacidade, liberdade e autonomia dos usuários e desenvolvedores. A partir da perspectiva de gestão de bens comuns, Bollier classifica programas de computador e sites colaborativos (como o Wikipedia) na mesma *economia da dádiva* que, por exemplo, “a ciência, que favorecem a criação e a difusão de pesquisa e informação” (2012, p. 43). Trata-se, enfim, de um recurso não só inesgotável, mas que se enriquece justamente no uso e na troca. Com programas abertos, ou seja, todos tendo acesso aos códigos, há a possibilidade de alterá-los e aprimorá-los: “quando muitos programadores se unem a uma comunidade de software livre e muitas pessoas usam o mesmo software ao mesmo tempo, não se esgota este bem comum, mas sim se agrega valor ao corpo compartilhado do código do software” (id., p. 49). Além dos códigos, a defesa do movimento de software livre é pela abertura também dos conteúdos, o chamado *copyleft*. Em contrapartida ao *copyright* (“todos os direitos reservados”), o autor pode escolher um tipo de direito que será aplicado a sua obra (“alguns direitos reservados”). Normalmente isso se dá fazendo uso de uma licença *Creative Commons*³³⁰: dentre as diversas possíveis, na licença mais comum o autor mantém a titularidade dos direitos autorais e o uso comercial da obra, mas autoriza a cópia, distribuição, exibição e execução da sua obra, para que seja usada como ponto de partida para outras criações, desde que seja dado o crédito.

Quanto ao espectro eletromagnético, os *commons* defendem o chamado *espectro livre* ou comunitário reivindicando autonomia na gestão de uma parcela do que entendem como patrimônio imaterial da humanidade. Na prática, seus defensores propõem o uso não licenciado e não comercial de partes de todas as faixas do espectro: ou seja, tanto um provedor de internet ou de telefonia celular quanto uma emissora de rádio ou TV.

De acordo com seu verbete no Wikipedia, o também chamado *espectro aberto*

se baseia na ideia de que a tecnologia pode reduzir ou mesmo eliminar a necessidade de os governos microgerenciarem as comunicações sem fio. Em diferentes contextos, pode ser interpretado como: um ideal de liberdade no uso de radiofrequências; uma crítica à gestão tradicional do espectro; uma proposta decorrente de tendências em design de rádio.

Uma dessas tendências é o chamado *rádio inteligente*. Gindre explica que, nos receptores com tal tecnologia, “várias emissões podem trafegar pelo mesmo espaço e nosso aparelho saberá descartar o que não lhe interessa e se fixar apenas no sinal que buscamos” (2007). Com isso, essa tecnologia torna desnecessária a alocação de faixas de espectro

330 O *Creative Commons* é um projeto sem fins lucrativos, presente em diversos países do mundo, que disponibiliza licenças flexíveis para obras autorais. <https://creativecommons.org/>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

específicas para cada emissor, conseqüentemente, aumentando o espaço disponível. Além do rádio inteligente, o verbete no Wikipédia cita que “telefones sem fio podem mapear automaticamente a banda para selecionar um canal livre. As redes celulares GSM podem ser alocadas dinamicamente quando as frequências celulares estão habilitadas”. Além dessas, acrescentamos a tecnologia *multiplex* do rádio digital, que permite a transmissão de diferentes programações numa mesma frequência do dial (cf. 5.1.1). Enfim, levando em conta essas tecnologias, Gindre lança a pergunta: “se já não há escassez, por que a necessidade de licenças do Estado?” (GINDRE, 2007).

Recentemente no Brasil, uma consulta pública (23/2015)³³¹ da Anatel reacendeu o debate da exploração dos serviços de telecomunicações de forma desburocratizada, em caráter social e sem fins lucrativos. Além do artigo 5º da Constituição Federal (“é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”), a base estaria na própria Lei Geral de Telecomunicações (LGT) que, em seu Artigo 131º, §2º determina que “a Agência definirá os casos que independem de autorização” para a exploração do serviço de telecomunicação em regime privado. Por se tratar da LGT, a consulta não faz referência à radiodifusão.

Na verdade, ainda que o conceito de espectro livre seja amplo, as práticas de uso compartilhado de redes livres e comunitárias tem se concentrado na tecnologia Wi-Fi, inclusive pelo fato de os roteadores ocuparem uma faixa do espectro dispensada de licenciamento (cf. 5.1.2). Com isso, mesmo organizações mundiais como *Open Spectrum Foundation* (www.openspectrum.info) excluem a radiodifusão (rádio e TV) como um bem comum, entendendo como ultrapassada essa forma de comunicação.

5.2.3 A luta política em rede

É não só eurocêntrico, como perigoso, chamar de “ultrapassado” o meio de comunicação eletrônico que, como vimos no capítulo anterior, continua sendo o único acessível para grandes contingentes populacionais, em lugares do mundo marcados pela injustiça e desigualdade social. Cometeríamos, contudo, o equívoco inverso se ignorássemos que a comunicação em rede (digital ou não) tornou-se a estratégia mais adequada para responder aos desafios políticos atuais.

³³¹ Disponível em

<http://sistemas.anatel.gov.br/SACP/Contribuicoes/TextoConsulta.asp?CodProcesso=C1876&Tipo=1&Opcao=andamento>. Acesso em 12 de dezembro de 2015.

Se no início dessa pesquisa afirmamos que todos os tipos políticos e seus respectivos modos de ação política coexistem e se retroalimentam na atualidade (cf. 2.1), o modo de agir baseado na *rede*, na *cooperação* e na *colaboração* via novas tecnologias de informação e comunicação definitivamente influencia todas as plataformas políticas, movimentos sociais e espectros políticos.

Dias antes da votação na Câmara dos Deputados que aprovaria a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, circulou o vídeo do samba-funk “Golpe não” (Chico César/ Coruja BC1/ Luis Felipe Gama/ Rico Dalasam/ Vanessa/ Dirk Barbosa/Luis Gabriel) composto, interpretado e gravado de forma colaborativa, que versava: “O *machismo* mata, a *imprensa* mente, mas a *internet* é o nosso canal / Somos a guerrilha na nova trincheira, a nação guerreira do bem contra o mal”³³². Sem ser arma exclusiva dos contrários ao impeachment, no arsenal cibernético utilizado na guerra “do bem contra o mal”, a comunicação em rede também era arma exibida pelos favoráveis ao afastamento da presidenta. A três dias da votação, um videoanuncio online divulgava o “Lista Negra”³³³, um aplicativo de celular para monitoramento colaborativo, em tempo real, de todos os deputados que viessem a votar contra o impeachment. Sobre trilha sonora de suspense, um narrador explicava que, ao baixar o aplicativo, todos os “brasileiros de bem” passavam a estar conectados: toda vez que o ativista entrasse na área de influência de um dos deputados da Lista, o aplicativo entraria em alerta. Assim, ao avistar um dos “traidores”, o ativista poderia soar o alarme e convocar imediatamente os demais ao seu redor para cobrar pessoalmente o voto do parlamentar: “aqueles que trabalham contra o Brasil serão sempre lembrados onde estiverem”. E, numa curiosa individuação às avessas do *Big Brother* orwelliano, acrescentava: “com o tempo, o Lista Negra aprende quais os lugares mais frequentados pelo deputado e vai ficando cada vez mais eficaz”. Também as postagens, “curtidas” e compartilhamentos dos deputados em redes sociais são avisadas em tempo real “para que a cobrança aconteça também virtualmente, diariamente... Para sempre”.

A política transbordou o espaço e o tempo das ágoras tradicionais (parlamentos, programas de rádio e TV, bares, jornais, praças, festas, associações de bairro) para transar vida pública e privada tendo o mundo virtual como prótese. A batalha de ideias agora é no presente contínuo do “corpo-a-corpo” das redes sociais, dos celulares, das listas de emails, de aplicativos de mensagens instantâneas: textos, imagens, áudios e vídeos migram de uma plataforma a outra em ações-rede que independem da corporeidade enquanto origem, ainda

³³² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i4uaEEq4PNo>. Acesso em 27 de abril de 2016.

³³³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qr5T6Z4TLSE>. Acesso em 27 de abril de 2016.

que continuem a perseguindo enquanto fim (o corpo foi, é e sempre será o principal alvo da política). Por trás (e na base) de todas essas inovações está a tecnologia da rede. Woolley (1993) ao tratar das redes, retoma o insight de Marshall McLuhan da tecnologia como extensão dos corpos humanos:

Assim como as redes de comunicação se espalharam pelo globo, o mesmo ocorreu com nossa rede neural (...) nossos cérebros são intercâmbios de um sistema nervoso que se estende ao redor do mundo todo (...) a tecnologia que tornou isso possível é a rede. Redes não são novas (...) o que é novo é a tecnologia de comunicação que permitiu informações de qualquer tipo fossem transportadas de um lugar para o outro independentemente da distância (WOOLLEY, 1993, p. 214-215, tradução nossa).

A atual preponderância da nova tecnologia da comunicação de que fala Wooley tem estabelecido a rede como paradigma de nosso tempo. Erick Felinto (2013) entende que o conceito de rede tem a força de explicar a contemporaneidade, como que representando uma ontologia do presente. Invocando Flusser, quanto ao seu entendimento da “sociedade telemática”, Felinto define a rede como o espaço para a *política criadora do novo*. E se refere ao novo não só do mundo, mas de nós mesmos, já que seria na rede das relações intersubjetivas que as pessoas se realizam (no encapsulamento da identidade não usaríamos todo o nosso potencial). A forma-rede teria e *seria* uma técnica em que seria possível a realização do indivíduo no outro: “a estruturação em rede constitui, portanto, mais que um paradigma tecnológico. Ela implica uma outra antropologia (e uma outra ontologia), na qual todos somos *nós* de relacionamentos” (p. 84). Dizendo de outro modo, entendermo-nos como *nós de relacionamentos* no paradigma da rede significa acionar o jogo de alteridade numa perspectiva relacional, não hierárquica e horizontal.

Numa definição elementar, Malini e Antoun apontam a rede como “um grupo (rede) formado por atores (nós) e seus vínculos (ligações) cujo relacionamento tem uma estrutura padronizada” (2013, p. 69). Acontece que o padrão dessa estrutura nunca é um pré-dado, já que continuamente dependerá das ligações entre e das ações dos nós, eles mesmo afetados pela (e afetando a) forma resultante da ação-rede. O nó não pode ser nunca apreendido enquanto *lugar*, somente enquanto *referência*: sua posição só pode ser definida em relação a outro nó, o que invoca simetria (não que as redes estejam imunes a posições de poder, mas essas tendem a deslizar na horizontalidade de sua forma). Também somente referencialmente podemos apreendê-lo no *tempo*: o nó antecede e procede uma ação-rede, em última instância, sua razão de ser.

Tampouco os *nós* podem ser reduzidos a pessoas. Convencionou-se chamar “internet das coisas” (IoT, *internet of things*) a interação, independente da ação humana, entre objetos “inteligentes”, cuja miríade vai desde maquinários industriais a objetos pessoais, como camisetas e relógios. Através de sensores e microprocessadores, as “coisas” geram dados e transmitem entre si; na ponta seguinte, softwares cada vez mais sofisticados interpretam quantidades imensas de informações e “decidem” atuar ou retransmiti-las através de uma infraestrutura de rede cada vez mais global, dinâmica e interconectada; o “fim” do processo é uma dada resposta no mundo físico, cujo estímulo pode retroalimentar uma outra “coisa” inteligente, num sistema que tende ao infinito e pode, todo ele, prescindir da ação humana. Ainda que, enfim, seu objetivo final seja influenciá-la e nas mais diversas áreas, inclusive na política.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a campanha de Aécio Neves (PSDB) utilizou robôs indianos e sul-coreanos durante um dos debates televisivos nas eleições de 2014. Segundo Fábio Malini, coordenador do Labic e da pesquisa em questão, os chamados perfis “BOTS” contam com um “ecossistema sofisticado de tentativa de manipulação da opinião por meio das redes sociais”. Ainda que sejam cuidadosamente criados (com descrição do perfil, *posts* sobre rotinas diárias, fotos de amigos etc.), o que os tornam identificáveis é a produção contínua de mensagens de agressão e oposição ao candidato concorrente. Malini aponta que essa tecnologia traz um novo dilema para a democracia: “se havia, no século XX, filtro humano de relevância social (mesmo que contestado) que foi a imprensa, nas redes sociais, apesar de ampla democratização do pensamento que elas trazem, muitas ‘gangues digitais’ passaram a vender a capacidade de pautar a sociedade”³³⁴.

Ante ao dilema se impõe uma realidade em que qualquer rede de atores só pode ser inteiramente desvelada se compreendida como um compósito de elementos humanos e não humanos conectados, sendo melhor nominá-las *redes sociotécnicas*. Tem-se atribuído a popularização desse entendimento da rede principalmente às descobertas de Latour em torno da teoria do ator-rede (TAR). Antes que uma teoria sobre redes, o autor insiste que a TAR é um método sociológico e um posicionamento epistemológico que encara o social como essencialmente tecido em rede: assim, uma “rede” (cibernética ou de rádios comunitárias, por exemplos) deve ser entendida como (mais) um ator (elemento) numa sucessão de fluxos

³³⁴ Disponível em www.revistaforum.com.br/2014/10/02/campanha-de-aecio-utilizou-robos-nas-redes-sociais-durante-debate-diz-estudo. Acesso em 26 de abril de 2016.

mutuamente determinados em que o protagonismo, se há, está na *ação-rede*. Nesse sentido “estar conectado, estar interconectado, ser heterogêneo, não é o suficiente [para definir uma rede]. Tudo depende do tipo de ação que está fluindo de uma coisa para outra. (...) É certamente o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças que devem ser enfatizados” (LATOURE, 2006, p. 340).

Fernanda Bruno (2012) explica que “agir, segundo a TAR, é produzir uma diferença, um desvio, um deslocamento qualquer no curso dos acontecimentos, das associações” (p. 11). Nesse sentido, é na ação que a rede se atualiza e realiza os termos a que se propõe. Mas ação não é coisa exclusiva de componentes humanos em uma dada rede: para além do exemplo citado de intervenção robótica nas repercussões de um debate político televisivo, um rato entalado na tubulação altera o funcionamento da rede de esgoto de uma casa tanto quanto a largura fixa das tubulações, a temperatura da água dependendo da estação do ano, a abertura de uma torneira etc.. Como se vê todos esses elementos estão interconectados, interdependentes e mutuamente determinados: mas não somente os elementos, isso igualmente é verdade para suas ações (inclusive enquanto *estado de ser*, como no caso da largura de um tubo) e associações (cadeias de ações interagindo com os elementos da rede). Por isso, Latour utiliza termos como *mediação* e *tradução* para singularizar as, digamos, ações-ativas: ações no sentido de *transformação*: “agir, segundo a perspectiva que estamos desenhando aqui, é precisamente fazer outros passarem à ação” (BRUNO, 2012, p. 18). Porém, ser *mediador* ou ser *intermediário* nesse processo dependerá da fração do processo analisada. Na verdade, em última instância, nem caberia falar em “intermediários” de qualquer tipo, dado que a ação-rede nada carrega nem transmite, só faz impulsionar outros elementos a agir. Por isso, humanos e não humanos (dispositivos técnicos, por exemplo) podem tranquilamente funcionar como mediadores desde que operem deslocamentos, desvios, traduções, enfim, transformações nos atores. Enfim, a “rede é o que faz proliferar os mediadores” (p. 16) antes de ser um ente que os contém.

A teoria ator-rede tem uma série de implicações interessantes: primeira, quebra de vez a ideia de uma ação como “individual” ao explicá-la sempre como uma prática coletiva, uma prática de mediação; segunda, pressupõe certa simetria (não hierarquia), dado que os atores-rede tendem a ter as mesmas possibilidades de produzir interferências e mediações; terceira, acarreta o entendimento de que “não somos senhores de nossa própria ação, seja porque nunca agimos sós (outros agem em nós), seja porque nunca somos plenamente conscientes de nossas ações, seja ainda porque nossas ações nos ultrapassam e produzem efeitos

inesperados, que nos escapam” (p. 12). A isso se deve a insistência com o termo hifenizado *ator-rede* para dar conta, em cada ação, dessa sua função *correia*, ao transmitir a força e movimento de um ponto a outro do sistema (inevitavelmente alterado depois de cada ação-rede). Essa última implicação da TAR nos obriga a um sempre olhar de *complexidade*, pois qualquer ação tende a ser subestimada, subdeterminada e suas consequências e origem são incertas, já que nunca sabemos “quando começam, quando acabam, redes que não teriam forma estável e nunca se fechariam definitivamente” (ARENDDT, 2008, p. 9).

Dentro do recorte de nosso trabalho, entendemos que a *ação política* parte de uma *intenção* de deslocamento das relações de poder. Nosso foco, como se vê, foi as ações-rede dos actantes (termo utilizado por Latour para a ação-transformação, ação mediadora) *humanos* e com um recorte preciso da *origem presumida* da ação. Mas, desconsiderar todos os demais que incidem sobre o nosso objeto, seria desconciliá-lo das próprias limitações inerentes à ação política e sobre as quais o agir político procura empreender uma ação transformadora. No fim das contas, a principal consequência do pensamento ação-rede para nossa pesquisa foi fazer do exercício de tomar a *ação política* da rádio comunitária como uma “aposta”, no termo sugerido por Edgar Morin (2005). Com a clareza de que “a ação escapa a nossas intenções” (p. 80), buscamos olhar a ação a partir das *intenções* dos atores políticos, posto que nos indicam *o quê* miram: é onde fazemos o recorte na outra ponta: o que miram é o *destino presumido* da ação. Vamos, assim, ao encontro desse olhar que aborda a *ação como estratégia*: “imaginar um certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que nos cheguem no curso da ação e segundo os elementos aleatórios que sobrevirão e perturbarão a ação” (MORIN, 2005, p. 82). Como bem pontuou certa vez o professor Mohammed ElHajji, “a teoria da complexidade diz que a causalidade é uma preguiça do espírito”³³⁵. Não que o pensamento complexo abra mão da “clareza, da ordem, do determinismo. Porém os sabe insuficientes” (MORIN, id.): o exercício de *abertura do espírito* é tomá-los como ponto de partida, como deve ser qualquer trabalho científico: mais um nó em busca, no fim das contas, do novo de nós mesmos.

5.3 LIMITES TECNOLÓGICOS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

³³⁵ Aula do dia 20 de março de 2014 da disciplina “Comunicação, Identidade e Representações” ministrada para as turmas de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECO/UFRJ.

Uma das características deste momento do capitalismo contemporâneo é a reiterada desarticulação e rearticulação dos sistemas produtivos orquestrada pelas corporações transnacionais e ancorada pelos Estados-nação. Uma das consequências é a “exportação” da injustiça social e da exploração para sempre novos espaços, quando mais rentáveis para o capital, em seu processo infinito de destruição e recriação do espaço. Nesse sentido, também a resistência exige novas e transfronteiriças formas de articulação e organização, o que não implica mera submissão da luta local à global, mas sua correta correspondência. Como afirma David Harvey, em *A condição pós-moderna*, “o estabelecimento adequado de condições numa dada escala – no caso, a consideração conjunta do global e do local – é visto aqui como condição necessária (embora não suficiente) de criação de alternativas políticas e econômicas em outra” (2004. p.117-118). Nesse sentido, a capilaridade propiciada pelas redes alimenta um mecanismo central nesse processo: o grau inédito de intensificação da *internacionalização* das lutas devido às novas tecnologias e às novas sociabilidades:

as escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, (...) das inovações tecnológicas (...) bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (...) Está claro que as escalas hierárquicas em que as atividades humanas estão sendo atualmente organizadas diferem das de, por exemplo, trinta anos atrás (2004, p. 109-110).

A questão parece estar em organizar e fazer dialogar as diferentes escalas até a corporeidade da luta: “é preciso encontrar formas de ligar o microespaço do corpo ao macroespaço daquilo que hoje recebe o nome de ‘globalização’” (p. 74). Para Harvey, nonexo global/local, o *microespaço do corpo* está relacionado a uma tendência, cada vez mais presente, em assumir o *localismo* ou *comunitarismo* “como um ideal de vida social a que devemos aspirar”. Uma das formas possíveis de interpretar tal tendência é entendê-la

como um reconhecimento do fato de que, para a maioria das pessoas, o terreno da *experiência sensível e das relações sociais afetivas* (que constituem a base material da formação da consciência e da ação política) é localmente circunscrito em decorrência da inserção material pura e simples do corpo e da pessoa nas circunstâncias particulares de uma vida localizada (HARVEY, 2004, p. 119-120, grifos meus).

Quando iniciamos nossa pesquisa acadêmica sobre rádios comunitárias, há dez anos, ainda na iniciação científica, nos inquietava um aparente paradoxo: para um ator político de motivação e atuação eminentemente local, quais as vantagens em ingressar e investir sua luta num ambiente de vocação (aparentemente) global, a internet? (MALERBA, 2006). Dentre as conclusões que encontramos, a partir das ferramentas conceituais, estatísticas e analíticas que detínhamos, destacavam-se um promissor “potencial de articulação local-global” e “o

incremento no intercâmbio entre essas emissoras”, o que permitiria que fossem “estabelecidas novas e mais frequentes trocas no nível local-local, exigindo o reconhecimento/estranhamento entre suas demandas e identidades” (p. 55). Como se vê, aquelas preocupações fechavam os olhos para as possibilidades de fortalecimento na interação local-local *intra*, dando mais atenção às interações *entre* as rádios comunitárias via internet. Depois de anos de experiências em diferentes níveis com o nosso objeto, hoje sabemos que as tecnologias interativas, antes de tudo, acrescentam novos modos de sociabilidades e vinculações locais, reforçando os laços da rádio comunitária com a sua própria comunidade. E, indo além, é precisamente o fortalecimento dessa vinculação que efetivamente torna *global* e *política* a sua luta localizada: desenraizada da sua comunidade (geográfica, étnica, de interesse etc.) o projeto político não se sustenta. Outra descoberta da maior importância é o inverso de uma pergunta que, então, fizemos, agora tornada resposta: não se trata mais somente de analisar o *quanto* a rádio comunitária está na rede telemática, mas o quanto da *rede* passa a estar na rádio comunitária depois desse encontro singular.

Essas descobertas também se verificam na análise sincrônica dos diferentes modos de ser das rádios comunitárias. Foquemos, por exemplo, num dos novos caminhos tecnológicos que agrupamos sob o nome de *rádios em rede* (5.1.2), particularmente simbólico por encarnar o modo hegemônico de ação política na atualidade: ao traçarmos a sequência histórica de diferentes tipos que vão desde o *centro de produção* (um núcleo produtor distribuindo para rádios hertzianas pré-internet) até as *redes livres e comunitárias* (estrutura de troca e cooperação de infraestrutura de rede, da qual a rádio comunitária é um nó colaborativo) notamos a mesma evolução *ponto-ponto*, *ponto-muitos*, *muitos-muitos* verificado na transição da comunicação linear para a comunicação em rede sem, contudo, anularem-se: a rádio comunitária continua veiculando os spots em direitos humanos do centro de produção, faz o *upload* da sua reportagem no Radiotube, interage com o grupo de ouvintes no WhatsApp, abre seu Wi-Fi na estrutura *wimesh* local etc.. Se fizéssemos o mesmo exercício com o agrupamento que nomeamos *rádios em digital* (5.1.1) encontraríamos correspondência parecida, por exemplo, da webrádio (ponto-muitos) para o podcast (muitos-muitos) e (potencialmente) o rádio digital (muitos-muitos, se levarmos em conta a técnica do multiplex, ou seja, diversas emissoras transmitindo suas distintas programações, a partir de uma mesma frequência e torre transmissora). Afastando-nos do determinismo decorrente do emprego, mais acima, da palavra “evolução”, o que queremos destacar é um processo de *autonomização* de estruturas comunicacionais que se deslocam de um foco na

difusão/coordenação para uma maior promoção da troca/auto-organização. Paralelamente a esse processo (e que teria soado paradoxal para nós, há dez anos) o que notamos é um *retorno à comunidade*³³⁶: se se pretende sólida em seu projeto político, quanto mais a rádio se virtualiza, transterritorializa e interatua com seus pares, mais ela tende a se voltar ao seu projeto político-comunicacional e ao território (geográfico ou não) de sua luta. Isso transparece também ao cruzarmos o macropcurso histórico-tecnológico das rádios comunitárias: na atualidade, ao mesmo tempo em que uma face sua irrompe em múltiplas plataformas tecnológicas (na Tunísia), uma outra prefere trabalhar na “pobreza” tecnológica do que há a mão (na Xibé, Guilherme Figueiredo conta de uma oficina em que “todas as músicas tocaram direto do celular das crianças que estavam participando do curso”).

Partindo para o âmbito individual, nossas pesquisas empíricas identificaram que boa parte das rádios comunitárias conta com infraestrutura mínima para acompanhar a tendência de incorporação da luta em rede, inclusive fazendo uso razoável de seu uso: por exemplo, metade (48%) tem acesso à internet de banda larga com velocidade suficiente para intercambiar informações audiovisuais (e inclusive manter uma webrádio) e 4 em cada 5 (82%) conta com site próprio. Porém, algo que indica também o quanto da rede está incorporado na rádio, o que pudemos notar é que, os sites não têm sido uma prioridade em relação às redes sociais: metade não tem estimativa de acessos das suas páginas na internet, a grande maioria (86%) não tem qualquer obtenção de recursos com o site (banners, links para propagandas etc.) e se pode perceber na pesquisa qualitativa que as atualizações são esparsas e sem responsáveis claros. Quando elaboramos o questionário estruturado (cf. Anexo B), nos parecia que ter um site próprio (cf. perg. 28, Anexo J) era prerrogativa básica para avaliar uma série de outras apropriações das possibilidades da internet, como transmitir online (webrádio) e disponibilizar áudio para consumo posterior (podcast). Acontece que, depois da pesquisa qualitativa, verificamos que as rádios têm vilipendiado mais e mais seus sites, quase sempre desatualizados e pesados: sua atenção e energia têm sido direcionadas mais e mais às redes sociais. Nelas, hoje é possível disponibilizar tanto um player da programação hertziana da rádio quanto programas via podcast utilizando um repositório terceiro, sem necessidade de um site próprio. Sem dúvida, o website continua sendo um importante organizador das informações e vitrine das ferramentas de comunicação disponíveis e da própria rádio. Mas a agilidade, facilidade de manuseio e popularidade das redes sociais, a falta de tempo dos

³³⁶ Nossa referência aqui é ao livro comemorativo dos dez anos de lançamento de *O espírito comum* (PAIVA, 1998) em que diversos autores atualizam a relevância da comunidade para a luta política em *O retorno da comunidade* (PAIVA e RODRIGUES, 2007).

comunicadores sociais e a falta de recursos humanos e financeiros para a construção e atualização de páginas da internet parecem levar a um declínio progressivo da importância dos sites no cotidiano virtual das rádios comunitárias. Em nossa análise das páginas virtuais das rádios visitadas, notamos que as únicas com atualizações recentes (menos de 3 meses) são a Alma, Esperança e Xibé. A regra são atualizações esparsas, havendo casos como Cidade (em cujo site não há qualquer menção a ser comunitária), em que as últimas atualizações aconteceram há mais de 2 anos; as páginas da Quixelô e Terra Livre estão majoritariamente em construção, somente disponibilizando informações básicas (contato, programação etc.), não sendo possível averiguar quando foi a última atualização. Quanto à usabilidade dos sites, como era de se esperar, a página da webrádio Alma é a que apresenta mais funcionalidades e facilidades de uso, com atualizações quase diárias e boa organização das informações. Em páginas como a da Heliópolis, Independência e Esperança, ainda que sejam oferecidos muitos menus com informações variadas, as páginas são pesadas, pouco funcionais e, normalmente, desatualizadas. Muda (em cujo site, a primeira frase é “a rádio Muda é uma rádio LIVRE, não é uma rádio comunitária”) e Xibé estão hospedadas no portal radiolivre.org, são blogs, simples e funcionais, basicamente oferecendo notícias sobre as ações da rádio e do movimento de livres. Quanto às ferramentas de participação, se percebe pouco investimento de interatividade nos sites: email (52%), chat (22%), enquetes (22%) e 15% afirmam não ter qualquer possibilidade online de participação. E foi a partir de ‘outras’, bastante acionada (40%), que as respondentes confirmam nossa percepção ao fazerem uma interpretação mais ampla da pergunta, considerando ferramentas de participação online para além do site, reforçando o que já foi dito sobre seu foco atual no mundo virtual: destacam-se o Facebook (16 ou 20% das rádios com site) e WhatsApp (7 ou 8% das rádios) (cf. 1.2.6). Por fim, há 10 anos nossa pesquisa verificara que 45% das rádios comunitárias pesquisadas tinham site próprio, um crescimento que acompanhou a massificação da internet.

Quando o assunto é comunicação em rede, o foco das rádios comunitárias tem sido mesmo as redes sociais, seguindo uma tendência generalizada de acesso e circulação da informação na internet: aí, destaca-se a presença maciça no Facebook (80%). Isso também se confirma na pesquisa qualitativa: exceto no caso da Cidade (com a qual tivemos pouco contato), entrevistados de todas as rádios mencionaram Facebook, mesmo que fosse para ressaltar sua falta de segurança (no caso, as duas livres, Xibé e Muda). Para Erisvaldo Rodrigues, da Heliópolis, o Facebook é, hoje, a principal forma de interação na rádio; na Alma, Tiago Moreira, assegura ser a ferramenta mais utilizada de divulgação, e; Ernesto

Puhl Neto, da Terra Livre, a tem como instrumento “fundamental” da luta política. Bem menos lembrados foram o Twitter e o Radiotube (ambos com 18%).

Para as que afirmaram estar nas redes sociais, os principais usos se referem à divulgação de programas, eventos e atividades da rádio (47%). Na observação das rádios visitadas, a divulgação foi mesmo uso recorrente, mas uma nuance verificada em várias chamou à atenção: Antonio Elson Silva, da Independência; Ailton Fernandes, da Quixelô; Nilson José dos Santos, da Esperança mencionaram que eles e diversos comunicadores usam suas páginas pessoais para divulgar informação da rádio pelo Facebook, ainda que tais emissoras contem com fanpage própria: é mais um domínio em que a militância/trabalho se confunde com a vida pessoal. O segundo motivo mais mencionado é a interação com os ouvintes (duas respondentes que mencionam tal uso para reforçar a instantaneidade e o imediatismo, dois elementos marcantes do veículo rádio). Esse também foi um tema recorrente na pesquisa qualitativa: na Heliópolis, enquanto Elizandra Souza destaca que em seu programa há muita interação pelo Facebook, Zenildo Ribeiro chega a afirmar ser esse o principal canal de troca; enquanto tocava seu programa, vi Elson Souza da Silva, da Independência, simultaneamente responder aos apelos da rede social; também Leônio Gomes, ao lado da divulgação, coloca a interação como o principal uso. No caso da webrádio Alma, como vimos, o Facebook é a principal ferramenta de divulgação e também de interação. Como não há programa ao vivo, a “interação em tempo real, o que dá o sangue nas veias do rádio” (FRANCO, J., 2015) é substituída por “uma interatividade com ‘delay’” ou de uma interatividade que se dá “por aí”, na cidade, em festas e no Facebook (CALLIARI, 2015). A terceira maior ocorrência (16%) se refere à publicação de notícias, principalmente locais (não necessariamente próprias, a partir do que notamos nas visitas e nos resultados obtidos do questionário). É interessante destacar que os 3 principais usos mencionados se referem a utilizações das redes sociais de forma ativa. Somente a 4ª maior ocorrência está relacionada à utilização das redes sociais como fonte de informação, ainda que isso tenha sido verificado largamente na pesquisa qualitativa e comprovado no resultado da pergunta 12 (cf. Anexo G): 86% responderam fazer uso de “sites da internet” como fonte de notícias. Quanto aos usos das redes sociais, uma quase ausência chama à atenção no caso de um ator político como as rádios comunitárias: somente 2 emissoras afirmam fazer uso das redes sociais para o debate político.

Levando em conta a falta de produção jornalística local (cf. 1.2.3) e o atrelamento das notícias que circulam nas redes sociais às notícias da mídia profissional (cf. 2.2.2), a

dependência das rádios comunitárias às redes sociais como fonte de informação pode acarretar um *agenda setting* em contradição com seus próprios interesses políticos. Sabemos que, ao mesmo tempo em que se configura mais um espaço de debate, as redes sociais são alvo de desvirtuações diversas: como nos exemplos de campanhas eleitorais, diversas das chamadas “empresas de mídias sociais” fazem não mais que multiplicar perfis falsos a fim de organizar propagandas “espontâneas” para políticos e produtos: um comentário, uma afirmação, uma especulação nas redes sociais estão a peso de ouro, num ambiente onde o contágio opinativo é a moeda.

Os podcasts não têm tido sucesso com as rádios comunitárias, disponibilizados por somente um terço (33%) delas (cf. perg. 28.5, Anexo J). Dentre as páginas das rádios visitadas, inclusive por ser um elemento chave para o consumo de seus produtos, a webrádio Alma é a única que oferece tratamento especial para os podcasts: além do cuidado com imagens ilustrativa, descrição do conteúdo e tagueamento (palavras-chave), os episódios são organizados por programas e por ordem cronológica (arquivo) para recuperação posterior. Como vimos, o editor do site fica responsável também pela divulgação dirigida dos programas, principalmente através do Facebook. As demais que disponibilizam podcasts, o fazem de forma muito incipiente: Heliópolis, Independência, Utopia e Esperança oferecem alguns programas e reportagens especiais ao longo da página. Tal resultado confirma a pesquisa quantitativa: nas especificações (20), o grupo maior de menções (8) informa que somente alguns programas são disponibilizados, seguido pelos que citam disponibilizar podcasts de outrem (5). Apenas 3 respondentes afirmam que todos os programas ficam disponíveis em podcasts. Uma das explicações possíveis para a baixa presença de podcasts nos sites das rádios comunitárias poderia ser o custo de banda larga e armazenagem, ainda que, como o Radiotube, haja outros depositórios gratuitos que oferecem a possibilidade de “embedar”³³⁷, sem a necessidade de hospedagem no site destino. Mas a mais plausível é a ainda baixa popularidade do podcast junto ao público das comunitárias.

Bem mais atenção das comunitárias recebe a webrádio: em nossa pesquisa quantitativa, três em cada quatro (76%) afirmam transmitir online e outros 20% pretendem transmitir via internet a programação hertziana. Nas entrevistas, a transmissão online aparece como uma das prioridades nas rádios Heliópolis, Alma, Utopia e Muda: nessa última, ela

³³⁷ Estrangeirismo decorrente do inglês “embed”, se refere ao ato de inserir um flash, vídeo ou outras formas de conteúdo numa página de site. Disponível em www.vejasp.abril.com.br/blogs/vejinha/os-5-verbos-mais-feios-da-era-da-internet/. Acesso em 21 de abril de 2016.

acontece desde 2003 e “é imprescindível para quem não está aqui”, já que “há sempre gente em todo o mundo escutando a Muda” (Z., 2015). Quanto à estimativa de ouvintes diários, boa parte (43%) não tem estimativa e um respondente fez questão de asseverar que “não tem estimativa e não nos importamos com isso”. A média de ouvintes diários se distribui com alguma uniformidade entre as faixas, ainda que haja uma maior concentração entre 11 e 50 ouvintes diários.

Num artigo em coautoria com Mohammed Elhajji (ELHAJJI e MALERBA, 2016), analisamos uma interessante mutação de nosso objeto para a articulação comunitária global via novas tecnologias, as *webrádios comunitárias de migrantes*. No caso da legislação brasileira, como vimos, grupos etnolinguísticos e migrantes que não se conformam em comunidades geográficas ficam impedidas de constituir meios eletrônicos próprios de comunicação via rádio. Com isso, webradiofonia permite às comunidades migrantes romper as limitações legais e também físicas e técnicas que impedem seus membros geograficamente dispersos de se conectarem e sincronizar a sua atenção coletiva em torno dos mesmos discursos sociais, culturais e políticos. Vemos ser viabilizada uma maior mobilização dessas comunidades, tanto no plano local como transnacional, para a conquista de direitos sociais e políticos e, numa perspectiva mais ampla e mais longa, a efetivação da cidadania universal. Um dos exemplos apresentados foi uma das raras e mais antigas webrádios multicomunitárias, multiétnicas e multilíngues do mundo. Antes de se espelhar na web no final dos anos 90, a *Rádio Centre-Ville* (<http://radiocentreville.com>) já era, desde 1972, uma das primeiras rádios multicomunitárias do Canadá e a primeira e ainda única da parte francófona do país norte-americano. “RCV” emite em oito línguas: inglês, espanhol, grego, creole haitiano, mandarim, cantonês, português e francês. Apoiada por mais de 350 voluntários e financiada por organismos associativos, a rádio voltada primeiramente para as comunidades de migrantes residentes de Montreal, se propõe como missão a promoção da “livre circulação das ideias, dando voz aos sem voz e aos esquecidos da mídia de massa”. Seu grande trunfo é conseguir juntar todas as comunidades de imigrantes no mesmo espaço virtual e radiofônico, permitindo uma sinergia criativa e cidadã, não apenas formalmente multicultural, mas verdadeiramente intercultural. Por fim, uma das conclusões de nossa análise é que a prática midiática e comunicativa dos migrantes da *webdiáspora*³³⁸ não parece

³³⁸ A webdiáspora, além de se referir a sites e outros formatos internéticos produzidos por membros da diáspora fora do país de origem, remete a um modelo de organização social virtual em torno de elementos culturais compartilhados pela comunidade em sua dimensão transnacional, no afã de reforçar o sentimento de pertencimento identitário de seus membros e subtender suas ações reivindicativas. Em termos práticos, podemos

priorizar as funções sobre as funcionalidades, mas sim optar por estratégias plurais e híbridas, nas quais o suporte se dilui na finalidade comunicativa e social (ELHAJJI, 2013). Muitos dos migrantes entrevistados em investigações empíricas realizadas pelo grupo de pesquisa ‘*diaspotics.org*’, deixam claro que todos os aplicativos dos quais eles dispõem são usados quase que paralelamente, dependendo da tendência do momento, da disponibilidade ou da escolha da maioria da comunidade. Refletindo para o nosso objeto, temos de fugir de qualquer tendência hierárquica de importância entre as multiformas da radiofonia atual, entendendo como a melhor estratégia sua combinação dependendo do contexto e objetivo.

Isso ficou ilustrado no caso da gênese da radiodifusão comunitária tunisiana. Destacamos aí uma série de sinergias e adaptações das tecnologias e dos meios para se atingir o resultado esperado. Primeiramente, no plano social é interessante notar a cooperação entre atores internacionais pela garantia do direito humano à comunicação: num país sob forte censura, deixados sozinhos, dificilmente os atores tunisianos teriam obtido sucesso na empreitada. Antes disso, foi o próprio intercâmbio internacional propiciado pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação o verdadeiro germen do movimento que então nascia. No plano tecnológico, nos parece um emblemático episódio de convergência por demonstrar não somente a orquestração de um conjunto de tecnologias (analógicas e digitais, tradicionais e vanguardistas), mas adaptações de uma ponta a outra do processo. Usualmente uma plataforma de comunicação, a internet foi aí aplicada como *plataforma de transmissão de dados*, tanto de Túnis para Roma (FTP), quanto daí para Milão (*streaming*). Outro elemento é a recepção final. Levando em conta que em países sob censura é comum o uso de antenas parabólicas, a forma mais eficaz de se fazer chegar amplamente o conteúdo em rádio era a TV. Por fim, denotamos aí a própria desmistificação da tecnologia via satélite, uma estratégia ainda pouco utilizada pelos movimentos contra-hegemônicos de comunicação.

Voltando ao nosso recorte, vimos no caso do rádio comunitário brasileiro diversas aplicações importantes de uma plataforma cada vez mais presente na sociedade: o celular. Além da aposta de ser para onde convergirão as diversas mídias e modos de interação online, a importância de as rádios comunitárias se apropriarem de suas potencialidades é também de ordem econômica e social. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, referente a dados de 2013 revela que 64% dos lares brasileiros com fome têm celulares³³⁹. Na

definir a webdiáspora a partir da reapropriação das TICs pelos imigrantes e os usos sociais e subjetivos delas decorrentes.

³³⁹ Disponível em <http://www.telesintese.com.br/ibge-64-dos-lares-brasileiros-com-fome-tem-celulares/>. Acesso em 1 de julho de 2016.

pesquisa qualitativa, verificamos que o celular tem sido um ator relevante na relação com os ouvintes, em alguns casos, o principal recurso interativo, com usos bastante criativos, como exemplificados em 5.1.3. Dos resultados da pesquisa quantitativa, surpreende notar que o aplicativo WhatsApp (quase 50%) já ultrapassa as menções às ligações telefônicas (33%) e aos SMS's (30%), sendo usado para receber áudios, criar grupos de ouvintes e auxiliar na organização da gestão interna da emissora. Aliás, a quase onipresença observada do Facebook nas redes sociais é similar a do WhatsApp nas rádios comunitárias. Entre suas muitas vantagens está em ser leve, não ter anúncios, ser intimista e mais rápido que as redes sociais virtuais. Só pra ficar em dois exemplos, no Piauí, o grupo “Projeto Escolinha de Taipa” arrecada material escolar e realiza melhorias em escolas públicas em más condições através do aplicativo³⁴⁰; em fevereiro de 2015 foi utilizado para bloquear as rodovias de todo o país³⁴¹. Bem, aproveitando o gancho, o próprio aplicativo já foi bloqueado quatro vezes no Brasil (até julho de 2016), ainda que nenhuma das vezes chegando a 24 horas. Todas se referiram ao descumprimento de ordem judicial interessada em dados de usuários para investigação criminal, justificado pela impossibilidade de acesso a tais dados, devido à implementação do sistema de criptografia *end-to-end*. Ronaldo Lemos aponta a fragilidade da rede brasileira destacando sua possibilidade de *kill switch*, ou seja, “uma chave mestra que permite desligar qualquer serviço ou aplicativo (ou a rede como um todo) em curto espaço de tempo”³⁴².

Em tempos em que a dominação e a resistência estão e dependem da rede, a defesa de sua *neutralidade* passa a ser causa essencial. O conceito de *neutralidade de rede* foi inventado pelo professor da Universidade de Columbia, Tim Wu, para designar o tratamento não discriminatório, sem interferência e privado dos dados na rede. Como se sabe, a internet, entendida por muitos como bastião da liberdade para a comunicação, tem sido alvo de uma série de investidas por parte dos Estados e das corporações contra as liberdades individuais e coletivas, com fins mercadológicos e biopolíticos. Sem falar da utilização comercial dos chamados *rastros virtuais*, que acompanha a curta história da web, temos presenciado uma série de denúncias de violação sistemática da privacidade, sob o pretexto da segurança. No

³⁴⁰ Disponível em <http://180graus.com/noticias/escolinha-de-taipa>. Acesso em 1 de julho de 2016.

³⁴¹ Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2015/02/caminhoneiros-usam-o-whatsapp-para-bloquear-rodovias-4708328.html>. Acesso em 1 de julho de 2016.

³⁴² O que demonstra a fragilidade da rede também aponta possibilidades: há os VPN (*Virtual Private Networks*), que usuários de países como China, Tailândia, Irã ou Arábia Saudita usam para driblar a censura. Ronaldo Lemos explica que “criam um túnel que joga a conexão para outro país”. Como no caso tunisiano, o internacionalismo viabilizou o que o nacional impedia. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2015/12/1721050-whatsapp-e-fragilidade-da-rede.shtml>. Acesso em 23 de junho de 2016.

âmbito das rádios comunitárias, vimos que uma das ações judiciais do processo movido contra a Muda foi a apreensão do *Saravá*, um servidor localizado na Unicamp que oferece “infraestrutura tecnológica, reflexão política e sistema de comunicação autônomos e seguros de forma gratuita a grupos de pesquisa e movimentos sociais”. Como um dos hospedados é o próprio *Radiolivre.org* (portal que hospeda o site da Muda), o objetivo seria buscar dados disponíveis no site da rádio a fim de identificar seus participantes. Os danos só não foram maiores porque, de acordo com W., o “HD estava criptografado ele não conseguiu acessar porra nenhuma”. Depois disso, o servidor acabou indo para fora do Brasil (W., 2015).

No caso das rádios comunitárias, a preocupação com a utilização de softwares livres e ambientes tecnológicos seguros tem a ver com a garantia de sua própria existência. Além disso, está no centro do debate sobre a apropriação comum e democrática das novas ferramentas de informação e comunicação, permitindo o acompanhamento de importantes inovações tecnológicas da convergência midiática, sem ou com baixo custo. Os resultados da nossa pesquisa quantitativa revelam que os softwares livres estão presentes na maioria das rádios comunitárias (2 em cada 3 ou 71%) e em mais da metade delas (54%) é maioria ou o único tipo de software utilizado (um quarto delas ou 26%). Ao realizarmos um recorte somente com as emissoras que não buscam a outorga, os softwares livres estão presentes em 85% delas, em 70% é maioria ou o único tipo de software utilizado (43%), demonstrando ser esse um tema mais presente nas rádios livres. Em nível latino-americano, em 2014, formou-se a *Red de Radios Comunitarias y Software Libre*, com mais de 50 emissoras da América Latina articulando um espaço de formação e debate em favor do uso de softwares livres nas rádios em favor da “descolonização tecnológica”. O elemento central é o desenvolvimento da *GNU EterTICs*, um sistema operacional de código aberto que oferece ferramentas básicas de edição, automatização e transmissão *streaming* para rádios comunitárias. O nome faz referência ao Sistema Operacional GNU/Linux, à palavra *éter*, por onde se transmitem as ondas eletromagnéticas, e à *LiberTICs*, cooperativa donde nasceu o projeto. Também em Venezuela, no início de 2015, outra ferramenta foi criada, a *Shamatari de Medios Libres*. Os desenvolvedores garantem todo o funcionamento com software livre sem limites de produção ou transmissão. No manifesto do *I Encuentro Internacional de Radios Comunitarias y Software Libre*, realizado em junho de 2015, em Cochabamba (Bolívia) a *Red* defende o uso de software livre como uma forma de lutar contra o monopólio tecnológico: seria incoerente “lutar contra o monopólio da Monsanto usando Microsoft ou Mac”. Mas além das razões éticas e políticas, advogam-se também vantagens técnicas pelo fato de que os softwares livres

usam mais eficientemente os hardwares, algo importante num cenário em que muitas comunitárias contam com equipamentos precários ou obsoletos. Outro elemento destacada é a pirataria como uma forma cúmplice de manutenção dos monopólios das corporações de software.

Quanto a um tema que pode ser definido e definidor num futuro próximo, nossa pesquisa quantitativa indicou que 96% das respondentes ao menos tem conhecimento sobre a digitalização do rádio e 61% estão atentas aos seus desdobramentos. Para além da questão da qualidade do som, transmissão de imagens e vídeos, interatividade, possibilidade de ampliação de atores no espectro, cabe ressaltar o rompimento de fronteiras geográficas sem o amparo da internet: caso o DRM seja escolhido e o marco regulatório permita, as rádios comunitárias brasileiras podem vir a operar em ondas curtas e ondas tropicais, o que daria um alcance de centenas de quilômetros, abrangendo comunidades que se conformam para além do território físico.

Por fim, apontando para o futuro e mirando na localidade, 60% das rádios pesquisadas demonstraram interesse em ser provedor da internet. Podemos denotar que se trata mais de uma percepção (da necessidade de expandir suas plataformas midiáticas) que uma compreensão dos seus significados. É que a maior ocorrência de justificativas (depois das em branco, mais um indicativo) se refere a ressalvas a ideia, muitas afirmando serem necessárias mais informações. Em seguida, aparecem as respostas que se apoiam na justificativa de angariar mais recursos para a própria emissora. Os dois grupos seguintes de justificativas mencionam a possibilidade de oferecer mais um serviço para a comunidade e ajudar a população carente, mas sem mencionar explicitamente o desejo de oferecer gratuitamente esse serviço. É essa a intenção de participantes da Xibé ao proporem o uso do *Piratebox*, uma internet que permite conectar vários computadores sem estarem ligados a web. Nesse mesmo sentido vão as respostas de 4 rádios que topariam serem provedoras por ser a internet um instrumento de democratização da sociedade. Somente cinco mencionaram explicitamente o interesse em oferecer um “provedor livre”, dando indícios de que aquela nossa aposta quanto às redes comunitárias e livres é um horizonte ainda distante, mas já visível.

(PRÉ-CONCLUSÃO) A IMPRESCINDIBILIDADE DO VÍNCULO E DA ABERTURA COMUNITÁRIA

Originalmente, essa pesquisa previa uma quinta face epistemológica com o objetivo de levantar aportes para a construção do *objeto* da Comunicação Comunitária. Faríamos isso tendo como ponto de partida as mutações verificadas nas rádios comunitárias em suas adaptações atuais: webrádios com temática cidadã, mas tocadas por uma ou duas pessoas podem ser consideradas (novos tipos de) rádios comunitárias? Por exemplo, nosso estudo em parceria sobre webrádios comunitárias migrantes (cf. ELHAJJI e MALERBA, 2016) levanta questões interessantes, ao solicitar que os estudos da área deem conta de conceitos como *comunidades transnacionais* e *cidadania global*. O mesmo para agências informativas (5.1.2) de rádios livres e comunitárias: acompanhamos muito de perto o funcionamento da Agência Pulsar Brasil, da AMARC Brasil: sua equipe toma decisões de forma horizontal e consensual, sem voto; sua produção radiofônica é colaborativa com as rádios (atuam como correspondentes); não possui fins de lucro e os recursos são compartilhados de forma solidária; atendem a uma comunidade ampla e difusa (de rádios livres e comunitárias, ativistas pelo direito à comunicação etc.). Como ampliar (e quais os limites) o conceito de *rádio comunitária* a para dar conta dessas novas formas e práticas inauguradas com a comunicação em rede?

No decorrer da pesquisa (cujo recorte já era amplo demais) decidimos concentrar nosso olhar reflexivo mais diretamente para o nosso objeto e (não sem pesar) deixar a problematização epistemológica para nossas pesquisas futuras: afinal, uma tese é ponto de partida, não de chegada. Porém, nos parece essencial registrar o esboço do que é, ao mesmo tempo: a) um mapa de nossas investigações futuras; b) o grau zero que acompanhou cada passo da presente pesquisa, desde o trabalho de campo até suas análises conclusivas. Duas obras, de intenso diálogo entre si, foram particularmente basilares nesse sentido: *A ciência do comum*, de Muniz Sodré (2014) e *A questão da comunidade na era da midiatização*, tese de doutoramento de Yuji Yamamoto (2014). Enquanto a primeira propõe as bases epistemológicas para o campo da Comunicação, a segunda genealogiza e problematiza o conceito de comunidade e lança (melhor seria dizer, abre) as bases epistemológicas para o subcampo da Comunicação Comunitária.

Já antes, Sodré atentava que a Comunicação se encontrava “em apuros” (SODRÉ, 2012), justamente pela dificuldade em delimitar seu campo, cujo histórico é interdisciplinar e

objeto é fruto de disputa com outras áreas (sociologia, psicologia, ciências políticas etc.). Ele denuncia a confusão entre *comunicação* e *informação*, que perpassaria ainda hoje os estudos da área, impedindo que mergulhássemos no verdadeiro processo da comunicação. Isso se deve a fatores históricos ao campo:

Mesmo com teorias ou ângulos diversificados, os estudos de mídia caminham sobre os trilhos da *Mass Communication Research*, que é um capítulo da sociologia, portanto, apenas uma região de um sistema interpretativo. (...) A comunicação é aí puramente funcional, isto é, concebida como instrumento (rádio, jornal, revista, televisão, internet e outros) a ser analisado, ou então como mero pretexto para a resolução de um problema da disciplina em questão, tal como o de suprir uma carência analítica frente à multiplicação dos dispositivos informacionais na cultura contemporânea. (SODRÉ, 2012, p. 18)

Deixada assim, a comunicação fica entendida como um foco específico da antropologia, sociologia etc. ou como mero produto do mercado. Além disso, teríamos uma aparente saturação dos estudos de comunicação, atados somente à técnica. Se contrapondo ao paradigma da informação, o autor propõe a Comunicação como *ciência redescritiva do comum humano*, abrangendo desde o laço entre as pessoas até as relações políticas. A fim de restaurar o *humano* do fenômeno comunicacional, Sodré ativa o *communicatio* da comunicação e seu aspecto de transcendência: o empenho afetivo, sensível, de tocar o outro: isso é que seria o importante da comunicação.

Acompanhamos a gestação de *A ciência do comum* quando ainda ministrado como disciplina no Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ (1º semestre de 2013): ali, Sodré já sustentava que o objeto da Comunicação (enquanto campo disciplinar) seria o *Comum*, ideia em torno da qual organiza sua epistemologia da comunicação. Aliás, *organizar* é verbo pertinente, pois, para ele, “comunicação significa um fazer organizativo das mediações que são imprescindíveis ao comum humano”: comunicar seria não mais que organizar e justamente organizar o Comum. Nesse sentido, o Comum adquire aderência de fundamento, *de onde parte e para onde vai* o fazer comunicativo: não significa nada, só organiza, só gera: um vazio constitutivo e imprescindível para o homem em sociedade. Numa fala ilustrativa ele avança nessa relação: “a comunicação seria as placas tectônicas sobre a superfície do Comum: as placas não tem uma conjugação eterna, tem uma ação reflexa”. Seguindo nessa imagem, a lava entre comunicação e Comum é o *vínculo* ou uma

força de onde não raro provêm as atitudes tomadas no interior das relações intersubjetivas sem o recurso prévio a uma reflexão mais demorada. A atitude – definida como mero ato reflexo de uma vinculação afetiva que se desconhece conceitualmente – precede a representação (SODRÉ, 2014, p. 201).

Ele retoma a imagem de um *laço invisível* mencionado por Heráclito “como aquilo que ‘representa a todos e que não é ninguém, que não está jamais ausente e quase nunca presente como tal, um não ser mais real que todo ser, aquilo em que nos banhamos de um lado a outro, mas que não podemos nunca apreender em ninguém’ (Fragmento 54)” (id., p. 199). O *topos* do vínculo é a *comunidade*, esse “algo em que sempre estamos na medida em que sempre nos comunicamos, no interior da distribuição dos lugares e das identificações do laço coesivo” (id., p. 209). Sodré retoma o entendimento de Esposito, em seu *Communitas* (2003), indo à etimologia da palavra comunidade para encontrar o *cum munus*: o que nos une (*cum*) é não mais que uma dívida (*munus*) comum, fruto das tarefas compartilhadas e obrigações mútuas entre aqueles que dividem um mesmo destino: “o compartilhamento de um dever ou de uma tarefa, e não a comunidade de uma substância. O ser-em-comum se define e constitui por uma carga, e em última análise não está a cargo de outra coisa senão do mesmo *cum*. Estamos a cargo de nosso com, ou seja, de *nós*” (ESPOSITO, 2003, p. 16).

Partindo dessa compreensão da comunicação como vínculo pré-subjetivo, Yuji Yamamoto, em *A questão da comunidade na era da midiatização* (2014), se coloca a tarefa de romper o significado essencialista de comunidade como única possibilidade para a comunicação, posto que essa “só ‘acontece’ na aceitação do diferente, da presença assegurada de um espaço de manifestação do diverso e do singular” (YAMAMOTO, 2014, p. 135). O autor realiza uma rica discussão sobre o percurso do conceito, agrupado em duas perspectivas, *substancialista* e *dessubstancialista*:

a primeira corresponderia à matriz das entificações comunitárias fundadas na substância comum, ou seja, as comunidades tradicionais, os pequenos grupos étnicos e as formações humanas modelizadas segundo as clássicas unidades centralizadoras das forças políticas da modernidade (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais institucionalizados etc.); a segunda acolheria as entificações residuais do processo substancializador: as minorias não representativas, as singularidades encobertas pelo signo totalizador, as diferenças não integradas no paradigma (id., p. 21)

Sua releitura crítica tem como base autores (Nancy, Blanchot, Agamben e Esposito) que, a partir dos 1980, desconstruíram o conceito se opondo a uma “concepção essencialista da comunidade, onde o indivíduo tem precedência sobre ela e dela participa enquanto portador natural de uma substância comum” (id., p. 62). Tais autores propõem que o que dá liga aos homens é um “‘nada’ como o fundo (comum) sobre o qual os homens constroem sua existência, seus projetos existenciais, seus mitos comunitários (*arché e telos*), as narrativas de si com o seu entorno” (id., p. 20).

O objetivo da crítica de Yamamoto é “encontrar” as comunidades não somente em suas entificações, mas nas “tentativas ‘comunitárias’ de libertação dos modelos totalitários (representativos)” (2014, p. 271). *Comunidade* aí

assume outro sentido, bem diferente da concepção substancialista que a imobiliza: comunidade é o chamado à vida, é o convite para visitação de um território múltiplo e irregular de produção de singularidades, não obstante, habitado por seres singulares. Em outras palavras, é a vida posta em comum, entendendo por comum não uma essência (raça, cultura, religião, gênero ou território), mas o estímulo recíproco para realização absoluta da vida (id., p. 101).

Como integrante do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ), Yamamoto aterrissa sua discussão para esse subcampo da Comunicação e consegue abrir sua epistemologia para abarcar a infinidade de novas formas de vinculação inauguradas pelas mutações técnicas e sociais. Se o essencialismo comunitário nutre, por exemplo, uma visão idealizada, normativa e restrita de rádio comunitária (cf. 3.4), a deferência ao chamado do *Mitsein* (ou comunidade entendida como estrutura  tica aberta ao indeterminado, ao devir) refina a análise para entender a singularidade de cada nova atualização desse ator político.

Cada encontro associativo, sendo único e irrep t vel, é perfeito em seu acabamento, finalidade e constituição. Nada lhe falta. Nada há acima dele que possa inferi-lo como desvio de um Destino Manifesto ou que d  razões para subjug -lo como laço social não comunitário, apolítico, individualista ou alienante. Ao contrário, cada encontro, cada singularidade, é a afirmação da pulsão comunitária, o acatamento do chamado de *Mitsein* (comunize-se!) (p. 213).

Como se vê sua discussão epistemológica foi particularmente importante para embasarmos as diferenç as entre políticas públicas de comunicação baseadas na *pluralidade* ou na *diversidade* (cf. 3.1). Além disso, nos auxiliou na problematização de como a solução estatal (e a proposta inicial da sociedade civil) foi ao encontro do que Yamamoto chama “clássicas unidades centralizadores das forç as políticas da modernidade (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais institucionalizados etc.)” em detrimento das formas políticas efêmeras, desorganizadas, minorias sem representação etc. e que agora irrompem sobremaneira nas formas de sociabilidade frutos das novas tecnologias comunicacionais.

Por fim, nos interessa um de seus desdobramentos quanto à abertura comunitária: a compreensão da *amizade*. Contrapondo as perspectivas substancialista e dessubstancialista, Yamamoto toma como exemplo da primeira, a amizade enquanto fraternalismo (comunidade de espírito t nnesiana): “afinidade conquistada subjetivamente (pelo pensamento ou intelecto) na comunhão de uma mesma substância comum, o espírito, que transcende não só o corpo biológico, como o próprio território geográfico” (id., p. 55). Porém, acionando

Ortega, Yamamoto aponta que, em vez de produzir novas formas de associação humana, esse fraternalismo termina por encaminhar “formas protecionistas, institucionais (...), estando no cerne de ‘políticas nacionalistas, patrióticas, chauvinistas e etnocêntricas’”. No fim das contas, ao rebanhar os de dentro, rejeitam-se os de fora. Já a amizade dessubstancializada fala antes de uma fricção, uma ruptura: *esse* amigo-conflitivo “não é aquele que nos dá segurança ontológica, mas que nos abre uma fissura, que interrompe o nosso automatismo, que introduz a crítica ou aponta a contradição, enfim, que leva todo o sistema ao indeterminado e, portanto, exige uma constante reelaboração de si (YAMAMOTO, 2014, p. 68). É, por exemplo, o tipo de amigo que fazemos na vida política, essa esfera “cuja função é lembrarmos do tecido conflitivo e tensional que funda o comum (id., p. 72).

É nessa linha que Sodré redescreve a comunicação como uma forma de organização das diferenças, de constituir o comum, uma ação de por coisas em comum. Nesse sentido, o autor interpreta a mídia como *avatars* que perseguem essa reinterpretção do comum, numa tentativa de neutralizar suas transformações e tensões (imunizá-las). Uma hipótese estratégica que guiou o nosso olhar é que, enquanto a mídia hegemônica busca neutralizar tais conflitos, os meios comunitários (os “*autênticos*”, se quisermos ser provocativos) são necessariamente espaço de dissenso e da ativação das transformações (conflitivas) em busca de um novo sentido social, mais favorável às suas aspirações políticas e sociais. O vínculo aí resulta dessa tensão imanente do fazer juntos, do construir (novos) sentidos, de disputar *a* e *na* arena social de sentidos. É a partir dessa linha compreensiva que as contradições encontradas na práxis das mídias comunitárias (as “*controvérsias*”, cf. 3.3.3 e 3.3.4) são indícios de seu fortalecimento, não dissolução: somente no limite do não-ser pode-se verdadeiramente reforçar o ser.

Em nossas pesquisas quantitativa e qualitativa perseguimos indícios do vínculo que une os participantes em torno da (e por entre a) rádio. Sua origem elementarmente política fala de um horizonte comum de desejo de transformação social a partir de projetos políticos, macros ou micros, individuais e/ou coletivos. Algo que vínhamos intuindo de nossa observação participante (e de nossa militância no movimento de rádios comunitárias) é a importância da amizade para esse trabalho-projeto comum: porém, a partir de nossas descobertas concluímos que o que entendíamos como causa (amizade) se apresenta mais comumente como consequência/resultado de um vínculo que se estabelece em torno do projeto comum (político).

Em nossa pesquisa quantitativa (por sua natureza, limitada) isso ficou comprovado mais na percepção pessoal do respondente sobre sua relação com os demais participantes (dois em cada três traduzem sua relação com os demais a partir de laços de amizade) que na sua avaliação quanto ao nível de afetuosidade (não necessariamente afetividade, já que *afeto* inclui também desarmonia, disputa, dissenso etc.) entre eles. Tal resultado reforça nossa suspeita da importância da amizade na sustentação do projeto da rádio quando levamos em conta que normalmente o respondente é o diretor (ou cargo similar) e é dali que principalmente emana a estrutura de relações pessoais da rádio num dado momento de sua história (guardião de princípios).

Na pesquisa qualitativa (por sua natureza subjetivista) foi possível viver tanto a alegria desse fazer juntos quanto as inevitáveis tensões inerentes a um projeto político, seja entre os participantes, seja entre esses e a instituição-mãe. Como na Alma: em um trabalho (webrádio) cada vez mais virtualizado, a alegria do reencontro face a face (raro) deixa entrever o acúmulo do afeto (fazer junto), o que não impede que o diretor da Alma webrádio e a diretora da Alma-entidade aproveitem a oportunidade da presença do pesquisador para tecer críticas mútuas sobre autonomia e cooperação. Ou na insistência do dedicado jovem Elson em libertar a Independência da pecha de “rádio do padre”. Ou ainda na confusão de relações pessoais e aspirações políticas que levaram dois antes amigos e compadres de casamento a disputarem judicialmente a direção da Quixelô FM. Ou na reza dos quilombolas da Esperança, a dívida impagável que une, para sempre, os membros da comunidade numa celebração que é um misto de dominação e subversão religiosa. Ou na nova amizade que se estabeleceu entre o pesquisador (vertente comunitarista) e o idealizador da Xibé (vertente autonomista), justamente pelo interesse nas opiniões divergentes (em conversas, por vezes, irritáveis).

Pois é a suspeita das riquezas, complexidades e ambiguidades dessa relação que está na base, atravessa e resulta da Comunicação Comunitária que nos leva a ter a *amizade* como tema a ser explorado em nossas pesquisas futuras.

CONCLUSÃO

A hipótese central que orientava nossa pesquisa não foi confirmada: não há uma crise estrutural nas rádios comunitárias: há, sim, uma crise na Política e que as atinge desde sua estrutura. Por outro lado, a análise das muitas e estruturantes transformações ontológico-políticas, político-sociais, político-estatais e tecnopolíticas pelas quais passam esses atores políticos indica a necessidade de iluminar novos caminhos. Eles não só existem como já estão sendo desenhados desde a práxis cotidiana, ou seja, na esfera onde o embate com a realidade objetiva não pode prescindir de estratégias apropriadas aos sempre novos desafios sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, sob o risco do aniquilamento histórico. As rádios comunitárias não estão em extinção: ao contrário, ainda que atravessadas por muitos desafios e por vezes atadas a estruturas ineficientes, estão vivas, são sujeitos ativos de suas comunidades e agora se manifestam de muitos modos, com estratégias diversas, quase na fronteira de *não* serem mais rádios comunitárias. Menos que suspeitar, devemos *confiar* que essas mutações respondem adequadamente a uma realidade em acelerada transformação. Se algo nos compete, desde o nosso lugar reflexivo, é indicar *limites possíveis* do *não-ser* tendo como referência o *dever-ser* indiciado em nossa vivência com as rádios comunitárias. Nossa intenção foi ressaltar tais limites em cada uma das faces analíticas e chamar a atenção para suas respectivas linhas de fuga.

No decorrer da pesquisa, um elemento que inicialmente nos parecia apenas adjacente à ontológica, foi evidenciando-se estruturante em todas as faces: a agonia da *representação* em favor da *autonomia plena*. É como se a primeira fosse a estrutura original que agoniza e a segunda o empuxo crítico que aponta o caminho para sua sobrevivência, relevância e vigor. Enquanto a representação interpõe estruturas e mecanismos entre os atores, a autonomia insiste em derrubá-los um a um, revelando a capacidade potencial que cada singularidade tem de realizar a ação política.

Não por acaso havíamos localizado a crise da representação na face ontológica das transformações nas rádios comunitárias: como dissemos, entendemos ser essa a base sobre a qual estão sobredeterminadas as demais faces. A estrutura tradicional das rádios comunitárias e do seu movimento está ligada a hegemonia do tipo político que nomeamos *ser socialista*, à época de seu surgimento e desenvolvimento. O caminho para a transformação social pressupunha a unificação e organização da ação política em torno de um mesmo objetivo. Isso não significa que tal objetivo não pudesse abarcar

novas causas e pautas, mas essas deveriam necessariamente se autorreconhecerem naquele horizonte comum. Desse modo, a luta política – ainda que, em última instância, almejasse superar – não podia abrir mão de alguma hierarquia e centralidade, de modo a garantir a unidade pretendida e tida como necessária. Os erros aprendidos com a experiência do “socialismo real” gritavam o imperativo da radicalização da democracia e a busca por horizontalidade. Porém, para que tal sistema representativo funcionasse, acabava sendo inevitável a conformação de líderes que, além de personificar a dedicação e os princípios modelares para a luta, garantiria a unidade pretendida. Um último elemento era a conquista do Estado como fim: na prática, isso significava o comando democrático do poder desde a menor célula organizativa, cujo sucesso também era medido pelo grau de disputa por sua direção.

No caso do Brasil, vimos que essa estrutura organizativa orientava as rádios comunitárias desde o momento pré-lei. E a preocupação com a autonomia já existia desde muito cedo, mas ela se resolvia na pluralidade. Para tal, foi organizado um conjunto de princípios que, além de orientar o desenvolvimento da rádio comunitária, objetivavam prevenir, na origem, sua descaracterização. Por exemplo, cinco princípios básicos “muitos discutidos dentro do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação” eram: a) ter *autonomia* (estatuto, assembleia, buscar sede própria); ser *plural* (veiculação de diferentes opiniões); ser *comunitária* (pertencer a várias entidades/associações); *não ter fins lucrativos* (recursos reinvestidos na rádio); ter *controle público* (decisões coletivas) (CEMINA, 2000, p. 44-45).

Os militantes da vertente igrejeira e também da comunitária viram naquele ator político nascente um importante instrumento de organização, formação e mobilização de classe. Mas não somente isso: valores cristãos ligados à solidariedade, companheirismo e igualdade e o legado da metodologia freireana das CEBs foram importantes para deixar como herança um sentimento de comunhão entre os participantes do projeto político da rádio. Não podemos desconsiderar esse aspecto humanista que caracteriza a prática fraterna no cotidiano das rádios comunitárias.

Como sabemos, data do último quarto do século passado o processo de redemocratização e de conformação de uma sociedade civil organizada desde a base no Brasil. Na luta pelo Estado (em sentido amplo), as rádios comunitárias representariam a capilarização da consciência de classe: promoveriam a socialização da politização (reforma intelectual e moral) desde o nível comunitário. Isso materializava a conquista de espaços gradativos na sociedade civil. Sem podermos avaliar se articulado ou

inconsciente, o que se arquitetou foi uma constelação em que as rádios comunitárias estariam na *base*, o partido político no *front* e a pluralidade (representatividade) seria o *método organizativo*. Poderíamos classificar tal organização como uma geopolítica de desenvolvimento local através de espécies de “comunas comunicacionais”.

Como vimos, essa estrutura organizativa se refletiu nos principais projetos de lei propostos pela sociedade civil organizada para a regulamentação da radiodifusão comunitária no Brasil: ao apoiar baixa potência, programação de conteúdo formador, gestão submetida a um conselho comunitário e restrição quantitativa por localidade, o resultado almejado era uma base numericamente grande, politizada e representativa, nos moldes de federação ou sindicato. Como afirma José Sóter:

A proposta do movimento era criar emissoras municipais para promover a produção cultural, artística e jornalística local. Por isso conseguimos garantir na lei que nas localidades onde tivessem mais de uma entidade interessada, a que tivesse mais representatividade é que receberia a autorização. E essa representatividade deveria ser de acordo com o número de associados/filiados e que seria obrigatória a junção em caso de empate nesse quesito³⁴³.

É difícil imaginar que uma “junção obrigatória” possa ser democrática e manter a diversidade, mas, ao menos, garantiria a almejada unidade comunitária. Esse modelo organizativo inevitavelmente forçava a rádio comunitária à pluralidade interna e preservava no comando as instituições representativas mais fortes. Como estamos falando aqui de minorias sociais, acabavam ficando às margens os grupos efêmeros, não institucionalizados, minorias (ainda) sem representação etc. Por exemplo, nos chama à atenção a baixa incidência de rádios comunitárias de minorias sexuais, não por acaso também um tema completamente ausente no seu movimento político.

A estima pela unidade está relacionada ao objetivo maior de conquista do Estado. Por isso também identificamos uma relação muito próxima entre as rádios comunitárias e os partidos de esquerda, no caso do Brasil, particularmente ao Partido dos Trabalhadores, tendo em vista sua gênese comum a das comunitárias brasileiras (núcleos de base, CEBs, sindicatos rurais e urbanos, associações comunitárias e culturais, movimento estudantil etc.).

A busca por unidade é o que explica também a tonalidade exclusivista e excludente das propostas de lei da sociedade civil: vimos que elas apontavam para uma *solução meramente pluralista*: a garantia de espaços democráticos e representativos para a sociedade civil *não* empresarial. Ainda que houvesse à mesa propostas que

³⁴³ Disponível em <http://www.agenciaabraco.org/site/perseguiçao-a-criminalizacão-das-rádios-comunitárias-por-filiação-partidária>. Acesso em 30 de julho de 2016.

abarcassem rádios e TVs tocadas por indivíduos, grupos libertários (não institucionalizados), microempresas, pequenos comerciantes etc., tais atores (de óbvio crescimento exponencial numa sociedade civil cada vez mais diversificada) não foram considerados pela nova lei de emissoras de baixa potência. Ora, tendo em vista o grau de concentração da propriedade midiática no Brasil, aqueles atores também não encontraram acolhida no espaço reservado à modalidade comercial, de tendência e conformação oligopolista. Dessa forma, no resultado do processo histórico, os grupos comerciais e religiosos de pequeno porte não tardaram a irromper para aquele já exíguo espaço reservado às comunitárias. Com isso, ao buscar exclusividade para a parcela da sociedade civil considerada mais frágil, o que se conseguiu foi vulnerabilizar justamente a quem se pretendia contemplar.

Porém, não se pode negar um resultado positivo, ainda que restrito, para a situação geral da pluralidade e diversidade da comunicação no Brasil, decorrente da lei 9.612. Frente a um processo de *coronelização eletrônica* iniciado pelo menos desde a ditadura militar e que foi concentrando concessões de rádio e TV nas mãos das oligarquias regionais e locais, a legislação de rádio comunitária garantia alguma participação no cenário midiático de grupos antes alijados dos meios massivos eletrônicos: ainda que isso fosse possível na ilegalidade, a institucionalidade garantia legitimidade e não ser reprimido pelo Estado. Como fica bem marcado na fala de Maria Rosalina, vereadora, sindicalista e quilombola, quanto ao significado de uma concessão de rádio comunitária numa cidade rural do sertão piauiense: o grupo político opositor representado pelas duas famílias oligarcas que, até então, se alternavam no poder “jamais imaginou que nós, sem dinheiro, sem estudo íamos ter um instrumento desses em mãos” (SANTOS, M., 2015). Emancipação parecida se vê com relação à Quixelô FM, uma rádio que “trouxe para a população essa questão da informação no sentido político (...) o porquê Quixelô, com seus 30 anos de existência, ainda era tão dependente de Iguatu”, cidade da qual se emancipara formalmente, mas não politicamente (SALES JÚNIOR, 2015). E mesmo em grandes centros urbanos: é difícil imaginar que Heliópolis, sem sua rádio, teria o poder de mobilizar, por exemplo, mais de duas mil pessoas em defesa de uma área que seria desapropriada: o então prefeito Kassab fora pessoalmente à favela para dizer que “nada ia ser feito de cima para baixo, ia ser feito em conjunto com a população” (GONÇALVES, Reginaldo, 2015).

Ainda que não possamos mensurar, devemos, no mínimo, reconhecer a importância que tiveram as rádios comunitárias para que, pela primeira vez, um partido

de esquerda chegasse ao Poder Executivo Federal no Brasil. Também por isso o gosto amargo de *traição* entre aqueles que viram suas bandeiras e princípios de luta serem amaçorocados, já nas eleições vencedoras municipais e estaduais da década de 1990, até serem totalmente pulverizados na década de 2000. Para chegar ao poder e, principalmente, para depois lá se manter vão se ampliando as alianças, as negociatas, as concessões e a hipocrisia até o limite do não-ser.

Gustavo Gomez, diretor do uruguaio *Observatório Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia*, num recente balanço (2016) das políticas de comunicação dos governos do Cone Sul, conclui para a sub-região o que podemos ampliar para o restante do mundo: não há relação automática entre governos de esquerda e avanços legais em favor da efetivação do direito à comunicação. No caso do Paraguai, Lugo (2008-2012), não fez mais que alavancar alguns poucos meios públicos, sem medida efetiva para democratizar os meios; no Chile, os sucessivos governos de esquerda da *Concertación* (1990-2010) e *Nueva Mayoría* (2013-atual) nunca se comprometeram com a causa, a exemplo da péssima lei de radiodifusão comunitária (2010); os governos uruguaiois do *Frente Amplio* (2005-atual), mesmo com o mérito da exemplar lei de radiodifusão comunitária (2007), mantiveram intacto o oligopólio televisivo; como vimos, na Argentina, a judicialização promovida pelo grupo Clarín, mas, principalmente, a parca aplicação da LSCA não consolidou suas conquistas a ponto de protegê-la dos ataques de Macri; no caso do Brasil, o governo do PT (2002-2016) viu seu pacto de *pax* conservadora com os meios hegemônicos voltar-se contra si e contra a democracia como um todo.

Se não pela inação, a traição também pode vir pela forma da cooptação. Em outro relance regional, Guilherme Canela, assessor regional de Comunicação e Informação da Unesco para o Mercosul e Chile, na reunião realizada em agosto de 2014, em São Paulo, entre organizações de direitos humanos e representantes de órgãos internacionais da área da liberdade de expressão, oferece uma síntese da situação da pluralidade na região: especificamente quanto à radiodifusão comunitária, Canela aponta que, ainda que haja um número maior de meios comunitários e um ambiente legal mais favorável em alguns países, os problemas de sustentabilidade são sistêmicos e percebe-se uma captura por partidos políticos e religiões. O complexo caso venezuelano de apadrinhamento estatal das rádios comunitárias ilustra como tal processo de cooptação pode ser horizontal e retroalimentador.

O enquadramento inerente a qualquer solução estatal foi bem colocado por Félix Guattari acerca do caso francês: através de portaria presidencial, o socialista François Mitterrand deixara “fazer rádios livres numa boa, *só que*” com limite de alcance, proibição de formação de redes, exigência de estatuto de associação sem fins de lucro e subvenção estatal condicionada a um mínimo de audiência, qualidade e utilidade social: “o poder assim ataca o miolo dessas rádios, fazendo com que se tenda a reproduzir o sistema antigo” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 113).

No processo de legalização, ao longo das negociações com os demais setores da sociedade, *um* modelo de rádio comunitária sempre se impõe, seja pela *força política* de seus atores, seja por melhor *cabem* no novo rearranjo legal: além de matar os demais modelos incipientes, gera um efeito abortivo no que de novo poderia surgir. São raros os casos de leis complexas e abrangentes como a canadense, que prevê não menos que quatro tipos (e subtipos) de outorga, acesso a todas as bandas, possibilidade de licenças temporárias, múltiplas de financiamento, inclusive, garantindo fundo público. Ou de países como Tailândia e Uruguai, que preveem a possibilidade de reconhecer uma entidade não legalmente estabelecida como detentora de uma outorga (MENDEL, 2013, p. 54). Na maioria das vezes, o modelo resultante, além de ter de caber nos restos não valorizados do espectro eletromagnético, deve ser *aceito e justificável* para o restante da sociedade. Chegamos aqui a mais um ataque da legalidade à autonomia das rádios comunitárias: a concessão de um direito *desde que* com uma *função*.

Isso fica claro no estudo *Tuning into development: International comparative survey of community broadcasting regulation* (“Sintonizando o desenvolvimento: estudo comparativo internacional de regulação em radiodifusão comunitária”, em tradução livre), depois de analisar mais de 30 países³⁴⁴, Mendel (2013) divide os tipos de definições legais em três áreas principais: a) *forma* (quanto à estrutura do radiodifusor), em que nota uma quase ubiquidade quanto à exigência de se tratar de uma entidade sem fins de lucro; b) *vínculo com a comunidade*: todos os países reconhecem comunidades geográficas, mas nem todos comunidades de interesse, e; c) *padrões de conteúdos positivos* (p. ex., relevância comunitária), sendo comum exigir que o conteúdo sirva às necessidades da comunidade, priorizando educação, informação e o desenvolvimento.

³⁴⁴ Os países analisados foram Argentina, Austrália, Bangladesh, Benin, Butão, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Etiópia, França, Hungria, Índia, Indonésia, Maldivas, Mali, Mongólia, Moçambique, Mianmar, Nepal, Nigéria, Filipinas, Sérvia, Ilhas Salomão, África do Sul, Espanha, Suécia, Tailândia, Uganda e Uruguai.

É revelador analisar padrões que aparecem numa análise tão ampla e diversa como a empreendida por Mendel, dando conta de legislações antigas (Canadá e França) e recentes (Uruguai e Hungria) em contextos cuja diversidade vai do Butão à Suécia. Quanto à *forma*, não surpreende aquela ubiquidade verificada, pois a ausência de fins de lucro vai ao encontro do que primeiro distingue a comunicação comunitária das demais modalidades de comunicação. Vimos que essa delimitação é importante para preservar um ator de existência frágil como a rádio comunitária: definições muito amplas, como a sueca, ou muito restritas, como a húngara, podem lançá-las numa competição desleal que podem descaracterizá-las, como foi o caso da primeira, ou tender a extingui-las, como está acontecendo com a segunda.

Também a questão da *relação com a comunidade* tem sido considerada a pedra fundamental por todos os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema. Mas aí já encontramos indícios do formalismo (inevitável?) da lei. Tendo em vista a natureza tecnológica do veículo rádio faz sentido que as legislações reconheçam como legítima a comunidade geográfica. Porém, o fato que nem todas as leis legitimem a comunidade de interesse dá pistas de sua motivação limitadora. Na comparação que fizemos das legislações de todos os países da América do Sul (MALERBA, 2012), verificamos que “excetuando Argentina, Equador e Uruguai, todas as demais leis vinculam comunidade a um espaço territorial demarcado, o que se assevera com limitações de potência e alcance”, nos levando a “desconfiar dos interesses ocultos em tal atrelamento *comunidade & território físico* quando justamente os marcos legais que aceitam uma maior amplitude do conceito são aqueles que menos impõem restrições aos meios comunitários” (p. 10-11). Retomando o caso brasileiro, logo em seu primeiro artigo, de definição, a lei apressa-se a limitar o serviço a “bairros e vilas”, distanciando o *problema* das rádios comunitárias dos centros urbanos. E essa percepção não é exclusiva dos reguladores brasileiros: no caso estadunidense, até 2011 conseguiu-se restringir as comunitárias ao meio rural; vimos o titular do órgão regulador paraguaio desconfiar dos auspícios comunitários de pedidos de outorga para a capital Assunção, já que não vinham de “comunidades”; também não foi outro o enfoque das autoridades argentinas de aplicação da LSCA quando concentraram a concessão de outorga para as comunitárias às localidades de baixa disputa pelo espectro.

Porém, o que mais nos chama à atenção na análise mundial de Mendel é a recorrência de uma exigência conteudística, que “sirva” à comunidade e esteja voltada para o “desenvolvimento local”. Notemos que o direito humano à comunicação, que

deveria ser garantido de forma ampla e irrestrita, no caso do setor comunitário (e somente nele), tende a ser *condicionado* a sua utilidade social (prestação de serviços, utilidade pública etc.). Isso fica explícito no caso japonês, onde as melhoras legais e o aumento do apoio estatal foram se dando de acordo com que se percebia a importância das comunitárias na prevenção e mitigação de danos em desastres naturais. Seus desdobramentos evidenciam o risco quando se condiciona um *direito* à sua *função instrumental*: os cortes de investimentos e o aumento das exigências atingiram primeiro as rádios comunitárias japonesas sem fins de lucro. (Afinal, instrumentos, depois de utilizados para os seus fins, costumam ficar esquecidos até que sejam novamente necessários). Ainda que a maioria das leis nacionais vincule qualquer concessão (comercial, educativa etc.) do espaço radioelétrico a finalidades culturais, sociais e informativas, nenhuma sofre o rigor da vigilância conteudística estatal e da sociedade (sem falar dos próprios pares) como a comunitária.

O mecanismo que condiciona o direito à comunicação das comunidades ao *modo* como é exercido tem como base uma abordagem *utilitarista* e *moralista* da radiodifusão comunitária, por sua vez, alimentada por um olhar *elitista* e *preconceituoso* acerca dos atores que a exercem. Encarados como *cidadãos de segunda ordem* pelo *lugar social* que ocupam, os que reivindicam um quinhão do disputado espaço eletromagnético só o *merecem* quando demonstram fazer dele um uso *justificável* e *insuspeito*³⁴⁵.

Isso pode ser verificado na sociedade como um todo, mas fica ainda mais evidente (porque cristalizado em leis, métodos e ações) no Estado. No caso brasileiro, o âmbito do Judiciário segue essa linha já na primeira sentença favorável à radiodifusão comunitária que se tem conhecimento. Quando, em 1994, o juiz Casem Mazloum abre aquela importante jurisprudência com o caso da Rádio Reversão, ainda que faça referência ao monopólio das comunicações e ao autoritarismo do marco legal, sua sentença se embasa na “reduzida potência” de uma emissora destinada “a atividades culturais e no contexto de tais fins”. E isso permanece em jurisprudências mais recentes: entre as teses jurídicas aplicáveis à defesa das rádios comunitárias, até mesmo a que versa sobre o “exercício regular do direito à liberdade de expressão” recorre ao argumento do “importante papel de interesse público nas comunidades nas quais estão inseridas”, elencando prestação de serviços, comunicados de utilidade pública etc.

³⁴⁵ Nesse sentido, é sintomático que a primeira menção explícita do setor comunitário na Relatoria de Liberdade de Expressão da OEA restrinja o valor das rádios comunitárias à atuação “no marco da legalidade” e as descreva como canais onde os “integrantes do setor pobre” podem ocupar “os espaços que deixam os meios massivos” (cf. 4.1).

(ARTIGO 19, 2016, p. 43-48). No Legislativo, a 9612, quando fala das finalidades do serviço de radiodifusão comunitária (art. 3), é simbólico que a menção a “prestar serviços de utilidade pública” (III) apareça antes da “capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão” (V). Até 2015, entre o calhamaço burocrático exigido aos outorgantes de rádio comunitária estavam a “declaração, assinada por *todos* os diretores, comprometendo-se ao *fiel cumprimento* das normas estabelecidas” e a “certidão de setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido” que “servirão ao exame da *idoneidade* da entidade interessada e de seus dirigentes”, a quem se suspeita inidôneo até que se comprove o contrário. No âmbito persecutório, a criminalização da radiodifusão comunitária anda de mãos dadas à criminalização da pobreza: nem precisaria estar evidente nas descrições dos relatórios da Anatel sobre suas ações de fiscalização “cercadas de riscos” e ilustradas com fotos de comunidades ribeirinhas e favelas urbanas para delinear as sinapses que conectam *clandestinidade, rádio comunitária e pobreza*.

A autonomia frente ao Estado é um tema presente desde bem cedo no setor. No caso brasileiro, o movimento já nasce calejado: como sabemos, a expertise francesa e italiana auxiliou os “apóstolos” paulistas a blindarem as livres dos ataques à autonomia que inevitavelmente viriam: lá em 1982, na entrevista que deu para alunos da PUC São Paulo, Félix Guattari sentencia o enquadramento e o esvaziamento do fenômeno das rádios livres francesas “pelo poder de Estado, pelo poder local, pelos partidos tradicionais, pelos sindicatos” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 109). Porém, na mesma época, num debate promovido pelo Partido dos Trabalhadores, quando questionado se a legalização implicaria necessariamente no esvaziamento das livres, Guattari afirma não ver “contradição entre institucionalização e capacidade criadora”, acrescentando ser “absurdo” negar “um mínimo de avanço, que representa não mais ser preso, processado, não sofrer interferências nas rádios”. De todo modo, o que lhe parece decisivo não são as leis, mas “uma criatividade processual que faça com que as *leis acabem se chocando de certo modo com a vitalidade do movimento*”: o horizonte é sempre a “autonomia completa das rádios, em relação aos partidos, sindicatos, municipalidades etc.” (p. 120-121, grifo nosso).

Nossa pesquisa qualitativa indicou que quanto mais o projeto político da rádio se solidifica, maior é a tensão para que a rádio se autonomize da entidade-guardiã e caminhe para tornar o próprio coletivo da rádio o seu *guardião de princípios*. Se o guardião de princípios é a imprescindível *escada* para alçar o projeto da rádio a um

patamar superior, em última instância, é o *problema* a ser superado tão logo lá se chegue. Fruto típico da estrutura original do *ser socialista*, o guardião de princípios tende a ser o mártir que acaba por justificar o pecado de todo o resto: no fim das contas, o participante médio da rádio permite eximir-se de uma responsabilidade que lhe cabe por haver, logo acima, uma singularidade total que *responderá* até pelo que não lhe cabe, dado o seu comprometimento integral com o projeto da rádio. O irresistível papel de ser insubstituível acaba por tornar dispensável todos os demais. A Geni de Chico Buarque, a Grace (Dogville) de Lars Von Trier ou Jenny de Bertold Brecht já nos ensinaram os limites da doação sem limites. Não se trata aqui de responsabilizar indivíduos: muito menos o guardião de princípios, cuja dedicação, politização e paixão pelo rádio comunitário têm protagonizado a história da comunicação comunitária nas comunidades. É preciso voltar às estruturas: a lógica do nepotismo brando tem somente um de seus pilares na moral superior do guardião de princípios; os demais pilares são a falta de compromisso político de todo os demais, mergulhados que estão em seus ambiciosos projetos de si mesmos.

Para ser realmente vigorosa, uma rádio (ou uma associação, um movimento, uma rede) precisa poder prescindir de qualquer *um* de seus indivíduos: sua institucionalidade deve ser sua história, suas histórias, suas conquistas e seus princípios: enfim, é o próprio projeto político que deve ser o *vinculador* dos que já não estão, dos que permanecem e o que seduzirá os próximos ativistas. Uma vez mais, talvez por um tempo seja inevitável a ação orientadora e vinculativa de uma, duas pessoas. Mas não se pode perder de vista que a possibilidade de autonomia de um projeto político depende da descentralização e despersonalização do seu devir.

Nossa pesquisa indica que a solidez do projeto político da rádio independe de ter ou não institucionalidade. Porém, no recorte específico do momento atual, as livres têm apresentado mais chances de autonomia que as demais. Isso pode não ter sido assim nos 1980 e 1990 quando, por exemplo, sabemos ter havido intensas mobilizações da comunidade para reabertura depois que sua rádio era fechada pela Anatel. Mas o *ethos* político de nosso tempo parece condizer com a rejeição a lideranças, a busca pela horizontalidade e corresponsabilidade nas ações que caracterizam as rádios livres.

Enquanto herdeiros do *ser anarquista*, os militantes que descendem da vertente autonomista entendem o rádio não como *instrumento*, mas como *plataforma* da transformação social: não como meio para difusão de causas, mas a difusão do meio como causa. Guilherme Figueiredo, da Xibé, conta que, depois da sua experiência in

loco com o zapatismo, passou a deslocar a importância da *participação* para a *comunicação* no processo de transformação social: “é na comunicação que a gente pode realmente construir essa participação. E a comunicação é muito mais que a estrutura de uma organização” (FIGUEIREDO, 2015b). A rádio livre não é instrumento na conquista do Estado (em sentido amplo), simplesmente porque ele não é objeto de conquista: ao contrário, é visto como síntese da autoridade, da alienação política, da dominação do homem pelo homem, da privação da liberdade e castração da autonomia humana. Também a luta contra qualquer estrutura de poder (interna e externa) torna incompatível a figura de líderes (diretores, dirigentes etc.). Tal perspectiva rapidamente rejeitou o modo como a solução legal ia sendo desenhada: institucionalidade jurídica, orientação de conteúdo e existência de conselho comunitário, entendido não como garantia de legitimidade e observância democrática, mas como controle, paternalismo e obstáculo à livre expressão.

Se são muitas as evidências de riscos à autonomia dentro da fôrma legal, não parece, contudo, que ilegalidade seja sinônimo de independência. As experiências internacionais demonstram que a possibilidade de cooptação pode ser até maior nas ausências ou afrouxamentos legais. Mendel (2013, p. 36) aponta os riscos em que se encontram os princípios e as práticas das rádios comunitárias nepalesas: a falta de padrões regulatórios claros tem favorecido a comercialização e a partidarização política das rádios. Ou o caso de Honduras, em que a ausência legal foi usada pelo governo golpista de Sosa para “negociar” e cooptar algumas rádios comunitárias por meio de um *decreto* presidencial, à revelia da consolidação de uma lei. Além do mais, como já dissemos, nem sempre a situação política e social permite soluções alegais, sem amparo institucional e/ou jurídico, como em áreas de conflito social (favelas dominadas por tráfico de drogas, áreas em litígios fundiários, bairro sob o domínio de milícias etc.) e/ou quando se confrontam com poderes locais e regionais.

No âmbito legal, se dissemos que as propostas das comunitárias apontavam para uma solução meramente pluralista, o formato atual de funcionamento das livres acaba por favorecer *meramente a diversidade*: constatamos a baixa capilaridade das livres junto a atores mais institucionalizados e que são importantes mediadores sociais. Por um lado, não podemos ignorar as consequências do (puro) pluralismo para a democracia: ao preservar as representações que reforçam o poder estabelecido, acaba por alimentar o cinismo e a desconfiança nos cidadãos quanto à capacidade da política de lidar com o novo. Do outro lado, a solução pela (pura) diversidade, ainda que garanta

discussões para além do estável (institucionalizado), pode levar a um nível perigoso de tensionamento democrático ao (sobre)valorizar o novo em detrimento dos espaços pelos quais os cidadãos podem se sentir representados. A democracia depende da garantia de espaços de *representação e expressão* da diversidade dos diferentes grupos: o equilíbrio entre *capacidade representativa e possibilidade expressiva* e o vigor de cada uma delas são condições elementares para o funcionamento do sistema democrático.

O que pudemos concluir de nossa análise mundial da situação legal das rádios comunitárias é que não é preciso escolher entre legalidade ou ilegalidade, pluralidade ou diversidade, representação ou expressão: se há situações sociais que exigem proteção jurídico-estatal e se há demanda social por não institucionalidade, as leis devem e podem contemplar a diversidade de formatos. Porém, para tal, precisam abandonar políticas privatistas e controladoras de concessão de outorgas de radiodifusão. Uma solução possível, por exemplo, é reservar faixas do espectro eletromagnético para a gestão autônoma da sociedade civil: vimos que esse é um movimento ascendente no direito humano à comunicação: a demanda pelo espectro livre. Nesse caso, liberalização não significa privatização, mas autonomia.

Como sabemos, no processo legal, as livres foram as vencidas da História. Dentro da hegemonia de organização da ação política da esquerda da época, a recusa à representatividade plural era interpretada como individualismo; já a obstinada rejeição ao Estado colocava as livres próximas demais ao formalismo perigoso do liberalismo. Por muitos anos, apesar de nunca terem desaparecido, o movimento de rádios livres ficou marginal: pouco ou nada se ouvia falar das livres. O seu novo boom é recente, do início dos anos 2000, coincidindo com o novo momento nas jornadas globais de lutas antiglobalização e a conformação de espaços de organização como o Fórum Social Mundial (FSM). A partir daí, movimentos e grupos que antes estavam fragmentados passam a dialogar e coordenar em rede suas ações. No que toca ao movimento pelo direito à comunicação, a marca será a disseminação dos Centros de Mídia Independentes no mundo todo e a ascensão da liberdade e universalidade da internet como pauta. Nessa mesma onda, é simbólico que a Rádio Muda, a “Alice brasileira”, tenha tido seu primeiro encontro com o CMI na segunda edição do FSM, em 2002: o reconhecimento mútuo dos dois grupos de mídia independente gerariam muitos frutos, entre eles, o Rizoma de Rádios Livres, permitindo o diálogo e a solidariedade entre livres do Brasil e do mundo. A partir daí, as livres pós-levante zapatista vão encampar bandeiras como software livre, governança da internet e digitalização do rádio. Um

importante elemento de fundo é o aprofundamento da internacionalização das lutas; outro é a rejeição ativa aos Estados.

Após o resultado de estatolatria das experiências socialistas e da constatação do papel que o atual estágio do capitalismo tem conferido ao Estado nas sociedades capitalistas, passou a imperar uma descrença que a justiça se encontre em algum lugar que passe pelos mecanismos estatais. De fato, muitos dos movimentos de resistência contemporâneos têm objetivos que passam ao largo do Estado como espaço de disputa. Na maioria dos casos, o veem como inimigo e/ou vetor de repressão. Esse seria mais um dos motivos possíveis para o deslocamento desde um movimento político organizado e de projeto de longo prazo para uma ação política mais fragmentada, pontual e que, preferencialmente, se dirija a toda e qualquer soberania e representação. É tal linha de pensamento que leva a professora Ivana Bentes a enxergar a “democracia direta e participativa como horizonte da política” atual através de “frentes suprapartidárias em torno das pautas e questões que nos interessam”. A tendência seria que partidos políticos e Estado se transformassem em “redes de colaboração e num Estado-rede, cogido pela sociedade” (NUNOMURA, 2014, p. 10). Também Muniz Sodré localiza a sociedade civil como o *topos político* da luta pelos direitos: “se não abrimos mão da democracia como ponto de partida para a transformação social – um ponto cujo horizonte é a redução das assimetrias sociais por meio da ação política –, a cidadania ativa ocupa necessariamente o lugar de sujeito das conquistas” (2014, p. 180). Daí que não precisamos lamentar a decadência do partido político, posto que isso não pressupõe “a morte da cidadania. Esta última pode mudar de constituição e aspecto, mas continua sintetizando o livre-agir político do indivíduo (a participação cidadã) e, assim, expandindo a esfera constitutiva da vida social” (id., p.181).

O atual presidente da AMARC, o francês Emmanuel Bouterin, por ocasião de sua eleição na 11ª Assembleia, realizada em Gana, em agosto de 2015, comenta dois deslocamentos mundiais, em sua opinião, centrais e contraditórios com relação às rádios comunitárias: uma onda legal mais favorável e outra de maior disputa pelo espectro eletromagnético por conta das empresas de telefonia.

A nosso ver não há contradição, mas, *coerência* e *sincronia* entre os dois movimentos. Os adversários das rádios comunitárias não são mais (somente) as oligarquias nacionais, em prováveis alianças com as corporações mundiais: agora, são as próprias corporações que entram na disputa. Com relação ao caso brasileiro, não parece ser coincidência que a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) tenha vindo antes

(1997) da legislação de radiodifusão comunitária (1998) e de uma (ainda distante) nova lei geral de comunicação no Brasil. A aprovação da LGT e a consequente criação da Anatel significou a reestruturação do poder regulatório e repressor do Estado: apenas a chegada de um novo e importante ator justificaria sua reestruturação em tais níveis. Além disso, somente depois de garantido o ambiente legal do uso mais rentável do espectro (telefonia), orquestrou-se como se daria a concessão das suas sobras (radiodifusão de baixa potência). Partindo para exemplos internacionais, mas sem precisar ir muito longe, a estratégia do novo presidente da Argentina, Maurício Macri, para derrubar a *Ley de Medios* está sendo “reformá-la” (principalmente nos aspectos do controle social da mídia) para dar conta das telecomunicações. Noutro vizinho, vimos que boa parte das judicializações contra a nova lei de meios uruguaia (SCA) partiu da filial local de uma empresa de telefonia (a espanhola *Telefónica*). O que se vê é o Estado preparando o ambiente mais seguro para as teles.

Os aperfeiçoamentos legais em radiodifusão comunitária – que só acontecem depois da pressão da sociedade civil – normalmente não dão conta dos desafios sociais e das transformações tecnológicas em curso. Uma postura crítica não deixará de perceber tal descompasso como ativo, não meramente fruto de uma obsolescência jurídica natural em relação aos avanços tecnológicos. Afinal, como afirma Paiva (1998), “a mídia hegemônica pode até aceitar a existência de outro modelo, desde que ele não implique na partilha das mesmas condições técnicas. Ou seja, democratizar a tecnologia é o que o grupo hegemônico tem, a todo custo, evitado colocar em prática” (p. 147).

No devir histórico das rádios comunitárias em sua luta pela autonomia, verificamos que as mutações tecnológicas permitiu ampliar suas ações em uma promissora atuação em rede. Através da hibridização dos meios, da apropriação de múltiplas plataformas e de novas formas de vinculação, elas executam um movimento duplo (só) aparentemente contraditório: se virtualizam ao mesmo tempo em que se (re)territorializam; podem fazer uso das ferramentas comunicacionais mais sofisticadas ou escolher a “pobreza” tecnológica; reivindicam ao Estado outorga para ser provedor de internet e lutam por autonomia no uso de parte do espectro eletromagnético. Como dissemos no início se confiarmos em seus paradoxos talvez possamos entender os novos desafios sociais que se descortinam.

No que se refere à base tecnológica, verificamos que boa parte das rádios comunitárias conta com infraestrutura mínima para acompanhar a tendência de incorporação da luta em rede. É claro que as desigualdades estruturais na sociedade

também se refletem na realidade *entre* e *intra* rádios comunitárias. A abrangência territorial da pesquisa qualitativa nos permitiu sentir as grandes diferenças de acesso à internet no Brasil: com isso, a apropriação tecnológica de uma rádio está influenciada por condições estruturais de conexão. Também internamente, onde se verificam grandes disparidades de saberes: em muitos casos, somente uns poucos comunicadores, normalmente mais jovens e do sexo masculino, aproveitam plenamente as diversas novas técnicas para ativar multiformas de alcançar seu público e seus objetivos. A tecnologia continua sendo encarada como desafio justamente por suas possibilidades: quando questionadas sobre as maiores necessidades de capacitação, foi a atualização tecnológica a mais recorrente das respostas na pesquisa quantitativa.

Numa perspectiva macro, nenhuma das novas possibilidades tecnológicas (como em nada na política) se encontra determinada. Em cada uma das novas frentes, o capital ergue suas carcaças para privatizar e controlar o movimento solidário e cooperativo das comunidades quanto às possibilidades comunicacionais. Por exemplo, o rádio digital: ainda que essa tecnologia possa derrubar de vez o argumento da escassez do espectro eletromagnético e ampliar exponencialmente o número de canais, acordos em Brasília podem favorecer uma tecnologia com patente, que diminui o número de rádios no espectro e cujos custos podem varrer as comunitárias do dial. Num contraexemplo propositivo, porém, já vemos, há pelo menos uma década, as comunitárias criarem redes sociais virtuais em que compartilham saberes, produções radiofônicas jornalísticas e, até mesmo, equipamentos. No geral, o que percebemos é uma tendência inexorável em hibridizar mídias, espelhar sua presença em diferentes formatos e ingressar na comunicação em rede.

Acerca da novidade das redes, o que se poderia advogar – com propriedade – é que, por exemplo, as rádios mineiras bolivianas de meados do século XX já somavam suas capacidades comunicacionais através de cadeias de rádios e se comunicavam eficaz e analogicamente entre si para informar, umas as outras, por exemplo, a movimentação das tropas militares e se protegerem da repressão. Sim, precisamente: o que muda agora é que as companheiras comunitárias brasileiras, argentinas, canadenses, nepalesas e venezuelanas saberiam do movimento repressor em frações de segundos: e isso faz toda a diferença para a luta internacional e articulação de uma ação solidária em rede.

Essa vocação para a rede é de origem: muito antes da web, as rádios comunitárias materializavam redes locais de organização em favor dos direitos humanos, dentro e fora da comunidade. Dessa forma, as novas possibilidades

tecnológicas vieram ramificar o que já existia: criar redes virtuais com outras rádios, fazer uso de aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas para sintonizar seus ouvintes, colocar o player da sua webrádio no Facebook ou simplesmente “plantar” o celular no alto de um pé de manga para fazer *link* com a sede rádio. Porém, não é através dessas peripécias técnicas que reconhecemos a vocação política das rádios comunitárias: é na reinvenção dessas possibilidades para fins políticos que demonstram continuarem ativas no tecido das comunidades, do mundo e da História, a revelia de todas as forças privatistas que insistem em reprimi-las.

Um caso que destacamos nesse trabalho foi a gênese da radiodifusão comunitária tunisiana: satélites, webrádio, TV, servidores FTP, parabólicas... um buquê de adaptações e subversões tecnológicas fizeram, por exemplo, da TV o receptor de rádio e da internet o canal de transmissão radiofônica. Mas antes, bem antes do primeiro sinal ser transmitido de Tunis-Roma-Milão-Tunis, houve o singular encontro (humano) de ativistas pelo direito à comunicação que, no desejo comum de romper a censura de Zine El Abidine Ben Ali, juntaram forças para, numa conjunção internacional e multiplatafórmica, dar o pontapé do que seria um sopro de liberdade comunicacional na região: a partir daí, organizações internacionais, como a AMARC e o IFEX, ampliaram a incidência em favor de uma lei de comunicação na Tunísia e de experiências similares em outros países árabes. O que queremos ressaltar é que a parafernália tecnológica não foi *plataforma*, mas *intermediária* da ação: ou seja, a “rede” foi um componente da ação política: ou, dizendo de outro modo, a rede (tecnológica) foi somente um dos elementos da rede (política) em que importou bem menos o que a rádio comunitária *transportava* (conteúdo formador) do que a própria atividade em rede que levou à orquestração política internacional. Num âmbito local, verificamos a mesma horizontalidade, colaboração e cooperação no caso de rádios comunitárias participando de redes livres e comunitárias (para a conexão à internet): elas passam a ser, simultaneamente, plataforma para a rede e compor a plataforma da rede. Tais exemplos chamam à atenção para a contribuição da *forma* à revelia do *conteúdo*: como pudemos verificar nos relatos pessoais dos participantes das rádios comunitárias de nossa pesquisa qualitativa, o seu legado mais importante tem sido a própria formação de atores políticos: a partir da tomada da palavra, do envolvimento na coisa pública e do aprendizado político mútuo. As rádios comunitárias transformam quando agem, não somente quando informam.

Em nosso último capítulo descobrimos que o processo de autonomização que vínhamos constatando desde a base ontológica também está se dando na esfera das

estruturas comunicacionais: há deslocamento desde o foco na *difusão/coordenação* para a maior valorização da *troca/auto-organização*. Trata-se do mesmo movimento *ponto-ponto, ponto-muitos, muitos-muitos* verificado na transição da comunicação linear para a comunicação em rede. Além da autonomização, verificamos um aprofundamento da luta em seus territórios via novas tecnologias: as múltiplas ferramentas interativas têm acrescentado novos modos de sociabilidades e vinculações locais, reforçando os laços da rádio comunitária com a sua comunidade.

Ainda que a trajetória histórica das rádios comunitárias aponte nessa direção, o processo de autonomização não é espontâneo. Ao contrário, o que vemos (e veremos) são as máquinas de apropriação sistematicamente conterem, enquadrarem e redirecionarem cada nova ação expansiva. A partir de nossa pesquisa, fica claro que já não se trata de escolher entre uma ou outra plataforma tecnológica, mas adequá-las e combiná-las: frente à expropriação totalizante do capital, a demanda deve ser por acesso e acessibilidade a todas as tecnologias.

Já sabemos o que os sujeitos políticos da atualidade rejeitam: hierarquia, soberania, representação, injustiça. Já sabemos como atuam: na colaboração, cooperação, de forma afetiva, pontual e em rede. Também já sabemos de onde parte e para onde vai sua produção (riqueza comum): pois é aí que se apresenta o maior desafio e objeto de disputa da luta política: descobrir e construir o comum, posto que é o comum que permite comunicarem-se as singularidades dos sujeitos políticos. As máquinas de apropriação do comum são poder meramente negativo: o reprimem e o usurpam. Por fim, há muito que não sabemos, mas isso só poderá ser revelado na positividade da ação política.

REFERÊNCIAS

1. Correspondências eletrônicas

ANTUNES, R. *RE: radio comunitária Abelardo Luz*. [mensagem pessoal]. 2015a. Mensagem recebida por joapaulorj@yahoo.com.br em 2 de setembro de 2015.

COSTA FILHO, I. C. *Re: Pedido de participação em pesquisa – João Paulo Malerba (AMARC/UFRJ)* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por joapaulorj@yahoo.com.br em 8 de junho de 2015.

EL JONHNNY SILVA. *Ajuda para obter concessão de radio comunitária*. 2015 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por joao@criarbrasil.org.br em 24 de maio de 2015.

RÁDIO MUDA. *Re: Visita à Rádio Muda (pesquisa de doutorado UFRJ)*. 2015a. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por joao@criarbrasil.org.br em 30 de outubro de 2015.

SILVA, El J. *Ajuda para obter concessão de radio comunitária* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <joao@criarbrasil.org.br> em 25 de maio de 2015.

2. Artigos e/ou matérias de jornais e revistas

CHARÃO, C. *Visita de Zidane agiliza legalização da primeira rádio de SP. Observatório do direito à comunicação*. 14/03/2008. Disponível em http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=2872. Acesso em 13 Jan 2009.

GASPAR, J. *Rádio comunitária depende de padrinho: entrevista Cristiano Aguiar Lopes. Observatório da Imprensa*. Mai. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=330IPB004>. Acesso em: 8 Jun. 2006.

GINDRE, G. *Inclusão digital posta em risco por decisão da Anatel*. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/2008/gindre290807.htm>. Acesso em 12 de setembro de 2007.

TSU, V. A. *A nova soberania: entrevista com Antonio Negri e Michael Hardt. Folha de São Paulo*, São Paulo, Folha Mais!, 24 Set 2000. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2409200003.htm>. Acesso em 23 de junho de 2015.

3. Entrevistas

ALVES, E. *Entrevista sobre a Rádio Utopia*. Planaltina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de outubro de 2015.

ALVES, J.. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de setembro de 2015.

ANTUNES, R. *Entrevista sobre a Rádio Terra Livre*. Abelardo Luz, 2015b. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 e 23 de outubro de 2015.

APARICIO, C. *Entrevista sobre a AMARC*. Santiago (Chile), 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em maio de 2015.

ARAÚJO NETO, J.. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de setembro de 2015.

BARBOSA, G.. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 11 de agosto de 2015.

BARRETO, D.. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 11 de agosto de 2015.

BARRO NETO, F.. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 18 de setembro de 2015.

BASTOS, S. *Entrevista sobre a Rádio Xibé*. Tefé, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 28 de setembro de 2015.

BESERRA, M. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 15 de setembro de 2015.

BORMA, J.. *Entrevista sobre a Rádio Terra Livre*. Abelardo Luz, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 23 de outubro de 2015.

BRITO, M. *Entrevista sobre as rádios comunitárias da Transamazônica*. Altamira, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 25 de agosto de 2015.

CALLIARI, R. *Entrevista sobre a Webrádio AlmA*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de agosto de 2015.

CARVALHO, M. A. *Entrevista sobre a AMARC Brasil e a história das rádios livres e comunitárias no Brasil*. Londres, 2016 (Skype). Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 21 de junho de 2016.

CORDEIRO, G.. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 11 de agosto de 2015.

CORREIA, S. *Entrevista sobre a Rádio Xibé*. Tefé, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 28 de setembro de 2015.

COSMO, B. *Entrevista sobre a Rádio Utopia*. Planaltina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de outubro de 2015.

CRUZ, J. *Entrevista sobre a Rádio Xibé*. Tefé, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 29 de setembro de 2015.

DEBERTOLIS, K. *Entrevista sobre a Webrádio AlmA*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 20 de agosto de 2015.

DIASIO, F. *Entrevista sobre a AMARC Mundial*. Santiago (Chile), 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 30 de maio de 2015.

FERREIRA, C. *Entrevista sobre a Rádio Utopia*. Planaltina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de outubro de 2015.

FERREIRA, M. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 21 de setembro de 2015.

- FIGUEIREDO, G. *Entrevista sobre as Rádios Xibé e Voz da Ilha*. Tefé, 2015b. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 28 e 29 de setembro de 2015.
- FONSECA, S. *Entrevista sobre as Rádios Xibé e Voz da Ilha*. Tefé, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 29 de setembro de 2015.
- FRANCO, J. *Entrevista sobre a Webrádio Alma*. Campinas, 2015 (Skype). Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de agosto de 2015.
- FRANCO, O. *Entrevista sobre a Rádio Terra Livre*. Abelardo Luz, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de outubro de 2015.
- GALIANA, S. (“Sally”) *Entrevista sobre a situação legal das rádios comunitárias irlandesas*. Dublin (Irlanda), 2012. Entrevista concedida a Nils Brock em agosto de 2012.
- GLAWION, S. *Entrevista sobre a situação legal das rádios comunitárias alemãs*. Nürnberg (Alemanha), 2012. Entrevista concedida a Nils Brock em outubro de 2012.
- GOLVAN, R. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 15 de setembro de 2015.
- GOMES, L. *Entrevista sobre a Rádio Utopia*. Planaltina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 18 e 20 de outubro de 2015.
- GONÇALVES, M.. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 15 de setembro de 2015.
- GONÇALVES, Reginaldo. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 10 de agosto de 2015.
- GONÇALVES, Rosa. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 16 de setembro de 2015.
- GONÇALVES, W. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 16 de setembro de 2015.
- GONZALES, M. *Entrevista sobre a situação legal das rádios comunitárias espanholas*. Madrid (Espanha) (Skype), 2012. Entrevista concedida a Nils Brock em maio de 2012.
- HELOY, E. *Entrevista sobre a Webrádio Alma*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de agosto de 2015.
- JÚNIOR, J. *Entrevista sobre a Rádio Comunitária Cidade FM*. Altamira, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 24 de agosto de 2015.
- K. *Entrevista sobre a Rádio Muda*. Campinas, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 25 de novembro de 2015 [sob condição de anonimato].
- LADEIRA, T. *Entrevista sobre a história do movimento de rádios livres e comunitárias*. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em outubro de 2015.
- LAMAS, E. *Entrevista sobre a AMARC*. Santiago (Chile), 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em maio de 2015.
- LIMA, L.. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de setembro de 2015.
- LIMA, N. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 17 de setembro de 2015.

- LORETI, D. *Entrevista sobre a Ley de Medios Argentina*. Buenos Aires, 2010. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 9 de abril de 2010.
- LOURENÇO, A. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 11 de agosto de 2015.
- MANQUEPILLÁN, Mireya. *Entrevista sobre o fechamento da rádio Kimche Mapu*. Santiago (Chile), 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 28 de maio de 2015.
- MARTINS JÚNIOR, G. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 17 de setembro de 2015.
- MARTINS, G. *Entrevista sobre as Rádios Xibé e Voz da Ilha*. Tefé, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 28 de setembro de 2015.
- MELO, A. *Entrevista sobre a rádio comunitária Nativa FM e as controvérsias em torno da construção de Belo Monte*. Altamira, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 25 de agosto de 2015.
- MELO, J. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 16 de setembro de 2015.
- MELO, L.. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 18 de setembro de 2015.
- MORAES, D. *Entrevista sobre as rádios comunitárias da Transamazônicos e os efeitos socioeconômicos e ambientais da construção da Usina de Belo Monte*. Altamira, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 23 de agosto de 2015.
- MOREIRA, T. *Entrevista sobre a Webrádio Alma*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 18 de agosto de 2015.
- NASCIMENTO, M. *Entrevista sobre a Rádio Comunitária Cidade FM*. Altamira, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 24 de agosto de 2015.
- PACHECO, P. *Entrevista sobre a Webrádio Alma*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 18 de agosto de 2015.
- PEDROSA, L. *Entrevista sobre a Rádio Utopia e Projeto Dissonante*. Planaltina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 20 de outubro de 2015 (complementada por áudio do WhatsApp em 25 de janeiro de 2016).
- PEREIRA, M. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 21 de setembro de 2015.
- PUHL NETO, E. *Entrevista sobre a Rádio Terra Livre*. Abelardo Luz, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de outubro de 2015.
- Q. *Entrevista sobre a Rádio Muda*. Campinas, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 24 de novembro de 2015 [sob condição de anonimato].
- RIBEIRO, Z. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 12 de agosto de 2015.
- RODRIGUES, E. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 10 de agosto de 2015.
- SALES JÚNIOR, E.. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 18 de setembro de 2015.

- SANTINI, W. S. *Entrevista sobre a Webrádio Alma*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 19 de agosto de 2015.
- SANTOS, E. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 21 de setembro de 2015.
- SANTOS, M. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM e comentários sobre a reza*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de setembro de 2015.
- SANTOS, N. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de setembro de 2015.
- SANTOS, O. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de setembro de 2015.
- SANTOS, R.. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 12 de agosto de 2015.
- SILVA, Ailton. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de setembro de 2015.
- SILVA, Antonio. *Entrevista sobre a Rádio Independência FM*. Independência, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 15 de setembro de 2015.
- SILVA, Fátima. *Comentários sobre os impactos sociais e econômicos da construção da Usina de Belo Monte*. Altamira, 2015. Compartilhados com João Paulo Malerba no dia 22 de agosto de 2015.
- SILVA, Francisca. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 19 de setembro de 2015.
- SILVA, G. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 21 de setembro de 2015.
- SILVA, Marcele. *Entrevista sobre a Webrádio Alma*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 20 de agosto de 2015.
- SILVA, Maria. *Entrevista sobre a Rádio Quixelô FM*. Quixelô, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 18 de setembro de 2015.
- SILVA, Nete. *Entrevista sobre a Rádio Comunitária Cidade FM*. Altamira, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 24 de agosto de 2015.
- SILVA, O. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de setembro de 2015.
- SOARES, D. *Entrevista sobre a Rádio Terra Livre*. Abelardo Luz, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de outubro de 2015.
- SOUZA, D. *Entrevista sobre as rádios comunitárias Nativa FM e Cidade FM*. Altamira, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 24 de agosto de 2015.
- SOUZA, E.. *Entrevista sobre a Rádio Heliópolis*. São Paulo, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 11 de agosto de 2015.
- SOUZA, J. *Entrevista sobre a Rádio Comunitária Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 21 de setembro de 2015.

- THOMAS, D. *Entrevista sobre a Webrádio Alma*. Londrina, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba nos dias 18 a 20 de agosto de 2015.
- TORRES, E. *Entrevista sobre a Rádio Esperança FM*. Queimada Nova, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba em 22 de setembro de 2015.
- V. *Entrevista sobre a Rádio Muda*. Campinas, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 25 de novembro de 2015 [sob condição de anonimato].
- W. *Entrevista sobre a Rádio Muda*. Campinas, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 24 de novembro de 2015 [sob condição de anonimato].
- WESTHUSEN, M. *Entrevista sobre a situação legal das rádios comunitárias alemãs*. Halle (Alemanha), 2012. Entrevista concedida a Nils Brock em outubro de 2012.
- X. *Comentários sobre o processo judicial envolvendo participantes da Rádio Muda*. Campinas, 2015. Compartilhados com João Paulo Malerba no dia 23 de novembro de 2015 [sob condição de anonimato].
- Y. *Entrevista sobre a Rádio Muda*. Campinas, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 24 de novembro de 2015 [sob condição de anonimato].
- Z. *Entrevista sobre a Rádio Muda*. Campinas, 2015. Entrevista concedida a João Paulo Malerba no dia 25 de novembro de 2015 [sob condição de anonimato].

4. Trabalhos apresentados em congressos e seminários

ASSUNÇÃO, Ana Karolina Cavalcante. *Rádio Livre: perspectiva de interação entre familiares e internos do sistema carcerário cearense*. Trabalho apresentado ao “GT 8 – Comunicación Popular, Comunitaria y Ciudadanía” do XII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación (Alaic 2014), de 6 a 8 de agosto de 2014, em Lima, Peru.

MALERBA, J. P. C. *Rádios comunitárias brasileiras e a questão espacial*. Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós, 17, 2008a, São Paulo. Anais...

VILLAMAYOR, Claudia. *La dimensión político cultural en la sostenibilidad de las radios comunitarias*. Coloquio internacional sobre educación radiofónica y medios comunitarios: participación, sostenibilidad e identidad. Lecciones aprendidas y claves para el futuro en los 50 años de Radio Santa María (1956-2006). Santiago de los Caballeros, República Dominicana. Novembro, 27 a 29 de 2006. (Mimeo)

5. Demais documentos

ABREU, C.. TV e Rádio Digital: decisão do governo compromete futuro da comunicação eletrônica. *Caderno de debates do II Encontro da Frente Nacional por um Sistema Democrático de TV e Rádio Digital*. Rio de Janeiro, mar. 2007.

AMARC México. *Segundo informe sobre la situación de la radiodifusión comunitaria en México*. 2014. Red de Radios Comunitarias de México, A.C. /AMARC-Mx. Disponível em <http://www.amarcemexico.org/index.php/amarc/que->

[hacemos/publicaciones2/libros?download=15:2o-informe-amarc-mexico](#). Acesso em 20 de maio de 2016.

ACANDA, J. L. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ACEVEDO *et al.* Radiodifusión en Chile: informe sobre la penalización de la transmisión sin licencia y cierre de radios comunitarias en Chile. In: FUENTES, J. O. *La disputa por la palabra: comunicación popular y alternativa*. Santiago: Eco, Educación y Comunicaciones, 2012.

ALMEIDA, Camila Romana. *Mídia Ninja: os paradigmas do jornalismo postos em xeque*. 2013, 2º semestre. Monografia (Habilitação em Jornalismo) ECO/UFRJ.

ALVES, A. M. V. *As rádios comunitárias em Moçambique: estudos de caso*. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Lisboa, 2005.

ALVIS, José Luís Aguirre; VILLANUEVA, Erick Rolando Torrico; ULO, Bernardo Poma. Bolívia . In: _____. *Las mordazas invisibles. Nuevas y viejas barreras a la diversidad en la radiodifusión*. Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/Las%20mordazas%20invisibles_completo.pdf. Acesso em 4 de agosto de 2016.

AMARC. *Informe Anual “Diversidad y Pluralismo en la Radiodifusión”* do Programa de Legislações e Direito à Comunicação AMARC-ALC, 2010. Disponível em http://www.amarc.org/documents/rapports/annual_reports/Informe2010.pdf. Acesso em 12 de maio de 2015.

ANATEL. *Relatório Anual*. Brasília, 2015. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=342980. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2014. Disponível em <https://cloud.anatel.gov.br/index.php/s/TG9MWrbCVI5vmR4>. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2013. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/documentos/312603.pdf?numeroPublicacao=312603. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2012. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=297572. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2011. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/documentos/278637.pdf. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2001. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=50017. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. *Relatório Gerencial da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização*. Brasília, 2010. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=263282. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2009. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=246044. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2008. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=227495. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2007. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=211743. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2006. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=203123. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2005. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=120389. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2004. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=105057. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2003. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=96878. Acesso em 24 de junho de 2016.

_____. _____. Brasília, 2002. Disponível em www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=55380. Acesso em 24 de junho de 2016.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRIOTTI, C. D. *O movimento das rádios livres e comunitárias e a democratização dos meios de comunicação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004.

ANTOUN, Henrique (org.). *Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iliuminuras/Itaú Cultural, 2009.

ARENDT, R. J. J. Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da Teoria do Ator-rede. *Psicologia & Sociedade*. Rio de Janeiro, 20, Edição Especial: 7-11. 2008.

ARGENTINA, Lei 26.522, 2009, Servicios de Comunicacion Audiovisual. Disponível em: <http://www.afsca.gob.ar/web/ley26522.pdf>.

ARTIGO 19. *Defesa da liberdade de expressão das rádios comunitárias do Brasil: teses aplicáveis*. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0BzqsUnD26HRoVDd1RmZxYk4tMjg/view>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE INDEPENDÊNCIA. *Plano de ação da Rádio Comunitária Independência FM 104,9 – Ano 2015*. Independência, 2015. Mimeo.

- _____. *Documentos do processo de formação e gestão integral*. Independência, 2011. Notas. Mimeo.
- _____. *Documento interno*. Independência, 2003. Mimeo.
- _____. *Estatuto da Rádio Comunitária Independência FM*. Independência, 1996a. Mimeo.
- _____. _____. Independência, 1996b. Esboço. Mimeo.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Estética da criação verbal*. [Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira], 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Vida para o consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BECERRA, H. L.; BECERRA, R. El derecho a la comunicación en Honduras, un compromiso inconcluso de la “democracia”. In: PÉREZ, O. (org.) *Poder y medios en Centroamérica: construyendo políticas públicas ciudadanas*. San Salvador: Fundación Comunicándonos, 2014, p. 95-128.
- BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autónoma Temporária*. Nova Iorque: Autonomedia, 1985. Disponível em:
http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf. Acesso em 5.8.2014. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- BOLÍVIA. Decreto supremo 29174 de 2007, Reglamento de Provision de Servicios de Telecomunicaciones en Areas Rurales del Territorio Nacional; Lei Nº 164, Ley General de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/países/23/16>.
- BONAVIDES, P. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- BORDENAVE, J. D. *O que é comunicação?* São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOUISSA, A.; CURUCHET, E.; ORCAJO, O. *Las otras radios*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1998.
- BOURDIEU, P.. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- BOUTTERIN, Emmanuell. 2011. *La radiodiffusion communautaire et la puissance publique: Le dispositif en France : un modèle importable?*. Audição na Câmara de deputados do parlamento federal do Mexico, 6 de abril de 2011.
- BUCKLEY, S. *Community Media: a good practice handbook*. Paris: Unesco, 2011.
- BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. (et al). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRASIL. Lei 9.612, de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

_____. Lei 9.472, de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações.

_____. Lei 4.117, de 1962. Código Brasileiro de Telecomunicações.

_____. Decreto-Lei 236, de 1967, que complementa e modifica a Lei 4.117, de 1962.

_____. Lei 9.684, de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

_____. Lei 10.597, de 2002, que dá nova redação à lei 9.612, de 1998.

_____. Medida Provisória 2143-33, de 2001, que dá nova redação à Lei 9.612, de 1998.

_____. Decreto 52.795. Regulamento da Radiodifusão.

_____. Decreto 2.615, de 1998, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

_____. Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária no. 02/98.

_____. Portarias 83, de 1999, 58 e 131 e 244, de 2001, que dão nova redação à Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

_____. Portaria 83 de 2003, que institui o Grupo de Trabalho para Acompanhamento e Análise de Processos de Rádios Comunitárias.

_____. Norma Complementar no 1/2004, que complementa as disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em:
<http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/países/24/16>.

_____. 1987. ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE (ATA DE COMISSÕES). Disponível em
<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituante/sistema.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2016.

BRAZ, R. *Meios de comunicação comunitários no Brasil e na Venezuela: uma análise das políticas dos governos Lula e Chávez*. Trabalho apresentado no GT1–Políticas de Comunicação, IV Encontro Nacional da ULEPICC-Brasil. Rio de Janeiro, de 9 a 11 de outubro de 2012.

BRUNO, F. *Rastros digitais: o que eles se tornam quando vistos sob a perspectiva da teoria ator-rede?* Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cibercultura do XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.

CAIAFA, Janice. *Aventuras das cidades - ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CAMINATI, Francisco Antunes. Rádio Mundial, Redes locais: protótipo de rede híbrida de informação digital e analógica via rádio na Reserva Extrativista do Alto do Juruá, Acre. In: CAMPAGNOLI, Fernando; COSTA, Danielle Pereira. *Redes de educação à distância como instrumento de proteção da Amazônia*. Brasília: Brasil, 2013.

CAPELLI, Luciano; SAVIOTTI, Stefano. *Alice ist der Teufel: Praxis einer subversiven Kommunikation, Radio Alice (Bologna)*. Berlin: Merve Verlag, 1977.

- CARTA DO IBRE. A melhora nos indicadores sociais da América Latina. *Revista Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 67, no 2. Disponível em: https://mansueto.files.wordpress.com/2013/02/02ce2013_carta_do_ibre.pdf. Acesso em 11 de maio de 2015.
- CASSIGOLI, A. Sobre la contrainformación y los así llamados medios alternativos. In: GRINBERG, S. M. (org.) *Comunicación alternativa y cambio social*. Cidade do México: Premiá, 1989.
- CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTRO, J. C. B. M. *Políticas nacionais de radiodifusão (1985-2001) e espaço público: estudos para uma aproximação crítica*. 2002, 1º semestre. Monografia (Habilitação em Radialismo) – ECA/USP.
- CHILE. Lei 20433 de 2010, Crea los Servicios de Radiodifusión Comunitaria Ciudadana. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/países/26/16>. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- COCCO, Giuseppe Mario; NEGRI, Antonio. *Global, Biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- COELHO NETO, A.. *Rádio Comunitária Não é Crime: Direito de Antena: O Espectro Eletromagnético como um Bem Difuso*. São Paulo: Ícone, 2002.
- COGO, Denise. A Comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.33, n.1, p. 81-103, jan./jun. 2010.
- _____. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- COLECTIVO. *Alícia es el diablo: radio libre*. Barcelona: Ricou, 1981.
- COLÔMBIA, Decreto Número 2805 de 2008, Por el cual se expide el Reglamento del Servicio de Radiodifusión Sonora y se dictan otras disposiciones. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/países/25/16>. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- COSTA, M. S. R. e HERMANN JUNIOR, W. Rádios Livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. *Revista Lugar Comum*. Rio de Janeiro, n. 17, Mai – Out, 2002.
- COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COMPARATO, F. K. *Muda Brasil! Uma Constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo; GALVÃO, Alexander Patez. *Capitalismo cognitivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CRIAR BRASIL. *Relatório anual do Radiotube (2015)*. Fevereiro de 2016. Mimeo.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DOYLE, B. Low power community radio in the US: the beginnings, the first ten years and future prospects. In: GORDON, J. *Community radio in the twenty-first century*. Bern: Peter Lang, 2012.

ELHAJJI, M e MALERBA, J. P.C.. *Dos usos comunitários da webradiofonia no contexto migratório transnacional*. In: REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum Brasília, Ano XXIV, n. 46, p. 109-127, jan./abr. 2016.

_____. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la información y de la comunicación*, v. XIII, n. 2, maio-agosto de 2011.

_____. As rádios comunitárias frente ao desafio das novas tecnologias: do imperativo de reinventar-se para perdurar. In: COUTINHO, Eduardo Granja; MAINIERI, Tiago (orgs.). *Falas da história: comunicação alternativa e identidade cultural*, Projeto Casadinho UFG-UFRJ. Goiânia: Ed. UFG, 2014.

EQUADOR. Decreto Supremo 256-A, de 2007, Ley de Radiodifusión y Televisión. Disponível em <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/países/27/16>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas : origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

FÁVERO, O. *MEB – Movimento de Educação de Base, primeiros tempos: 1961-1966*. Trabalho apresentado no V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Évora, Portugal, de 5 a 8 de abril de 2004.

FELINTO, E. Do Cruzamento de Competências: Vilém Flusser e a Visão da Sociedade Telemática. In: BARBOSA, M.; MORAIS, O. J.(orgs.). *Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades*. São Paulo: Intercom, 2013.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. *Relatório 2014 – Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*. Brasília: Janeiro de 2015. Disponível em http://www.fenaj.org.br/federacao/comhumanos/relatorio_fenaj_2014.pdf. Acesso em 17 de novembro de 2015.

FERRARETTO, Luiz Artur. Roquette-Pinto e o ensino pelo rádio. In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (orgs.) *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular, Vol. II, 2008.

FERRARETTO, L. A. Alterações no modelo comunicacional radiofônico. In: FERRARETTO, L. A; Klöckner, L. (org.) *E o rádio? Novos horizontes midiáticos* (online). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERREIRA, Aloísio. *Direito à informação, Direito à comunicação*. São Paulo: Celso Bastos, 1997.

FESTA, Regina; SANTORO, Luiz. Policies from below—alternative video in Brazil. *Media Development*, v. 34, n. 1, p. 27-30, 1987.

_____. *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa*. In: ____; SILVA, C. E. L. (orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

FIGUEIREDO, G.. *Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015a.

- FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. BASUALDO, E. M.; ARCEO, E.. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.
- FLORES, M. *La influencia de las radios comunitarias: caso radio Ayabaca*. 2006. Trabalho de conclusão de curso. Facultad de Comunicación, Universidad de Piura, Peru. Piura, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANÇA, Vera R. V. *Teoria(s) da Comunicação: busca de identidade e de caminhos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1994.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FROSSARD, Flávia. *A biopolítica da mídia livre: produção coletiva e colaborativa na rede. Um estudo do circuito Fora do Eixo*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- FRÖHLICH, J.; DÄSCHLE, D.; GEERTS, A.; JANNUSCH, A. S.. *La Participación de la Comunidad en las Radios Locales y Comunitarias: Un estudio exploratorio en África, Asia, América Latina y el Pacífico*. Informe del Sondeo. CAMECO (Catholic Media Council). Março de 2012. Mimeo.
- GALÁN, A. J. Guatemala, o de qué forma se legaliza la discriminación. In: PÉREZ, O. (org.) *Poder y medios en Centroamérica: construyendo políticas públicas ciudadanas*. San Salvador: Fundación Comunicándonos, 2014, p. 63-94
- GAMBIER, J. Paul. 2012. *Les radios associatives en France: 30 ans de vie légale* (texto inédito).
- GARCÍA, J.; REGUERO, N; SÁEZ, Ch.. 2012. *Rádios y televisiones del tercer sector de la comunicación en la historia de la legislación española: ¿un proceso reversible?* Disponível em: http://www.aeic2012tarragona.org/comunicacions_cd/ok/398.pdf. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- GAYNOR, Niamh; O'BRIAN, Anne. 2010. *Drivers of Change? Community Radios in Ireland*. Disponível em: http://doras.dcu.ie/16219/1/PDF_FinalReport.pdf. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- GHEDINI, F. *Nas ondas sonoras da comunidade: a luta pelas rádios comunitárias do Brasil*. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009.
- GOÉS, L. T. Relatório MacBride – 30 anos: concentração midiática, mídia alternativa e Internet. *Revista PJ: Br – Jornalismo brasileiro*. Edição 13, outubro de 2010. Disponível em www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos13b.htm. Acesso em 14 de maio de 2016.
- GOMES, A. L. Z. *Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Oboré, 2007.
- GÓMEZ, Gustavo; AGUERRE, Carolina. Regulación de las concesiones de radiodifusión en América Latina. In: GÓMEZ, Gustavo; AGUERRE, Carolina. *Las*

mordazas invisibles: Nuevas y viejas barreras a la diversidad en la radiodifusión.

Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/Las%20mordazas%20invisibles_completo.pdf.

GONÇALVES, R. J. A experiência da Rádio Comunitária Heliópolis. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. *Comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil: sinais de resistência e de construção da cidadania*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.

GORDON, J. A comparison of new British community radio stations with established Australian community radio stations. *3C Media Journal of Community, Citizen's and Third Sector Media and Communication* Issue 2. Agosto de 2006.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALL, S. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (org.). Belo Horizonte/Brasília: UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. *A identidade cultura na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HANH, Thich Nhat. *Jesus e Buda Irmãos*. São Paulo: Bertrand, 2002.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. Space as a key Word. In: SMITH, Paul. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geograñical development*. Londres: Verso, 2006.

_____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Parte 1: desenvolvimentos geográficos desiguais. In: _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HASSANPOUR, Navid. *Media Disruption Exacerbates Revolutionary Unrest: Evidence from Mubarak's Natural Experiment*. APSA 2011 Annual Meeting Paper. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1903351>, 2011.

HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Ortiz, 1991.

HOLLANDER, Ed. Community media e online communities: towards a theoretical and methodological framework. In: JANKOWSKI, N. W. *Community media in the information age - perspectives and prospects*. New Jersey: Hampton, 2002.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. In: *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IGLESIAS, R. Democracia, comunicación y leyes sobre radiodifusión en El Salvador: de luces y sombras. In: PÉREZ, O. (org.) *Poder y medios en Centroamérica: construyendo políticas públicas ciudadanas*. San Salvador: Fundación Comunicándonos, 2014.

- JANKOWSKI, N. W. The conceptual contours of Community Media. In _____, (org.) *Community Media in the Information Society – Perspectives and Prospects*. New Jersey: Hampton Press, 2002.
- JAVURU, K. Community radio in East Africa: for or by the community? In: GORDON, J. *Community radio in the twenty-first century*. Bern: Peter Lang, 2012.
- JERONYMO, G. Mesmo sem critérios para testes, Costa quer definir por Iboc. *FNDC*. Brasília: 03 Ago. 2007a. Disponível em: http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=171508. Acesso em 12 de agosto de 2007.
- _____. Decisão pode ignorar impacto em emissoras. *Observatório do direito à comunicação*. 13 Ago. 2007b. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=1110. Acesso em 13 de agosto de 2007.
- JONES, H. *Censorship: a world encyclopedia*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2001.
- KANAYAMA, T. Community ties and revitalization: the role of community radio in Japan. *Keio Communication Review*, n. 29, 2007, p. 5-24.
- KISCHINHEVSKY, M. *O rádio sem onda: convergência digital e novos desafios na radiodifusão*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007. v. 1. 136 p.
- LA MORADA, CORPORACIÓN DE DESARROLLO DE LA MUJER. Chile . In: _____. *Las mordazas invisibles: Nuevas y viejas barreras a la diversidad en la radiodifusión*. Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/Las%20mordazas%20invisibles_completo.pdf.
- LAFUENTE, Antonio; CORSÍN JIMÉNEZ, Alberto. *Comunidades de atingidos, o comum e o dom expandido*. Revista Galáxia, São Paulo, n. 21, p. 10-25, jun. 2011.
- LAMAS, E. *Diez aprendizajes de la Asociación Mundial de Radios Comunitarias, América Latina y Caribe (AMARC Alc)*. Argentina, 2011. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina. Disponível em http://www.fesmedia-latinoamerica.org/uploads/media/Diez_aprendizajes.pdf. Acesso em 29 de julho de 2016.
- LANZA, E.; GOLDARACENA, O. L.. Uruguay. In: _____. *Las mordazas invisibles: Nuevas y viejas barreras a la diversidad en la radiodifusión*. Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/Las%20mordazas%20invisibles_completo.pdf.
- LASICA, J. D. What is Participatory Journalism? *Online Journalism Review*, August 7, 2003.
- LATOURETTE, B. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). Tradução: José Glebson Vieira, Leandro Mahalem de Lima e Uirá Felipe Garcia. In: *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.
- _____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, 34: 1994.

_____. Give me a laboratory and I will rise a world. In: Knorr, K; MulKay, M (eds). *Science Observed*. Londres, Sage. pp. 141-170.

LEMOS, A. *Ciber-cultura-remix*, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andre>. Acesso em 27 de abril de 2016.

LEVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 2003.

_____. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: 34, 1993.

LIGABO, Ambeyi; HARASXTI, Miklos; ALVAREZ, Ignacio; TLAKULA, Faith Pansy. *Declaração Conjunta sobre diversidade en la radiodifusion*. dezembro de 2007. Disponível em <http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=719&IID=2>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In. MARICATO, E. (et al). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. *Observatório da Imprensa e Instituto para o desenvolvimento do Jornalismo*. Junho de 2007. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004/> Acesso em 4 de agosto de 2016.

LOESER, Henry G.. 2010. *Community Radio for the Czech Republic – Who Cares?* Disponível em <http://www.rtve.es/noticias/20110216/hungria-modifica-ley-mordaza-tras-las-presiones/408076.shtml> Acesso em 4 de agosto de 2016.

LOPES, M. I. V. *Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo, Brasil: Loyola, 1997.

LÓPEZ VIGIL, J. I. Las radios de Nuevo Tipo: la estética sin la ética no sirve para nada. *Causas y azares*. N° 5, Buenos Aires: outono de 1997.

LORETI, Damian. *A Ley de Medios Argentina*. AMARC Brasil: Brasília, 13 de abril de 2010. Palestra ministrada no III Seminário de Legislação e Direito à Comunicação – Um outro marco regulatório para as Rádios Comunitárias.

_____; GÓMEZ, Gustavo. *Princípios para garantir a diversidade e a pluralidade na radiodifusão e nos serviços de comunicação audiovisual*. Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Versão em Português, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://amarcalc.org/publicaciones/pdf/40ppios_pt_completo.pdf. Acesso em 4 de agosto de 2016.

LUZ, D. Os 10 anos de uma lei troncha. *Observatório da imprensa*. Em 26/02/2008. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=474IPB001>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

_____. *Radiojornalismo nas ondas das rádios comunitárias: conceitos e práticas*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação/ UnB, 2011a.

_____. *Propostas de mudanças na lei das rádios comunitárias: a história e os personagens*. AMARC, 2011b. Mimeo.

- _____. *Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo*. Brasília: Copyleft, 2004.
- MACHADO, A.; MAGRI, C.; MASAGÃO, M. *Rádios livres – a reforma agrária no ar*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MACINTYRE, Alasdair. *Depois da Virtude*. Bauru, EDUSC, 2001.
- MALERBA, João Paulo. Rádios comunitárias brasileiras: breves considerações históricas e legais. In: GOMES, Gustavo França; BRAVO, Maria Inês Souza (Org.). *Rádios comunitárias no Rio de Janeiro: perspectivas e desafios*. Niterói: Palavravoa, 2013, v. 1, p. 11-40.
- _____. Rádios comunitárias: panorama da situação legal na América Sul. *Observatório da Imprensa*, edição 712 de 17/09/2012. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul. Acesso em 19 de julho de 2014.
- _____. O horizonte é ao lado: algumas reflexões sobre as leis de comunicação brasileira e argentina. *Revista Alterjor - Jornalismo Popular e Alternativo*, USP, v. 2, p. 1-18, 2010.
- _____. *Rádios comunitárias 2.0: propostas éticopolíticas de uma rede de redes*. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação/ UFRJ, 2009.
- _____. A Comunicação Comunitária no limite. In: PAIVA, R.; SANTOS, C. H. R. (orgs.). *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008a.
- _____. Rádios comunitárias brasileiras e as novas tecnologias de informação e comunicação: tecnologia, regulamentação e poder. *Projetos Experimentais.com*, v. 2, p. 4, 2008b.
- _____. *Rádios Comunitárias: ampliando o poder de ação*. 2006, 2º semestre. Monografia (Habilitação em Jornalismo) – ECO/UFRJ. Disponível em <<http://www.overmundo.com.br/banco/radios-comunitarias-ampliando-o-poder-de-acao>>. Acesso em 04/08/2007.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MANGONE, C. Que hay de nuevo viejo, alternatividad y clases sociales. *Cuadernos Críticos de Comunicación y Cultura*, N° 1, Buenos Aires, Primavera 2005, p. 195.
- MARINO, S.. Argentina . In: _____. *Las mordazas invisibles: Nuevas y viejas barreras a la diversidad en la radiodifusión*. Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/Las%20mordazas%20invisibles_completo.pdf.
- MARINO, S; MASTRINI, G.; BECERRA, M.; RUBINI, C.; ESPADA, A. Regularizar o setor sem fins lucrativos: uma dívida ainda pendente depois de mais de cinco anos da sanção da Lei Audiovisual da Argentina. *Observatorio Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia*. Disponível em http://observacom.org/regularizar-o-setor-sem-fins-lucrativos-uma-divida-ainda-pendente-depois-de-mais-de-cinco-anos-da-sancao-da-lei-audiovisual-da-argentina/#post_content. Acesso em 14 de maio de 2015.

MARINONI, B. Ministério das Comunicações aplica 741 sanções a emissoras em 2012. *Observatório do direito à comunicação*. 29 de janeiro de 2013. Disponível em http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=9596. Acesso em 13 de fevereiro de 2013.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTINS, Mariana. Rádios comunitárias se organizam após ação da PF e Anatel. *Observatório do direito à comunicação*. 23 de agosto de 2008. Disponível em http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=2982. Acesso em 13 de set 2009.

MATA, Maria Cristina. ¿Dónde están y a dónde van las radios populares? *Chasqui*. Nº 45, abril 1993.

_____. Capacitación para la práctica de la Comunicación Popular. *Media Development*. Londres, Vol. XXVII. 3. 1980

MEB. *Viver é lutar. 2º livro de leitura para adultos*. Outubro de 1963. Disponível em <http://forumeja.org.br/files/viver.pdf>. Acesso em 4 de junho de 2016.

_____. *Conclusões do 1º Encontro Nacional de Coordenadores*. Recife, 5 a 15 de dezembro de 1962. Mimeo.

MEDA, Miriam. *La Ley UTECA y el Tercer Sector de la Comunicación: comparativa internacional de las fallas de la legislación española audiovisual y respuesta de la sociedad civil*. Trabajo Fin de Máster del Máster en Comunicación con fines sociales: estrategias y campañas de la Universidad de Valladolid (España). Universidad de Valladolid: Ediciones Discordia. 2010. Disponível em: <https://uvadoc.uva.es/bitstream/10324/883/1/TFM130-111222.pdf>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

MENDEL, Tony. *Tuning into development: an international comparative survey of community broadcasting regulation*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, 2013.

MORAES, Denis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual (orgs.) *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Denis. *A Batalha da Mídia*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. O capital da mídia na lógica da globalização. In: _____. (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOREIRA, G.. É legal? A regulação da Comunicação Comunitária na esquerda latino-americana. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, América do Norte, 36, jun. 2013. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1675/1600>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

MOREIRA, S. V. *Rádio Palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Marie-Eve. La déconstruction de la fraternité ou l'interruption du mythe. In: POTESTÀ, Andrea. *Que faire de la communauté? Les cahiers philosophiques de Strasbourg*, n° 24, 2° semestre, 2008.

NARAH, C. M. L. *Rádio institucional e rádio livre: rupturas no modelo comunicacional dominante*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.

NEUBERGER, R. S. A. *O rádio na era da convergência das mídias*. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

NUNES, M. V. Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, R. (org.). *O retorno da comunidade: (os novos caminhos do social)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). *Revista de Sociologia e Política*, n° 22, p. 59-76. Curitiba, 2004.

NUNES, M. A. M. *Rádios livres: o outro lado da voz do Brasil*. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

OLCESE, C. R.; ANAYA, J. P.. Peru . In: _____. *Las mordazas invisibles: Nuevas y viejas barreras a la diversidad en la radiodifusión*. Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/Las%20mordazas%20invisibles_completo.pdf. Acesso em 4 de agosto de 2016.

ORTRIWANO, G.. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

OSSANDÓN, F. Comunicación y Comuna. In: FUENTES, J. O. *La disputa por la palabra: comunicación popular y alternativa*. Santiago: Eco, Educación y Comunicaciones, 2012.

OSTROM, E. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Indiana University, 1990.

PAIVA, R.; SODRÉ, M. Afeto e mobilidade nas megacidades: o comum e as alternativas de comunicação. In: BARBOSA, M.; MORAIS, O. J.(orgs.). *Comunicação em tempo de redes sociais: afetos, emoções, subjetividades*. São Paulo: Intercom, 2013.

PAIVA, R. (org.). *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARAGUAI. Res. N° 898 de 2002, Reglamento del Servicio de Radiodifusión Sonora de Pequeña y Mediana Cobertura. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/países/30/16>.

PATIÑO, Dione. Se otorgaron 13 licencias para radios comunitarias en Colombia. *Pulsar*. Disponível em <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=node/918>. Acesso em 3 de agosto de 2012.

PEDROSA, L.; MATOS, P.. *Projeto Dissonante: faça-rádio-web-você-mesmo: uma experiência de comunicação livre*. 2007. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PERU. Lei 28278 de 2004, Ley de Radio y Televisión; Decreto Supremo 005 de 2005, Reglamento de la Ley de Radio y Televisión. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/países/31/14>.

PERUZZO, C. M. K. *Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM*. Trabalho apresentado ao GT Economia Política e Políticas de Comunicação, Encontro Anual da Compós realizado na PUC-Rio de 8 a 11 de junho de 2010.

_____. *Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão*. Portal da Mídia Cidadã. 2004. Disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/agora/cicilia_novo.pdf.

_____. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anuário UNESCO/UMESP de comunicação regional. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco / UESP, 2003.

_____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PIMENTEL, F. P. *O rádio educativo no Brasil: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: SOARMEC, 2010.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em 5 de junho de 2013.

PRICE-DAVIS, E.; TACCHI. Community radio in a global context: a comparative analysis. *Community Media Association (CMA)*, junho de 2011. Disponível em: http://www.amarc.org/documents/articles/Community_Radio_Global.pdf. Acesso em 30 de maio de 2016.

PULLEIRO, A. *La radio alternativa en América Latina : debates y desplazamientos en la década de 1990*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Sociales. Carrera de Ciencias de la Comunicación, 2011.

QUIRÓS, F.; SEGOVIA, A. La Conferencia de San José de Costa Rica (1976). *CIC: Cuadernos de información y comunicación*, nº 2, 1996, págs. 63-80.

RÁDIO MUDA. *Princípios mudos*. [Campinas, 2015b]. Cartaz.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

_____. *Chuva de Dinheiro*. In: *Constituição 20 anos : Estado, democracia e participação popular: caderno de textos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Meridional, 2009.

REGO, A. V. B. S. e SANTOS, A. W. C. *Tenho 60 anos e também quero ser Mídia Ninja: da TV Maxambomba à PósTV*. Trabalho apresentado no GP Televisão e Vídeo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 4 a 7 de setembro de 2013.

- REZA, S. M.. From elite perceptions to marginal voices: community radio in Bangladesh. In: GORDON, J. *Community radio in the twenty-first century*. Bern: Peter Lang, 2012.
- RIBEIRO, C. N. *Rádio e Religião no Rio de Janeiro – Uma pesquisa exploratória sobre as rádios Catedral, Melodia e Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2015.
- SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, E. (et al). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- SANDEL, Michael. *Liberalism and the Limits of Justice*. Cambridge/ New York: Cambridge University, 1998.
- SANTORO, F. Rádio livres: o uso popular da tecnologia. *Comunicação & Sociedade*. Ano III, nº 6, setembro de 1981. São Paulo: Cortêz, 1981.
- SANTOS, M. *O Espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, S. Os prazos de validade dos coronelismos: transição no coronelismo e no coronelismo eletrônico. In: SARAVIA, Enrique J.; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). *Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- SÃO PAULO. *Plano urbanístico Heliópolis*. Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo. 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/319173440/Plano-Urbanistico-Heliopolis>. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- SEGUNDO, Jacson. Sociedade civil quer contribuir com GT do marco regulatório. *Observatório do Direito à Comunicação*. em 13/08/2010. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=7033. Acesso em 16 de setembro de 2010.
- SERJANT, J.. Venezuela . In: _____. *Las mordazas invisibles: Nuevas y viejas barreras a la diversidad en la radiodifusión*. Publicação do Programa de Legislação e direito à comunicação da Associação Mundial de Rádios Comunitárias América Latina e Caribe. Buenos Aires, 2009. Disponível em: http://www.amarcalc.org/publicaciones/pdf/Las%20mordazas%20invisibles_completo.pdf. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- SHIRKY, Clay. *A Cultura da Participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu; BENKLER, Yochai; WERBACH, Kevin; BRANT, João; GINDRE, Gustavo. *Comunicação digital e a construção dos commons: redes virtuais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2007.
- SILVEIRA, R. A. *Michel Foucault, Poder e Análise das organizações*. São Paulo: FGV, 2005.
- SEQUEIRA, J. C. D.; ZELEDÓN, G. R.; CHÁVEZ, W. Q. Nicaragua ante el desafío del periodismo crítico. In: PÉREZ, O. (org.) *Poder y medios en Centroamérica: construyendo políticas públicas ciudadanas*. San Salvador: Fundación Comunicándonos, 2014, p. 129-164.

- SODRÉ, M. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Revista MATRIZES*. Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012, São Paulo (p. 11-27).
- _____. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, M. B.. *Rádios comunitárias: a luz no fim do túnel?*. Portal da Mídia Cidadã. 2004. Disponível em: www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_forum_iluminando_radios_comunitarias.pdf. Acesso em: 2 de junho de 2006.
- SOUZA, M. V. *As vozes do silêncio de uma rede de redes: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC: Florianópolis, 1994.
- STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. *Rádios comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiatização periférica*. Orientador, Thomas Peter Hurtienne. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.
- TAMAYO, Eduardo. *Nueva Constitución: Avances y desafíos en materia de comunicación*. Outubro de 2008. Disponível em <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=node/928>. Acesso em 3 de agosto de 2012.
- TOKARSKI, M (org.). *Mídia e política 2015: hábitos de informação e monitoramento político*; 6. – Brasília:FSB Comunicação, 2015.
- TOME, T.; BOTTESI, C.; SOLHA, H. *Rádio Comunitária derruba avião? Em busca de respostas a um mito*. II Encontro da ULEPICC – União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, p. 1214-1227. Unesp, 13 a 15 de ago. 2008, p. 1225-1226.
- TRAYNOR, M. Ducking the party line: lessons in community radio from Laos and China. In: GORDON, J. *Community radio in the twenty-first century*. Bern: Peter Lang, 2012.
- URUGUAI, Lei 18.232 de 2008, Servicio Radiodifusión Comunitaria. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/pais/1/16>. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- VALDES, M. *La radio comunitaria como agente del cambio social. El caso Radio Andaquí*. Orientador: Dra. María Patricia Téllez. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidad Javeriana, Mestrado em Comunicação, Bogotá, 2013.
- VENEZUELA. Decreto 1.521 de 2008, Reglamento de Radiodifusión Sonora y Televisión Abierta Comunitarias de Servicio Público, sin Fines de Lucro. Disponível em: <http://legislaciones.item.org.uy/index?q=/pais/32/16>. Acesso em 4 de agosto de 2016.
- VOLPATO, M. O. A religião nas rádios comunitárias “Gospel FM” e “Jornal FM”. *Revista Alterjor do Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo* (ECA-USP), Ano 1, Volume 1, Edição 1, Janeiro-Dezembro de 2010.

- WALZER, Michael. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. *In: Ensaios sobre a teoria das Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- WU, Tim. *Império da Comunicação: do telefone à Internet, da AT&T ao Google*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- YAMAMOTO, Eduardo Yuji. *A questão da comunidade na era da midiatização*. Orientador: Muniz Sodré. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2014.
- YIN, Robert K. *Estudos de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A – PREPARAÇÃO DA PESQUISA QUALITATIVA

Email enviado aos pesquisadores

Assunto: Para prof. NOME - Convite à participação em pesquisa de doutorado – João Paulo Malerba (UFRJ)

Caro/a,

Meu nome é João Paulo Malerba, sou doutorando do PPGCom da Escola de Comunicação da UFRJ. Atualmente desenvolvo a pesquisa de doutorado intitulada “Rádios comunitárias no limite”, orientada pela professora Raquel Paiva e com o apoio do CNPq.

Tal pesquisa parte da hipótese de uma crise nas rádios comunitárias, como tradicionalmente a conhecemos: tal crise seria estrutural e tenderia a mudar os contornos de tais meios. Para investigá-la, será analisado esse novo momento das comunitárias, tendo em vista as recentes mudanças sociais e técnicas que parecem acarretar transformações tecnológicas, motivacionais e políticas, que, por um lado, parecem modificar o escopo de ação de tais meios e, por outro, desafiam os contornos da sua área de estudo, a Comunicação Comunitária. Para exemplificar, a incorporação das tecnologias de informação e comunicação faz surgir novíssimos tipos de rádios comunitárias, como webrádios comunitárias, podcasts de ativistas, além de rádios atuando em rede convergindo com outros meios e movimentos sociais. Outro aspecto é uma aparente mudança de perfil e na proposta ético-política que se verifica em muitas rádios comunitárias, por muitos entendida como uma descaracterização de seus propósitos políticos originais em favor de proselitismos religioso e/ou político-partidário, fins comerciais ou meramente estéticos. É importante frisar que nossa pesquisa procura se desvincular de qualquer idealização da mídia comunitária, na busca de compreender seu real funcionamento e a problemática sociocultural envolvida em possíveis “desvirtuações” de seu perfil.

Uma das tarefas de nossa pesquisa compreende o desenvolvimento de duas pesquisas empíricas, de forma articulada e interdependente, junto às rádios comunitárias brasileiras: uma pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica, abrangendo dez estudos de caso de rádios comunitárias e suas respectivas comunidades; uma pesquisa quantitativa, a fim de aferir os resultados da pesquisa anterior, com cem rádios comunitárias brasileiras, via e-mail ou telefone, a partir de questionário estruturado.

Os principais critérios que orientarão a escolha das rádios a serem pesquisadas em profundidade serão sua relação com as questões da pesquisa e a maior diversidade possível quanto à origem (motivação ético-política), funcionamento e realidade sociocultural. A escolha das rádios se dará através de consultas a pesquisadores e lideranças do movimento de rádios comunitárias que indicarão aquelas consideradas *autênticas*, *particularistas* (majoritariamente motivadas por questões político-

partidárias, religiosas, comerciais etc.) e de *formato inovador* (webrádio, transmissão mista do tipo analógica e virtual etc.). Também procuraremos tanto equilibrar o número de emissoras urbanas (de baixa, média e alta concentração populacional) e rurais quanto abarcar as cinco regiões do Brasil. Além disso, posteriormente, tal pesquisa prevê a realização de uma entrevista com os mesmos pesquisadores e lideranças.

Esse método de seleção se deve a um intento de discutir criticamente o(s) atual(is) conceito(s) de rádio comunitária. Para tal, nos pareceria inadequado partir de definições burocráticas, tradicionais, estanques ou legalistas (como uma eventual consulta ao banco de dados do Ministério das Comunicações) para determinar o nosso universo de pesquisa. Nosso objetivo foi partir da própria intersubjetividade interna (movimento, rádios) e exterioridade constitutiva (pesquisadores de Comunicação Comunitária) ao campo.

O objetivo do presente email é convidá-lo/a a participar da presente pesquisa. Num primeiro momento, gentilmente respondendo a esse email indicando uma (ou mais) rádio(s) comunitária(s) considerada (s): a) autêntica (ou seja, que lhe pareça cumprir o mais plenamente possível com os princípios da radiodifusão comunitária); b) particularista (em que se perceba claramente algum desvio a esses princípios); c) de formato inovador (que se destaque por sua inovação social e/ou tecnológica). Se possível, pedimos breves linhas do porquê de cada escolha e algum contato. Destacamos que o escopo da pesquisa engloba rádios com ou sem outorga, livres, de poste e demais denominações.

Num segundo momento, agendaríamos uma breve entrevista presencial ou por Skype quando que lhe for mais conveniente.

Caso tenha qualquer dúvida, por favor, não hesite em me contatar.

Muito obrigado e um abraço

João Paulo Malerba

Email enviado às lideranças do movimento de rádios comunitárias

Assunto: Pedido de participação em pesquisa – João Paulo Malerba (AMARC/UFRJ)

Caro/a,

Meu nome é João Paulo Malerba, sou doutorando do PPGCom da Escola de Comunicação da UFRJ e militante da Associação Mundial de Rádios Comunitárias – AMARC Brasil. Atualmente desenvolvo a pesquisa “Rádios comunitárias no limite”, orientada pela professora Raquel Paiva e com o apoio do CNPq.

Uma das tarefas da pesquisa será desenvolver estudos de caso que envolvem conhecer e entrevistar rádios comunitárias e suas respectivas comunidades, assim como realizar um mapeamento abrangente, via e-mail ou telefone, a partir de questionário.

A escolha das rádios a serem visitadas vai se dar através de consultas a pesquisadores e lideranças do movimento de rádios comunitárias. Por isso, gostaria de gentilmente pedir a indicação de uma (ou mais) rádio(s) comunitária(s) considerada(s):

- a) autêntica (ou seja, que lhe pareça cumprir o mais plenamente possível com os princípios da radiodifusão comunitária);
- b) particularista (em que se perceba claramente algum desvio a esses princípios);
- c) de formato inovador (que se destaque por sua inovação social e/ou tecnológica, p. ex. webrádio, transmissão mista do tipo analógica e virtual etc.).

Se possível, pedimos breves linhas do porquê de cada escolha e algum contato. Destacamos que o escopo da pesquisa engloba rádios com ou sem outorga, livres, de poste e demais denominações. Além disso, posteriormente, a pesquisa prevê a realização de uma entrevista com os mesmos pesquisadores e lideranças. Te contataria novamente depois.

A pesquisa procura entender esse novo momento das comunitárias, tendo em vista as recentes mudanças sociais e tecnológicas que parecem estar levando a transformações no seu modo de fazer rádio e igualmente em suas motivações políticas. Por exemplo, a entrada na internet faz surgir o que podemos entender como novíssimos tipos de rádios comunitárias, como webrádios comunitárias, podcasts de ativistas, além de rádios atuando em rede convergindo com outros meios e movimentos sociais. Outro aspecto é uma possível mudança de perfil e na proposta política que se verifica em muitas rádios comunitárias, com a presença de discursos religiosos, político-partidários ou com fins comerciais. De todo modo, gostaria de destacar que nossa pesquisa procura se desvincular de qualquer idealização de rádio comunitária, na busca de compreender seu real funcionamento e toda a problemática social envolvida no que tem sido considerado como “desvirtuações” de seu perfil.

Por fim, destacaria que, apesar de partir da academia, a motivação da pesquisa se inscreve no meu compromisso como militante em contribuir com a reflexão sobre

nossas práticas políticas e os desafios postos à comunicação comunitária na atual conjuntura.

Caso tenha qualquer dúvida, por favor, não hesite em me contatar.

Muito obrigado e um abraço

João Paulo Malerba

Quadro de indicações de rádios comunitárias por pesquisadoras/es

Nome do/a pesquisador/a	Rádio Autêntica	Rádio Particularista	Rádio Inovadora
Adílson Cabral (UFF)	Comunidade FM (Friburgo/RJ); Bicuda FM (Rio de Janeiro/RJ)	não quis indicar	Pop Goiaba (Niterói/RJ)
Alexandre Barbalho (UFC)	não soube indicar	não soube indicar	não soube indicar
Bruno Fuser (UFJF)	não quis participar	não quis participar	não quis participar
Cicília Peruzzo (UMESP)	Rádio Cantareira (São Paulo/SP)	não indicou	não indicou
Denise Cogo (ESPM-SP)	não indicou	não indicou	não indicou
Dioclécio Luz (UnB)	Santa Luz FM (Santa Luz/BA); Valente FM (Valente/BA); Utopia FM (Planaltina/DF), Heliópolis (São Paulo/SP).	Rádio Casa da Benção (DF); São Gonçalo (Rio de Janeiro/RJ); N. S. Aparecida (Rio de Janeiro/RJ)	Rádio Heliópolis (São Paulo/SP)
Eduardo Yuji Yamamoto (UFRJ)	Rádio Comunitária Nova Geração (Jataizinho/PR)	Rádio Comunitária Nova Geração (Jataizinho/PR)	não indicou
Inês Amarante (UNILA)	não indicou	não indicou	não indicou
Juciano de Sousa Lacerda (UFRN)	não indicou	não indicou	não indicou
Marcelo Hernandez Macedo (UERJ)	Rádio Resistência (Rio de Janeiro/RJ); Rádio Novos Rumos (Rio de Janeiro/RJ)	Rádio Grande Tijuca (Rio de Janeiro/RJ); Rádio PJ (Rio de Janeiro/RJ); Rio das Pedras (Rio de Janeiro/RJ)	Rádio UERJ (Rio de Janeiro/RJ)
Márcia Vidal Nunes (UFCE)	não indicou	não indicou	não indicou
Mohammed ElHajji (UFRJ)	não indicou	não indicou	não indicou
Muniz Sodré (UFRJ)	não indicou	não indicou	não indicou
Patrícia Saldanha (UFF)	não indicou	não indicou	não indicou
Raquel Paiva (UFRJ)	não indicou	não indicou	não indicou
Rozinaldo Antonio Miani (UEL)	Rádio Sertão (Sertanópolis/PR); Rádio Nova Geração (Jataizinho/PR)	não indicou	Rádio Web Alma Brasil (Londrina/PR)

Quadro de indicações de rádios comunitárias por lideranças (cont.)

Nome da liderança	Rádio Autêntica	Rádio Particularista	Rádio Inovadora
Alan Camargo (Abraço/RS)	não indicou	não indicou	não indicou
Ângelo Ignacio (MNRC)	não indicou	não indicou	não indicou
Antonio Marques (AMARC Brasil)	Berokan FM (Rio Maria/PA)	não indicou	não indicou
Arthur William (Intervozes)	não indicou	não indicou	não indicou
Bael Peixoto (Abraço/CE)	não indicou	não indicou	não indicou
Clementino Lopes (Abraço)	não indicou	não indicou	não indicou
Ismar Capistrano (Abraço Nacional)	Nativa FM (Tabuleiro do Norte/CE); Campesina FM (Crateús/CE); 25 de Março (Madalena/CE)	Quixelô FM (Quixelô/CE); Altanera FM (Altarena/CE)	Dendê Sol (Fortaleza/CE)
Jerry de Oliveira (MNRC)	Rádio Noroeste (Campinas/SP)	não indicou	não indicou
Jessé Barbosa (ComRadio)	Rádio Matões (Pedro II/PI)	Rádio Guaritas (Picos/PI)	Rádio Esperança FM (Queimada Nova/PI)
Joaquim Carvalho (Abraço Nacional)	não indicou	não indicou	não indicou
Marquinho Mota (FAOR)	não indicou	não indicou	não indicou
Nils Brock (AMARC Brasil)	Radio Independência FM (Independência/CE); Rádio Muda (Campinas/SP); Rádio Heliópolis (São Paulo/SP); Rádio Interferência (Rio de Janeiro/RJ); Rádio Novos Rumos (Queimados/RJ); Comunidade (Nova Friburgo/RJ); Rádio Queimados (Queimados/RJ); Rádio Núcleo Barreto (Niterói/RJ); Rádio Bicuda (Rio de Janeiro/RJ); Estilo Livre (Rio de Janeiro/ RJ); Rádio Cantareira (São Paulo-SP); Rádio Alternativa FM (Bauru/SP); Rádio Gazeta News (Mairinque/SP); Rádio São Roque (São Paulo/SP); Rádio Comunicativa FM 91,3 (Hortolândia/ SP); Rádio Amnesia (Olinda/PE); Rádio Xibé (Tefé/AM); Rádio Voz da Ilha (Tefé/AM)	Rádios do MST (em geral); Rádio Luta (São Paulo/SP); Rádio Verde é Vida (Itapui/SP); Rádio União (Campinas/SP)	Mulheres do Cabo (Cabo de Santo Agostinho/PE); Rádio Várzea (São Paulo/SP); Radio Dada (webradio); Rádio Xiado (livre, somente web) Rádio Revolução (Rio de Janeiro/RJ)

Nome da liderança	Rádio Autêntica	Rádio Particularista	Rádio Inovadora
Pedro Martins (AMARC Brasil)	Rádio Coite FM (Conceição do Coité/BA); Rádio Independência (Independência/CE); Rádio Comunidade (Nova Friburgo/RJ)	Rádio Betel FM (Rio de Janeiro/RJ)	Rádio Heliópolis (São Paulo/SP)
Rafael Diniz (Rádio Muda – Mov. das livres)	Rádio Muda (Campinas - SP)	não indicou	não indicou
Sérgio Gomes/ Ana Luisa Gomes (Oboré)	não indicou	não indicou	não indicou
Taís Ladeira (AMARC Brasil)	não indicou	não indicou	não indicou
Sofia Hammoe (AMARC Brasil)	Rádio Independência (Independência/CE) Rádio Japiim (Suruacá/PA); Rádio Zumbi (João Pessoa/PB); Rádio União Comunitária (Rurópolis/PA); FM Coité Livre (Conceição do Coité/BA); Rádio Junco FM (Picos/PI); Rádio Urubá FM (Pesqueira/PE); Rádio Conquista FM (São Luis/MA); Rádio Comunitária de Araçá (Mari/PB)	Rádio Alternativa (Itaituba/PA); Rádio São Bento FM (São Bento do Uma/PE); Rádio Bacanga (São Luiz/MA)	não indicou

Tabela de rádios comunitárias indicadas por região (cont.)

Região	Rádio	Autêntica	Particularista	Inovadora	Total de indicações
Sudeste	Comunidade FM (Friburgo / RJ)	3			3
	Bicuda FM (Rio de Janeiro / RJ)	2			2
	Pop Goiaba (Niterói / RJ)			1	1
	Rádio Cantareira (São Paulo / SP)	2			2
	Heliópolis (São Paulo / SP)	2		2	4
	Rádio Aliança de São Gonçalo (município do RJ)			1	1
	N. Sa. Aparecida (Rio de Janeiro / RJ)			1	1
	Rádio Resistência (Rio de Janeiro / RJ)	1			1
	Rádio Novos Rumos (Rio de Janeiro / RJ)	2			2
	Rádio Grande Tijuca (Rio de Janeiro / RJ)			1	1
	Rádio PJ (Rio de Janeiro / RJ)			1	1
	Rio das Pedras (Rio de Janeiro / RJ)			1	1
	Rádio UERJ (Rio de Janeiro / RJ)				1
	Rádio Noroeste (Campinas / SP)	1			1
	Rádio Muda (Campinas / SP)	2			2
	Rádio Interferência (Rio de Janeiro - RJ)	1			1
	Radio Queimados (Rio de Janeiro - RJ)	1			1
	Rádio Nucleo Barreto (Niterói / RJ)	1			1
	Estilo Livre (Vidigal, Rio de Janeiro / RJ)	1			1
	Alternativa FM (Bauru / SP)	1			1
	Rádio Gazeta News (Mairinque / SP)	1			1
	Rádio Sao Roque (São Paulo / SP)	1			1
	Rádio Comunicativa FM 91,3 (Hortolândia / SP)	1			1
	Rádios do MST (camponesas) (RJ)			1	1
	Rádio Luta / (São Paulo / SP)			1	1
	Rádio Verde é Vida (Itapui / SP)			1	1
	Rádio Uniao (Campinas / SP)			1	1
	Radio Varzea, USP (São Paulo - SP)				1
	Radio Dada (webradio)				1

Rádio Xiado (livre, somente web)		1	1		
Região	Rádío	Autêntica	Particularista	Inovadora	Total de indicações
	Rádio Revolucao (Rio de Janeiro - RJ)			1	1
	Rádio Betel (RJ)		1		1
Total Sudeste	32	23	10	8	41
Nordeste	Santa Luz FM (Santa Luz / BA)	1			1
	Valente FM (Valente / BA)	1			1
	Nativa FM (Tabuleiro do Norte / CE)	1			1
	Campesina FM (Crateús / CE)	1			1
	25 de Março (Madalena / CE)	1			1
	Quixelô FM (Quixelô / CE)		1		1
	Altaneira FM (Altaneira/CE)		1		1
	Dendê Sol (Fortaleza / CE)			1	1
	Rádio Matões (Pedro II/PI)	1			1
	Rádio Guaritas (Picos / PI)		1		1
	Rádio Esperança FM (Queimada Nova / PI)			1	1
	Rádio Independência (Independência / CE)	3			3
	Rádio Amnesia (Olinda / PE)	1			1
	Mulheres do Cabo (Cabo de Santo Agostino / PE)			1	1
	Rádio Coite FM (Conceição do Coité / BA)	2			2
	Rádio Zumbi (Joao Pessoa / PB)	1			1
	Rádio Junco FM (Picos / PI)	1			1
	Rádio Urubá FM (Pesqueira / PE)	1			1
	Rádio Conquista FN (Sao Luis / MA)	1			1
	Rádio Comunitária de Araçá (Mari / PB)	1			1
	Rádio Sao Bento FM (São Bento do Una / PE)		1		1
	Rádio Bacanga / São Luiz (MA)		1		1
Total Nordeste	21	17	5	3	24
Centro-Oeste	Utopia FM (Planaltina / DF)	1			1
	Rádio Casa da Benção (DF)		1		1
Total Centro-Oeste	2	1	1	0	2

Região	Rádio	Autêntica	Particularista	Inovadora	Total de indicações
Sul	Nova Geração (Jataizinho / PR)	2			1
	Rádio Sertão (Sertanópolis / PR)	1			
	Rádio Web Alma Brasil (Londrina / PR)			1	
Total Sul	3	3	0	1	1
Norte	Berokan FM (Rio Maria / PA)	1			1
	Rádio Xibé (Tefé / AM)	1			1
	Rádio Voz da Ilha (Tefé / AM)	1			1
	Rádio Japiim (Suruacá / PA)	1			1
	Rádio União Comunitária (Rurópolis / PA)	1			1
	Rádio Alternativa (Itaituba / PA)		1		1
Total Norte	6	5	1	0	6
Total Geral	65	49	17	12	

Questionário semiestruturado para diretores de rádios comunitárias com ou que buscam outorga

- 1) Conte a história da rádio.
- 2) Quais são os principais direitos que a rádio reivindica? Eles mudaram desde a constituição da rádio?
- 3) Quais são as figuras históricas que inspiram seu trabalho na rádio?
- 4) Conhece alguém que esteve vinculado à rádio e se afastou? Qual foi o motivo?
- 5) Você se sente sacrificando suas escolhas pessoais em favor do projeto da rádio?
- 6) Sente dificuldade para manter os quadros e chamar novos participantes para a rádio?
- 7) Qual a sua opinião quanto ao movimento de rádios comunitárias?
- 8) Como você avalia a relação da rádio com o poder público (principalmente local)?
- 9) Como se dá o processo decisório?
- 10) No que a rádio precisa melhorar? Quais são, para você, os principais desafios?
- 11) Por que a rádio existe? Por que é importante ela continuar existindo?
- 12) O que é e qual a missão de uma rádio comunitária?

Questionário semiestruturado para locutores e demais colaboradores de rádios comunitárias com ou que buscam outorga e webrádios

- 1) Por que você decidiu fazer parte da equipe da rádio?
- 2) Há quanto tempo está na rádio?
- 3) O que você acha que poderia melhorar na sua atuação na rádio?
- 4) O que você acha que poderia melhorar na rádio?
- 5) Quais são suas perspectivas futuras de continuidade (ou não) na rádio?
- 6) Qual é o público alvo que você tem em mente ao fazer seu programa na rádio?
- 7) Você tem amigos na rádio?
- 8) Em sua opinião, o que é e qual a missão de uma rádio comunitária?

Questionário semiestruturado adendo para diretores de webrádios

- 1) Vocês já pensaram em ser rádio hertziana? Por que webrádio e não uma rádio hertziana?
- 2) Quais são as estratégias para que os podcasts sejam recuperados?
- 3) O quanto a questão estética é uma prioridade para vocês?
- 4) Em sua opinião, webrádio pode ser considerada rádio?
- 5) Vocês se entendem como uma rádio comunitária?
- 6) Se sim, vocês têm interesse em fazer parte do movimento de rádios comunitárias?
- 7) Vocês têm um projeto político? Qual seria?
- 8) Qual é o público alvo?
- 9) Quais são as formas de interação com o ouvinte?
- 10) Muitos acreditam que daqui a algum tempo as rádios todas vão migrar para a internet. Você concorda com tal afirmação?
- 11) Perguntas técnicas: limite de ouvintes simultâneos; horário de veiculação; política de direito autoral (copyright?).

Questionário semiestruturado para participantes de rádios livres

- 1) Conte a história da rádio e como ela se entrelaça com a sua.
- 2) Quais são os principais direitos que a rádio reivindica? Eles mudaram desde a constituição da rádio?
- 3) Quais são as figuras históricas que inspiram seu trabalho na rádio?
- 4) Conhece alguém que esteve vinculado à rádio e se afastou? Qual foi o motivo?
- 5) Você se sente sacrificando suas escolhas pessoais em favor do projeto da rádio?
- 6) Sente dificuldade para manter os quadros e chamar novos participantes para a rádio?
- 7) Qual a sua opinião quanto ao movimento de rádios comunitárias?
- 8) Como você avalia a relação da rádio com o poder público (principalmente local)?
- 9) Como se dá o processo decisório?
- 10) No que a rádio precisa melhorar? Quais são, para você, os principais desafios?
- 11) Por que a rádio existe? Por que é importante ela continuar existindo?
- 12) O que é e qual a missão de uma rádio comunitária?
- 13) O que diferencia as rádios livres das comunitárias?
- 14) Qual a importância da internet para as rádios livres individualmente e para o movimento das livres, em geral?
- 15) Como os participantes não presenciais (colaboradores via internet) contribuem no cotidiano da rádio?
- 16) Você acha que o conceito de mídia livre abarca rádios comunitárias e livres?

ANEXO B – PREPARAÇÃO DA PESQUISA QUANTITATIVA

Email-convite padrão enviado individualmente às emissoras comunitárias

Caro [nome do contato] e demais amigos da [nome da rádio],

Neste ano será realizado, junto com a assembleia da AMARC, um seminário com o tema “O futuro da rádio comunitária em tempos digitais”. A previsão é de que aconteça em outubro e a coordenação está organizando o evento. Para termos informações que baseiem a discussão, estamos realizando uma pesquisa com rádios em todo o Brasil. Os questionários ajudarão a entender a real situação da comunicação comunitária e seria essencial que a experiência da [nome da rádio] também constasse nesse estudo.

As respostas do questionário também farão parte da pesquisa de doutorado do João Paulo Malerba, doutorando da UFRJ e membro da AMARC que tem levado a questão da comunicação comunitária para discussão no meio acadêmico. A pesquisa está sendo realizada em parceria com o Criar Brasil, instituição parceira que cedeu seu cadastro de rádios para essa empreitada. Ou seja, é uma pesquisa com muitas finalidades e, por isso, de extrema importância.

As informações serão analisadas de forma estatística, o que significa que nenhum dado sobre sua rádio será divulgado com identificação da mesma. O que desejamos é entender a fundo como estão as rádios para, assim, ser possível buscar soluções para os problemas e traçar planos para o futuro.

Conto com sua ajuda! Se possível, gostaria de pedir para que o envio das respostas seja feito em brevidade.

Qualquer dúvida, estamos à disposição para esclarecer.

Abraços,

Questionário da pesquisa quantitativa (telefone, email e online)

Aspectos legais

1. A emissora está:

- com outorga em processo de outorga ainda não fez pedido de outorga
 não busca a outorga

Se com outorga ou em processo,

1.1 Quanto tempo demorou (ou está em tramitação) o processo de outorga?
(Resposta dissertativa)

1.2 Houve (ou há) alguma ajuda (jurídica ou parlamentar) para acelerar o processo?

- não sim, advogado contratado sim, parlamentar

1.3 Depois da outorga, a rádio já foi visitada, notificada, multada pela Anatel?

- sim não não sei

1.3.1 Se sim, qual o motivo?

- uso indevido de publicidade inadequações técnicas (antena, frequência, equipamentos etc.) programação indevida (proselitismo político ou religioso, propaganda eleitoral indevida etc.) questões burocráticas (falta de apresentação de documentos, dados imprecisos etc.)
 outros. | Quais?

2. A rádio teria interesse em transmitir em rede (fazer link) com outras rádios comunitárias?

- sim não não sei o que é
Por quê? (Resposta dissertativa)

3. A rádio já foi fechada pela Polícia Federal e pela Anatel?

- sim não não sei

Se sim

3.1 Quantas vezes? (resposta dissertativa)

3.2 Havia um mandado de busca e apreensão de equipamentos?

- sempre na maioria das vezes, sim na maioria das vezes, não não sei

3.3 Havia um agente da Anatel e outro da Polícia Federal?

- sempre na maioria das vezes, sim na maioria das vezes, não não sei

Se não, quem eram os agentes? (Resposta dissertativa)

3.4 Você considera que a ação foi truculenta ou desrespeitosa (violência física ou verbal)?

- ação foi respeitosa truculenta (com violência física e verbal)

Desrespeitosa (mas sem agressão física e verbal) Desrespeitosa (com agressão verbal) outra:

Origem, motivação e participação

4 Quando a rádio foi criada?

(Resposta dissertativa)

5 A articulação inicial que originou a emissora partiu de um/a:

movimento social partido político igreja associação de moradores
 movimento cultural iniciativa individual Outro | Qual?

6 Algum/a dirigente ou locutor/a da rádio se candidatou nas últimas eleições?

sim não não sei

7 Algum membro da diretoria da rádio participa de alguma instância pública de participação em âmbito municipal (conselhos, comitê gestor etc.)?

sim não não sei

8 Algum membro da diretoria rádio participa de algum movimento social (ambiental, indígena, mulheres, ONG, movimento comunitário, CEBs, pastorais.)?

sim não não sei

Se sim

8.1 Qual?

9 A rádio é associada a alguma entidade do movimento de rádios comunitárias?

AMARC Abraço Aler outras (especificar)
 não não, não acho importante

10 Quais as principais formas de participação da comunidade na rádio?

pedindo músicas participando ao vivo (entrevistas, debates etc.) nas reuniões praticamente não participa

11 Como as decisões sobre a rádio (programação, recursos, pessoal) são tomadas?

(Resposta dissertativa)

Programação

12 Quais são as principais fontes de informação jornalística?

jornais impressos nacionais jornais impressos de circulação local
agência de notícias privadas agência de notícias públicas ou gratuitas
 sites da internet Radiotube outras | Quais?

13 A rádio veicula programas religiosos?

sim não

13.1 Se sim, de qual(is) orientação(ões)?

evangélico católico espírita religiões de matrizes africanas

ecumênico outras (especificar)

Equipe e vinculação

14 No geral, a equipe da rádio é composta em sua maioria por:

pessoal remunerado (com carteira assinada) pessoal remunerado (sem carteira assinada) voluntários ajuda de custo

15 Qual a faixa etária majoritária da equipe?

maioria jovens (18 a 34 anos) maioria adultos (maiores de 34 anos) equilibrado jovens e adultos

16 Vocês sentem dificuldade para atrair novos colaboradores/comunicadores para a rádio?

sim não

A que você atribui tal facilidade ou dificuldade?

(Resposta dissertativa)

17 Quantas pessoas participam da direção e quantas são mulheres? Quantas na produção (inclui comunicadores/locutores) e quantas são mulheres? Quantas no apoio administrativo e quantas são mulheres?

(Resposta dissertativa)

18 Os locutores/as, produtores/as, operadores/as e jornalistas passam por algum treinamento para trabalhar na rádio?

sim não

19 A emissora necessita de capacitação?

sim não

19.1 Se sim, quais são as maiores necessidades?

técnica (operação, manutenção etc.) jornalística política (função e missão da rádio comunitária na comunidade) novas tecnologias (uso da internet, automação digital etc.) outras | Quais?

20 Qual seria um motivo para um/a locutor/a ser afastado da emissora?

(Resposta dissertativa)

21 Como é sua relação com os demais participantes da rádio?

a maioria é meu amigo a maioria é meu colega a maioria me é indiferente

22 No geral, como você avalia a relação entre os participantes da rádio? (parceria, amizade, estritamente profissional etc.)

(Resposta dissertativa)

Sustentabilidade

23 Qual o orçamento da emissora por mês?

(Resposta dissertativa)

24 Quais são as fontes de recursos da emissora?

publicidade comercial apoio cultural projetos sociais recursos públicos venda de espaço na programação contribuições voluntárias Outros | Quais?

25 A rádio trabalha com aluguel de espaços na programação?

sim, todos os programas sim, parte dos programas não

26 Você concorda que rádio comunitária não possa ter publicidade comercial?

concorda plenamente concorda em parte não concorda

Por quê? (Resposta dissertativa)

Apropriações e questões tecnológicas

27 Como é a conexão à internet da rádio?

não tenho discada banda larga (até 1 Mb) banda larga de 1 Mb até 10 Mb mais que 10 Mb não sei

28 A rádio tem site próprio na internet?

sim não.

Se sim...

28.1 ...tem uma estimativa de acessos diários?

28.2... transmitem programação online (webrádio)?

sim não, mas pretendemos não e não pretendemos. Por quê?

28.2.1 Se sim, tem estimativa de ouvintes por dia?

28.3 ...vocês obtêm alguma receita com anúncio no site da rádio?

sim não

28.4... há ferramentas de participação online?

não chat enquetes email outros.

Quais?

28.5... vocês disponibilizam podcasts (se necessário, explicar)?

sim. Quais? não

29 A rádio está nas redes sociais?

não. Por quê? Facebook Radiotube Twitter outros. Quais?

29.1 Se sim, quais são os principais usos que a rádio faz das redes sociais?
(Resposta dissertativa)

30 Como se dá a utilização de software livre (se necessário, explicar)?

() só utilizamos softwares livres () a maioria é software livre () a maioria é software proprietário () não utilizamos softwares livres

31 Como o celular é usado no cotidiano da rádio? Fazem uso de alguma ferramenta para contato com os ouvintes (SMS, Whatsapp, Viber, ligações etc.)?

(Resposta dissertativa)

32 A rádio tem acompanhado a discussão sobre a digitalização do rádio?

() sim() não () não, não sei do que se trata

33 A rádio tem interesse em ser provedor de internet?

() sim() não () Por quê?

Divisão de rádios pesquisadas por região e estado

Estado	Número de emissoras
Norte	
Acre	2
Amapá	1
Amazonas	2
Pará	4
Rondônia	1
Roraima	zero
Tocantins	1
Total	11
Nordeste	
Alagoas	4
Bahia	7
Ceará	4
Maranhão	7
Paraíba	3
Pernambuco	4
Piauí	2
Rio Grande Do Norte	2
Sergipe	1
Total	34
Centro-Oeste	
Goiás	5
Mato Grosso	4
Mato Grosso Do Sul	zero
Distrito Federal	2
Total	11
Sudeste	
Espírito Santo	3
Minas Gerais	4
Rio De Janeiro	11
São Paulo	8
Total	26
Sul	
Paraná	6
Rio Grande Do Sul	8
Santa Catarina	4
Total	18

Lista de rádios respondentes por região, estado e cidade (cont.)

	Nome Da Rádio (Região/Estado)	Cidade
	Região Norte	
	Acre	
1	Rádio Dimensão FM 104,9	Sena Madureira
2	Nova Era	Tarauaca
	Amapá	
3	Vitória FM 87,9	Vitória do Jari
	Amazonas	
4	Xibe	Tefé
5	Voz Da Ilha	Tefé
	Pará	
6	Jacundá FM	Jacundá
7	Berokan FM	Rio Maria
8	Rio Verde	Goianésia do Pará
9	Comvida	Rondon do Pará
	Rondônia	
10	Geração FM	Vale do Paraíso
	Tocantins	
11	Associação Porto Real	Porto Nacional
	Região Nordeste	
	Alagoas	
12	Digital FM	Maceió
13	Água Branca FM	Água Branca
14	Salomé FM	São Sebastião
15	Fm do Sertão	Mata Grande
	Bahia	
16	Milenium FM	Cipó
17	Mineral	Dias D'ávila
18	Coité Livre - FM	Conceição do Coité
19	Hits	Salvador
20	Pedraza	Teofilândia
21	RCA	Conceição da Feira
22	Moderna	Castelo Branco
	Ceará	
23	Independência	Independência
24	Quixelô	Quixelô
25	Rádio 25 De Maio - MST	Madalena
26	Dendê Sol	Fortaleza
	Maranhão	
27	Rádio Ecos Vida (Centro Social Vida Abundante)	Fernando Falcão
28	Rádio Ieshuá	Nova Olinda
29	Babaçu FM	Pio XII
30	Rádio Difusora Comunitária	Zé Doca

	Nome Da Rádio (Região/Estado)	Cidade
31	Rádio Nova Bacabeira FM	Bacabeira
32	Rád. Com. Sacoã	Viana
33	Conquista FM	Itinga
	Paraíba	
34	Araçá FM	Mari
35	São Miguel (ACOSAMI)	Tavares
36	Zumbi Dos Palmares	João Pessoa
	Pernambuco	
37	Alternativa FM	Nazaré da Mata
38	Amnesia	Olinda
39	Pedras Soltas	Itapetim
40	Jovem Capoeiras	Caetes
	Piauí	
41	Esperança	Queimada Nova
42	Serra FM	São Francisco de Assis
	Rio Grande do Norte	
43	FM Tibau	Tibau
44	Litoral FM	Maracajaú
	Sergipe	
45	Anchieta	Aracajú
	Região Centro-Oeste	
	Goiás	
46	Vila Boa FM	Cidade de Goiás
47	Esmeralda FM	Campos Verdes
48	Entre Rios	Ipameri
49	Vizinhança	Águas Lindas de Goiás
50	São Miguel 87,9	S. Miguel do Passa Quatro
	Mato Grosso	
51	Metrópole FM	Cuiabá
52	Vale FM	Barra do Bugres
53	Alternativa FM	Lucas do Rio Verde
54	Tropical FM	Varzea Grande
	Distrito Federal	
55	Utopia	Planaltina
56	Comunidade FM	Gama
	Região Sudeste	
	Espírito Santo	
57	Transasom	Mantenópolis
58	Piuma Fm	Piuma
59	Itamix	Itarana
	Minas Gerais	
60	São Miguel	Alto Dos Passos
61	Nova Lima FM	Nova Lima
62	Nossa Missão	Passos

	Nome Da Rádio (Região/Estado)	Cidade
63	Rádio Província	Ouro Preto
	Rio de Janeiro	
64	Desperta FM	Cachoeira De Macacu
65	Rádio Safra	Rio De Janeiro
66	Sideral	Maricá
67	Bicuda FM	Rio De Janeiro
68	Nucleo Barretos	São Gonçalo
69	Difusora Aliança FM	São Gonçalo
70	Comunidade Friburgo	Nova Friburgo
71	Grande Tijuca	Rio De Janeiro
72	Rádio Mulher	Rio De Janeiro
73	Queimados FM	Queimados
74	Rádio UERJ	Rio De Janeiro
	São Paulo	
75	Serralheria/Dada	São Paulo
76	Heliópolis	São Paulo
77	Canal Mais FM	Bauru
78	Comunicativa FM	Hortolândia
79	Web Rádio Difusão	Ribeirão Preto
80	Muda	Campinas
81	Rádio Camponesa FM	Itaberá
82	Noroeste FM	Campinas
	Região Sul	
	Paraná	
83	Canal 8	Mariópolis
84	Cafelândia	Cafelândia
85	Bituruna FM	Bituruna
86	Olímpia FM	Nova Olímpia
87	Juventude FM	Mandaguaçu
88	Webrádio Alma	Londrina
	Rio Grande do Sul	
89	O Marisco	Cidreira
90	Cultura De Itatiba	Itatiba Do Sul
91	Cultural FM	Torres
92	Navegantes FM	São Borja
93	Unifra	Santa Maria
94	Tupancy	Arroio Do Sal
95	Carai	Santa Maria
96	Vicente Dutra	Vicente Dutra
	Santa Catarina	
97	Terra Livre	Abelardo Luiz
98	Capivari FM	Capivari De Baixo
99	Rádio Primeira	Tijucas
100	Educativa Universitária Unidavi	Rio do Sul

**ANEXO C – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUALITATIVA (TABULAÇÃO DE RESPOSTAS DISSERTATIVAS)**

Figuras Inspiradoras

Origem	Quantidade	Porcentagem
Internacionais	24	33%
Locais	22	30%
Nacionais	14	20%
Regional	10	14%
Não tem	2	3%
Total	72	100%

Tipo de sujeito relacionado	Quantidade	Porcentagem
Socialista	29	40%
Multidão	8	11%
Não tem	2	3%
Anarquista	1	2%
Não classificado/classificável	32	44%
Total	72	100%

Causa relacionada	Quantidade	Porcentagem
Comunicação	20	28%
Igualdade Racial	9	12%
Religião/Pastoral	7	9%
Filosofia	6	8%
Políticos	5	7%
Educação	4	5%
Acesso a terra	3	4%
Feminismo	2	3%
Indígena	2	3%
Não tem	2	3%
Pacifismo	1	2%
Estética	1	2%
Zapatismo	1	2%
Não classificado/classificável	9	12%
Total	72	100%

Gráfico referente à origem das fontes inspiradoras

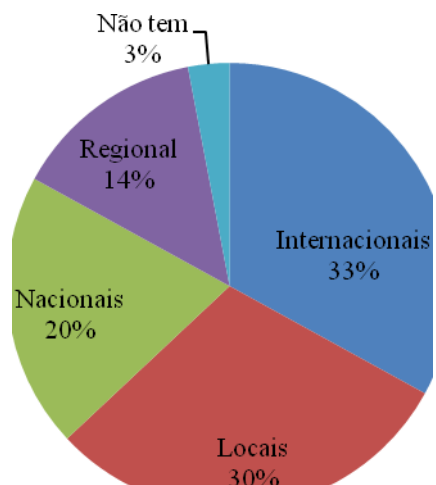


Gráfico referente ao tipo de sujeito relacionado às fontes inspiradoras

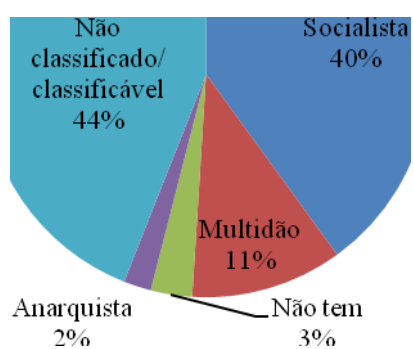
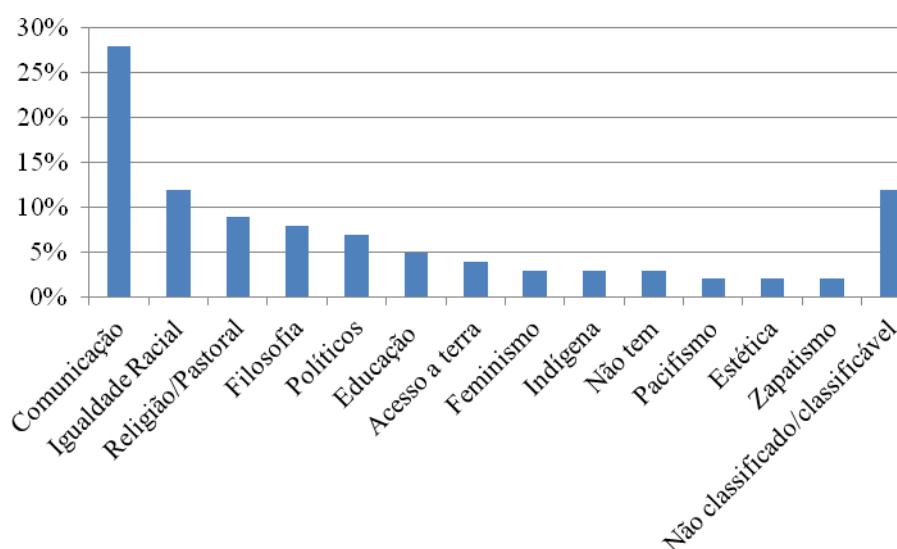


Gráfico referente à causa relacionada das fontes inspiradoras citadas



Tabulação das respostas referentes às fontes inspiradoras

Heliópolis (Reginaldo, Gerô)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
Sérgio Gomes (Oboré)	Local	Socialista	Comunicação
João Miranda (Unas)	Local	N/C	Comunicação
Genésia Miranda (Unas)	Local	N/C	Comunicação
Paulo Freire	Nacional	Socialista	Educação
Malcom X	Internacional	Socialista	Igualdade racial
Nelson Mandela	Internacional	Socialista	Igualdade racial
Ganga Zumba	Nacional	N/C	Igualdade racial
Gerô (Rádio Heliópolis)	Local	Socialista	Comunicação
SNJ (grupo hiphop)	Regional	N/C	N/C
Racionais MC (grupo rap)	Nacional	N/C	N/C
AlmA (Rakelly, Juliana)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
Peter Leonard Braun (Alemanha)	Internacional	N/C	Estética
Briola (RadCom Jataizinho)	Local	N/C	Comunicação
Rozinaldo Milani (UEL)	Local	Socialista	Comunicação
Cyntia Figueiredo (AlmA)	Local	N/C	Comunicação
Cidade (nenhum)			
Independência (Roginaldo, Rosa)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
D. Maria Stela (Rádio Independência)	Local	N/C	Comunicação
Miguel Gonçalves (CEBs)	Local	N/C	Religião/Pastoral

Rosa Luxemburgo	Internacional	Socialista	Feminismo
Frida Kahlo	Internacional	Socialista	Feminismo
Dom Antonio Batista Fragoso	Local	N/C	Religião/Pastoral
Quixelô (Mácio, Ailton)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
Sérgio Lira (Abraço)	Regional	N/C	Comunicação
Heloisa Helena (Psol)	Nacional	Socialista	Política
Luciana Genro (Psol)	Nacional	Socialista	Política
Mácio Alves (Quixelô FM)	Local	Socialista	Comunicação
Francisco Diassis Vidal Nascimento	Local	Socialista	N/C
Gabriel Vidal Nascimento (professor)	Local	Socialista	N/C
Luiz Claudio (professor)	Local	Socialista	N/C
Esperança (Nilson, Osvaldina)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
Carlos Humberto (Rádio Soc. Bahia)	Regional	N/C	Comunicação
Francisco José (Rádio Pioneira)	Regional	N/C	Comunicação
Joel Silva (Rádio Pioneira)	Regional	N/C	Comunicação
Francisco das Chagas Souza (Coord. Com. Quilombolas PI)	Regional	N/C	Igualdade racial
Ruymar Batista (compositor)	Regional	N/C	Igualdade racial
Xibé (Gleison, Guilherme)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
Jesus	Internacional	N/C	Religião/Pastoral
Martin Luther King	Internacional	Socialista	Igualdade racial
Martinho Lutero	Internacional	N/C	Religião/Pastoral
Brad Will (CMI)	Internacional	Multidão	Comunicação
Guilherme Figueiredo (Xibé)	Local	Multidão	Comunicação
Nelson Mandela	Internacional	Socialista	Igualdade racial
Dean Winchester (Personagem série)	Internacional	N/C	N/C
Subcomandante Marcos	Internacional	Multidão	Zapatismo
Paulo Freire	Nacional	Socialista	Educação
Gramsci	Internacional	Socialista	Filosofia
Pais	Local	N/C	N/C
Avó	Local	N/C	N/C
Bifo (Rádio Alice)	Internacional	Multidão	Comunicação
Guattari	Internacional	Multidão	Filosofia
Marx	Internacional	Socialista	Filosofia
Gandhi	Internacional	N/C	Pacifismo
Panteras Negras	Internacional	Socialista	Igualdade racial
Geração de 1968	Internacional	Multidão	N/C
João XXIII	Internacional	N/C	Religião/Pastoral
Foucault	Internacional	Multidão	Filosofia
Zumbi dos Palmares	Nacional	N/C	Igualdade racial
Antonio Conselheiro	Nacional	N/C	Religião/Pastoral
Gersem Baniwa (líder indígena Rio Negro)	Regional	N/C	Indígena

Yanomami Davi	Regional	N/C	Indígena
Frantz Fanon (Psiquiatra)	Internacional	Socialista	Filosofia
Lula	Nacional	Socialista	Política
Utopia (Leônio, Eduardo)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
Batista (Utopia FM)	Local	Socialista	Comunicação
Paulo Freire	Nacional	Socialista	Educação
Darcy Ribeiro	Nacional	N/C	Educação
Tia Neiva	Nacional	N/C	Religião/Pastoral
Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
Terra Livre (César, Odivam, Gizele)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
Che Guevara	Internacional	Socialista	Política
Carlos Marighella	Nacional	Socialista	Política
Altair Lavrate (MST)	Local	Socialista	Acesso a terra
Irma Brunetto (MST)	Local	Socialista	Acesso a terra
Muda (Q., Y., Z.)			
Figuras	Origem	Sujeito relacionado	Causa relacionada
VW. (ex Muda)	Local	N/C	Comunicação
Masagão (escritor Rádios Livres)	Regional	Multidão	Comunicação
Chomsky	Internacional	Anarquista	Filosofia
BQ. (ex Muda)	Local	N/C	Comunicação
MST	Nacional	Socialista	Acesso a terra
Não tem	Não tem	Não tem	Não tem

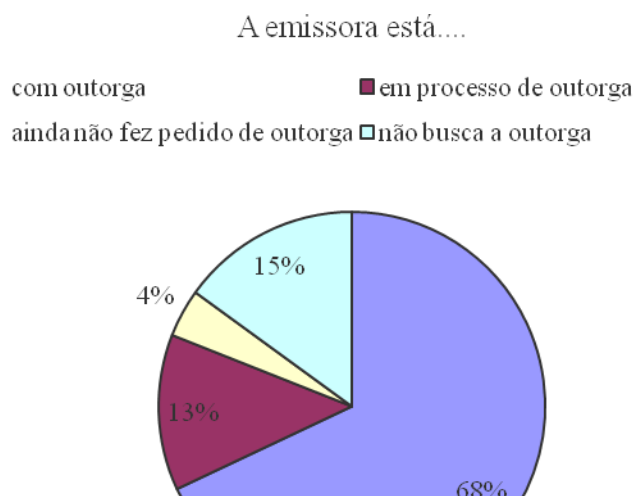
**ANEXO D – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (ASPECTOS LEGAIS)**

Pergunta 1

Tabela referente à situação legal das respondentes

A emissora está...		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Número absoluto
com outorga	68,0%	68
em processo de outorga	13,0%	13
ainda não fez pedido de outorga	4,0%	4
não busca a outorga	15,0%	15
	Responderam à pergunta	100
	Pularam a pergunta	0

Gráfico referente à situação legal das respondentes



Pergunta 1.1 (cont.)

Tabela referente ao tempo de demora até a obtenção da outorga

Quanto tempo demorou o processo de outorga? (somente as com outorga, respondendo corretamente*) (respostas abertas)		
Respostas	Porcentagem	Número absoluto
Menos de 1 ano	4%	2
Entre 1 ano e 35 meses	8%	4
Entre 3 anos e 59 meses	32%	16
Entre 5 anos e 83 meses	18%	9
Entre 7 anos e 119 meses	14%	7
10 anos ou mais	24%	12
Total	100%	50
<i>Responderam à pergunta</i>		72
<i>Respostas válidas</i>		52*
<i>Pularam a pergunta</i>		28

* Das 72 respondentes, 12 eram 'em processo' e 10 'com outorga' não responderam corretamente

Quadro com todas as respostas referentes ao tempo de demora até a obtenção da outorga

Respostas
desde 2010
6 meses
9 anos. Outorga saiu em faz um ano.
Acredito que deva ter sido arquivado já que existia outra entidade solicitando outorga no mesmo raio de abrangência, como ela recebeu a outorga, penso que não tenho mais direito.(emissora é a rádio novos rumos – radioclube de Queimados)
O processo da emissora durou exatos 14 anos, no segundo aviso de habilitação o processo passou por 4 arquivamentos políticos injustificados, que após pressão através da Regional SP da Abraço (hoje MNRC) conseguiu desarquivar apontando todas as contradições apresentadas na época pelo antigo Diretor do departamento de Outorga e serviços (Sr.. Carlos Alberto Freire Resende) que tentou por diversas maneiras obstar a autorização da emissora.
4 anos
Entramos com o pedido no ano de 2002 e em maio do ano de 2015, foi publicado a portaria de autorização de nº 880, no diário oficial da união de 08/05/2015. Essa portaria ainda não dá o direito de funcionar a rádio, temos que aguardar que a Casa Civil envie para o Congresso Nacional para aprovar a concessão, tendo como prazo para essa aprovação de 90 dias após o envio, e não sendo aprovado nesse período, o Ministério das Comunicações emite uma licença provisória. Estamos aguardando que seja enviado para o Congresso.
Aproximadamente 10 anos
1999 – 2003 (quatro anos)
6 meses
O processo de autorização teve início em 1998 e teve finalizado completamente em 05 de março de 2013. Portanto, o processo da Bicuda FM demorou 15 anos.
5 anos
Seis meses
12 anos
17 anos
7 anos
4 anos (sendo 2 anos que recebeu a portaria de autorização publicada no D.O.U e mais dois aguardando o

processo sair da Casa Civil para dar andamento ao processo de licenciamento)
4 anos
2 anos
Desde a primeira tentativa, cerca de 8 anos
Em processo de renovação de outorga
Cerca de 3 anos
Demorou 7 anos
5 anos
03 anos
5 anos
5 anos
10 anos, 9 meses e 11 dias.
mais de 03 anos
18 anos na fila. Com 3 pedidos de outorgas
A rádio está em processo de renovação da outorga há 1 ano.
Estamos aguardando a nova Licença de Renovação já tamos na espera a 2 anos e meio)
11 anos
ja tem sete anos com autorga. Foi liberada em 2008
Demorou. Agora estamos há 4 anos tentando renovação
Já aguardamos renovação de outorga
5 ou 6 anos.
10 anos
De 1998 a 2006
4 anos
Dois anos
12 anos
esta em tramitação
3 meses
Três anos e 4 meses
Estamos em Processo de Renovação de Outorga
processo iniciou em 2006, a outorga saiu em 2010
8 anos
3 Anos
Estamos pleiteando renovação
Esta em renovação de outorga
6 anos
6 anos
5 anos
Em processo de ortoga
tres anos
Entrada de solicitação out./1998; Comunicado de autorização nov./2006; Definitiva mai./2008
Não temos esta informação pois a outorga ocorreu há cerca de 11 anos, na gestão de outra reitoria. Por ser educativa e estar dentro de uma instituição de ensino superior a emissora é mantida pela Fundação e regida por uma reitoria.
5 anos
Demorou sete anos para obter a outorga
Demorou sete anos.
O processo da outorga iniciou em setembro de 2003 até maio de 2007, portanto quase 4 anos.
Mais ou menos 10 anos
Durou um ano (outorga obtida em 2005)
3 anos
4,5 anos
13 anos
Mais de sete anos, foi arquivado, e não conseguimos retomar

2 anos (agora está em renovação da Outorga)
2 anos
a primeira outorga demorou 3 anos e a segunda (renovação) demorou 2 anos.
7 anos

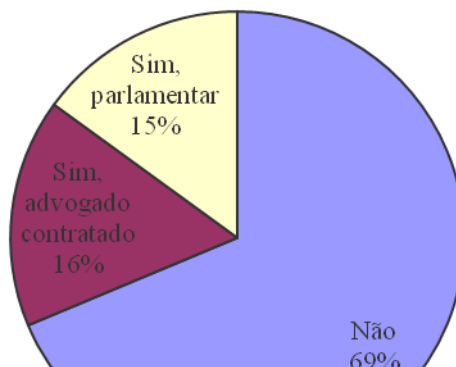
Pergunta 1.2

Tabela referente à ajuda (jurídica ou parlamentar) para acelerar o processo de obtenção da outorga

Houve (ou há) alguma ajuda (jurídica ou parlamentar) para acelerar o processo? (exclusivas)		
Possibilidades de respostas	Porcentagem	Número absoluto
Não	68,7%	55
Sim, advogado contratado	16,3%	13
Sim, parlamentar	15,0%	12
<i>Responderam à pergunta</i>		80
<i>Pularam a pergunta</i>		20

Gráfico referente à ajuda (jurídica ou parlamentar) para acelerar o processo de obtenção da outorga

Houve (ou há) alguma ajuda (jurídica ou parlamentar) para acelerar o processo?



Pergunta 1.3

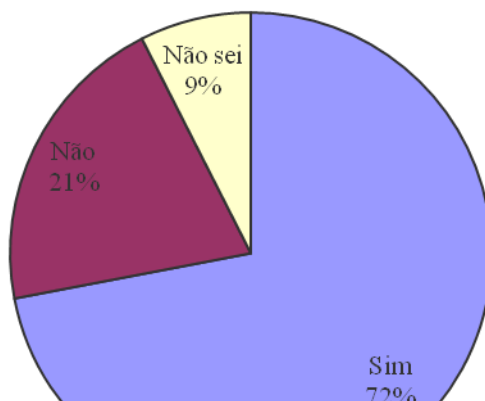
Tabela referente à relação da emissora com a Anatel

Depois da outorga, a rádio já foi visitada, notificada, multada pela Anatel? (somente com outorga*) (exclusivas)		
Possibilidades de respostas	Porcentagem	Números absolutos
Sim	72,0%	49
Não	20,5%	14
Não sei	7,5%	5
Total	100,0%	68*
	<i>Responderam à pergunta</i>	79
	<i>Pularam a pergunta</i>	21

* Das 79 respondentes, 11 eram rádios 'em processo de outorga', excluídas do universo das respostas.

Gráfico referente à relação da emissora com a Anatel

Depois da outorga, a rádio já foi visitada, notificada, multada pela Anatel?



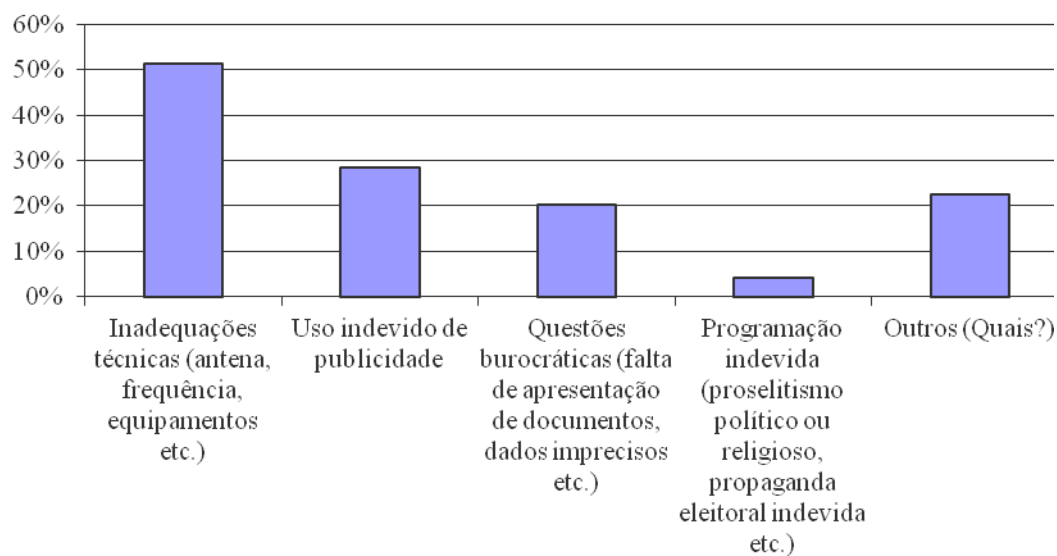
Pergunta 1.3.1 (cont.)

Tabela referente aos motivos da visita, notificação ou multa da Anatel

Se sim, qual o motivo?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Números absolutos
Inadequações técnicas (antena, frequência, equipamentos etc.)	51,2%	25
Uso indevido de publicidade	28,5%	14
Questões burocráticas (falta de apresentação de documentos, dados imprecisos etc.)	20,4%	10
Programação indevida (proselitismo político ou religioso, propaganda eleitoral indevida etc.)	4,1%	2
Outros (Quais?)	22,5%	11
Respondentes válidos (menos um 'em processo')		49
Responderam à pergunta		50
Pularam a pergunta		50

Gráfico referente aos motivos da visita, notificação ou multa da Anatel

Se sim, qual o principal motivo?



Quadro com todas as respostas referentes aos outros motivos da visita, notificação ou multa da Anatel

Outros (Quais?)
Altura da torre
O local da instalação da antena 4 graus de diferença
uso de um link sem autorização
Falta de Aterramento, uso de Link, a rádio a ficou no ar uma hora a mais do autorizado.
Só Ficalização de Rotina
Por formação de rede com outra emissora transmitindo jornal de meio-dia.
visita de rotina
Alegaram falta do Relatório de Conformidade.
Deixar de rodar a voz do Brasil, motivo link EBC off line
Processo Apuração de Infração
Visita de Rotina
divulgação de preços na programação
Não veiculação da Voz do Brasil
Mudança de localização
Denúncia sobre uso indevido de publicidade
Não houve razão específica para a visita
falta de um pagamento da licença (resolvido já)

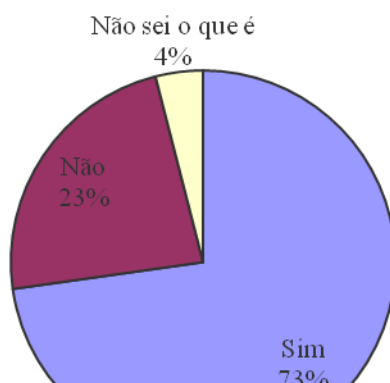
Pergunta 2 (cont.)

Tabela referente ao interesse da emissora em transmitir em rede

A rádio teria interesse em transmitir em rede (fazer link) com outras rádios comunitárias?		
Possibilidades de resposta (exclusivas)	Porcentagem	Número absoluto
Sim	72,7%	72
Não	23,2%	23
Não sei o que é	4,0%	4
	Por quê?	69
	<i>Responderam à pergunta</i>	99
	<i>Pularam a pergunta</i>	1

Gráfico referente ao interesse da emissora em transmitir em rede

A rádio teria interesse em transmitir em rede (fazer link) com outras rádios comunitárias?



Quadro com todas as respostas dos motivos pelo interesse (ou desinteresse) pela transmissão em rede

Por quê?
neste momento não temos condições de fazer rede porque estamos reorganizando nossa programação
ser mais democratica a nivel nacional via net
A lei não permite rede, estamos fora do ar
Mostrar o trabalho da rádios, os artistas da região, fortalecer a comunidade e levantar a sua autoestima
Pra interagir junto a outras comunidades.
A emissora foi pioneira na transmissão em rede desde o ano 2000, na época da luta pela lei municipal de rádios comunitárias na cidade de campinas, sendo cabeça de rede para transmissão simultânea com 96 emissoras da região. Também ajudou a construir a Rede Abraço de Rádios, bem como foi percussora e incentivadora na criação do Jornal dos Trabalhadores, um programa radiofônico em parceria com a Central única dos trabalhadores, rede diária de um programa jornalístico de meia hora, que começou em Outubro de 2007 e terminou em Dezembro de 2014. Que foi vencedora do 1º Prêmio de Mídia Livre do Ministério da Cultura.

Nosso conteúdo já é bastante abrangente; temos parcerias com colaboradores externos, mas os programas seguem as orientações de produção da Rádio Uerj.
Seria interessante nos conectar com outras rádios.
Acho bom.
É importante para fortalecer o movimento e também para criar alternativas de programação para as rádios.
Para ter acesso a novas formas de estruturar nossa rádio e para tornar a rede de rádios mais forte; Enriquecimento. Link no sentido de troca de ideias pois link de programa não poderia por não ser permitido por lei fazer rede.
A lei de rádio comunitária proíbe a criação de redes entre rádios.
A lei não permite e a característica principal das radcom é exatamente o regionalismo, ou seja, atender as necessidades e interesses locais. Tenho minhas dúvidas sobre a eficiência e eficácia da transmissão de rede.
Troca de experiência, a luta é conjunta, buscar a força uma na outra rádio
Porque facilita a interatividade mesmo sabendo da proibição de formação de rede
Pra manter a cidade mais informada
para troca de conteúdo
Se a legislação permitisse seria bom tanto para o ouvinte quanto para a emissora que teria como veicular mais conteúdos jornalísticos e educativos.
Acho que a força provem da unidade e isso é importante na comunicação comunitária.
Não respondeu
Para potencializar o noticiário regional e para fortalecer o movimento de Radcoms
Para ter acesso a conteúdos relativos a direitos humanos, questão de gêneros etc.
) para fortalecer a comunicação comunitária; só que é proibido por lei.
Ampliariamos área de frequência. Melhoraria faturamento de apoios culturais.
depende do assunto.
É uma forma de enriquecer a programação.
Por que nós nos entregava a região em informativos locais
Como melhor possibilidade de regionalizar a programação e democratizar a informação.
Compartilhar informações
se tivermos horários regionais acredito ser uma boa alternativa
Para o enriquecimento da programação.
só se fosse amparada por lei através de documentação liberado pelos órgãos competentes
para abrir novos horizontes
Melhorar produção de programas educativos
Para uma melhor disseminação de informação.
Nossa Internet é péssima
Troca de informações entre as rádios comunitárias. Abranger um espaço maior.
A gente tem interesse porque a grade da rádio muda não tá preenchida, boa parte tá numa playlist, também para preencher a rádio. Você preenchendo com outros prgs você promove pluralidade, passar outros conteúdos.
Porque as info chegam mais em mais territórios do estado. Já transmitimos em rede virtual (através da ComRadio, 'Programa Via Livre' pela Rede Em dia, Brasil.
Porque importante socializar as info e fortalecer o movimento. Fez um link com outras comunitárias na Virada Cultural em 2012, convidou a Paraisópolis, a Cantareira, a Z e dividia o horário por igual, e teve uma grande repercussão. Foi um stand no Centro da cidade e todas transmitiram em rede.
Porque eu acho que cada rádio sempre tem algo para inovar, trazer algo diferente, contribuir para a questão da brasilidade. Para a questão da cultura.
Divulgar mais os bons trabalhos.
Já transmite em rede. Ou criar um software ou pedir um software para transmitir em rede pela internet.
A rádio sempre procurou se conectar em rede, participou do CMI, do Rizoma de Rádios Livres, Flor da Palavra. Já tentou criar coletivos na Amazônia. Transmissão em rede é complicada pela precariedade da internet.
Trocar experiências e reforçar os debates na região.
Rádio regional, com interesses de pequeno alcance
Construir um aperfeiçoamento das transmissões e conhecer novas culturas.

Por que democratizaria a cultural local
Não interessa.
Seria bom para a comunidade
Melhorar conteúdo, aumentar audiência, levar conteúdo de qualidade.
Interação
Por ter perfil diferente de uma comunitária.
precariedade da infraestrutura das rádios. Rádio comunitária é voltada para a comunidade
Porque tem um público ouvinte que interage muito na programação local
Questões de investimentos técnicos, dificuldade financeira.
Pode ser bom para a rádio
Para diversificar o conteúdo e conhecer melhor a cultura do país
Isto depende o que seria transmitindo em rede e do horário, pois temos uma programação definida
A possibilidade de ter um alcance maior e para ter a realidade de outras comunidades e e regiões.
Ampliar o alcance da rádio e ampliar o sistema comunitário de comunicação.
E muito importante essas parcerias
Variar a programação e melhorar o conteúdo de informações.
Querem levar conteúdo de utilidade para comunidade.
Acreditamos que existem muitas questões soluções que são comuns, tanto para as comunidades quanto para o funcionamento da rádio.
Intercambiar informações, o tipo de programa que não dão conta de fazer, ex: jornalismo. Aproveitar o conteúdo de qualidade, retratando assuntos da comunidade, de inclusão, com propósito popular.
já fazemos isso com a voz do brasil. E aqui no Acre o governo tem um sistema público de comunicação que são veiculados alguns programas interessantes
Para ter mais contato com as demais rádios.

Tabela referente aos motivos apresentados pelos que têm interesse em transmitir em rede

Por que sim?			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (somente 'sim')	Número absoluto
<i>Em branco</i>	"Não respondeu"	26,3%	19
<i>Enriquecer a programação</i>	"Alternativas para a programação"; "manter a cidade mais informada"; levar conteúdo de utilidade"; "acesso a conteúdo de direitos humanos"; "melhorar programas educativos"	18,1%	13
<i>Interagir/Trocar</i>	"Interagir junto a outras comunidades"	16,7%	12
<i>Fortalecer o mov. de radcoms</i>	"Fortalecer o movimento"; "Fortalecer a rede"; "Fortalecer a comunicação comunitária"; "Ampliar o sistema comunitário de comunicação"	11,1%	8
<i>Integrar a região</i>	"Regionalizar a programação"; "Integrar informativos locais"	8,3%	6
<i>Já transmitimos em rede</i>	"Já fazemos isso com a Voz do Brasil"	5,5%	4
<i>Porque é positivo</i>	"Acho bom"; "Bom para a comunidade"; "Pode ser bom para a rádio"; "Importante parcerias"	5,5%	4
<i>Democratizar a informação</i>	"Melhor disseminação da informação"; "Divulgar bons trabalhos"	5,5%	4
<i>Ampliar a abrangência</i>	"A possibilidade de ter um alcance maior"	4,1%	3

Por que sim?			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (somente 'sim')	Número absoluto
<i>Acesso a brasilidade</i>	"Cultura do país"; "Conhecer novas culturas"	4,1%	3
<i>Apresentou ressalvas</i>	"Depende do assunto"	2,8%	2
<i>Visibilidade local</i>	"Fortalecimento da comunidade"	2,8%	2
<i>Menciona proibição legal</i>	"A lei não permite rede"	2,8%	2
<i>Abrir novos horizontes</i>		1,4%	1
<i>Melhorar faturamento apoio cultural</i>		1,4%	1
<i>Menciona internet ruim</i>		1,4%	1
Total de menções*			84

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado nas categorias organizadas

Gráfico referente aos motivos apresentados pelos que têm interesse em transmitir em rede

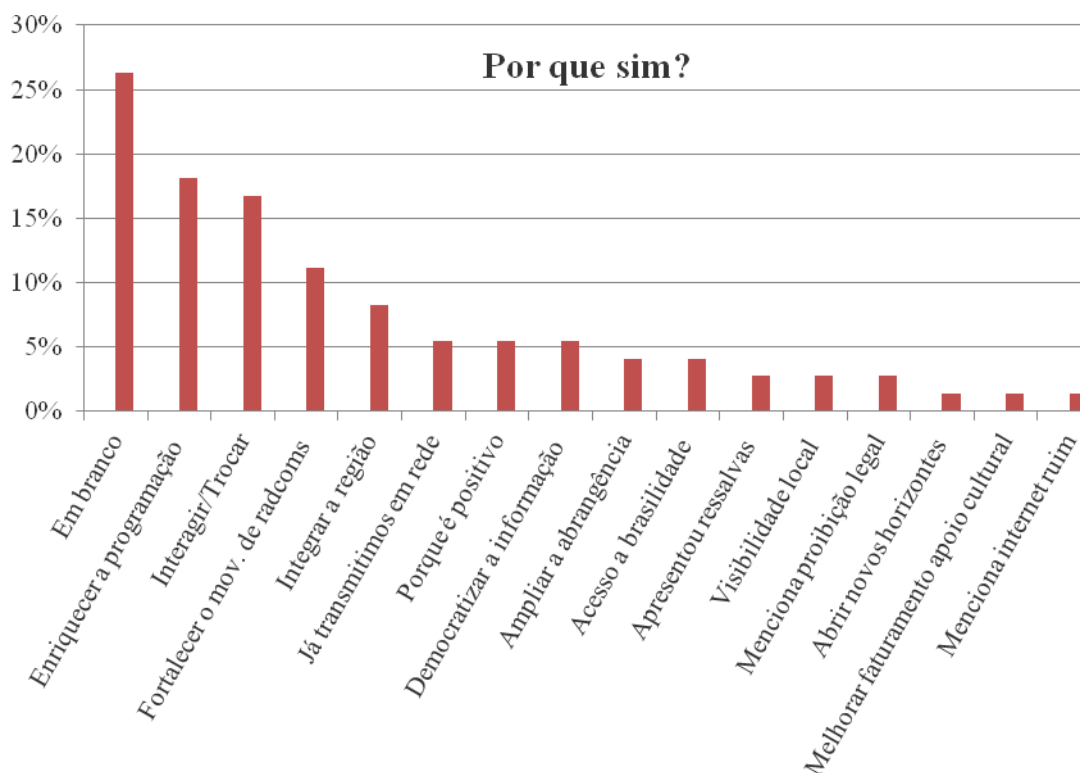


Tabela referente aos motivos apresentados pelos que não têm interesse em transmitir em rede

Por que não?			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (somente 'não')	Número absoluto
<i>Em branco</i>		30,4%	7
<i>Proibição legal</i>	"A lei não permite"; "Só se for amparado por lei"	17,4%	4
<i>Manter regionalismo</i>	"A característica da radcom é o regionalismo"; "Por ter perfil diferente de uma comunitária"	13,0%	3
<i>Infraestrutura precária</i>	"Dificuldade financeira"; "Questões de investimento técnico"	8,7%	2
<i>Dúvidas sobre eficácia</i>	"Tenho dúvidas sobre eficácia e eficiência da transmissão em rede"	4,4%	1
<i>Internet ruim</i>	"Nossa internet é péssima"	4,4%	1
<i>Não interessa</i>		4,4%	1
<i>Manter interação com ouvinte</i>	"Temos um público ouvinte que interage muito na programação"	4,4%	1
<i>Autossuficiência</i>	"Nosso conteúdo já é abrangente. Temos parcerias com colaboradores externos"	4,4%	1
<i>Em reorganização</i>	"Neste momento não temos condições de fazer rede porque estamos reorganizando nossa programação"	4,4%	1
Total de menções*			22

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado nas categorias organizadas

Gráfico referente aos motivos apresentados pelos que não têm interesse em transmitir em rede



Pergunta 3

Tabela referente se a rádio já foi fechada pela Polícia Federal e Anatel

A rádio já foi fechada pela Polícia Federal e pela Anatel?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	35,0%	35
Não	62,0%	62
Não sei	3,0%	3
<i>Responderam à pergunta</i>		100
<i>Pularam a pergunta</i>		0

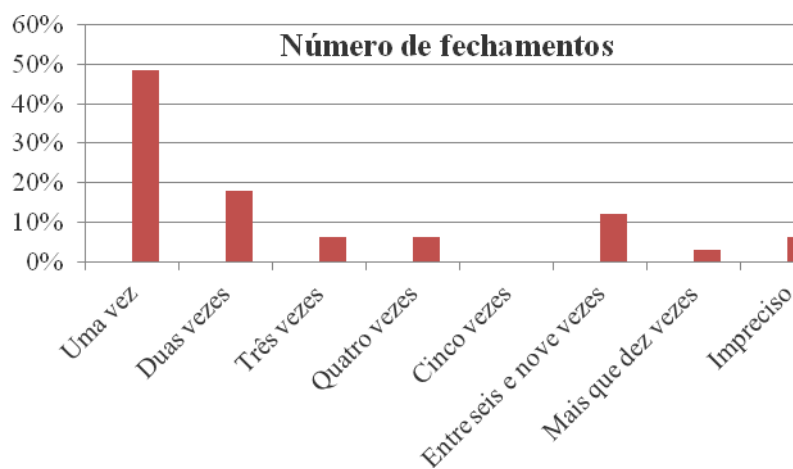
Pergunta 3.1 (cont.)

Tabela referente ao número de vezes que a rádio foi fechada

Se sim, quantas vezes? (respostas abertas)			
Número de vezes	Detalhamento	Porcentagem	Número absoluto
Uma vez		48,5%	16
Duas vezes		18,1%	6
Três vezes		6,1%	2
Quatro vezes		6,1%	2
Cinco vezes		0,0%	0
Entre seis e nove vezes		12,1%	4
Mais que dez vezes		3,0%	1
Impreciso	"Várias vezes"; "Não recordo"	6,1%	2
Total		100,0%	33
<i>Responderam à pergunta*</i>			33
<i>Pularam a pergunta</i>			66

* Das 35, uma deixou em branco. Dentre as 34 que efetivamente responderam, uma escreveu "Não informou", com isso o universo de respondentes considerado passou a ser 33.

Gráfico referente ao número de vezes que a rádio foi fechada



Quadro com todas as respostas referentes ao número de vezes que a rádio foi fechada

Respostas
não informado
A emissora foi fechada por diversas vezes, sendo a primeira ainda antes da lei 9612/98, no ano de 1997. Este fechamento sem mandado judicial e sem qualquer justificativa legal, garantiu a emissora o funcionamento através de mandado de segurança. Este remédio jurídico fez da Rádio Noroeste FM a primeira emissora da região a funcionar sob efeito de liminar, fato que gerou grande repercussão política e finalmente com a criação da regional campinas da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. Posteriormente a liminar foi derrubada junto as instâncias superiores do poder judiciário sob a alegação da Lei 9612/98. Sendo fechada pela polícia federal no ano de 1999, na qual seu representante legal foi absolvido pelo denominado crime de insignificância. No ano de 2001 a emissora volta novamente no ar, funcionamento dentro das instalações da unidade 2 do centro de saúde do bairro, e foi referênciada nos debates do orçamento participativo, elegendo 9 representantes da emissora (num total de 10) para representar a entidade. Foi novamente fechada no final de 2001, tendo seus equipamentos confiscados e seus dirigentes absolvidos do processo judicial. No total a emissora foi fechada 7 vezes, em sua maioria de forma desproporcional aos dispositivos legais.
Foram 8 apreensões e fiquei 11 dias preso, no ano de 2005.
2 vezes
02 vezes antes da outorga
Uma vez (agosto de 2002)
1 vez
6 vezes , antes da outorga
1 vez no inicio
Una vez
Duas vezes, Houve “visita” da Polícia Federal, mas conseguimos tirar os equipamentos antes da chegada.
Apenas uma, quando ainda não estava com outorga.
um vez
so uma quando nao tinha a lei 9612
Quatro vezes
varias vezes quando éramos clandestinos pela Anatel acompanhados de agentes da policia federal
1
6
2
Fechamento foi uma vez, mas sequestra os transmissores pelo menos 3, tentativas foram várias
1, mas várias ameaças
Duas verzes
nao recordo, várias vezes
1 Vez, na segunda que vieram não deixamos
Tres vezes
1 vez
Quatro vezes
Uma vez, anterior ao processo de autorização.
Antes da outorga 3 vezes com 2 lacres e um apreensão de equipamentos
Duas (quando não tinha outorga, janeiro de 2000, março de 2001)
2 vezes
13 vezes
1 x (antes da outorga)
Uma vez - antes da outorga.

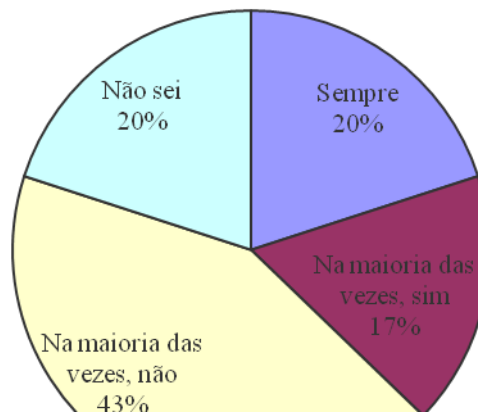
Pergunta 3.2

Tabela referente à existência (ou não) de um mandado de busca e apreensão

Havia um mandado de busca e apreensão de equipamentos?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sempre	20,0%	7
Na maioria das vezes, sim	17,2%	6
Na maioria das vezes, não	42,8%	15
Não sei	20,0%	7
Responderam à pergunta		35
Pularam a pergunta		65

Gráfico referente à existência (ou não) de um mandado de busca e apreensão

Havia um mandado de busca e apreensão de equipamentos?



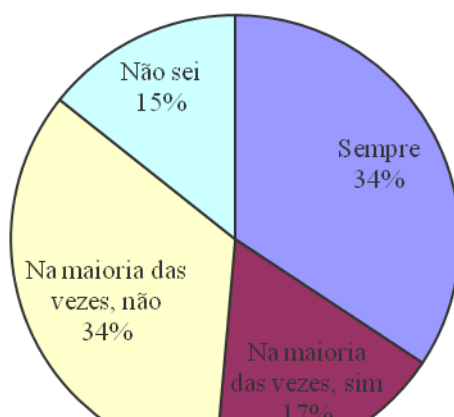
Pergunta 3.3

Tabela referente à presença (ou ausência) de um agente da Polícia Federal e outro da Anatel

Havia um agente da Anatel e outro da Polícia Federal?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sempre	34,3%	12
Na maioria das vezes, sim	17,1%	6
Na maioria das vezes, não	34,3%	12
Não sei	14,3%	5
Se não, quem eram os agentes?		7
	Responderam à pergunta	35
	Pularam a pergunta	65

Gráfico referente à presença (ou ausência) de um agente da Polícia Federal e outro da Anatel

Havia um agente da Anatel e outro da Polícia Federal?



Quadro com todas as respostas explicitando quem eram os agentes que estavam presentes no fechamento

Se não, quem eram os agentes?
Só da anatel
Em todas as operações todas foram feitas pela Polícia federal, sempre pelo mesmo agente (Fernando Valente).
A Polícia Federal
O lacre e arrombamento para levar equipamentos, estava apenas agentes da PF.
algumas vezes vinha somente os agentes da Anatel e outras acompanhados com agentes da PF
Apenas da Anatel
Apenas agentes da Anatel

Pergunta 3.4

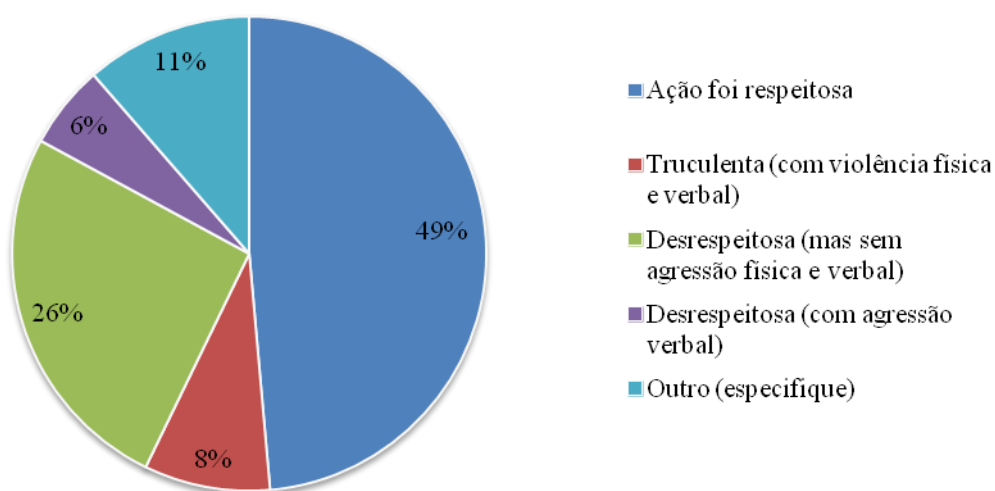
Tabela referente ao modo como se deu o fechamento

Você considera que a ação foi truculenta ou desrespeitosa (violência física ou verbal)?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Ação foi respeitosa	48,6%	17
Truculenta (com violência física e verbal)	8,6%	3
Desrespeitosa (mas sem agressão física e verbal)	25,7%	9
Desrespeitosa (com agressão verbal)	5,7%	2
Outro (especifique)	11,4%	4
Responderam à pergunta		35
Pularam a pergunta		65

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

Gráfico referente ao modo como se deu o fechamento

A ação foi truculenta ou desrespeitosa?



Quadro com todas as respostas especificando o modo como se deu o fechamento

Outro (especifique)
pela anatel no começo era muito truculento, depois com o tempo de tanto vir se tornamos amigos (kkkk) policia Federal totalmente truculenta, tratando como se fossemos bandidos
Eles se identificaram com ficalização federal, dando a entender que erma da Policia federal, depois que ví que era apenas da Anatel
Uma vez com violencia física e verbal, a outra foi respeitos
Não sei

**ANEXO E – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (ORIGEM, MOTIVAÇÃO E PARTICIPAÇÃO)**

Pergunta 4 (cont.)

Tabela referente à data de criação das emissoras

Quando a rádio foi criada? (respostas abertas)			
Quinquênio	Especificação	Porcentagem	Números absolutos
2ª metade da déc. de 1980	(até 31/12/1989)	3,0%	3
1ª metade da déc. de 1990	(até 31/12/1994)	4,0%	4
2ª metade da déc. de 1990	(até 31/12/1999)	33,0%	33
1ª metade da déc. de 2000	(até 31/12/2004)	32,0%	32
2ª metade da déc. de 2000	(até 31/12/2009)	17,0%	17
1ª metade da déc. de 2010	(até 31/12/2014)	8,0%	8
2ª metade da déc. de 2010	(depois de 1/1/2015)	1,0%	1
Imprecisos	"Tem mais de 20 anos"; "Atender melhor a comunidade"	2,0%	2
		Total	100,0%
			100
			0

Quadro com todas as respostas referentes à data de criação da emissora

Respostas
28/11/1998
1997
há 14 anos
8 de março de 2003
8 de março de 2005 a radio fez a primeira transmissão, mas a entidade surgiu em 19 de novembro de 2000
No ano de 1993 no mês de julho dia 23
Em Agosto de 99.
Foi criada em 2011, em meio ao Projeto Mulheres da Paz.
A emissora sempre foi um dos projetos da casa de Cultura Luiz gama, iniciativa autônoma dos moradores da Vila Boa Vista, em sempre construir um veículo de comunicação que tivesse como objetivo fortalecer a luta popular, a defesa da cultura popular e incentivar as manifestações culturais criadas e feitas pela própria comunidade. O sonho deste projeto iniciou-se no ano de 1987, já no auge do movimento de rádios livres, iniciado no ano de 1982 na cidade de Sorocaba. Após o ano de 1992, com a absolvição de Léo Thomaz e da Rádio reversão de são Paulo, a direção da casa de cultura e seus militantes começam a priorizar a construção da emissora.
A rádio foi criada em 2005, incentivada pelo reitor da época, com o objetivo maior de ser um canal de comunicação a mais na Universidade, dando maior transparência à gestão, inclusive com transmissão dos Conselhos Universitários.
Abril de 2011
Na verdade a rá dia possuía uma direção colegiada quando foi fundada em 1999, na Escola Oga Mitá. A mesma foi transferida e o equipamento da rádio guardado. Depois de certo tempo, devido à necessidade e a minha paixão por rádio eu a reergui. Instalei o transmissor e antena, e recomencei a transmitir programas aqui no Borel. Chamava as pessoas e elas montavam seus programas, e os exibia.
Foi criada no ano de 2000, quando meu pai presidia a Associação de Moradores, e a época tínhamos

dificuldade para divulgar os projetos da entidade, convidar para as reuniões, eventos e etc, pois outros meios de comunicação não dava espaço e quando dava não atingia nossos objetivos.
1998
Foi criada no ano de 1999
Julho de 2013
Em maio de 2001
2005 via web e transmitida pelo link das radios livres ligada a unicamp
A Bicuda FM foi criada, em 1995, a partir da mobilização da sociedade civil pela falta de água na região da Vila da Penha, onde surgiu o movimento.
5 de fevereiro de 1997
2003
1992
1998
2004
Juridicamente no final de 2011.
2004
em 1998
2012 (mas antes já tinham rádio poste em 2005/2006, dentro do Núcleo de Comunicação Comunitária e Popular)
Por volta de 2005
Em 1998
05 de janeiro de 1998.
10 de abril de 2001
no final de ano de 2013
1998
2004
Maio de 1987
em 21 12 1995
Em 19-05-1998, a Salomé; a Ongue em 19-05-1993
A rádio foi criada dia 28 de novembro de 2005
1998
No mesmo ano da criação da lei 9.612, ano de 1998
2006
A Associação da radio Com. De Vitoria do Jari-AP, foi criada em 1989
A Associação foi criada em 2002
02 de Abril de 2002
acho que em 2001
2008
29/09/1998
12/01/2000
2004
23 de fevereiro de 2003/4
1999
1998
Tem mais de 20 anos, nunca se fez uma documentação de quando foi criada. A história foi transmitida de forma oral ou escrita/sem rigor.
1999
1992, como poste
2008
19/11/1998
Ano de 2000 !
2009, primeira transmissão em agosto de 2010
27 de outubro de 2006.
04/06/1996

1995
1998
em 2005
Em 2004
Foi criada e Agosto de 2005
criada em 2004
21 de Abril de 2006
2001
2002
Ela tem 12 anos de existência
13/02/2009
ano de 2000
Em 20 de junho 2000
22 de março 2003
2002
Em 1990.
2015
Foi criada em 9 de maio de 2007
A Unidavi FM entrou no ar em caráter experimental no dia 16 de fevereiro de 2004 e em definitivo no dia 06 de abril de 2004, na cidade de Rio do Sul/SC.
Processo em 1998. No ar em 2003.
A associação mantenedora da rádio foi criada em maio de 2001 e a rádio entrou no ar somente no momento que teve liberada a sua outorga, entrando no ar em caráter experimental no dia 08.08.2008 e foi oficialmente inaugurada no dia 19.08.2008.
O movimento começou em 1999.
Em 23 de agosto de 2003, por um grupo de 23 pessoas
02/07/2010, no Diário Oficial
Em 1998, quando foi constituída a diretoria.
1998
1996
1996
03/01/2007
2006 oficialmente
Foi autorizada em 2002.
1995 (mas a data oficial do estatuto é 3/03/1996)
Em 2008
atender melhor a comunidade
2000, depois foi fechada e voltaram em 2002 (outorga em 2004)
Há 14 anos
2013
Associação foi fundada em 1999 e a rádio entrou no ar um ano depois.

Pergunta 5 (cont.)

Tabela referente à articulação que originou as emissoras

A articulação inicial que originou a emissora partiu de um/a:		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem (do total de rádios pesquisadas)	Números absolutos
Movimento social	36%	36
Associação de Moradores	32%	32
Movimento Cultural	23%	23
Iniciativa individual	17%	17
Igreja	14%	14
Partido político	1%	1
Outro (qual?)	15%	15*
	Responderam à pergunta	100
	Pularam a pergunta	0

*Inicialmente 16, uma das respostas em “outros” indicava “Igreja c/ vistas a atividades culturais”. Com isso, acrescentamos uma incidência em “igreja” e reduzimos 1 na categoria “outros”.

Quadro com todas as respostas referentes a outras iniciativas originadoras

Outro (qual?)
Um programa de rádio Espaço da mulheres da Eliane
Pascom igreja com vistas a atividades culturais.
rádios livres universitárias
Necessidade de levar informação e conhecimento à comunidade.
Controle social
Movimento estudantil que buscava garantir moradia e a permanência estudantil.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Coletivo
Confluência de movimentos: rádios livres, punks, pessoas de radcom, tinha universidade, skatistas, rockeiros, Instituto Mamirauá.
Por iniciativa de 03 amigos que queriam se comunicar...
Movimento Socioambiental em Prol da Despoluição do Rio Macacu e Implantação da Coleta Seletiva no Município.
Pedido de professores e alunos do curso de Jornalismo da Unifra
Reitoria da Unidavi
foi reunido todas as entidades do município.
Sindicato

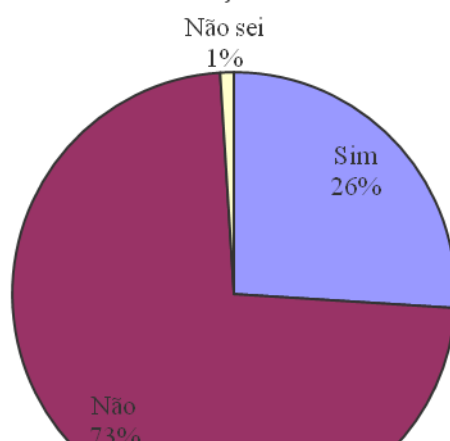
Pergunta 6

Tabela referente à candidatura de dirigentes nas últimas eleições

Algum/a dirigente ou locutor/a da rádio se candidatou nas últimas eleições?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	26,0%	26
Não	73,0%	73
Não sei	1,0%	1
<i>Responderam à pergunta</i>		100
<i>Pularam a pergunta</i>		0

Gráfico referente à candidatura de dirigentes nas últimas eleições

Algum/a dirigente ou locutor/a da rádio se candidatou nas últimas eleições?



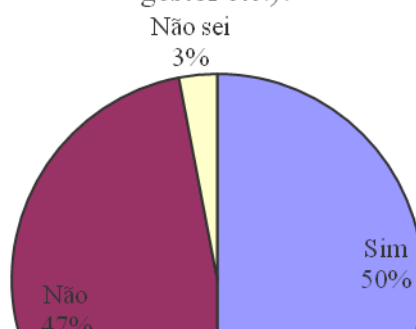
Pergunta 7

Tabela referente à participação em instâncias públicas municipais

Algum membro da diretoria da rádio participa de alguma instância pública de participação em âmbito municipal (conselhos, comitê gestor etc.)?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	50,0%	50
Não	47,0%	47
Não sei	3,0%	3
<i>Responderam à pergunta</i>		100
<i>Pularam a pergunta</i>		0

Gráfico referente à participação em instâncias públicas municipais

Algum membro da diretoria da rádio participa de alguma instância pública de participação em âmbito municipal (conselhos, comitê gestor etc.)?



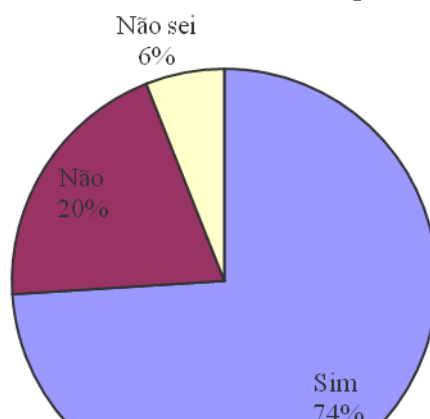
Pergunta 8 (cont.)

Tabela referente à participação em movimentos sociais

Algum membro da diretoria da rádio participa de algum movimento social (ambiental, indígena, mulheres, ONG, movimento comunitário, CEBs, pastorais..)?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	74,0%	74
Não	20,0%	20
Não sei	6,0%	6
	Se sim, qual?	57
	Responderam à pergunta	100
	Pularam a pergunta	0

Gráfico referente à participação em movimentos sociais

Algum membro da diretoria da rádio participa de algum movimento social (ambiental, indígena, mulheres, ONG, movimento comunitário, CEBs, pastorais..)?



Quadro com todas as respostas explicitando quais movimentos sociais

Se sim, qual?
A rádio está dentro de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, portanto, todos/os comunicadoras e comunicadores são militantes do MST
pascom
Economia Solidária - grupo de economia solidária do Dendê
Associação de Moradores, projetos culturais.
Movimento Feminista e de Igualdade Racial.
Movimento Nacional de Rádios Comunitárias e movimento nacional de Direitos Humanos.
Conselho de Cultura, Conselho de Meio Ambiente
Igreja e Rede social

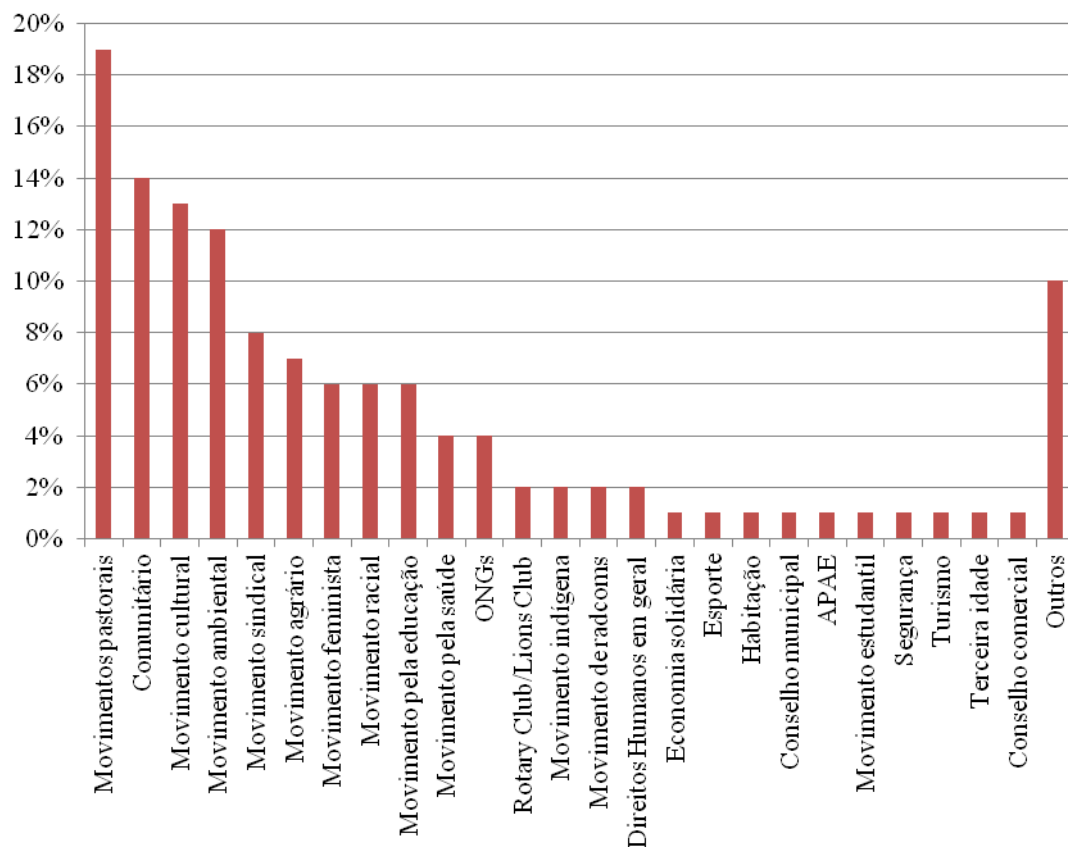
Abraço as árvores - SOS Praça Getúlio Vargas, Tecle Mulher, Movimento negro Issum Oke
Meio ambiente, saúde, ONG
Ambiental, movimento comunitário e ONG.
Sindicatos. CEBs, movimento CPT
Conselho da saúde pela igreja católica , mais na Radio não participa de nem um conselho
Abraço e Pastoral da Juventude
Movimento comunitário
Somos um movimento social
Movimento negro, movimento cultural, sindical e e comunitário
Associações comunitárias
Movimento comunitário e associações comunitárias.
ambiental-hip hop-pastorais
Ratary Club, Pastoral da Infancia,Pastoral do Idoso
comi ter de bacia ideográfica cmdrs
ambiental, mulheres, ong, associação comunitária etc.
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
movimento pastoral
Conselho de educação
Associação de Moradores, Sindicatos, Conselhos Municipais etc.
Associação de pais e amigos dos excepcionais – APAE de Vitória do Jari
Movimentos Comunitários, CEBs, Pastorais.
eventos culturais e agriculturas em geral
o presidente da Rádio já foi vice-prefeito
Mulheres, Negro, Educação Popular
Movimento quilombola, CEBs, CPT, movimento dos pequenos agricultores rurais
Resposta à 26: conselho da saúde, habitação etc
Movimento pastoral, sindicato dos servidores públicos, liga de futebol.
Parte do movimento indígena (educação bilíngue e cultural)
Movimento indígena, mov estudantes, agroextrativistas.
Conselho Municipal do Meio Ambiente
Conselho do Meio Ambiente, Conselho do Parque Estadual Três Pico, Conselho da Apa do Macacu, Conselho Comunitário de Segurança, Forum da Agenda 21, Conselho de Educação e Conselho de Turismo
Associação da Terceira idade
Movimento Comunitário
Pastoral
(Pastoral da Criança), (Organização de Mulheres) (Sindicato dos Professores) (Comitê Rio Maria-Direitos Humanos), (Associações de Moradores)
Conselhos Comunitários, Associação de Moradores, Comercial.
Conselho do direito da Mulher municipal
CEBS
Movimento Tradicionalista Gaúcho – Rotary – Pastorais – Clubes Sociais e de Serviços
Participação de diversos movimentos culturais. Rotary, Lions, Clube da Poesia, Centro de Cultura e demais ações socioculturais, ambientais e educacionais.
Sindicato dos trabalhadores rurais e igreja.
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Igrejas
MST
Associação Dona Maria Isabel (pessoas carentes), Quilombolas etc
Ponto de Cultura Flor da Areia, Casa da Cultura do Litoral, Ponto de Memória Boizinho da Praia
Patoral da Terra, de Saúde, Movimento cultural de Goiás, Sindicato dos Professores, de trab. rurais.
Ong
associações comunitárias, sindicatos, associações culturais e outras
Movimento sindical rural, movimento sindical de profissionais de educação

Tabela referente à explicitação dos movimentos sociais

Quais movimentos sociais?			
categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (total de rádios)	Números absolutos
<i>Movimentos pastorais</i>	"CEB"; "Igreja"; "CPT"; "Pastoral da Juventude"; "Pastoral da Infância"; "Pastoral do Idoso"	19%	19
<i>Comunitário</i>	"Associação de moradores"; "Movimento comunitário"	14%	14
<i>Movimento cultural</i>	"Ponto de cultura"; "Hip-hop"; "Clube da poesia"	13%	13
<i>Movimento ambiental</i>		12%	12
<i>Movimento sindical</i>		8%	8
<i>Movimento agrário</i>	"MST"; "Movimento de pequenos agricultores rurais"; "Agroextrativistas"; "A rádio está dentro de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, portanto, todos/os comunicadoras e comunicadores são militantes do MST"	7%	7
<i>Movimento feminista</i>	"Movimento de mulheres"	6%	6
<i>Movimento racial</i>	"Movimento pela igualdade racial"; "Movimento quilombola"	6%	6
<i>Movimento pela educação</i>	"Conselho de educação"; "Educação popular"	6%	6
<i>Movimento pela saúde</i>		4%	4
<i>ONGs</i>		4%	4
<i>Rotary Club/Lions Club</i>		2%	2
<i>Movimento indígena</i>		2%	2
<i>Movimento de radcoms</i>	"Abraço"	2%	2
<i>Direitos Humanos em geral</i>		2%	2
<i>Economia solidária</i>		1%	1
<i>Esporte</i>		1%	1
<i>Habitação</i>		1%	1
<i>Conselho municipal</i>		1%	1
<i>APAE</i>		1%	1
<i>Movimento estudantil</i>		1%	1
<i>Segurança</i>		1%	1
<i>Turismo</i>		1%	1
<i>Terceira idade</i>		1%	1
<i>Conselho comercial</i>		1%	1
<i>Outros</i>	"Rede social"; "Somos um movimento social"; "CMDRS"; "O presidente da rádio já foi vice-prefeito"; "Conselho da Apa do Macacu"; "Forum da Agenda 21"; "Mov. Tradicionalista gaúcho"; "Clubes sociais e de serviço"; "Assoc. D. Maria Isabel (pessoas carentes)"; "Pascom"	10%	10
<i>Total</i>			127

Gráfico referente à explicitação dos movimentos sociais

Quais movimentos sociais?



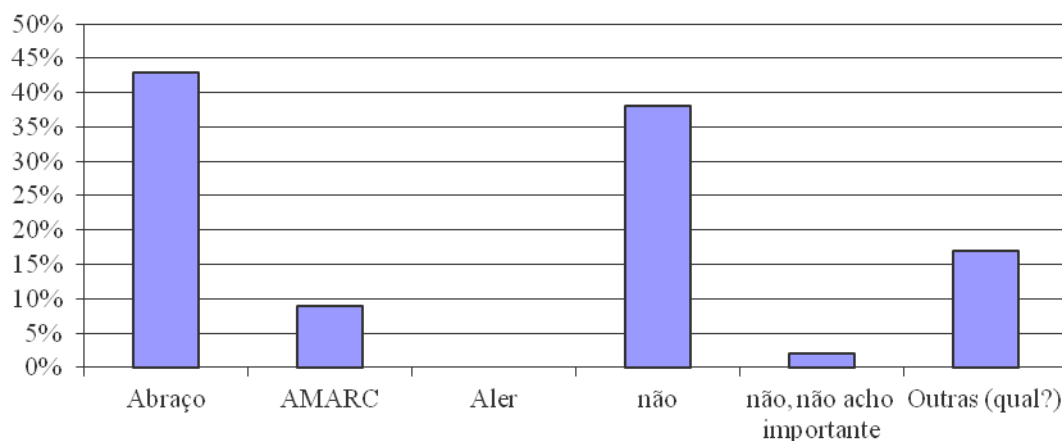
Pergunta 9 (cont.)

Tabela referente à associação a entidades do movimento de rádios comunitárias

A rádio é associada a alguma entidade do movimento de rádios comunitárias?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Número absoluto
Abraço	43,0%	43
AMARC	9,0%	9
Aler	0,0%	0
não	38,0%	38
não, não acho importante	2,0%	2
Outras (qual?)	17,0%	17
	<i>Responderam à pergunta</i>	100
	<i>Pularam a pergunta</i>	0

Gráfico referente à associação a entidades do movimento de rádios comunitárias

A rádio é associada a alguma entidade do movimento de rádios comunitárias?



Quadro com todas as respostas explicitando quais movimentos sociais

Outras (qual?)
APRACO (Locutores) e ARCOBA
ARCORJ
A entidade foi fundadora da Abraço (associação Brasileira de Rádios Comunitárias), rompeu com a mesma no ano de 2012, é fundadora do Movimento Nacional de Rádios Comunitárias e um dos seus dirigentes integra a Coordenação nacional e a Frente de Rádio digital do MNRC, mas no momento encontra-se licenciado.
ARCORJ
Abraço (Ass. de Rádios Comunitárias) sou presidente da comissão de ética e participo da MNRC (Movimento Nacional das Rádios Comunitárias), movimento que surgiu no estado de São Paulo.
ARCO

ARCO (RJ) /FBOMS
Está em andamento
Em 2016 vamos nos associar, é importante. Ainda não escolhemos.
arcoba
Era no Sindarc mas acabou, tínhamos interesse na Abraço pois tem aqui no Estado
não lembro o nome
em negociação com a Abraço
ACAERT)
não respondeu
Radiotube
radcom

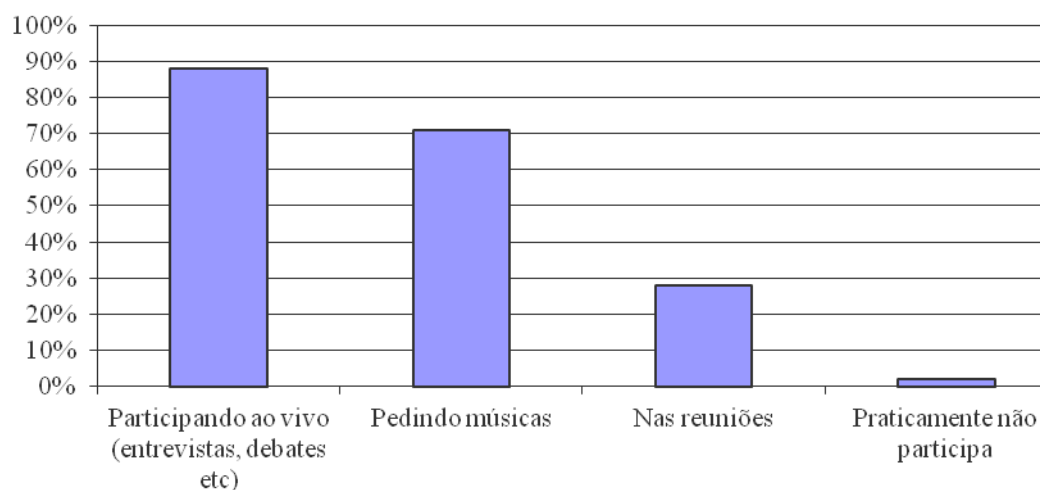
Pergunta 10

Tabela referente às formas de participação da comunidade na rádio

Quais as principais formas de participação da comunidade na rádio?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Números absolutos
Participando ao vivo (entrevistas, debates etc)	88%	88
Pedindo músicas	71%	71
Nas reuniões	28%	28
Praticamente não participa	2%	2
<i>Responderam à pergunta</i>		100
<i>Pularam a pergunta</i>		0

Gráfico referente às formas de participação da comunidade na rádio

Quais as principais formas de participação da comunidade na rádio?



Pergunta 11 (cont.)

Tabela referente ao processo decisório

Como as decisões sobre a rádio (programação, recursos, pessoal) são tomadas? (Respostas abertas)				
Categorias (exclusivas)	Composição	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
<i>Apoio cultural</i>	Externa	"Opiniões e apoios culturais"; "Através dos apoios culturais"	3%	3
<i>Decisão individual (ou major/te indiv.)</i>		"Quem decide é o Jair, através de pesquisas que algumas universidades fizeram"; "por mim mesmo, após consulta aos membros"; "curadoria pessoal do editor"; "pelo presidente, depois de ouvido o Conselho"; "pelo presidente da associação")	5%	5
<i>Equipe decisória interna da rádio</i>	Coordenação (não menciona Comunicadores, Conselho ou Ouvintes)	"Pela diretoria"; "Pela diretoria, após ouvir a comunidade"	16%	16
<i>Conselho</i>	Conselho (não menciona Coordenação, Comunicadores ou Ouvintes)		5%	5
<i>Equipe interna da rádio</i>	Coordenação + Comunicadores (não menciona Conselho ou Ouvintes)		2%	2
<i>Equipe decisória interna da rádio com conselho</i>	Coordenação + Conselho (não menciona Comunicadores ou Ouvintes)		10%	10
<i>Equipe interna da rádio com conselho</i>	Coordenação + Comunicadores + Conselho (não menciona Ouvintes)	"Há um coletivo da rádio formado pelos/as comunicadores/as, membros da associação e da direção do MST. Este coletivo se reúne e toma as decisões e encaminhamentos"	6%	6
<i>Equipe interna da rádio com ouvintes</i>	Coordenação + Comunicadores + Ouvintes (não menciona Conselho)		1%	1
<i>Coletivo</i>	Coletivo (sem especificar os níveis)	"Em reuniões de pauta com a maioria dos participantes"; "em conjunto"; "em colegiado"; "em coletivo"; "de forma conjunta"; "com reunião"; "através de reuniões"; "em conjunto"; "reuniões da associação"; "coletivamente"; "apresentação da opinião de cada participante"	25%	25

Como as decisões sobre a rádio (programação, recursos, pessoal) são tomadas? (Respostas abertas)				
Categorias (exclusivas)	Composição	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
<i>Equipe ampliada da rádio com ouvintes</i>	Direção + Comunicadores + Conselho + Ouvintes	"Em reuniões da assembleia geral"	18%	18
<i>Pesquisa junto aos ouvintes</i>		"Conforme a comunidade exige"	1%	1
<i>Reunião sem votação, por consenso</i>	Todos/as participam		2%	2
<i>Variável</i>		"Com base nas necessidades e realidades do momento"; "sistema orgânico, nem horizontal nem vertical"; "sem reuniões formais, sem regularidade, quando as decisões são mais complicadas, consultam para além da rádio (mov. sociais)"	3%	3
<i>Outros</i>		"Isolada"; "observando tendências de formações sociais"; "não sei"	3%	3
	Total		100%	100
		Responderam à pergunta		100
		Pularam a pergunta		0

Quadro com todas as respostas explicitando o processo decisório

Respostas
Há um coletivo da rádio formado pelos/as comunicadores/as, membros da associação e da direção do MST. Este coletivo se reúne e toma as decisões e encaminhamentos
reuniões
Pelos membros e associados
Em conjunto, tanto coordenação, quanto produção e conselho comunitário participam.
Pela diretoria, comunicadores da entidade e ouvintes
Através de reunião dos membros que fazem a radio
Quem decide é o Jair, através de pesquisas que algumas universidades fizeram
Em reuniões de pauta com a maioria das participantes.
Tudo em reuniões e assembléias com os sócios da entidade, entidades do Conselho Comunitário e o Coletivo de programação. Em nossa emissora o ouvinte não é passivo (apenas pede música). Ele participa na construção do formato da programação, nas reuniões e assembléias e também das decisões. No dia 20 de novembro a emissora comemora 2 anos no ar, e neste dia realizaremos um vento com os ouvintes, não será uma festa, será um momento dos ouvintes se conhecerem, tomarem posse da emissora e mais do que isso construir relações solidárias entre eles. Cada programa foi pensado coletivamente na comunidade. A partir do momento em que um ouvinte se torna ativo, ele é convidado a fazer parte do coletivo de programação. Atualmente o coletivo de programação conta com aproximadamente 40 pessoas.
Através de reuniões da coordenação e direção com a equipe
Reuniões da Diretoria e Reuniões com Conselho Comunitário
Por mim mesmo, após consulta aos membros
Sempre ouvindo a comunidade, nas reuniões e assembleias.
Uma nova diretoria assumiu tem 1 mês e as decisões são tomadas em conjunto.
Conselho de comunicação formado por 5 membros representantes de outras associações.
(com base nas necessidades e realidades do momento)
Em reunião de diretoria e reuniões internas com os diversos seguimentos
Curadoria pessoal do editor
A concepção da grade de programação foi construída coletivamente. Depois de estruturada a programação, novos programas e participações passam pela avaliação do coordenador da rádio e da diretoria.
Assembleias, reunião quinzenal da diretoria, bimestral do conselho de programação, reunião mensal da associação
Isolada
Em reuniões da assembléia geral
Em colegiado
em coletivo
Conselho Comunitário
De forma conjunta (Os moradores apoiam os eventos)
em reuniões com sócios colaboradores
Procura tomar decisões no coletivo, mas algumas decisões são imediatas. Por conta do prazo, muitas decisões acabam sendo tomadas na coordenação, para não ficarem engessadas. Descreve como um sistema 'orgânico', nem horizontal, nem vertical. Tem que ter uma coordenação pela complexidade.
Reuniões da Sociedade Cultural Posse Nova República, a ONG que responde pela iniciativa.
Em reuniões da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho comunitário de Comunicação
Pela a Assembleia e Conselho Comunitário
Pelo Presidente, depois de ouvido o Conselho.
com reunião
reuniao coordenação
Através das reuniões
Em assembleias
assembleia com a diretoria
De regra, nas reuniões mensais
Em conjunto.
reuniões da associação

As decisões são tomadas em assembleia. Temos reunião mensal com a diretoria, formada basicamente pelos próprios comunicadores. E quando necessário, nos reunimos de forma extraordinária.
Em reuniões de diretoria e conselho de programação.
as decisões sobre as programações são feita pela diretoria mediante aprovada pelo conselho comunitário, quanto recursos e decisões de outra gênero e feito pela diretoria ou ate mesmo em Assembleia Geral caso seja necessário
Em reuniões
pelo presidente da associação
Os ouvintes nos dão muitas informações e a diretoria conversa sobre novas propostas de programas e participação da comunidade.
Coletivamente
de forma coletiva
Pela diretoria
Nas reuniões
Não sei
reuniao
São tomadas em reunião na segunda, 20h, reunião da rádio, decisão em conjunta, sem votação, por consenso. Através de reuniões, algumas decisões que são pequenas a direção resolve, quando é uma decisão maior decide-se em assembleia.
Tomada através das reuniões mensais
Conjunto, nas reuniões mensais. Pauta: informe, ponto livre, prestação de contas.
em assembleias gerais e reuniões diretórias
Pelo Conselho Comunitário.
Em reunião coletiva; elabora a pauta, objetivos. Tem a moçada que curte fazer rádio e outros que curtem oficina. Reunião toda semana, ou quarta ou sexta, ou de acordo com a disponibilidade de tempo.
É uma estrutura muito informal, muito na fofoca. No começo a gente seguia a linha de reunião por coletivo e decisão por consenso. Até hoje tem encontros, mas antigamente fazia reuniões de coletivo, hoje são reuniões de aprendizagem mutua.
Através de reuniões internas e do Conselho Comunitário de Programação
Observando tendencias de informações sociais
através de reuniões do conselho comunitário
Em assembleia realizada pelo conselho comunitário e pela diretoria da Associação Cultural dos Amigos de Mandaguacu
Através de reuniões da Diretoria, conselho comunitário, membros e ouvintes através da participação ao vivo.
Conversando com a diretoria
Pela Diretoria
Com os membros da diretoria
Reuniões de diretoria e conselho.
Conforme a comunidade exige
Opiniões e apoios culturais.
1ª assembleia geral, 2ª conselho de programação, 3ª diretoria, as três instâncias em conjunto
Reuniões com a diretoria.
com a direção de programação
Atraves de apoio cultural de nossos parceiros do comercio local
pela Diretoria
coletivamente
Apresentação de opinião de cada participante
Reuniões
Decisões contam com a participação de professores dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, bem como o aval das coordenações dos dois cursos.
Através de reuniões do grupo diretor e conselho de programação.
São 4 pessoas comandando a rádio e tomam as decisões.
Reuniões de Diretoria e Conselhos da Rádio
As decisões são tomadas com a participação de todos os voluntários em reuniões periódicas. Sempre acontece, uma avaliação constante das ações realizadas pela emissora junto à comunidade. Procuramos manter o máximo nível de credibilidade. Somos a emissora referência da Feira do Livro de Torres entre

outros eventos até mesmo a nível nacional. Ex: O festival Internacional do Balonismo realizado em Torres há 27 anos.
Os assuntos mais corriqueiros são tratados com a direção, os mais relevantes decididos em assembleia.
Reuniões, participação da diretoria e conselho comunitário
Atraves de reunião da diretoria
Através de Assembleias
A partir de reuniões do conselho/coordenação da rádio.
As decisões normalmente são tomadas pelo grupo, mas sem reuniões informais, sem regularidade. Quando são decisões mais complicadas, consultam pra além da rádio (mov. sociais).
Pela diretoria
Reunião com a diretoria e o conselho gestor
Pela diretoria, após ouvir a comunidade.
Pela diretoria, escutando a comunidade sobre suas reclamações
Toda a grade de programação é construída pelo coletivo de pessoas que participam do funcionamento da rádio
apoio cultural
Pela direção, associação e pelo conselho comunitário
Por Conselho Comunitário
reunião da direção com os radialistas e do conselho comunitário.
Reuniões com direção e associados

**ANEXO F – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (PROGRAMAÇÃO)**

Pergunta 12 (cont.)

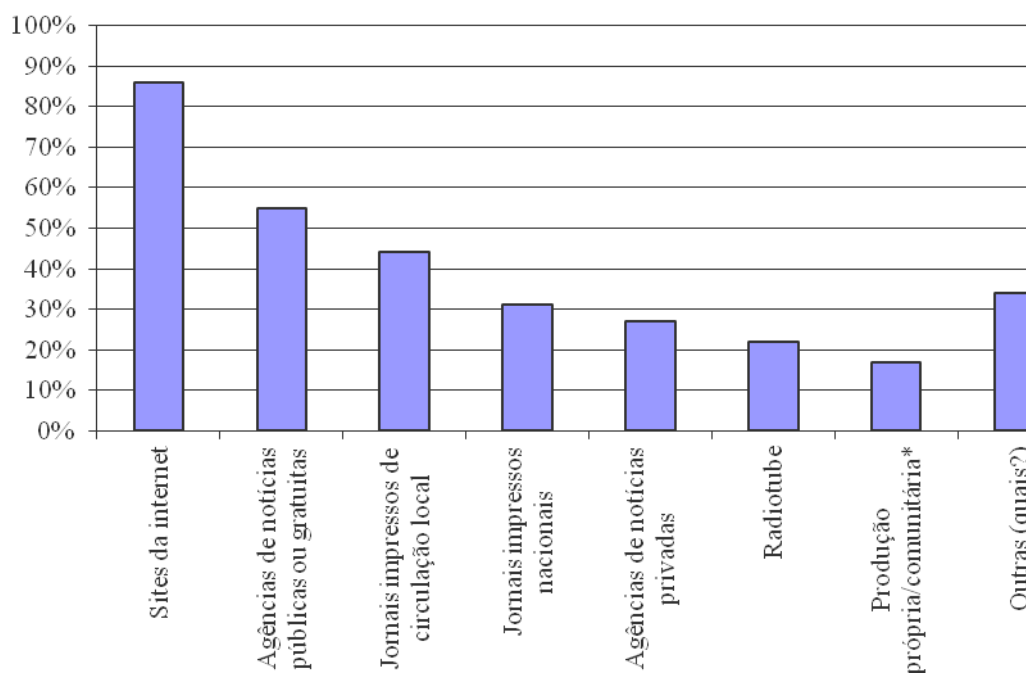
Tabela referente a fontes de informação jornalística

Quais são as principais fontes de informação jornalística?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Números absolutos
Sites da internet	86,0%	86
Agências de notícias públicas ou gratuitas	55,0%	55
Jornais impressos de circulação local	44,0%	44
Jornais impressos nacionais	31,0%	31
Agências de notícias privadas	27,0%	27
Radiotube	22,0%	22
<i>Produção própria/comunitária*</i>	17,0%	17
Outras (quais?)	34,0%	34
	Responderam à pergunta	100
	Pularam a pergunta	0

* Categoria criada posteriormente, a partir das respostas em "Outras"

Gráfico referente à fontes de informação jornalística

Quais são as principais fontes de informação jornalística?



Quadro com todas as respostas referentes à outras fontes de informação jornalística

Outras (quais?)
Páginas de movimentos sociais
equipe própria
? Conselhos municipais, estaduais e nacionais, reuniões dos movimentos sociais
releases
Ong: Rio Como Vamos
Governo federal, TV Câmara e Senado, DPU Sebrae
Não tem noticiário
Eventos da comunidade (Culturais, esportivos, políticos, sociais, etc)
Fonte própria de produção jornalística
Fonte própria
Priorização da notícia local, onde as demandas são buscadas pessoalmente ou através dos blogs e por telefone.
Rádio peão... Informações da própria comunidade.
blogs
Agência Notícias do Planalto Agência Brasil de Fato
Corpo a corpo nos eventos da comunidade
as notícias de cunho regional e pegadas de sites de jornais de circulação estadual, ex: G1-Amazonas, Diário do Amazonas, Jornal O Dia, 11º Batalhão da Polícia Militar, Blog do Bolero Neto, as nacionais e feita pelo G1 Nacional, Agência de Notícias etc...)
programas de notícias ao vivo
parcerias radioweb
Diário Liberdade (da Galícia); Jornal Nova Democracia; Mídia Ninja; CMI.
produções locais
Pouca reportagem local, esporádicas
Produção própria, também fazem impresso, informativo Voz da Ilha
Cultura oral, cada entrevistado traz a sua experiência de militância. Sites da internet são da mídia das livres.
Agência Nacional de Notícias
A maioria das notícias são locais, em sua maioria avisos de sindicatos, escolas, conselho tutelar, e de diversas secretarias da prefeitura assistência social, saúde, agricultura etc
Mista, de tudo um pouco.
Site da instituição Unifra
Entrevistas e Debates
Reporter
A própria comunidade.
Jornal impresso do estado
Notícias enviadas pelas pessoas, coletivos e instituições das comunidades
Jornalismo da Abração, Redes Sociais, Sites dos movimentos sociais
Jornais de outras rádios nacionais

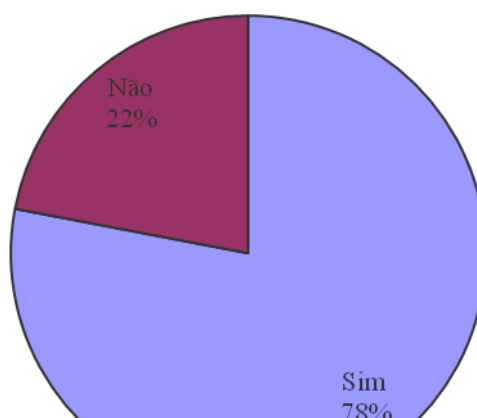
Pergunta 13

Tabela referente à veiculação de programas religiosos

A rádio veicula programas religiosos?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	78,0%	78
Não	22,0%	22
	<i>Responderam à pergunta</i>	100
	<i>Pularam a pergunta</i>	0

Gráfico referente à veiculação de programas religiosos

A rádio veicula programas religiosos?



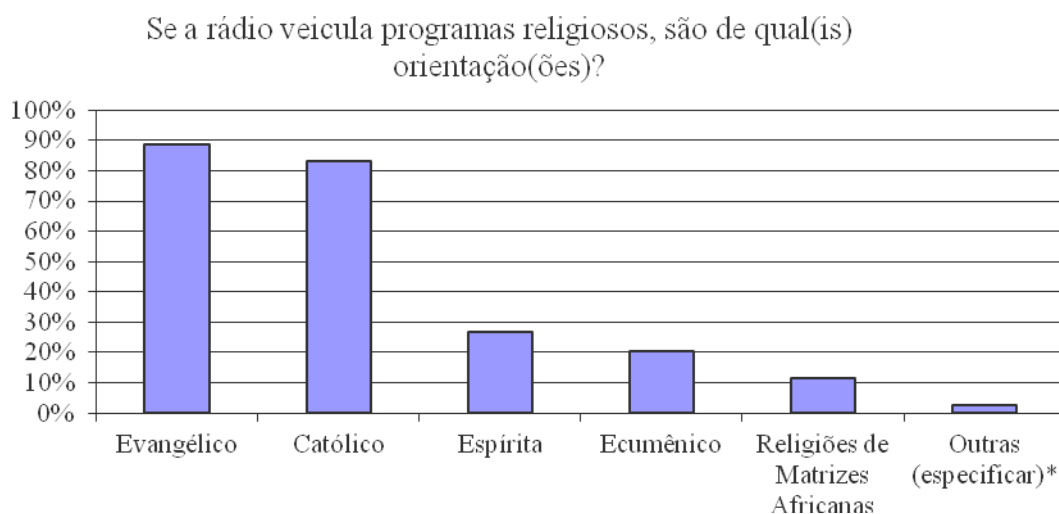
Pergunta 13.1

Tabela referente às religiões presentes na programação

Se a rádio veicula programas religiosos, são de qual(is) orientação(ões)?			
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem (do total de rádios que emitem programas religiosos)	Porcentagem (do total de rádios pesquisadas)	Números absolutos
Evangélico	88,5%	69,0%	69
Católico	83,3%	65,0%	65
Espírita	26,9%	21,0%	21
Ecumênico	20,5%	16,0%	16
Religiões de Matrizes Africanas	11,5%	9,0%	9
Outras (especificar)*	2,5%	2,0%	2
		Responderam à pergunta	78
		Pularam a pergunta	22

* Muitas respondentes utilizaram "Outras" para fazer comentários.

Gráfico referente às religiões presentes na programação



Quadro com todas as respostas referentes a outras religiões presentes na programação

Outras (especificar)
Místico, Auto Ajuda, Trigueirinho
Tem todas as religiões
Seicho Noie
Luterano
todas
Não teve procura de outras igrejas

**ANEXO G – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (EQUIPE E VINCULAÇÃO)**

Pergunta 14

Tabela referente à principal forma de remuneração da equipe

No geral, a equipe da rádio é composta em sua maioria por:		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Pessoal remunerado (com carteira assinada)	5,0%	5
Pessoal remunerado (sem carteira assinada)	8,0%	8
Voluntários	63,0%	63
Ajuda de custo	22,0%	22
Não respondeu	2,0%	2
	<i>Responderam à pergunta</i>	98
	<i>Pularam a pergunta</i>	2

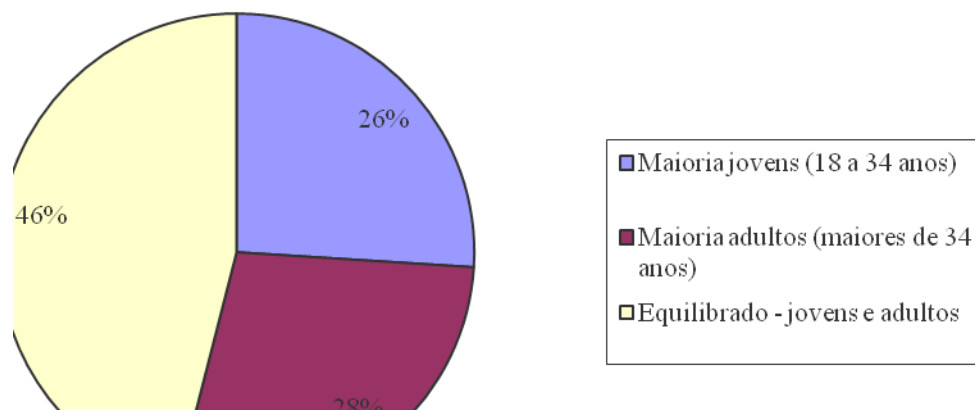
Pergunta 15

Tabela referente à faixa etária majoritária da equipe

Qual a faixa etária majoritária da equipe?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Maioria jovens (18 a 34 anos)	26,0%	26
Maioria adultos (maiores de 34 anos)	28,0%	28
Equilibrado - jovens e adultos	46,0%	46
	<i>Responderam à pergunta</i>	100
	<i>Pularam a pergunta</i>	0

Gráfico referente à faixa etária majoritária da equipe

Qual a faixa etária majoritária da equipe?



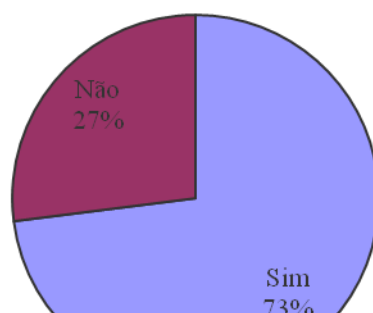
Pergunta 16 (cont.)

Tabela referente à dificuldade (ou facilidade) em atrair novos participantes

Vocês sentem dificuldade para atrair novos colaboradores/comunicadores para a rádio?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	73,0%	73
Não	27,0%	27
A que você atribui tal facilidade ou dificuldade?		85
<i>Responderam à pergunta</i>		100
<i>Pularam a pergunta</i>		0

Gráfico referente à dificuldade (ou facilidade) em atrair novos participantes

Vocês sentem dificuldade para atrair novos colaboradores/comunicadores para a rádio?



Quadro com todas as respostas referentes aos motivos para dificuldade (ou facilidade) em atrair novos participantes

A que você atribui tal facilidade ou dificuldade?

A principal dificuldade é estrutural, tanto em relação às finanças quanto à logística. A rádio está localizada numa área da cooperativa regional e fica distante das agrovilas (onde vivem as famílias), então isso dificulta o deslocamento das pessoas para vir até a rádio periodicamente. Além disso, tem a questão financeira. Como aqui as pessoas vivem e trabalham no campo, é do trabalho agrícola que tiram seu sustento. Então, para se dedicarem à rádio, seria necessário tirar um tempo desse trabalho no campo, e como a rádio não tem como bancar ajudas de custo para todas as pessoas que querem contribuir, fica muito difícil elas se disponibilizarem

apoios financeiros para manter a radio

Falta de verba

20, maioria na produção e direção

Disponibilidade para participar em horário e dias comerciais e preocupação com o coletivo

São muitas dificuldades.
O convívio, o pé no chão, a humildade e a proximidade da rádio com a Universidade.
A falta de apoio financeiro.
A instalação da emissora, na forma de emissora autorizada criou uma situação inusitada em decorrência da política local. Diversos políticos que pensando que o veículo poderia atrapalhar suas pretensões políticas começaram a criar várias especulações na comunidade, visando seu enfraquecimento pois perceberam o quanto a rádio poderia atrapalhar suas ações. Com isso, surgiram as denominadas fobias, como “Rádio Pirata”...” Rádio do PT” etc. neste sentido a equipe da emissora fica a todo tempo apagando os incêndios causados pelos inimigos da rádio, ao invés de fazer a emissora evoluir junto á comunidade.
Falta de remuneração; falta de tempo das pessoas para fazer programas periodicamente.
Abrangencia pequena e a proibição de anuncios comerciais
Dificuldade por fatores financeiros(não tem dinheiro) e jurídicos (falta outorga)
É uma área que desperta paixões e em Bauru tem poucas emissoras pelo tamanho da cidade, fazendo com que tenha pouco campo, além disso, em Bauru tem um curso de formação de radialistas promovidos pelo SENAC.
Não sei, talvez falte uma equipe própria para isso.
Muitos jovens estão no mercado de trabalho ou focado nos estudos e a falta de interesse pelo rádio em face de outras mídias que ocorre no momento.
Remuneração
Disponibilidade das pessoas para comunicarem durante o horário comercial de segunda a sexta-feira.
A Bícuda FM não está no local de sua origem, perdendo assim, sua identidade com a sociedade local. As pessoas acompanham de forma distante, como na audiência de rádios comerciais.
Falta de tempo e criatividade da rádio de atrair novos participantes, já fomos mais criativos para isso
A diretoria é unilateral política partidária
A audiência e a qualificação que promovemos
Falta de incentivo financeiro
Estamos num dos municípios mais pobres do Brasil, sendo o 2º mais pobre do Maranhão, e isso é uma dificuldade em praticamente todos os aspectos.
Há muita procura para voluntários, mas tem dificuldade para atrair para o núcleo duro da rádio (por ganhar pouco, quase simbólico e com muito trabalho, responsabilidade)
Sem que a emissora esteja no ar legalizada fica difícil atrair novos comunicadores.
Muitos jovens se disponibilizam, no entanto nossa maior dificuldade é a falta de capacitação para o desempenho em rádio comunitária.
A rádio mantém uma relação estreita com a sociedade; quanto a seleção de comunicadores e sonoplastas, estas são feitas através de seleção pública.
Pela comunidade não dispor, ainda, de pessoas com aptidão. Damos oportunidade a jovens da comunidade.
destriminação de rario comunitaria por achá ser pirata
financeiro
Os recursos para remunerar novos colaboradores.
Todas da Comunidade querem colabora com seu trabalho em pro do desenvolvimento da comunidade
Em razão das atividades serem voluntárias.
Nós não temos recursos para manter a rádio
não ter como remunerar
Respaldo por parte da comunidade do trabalho da rádio
A motivos financeiros. Não ter condições de pagar salários.
Questão financeira e de trazer/formar pessoas com conhecimento técnico. Fizemos pacerias com as escolas locais na tentativa de incentiva aos alunos fazerem a rádios escolas e assim abrimos espaços na radio comunitária aqueles que queira trilhar o caminho de radio difusão.
A população pensa que Rádio Comunitaria tem o mesmo carater de Rádio Comercial
A disponibilidade para o voluntariado.
Disponibilidade de tempo dos colaboradores, e garantia de remuneração pelo trabalho desenvolvido.
recurso financeiro
Falta de ajuda de custo.
Hoje a juventude procura ganhar algum dinheiro e como não temos condições financeira na Associação fica difícil.
O único meio de comunicação do município isso cativa as pessoas. Talvez devido a uma programação

variada e eclética.
remuneração
Porque a Muda tem o de fazer a própria programação, pela característica de ser aberta.
Primeiro ponto é porque não conseguimos remunerar essas pessoas, ainda que haja talentos.
Adequar a disponibilidade da pessoa com o horário da rádio
Porque acredito que a radcom proporciona uma experiência diferente e exclusiva, ainda tem o fascínio e tem a autoestima.
falta de interesse da comunidade
O trabalho gratuito.
Não sabe explicar o porquê o pessoal vem, talvez da música, talvez pela maneira do trabalho, do carisma de cada um.
À itinerância da rádio.
Acredito que por ser uma cidade litorânea, pequena e nova, a comunidade ainda prefere que pessoas de fora estejam na linha de frente
Pouco engajamento de pessoas em mídias desta natureza
falta de cursos preparatórios
Mandaguçu é uma cidade pequena (20) mil habitantes e é difícil atrair os jovens para o meio da comunicação.
A facilidade está na nossa participação em vários conselhos e movimentos sociais, tanto de dança e músicas. Mas a Rádio é muito interativa, que faz a programação é o ouvinte.
Não, sempre tem alguém com interesse em aprender.
Financeiro
Incentivo Financeiro
não sei
Falta de recursos financeiros para remuneração de comunicadores.
Atribuímos isso a qualidade em nossas produções e a atenção atribuída aos nossos colaboradores.
De acordo com a carisma que a Radio tem para com a comunidade dos serviços prestados
A falta de estabilidade financeira dos voluntários
Porque são alunos da universidade.
Dentro da proposta apresentada pelo nosso setor diretivo, não encontramos dificuldades em contratar quando há necessidade.
ninguém quer trabalhar ganhando pouco.
A grande dificuldade é que na cidade existe outra emissora comunitária e opera na mesma frequência e ficamos restritos no espaço físico de abrangência e temos um comércio localizado no centro da cidade e a nossa rádio está em um dos bairros e a maioria dos apoiadores quer ouvir a emissora.
Falta de profissionalismo, comprometimento e responsabilidade com uma concessão pública que tem normas e leis a serem cumpridas conforme o que determina a legislação pertinente à outorga das emissoras comunitárias.
Principalmente na questão financeira (remuneração)
Dificuldade, a cidade é pequena e o comércio também é pequeno.
Porque as pessoas não querem fazer serviços voluntários e a rádio não dispõem de maiores recursos para pagarmos salários bons.
Um pouco de curiosidade e a importância de ter um meio de comunicação da própria comunidade, desejo de as pessoas se expressarem e falarem para um grupo maior.
Não respondeu
falta de verba
Área de abrangência do Transmissor
Devido à questão política que causa medo em algumas pessoas. Alguns são filhos de pessoas que trabalham na Usina e evitam trabalhar na rádio porque ela denuncia questões ambientais e políticas.
Poucas pessoas querem se envolver em um projeto que os expõe a possíveis retaliações políticas e sociais
Cidade pequena, tem quatro emissoras que dividem muito o interesse. Formaram locutores que vão pra outras rádios. Pagamento não atrai.
Muitas pessoas que querem fazer rádio, trabalhar com isso.
legislação
A questão financeira/pagamento, falta de recursos

Tabela referente aos motivos da facilidade em atrair novos participantes

Por que não?			
Categorias*	Exemplos de menções	Porcentagem (somente 'não')	Números absolutos
Relação com a comunidade/sociedade	"Relação estreita com a sociedade"; "Todos da comunidade querem colaborar com seu trabalho em prol do desenvolvimento da comunidade"; "Audiência"; "Respaldo por parte da comunidade"; "Participação em vários conselhos e movimentos sociais"; "Carisma que a rádio tem para com a comunidade dos serviços prestados"; "Importância de ter um meio de comunicação da própria comunidade"	26,0%	7
Aspectos afetivos	"Convívio, pé no chão, a humildade"; "Área que desperta paixão"; "Fascínio da autoestima"; "Carisma de cada um"; "Atenção atribuída aos nossos colaboradores"; "Um pouco de curiosidade"	22,2%	6
Possibilidade profissional	"Bauru tem um curso de formação de radialistas promovido pelo SENAC"; "Qualificação que promovemos"; "Radcom proporciona uma experiência diferente e exclusiva"; "Sempre tem alguém com interesse em aprender"; "Muitas pessoas querem fazer rádio"	18,5%	5
Modo de funcionamento	"Fazer a própria programação, pela característica de ser aberta"; "Talvez pela maneira de trabalho"; "Itinerância da rádio"; "Rádio é muito interativa"; "Proposta apresentada pelo nosso diretivo"	18,5%	5
Programação	"Programação variada e eclética"; "Talvez a música"; "Qualidade de nossas produções"	11,1%	3
Proximidade com a universidade	"Porque os alunos são da universidade"	7,4%	2
Exclusividade midiática	"Bauru tem poucas emissoras"; "O único meio de comunicação"	7,4%	2
Desejo de expressão própria	"Desejo de as pessoas se expressarem"	3,7%	1
Disponibilidade de jovens		3,7%	1
Menciona dificuldade	"Falta capacitação"	3,7%	1
Legislação		3,7%	1
Resposta inadequada	"20, maioria na produção e direção"	3,7%	1
Em branco/Não sei		18,5%	5

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado das categorias organizadas.

Gráfico referente aos motivos da facilidade em atrair novos participantes

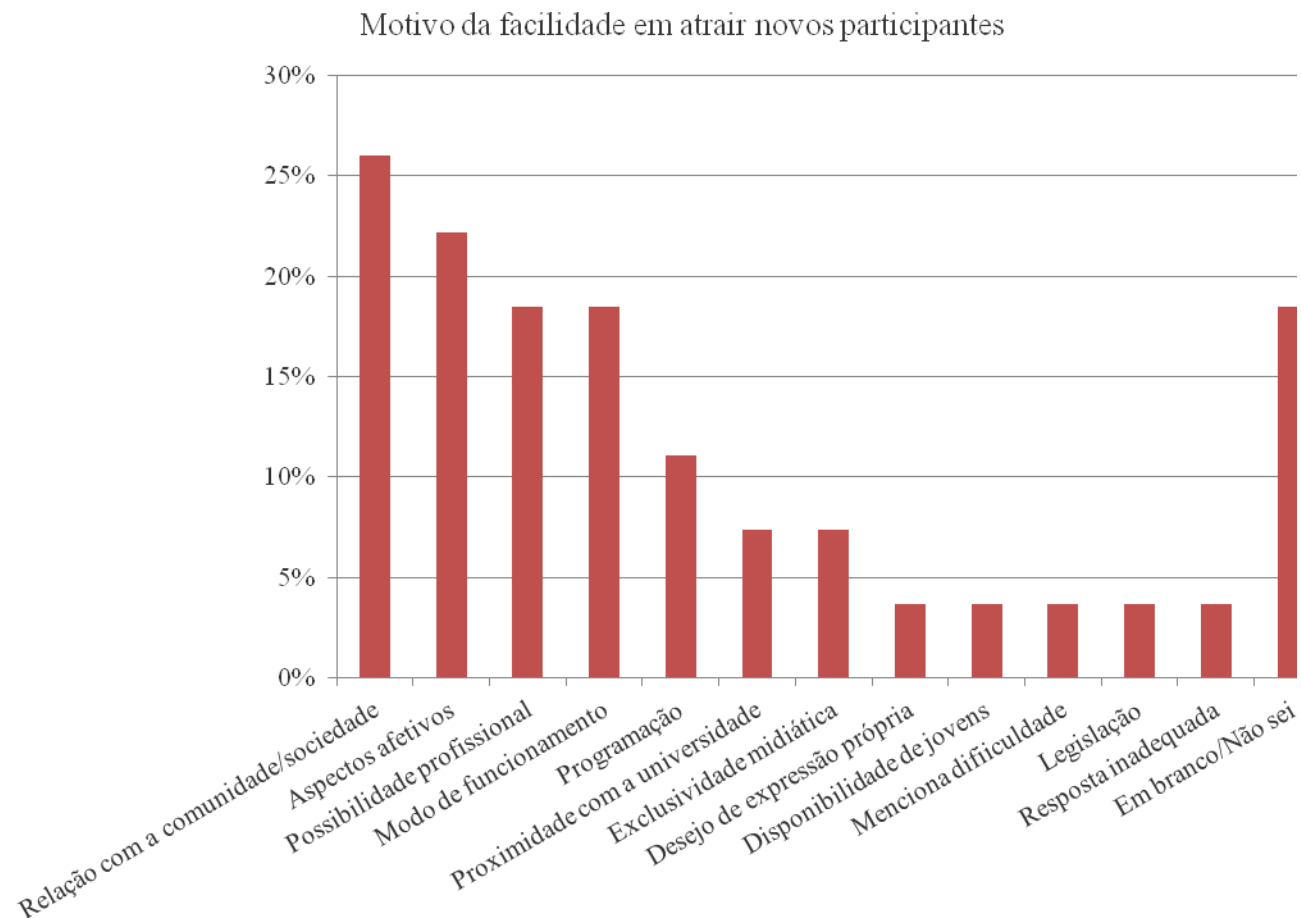
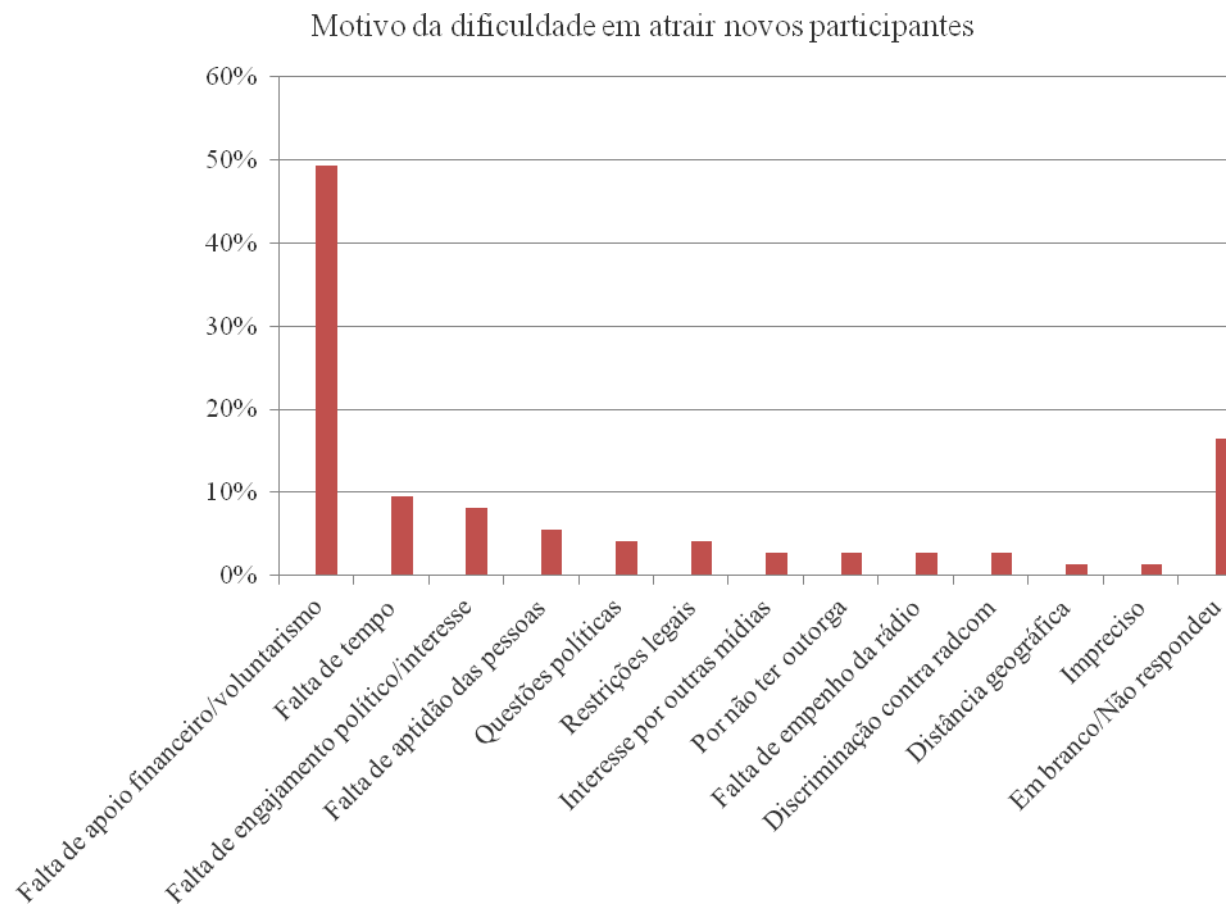


Tabela referente aos motivos da dificuldade em atrair novos participantes

Por que sim?			
Categorias*	Exemplos de menções	Porcentagem (somente 'sim')	Números absolutos
Falta de apoio financeiro/voluntarismo	"Falta de remuneração"; "Falta de incentivo financeiro"; "Estamos num dos municípios mais pobres do Brasil"; "Por ganhar pouco, quase simbólico e com muito trabalho e responsabilidade"; "Em razão das atividades serem voluntárias"; "Disponibilidade para o voluntariado"; "Hoje a juventude procura ganhar algum dinheiro"; "Não conseguimos remunerar pessoas, ainda que haja talentos"; "Falta de estabilidade financeira dos voluntários"; "Ninguém quer trabalhar ganhando pouco"	49,3%	36
Falta de tempo	"Disponibilidade para participar em horário e dias comerciais"; "Muitos jovens estão no mercado de trabalho ou focado nos estudos"; "Adequar a disponibilidade das pessoas com o horário de rádio"	9,5%	7
Falta de engajamento político/interesse	"Preocupação com o coletivo"; "As pessoas acompanham de forma distante, como na audiência das rádios comerciais"; "Falta de interesse da comunidade"; "A comunidade ainda prefere que pessoas de fora estejam na linha de frente"; "Pouco engajamento de pessoas em mídias desta natureza"; "Poucas pessoas querem se envolver"	8,2%	6
Falta de aptidão das pessoas	"Trazer/formar pessoas com conhecimento técnico"; "Falta de cursos preparatórios"; "Falta de profissionalismo, comprometimento e responsabilidade"	5,5%	4
Questões políticas	"Diversos políticos que pensando que o veículo poderia atrapalhar suas pretensões políticas começaram a criar várias especulações na comunidade, visando seu enfraquecimento pois perceberam o quanto a rádio poderia atrapalhar suas ações. Com isso, surgiram as denominadas fobias, como "Rádio Pirata"... "Rádio do PT" etc."; "A direção é unilateral político-partidária"; "Devido à questão política que causa medo em algumas pessoas. Alguns são filhos de pessoas que trabalham na Usina e evitam trabalhar na rádio porque ela denuncia questões ambientais e políticas."	4,1%	3
Restrições legais	"Abrangência pequena e proibição de anúncios comerciais"; "Existe outra emissora comunitária e opera na mesma frequência"; "Área de abrangência do transmissor"	4,1%	3
Interesse por outras mídias	"Falta de interesse pelo rádio em face de outras mídias"; "Difícil atrair jovens para o meio de comunicação"	2,7%	2
Por não ter outorga	"Jurídicos (falta de outorga)"; "Sem que a emissora esteja no ar legalizada fica difícil atrair novos comunicadores"	2,7%	2
Falta de empenho da rádio	"Talvez falte uma equipe própria para isso"; "Falta de criatividade da rádio para atrair novos participantes"	2,7%	2
Discriminação contra radcom	"Por achar ser pirata"; "A população pensa que a radcom tem o mesmo caráter que rádio comercial"	2,7%	2
Distância geográfica	"A rádio está localizada numa área da cooperativa regional e fica distante das agrovilas (onde vivem as famílias), então isso dificulta o deslocamento das pessoas para vir até a rádio periodicamente."	1,4%	1
Impreciso	"São muitas dificuldades"	1,4%	1
Em branco		16,4%	12

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado das categorias organizadas.

Gráfico referente aos motivos da dificuldade em atrair novos participantes



Pergunta 17 (cont.)

Quadro com a tabulação de todas as respostas referentes à igualdade de gênero

	Direção		Result.	Diferença	Produção		Result.	Diferença	Apoio Adm.		Result.	Diferença	Equipe em geral		Result.	Diferença
	H	M			H	M			H	M			H	M		
1	Impreciso ("20, maioria na produção e direção")															
2	3	1	+ H	Triplo									3	1	+ H	Triplo
3													9	2	+ H	Quádruplo
4													1	0	+ H	
5													0	10	+ M	
6	4	3	+ H										4	3	+ H	
7	0	1	+ M		5	5	Eq.		1	2	+ M	Dobro	6	8	+ M	
8	6	0	+ H	Sêxtuplo (zero)	34	6	+ H	Quíntuplo					40	6	+ H	Sêxtuplo
9													3	3	Eq.	
10													9	4	+ H	Dobro
11	4	4	Eq.		11	7	+ H		4	0	+ H	Quádruplo (zero)	19	11	+ H	
12													3	5	+ M	
13													1	1	Eq.	
14	4	1	+ H	Quádruplo	10	5	+ H	Dobro					14	6	+ H	Dobro
15													2	0	+ H	Dobro (zero)
16	3	1	+ H	Triplo	8	5	+ H		4	0	+ H	Quádruplo (zero)	15	6	+ H	Dobro
17	6	6	Eq.		8	10	+ M						14	16	+ M	
18	Impreciso, mas informa equilíbrio ("Não tem mulheres diretamente")															+ H
19	2	1	+ H	Dobro	1	1	Eq.						3	2	+ H	
20													8	2	+ H	Quádruplo
21													5	3	+ H	
22	2	1	+ H	Dobro									2	1	+ H	Dobro
23													5	3	+ H	
24	2	2	Eq.		2	3	+ M						4	5	+ M	
25	3	2	+ H		31	29	+ H		0	1	+ M		34	33	+ H	

26	4	1	+ H	Quádruplo	3	1	+ H	Triplo	2	1	+ H	Dobro	9	3	+ H	Triplo
27	4	3	+ H		6	7	+ M						10	10	Eq.	
28													11	17	+ M	
29	Impreciso, mas informa equilíbrio ("Ao todo, direção e comunicadores, são em média 50%")														Eq.	
30	Impreciso ("au todo são 9")															
31													6	4	+ H	
32	Impreciso ("3")															
33	1	2	+ M	Dobro									1	2	+ M	Dobro
34													10	3	+ H	Triplo
35	Impreciso ("Normalmente participam em torno de 5, em diversas atividades")															
36													8	4	+ H	Dobro
37													3	3	Eq.	
38													8	2	+ H	Quádruplo
39													9	3	+ H	Triplo
40													4	5	+ M	
41					4	3	+ H		4	3	+ H		8	6	+ H	
42	9	8	+ H		11	7	+ H						20	15	+ H	
43					3	2	+ H						3	2	+ H	
44	4	0	+ H	Quádruplo (zero)	6	3	+ H	Dobro	1	2	+ M	Dobro	11	5	+ H	Dobro
45	2	1	+ H	Dobro	3	2	+ H		1	1	Eq.		6	4	+ H	
46	Impreciso ("3")															
47													5	3	+ H	
48	4	1	+ H	Quádruplo	4	2	+ H	Dobro	6	6	Eq.		14	9	+ H	
49	Impreciso ("4 Mulheres: Tesoureira, secretária, vice-diretora de operação e diretora de patrimônio.")															
50					3	2	+ H		3	1	+ M	Triplo	5	4	+ H	
51	3	2	+ M		12	2	+ H	Sêxtuplo					15	4	+ H	Triplo
52	7	1	+ H	Sêxtuplo									7	1	+ H	Sêxtuplo
53					18	5	+ H	Triplo					18	5	+ H	Triplo
54	4	1	+ H	Quádruplo	8	8	Eq.						12	9	+ H	
55	3	1	+ H	Triplo	19	5	+ H	Triplo					22	6	+ H	Triplo
56	3	1	+ H	Triplo	18	4	+ H	Quádruplo	1	0	+ H		22	5	+ H	Quádruplo
57	5	2	+ H	Dobro	3	2	+ H						8	4	+ H	Dobro

58	2	2	Eq.												2	2	Eq.	
59															8	3	+ H	Dobro
60															8	18	+ M	Dobro
61	5	0	+ H	Quíntuplo (zero)	7	2	+ H	Triplo	2	0	+ H	Dobro (zero)			14	2	+ H	Sétuplo
62	Impreciso ("3")																	
63	4	2	+ H	Dobro	2	1	+ H	Dobro	1	1	Eq.				7	4	+ H	
64	Impreciso ("Na direção são 3 mulheres")																	
65	2	1	+ H	Dobro											2	1	+ H	Dobro
66	2	2	Eq.		5	2	+ H	Dobro							7	4	+ H	
67	7	2	+ H	Triplo	5	0	+ H	Quíntuplo (zero)							12	2	+ H	Sêxtuplo
68															5	5	Eq.	
69	Não sei																	
70	Impreciso ("1")																	
71	Impreciso, mas informa equilíbrio ("UMA MULHER LOCUTORA OS DEMAIS SÃO HOMENS")																	
72	8	6	+ H												8	6	+ H	
73	Impreciso, mas informa equilíbrio ("50% da equipe é composta por Mulheres")																	
74	9	2	+ H	Quádruplo	4	2	+ H	Dobro							13	4	+ H	Triplo
75	Impreciso ("Sao 14 pessoas que participam da direção ")																	
76	4	2	+ H	Dobro											4	2	+ H	Dobro
77															6	3	+ H	Dobro
78					6	5	+ H		3	1	+ H	Triplo			9	6	+ H	
79	Impreciso ("10")																	
80	2	1	+ H	Dobro											2	1	+ H	Dobro
81															3	1	+ H	Triplo
82	Impreciso ("4 mulheres, no total. Diretoria é um homem.")																	
83	18	2	+ H	Nônuplo	6	1	+ H	Sêxtuplo	1	1	Eq.				25	4	+ H	Sêxtuplo
84	Impreciso, mas informa equilíbrio ("As mulheres supera os 50%. Total são dez. Em coberturas de eventos equipe chega a 14,15 pessoas. ")																	
85	5	0	+ H	Quíntuplo (zero)											5	0	+ H	Quíntuplo (zero)
86															6	2	+ H	Triplo
87	Impreciso ("2 mulheres na equipe: uma faz sonoplastia e locução; a outra apresenta um programa de entrevistas.")																	
88	8	2	+ H	Quádruplo	2	0	+ H	Dobro (zero)	1	1	Eq.				11	3	+ H	Triplo

89	4	4	Eq.		5	5	Eq.						9	9	Eq.	
90	3	2	+ H		17	8	+ H	Dobro					20	10	+ H	Dobro
91													11	0	+ H	Undécuplo
92	4	1	+ H	Quádruplo	2	2	Eq.						6	3	+ H	Dobro
93													3	3	Eq.	
94													9	4	+ H	Dobro
95	3	2	+ H										3	2	+ H	
96	Impreciso ("1")															
97													11	6	+ H	
98													7	4	+ H	
99	3	3	Eq.		5	5	Eq.						8	8	Eq.	
100	10	2	+ H	Quíntuplo	14	1	+ H	Quatorze vezes					24	3	+ H	Ócuplo

Quadro com todas as respostas referentes à igualdade de gênero

Respostas
As tarefas não estão tão organizadas assim, mas dá para ter uma ideia pensando nas principais tarefas de cada pessoa.
O coletivo que dirige a rádio é formado por nove pessoas (as vezes outras são convidadas): cinco homens e quatro mulheres. Destas, cinco contribuem de alguma forma na produção: três homens e duas mulheres. Na parte administrativa são três mulheres e um homem
doze pessoas e quatro são mulheres
5 pessoas 3 mulheres-15 2 são mulheres
20, maioria na produção e direção
4 diretores - 3 homens 1 mulher
11 pessoas, 2 mulheres.
Só tem o Jair. Mas recebem participantes especiais.
São 10 mulheres que se distribuem entre todas as tarefas da rádio.
Temos na direção da emissora 3 mulheres num total de 7 dirigentes, sendo mulheres os cargos de Presidenta, tesoureira e 1 Conselheira Fiscal. As mulheres tem participação direta na programação da emissora. Também definiram critérios claros na veiculação de músicas, ou seja, por decisão de toda a equipe não são veiculadas qualquer música que desvalorizem o papel da mulher na sociedade. Também são em sua maioria no Conselho de programação da emissora e são 4 o número de mulheres no quadro de programadoras.
Coordenação – Uma pessoa, mulher; Produção (incluindo estagiários) – 10 pessoas, sendo 5 mulheres; Administrativo: 3 pessoas, sendo 2 mulheres
06 Diretoria.. Nenhuma Mulher... 40 Involvidos.. 06 Mulheres

Temos 3 mulheres e 3 homens, não especificamente em funções detalhadas, pois entendemos que radicam é como se fosse um “circo”. Todos fazem tudo. Independente de vontade de outros. Sentiu necessidade pôe imediatamente mãos à obra. Ninguém é chefe. Todos colaboram e agem entre si, com harmonia.
Somos em 13, entre eles 4 mulheres. Apoio administrativo sou eu e mais um apenas.
Diretoria: 8 sendo 4 mulheres Produção: 18 sendo 7 mulheres Apoio: 4
08 – pessoas sendo 5 mulheres
(2 uma é mulher)
4 diretores e uma mulher / 10 homens e 5 mulheres
Duas pessoas homem
Direção: 03 homens e uma mulher / Programação: 08 homens e 05 mulheres / Apoio administrativo: 04 homens
Diretoria: 12 pessoas 6 mulheres Comunicadores: 18 pessoas 10 mulheres
Não tem mulheres diretamente
Três na direção uma e mulher ,dois comunicadores um homem e uma mulher. E cada igreja manda seu pessoal
Dez (10) pessoas. Apenas duas (02) mulheres
8 pes 3 mulheres
A diretoria possui 3 pessoas, sendo 1 mulher.
5 homens e 3 mulheres
04 pessoas 02 mulheres 05 pessoas 03 mulheres
5 – 2 mulheres / 60 – 29 mulheres / 1 – 1 mulher
direção: Cinco, sendo uma mulher. Produção: Quatro, sendo uma mulher. Administrativo: Três, sendo uma mulher.
Direção/Apoio Adm.: 7 pessoas – três mulheres Pprodução: Tres pessoas – duas mulheres Locução: 10 Pessoas – cinco mulheres
17 mulheres e 11 homens
Ao todo, direção e comunicadores, são em média 50%.
au todo são 9
10 pessoas - 04 mulheres
3
Direção duas Mulheres e um homem e cinco do conselho comunitaria tres mulheres e dois homens , onze na comunicação e produção
tres mulher 10 homens
Normalmente participam em torno de 5, em diversas atividades.
03 mulheres 03 homens
total homens 08 mulheres 02
12 - Sendo 3 mulheres
5 mulheres de 9 integrantes no total.

Adm são formado por 7 membros sendo 3 mulheres, no conselho fiscal são composta por 4 sendo 2 mulheres conselho comunitário são composta por 5 representante de entidades locais sendo 3 mulheres são 7 locutores sendo 3 mulheres
Direção e Coselhos: homens 9 e mulheres 8; Comunicadores: homens 11 e mulheres 7.
5 locutores são três homen e 2 Mulheres
Direção: 4. Produção: 9 (3 mulheres) apoio aministrativo: 3 (2 mulheres)
direção: 3 pessoas sendo 1 mulhere. produção: 5 pessoas sendo 2 mulheres. apoio: 2 pessoas sendo 1 mulher.
3
5 homens e 3 mulheres = 8
Cinco na direção sendo uma mulher, Seis comunicadores sendo duas mulheres, no apoio temos 12 pessoas sendo seis mulheres
4 Mulheres: Tesoureira, secretária, vice-diretora de operação e diretora de patrimônio.
8 direção, 1 mulher
23 programadores e 5 mulheres
5 total 1 mulher / 16 total 8 mulheres
Coordenação 1 de 4 Locutores 5 de 24 Não tem pessoas no apoio administrativo
4 membros 1 mulher / 18 homens e 4 mulheres / 1 homem
na base diretórias são sete contendo duas mulheres e na base de voluntários são cinco sendo duas mulheres
Quatro diretores - Duas Mulheres e dois Homens -- várias, homens e mulheres.
Não tem direção 8 homens e 3 mulheres
8 homens e 18 mulheres
05 nenhuma, 09 02 mulheres, 02 nenhuma
3
na direção são 6,sendo 2 mulheres.3 locutores,sendo 1 mulher.2 no administrativo,sendo 1 mulher.
Na direção são 3 mulheres.
Na Direção somos três sendo uma mulher, na produção somos vinte e cinco.
Na direção são 4 pessoas duas são mulheres, na produção uma e é homem, comunicadores são seis duas são mulheres.
direção 9 pessoas sendo 2 mulheres, produção 5 pessoas todos homens.
10 5 homens e 5 mulhers
Não tenho essa informação
1
Uma mulher locutora os demais são homens.
A direção da Emissora tem a seguinte composição: Homens: 01 Diretor Presidente; 01 Segundo Secretario; 01 Tesoureiro; 01 Diretor de Jornalismo; 01 do Conselho Fiscal; Mulheres: 01 Vice Diretora; 01 Secretaria; 02 Conselho Fiscal; Conselho de Programação: Duas mulheres e três homens; Seis organizações, pessoa Jurídica, compõe a Associação e cada uma com vaga garantida nas instancia diretiva da emissora, além de compor de forma paritária um conselho Comunitário da entidade O

quadro de locutores também, preenchidas prioritariamente por pessoas, sejam homens, mulheres ou jovens, indicada elas organizações filiadas.
50% da equipe é composta por Mulheres
na direção 11 sendo duas mulheres, na produção 2, e na locução 6 sendo 2 mulheres
São 14 pessoas que participam da direção
6 Diretos, 2 mulheres
seis homens tres mulheres
11 participantes sendo 5 mulheres, na locução 6 locutores, na administração 4, 3 homens e 1 mulher.
10
Somos três professores da área de rádio, dois homens e uma mulher, atuam na parte administrativa e nos encaminhamentos necessários. Tem uma aluna locutora. Somos em 10 alunos, no total.
Diretamente envolvidos no quadro da emissora são três homens e uma mulher. Já, no apoio administrativo, diretoria e jurídico são três mulheres.
4 mulheres, no total. Diretoria é um homem.
- Na direção são vinte pessoas sendo duas mulheres. - Na produção sete pessoas e sendo uma mulher. - No apoio administrativo duas pessoas, sendo uma mulher.
As mulheres supera os 50%. Total são dez. Em coberturas de eventos a equipe chega a 14,15 pessoas.
São 5 diretores e não temos mulheres na direção e uma no quadro social.
Oito pessoas, sendo duas mulheres
2 mulheres na equipe: uma faz sonoplastia e locução; a outra apresenta um programa de entrevistas.
10/2 2/0 2/1
Direção: 8 pessoas 4 mulheres / 10 pessoas e 5 mulheres
5 diretores – 2 mulheres e 3 homens 25 apresentadores – 8 mulheres
são 11 pessoas no total e nem uma mulher
Direção - cinco, uma Mulher - Comunicadores - quatro duas mulheres
6 pessoas ao todo, sendo 3 Mulheres.
4 mulheres de 13 ou 14 funcionários
Cinco pessoas participam da direção da rádio e duas são mulheres, inclusive a presidente da Casa da Cultura.
1
17 pessoas, 6 são mulheres
4 mulheres (3 na direção e 1 na produção) e 7 homens
a direção é composta de 6 membros e 3 são mulheres. Locutoras são 5 num universo de 10.
Direção 2 mulheres de 12 pessoas. 1 mulher (locutora) entre uns 15 locutores. Nos conselhos comunitários tem mais mulheres.

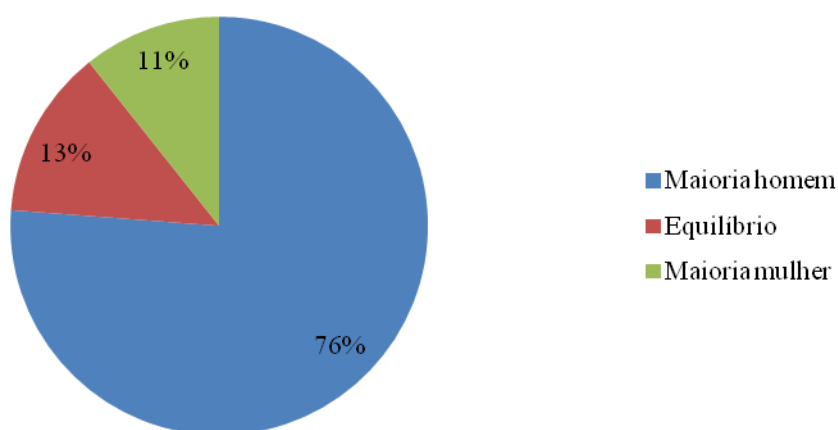
Tabela referente à igualdade de gênero na equipe em geral

Equilíbrio de gênero: equipe geral (dados obtidos a partir do somatório em cada resposta)		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	76,2%	64
Equilíbrio	13,1%	11
Maioria mulher	10,7%	9
Total	100,00%	84*

*Número de respostas válidas

Gráfico referente à igualdade de gênero na equipe em geral

Equilíbrio de gênero: equipe geral



Obs.: Em 27% (23) dos casos o número de homens é mais que o dobro do de mulheres.

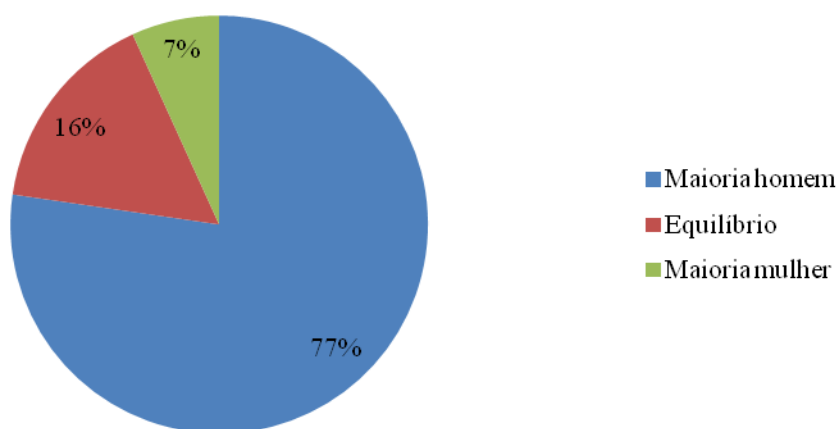
Tabela referente à igualdade de gênero na direção

Equilíbrio de gênero: direção		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	77,3%	34
Equilíbrio	15,9%	7
Maioria mulher	6,8%	3
Total	100,00%	44*

* Total que responderam quanto ao equilíbrio de gênero na direção (respostas válidas)

Gráfico referente à igualdade de gênero na direção

Equilíbrio de gênero: direção



Obs.: Em 64% (28) dos casos o número de homens é mais que o dobro do de mulheres; em

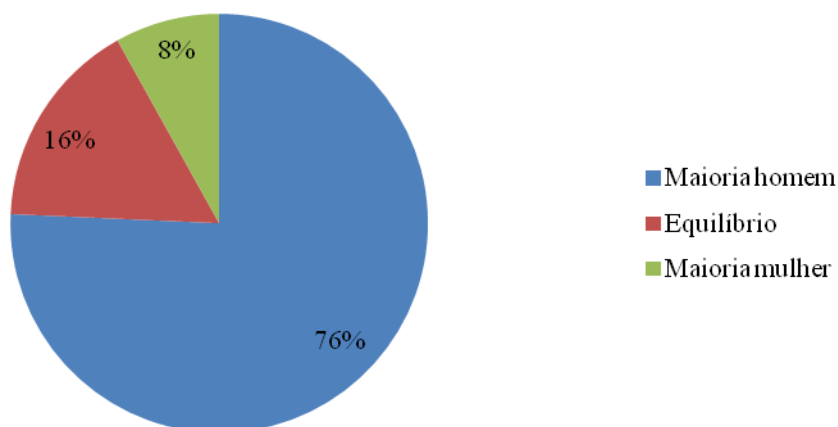
Tabela referente à igualdade de gênero na produção

Equilíbrio de gênero: produção		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	75,7%	28
Equilíbrio	16,2%	6
Maioria mulher	8,1%	3
Total	100,00%	37*

* Total que responderam quanto ao equilíbrio de gênero na produção (respostas válidas)

Gráfico referente à igualdade de gênero na produção

Equilíbrio de gênero: produção



Obs.: Em 54% (20) dos casos o número de homens é mais que o dobro do de mulheres; em 32% (12) dos casos, o número de homens é mais que o triplo do de mulheres.

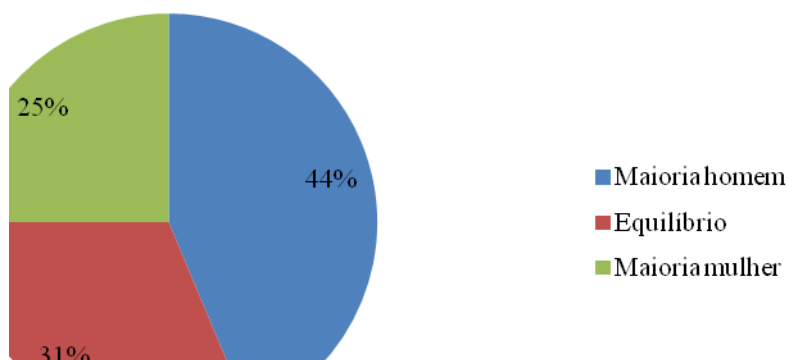
Tabela referente à igualdade de gênero no apoio administrativo

Equilíbrio de gênero: apoio administrativo		
Situação	Porcentagem	Números absolutos
Maioria homem	43,7%	7
Equilíbrio	31,3%	5
Maioria mulher	25,0%	4
Total	100,00%	16*

* Total que responderam quanto ao equilíbrio de gênero no apoio administrativo (respostas válidas)

Gráfico referente à igualdade de gênero no apoio administrativo

Equilíbrio de gênero: apoio administrativo



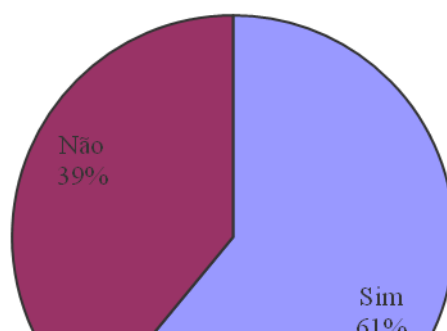
Pergunta 18

Tabela referente à existência de capacitação prévia

Os locutores/as, produtores/as, operadores/as e jornalistas passam por algum treinamento para trabalhar na rádio?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	61,0%	61
Não	39,0%	39
<i>Responderam à pergunta</i>		100
<i>Pularam a pergunta</i>		0

Gráfico referente à existência de capacitação prévia

Os locutores/as, produtores/as, operadores/as e jornalistas passam por algum treinamento para trabalhar na rádio?



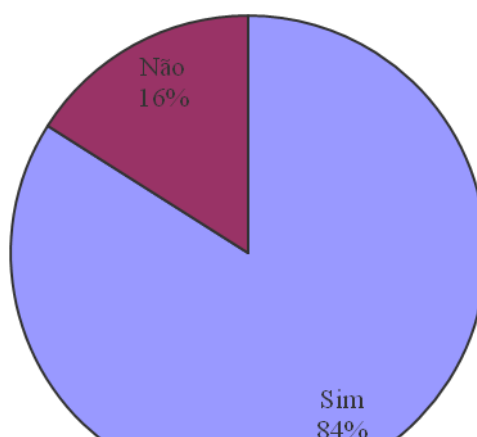
Pergunta 19

Tabela referente à necessidade de capacitação

A emissora necessita de capacitação?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	84,0%	84
Não	16,0%	16
<i>Responderam à pergunta</i>		100
<i>Pularam a pergunta</i>		0

Gráfico referente à necessidade de capacitação

A emissora necessita de capacitação?



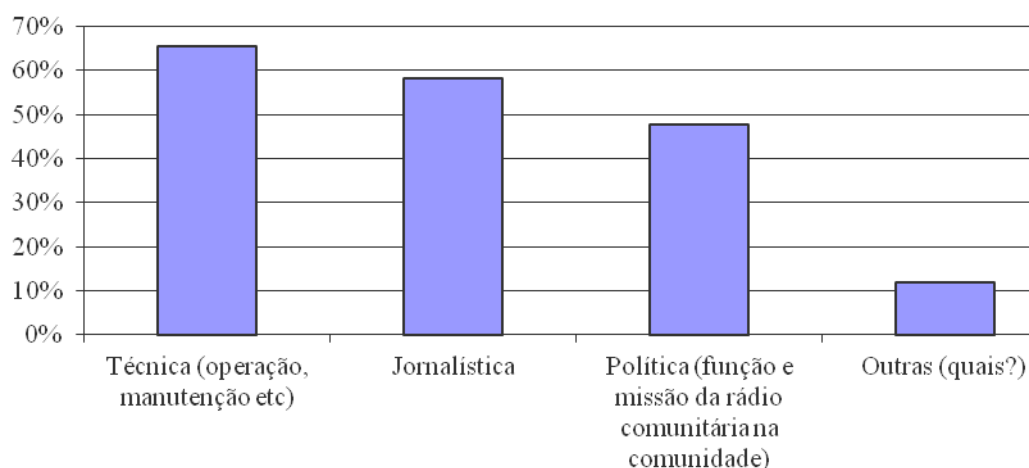
Pergunta 19.1

Tabela referente às maiores necessidades de capacitação

Se sim, quais são as maiores necessidades?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Números absolutos
Novas tecnologias (uso da internet, automação digital etc.)	66,7%	56
Técnica (operação, manutenção etc)	65,4%	55
Jornalística	58,3%	49
Política (função e missão da rádio comunitária na comunidade)	47,6%	40
Outras (quais?)	11,9%	10
	<i>Responderam à pergunta</i>	84
	<i>Pularam a pergunta</i>	16

Gráfico referente às maiores necessidades de capacitação

Se sim, qual a maior necessidade?



Quadro com todas as respostas referentes às outras necessidades de capacitação

Outras (quais?)
A emissora está fora do ar
Locução
Mudar a diretoria que é fornada por uma família e não tem concepção da importância da radicom
Impostação de voz. Uso da voz e do microfone.
recurso financeiro para compra equipamentos novos modernos acompanha o mercado da inovação
Quem tem mais facilidade com redes sociais tem mais audiência
locução e produção de programas
Marketing, roteiro e produção

Pergunta 20 (cont.)

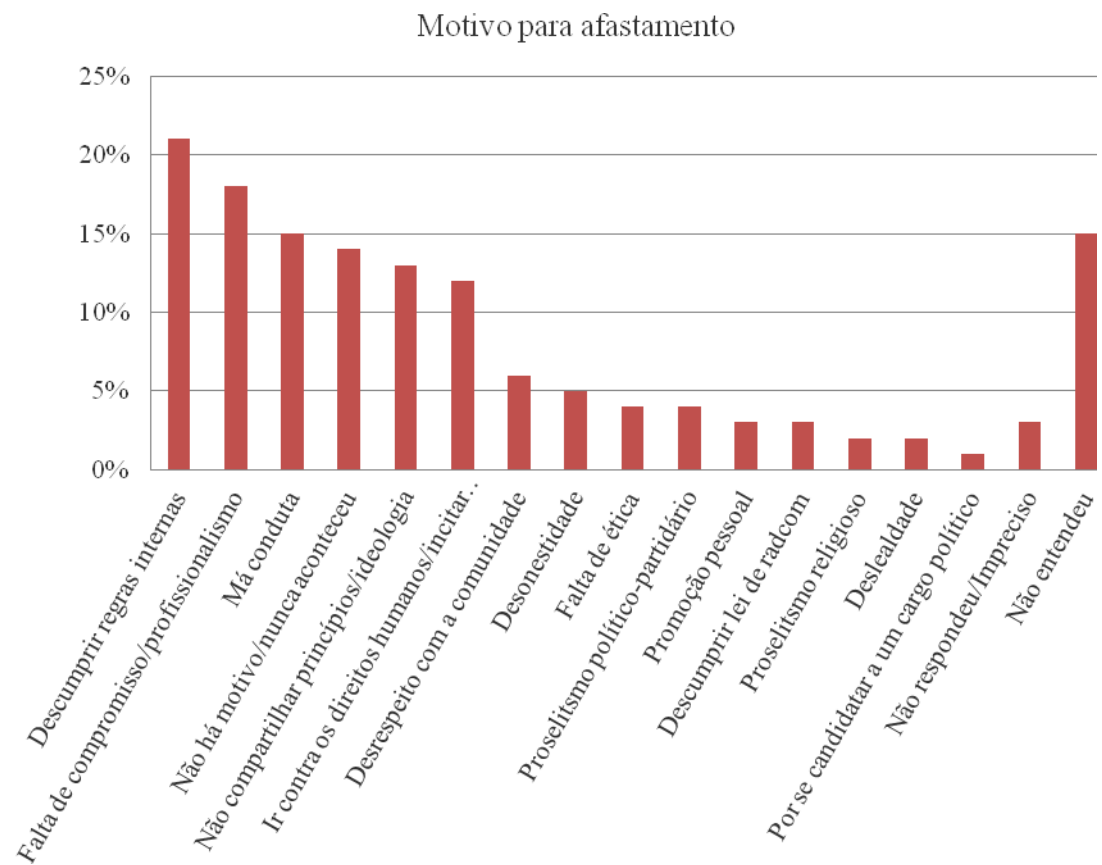
Tabela referente aos motivos para afastamento

Qual seria um motivo para um/a locutor/a ser afastado da emissora? (respostas abertas)			
Categorias*	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Descumprir regras internas	"Infringir gravemente o regime interno"; "Fazer mercado interno"; "Atentar contra a imagem da emissora"; "Cometer um ato muito grave"	21%	21
Falta de compromisso/profissionalismo	"Não vestir a camisa da instituição"; "Falta de comprometimento"; "Não colaborar com a instituição"; "Não ter ética profissional"; "Desleixo"; "Falta de compromisso com a periodicidade"; "Faltas constantes"; "Não estar dando certo com a equipe de trabalho"; "Ser intolerante"; "Falta de compromisso"	18%	18
Má conduta	"Não acatar ordens expressas"; "Má conduta"; "Falar o que não lhe deve"; "Indisciplina"; "Conteúdo de discurso inadequado"; "Não cumprir as determinações da diretoria"; "Não ter cautela/preparo para falar"; "Termos inadequados de baixo calão"	15%	15
Não há motivo/nunca aconteceu	"Só se ele quiser"; "Não aconteceu. Automaticamente não se identificaram e saíram, mas nunca foi afastado"; "Teriam uma conversa antes sobre o tema"; "Nunca aconteceu de afastar"; "Não afastariam ninguém por conta própria"; "Naturalmente a cultura já foi filtrando a participação"; "Sempre conversa antes"; "Nenhum"	14%	14
Não compartilhar princípios/ideologia	"Não cumprir com as decisões coletivas do MST"; "Descompromisso com a ideologia do movimento"; "Fugir da sua ideologia comunitária"; "Não atender os princípios da radiodifusão comunitária"; "Não ter a visão da radcom"; "Não pensar nos objetivos das radcoms"; "Desvio de conduta da política da comunicação que a emissora desenvolve"; "Ir contra os princípios da rádio e do MST"	13%	13
Ir contra os direitos humanos/incitar crimes	"A defesa de valores que ferem direitos fundamentais e direitos humanos"; "Pregar discriminação, ódio ou preconceito"; "Incitação a qualquer tipo de crime"; "Pedofilia"; "Racismo, machismo, sexismo, homofobia, fascismo, nazismo, intolerância religiosa"; "Veicular notícias proibidas"; "Incitar a população"; "Apologia às drogas"	12%	12
Desrespeito com a comunidade	"Dá o exemplo de um rapaz que ficava com os apoios culturais para si se apropriando do que é comunitário"; "Desrespeitar o ouvinte"; "Não mostrar boa vivência com a comunidade"; "Ofender os ouvintes"; "Irresponsabilidade no ar e caráter com o público de um modo geral"	6%	6
Desonestidade	"Buscar vantagem financeira sem a participação de que é de direito da instituição"; "Roubo"; "Não ser idônea"; "Ter cometido um crime"	5%	5
Falta de ética	"Falta de ética com membros da equipe"; "Fugir dos princípios éticos e morais"	4%	4

Categorias*	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Proselitismo político-partidário		4%	4
Promoção pessoal	"Personalismo"	3%	3
Descumprir lei de radcom		3%	3
Proselitismo religioso		2%	2
Deslealdade	"Caguetar"	2%	2
Por se candidatar a um cargo político		1%	1
Não respondeu/Impreciso	"Depende"; "Vários"	3%	3
Não entendeu	(Interpretou como afastamento voluntário)	15%	15
		Responderam à pergunta	100
		Pularam a pergunta	0

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado nas categorias organizadas.

Gráfico referente aos motivos para afastamento



Quadro com todas as respostas referentes aos motivos para afastamento

Respostas
: Ir contra os princípios da rádio e do MST.
irresponsabilidade no ar e caráter com o público de um modo geral
Falta de compromisso
Atrasos e problemas com horários ou por não comungar das mesmas ideologias da rádio.
Atentar contra a imagem da emissora, não vestir a camisa da instituição, buscar vantagem financeira sem a participação do que é de direito da instituição para manter os custos
A ocupação com trabalho fixo remunerado
Não cumprir as regras da rádio; falta de profissionalismo, compromisso; falta de respeito com a comunidade.
Não ter mais tempo por motivo de horário no emprego.
A defesa de valores que ferem direitos fundamentais e direitos humanos.
Não acatar ordens expressas; roubo.
Infringir gravemente o Regimento Interno
Não ganhava nada.
Não compactuar com os mesmos princípios da rádio e falta de comprometimento.
Falta de ética, de respeito.
Oportunidades no mercado de trabalho.
(Por pregar Discriminação, ódio ou preconceito)
Má conduta e também e não colabora com a instituição,
Não respondeu
Descompromisso com a ideologia do movimento, falta de comprometimento com a periodicidade, não ser idônea e termos inadequados de baixo calão.
O que mais discute é fugir da sua filosofia comunitária. Dá exemplo de um rapaz que ficava com os apoios culturais para si, se apropriando do que é comunitário.
Incitação a qualquer tipo de crime
Pedófila. Mercado interno
Não cumria as regras como falar mal de alguém ou incitar a população com relação a algum acontecimento.
Fazer uso da emissora para promoção pessoal ou de terceiros, visando benefícios políticos partidários
soos ele nao quizer
Descumprir as normas das Rádios Comunitárias
não ter ética profissional
Um locutor pode ser afastado da emissora nas seguintes situações: desrespeito aos direitos humanos, apologia às drogas, apologia ao crime, racismo, machismo, sexismo, homofobia, fascismo, nazismo, intolerância religiosa, xenofobia, ao se candidatar à cargo político ou se utilizar o espaço para fins religiosos
Caso não siga regras básicas de convivência; Falta de ética com membros da equipe; Utilizar o cargo para promoção pessoal ou ataque aos Direitos Humanos. E se cometer crimes comuns, sendo detido.
Não atender os princípios da radiodifusão comunitária
Não cumprir as normas estabelecidas pela emissora ou ferir os seus princípios.
Descumprir as normas que lhes são apresentadas antes de começar a atividade comunicacional.
falar o que não lideve,
conduta
Não está dando certo com a equipe de trabalho.
em parte quando arumam emprego que não dá para conciliar horários ao vão estudar fora em outra cidade
ser abandonar ou cometer um ato muito grave
Normalmente, por faltar tempo ou ter "arrumado" outro 'emprego'
Não cumprir com as decisões coletivas da comunidade e do MST
roubo - falta de profissionalismo
Descumprir a missão da rádio, transgredindo as normas de conduta. Deixar de assumir os compromissos assumidos
Financeira
Ele não cumpriu com as determinações internas da emissora por ser uma rádio comunitária não quer por exemplo participação da comunidade em seu programa. Sendo que a emissora é aberta a qualquer cidadão a fazer suas reivindicações, a emissora não obriga nenhum fazer locução, sendo todos fazem como amor aquilo

que gosta.
Proselitismo Político/Partidário e ou Religioso
veicular notícias proibidas
Não ter a visão de rádio comunitária.
disponibilidade de tempo
falta de compromisso, conduta
Desrespeito as normas estabelecidas
se quiser por conta própria
Desrespeitar as regras adotadas pela direção da entidade. Ex: Usar o microfone para fazer ofensas a alguma pessoa.
indisciplina, faltas constantes, etc
Desrespeitar os princípios mudos de uma forma sistemática, caguetar ou se comportar de maneira adequada (assédio sexual, venda de drogas etc.).
Não aconteceu. Automaticamente não se identificaram e saiu, mas nunca foi afastado.
Não iriam afastar o locutor, teriam uma conversa antes sobre o tema.
Nunca aconteceu de afastar.
por ela mesmo não querer mais atuar a sua função pois não afastamos ninguém por conta propria
Má conduta.
Quebra de princípios, mas ainda não conheceu.
Não lembro de um caso, algo que nos preocupávamos no início mas depois naturalmente a cultura já vai filtrando a participação.
Prejudicar a instituição infringindo o estatuto, indisciplina, desleixo.
Atitudes que contrariem o estatuto ou regimento da emissora.
depende
Algumas vezes acaba o encantamento com o rádio.
Desrespeitar o ouvinte ou o colega de trabalho.
Até hoje não tivemos nenhum caso assim ninguém foi afastado, todos saíram por conta propria, para mudar para outra cidade ou para trabalhar em alguma empresa.
varios
Falta de Remuneração
Ser Intolerante
Não mostrar boa vivencia coma comunidade em geral
Desrespeitar as normas da diretoria.
Em caso de descumprimento das normas regimentais e estatutaria
Se for chamado a atenção, conteúdo do discurso inadequado.
o comportamento social.
Eles saem daqui geralmente outras Radios
So se quiser
faltar programacao
Descumprimento do acordo firmado como voluntário
Não seguir o regimento interno da emissora
Nunca afastamos ninguém, a não ser aqueles que se formam ou optam pela saída.
Não comprometimento com as metas e compromisso assumidos.
Nunca aconteceu. Falar palavrão, falar algo que não se deve, ofender os ouvintes, racismo, intolerância religiosa, incentivar alguma crime.
Deslealdade e não cumprimento dos regramentos legais.
Não cumprir com a legislação do Ministério das Comunicações, que norteia a radiodifusão comunitária.
Em sua grande maioria, é a remuneração que fica limitada ao orçamento da emissora.
Fugir dos princípios éticos e morais
Nao cumprir as determinações da diretoria
Faltas ao trabalho,
Não cumprir com os princípios da rádio e da organização.
Nunca afastou, sempre conversa antes, principalmente por conta da programação musical.
falta de verba

Geralmente são as Rádios comerciais que oferecem melhor salário.
Mudança do Município.
Não cumprir o estatuto da rádio.
Não entender a linha de pensamento, funcionamento e objetivos da rádio
nenhum
Personalismo, sem pensar na comunidade, nos objetivos da rádio comunitária, não ter cautela/preparo para falar. Rádio tem pouca rotatividade.
Não cumprir o que rege a Constituinte e as regras da rádio. Fazer "politicagem".
Desvio de conduta da política de comunicação comunitária que a emissora desenvolve
falta de ética, falar de política partidária ou elogiar políticos.

Pergunta 21

Tabela referente à relação pessoal com os demais participantes da rádio

Como é sua relação com os demais participantes da rádio?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
A maioria é meu amigo	66,0%	66
A maioria é meu colega	31,0%	31
A maioria me é indiferente	3,0%	3
	<i>Responderam à pergunta</i>	100
	<i>Pularam a pergunta</i>	0

Pergunta 22 (cont.)

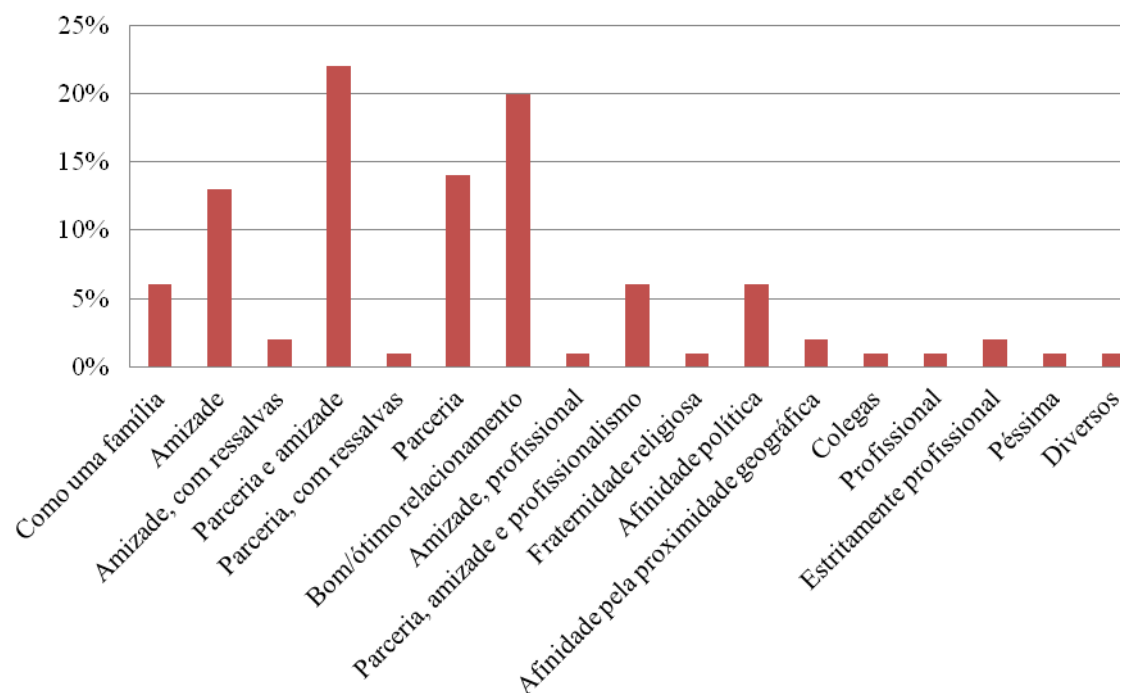
Tabela referente à relação entre os participantes da rádio

No geral, como você avalia a relação entre os participantes da rádio? (parceria, amizade, estritamente profissional etc.) (Respostas abertas)			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Como uma família	"É uma relação amistosa e de profissionalismo. Consideramos os integrantes como sendo uma família"; "O clima é de família. Nas reuniões percebemos nitidamente que todos buscam um só objetivo que é ser um canal democrático."; "Os membros todos formamos uma família, juntos num só objetivo fazemos radio com profissionalismo assim passando pra comunidade segurança, admiração respeito e carinho com nosso ouvintes."; "Como uma família, inclusive brigas (risos)"; "É praticamente uma família"; "Relação quase familiar"	6%	6
Amizade	"Em nossa emissora somos todos amigos, trabalhamos unidos"; "Para haver um clima de trabalho além de colegas sempre se busca ser amigos"	13%	13
Amizade, com ressalvas	"Amizade, mas há os momentos em que é preciso exercer a coordenação, então a hierarquia se estabelece"; "Amizade, mas há o interesse financeiro"	2%	2
Parceria e amizade	"Parceria e amizade, prevalecendo o respeito em todos os membros da equipe"; "Parceiros e amigos"; "Todos trabalham como voluntários, do apoio cultural, quando sobra dinheiro das despesas, o total é dividido entre os trabalhadores que mais necessitam. O relacionamento é de parceria e amizade, todos se sentem um pouquinho dono da rádio."	22%	22
Parceria, com ressalvas	"A maioria é parceiro, alguns tem as suas divergências"	1%	1
Parceria	"Uma relação de parceiros (uns ajudando aos outros)"; "Existe uma relação de parceria, não somente estritamente profissional"; "Existe parceria e todos estão motivados a novos desafios"	14%	14
Bom/ótimo relacionamento	"Muito boa, pois não há interferência externa"; "Bom"; "Ótimo"; "Muito boa"; "As pessoas se dão muito bem, por ser agora um grupo pequeno que toca as atividades da rádio"; "A relação é boa. Em alguns casos são amigos, outros apenas colegas"; "Relacionamento ótimo"; "Um ótimo ambiente, todos os voluntários se dedicam a arte da comunicação e ao mesmo tempo a arte da amizade e coleguismo."; "Extremamente positiva"	20%	20
Amizade, profissional		1%	1
Parceria, amizade e profissionalismo	"Mais as duas primeiras hipóteses [amizade e parceria] e um pouco da terceira [profissional]"; "Pode-se dizer que 80% parceria e amizade e 20% estritamente profissional"; "Ótima relação de convivência e amizade, parceria e um excelente relacionamento profissional"; "Uma equipe que tem amigos, colegas e profissionais na hora da execução das tarefas"	6%	6

Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Fraternidade religiosa	"Somos um terreiro de matriz africana, todos somos irmãos de santo, e fazemos parte desta corrente que nos une (...) indo sempre em busca do fortalecimento e do direito a comunicação através da rádio livre"	1%	1
Afinidade política	"Nossa relação se dá através da afinidade política com o projeto da emissora"; "Companheiros, se ajudam, às vezes há divergências por questões ideológicas, mas mantêm a unidade"; "Todos amigos e colegas lutando pelo mesmo ideal"; "Companheiros de luta"; "Somos companheiros e companheiras de luta. Como vivemos na mesma comunidade, também temos relações de amizade"	6%	6
Afinidade pela proximidade geográfica	"A Nossa cidade é pequena de 5.000 habitantes, e somos todos da mesma comunidades"; "Todos são colegas e amigos e moradores da comunidade"	2%	2
Colegas	"Todos profissionais, são parceiros e acima de tudo colegas"	1%	1
Profissional		1%	1
Estritamente profissional	"Mais profissional, indiferente entre si"	2%	2
Péssima	"Péssima, não tem relação amigável, precisa mudar urgente a diretoria a ditadura"	1%	1
Diversos		1%	1
Total		100%	100
		Responderam à pergunta	100
		Pularam a pergunta	0

Gráfico referente à relação entre os participantes da rádio

Como você avalia a relação entre os participantes da rádio?



Quadro com todas as respostas sobre a relação entre os participantes da rádio

Respostas
Somos companheiros e companheiras de luta. Como vivemos na mesma comunidade, também temos relações de amizade
parcerias e amizades e ajuda
Ótima
Amizade, mas há os momentos em que é preciso exercer a coordenação, então há hierarquia se estabelece.
Parceria
Sempre em bom relacionamento graças a deus
parceria e amizade
Amizade
Nossa relação se dá através de afinidade política com o projeto da emissora
Relação de parceria e amizade.
Parceria
Amizade
É uma relação amistosa e de profissionalismo. Consideramos os integrantes como sendo uma família.
Parceria e amizade
de Amizade
(estritamente profissional)
Parceria
Amizade
Relação de parceria e amizade.
Companheiros, se ajudam, as vezes há divergência por questão ideológica, mas mantem a unidade
Parceria

Péssima não tem relação amigável precisa mudar urgente a diretoria a ditadura
Muito boa pois não há interferência externa
Parceria e amizade, prevalecendo o respeito entre todos os membros da equipe bom
Uma relação de parceiros (Uns ajudando aos outros) parceria e amizade
No geral, pode-se dizer que existem diversos tipos de relações dentro da Alma Londrina Rádio Web. Mais as duas primeiras hipóteses e um pouco da terceira. parceria, amizade, profissionalismo.
Ótima
Parceria e amizade.
parceria e amizade
amizade, mas ha o interesse financeiro
Muito boa.
Todos colgas e amigos lutando pelo mesmo ideal
boa
parceria e amizade
As pessoas se dão muito bem, por ser agora um grupo pequeno que toca as atividades da rádio
amizade
O clima é de família. Nas reuniões percebemos nitidamente que todos buscam um só objetivo que é ser um canal democrático.
Parcerias e amizade
Os membros todos formamos uma família, juntos num só objetivo fazemos radio com profissionalismo assim passando pra comunidade segurança, admiração respeito e carinho com nosso ouvintes.
Parceria/amizade
Parceira
A relação é boa. Em alguns casos alguns são amigos, outros apenas colegas
Somos um terreiro de matriz africana, todos somos irmãos de santo, e fazemos parte desta corrente que nos une e que trabalha em prol das atividades do Ponto de Cultura, e da Rádio Amnesia, indo sempre em busca do fortalecimento e do direito a comunicação através da rádio livre.
parceria
Parceiros e amigos
parceria, amizade
todos profissionais, são parceiros e acima de tudo colegas.
muito boa
Amizade.
A relação é de parceria e amizade
Como uma família, inclusive brigas (risos)
Existe uma relação de parceria, não somente estritamente profissional.
todos são colegas e amigos e moradores da comunidade....
Parceria e amizade.
A maioria é parceiro, alguns tem as suas divergências.
Mistura de amigos, colegas e companheiros. Respondeu a anterior como Companheiros de luta.
Amizade
Boa
relacionamento ótimo
Um ótimo ambiente,todos os voluntários se dedicam a arte da comunicação e ao mesmo tempo a arte da amizade e coleguismo.
Pode se dizer 80% parceria e amizade e 20% estritamente profissional
A Nossa cidade é pequena de 5.000 habitantes, e somos todos da mesma comunidades,
Em nosso emissora, somos todos amigos, trabalhamos unidos.
Extremamente positiva
Amizade
Ótima

Amizade, parceria
Parceria e amizade
Amizade.
boa
Profissional
Parceria
parceria
Parceria
Boa
Relação de parceria e amizade
Existe parceria e todos estão motivados a novos desafios.
É praticamente uma família
Ótima relação de convivência e amizade, parceria e um excelente relacionamento profissional
Uma equipe que tem amigos, colegas e profissionais na hora da execução das tarefas. São colaboradores, mas tem tarefas a serem cumpridas, pois todos têm outras atividades para sustentar suas famílias.
Para haver um clima de trabalho além de colegas sempre se busca ser amigos.
Todos trabalham como voluntários, do apoio cultural, quando sobra dinheiro das despesas, o total é dividido entre os trabalhadores que mais necessitam. O relacionamento é de parceria e amizade, todos se sentem um pouquinho dono da rádio.
Temos uma boa relação.
amizade, profissional
Mais amizade e parceria. É contra a relação ser meramente profissional, sem contato com os demais.
Mais profissional, indiferente entre si.
muito boa
Amizade
Parceria/amizade.
de amizade
As parcerias da rádio acontecem muito mais por afinidade nas ações culturais que a Casa da Cultura do Litoral promove junto as nossas comunidades praieiras
boa
Parceria.
Parceria
Relação quase familiar
Parceria, amizade e estritamente profissional. É variada.

**ANEXO H – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA)**

Pergunta 23 (cont.)

Tabela referente ao orçamento mensal

Qual o orçamento da emissora por mês? (respostas abertas)				
Faixas*	Detalhamento	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Zero		"No momento não temos recursos"; "Não há captação de recursos por enquanto"; "Zero"; "Nos últimos dois anos está sem entrada, só despesa"; "Estamos fora do ar"	8%	8
Menos que 1/2 salário mínimo	Entre 0 e R\$ 394		2%	2
Entre 1/2 e 1 salário mínimo	Entre R\$ 395 e R\$ 788		3%	3
Entre 1 e 2 salários mínimos	Entre R\$ 789 e R\$ 1576		15%	15
Entre 2 e 3 salários mínimos	Entre R\$ 1577 e R\$ 2364		13%	13
Entre 3 e 4 salários mínimos	Entre R\$ 2365 e R\$ 3152		17%	17
Entre 4 e 5 salários mínimos	Entre R\$ 3153 e R\$ 3940		2%	2
Entre 5 e 6 salários mínimos	Entre R\$ 3941 e R\$ 4728		6%	6
Mais que 6 salários mínimos	Mais que R\$ 4729		13%	13
Não sei/Impreciso/Em branco		"A emissora não possui orçamento próprio"; "Não temos orçamento detalhado"; "Sem estimativas"; "Depende"; "Variável"; "Sobrevivência para suprir as próprias necessidades"; "Muito baixo"; "Varia muito"; "3"; "2"; "Não tem orçamento fixo, varia de acordo com a captação"; "O suficiente para pagar as despesas"	21%	21
Total			100%	100
		Responderam à pergunta		100
		Pularam a pergunta		0

* Considerou-se o valor do salário mínimo nacional no ano da realização da pesquisa, 2015: R\$ 788

Quadro com todas as respostas referentes ao orçamento mensal

Respostas
Em torno de R\$ 1.000,00
no maximo 3,000,00
1.000,00
média 1800 / 2 mil por mês. Atualmente na faixa de 3 mil 3500
Estamos fora do ar
Isso não temos como dizer pois temos mês que não se consegue nada
1000 a 1500
No momento não temos recursos.
Alugue (1400,00) Internet telefone (200,00), Água luz (450,00) + despesas de manutenção
O setor onde a rádio está inserida (CTE) costuma receber verba mensalmente da Universidade, no total de R\$ 5.000,00, que é usado para todo tipo de necessidade, desde material de escritório até ilhas de edição; não é possível precisar quanto vai para a rádio – há meses em que recebemos apenas uma resma de papel; há outros em pudemos adquirir equipamentos caros, como uma mesa de som de boa qualidade. Os salários são pagos diretamente pela Universidade.
4000
Cerca de 1.000,00
Hoje a rádio está fora do ar, aguardando a concessão.
Em torno de 4 mil
R\$2.500,00
Muito baixo
R\$5.000,00
(Não temos recursos)
Sem nenhum tipo de remuneração, a despesa mensal é de aproximadamente R\$ 3.000,00, mas a receita mensal não chega a R\$ 1.500,00
2.000,00
É possível funcionar precariamente com 1.500 reais.
Mil reais
Dois mil reais
Em torno de R\$ 1.600,00
2
R\$ 500,00
mil e duzentos reais
Cerca de R\$ 4500.
Não há captação de recursos por enquanto
Em média 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
em média R\$ 4.500,00
Em torno de 1.100,00 reais.
700.00 em media
10.000,00
2.000,00
entre setecetos (700) e oitocentos (800) reais
2
Em torno de R\$3.000,00, por mês
Gastamos cerca de dois mil reais por mês
R\$600,00
150 reais – São 10 colaboradores de 15 reais cada
De 1500 a 2000.
Até 2 mil reais
varia muito
dois mil reais
por volta de 3 mil e quinhentos reais
0

Em torno de R\$3.000,00
1,200 Reais
2.500,00
2.800/3 mil
não tem orçamento fixo, varia de acordo com a captação
300
em média, R\$1.500.
De R\$ 800 a 2000 (varia muito)
R\$1.600
2000
O suficiente, para pagar às despesas.
Normalmente por doação, mas varia muito por conta dos projetos. R\$ 1500
zero
R\$ 8.000,00
Sem estimativas
depende
É variável...
Entre R\$700,00 a R\$960,00 por mês
Mais ou menos 2.500,00 reais por mes.
varia muito
Entre 2.000 e 3.000
Não sei
2.500,00
Sobrevivência pra suprir as necessidades.
Não temos um orçamento detalhado
De 3 a 5 mil.
R\$4,000.00 mes
1.500 Reais mensais
R\$ 3.000,00
5500 00
2.500,00
50000
Não temos orçamento específico. As demandas são solicitadas para a Pró-reitoria de Administração, como consertos e compra de equipamentos.
A emissora não possui orçamento próprio
Média de dois mil reais.
Custo operacional de aproximadamente R\$ 10.000,00 mensal
Oscila muito, sei que o custo operacional é muito alto, pois, primamos pela qualidade. Um mês pelo outro temos que buscar recurso junto aos nossos parceiros (tiram do bolso Dois Três Mil Reais por mês na maioria das vezes). Temos muita dificuldade de ter sucesso junto aos apoiadores culturais, pois a proposta de mídia deles é anunciar produto, preço, promoção e não a veiculação do institucional da empresa ou comércio como nome, endereço e telefone.
Em torno de R\$ 12.000,00 reais mensais.
De 3 a mil por mês
10 mil reais por mês.
--
Próximo de um salário mínimo
Muito variável, pois participam de licitações e contratos públicos. Nos últimos dois anos está sem entrada, só despesa.
4 mil
2.800,00
3.000,00
De 3.500 a 5 mil reais.
3

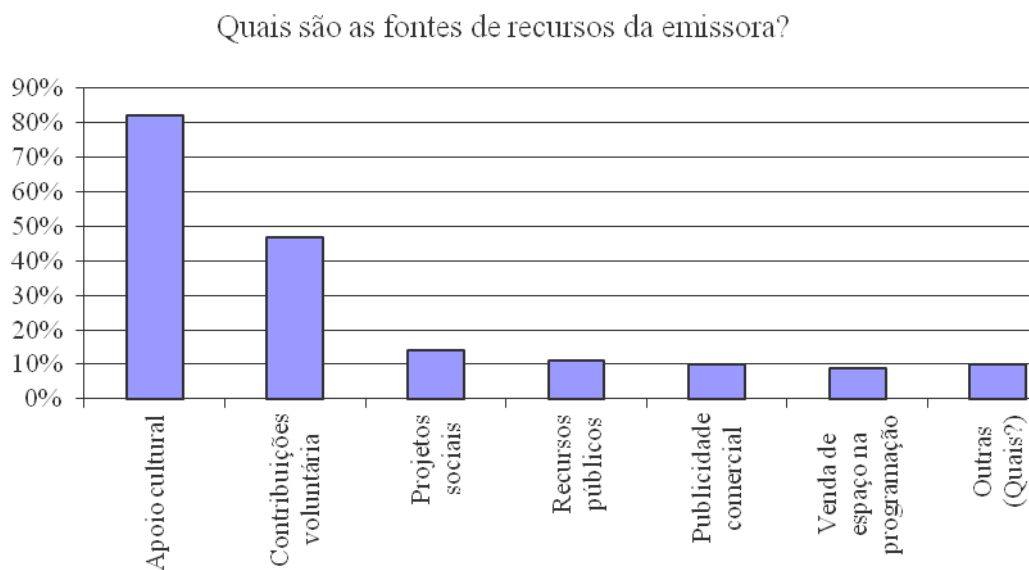
....
R\$ 8 mil
De 4 a 8 mil reais
R\$ 3.000,00 (três mil reais)
R\$ 6 mil

Pergunta 24

Tabela referente às fontes de recursos

Quais são as fontes de recursos da emissora?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Números absolutos
Apoio cultural	82,0%	82
Contribuições voluntárias	47,0%	47
Projetos sociais	14,0%	14
Recursos públicos	11,0%	11
Publicidade comercial	10,0%	10
Venda de espaço na programação	9,0%	9
Outras (Quais?)	10,0%	10
	Responderam à pergunta	100
	Pularam a pergunta	0

Gráfico referente às fontes de recursos



Quadro com todas as respostas das outras fontes de recursos

Outras (Quais?)
fora do ar
Editais públicos
Cartinhas, programações especiais com sorteios, bingos, eventos culturais, mensalidade dos sócios.
Clube do ouvinte
mas sempre está em deficit
Contribuição semestral de R\$ 25
Contribuição de 10 mensais dos sócios
Universidade
Atualmente a rádio é mantida com a contribuição da Cooperativa dos Assentados. Temos a perspectiva de retomar os apoios culturais

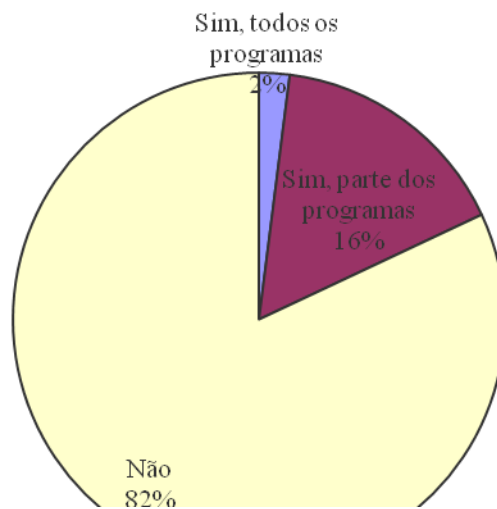
Pergunta 25

Tabela referente à prática de aluguel de espaço na programação

A rádio trabalha com aluguel de espaços na programação?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim, todos os programas	2,0%	2
Sim, parte dos programas	16,0%	16
Não	82,0%	82
	<i>Responderam à pergunta</i>	100
	<i>Pularam a pergunta</i>	0

Gráfico referente à prática de aluguel de espaço na programação

A rádio trabalha com aluguel de espaços na programação?



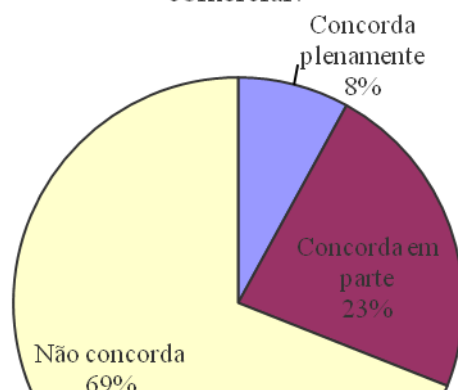
Pergunta 26 (cont.)

Tabela referente à concordância (ou discordância) com a proibição de publicidade comercial

Você concorda que rádio comunitária não possa ter publicidade comercial?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Concorda plenamente	8,0%	8
Concorda em parte	23,0%	23
Não concorda	69,0%	69
Por quê?		85
	Responderam à pergunta	100
	Pularam a pergunta	0

Gráfico referente à concordância (ou discordância) com a proibição de publicidade comercial

Você concorda que rádio comunitária não possa ter publicidade comercial?



Quadro com todas as respostas referentes à concordância (ou discordância) com a proibição de publicidade comercial

Por quê?
Penso que para a rádio é importante ter um fonte segura de renda, mas no nosso caso, é importante que não façamos propaganda realidade da nossa região, na prática o apoio cultural não se diferencia muito do que seria publicidade.
deve ser mantida pelos associados e voluntários
Os custos das pessoas e da rádio precisam ser pagos e só com voluntários ou ajuda de custos não conseguem trabalhar tão bem o
A publicidade é um direito na minha visão de qualquer instituição que trabalhe ou atue com comunicação, seja ela comunitária publicidade e só apoio cultural (Outra que não entendeu a pergunta)
Por que como faríamos para se manter ?
Porque não tem como sobreviver.
A rádio comunitária tem contas como as comerciais, depende de pessoas para operá-la, com isso acredito que também poderia
Concordamos e defendemos, porém é obvio que este debate é complexo do ponto de vista político. Defendemos a publicidade c de empresas que possuem as seguintes ações; a) Não reconhece os direitos dos trabalhadores; b) Agridem o meio ambiente; c) E
Se os produtos / serviços anunciados não ferirem os princípios que norteiam a programação da rádio, não há razão para excluí-l
Pq Pequenos comerciantes querem divulgar em pequenos veículos pra desenvolvimento local do comercio.. geração de renda et
Pelos fatos acima. Todos tem dificuldades financeiras. O comércio local, certamente ajudaria muito. Devidos as dificuldades so
A proibição de comercial priva a rádio de angariar recursos e prejudica o pequeno comerciante, que fica impedido de anunciar o
Acho q deveria melhorar as regras.
Ajudaria a manter o pagamento das despesas. (Acho que esse não entendeu a pergunta)
(A maior forma de arrecadação)
A publicidade diferente do apoio cultural qualquer empresa poderá veicular seus produtos e serviços , com isso nossa receita po
(Conteúdo adequado)
A publicidade comercial é uma opção para sustentabilidade do projeto. Apenas devendo atender há alguns critérios seletivos, co

Não concorda com alguns tipos de publicidade, avaliando a fonte e o conteúdo.
Visto o objetivo delas ser diferente das emissoras comerciais. Sou a favor de uma mudança no conceito de apoio cultural.
Como ela pode se sustentar? Sem o comercial?
Deve ser feita de acordo com a legislação, sem veiculação de preços. Deve ser breve o bloco de apoios.
questao de sobrevivencia
A manutenção das Rádios Comunitárias são altíssimas, por esse motivo acho que deveria ter publicidde
Porque é possível suprir essa questão com a publicidade institucional.
Para garantir sustentabilidade mínima, priorizando a economia local.
Neste aspecto (e apenas neste), a Rádio comunitária precisa ser tratada, neste aspecto, igual às rádios comerciais.
Ninguém quer concorrer com as emissoras comerciais, entretanto, as comunitárias precisam de sobreviver.
a radio precisa sobreviver dela nesmo e não com ajuda dos associados
pagamos impostos, qualquer panfleto pode vender publicidade, que eu sei somente RadCom nao pode.
Como é que vamos manter a rádio se temos a mesmas obrigações de qualquer empresa.
nós trabalhamos com apoio cultural como determina a LEI no entanto o apoio é tão restrito que não conseguimos ajudar e nem
como pagamos nossas diepesas
Porque a manutenção da emissora tem custos e o "pessoal' precisaria ser remunerado, com o objetivo de qualificar e profissional
Por que a maioria das rádios não são comunitárias pertencem a igrejas e a politicos locais servem aos interesses de grupos econ
porque isso nos deixa sem recursos até mesmo pra manter a emissora
Concordo em parte. De um lado, é preciso infelizmente do capital para a manutenção e ainda motivar a equipe com promoção d
comunitária é outra.
Pra se manter sem tanta dificuldade
porque os pequenos comerciais, sendo nas comunidades serve para ajuda na manutenção das emissoras que temos que paga ene
Porque como a contribuição dos apoios culturais são poucos, se torna difícil manter a mesma
porque os apoios que se consegue para a manutenção da rádio é muito pouco. Para se pagar água. Luz<Tel,duas Funcionarias, t
Ela precisa sobreviver.
para poder manter a mesma, pois os recursos são mínimos
Sem publicidade inclusive dos gestores não poderemos sobreviver.
Nós pagamos aluguel, Energia, Água, Telefone, Material de Limpeza, Manutenção de aparelhagem, etc...
Os custos precisam ser pagos e é muito mais fácil conseguir recursos com publicidade.
como podemos manter uma estrutura funcionando sem recursos
Se a comunidade quiser utilizar o espaço para comércio local, faz sentido.
Entender melhor o que é publicidade comercial e apoio cultural.
Uma forma de a rádio sobreviver, não tem que ter fins de lucro, mas tem que ter receita
Por questão de sobrevivência para a própria rádio.
pois é o melhor meio de arrecadação financeira para sua manutenção.
Necessita de ter um ganho para se manter. Mas há projetos culturais e sociais que podem ser utilizados, há a possibilidade do vo
Porque a mercantilização das ondas eletromagnéticas ela tem que ficar no mínimo possível, o ideal é que a rádio consiga outras
Por um motivo muito importante não perdermos a identidade, originalidade e o acesso imediato ao ouvinte.
O empreendedorismo e a livre iniciativa deve se manifestar em todas as suas possibilidades
porque devemos a cada dia usarmos mais a nossa criatividade.
Para sobrevivência das rádios comunitárias
Por que prestamos muitos serviços à sociedade,através de informações e entretenimentos, temos despesas de luz, água, telefone
A Radio precisa de angariar recurso para suas despesas, deveria fazer propaganda somente na area de sua atuação
Pois sem publicidade fica difícil arrecadar algum valor pra poder pagar as despesas, como aluguel, luz, água, internet, limpeza,
A maior parte dos anunciantes querem investir e ter o retorno comercial.
Porque mesmo sendo comunitária, tem despesas e custos.
Porque a rádio precisa se manter e só consegue com apoio comercial. É essencial.
ela precisa de fundos para sobreviver
Sem apoio cultural nao dar pra sustentar uma uma Radio so de doações
nossa cidade so tem essa radio
Despesas obrigatórias tais como, aluguel + água, luz, telefone, taxa de fiscalização da ANATEL + ecade, + reposição ou atualiz
Uma emissora de rádio tem custos e precisa de recursos para a sua manutenção.
Acredito que a publicidade é necessária, porém que a mesma seja adaptada em conjunto com as regras do apoio cultural. Pequ

já q tem alcance restrito, seria espaço para pequenos comerciantes. Essa lei que proíbe acaba ameaçando a sobrevivência da rád
Porque a rádio comunitária tem o mesmo custo operacional de uma emissora comercial, os custos são de uma empresa comercial
A emissora comunitária tem que ser diferente. Ela tem que continuar cumprindo a sua missão junto a sua área de abrangência, s
poder público: executivo, legislativo, judiciário, ministério público entre outros. Tornar possíveis verbas de publicidade para as e
Para garantir a viabilidade deveria ter um fundo para repasse permanente indo de outras fontes, ex: ministério da Cultura ou out
Por ser comunitária tem mesmo que ter uma filosofia diferente das rádios comerciais. No entanto precisa sobreviver e para é pr
população.
o sufoco que a gente passa aqui é grande. Tudo se contribui.
Para manter os compromissos financeiros em dia.
Mesmo que uma empresa de veneno pagasse muito para vender o produto, não aceitaria.
Atrapalha a criação e manutenção das rádios comunitárias.
Inviabiliza as Rádios Comunitárias dos pequenos Municípios.
A lei já não define o que é apoio cultural, a lei fala que a rádio deve fomentar e fortalecer o comércio local. A lei dá essa brecha
É uma ferramenta de comunicação e precisa de recursos financeiros para a sua manutenção.
Acha que poderiam limitar mas tem que ter a publicidade comercial. A rádio perde propagandas para as rádios comerciais. Devi
O certo seria ter, como sobreviver? Como trabalhar sem ganhar?
Porque a rádio tem muita dificuldade financeira de se manter, tem o mesmo gasto das outras rádios. E que sem a publicidade fic

Tabela referente aos motivos pela concordância em parte com a proibição de publicidade

Por que concorda em parte? (23)*			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (concordam em parte)	Números absolutos
Deveria melhorar a lei	"Acho que deveria melhorar as regras"; "Sou a favor de uma mudança no conceito de apoio cultural"; "Acredito que a publicidade é necessária, porém que a mesma seja adaptada em conjunto com as regras do apoio cultural. Pequenas alterações são necessárias"; "tem que ser alterada a legislação para buscar outras formas de receita.Ex: Por que não parte da verba de publicidade do poder público: (...). Tornar possíveis verbas de publicidade para as emissoras comunitárias a fim de viabilizá-las financeiramente, pois são alguns milhões de reais que são oferecidas as emissoras comerciais, mas as comunitárias ficam fora do bolo por questões legais. Não é na comunidade que as ações acontecem?"; "Para garantir a viabilidade deveria ter um fundo para repasse permanente indo de outras fontes, ex: ministério da Cultura ou outras fontes."; "é preciso abrir / criar / estabelecer por lei condições de apoio com dinheiro para sua manutenção, tendo em vista sua grande importância"	30,4%	7
Risco de perder a essência de rádio comunitária	"De um lado, é preciso infelizmente do capital para a manutenção e ainda motivar a equipe com promoção de atividades que geram despesas. Do outro, se focar apenas no investimento de empresas corremos o risco de deixar de lado nossa meta e viver em função do comércio com os seus objetivos. Não podemos ter um perfil de rádio comercial se a essência da rádio comunitária é outra."; "Por um motivo muito importante não perdermos a identidade, originalidade e o acesso imediato ao ouvinte."; "A emissora comunitária tem que ser diferente. Ela tem que continuar cumprindo a sua missão junto a sua área de abrangência, sendo uma ferramenta muito importante para sua comunidade na área da radiodifusão procurando ser um elo de inclusão social"	21,7%	5
Desde que favoreça a economia local	"Para garantir sustentabilidade mínima, priorizando a economia local"; "Se a comunidade quiser utilizar para o comércio local, faz sentido"; "Deveria fazer propaganda somente na área de sua atuação"	13,0%	3
Desde que o conteúdo seja adequado	"(Conteúdo adequado)"; "Não concorda com alguns tipos de publicidade"; "Mesmo que uma empresa de veneno pagasse muito para vender o produto, não aceitaria"	13,0%	3
Há outras possibilidades de receita	"Necessita de ter um ganho para se manter. Mas há projetos culturais e sociais que podem ser utilizados, há a possibilidade do voluntariado e doações"; "Porque a mercantilização das ondas eletromagnéticas ela tem que ficar no mínimo possível, o ideal é que a rádio consiga outras formas de financiamento."	8,7%	2
Desde que seja nos termos da lei atual	"Deve ser feito de acordo com a legislação, sem veiculação de preços. Deve ser breve o bloco de apoios"	4,3%	1
Em branco		21,7%	5

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado das categorias organizadas.

Gráfico referente aos motivos pela concordância em parte com a proibição de publicidade

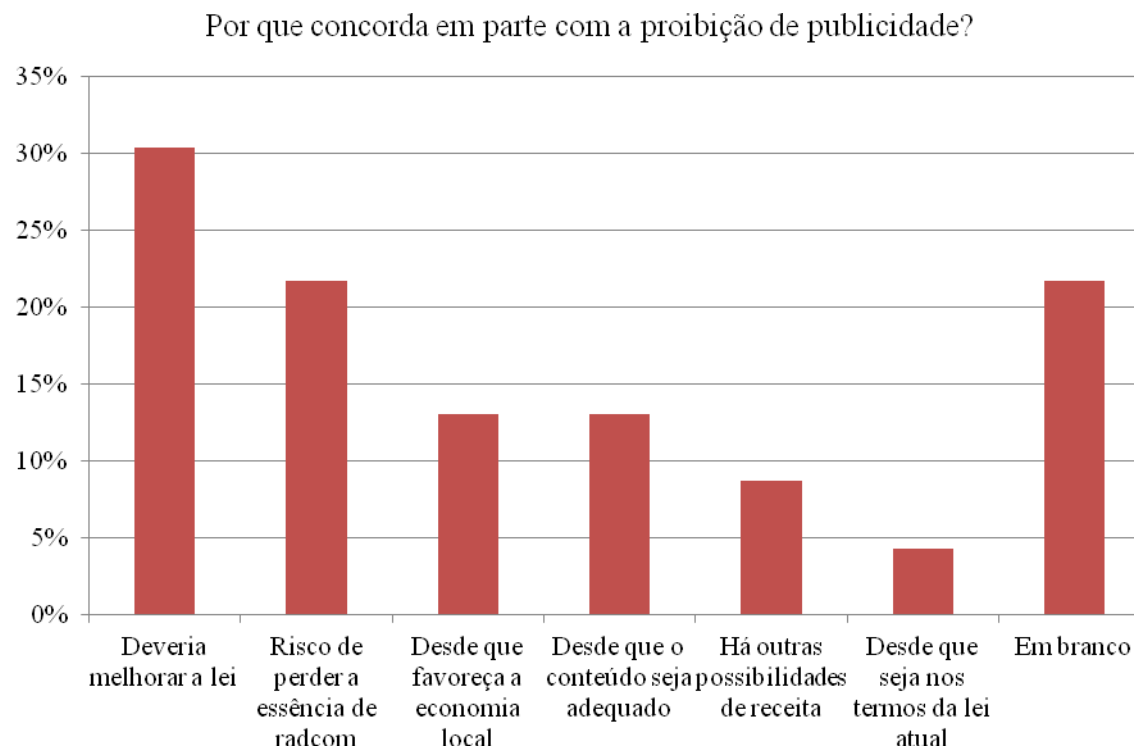


Tabela referente aos motivos pela concordância plena com a proibição de publicidade

Por que concorda plenamente? (8)				
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (concordam plenamente)	Números absolutos	
Publicidade institucional/governamental seria suficiente	"Porque é possível suprir essa questão com a publicidade institucional"; "Sem publicidade inclusive dos gestores não poderemos sobreviver"	25,0%	2	
Associados e voluntários seriam suficientes	"deve ser mantida pelos associados e voluntários"	12,5%	1	
Precisa de mais informações para decidir	"Entender melhor o que é publicidade comercial e apoio cultural."	12,5%	1	
Apoia o apoio cultural	"Sem apoio cultural nao dar pra sustentar uma uma Radio so de doações"	12,5%	1	
Em branco		37,5%	3	

Gráfico referente aos motivos pela concordância plena com a proibição de publicidade

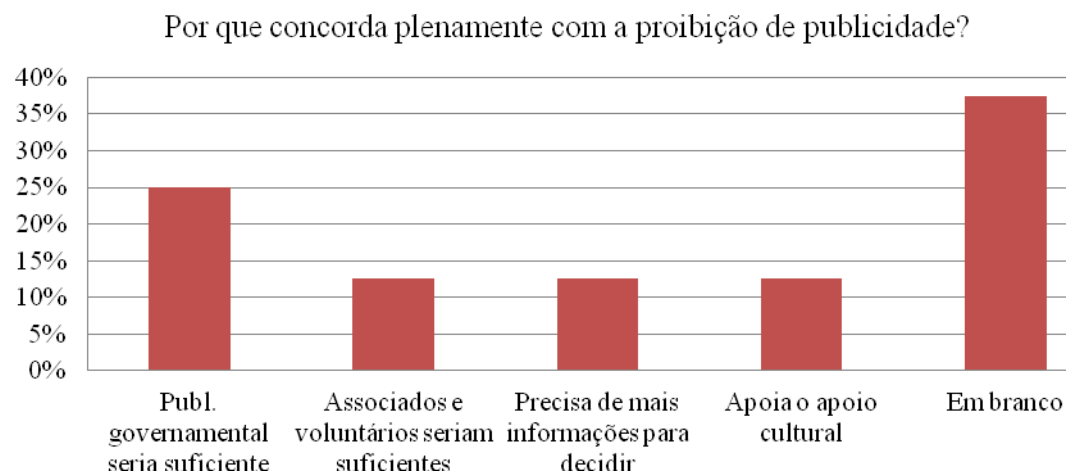


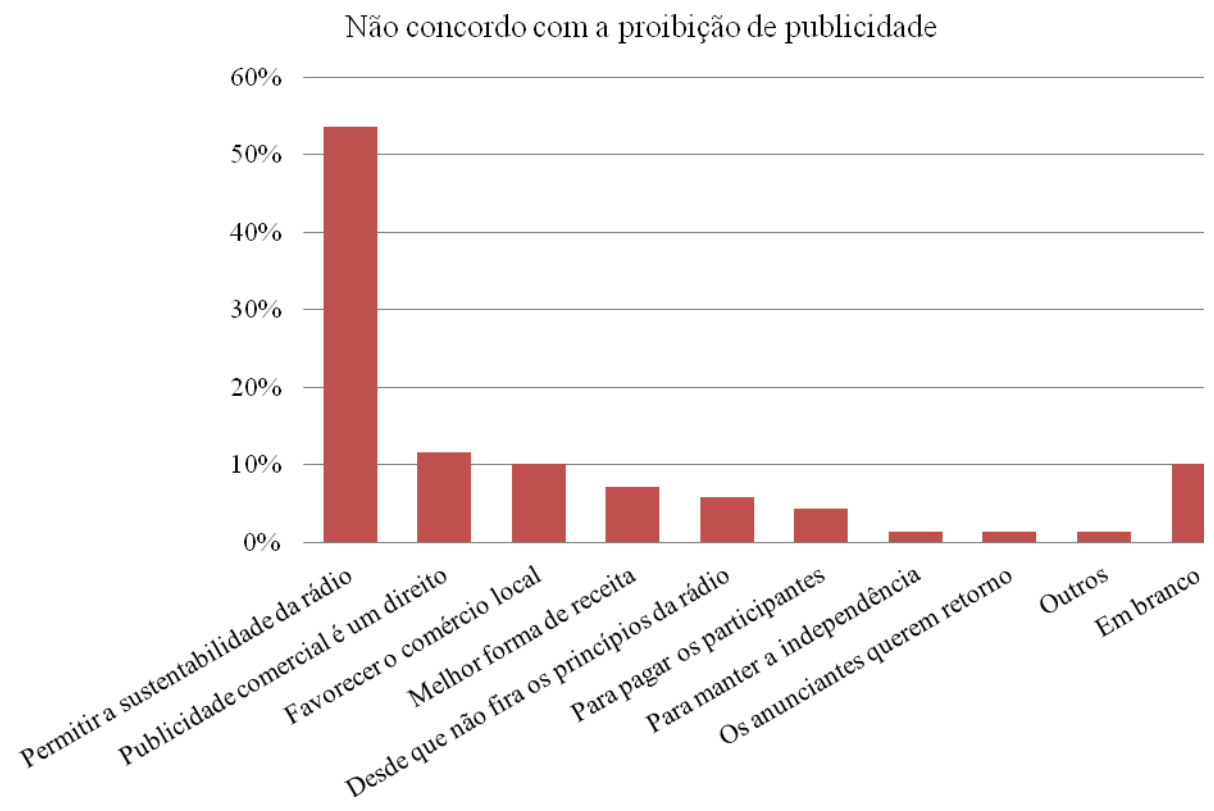
Tabela referente aos motivos pela discordância com a proibição de publicidade

Por que não concorda? (69)*			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (não concordam)	Números absolutos
Permitir a sustentabilidade da rádio	"Ninguém quer concorrer com as emissoras comerciais, entretanto, as comunitárias precisam de sobreviver"; "Como é que vamos manter a rádio se temos a mesmas obrigações de qualquer empresa"; "Porque mesmo sendo comunitária, tem despesas e custos"; "Questão de sobrevivência"; "Ajudaria a manter o pagamento das despesas"; "A proibição de comercial priva a rádio de angariar recursos"; "A publicidade comercial é uma opção para sustentabilidade do projeto"; "Para poder manter a mesma, pois os recursos são mínimos"; "Os custos das pessoas e da rádio precisam ser pagos "; "Como ela pode se sustentar? Sem o comercial?"; "A manutenção das Rádios Comunitárias são altíssimas, por esse motivo acho que deveria ter publicidde"	53,6%	37
Publicidade comercial é um direito	"Devem ter o direito de também ter a propaganda"; " A publicidade é um direito na minha visão de qualquer instituição que trabalhe ou atue com comunicação, seja ela comunitária ou comercial"; "A rádio comunitária tem contas como as comerciais, depende de pessoas para operá-la, com isso acredito que também poderia ter um suporte financeiro permanente como os comerciais"; "Porque a rádio comunitária tem o mesmo custo operacional de uma emissora comercial"; "A lei já não define o que é apoio cultural, a lei fala que a rádio deve fomentar e fortalecer o comércio local. A lei dá essa brecha".	11,6%	8
Favorecer o comércio local	"Já que tem alcance restrito, seria espaço para pequenos comerciantes"; "A lei já não define o que é apoio cultural, a lei fala que a rádio deve fomentar e fortalecer o comércio local. A lei dá essa brecha."; "Nossa cidade só tem essa rádio"; "Porque pequenos comerciantes querem divulgar em pequenos veículos pra desenvolvimento local do comercio.. geração de renda etc"; "O comércio local, certamente ajudaria muito"; "A proibição de comercial priva a rádio de angariar recursos e prejudica o pequeno comerciante"; "não conseguimos ajudar e nem desneolver o nosso comercio local, só aqueles comerciantes de boa vantade é que contribuem para manuteção de nossa Radio"	10,1%	7
Melhor forma de receita	"Neste aspecto (e apenas neste), a Rádio comunitária precisa ser tratada, neste aspecto, igual às rádios comerciais"; "Porque a rádio precisa se manter e só consegue com apoio comercial. É essencial"; "(A maior forma de arrecadação)"; "Pois é o melhor meio de arrecadação financeira para sua manutenção"; "Os custos precisam ser pagos e é muito mais fácil conseguir recursos com publicidade"; "Pois sem publicidade fica difícil arrecadar algum valor pra poder pagar as despesas, como aluguel, luz, água, internet, limpeza, etc."; "Pagamos impostos, qualquer panfleto pode vender publicidade, que eu sei somente RadCom nao pode"; "	7,2%	5
Desde que não fira os princípios da rádio	Se os produtos / serviços anunciados não ferirem os princípios que norteiam a programação da rádio, não há razão para excluí-los"; "Defendemos a publicidade comercial, entretanto nossos princípios definido em assembléia é que o comercial não é um fim em si mesmo. Defendemos a inclusão de empresas preocupadas com o desenvolvimento social de nossa comunidade. "; "Apenas devendo atender a alguns critérios, como: não anunciar cigarro, remédios, bebidas"; "É importante que não façamos propaganda de produtos que vão contra o que pensamos e projetamos como modelo de sociedade"	5,8%	4

Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (não concordam)	Números absolutos
Para pagar os participantes	"Os custos das pessoas e da rádio precisam ser pagos e só com voluntários ou ajuda de custos não conseguem trabalhar tão bem quanto gostariam"; "Poderá viabilizar toda estrutura necessária para contratar equipe técnica e manter custos"; "O 'pessoal' precisaria ser remunerado, com o objetivo de qualificar e profissionalizar"	4,3%	3
Para manter a independência	"Porque a maioria das rádios não são comunitárias pertencem a igrejas e a políticos locais servem aos interesses de grupos econômicos locais. Não se diferenciam da grande mídia."	1,4%	1
Os anunciantes querem retorno	"A maior parte dos anunciantes querem investir e ter o retorno comercial"	1,4%	1
Outros	"Porque devemos a cada dia usarmos mais a nossa criatividade"	1,4%	1
Em branco		10,1%	7

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado das categorias organizadas.

Gráfico referente aos motivos pela discordância com a proibição de publicidade



**ANEXO I – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
QUANTITATIVA (APROPRIAÇÕES E QUESTÕES TECNOLÓGICAS)**

Pergunta 27

Tabela referente à conexão à internet

Como é a conexão à internet da rádio?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Não tenho	5,1%	5
Discada	3,0%	3
Banda larga (até 1 Mb)	34,3%	34
Banda larga (de 1 até 10 Mb)	48,5%	48
Mais que 10 Mb	5,1%	5
Não sei	4,0%	4
	<i>Responderam à pergunta</i>	99
	<i>Pularam a pergunta</i>	1

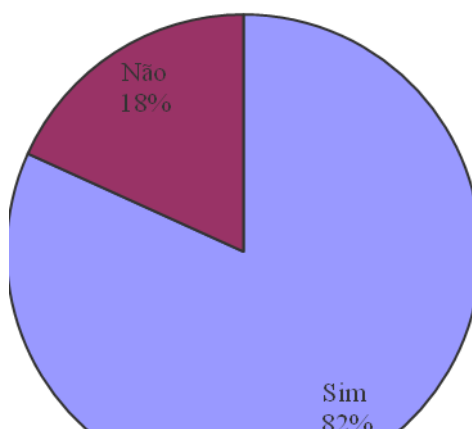
Pergunta 28

Tabela referente à existência de um site próprio

A rádio tem site próprio na internet?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	81,8%	81
Não	18,2%	18
	<i>Responderam à pergunta</i>	99
	<i>Pularam a pergunta</i>	1

Gráfico referente à existência de um site próprio

A rádio tem site próprio na internet?



Pergunta 28.1 (cont.)

Tabela referente à estimativa de acessos

Tem uma estimativa de acessos diários?			
Faixas	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Não*	"Não sabe"; "Não temos esse controle"	49,4%	40
Menos que 50		19,8%	16
Entre 51 e 100		3,7%	3
Entre 101 e 200		4,9%	4
Entre 201 e 300		7,4%	6
Entre 301 e 500		4,9%	4
Entre 501 e 1000		0,0%	0
Mais que 1000		6,2%	5
Imprecisos	"Muito baixo"; Não sabemos, mas somos acessados até no exterior, não em grande quantidade"; "vinte mil ouvintes" **	3,7%	3
Total		100,0%	81
		Responderam à pergunta	79
		Pularam a pergunta	21

* Assumimos que as 2 que afirmaram 'sim' na pergunta anterior e pularam a presente não têm estimativa
 ** A respondente de 'vinte mil ouvintes' se referia ao número de ouvintes da emissora (comprovou-se com a resposta em 28.2.1)

Gráfico referente à estimativa de acessos



Quadro com todas as respostas referente à estimativa de acessos

Respostas
vinte mil ouvintes
200
200 a 300
Não
Temos em torno de 150 acessos diários
Média de 600 acessos / mês.
100
Não
Não
280
Muito baixo
5.000 acessos
Não
Aproximadamente 3.000 acessos
Não tem estimativa. Agosto foi 594 visualizações no blog, 22678 até hoje (desde 2010)
não
Em torno de 350 acessos.
nao
Não. No momento estamos fora do ar, por questões de manutenção do site
mil e trezentos
Sim. Atualmente calculamos cerca de 60 acessos diários.
Não
Não
Não

Olha, uma média de 200
média de 90 diários
250
50
300
300 homens
Não
Cerca de 50 pessoas diariamente
em torno de 50
500
Não
Não
nao
Não
Não
Não
25
Não
840 por mês, cerca de 28 por dia
Não
500
não
Não
não
menos de 30
No momento o site está em manutenção, mas em torno de 10.000 ao mês
Não
5
Não
Centenas, Uns 300 por dia.
não
Nao mais sao muitos acessos
De 30 a 40 por dia
nao
Não
5 mil
Não temos. Nossos acessos são significativos nas coberturas dos vestibulares de inverno e verão, na Feira do Livro e na Mostra das Profissões.
não
Mil acessos
não
Sim
Em torno de 10
Não sabemos, mas somos acessados até no exterior, não em grande quantidade.
Uns 20 acessos diários, no mês de julho, estávamos na posição 69 composta com mais de 100 rádios na região sul de sc.
200
Não
Cerca de 2 ouvintes diários.
não
Não
Aprox 30 pessoas por dia.
100

50
Não sabe
Não sabe
não temos esse controle

Pergunta 28.2 (cont.)

Tabela referente à transmissão online

Transmitem programação online (webrádio)?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	76,6%	62
Não, mas pretendemos	19,7%	16
Não e não pretendemos.	3,7%	3
Se não e não pretende, por quê?*		0
	Responderam à questão	81
	Pularam a questão	19

*Nenhuma das três que responderam "não e não pretendemos" justificou.

Pergunta 28.2.1 (cont.)

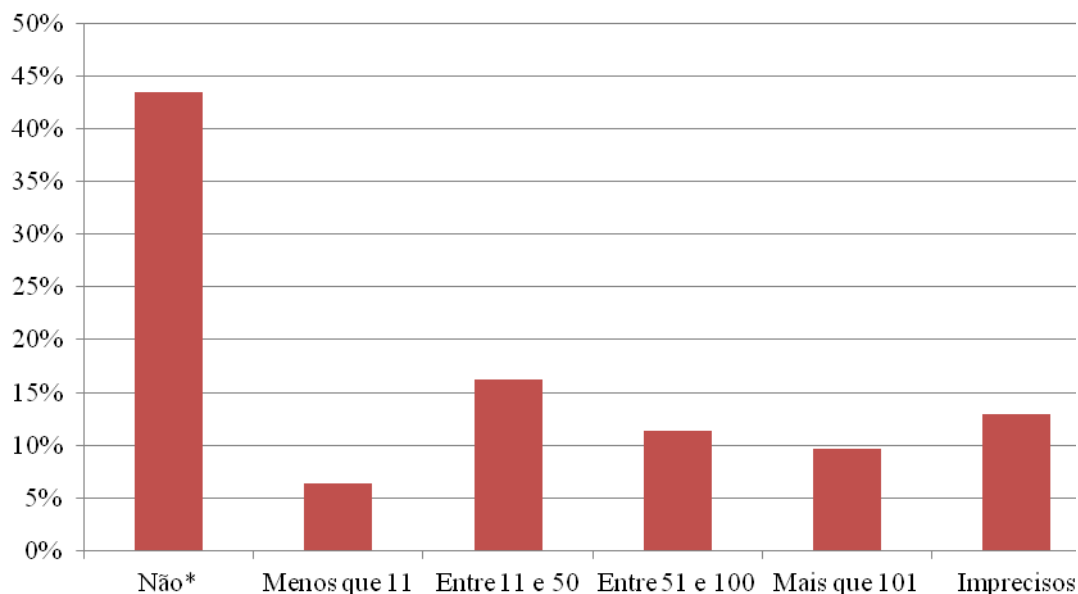
Tabela referente à estimativa de ouvintes na webrádio

Tem estimativa de ouvintes por dia?			
Faixas	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Não*	"Não tem estimativa"; "Não tem estimativa e não nos importamos com isso"	43,5%	27
Menos que 11		6,4%	4
Entre 11 e 50		16,2%	10
Entre 51 e 100		11,3%	7
Mais que 101		9,7%	6
Imprecisos	"Vinte mil ouvintes"; "Aproximadamente 3.000 acessos"; "Entre 10 e 15 mil"; "3.000"; "São muitos"; "10 mil"; "Mil ouvintes"; "Aproximadamente 1.150 ouvintes"	12,9%	8
Total		100,0%	62
		Responderam à pergunta	61
		Pularam a pergunta	39

* Assumimos que a que afirmou 'sim' na pergunta anterior e pulou a presente não têm estimativa

Gráfico referente à estimativa de ouvintes na webrádio

Tem estimativas de ouvintes da webrádio?



Quadro com todas as respostas referentes à estimativa de ouvintes na webrádio

Respostas
vinte mil ouvintes
Não
Não tem estimativa
Não
não
Média de 30 ouvintes /dia (de segunda a sexta, das 9h às 18h)
100
100 ouvintes
Não
30 únicos
5
Não
Aproximadamente 3.000 acessos
Chegou a ser uma das mais ouvidas da região. Média de 40 ouvintes diários.
não
varia chega até 100 em finais de semana
Cerca de 25 ouvintes por dia no Streaming.
200
Não
Não
entre 10 e 15 mil
1

media de 90 ouvites
100
300
300 ouvintes
Não tem ainda
Cerca de 50 pessoas por dia. (O site contém somente o player da rádio)
cerca de 50
Não
naõ
Não tem estimativa e não nos importamos para isso. Há aplicativo também.
Não tem estimativa
Não
15
Não
3,5
100
Não
3000
Uns 300 por dia.
não
Sao muitos
Não
10 mil
não
Mais de 60
Mil ouvintes
não
Aproximadamente 1.150 ouvintes.
Não temos
Uns 20 acessos diários
200
Em torno de 10 por dia
não
Prox de 30 pessoas
200
50
Não tem
Não sabe
não

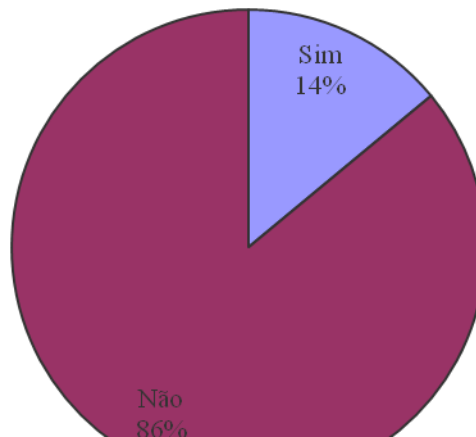
Pergunta 28.3

Tabela referente à obtenção de receita com o site

Vocês obtêm alguma receita com anúncio no site da rádio?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	14,0%	11
Não	86,0%	68
<i>Responderam à pergunta</i>		79
<i>Pularam a pergunta</i>		21

Gráfico referente à obtenção de receita com o site

Vocês obtêm alguma receita com anúncio no site da rádio?

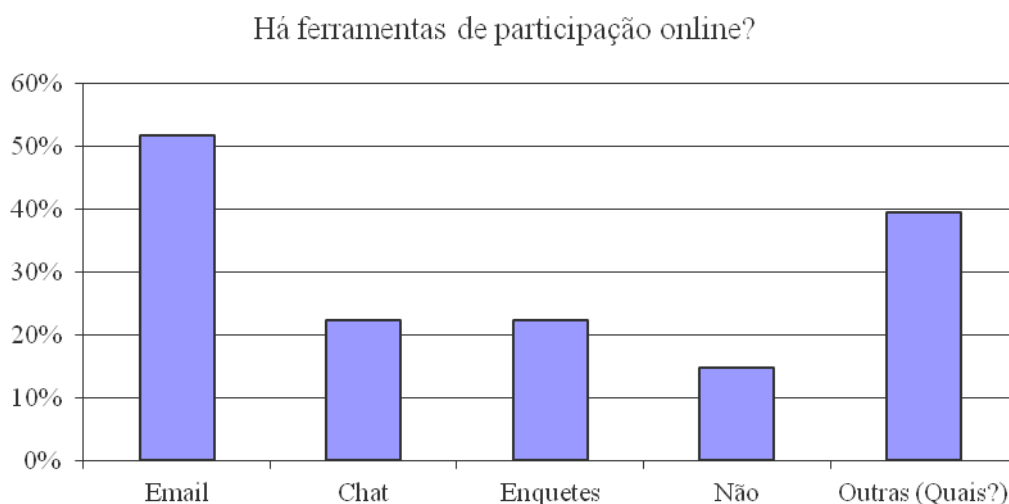


Pergunta 28.4 (cont.)

Tabela referente às ferramentas de participação online

Há ferramentas de participação online?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Números absolutos
Email	51,8%	42
Chat	22,2%	18
Enquetes	22,2%	18
Não	14,8%	12
Outras (Quais?)	39,5%	32
<i>Responderam à pergunta</i>		81
<i>Pularam a pergunta</i>		19

Gráfico referente às ferramentas de participação online



Tabulação referente às outras ferramentas de participação online

Categorias ("Outras")*	Números absolutos
Redes sociais/Facebook	16
WhatsApp	7
Pedidos de música	4
Recados/Mensagem	4
Comentários	2
Lista de discussão	1
Telefone no ar	1

* Algumas respostas apresentaram mais de uma menção, cada qual agrupada nas categorias organizadas.

Quadro com todas as respostas referentes às outras ferramentas de participação online

Outras (Quais?)
whatsapp 099991233248
Facebook
WhatsApp
Rede social
redes sociais
Mensagens
fecebook
Interatividade entre a programação e as mídias sociais, principalmente no facebook.
redes sociais
Facebook
WhatsApp, facebook...
redes sociais
facebook
pedido de música
Facebook
facebook, e-mail, watshap
Comentários que precisam ser aprovados para serem publicados.
Pedido de música online.
Pedido de música online.
Face
Lista de discussão.
telefone no ar
watzap
Os ouvintes/internautas podem enviar mensagens de texto (caixa de texto)
recados
at zap
Mural de recados e espaço para pedido de músicas
Facebook e comentários no site
Facebook
wattsapp
Recados
Redes sociais

Pergunta 28.5 (cont.)

Tabela referente à oferta de podcasts

Vocês disponibilizam podcasts (Links de programas gravados para serem baixados no computador)?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	33,3%	27
Não	66,7%	54
	Se sim, quais?	20
	Responderam à pergunta	81
	Pularam a pergunta	19

Tabulação dos podcasts disponíveis

Quais podcasts	Exemplos de menções	Números absolutos
Alguns	"Alguns, pelo 4shared"; "Programas gravados disponibilizados via Youtube"; "Jornalístico, musical"; "American Hardcore e oficinas"; "Porque não chegava o sinal a pessoas, principalmente os programas "Corvos da noite" e "Brasileiro porém jamaicano"; "Tic toc"; "Programas de rádio"	8
Somente externos	"Prosa Rural, Vivendo com Otimismo e Saúde da Mulher"; "viva vida da pastoral da criança, prosa rural da Embrapa"; "Política em foco"; "noticias das agencias que nos disponibiliza gratuitamente"; "Emater, Pessoa idosa, Pastoral da Criança"	5
Quais podcasts	Exemplos de menções	Números absolutos
Todos os programas	"Todos os programas que vão ao ar ao vivo são posteriormente postados no site"; "dadaradio.net (A rádio é um podcast)"; "Todos os programas e produtos de jornalismo cultural são disponibilizados"	3
Explicita meio de divulgação	"Radiotube" "Programas gravados disponibilizados via Youtube"	2
Explicita formato	Videocast e audiocast	1
Diversos		1
Entrevista	"Áudio de entrevistas"	1

* Algumas respostas apresentaram mais de uma menção, cada qual agrupada nas categorias organizadas.

Quadro com todas as respostas referentes à especificação dos podcasts disponíveis

Se sim, quais?
Todos os programas que vão ao ar ao vivo são posteriormente postados no site
Áudio de entrevistas
Dadaradio.net (A rádio é um podcast)
Alguns, pelo 4 shared
Prosa Rural, Vivendo com Otimismo e Saúde da Mulher
viva vida da pastoral da criança, prosa rural da Embrapa
Todos os programas e produtos de jornalismo cultural são disponibilizados.

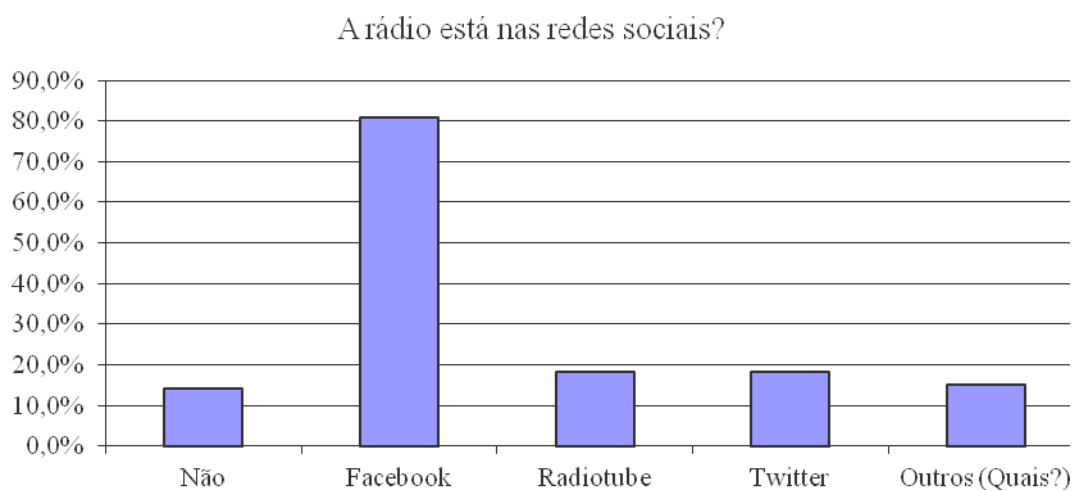
Programas gravados disponibilizados via Youtube
Política em Foco
noticias das agencias que nos disponibiliza gratuitamente
Radiotube
jornalístico, musical
American Hardcore e as oficinas.
Videocast e audiocast
Porque não chegava o sinal a pessoas, principalmente os programas “Corvos da noite” e “Brasileiro porém jamaicano”.
Emater, Pessoa idosa, Pastoral da Criança
Diversos.
tic toc
programas da rádio
Programa sobre quadrinhos

Pergunta 29 (cont.)

Tabela referente à presença nas redes sociais

A rádio está nas redes sociais?		
Possibilidades de respostas (múltiplas)	Porcentagem	Números absolutos
Não	14,1%	14
Facebook	80,8%	80
Radiotube	18,2%	18
Twitter	18,2%	18
Outros (Quais?)	15,2%	15
	<i>Responderam à pergunta</i>	99
	<i>Pularam a pergunta</i>	1

Gráfico referente à presença nas redes sociais



Tabulação da presença em outras redes sociais

Categorias ("Outras")*	Exemplos de menções	Números absolutos
Blog/site		6
Youtube		4
WhatsApp		3
Instagram		2
Outros (somente uma menção)	"Radiofacil"; "Radios.com.br"; "Flickr"; "GooglePlus"; "Podomatic"; "Tune-in"; "Aplicativo"; "Skype"	8

* Algumas respostas apresentaram mais de uma menção, cada qual agrupada nas categorias organizadas.

Quadro com todas as respostas referentes à presença em outras redes sociais

Outros (Quais?)
http://www.radios.com.br/aovivo/Radio-Conquista-104.9-FM/18256
Youtube, whatsapp, blog, flirck
Google Plus
Youtube
Instagram, Podomatic, Tune-In e Youtube.
YouTube
Site (????)
Radio Fácil
Aplicativo
whatsapp
Whatzap
site
Instagram, Skype.
apenas o site
SITE: saomiguelfm.com
blogs

Pergunta 29.1-N (cont.)

Tabela referente aos motivos por não estar nas redes sociais

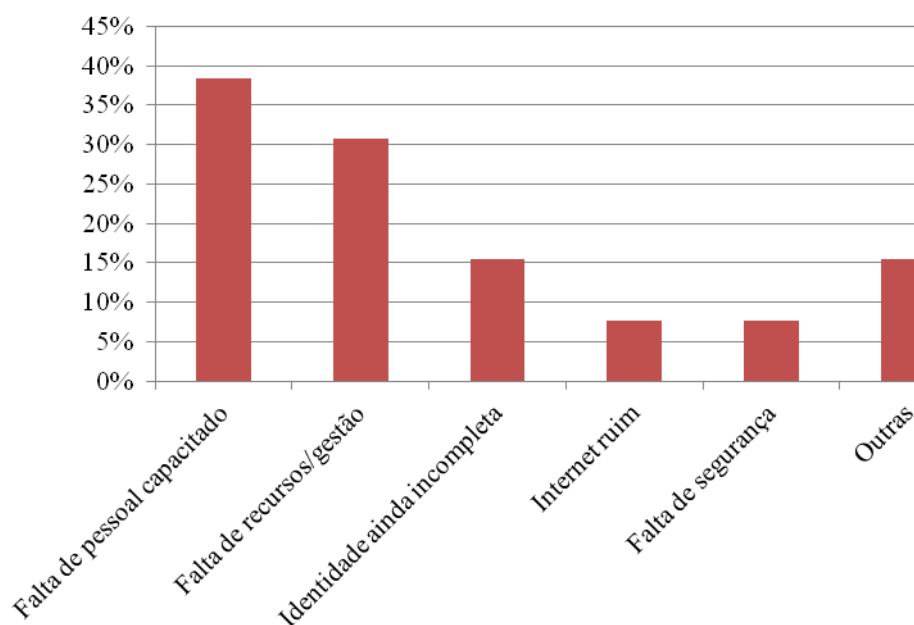
Por que a rádio não está nas redes sociais?			
Categorias*	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Falta de pessoal capacitado	"Dificuldade no uso"; "Falta de capacitação dos operadores"; "Porque não tem conhecimento sobre as ferramentas"; "Falta de profissionais nessas áreas"	38,4%	5
Falta de recursos/gestão	"Tem que pagar o custo (falta de recursos e conhecimento)"; "Condições financeiras"; "Falta de gestão"	30,7%	4
Identidade ainda incompleta	"Ainda não foi possível trabalhar a identidade da emissora nas redes sociais, mas pretendemos fazê-la em breve"; "Ainda não tivemos essa ideia"	15,4%	2
Internet ruim	"Internet de péssima qualidade"	7,7%	1
Falta de	"Porque não são ferramentas seguras no sentido de	7,7%	1

segurança	privacidade"		
Outras	"Pois a radio comunitaria não foram autorizaram ainda a estar na internet"; "Porque ainda não foi uma rede"	15,4%	2
	Responderam à pergunta		13
	Pularam a pergunta		87

* Algumas respostas apresentaram mais de uma menção, cada qual agrupada nas categorias organizadas.

Gráfico referente aos motivos por não estar nas redes sociais

Por que não está nas redes sociais?



Quadro com todas as respostas referentes ao motivo por não estar nas redes sociais

Respostas
Tem que pagar o custo (falta de recursos e conhecimento)
Ainda não foi possível trabalhar a identidade da emissora nas redes sociais, mas pretendemos fazê-la em breve
Falta de gestão
Falta de profissionais nessas áreas
Dificuldade no uso
Falta de recursos
Falta capacitação dos operadores
Condições financeira e internet de péssima qualidade
Porque não são ferramentas seguras no sentido de privacidade.
ainda não tivemos essa ideia,
Pois a radio comunitaria não foram autorizaram ainda a estar na internet
Pq ainda não foi uma rede
Porque não tem conhecimentos sobre as ferramentas.

Pergunta 29.1-S (cont.)

Tabela referente aos usos das redes sociais

Se está, quais são os principais usos que a rádio faz das redes sociais?			
Categorias**	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Divulgação da rádio	"Divulgação dos materiais produzidos pela rádio"; "Divulgação de projetos realizados pela rádio"; "Divulgação das edições novas dos programas"; "Só divulgação"; "Promover a rádio"; "Disponibiliza a informação da programação"; "As mídias sociais estão entre os principais meios de distribuição do conteúdo produzido"	47%	38
Interação com os ouvintes	"Facilita a participação dos internautas nos programas"; "Contato dos ouvintes pelo Facebook"; "Buscar informação com os ouvintes e receber recados"; "Pedidos de músicas"; "Participação dos ouvintes"; "Reclamações"; "Mensagens e pedidos de músicas"; "Participação rápida do ouvinte"; "Recados"; "Interagir diretamente com o ouvinte"	37%	30
Publicar notícias/informações	"Divulgação dos acontecimentos da cidade"; "Matérias do nosso site"; "Para divulgação das ações na comunidade"; "Utilidade pública"	16%	13
Fonte de informações	"Para receber e postar notícias de interesse da comunidade"; "Receber conteúdos"; "Estar em sintonia com o mundo globalizado"	7%	6
Divulgar promoções	"Chamada à participação em promoções"	6%	5
Quase não usa	"Quase nada"; "Poucos locutores usam"; "Utiliza mais o blog e o site"; "Por enquanto está inativo"; "Tem pouca adesão"	6%	5
Campanhas sociais		5%	4
Podcast/Webrádio		4%	3
Postagem de fotos	"Compartilha fotos das entrevistas diárias, coberturas externas"	2,5%	2
Debate político	"Utilizamos as redes sociais para fazer debate sobre o papel de uma rádio comunitária na luta e construção de novas relações sociais"; "Divulgar a importância das rádios comunitárias"	2,5%	2
Divulgação dos parceiros		1,2%	1
Corresponder com os parceiros		1,2%	1
Comunicação com parentes dos ouvintes	"Comunicação com pessoas de fora da cidade que procuram por parentes; participação na programação"	1,2%	1
Impreciso/"Em branco"	"Facebook"; "site (www.litoralfm87.com) e aplicativo em celular litoral fm 87"; "WhatsApp"; "Em branco"; "Email, Facebook e Fórum do rádio"; "Diversos"; "WhatsApp todos"; "A rádio possui Facebook"	11,0%	9

Responderam à pergunta 84

Respostas válidas* 81

Pularam a pergunta 16

* 3 respondentes haviam respondido 'Não' na pergunta 29, apenas reforçaram o não uso

** Algumas respostas apresentaram mais de uma menção, cada qual agrupada nas categorias organizadas.

Quadro com todas as respostas referentes aos usos das redes sociais

Respostas
Divulgação da programação e atividades organizadas pela rádio. Interação com ouvintes e comunidade todos disponíveis com a participação dos ouvintes
facebook e whatzap
Divulgação dos materiais produzidos pela rádio.
Para postagens de fotos, e Divulgação de projetos realizados pela rádio.
Sim utilizamos as redes sociais para fazer debate sobre o papel de uma rádio comunitária na luta e construção de novas relações sociais.
Divulgação das edições novas dos programas e chamada à participação em promoções.
Postagens da programação no face e promoções
Só divulgação
Interagir e para promover a rádio
Campanhas sociais, cultura.
Divulgação
(Divulgação da programação e parceiros)
Disponibiliza a informação da programação, compartilha fotos das entrevistas diárias, coberturas externas e facilita a participação do internauta nos programas
Divulgação
Divulgação da programação, promoção e interação com o internauta.
Mais para publicar informações da cidade, somente no Facebook; contato dos ouvintes pelo Facebook; publiciza a programação da rádio.
Não está
Blog, Facebook, Whatsapp - Usam para buscar informações com os ouvintes e receber recados.
Quase nada
Informações gerais: Notícias, pedidos musicas entre outras
participação dos ouvintes
facebook
As mídias sociais estão entre os principais meios de distribuição do conteúdo produzido, principalmente o facebook, onde programamos posts de divulgação, acompanhados de texto, imagem e link (direcionado para nosso web site ou para o podcast disponível no podomatic). O Facebook da AlmA Londrina Rádio Web tem suas postagens sincronizadas com a programação do streaming, os posts acontecem 30 minutos antes da transmissão de todos os programas, e quando os posts são relacionados ao conteúdo de Jornalismo Cultural, são agendados entre os intervalos na programação. Além do Facebook, utilizamos Instagram, Twitter e Youtube.
Difusão da programação, arquivo de áudios etc.
Divulga eventos e programações da rádio
Interação com os ouvintes e divulgação das suas atividades e ações desenvolvidas pela entidade.
site (www.litoralfm87.com) e aplicativo em celular litoral fm 87
post de divulgação de eventos e matérias importantes locais
Divulgação dos acontecimentos da cidade e da programação.
divulgação
Radiotube, notícias e feicebuque, reclamações, pedido de música, avisos etc.
post de programação e matérias de nosso site
Participação dos ouvintes
Para divulgação das ações na comunidade e participação de ouvintes.
Interação com os internautas ou ouvintes online
só para divulgar a rádio para os amigos e ouvintes
mensagens e pedidos de música
divulgação das atividades da rádio
Para receber e postar notícias de interesse da comunidade.
Whatzap
interatividade
Poucos locutores usam

Divulgação da rádio
divulgação de sua Programação e comunicação com seus ouvintes.
Informar programação
Utiliza mais o blog e o site.
Em branco
Informações, orientações e campanhas
Transmissão e programação
com divulgação das programações ...através do facebook
Transmitir cultural e informação à comunidade local.
Facebook
divulgação da emissora
Email, Facebook e Fórum de Rádios
Promoção de brindes para quem interage
Diverssos
Nãos usamos
O facebook é usado para receber mensagem de texto, o locutor do programa, recebe as mensagens/texto e pode interagir com o ouvinte.
Para conquistar novos ouvintes, receber conteúdos
utilidade publica
nenhum
at zap todos
Publicar matéria, interagir com ouvinte e corresponder com os parceiros
Divulgação de informações e programação
Divulga programas e mostra o trabalho ao vivo.
divulgação e participação do público
participação rápida do ouvinte
Facebook para interagir com o ouvinte
No próprio site para participação dos ouvintes.
A participação do público se dá pelas redes sociais, pelo e-mail e pelo site.
realizar postagens e estar em sintonia com o mundo globalizado.
A rádio possui facebook e cada locutor disponibiliza seu whatsapp para participação do público
Noticias
Por enquanto está inativo, mas veiculava notícias do assentamento.
Divulgação dos programas e interação com o público.
participação e publicações
Facebook
Divulgação da Programação e recados.
Tem pouca adesão. Mas tentam divulgar a programação e notícias locais/denúncias
Para divulgar a programação, para buscar apoio em algum projeto, para interagir diretamente com o ouvinte
divulgar materias noticias do dia a dia
Pra manter as pessoas atualizadas sobre campanhas, promoções, divulgar os locutores, a importância das rádios comunitárias, divulgar os encontros culturais.
divulgar ações e programação
Comunicação com pessoas de fora da cidade que procuram por parentes; participação na programação.

Pergunta 30 (cont.)

Tabela referente ao uso de softwares livres

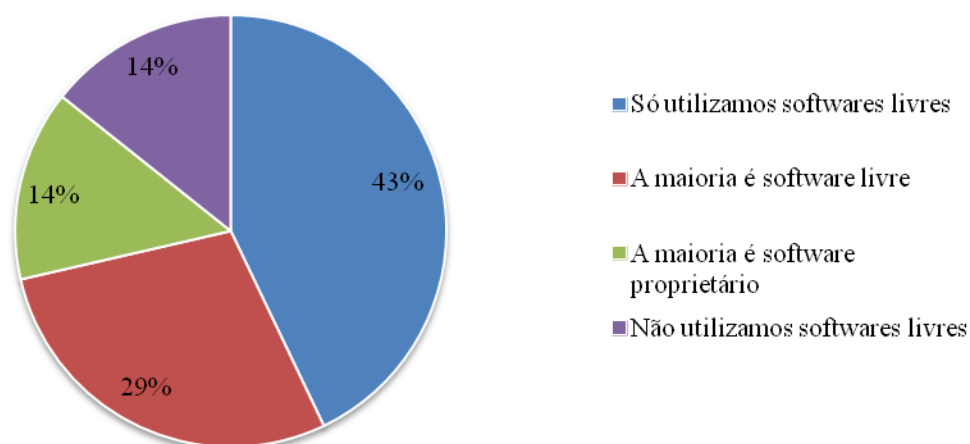
Como se dá a utilização de software livre (de uso gratuito)?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Só utilizamos softwares livres	26,8%	26
A maioria é software livre	27,8%	27
A maioria é software proprietário	16,5%	16
Não utilizamos softwares livres	28,9%	28
<i>Responderam à pergunta</i>		97
<i>Pularam a pergunta</i>		3

Tabela referente ao uso de softwares livres (rádios que não buscam outorga)

Recorte: uso do software livre pelas que não buscam outorga		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Só utilizamos softwares livres	42,9%	6
A maioria é software livre	28,5%	4
A maioria é software proprietário	14,3%	2
Não utilizamos softwares livres	14,3%	2
<i>Responderam à pergunta</i>		14
<i>Pularam a pergunta</i>		1

Gráfico referente ao uso de softwares livres (rádios que não buscam outorga)

Como se dá a utilização de software livre (rádios que não buscam outorga)?



Pergunta 31 (cont.)

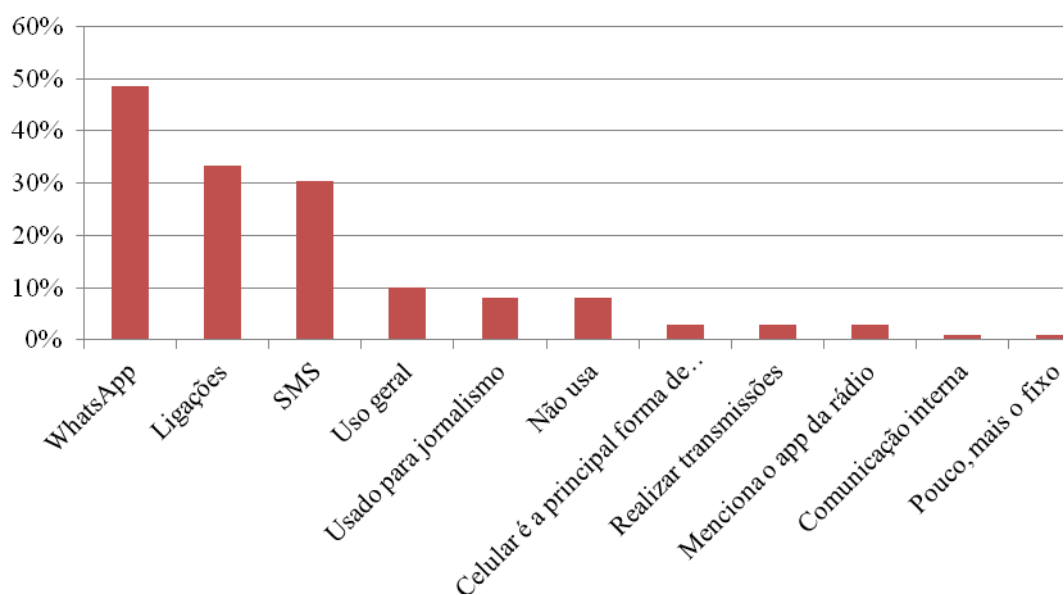
Tabela referente aos usos do celular

Como o celular é usado no cotidiano da rádio? Fazem uso de alguma ferramenta para contato com os ouvintes (SMS, Whatsapp, Viber, ligações etc.)?			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
WhatsApp		48,5%	48
WhatsApp para ligações/ no ar/ veiculação de áudios	"Whatsapp bastante usa; recebe ligações por ele; ligam do whatsapp; coloca direto no ar bluestacks (app) simula o Android"; "A parte jornalística funciona muito via WhatsApp recebendo fotos, vídeos e áudios dos ouvintes"; "Veicular áudios enviados pelos ouvintes"; "Grande parte dos depoimentos utilizados nas matérias de jornalismo cultural são coletados através de mensagens de áudio via Whats App. Estamos em constante aprimoramento do site para torná-lo cada vez mais responsivo, ou seja, tenha navegação adaptável à qualquer dispositivo móvel"; "Disponibilizamos participações via WhatsApp"; "WhatsApp recebe ligações etc"	8,1%	8
Rádio não tem WhatsApp próprio		6,0%	6
WhatsApp para grupos	"WhatsApp, anuncia os programas nos grupos, manda link para os ouvintes"; "Para organizar reuniões"; "criamos grupos de ouvintes e grupos de afinidades com os programas. A idéia é agrupar toda a comunidade e ouvintes para aprimorar a programação bem como construir novas relações de convivência entre as pessoas"	3,0%	3
Pretende utilizar WhatsApp	"Próximo passo usar o whatsapp"	3,0%	3
Ligações		33,3%	33
Somente para ligações	"O celular da rádio é mais para atender os ouvintes por que é um celular rural não tem como enviar sms"	6,0%	6
Participação ao vivo pelo celular	"Ouvintes entram ao vivo pelo celular e transmitem até eventos (acidentes, por exemplo; dão detalhes)"	5,0%	5
SMS		30,3%	30
Recebem muito SMS de ouvintes que não têm internet			
Uso geral		10,1%	10
"Geral"; "Contato com os ouvintes"; "Só o tel fixo e o celular"; "Sim"; "Uso diário"			
Usado para jornalismo		8,1%	8
"Apenas para entrevistas no jornalismo"; "Debate por telefone com mais uma linha na mesa"; "Coberturas jornalísticas"; "A parte jornalística funciona muito via whatsapp recebendo fotos, vídeos e áudios dos ouvintes"			

Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem	Números absolutos
Celular é a principal forma de interação	"O celular é a principal ferramenta de interação"; "É a principal forma de comunicação da rádio"; "Siim, porque aqui não tem telefone de linha"	3,0%	3
Realizar transmissões	"Transmissões externas"	3,0%	3
Menciona o app da rádio		3,0%	3
Comunicação interna	"Só para conversar entre os programadores"	1,0%	1
Não usa	"A maioria dos contatos é por telefone e e-mail"; "Não usamos o celular por conta dos custos altos do mesmo"; "tel fixo"	8,1%	8
Pouco, mais o fixo	"Muito pouco. Usam mais o fixo. Não usa whatsapp"	1,0%	1
<i>Responderam à pergunta</i>			99
<i>Pularam a pergunta</i>			1

Gráfico referente aos usos do celular

Quais os usos que a rádio faz do celular?



Quadro com todas as respostas referente aos usos do celular

Respostas
O celular é a principal ferramenta de interação, mas no momento só estamos trabalhando com ligação e sms geral
sms, whatzap, ligações

A rádio dispõe de 5 aparelhos de celular, usados para atender ligações e mensagens, tanto de whatsapp quanto de SMS dos ouvintes.
Em entrevistas ao vivo.
muito pouco. Usam mais o fixo. Não usa whatsapp.
Sempre disponibilizamos nossos números para contatos da rádio, também com whatsapp e SMS.
Sim utilizamos estas plataformas de interação, para nós tudo ainda é muito novo, criamos grupos de ouvintes e grupos de afinidades com os programas. A idéia é agrupar toda a comunidade e ouvintes para aprimorar a programação bem como construir novas relações de convivência entre as pessoas. Entretanto precisamos avançar mais do que isso, pois o virtual está dispersando as relações sociais diretas. Uma das medidas que estaremos promovendo em breve é o encontro presencial dos integrantes destas redes sociais, a fim de avançarem muito mais do que as relações sociais construídas de forma virtual. É bom, mas ainda mantém o distanciamento das pessoas. Numa rádio comunitária o essencial é fazer as pessoas se conhecerem e criar relações sociais mais amplas.
Não, apenas o streaming tem suporte para funcionar também no celular.
Whatsapp
Com programa específico monitoro a mesma à distância e atendo aos ouvintes. (Não posso ficar na rádio direto) .(Não fica ninguém na rádio)
Pretendemos utilizar o Whatsapp
Whatsapp pessoal de cada um, a rádio não tem celular.
Sim, app
(a maioria dos contatos é por telefone e e-mail)
Não usamos celular por conta dos custos altos do mesmo
Não
Ligações, coberturas jornalísticas, debate por telefone com mais de uma linha na mesa e Whatsapp com pouca frequência.
Whatsapp bastante usa; recebe ligações por ele; ligam do whatsapp; coloca direto no ar bluestacks (app) simula o Android.
Pretendemos utilizar as diferentes ferramentas para contato com os ouvintes.
Sim zap
Ouvintes entram ao vivo pelo celular e transmitem até eventos (acidentes, por exemplo; dão detalhes), recebem muito SMS de ouvintes que não têm internet; A parte jornalística funciona muito via whatsapp recebendo fotos, vídeos e áudios dos ouvintes.
Watsspp
Apenas ligações e mensagens de textos
ligacao
Contatos com os ouvintes
sms
Grande parte dos depoimentos utilizados nas matérias de jornalismo cultural são coletados através de mensagens de áudio via Whats App. Estamos em constante aprimoramento do site para torná-lo cada vez mais responsivo, ou seja, tenha navegação adaptável à qualquer dispositivo móvel. Também é possível ouvir a rádio através dos aplicativos Tune-In e Geléia Mob.
Para receber ligações e whatsapp
Só o telefone fixo e celular
Para interagir com os ouvintes, tanto através de ligações ao vivo e pelo Whatsapp.
Sim, Whatsapp, facebook, telefone...
whatsapp
Whatsapp
sim
sim
ligações e Whatsapp de comunicadores e comunicadoras
O celular da rádio é mais para atender os ouvintes ´por que é um celular rural não tem como enviar sms
SMS e Whatsapp
Para participação do ouvinte e realização de transmissões e reportagens
SMS, Whatsapp e Ligações.
Ligações

ligações
tel. fixo
apenas para entrevistas no jornalismo
whatsapp
Não
sms
ligações
Sms, whatsapp, ligações
whatsapp
Só para conversar entre os programadores
Próximo passo usar o whatsapp, receber contato dos ouvintes. Só tem Claro.
Whatsapp de alguns programas para pedir música ou veicular áudios enviados pelos ouvintes, mas não tem whatsapp da rádio. Além disso, tem aplicativo que permite ouvir rádio no cel.
Ligação do celular, celular fixo de mesa, não usa whatsapp e não usa sms
sim via SMS,Whatsapp e Ligações
Telefone fixo
Queriam fazer um aplicativo para as pessoas ouvirem de outros lugares, utilizam para gravar programa, entrevista, ligam pedindo música,mais SMS
Usa muito whatsapp para chegar nas pessoas, para organizar as reuniões. Ainda que sejamos contra a utilização de ferramentas proprietárias. Usa o celular pessoal dos participantes que colocam o celular conectado no mixer.
Contato com o ouvinte e transmissões externas
não
usamos para whatsapp
Não
Whatsapp, ligações, SMS etc
ligações,sms
sms, whatsapp e ligações
Whatsapp
Uso diário
Todos os acima citados
Whatsapp.
Ligações e whatsapp
Whatsapp
ligações
Sim fazemos
so Para ligações
todos
Ligações e mensagens de texto do ouvinte.
Whatsapp
Não temos um celular específico para a emissora. Fizemos ligação a cobrar para qualquer atividade externa da rádio, bem como uma Internet em 3G quando no local não houver banda larga.
Disponibilizamos participações via WhatsApp e telefônica convencional.
ligação e mensagens
Cada locutor usa o seu celular próprio para interagir com o ouvinte a emissora possui somente telefone fixo
Whatsapp
Mensagens de SMS
O celular da rádio toca sem parar, quase todas as músicas são veiculadas para atender pedidos.
Whatsapp e ligações diretas
SMS, Whatsapp, ligações
Sim, porque aqui não tem telefone de linha. Participação de ouvintes a partir de ligações e mensagens.
Whatsapp, anuncia os programas nos grupos e mandam o link pra ouvir online e também usam para pedido de música e comentários, mas cada locutor usa seu número whatsapp.
sim

SMS, Whatsapp e ligações
SMS, Ligações.
SMS, Whatsapp, ligações. Whatsapp tem mais força.
Usamos o Whatsapp
sms
Whatsapp, recebe ligações também.
Usam muito. SMS e Whatsapp
todos os recursos disponíveis no celular
É a principal forma de comunicação da rádio. Entrevistas, transmissões e SMS.

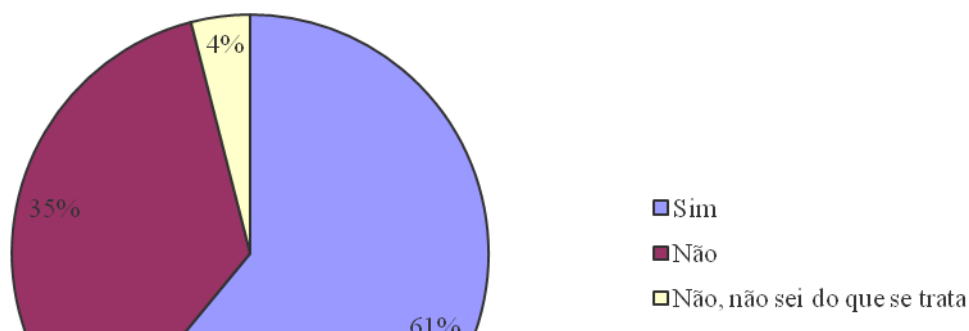
Pergunta 32

Tabela referente ao acompanhamento da discussão sobre digitalização do rádio

A rádio tem acompanhado a discussão sobre a digitalização do rádio?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	61,0%	61
Não	35,0%	35
Não, não sei do que se trata	4,0%	4
	<i>Responderam à pergunta</i>	100
	<i>Pularam a pergunta</i>	0

Gráfico referente ao acompanhamento da discussão sobre digitalização do rádio

A rádio tem acompanhado a discussão sobre a digitalização do rádio?



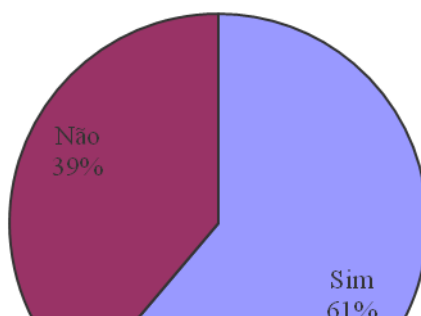
Pergunta 33 (cont.)

Tabela referente ao interesse em ser provedor de internet

A rádio tem interesse em ser provedor de internet?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	61,2%	60
Não	38,8%	38
	Por quê?	64
	<i>Responderam à pergunta</i>	98
	<i>Pularam a pergunta</i>	2

Gráfico referente ao interesse em ser provedor de internet

A rádio tem interesse em ser provedor de internet?



Quadro com todas as respostas referente aos motivos pelo interesse (ou desinteresse) em ser provedor de internet

Por quê?
Não temos informações suficientes para essa decisão
ajudar a população mais carente
Desde que não gere despesa para instituição, ajudaria em outros projetos desenvolvidos por nós.
Necessito esclarecimento e estamos fora do ar (muitas perguntas em branco porque está fora do ar)
Porque facilita seu próprio serviço
Para ser mais ouvida e ganhar mais territórios.
Nossa intenção não é ser um provedor de internet para buscar e viabilizar recursos para a emissora. Aliás somos radicalmente contra a proposta do ministério das comunicações que tentou estabelecer este mecanismo para não alterar o marco regulatório sobre apoio cultural e financiamento público. Nossa emissora não possui

capacidade de concorrer com as teles (pois na região temos as operadoras Vivo telefônica, GVT e NET). Deste modo a proposta do ministério das comunicações é inviável do ponto de vista econômico. Esta ação do Minicom foi política no sentido de não alterar os marcos regulatórios do sistema de Radiodifusão comunitária. Por outro lado entendemos como viável a prestação deste serviço pelas rádios comunitárias de forma gratuita com financiamento público para a compra de equipamentos e subsídio do governo para que possamos garantir o acesso gratuito de nossa comunidade á internet, que é um direito humano de todo e qualquer cidadão o direito a informação.
Controle e qualidade
Muito caro os equipamentos
Ajudar aqueles que não tem condições de pagar pelo serviço, principalmente em nossa região que é muito carente.
Falta de recurso humano
Preciso de maior esclarecimento do que vem a ser provedor internet
Acredito que seja uma tendência de mercado.
Porque pessoas não têm recurso para internet mais em conta.
Para ajudar nas despesas e para que a população tenha outra opção de provedor pois a conexão da região é ruim.
Pra coloca a cidade mais conectada pois se usa muito o watsspp
Ofertar uma opção de comunicação para a localidade
ter acesso para prestar servicos a comunidade
No momento achamos muito dofcil
ajudar mais ainda a comunidade
Equipe reduzida
Visto a carência deste serviço na cidade, principalmente, para as pessoas/jovens menos favorecidas da comunidade é que a emissora poderá ser o veículo provedor a Internet.
Ainda não pensamos nessa hipótese, mas...
para maior alcance social a baixo custo
Não sei bem, qual seria a real utilidade do mesmo, no entanto, acredito que contribua para melhorar as atividades
arrecadação de recursos para emissora
Contribuir com a popularização da internet
Não sabemos como fazer
Pois nossa comunidade tem carencia
Não temos condições financeiras
Melhorar a qualidade de internet oferecida.
não temos tecnologia e profissionais para tal
Internet é uma ferramenta importante de democratização, mas apresentaria se seria anônimo e autônomo.
Se fosse algo para somar.
Precisaria conhecer as condições. Até porque está desativado mas havia possibilidade de usar internet livre na sede.
pois é o melhor meio de comunicação
Seria algo para utilizar para ser libertário, ajudar o pessoal do skate, anarcopunk, ajudar o coletivo.
Tem um sonho antigo de ter um provedor livre.
Ainda não temos material humana, para administrar estas técnologias, em tempo integral.
Não faz parte da missão nem visão.
não temos interesse
Evitar outros gastos com compra de sites.
A tecnologia digital aproxima as mutidões e a diversidade cultural.
É uma ideia interessante
Pode ajudar
? Na verdade a radio tem interesse em ter sua propria provisão de internet. Não tenho muita informação a respeito do que é ser ou ter um provedor.
Para distribuir o sinal para a comunidade.
Porque não sei do que se trata.
Usamos o provedor suaradionanet e pagamos uma mensalidade pelo serviço.

Por seguir os tramites da instituição onde está inserida.
Não é o propósito da rádio
Pode ser interessante
Não sabemos a respeito
Interessa saber mais.
No momento não tenho posição sobre o assunto.
Mas teríamos que entender como funciona, custos, etc
Se tivesse possibilidade por ser uma fonte de recurso.
Mas o problema é falta de pessoal pra fazer isso, pois já tinham pensado. Pensaram em fazer um provedor livre.
Melhorar a comunicação.
Interesse se for gratuito para disponibilizar para a comunidade
Nossa ideia é registrar, valorizar e divulgar as culturas populares da nossa região praieira e isso já é bastante trabalho.
Porque nunca discutiram o tema.
Porque traria um benefício para a comunidade
Porque ainda não debateram o tema.

Tabela referente aos motivos pelo interesse em ser provedor de internet

Por que tem interesse? (60)			
Categorias*	Exemplos de menções	Porcentagem (somente sim)	Números absolutos
Em branco		30,0%	18
Apresenta ressalvas	"Mas o problema é falta de pessoal para fazer isso"; "Desde que não gere despesa para instituição"; "somos radicalmente contra a proposta do ministério das comunicações que tentou estabelecer este mecanismo para não alterar o marco regulatório sobre apoio cultural e financiamento público. Nossa emissora não possui capacidade de concorrer com as teles (pois na região temos as operadoras Vivo telefônica, GVT e NET). Deste modo a proposta do ministério das comunicações é inviável do ponto de vista econômico. Esta ação do Minicom foi política no sentido de não alterar os marcos regulatórios do sistema de Radiodifusão comunitária. Por outro lado entendemos como viável a prestação deste serviço pelas rádios comunitárias de forma gratuita com financiamento público para a compra de equipamentos e subsídio do governo para que possamos garantir o acesso gratuito de nossa comunidade á internet, que é um direito humano"; "Preciso de maior esclarecimento do que vem a ser provedor internet"; "Apresentaria se seria anônimo e autônomo"; "Se fosse algo para somar"; "Precisaria conhecer mais as condições"; "Mas teríamos que entender como funciona, custos etc."; "Não tenho muita informação a respeito do que é ser ou ter um provedor"	13,3%	8

Categorias*	Exemplos de menções	Porcentagem (somente sim)	Números absolutos
Ajudar a própria rádio	"Porque facilita seu próprio serviço"; "Para ser ouvida e ganhar mais território"; "Para ajudar nas despesas"; "Arrecadação de recursos para emissora"; "Evitar outros gastos com compra de sites"; "Por ser uma fonte de recursos"	10,0%	6
Oferecer mais um serviço para a comunidade	"Ofertar uma opção de comunicação para a localidade"; "Ter acesso para prestar serviços a comunidade"; "Ajudar ainda mais a comunidade"; "Para distribuir o sinal para a comunidade"; "Pois nossa comunidade tem carência"; "Porque traria em benefício para a comunidade"	10,0%	6
Ajudar a população carente	"Ajudar aqueles que não tem condições de pagar pelo serviço, principalmente em nossa região que é muito carente"; "Visto a carência deste serviço na cidade, principalmente, para as pessoas/jovens menos favorecidas da comunidade é que a emissora poderá ser o veículo provedor a Internet"; "Para maior alcance social a baixo custo"; "Porque pessoas não têm recurso para internet mais em conta"	8,3%	5
Provedor livre	"Seria algo para utilizar para ser libertário, ajudar o pessoal do skate, anarcopunk, ajudar o coletivo"; "entendemos como viável a prestação deste serviço pelas rádios comunitárias de forma gratuita com financiamento público para a compra de equipamentos e subsídio do governo para que possamos garantir o acesso gratuito de nossa comunidade á internet, que é um direito humano de todo e qualquer cidadão o direito a informação"; "Tem um sonho antigo de ter um provedor livre"; "Interesse se for gratuito para disponibilizar para a comunidade"	8,3%	5
Melhorar a qualidade da internet	"Controle/qualidade"; "A conexão da região é ruim"; "Melhorar a comunicação"; "Para colocar a cidade mais conectada"	8,3%	5
Ajudar na popularização/democratização da internet	"Garantir o acesso gratuito de nossa comunidade á internet, que é um direito humano de todo e qualquer cidadão o direito a informação"; "Internet é uma ferramenta importante de democratização"; "A tecnologia digital aproxima as multidões e a diversidade cultural"	6,6%	4
Boa ideia	"É uma ideia interessante"; "Pode ajudar"; "Pode ser interessante"; "Interessa saber mais"	6,6%	4
É o melhor meio de comunicação		1,7%	1

* Algumas respostas apresentaram mais de um argumento, cada qual agrupado das categorias organizadas.

Gráfico referente aos motivos pelo interesse em ser provedor de internet

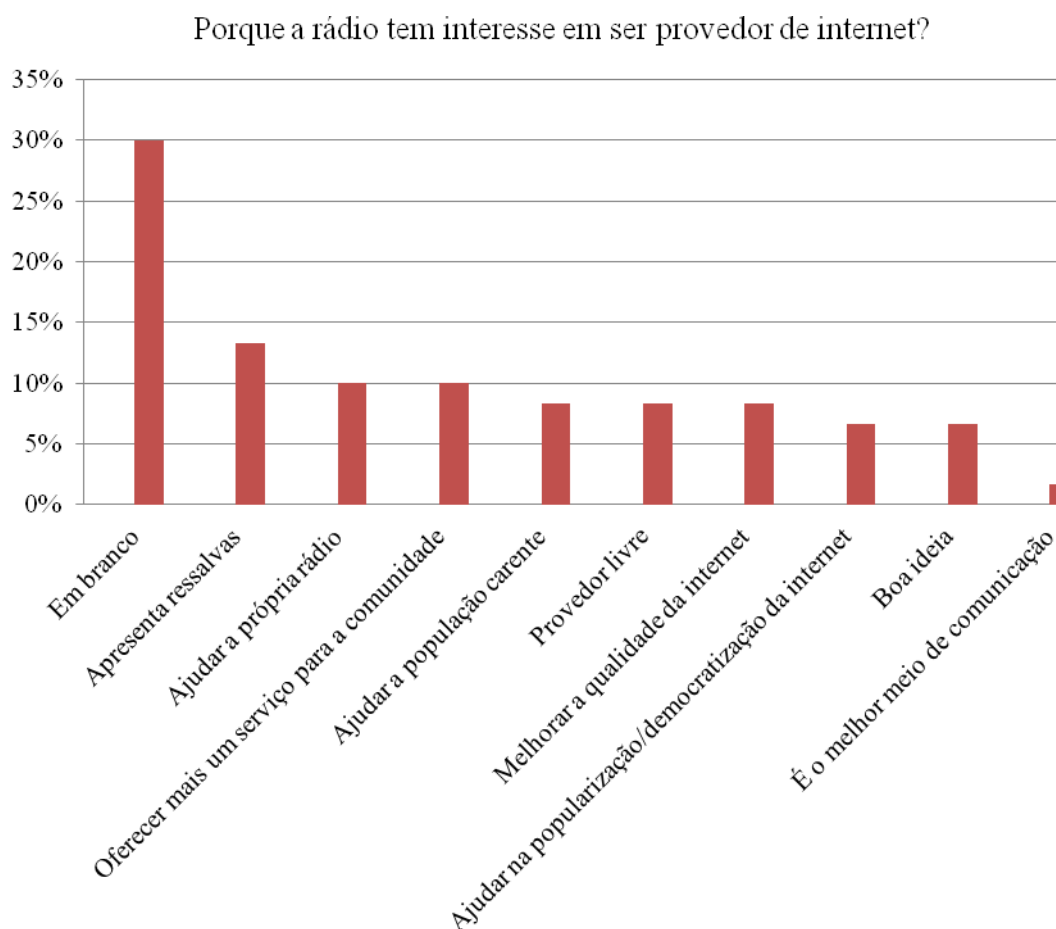
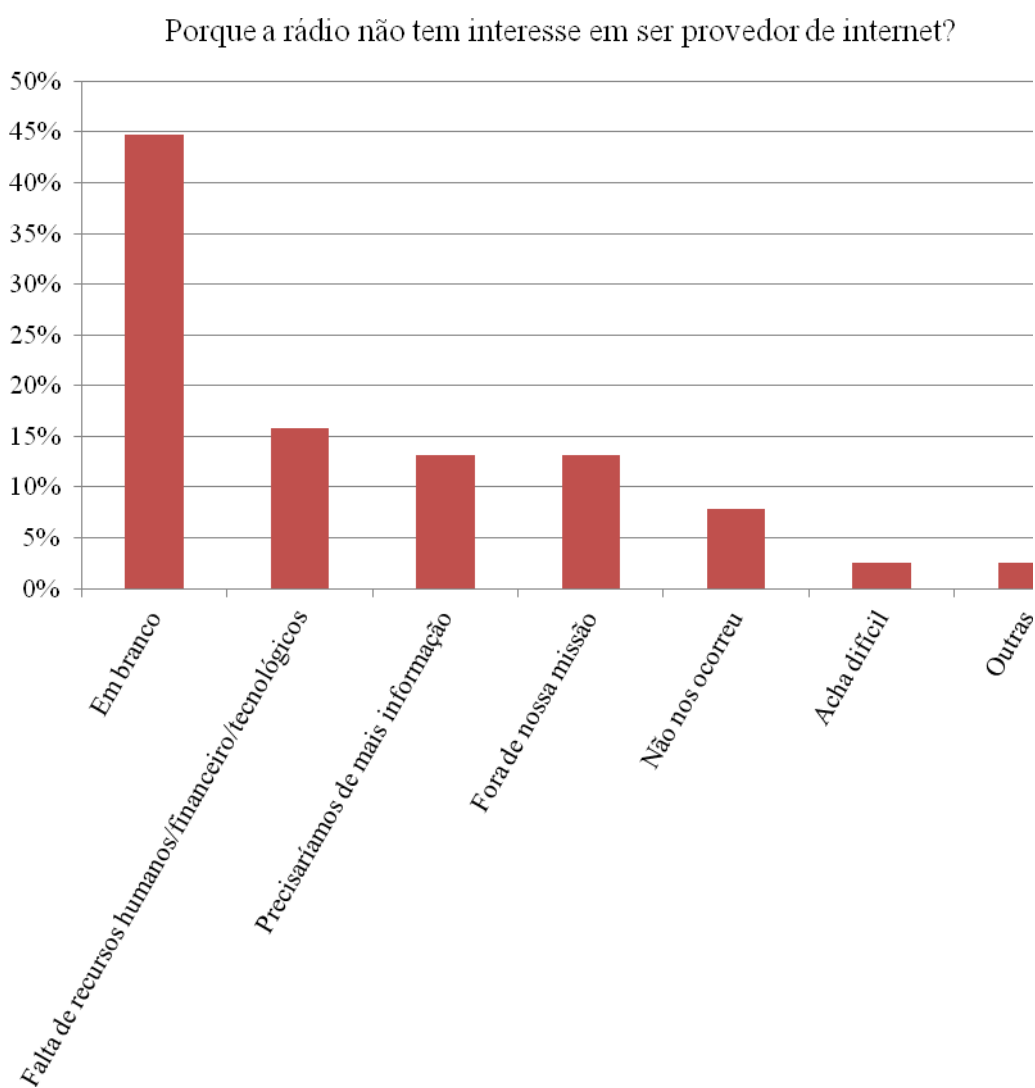


Tabela referente aos motivos pelo desinteresse em ser provedor de internet

Por que não tem interesse?(38)			
Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (somente não)	Números absolutos
Em branco		44,7%	17
Falta de recursos humanos/ financeiros/ tecnológicos	"Muito caro os equipamentos"; "Não temos condições financeiras"; "Falta de recursos humanos"; "Equipe reduzida"; "Não temos tecnologia e profissionais para tal"; "Ainda não temos material humana, para administrar estas tecnologias, em tempo integral"	15,8%	6
Precisaríamos de mais informação	"Não temos informação suficiente para essa decisão"; "Não sabemos como fazer"; "Porque não sei do que se trata"; "No momento não tenho posição sobre o assunto"; "Teríamos que entender como funciona"	13,1%	5

Categorias	Exemplos de menções	Porcentagem (somente não)	Números absolutos
Fora de nossa missão	"Não temos interesse"; "Não faz parte da nossa missão nem visão"; "Não é o propósito da rádio"; "Nossa ideia é registrar, valorizar e divulgar as culturas populares da nossa região praieira e isso já é bastante trabalho"; " Por seguir os tramites da instituição onde está inserida"	13,1%	5
Não nos ocorreu	"Ainda não pensamos nessa hipótese, mas..."; "Porque nunca discutiram o tema"; "Porque ainda não debateram o tema"	7,9%	3
Acha difícil	"No momento achamos muito difícil"	2,6%	1
Outras	"Usamos o provedor suaradionanet e pagamos uma mensalidade pelo serviço"	2,6%	1

Gráfico referente aos motivos pelo desinteresse em ser provedor de internet



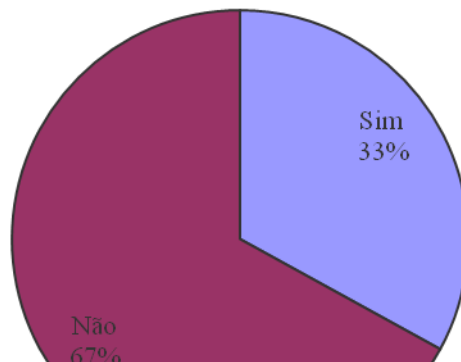
Pergunta extra

Tabela referente à realização de pesquisa de audiência

Você já fez pesquisa de audiência em sua emissora?		
Possibilidades de respostas (exclusivas)	Porcentagem	Números absolutos
Sim	33,0%	32
Não	67,0%	65
<i>Responderam à pergunta</i>		97
<i>Pularam a pergunta</i>		3

Gráfico referente à realização de pesquisa de audiência

Você já fez pesquisa de audiência em sua emissora?



ANEXO J – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Tabela referente aos recursos empenhados para Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações – ANATEL (2002-2015)

Ano	Valor (em milhões de reais)
2002	22
2003	19
2004	39
2005	31
2006	25
2007	40
2008	20
2009	21
2010	33
2011	24
2012	27
2013	20
2014	21
2015	18

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos relatórios da ANATEL (2002-2015)

Tabela referente ao número de denúncias de entidades não outorgadas (2002-2010)

Ano	Número de denúncias (em milhares)
2002	8
2003	12
2004	7,5
2005	6,1
2006	6
2007	4,9
2008	4,9
2009	6,5
2010	2,3

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos relatórios da ANATEL (2002-2010)

Tabela referente ao número de ações de fiscalização de combate às entidades não outorgadas (2002-2010)

Ano	Número de ações (em milhares)
2002	5,3
2003	6,6
2004	4,3
2005	5,2
2006	5,1
2007	3,6
2008	4,2
2009	2,2
2010	2,1

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos relatórios da ANATEL (2002-2010)

ANEXO K – PESQUISA JUNTO A PESQUISADORES E MILITANTES DA ÁREA DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Questionário semiestruturado para pesquisadores da área da Comunicação Comunitária (brasileiros)

Rádios Comunitárias

- 1) Tanto na academia quanto na sociedade civil se percebe uma constante preocupação com a legitimidade das rádios comunitárias, onde é comum aparecem termos como autênticas, particularistas, “picaretárias”. A que você atribuiria essa preocupação com a legitimidade de uma rádio comunitária?
- 2) Conversando com lideranças e analisando os trabalhos sobre radcoms, como a pesquisa do Lopes e do Lima sobre as outorgas de 98 a 2002 a gente vê a presença cada vez maior de políticos e igrejas ocupando as radcoms. Você acha que isso se deve as restrições de sustentabilidade econômica da lei que empurra as rádios para esse tipo de auxílio de outros atores ou seria reflexo de mudanças sociais como a presença cada vez maior de igrejas nas comunidades?
- 3) Você percebe uma mudança no foco de reivindicação de direitos das rádios da década de 80/90 e as de agora?
- 4) Podemos considerar webrádios voltadas para comunidades e sites de podcasts (como agências de notícias cidadãs) como novas formas de rádios comunitárias?

Mídias comunitárias/ Epistemologia da Comunicação Comunitária

- 5) A gente pode considerar ainda ‘comunidade’ como um conceito central para pensarmos as mídias comunitárias?
- 6) Você acha importante delimitar o campo da Comunicação Comunitária para que não se confunda com um fenômeno estético (como ‘tecnologias da comunicação’)?
- 7) Historicamente as rádios comunitárias surgem como atores ligados às ideias e políticas de esquerda. A gente pode considerar que o enfraquecimento dos projetos políticos das rádios comunitárias se deve também a crise da esquerda em diversos países?
- 8) Conversando com as rádios e pensando no próprio movimento de radcoms, muitos comentam da dificuldade de atrair novos voluntários e militantes quando comparamos com a década de 80 e 90. Por outro lado, o movimento de midialivrisimo, mais ligado à internet tem atraído mais e mais atores, com uma organização menos hierárquica, institucional e centralizada que as rádios comunitárias. Isso se deveria a uma questão tecnológica ou de modo de organizar a luta política?

- 9) Você entende ativismo político através das redes sociais (como campanhas pelo Facebook) como novas formas de iniciativas de mídia comunitária? Uma campanha pelo Facebook poderia ser objeto da Comunicação Comunitária?

Questionário semiestruturado para pesquisadores da área da Comunicação Comunitária (europeus)

Community Radios

- 1) In Latin America it seems to me we are experiencing a crisis of legitimacy among community radios. For example, community radios in Brazil started in the 1980s and they were connected to the struggle for the return of democracy since we were facing a dictatorship at that period. So they used to have a quite clear political motivation, they were related to the fight for social mobilization, political participation in public affairs. But now their motivation seems to be changing and we see many community radios with religious motivation, aesthetic motivation and more commercial radio approach. Can you see deep differences between the community radios now and the ones of 20, 30 years ago?
- 2) According a study from CMFE from 2012, among 39 European countries only 17 fully recognize community radios by law and regulated as an independent sector. Do you think the legislation is the main obstacle for the fully development for community radio?
- 3) In Brazil thousands of non-licensed community radio broadcasters were sentenced and convicted. Are non-licensed radios chased by police in Europe?
- 4) About digital radio. DAB was set for large areas. Do you think this affect the future of community radios since they usually cover local areas? First of all, do they want to become digital?
- 5) Do you think that we are able to consider webradios and podcasts as community radio? Even those whose kick-start had been from a person not from a community (case of many webradios)?

Community Media /Epistemology of Community Communication

- 6) I am particularly interested in the limits/contours of the object of community media. In your opinion what makes a media a community media?
- 7) In Brazil the inspiration for a community media structure (the way they organise their work, their speech, their aims etc.) used to be the political party. Now it seems the most preeminent types of community media are more anarchic, more similar to what we understand as free media or autonomous media. Is the same process evident in Europe?
- 8) 'Civil society media' would be more comprehensive, wider than community media to embrace all this changes taking place in community media?
- 9) How would you describe the general profile of a community media activist?

- 10) Can we say some acts of activism in social media are new forms of community media? Should the Community of Communication study activism in social media? Is it a valid subject of Community Communication?
- 11) Have you noticed any debate about legitimacy or authenticity of community media in academic or civil society?
- 12) Do you know if anyone is utilising the concept of commons (common goods) concerning communication?